ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional

Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CXLVIII Nº 89

Brasília - DF, quarta-feira, 11 de maio de 2011

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Atos do Poder Executivo 1
Presidência da República 17
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 22
Ministério da Ciência e Tecnologia 22
Ministério da Cultura 23
Ministério da Defesa 26
Ministério da Educação 30
Ministério da Fazenda 34
Ministério da Integração Nacional 44
Ministério da Justiça 45
Ministério da Previdência Social 51
Ministério da Saúde 52
Ministério das Cidades 58
Ministério das Comunicações 59
Ministério de Minas e Energia 62
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 70
Ministério do Meio Ambiente 74
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 74
Ministério do Trabalho e Emprego 75
Ministério dos Transportes 77
Conselho Nacional do Ministério Público 78
Ministério Público da União 84
Tribunal de Contas da União 208
Poder Judiciário 252
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 253

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 19, DE 2011

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a **Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011,** que "Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, em 10 de maio de 2011.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Atos do Poder Executivo

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 533, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º A União fica autorizada a transferir recursos aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, na forma desta Medida Provisória.

Parágrafo único. São considerados novos estabelecimentos públicos de educação infantil, para os efeitos desta Medida Provisória, aqueles:

I - construídos com recursos de programas federais;

II - em plena atividade;

III - cadastrados em sistema específico mantido pelo Ministério da Educação, no qual serão informados dados do estabelecimento e das crianças atendidas; e

IV - ainda não computados no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, independentemente da situação cadastral no Censo Escolar.

Art. 2º Os recursos financeiros abrangidos por esta Medida Provisória deverão ser aplicados exclusivamente em despesas correntes para a manutenção e desenvolvimento da educação infantil pública, de acordo com o que estabelece o art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Art. 3º O valor do apoio financeiro será estabelecido em ato do Ministro da Educação e terá como base:

I - o número de crianças atendidas exclusivamente na educação infantil pública, nos novos estabelecimentos de que trata o art. 1º; e

II - o valor anual mínimo por aluno definido nacionalmente para educação infantil, do ano anterior ao do apoio financeiro, nos termos da Lei nº 11.494, de 2007.

§ 1º O apoio financeiro se restringirá ao período compreendido entre o cadastramento do estabelecimento no sistema de que trata o inciso III do parágrafo único do art. 1º e o início do recebimento dos recursos do FUNDEB, não podendo ultrapassar dezoito meses.

§ 2º Os recursos serão transferidos somente após o cadastramento do novo estabelecimento no sistema de que trata o inciso III do parágrafo único do art. 1º.

§ 3º É vedada a inclusão no sistema previsto no inciso III do parágrafo único do art. 1º de crianças já computadas no âmbito do FUNDEB.

Art. 4º A transferência de recursos financeiros no âmbito desta Medida Provisória será efetivada, automaticamente, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, dispensando-se a celebração de convênio, acordo, contrato, ajuste ou instrumento congênere, mediante depósito em conta-corrente específica.

Parágrafo único. O Conselho Deliberativo do FNDE disporá, em ato próprio, sobre os critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas do apoio financeiro.

Art. 5º Os novos estabelecimentos de educação infantil de que trata o art. 1º deverão ser cadastrados por ocasião da realização do Censo Escolar imediatamente posterior ao início das atividades escolares, sob pena de interrupção do apoio financeiro e devolução das parcelas já recebidas.

Art. 6º O Distrito Federal e os Municípios deverão fornecer, sempre que solicitados, a documentação relativa à execução dos recursos recebidos no âmbito desta Medida Provisória ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo Federal e aos conselhos de acompanhamento e controle social de que trata o art. 7º.

Art. 7º O acompanhamento e o controle social sobre a transferência e aplicação dos recursos repassados serão exercidos no âmbito do Distrito Federal e dos Municípios pelos respectivos conselhos previstos no art. 24 da Lei nº 11.494, de 2007.

Parágrafo único. Os conselhos a que se refere o **caput** analisarão as prestações de contas dos recursos repassados à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e formularão parecer conclusivo acerca da aplicação desses recursos, encaminhando-o ao FNDE.

Art. 8º O apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil correrá à conta de dotação específica consignada no orçamento do FNDE, observados os limites de movimentação, empenho e pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

Art. 9º Os valores transferidos para a manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil não poderão ser considerados pelo Distrito Federal e pelos Municípios para os fins de cumprimento do art. 212 da Constituição.

Art. 10. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Fernando Haddad
Miriam Belchior

DECRETO Nº 7.474, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre o remanejamento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e altera os Anexos I e II do Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 50 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam remanejados, na forma do Anexo I, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS:

I - do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior para a Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: um DAS 102.5; e

II - da Secretaria de Gestão, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior: um DAS 101.5.

Art. 2º Em decorrência do disposto no art. 1º, o Anexo II do Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo II deste Decreto.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º O art. 2º do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º .....

I - .....

.....

b) Secretaria-Executiva:

1. Subsecretaria de Gestão Estratégica e Competitividade; e

2. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração;

....." (NR)

Art. 4º O Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 2010, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

"Art 4º-A. À Subsecretaria de Gestão Estratégica e Competitividade compete:

I - coordenar, acompanhar e monitorar a implementação do Plano de Ação Estratégica;

II - realizar estudos e desenvolver metodologias de gestão, com vistas a subsidiar a implementação das ações da área de competência do Ministério no contexto da política governamental de desenvolvimento econômico e social;

III - monitorar e avaliar a execução de planos, programas, projetos e atividades do Ministério, de modo a subsidiar a tomada de decisão superior; e

IV - propor diretrizes e supervisionar a formulação e a implementação de modelos de sistemas de informação estratégica e gerencial." (NR)

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Fernando Damata Pimentel
Miriam Belchior

ANEXO I

REMANEJAMENTO DE CARGOS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MDIC P/ A SEGES/MP (a)		DA SEGES/MP P/ O MDIC (b)	
		QTDE	VALOR TOTAL	QTDE	VALOR TOTAL
DAS 101.5	4,25	-	-	1	4,25
DAS 102.5	4,25	1	4,25	-	-
TOTAL		**1**	**4,25**	**1**	**4,25**
SALDO DO REMANEJAMENTO (a-b)				**0**	**0,00**

ANEXO II

(Anexo II do Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

UNIDADE	CARGO / FUNÇÃO	DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO	NE/ DAS/ FG
	4	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor Especial de Controle Interno	102.5
	2	Assessor	102.4
	4	Assistente Técnico	102.1
GABINETE DO MINISTRO	1	Chefe de Gabinete	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente Técnico	102.1
	3		FG-1
	5		FG-2
	1		FG-3
Assessoria Técnica e Administrativa	1	Chefe de Assessoria	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
Divisão	2	Chefe	101.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	101.4
	3	Assistente Técnico	102.1
Assessoria Internacional	1	Chefe de Assessoria	101.4
SECRETARIA-EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Assistente Técnico	102.1
SUBSECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E COMPETITIVIDADE	1	Subsecretário	101.5
Assessoria Técnica	1	Chefe de Assessoria	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
	4	Assistente Técnico	102.1
Serviço	1	Chefe	101.1
	2		FG-1
	1		FG-3
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	1	Subsecretário	101.5
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
Serviço	1	Chefe	101.1
	19		FG-1
	7		FG-2
	5		FG-3
Coordenação-Geral de Recursos Humanos	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	6	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	5	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Modernização e Informática	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
SECRETARIA-EXECUTIVA DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR	1	Secretário-Executivo	101.6
	6	Assessor Especial do Secretário-Executivo	102.5
	3	Assessor	102.4
	5	Assessor Técnico	102.3
	11	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
Gabinete	1	Chefe	101.4
SECRETARIA-EXECUTIVA DO CONSELHO NACIONAL DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO	1	Secretário-Executivo	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Análises de Projetos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral de Planejamento, Normas e Fiscalização	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
	1	Assistente Técnico	102.1
	5		FG-3
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
OUVIDORIA	1	Ouvidor	101.4
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO	1	Secretário	101.6
	1	Assessor	102.4
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ANTONIO PALOCCI FILHO
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

BETO FERREIRA MARTINS VASCONCELOS
Secretário Executivo da Casa Civil

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1

Publicação de atos normativos

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de
Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011051100002

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	1		FG-1	Serviço	1	Chefe	101.1
	2		FG-2				
Gabinete	1	Chefe	101.4	Coordenação-Geral de Disciplinas Comerciais	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2	Divisão	1	Chefe	101.2
	1		FG-2	DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL	1	Diretor	101.5
	3		FG-3				
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Ações e Programas Especiais	1	Coordenador-Geral	101.4	Coordenação-Geral de Defesa da Indústria, Negociações e Normas	1	Coordenador-Geral	101.4
				Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Estudos e Inserção Internacional	1	Coordenador-Geral	101.4	Coordenação-Geral de Produtos Agropecuários	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3	Coordenação	2	Coordenador	101.3
DEPARTAMENTO DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL	1	Diretor	101.5	Serviço	1	Chefe	101.1
	3	Assessor Técnico	102.3	Coordenação-Geral de Produtos Intermediários	1	Coordenador-Geral	101.4
	2	Assistente Técnico	102.1	Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1		FG-1	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR	1	Diretor	101.5
	1		FG-3				
Coordenação-Geral de Análise da Competitividade e Desenvolvimento Sustentável	1	Coordenador-Geral	101.4	Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Programas de Apoio às Exportações	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Investimentos	1	Coordenador-Geral	101.4	Coordenação	1	Coordenador	101.3
				Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral de Arranjos Produtivos Locais	1	Coordenador-Geral	101.4	Serviço	1	Chefe	101.1
DEPARTAMENTO DE SETORES INTENSIVOS EM CAPITAL E TECNOLOGIA	1	Diretor	101.5	Coordenação-Geral de Análise e Divulgação Estatística	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1	Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1		FG-1	Divisão	1	Chefe	101.2
				Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral das Indústrias de Bens de Capital	1	Coordenador-Geral	101.4	Coordenação-Geral de Produção Estatística	1	Coordenador-Geral	101.4
				Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral das Indústrias do Complexo Eletroeletrônico	1	Coordenador-Geral	101.4	Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral das Indústrias Químicas e de Transformados Plásticos	1	Coordenador-Geral	101.4	DEPARTAMENTO DE NORMAS E COMPETITIVIDADE NO COMÉRCIO EXTERIOR	1	Diretor	101.5
DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIAS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	1	Diretor	101.5	Coordenação-Geral de Normas e Facilitação de Comércio	1	Coordenador-Geral	101.4
	1		FG-1	Coordenação-Geral de Competitividade Exportadora	1	Coordenador-Geral	101.4
	1		FG-2	Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação-Geral das Indústrias Automotiva, Naval e de Equipamentos de Transporte	1	Coordenador-Geral	101.4	Serviço	1	Chefe	101.1
	1	Assessor Técnico	102.3	**SECRETARIA DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**	1	Secretário	101.6
Coordenação-Geral das Indústrias de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias	1	Coordenador-Geral	101.4	Gabinete	1	Chefe	101.4
	1	Assistente	102.2		1	Assistente Técnico	102.1
Coordenação-Geral das Indústrias de Transporte Aéreo e Aeroespacial	1	Coordenador-Geral	101.4		5		FG-2
					2		FG-3
DEPARTAMENTO DAS INDÚSTRIAS INTENSIVAS EM MÃO-DE-OBRA E RECURSOS NATURAIS	1	Diretor	101.5	DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE COMÉRCIO E SERVIÇOS	1	Diretor	101.5
	1	Assessor Técnico	102.3		1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2	Coordenação-Geral de Mercado Doméstico	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente Técnico	102.1	Divisão	1	Chefe	101.2
	1		FG-1	Coordenação-Geral de Mercado Externo	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação-Geral de Agronegócios	1	Coordenador-Geral	101.4	Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Mão-de-Obra	1	Coordenador-Geral	101.4	DEPARTAMENTO DE MICRO, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	1	Diretor	101.5
				Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação-Geral das Indústrias Intensivas em Recursos Naturais	1	Coordenador-Geral	101.4		1	Assistente	102.2
					1		FG-1
SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR	1	Secretário	101.6		1		FG-3
Gabinete	1	Chefe	101.4	Coordenação-Geral de Micro, Pequena e Média Empresa Industrial e Artesanal	1	Coordenador-Geral	101.4
	3	Assistente	102.2		1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3	Coordenação-Geral de Articulação Institucional, Crédito e Fomento às Micro, Pequenas e Médias Empresas	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2				
Serviço	2	Chefe	101.1	DEPARTAMENTO NACIONAL DE REGISTRO DO COMÉRCIO	1	Diretor	101.5
	10		FG-1		2	Assistente	102.2
	7		FG-2		1	Assistente Técnico	102.1
	8		FG-3				
DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR	1	Diretor	101.5	Coordenação	1	Coordenador	101.3
Coordenação	2	Coordenador	101.3	Serviço	1	Chefe	101.1
Divisão	1	Chefe	101.2				
Coordenação-Geral de Licenças de Importação	1	Coordenador-Geral	101.4	Junta Comercial do Distrito Federal	1	Presidente	101.4
				Secretaria-Geral	1	Secretário-Geral	101.3
	1	Assistente Técnico	102.1		2	Assistente Técnico	102.1
				Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação-Geral de Mecanismos de Exportação	1	Coordenador-Geral	101.4	Coordenação-Geral dos Serviços de Registro Mercantil	1	Coordenador-Geral	101.4
Divisão	1	Chefe	101.2		3	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Informação e Desenvolvimento do SISCOMEX	1	Coordenador-Geral	101.4	**SECRETARIA DE INOVAÇÃO**	1	Secretário	101.6
					3		FG-1
DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS	1	Diretor	101.5	Gabinete	1	Chefe	101.4
Coordenação-Geral de Organismos Multilaterais	1	Coordenador-Geral	101.4	DEPARTAMENTO DE FOMENTO À INOVAÇÃO	1	Diretor	101.5
Serviço	1	Chefe	101.1		1	Gerente de Projeto	101.4
					1	Assessor Técnico	102.3
Coordenação-Geral da ALADI e MERCOSUL	1	Coordenador-geral	101.4		1	Assistente	102.2
Divisão	1	Chefe	101.2	DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIAS INOVADORAS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Negociações Extrarregionais	1	Coordenador-Geral	101.4		1	Gerente de Projeto	101.4
					1	Assessor Técnico	102.3
Divisão	1	Chefe	101.2		1	Assistente	102.2

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

a) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR.

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,40	1	5,40	1	5,40
DAS 101.6	5,28	5	26,40	5	26,40
DAS 101.5	4,25	18	76,50	19	80,75
DAS 101.4	3,23	55	177,65	55	177,65
DAS 101.3	1,91	30	57,30	30	57,30
DAS 101.2	1,27	30	38,10	30	38,10
DAS 101.1	1,00	32	32,00	32	32,00
DAS 102.5	4,25	12	51,00	11	46,75
DAS 102.4	3,23	6	19,38	6	19,38
DAS 102.3	1,91	15	28,65	15	28,65
DAS 102.2	1,27	31	39,37	31	39,37
DAS 102.1	1,00	36	36,00	36	36,00
SUBTOTAL 1		**271**	**587,75**	**271**	**587,75**
FG-1	0,20	43	8,60	43	8,60
FG-2	0,15	28	4,20	28	4,20
FG-3	0,12	27	3,24	27	3,24
SUBTOTAL 2		**98**	**16,04**	**98**	**16,04**
TOTAL (1+2)		**369**	**603,79**	**369**	**603,79**

DECRETO Nº 7.475, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a composição dos órgãos estatutários da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nas Leis nºs 5.862, de 12 de dezembro de 1972, 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e 12.353, de 28 de dezembro de 2010,

D E C R E T A :

Art. 1º A Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO tem a seguinte composição:

I - Assembleia-Geral;

II - Conselho de Administração;

III - Diretoria-Executiva; e

IV - Conselho Fiscal.

§ 1º O Conselho de Administração é composto por sete membros, dos quais seis eleitos pela Assembléia Geral e um escolhido pelos empregados ativos, nos termos da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010.

§ 2º A Diretoria-Executiva é composta pelo presidente e por até sete diretores, eleitos na forma do estatuto social, que disporá sobre as respectivas áreas de competência.

§ 3º O Conselho Fiscal é composto por três membros titulares e três suplentes, sendo um membro titular e respectivo suplente indicados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e, ainda, um membro titular e respectivo suplente indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda.

Art. 2º A INFRAERO providenciará em até trinta dias a adequação de seu estatuto social ao disposto neste Decreto e o encaminhará para aprovação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República.

Art. 3º Aplica-se a este Decreto, no que couber, as disposições contidas no Decreto nº 757, de 19 de fevereiro de 1993.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Wagner Bittencourt de Oliveira

DECRETO Nº 7.476, DE 10 DE MAIO DE 2011

Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e das Gratificações de Representação pelo Exercício de Função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, altera dispositivos do Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, e dá outras providências.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, das Gratificações de Exercício em Cargo de Confiança e das Gratificações de Representação pelo Exercício de Função da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, na forma dos Anexos I e II a este Decreto.

Art. 2º Ficam remanejados, na forma do Anexo IV a este Decreto, os seguintes cargos:

I - do Ministério da Defesa para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores: um DAS 101.6, três DAS 101.5, seis DAS 101.4, seis DAS 101.3, um DAS 102.4, oito DAS 102.2, e dois DAS 102.1;

II - do Ministério da Defesa para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, uma Gratificação de Exercício em Cargo de Confiança Devida a Militar do Grupo 0002 (B) e as seguintes Gratificações de Representação pelo Exercício de Função (RMA): duas Nível V e uma Nível II;

III - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República um cargo de Natureza Especial, três DAS 101.6, dez DAS 101.5, vinte e cinco DAS 101.4, trinta e sete DAS 101.3, dezenove DAS 101.2, dez DAS 101.1, dois DAS 102.5, cinco DAS 102.4, oito DAS 102.3, vinte e quatro DAS 102.2 e onze DAS 102.1; e

IV - da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República uma Gratificação de Exercício em Cargo de Confiança Devida a Militar do Grupo 0002 (B) e as seguintes Gratificações de Representação pelo Exercício de Função: duas Nível V e uma Nível II.

Art. 3º Os cargos em comissão e gratificações remanejados da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Defesa por força do art. 2º do Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011, são os especificados no Anexo V.

Art. 4º Os cargos em comissão remanejados do Ministério da Defesa para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por força do art. 1º, inciso X, do Decreto nº 7.429, de 17 de janeiro de 2011, são os especificados no Anexo VI.

Art. 5º Os apostilamentos decorrentes da aprovação da Estrutura Regimental de que trata o art. 1º deverão ocorrer no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. Após os apostilamentos previstos no **caput**, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o Ministro de Estado da Defesa farão publicar no Diário Oficial da União, no prazo de até trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto, relação nominal dos titulares dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS a que se referem os Anexos II e III, indicando, inclusive, o número de cargos vagos, sua denominação e respectivo nível.

Art. 6º O Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o Ministro de Estado da Defesa poderão editar regimento interno para detalhar as unidades administrativas integrantes das Estruturas Regimentais dos respectivos órgãos sob sua direção, suas competências e as atribuições de seus dirigentes.

Art. 7º O Anexo I ao Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º .....
.....

XXV - infraestrutura aeroespacial e aeronáutica; e
....." (NR)

"Art. 6º .....
.....

§ 1º A integração e a orientação das ações de controle das unidades setoriais de controle interno serão exercidas no âmbito da Comissão de Controle Interno do Ministério da Defesa, órgão colegiado formado pelos titulares das unidades setoriais e pelo Secretário de Controle Interno, que a presidirá.
....." (NR)

"Art. 21. .....

VI - formular a política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução;
....." (NR)

"Art. 22. .....
.....

VIII - elaborar as propostas de atos normativos da área de competência do Departamento;
.....

X - propor as bases para a formulação da política de remuneração dos militares e de seus pensionistas e acompanhar a sua execução;
....." (NR)

"Art. 29. .....
.....

II - com exceção do que se refere à remuneração dos militares, formular e atualizar a política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;
....." (NR)

"Art. 30. .....
.....

II - com exceção do que se refere à remuneração dos militares, propor as bases para a formulação e a atualização da política de pessoal civil, militar e pensionistas, bem como formular e atualizar as políticas, estratégias e diretrizes setoriais de pessoal civil, militar e pensionistas, em seus aspectos comuns a mais de uma Força, e acompanhar a sua execução;
....." (NR)

"Art. 47. .....

I - os de Chefe de Preparo e Emprego, de Chefe de Assuntos Estratégicos e de Chefe de Logística do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, além daquele de Comandante da Escola Superior de Guerra, que deverá ser exercido em Brasília, serão ocupados por oficiais-generais da ativa, do último posto, em sistema de rodízio entre as Forças Armadas;

II - os de Secretário, quando destinados a militar, serão ocupados por oficiais-generais;
.....

V - os de Diretor de Departamento, quando destinados a militar, serão exercidos por oficiais-generais;
....." (NR)

Art. 8º O Anexo II ao Decreto nº 7.364, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo III a este Decreto.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 9º As Gratificações de Representação da Presidência da República - GR de que trata o § 2º do art. 5º da Medida Provisória nº 527, de 18 de março de 2011, são as constantes do Quadro "g" do Anexo III a este Decreto.

Art. 10. A Secretaria-Geral da Presidência da República prestará o necessário apoio administrativo e financeiro à Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, até a sua completa instalação, sem prejuízo do disposto no art. 4º da Medida Provisória nº 527, de 2011.

Art. 11. Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo I ao Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010:

I - a alínea "d" do inciso III e os incisos VI e VII do art. 2º; e

II - os arts. 33, 34, 35, 36 e 39.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor no dia 16 de maio de 2011.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior
Wagner Bittencourt de Oliveira

ANEXO I

ESTRUTURA REGIMENTAL DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E COMPETÊNCIA

Art. 1º À Secretaria de Aviação Civil, órgão essencial da Presidência da República compete:

I - formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento do setor de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

II - elaborar estudos e projeções relativos aos assuntos de aviação civil e de infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil e sobre a logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com os demais órgãos governamentais competentes;

III - formular e implementar o planejamento estratégico do setor, definindo prioridades dos programas de investimentos;

IV - elaborar e aprovar os planos de outorgas para exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

V - propor ao Presidente da República a declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão das infraestruturas aeronáutica e aeroportuária;

VI - administrar recursos, fundos e programas de desenvolvimento da infraestrutura de aviação civil;

VII - coordenar os órgãos e entidades do sistema de aviação civil, em articulação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

VIII - transferir para Estados, Distrito Federal e Municípios, por meio de convênios de delegação, a implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente;

IX - formular, implementar, avaliar e monitorar as políticas do setor de aviação civil, promovendo a concorrência, de forma a assegurar a prestação adequada dos serviços, a modicidade de tarifas e a agregação de novos usuários ao modal de transporte aéreo;

X - atribuir a infraestrutura aeroportuária a ser implantada, administrada, operada e explorada pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero; e

XI - coordenar e acompanhar os assuntos referentes à aviação civil, as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil que necessitem de posicionamento do Brasil junto aos organismos internacionais, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º A Secretaria de Aviação Civil tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil:

a) Gabinete;

b) Secretaria-Executiva;

1. Departamento de Administração Interna; e

2. Assessoria Jurídica;

II - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria de Política Regulatória de Aviação Civil:

1. Departamento de Regulação e Concorrência da Aviação Civil;

2. Departamento de Outorgas; e

3. Departamento de Política de Serviços Aéreos;

b) Secretaria de Aeroportos:

1. Departamento de Planejamento e Estudos;

2. Departamento de Gestão Aeroportuária; e

3. Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos;

c) Secretaria de Navegação Aérea Civil: Departamento de Gestão e Planejamento da Navegação Aérea Civil;

III - unidade descentralizada: Escritório de Representação no Rio de Janeiro;

IV - entidades vinculadas:

a) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC; e

b) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO.

CAPÍTULO III
DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS

Seção I
Dos Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil

Art. 3º Ao Gabinete compete:

I - assistir o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil em sua representação política e social, ocupar-se das relações públicas e do preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Secretaria de Aviação Civil, em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional, pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público;

IV - providenciar a publicação oficial e a divulgação das matérias relacionadas com a área de atuação da Secretaria de Aviação Civil;

V - apoiar a participação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil em órgãos colegiados;

VI - exercer as atividades de comunicação social, relativas às realizações da Secretaria de Aviação Civil;

VII - assessorar a representação do Brasil na negociação de convenções, acordos, tratados e atos relacionados à aviação civil, ao transporte aéreo e as infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil com outros países ou organizações internacionais, respeitadas as competências legais dos demais órgãos e entidades;

VIII - assessorar o Ministro de Estado Chefe na proposição de diretrizes para identificação de práticas operacionais, legislações e procedimentos adotados em outros países que restrinjam ou conflitem com regulamentos e acordos internacionais firmados pelo Brasil;

IX - propor ao Ministro de Estado Chefe a celebração de acordos e instrumentos de cooperação técnica internacional por parte da Secretaria de Aviação Civil; e

X - supervisionar, coordenar e orientar a Representação da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República localizada no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - assessorar o Ministro de Estado Chefe, no âmbito de sua competência;

II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos, de serviços gerais, de documentação e arquivos, de administração financeira e de contabilidade, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil;

III - exercer a coordenação superior das ações governamentais e das medidas referentes às áreas de atuação da Secretaria de Aviação Civil;

IV - assessorar o Ministro de Estado Chefe quanto à interação com a ANAC, a Infraero e outros órgãos e entidades da Administração Pública, direta e indireta;

V - colaborar com o Ministro de Estado Chefe na direção, orientação, coordenação e no controle dos trabalhos da Secretaria de Aviação Civil, na definição de diretrizes e na implementação das ações da sua área de competência;

VI - coordenar a articulação da Secretaria de Aviação Civil com os demais órgãos do governo federal para a condução das políticas e programas nas áreas afetas a políticas nacionais e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento do setor de aviação civil;

VII - assistir o Ministro de Estado Chefe na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da Secretaria de Aviação Civil e dos órgãos e entidades a ela vinculados;

VIII - coordenar a elaboração, implementação e acompanhamento do planejamento estratégico e das metas da Secretaria de Aviação Civil;

IX - exercer as atividades de Secretaria-Executiva do Conselho de Aviação Civil;

X - acompanhar e avaliar os projetos, ações e o cumprimento das deliberações adotadas pelo Conselho de Aviação Civil; e

XI - coordenar as atividades da Comissão Técnica de Coordenação das Atividades Aéreas - COTAER, de que trata o art. 4º do Decreto nº 3.564, de 17 de agosto de 2000.

Art. 5º Ao Departamento de Administração Interna da Secretaria-Executiva compete:

I - planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira e contabilidade, de gestão e inovação de processos da administração de tecnologia da informação e informática, de gestão de pessoas, de logística, de documentação e arquivo, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil e em articulação com a Secretaria-Geral da Presidência da República;

II - planejar, coordenar, promover e disseminar melhores práticas de gestão e de modernização institucional;

III - elaborar a proposição orçamentária e o plano plurianual;

IV - promover e coordenar a elaboração e implementação de planos, programas, projetos e atividades relativos à sua área de competência;

V - acompanhar e avaliar projetos e atividades, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil;

VI - elaborar e acompanhar os atos relacionados com a gestão dos recursos voltados para o desenvolvimento da aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;

VII - gerir contábil e financeiramente os recursos destinados ao Fundo Nacional de Aviação Civil - FNAC; e

VIII - disponibilizar anualmente no sítio eletrônico da Secretaria de Aviação Civil informações contábeis e financeiras, além de descrição de resultados econômicos e sociais obtidos pelo FNAC, em conjunto com a Secretaria de Aeroportos.

Art. 6º À Assessoria Jurídica, órgão de execução da Advocacia-Geral da União junto à Secretaria de Aviação Civil, compete:

I - prestar assessoria e consultoria ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil em assuntos de natureza jurídica;

II - assistir ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil no controle interno da legalidade dos atos a serem por ele praticados ou já efetivados;

III - elaborar estudos sobre temas jurídicos, quando solicitada, e examinar, prévia e conclusivamente, anteprojetos de lei, medidas provisórias, decretos e outros atos normativos de interesse da Secretaria de Aviação Civil;

IV - emitir parecer nas representações e denúncias que lhe forem encaminhadas, por determinação do Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil, sugerindo as providências cabíveis;

V - preparar informações para instrução de processos judiciais de interesse da Secretaria de Aviação Civil;

VI - propor a declaração de nulidade de ato administrativo praticado no âmbito da Secretaria de Aviação Civil; e

VII - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito da Secretaria de Aviação Civil, os textos de editais de licitação e de contratos, convênios, acordos ou atos congêneres, a serem celebrados e publicados, bem como os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir pela dispensa de licitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Seção II
Dos Órgãos Específicos Singulares

Art. 7º À Secretaria de Política Regulatória da Aviação Civil compete:

I - assessorar o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil na coordenação e supervisão dos órgãos e das entidades responsáveis pela regulação e fiscalização das atividades de aviação civil e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;

II - formular, coordenar e supervisionar políticas de regulação econômica dos serviços aéreos e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;

III - submeter à aprovação do Ministro de Estado Chefe os planos de outorgas para a exploração da infraestrutura aeroportuária, ouvida a ANAC;

IV - formular políticas e diretrizes para a delegação da infraestrutura aeroportuária;

V - submeter à aprovação do Ministro de Estado Chefe a transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios da implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente, em conjunto com a Secretaria de Aeroportos;

VI - acompanhar o mercado e formular políticas públicas que incentivem a eficiência econômica, a competição, a prestação adequada dos serviços aéreos domésticos e internacionais e o desenvolvimento da aviação civil, em consonância com a Política Nacional de Aviação Civil - PNAC;

VII - acompanhar e propor diretrizes para a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo com outros países ou organizações internacionais de aviação civil;

VIII - propor, em conjunto com as demais Secretarias, políticas, diretrizes e orientações para a formação e capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento da aviação civil;

IX - assessorar as atividades da Secretaria-Executiva do Conselho de Aviação Civil, nos assuntos de sua competência;

X - acompanhar a implementação da PNAC e propor sua atualização nos assuntos de sua competência; e

XI - propor políticas e diretrizes para o desenvolvimento do mercado comum sul-americano de transporte aéreo.

Art. 8º Ao Departamento de Regulação e Concorrência da Aviação Civil compete:

I - acompanhar o comportamento do mercado de transporte aéreo com vistas a subsidiar a formulação de políticas públicas que incentivem a eficiência econômica, a competição, a prestação adequada dos serviços aéreos e o desenvolvimento da aviação civil em consonância com a PNAC;

II - propor políticas e diretrizes para a regulação econômica dos serviços aéreos e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil voltadas para o aumento da eficiência e da concorrência;

III - propor medidas para o aprimoramento da coordenação e supervisão dos órgãos e das entidades responsáveis pela regulação e fiscalização das atividades de aviação civil, das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;

IV - formular políticas e diretrizes para o aumento da eficiência do setor de aviação civil a partir da coordenação das atividades de regulação do transporte aéreo e das infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil;

V - acessar os bancos de dados mantidos por órgãos ou entidades do sistema de aviação civil e organizar, quando necessário, banco de dados próprio com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e propor indicadores de desempenho;

VI - acompanhar o comportamento do mercado de aviação civil e subsidiar a formulação de políticas relacionadas à formação de recursos humanos para o desenvolvimento da aviação civil e a prestação de serviço público adequado à sociedade; e

VII - desempenhar atividades de planejamento, gerenciamento e avaliação de resultados relativos às políticas, aos planos, aos programas e aos projetos referentes à política regulatória e à concorrência.

Art. 9º Ao Departamento de Outorgas compete:

I - elaborar propostas de planos de outorgas para exploração da infraestrutura aeroportuária;

II - elaborar estudos a respeito da transferência para Estados, Distrito Federal e Municípios da implantação, administração, operação, manutenção e exploração de aeródromos públicos, direta ou indiretamente, em conjunto com o Departamento de Gestão Aeroportuária;

III - formular políticas públicas voltadas para a delegação da infraestrutura aeroportuária e acompanhar a sua implementação, em coordenação com o Departamento de Regulação e Concorrência da Aviação Civil;

IV - elaborar convênios de delegação da infraestrutura aeroportuária a serem celebrados entre a União e os Estados, Distrito Federal e Municípios; e

V - acompanhar, junto a ANAC, a elaboração dos editais de delegação da exploração da infraestrutura aeroportuária.

Art. 10. Ao Departamento de Política de Serviços Aéreos compete:

I - propor políticas e diretrizes para estímulo à competição e expansão dos serviços aéreos domésticos e internacionais, com vistas à redução das barreiras à entrada no setor, ao aumento da oferta e à modicidade dos preços;

II - acessar os bancos de dados mantidos por órgãos ou entidades do sistema de aviação civil e organizar, quando necessário, banco de dados próprio com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e propor indicadores de desempenho para os serviços aéreos doméstico e internacional;

III - propor diretrizes para a representação do Brasil em convenções, acordos, tratados e atos de transporte aéreo com outros países ou organizações internacionais de aviação civil, especialmente em relação aos Acordos sobre Serviços Aéreos;

IV - propor políticas e diretrizes para o desenvolvimento e implementação do mercado comum sul-americano de transporte aéreo, a fim de eliminar restrições à exploração de rotas entre o Brasil e demais países do continente;

V - propor políticas, diretrizes e orientações para o desenvolvimento e a expansão dos serviços de transporte aéreo prestados em ligações aéreas domésticas de baixa e média densidade de tráfego; e

VI - desempenhar atividades de planejamento, gerenciamento e avaliação de resultados relativos às políticas, aos planos, aos programas e aos projetos referentes aos serviços aéreos.

Art. 11. À Secretaria de Aeroportos compete:

I - assessorar o Ministro de Estado Chefe na coordenação e supervisão dos órgãos e das entidades responsáveis pela gestão da infraestrutura aeroportuária;

II - formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento e gestão da infraestrutura aeroportuária;

III - elaborar o plano plurianual de investimentos em infraestruturas aeroportuária e aeronáutica civil, em conjunto com a Secretaria de Navegação Aérea Civil;

IV - planejar e acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeroportuária;

V - administrar a aplicação dos recursos provenientes do Programa Federal de Auxílio a Aeroportos - PROFAA e outros recursos que lhe forem atribuídos;

VI - propor o planejamento da infraestrutura aeroportuária, em coordenação com as demais Secretarias e em harmonia com os demais planos de transporte;

VII - acompanhar a implementação da PNAC e propor sua atualização nos assuntos relativos a infraestrutura aeroportuária;

VIII - implementar políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a eficiência da infraestrutura aeroportuária;

IX - assessorar as atividades da Secretaria-Executiva do Conselho de Aviação Civil, nos assuntos de sua competência; e

X - assessorar o Ministro de Estado Chefe na proposição ao Presidente da República de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura aeroportuária.

Art. 12. Ao Departamento de Planejamento e Estudos compete:

I - elaborar e manter atualizado o planejamento da infraestrutura aeroportuária;

II - elaborar estudos e projeções de capacidade e de demanda da infraestrutura aeroportuária;

III - elaborar estudos para a priorização dos investimentos federais em infraestrutura aeroportuária;

IV - elaborar estudos e projeções relativos aos assuntos de infraestrutura aeroportuária e sobre a logística do transporte aéreo e do transporte intermodal e multimodal, ao longo de eixos e fluxos de produção, em articulação com os demais órgãos governamentais competentes; e

V - compatibilizar o planejamento da infraestrutura aeroportuária ao planejamento de infraestrutura aeronáutica civil, em conjunto com o Departamento de Gestão e Planejamento da Navegação Aérea Civil.

Art. 13. Ao Departamento de Gestão Aeroportuária compete:

I - propor melhorias no processo de gestão e administração aeroportuária;

II - acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeroportuária;

III - coordenar, em conjunto com os órgãos e entidades do setor, a formulação de diretrizes para a segurança operacional, a facilitação do transporte aéreo e a segurança da aviação civil contra atos de interferência ilícita, relacionados a infraestrutura aeroportuária;

IV - propor políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a capacidade e eficiência da infraestrutura aeroportuária; e

V - avaliar os casos passíveis de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura aeroportuária.

Art. 14. Ao Departamento de Gestão do Programa Federal de Auxílio aos Aeroportos - PROFAA compete:

I - planejar, coordenar, e fiscalizar a aplicação dos recursos provenientes do PROFAA, e outros recursos que lhe forem atribuídos;

II - subsidiar a elaboração da proposição orçamentária e do plano plurianual de investimentos referente aos recursos do PROFAA;

III - analisar, supervisionar e aprovar as etapas de execução dos convênios do PROFAA, incluindo seleção dos projetos dos Estados, celebração, execução do objeto conveniado, recebimento e prestação de contas; e

IV - atualizar as informações relativas ao andamento dos convênios do PROFAA celebrados ou programados.

Art. 15. À Secretaria de Navegação Aérea Civil compete:

I - assessorar o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil na coordenação e supervisão dos órgãos e das entidades responsáveis pela gestão, regulação e fiscalização da infraestrutura aeronáutica civil;

II - formular, coordenar e supervisionar as políticas para o desenvolvimento, planejamento e gestão da infraestrutura aeronáutica civil, em coordenação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

III - planejar e acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeronáutica civil, em coordenação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

IV - harmonizar o planejamento da infraestrutura aeronáutica civil ao planejamento de infraestrutura aeroportuária, em conjunto com a Secretaria de Aeroportos;

V - implementar políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a eficiência da infraestrutura aeronáutica civil;

VI - propor políticas e diretrizes visando à segurança da navegação aérea civil, em coordenação, no que couber, com o Ministério da Defesa;

VII - propor políticas e diretrizes para a Zona de Proteção de Aeródromos, para os Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e para a mitigação do perigo da avifauna nos aeródromos e suas imediações;

VIII - propor, no âmbito do Conselho de Aviação Civil - CONAC, políticas e diretrizes visando à modernização institucional dos órgãos e entidades responsáveis pela infraestrutura aeronáutica civil;

IX - acompanhar a implementação da Política Nacional de Aviação Civil - PNAC e propor sua atualização nos assuntos relativos a infraestrutura aeronáutica civil;

X - assessorar as atividades da Secretaria-Executiva do Conselho de Aviação Civil -CONAC nos assuntos relativos a infraestrutura aeronáutica civil; e

XI - assessorar o Ministro de Estado Chefe na proposição ao Presidente da República de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura aeronáutica civil.

Art. 16. Ao Departamento de Gestão e Planejamento da Navegação Aérea Civil compete:

I - coordenar e acompanhar a implantação de sistemas, equipamentos e procedimentos referentes à navegação aérea civil;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

II - acompanhar junto ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo - DECEA o planejamento e a execução dos planos de capacitação profissional dos técnicos e controladores destinados às atividades de controle do espaço aéreo;

III - realizar estudos para a elaboração de políticas e diretrizes para a Zona de Proteção de Aeródromos, para os Planos Específicos de Zoneamento de Ruído e para a mitigação do perigo da avifauna nos aeródromos e suas imediações;

IV - acompanhar e buscar a harmonização da atuação da ANAC e do Comando da Aeronáutica - COMAER na implementação das diretrizes para mitigação do perigo da avifauna nos aeródromos e suas imediações;

V - realizar estudos para a elaboração de políticas e diretrizes para a segurança da navegação aérea civil;

VI - acompanhar e coordenar a implementação de programas relativos à segurança da navegação aérea civil;

VII - elaborar estudos e projeções de capacidade e de demanda da infraestrutura aeronáutica civil;

VIII - planejar e acompanhar a execução dos programas de investimentos federais em infraestrutura aeronáutica civil;

IX - propor políticas de otimização do uso da infraestrutura aeronáutica civil;

X - propor políticas de desenvolvimento e aplicação de tecnologias que aumentem a capacidade e a eficiência da infraestrutura aeronáutica civil;

XI - harmonizar o planejamento da infraestrutura aeronáutica civil ao planejamento de infraestrutura aeroportuária, em conjunto com o Departamento de Planejamento e Estudos da Secretaria de Aeroportos; e

XII - avaliar os casos passíveis de declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou instituição de servidão administrativa, dos bens necessários à construção, manutenção e expansão da infraestrutura aeronáutica civil.

Seção III
Da Unidade Descentralizada

Art. 17. Ao Escritório de Representação no estado do Rio de Janeiro compete assistir o Ministro nas ações desenvolvidas pela Secretaria de Aviação Civil na sua jurisdição.

CAPÍTULO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 18. Ao Secretário-Executivo incumbe:

I - coordenar, consolidar e submeter ao Ministro de Estado Chefe o plano de ação global da Secretaria de Aviação Civil;

II - supervisionar e avaliar a execução dos projetos e atividades da Secretaria de Aviação Civil;

III - supervisionar e coordenar a articulação dos órgãos da Secretaria de Aviação Civil com os órgãos da Presidência da República e os da Administração Pública Federal, direta e indireta, por determinação do Ministro;

IV - supervisionar e coordenar as Secretarias integrantes da estrutura da Secretaria de Aviação Civil, subordinadas ao Ministro; e

V - substituir o Ministro nos seus afastamentos ou impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 19. Aos Secretários incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar, acompanhar e avaliar a execução das atividades de suas unidades.

Art. 20. Ao Chefe de Gabinete, ao Chefe da Assessoria Jurídica, aos Diretores e aos demais dirigentes incumbe planejar, coordenar e orientar a execução das atividades das respectivas unidades.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 21. As requisições de pessoal para ter exercício na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República serão feitas por intermédio da Casa Civil da Presidência da República.

Parágrafo único. As requisições de que trata o **caput** são irrecusáveis, por tempo indeterminado, e deverão ser prontamente atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 22. As requisições de militares das Forças Armadas e os pedidos de cessão de membros das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares para a Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República serão feitas pelo Ministro de Estado Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, conforme o caso, diretamente ao Ministério da Defesa, ou aos respectivos Governos dos Estados e do Distrito Federal.

§ 1º Os militares à disposição da Presidência da República vinculam-se à Secretaria-Executiva do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para fins disciplinares, de remuneração e de alterações, respeitada a peculiaridade de cada Força.

§ 2º As requisições de que trata o **caput** são irrecusáveis e deverão ser prontamente atendidas, exceto nos casos previstos em lei.

Art. 23. Aos servidores e aos empregados públicos de qualquer órgão ou entidade da administração pública federal, colocados à disposição da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, são assegurados todos os direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, inclusive promoção funcional.

§ 1º O servidor ou empregado público requisitado continuará contribuindo para a instituição de previdência a que for filiado, sem interrupção da contagem de tempo de serviço no órgão ou entidade de origem.

§ 2º O período em que o servidor ou empregado público permanecer à disposição da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República será considerado, para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo ou emprego que ocupe no órgão ou entidade de origem.

Art. 24. O desempenho de função na Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República constitui, para o militar, atividade de natureza militar e serviço relevante e, para o pessoal civil, serviço relevante e título de merecimento, para todos os efeitos da vida funcional.

Art. 25. Na execução de suas atividades, a Secretaria de Aviação Civil poderá firmar contratos ou celebrar convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres com entidades, instituições ou organismos nacionais ou internacionais em assuntos de sua área de competência.

ANEXO II

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO/ CARGO/FUNÇÃO	DAS/RMP/ RMA
	2	Assessor Especial	102.5
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	5	Assessor	102.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Coordenador	101.3
	10	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
	1	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
SECRETARIA EXECUTIVA	1	Secretário-Executivo	NE
	1	Chefe de Gabinete	101.4
	1	Gerente de Projeto	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e Recursos Logísticos	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	4	Coordenador	101.3
Divisão	4	Chefe	101.2
Serviço	2	Chefe	101.1
	1	Supervisor	Nível V
Coordenação-Geral de Planejamento, Orçamento e Finanças	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
ASSESSORIA JURÍDICA	1	Chefe	101.5
	1	Chefe Adjunto	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	3	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA DE POLÍTICA REGULATÓRIA DE AVIAÇÃO CIVIL	1	Secretário	101.6
	1	Chefe de Gabinete	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE REGULAÇÃO E CONCORRÊNCIA DA AVIAÇÃO CIVIL	1	Diretor	101.5
	1	Gerente	Grupo 0002(B)
	1	Assistente	102.2
Coordenação Geral de Políticas Regulatórias	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação Geral de Acompanhamento de Mercado	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DEPARTAMENTO DE OUTORGAS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
Coordenação Geral de Outorgas	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Coordenação Geral de Convênios	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
	1	Assistente Técnico	102.1
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DE SERVIÇOS AÉREOS	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
	1	Assistente Técnico	102.1
SECRETARIA DE AEROPORTOS	1	Secretário	101.6
	1	Chefe de Gabinete	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ESTUDOS	1	Diretor	101.5
	2	Gerente de Projeto	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DEPARTAMENTO DE GESTÃO AEROPORTUÁRIA	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
Coordenação Geral de Investimentos	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação Geral de Gestão Aeroportuária	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO PROFAA	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
Coordenação Geral de Convênios	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
Divisão	2	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação Geral de Planejamento	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
SECRETARIA DE NAVEGAÇÃO AÉREA CIVIL	1	Secretário	101.6
	1	Chefe de Gabinete	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assistente	102.2
DEPARTAMENTO DE GESTÃO E PLANEJAMENTO DA NAVEGAÇÃO AÉREA CIVIL	1	Diretor	101.5
	1	Gerente de Projeto	101.4
	1	Assistente	102.2
Coordenação Geral de Gestão da Navegação Aérea Civil	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
Coordenação Geral de Planejamento da Navegação Aérea Civil	1	Coordenador Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Divisão	1	Chefe	101.2
Serviço	1	Chefe	101.1
	1	Assistente Técnico	102.1
ESCRITÓRIO DE REPRESENTAÇÃO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	Chefe do escritório	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA E DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,40	1	5,40
DAS 101.6	5,28	3	15,84
DAS 101.5	4,25	10	42,50
DAS 101.4	3,23	25	80,75
DAS 101.3	1,91	37	70,67
DAS 101.2	1,27	19	24,13
DAS 101.1	1,00	10	10,00
DAS 102.5	4,25	2	8,50
DAS 102.4	3,23	5	16,15
DAS 102.3	1,91	8	15,28
DAS 102.2	1,27	24	30,48
DAS 102.1	1,00	11	11,00
TOTAL		**155**	**330,70**

c) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA PRIVATIVAS DE MILITAR DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
Grupo 0002 (B)	0,58	1	0,58
TOTAL		**1**	**0,58**

d) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
Nível V	0,43	2	0,86
Nível II	0,29	1	0,29
TOTAL		**3**	**1,15**

ANEXO III

(Anexo II do Decreto nª 7.364, de 23 de novembro de 2010)

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS, DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO E DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA PRIVATIVAS DE MILITAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA

UNIDADE	CARGO/ FUNÇÃO Nº	DENOMINAÇÃO/ CARGO/FUNÇÃO	DAS/ GR/RMP/ RMA
	5	Assessor Especial	102.5
	1	Assessor Especial Militar	Grupo 0001 (A)
	4	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	6	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	6	Especialista	Nível II
Ordinariado Militar	1	Chefe do Ordinariado	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	1	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
GABINETE	1	Chefe de Gabinete	101.5
	1	Gerente	101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	4	Assessor	102.4
	4	Assessor Técnico	102.3
	3	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	19	Supervisor	Nível V
	21	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	2	Assistente	GR-III
	4	Especialista/Secretário	GR-II
	2	Auxiliar	GR-I
Assessoria de Comunicação Social	1	Chefe de Assessoria	101.4
	1	Gerente	101.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	4	Especialista/Secretário	GR-II
Assessoria Parlamentar	1	Chefe de Assessoria	101.4
	3	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Auxiliar	GR-I
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL	1	Chefe de Assessoria	Grupo 0001 (A)
	1	Assessor	102.4
	3	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
CONSULTORIA JURÍDICA	1	Consultor Jurídico	101.5
	3	Consultor Jurídico-Adjunto	101.4
	2	Gerente	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
Serviço	4	Chefe	101.1
	1	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
	4	Auxiliar	GR-I

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Coordenação-Geral de Contencioso Judicial	1	Coordenador-Geral	101.4			1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3			1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente	102.2					
						5	Supervisor	Nível V
Coordenação-Geral de Atos Normativos	1	Coordenador-Geral	101.4			5	Especialista	Nível II
Coordenação	2	Coordenador	101.3		**CHEFIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS**	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
Coordenação-Geral de Exame de Procedimentos Administrativos	1	Coordenador-Geral	101.4			3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	101.3			1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação-Geral de Atividades Jurídicas Descentralizadas	1	Coordenador-Geral	101.4			1	Assessor Técnico	102.3
						1	Assistente	102.2
Coordenação	1	Coordenador	101.3			1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO	1	Secretário	101.5			3	Assistente Técnico	102.1
	3	Gerente	101.4			4	Supervisor	Nível V
	5	Assessor Técnico	102.3			5	Especialista	Nível II
	4	Assistente	102.2			2	Especialista/Secretário	GR-II
	2	Assistente Técnico	102.1					
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)		Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	4	Supervisor	Nível V					
	2	Especialista	Nível II		**SUBCHEFIA DE POLÍTICA E ESTRATÉGIA**	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	10	Supervisor	GR-IV			4	Gerente	Grupo 0002 (B)
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS	1	Chefe	NE		Coordenação	1	Coordenador	101.3
Gabinete	1	Chefe	Grupo 0001 (A)		Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico	102.3			1	Assessor	102.4
	3	Assistente Técnico	102.1			1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)			1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
CHEFIA DE PREPARO E EMPREGO	1	Chefe	Grupo 0001 (A)			5	Supervisor	Nível V
	1	Vice-Chefe	Grupo 0001 (A)			2	Especialista	Nível II
	2	Assessor	102.4			1	Especialista/Secretário	GR-II
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)		**SUBCHEFIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA**	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)			3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)		Coordenação	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)			3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente	102.2					
	1	Assistente Técnico	102.1			1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)			2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V			1	Supervisor	Nível V
	10	Especialista	Nível II			5	Especialista	Nível II
ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA OPERACIONAL	1	Chefe	Grupo 0002 (B)			1	Especialista/Secretário	GR-II
	4	Gerente	Grupo 0002 (B)		**SUBCHEFIA DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS**	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
Coordenação	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)			1	Gerente	101.4
	2	Assessor Técnico	102.3			2	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1		Coordenação	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)			2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	10	Supervisor	Nível V			1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Especialista	Nível II			2	Assistente Técnico	102.1
SUBCHEFIA DE COMANDO E CONTROLE	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)			1	Supervisor	Nível V
	4	Gerente	Grupo 0002 (B)			3	Especialista	Nível II
Coordenação	8	Coordenador	Grupo 0002 (B)			1	Assistente	GR-III
	2	Assessor Técnico	102.3			1	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)		**CHEFIA DE LOGÍSTICA**	1	Chefe	Grupo 0001 (A)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)			2	Gerente	101.4
						2	Gerente	Grupo 0002 (B)
	13	Supervisor	Nível V			2	Assessor Técnico	102.3
	2	Especialista	Nível II			1	Assistente	102.2
	1	Supervisor	GR-IV			1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE OPERAÇÕES	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)			1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	7	Gerente	Grupo 0002 (B)			2	Supervisor	Nível V
Coordenação	6	Coordenador	Grupo 0002 (B)			4	Especialista	Nível II
	2	Assessor Técnico	102.3		Gabinete	1	Chefe	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)		**SUBCHEFIA DE INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA**	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	6	Supervisor	Nível V			1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	7	Especialista	Nível II			1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Supervisor	GR-IV		Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Especialista/Secretário	GR-II		Coordenação	4	Coordenador	Grupo 0002 (B)
SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)			1	Assistente	102.2
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)			2	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	7	Coordenador	Grupo 0002 (B)			3	Assistente Técnico	102.1
	2	Assessor Técnico	102.3			1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	3	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
SUBCHEFIA DE MOBILIZAÇÃO	1	Subchefe	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	2	Coordenador	101.3
Coordenação	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	4	Assistente Técnico	102.1
	2	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Assistente	GR-III
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	1	Secretário	101.6
	1	Gerente	101.4
	1	Assessor	102.4
	2	Assessor Técnico	102.3
	5	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Supervisor	Nível V
	5	Especialista	Nível II
	1	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
Gabinete	1	Chefe	101.4
DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E LEGISLAÇÃO	1	Diretor	101.5
	3	Gerente	101.4
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
Coordenação	7	Coordenador	101.3
	4	Assistente	102.2
	2	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Especialista	Nível II
	2	Especialista/Secretário	GR-II
	2	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	1	Diretor	101.5
	3	Gerente	101.4
Coordenação	7	Coordenador	101.3
	6	Assistente	102.2
	4	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	Nível V
	2	Supervisor	GR-IV
	1	Assistente	GR-III
	1	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA	1	Diretor	101.5
	4	Gerente	101.4
Coordenação	13	Coordenador	101.3
Coordenação	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Técnico	102.3
	13	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	22	Assistente Técnico	102.1
	6	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	53	Supervisor	Nível V
	52	Especialista	Nível II
	10	Supervisor	GR-IV
	16	Assistente	GR-III
	48	Especialista/Secretário	GR-II
	34	Auxiliar	GR-I
Coordenação-Geral do Programa Calha Norte	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	3	Coordenador	101.3
	1	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	4	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	3	Supervisor	GR-IV
	1	Especialista/Secretário	GR-II
SECRETARIA DE PRODUTOS DE DEFESA	1	Secretário	101.6
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Assistente	GR-III
DEPARTAMENTO DE PRODUTOS DE DEFESA	1	Diretor	101.5
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Assistente	102.2
	4	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	2	Auxiliar	GR-I
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA INDUSTRIAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	101.4
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	5	Supervisor	Nível V
	3	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
DEPARTAMENTO DE CATALOGAÇÃO	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
	4	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	14	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	2	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
	1	Auxiliar	GR-I
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO	1	Secretário	101.6
DEPARTAMENTO DE PESSOAL, ENSINO E COOPERAÇÃO	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	2	Gerente	101.4
	3	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	5	Coordenador	101.3
Coordenação	2	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	3	Assistente	102.2
	3	Assistente Técnico	102.1
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	5	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	Diretor	Grupo 0001 (A)
	1	Gerente	101.4
	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	2	Assistente	102.2
	1	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	3	Supervisor	Nível V

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	1	Especialista	Nível II
	2	Assistente	GR-III
	1	Especialista/Secretário	GR-II
COMISSÃO DESPORTIVA MILITAR DO BRASIL	1	Gerente	Grupo 0002 (B)
	1	Assessor	102.4
	3	Coordenador	Grupo 0002 (B)
	1	Coordenador	101.3
	2	Assistente Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Assistente Técnico	102.1
	3	Supervisor	Nível V
	2	Especialista	Nível II
	1	Especialista/Secretário	GR-II
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA	1	Diretor-Geral	101.6
	1	Assessor	102.4
Gabinete	1	Chefe	101.4
	4	Assessor Técnico	102.3
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente	GR-IV
	1	Especialista	GR-II
	5		GTS 3
	6		GTS 2
	3		GTS 1
Coordenação-Geral de Integração Institucional	1	Coordenador-Geral	101.4
Centro Regional - Manaus	1	Gerente	101.4
Coordenação	5	Coordenador	101.3
	1	Assessor Técnico	102.3
	8	Assistente Técnico	102.1
	3	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	1	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	4	Assistente	GR-IV
	5	Secretário	GR-III
	1	Especialista	GR-II
	4	Auxiliar	GR-I
	1		GTS 3
	6		GTS 2
	5		GTS 1
Centro Regional - Belém	1	Gerente	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente Técnico	102.1
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	2	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	2	Supervisor	GR-V
	18	Auxiliar	GR-I
	2		GTS 3
	7		GTS 2
	9		GTS 1
Centro Regional - Porto Velho	1	Gerente	101.4
	1	Assessor Técnico	102.3
	2	Assistente Técnico	102.1
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	2	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente Militar	Grupo 0004 (D)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Supervisor	GR-V
	13	Auxiliar	GR-I
	3		GTS 3
	8		GTS 2
	8		GTS 1
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1	Diretor	101.5
	1	Assistente	102.2
	2	Supervisor	GR-V
	1	Auxiliar	GR-I
	1		GTS 3
	2		GTS 1
Coordenação-Geral de Administração e Finanças	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assessor Técnico	102.3
	1	Assistente Técnico	102.1
	1	Assessor Técnico Militar	Grupo 0003 (C)
	2	Assistente	GR-IV
	2	Secretário	GR-III
	1	Especialista	GR-II
	3	Auxiliar	GR-I
	3		GTS 3
	4		GTS 2
	7		GTS 1
Coordenação-Geral de Patrimônio e Almoxarifado	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	2	Coordenador	101.3
	5	Auxiliar	GR-I
	1		GTS 2
	2		GTS 1
DIRETORIA TÉCNICA	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Manutenção	1	Coordenador-Geral	101.4
Coordenação	1	Coordenador	101.3
	1	Assessor Militar	Grupo 0002 (B)
	1	Assistente Técnico Militar	Grupo 0005 (E)
	1	Auxiliar	GR-I
	2		GTS 1
Coordenação-Geral de Tecnologia da Informação e da Comunicação	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Assistente	GR-IV
	1		GTS 2
	1		GTS 1
DIRETORIA DE PRODUTOS	1	Diretor	101.5
Coordenação-Geral de Operações	1	Coordenador-Geral	101.4
	1	Coordenador	101.3
	2		GTS 2
	1		GTS 1
ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA	1	Gerente	101.4
	5	Assistente Técnico	102.1
	6		FG-1
	7		FG-2
	10		FG-3
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS			
Divisão	3	Chefe	101.2
Serviço	5	Chefe	101.1
	6	Assistente Técnico	102.1
	20		FG-1
	22		FG-2
	28		FG-3

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES GRATIFICADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA*

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,40	1	5,40	1	5,40
101.6	5,28	5	26,40	4	21,12
101.5	4,25	13	55,25	10	42,50
101.4	3,23	54	174,42	48	155,04
101.3	1,91	66	126,06	60	114,60
101.2	1,27	3	3,81	3	3,81
101.1	1,00	9	9,00	9	9,00
102.5	4,25	5	21,25	5	21,25
102.4	3,23	12	38,76	11	35,53
102.3	1,91	45	85,95	45	85,95
102.2	1,27	73	92,71	65	82,55
102.1	1,00	99	99,00	97	97,00
SUBTOTAL 1		**385**	**738,01**	**358**	**673,75**
FG-1	0,20	26	5,20	26	5,20
FG-2	0,15	29	4,35	29	4,35
FG-3	0,12	38	4,56	38	4,56
SUBTOTAL 2		**93**	**14,11**	**93**	**14,11**
TOTAL (1+2)		**478**	**752,12**	**451**	**687,86**

c) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA PRIVATIVAS DE MILITAR DO MINISTÉRIO DA DEFESA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
Grupo 0001 (A)	0,64	19	12,16	19	12,16
Grupo 0002 (B)	0,58	173	100,34	172	99,76
Grupo 0003 (C)	0,53	8	4,24	8	4,24
Grupo 0004 (D)	0,48	6	2,88	6	2,88
Grupo 0005 (E)	0,44	54	23,76	54	23,76
TOTAL		**260**	**143,38**	**259**	**142,8**

d) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA DEFESA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
GR-IV	0,29	32	9,28	32	9,28
GR-III	0,24	29	6,96	29	6,96
GR-II	0,20	74	14,80	74	14,80
GR-I	0,17	48	8,16	48	8,16
TOTAL		**183**	**39,20**	**183**	**39,20**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

e) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO - GRADUADOS DO MINISTÉRIO DA DEFESA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
Nível V	0,43	177	76,11	175	75,25
Nível II	0,29	166	48,14	165	47,85
TOTAL		**343**	**124,25**	**340**	**123,10**

f) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS SIPAM - GTS

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO NOVA	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
GTS 3	0,98	15	14,70	15	14,70
GTS 2	1,18	35	41,30	35	41,30
GTS 1	1,51	40	60,40	40	60,40
TOTAL		**90**	**116,40**	**90**	**116,40**

g) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NO CENSIPAM

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
GR-V	0,43	5	2,15
GR-IV	0,38	8	3,04
GR-III	0,34	7	2,38
GR-II	0,29	3	0,87
GR-I	0,24	45	10,80
TOTAL		**68**	**19,24**

* A situação atual já considera os cargos em comissão e gratificações remanejados pelo art. 2ª do Decreto nº 7.424, de 5 de janeiro de 2011, e pelo art. 1ª, X, do Decreto nº 7.429, 17 de janeiro de 2011, conforme Anexos V e VI a este Decreto.

ANEXO IV

REMANEJAMENTO DE CARGOS E GRATIFICAÇÕES

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	DO MD PARA A SEGES		DA SEGES PARA A SAC/PR	
		QTDE.	VALOR TOTAL	QTDE.	VALOR TOTAL
NE	5,40	-	-	1	5,40
DAS 101.6	5,28	1	5,28	3	15,84
DAS 101.5	4,25	3	12,75	10	42,50
DAS 101.4	3,23	6	19,38	25	80,75
DAS 101.3	1,91	6	11,46	37	70,67
DAS 101.2	1,27	-	-	19	24,13
DAS 101.1	1,00	-	-	10	10,00
DAS 102.5	4,25	-	-	2	8,50
DAS 102.4	3,23	1	3,23	5	16,15
DAS 102.3	1,91	-	-	8	15,28
DAS 102.2	1,27	8	10,16	24	30,48
DAS 102.1	1,00	2	2,00	11	11,00
SUBTOTAL 1		**27**	**64,26**	**155**	**330,70**
Grupo 0002 (B)	0,58	1	0,58	1	0,58
SUBTOTAL 2		**1**	**0,58**	**1**	**0,58**
Nível V	0,43	2	0,86	2	0,86
Nível II	0,29	1	0,29	1	0,29
SUBTOTAL 3		**3**	**1,15**	**3**	**1,15**
TOTAL		**31**	**65,99**	**159**	**332,43**

ANEXO V

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO, DAS GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO - GR, GRATIFICAÇÕES DE REPRESENTAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DEVIDA A MILITARES, GRATIFICAÇÕES DE EXERCÍCIO DE CARGO DE CONFIANÇA DEVIDA A MILITARES E GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SIPAM REMANEJADAS PELO DECRETO Nº 7.424, DE 5 DE JANEIRO DE 2011, DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PARA O MINISTÉRIO DA DEFESA

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.6	5,28	1	5,28
DAS 101.5	4,25	3	12,75
DAS 101.4	3,23	10	32,30
DAS 101.3	1,91	10	19,10
DAS 102.4	3,23	1	3,23
DAS 102.3	1,91	8	15,28
DAS 102.2	1,27	1	1,27
DAS 102.1	1,00	13	13,00
SUBTOTAL 1		**47**	**102,21**
Grupo 0002 (B)	0,58	6	3,48
Grupo 0003 (C)	0,53	8	4,24
Grupo 0004 (D)	0,48	6	2,88
Grupo 0005 (E)	0,44	5	2,20
SUBTOTAL 2		**25**	**12,80**
GTS 3	0,98	15	14,70
GTS 2	1,18	35	41,30
GTS 1	1,51	40	60,40
SUBTOTAL 3		**90**	**116,40**
GR-V	0,43	5	2,15
GR-IV	0,38	8	3,04
GR-III	0,34	7	2,38
GR-II	0,29	3	0,87
GR-I	0,24	45	10,80
SUBTOTAL 4		**68**	**19,24**
TOTAL		**230**	**250,65**

ANEXO VI

DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO REMANEJADOS PELO DECRETO Nº 7.429, DE 17 DE JANEIRO DE 2011, DO MINISTÉRIO DA DEFESA PARA A SECRETARIA DE GESTÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO

CÓDIGO	DAS-UNITÁRIO	QTDE.	VALOR TOTAL
DAS 101.4	3,23	2	6,46
DAS 102.4	3,23	1	3,23
TOTAL		**3**	**9,69**

DECRETO Nº 7.477, DE 10 DE MAIO DE 2011

Altera os Anexos III, IV, VII, VIII e X do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2011.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 69 e 70, § 8º, da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010,

D E C R E T A :

Art. 1º Os Anexos III, IV, VII, VIII e X do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I, II, III, IV e V deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Guido Mantega
Miriam Belchior

ANEXO I
CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (*)
(Anexo III do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago
20000 Presidência da República	77.026	101.593	126.160	150.726	150.726	150.726
20102 Vice-Presidência da República	5	5	5	5	5	5
20114 Advocacia-Geral da União	11.804	11.804	11.804	11.804	11.804	11.804
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	128.344	187.098	245.851	304.605	363.359	422.112
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	244.608	327.868	411.128	411.128	411.128	411.128
25000 Ministério da Fazenda	214.188	272.058	272.058	272.058	272.058	272.058
26000 Ministério da Educação	1.222.833	1.568.428	1.568.428	1.568.428	1.568.428	1.568.429
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	12.700	16.897	21.095	21.095	21.095	21.095

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

30000 Ministério da Justiça	56.566	56.566	56.566	56.566	56.566	56.566
32000 Ministério de Minas e Energia	20.602	20.602	20.602	20.602	20.602	20.602
33000 Ministério da Previdência Social	46.982	46.982	46.982	46.982	46.982	46.982
35000 Ministério das Relações Exteriores	2.984	2.984	2.984	2.984	2.984	2.984
36000 Ministério da Saúde	624.236	980.747	1.337.258	1.693.769	2.050.280	2.406.791
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	6.785	6.785	6.785	6.785	6.785	6.785
39000 Ministério dos Transportes	78.048	78.048	78.048	78.048	78.048	78.048
41000 Ministério das Comunicações	524	1.000	1.476	1.952	2.428	2.903
42000 Ministério da Cultura	32.608	42.332	52.056	61.779	71.503	81.227
44000 Ministério do Meio Ambiente	1.222	1.685	2.148	2.611	3.074	3.537
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	18.277	18.277	18.277	18.277	18.277	18.277
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	17.836	17.836	17.836	17.836	17.836	17.836
51000 Ministério do Esporte	1.845	2.450	3.054	3.659	3.659	3.659
52000 Ministério da Defesa	577.900	577.900	577.900	577.900	577.900	577.900
53000 Ministério da Integração Nacional	71.799	133.327	194.854	256.382	317.909	379.437
54000 Ministério do Turismo	9.755	18.695	27.635	36.575	45.515	54.455
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	100.278	146.392	192.505	238.619	284.733	330.847
56000 Ministério das Cidades	71.272	116.625	161.979	207.333	252.686	298.040
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	7.880	8.457	8.457	8.457	8.457	8.457
71000 Encargos Financeiros da União	7.014	10.521	14.028	17.535	21.042	24.549
SUBTOTAL	3.665.921	4.773.962	5.477.959	6.094.500	6.685.869	7.277.239
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	1.714.426	1.950.395	2.186.364	2.422.334	2.619.631	2.816.928
TOTAL	5.380.347	6.724.357	7.664.323	8.516.834	9.305.500	10.094.167

(*) Não inclui despesas relativas a créditos extraordinários.

ANEXO II

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (*)

(Anexo IV do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ mil

ÓRGÃOS E/OU UNID. ORÇAMENTÁRIAS	Até Mar	Até Abr	Até Mai	Até Jun	Até Jul	Até Ago	Até Set	Até Out	Até Nov	Até Dez
20000 Presidência da República	276.601	362.650	448.699	534.748	620.796	706.845	792.894	878.943	878.943	878.943
20102 Vice-Presidência da República	155	206	257	257	257	257	257	257	257	257
20114 Advocacia-Geral da União	26.568	35.188	43.808	43.808	43.808	43.808	43.808	43.808	43.808	43.808
22000 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	204.664	324.675	444.686	564.698	684.709	804.720	924.731	1.044.742	1.164.754	1.284.765
24000 Ministério da Ciência e Tecnologia	544.519	738.890	933.260	1.127.631	1.322.001	1.516.371	1.710.742	1.905.112	2.099.483	2.293.853
25000 Ministério da Fazenda	207.854	277.925	347.996	418.067	418.067	418.067	418.067	418.067	418.067	418.067
26000 Ministério da Educação	2.345.214	3.046.319	3.747.423	4.448.528	5.149.632	5.850.737	5.850.737	5.850.737	5.850.737	5.850.737
28000 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	31.421	43.264	55.107	66.950	78.793	90.636	102.479	114.322	126.165	138.008
30000 Ministério da Justiça	220.475	322.338	424.201	526.063	627.926	729.788	831.651	933.513	1.035.376	1.137.238
32000 Ministério de Minas e Energia	34.170	46.871	46.871	46.871	46.871	46.871	46.871	46.871	46.871	46.871
33000 Ministério da Previdência Social	130.328	173.284	216.240	259.196	302.152	345.108	388.064	388.064	388.064	388.064
35000 Ministério das Relações Exteriores	44.545	44.545	44.545	44.545	44.545	44.545	44.545	44.545	44.545	44.545
36000 Ministério da Saúde	2.340.328	2.915.192	3.490.056	4.064.920	4.639.783	5.214.647	5.789.511	5.789.511	5.789.511	5.789.511
38000 Ministério do Trabalho e Emprego	152.278	194.749	237.219	279.690	322.160	364.631	407.101	449.572	449.572	449.572
39000 Ministério dos Transportes	178.103	281.195	384.287	487.379	590.471	693.563	796.655	899.747	1.002.839	1.105.931
41000 Ministério das Comunicações	36.201	49.160	62.119	75.078	88.037	100.996	113.955	126.914	139.873	152.832
42000 Ministério da Cultura	93.734	148.768	203.802	258.837	313.871	368.905	423.940	478.974	534.008	589.043
44000 Ministério do Meio Ambiente	37.894	46.759	55.623	64.488	73.352	82.217	91.082	99.946	108.811	117.676
47000 Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	98.151	142.836	187.521	232.206	276.892	321.577	366.262	410.947	455.632	500.317
49000 Ministério do Desenvolvimento Agrário	196.304	352.885	509.465	666.046	822.627	979.208	1.135.789	1.292.370	1.448.951	1.605.532
51000 Ministério do Esporte	199.704	362.471	525.238	688.004	850.771	1.013.538	1.176.305	1.339.071	1.501.838	1.664.605
52000 Ministério da Defesa	1.150.457	1.455.131	1.759.806	2.064.480	2.369.154	2.673.828	2.978.503	3.283.177	3.587.851	3.892.525
53000 Ministério da Integração Nacional	157.239	295.887	434.534	573.182	711.830	850.477	989.125	1.127.773	1.266.420	1.405.068
54000 Ministério do Turismo	446.550	816.718	1.186.887	1.557.055	1.927.224	2.297.392	2.667.561	3.037.730	3.407.898	3.778.067
55000 Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	109.333	143.998	178.663	213.327	247.992	282.657	317.321	351.986	351.986	351.986
56000 Ministério das Cidades	433.403	829.722	1.226.040	1.622.358	2.018.676	2.414.995	2.811.313	3.207.631	3.603.949	4.000.267
58000 Ministério da Pesca e Aquicultura	18.857	33.950	49.043	64.136	79.230	94.323	109.416	124.509	139.602	154.696
71000 Encargos Financeiros da União	13.096	21.960	30.823	39.687	48.550	57.414	66.277	75.141	84.004	92.868
73000 Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	96	130	165	199	234	268	303	337	371	406
74902 Rec. Superv. Fundo Financ. ao Est. do Ensino Superior/FIEES-MEC	9.839	14.759	19.678	24.598	29.517	34.437	39.356	44.276	49.196	54.115
74903 Rec. Superv. Fundo Nacional de Desenvolvimento/FND-MDIC	5	5	5	5	5	5	5	5	5	5
74912 Recursos sob Supervisão do Fundo Nacional de Cultura	35	53	70	70	70	70	70	70	70	70
SUBTOTAL	9.738.121	13.522.483	17.294.137	21.057.107	24.750.003	28.442.901	31.434.696	33.808.668	36.019.457	38.230.248
PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC	5.596.983	8.143.262	10.702.244	13.261.222	15.890.275	18.519.327	21.148.378	23.647.519	26.232.708	28.817.896
TOTAL	15.335.104	21.665.745	27.996.381	34.318.329	40.640.278	46.962.228	52.583.074	57.456.187	62.252.165	67.048.144

(*) Não inclui despesas relativas a créditos extraordinários.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO III
ARRECADAÇÃO/PREVISÃO DAS RECEITAS FEDERAIS - 2011
LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS
(Anexo VII do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ milhões

RECEITAS	REALIZADA	PREVISTA					TOTAL
	1º Bim	2º Bim	3º Bim	4º Bim	5º Bim	6º Bim	
IMPOSTO SOBRE A IMPORTAÇÃO	3.759	3.113	3.671	4.089	4.188	4.257	23.076
IMPOSTO SOBRE A EXPORTAÇÃO	5	8	9	4	5	12	42
IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	6.783	6.426	6.879	6.957	8.414	9.513	44.972
I.P.I. - FUMO	719	601	622	544	582	620	3.689
I.P.I. - BEBIDAS	470	387	402	401	480	506	2.647
I.P.I. - AUTOMÓVEIS	1.142	1.162	1.114	1.018	1.227	1.330	6.994
I.P.I. - VINCULADO À IMPORTAÇÃO	1.916	1.626	1.935	2.142	2.155	2.283	12.057
I.P.I. - OUTROS	2.535	2.651	2.806	2.851	3.970	4.773	19.586
IMPOSTO SOBRE A RENDA	43.485	44.550	33.749	34.457	38.396	43.928	238.565
I.R. - PESSOA FÍSICA	1.777	5.576	3.387	3.297	3.449	3.345	20.830
I.R. - PESSOA JURÍDICA	20.819	21.258	12.074	17.974	19.604	15.216	106.945
I.R. - RETIDO NA FONTE	20.889	17.717	18.288	13.186	15.343	25.367	110.791
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO TRABALHO	12.066	11.192	7.896	6.656	7.185	11.362	56.357
I.R.R.F. - RENDIMENTOS DO CAPITAL	5.007	3.696	7.641	3.674	4.456	9.651	34.125
I.R.R.F. - REMESSAS PARA O EXTERIOR	2.506	1.667	1.519	1.642	2.253	2.949	12.537
I.R.R.F. - OUTROS RENDIMENTOS	1.310	1.161	1.232	1.214	1.449	1.405	7.771
I.O.F. - IMPOSTO S/ OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.602	4.912	5.177	5.450	5.711	5.539	31.391
I.T.R. - IMPOSTO TERRITORIAL RURAL	18	13	11	13	390	96	541
CPMF- CONTRIB.MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	15	-	-	-	-	-	15
COFINS - CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SOCIAL	25.747	25.506	26.383	25.835	27.463	29.107	160.040
CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP	6.895	6.702	6.863	6.739	7.388	7.569	42.156
CSLL - CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ LUCRO LÍQUIDO	11.384	10.755	6.881	9.316	9.475	7.749	55.561
CIDE - COMBUSTÍVEIS	1.402	1.498	1.371	1.474	1.492	1.409	8.645
CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDAF	38	90	83	70	84	113	478
OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	1.566	2.203	2.370	2.964	2.644	1.921	13.668
RECEITAS DE LOTERIAS	602	560	510	460	754	518	3.404
CIDE-REMESSAS AO EXTERIOR	267	197	186	188	200	240	1.277
DEMAIS	697	1.447	1.675	2.315	1.689	1.162	8.987
RECEITA ADMINISTRADA	105.699	105.777	93.447	97.366	105.649	111.213	619.152

ANEXO IV
PREVISÃO DA RECEITA DO GOVERNO FEDERAL - 2011
RECEITA POR FONTE DE RECURSOS (*)
(Anexo VIII do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	REALIZADA	PREVISTA					
	1° Bim.	2° Bim.	3° Bim.	4° Bim.	5° Bim.	6° Bim.	Total
RECEITA ARRECADADA PELO TESOURO NACIONAL	114.782	117.158	104.042	110.019	113.675	124.022	683.698
ADMINISTRADA PELA RFB (*)	105.699	105.777	93.447	97.366	105.649	111.213	619.152
COTA-PARTE DE COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS	5.114	5.850	2.859	5.314	5.532	2.696	27.365
CONTRIBUIÇÃO SEGURIDADE SERVIDORES	1.379	1.445	1.394	1.388	1.457	2.487	9.551
CONCESSÕES E PERMISSÕES	266	44	1.500	77	103	394	2.384
DEMAIS	2.324	4.041	4.842	5.874	935	7.232	25.247
RECEITA ARRECADADA POR OUTROS ÓRGÃOS	42.976	45.703	44.439	44.693	45.404	63.264	286.479
CONTRIBUIÇÃO DOS EMP. E TRAB. P/SEG. SOCIAL	34.893	36.816	37.991	38.606	39.043	52.706	240.055
CONTRIBUIÇÃO PARA O SALÁRIO EDUCAÇÃO	2.692	1.778	1.841	1.881	1.971	1.741	11.904
FONTES PRÓPRIAS	2.185	2.119	2.108	1.970	2.011	2.898	13.291
CONTRIBUIÇÃO AO FGTS (LC 110/01)	356	497	497	497	497	497	2.839
DEMAIS	2.850	4.493	2.002	1.739	1.883	5.422	18.389
TOTAL	157.758	162.861	148.481	154.712	159.079	187.286	970.177

(*) LÍQUIDA DE RESTITUIÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS.

ANEXO V
RESULTADO PRIMÁRIO DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
E DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS - 2011
(Anexo X do Decreto nº 7.445, de 1º de março de 2011)

R$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	Jan-Abr	Jan-Ago	Jan-Dez
1. RECEITA TOTAL	248.909	475.505	730.122
1.1 Receita Administrada pela RFB	211.476	402.289	619.152
1.2 Receitas Não Administradas	36.581	71.370	108.131
1.3 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	852	1.846	2.839
2. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	52.775	104.727	163.648
2.1 FPE/FPM/IPI-EE	42.705	83.524	133.617
2.2 Demais	10.070	21.203	30.032
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	196.134	370.778	566.473
4. DESPESAS	157.753	302.985	448.364
4.1 Pessoal e Encargos Sociais	60.797	118.492	179.504
4.2 Outras Correntes e de Capital	96.956	184.493	268.860

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4.2.1 Contribuição ao FGTS (LC 110/01)	852	1.846	2.839
4.2.2 Não Discricionárias	32.154	60.938	82.802
4.2.3 Discricionárias - Todos os Poderes	63.949	121.709	183.219
5. RESULTADO DO TESOURO (3-4)	38.381	67.793	118.110
6. RESULTADO DA PREVIDÊNCIA (6.1-6.2)	(15.381)	(27.793)	(36.350)
6.1 Arrecadação Líquida INSS	71.710	148.307	240.055
6.2 Benefícios da Previdência	87.091	176.100	276.405
7. AJUSTE METODOLÓGICO - ITAIPU	-	-	-
8. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	-	-	-
9. RESULTADO PRIMÁRIO DO OF E DO OSS (5+6+7+8)	23.000	40.000	81.760
10. RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS	(92)	(26)	-
11. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO FEDERAL (9+10)	22.908	39.974	81.760
12. AÇÕES SELECIONADAS NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI Nº 12.309, DE 2010	-	-	-
13. RESULTADO PRIMÁRIO PARA FINS DE CUMPRIMENTO DA LDO-2011 (11+12)	22.908	39.974	81.760

DECRETO DE 10 DE MAIO DE 2011

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 748.895.631,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, inciso XVII, da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, crédito suplementar no valor global de R$ 748.895.631,00 (setecentos e quarenta e oito milhões, oitocentos e noventa e cinco mil, seiscentos e trinta e um reais), para atender à programação constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes
Unidade: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0750	**Apoio Administrativo**							**1.500.000**
		ATIVIDADES							
26 122	**0750 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**1.500.000**
26 122	0750 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional	F	4	3	90	0	100	1.500.000
	1457	**Vetor Logístico Centro-Norte**							**423.000.000**
		PROJETOS							
26 783	**1457 116X**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO**							**423.000.000**
26 783	1457 116X 0001	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Palmas/TO - Uruaçu/GO - Nacional	F	4	3	90	0	100	423.000.000
	1458	**Vetor Logístico Leste**							**142.000.000**
		PROJETOS							
26 783	**1458 116E**	**Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - no Estado de Goiás**							**142.000.000**
26 783	1458 116E 0052	Construção da Ferrovia Norte-Sul - Anápolis - Uruaçu - no Estado de Goiás - No Estado de Goiás	F	4	3	90	0	100	142.000.000
TOTAL - FISCAL									**566.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**566.500.000**

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes
Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1456	**Vetor Logístico Amazônico**							**42.000.000**
		PROJETOS							
26 784	**1456 12HL**	**Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Madeira**							**42.000.000**
26 784	1456 12HL 0010	Melhoramentos no Canal de Navegação da Hidrovia do Rio Madeira - Na Região Norte	F	4	3	90	0	100	42.000.000
	1458	**Vetor Logístico Leste**							**40.000.000**
		PROJETOS							
26 782	**1458 7M81**	**Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais**							**40.000.000**
26 782	1458 7M81 0031	Construção de Trecho Rodoviário - Patos de Minas - Araxá - Divisa MG/SP - na BR-146 - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	40.000.000
	1459	**Vetor Logístico Nordeste Setentrional**							**30.000.000**
		PROJETOS							
26 782	**1459 12JT**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte**							**30.000.000**
26 782	1459 12JT 0024	Adequação de Trecho Rodoviário - Areia Branca - Divisa RN/PB - na BR-110 - no Estado do Rio Grande do Norte - No Estado do Rio Grande do Norte	F	4	3	90	0	100	30.000.000
	1461	**Vetor Logístico Centro-Sudeste**							**3.500.000**
		PROJETOS							
26 782	**1461 128Y**	**Adequação de Travessia Urbana - no Município de Cascavel - na BR 277 - no Estado do Paraná**							**3.500.000**
26 782	1461 128Y 0041	Adequação de Travessia Urbana - no Município de Cascavel - na BR 277 - no Estado do Paraná - No Estado do Paraná	F	4	3	90	0	100	3.500.000
	1462	**Vetor Logístico Sul**							**25.000.000**
		PROJETOS							
26 782	**1462 1208**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina**							**25.000.000**
26 782	1462 1208 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	25.000.000
TOTAL - FISCAL									**140.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**140.500.000**

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0379	**Desenvolvimento da Agricultura Irrigada**							**5.000.000**
		PROJETOS							
20 607	**0379 12FR**	**Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso**							**5.000.000**
20 607	0379 12FR 0051	Implantação do Perímetro de Irrigação Jonas Pinheiro com 1.300 ha no Estado do Mato Grosso - No Estado de Mato Grosso	F	4	3	90	0	100	5.000.000
	1138	**Drenagem Urbana e Controle de Erosão Marítima e Fluvial**							**12.567.745**
		PROJETOS							
15 451	**1138 126Z**	**Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro**							**12.567.745**
15 451	1138 126Z 0033	Implantação do Sistema de Macrodrenagem da Baixada Campista, no Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	3	90	0	100	12.567.745
TOTAL - FISCAL									**17.567.745**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.567.745**

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1036	**Integração de Bacias Hidrográficas**							**24.327.886**
		PROJETOS							
18 544	**1036 1N64**	**Implantação da Adutora Pajeú com 582 km nos Estados de Pernambuco e Paraíba**							**24.327.886**
18 544	1036 1N64 0026	Implantação da Adutora Pajeú com 582 km nos Estados de Pernambuco e Paraíba - No Estado de Pernambuco	F	4	3	90	0	100	24.327.886
TOTAL - FISCAL									**24.327.886**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.327.886**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes
Unidade: 39207 - VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0750	**Apoio Administrativo**							**1.500.000**
		ATIVIDADES							
26 122	**0750 8785**	**Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC**							**1.500.000**
26 122	0750 8785 0001	Gestão e Coordenação do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC - Nacional	F	3	3	90	0	100	1.500.000
	1457	**Vetor Logístico Centro-Norte**							**100.000.000**
		PROJETOS							
26 783	**1457 12FL**	**Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste - Uruaçú/GO - Lucas do Rio Verde/MT - Nacional**							**100.000.000**
26 783	1457 12FL 0001	Construção da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste - Uruaçú/GO - Lucas do Rio Verde/MT - Nacional - Nacional	F	4	3	90	0	100	100.000.000
	1460	**Vetor Logístico Nordeste Meridional**							**465.000.000**
		PROJETOS							
26 783	**1460 11ZE**	**Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - no Estado da Bahia**							**285.000.000**
26 783	1460 11ZE 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Ilhéus - Caetité - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	285.000.000
26 783	**1460 124G**	**Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - no Estado da Bahia**							**180.000.000**
26 783	1460 124G 0029	Construção da Ferrovia de Integração Oeste-Leste - Caetité - Barreiras - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	180.000.000
TOTAL - FISCAL									**566.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**566.500.000**

Órgão: 39000 - Ministério dos Transportes
Unidade: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1456	**Vetor Logístico Amazônico**							**22.025.000**
		PROJETOS							
26 784	**1456 127G**	**Construção de Terminais Fluviais na Região Norte**							**22.025.000**
26 784	1456 127G 0159	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Bragança/PA	F	4	3	90	0	100	991.750
26 784	1456 127G 0161	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Cabixi/RO	F	4	3	90	0	100	1.275.000
26 784	1456 127G 0165	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Conceição do Araguaia/PA	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0167	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Costa Marques/RO	F	4	3	90	0	100	1.275.000
26 784	1456 127G 0169	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Feijó/AC	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0171	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Guajará-Mirim/RO	F	4	3	90	0	100	2.333.250
26 784	1456 127G 0175	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Machadinho D'Oeste/RO	F	4	3	90	0	100	1.275.000
26 784	1456 127G 0183	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Óbidos/PA	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0187	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Oriximiná/PA	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0189	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de São Miguel do Guamá/PA	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0191	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Pimenteiras do Oeste/RO	F	4	3	90	0	100	1.275.000
26 784	1456 127G 0195	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Sena Madureira/AC	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0197	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Viseu/PA	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	1456 127G 0199	Construção de Terminais Fluviais na Região Norte - No Município de Tucuruí/PA	F	4	3	90	0	100	1.700.000
	1458	**Vetor Logístico Leste**							**24.675.000**
		PROJETOS							
26 784	**1458 12K4**	**Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Pirapora - no Estado de Minas Gerais**							**4.675.000**
26 784	1458 12K4 0031	Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Pirapora - no Estado de Minas Gerais - No Estado de Minas Gerais	F	4	3	90	0	100	4.675.000
26 782	**1458 3E50**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro**							**20.000.000**
26 782	1458 3E50 0033	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-101 (Manilha) - Entroncamento BR-116 (Santa Guilhermina) - na BR-493 - no Estado do Rio de Janeiro - No Estado do Rio de Janeiro	F	4	3	90	0	100	20.000.000
	1459	**Vetor Logístico Nordeste Setentrional**							**15.000.000**
		PROJETOS							
26 782	**1459 10L3**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222 - no Estado do Ceará**							**15.000.000**
26 782	1459 10L3 0023	Adequação de Trecho Rodoviário - Caucaia - Entroncamento Acesso ao Porto de Pecém - na BR-222 - no Estado do Ceará - No Estado do Ceará	F	4	3	90	0	100	15.000.000
	1460	**Vetor Logístico Nordeste Meridional**							**4.250.000**
		PROJETOS							
26 784	**1460 12J0**	**Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Juazeiro - no Estado da Bahia**							**4.250.000**
26 784	1460 12J0 0029	Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Juazeiro - no Estado da Bahia - No Estado da Bahia	F	4	3	90	0	100	4.250.000
	1461	**Vetor Logístico Centro-Sudeste**							**1.700.000**
		PROJETOS							
26 784	**1461 12JJ**	**Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Santo Antônio das Lendas - no Estado de Mato Grosso**							**1.700.000**
26 784	1461 12JJ 0051	Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Santo Antônio das Lendas - no Estado de Mato Grosso - No Estado de Mato Grosso	F	4	3	90	0	100	1.700.000
	1462	**Vetor Logístico Sul**							**72.850.000**
		PROJETOS							
26 782	**1462 123U**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471(Pântano Grande) - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul**							**38.500.000**
26 782	1462 123U 0043	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-116 (p/Guaíba) - Entroncamento BR-471(Pântano Grande) - na BR-290 - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	38.500.000
26 784	**1462 12KJ**	**Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Santa Vitória do Palmar - no Estado do Rio Grande do Sul**							**2.550.000**
26 784	1462 12KJ 0043	Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Santa Vitória do Palmar - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	2.550.000
26 784	**1462 12KK**	**Construção de Terminal de Cargas Multimodal - no Município de São José do Norte - no Estado do Rio Grande do Sul**							**2.125.000**
26 784	1462 12KK 0043	Construção de Terminal de Cargas Multimodal - no Município de São José do Norte - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	2.125.000
26 784	**1462 12KL**	**Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Pelotas - no Estado do Rio Grande do Sul**							**1.700.000**
26 784	1462 12KL 0043	Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Pelotas - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	1.700.000
26 784	**1462 12KN**	**Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Estrela - no Estado do Rio Grande do Sul**							**2.975.000**
26 784	1462 12KN 0043	Adequação de Terminal de Cargas - no Município de Estrela - no Estado do Rio Grande do Sul - No Estado do Rio Grande do Sul	F	4	3	90	0	100	2.975.000
26 782	**1462 7530**	**Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina**							**25.000.000**
26 782	1462 7530 0042	Adequação de Trecho Rodoviário - Navegantes - Rio do Sul - na BR-470 - no Estado de Santa Catarina - No Estado de Santa Catarina	F	4	3	90	0	100	25.000.000
TOTAL - FISCAL									**140.500.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**140.500.000**

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53101 - Ministério da Integração Nacional

ANEXO II — **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	1036	**Integração de Bacias Hidrográficas**							**17.567.745**
		PROJETOS							
18 544	**1036 5900**	**Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte)**							**17.567.745**
18 544	1036 5900 0020	Integração do Rio São Francisco com as Bacias dos Rios Jaguaribe, Piranhas-Açu e Apodi (Eixo Norte) - Na Região Nordeste	F	4	3	90	0	100	17.567.745
TOTAL - FISCAL									**17.567.745**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**17.567.745**

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Órgão: 53000 - Ministério da Integração Nacional
Unidade: 53204 - Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0515	**Infra-Estrutura Hídrica**							**24.327.886**
		PROJETOS							
18 544	**0515 11AA**	**Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará**							**24.327.886**
18 544	0515 11AA 0023	Construção da Barragem Fronteiras no Estado do Ceará - No Estado do Ceará							24.327.886
			F	4	3	90	0	100	24.327.886
TOTAL - FISCAL									**24.327.886**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**24.327.886**

SIOP Formalização nº 257

DECRETO DE 10 DE MAIO DE 2011

Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 3.263.521,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

A PRESIDENTA A REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista a autorização contida no art. 4º, inciso III, alínea "b", da Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor de Encargos Financeiros da União, crédito suplementar no valor de R$ 3.263.521,00 (três milhões, duzentos e sessenta e três mil, quinhentos e vinte e um reais), para atender à programação constante do Anexo I deste Decreto.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de maio de 2011; 190º da Independência e 123º da República.

DILMA ROUSSEFF
Miriam Belchior

Órgão: 71000 - Encargos Financeiros da União
Unidade: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO I **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**3.263.521**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**3.063.521**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional							3.063.521
			F	3	1	90	0	100	3.063.521
28 846	**0901 0625**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**200.000**
28 846	0901 0625 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional							200.000
			F	3	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									**3.263.521**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.263.521**

Órgão: 71000 - Encargos Financeiros da União
Unidade: 71103 - Encargos Financeiros da União - Pagamento de Sentenças Judiciais

ANEXO II **Crédito Suplementar**

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0901	**Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais**							**3.263.521**
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
28 846	**0901 0005**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**3.063.521**
28 846	0901 0005 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional							3.063.521
			F	1	1	90	0	100	3.063.521
28 846	**0901 0625**	**Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas**							**200.000**
28 846	0901 0625 0001	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado de Pequeno Valor devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas - Nacional							200.000
			F	1	1	90	0	100	200.000
TOTAL - FISCAL									**3.263.521**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**3.263.521**

SIOP Formalização nº 252

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 125, de 10 de maio de 2011. Encaminhamento ao Congresso Nacional do texto da Medida Provisória nº 533, de 10 de maio de 2011.

MINISTÉRIO DA DEFESA

Exposição de Motivos

Nº 109, de 28 de março de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes ao País abaixo relacionado:

Estados Unidos da América:

- aeronave tipo C-5, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 18 - procedente de Assunção, Paraguai, e destino a San Salvador, El Salvador;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 19 - procedente de Assunção, Paraguai, e destino a San Juan, Porto Rico;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 19 - procedente de Dover, EUA e pouso no Rio de Janeiro; e

dia 20 - decolagem do Rio de Janeiro e destino a Quantico, EUA;

- duas aeronaves tipo C-17, pertencentes à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 21 - procedentes de Saint Johns, Antigua e Barbuda, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 22 - decolagem do Rio de Janeiro e destino às Ilhas Virgens, EUA;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 22 - procedente de Charleston, EUA,e pouso no Rio de Janeiro; e

dia 23 - decolagem do Rio de Janeiro e destino às Ilhas Virgens, EUA;

- duas aeronaves tipo C-17, pertencentes à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 23 - procedentes de Saint Johns, Antigua e Barbuda, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 24 - decolagem do Rio de Janeiro e destino às Ilhas Virgens, EUA;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 24 - procedente de Montevidéu, Uruguai, e destino a San Juan, Porto Rico.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 110, de 28 de março de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 23 - procedente de San Juan, Porto Rico, e destino a Montevidéu, Uruguai; e

dia 24 - procedente de Montevidéu, Uruguai, e destino a San Juan;

2) **República do Equador:**

- aeronave tipo EMBRAER 190, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 23 - procedente de Quito, Equador, pouso em Manaus e Recife, e destino a Freetown, Serra Leoa;

3) **República da África do Sul:**

- aeronave tipo GLOBAL EXPRESS, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Vice-Presidente da República da África do Sul, com a seguinte programação, em 2011:

dia 26 de março - procedente de Waterkloof, África do Sul, pouso em Recife e destino a Nova Iorque, EUA; e

dia 1º de abril - procede de Chicago, EUA, pouso em Recife e destino a Waterkloof, África do Sul.

Homologo e autorizo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 111, de 28 de março de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Oriental do Uruguai:**

- aeronave tipo C-120, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de traslado para manutenção, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 21 - procedente de Montevidéu, Uruguai, pouso em Porto Alegre;

- aeronave tipo UB-58, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de pessoal, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 21 - procedente de Montevidéu, Uruguai, pouso em Porto Alegre e retorno para Montevidéu;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2) **República Argentina:**

- aeronave tipo FOKKER F-28, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Ministro da Agricultura da República Argentina, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 21 - procedente de Cataratas Del Iguazu, Argentina, pouso em Brasília; e

dia 22 - decolagem de Brasília e destino a Cataratas Del Iguazu;

3) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 23 - procedente de San Juan, Porto Rico, e destino a Montevidéu, Uruguai;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga em apoio à visita presidencial, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 23 - procedente de Dover, EUA, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 24 - decolagem do Rio de Janeiro e destino a Antigua, Antigua e Barbuda;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 25 - procedente de San Juan, Porto Rico, pouso em São José dos Campos; e

dia 26 - decolagem de São José dos Campos e destino a San Juan, Porto Rico;

4) **Reino da Espanha:**

- aeronave tipo A-310, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte da Ministra das Relações Exteriores do Reino da Espanha, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 23 - procedente de Madri, Espanha, e pousa em Brasília; e

dia 24 - decolagem de Brasília e destino à Cidade do México, México.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 115, de 30 de março de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 25 - procedente de Santiago, Chile, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 26 - decolagem do Rio de Janeiro e destino a Tampa, EUA;

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 26 - procedente de San Juan, Porto Rico, pouso no Rio de Janeiro e retorno, no mesmo dia, a San Juan;

2) **República Italiana:**

- aeronave tipo A-319, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Ministro das Relações Exteriores da República Italiana, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 2 - procedente de El Calafate, Argentina, pouso no Recife; e

dia 3 - decolagem do Recife e destino a Roma, Itália.

Homologo e autorizo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 117, de 30 de março de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo B-737-200, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana, em missão de transporte do escalão avançado da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 24 - procedente de Caracas, Venezuela, e destino a Cochabamba, Bolívia; procedente de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, e destino a Caracas;

- aeronave tipo B-737-200, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana, em missão de transporte do escalão avançado da Presidência da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 31 - procedente de Caracas, Venezuela, e destino a Cochabamba, Bolívia; procedente de Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, e destino a Caracas;

2) **República da Argentina:**

- aeronave tipo FOKKER F-28, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 29 - procedente de El Palomar, Argentina, pouso no Rio de Janeiro e destino a Cataratas Del Iguazu, Argentina;

- aeronave tipo FOKKER F-28, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 1º - procedente de El Palomar, Argentina, pouso no Rio de Janeiro e destino a Cataratas Del Iguazu, Argentina.

Homologo e autorizo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 119, de 1º de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 28 - procedente de Wrightstown, EUA, pouso no Rio de Janeiro e Brasília; e

dia 29 - decolagem de Brasília e destino a San Juan, Porto Rico;

- aeronave tipo BE 20, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 10 - procedente de Brasília, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 16 - decolagem do Rio de Janeiro, pouso em Brasília;

2) **Reino dos Países Baixos:**

- seis aeronaves tipo F-16, pertencentes à Força Aérea Real daquele País, em missão de reabastecimento em voo em traslado para o Chile, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 6 - procedentes de Las Palmas, Ilhas Canárias, pouso em Salvador; e

dia 8 - decolagem de Salvador e destino a Antofagasta, Chile.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 122, de 8 de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Italiana:**

- aeronave tipo A-319, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Ministro das Relações Exteriores da República Italiana, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 30 - procedente da Ilha do Sal, Cabo Verde, e destino a Montevidéu, Uruguai;

2) **República Bolivariana da Venezuela:**

- aeronave tipo A-319CJ, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana daquele País, em missão de transporte do Presidente da República Bolivariana da Venezuela, com a seguinte programação, no mês de março de 2011:

dia 31 - procedente de Cochabamba, Bolívia, e destino a Cartagena, Colômbia;

3) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga perigosa em apoio ao exercício conjunto entre os EUA e o Brasil, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 1º - procedente das Ilhas Virgens, EUA, pouso em Brasília; e

dia 2 - decola de Brasília com destino às Ilhas Virgens, EUA;

4) **República do Paraguai:**

- aeronave tipo C-212, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de material e pessoal, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 3 - procedente de Assunção, Paraguai, pouso em Foz do Iguaçu e Pirassununga;

dia 4 - decolagem de Pirassununga, pouso em Lagoa Santa, e retorno a Pirassununga; e

dia 9 - decolagem de Pirassununga, pouso em Foz do Iguaçu, e destino a Assunção, Paraguai.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 123, de 8 de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronave estrangeira, pertencente ao País abaixo relacionado:

República Bolivariana da Venezuela:

- aeronave tipo BOEING-737-200, pertencente à Aviação Militar Nacional Bolivariana, em missão de transporte de passageiro, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 3 - procedente de Maiquetia, Venezuela, e destino a Santa Cruz, Bolívia, de onde retorna a Maiquetia, sobrevoando o território nacional.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 124, de 15 de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Oriental do Uruguai:**

- aeronave tipo IL-76, pertencente à Jordan Aviation, em missão de transporte de tropa em apoio à ONU no Haiti, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 4 - procedente de Montevidéu, Uruguai, e destino a Maiquetia, Venezuela;

dia 5 - procedente de Maiquetia e destino a Montevidéu, Uruguai;

dia 6 - procedente de Montevidéu e destino a Maiquetia;

dia 7 - procedente de Maiquetia e destino a Montevidéu;

dia 9 - procedente de Montevidéu e destino a Maiquetia;

dia 10 - procedente de Maiquetia e destino a Montevidéu;

dia 12 - procedente de Montevidéu e destino a Maiquetia; e

dia 13 - procedente de Maiquetia e destino a Montevidéu;

2) **República Francesa:**

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de material bélico, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 15 - procedente da Ilha do Sal, Cabo Verde, pouso em Fortaleza; e

dia 16 - decolagem de Fortaleza e destino a Caiena, Guiana Francesa.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 127, de 26 de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República Oriental do Uruguai:**

- aeronave tipo C-212, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de traslado, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 22 - procedente de Puerto Ordaz, Venezuela, pouso em Boa Vista e Manaus;

dia 23 - decolagem de Manaus, pouso em Alta Floresta e Cuiabá; e

dia 24 - decolagem de Cuiabá, pouso em Campo Grande e destino a Assunção, Paraguai;

- aeronave tipo UB-58, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de pessoal, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 25 - procedente de Montevidéu, Uruguai, pouso em Santa Maria e destino a Montevidéu;

- aeronave tipo C-95, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de pessoal, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 26 - procedente de Montevidéu, Uruguai, pouso em Porto Alegre, e destino a Montevidéu;

- aeronave tipo C-95, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de pessoal para participação no Exercício Aéreo URUBRA I, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dia 25 - procedente de Durazno, Uruguai, pouso em Santa Maria, e destino a Durazno, Uruguai;

- uma aeronave tipo UB-58 e uma aeronave tipo U-206, operadas pela Força Aérea daquele País, em missões no exercício conjunto entre Brasil e Uruguai, URUBRA I, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

de 26 a 28 - efetuarão diversos vôos nos trechos de Durazno, Uruguai, a Santa Maria e de Santa Maria a Durazno, Uruguai;

2) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de material bélico, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 26 - procedente de Bogotá, Colômbia, pouso em Brasília; e

dia 27 - decolagem de Brasília e destino a Santiago, Chile; e

- aeronave tipo C-17, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 26 - procedente de Santiago, Chile, pouso em Brasília; e

dia 28 - decolagem de Brasília e destino a San Juan, Porto Rico.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 128, de 26 de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **República do Equador:**

- aeronave tipo LEGACY-600, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte do Presidente da República do Paraguai, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 14 - procedente de Quito, Equador, e destino a Assunção, Paraguai;

dia 15 - procedente de Assunção e destino a Quito;

dia 19 - procedente de Quito e destino a Assunção; e

dia 20 - procedente de Assunção e destino a Quito;

2) **República do Paraguai:**

- aeronave tipo T-27, operada pela Força Aérea daquele País, em missão de instrução aérea, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 14 - procedente de Assunção, Paraguai, e destino à Ciudad del Este, Paraguai;

3) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo C-130, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga e passageiros, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 28 - procedente de Johnstown, EUA, pouso em Manaus e em Brasília; e

dia 29 - decolagem de Brasília, pouso em Manaus e destino a San Juan, Porto Rico.

Homologo. Em 10 de maio de 2011.

Nº 130, de 27 de abril de 2011. Sobrevoo no território nacional de aeronaves estrangeiras, pertencentes aos Países abaixo relacionados:

1) **Estados Unidos da América:**

- aeronave tipo BE-20, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros e voo de experiência, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 27 - decolagem de Brasília, pouso em Goiânia. Efetua voos de experiência e retorna para Brasília.

2) **República Francesa:**

- aeronave tipo CN-235, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de abril de 2011:

dia 28 - procedente de Caiena, Guiana Francesa, pouso em Manaus; e

dia 30 - decolagem de Manaus e destino a Caiena;

- aeronave tipo C-160, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de carga, com a seguinte programação, no mês de junho de 2011:

dia 1ª - procedente de Dacar, Senegal, pouso em Fortaleza; e

dia 2 - decolagem de Fortaleza e destino a Caiena, Guiana Francesa;

2) **Estados Unidos Mexicanos**:

- aeronave tipo BOEING 727-200, pertencente à Força Aérea daquele País, em missão de transporte de passageiros, com a seguinte programação, no mês de maio de 2011:

dia 11 - procedente de Maiquetia, Venezuela, pouso em Manaus e São Paulo;

dia 13 - decolagem de São Paulo, pouso no Rio de Janeiro; e

dia 17 - decolagem do Rio de Janeiro e destino à Santiago, Chile.

Homologo e autorizo. Em 10 de maio de 2011.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 9 de maio de 2011

Entidade: AR PÓLO PARTICIPAÇÕES
CNPJ: 07.769.010/0001-35
Processo Nº: 00100.000124/2011-28

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls.42 à 46), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro AR PÓLO PARTICIPAÇÕES, operacionalmente vinculada à SERASA CD, com fulcro no item 2.2.2.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.4, de 12 de agosto de 2010. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

PORTARIA Nº 41, DE 10 DE MAIO DE 2011

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a implementação e execução das ações do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no exercício de 2011.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o Decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003, e em conformidade com a Lei 11.768/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei nº 8.666/03, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e com a Portaria n.º 127/08, que estabelece as normas relativas às transferências de recursos da União e nas condições e exigências estabelecidas nesta Portaria, resolve:

Art. 1º Estabelecer procedimentos, critérios e prioridades para a implementação e execução das ações do Plano Nacional de Políticas para Mulheres por meio do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no exercício de 2011.

Art. 2º Para a Implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, os estados e municípios deverão:

I - Constituir as Câmaras Técnicas/Comitês Gestores Estadual e Municipal de Gestão e Monitoramento do Pacto Nacional;

II - Assinar o Acordo de Cooperação Federativa, que define as atribuições e responsabilidades de cada ente federativo;

III - Elaborar o Projeto Integral Básico, que consiste no diagnóstico da situação de violência contra as mulheres no estado, na definição dos municípios-pólo e no planejamento estadual de ações do Pacto.

Art. 3º As propostas dirigidas à Secretaria de Políticas para as Mulheres e demais parceiros da União, para obtenção de financiamento com recursos do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, no exercício de 2011, devem destinar-se à consecução de ações que tenham compromisso com:

I - O fortalecimento da rede de atendimento e a implementação da Lei Maria da Penha;

II - A proteção dos direitos sexuais e reprodutivos e a implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids;

III - O combate à exploração sexual e ao tráfico de mulheres;

IV - A promoção dos direitos humanos das mulheres em situação de prisão.

Art. 4º A Secretaria de Políticas para as Mulheres financiará projetos que tenham como ações:

I - Aluguel, reforma, construção, (re) aparelhamento para ampliação do acesso aos serviços especializados de atendimento à mulher em situação de violência, tais como Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Núcleos de Atendimento à Mulher no Instituto Médico Legal, Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Atendimento às mulheres em situação de tráfico em Fronteiras Secas e Serviços de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias Especializadas de Atendimento à Mulher ou Núcleos de Gênero nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas ou Núcleos de Gênero nos Ministérios Públicos Estaduais;

II - Capacitação e qualificação de profissionais dos serviços especializados (Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Serviços de Atendimento às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual em Fronteiras Secas e Serviços de Abrigamento às Mulheres em Situação de Violência, Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias Especializadas de Atendimento à Mulher, Promotorias Especializadas), da Rede de Atendimento (Hospitais, Serviços de Violência Sexual, Saúde Mental, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, Agentes Comunitários de Saúde, Saúde da Família, Postos de Saúde, Centros de Referencia de Assistência Social, Centros de Referência Especializado de Assistência Social, Serviço de Responsabilização dos Agressores) e dos serviços de Segurança Pública (Bombeiro, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Policia Rodoviária Federal, Instituto Médico Legal) nos temas relativos ao Enfrentamento à violência contra as Mulheres, combate ao tráfico de mulheres e exploração sexual de meninas e adolescentes e Segurança Publica Cidadã;

III - Realização de campanhas informativas e projetos educativos que visem ao debate, à conscientização, à prevenção e ao enfrentamento à violência contra as mulheres, tráfico de mulheres, direitos sexuais e enfrentamento à violência contra as mulheres do campo e da floresta;

IV - Eventos, tais como seminários, palestras e debates sobre os temas do enfrentamento à violência contra as mulheres e implementação da Lei Maria da Penha;

§ 1º Os projetos apresentados em outros exercícios, mesmo que aprovados, mas que não foram empenhados, deverão ser reapresentados com o devido registro no SICONV para a sua reavaliação.

Art. 5º As propostas deverão ser registradas no Sistema de Convênios - SICONV, obedecendo aos seguinte prazos: de 11 de maio a 10 de junho de 2011, podendo serem prorrogadas caso haja necessidade.

Parágrafo único. As organizações não-governamentais e sociedade civil organizada deverão obedecer ao prazo estipulado aos governos estaduais ou Distrito Federal, correspondentes.

Art. 6º O proponente deve cumprir as disposições legais e normativas aplicáveis à modalidade de transferência de recursos na qual o pleito se enquadrar, observados os roteiros para apresentação dos projetos disponíveis em https://www.convenios.gov.br/portal .

Parágrafo único. Em caso de necessidade, a Secretaria de Políticas para as Mulheres indicará as alterações e as diligências que deverão ser realizadas para a aprovação das propostas, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 7º As propostas encaminhadas para a Secretaria de Políticas para as Mulheres serão analisadas pelas unidades competentes, observadas a disponibilidade orçamentária e financeira para a definitiva celebração do convênio ou contrato de repasse.

Art. 8º Somente serão aprovadas as propostas que estiverem em consonância com as diretrizes do Pacto Nacional, definidas pela Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IRINY LOPES

PORTARIA Nº 42, DE 10 DE MAIO DE 2011

Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a apresentação de projetos para implementação e execução das ações do Plano Nacional de Políticas para Mulheres para o exercício de 2011.

A MINISTRA DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o Decreto nº 4.625, de 21 de março de 2003, e em conformidade com a Lei 11.768/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei nº 8.666/03, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública; e com a Portaria n.º 127/08, que estabelece as normas relativas às transferências de recursos da União e nas condições e exigências estabelecidas nesta Portaria, resolve:

Art. 1º - Tornar público, em âmbito nacional, o convite a instituições públicas federais, estaduais, municipais e entidades privadas sem fins lucrativos que disponham de condições formais para consecução do seu objeto e tenham atribuições regimentais ou estatutárias relacionadas com o mesmo, a apresentarem projetos para a execução das ações previstas para o exercício de 2011.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º - Os projetos inscritos devem contemplar ações descritas neste instrumento, nos termos do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e do Plano Plurianual -PPA 2008-2011 desta SPM.

Art. 3º - Os projetos deverão ser inseridos no Sistema de Convênios (SICONV) através do site www.convenios.gov.br/portal . Para tanto, as entidades proponentes deverão estar cadastradas no referido Portal de Convênios.

Art. 4º - Em conformidade com a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008 (Capítulo II - Das Vedações, Art. 6º, Inciso I), os projetos enviados por órgãos governamentais devem observar o valor total mínimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

a) Estimula-se o consórcio de municípios para envio de projetos que não totalizem a quantia acima indicada.

Art. 5º - O prazo para recebimento de projetos no SICONV terá início no dia 11 de maio e será encerrado em 10 de junho de 2011, podendo ser prorrogado, caso haja necessidade.

Art. 6º - Serão aceitos projetos sob responsabilidade de organismos governamentais, não-governamentais e comunitários, legalmente constituídos no País, sem finalidades lucrativas, que atuem e que estejam legalmente constituídos há no mínimo 3 (três) anos. Os limites de valores previstos estão especificados nas ações correspondentes.

Art. 7º - Para os projetos que incluam eventos de capacitação, a carga mínima exigida fica assim estabelecida:

- ☐ Cursos de capacitação - 60 horas aulas;
- ☐ Realização de Oficinas - 30 horas aulas;

Art. 8º - Os projetos que prevejam ações de capacitação, seminários e oficinas deverão guardar coerência entre o valor total do projeto e o número de participantes de forma a avaliar o custo estudante.

Art. 9º - Poderão candidatar-se projetos cuja finalidade seja a implantação, implementação e eventos que gerem o fortalecimento das políticas públicas para as mulheres, vinculadas aos eixos temáticos do II Plano Nacional de Política para as Mulheres, descritos no programa e nas linhas de ação abaixo relacionadas:

PROGRAMA 1433 - CIDADANIA E EFETIVAÇÃO DE DIREITOS DAS MULHERES

1. AÇÃO 8834 - APOIO A INICIATIVAS DE REFERÊNCIA NOS EIXOS TEMÁTICOS DO II PLANO NACIONAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.

a) Incentivo a Formação Profissionalizante, Artesanato das Mulheres.

Essa linha de ação terá como prioridade apoio a projetos de geração de renda para grupos específicos de mulheres, tais como mulheres egressas do sistema prisional, resgatadas do tráfico de pessoas, mulheres em situação de violência atendidas pelos serviços da rede, em territórios da cidadania, áreas rurais e ribeirinhas, entre outros, os quais contemplem ações de capacitação e fomento a associações e cooperativas.

Os projetos devem estar voltados prioritariamente, para a capacitação vinculada ao desenvolvimento rural, ribeirinho e urbano e ações em complementaridade com as políticas de âmbito estadual e federal de inserção social e geração de trabalho e renda. Também serão apoiados projetos relativos às organizações produtivas de mulheres tal como iniciativas de artesanatos, redes, articulações e empreendimentos coletivos.

Os projetos deverão contribuir para o desenvolvimento de políticas e ações de incentivo a capacitação ocupacional e a geração de trabalho e renda das mulheres, tendo como pressuposto a inserção e atuação cidadã das mulheres no mundo do trabalho rural e urbano.

I) Os projetos referentes a esta linha de financiamento se efetivarão através da parceria entre a SPM/PR e os Governos Estaduais em articulação com as ações previstas no Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência contra as Mulheres e no II PNDM. Quando houver a participação de uma outra entidade executora, esta, deverá integrar a parceria firmada.

II) Serão priorizados, sempre que possível, os projetos que estiverem articulados com os organismos estaduais de políticas para as mulheres (coordenadorias/secretarias).

III) Os projetos nesta área deverão incluir necessariamente um Certificado de Origem do artesanato produzido, cursos na área de produção de artesanato, e cursos sobre os direitos das mulheres, sem prejuízo de outras propostas.

b) Apoio ao protagonismo e formação das mulheres jovens na sociedade

Seleção pública de propostas para escolha de entidades da sociedade civil, prefeituras e governos estaduais para celebração de convênios com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, objetivando a promoção da autonomia econômica e social de jovens mulheres, nos termos do PNPM visando o fortalecimento de jovens mulheres para atuação no meio público.

c) Apoio às iniciativas de capacitação e fortalecimento das políticas ao público LBT (Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais)

Esta linha terá como prioridade apoio a projetos que estimulem a capacitação e o fortalecimento das políticas públicas direcionadas à população LBT (Lésbicas, Bissexuais e Transsexuais) em conformidade com as ações previstas no Eixo 9 do PNPM.

d) Apoio a realizações de jornadas, encontros, seminários e palestras

Essa linha de ação terá como prioridade apoio a projetos que estimulem encontros e organizem o maior numero de segmentos de mulheres para debater a condição feminina e temas relativos a políticas públicas e às mulheres nas mais diversas frentes de atuação tendo como propósito fortalecer as ações previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM.

e) Apoio à capacitação de mulheres para o trabalho na construção civil

Seleção pública de propostas para escolha exclusivamente de prefeituras e governos estaduais para celebração de convênios com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, objetivando a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres, nos termos do Programa Mulheres Construindo Autonomia na Construção Civil.

O Programa tem como propósito fortalecer as ações previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - II PNPM, com foco no Capítulo 1 "Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho com Inclusão Social" que tem como uma das prioridades a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres por meio da assistência técnica, do acesso ao crédito e ao apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio. Tem como prioridade atender mulheres pobres, com baixa-renda, pouca escolaridade, em situação de risco social e vulneráveis à violência doméstica.

I) Os projetos destinados à linha de financiamento **"capacitação de mulheres para o trabalho na construção civil"**, devem ter por objetivo a capacitação técnica e profissional das mulheres na área da construção civil, de forma a contribuir para sua autonomia.

II) Os projetos referentes a esta linha de financiamento se efetivarão exclusivamente entre a SPM/PR e os Governos Municipais em articulação com as ações previstas no II PNPM.

III) Os projetos de capacitação nesta área deverão incluir necessariamente nos currículos dos programas os conteúdos programáticos e eixos temáticos abaixo especificados, sem prejuízo de novos acréscimos:

- ☐ Relações de gênero no mundo do trabalho
- ☐ Poder, participação e autonomia das mulheres.
- ☐ Trabalho decente, cidadania e qualidade de vida.
- ☐ Saúde e segurança no trabalho.
- ☐ Sistemas produtivos e processos de trabalho da construção civil.

IV) Os cursos deverão ter uma carga horária total mínima de 120 horas, entre aulas

teóricas e práticas; e cada participante deve inscrever-se, no mínimo, em duas

habilitações específicas na área da construção civil, a exemplo de:

- ☐ Pintura predial interna e externa
- ☐ Aplicação de cerâmica e assemelhados
- ☐ Assentamento de tijolos e regularização de paredes e pisos
- ☐ Instalação elétrica
- ☐ Marcenaria
- ☐ Jardinagem
- ☐ Instalação Hidráulica

V) A capacitação poderá ser complementada com seminários (carga horária mínima de 16 horas) e oficinas (carga horária mínima de 30 horas).

2. AÇÃO 8838 - APOIO A ORGANISMOS DE PROMOÇÃO DE DIREITOS E DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES

a) Apoio aos organismos governamentais de políticas para as mulheres - **estaduais e/ou municipais.**

I) Os projetos voltados para esta linha de financiamento têm como objetivo o apoio à estruturação e o fortalecimento de organismos/instituições de promoção de políticas para as mulheres nos executivos municipais e em estados. Serão, também, financiados projetos visando à criação, estruturação, fortalecimento, reformas e re-aparelhamento de Núcleos de Gênero nas Universidades e Instituições de Ensino Superior. Assim sendo, uma vez já estruturado o organismo, as/os proponentes deverão justificar o pedido de novo apoio. Serão priorizados os Núcleos criados no ano corrente. Não serão apoiados projetos destinados à manutenção de serviços realizados pelos Núcleos de Gênero das Universidades.

II) Os referidos projetos deverão estar direcionados para criação/estruturação e fortalecimento dos organismo de políticas para as mulheres nos poderes executivos dos estados e municípios, de maneira que estes tenham melhores condições de exercerem suas atividades.

III) Não serão apoiados pleitos de organismos governamentais de políticas para as mulheres já contempladas no exercício de 2010, cujos projetos tenham o mesmo objeto.

IV) Os pedidos de apoio a projetos destinados à estruturação e/ou fortalecimento de organismos governamentais de políticas para as mulheres só será analisado se comprovada a criação do respectivo órgão e a nomeação da equipe responsável.

V) Serão apoiados projetos cujo objeto seja:

- ☐ Aquisição de equipamentos; e/ou
- ☐ Cursos de capacitação para gestores/as na temática de gênero; e/ou
- ☐ Elaboração de materiais didáticos e de divulgação.

VI) Os pedidos de apoio a projetos que tenha como objetivo a realização de Cursos de capacitação para gestores/as na temática de gênero podendo, ser articulados com o Núcleo de Estudos Gênero da Universidade local, quando couber;

VII) Os projetos de apoio aos organismos governamentais de políticas para as mulheres - estaduais e/ou municipais deverão obedecer ao limite de valor total mínimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais), em conformidade com a Portaria Interministerial nº 127, de 29 de maio de 2008. Estimula-se o consórcio de municípios para envio de projetos que não totalizem a quantia acima indicada.

3. AÇÃO 8843 - INCENTIVO À AUTONOMIA ECONÔMICA E AO EMPREENDEDORISMO DAS MULHERES.

3.1 - Trabalho e Empreendedorismo da Mulher

A linha de financiamento "Trabalho e Empreendedorismo da Mulher" será executada por meio do desenvolvimento de ações referentes ao empreendedorismo, no sentido de proporcionar a capacitação das mulheres, prioritariamente das mulheres expostas à vulnerabilidade financeira e à violência doméstica, para a criação e gestão de negócios visando à autonomia econômica e à igualdade no mundo do trabalho.

I) Serão priorizados, sempre que possível, os projetos que estiverem articulados com os organismos estaduais de políticas para as mulheres (coordenadorias/secretarias).

II) Os projetos nesta área deverão incluir necessariamente um Certificado de Origem do artesanato produzido, cursos na área de produção de artesanato, e cursos sobre os direitos das mulheres, sem prejuízo de novos acréscimos.

III) Os projetos nesta área deverão incluir necessariamente cursos sobre fomento ao empreendedorismo, trabalho e ocupação, e cursos sobre os direitos das mulheres, sem prejuízo de novos acréscimos.

Art. 10º - As propostas enviadas para apoio financeiro desta Secretaria deverão observar as seguintes questões:

a) Orçamentos e preços compatíveis com os praticados no mercado local;

b) Observância às normas do presente conjunto de recomendações e da Lei de Diretrizes

Orçamentárias. Lei n.º 11.768/08 - Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 8.666/03 e com a Portaria n.º 127/08.

c) Nos projetos que contemplarem ações de capacitação e qualificação profissional os valores para pagamento de hora/aula deverão obedecer aos praticados pelo mercado, sendo que para efeito de pagamento de hora/aula será considerada a titulação da/o indicada/o. Os cursos de capacitação deverão obedecer a critérios mínimos, conforme especificação abaixo:

I) Os conteúdos programáticos, o público-alvo e a metodologia (exemplos: aula expositiva, dinâmicas, trabalhos em grupo, discussão de filmes) de todas as capacitações deverão necessariamente estar detalhados no projeto;

II) O proponente deverá informar obrigatoriamente o perfil dos profissionais que serão contratados (instrutores, Facilitadores, palestrantes), assim como suas atribuições, com a respectiva carga horária;

III) As/os profissionais contratadas/os deverão possuir as seguintes qualificações:

- ☐ Especialização e/ou mestrado e/ou doutorado, ou experiência.
- ☐ Comprovada nas áreas temáticas que deverá assumir, como instrutor/a ou palestrante;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

☐ Especialização e/ou mestrado e/ou doutorado na área de gênero, e/ou;

☐ Três anos ou mais de experiência em organizações feministas com expertise comprovada na área de gênero e/ou movimento de mulheres e/ou;

☐ Ser vinculada/o a núcleos de gênero de instituição de ensino superior.

Art. 11º - Os projetos serão analisados e avaliados por uma Comissão Técnica que fará avaliação do pedido, de acordo com as normas legais, com os conceitos, diretrizes, propostas e linhas de ação do **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** e limites financeiros estabelecidos nesta Portaria.

a) A metodologia para a análise de mérito compreenderá uma Triagem Administrativa e uma Triagem Técnica, para avaliação de seu alinhamento com conceito, diretrizes, proposta e linhas de ação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, segundo critérios definidos nesta portaria.

b) A Triagem Técnica tem como objetivo a avaliação e elaboração de parecer técnico, o qual pontuará a partir dos elementos estruturantes a cada linha segundo o quadro abaixo

PONTUAÇÃO	ITENS DE AVALIAÇÃO
5	Ter procedência em localidade onde exista organismo de políticas para mulheres;
5	Estar em localidade onde serão executadas obras relativas à Copa de 2014 e Obras do PAC;
5	Atuar em áreas ou populações relativas aos Territórios de Cidadania e demais áreas foco de programas sociais já determinadas pelo governo federal
2	Análise do contexto social;
2	Participação da comunidade;
2	Existência de parcerias;
3	Estratégias de sustentabilidade;
2	Interação com demais políticas públicas;
2	Avaliação de processos e resultados;
2	Estratégias de divulgação do projeto.

c) Os projetos serão classificados de acordo com a tabela acima. Os que não pontuarem em nenhum critério serão eliminados da seleção e os demais, por ordem de pontuação, em número suficiente para o esgotamento dos recursos disponibilizados, serão considerados habilitados a celebrar o convênio com a SPM, na pendência da liberação orçamentária.

Art. 12º - Os projetos aprovados no mérito serão encaminhados para análise jurídica e financeira e estarão condicionadas às disponibilidades orçamentárias.

Parágrafo único. Em caso de necessidade, a Secretaria de Políticas para as Mulheres indicará as alterações e as diligências que deverão ser realizadas para a aprovação das propostas, bem como estipulará prazo para a conclusão das referidas diligências, sob pena de arquivamento definitivo.

Art. 13º - Os projetos poderão obter apoio complementar de outras entidades ou empresas, no entanto, não serão admitidas alterações para ajustá-lo às exigências de outros financiadores.

Art. 14º - Os direitos autorais relativos a estudos, relatórios, vídeos e outros produtos intelectuais e/ou artísticos afins ao projeto e nele utilizados serão considerados propriedade dos autores. A SPM reserva-se o direito de utilizar essas obras, no todo ou em parte, na divulgação do programa e na disseminação dos métodos e estratégias empregados no projeto, respeitadas as disposições referentes aos direitos autorais.

Art. 15º - No caso de convênios cujo desembolso seja realizado em parcelas, estas serão liberadas mediante a comprovação da realização das metas previstas em cada etapa ou fase do processo de implementação, em conformidade com o item "Cronograma de Execução" do Plano de Trabalho; juntamente com a prestação de contas contábil e o Relatório de Acompanhamento e Monitoramento das ações realizadas, além do lançamento dos registros pertinentes no SICONV.

Art. 16º - O proponente selecionado que celebrar o convênio com a SPM estará obrigado a:

a) Na execução do Convênio, cumprir fielmente a proposta aprovada, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação pertinente, respondendo pelas conseqüências de sua execução total ou parcial, de acordo com a legislação vigente.

b) Apresentar, nos prazos estabelecidos no instrumento do convênio, comprovações físicas da efetiva realização das ações previstas por período de execução, bem como relatório das ações realizadas no cumprimento dos objetivos do projeto.

c) Divulgar, em destaque e observando possíveis restrições legais eleitorais, o nome da Secretaria de Políticas para as Mulheres em todos os atos de promoção e divulgação do projeto, objeto do convênio, e nos eventos e ações deles decorrentes.

d) Incluir as marcas, observando possíveis restrições legais eleitorais, de acordo com os padrões de identidade visual fornecidos. Resta vedada a utilização de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Art. 17º - A instituição conveniada deverá reservar espaço para a divulgação do Ligue 180 - Central de Atendimento a Mulher nos eventos e materiais de divulgação que venha a produzir;

Art. 18º - Para fins de prestação de contas as instituições contempladas deverão apresentar os seguintes itens: relatórios do desenvolvimento das atividades, da metas alcançadas, relação de matrícula, lista de presença (contendo nome, endereço, RG e assinatura), comprovantes de compras de equipamentos, fotografias, publicações de jornais, folders, cartazes e demais comprovantes do cumprimento do objeto.

Art. 19º - É vedado o envio de projetos oriundos da força de trabalho da SPM e de seus familiares diretos com parentesco de até segundo grau, podendo a inscrição ser impugnada a partir do conhecimento destes fatos e em qualquer época.

Art. 20º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IRINY LOPES

SECRETARIA DE PORTOS
COMPANHIA DOCAS DO PARÁ

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 26, DE 9 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar o Pregão Eletrônico CDP nº 02/2011, realizado no dia 02.02.2011 (Processo Licitatório nº 4638/2010), referente a contratação de empresa de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, nas dependências do Prédio Sede da CDP e dos Portos de Belém, Santarém, Vila do Conde, Itaituba, Altamira, Óbidos, Terminal do Outeiro e Terminal Petroquímico de Miramar, conforme descritos no Termo de Referência do Edital; II - adjudicar, em conseqüência, vencedora do referido Pregão, por ter apresentado o melhor lance à empresa VIDICON SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA LTDA - CNPJ nº 07.069.574/0001-65, no valor mensal de R$569.869,77 (quinhentos e sessenta nove mil, oitocentos e sessenta e nove reais e setenta e sete centavos) para o período de 12 (doze) meses; III - encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente; IV - determinar a publicação deste ato no Diário Oficial da União.

OLIVIO ANTONIO PALHETA GOMES

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 27, DE 9 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR PRESIDENTE DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ (CDP), EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, resolve: I- homologar a Concorrência CDP/CPL nº 02/2010, realizada no dia 17.11.2010 (Processo Licitatório nº 2788/2010), referente a contratação de escritório especializado no campo jurídico para prestar serviços profissionais de advocacia preventiva e contenciosa com prestação judicial, extrajudicial e de orientação e assessoramento nas áreas cível, trabalhista, previdenciária, tributária, administrativa, ambiental, processual civil e comercial, com atuação em qualquer foro, juízo, instância, tribunal, repartições públicas, cartórios, pessoas de direito público, TRT 8ª, TRT 14ª e TRT 18ª Região e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e de Goiás, incluindo os Tribunais Superiores - STF, STJ, TST, Tribunal Regional Federal 1ª Região, TJDFT e TCU, visando atender aos processos e casos inerentes a Companhia Docas do Pará - CDP; II - adjudicar, em consequência, vencedora da referida Concorrência, o escritório TUMA & MORAES ADVOGADOS ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES - CNPJ nº 09.654.558/0001-65, por ter atendido todas as exigências editalícias, obtendo Nota Final de 95,20 (noventa e cinco virgula vinte) e por ter apresentado proposta de preço mensal compatível com o valor orçado pela CDP, qual seja, R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para o período de 12 (doze) meses; III - encaminhar à GERJUR para elaboração do instrumento correspondente.

OLIVIO ANTONIO PALHETA GOMES

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÕES DE 10 DE MAIO DE 2011

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso III, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Portaria nº 190/GC-5, de 20 de março de 2001, e considerando o deliberado na Reunião Deliberativa da Diretoria realizada em 10 de maio de 2011, DECIDE:

Nº 61 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária ALBA TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 12.580.450/0001-80, com sede social em Belo Horizonte (MG), a explorar serviço de transporte aéreo público não regular de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo;

Nº 62 - Autorizar, por 5 (cinco) anos, a sociedade empresária LYNX TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 11.613.505/0001-48, com sede social em São Paulo (SP), a explorar serviço de transporte aéreo público não regular de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo; e

Nº 63 - Renovar, por 5 (cinco) anos, a autorização para exploração de serviço de transporte aéreo público não regular de passageiro e carga na modalidade táxi aéreo outorgada à sociedade empresária INTERÁVIA TÁXI AÉREO LTDA., CNPJ nº 56.239.684/0001-33, com sede social em São Paulo (SP), ficando revogada a Decisão nº 128, de 30 de agosto de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 31 de agosto de 2006, Seção 1, página 8.

O inteiro teor das Decisões acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br .

CARLOS EDUARDO MAGALHÃES DA SILVEIRA PELLEGRINO
Diretor-Presidente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria ANAC nº 1547/SIE de 14 de outubro de 2008, publicada no DOU n° 200, de 15 de outubro de 2008, Seção 1, Página 41, **onde se lê:** "XI - condições operacionais: VFR diurna/noturna (L26 e L30);", **leia-se:** "XI - condições operacionais: VFR diurna/noturna (L 12, L 14, L 15, L 21, L 23 e L 26);".

GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2011

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 932 - Inscrever o aeródromo Fazenda Constância (SDFC), em Altair (SP); e

Nº 933 - Renovar a inscrição do heliponto Estância Lajota (SJAM), em Mairiporã (SP).

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

TÁRIK PEREIRA DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE DE SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 43 do Regimento Interno da Agência Nacional de Aviação Civil, aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 de setembro de 2009, resolve:

Nº 926 - Aprovar a 1ª Alteração Contratual da Escola de Aviação Civil Golden Wings Ltda., conforme despacho dado ao requerimento atinente ao Processo nº 60800.054195/2011-85;

Nº 927 - Homologar o Curso de Comissário de Voo, partes teórica e prática, e o Curso de Piloto Comercial de Helicóptero, parte teórica, pelo período de 5 anos, da MAGISTER Escola de Aviação Civil Ltda., no Rio de Janeiro - RJ; e

Nº 928 - Homologar o curso de Piloto Comercial Avião, parte prática, pelo período de 5 anos, do Aeroclube de Várzea Grande, em Várzea Grande - MT.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

DAVID DA COSTA FARIA NETO

GERÊNCIA-GERAL DE AVIAÇÃO GERAL
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 929, DE 10 DE MAIO DE 2011

Da suspensão do CHETA e documentos pertinentes

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela portaria nº 1041/SSO, de 08 de julho de 2010, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC-119 - Homologação; Operadores Regulares e Não Regulares, e, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1.º- Suspender o Certificado de Homologação de Empresa de Transporte Aéreo (CHETA) de n.º 2009-01-03CMS-03-01, emitido para a empresa Click Taxi Aéreo e Turismo Ltda, datado de 26 de outubro de 2010 em virtude de solicitação da empresa (conforme previsão do item 9.1 da IS nº 119-001 Revisão B) protocolada nesta unidade em 28 de abril de 2011.

JOÃO LUIS BARBOSA CARVALHO

PORTARIAS DE 10 DE MAIO DE 2011

O GERENTE DE VIGILÂNCIA DE OPERAÇÕES DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 1 da Portaria n° 1041 de 08 de julho de 2010, publicada no Boletim Pessoal de Serviço n° 27 e 09 de julho e 2010 da Agência Nacional da Aviação Civil, resolve:

Nº 930 - Suspender o Certificado de Atividade Aérea do AERO-CLUBE DE GUARAPUAVA - Guarapuava (PR); e

Nº 931 - Prorrogar a Suspensão do Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube de Fernandópolis.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

JOÃO LUIS BARBOSA CARVALHO

GERÊNCIA DE AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 934, DE 10 DE MAIO DE 2011

Da Revogação da Autorização Definitiva de Funcionamento do Aeroclube de Guaxupé.

O GERENTE TÉCNICO DE AVIAÇÃO GERAL, no uso de suas atribuições outorgadas pela Portaria nº 430 de 04 de março de 2011, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro de Homologação Aeronáutica - RBHA 140 - Autorização, organização e funcionamento de aeroclubes, e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Art. 1° - Revogar o Certificado de Atividade Aérea do Aeroclube de Guaxupé, situado no Aeroporto Municipal, Av. Waldomiro Cecílio Ribeiro, 1300, Guaxupé - MG. A Revogação da Autorização Definitiva de Funcionamento está baseada no Parágrafo 140.19 (a)(2) do RBHA 140.

Art. 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL KOELER
Substituto

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.362, de 13 de dezembro de 1996, e com base no volume adicional da cota tarifária de importação de açúcar atribuída pelo Governo dos Estados Unidos da América ao Brasil para embarque no período 2010/2011, e o que consta do Processo nº 21000.007745/2010-50, resolve:

Art. 1º Estabelecer que a alocação do volume adicional da cota preferencial de exportação de açúcar destinada ao Brasil pelo governo dos Estados Unidos da América será direcionada às unidades de produção de açúcar instaladas na Região Norte e Nordeste, nos volumes indicados no Anexo desta Instrução Normativa, já descontada a polarização, para exportação no ano-safra 2010/2011, e observará a participação de cada Unidade da Federação nos rateios realizados em anos anteriores e a ponderação de cada unidade industrial de acordo com sua produção de derivados da cana-de-açúcar na safra 2009/2010.

§ 1º Somente terão direito ao recebimento da cota as unidades de produção da Região Norte e Nordeste que industrializaram açúcar no ano safra 2009/2010, em suas próprias instalações fabris, e que estejam com seu parque industrial em condições de processamento da cana-de-açúcar na presente safra.

§ 2º As cotas foram calculadas de acordo com a produção informada pelas indústrias na safra 2009/2010, por meio do Sistema de Acompanhamento da Produção Canavieira - SAPCana, enviada quinzenalmente ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º A cota adicional de exportação de açúcar destinado ao mercado norte-americano, referente ao período de 1º de outubro de 2010 a 30 de setembro de 2011, fica estabelecida em toneladas curtas nos volumes constantes do Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 3º Os Certificados de Elegibilidade de Cota, emitidos pelo governo dos EUA em favor do governo brasileiro e que asseguram a entrada do açúcar em portos norte-americanos, serão emitidos em favor das unidades produtoras de açúcar relacionadas no Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 4º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER ROSSI

ANEXO

UF / USINAS	Toneladas Curtas
ALAGOAS	35.319,49
Central Açucareira Santo Antônio - Filial Camaragibe	712,99
Central Açucareira Santo Antônio S/A	2.733,56
Cia. Açucareira Central Sumaúma	1.196,15
Cia. Açucareira Usina Capricho	634,50
Cia. Açucareira Usina Santa Maria S/A	1.345,43
Cooperativa de Colonização Agro-pecuária Indústria Pindorama LTDA.	1.061,88
Industrial Porto Rico S/A	2.040,17
Laginha Agro Industrial S/A - Filial Guaxuma	1.771,56
Laginha Agro Industrial S/A - Filial Uruba	1.460,41
Mendo Sampaio S/A	1.802,12
Penedo Agro Industrial S/A	832,08
S/A Leão Irmãos Açúcar e Álcool	1.372,53
S/A Usina Coruripe Açúcar e Álcool	3.627,50
Triunfo - Agro-Industrial S/A	2.238,38
Usina Caeté S/A	1.931,83
Usina Caeté S/A - Filial Cachoeira	1.423,02
Usina Caeté S/A - Filial Marituba	1.829,54
Usina Cansação do Sinimbú S/A	2.143,74
Usina Santa Clotilde S/A	1.304,07
Usina Serra Grande S/A	1.518,91
Usina Taquara S/A	782,23
Usinas Reunidas Seresta S/A	1.556,88
AMAZONAS	296,81
Agropecuária Jayoro LTDA.	296,81
BAHIA	2.808,27
Agro-Indusrial Vale do São Francisco	2.456,67
União Industrial Açucareira LTDA.	351,60
MARANHÃO	243,54
Maity Bioenergia	243,54
PARÁ	206,21
Pagrisa - Pará Pastoril e Agrícola S/A	206,21
PARAÍBA	1.963,50
Agro-Industrial Vale do Paraíba LTDA.	756,56
Cia. Usina São João	576,91
Usina Monte Alegre S/A	630,03
PERNAMBUCO	25.739,93
Cia. Agro Industrial de Goiana	2.097,00
Usina Bom Jesus S/A	1.267,19
Usina Central Olho D'Água S/A	3.043,68
Usina Cruangi S/A	2.188,51
Usina Ipojuca S/A	1.280,61
Usina JB	1.628,22
Usina Petribú S/A	2.527,74
Usina Salgado S/A	1.123,31
Usina São José S/A	2.307,48
Usina Trapiche S/A	2.410,85
Usina União e Indústria S/A	1.466,43
Usivale Indústria e Comércio LTDA.	1.362,97
Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	932,43
Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool LTDA.	2.103,51
PIAUÍ	189,58
Comvap Açúcar e Álcool Ltda.	189,58
RIO GRANDE DO NORTE	2.952,87
LDC Bioenergia S/A	1.652,90
Vale Verde Empreendimentos Agrícolas LTDA - Filial II	1.299,96
SERGIPE	1.286,17
Usina São José do Pinheiro LTDA.	1.286,17
TOTAL	71.006,37

Ministério da Ciência e Tecnologia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 302, DE 10 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 18 e 27 do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, no art. 36 c/c o art. 50 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCT nº 01200.004046/2010-94, de 4 de outubro de 2010, resolvem:

Art. 1º Cancelar, por descumprimento das exigências estabelecidas no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, a habilitação à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 2001, concedida pela Portaria Interministerial MCT/MDIC/MF n° 665, de 31 de dezembro de 2004, publicada no DOU de 3 de janeiro de 2005, à empresa Tecnomil Engenharia Industrial Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 89.561.289/0001-50.

Art. 2º Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 2001, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 303, DE 10 DE MAIO DE 2011

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA, DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR e DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, nos arts. 18 e 27 do Decreto nº 3.800, de 20 de abril de 2001, no art. 36 c/c o art. 50 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta do Processo MCT nº 01200.003584/2010-61, de 30 de agosto de 2010, resolvem:

Art. 1º Cancelar, por descumprimento das exigências estabelecidas no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, a habilitação à fruição dos benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 2001, concedida pelas Portarias Interministeriais MCT/MDIC/MF n° 797, de 13 de dezembro de 2001, publicada no DOU de 17 de dezembro de 2001 e MCT/MDIC/MF nº 263, de 29 de abril de 2008, publicada no DOU de 30 de abril de 2008, à empresa Ibracomp Indústria e Comércio Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 03.419.851/0001-61.

Art. 2º Determinar que os benefícios fiscais referidos no art. 1º do Decreto nº 3.800, de 2001, usufruídos pela empresa, relativos aos tributos do período do inadimplemento, deverão ser ressarcidos em conformidade com o disposto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia

FERNANDO DAMATA PIMENTEL
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GUIDO MANTEGA
Ministro de Estado da Fazenda

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Cultura

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

ATA DA SESSÃO PÚBLICA REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2011

AFERIÇÃO DO EDITAL DE CONCURSO Nº 1/2011 - CONCURSO NO ÂMBITO DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE O INSTITUTO DE CINE Y ARTES AUDIOVISUALES - INCAA, DA REPÚBLICA ARGENTINA, E A AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, PARA O FOMENTO À COPRODUÇÃO DE FILMES DE LONGA-METRAGEM.

Às dez horas do dia vinte e cinco do mês de abril de dois mil e onze, reuniram-se os membros da Comissão de Análise de Documentação do Edital de Concurso nº 01 - Concurso no âmbito do Protocolo de Cooperação entre o Instituto de Cine y Artes Audiovisuales - INCAA, da República Argentina, e a Agência Nacional do Cinema - ANCINE, da República Federativa do Brasil, para o fomento à coprodução de filmes de longa-metragem - processo nº 01580.056454/2010-02, nomeados pela Portaria nº. 89, de 31 de março de 2010, na Agência Nacional do Cinema - ANCINE, localizada na Avenida Graça Aranha, 35, Centro - Rio de Janeiro, com o objetivo de examinar a documentação apresentada pelas empresas produtoras inscritas no Edital nº. 01/2011. Presentes os membros da Comissão: Vanessa Teixeira de Oliveira (suplente da Presidente), Anna Carolina de Andrade M. de Barros e Paula Monteiro de Castro Pinto, os trabalhos iniciaram-se, sem comparecimento de público na abertura dos envelopes, totalizando 13 inscrições. Os trabalhos foram encerrados às treze horas do dia dois do mês de maio de dois mil e onze.

O resultado da análise segue nas tabelas abaixo.

1.Inscrições habilitadas:

	Nome do Proponente	Nome do projeto	UF
1	Artesanato Digital Produções	Aqui Debaixo de um Céu com Diamantes	RJ
2	Gullane Entretenimento S.A.	All In	SP
3	Ocean Produção de Filmes Ltda.	La Guayaba	SC
4	Tipos e Tempos Produções Ltda.	Guiso de Iguana	RJ

2.Inscrições habilitadas:

	Nome do Proponente	Nome do projeto	UF	Itens Inabilitação
1	Bananeira Filmes Ltda.	El Ardor	RJ	Preâmbulo (equipe técnica não atende ao Latino-Americano).
2	Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda.	Refugiado	SP	Preâmbulo (equipe artística não atende ao Latino-Americano);4.5. alínea "b" - Anexo IV: item III, caput e alíneas "e", "f" e "g".
3	Expressarte Produções Culturais Ltda.	Balões Vermelhos	RJ	4.5. alíneas "b","c","d","e","f","h".
4	Filmes Mais Ltda.	Infancia Clandestina	SP	Preâmbulo (filmagem já iniciada);4.5. alínea "b" - Anexo IV: item III, alíneas "e", "f".
5	Iris Cinematográfica Ltda.	Estela	RJ	Preâmbulo (equipe artística não atende ao Latino-Americano); 4.5. alíneas "c", "g", "h", "i";4.5. alínea "b" - Anexo IV: itens I, II e III, alíneas "e", "f", "g", "h".
6	RT Comércio e Serviços de Criação e Produção de Obras com Direitos Autorais LTDA - EPP.	Toxic Jungle/Selva Tóxica	RJ	4.5. alínea "b" - Anexo IV: item III, alíneas "e" e "f".
7	RT2A Produções Cinematográficas Ltda.	Mercedes Sosa: a voz da América Latina	RJ	Preâmbulo (equipe técnica não atende ao Latino-Americano); 4.5. alínea "b" - Anexo IV: item III, caput e alíneas "f" e "g".
8	Unfinished Bussiness Produções Artísticas, Cinematográficas e Audiovisuais Ltda.	Paté de Soeur	RJ	4.5. alínea "i";4.5 alínea "b" - Anexo IV: item III, alíneas "e" e "f".
9	Videofilmes Produções Artísticas Ltda.	Habi, la Extranjera	RJ	Preâmbulo (equipes artística e técnica não atendem ao Latino-Americano).

Foram desconsideradas duas inscrições: uma apresentada pela proponente JAGUAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA., em nome do projeto MÚSICA, FILOSOFIA E VINHO, cujo coprodutor majoritário é brasileiro; e uma outra apresentada pela INTERNACIONAL PRODUÇÕES DE CINEMA E VÍDEO LTDA., em nome do projeto A TRÉGUA, cujo coprodutor majoritário também é brasileiro.

Dos atos de deferimento ou indeferimento da inscrição pela Comissão, caberá recurso pela empresa inscrita no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação desta Ata no Diário Oficial da União.

Encerrado o trabalho de exame da documentação, segue a presente Ata, assinada pelos integrantes da Comissão.

ANNA CAROLINA DE ANDRADE M. DE BARROS
PAULA MONTEIRO DE CASTRO PINTO
VANESSA TEIXEIRA DE OLIVEIRA
Presidente suplente

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 65, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1° e 2° do artigo 2º e § 4° do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1° REGISTRAR no Livro de Cadastro Geral nº 13 e CERTIFICAR que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as Comunidades a seguir, SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.

Comunidade de Bela Vista Piató, localizada no município de Assú/RN. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.457 fl. 073;

Comunidade de Para Quedas, localizada no município de João Dourado/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.458 fl. 074;

Comunidade de Serrinha, localizada no município de João Dourado/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.459 fl. 075;

Comunidade Lagoa do Meio, localizada no município de João Dourado/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.460 fl. 076;

Comunidade de Descoberta, localizada no município de João Dourado/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.461 fl. 077;

Comunidade de Lagoa dos Lundus, localizada no município de João Dourado/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.462 fl. 078;

Comunidade de Caroazal, localizada no município de São Gabriel/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.463 fl. 079;

Comunidade de Barriguda, localizada no município de Mucugê/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.464 fl. 080;

Comunidade de Pedra Lisa, localizada no município de Ibititá/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.465 fl. 081;

Comunidade de Água Boa, localizada no município de São Sebastião do Passe /BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.466 fl. 082;

Comunidade Coloudos Ramos, localizada no município de Presidente Dutra/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.467 fl. 083;

Comunidade de Mucugê, localizada no município de Wenceslau Guimarães/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.468 fl. 084;

Comunidade Boca da Mata, localizada no município de Icatu/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.469 fl. 085;

Comunidade de Pirinã (Passe Bem Centrinho), localizada no município de Presidente Sarney/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.470 fl. 086;

Comunidade Cana Brava, localizada no município de Santa Quitéria/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.471 fl. 087;

Comunidade de Salineiros, localizada no município de Ataléia/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.472 fl. 088;

Comunidade de São Pedro, localizada no município de Tomé Açu/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.473 fl. 089;

Comunidade de Curuanha, localizada no município de Estância/SE. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.474 fl. 090;

Comunidade de Quebra-Chifre (Povoado Bela Vista), localizada no município de Riachuelo/SE. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.475 fl. 091;

Comunidade de Massaranduba, localizada no município de Irará/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.476 fl. 092;

Comunidade de Curralinho dos Paulas, localizada no município de Resende Costa/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.477 fl. 093;

Comunidade de Dionísia e Olhos D'água, localizada no município de Mirangaba/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.478 fl. 094;

Comunidade de Monte Cristo e Matuzinho, localizada no município de Codó/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.479 fl. 095;

Comunidade de Olaria e Pedra Branca, localizada no município de Irará/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.480 fl. 096;

Comunidade de Santa Bárbara, localizada no município de Sabinópolis/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.481 fl. 097;

Comunidades de Gaspar, Capoeira Grande, Gangorra, Veneno, Córrego Fundo, Chico Alves e Asa Branca, localizada no município de Itamarandiba/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.482 fl. 098;

Comunidade Quebra Guiada, localizada no município de Januária/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.483 fl. 099;

Comunidade de Palmeirinha, localizada no município de Pedra de Maria da Cruz/MG. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.484 fl. 100;

Comunidade de Tanque de Valença, localizada no município de Matinha/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.485 fl. 101;

Comunidade de Jutaí, localizada no município de Monção/MA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.486 fl. 102;

Comunidade de Lagedo do Pau D'arco, localizada no município de Lapão/BA. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.487 fl. 103;

Comunidade de Tapera, localizada no município de Petrópolis/RJ. Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 013, Registro n. 1.488 fl. 104;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

EDVALDO MENDES ARAÚJO

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 253, DE 10 DE MAIO DE 2011

O O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da delegação de competência estipulada na Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:

Art.1º - Tornar pública a relação do (s) projeto (s) incentivado (s) por meio da Lei 8.313/91 que tiveram sua (s) prestação (es) de contas aprovada (s) no âmbito deste Ministério , conforme anexo abaixo:

Art.2º - Informar da determinação contida no parágrafo 2º do artigo 73 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 05.10.10, publicada no Diário a Oficial União de 06.10.10, a saber: "O proponente deve manter os documentos fiscais originais e cópias de todos os cheques emitidos, frente e verso, de forma que os beneficiários possam ser identificados, pelo prazo mínimo de dez anos".

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	Objeto	Área	Valor Proposto (R$)	Valor Aprovado (R$)	Valor Captado (R$)
08-6092	VII Festival Yosakoi Soran	Associação Yosakoi Soran do Brasil	Realizar o VII Festival Yosakoi Soran, festival de dança contemporânea que une a tradição e modernidade da cultura japonesa. O evento ocorrerá no dia 26 de julho de 2009, na Via Funchal em São Paulo.	Artes Cênicas	336.996,00	336.996,00	68.000,00
04-4934	Moedas Brasileiras (1643 a 2004)	Magma Cultural e Editora Ltda	O objetivo é a realização de um belo livro, onde estarão reunidas as moedas do Brasil. O livro irá contemplar o início da colonização brasileira, começando com D. João IV(1640), passando por todos tipos de governo, chegando até os dias. atuais. Obs. Será trabalhado o universo de 1400 moedas. Com tiragem 5.000 unidades	Humanidades	465.307,70	464.294,13	464.294,13

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

05-0027	Concertos Scheherazade	AMBSC - Associação dos Amigos da Banda Sinfônica de Cubatão	Divulgação da música instrumental de banda sinfônica, com interpretações cênicas, através da dança por um corpo de bailarinas, com intuito de aprimorar o crescimento cultural e artístico da cidade de Cubatão - SP.	Música	41.500,00	41.500,00	41.500,00
02-1032	Zastrozzi	Barata Comunicação Ltda	Montagem do teatro "Zastrozzi", do dramaturgo canadense George Walker, com "turnê", prevista para mais de um ano, por sete capitais do país.	Artes Cênicas	892.027,64	860.930,40	515.000,00
00-3852	Leia Brasil - Programa de Leitura da Petrobrás 2001	Argus Participações Comerciais Ltda	Projeto que visa dar prosseguimento ao Programa criado em 1992 e que em 2001 deverá atingir mensalmente, com suas 16 bibliotecas volantes e 300 mil volumes de literatura, mais de 600 mil alunos e 20 mil professores de escolas públicas do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Também faz parte da ação do Leia Brasil o recolhimento de livros usados em domicílios do Rio de Janeiro, grande São Paulo e Belo Horizonte. O projeto é desenvolvido em três ações integradas: caminhões bibliotecas (que emprestam livros, vídeos e revistas), atividades especiais, que no dia da visita estimulam a leitura e capacitação de professores.	Humanidades	6.900.457,08	2.417.227,60	2.137.270,00
09-2785	HOJE TEM PALHAÇADA? TEM NA ESCOLA, SIM SENHOR! - PARTE 2	Janaina Chelo Amaral Galdi	O projeto HOJE TEM PALHAÇADA? TEM NA ESCOLA, SIM SENHOR! PARTE 2 realizará 15 (quinze) apresentações do espetáculo infantil CIRCO TOKPOTOK distribuídas nas cidades de Viamão/RS, Balneário Barra do Sul/SC e São João Del Rei/MG. A peça integra a linguagem do teatro com a do circo, através dos personagens-palhaços: Rebuçado, Pipinela e Xurumela. Serão 4.500 crianças da rede pública de ensino beneficiadas com ingressos gratuitos, nos próprios estabelecimentos escolares.	Artes Cênicas	31.263,20	29.263,20	29.263,20
06-10900	Aquisição de equipamentos para a Escola Nacional de Circo	Associação Cultural da Funarte	Trata-se da construção da sala de multilinguagem nas dependências da Escola Nacional do Circo, para ampliação dos espaços pedagógicos e das oportunidades de ensino da arte milenar do circo, ao mesmo tempo em que será prestada uma merecida homenagem ao padrinho da referida escola. Neste sentido, a construção atenderá as novas demandas, ampliando-se nos moldes adequados os espaços de formação para uma escola do porte da ENC.	Artes Cênicas	299.520,64	299.520,64	299.520,64
07-6227	Oscar Niemeyer 10/100	Sociedade dos Amigos do MON - Museu Oscar Niemeyer	Montagem da exposição "Oscar Niemeyer 10/100", em homenagem à obra do arquiteto, no Salão Principal do Museu Oscar Niemeyer - Olho, em Curitiba/PR, com exposição de 80 desenhos originais, projeção de fotografias, filmes, projetos recentes, 17 maquetes, uma escultura, móveis e 16 vitrines com documentos, uma sala especial dedicada à Pampulha e Brasília com fotografias de coleção pessoal	Artes Visuais	605.200,00	438.500,00	350.000,00
06-4785	Eles se casaram e tiveram muito	Bubu Produções Artísticas Ltda	Montagem do espetáculo de teatro infantil "Eles se casaram e tiveram muito" de Philipe Dorin, no Teatro Jockey no Rio de Janeiro.	Artes Cênicas	205.430,35	191.124,22	100.000,00
03-1731	Salão do Livro para Crianças e Jovens (5º)	Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil	A integração entre a cultura e a educação, tão necessária para a formação de valores humanistas. PECULIARIDADE: Exposição de stands e atividades de leitura.	Humanidades	570.455,52	515.775,52	300.000,00
06-8041	Orquestra da ULBRA - Temporada 2007	Hilda Gavene Dias	Realização de quinze concertos da Orquestra de Câmara da ULBRA, nas cidades de Porto Alegre, Canoas, Torres, entre outras, no estado do Rio Grande do Sul.	Música	124.975,00	124.975,00	122.550,00
02-6795	Música Sacra nas Igrejas	Mércia Mafra Ferreira	Realizar seis concertos, com entrada franca, em cidades de Santa Catarina, com o coral "Pholyphonia Khoros", quinteto de cordas e cravo.	Música	99.000,00	99.000,00	70.000,00
03-1576	Projeto Exposições do Ano 2003	Fundação Jaime Câmara	Ação cultural de caráter artístico e educacional com o objetivo de fomentar a participação das comunidades escolares e culturais, mormentes os escolares de 6 a 14 anos, do ensino fundamental. Serão realizadas dua exposições com artistas escolhidos pelo proponente e uma mostra dos resultados obtidos com a releitura das obras dos artistas expositores pelos alunos, através de oficinas, visitas monitoradas, filmes, ou seja, o processo de ciração das obras de arte.	Artes Visuais	125.000,00	81.671,98	81.671,98
05-0980	Caiçara - Exposição	Dialeto Latin American Documentary Ltda.	O projeto tem a finalidade de fazer uma exposição fotográfica, bem como lançamento do livro de mesmo tema, abrangendo fotos, iluminação, convite, impressão e cartaz. Com imagens captadas pelo fotógrafo Vito D'Alessio e complementadas com textos de Daniel Pascalicchio e participação de especialistas em arquitetura, religião, folclore, meio ambiente, indigenismo entre outro temas.	Artes Visuais	119.320,00	119.320,00	110.500,00
08-4710	Reponte da Canção (25ª)	Mauro de Vargas Morales ME	Promover o "25º Reponte da Canção Nativa", no período de 13 a 15 de março de 2009, visando cultivar e difundir a cultura e a tradição do Rio Grande, bem como fomentar os talentos locais.	Artes Integradas	397.530,00	378.180,00	155.000,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 254, DE 10 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:

Art. 1.o - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos I e II à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.o - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS - (ART.18, §1º)

11 1155 - Eu te amo
Bubu Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 05.667.276/0001-41
Processo: 01400.002315/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 598.600,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Temporada da peça 'Eu te amo' de Arnaldo Jabor. Ação para quatro meses na cidade do Rio de Janeiro e dois meses na cidade de São Paulo apresentações. Esta montagem reúne dois diretores de cinema, Rosane Svartman e Lírio Ferreira, dirigindo dois atores, Juliana Martins e Aalexandre Borges. O texto mostra a exposição de um casal, suas diferenças e questionamentos sobre o amor. A peça se dirige a homens e mulheres que buscam entender melhor o amor e o relacionamento de um casal.

10 12549 - Disney On Ice - Disneyland Adventures
T4F Entretenimento S.A
CNPJ/CPF: 02.860.694/0001-62
Processo: 01400.023771/20-10
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 5.117.493,03
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Disney on Ice - Disneyland Adventures prevê a realização de um espetáculo teatral infantil, com o total de 30 apresentações, 20 apresentações na cidade de São Paulo, no Ginásio do Ibirapuera e 10 apresentações no Rio de Janeiro, Ginásio do Maracanãzinho.

11 1302 - MINIMANUAL DE QUALIDADE DE VIDA
Turbilhão de Idéias Cultura e Entretenimento Ltda
CNPJ/CPF: 09.535.973/0001-08
Processo: 01400.002756/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 576.050,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem e circulação do espetáculo "Minimanual de Qualidade de Vida", de aproximadamente 1 hora de duração, com a atriz Alexandra Richter, texto de Ana Paula Botelho e direção de Daniela Ocampo. O projeto estreará na cidade do Rio de Janeiro, com previsão de temporada de 2 meses. Após esta etapa, a peça fará temporada de 2 meses em São Paulo e turnê de um final de semana em Porto Alegre e um final de semana em Niterói - RJ.

11 1173 - O AMOR IMPOSSÍVEL DE VALENTE DE ASSIS
Júpiter Teatro Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 07.002.655/0001-48
Processo: 01400.002329/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 518.660,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

MONTAGEM E TEMPORADA DO MUSICAL "O AMOR IMPOSSÍVEL DE VALENTE DE ASSIS, DE AUTORIA DE LUIS PIMENTEL, SOBRE A VIDA E A OBRA DO COMPOSITOR ASSIS VALENTE, QUE EM 2011 ESTARIA COMPLETANDO 100 ANOS.

11 1251 - ANA DE FERRO
MM Halfim Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 11.904.625/0001-02
Processo: 01400.002429/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 419.852,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:

Montagem teatral do texto de Miriam Halfim - ANA DE FERRO, RAINHA DOS TANOEIROS DE RECIFE - história da passagem da prostituta Ana, conhecida como Ana de Holanda ou Ana de Amsterdam, que comprou como escravo o africano Zambi, na Recife holandesa do século XVII. A peça fará temporada de dois meses no Rio de Janeiro e um mês em São Paulo.

11 1241 - Inverno da Luz Vermelha - Circulação do Projeto
Nós Outros Produções Cinematográficas, Eventos e Teatro Ltda.
CNPJ/CPF: 05.919.250/0001-43

Processo: 01400.002416/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 523.100,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O projeto tem como objetivo a circulação da peça Inverno da Luz Vermelha pelas principais cidades do país.
11 1018 - Kollwitzstrasse 52
Nós Outros Produções Cinematográficas, Eventos e Teatro Ltda.
CNPJ/CPF: 05.919.250/0001-43
Processo: 01400.002138/20-11
SP - São Paulo
Valor do Apoio R$: 1.238.860,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Kollwitzstrasse 52 é um projeto de montagem de peça teatral do texto inédito de Esmir Filho e Ismael Caneppele e direção de Esmir. O texto parte de uma vivência real de seus dois criadores em Berlim, para desdobrar-se em uma obra teatral em constante transformação. Partindo de imagens reais captadas no rigoroso inverno alemão de 2009/2010, a peça mistura ficção e realidade para falar sobre o jovem contemporâneo e sua necessidade de encontrar sentido à própria existência.
11 1289 - II Festival de Humor e Performance
VANIA ALVES SMITH LIMA
CNPJ/CPF: 05.791.137/0001-25
Processo: 01400.002482/20-11
BA - Salvador
Valor do Apoio R$: 474.495,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/10/2011
Resumo do Projeto:
O II Festival de Humor e Performance - 2011 apresenta uma mostra atual do humor realizado na Bahia e no Brasil. Produzido simultaneamente em três espaços culturais da capital baiana, o Festival contará com a participação de nomes já conhecidos do cenário nacional, que dialogarão com novos talentos, através das 6 linguagens artísticas eleitas - música, dança, teatro, circo, artes visuais e audiovisuais.
ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
11 1223 - Trilha Sonora para cinema. Composições de Raphael Nercessian e produção musical de Ricardo Botticelli
RAPHAEL NERCESSIAN DE OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 079.769.457-93
Processo: 01400.002392/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 54.933,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 30/09/2011
Resumo do Projeto:
Gravação de CD de música instrumental para cinema. As músicas são de Raphael Nercessian, com a produção de Ricardo Botticelli. O projeto pretende trazer o mais puro som de orquestra para os temas que foram compostos.
11 1303 - Rogério Caetano e Marco Pereira
Rogério Caetano de Almeida
CNPJ/CPF: 695.879.571-72
Processo: 01400.002757/20-11
RJ - Rio de Janeiro
Valor do Apoio R$: 72.650,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Rogério Caetano e Marco Pereira, dois dos maiores nomes do violão do choro e samba, se uniram para criar um método de utilização dos violão de 7 cordas. Durante a preparação das aulas, que foram ministradas em diversas cidades brasileiras, a dupla compôs diversas canções inéditas, as quais serão, agora, gravadas em Cd proposto neste projeto.
11 0628 - CALLADO & PATTÁPIO
Zélia Brandão
CNPJ/CPF: 572.201.589-04
Processo: 01400.001416/20-11
PR - Campo Largo
Valor do Apoio R$: 142.315,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Com esta proposta pretende-se realizar a gravação de CD de música instrumental, com a flautista Zélia Brandão e o pianista Thiago Teixeira, com obras de dois dos maiores flautistas brasileiros do século XIX: Joaquim Antônio Callado (1848 - 1880) e Pattápio Silva (1880 - 1907). Ambos conhecidos não só por seu inegável virtuosismo instrumental, mas também pelas obras deixadas como compositores. Serão editadas 2000 cópias do CD.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 18)
11 1093 - Projeto Segundas Expressões
Felipe Bezerra de Abreu
CNPJ/CPF: 011.302.364-20
Processo: 01400.002239/20-11
RN - Natal
Valor do Apoio R$: 501.870,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Criar um cronograma quinzenal de apresentações artísticas (artes cênicas) nos seguimentos de dança e teatro, intercalando algumas apresentações de grupos de musica instrumental, sempre às segundas-feiras às 19:30h, no teatro Riachuelo - Natal/RN.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
11 1956 - NOVO DISCO DO CANTOR E COMPOSITOR SIBA
Fina Produção Ltda ME
CNPJ/CPF: 11.868.892/0001-63
Processo: 01400.005606/20-11
PE - Recife
Valor do Apoio R$: 160.800,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Após o início de sua carreira solo depois de 12 anos com a banda Mestre Ambrósio, Siba lançou 2 discos com o grupo que formou com mestres da Zona da Mata de Pernambuco, a Fuloresta. Agora ele segue para a produção de seu terceiro disco solo. Este projeto trata portanto, da gravação, mixagem, masterização, prensagem, divulgação e lançamento do terceiro CD do artista pernambucano SIBA.
11 1276 - CANTIGAS DE TERRA E MAR - 2º CD dos Cantadores do Litoral
Paulo Cesar Campos de Campos
CNPJ/CPF: 263.040.820-53
Processo: 01400.002468/20-11
RS - Osório
Valor do Apoio R$: 33.900,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Gravação do 2º CD do Grupo Cantadores do Litoral.
11 0578 - Estação da Música Jovem
Associação Imagem Comunitária
CNPJ/CPF: 02.291.981/0001-07
Processo: 01400.001039/20-11
MG - Belo Horizonte
Valor do Apoio R$: 494.311,86
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Festival de música que busca gerar visibilidade, valorização, incremento à profissionalização e oportunidades de intercâmbio para jovens artistas de Colatina (ES), Resplendor (MG), Santa Bárbara (MG) e Itabira (MG). A ideia é ocupar as estações ferroviárias da Estrada de Ferro Vitória a Minas pela música desses artistas, selecionar e premiar as melhores canções (segundo júri especializado) e promover ações de capacitação e sustentabilidade na área cultural.
11 0391 - Cena Brasil 2011
Diálogos Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP
CNPJ/CPF: 06.152.139/0001-37
Processo: 01400.000559/20-11
PE - Olinda
Valor do Apoio R$: 311.650,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
O Cena Brasil 2011 é um evento no Sítio Histórico de Olinda. A iniciativa irá comemorá o dia da Conciencia Negra com 12 grupos musicais, encontro da cultura popular, Oficinas, e inclusão social, A ação também conta com de artesanato e a realização de duas palestras "Turismo Cultural nas Cidades Patrimônio Histórico" e a outra " Esportes X Inclusão e Desenvolvimento" e também atividades esportivas e da montagem da Radio Diálogos.
ÁREA: 7 ARTES INTEGRADAS - (ART. 26)
11 1101 - DIVER CIDADES - Revitalização para a Diversidade
Missão Ramacrisna
CNPJ/CPF: 17.283.532/0001-86
Processo: 01400.002248/20-11
MG - Betim
Valor do Apoio R$: 421.841,60
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Objetiva promover a revitalização do Centro Cultural Ramacrisna com fins a torná-lo elemento de promoção da inclusão e valorização cultural por meio do acesso da população e artistas da cidade de Betim e as cidades do entorno: Esmeraldas, Mateus Leme, Juatuba, a atividades e manifestações culturais e artísticas. Proporcionar um espaço e uma estrutura para apreciação, divulgação, integração e o desenvolvimento de pessoas com sensibilidade e respeito à diversidade de culturas e expressões.
11 2391 - SOMA
Vilalobos Empreendimentos Sociais LTDA ME
CNPJ/CPF: 54.284.294/0002-30
Processo: 01400.006542/20-11
DF - Brasília
Valor do Apoio R$: 543.985,00
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 31/12/2011
Resumo do Projeto:
Realizaremos o projeto em 6 das 12 cidades brasileiras com os maiores índices de bullying . Acontecerão em escolas, oficinas gratuitas de teatro, literatura, música, dança e artes plásticas, preparadas por profissionais, tendo como pano de fundo temas como o auto-conhecimento, respeito às diferenças, cidadania e cultura. Acontecerão também, eventos gratuitos com o show SOMA (Tuka Villa-Lobos, TROPA e DF Zulu) e diversos artistas de cada cidade, mostrando como é rica a cultura brasileira.
11 1147 - Feira dos Municípios Alagoanos
IBCOM INSTITUTO BRASILEIRO DE CONSULTORIA A MUNICIPIOS
CNPJ/CPF: 11.072.460/0001-41
Processo: 01400.002306/20-11
AL - Maceió
Valor do Apoio R$: 876.741,55
Prazo de Captação: 11/05/2011 a 30/06/2011
Resumo do Projeto:
Realizado pelo 5º ano consecutivo, em parceria com a Associação dos Municípios Alagoanos, esta feira reúne a cultura dos 102 municípios alagoanos no mesmo espaço, onde são expostos o artesanato, a cultura popular, a culinária e com direito a 02 palcos para a apresentação de grupos folclóricos do litoral ao sertão do Estado.

PORTARIA Nº 255, DE 10 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Aprovar a complementação de Valor em favor dos projetos culturais relacionados nos anexos I e II a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, respectivamente, no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
10 10990 - Inauguração da exposição "Guerra e Paz, de Portinari" nas cidades do Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo
Associação Cultural Candido Portinari
CNPJ/CPF: 35.798.198/0001-85
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 300.400,00
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
09 6277 - CARAVAGGIO E OS CARAVAGGESCOS
Base Sete Projetos Culturais
CNPJ/CPF: 05.155.740/0001-10
SP - São Paulo
Valor Complementar em R$: 521.975,00

ANEXO II

ÁREA : 6 HUMANIDADES - (ART26)
10 6469 - ANIMAIS EM EXTINÇÃO E AS SOCIEDADES HUMANAS - Um projeto virtual
Midia Blue Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 11.439.074/0001-45
RJ - Rio de Janeiro
Valor Complementar em R$: 69.679,40

PORTARIA Nº 256, DE 10 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 17 de 12 de janeiro de 2010 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 29 de março de 2010, RESOLVE:
Art. 1° - Aprovar a redução de Valor em favor dos projetos culturais relacionados no anexo a esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HENILTON PARENTE DE MENEZES

ANEXO

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL - (ART. 18)
08 0889 - Pratimônio Histórico e Cultural da UFRGS - Antiga Faculdade de Medicina - Fase IV
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS
CNPJ/CPF: 74.704.008/0001-75
RS - Porto Alegre
Valor reduzido em R$: 5.784.019,57
08 0991 - Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS - Instituto Parobé - Fase IV
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS
CNPJ/CPF: 74.704.008/0001-75
RS - Porto Alegre
Valor reduzido em R$: 2.944.495,02
08 0982 - Patrimônio Histórico e Cultural da UFRGS - Instituto de Química e Arquitetônico Fase IV
Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - FAURGS
CNPJ/CPF: 74.704.008/0001-75
RS - Porto Alegre
Valor reduzido em R$: 3.226.408,60

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 1.120, DE 10 DE MAIO DE 2011

Cria o Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa. (SAPID)

O MINISTRO DE ESTADO DE DEFESA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal e tendo em vista o disposto no art. 1º do Anexo I ao Decreto nº 7.364, de 23 de novembro de 2010, resolve:

Art. 1º - Criar o Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SAPID).

Art. 2º - O SAPID é um Sistema de Informações Gerenciais, estruturado sobre uma plataforma segura de Banco de Dados, sediado em servidor do Ministério da Defesa, com acesso remoto em tempo real e hierarquizado em níveis, disponibilizado aos usuários da área de Ciência e Tecnologia de Interesse da Defesa.

Art. 3º - O SAPID possui os seguintes objetivos:

I - Consolidar e manter atualizadas as informações relativas aos Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional propostos, em desenvolvimento ou concluídos pelas Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) das Forças Armadas e suas organizações parceiras;

II - Otimizar a gestão de recursos humanos e financeiros empregados nos Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional, possibilitando a alocação racional e econômica dos meios;

III - Facilitar a identificação, avaliação, seleção, priorização e aprovação das propostas de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação que necessitem de financiamento com recursos do Ministério da Ciência e Tecnologia, conforme determinado pela Portaria interministerial nº 750, de 20 de novembro de 2007 ou de suporte orçamentário de Ação de Governo específica sob a responsabilidade do Ministério da Defesa;

IV - Fortalecer a integração entre as ICT das Forças Armadas, e dessas com o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa Nacional; e

V - Possibilitar o mapeamento de competências técnicas distribuídas nas diversas ICT e fomentar uma relação de sinergia entre seus pesquisadores.

Art. 4º - O Sistema será implantado conforme o cronograma anexo, sob a coordenação geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI) da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD), com apoio da Divisão de Tecnologia da Informação (DIVTI) do Departamento de Administração Interna (DEADI) deste Ministério.

Art. 5º - Somente serão considerados para efeito de obtenção de financiamento junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, os projetos que tiverem seus dados lançados no Sistema de Acompanhamento de Projetos de Ciência, Tecnologia e Inovação de Interesse da Defesa (SAPID) até a data de 30 de novembro do ano anterior.

Art. 6º - O SAPID será gerido pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Industrial (DECTI) da Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD).

Art. 7º - Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON A. JOBIM

ANEXO

CRONOGRAMA MACRO DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS DE INTERESSE DA DEFESA (SAPID)

ETAPA	DESCRIÇÃO DA ETAPA	DATA PREVISTA
1	Apresentação do Sistema para as FFAA	04 ABR 11
2	Sugestões oriundas das FFAA	30 MAI 11
3	Processamento das Sugestões pelo DECTI-MD	29 JUL 11
4	Lançamento Oficial do Sistema	10 AGO 11
5	Implantação dos Projetos das FFAA no Sistema	29 NOV 11
6	Uso Pleno - Sistema em Funcionamento	30 NOV 11

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DO PESSOAL
DIRETORIA DO PESSOAL MILITAR

PORTARIA Nº 972, DE 4 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DO PESSOAL MILITAR DA MARINHA, no uso da subdelegação de competência que lhe confere o contido no Anexo B, da Portaria nº 145, de 19 de novembro de 2009, alterada pela Portaria nº 157, de 22 de dezembro de 2009, ambas do Diretor-Geral do Pessoal da Marinha e considerando o contido nos Ofícios nº 8046/SEORI, de 28 de outubro de 2003 e nº 4478/SEORI-MD, de 26 de maio de 2006, ambos do Ministério da Defesa, resolve:

Art. 1º Consignar que a situação do anistiado político NIP 55.2142.31 JOÃO BARBOSA DA SILVA, portador do CPF nº 032.890.957-20, constante da Portaria nº 1618/DPMM, de 15 de outubro de 2004, que o transferiu para o regime do anistiado político, foi alterada pela Portaria nº 0438, de 8 de abril de 2011, do Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de abril de 2011, e no Boletim da Marinha do Brasil nº 10/2011, no sentido de acrescentar à sua referida reparação econômica em prestação mensal, permanente e continuada, o valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos), referente ao acréscimo de nove por cento de adicional de tempo de serviço.

Art. 2º Deverá ser acrescido, ainda, aos valores financeiros retroativos concedidos anteriormente pela Portaria nº 1517/2004, do Ministro de Estado da Justiça, a quantia de R$ 166.068,50 (cento e sessenta e seis mil e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), referente à diferença do retroativo entre 5 de outubro de 1988 e 29 de outubro de 2003, acrescido da diferença do adicional de tempo de serviço apurada entre 30 de outubro de 2003 e 17 de novembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

V.-Alte ANTÔNIO FERNANDO MONTEIRO DIAS

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DA 6629ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL MARÍTIMO REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 2011 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) LUIZ AUGUSTO CORREIA, Secretário do Tribunal, o Bacharel MANOEL MACHADO DOS ANJOS.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes SERGIO CEZAR BOKEL, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, SERGIO BEZERRA DE MATOS e NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES:

Nº 25.504/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "ELECTRON", ocorrido no rio Negro, Manaus, Amazonas, em 28 de janeiro de 2010.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representada: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Armadora). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 25.183/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo o flutuante "A PROFESSORINHA", no rio Paraná, município de Rubinéia, São Paulo, ocorridos no mês de fevereiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representado: Joilton José Facioni (Responsável pela Embarcação). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 25.594/2011 - Fato da navegação envolvendo o N/M "SAGA ADVENTURE", de bandeira de Hong Kong, e dois clandestinos, durante a travessia do porto de Douala, República de Camarões, para o porto de Santos, São Paulo, Brasil, em 17 de julho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Autora: a Procuradoria. Representado: Ramesh Velagapudi (Comandante). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 25.502/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a lancha "ROLLER KRAFT" e uma pessoa, no rio Araguari, na represa de Nova Ponte, Minas Gerais, em 15 de fevereiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Ivo Camargo Filho (Proprietário/Condutor) e Fernando Cândido Lopes. Decisão: retornar os Autos à Douta Procuradoria, para corrigir a tipificação da conduta de ambos os Representados.

Nº 25.601/2011 - Acidente da navegação envolvendo a L/M "IZABELA I", ocorrido na cidade de Parintins, Amazonas, em 25 de junho de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Silvio Lopes Cavalcante (Comandante) e Ruberval Sotero da Silva (Proprietário). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 25.446/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "SEREIA" com uma cerca e com o coreto da comunidade de Nossa Senhora de Nazaré, localizada no Paraná do Limão, município de Barreirinha, Amazonas, em 17 de julho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Socorro Carvalho & Cia. (Proprietária), Manoel Nunes Moraes (Comandante) e José Carlos Ribeiro Coelho (Condutor inabilitado). Decisão: recebida à unanimidade.

JULGAMENTOS:

Nº 23.836/2008 - Fato da navegação envolvendo o jet-ski "ROMA", a lancha "NEURÓTIKA e um tripulante, ocorrido nas proximidades da ponte Pêncil, baía de Santos, São Vicente, São Paulo, em 10 de fevereiro de 2008.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representado: João de Chico Júnior (Proprietário). Adv. Dr. Alexander Neves Lopes. Decisão unânime: julgar procedentes os termos da Representação da Douta Procuradoria em sua promoção de fls. 136/138, considerando o fato da navegação previsto no art. 15, letra "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência de JOÃO DE CHICO JÚNIOR, condenando-o a pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), prevista no art. 121, inciso VII, combinado com os artigos 124, § 1º, 127 e 135, inciso II. Custas na forma da lei. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas, comunicando as infrações ao RLESTA, art. 16, inciso I (falta de transferência de propriedade no prazo determinado pela NORMAM 03, Capítulo 3, seção I, item 0306) e ainda, ao art. 19 (descumprimento a Lei nº 8.374/91, determinado pela mesma NORMAM 03 em seu Capítulo 2, seção I, item 0205, moto-aquática com o seguro obrigatório DPEM vencido).

Nº 23.516/2008 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "TETE" com dois banhistas, ocorrido na praia do município de Maragogi, Alagoas, em 19 de fevereiro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: a Procuradoria. Representados: Gildo de Souza Mendonça (Proprietário) - Revel e José Robson dos Santos Souza (Condutor inabilitado) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imperícia e negligência do 1º Representado e imprudência do 2º Representado, responsabilizando GILDO DE SOUZA MENDONÇA e JOSÉ ROBSON DOS SANTOS, condenando-os à pena de multa de R$ 300,00 (trezentos reais) para cada um, com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, da mesma lei. Custas divididas na forma da lei. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações aos artigos 16, inciso I e 19, inciso II, ambos do RLESTA, cometidas por Gildo de Souza Mendonça.

Nº 23.803/2008 - Fato da navegação envolvendo a lancha "GIRUA", o veleiro "CUBA LIBRE" e um tripulante, nas proximidades do canal de acesso à marina Bracuhy, baía da Ribeira, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, em 19 de julho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representado: Jorge Luiz Carvalho (Comandante). Adv. Dr. Eduardo Corrêa Dias de Almeida. Decisão unânime: exculpar o Representado por não ter configurado acidente ou fato da navegação, mandando arquivar os Autos, sem condenação em custas. Deve-se oficiar à Diretoria de Portos e Costas em razão do descumprimento do art. 17, inciso III do RLESTA por parte do proprietário da L/M "GIRUA".

Nº 24.097/2009 - Fato da navegação envolvendo o N/M "NENA A", de bandeira panamenha, e um estivador, no ponto 4 do terminal da USIMINAS, porto de Santos, São Paulo, em 14 de julho de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: USIMINAS-Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A, Adv. Dr. Geraldo Peltier Badu, Rodrigo da Silva Teodoro (Técnico de bordo), Adv. Dr. Carlos Alberto Costa, Edinaldo Gonçalves dos Santos (Operador da Empilhadeira) e Anderson Esteves (Contramestre do Porão), Advª Drª Yvette Apparecida Bäurich, Paulo Roberto Marçal (Supervisor de Operações Portuárias), Adv. Dr. Geraldo Peltier Badu, David Ferreira dos Santos (Controlador de Operação), Adv. Dr. Carlos Alberto Costa, Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos - OGMO/Santos, Adv. Dr. Fernando Nascimento Burattini. Decisão: adiado o julgamento para o dia 17/05/2011, em atenção ao requerido no documento datado de 04/05/2011 (NE 1917/2011) da Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (USIMINAS).

REPRESENTAÇÃO RECEBIDA NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 24.983/2010 - Acidente da navegação envolvendo o N/M "AQUA MARINA", de bandeira panamenha, e o ferry boat "CELSO SABINO", ocorrido no porto de Belém, Pará, em 17 de fevereiro de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria. Representados: Raimundo dos Santos Ferreira (Comandante), José Pinheiro do Nascimento (Chefe de Máquinas), Sabino de Oliveira Comércio e Navegação S/A - SANAVE (Proprietária).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL:

Nº 25.267/2010 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, no rio Amazonas, Chaves, Pará, ocorrido em 6 de junho de 2001.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como prescrito por decurso de tempo e mandar arquivar os Autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.282/2010 - Acidente da navegação envolvendo o B/P "MAR DE ARRAIAL", ocorrido nas proximidades da praia do Pontal, Arraial do Cabo, Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 2010.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.398/2010 - Ato, não caracterizado como acidente ou fato da navegação, envolvendo o B/M "COMTE ARAUJO", ocorrido no rio Amazonas, entre a ilha Rasa, Pará, e Santana, Amapá, em 21 de novembro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os Autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria, pois o fato relatado não se caracteriza como um acidente ou fato da navegação dentre os capitulados nos artigos 14 e 15, da Lei nº 2.180/54. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas a infração ao art. 19, inciso II, do RLESTA, cometida por Francisco Araujo de Moraes, proprietário da embarcação.

Nº 25.406/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "MARCELINHO", ocorrido no litoral de Itanhaém, São Paulo, em 31 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria. Oficiar à Diretoria de Portos e Costas as infrações aos artigos 15, inciso II, e 16, inciso I, do RLESTA, cometidas por Etore Gutierrez.

Nº 25.432/2010 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "MISS SANTA RITA", ocorrido na baía de São Marcos, São Luís, Maranhão, em 11 de julho de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.261/2010 - Fato da navegação envolvendo o Rb "JEAN FILHO XXXII" e um tripulante, durante a travessia entre Belém, Pará, e Manaus, Amazonas, em 21 de agosto de 2008.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de causa não apurada acima de qualquer dúvida, mandando arquivar o processo, acatando a promoção da Douta Procuradoria.

Nº 25.264/2010 - Fato da navegação envolvendo a embarcação "BRASILÉIA", não inscrita, e uma passageira, ocorrido durante a travessia da comunidade de Furta Fenix, Pará, para a cidade de Macapá, Amapá, em 2 de dezembro de 1989.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência e imprudência do condutor, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão da prescrição.

Nº 25.353/2010 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome e uma passageira, ocorrido no rio Matapi, Santana, Amapá, em 20 de novembro de 1999.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência do pai da vítima, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão da prescrição.

Nº 25.354/2010 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no trajeto entre o rio Catuaba e o rio Chato, Gurupá, Pará, no ano de 1984.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de defeito na construção da embarcação, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão da prescrição.

Nº 25.385/2010 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, ocorrido no rio Itapacurazinho, município de Itaituba, Pará, em 1º de setembro de 1991.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de negligência e imprudência da vítima, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão da prescrição.

Nº 25.396/2010 - Fato da navegação envolvendo uma embarcação sem nome, não inscrita, e uma passageira, no rio Amazonas, Macapá, Amapá, ocorrido no ano de 1998.

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel. Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de defeito na construção da embarcação, mandando arquivar o processo, conforme promoção da Douta Procuradoria, em razão da prescrição.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Drª Mônica de Jesus Assumpção.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 15h25min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Tribunal Marítimo, 5 de maio de 2011.

Vice-Almirante (RM1)LUIZ AUGUSTO CORREIA

Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 17 DE MAIO DE 2011 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 24.228/2009 - Acidente da navegação envolvendo a traineira "NAVEGANTES" e a LM "TRIBUZANA MX", nas proximidades da plataforma CHAPARRAL, na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 28 de fevereiro de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Silésio Paula (Comandante)
Advogada : Drª Patrícia Soares H. Py (DPU/RJ)
: Renato Garcia (Comandante)
Advogado : Dr. Jairo Gabriel

Nº 23.821/2008 - Fato da navegação envolvendo o NM "AMDERMA", de bandeira russa, durante a travessia pelo canal do Espadarte, Belém, Pará, em 09 de maio de 2007.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Akhat Aksyanov (Comandante)
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio

Nº 24.097/2009 - Fato da navegação envolvendo o NM "NENA A", de bandeira panamenha, e um Estivador, no ponto 4 do terminal da USIMINAS, porto de Santos, São Paulo, em 14 de julho de 2008.

Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Drª Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Usiminas - Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A
Advogado : Dr. Ivan Prates
: Rodrigo da Silva Teodoro
Advogado : Dr. Carlos Alberto Costa
: Edinaldo Gonçalves dos Santos e
: Anderson Esteves
Advogada : Drª Yvette Apparecida Bäurich
: Paulo Roberto Marçal
Advogado : Dr. Ivan Prates
: David Ferreira dos Santos
Advogado : Dr. Carlos Alberto Costa
: Órgão Gestor de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos - OGMO/Santos
Advogado : Dr. Fernando Nascimento Burattini
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 10 de maio de 2011.

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO NA SESSÃO DE 19 DE MAIO DE 2011 (QUINTA-FEIRA), ÀS 13H30MIN

Nº 22.003/2006 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "DUQUE DE CAXIAS IV", quando atracada no porto do Cimento, rio Negro, Manaus, Amazonas, em 09 de maio de 2005.

Relator : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Marcos Antonio Dias (Proprietário/Armador)
Advogado : Dr. Euler Vilaça Batista Borges
: Wagner Afonso Lucas Pinto (Motorista)
Advogado : Dr. Romeu César Ferreira Fontes (DPU/RJ)

Nº 20.359/2003 - Embargos Infringentes Nº 02/2010, interposto em 24MAI2010.

Fatos da navegação envolvendo as embarcações "CHUNG I 116", "CHUNG I 137", "CHUNG I 203", "CHUNG I 237", todas de bandeira de Taiwan, e "HSIANG JANG 611", de bandeira são-vicentina, em águas jurisdicionais brasileiras e internacionais, ocorridos no período de abril a dezembro de 2002.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Cezar Bokel
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Embargantes : Tunamar Comércio Ltda.,
: I-Cheng Huang,
: Haroldo Alves dos Santos,
: Miing Yng Fishery Co. Ltd.,
: Chi Yng Fishery Co. Ltd.,
: Chung I Fishery Co. Ltd.,
: Bao Yng Fishery Co. Ltd. e
: Shin Ta Deep Sea Fishery Co. Ltd.
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos
Embargada : Procuradoria Especial da Marinha
Representados : Tunamar Comércio Ltda. (Arrendatária) e
: I-Cheng Huang (Sócio Majoritário)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos
: Heriberto Segundo Muñoz Echeverria (Sócio-Gerente)
Advogado : Dr. Mário Gil Rodrigues Neto
: Haroldo Alves dos Santos(Sócio-Gerente)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos (em causa própria)
: Miing Yng Fishery Co. Ltd.(Proprietária/Armadora);
: Chi Yng Fishery Co. Ltd. (Proprietária/Armadora);
: Chung I Fishery Co. Ltd. (Proprietária/Armadora);
: Bao Yng Fishery Co. Ltd.(Proprietária/Armadora); e
: Shin Ta Deep Sea Fishery Co. Ltd. (Proprietária/Armadora)
Advogado : Dr. Haroldo Alves dos Santos

Nº 24.612/2010 - Acidente e fato da navegação envolvendo uma lancha modelo Focker 200, em processo de inscrição, nas proximidades da praia do Passarinho, rio Negro, Manaus, Amazonas, em 20 de agosto de 2009.

Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representado : Braga Motos Ltda.
Advogado : Dr. Luiz Eduardo Lustosa de Oliveira

Nº 23.471/2008 - Fato da navegação envolvendo o BP "JUANY I", o caíque "JUANY XIII" e um tripulante, ocorrido em águas costeiras do estado do Pará, em 11 de janeiro de 2007.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : José Maria Ferreira dos Santos (Proprietário/Armador) e
: Raimundo José dos Santos Bento (Comandante)
Advogada : Drª Ely Fátima Oliveira de Souza

Nº 23.563/2008 - Acidente da navegação envolvendo a LM "FUNAI", quando atracada na Marina do Iate Clube de Paranaguá, Paraná, em 01 de fevereiro de 2008.

Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Luis Martins (Condutor)
Advogada : Drª Vanessa Fernanda Fransozi
Secretaria do Tribunal Marítimo, em 10 de maio de 2011.

DIVISÃO DE REGISTROS
SEÇÃO DE REGISTROS E CADASTRO

BOLETIM DO MÊS DE ABRIL DE 2011

FORAM REGISTRADOS NESTE TRIBUNAL, DURANTE O MÊS,OS SEGUINTES ATOS:

REGISTROS DE PROPRIEDADE
TERMO: 12732
EMBARCAÇÃO: GREGA II
PROPRIETÁRIO: GREGA SHIPPING NAVEGAÇÃO LTDA

TERMO: 13386
EMBARCAÇÃO: TOPA TUDO XV
PROPRIETÁRIO: ZEMAX LOG SOLUÇÕES MARÍTIMAS LTDA

TERMO: 13387
EMBARCAÇÃO: ALALUNGA VI
PROPRIETÁRIO: GIOVANNI PERCIAVALLE

TERMO: 13388
EMBARCAÇÃO: NATUREZA
PROPRIETÁRIO: SEBASTIÃO COSTA LIMA

TERMO: 13389
EMBARCAÇÃO: SKANDI IPANEMA
PROPRIETÁRIO: DOF NAVEGAÇÃO LTDA

TERMO: 13390
EMBARCAÇÃO: VITORIA LX
PROPRIETÁRIO: VALE S/A

TERMO: 13391
EMBARCAÇÃO: TIMBOPEBA
PROPRIETÁRIO: VALE S/A

TERMO: 13392
EMBARCAÇÃO: PP MAUÉS
PROPRIETÁRIO: PAULO JOSE BATISTA ALMEIDA-ME

TERMO: 13393
EMBARCAÇÃO: KAREN TIDE II
PROPRIETÁRIO: MARÉ ALTA DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA

TERMO: 13394
EMBARCAÇÃO: SIEM PIATÃ
PROPRIETÁRIO DSND CONSUB SA

REGISTROS/RENOVAÇÕES DE ARMADOR
TERMO: 04631
ARMADOR: BARRA SUL-TURISMO NÁUTICO LTDA

TERMO: 04632

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ARMADOR: COSTA & LIMA TRANSPORTE LTDA-ME
TERMO: 04633
ARMADOR: ODEBRECHT ÓLEO E GÁS S/A
TERMO: 04634
ARMADOR: TRACOMAL TERRAPLEN. CONST. MACHADO LTDA
TERMO: 04635
ARMADOR: LISBOA NAVEGAÇÃO E TURISMO LTDA
REGISTROS/AVERBAÇÕES DE ÔNUS
TERMO: 03285
CREDOR: BANCO NAC DE DES ECONÔMICO SOCIAL
ÔNUS: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA/RESERVA DE DOMÍNIO
GARANTIA: SKANDI IPANEMA
TERMO: 03286
CREDOR: BANCO DO BRASIL SA
ÔNUS: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA/RESERVA DE DOMÍNIO
GARANTIA: SS01-014
TERMO: 03287
CREDOR: BANCO DO BRASIL S/A
ÔNUS: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA/RESERVA DE DOMÍNIO
GARANTIA: 227
TERMO: 03288
CREDOR: BANCO DO BRASIL S/A-AG EMP. TELEPORTO RJ
ÔNUS: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA/RESERVA DE DOMÍNIO
GARANTIA: KARENT TIDE II

Rio de Janeiro, 2 de maio de 2011.
ANA PAULA BEZERRA DA SILVA
Chefe da Seção

SEÇÃO DO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO

BOLETIM DO MÊS DE ABRIL DE 2011

FORAM REGISTRADOS NO REGISTRO ESPECIAL BRASILEIRO OS ATOS ABAIXO:
1) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30749
DATA DO REGISTRO: 22/06/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: SUPERPESA XXI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SPI-008
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS
CIC/CGC: 42415810000159
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 20/05/2011
2) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30813
DATA DO REGISTRO: 02/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR LH XVI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS01-015
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 14/09/2011
3) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30814
DATA DO REGISTRO: 02/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR LH XVII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS01-016
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 21/09/2011
4) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30815
DATA DO REGISTRO: 02/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR LH XVIII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS01-017
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO:AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 21/09/2011
5) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30816
DATA DO REGISTRO: 02/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR LH XIX
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS01-018
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 21/09/2011
6) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30817
DATA DO REGISTRO: 02/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR LH XX
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS01-019
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 21/09/2011
7) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30818
DATA DO REGISTRO: 02/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR LH XXI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: SS01-020
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 21/09/2011
8) TERMO DE REGISTRO: 00708
DATA DO REGISTRO: 25/10/2004
NOME DA EMBARCAÇÃO: TWB-200
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA - CIC/CGC: 33059924000112
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 04/04/2014
9) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30633
DATA DO REGISTRO: 25/08/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: MARIMAR XXI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 596
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: MARIMAR S/A
CIC/CGC: 11027315000149
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/09/2012
10) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30634
DATA DO REGISTRO: 25/08/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: MARIMAR XIX
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 594
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: MARIMAR S/A
CIC/CGC: 11027315000149
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/09/2012
11) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30635
DATA DO REGISTRO: 25/08/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: MARIMAR XX
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 595
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: MARIMAR S/A
CIC/CGC: 11027315000149
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/09/2012
12) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30624
DATA DO REGISTRO: 23/06/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: CBP2 02
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: CBP2 02
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
CIC/CGC: 09296166000171
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 13/08/2011
13) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30625
DATA DO REGISTRO: 23/06/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: CBP2 03
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: CBP2 03
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BSCO NAVEGAÇÃO S/A
CIC/CGC: 09296166000171
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 23/08/2011
14) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30704
DATA DO REGISTRO: 15/03/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: ETP-22
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: ETP-22
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DSND CONSUB S/A
CIC/CGC: 27596568000173
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 20/09/2011
15) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30705
DATA DO REGISTRO: 15/03/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: ETP-23
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: ETP-23
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DSND CONSUB S/A
CIC/CGC: 27596568000173
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 20/09/2011
16) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30868
DATA DO REGISTRO: 07/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: ETN 531
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 531
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSMARE - TRANSPORTE MARÍTIMO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA
CIC/CGC: 15321375000120
MOTIVO: INCLUSÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 13/06/2011
17) TERMO DE REGISTRO: 00021
DATA DO REGISTRO: 11/07/1997
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL TUBARÃO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCACAO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
18) TERMO DE REGISTRO: 00087
DATA DO REGISTRO: 28/07/1997
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL CAMOCIM
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
19) TERMO DE REGISTRO: 00143
DATA DO REGISTRO: 15/08/1997
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL CRATEUS
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000286
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
20) TERMO DE REGISTRO: 00206
DATA DO REGISTRO: 26/03/1998
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL SANTOS
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
21) TERMO DE REGISTRO: 00207
DATA DO REGISTRO: 26/03/1998
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL RECIFE
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCACAO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
22) TERMO DE REGISTRO: 00723
DATA DO REGISTRO: 19/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 4
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000286
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
23) TERMO DE REGISTRO: 00724
DATA DO REGISTRO: 19/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 2
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000286
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
24) TERMO DE REGISTRO: 00725
DATA DO REGISTRO: 19/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL CARAVELAS
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000286
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
25) TERMO DE REGISTRO: 00726
DATA DO REGISTRO: 19/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 3
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000286
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
26) TERMO DE REGISTRO: 00804
DATA DO REGISTRO: 22/12/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 8
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
27) TERMO DE REGISTRO: 00805
DATA DO REGISTRO: 22/12/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 7
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
28) TERMO DE REGISTRO: 00806
DATA DO REGISTRO: 22/12/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL BELMONTE
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
29) TERMO DE REGISTRO: 00807
DATA DO REGISTRO: 22/12/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 6
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
30) TERMO DE REGISTRO: 00850
DATA DO REGISTRO: 19/10/2006
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 5
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
31) TERMO DE REGISTRO: 00851
DATA DO REGISTRO: 19/10/2006
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL VEGA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
32) TERMO DE REGISTRO: 00852
DATA DO REGISTRO: 19/10/2006
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL ABROLHOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000286
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
33) TERMO DE REGISTRO: 00853
DATA DO REGISTRO: 19/10/2006
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 10
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
34) TERMO DE REGISTRO: 00854
DATA DO REGISTRO: 19/10/2006
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL 9
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
35) TERMO DE REGISTRO: 00855
DATA DO REGISTRO: 19/10/2006
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORSUL VITORIA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: COMPANHIA DE NAVEGAÇÃO NORSUL - CIC/CGC: 33127002000103
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 11/04/2014
36) TERMO DE REGISTRO: 01453
DATA DO REGISTRO: 13/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: SOSSEGO VALE
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: VALE S/A
CIC/CGC: 33592510000154
MOTIVO: INCLUSÃO DA EMBARCAÇÃO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 12/04/2014
37) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30515
DATA DO REGISTRO: 19/08/2008
NOME DA EMBARCAÇÃO: 335
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 335
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: VALE S/A
CIC/CGC: 33592510000154
MOTIVO: CANCELAMENTO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
DATA DO CANCELAMENTO:13/04/2011
38) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30869
DATA DO REGISTRO: 13/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: MICINHA XV
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1938
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14172647000105
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/05/2011
39) TERMO DE REGISTRO: 00625
DATA DO REGISTRO: 09/06/2004
NOME DA EMBARCAÇÃO: NORTHERN PRINCESS
ARMADOR/ AFRETADOR: NAVEGAÇÃO SÃO MIGUEL LTDA
CIC/CGC: 33059924000112
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 01/10/2011
40) TERMO DE REGISTRO: 00917
DATA DO REGISTRO: 23/11/2007
NOME DA EMBARCAÇÃO: BORODINE
ARMADOR/ AFRETADOR: GRANINTER TRANSPORTES MARÍTIMOS DE GRANEIS S/A - CIC/CGC: 27202522000122
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 25/07/2013
41) TERMO DE REGISTRO: 00935
DATA DO REGISTRO: 14/04/2008
NOME DA EMBARCAÇÃO: CASTILLO DE PLASENCIA
ARMADOR/ AFRETADOR: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO ELCANO S/A - CIC/CGC: 04616210000160
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 30/04/2013
42) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30832
DATA DO REGISTRO: 23/12/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: BERTOLINI CCXXXVII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 84
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 21/09/2011
43) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30833
DATA DO REGISTRO: 18/01/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: BERTOLINI CCXXXI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 81
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 31/08/2011
44) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30834
DATA DO REGISTRO: 18/01/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: BERTOLINI CCXXXIII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 82
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 31/08/2011
45) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30835
DATA DO REGISTRO: 18/01/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: BERTOLINI CCXXXV
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 83
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA - CIC/CGC: 04503660000146
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 31/08/2011
46) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30849
DATA DO REGISTRO: 07/02/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: PRO-30
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: PRO-30
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 05051709000130
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 01/10/2011
47) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30678
DATA DO REGISTRO: 10/12/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: LOCAR XI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 441
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: LOCAR GUINDASTES E TRANSPORTES INTERMODAIS S/A
CIC/CGC: 43368422000127
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 28/06/2011
48) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30847
DATA DO REGISTRO: 07/02/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: PRO-33
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: PRO-33
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 05051709000130
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 01/10/2011
49) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30848
DATA DO REGISTRO: 07/02/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: PRO-31
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: PRO-31
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: DOF NAVEGAÇÃO LTDA
CIC/CGC: 05051709000130
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 01/10/2011
50) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30870
DATA DO REGISTRO: 20/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: 620
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 620
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO S/A - CIC/CGC: 04735952000104
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 05/10/2011
51) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30871
DATA DO REGISTRO: 20/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: 621
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 621
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: TUGBRASIL APOIO PORTUÁRIO S/A - CIC/CGC: 04735952000104
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 05/10/2011
52) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30872
DATA DO REGISTRO: 20/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: MICINHA XVI
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1939
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14172647000105
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/05/2011
53) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30873
DATA DO REGISTRO: 20/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: MICINHA XVII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1940
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14172647000105
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/05/2011
54) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30874
DATA DO REGISTRO: 20/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: MICINHA XVIII
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: 1941
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: W. PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA - CIC/CGC: 14172647000105
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 30/05/2011
55) TERMO DE REGISTRO: 00920
DATA DO REGISTRO: 19/12/2007
NOME DA EMBARCAÇÃO: HANG JUN 3001
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SDC DO BRASIL LTDA - CIC/CGC: 04453945000110
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 25/04/2014
56) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30702
DATA DO REGISTRO: 11/03/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: TOPA TUDO XX
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: XX
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: ZEMAR ESTALEIRO DO AÇO LTDA - CIC/CGC: 05372962000195
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 31/08/2011
57) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30703
DATA DO REGISTRO: 11/03/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: TOPA TUDO 21
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: TOPA TUDO
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: ZEMAR ESTALEIRO DO AÇO LTDA - CIC/CGC: 05372962000195
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 04/09/2011
58) TERMO DE REGISTRO: 00729
DATA DO REGISTRO: 29/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: JUPITER
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SOBRARE SERVEMAR LTDA
CIC/CGC: 29959475000191
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 26/04/2014
59) TERMO DE REGISTRO: 00734
DATA DO REGISTRO: 29/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: PROCYON
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SOBRARE SERVEMAR LTDA
CIC/CGC: 29959475000515
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 26/04/2014
60) TERMO DE REGISTRO: 00735
DATA DO REGISTRO: 29/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: LYNX
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SOBRARE SERVEMAR LTDA
CIC/CGC: 29959475000515
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 26/04/2014
61) TERMO DE REGISTRO: 00736
DATA DO REGISTRO: 29/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: OMEGA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SOBRARE SERVEMAR LTDA
CIC/CGC: 29959475000191
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 26/04/2014
62) TERMO DE REGISTRO: 00738
DATA DO REGISTRO: 29/04/2005
NOME DA EMBARCAÇÃO: ALBA
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: SOBRARE SERVEMAR LTDA
CIC/CGC: 29959475000191
MOTIVO: AVERBAÇÃO NO REB DE DADOS DA EMBARCAÇÃO
PRAZO DE VALIDADE: 26/04/2014
63) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30666
DATA DO REGISTRO: 23/11/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: C-339
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-339
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 09078935000165
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 07/06/2011
64) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30667
DATA DO REGISTRO: 23/11/2009
NOME DA EMBARCAÇÃO: C-340
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-340
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 09078935000165
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 07/06/2011
65) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30810
DATA DO REGISTRO: 16/11/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: C-369
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: C-369
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: STARNAV SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA - CIC/CGC: 09078935000165
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 12/10/2011
66) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30811
DATA DO REGISTRO: 19/11/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: NAV-127
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: NAV-127
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
CIC/CGC: 07864634000131
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 12/10/2011
67) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30812
DATA DO REGISTRO: 19/11/2010
NOME DA EMBARCAÇÃO: NAV-128
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: NAV-128
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARÍTIMOS LTDA
CIC/CGC: 07864634000131
MOTIVO: AVERBAÇÃO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 12/10/2011
68) TERMO DE PRÉ-REGISTRO: 30875
DATA DO REGISTRO: 29/04/2011
NOME DA EMBARCAÇÃO: FLEX I
IDENTIFICAÇÃO DO CASCO: FLEX I
PROPRIETÁRIO/ ARMADOR: FLEXMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA-ME - CIC/CGC: 09077899000115
MOTIVO: INCLUSAO DE PRÉ-REGISTRO NO REB
PRAZO DE VALIDADE: 29/09/2012

Secretaria do Tribunal Marítimo, 3 de maio de 2011.
JORGE JOSÉ DE ARAUJO
Encarregado da Seção

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 34, DE 20 DE JANEIRO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, Portaria SETEC nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ações 6358, 6380, 1H10, 8650, 20AW, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - PTRES: 001744, Fonte de Recursos: 0112915016.
Funcional Programática: 12.363.1062.6358.0001 - Capacitação dos Profissionais da EPT - PTRES: 020883, Fonte de Recursos: 0112915023.
Funcional Programática: 12.363.1062.1h10.0001 - Expansão da Rede Federal da EPT - PTRES: 013838, Fonte de Recursos: 0112915021.
Funcional Programática: 12.363.1062.20AW.0001 - Implantação e Manutenção do Sistema Informação da EP - PTRES: 020882, Fonte de Recursos: 0112915022.
Funcional Programática: 12.363.1062.8650.0001 - Reestruturação da Rede EPT - PTRES: 020884, Fonte de Recursos: 0112915024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	TOTAL (R$)
FUB / CDT /Projeto Escola de Fábrica	23000.016573/2010-31	1	89.400,00
IFBA / Reitoria / Renapi Siga EPT	23000.003090/2010-76	2	15.400,00
IF Fluminense / Reitoria / Renapi - Biblioteca Digital	23000.001297/2010-14	3	27.500,00
CEFET/CSF / Nova Friburgo / Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	23000.001744/2011-16	4	273.760,96
IFSE / Reitoria / Mulheres Mil	23000.002472/2011-63	5	9.800,00
IF Fluminense - Biblioteca Digital	23000.002515/2011-19	6 - 10	45.540,00
IF Fluminense - Projeto Qualidade	23000.002421/2011-31	8- 14	10.800,00
UF Santa Maria - RENAPI - SIGA-EPT	23000.002926/2011-04	9 - 13	27.000,00
IFGO - Observatório	23000.002691/2011-42	15	8.100,00
IFRN - RENAPI SIGA EPT	23000.002681/2011-15	16	15.600,00
IF Baiano - Acessibilidade Virtual	23000.002403/2011-50	17	16.800,00
IFCE - Acessibilidade Virtual	23000.002269/2011-97	18	15.600,00
IF Sul Riograndense	23000.002418/2011-18	19	14.880,00
IFPI - Biblioteca Digital	23000.002831/2011-82	20	8.100,00
IFBA - SIGA EPT	23000.002692/2011-97	21	45.000,00
IFAL - SIGA EPT	23000.002693/2011-31	22	32.400,00
IFRS - Acessibilidade	23419.000080/2011-58	23	62.400,00
IFPE - Assistência	23000.010574/2010-71	24	1.316.460,00
IF Catarinense	23000.095620/2010-02	26	3.900.000,00
IFRN - São Gonçalo do Amarante	23000.008095/2009-51	33	1.460.614,00
IFES - Colatina	23000.010815/2010-82	34	217.648,06
IFPI - Floriano 2º Tempo	23000.009487/2010-71	35	300.000,00
IFPI - Picos - 2º Tempo	23000.009488/2010-16	36	300.000,00
IFMT - Pontes de Lacerda - 2º Tempo	23000.009560/2010-13	37	300.000,00
IFG - Inhumas - 2º Tempo	23000.010638/2010-34	38	300.000,00
IFMG - Ouro Preto - 2º Tempo	23000.009772/2010-92	39	300.000,00
UTFPR - Reitoria -Publicação de Livro	23000.016105/2010-66	42	21.500,00
UTFPR - Reitoria -Publicação de Livro	23000.016102/2010-22	43	33.000,00
IF Fluminense - Reitoria - Renapi/ Siga - EEPCT	23000.002419/2011-62	44 - 12	44.160,00
IFMT - Reitoria - Qualificação de	23000.016298/2010-55	45	600.000,00
CEFET/CSF - CEFET - NIT	23000.012299/2009-97	46	49.824,00
IF Sudeste MG - Barbacena - Siga EPT	23355.000088/2011-14	47	12.600,00
IF S Pernambucano - Petrolina Zona Rural - 2º Tempo	23000.055818/2010-45	71	110.000,00
IF S Pernambucano - Petrolina - 2º Tempo	23000.055815/2010-10	72	299.948,11
Total			10.283.835,13

PORTARIA Nº 264, DE 05 DE ABRIL DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 824, de 29 de setembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de setembro de 2005, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: artigo 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008, a Lei 11.897, de 30 de dezembro de 2008, o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, Decreto nº 6.320, de 20 de dezembro de 2007, o Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, Portaria SETEC nº 213, publicada no Diário Oficial da União de 16 de maio de 2008 e suas posteriores alterações, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ações 6358, 6380, 1H10, 8650, 20AW, para fins de apoio ao desenvolvimento da educação nos Institutos Federais de educação, Ciência e Tecnologia, de acordo com o Anexo I desta Portaria, obedecendo a seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.363.1062.6380.0001 - Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional - PTRES: 001744, Fonte de Recursos: 0112915016.
Funcional Programática: 12.363.1062.6358.0001 - Capacitação dos Profissionais da EPT - PTRES: 020883, Fonte de Recursos: 0112915023.
Funcional Programática: 12.363.1062.1h10.0001 - Expansão da Rede Federal da EPT - PTRES: 013838, Fonte de Recursos: 0112915021.
Funcional Programática: 12.363.1062.20AW.0001 - Implantação e Manutenção do Sistema Informação da EP - PTRES: 020882, Fonte de Recursos: 0112915022.
Funcional Programática: 12.363.1062.8650.0001 - Reestruturação da Rede EPT - PTRES: 020884, Fonte de Recursos: 0112915024.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ELIEZER MOREIRA PACHECO

ANEXO

INSTITUIÇÃO	PROCESSO	NOTA DE CRÉDITO	VALOR
IFPI / Reitoria / Projeto Mulheres Mil	23000.008380/2010-14	48	11.520,00
IFCE / Reitoria / Serviços Gráficos	23000.000023/2011-81	51	43.540,00
IFCE/Reitoria/Diagra-mação de livros	23000.000023/2011-81	54	43.540,00
IFMA / Reitoria / Serviços Gráficos	23000.015576/2010-57	56	22.900,00
IF Farroupilha / Reitoria / Serviços Gráficos	23000.016103/2010-77	57	9.600,00
IFMG / Reitoria / Serviços Gráficos	23000.001319/2011-19	58	5.200,00
IFAM / Reitoria / Serviços Gráficos	23000.015575/2010-11	59	94.163,13
FUFPI / Reitoria / Assistência Proeja	23000.003836/2011-22	60	115.400,00
IF Fluminense / Reitoria / Projeto Renapi	23000.002421/2011-31	61	4.320,00
IFTO / Reitoria/ Projeto Renapi	23000.003329/2011-99	63	27.960,00
IFPA /Reitoria / Projeto Renapi	23000.003792/2011-31	64	19.500,00
IFSP / Reitoria / Projeto Renapi	23000.003664/2011-97	65	27.000,00
IF T Mineiro / Reitoria / Projeto Renapi	23000.003665/2011-31	66	18.000,00
CEFET MG / Reitoria / Projeto Renapi	23000.003823/2011-53	68	19.500,00
IFB / Reitoria / Projeto Renapi	23098.000199/2011-09	70	12.000,00
IFCE / Reitoria / EPCT Internacional	23000.002095/2011-62	74	16.100,00
UFRN / Escola de Enfermagem / Material de Consumo e Equipamentos	23000.011013/2011-90	75	200.000,00
SAA/MEC / Contratação FGV	23000.004372/2011-71	77	908.871,00

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IFMT / Campus São Vicente/2º tempo	23000.009367/2010-74	78	277.752,73
UFPB / Campus Vidal de Negreiros / Assistência Proeja	23000.003088/2011-88	79	51.000,00
IFFluminense/Reitoria Renapi-observatório	23000.004370/2011-82	81	19.500,00
IF SUL DE MG/Reali-zação da xxxv Reditec	23000.000107/2011-33	82	267.205,00
IF SUL DE MG/Reito-ria/Acervo bibliográfi-co.	23000.099035/2010-73	83	43.900,95
IF BAIANO/Reitoria/ Acervo bibliográfico	23000.000544/2010-74	84	131.096,41
IFBRASILIA/Reitoria Acervo bibliográfico	23000.014887/2010-07	85	54.549,36
IFES/Reitoria/Acervo Bibliográfico.	23000.014885/2010-18	86	262.093,66
IF AMAPÁ/Reitoria/ Acervo bibliográfico/p Os campi/Macapá/La-ranjal do jari	23000.014948/2010-28	87	73.582,00
UFPB/Escola Tec.de Saúde/Proeja/assist.estudante	23000.003086/2011-99	88	20.000,00
CPII/Assist/Estudante/ Proeja	23000.004207/2011-10	89	765.900,00
UFRN/Esc.Agric.de Jundiaí/assist.estudante/Proeja	23000.003087/2011-33	90	33.000,00
IF CG/Esc.Téc.Saúde/ Cajazeiras/assist.estud/Proeja	23000.004373/2011-16	92	18.000,00
UFV/C.Florestal/assist.estud.Proeja	23000.003722/2011-82	93	151.200,00
IFSC/Reitoria/Projeto Renapi-SIGA-EPT	23000.002995/2011-18	94	15.600,00
IFBRASILIA/Reitoria/ Renapi-Portais e Padrões WEB	23098.000194/2011-78	97	3.800,00
IF FARROUPILHA/ Reitoria/Renapi-SIGA/ EPT	23000.003242/2011-11	98	19.500,00
UFSM/C.A.FredericoWestphalen/Assist.Est. Proeja	23000.003563/2011-16	99	40.000,00
UFSM/C.Politécnico/ Assist.Est.Proeja	23000.003562/20011-71	100	12.000,00
UFCG/Reitoria/Renapi-Projeto-e Pol.	23000.004354/2011-90	101	277.627,55
IFRS/Reitoria/obras didáticas	23000.064800/2010-34	102	312.579,92
IF PARÁ/Reitoria/ Obras didáticas	23000.016588/2010-07	105	1.447.668,00
IF CE/Reitoria/obras/ didáticas	23000.015448/2010-11	106	677.367,67
FNDE/controle e qua-Lidade dos veículos/ Equip.80 labor.móveis	23000.004628/2011-41	107	237.153,92
IF PI/Reitoria/LATU SENSU/PROEJA	23000.003073/2010-39	108	135.143,96
IF MT/Reitoria/ Especialização Proeja	23000.005834/2010-97	109	242.695,21
IF RN/ C.Ápodi/const. Fab.ração e obras drenagem.	23000.003790/2010-61	110	183.000,00
IF RN/C.Caicó/const. Pista atlet.obras melh. Infraestrutura	23000.004938/2010-84	111	240.000,00
IF RN/C.Currais Novos/estrururaçao de Salas de aula inst.desp.	23000.004951/2010-33	112	180.000,00
IF RN/C.Ipanguaçu/c. Galpões fab.ração	23000.004952/2010-88	113	295.000,00
IFRN/C.J.CAMARA/ Const.ginásio esport.c. Futebol/inst.desportiva	23000.004950/2010-99	114	377.000,00
IFRN/C.J.CAMARA Const.casa de farinha	23000.004953/2010-22	115	73.000,00
IF RN/C.MACAU/ Const.ginásio,c.futebol	23000.004957/2010-19	116	377.000,00
IFRN/C.P.dos ferros/ Const.1 ginásio/c.futeb.	23000.004948/2010-10	117	377.000,00
IFRN/C.Santa Cruz/ Adaptação de área/ Coberta em ginásio de esportes e c.de futebol	23000.004945/2010-86	118	174.000,00
IFRN/C.Nova Cruz/ Atender demandas	23000.015102/2010-13	119	400.000,00
IFRN/C.Parnamirm/ Atender demandas	23000.015103/2010-50	120	338.000,00
IFRN/Reitoria/projeto Coop.Brasil/França	23000.003738/2011-95	121	33.333,33
IF Sul Riograndense/ Reitoria/proj.coop. Brasil/França	23000.004835/2011-03	122	33.333,33
IFMG/Reitoria/proj. Coop.Brasil/França	23000.004836/2011-40	123	33.333,33
UFRN/Escola de Música/mat.consumo, Serv.terceiro-PJ	23000.010843/2010-08	124	400.000,00
IF RN/reitoria/Projeto Renapi	23000.003794/2011-20	127	12.600,00
IFPR - Arcafar-Sul	23000.000530/2010-33	142	831.200,33
Total			**11.546.830,46**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 1.049, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme Carta Convite SESu 001- 2011, Nota Técnica nº 87/2011 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC e Termo de Compromisso, assinado em 09 de maio de 2011, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, o curso de Agronomia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno matutino, a ser ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.050, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme Carta Convite SESu 001- 2011, Nota Técnica nº 87/2011 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC e Termo de Compromisso, assinado em 09 de maio de 2011, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, o curso de Engenharia de Alimentos, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno matutino, a ser ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.051, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme Carta Convite SESu 001- 2011, Nota Técnica nº 87/2011 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC e Termo de Compromisso, assinado em 09 de maio de 2011, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, o curso de Medicina Veterinária, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno matutino, a ser ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.052, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário de Educação Superior, usando da competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e tendo em vista a Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme Carta Convite SESu 001- 2011, Nota Técnica nº 87/2011 - CGSUP/DESUP/SESu/MEC e Termo de Compromisso, assinado em 09 de maio de 2011, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, o curso de Zootecnia, bacharelado, com 100 (cem) vagas totais anuais, no turno matutino, a ser ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - A autorização a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.053, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Carta Convite SESu 001 - 2011 Nota Técnica n° 87/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.004576/2011-18), resolve:

Art. 1º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos alunos ingressantes no curso superior de bacharelado em Agronomia, com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.054, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Carta Convite SESu 001 - 2011 Nota Técnica n° 87/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.004576/2011-18), resolve:

Art. 1º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos alunos oriundos da Faculdades Integradas da Terra de Brasília (FTB) o curso superior de bacharelado em Engenharia de Alimentos, com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.055, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Carta Convite SESu 001 - 2011 Nota Técnica n° 87/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.004576/2011-18), resolve:

Art. 1º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos alunos dos alunos oriundos da Faculdades Integradas da Terra de Brasília (FTB) o curso superior de bacharelado em Medicina Veterinária, com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.056, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Carta Convite SESu 001 - 2011 Nota Técnica n° 87/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.004576/2011-18), resolve:

Art. 1º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos alunos oriundos da Faculdades Integradas da Terra de Brasília (FTB) o curso superior de bacharelado em Zootecnia, com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas Promove de Brasília, na Rua 300, QS 05, lote 01, blocos I e II, Águas Claras, Brasília, Distrito Federal, mantida pelo Associação Educativa do Brasil - SOEBRAS, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.057, DE 6 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, nomeado pela Portaria nº 249, de 17 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 18 de janeiro de 2011, seção 02, página 02, no uso de suas atribuições legais e observado o disposto nos seguintes fundamentos legais: o Art. 214 da Constituição Federal, a Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000, o Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.381, de 09 de fevereiro de 2011, Portaria Interministerial nº. 127 e alterações posteriores, a Lei nº. 12.309, de 09 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º - Descentralizar, por destaque, crédito orçamentário da ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, para fins de apoio às Instituições relacionadas no anexo, obedecendo à seguinte classificação orçamentária:

Funcional Programática: 12.364.1073.8551.0001 - Complementação para o Funcionamento das Entidades de Ensino Superior Federais.

PTRES: 001753

Art. 2º - A transferência orçamentária será efetuada em parcela única e o recurso financeiro repassado, de forma condicionada, no momento da transferência, à liquidação da despesa no SIAFI pela Instituição, de acordo com o estabelecido no Decreto nº. 7.446, de 01 de março de 2011.

Parágrafo Único - o saldo dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, deverá ser devolvido a Secretaria de Educação Superior, no exercício financeiro de 2011.

Art. 3º - O monitoramento da execução, referente à ação 8551 - Complementação para o Funcionamento das Instituições Federais de Ensino Superior, será realizado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior -DIFES/SESu.

Art. 4º - Os créditos descentralizados por destaque integrarão as prestações de contas anuais das IFES, a serem apresentadas aos órgãos de controle interno e externo nos termos da legislação vigente.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

ANEXO

PORTARIA Nº. 1057, DE 06 DE MAIO DE 2011.
ANEXO I - DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO DA AÇÃO 8551 - APOIO

Instituição Beneficiada	Processo nº.	Objeto	Valor Total R$	Fonte	Nota de Crédito
Fundação Universidade Federal do Rio Grande	23000.004689/2011-16	Apoio Financeiro Destinado a Melhoria do Ensino de Graduação e Pós Graduação em Ciências do Mar.	180.975,00	0112915004	2011NC000764
Universidade Federal de Ouro Preto	23000.006877/2010-90	Descentralização de Crédito Destinado a Construção do Prédio do Bloco Administrativo do ICEA/UFOP.	3.643.625,87	0112915004	2011NC000768

PORTARIA Nº 1.058, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Administração, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Administração, e habilitações (códigos 19975 e 106930), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria 2.697 de 25 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2003, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de bacharelado em Administração, e habilitações (códigos 19975 e 106930), com 300 (trezentas) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.059, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Agronomia, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Agronomia (código 19978), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, renovação de reconhecimento pela Portaria MEC/SESU 807 de 12 de novembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União em 14 de novembro de 2008, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de bacharelado em Agronomia (código 19978), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.060, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Ciências Biológicas, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Ciências Biológicas (código 319977), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 2.301 de 26 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2003, para fins de aditamento.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de bacharelado em Ciências Biológicas (código 319977), com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.061, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Ciências Biológicas, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em Ciências Biológicas (código 19977), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 2.301 de 26 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2003, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de licenciatura em Ciências Biológicas (código 19977), com 160 (cento e sessenta) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.062, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Engenharia de Alimentos, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Engenharia, com a habilitação em Engenharia de Alimentos (códigos 46656, 20613 e 32500), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 216 de 14 de janeiro de 2004, publicado no Diário Oficial da União em 16 de janeiro de 2004, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de bacharelado em Engenharia de Alimentos (código 46656), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.063, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Letras - Inglês, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em Letras - Inglês (código 29008), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 2.300 de 26 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2003, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de licenciatura em Letras - Inglês (código 29008), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.064, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Letras, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em Letras (código 20455), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 2.300 de 26 de agosto de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2003, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de licenciatura em Letras (código 20455), com 200 (duzentas) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.065, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Matemática, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em Matemática (código 82762), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 189 de 11 de março de 2010, publicado no Diário Oficial da União em 12 de março de 2010, para fins de aditamento, vedando-se novos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de licenciatura em Matemática (código 82762), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.066, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Medicina Veterinária, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Medicina Veterinária (código 80261), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 188 de 06 de fevereiro de 2009, publicado no Diário Oficial da União em 09 de fevereiro de 2009, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de bacharelado em Medicina Veterinária (código 80261), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.067, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Pedagogia, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de licenciatura em Pedagogia (códigos 20154 e 103472), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 2.750 de 30 de setembro de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 02 de outubro de 2003, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de licenciatura em Pedagogia (códigos 20154 e 103472), com 200 (duzentas) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.068, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Turismo, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Turismo (código 19976), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria 2.123 de 16 de junho de 2005, publicado no Diário Oficial da União em 20 de junho de 2005, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos ingressantes até 29 de julho de 2010, o curso superior de bacharelado em Administração, e habilitações (código 19976), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

PORTARIA Nº 1.069, DE 9 DE MAIO DE 2011

O Secretário da Educação Superior, usando a competência que lhe foi conferida pelo Decreto nº 5773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6303 de 12 de dezembro de 2007, tendo em vista a portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e considerando os fundamentos da Nota Técnica n° 52/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC e o Despacho SESu nº 59/2011-CG-SUP/DESUP/SESu/MEC (Processo MEC 23000.009999/2010-38), que declarou como definitiva a decisão de desativação do curso de Zootecnia, publicado no DOU em 02/05/2011, resolve:

Art. 1º. Determinar, a contar de 31 de janeiro de 2011, o encerramento da oferta do curso superior de bacharelado em Zootecnia (código 19974), ofertado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, reconhecido pela Portaria MEC 2793 de 06 de outubro de 2003, publicado no Diário Oficial da União em 07 de outubro de 2003, para fins de aditamento, vedando-se novos ingressos.

Art. 2º. Reconhecer, para fins únicos de expedição e registro de diploma dos alunos ingressantes até 29 de julho de 2010 o curso superior de bacharelado em Zootecnia (código 19974), com 100 (cem) vagas totais anuais, ministrado pela Faculdades Integradas da Terra de Brasília, na Avenida Recanto das Emas, Área Especial Quadra 203 Lote32, Recanto das Emas, Brasília-DF, mantida pelo Centro de Apoio de Vivências Agrárias, com sede em Brasília, Distrito Federal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo Único - O reconhecimento a que se refere esta Portaria é valido exclusivamente para o curso ministrado no endereço citado neste artigo.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

DESPACHO DO SECRETÁRIO
Em 9 de maio de 2011

Despacho nº 63 /2011-MEC/SESU/DESUP/CGSUP
Processo: 23000.004576/2011-11
Interessado: Faculdades Integradas Promove de Brasília
UF: DF
Ementa: Divulgação resultado final do processo disciplina pela Carta Convite SESu nº 01/2011. Apresentação de proposta pela Faculdades Integradas Promove de Brasília. Parecer Favorável da Comissão FTB/MEC. Atendimento de todos os requisitos formais da Carta Convite SESu nº 01/2011. Vencimento do prazo de apresentação de recurso. Homologa resultado final declarando a Faculdades Integradas Promove de Brasília como vencedora.

O Secretário de Educação Superior, pelo fundamento da Nota Técnica nº 92/2011-CGSUP/DESUP/SESu/MEC, na forma dos itens 9 e 12 da Carta-Convite SESu nº 01/2011, e considerando que a proposta apresentada pela Faculdades Integradas Promove de Brasília foi aprovada pela Comissão FTB/MEC e não foi apresentado recurso contra a decisão da Comissão FTB/MEC no uso de suas atribuições legais, homologa o resultado final do processo disciplinado pela Carta Convite SESu nº 01/2011, determinando que:

1. Seja considerada aprovada a proposta apresentada pela Faculdades Integradas Promove de Brasília para a assunção da gestão dos cursos superiores de graduação em Agronomia, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia da Faculdades Integradas da Terra de Brasília (FTB), objeto da Carta Convite SESu nº 01/2011;

2. Seja assinado o Termo de Compromisso referido no item 12.1 da Carta Convite SESu nº 01/2011;

3. Sejam autorizados os cursos superiores de graduação em Agronomia, Engenharia de Alimentos, Medicina Veterinária e Zootecnia, bacharelados, com 100 (cem) vagas totais anuais, a serem ministrados pelas Faculdades Integradas Promove de Brasília, sendo que caberá à IES observar as recomendações dos especialistas que avaliaram as propostas de cada curso e adotar as medidas saneadoras pertinentes de modo a garantir aos futuros alunos o acesso ao ensino superior de qualidade, com corpo docente habilitado e em instalações plenamente adequadas para tal fim, o que deverá ser comprovado mediante visitas de verificação, conforme indicado pela Comissão FTB/MEC, a serem realizadas ao final do presente semestre e do próximo;

4. Seja a Faculdades Integradas Promove de Brasília notificada da publicação do presente Despacho que indeferiu o recurso apresentado.

LUIZ CLÁUDIO COSTA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FORÚM DE CIÊNCIA E CULTURA
MUSEU NACIONAL

PORTARIA Nº 3.053, DE 9 DE MAIO DE 2011

A Diretora Museu Nacional da universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso da sua competência delegada pela portaria nº 818 de 8 de março de 2010, publicada no Diário Oficial União de 09 de março de 2010, resolve:

Tornar publico o resultado do processo seletivo aberto para concurso de professor Titular, referente ao Edital nº 7, de 25/01/2011, publicado no DOU nº018, Seção 03, de 26/01/2011, divulgando, o nome do candidato aprovado, tendo sido indicado na 1033ª Congregação do dia 05/05/2011,

Departamento de Entomologia
- Márcia Souto Couri

CLAUDIA RODRIGUES FERREIRA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 3.062, DE 9 DE MAIO DE 2011

A Diretora Museu Nacional da universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso da sua competência delegada pela portaria nº 818 de 8 de março de 2010, publicada no Diário Oficial União de 09 de março de 2010, resolve:

Tornar publico o resultado do processo seletivo aberto para contratação de professor Visitante Brasileiro, referente ao Edital nº 28, de 01/03/2011, publicado no DOU nº43, Seção 03, de 26/01/2011, divulgando, o nome do candidato aprovado, tendo sido indicado na 1033ª Congregação do dia 02/03/2011,

Departamento de Botânica
-Tatiana Tavares Carrijo

CLAUDIA RODRIGUES FERREIRA DE CARVALHO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E SOCIAL
DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 338, DE 10 DE MAIO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que consta no art. 1° do Decreto n° 6.944, de 21 de agosto de 2009 e art. 12 da Portaria n° 450, de 06 de novembro de 2002, resolve:

prorrogar por 12 meses, a partir de 30 de junho de 2011, o prazo de validade do concurso público do Departamento de Ciências Fisiológicas, do Centro de Ciências Biológicas, Campo de Conhecimento: Fisiologia, objeto do Edital n° 20/DDPP/2010 de 20/04/2010, homologado pela Portaria n° 629/DDPP/2010 publicada no Diário Oficial da União de 30/06/2010.

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 340, DE 10 DE MAIO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.001688/2011-69 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Engenharia Civil - ECV/CTC, instituído pelo Edital nº 043/DDPP/2011, de 19 de abril de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 76, Seção 3, página 75-76, de 20/04/2011.

Campo de Conhecimento: Topografia
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	Gabriel Oscar Cremona Parma	10,0

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

PORTARIA Nº 342, DE 10 DE MAIO DE 2011

A Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 23080.008592/2011-21 resolve:

Homologar o resultado do Processo Seletivo Simplificado do Departamento de Sociologia e Ciência Política - SPO/CFH, instituído pelo Edital nº 20/DDPP/2011, de 31 de março de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 64, Seção 3, página 56, de 04/04/2011.

Campo de Conhecimento: Ciência Política
Regime de Trabalho: 20 (vinte) horas semanais.
N° de Vagas: 01 (uma).

Classificação	Candidato	Média Final
1º	André Luiz Bianco	8,79
2º	Eduardo Lopes Cabral Maia	8,58
3º	Valdenésio Aduci Mendes	8,33
4º	Juliana Adriano	7,90
5º	Fernando Canto Michelotti	7,58

CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 9 de maio de 2011

PROCESSO Nº: 17944.000113/2009-02
INTERESSADO: Empresa Gestora de Ativos - EMGEA
ASSUNTO: Contrato da Sétima Assunção de Dívida, a ser celebrado entre a União e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, com a interveniência da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA, no valor de R$ 37.731.776,29 (trinta e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e vinte e nove centavos), posicionado em 1º de agosto de 2008, nos termos da legislação em vigor, em especial do disposto na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, na Medida Provisória nº 2.181-45, de 24 de agosto de 2001, na Portaria/MF nº 276, de 18 de setembro de 2001, e na Portaria/MF nº 346, de 7 de outubro de 2005.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

PROCESSO Nº: 00190.035238/2010-46.
INTERESSADO: Caixa Econômica Federal - CEF.
ASSUNTO: Contrato da quinquagésima primeira Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e a Caixa Econômica Federal - CEF, com fundamento na Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000. Exame da legalidade da operação.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, autorizo a celebração, observadas as formalidades de praxe.

Publique-se e restitua-se à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para a adoção das providências complementares.

GUIDO MANTEGA

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/PMPF Nº 9, de 9 de maio de 2011, publicado no DOU de 10 de maio de 2011, Seção 1, páginas 28 e 29: onde se lê:
"

PREÇO MÉDIO PONDERADO A CONSUMIDOR FINAL								
UF	**GASOLINA C**	**DIESEL**	**GLP**	**QAV**	**AEHC**	**GNV**	**GNI**	**ÓLEO COMBUSTÍVEL**
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)
*PA	2,8150	2,4820	3,0307	-	2,1066	-	-	-

",
leia-se:
"

PREÇO MÉDIO PONDERADO A CONSUMIDOR FINAL								
UF	**GASOLINA C**	**DIESEL**	**GLP**	**QAV**	**AEHC**	**GNV**	**GNI**	**ÓLEO COMBUSTÍVEL**
	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ kg)	(R$/ litro)	(R$/ litro)	(R$/ m³)	(R$/ m³)	(R$/ litro)
*PA	2,8150	2,0803	3,0307	-	2,4820	-	-	-

".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011051100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 10 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009.

O PROCURADOR SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM PIRACICABA-SP, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto na Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, especialmente no seu art. 1º, inciso §9, da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009, especialmente art. 21, declara:

Art. 1º Ficam excluídos do Parcelamento da Lei 11.941, de 27 de maio de 2009, art. 1º, as pessoas físicas e jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a falta de pagamento de 3 (três) prestações, consecutivas ou não, nos termos da Lei 11.941, art. 1º, inciso §9, e do art. 21 da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009.

Art. 2º A rescisão referida no art. 1º implicará a remessa do débito para a inscrição em dívida ativa ou o prosseguimento da execução, conforme o caso, e implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e automática execução da garantia prestada, quando existente, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10(dez) dias, contado da data da publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido, nos termos dos artigos 23 e seguintes da Portaria Conjunta PGFNRFB nº 6, de 22 de julho de 2009, ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional do seu domicílio tributário.

Art. 4º Não havendo recurso, ou mediante seu indeferimento, a exclusão do citado Parcelamento é definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ÁLVARO LUIZ PALÁCIOS TORRES

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento da Lei 11.941 de 27 de maio de 2009, com base no número do CPF/CNPJ:

NOME	CNPJ/CPF
CAROLINA TRANSPORTES LTDA	66.093.824/0001-61
ROSECAR TURISMO E TRANS. LTDA	67.494.146/0001-01
P. R. VACARI TEXTIL LTDA	01.797.915/0001-32
RHUCAM MONTAGENS E MANUTENÇÃO DE LUMINOSOS	07.178.889/0001-40
CEZAR E LIMA REPRESENTAÇÕES	00.466.633/0001-90
3 S & M EDITORA E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA	05.614.431/0001-61
CARLOS ROBERTO GOMES SUPERMERCADOS	57.115.784/0001-10
UNI 2 TELECOMUNICAÇÕES LTDA	68.396.431/0001-52

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.152, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na exportação de mercadorias.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 261 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 4 de março de 2009, e tendo em vista o disposto no art. 111 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, no Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, no art. 39 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, nos incisos I e III do art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nos incisos I e III do art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e no art. 341, no inciso III do art. 343, no art. 346 e no inciso I do art. 603 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos inerentes à suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e à não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na exportação de mercadorias.

Art. 2º Os produtos destinados à exportação poderão sair do estabelecimento industrial com suspensão do IPI quando:

I - adquiridos por Empresa Comercial Exportadora (ECE), com o fim específico de exportação; e

II - remetidos a recintos alfandegados ou a outros locais onde se processe o despacho aduaneiro de exportação.

Art. 3º A Contribuição para o PIS/Pasep e a Cofins não incidirão sobre as receitas decorrentes das operações de:

I - exportação de mercadorias para o exterior; e

II - vendas a ECE com o fim específico de exportação.

Art. 4º Consideram-se adquiridos com o fim específico de exportação as mercadorias ou produtos remetidos, por conta e ordem da ECE, diretamente do estabelecimento da pessoa jurídica para:

I - embarque de exportação ou para recintos alfandegados; ou

II - embarque de exportação ou para depósito em entreposto sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, no caso de ECE de que trata o Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972.

Parágrafo único. O depósito de que trata o inciso II deverá observar as condições estabelecidas em legislação específica.

Art. 5º Somente será permitido o transbordo, a baldeação, o descarregamento ou o armazenamento dos produtos:

I - em recintos alfandegados, no caso das operações de que tratam o inciso I do art. 2º e o inciso II do art. 3º;

II - em recintos alfandegados ou em outros locais onde se processe o despacho aduaneiro de exportação, inclusive em Recintos Especiais para Despacho Aduaneiro de Exportação (Redex), na hipótese das operações de que tratam o inciso II do art. 2º e o inciso I do art. 3º; e

III - em depósito sob regime aduaneiro extraordinário de exportação, no caso do inciso II do art. 4º.

§ 1º Desde que os produtos destinados à exportação estejam perfeitamente identificados e separados, será permitido o transporte, no mesmo veículo, de outras mercadorias ou produtos nacionais ou nacionalizados.

§ 2º No que se refere às mercadorias ou aos produtos nacionais ou nacionalizados mencionados no § 1º, quando destinados ao mercado interno, admite-se seu carregamento, transbordo, baldeação e descarregamento, inclusive fora dos recintos, locais e depósitos mencionados no caput.

§ 3º Na hipótese de produtos comercializados a granel, a identificação e separação de que trata o § 1º serão verificadas apenas pela sua qualidade e quantidade, conforme constar de documento fiscal.

Art. 6º No caso de impossibilidade de realização das operações de transbordo, baldeação, descarregamento ou armazenamento nos locais referidos no caput do art. 5º por motivo que não possa ser atribuído à ECE ou ao estabelecimento industrial, o titular da unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com jurisdição sobre o local das operações poderá autorizar que sejam realizadas em local indicado pela ECE ou pelo estabelecimento industrial.

§ 1º No local indicado pela ECE ou pelo estabelecimento industrial as operações poderão ocorrer por:

I - despacho de exportação; ou

II - prazo determinado, compatível com a operação.

§ 2º O pedido para realização das operações de que trata este artigo deverá ser formalizado pelo representante legal da ECE ou do estabelecimento industrial, junto à unidade da RFB referida no caput, mediante a apresentação das seguintes informações:

I - identificação da ECE ou do estabelecimento industrial (nome e CNPJ);

II - endereço completo do local das operações;

III - justificativa do pedido;

IV - tipos de operações; e

V - data/período das operações.

§ 3º Por ocasião da realização das operações, deverão ser apresentadas à unidade da RFB referida no caput, para juntada ao pedido citado no § 2º, a relação de:

I - notas fiscais referentes às operações, inclusive as de entrada, no caso de exportação feita por conta e ordem de ECE; e

II - veículos de entrada e saída com a respectiva identificação.

§ 4º O local indicado deverá oferecer condições adequadas para a realização das operações.

§ 5º O deferimento da solicitação não impede que no mesmo local sejam realizadas operações indicadas por outras empresas em quaisquer das modalidades previstas no § 1º.

§ 6º A Coordenação-Geral de Administração Aduaneira poderá estabelecer outros procedimento considerados necessários à aplicação deste artigo.

Art. 7º O descumprimento do art. 5º acarretará a cobrança dos impostos e contribuições devidos, bem como a imposição das penalidades cabíveis, não se aplicando a pena de perdimento aos produtos e aos veículos que os transportarem.

Parágrafo único. Aplica-se a pena de perdimento aos produtos do Capítulo 22 e aos cigarros do Código 2402.20.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 6.006, de 28 de dezembro de 2006, destinados à exportação, por descumprimento do disposto nos arts. 4º e 5º.

Art. 8º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogada a Instrução Normativa RFB nº 1.094, de 6 de dezembro de 2010.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIAS REGIONAIS
4ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda n.º 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no D.O.U. de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o inciso I do artigo 57 da Instrução Normativa SRF n.º 504/2005, e o que consta do processo nº 19647.002469/2011-77, resolve:

1. Autorizar o fornecimento de 124.470 (cento e vinte e quatro mil, quatrocentos e setenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa PERNOD RICARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., CNPJ n.º 33.856.394/0001-33, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o n.º 04101/055, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados:

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
BALLANTINES FINEST	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade até 8 anos	115.200
BALLANTINES 12 YO	Caixas de 12 garrafas de 1 litro, 40GL, idade 12 anos	9.000
ROYAL SALUTE	Caixas de 6 garrafas de 700 ml, 40GL, idade 21 anos	270

JOÃO WANDERLEY REGUEIRA FILHO

5ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 7 DE ABRIL DE 2006

Declara cancelamento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010; no art. 30, inciso I, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 13558.000850/2006-57, declara:

Art. 1º O cancelamento da inscrição Nº 791.409.045-04, no CPF, concedida a PAULO ROBERTO NASCIMENTO SANTANA, em razão da multiplicidade de inscrições.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 27, DE 26 DE ABRIL DE 2011

Declara cancelamento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010; no art. 30, inciso I, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 12155.000186/2003-73, DECLARA:

Art. 1º O cancelamento da inscrição Nº 072.260.754-74, no CPF, concedida a VALDIVINO AFFONSO PEDROZA, em razão de multiplicidade de inscrições.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

EXEMPLAR DO ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 28, DE 2 DE MAIO DE 2011

Declara cancelamento de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010; no art. 30, inciso I, da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10 de junho de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 13555.000168/2006-94, DECLARA:

Art. 1º O cancelamento da inscrição Nº 122.140.217-01, no CPF, concedida a HELANIO DOMINGO DOS SANTOS, em razão da multiplicidade de inscrições.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 29, DE 10 DE MAIO DE 2011

Declara a nulidade do ato de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA/BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 587, de 21 de dezembro de 2010, e art. 35, § 1º, da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, e considerando o que consta no processo Nº 10952..000004/2001-81, DECLARA:

Art. 1º a nulidade da inscrição Nº 01.154.539/0001-68, atribuída à pessoa jurídica IZAILDES FERREIRA TELES DA PALMA no CNPJ, com efeitos a partir de 18 de abril de 1996.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO IBIAPINO LUZ

6ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 11, DE 9 DE MAIO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Bebidas

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso VI do art. 6º da Portaria DRF/DIV/Nº 43 de 20 de abril de 2010, a partir das atribuições conferidas pelos art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº10665.000.060/2011-23, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o No-06107/176, como produtor (inciso I do §1º do art. 2º da Instrução Normativa SRF No- 504, de 3 de fevereiro de 2005) o estabelecimento da empresa Cachaça Festiminas Ltda, CNPJ: 10.664.676/0001-33, sito à Rodovia MG 050, s/nº, KM 213, zona rural do município de Córrego Fundo/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Art. 2º A referida empresa exerce a atividade de produtora de aguardente de cana, do código 22.08.40.00 da TIPI, das marcas comercias "Festiminas Ouro" e "Festiminas Prata".

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa da Receita Federal No-504, de 3 de fevereiro de 2005, com as respectivas alterações supervenientes, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 4º Este ato declaratório somente terá validade, após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO AMARILDO SOARES

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 9 DE MAIO DE 2011

Inscreve no Registro Especial de Bebidas

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS-MG, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso VI do art. 6º da Portaria DRF/DIV/Nº 43 de 20 de abril de 2010, a partir das atribuições conferidas pelos art. 295 e 307 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587 de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2010, tendo em vista o que consta do processo administrativo nº10665.000.060/2011-23, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de Bebidas sob o No-06107/177, como engarrafador (inciso II do §1º do art. 2º da Instrução Normativa SRF No 504, de 3 de fevereiro de 2005) o estabelecimento da empresa Cachaça Festiminas Ltda, CNPJ: 10.664.676/0001-33, sito à Rodovia MG 050, s/nº, KM 213, zona rural do município de Córrego Fundo/MG, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Art. 2º A referida empresa exerce a atividade de engarrafadora de aguardente de cana, do código 22.08.40.00 da TIPI, das marcas comercias "Festiminas Ouro" e "Festiminas Prata".

Art. 3º O estabelecimento interessado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa da Receita Federal No-504, de 3 de fevereiro de 2005, com as respectivas alterações supervenientes, sob pena de suspensão ou cancelamento desta inscrição.

Art. 4º Este ato declaratório somente terá validade, após a sua publicação no Diário Oficial da União.

ANTÔNIO AMARILDO SOARES

7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19, DE 23 DE MARÇO DE 2011

O Delegado Substituto da Receita Federal do Brasil em Vitória-ES, usando da competência que lhe foi conferida pelo artigo 3º, da Instrução Normativa SRF Nº 504 de 3 de fevereiro de 2005 e, tendo em vista o resultado da diligência fiscal e demais informações constantes do processo Nº 11783.721023/2011-14, declara que:

A empresa RAZAC INTERNATIONAL TRADE LTDA, CNPJ 09.059.224/0001-43. localizada na Rua Abiail do Amaral Carneiro, 191, sala 705, Enseada do Suá- Vitória-ES, CEP 29.050-909, está habilitada ao REGISTRO ESPECIAL Nº 07201/00414 de estabelecimento importador de bebidas alcoólicas constantes do Anexo I da IN SRF Nº 504/2005, inclusive com as alterações previstas na IN RFB Nº 824 de 20 de fevereiro de 2008 e na IN RFB Nº 1026 de 16 de abril de 2010.

Esta autorização implica no cumprimento das obrigações citadas na IN SRF Nº 504/2005, podendo ser cancelada, nos termos do seu art.8º.

Este Ato Declaratório só terá validade após publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ROBERTO DE FRANÇA LYRA

8ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 54, DE 5 DE MAIO DE 2011

Compartilhar, temporariamente, competência entre unidades.

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 8ª REGIÃO FISCAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 293 e 294 e parágrafo 1º do artigo 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, RESOLVE:

Art. 1º Compartilhar, pelo prazo de 18 meses, competência para que a Delegacia Especial da Receita Federal do Brasil de Maiores Contribuintes - Demac - execute, de forma concorrente com outras unidades da 8ª Região Fiscal e no âmbito da jurisdição destas, as atividades previstas nos incisos V, VI, VIII, IX e XXII do artigo 220 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria do MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, para os procedimentos fiscais definidos por esta Superintendência.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS FERNANDO PRADO DE SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 9 DE MAIO DE 2011

Concede Registro Especial nos termos da IN SRF Nº 504/2005

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BAURU/SP, no uso das atribuições previstas no Art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010 e alterações posteriores, com fulcro no disposto nos artigos 2º e 3º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 03 de fevereiro de 2005, e alterações posteriores, no artigo 336 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e tendo em vista o que consta do processo administrativo Nº 15889.000022/2011-60, DECLARA:

Art. 1º - Inscrito no REGISTRO ESPECIAL instituído pelo Art. 1º do Decreto-lei Nº 1.593, de 21/12/1977, com a redação dada pela Lei Nº 10.833, de 29/12/2003, sob Nº 08103/067, como IMPORTADOR DE BEBIDAS ALCOÓLICAS, o estabelecimento da empresa COMPRANDO NACIONAIS E IMPORTADOS, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, CNPJ Nº 64.541.675/0001-20, com domicílio tributário na Rua Jorge Pimentel Nº 4-27, Vila Engler, Bauru, SP, CEP 17047-010, não alcançando este registro qualquer outro estabelecimento da mesma empresa.

Art. 2º - O estabelecimento supra identificado deverá cumprir as obrigações citadas na Instrução Normativa SRF Nº 504/2005 e alterações posteriores, sob pena de cancelamento desta inscrição.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeito a partir da data de sua publicação no DOU.

MAURÍCIO ANTÔNIO BENTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 9 DE MAIO DE 2011

Declara cancelada a inscrição no CPF que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º Cancelada, de ofício, a inscrição no CPF de Nº 100.372.494-95, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo Nº 11451.000015/2009-22, em observância ao disposto nos artigos 30, incisos I e III, e 31 da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 9 DE MAIO DE 2011

Declara cancelada as inscrições no CPF que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 295, 296, 300 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, declara:

Art. 1º Canceladas, de ofício, as inscrições no CPF de Nº 053.412.428-31 e 110.597.168-60, resultante dos procedimentos relatados no Processo Administrativo Nº 11451.000016/2009-77, em observância ao disposto nos artigos 30, incisos I e III, e 31 da Instrução Normativa RFB Nº 1.042, de 10/06/2010, publicada no DOU de 14/06/2010.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 9 DE MAIO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARÍLIA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB Nº 1.069, de 4 de julho de 2008, publicada no DOU de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados, DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º Os produtos referidos no art. 1º, acondicionados em recipientes de capacidade superior a 1.000 ml (um mil mililitros), estão sujeitos à incidência do IPI, proporcionalmente ao que for estabelecido no enquadramento para o recipiente de capacidade de 1.000 ml (um mil mililitros), arredondando-se para 1.000 ml (mil mililitros) a fração residual, se houver, conforme disposto no § 9º do art. 210 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI).

Art. 3º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Parágrafo único. Para as marcas de vinho comum ou de consumo corrente, comercializadas em vasilhame retornável, o enquadramento do produto dar-se-á em classe imediatamente inferior à constante deste ADE, observada a classe mínima a que se refere o inciso I do § 2º do art. 210 do RIPI.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2011.

IVAN SILVEIRA MALHEIROS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO ÚNICO

enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE(mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
03.436.141/0002-20	BRASIL TROPICAL (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	Acima de 1000	2206.00.90	D
03.436.141/0002-20	BRASIL TROPICAL (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.40.00	D
03.436.141/0002-20	BRASIL TROPICAL (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	H
03.436.141/0002-20	BRASIL TROPICAL (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 376 a 670	2206.00.90	C
03.436.141/0002-20	BRASIL TROPICAL (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	D
03.436.141/0002-20	66 (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.40.00	D
03.436.141/0002-20	66 (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	H
03.436.141/0002-20	BRASIL TROPICAL (RECIPIENTE RETORNAVEL)	Acima de 1000	2206.00.90	D
46.842.894/0001-68	PRACURA DO FORTE (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	H
46.842.894/0001-68	DAGOSTOSA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	I
46.842.894/0001-68	PAJÉ (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	D
46.842.894/0001-68	LAMPIAO DUNORTE (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	D
46.842.894/0001-68	LAMPIAO DUNORTE (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	E
46.842.894/0001-68	PAJÉ (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	F
46.842.894/0001-68	PRACURA DO FORTE (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	D
46.842.894/0001-68	PRACURA DO FORTE (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	E
46.842.894/0001-68	DIERVA (AMARGO FERNET) (APERITIVOS E AMARGOS)	De 671 a 1000	2208.90.00	L
46.842.894/0001-68	STOLIN (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.60.00	M
46.842.894/0001-68	VAT 45 SÉRIE OURO (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	L
46.842.894/0001-68	VAT 45 SÉRIE OURO (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	J
46.842.894/0001-68	DUNORTE (BEBIDA ALCOOLICA DE JURUBEBA) (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.90.00	K
46.842.894/0001-68	DUNORTE (BEBIDA ALCOOLICA DE JURUBEBA) (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.90.00	K
46.842.894/0001-68	RAIZES AMARGAS DIERVA (AGUARDENTE COMPOSTA) (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA, DE GENGIBRE) (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.90.00	L
46.842.894/0001-68	RAIZES AMARGAS DIERVA (AGUARDENTE COMPOSTA) (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA, DE GENGIBRE) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.90.00	K
46.842.894/0001-68	CONTELO (AGUARDENTE COMPOSTA DE GENGIBRE) (AGUARDENTE COMPOSTA E BEBIDA ALCOOLICA, DE GENGIBRE)	De 671 a 1000	2208.90.00	M
46.842.894/0001-68	CONTINI (BRANCO) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	J
46.842.894/0001-68	CONTINI (TINTO) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	J
46.842.894/0001-68	CONTINI (ROSE) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	J
46.842.894/0001-68	CONTINI (ROSE) (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	L
46.842.894/0001-68	BRANCA DE NEVE (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	I
46.842.894/0001-68	BRANCA DE NEVE (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90 Ex 01	I
46.842.894/0001-68	CALDEZANO (BRANCO) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	D
46.842.894/0001-68	CALDEZANO (BRANCO) (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	E
46.842.894/0001-68	CALDEZANO (TINTO) (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	D
46.842.894/0001-68	CALDEZANO (TINTO) (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2206.00.90	E
46.842.894/0001-68	POLARA (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.60.00	L
46.842.894/0001-68	POLARA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.60.00	L
53.412.912/0001-37	ONCINHA (AGUARDENTE COMPOSTA DE GENGIBRE)	De 671 a 1000	2208.90.00	I
53.412.912/0001-37	CANINHA TELECO TECO (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	F
53.412.912/0001-37	CANINHA TELECO TECO (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.40.00	C
53.412.912/0001-37	CANINHA TELECO TECO (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	H
53.412.912/0001-37	CANINHA ONCINHA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.40.00	C
53.412.912/0001-37	CANINHA TELECO TECO MEL (AGUARDENTE COMPOSTA)	De 671 a 1000	2208.90.00	I
53.412.912/0001-37	CANINHA ONCINHA (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	F
53.412.912/0001-37	CANINHA ONCINHA (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	H
96.412.150/0001-81	TELECO TECO (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.40.00	C
96.412.150/0001-81	TELECO TECO (RECIPIENTE RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	F
96.412.150/0001-81	TELECO TECO (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 376 a 670	2208.40.00	D
96.412.150/0001-81	TELECO TECO (RECIPIENTE NÃO RETORNAVEL)	De 671 a 1000	2208.40.00	H

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 6 DE MAIO DE 2011

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA, no uso da competência delegada pela Portaria RFB Nº 1.069, de 7 de julho de 2008, e tendo em vista o disposto nos artigos 209 e 210 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi),

DECLARA:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei Nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter sua classificação alterada conforme Anexo Único.

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de junho de 2011.

MARIA CATHARINA V. M. AVIGHI

ANEXO ÚNICO

enquadramento de produtos para efeito de cálculo e pagamento do IPI

CNPJ	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE (mililitros)	CÓDIGO TIPI	ENQUADRAMENTO (letra)
62.423.439/0001-84	BODAS DE CANÁ SUAVE (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
62.423.439/0001-84	BODAS DE CANÁ (VINHO COMUM)	De 671ml até 1000ml	2204.21.00	D
62.423.439/0001-84	BLACK BARON (AGUARDENTE COMPOSTA)	De 671ml até 1000ml	2208.90.00	K

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATOS DECLARATÓRIOS EXECUTIVOS, DE 6 DE MAIO DE 2011

Inscrevem contribuintes no registro especial para estabelecimentos que realizem operações com papel destinado à impressão de livros, jornais e periódicos.

O CHEFE DA DIVISÃO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Portaria Defis/SPO Nº 49, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2011, considerando o disposto na Instrução Normativa SRF n° 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Nº 72 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01500, o estabelecimento da empresa SLXT EDITORA LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 11.459.857/0001-90, localizado na Estrada das Lágrimas Nº 2.896 - São João Climaco - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 13807.007522/2010-89.

Nº 73 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01501, o estabelecimento da empresa FLAMBOYANT COMUNICAÇÕES LTDA. EPP, inscrito no CNPJ sob o número 12.556.730/0001-52, localizado na Av. Pedroso de Morais Nº 2.160 - Pinheiros - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 13804.004796/2010-46.

Nº 74 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01502, o estabelecimento da empresa EDITORIA F Z SETE LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 06.294.917/0001-22, localizado na Rua Arthur de Azevedo Nº 2.010 - Jardim Paulista - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 11610.009327/2010-65.

Nº 75 - Inscrito no Registro Especial de USUÁRIO DE PAPEL destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número UP-08190/01503, o estabelecimento da empresa PRINT HOUSE COMUNICAÇÃO E IMAGEM LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 65.703.555/0001-45, localizado na Alameda Jaú Nº 1.325 - 3º andar - apto. 31 - Jardim Paulista - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 10880.723078/2011-52.

Nº 76 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número IP-08190/00606, o estabelecimento da empresa EDITORIA F Z SETE LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 06.294.917/0001-22, localizado na Rua Arthur de Azevedo Nº 2.010 - Jardim Paulista - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 11610.009327/2010-65.

Nº 77 - Inscrito no Registro Especial de IMPORTADOR DE PAPEL, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número IP-08190/00607, o estabelecimento da empresa EDITORA EVORA LTDA. EPP, inscrito no CNPJ sob o número 08.386.636/0001-25, localizado na Rua Sergipe Nº 401 - 13º andar - conj. 1.310 - Consolação - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 10880.723007/2011-50.

Nº 78 - Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP-08190/00543, o estabelecimento da empresa ADESIVA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE ADESIVOS LTDA., inscrito no CNPJ sob o número 01.832.178/0001-61, localizado na Rua Dr. Freire Nº 121 - Mooca - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 11610.008932/2010-19.

Nº 79 - Inscrito no Registro Especial de GRÁFICA, destinado à impressão de livros, jornais e periódicos, sob o número GP-08190/00540, o estabelecimento da empresa EDITORA EVORA LTDA. EPP, inscrito no CNPJ sob o número 08.386.636/0001-25, localizado na Rua Sergipe Nº 401 - 13º andar - conj. 1.310 - Consolação - São Paulo - SP, de acordo com os autos do processo Nº 10880.723007/2011-50.

Os presentes Atos Declaratórios Executivos entram em vigor na data de sua publicação.

JORGE ALBERTO PEREIRA DA SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 23, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Habilitação em admissão temporária

EDUARDO TORRES SIMÃO, Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, matrícula SIAPECAD Nº 1495288, no exercício da competência delegada pela Portaria Nº 86, de 21 de fevereiro de 2011, publicada no DOU de 23 de fevereiro de 2011 e no uso das atribuições pelo art. 295 do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010 e tendo em vista o disposto no artigo 5º da Instrução Normativa RFB Nº 747, de 14 de Junho de 2007, e ainda o que consta no Processo Administrativo Nº 10314.720.100/2011-37, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário, a utilizar os procedimentos simplificados para aplicação do regime aduaneiro especial de admissão temporária a empresa GATES DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, 8º andar, cj. 81, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ sob o Nº 61.083.804/0001-96, para BAÚ DE METAL, NCM 7309.00.90.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

EDUARDO TORRES SIMÃO

9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 71, DE 2 DE MAIO DE 2011

Declara cancelada no Cafir a inscrição de imóvel rural que especifica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA-PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no art. 12, parágrafo único da IN RFB Nº 830, de 18 de março de 2008, declara:

Art. 1º Fica cancelada no Cadastro de Imóveis Rurais - Cafir - a inscrição do imóvel rural com Nirf 0.983.309-9, de nome "Sítio das Castanheiras", com área de 0,5 ha e número de inscrição no INCRA 701.068.061.441-6, por se enquadrar na situação de duplicidade de inscrição, conforme despacho proferido nos autos do processo administrativo Nº 10980.001210/2011-43.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir de 26/05/1992, atendendo ao que dispõe o art. 11, parágrafo 4º da IN RFB Nº 830/2008, combinado com o art. 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

ARTHUR CEZAR ROCHA CAZELLA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JOAÇABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 9 DE MAIO DE 2011

Declara inapta a inscrição no CNPJ da pessoa jurídica abaixo relacionada.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Joaçaba - Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 295 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010 , e tendo em vista o que dispõe o art. 81, § 5º, da Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e artigo 41, § 2º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal do Brasil Nº 1.005, de 08 de fevereiro de 2010, declara:

Art. 1º Inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo relacionada, na forma do artigo 39, II da Instrução Normativa RFB Nº 1.005, de 2010, face aos elementos de prova juntados ao processo administrativo n.º 13982.000270/2011-17;

Art. 2º A pessoa jurídica declarada inapta por este Ato Declaratório será incluída no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (CADIN) de acordo com o que determina a alínea "b", do inciso II, do art. 2º, da Lei Nº 10.522, de 19 de julho de 2002;

Art. 3º São considerados inidôneos os documentos emitidos, a partir da publicação deste Ato Declaratório no Diário Oficial da União, pela pessoa jurídica referida no art. 1º;

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Pessoa Jurídica	CNPJ N.º
SERG SERVICO DE MAO DE OBRA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA ALIMENTACAO LTDA	07.353.302/0001-92

OTTO MARESCH

10ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 312, DE 6 DE MAIO DE 2011

Transfere temporariamente competência para a realização de auditorias de sistemas informatizados de controle aduaneiro, estabelecidos para os recintos alfandegados e para os beneficiários de regimes aduaneiros especiais.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 307, § 1º, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF Nº 587, de 21 de dezembro de 2010, publicada no DOU de 23 de dezembro de 2010, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 2º da Instrução Normativa SRF Nº 682, de 4 de outubro de 2006, publicada no DOU de 5 de outubro de 2006, resolve:

Art. 1º Fica temporariamente transferida para a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da l0ª Região Fiscal a competência para a realização de auditorias de sistemas informatizados de controle aduaneiro previstas na Instrução Normativa SRF Nº 682, de 4 de outubro de 2006, relativas a todos os recintos alfandegados e beneficiários de regimes aduaneiros especiais operados na 10ª Região Fiscal.

Parágrafo único. As auditorias deverão ser realizadas por Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil localizados na Divisão de Tecnologia da Informação, com a participação de Auditores-Fiscais da área aduaneira das unidades previstas no caput do art. 2º da IN SRF Nº 682, de 2006.

Art. 2º As avaliações prévias dos sistemas informatizados, exigidas na habilitação ou no credenciamento de empresas para operar regimes aduaneiros ou recintos alfandegados, relativas aos requerimentos de habilitação e de credenciamento em curso na 10ª Região Fiscal no período de vigência desta Portaria, deverão ser realizadas pela Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com vigência de dois anos.

PAULO RENATO SILVA DA PAZ

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL
SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 92, DE 9 DE MAIO DE 2011

Exclui pessoas jurídicas do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAXIAS DO SUL - RS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei Nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF Nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Ficam excluídas do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei Nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, as pessoas jurídicas relacionadas no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo (ADE), tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes e/ou inadimplência nos tributos com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido mediante consulta à página da Receita Federal do Brasil (RFB) na internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Caxias do Sul, na Rua Desembargador Armando Azambuja, Nº 150, Bairro Rio Branco, Caxias do Sul - RS, CEP: 95010-902.

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO JOSÉ ROTH

ANEXO ÚNICO

Relação das pessoas excluídas do Parcelamento Especial (Paes).
Três parcelas consecutivas ou seis alternadas sem recolhimento ou com recolhimento inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei Nº 10.684, de 2003.
Relação dos CNPJ das pessoas jurídicas excluídas:

00.874.688/0001-39	01.541.238/0001-97

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 38, DE 4 DE MAIO DE 2011(*)

Declara inscrição no registro especial dos estabelecimentos produtores, engarrafadores ou importadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e em conformidade com o que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei Nº 1.593/77, de 21 dezembro de 1977, com a redação dada pelo art. 32, § 6º da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 16 da Lei Nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 46 da Lei Nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 e arts. 284 e 322 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. A empresa Chateux et Vins de France - Comércio, Importação e Exportação de Vinhos Ltda., estabelecida na Rua São Borja 545 - Bairro Sumaré - Alvorada-RS, CNPJ Nº 11.280.045/0001-83, pelo processo Nº 11080.722977/2011-16, requer inscrição no Registro Especial dos Estabelecimentos Produtores, Engarrafadores ou Importadores de Bebidas Alcoólicas, sendo-lhe concedida a inscrição Nº 10101/470.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR WAYERBACHER

(*) Republicado por ter saído, no DOU de 9-5-2011, Seção I, pags. 14/15, com incorreção no original.

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 76, DE 6 DE MAIO DE 2011

Declara inscrição no registro especial dos estabelecimentos produtores, engarrafadores ou importadores de bebidas alcoólicas e respectivos produtos.

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Porto Alegre/RS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 3º da Instrução Normativa SRF Nº 504, de 3 de fevereiro de 2005, alterada pela Instrução Normativa RFB Nº 1.026, de 16 de abril de 2010 e em conformidade com o que dispõe o art. 1º do Decreto-Lei Nº 1.593/77, de 21 dezembro de 1977, com a redação dada pelo art. 32, § 6º da Medida Provisória Nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, art. 16 da Lei Nº 9.779, de 19 de janeiro de 1999, art. 46 da Lei Nº 4.502, de 30 de novembro de 1964 e arts. 284 e 322 do Decreto Nº 7.212, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º. A empresa Etiqueta Negra Comercial de Bebidas e Alimentos Ltda., estabelecida na Rua 24 de Outubro Nº 80 - Bairro Moinhos de Vento - Porto Alegre-RS, CNPJ Nº 08.087.011/0001-62, pelo processo Nº 11080.723082/2011-07, requer inscrição no Registro Especial dos Estabelecimentos Produtores, Engarrafadores ou Importadores de Bebidas Alcoólicas, sendo-lhe concedida a inscrição Nº 10101/471.

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

LEOMAR WAYERBACHER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 10 DE MAIO DE 2011

Concede à empresa que especifica a habilitação ao regime aduaneiro especial de que trata a IN RFB Nº 747, de 14/06/2007.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTA CRUZ DO SUL/RS, no uso da competência que lhe confere o artigo 5º da Instrução Normativa RFB Nº 747, de 14 de junho de 2007, e considerando o que consta do processo Nº 13005.720903/2011-73, declara:

Art. 1º Fica habilitada, em caráter precário, ao regime aduaneiro especial de admissão e de exportação temporária de embalagens (caixas de papelão) classificadas sob a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) 4819.10.00, a empresa VALESUL BRASIL TABACOS LTDA, CNPJ 04.551.794/0001-32.

Art. 2º. Este Ato Declaratório produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 297, DE 9 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN n° 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Notas do Tesouro Nacional, Série B - NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - a oferta pública será realizada em duas etapas: a primeira etapa, com liquidação financeira em moeda corrente, e a segunda etapa, por meio de transferência de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, listados nos Anexos. Em ambas as etapas, as quantidades ofertadas serão divididas entre dois grupos, I e II, listados no inciso III;

II - quantidade: até 4.000.000 (quatro milhões) de títulos para o grupo I e até 1.500.000 (um milhão e quinhentos mil) títulos para o grupo II, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, observados os vencimentos constantes do inciso III:

a) quantidade da primeira etapa: até 2.000.000 (dois milhões) de títulos para o grupo I e até 500.000 (quinhentos mil) títulos para o grupo II; e

b) quantidade da segunda etapa: até 2.000.000 (dois milhões) de títulos para o grupo I e até 1.000.000 (um milhão) de títulos para o grupo II.

III - características da emissão:

a) Grupo I:

Prazo a partir da emissão (dias)	Quantidade (em mil)	Taxa de Juros (a.a.)	Data do Vencimento	Forma de liquidação	Adquirente
1.192	Até 2.000	6%	15.08.2014	Em moeda corrente	Público
1.923	Até 2.000	6%	15.08.2016	Em moeda corrente	Público
3.384	Até 2.000	6%	15.08.2020	Em moeda corrente	Público
1.191	Até 2.000	6%	15.08.2014	Em títulos	Público
1.922	Até 2.000	6%	15.08.2016	Em títulos	Público
3.383	Até 2.000	6%	15.08.2020	Em títulos	Público

b) Grupo II:

Prazo a partir da emissão (dias)	Quantidade (em mil)	Taxa de Juros (a.a.)	Data do Vencimento	Forma de liquidação	Adquirente
7.036	Até 500	6%	15.08.2030	Em moeda corrente	Público
10.689	Até 500	6%	15.08.2040	Em moeda corrente	Público
14.341	Até 500	6%	15.08.2050	Em moeda corrente	Público
7.035	Até 1.000	6%	15.08.2030	Em títulos	Público
10.688	Até 1.000	6%	15.08.2040	Em títulos	Público
14.340	Até 1.000	6%	15.08.2050	Em títulos	Público

IV - data da emissão da primeira etapa: 11.05.2011;

V - data da emissão da segunda etapa: 12.05.2011;

VI - data da liquidação financeira da primeira etapa: 11.05.2011;

VII - data da liquidação financeira da segunda etapa: 12.05.2011;

VIII - data-base: 15.07.2000;

IX - valor nominal na data-base: R$ 1.000,00; e

X - divulgação, por intermédio do Banco Central do Brasil, do resultado da primeira etapa do leilão: a partir das 14h30 na data de realização da primeira etapa;

XI - divulgação, pelo Tesouro Nacional, do resultado da segunda etapa do leilão: a partir das 14h30 na data de realização da segunda etapa;

§1º Os cupons de juros das NTN-B poderão ser negociados separadamente do principal, mantidas as características da emissão;

§2º As cotações das NTN-B a serem ofertadas na segunda etapa serão divulgadas por meio de Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional no dia da realização da segunda etapa.

Art. 2º. A primeira etapa obedecerá às seguintes condições:

I - data de acolhimento das propostas de compra: 10.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) do Banco Central do Brasil;

IV - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

V - na formulação das propostas de compra deverá ser utilizada cotação, com quatro casas decimais, e o montante de cada proposta deverá contemplar quantidades múltiplas de cinqüenta títulos; e

VI - critério de seleção das propostas: serão credenciadas todas as propostas com cotações iguais ou superiores à cotação mínima aceita, a qual será aplicada a todas as propostas vencedoras.

Art. 3º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B na primeira etapa, atualizado até a respectiva data da liquidação financeira, mencionada no art. 1º, inciso VI, desta Portaria, a ser considerada para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Data-Base	VNA
NTN-B	15.07.2000	2.041,159143

Art. 4º Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B da segunda etapa, atualizado até a respectiva data de liquidação financeira, mencionada no Art. 1º, inciso VII, desta Portaria, será divulgado por meio de portaria da Secretaria do Tesouro Nacional no dia de realização da segunda etapa.

Art. 5º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto Nº 23, de 6 de agosto de 2010, que consistirá na aquisição de NTN-B com as características apresentadas abaixo, pelas cotações de venda apuradas na primeira etapa da oferta pública de que trata o art. 1º desta Portaria:

I - data da operação especial: 10.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 16h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 16h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 11.05.2011; e

V - características da emissão:

a) Grupo I:

Título	Prazo a partir da emissão (dias)	Valor Nominal na data-base (R$)	Data do Vencimento
NTN-B	1.192	1.000,00	15.08.2014
NTN-B	1.923	1.000,00	15.08.2016
NTN-B	3.384	1.000,00	15.08.2020

b) Grupo II:

Título	Prazo a partir da emissão (dias)	Valor Nominal na data-base (R$)	Data do Vencimento
NTN-B	7.036	1.000,00	15.08.2030
NTN-B	10.689	1.000,00	15.08.2040
NTN-B	14.341	1.000,00	15.08.2050

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial prevista neste artigo para o grupo I, se a totalidade do volume ofertado ao público na primeira etapa para o mencionado grupo, nos termos do art. 1º desta Portaria, for vendida. O mesmo se aplica à operação especial para o grupo II.

Art. 6º A quantidade de títulos a ser ofertada na operação especial referida no art. 8º corresponderá a 20% (vinte por cento) da quantidade vendida ao público na primeira etapa da oferta pública de que trata o art. 1º e obedecerá à mesma distribuição percentual verificada entre os títulos vendidos.

§1º A alocação da quantidade ofertada, conforme o art. 8º do mencionado Ato Normativo Conjunto, obedecerá à seguinte proporção:

I - 50% (cinquenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art.2 (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinquenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art.2 (grupo 2) do referido Ato Normativo.

§2º. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 8º, § 1º, do mencionado Ato Normativo, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 7º A segunda etapa obedecerá às seguintes condições:

I - data de acolhimento das propostas de compra: 11.05.2011;

II - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

III - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o CETIPNET - Plataforma de Negociação - Leilão STN, nos termos do Regulamento da CETIP S\A - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;

IV - na formulação das propostas de venda deverá ser utilizada cotação percentual, com quatro casas decimais, e codificação própria, a ser divulgada pela CETIP, para a transferência dos títulos públicos custodiados no SELIC e preço unitário, com seis casas decimais, para transferência dos títulos públicos custodiados na CETIP; e

V - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional, quando se tratar do mesmo título. A critério do Tesouro Nacional, no caso de títulos distintos.

Parágrafo único. O proponente deverá ser, obrigatoriamente, titular de conta individualizada no SELIC, sob pena de ter suas propostas excluídas do leilão.

Art. 8º Para fins de liquidação das operações decorrentes da segunda etapa desta oferta pública, tem-se que:

I - em relação à venda dos títulos públicos custodiados no SELIC ao Tesouro Nacional:

a) o preço unitário do título corresponde ao produto de seu valor nominal atualizado até a data de emissão, mencionada no art. 1º, inciso V, desta Portaria, pela cotação, convertida à forma unitária, informada na respectiva proposta vencedora; e

b) as liquidações das operações devem ser efetivadas no SELIC até às 14h.

II - em relação à venda dos títulos públicos custodiados na CETIP ao Tesouro Nacional:

a) o preço unitário do título é o informado, com seis casas decimais, na respectiva proposta vencedora; e

b) a conta de custódia deve apresentar saldo suficiente de títulos no horário previsto para o registro das operações a serem liquidadas na "Janela Multilateral" da CETIP.

III - em relação à compra de NTN-B:

a) o preço unitário do título corresponde ao produto do seu valor nominal atualizado até a data de emissão, mencionada no art. 1º, inciso V, desta Portaria, pela cotação utilizada na segunda etapa, divulgada em Portaria do Tesouro Nacional;

b) a quantidade de NTN-B relativa à segunda etapa corresponde ao quociente, arredondado para o número inteiro imediatamente superior, entre o valor financeiro das vendas referidas nos dois incisos anteriores e o preço unitário mencionado na alínea "a" deste inciso;

c) as NTN-B serão depositadas, obrigatoriamente, na conta individualizada do proponente vencedor; e

d) a parte contratante tem de ser o próprio proponente vencedor e as liquidações das operações devem ser efetivadas no SELIC até às 15h30.

Parágrafo único. Os comandos de que tratam os incisos I e III deste artigo são os previstos no item 6.3.6.5 do Regulamento do SELIC.

Art. 9º O não cumprimento do disposto no artigo anterior implicará a perda do direito às compras e às vendas de que trata esta portaria.

Art. 10º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

ANEXO I

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 1191 dias)

1 CRÉDITOS SECURITIZADOS
EXTE990115
2 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO
CFT-A, com vencimento até 15/4/2014
CFT-E: HCFTE10001
3 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT-A, com vencimento de 28/5/2013 até 20/6/2015
LFT e LFT-B, com vencimento de 15/6/2011 até 7/3/2014
4 NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2013
#VALOR!
5 CUPONS DE JUROS
Cupons de juros de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/2/2014
6 PRINCIPAIS
Principais de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2013
7 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
TDAD 1%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/5/2014
TDAD 2%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/6/2014
TDAD 3%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/7/2014
TDAE e TDAH 6%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/9/2014

ANEXO II

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 1922 dias)

1 CRÉDITOS SECURITIZADOS
EXTE990115
2 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO
CFT-A, com vencimento até 15/11/2015
CFT-E: HCFTE10001
3 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT-A, com vencimento de 28/5/2013 até 20/6/2015
LFT e LFT-B, com vencimento de 15/6/2011 até 7/9/2015
4 NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A1, com vencimento em 15/09/2013
NTN-A6, com vencimento em 15/04/2014
NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2015
#VALOR!
5 CUPONS DE JUROS
Cupons de juros de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/11/2015
6 PRINCIPAIS
Principais de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2015
7 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
TDAD 1%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/1/2016
TDAD 2%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/2/2016
TDAD 3%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/3/2016
TDAE e TDAH 6%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/10/2016

ANEXO III

(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 3383 dias)

1 CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
EXTE990115
2 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO
CFT-A, com vencimento até 15/6/2018
CFT-E: HCFTE10001
3 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT-A, com vencimento de 28/5/2013 até 20/6/2015
LFT e LFT-B, com vencimento de 15/6/2011 até 7/9/2017
4 NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A1, com vencimento em 15/09/2013
NTN-A6, com vencimento em 15/04/2014
NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2017
NTN-C, com vencimento em 1/7/2017
5 CUPONS DE JUROS
Cupons de juros de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2018
6 PRINCIPAIS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Principais de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2017
7 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
TDAD 1%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/12/2018
TDAD 2%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/4/2019
TDAD 3%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/11/2019
TDAE e TDAH 6%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/9/2021

ANEXO IV
(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 7035 dias)

1 CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
EXTE990115
2 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO
CFT-A, com vencimento até 15/3/2022
CFT-E: HCFTE10001
3 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT-A, com vencimento de 28/5/2013 até 20/6/2015
LFT e LFT-B, com vencimento de 15/6/2011 até 7/9/2017
4 NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A1, com vencimento em 15/09/2013
NTN-A3, com vencimento em 15/04/2024
NTN-A6, com vencimento em 15/04/2014
NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/8/2024
NTN-C, com vencimento de 1/7/2017 até 1/1/2031
5 CUPONS DE JUROS
Cupons de juros de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/11/2022
6 PRINCIPAIS
Principais de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2017
7 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
TDAD 1%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/10/2024
TDAD 2%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/7/2028
TDAD 3%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/10/2025
TDAE e TDAH 6%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/3/2030

ANEXO V
(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 10688 dias)

1 CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
EXTE990115
2 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO
CFT-A, com vencimento até 15/3/2022
CFT-E: HCFTE10001
3 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT-A, com vencimento de 28/5/2013 até 20/6/2015
LFT e LFT-B, com vencimento de 15/6/2011 até 7/9/2017
4 NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A1, com vencimento em 15/09/2013
NTN-A3, com vencimento em 15/04/2024
NTN-A6, com vencimento em 15/04/2014
NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2035
NTN-C, com vencimento de 1/7/2017 até 1/1/2031
5 CUPONS DE JUROS
Cupons de juros de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/2/2023
6 PRINCIPAIS
Principais de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/8/2024
7 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
TDAD 1%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/7/2027
TDAD 2%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/7/2028
TDAD 3%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/10/2025
TDAE e TDAH 6%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/3/2030

ANEXO VI
(Para a liquidação financeira das NTN-B com prazo de 14340 dias)

1 CRÉDITOS SECURITIZADOS
CVSA970101
CVSB970101
CVSC970101
CVSD970101
EXTE990115
2 CERTIFICADOS FINANCEIROS DO TESOURO
CFT-A, com vencimento até 15/3/2022
CFT-E: HCFTE10001
3 LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO
LFT-A, com vencimento de 28/5/2013 até 20/6/2015
LFT e LFT-B, com vencimento de 15/6/2011 até 7/9/2017
4 NOTAS DO TESOURO NACIONAL
NTN-A1, com vencimento em 15/09/2013
NTN-A3, com vencimento em 15/04/2024
NTN-A6, com vencimento em 15/04/2014
NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/5/2045
NTN-C, com vencimento de 1/7/2017 até 1/1/2031
5 CUPONS DE JUROS
Cupons de juros de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/2/2023
6 PRINCIPAIS
Principais de NTN-B, com vencimento de 15/5/2011 até 15/8/2024
7 TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA
TDAD 1%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/3/2028
TDAD 2%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/7/2028
TDAD 3%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/10/2025
TDAE e TDAH 6%, com vencimento de 1/6/2011 até 1/3/2030

PORTARIA Nº 300, DE 10 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na Portaria STN Nº 410, de 04 de agosto de 2003, resolve:

Art. 1º Tornar públicas as condições específicas a serem observadas na oferta pública de compra Notas do Tesouro Nacional, série B, NTN-B, cujas características estão definidas no Decreto Nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - participantes da oferta pública de compra: restrita às instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta Nº 18, de 10 de fevereiro de 2010;

II - data do acolhimento das propostas e do leilão: 10.05.2011;

III - horário para acolhimento das propostas: de 12h às 13h;

IV - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 14h30, por intermédio do Banco Central do Brasil;

V - data da liquidação financeira: 11.05.2011;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo OFDEALERS, nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 5 (cinco) para cada um dos títulos ofertados;

IX - quantidade para o público: até 150.000 (cento e cinquenta mil) títulos, que serão distribuídos, a critério do Tesouro Nacional, entre os títulos listados abaixo;

Título	Codigo Selic	Data do Vencimento	Taxa de Juros (a.a.)	Prazo (dias)	Quantidade	VN na data-base (R$)
NTN-B	760199	15.08.2030	6,0%	7.036	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2035	6,0%	8.770	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2040	6,0%	10.689	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.05.2045	6,0%	12.423	Até 150.000	1.000,000000
NTN-B	760199	15.08.2050	6,0%	14.341	Até 150.000	1.000,000000

X - Para fins de liquidação financeira do leilão, o valor nominal das NTN-B atualizado até a respectiva data de liquidação financeira mencionada no Art.1º, inciso V, a ser considerado para o cálculo dos preços unitários será:

Título	Cod. Selic	Data-base	VNA
NTN-B	760199	15.07.2000	2.041,159143

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizada cotação com quatro casas decimais.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

PORTARIA Nº 302, DE 10 DE MAIO DE 2011

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN Nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF Nº 183, de 31 de julho de 2003, e na Portaria SE/MF Nº 102, de 08 de abril de 2010, e em conformidade com o art. 11 da Lei Nº 10.260, de 12 de julho de 2001, e com o Decreto Nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Autorizar o resgate antecipado de 12.170.832 (doze milhões, cento e setenta mil, oitocentos e trinta e dois) Certificados Financeiros do Tesouro, Série E - CFT-E, no valor de R$ 30.688.618,99 (trinta milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, seiscentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), em favor da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, observadas as seguintes condições:

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VENCIMENTO	VALOR NOMINAL ATUALIZADO EM 1º/5/2011	QUANTIDADE	VALOR (R$)
1º/1/2009	1º/1/2039	2,521489	677.749	1.708.936,64
1º/1/2010	1º/1/2040	2,521489	4.781.892	12.057.488,07
1º/1/2011	1º/1/2041	2,521489	6.711.191	16.922.194,28
TOTAL			12.170.832	30.688.618,99

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

OTAVIO LADEIRA DE MEDEIROS

BANCO DO BRASIL S/A
BB ALIANÇA
CNPJ nº CNPJ 11.159.404/0001-49

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 28 DE JANEIRO DE 2011

I. DATA, HORA E LOCAL: Dia 28 de janeiro de 2011, às dezesseis horas, na sede social da BB Aliança Participações S.A., CNPJ 11.159.404/0001-49, NIRE: 5330001068-4, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Bloco A, Lote 31, Edifício Sede I, 15º andar, Setor Bancário Sul, na Cidade de Brasília - DF. II. MESA: Presidente: Alexandre Corrêa Abreu. Secretário: Raimundo Nonato Cabral Júnior. III. PRESENÇA: BANCO DO BRASIL S.A., acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, sociedade de economia mista federal, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Lote 32, Bloco C, Ed. Sede III, 24º andar, Brasília, Distrito Federal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.000.000/0001-91 (BB), representado pelo seu Diretor, Sr. Gueitiro Matsuo Genso. IV. CONVOCAÇÃO: Dispensada, na forma do § 4° do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), tendo em vista a presença da Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Presença de Acionistas. V. ORDEM DO DIA: (i) Ratificar a nomeação e contratação da Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda., com sede na Avenida das Nações Unidas, 13.797, Bloco II, 17º andar, São Paulo (SP), inscrita no CNPJ/MF 51.163.798/0001-23, responsável pela avaliação e elaboração do respectivo laudo de avaliação ("Laudo de Avaliação") das ações representativas do capital social da MAPFRE NOSSA CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.304.876/0001-45, com sede na Al. Santos, nº415, 7º andar, Cerqueira Cesar, São Paulo (SP), CEP 04.419-000, com atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado São Paulo sob o NIRE 35.300.312.619 ("MNCVP"); (ii) analisar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação; (iii) aprovar o aumento do capital social da Companhia, bem como (iv) a sua forma de integralização; (v) aprovar a consequente alteração da redação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia e a consolidação deste para refletir tal alteração; (vi) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações a serem tomadas na presente assembleia. VI. DELIBERAÇÕES: O acionista da Companhia decidiu: (i) Ratificar a nomeação e contratação da Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda. para a avaliação das ações representativas do capital social da MNCVP a serem conferidas pelo BB ao capital social da Companhia e elaboração do respectivo Laudo de Avaliação, conforme critério de avaliação contábil, com base nas demonstrações financeiras especialmente levantadas para esse fim em 31.12.2010; (ii) Após amplo debate e prestadas todas as explicações, aprovar sem ressalvas, nos termos do artigo 8º da Lei das S.A., o Laudo de Avaliação, que constitui o Anexo I desta Ata, não restando qualquer objeção em relação ao valor atribuído às ações representativas do capital social da MNCVP, que serão conferidas pelo BB ao capital social da Companhia; (iii) Assim, fica aprovado o aumento do capital social da Companhia, no montante de R$ 102.351.331,39 (cento e dois milhões, trezentos e cinqüenta e um mil, trezentos e trinta e um reais e trinta e nove centavos), mediante a emissão de novas 10.878.646 (dez milhões, oitocentas e setenta e oito mil e seiscentas e quarenta e seis) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de, aproximadamente, R$ 9,00 (nove reais e quarenta centavos) cada uma, registrando que o Conselho Fiscal emitiu parecer sobre o assunto. A Companhia passará, por conseguinte, a ter seu capital social no importe de R$ 1.066.844.353,19 (um bilhão, sessenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos), representado pelo total de 113.392.003 (cento e treze milhões, trezentas e noventa e duas mil e três) ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal; (iv) As novas 10.878.646 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor total de R$ 102.351.331,39, ora emitidas, são neste ato totalmente subscritas e integralizadas pelo BB, por meio da conferência à Companhia de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal representativas do capital social da MNCVP, nos termos do Laudo de Avaliação e conforme Boletim de Subscrição que integra esta Ata na forma do Anexo II; (v) Em razão das deliberações acima aprovadas, alterar a redação do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º O capital social é de R$ 1.066.844.353,19 (um bilhão, sessenta e seis milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e cinqüenta e três reais e dezenove centavos), dividido em 113.392.003 (cento e treze milhões, trezentas e noventa e duas mil e três) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § 1.º A cada ação ordinária corresponde um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas."; (vi) Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos, registros e publicações necessárias para a implementação das deliberações ora aprovadas, cuja eficácia fica condicionada à aprovação das autoridades competentes; VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos da assembléia Geral Extraordinária do Acionista da BB Aliança Participações S.A., da qual eu, ass.) Raimundo Nonato Cabral Júnior, secretário, mandei lavrar esta Ata que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelos presentes. Ass.) Alexandre Corrêa Abreu, Diretor-Vice-Presidente da BB Aliança Participações S.A., Presidente da Assembleia e Gueitiro Matsuo Genso, Representante do Banco do Brasil S.A. ESTE DOCUMENTO CONFERE COM O ORIGINAL LAVRADO NO LIVRO 01, FOLHAS 21 A 133. A Junta Comercial do Distrito Federal certificou o Registro em 25.03.2011, sob o número 20110198743 - Antonio Celson G. Mendes, Secretário-Geral.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS
1ª SEÇÃO
1ª CÂMARA
3ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

PAUTA DE JULGAMENTO DOS RECURSOS DAS SESSÕES ORDINÁRIAS A SEREM REALIZADAS NAS DATAS A SEGUIR MENCIONADAS, NO SETOR COMERCIAL SUL, QUADRA 01, EDIFÍCIO ALVORADA, 3º ANDAR SALA 301, EM BRASÍLIA - DISTRITO FEDERAL.

Serão julgados na primeira sessão ordinária subseqüente, independente de nova publicação, os recursos cuja decisão tenha sido adiada, em razão de pedido de vista de Conselheiro, não-comparecimento do Conselheiro-Relator, falta de tempo na sessão marcada, ser feriado ou ponto facultativo ou por outro motivo objeto de decisão do Colegiado.

DIA 24 MAIO DE 2011, ÁS 14:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

01 - Recurso: 508700 - Processo: 19515.003214/2005-89 - Recorrente: CLOVIS ATACADISTA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

02 - Recurso: 168327 - Processo: 16024.000430/2007-78 - Recorrente: CLOVIS BENEDITO GOMES ANGATUBA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

03 - Recurso: 507262 - Processo: 10630.720369/2007-54 - Recorrente: COMERCIAL AGRÍCOLA CARVALHO LTDA. (Responsável Tributário: Ademilton Medeiros de Oliveira); Responsáveis solidários: Gardingo Trade Importação e Exportação Ltda., Armazéns Gerais São João Ltda. e Cafeeira São João Ltda.e as pessoas físicas: João Batista Gardingo, Antônio Fábio Gardingo e Sebastião Gardingo (pessoalmente responsáveis) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

04 - Processo: 10630.720364/2008-11 - Recorrente: COMERCIAL AGRÍCOLA CARVALHO LTDA. (Responsáveis tributários: Sebastião Fernandes Barbosa, José Alves, Ademilton Medeiros de Oliveira, João Batista Gardingo, Antônio Fábio Gardingo, Sebastião Gardingo, Heráclito Pacieco e Carlos Henrique Gardingo; Responsáveis Solidários: Armazéns Gerais São João Ltda. e Gardingo Trade Importação e Exportação Ltda.) - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

05 - Recurso: 883743 - Processo: 10410.002281/2009-11 - Recorrente: ARADISA-ARAPIRACA DIESEL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

06 - Recurso: 517322 - Processo: 10880.904059/2006-68 - Recorrente: MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA - MAE - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Erro de Fato.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

07 - Recurso: 516217 - Processo: 10680.005642/2008-11 - Recorrente: BAR E LANCHONETE TRINCHEIRA DA SABEDORIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES NACIONAL.

Relator(a): ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

08 - Recurso: 160989 - Processo: 10768.006780/2003-34 - Recorrente: FUNDAÇÃO ALBINO SOUZA CRUZ - FASC - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Pedido de Perícia.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

09 - Recurso: 156811 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 16327.001718/2005-93 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e ITAÚ UNIBANCO S/A. - Matéria: IRPJ.

10 - Recurso: 165211 - Processo: 16327.002448/2001-12 - Recorrente: ITÁU CORRETORA DE VALORES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Pagamento indevido ou maior.

DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

11 - Recurso: 120707 - Processo: 10880.045481/94-68 - Recorrente: BELMETAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - Matéria: IRPJ.

12 - Recurso: 174206 - Processo: 18471.001480/2005-68 - Recorrente: DANCOR S/A. INDÚSTRIA MECÂNCIA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

13 - Recurso: 168089 - Processo: 10240.001744/2007-57 - Recorrente: CHICÃO AUTOMÓVEIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

14 - Recurso: 871467 - Processo: 10855.901795/2008-33 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Direito Creditório.

15 - Recurso: 871469 - Processo: 10855.901797/2008-22 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Direito Creditório.

16 - Recurso: 871471 - Processo: 10855.901801/2008-52 - Recorrente: CAMF ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Lucro Real - Lucro Presumido.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

17 - Recurso: 508481 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 10680.720527/2006-08 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e CCP ARTIGOS DE ESCRITÓRIO LTDA.(Co-obrigados: Mauro Antonio Costa de Araújo e Mary Goreth Melo Araújo) -Matéria: IPRJ e Outros.

Relator(a): ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

18 - Recurso: 168224 - Processo: 10909.001229/2003-42 - Recorrente: CCS-CAMBORIU CABLE SISTEM DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria:

19 - Recurso: 176964 - Processo: 18088.000318/2008-07 - Recorrente: CONSTRUTORA BEMA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

20 - Recurso: 873136 - Processo: 13811.001318/2005-28 - Recorrente: BUNGE FERTILIZANTES S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Pedido de restituição/compensação.

21 - Recurso: 164614 - Processo: 18471.000248/2002-60 - Recorrente: FOTOSFERA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Lucro presumido.

DIA 25 MAIO DE 2011, ÀS 14:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

22 - Processo: 15563.000715/2007-49 - Recorrente: COBRAL COMÉRCIO BEIRA RIO ALIMENTOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

23 - Recurso: 171401 - Processo: 11080.006702/2007-55 - Recorrente: CLEVESUL COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

24 - Recurso: 500053 - Processo: 16327.000294/2006-21 - Recorrente: BANCO DAYCOVAL S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Incentivo à Cultura na Forma do Art. 18 da Lei 8.313/91.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

25 - Recurso: 172047 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 13502.001207/2007-77 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e BRITÂNIA DO NORDESTE LTDA. - Matéria: IRPJ e Outros.

Relator(a): ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

26 - Recurso: 173877 - Processo: 16327.001967/2007-41 - Recorrente: BANCO REDNDIMENTO S/A. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

27 - Recurso: 173503 - Processo: 19515.002724/2004-58 - Recorrente: MARINGÁ S/A. CIMENTO E FERRO-LIGA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Alegações de Inconstitucionalidades ou Ilegalidades.

28 - Recurso: 173504 - Processo: 19515.002729/2004-81 - Recorrente: MARINGÁ S/A. CIMENTO E FERRO-LIGA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Alegações de Inconstitucionalidades ou Ilegalidades.

29 - Recurso: 149293 - Ex Officio e Voluntário - Processo: 18471.001805/2002-60 - Recorrentes: FAZENDA NACIONAL e EQUANT SERVICES BRASIL LTDA. - Matéria: IRPJ - Omissão de receita. Passivo Fictício.

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

30 - Recurso: 516347 - Processo: 10070.000290/2003-72 - Recorrente: CIA. BOZANO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL. - Matéria: IRPJ.

31 - Processo: 10183.004322/2007-65 - Recorrente: COELHO AUTO PEÇAS LTDA. - ME - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

32 - Recurso: 501519 - Ex Officio - Processo: 18471.001444/2006-85 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: APOIO RIOMARES COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA LTDA. - Matéria: Simples - Depósitos Bancários - Presunção Legal de Omissão de Receitas.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

33 - Recurso: 173819 - Processo: 16327.001265/2005-03 - Recorrente: CORUMBAL CORRETORA DE SEGUROS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

34 - Recurso: 174515 - Processo: 19515.002946/2005-51 - Recorrente: CELSO MANOEL FACHADA ADVOGADOS ASSOCIADOS - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e Outros.

Relator(a): ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

35 - Recurso: 173679 - Processo: 16004.000034/2007-89 - Recorrente: TARRAF AGROPECUÁRIA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

36 - Recurso: 506830 - Processo: 15586.000354/2006-91 - Recorrente: CAMPO VERDE INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL - Arbitramento.

37 - Recurso: 509496 - Processo: 10245.003681/2008-12 - Recorrente: CAMPO GRANDE SILVOPASTORIL LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Prazo de Impugnação.

DIA 26 DE MAIO 2011, ÀS 14:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

38 - Recurso: 884990 - Processo: 10882.002577/2007-14 - Recorrente: COMASO-COMERCIAL DE ALIMENTOS SOROCABA LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

39 - Recurso: 503039 - Processo: 14751.003143/2008-51 - Recorrente: COJUDA CONSTRUTORA JULIÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIOAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): MARCOS SHIGUEO TAKATA

40 - Recurso: 340187 - Processo: 10580.000982/2006-11 - Recorrente: ANTONIO JURANDIR PEREIRA - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES - Omissão de Receita.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

41 - Recurso: 514485 - Processo: 10980.017128/2008-35 - Recorrente: CENTER AUTOMÓVEIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

42 - Recurso: 171488 - Processo: 11610.002314/2001-74 - Recorrente: MORUMBY HOTÉIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

43 - Recurso: 163768 - Processo: 19515.003736/2003-19 - Recorrente: MORUMBY HOTÉIS LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

44 - Recurso: 865529 - Processo: 10768.004160/2003-61 - Recorrente: COMPANHIA NACIONAL DE CIMENTO PORTLAND - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ - Compensação.

45 - Recurso: 502948 - Processo: 10820.003356/2007-80 - Recorrente: CAMPO OESTE CARNES INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

DIA 27 DE MAIO 2011, ÀS 08:30 HORAS

Relator(a): MÁRIO SÉRGIO FERNANDES BARROSO

46 - Recurso: 885196 - Processo: 11516.001346/2008-05 - Recorrente: COLÉGIO BEIRAMAR LTDA. - EPP - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: IRPJ.

47 - Recurso: 344773 - Processo: 10768.009521/2003-65 - Recorrente: CASTELÂNDIA BAR LTDA. - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: SIMPLES.

Relator(a): JOSÉ SÉRGIO GOMES

48 - Recurso: 882158 - Ex Officio - Processo: 18471.001623/2007-01 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessada: CEMUSA RIO S/A. - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): ERIC MORAES DE CASTRO E SILVA

49 - Recurso: 171694 - Ex Officio - Processo: 11522.000847/2006-15 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL - Interessado: SANTISTA DISTRIBUIÇÕES LTDA. - Matéria: IRPJ e CSLL.

Relator(a): ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA

50 - Recurso: 165179 - Processo: 13646.000172/2003-91 - Recorrente: CIA. BRASILEIRA METALÚRGICA MINERAÇÃO - Recorrida: FAZENDA NACIONAL - Matéria: CSLL - Compensação.

ALOYSIO JOSÉ PERCÍNIO DA SILVA
Presidente

JOSÉ ANTONIO DA SILVA
Chefe da Secretaria

4ª CÂMARA
3ª TURMA ESPECIAL

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 1, BLOCO J, ED. ALVORADA, SALA 506 - BRASILIA-DF

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

1 - Processo nº: 13629.003948/2008-47 - Nome do Contribuinte: MARINALESTE UTILIDADES DO LAR - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 13839.001136/2003-87 - Nome do Contribuinte: EXPRESSO JUNDIAI SAO PAULO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 13897.000513/2003-76 - Recorrente: COBRAM - COMPANHIA BRASILEIRA DE MARKETING LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 13971.002109/2003-05 - Recorrente: WILLRICH CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

5 - Processo nº: 10120.007022/2001-87 - Recorrente: INFRACON CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

6 - Processo nº: 10935.005019/2006-59 - Recorrente: L F PASINI & CIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

7 - Processo nº: 18471.002864/2003-36 - Recorrente: LEEMACK INTERNATIONAL REPRESENTACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES

8 - Processo nº: 16327.001334/2002-28 - Recorrente: MIND INFORMATION SERVICES S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 16327.000207/2006-35 - Recorrente: C E C M DOS SERV MUN. DE SAO PAULO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 16327.000360/2006-62 - Recorrente: CECRESP - CENTRAL DE COOP. DE C. E. SP e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 16327.001437/2006-11 - Recorrente: BV LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 16408.000596/2006-07 - Recorrente: SITIO ALVOR COM E BENEF DE CERIAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10830.003900/2003-41 - Recorrente: SUPERMERCADO PAULINIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10380.009656/2003-75 - Recorrente: BRASLIMP TRANSPORTES ESPECIALIZADOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 10980.006292/2006-55 - Recorrente: HOUSTON AR CONDICIONADO E ELETRICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

16 - Processo nº: 13873.000115/2007-51 - Recorrente: COMPANHIA AMERICANA INDUSTRIAL DE ONIBUS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 13688.000012/2007-89 - Nome do Contribuinte: IOLANDA MARIA PEREIRA-ME - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 13873.000809/2008-70 - Nome do Contribuinte: CAFE SOME RESTAURANTE LTDA ME - RECURSO VOLUNTARIO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

19 - Processo nº: 13873.000830/2008-75 - Nome do Contribuinte: BENEDIKT INFORMACAO E SERVICOS LTDA-ME - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SERGIO LUIZ BEZERRA PRESTA

20 - Processo nº: 10912.000146/2005-49 - Recorrente: ANALLU LOTERIAS LTDA - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

21 - Processo nº: 16327.001656/00-71 - Recorrente: BFB LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 16327.002492/2002-03 - Recorrente: ITAU SEGUROS S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

23 - Processo nº: 13839.002071/2007-11 - Recorrente: SHIENG JUN JUN e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES

24 - Processo nº: 13687.000081/2003-79 - Recorrente: COMERCIAL BARROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10675.001564/2008-46 - Recorrente: COMERCIAL BARROS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 10925.000757/2003-86 - Recorrente: VIDECAR CAMINHOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 11610.008104/2001-90 - Recorrente: CRM - COM E REFINADORA DE METAIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

28 - Processo nº: 10680.011976/2005-72 - Recorrente: EDITORA LE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 13643.000747/2007-29 - Recorrente: COOPERATIVA AGROPECUARIA MISTA DE VICOSA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 27 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

30 - Processo nº: 13873.000833/2008-17 - Nome do Contribuinte: RETICAB COM DE PECAS E SERV USIN LTDA-ME - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 13873.000834/2008-53 - Nome do Contribuinte: JULIANO BACCHI - ME - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 18471.001248/2006-19 - Recorrente: PINAMAK COMAL DE MAQ E EQUIP INDUST LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 19515.001745/2007-07 - Recorrente: MAJOR COM DESENV DE SISTEMAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

34 - Processo nº: 15455.002194/2010-97 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

35 - Processo nº: 15455.002195/2010-31 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 15455.002196/2010-86 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 15455.002197/2010-21 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 15455.002198/2010-75 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 15455.002200/2010-14 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 15455.002202/2010-03 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES

41 - Processo nº: 15455.002199/2010-10 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 15455.002201/2010-51 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 15455.002203/2010-40 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 15455.002204/2010-94 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 15455.002205/2010-39 - Recorrente: HENOS ELETROS & MOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 27 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: WALTER ADOLFO MARESCH

46 - Processo nº: 13982.000594/2007-79 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: MOVEIS RIPKE LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: SERGIO RODRIGUES MENDES

47 - Processo nº: 10935.007755/2007-22 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 10935.007761/2007-80 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 10935.007762/2007-24 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 10935.007765/2007-68 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: SELENE FERREIRA DE MORAES

51 - Processo nº: 10935.000219/2007-04 - Recorrente: BIGOLIN MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

SELENE FERREIRA DE MORAES
Presidente

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretário

1ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 1, BLOCO J, ED. ALVORADA, SALA 202 - BRASÍLIA-DF

DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

1 - Processo nº: 19515.003013/2005-81 - Recorrente: IOCHPE-MAXION S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 15586.000101/2007-07 - Recorrente: THORK COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

3 - Processo nº: 10925.001698/2006-14 - Recorrente: COOPERATIVA RIO DO PEIXE e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

4 - Processo nº: 10425.000908/98-18 - Recorrente: INDUSTRIA METALURGICA SILVANA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

5 - Processo nº: 13851.000278/99-30 - Recorrente: BRASIL WARRANT VENTURE CAPITAL LTDA (SUCEDIDA), JOHNSTON REPRESENTACÃO E PARTICIPAÇÕES S/A (SUCESSORA) e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 13609.000478/2007-17 - Embargante: COSIMAT SIDERURGICA DE MATOZINHOS LTDA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

7 - Processo nº: 15521.000140/2007-51 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENG E CONSTRUCOES L e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

8 - Processo nº: 19404.000358/2002-98 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

9 - Processo nº: 10725.720028/2007-20 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 10725.720029/2007-74 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 10725.720030/2007-07 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

12 - Processo nº: 10725.720031/2007-43 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

13 - Processo nº: 10725.720109/2007-20 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 10725.720110/2007-54 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

15 - Processo nº: 10725.720111/2007-07 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

16 - Processo nº: 10725.720112/2007-43 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

17 - Processo nº: 10725.720113/2007-98 - Recorrente: TOYO SETAL DO BRASIL ENGENHARIA E CONTRU e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

18 - Processo nº: 16408.001230/2006-47 - Nome do Contribuinte: OESP PARTICIPACOES S.A - RECURSO VOLUNTÁRIO - Coobrigado: S/A O ESTADO DE S. PAULO.

19 - Processo nº: 10830.001776/2004-60 - Nome do Contribuinte: DOMAR EMP IMOB E AGROPECUARIOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10830.002779/2004-11 - Recorrentes: DOMAR EMPREEND IMOB E AGROP LTDA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 19515.003259/2004-72 - Nome do Contribuinte: CAMIL ALIMENTOS S/A - RECURSO VOLUNTARIO

22 - Processo nº: 13971.002116/2006-41 - Nome do Contribuinte: PEDRO MATHIAS SCHWEIGERT E OUTRO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Coobrigado: BRAZ EDUARDO SCHWEIGERT.

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

23 - Processo nº: 13161.000215/2002-08 - Recorrente: RADEKE DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

24 - Processo nº: 11618.000776/2005-19 - Recorrente: RAVA EMBALAGENS INDUSTRIA COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 11618.000777/2005-55 - Recorrente: RAVA EMBALAGENS IND E COM LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 10580.005727/2005-76 - Recorrente: REAL PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

27 - Processo nº: 11831.003546/2003-15 - Recorrente: CONSTRUBASE ENGENHARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: KAREM JUREIDINI DIAS

28 - Processo nº: 13710.001311/98-63 - Recorrente: ABS EMPREENDIMENTOS IMOB PART SERVICOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

29 - Processo nº: 19515.007121/2008-76 - Recorrente: VERA CRUZ EVENTOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

30 - Processo nº: 15940.000509/2007-94 - Recorrente: VITAPELLI LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 10283.001523/2002-78 - Recorrente: SANYO DA AMAZONIA SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO

32 - Processo nº: 13807.005187/00-22 - Recorrente: TINSLEY & FILHOS SA INDUSTRIA E COMERCIO e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 18471.001702/2006-23 - Recorrente: VANSA HOTELARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 13899.900221/2006-68 - Recorrente: HENKEL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

35 - Processo nº: 19515.003137/2006-48 - Recorrente: EDITORA GLOBO SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10510.900063/2006-65 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 10510.900070/2006-67 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

38 - Processo nº: 10510.900074/2006-45 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

39 - Processo nº: 10510.900075/2006-90 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

40 - Processo nº: 10510.900081/2006-47 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10510.900082/2006-91 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 10510.900085/2006-25 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

43 - Processo nº: 10510.900086/2006-70 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 10510.900087/2006-14 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 10510.900088/2006-69 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

46 - Processo nº: 10510.900090/2006-38 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 10510.900092/2006-27 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 10510.900093/2006-71 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

49 - Processo nº: 10510.900094/2006-16 - Recorrente: ETINHO GUINDASTES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

50 - Processo nº: 10650.000975/2006-31 - Nome do Contribuinte: MILTON CARLINI - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 11516.002370/2006-91 - Nome do Contribuinte: INOVAR PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 10183.001700/2006-78 - Recorrentes: SPERAFICO DA AMAZONIA SA e FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53 - Processo nº: 18471.001398/2007-03 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: TELE NORTE LESTE PARTICIPACOES SA - RECURSO DE OFÍCIO

54 - Processo nº: 13808.002398/00-30 - Nome do Contribuinte: TSR PARTICIPACOES SOCIETARIAS SA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

55 - Processo nº: 11080.103452/2004-58 - Recorrente: COMERCIAL PHAMAZIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

56 - Processo nº: 16707.001447/2006-82 - Recorrente: MUCURIPE PESCA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 10880.910401/2006-69 - Recorrente: MUNIR ABBUD EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 10925.002687/2005-62 - Recorrente: NAUTITEC LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

59 - Processo nº: 10825.002803/2005-71 - Recorrente: RESIDEC CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: KAREM JUREIDINI DIAS

60 - Processo nº: 13976.000111/2004-72 - Recorrente: C.V.G.CIA VOLTA GRANDE DE PAPEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

61 - Processo nº: 13808.002716/2001-97 - Recorrente: JOAO MARQUES DA SILVA COMERCIAL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 15586.001811/2008-27 - Recorrente: VIANNA EMBALAGENS LTDA ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo nº: 10166.002902/2005-64 - Recorrente: VIA ENGENHARIA S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

64 - Processo nº: 10925.002182/2006-89 - Recorrente: MAURICIO PEREIRA DA SILVA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo nº: 13942.000155/2005-71 - Recorrente: GHELERE COM E TRANSP DE MANUFATURADOS LT e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo nº: 19679.005325/2005-57 - Recorrente: WALTER NAOTAKA URABE ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALEXANDRE ANTONIO ALKMIM TEIXEIRA

67 - Processo nº: 15374.913733/2008-09 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 15374.913734/2008-45 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo nº: 15374.913736/2008-34 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

70 - Processo nº: 15374.913743/2008-36 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 15374.913744/2008-81 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

72 - Processo nº: 15374.913745/2008-25 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 15374.913746/2008-70 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo nº: 15374.913747/2008-14 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo nº: 15374.913749/2008-11 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

76 - Processo nº: 15374.913750/2008-38 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

77 - Processo nº: 15374.913751/2008-82 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

78 - Processo nº: 15374.913752/2008-27 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

79 - Processo nº: 15374.913758/2008-02 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

80 - Processo nº: 15374.913761/2008-18 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

81 - Processo nº: 15374.913762/2008-62 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

82 - Processo nº: 15374.913763/2008-15 - Recorrente: BARUDAN DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FERNANDO LUIZ GOMES DE MATTOS

83 - Processo nº: 10880.064588/92-15 - Nome do Contribuinte: P.C. EMPREENDIMENTOS PARTICIPACOES E COMERCIO LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

84 - Processo nº: 10805.000573/2006-25 - Nome do Contribuinte: ACC IND DE ARTIGOS P/ ESCRITORIO S/A - RECURSO VOLUNTARIO

85 - Processo nº: 13804.006487/2004-62 - Nome do Contribuinte: SANTANDER CENTRAL HISPANO INVESTMENT, S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

86 - Processo nº: 13807.002891/2005-18 - Nome do Contribuinte: WHISKERIA BAR E RESTAURANTE LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

87 - Processo nº: 13706.003087/2003-22 - Nome do Contribuinte: PADUA E BERTANI DESIGN LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MAURICIO PEREIRA FARO

88 - Processo nº: 10840.900804/2008-38 - Recorrente: NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

89 - Processo nº: 10840.900810/2008-95 - Recorrente: NARDINI AGROINDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

90 - Processo nº: 10940.900291/2006-75 - Recorrente: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

91 - Processo nº: 10940.900293/2006-64 - Recorrente: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

92 - Processo nº: 10940.900301/2006-72 - Recorrente: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

93 - Processo nº: 10940.900305/2006-51 - Recorrente: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

94 - Processo nº: 10940.900306/2006-03 - Recorrente: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

95 - Processo nº: 10940.900308/2006-94 - Recorrente: R.A CASTRO GREIDANUS - SERVICOS AGRICOLAS - ME e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: KAREM JUREIDINI DIAS

96 - Processo nº: 10768.019859/97-80 - Embargante: NETWORK DISTRIBUIDORA DE FILMES S A e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

97 - Processo nº: 10280.001696/00-47 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VIACAO RIO GUAMA LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

DIA 27 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO BEZERRA NETO

98 - Processo nº: 10865.000076/2008-84 - Recorrente: MECANICA BONFANTI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: EDUARDO MARTINS NEIVA MONTEIRO

99 - Processo nº: 13887.000107/2003-22 - Recorrente: MECNICA BONFANTI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

100 - Processo nº: 16098.000058/2008-17 - Recorrente: UMICORE BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

101 - Processo nº: 10875.001515/2003-42 - Recorrente: OMG BRASIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

102 - Processo nº: 10880.914132/2006-18 - Recorrente: SYNGENTA PROTECAO DE CULTIVOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

103 - Processo nº: 19515.003266/2007-17 - Recorrente: SQG EMPREENDIMENTOS E CONSTRUCOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

104 - Processo nº: 13886.000463/2002-75 - Embargante: KSPG AUTOMOTIVE BRAZIL LTDA. e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

105 - Processo nº: 11516.002027/2003-02 - Recorrente: SANTA CATARINA PARTICIPACAO E INVESTIMENTOS SA INVESC e Recorrida: FAZENDA NACIONAL

106 - Processo nº: 10945.005617/2007-90 - Recorrente: T R S TRANSPORTE RODOVIARIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

107 - Processo nº: 10630.001468/2003-18 - Embargante: FAZENDA NACIONAL e Embargada: VIGO DO BRASIL CAMBIO E TURISMO LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

108 - Processo nº: 13808.000077/00-55 - Embargante: COPAGAZ DISTRIBUIDORA DE GAS LIMITADA e Embargada: FAZENDA NACIONAL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

VIVIANE VIDAL WAGNER
Presidente

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

2ª TURMA ORDINÁRIA

PAUTA DE JULGAMENTOS

Pauta de julgamento dos recursos das sessões ordinárias a serem realizadas nas datas a seguir mencionadas, no SCS, QUADRA 1, BLOCO J, ED ALVORADA, SALA 204 BRASILIA-DF

DIA 24 DE MAIO DE 2011, ÀS 10:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

1 - Processo nº: 11020.004863/2007-19 - Nome do Contribuinte: MARCOPOLO SA - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

2 - Processo nº: 11020.007753/2008-90 - Nome do Contribuinte: MARCOPOLO SA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

3 - Processo nº: 10675.000774/2003-11 - Recorrente: PENTAPHARM DO BRASIL COM. E EXPORT. LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

4 - Processo nº: 10580.008365/2006-56 - Recorrente: AYMORE EMPREENDIMENTOS E SERVICOS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO - coobrigados: Antônio Araújo de Jesus; José Fernandes de Brito Pires, Gilmário Costa Antônio Leite, Manoel Mairton de Souza.

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

5 - Processo nº: 19515.001339/2003-11 - Nome do Contribuinte: DEVILBISS EQUIPAMENTOS PARA PINTURA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

6 - Processo nº: 10580.009529/2004-09 - Recorrente: BANCO BANEB S.A. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA

7 - Processo nº: 10670.001304/2005-78 - Recorrente: NESTLE BRASIL LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS PELA

8 - Processo nº: 10670.004853/2008-47 - Nome do Contribuinte: W A ATACADISTA DE CEREAIS E DISTRIB LTDA - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTÁRIO - coobrigados: Osvaldo Saldanha de Almeida, José Jaime Saldanha, Wilda Olimak Saldanha, Wender Saldanha da Fonseca.

DIA 24 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

9 - Processo nº: 16327.001355/2008-39 - Nome do Contribuinte: UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S/A - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

10 - Processo nº: 15374.001698/2001-07 - Recorrente: MIRIAM MINAS RIO AUTOMOVEIS E MAQUINAS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

11 - Processo nº: 18471.002225/2002-90 - Recorrente: SANTA ISABEL INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

12 - Processo nº: 10469.003110/97-68 - Recorrente: COMERCIAL ELOI CHAVES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

13 - Processo nº: 16327.001817/2006-56 - Nome do Contribuinte: JOHNSON E JOHNSON SOC. PREVIDENCIARIA - RECURSO VOLUNTARIO

14 - Processo nº: 14041.000145/2007-13 - Nome do Contribuinte: FIANCA EMPRESA DE SEGURANCA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA

15 - Processo nº: 10735.003920/2002-19 - Recorrente: FAZENDA NACIONAL e Recorrida: COOPCEL - COOP. TRAB. MULT. DE MAO DE - RECURSO DE OFÍCIO

16 - Processo nº: 14041.000126/2006-14 - Recorrente: EGA-ADMINISTRACAO PARTICIPACOES E SERV. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS PELA

17 - Processo nº: 10920.001282/2005-57 - Nome do Contribuinte: WETZEL S/A - RECURSO VOLUNTARIO

18 - Processo nº: 13888.000377/2009-19 - Nome do Contribuinte: WALDIR GOMES PESSOA & CIA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

19 - Processo nº: 18471.003124/2003-17 - Recorrente: KINROSS PARTICIPACOES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

20 - Processo nº: 10680.012073/2006-90 - Recorrente: SANTA BARBARA ENGENHARIA S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

21 - Processo nº: 19740.000476/2006-17 - Recorrente: MARLIN S A CORRETORA DE CAMBIO TIT E VAL MOBILIARIOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

22 - Processo nº: 10073.001841/2004-76 - Recorrente: CLINICA DE FISIOTERAPIA UNIFISIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

23 - Processo nº: 18471.000590/2007-74 - Recorrente: EMPRES BRAS DE TELECOM SA EMBRATEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

24 - Processo nº: 13808.001483/99-66 - Nome do Contribuinte: PIANOFATURA PAULISTA LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

25 - Processo nº: 10825.000132/2002-61 - Nome do Contribuinte: AUTO POSTO GARBRAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

26 - Processo nº: 13656.000497/2003-54 - Nome do Contribuinte: CIRCULLARE POCOS DE CALDAS LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA

27 - Processo nº: 10245.003680/2008-60 - Recorrente: ZAFIR SILVOPASTORIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS PELA

28 - Processo nº: 18471.000978/2005-11 - Nome do Contribuinte: GLOBAL TRANSPORTE OCEANICO S A - RECURSO DE OFÍCIO, RECURSO VOLUNTARIO

29 - Processo nº: 18471.001009/2007-31 - Nome do Contribuinte: WESTERNGECO SERVICOS DE SISMICA LTDA - RECURSO DE OFÍCIO

DIA 25 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

30 - Processo nº: 19515.001610/2006-52 - Recorrente: A.S.E. DISTRIBUICAO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

31 - Processo nº: 18471.000683/2002-94 - Recorrente: SHELL BRASIL S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

32 - Processo nº: 13808.002633/2001-06 - Recorrente: CAPITAL EXPRESS MERCANTIL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

33 - Processo nº: 19647.013234/2004-81 - Recorrente: DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS SOL NASCENTE LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

34 - Processo nº: 10805.000481/2002-11 - Recorrente: SOMA SOLUCOES MAGNETICAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

35 - Processo nº: 11080.011547/2006-16 - Recorrente: IAB ASSESSORIA TRIBUTARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

36 - Processo nº: 10882.003053/2004-90 - Recorrente: ROGE DISTRIBUIDORAE TECNOLOGIA S.A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

37 - Processo nº: 10183.004789/2006-24 - Recorrente: ROSCH ADMINIST DE SERV E INF LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

38 - Processo nº: 16004.001071/2006-23 - Nome do Contribuinte: CASS & JL INDUSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA

39 - Processo nº: 19515.000339/2005-57 - Recorrente: CONSTRUTORA MARIMBONDO LTDA. e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS PELA

40 - Processo nº: 10925.002104/2006-84 - Nome do Contribuinte: COOPER CRED RUR ALTO URUGUAI CATARINENSE - RECURSO VOLUNTARIO

41 - Processo nº: 10925.002499/2006-15 - Nome do Contribuinte: COOPERATIVA AGROPECUARIA CAMPONOVENSE - RECURSO VOLUNTARIO

42 - Processo nº: 13971.002135/2005-97 - Nome do Contribuinte: COOPERATIVA REG. AGROP. VALE DO ITAJAI - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

43 - Processo nº: 10166.000992/2003-97 - Recorrente: S R G PARTICIPACOES E ADMINISTRACAO DE BENS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

44 - Processo nº: 13501.000188/2001-86 - Recorrente: CIA DE FERRO LIGAS DA BAHIA FERBASA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

45 - Processo nº: 11543.005959/2002-91 - Nome do Contribuinte: BAIMEX BARROSO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

46 - Processo nº: 10980.010565/2002-32 - Recorrente: BOTICA COMERCIAL FARMACEUTICA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

47 - Processo nº: 10805.900749/2006-41 - Recorrente: LABORATORIO DE PATOLOGIA CLINICA DR HELI e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

48 - Processo nº: 10805.720089/2008-88 - Recorrente: LABORATORIO DE PATOLOGIA CLINICA DR. HEL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

49 - Processo nº: 10650.900036/2008-50 - Recorrente: ABS PECPLAN LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

50 - Processo nº: 10675.900811/2006-27 - Recorrente: CIA DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

51 - Processo nº: 10680.001736/2001-36 - Recorrente: CONSTRUTORA COWAN S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

52 - Processo nº: 13706.005336/2002-33 - Recorrente: TECHNOS RELOGIOS S A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

53 - Processo nº: 13807.007541/2002-03 - Nome do Contribuinte: MERRILL LYNCH PARTICIPACOES FINANCAS E S - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS PELA

54 - Processo nº: 19515.000708/2007-73 - Nome do Contribuinte: WELLNESS COML IMPORT EXPORT REPRES LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

55 - Processo nº: 13609.900608/2008-02 - Nome do Contribuinte: VOTORANTIM METAIS ZINCO S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 26 DE MAIO DE 2011, ÀS 14:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

56 - Processo nº: 10835.002433/2005-53 - Recorrente: CAIADO PNEUS LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

57 - Processo nº: 13853.000028/2003-17 - Recorrente: USINA BATATAIS S/A ACUCAR E ALCOOL e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

58 - Processo nº: 10820.001841/2007-19 - Nome do Contribuinte: CONDOMINIO DE PRODUTORES JOSE CARLOS DE OLIVEIRA FERNANDES NETO E OUTROS - RECURSO DE OFÍCIO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

59 - Processo nº: 13887.000150/2003-98 - Recorrente: MECANICA BONFANTI S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

60 - Processo nº: 10880.000959/2002-19 - Recorrente: BRIPAR DOIS PARTICIPACOES S/C LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

61 - Processo nº: 10380.002213/2003-53 - Recorrente: M.DIAS BRANCO S.A COMERCIO E INDUSTRIA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

62 - Processo nº: 10825.720021/2007-80 - Recorrente: SERVIMED COMERCIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

63 - Processo nº: 10166.001633/2003-57 - Recorrente: EMPRESA DE TECNOLOGIA E INFORMACOES DA PREVIDENCIA SOCIAL - DATAPREV e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

64 - Processo nº: 10166.008138/2005-31 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS M DE H PRIVADOS DO DF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

65 - Processo nº: 10166.008182/2006-21 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS M DE H PRIVADOS DO DF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

66 - Processo nº: 10166.009380/2006-11 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS M DE HOSPITAIS PRIVADOS e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

67 - Processo nº: 10166.010080/2005-95 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS M DE H PRIV.DO DF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

68 - Processo nº: 10166.010081/2005-30 - Recorrente: ASSOCIACAO DOS M DE H PRIV.DO DF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

69 - Processo nº: 10166.011326/2006-27 - Recorrente: ASSOCIACAO DO M DE HOSPITAIS PRIVADOS DF e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA

70 - Processo nº: 13116.001992/2007-11 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

71 - Processo nº: 13116.001996/2007-08 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

72 - Processo nº: 13116.001997/2007-44 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

73 - Processo nº: 13116.001998/2007-99 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

74 - Processo nº: 13116.001999/2007-33 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

75 - Processo nº: 13116.002000/2007-73 - Recorrente: VERA CRUZ AGRO PECUARIA LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: CARLOS PELA

76 - Processo nº: 15983.000841/2007-52 - Nome do Contribuinte: WILLIANS CAMARA NEVES-ME - RECURSO VOLUNTARIO

DIA 27 DE MAIO DE 2011, ÀS 09:00 HORAS

Relator: ANTONIO JOSE PRAGA DE SOUZA

77 - Processo nº: 16561.000222/2008-72 - Nome do Contribuinte: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: FREDERICO AUGUSTO GOMES DE ALENCAR

78 - Processo nº: 13864.000287/2006-53 - Recorrente: TI BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

79 - Processo nº: 16327.001097/2003-86 - Recorrente: ITAU CAPITALIZACAO S/A e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

80 - Processo nº: 10768.003303/2003-17 - Recorrente: TOPSPORTS VENTURES SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: MOISES GIACOMELLI NUNES DA SILVA

81 - Processo nº: 13888.900020/2008-51 - Recorrente: ENGENHO SAO PEDRO AGRO INDUSTRIAL LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

82 - Processo nº: 10980.903127/2006-43 - Recorrente: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA SANEPA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

83 - Processo nº: 10768.001563/2003-58 - Recorrente: SERNAMBETIBA TRUST SPE SA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: LEONARDO HENRIQUE MAGALHAES DE OLIVEIRA

84 - Processo nº: 10540.002127/2007-94 - Nome do Contribuinte: ATOS SHOES LTDA - RECURSO VOLUNTARIO

Relator: ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA

85 - Processo nº: 13706.005836/2008-61 - Recorrente: PINTE E RABISKE PRESENTE LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

86 - Processo nº: 13706.005838/2008-50 - Recorrente: MUHANDESS SUCOS E LANCHES LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

87 - Processo nº: 13710.000145/2008-10 - Recorrente: NELI PARK ESTACIONAMENTO LTDA e Recorrida: FAZENDA NACIONAL - RECURSO VOLUNTARIO

ALBERTINA SILVA SANTOS DE LIMA
Presidente

MARISTELA DE SOUSA RODRIGUES
Secretária

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 270, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Bandeirantes / MS, Processo nº 59050.000479/2011-01.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000126, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 271, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Aquidauana / MS, Processo nº 59050.000495/2011-95.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000139, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 272, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Sidrolândia / MS, Processo nº 59050.000560/2011-82.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 190.000,00 (cento e noventa mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000149, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 273, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Santa Rita do Pardo / MS, Processo nº 59050.000451/2011-65.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000127, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 274, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Anastácio / MS, Processo nº 59050.000428/2011-71.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000142, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 275, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Terenos / MS, Processo nº 59050.000480/2011-27.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000123, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

PORTARIA Nº 276, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos para ações de socorro e assistência às vítimas no Município de Coxim / MS, Processo nº 59050.000462/2011-45.

Art. 2º Considerando a natureza e a intensidade dos efeitos do desastre na área afetada, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias.

Art. 3º. A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1º desta Portaria.

Art. 4º. Os recursos financeiros, relativos ao presente exercício, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), estão autorizados por crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração Nacional, conforme Nota de Empenho nº 2011NE000143, Programa de Trabalho 06.182.1029.22BO.0101, Natureza da Despesa 33.40.41, Fonte 100, na UG 530012

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FERNANDO BEZERRA DE SOUZA COELHO

SECRETARIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 211, DE 10 DE MAIO DE 2011

Reconhece situação de emergência em Municípios do Estado do Rio Grande do Sul, afetados por Enxurradas ou Inundações Bruscas - NE.HEX - 12.302.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando os Decretos Municipais nº 1.149, de 29 de março de 2011, de Água Santa; nº 3215, de 31 de março de 2011, de Ajuricaba; nº 5.887, de 29 de março de 2011, de Bom Jesus; nº 1.490, de 24 de fevereiro de 2011, de Casca; nº 019/2011, de 30 de março de 2011, de Condor; nº 1509/11, de 31 de março de 2011, de Fagundes Varela; nº 941/2011, de 28 de março de 2011, de Nova Alvorada; nº 030/2011, de 28 de março de 2011, de Panambi; nº 10.005/2011, de 28 de março de 2011, de Soledade e nº 3.619/11, de 28 de março de 2011, de Tapejara, e demais informações constantes nos processos nºs 59050.000611/2011-76; 59050.000637/2011-14; 59050.000612/2011-11; 59050.000647/2011-50; 59050.000616/2011-07; 59050.000603/2011-20; 59050.000648/2011-02; 59050.000621/2011-10; 59050.000634/2011-81 e 59050.000608/2011-52, respectivamente, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de enxurradas ou inundações bruscas - NE.HEX - 12.302, a situação de emergência nos Municípios supracitados.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HUMBERTO VIANA

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 10 de maio de 2011

Nº 314 - Torna sem efeito o Despacho nº 37, de 08 de fevereiro de 2011, publicado no Diário Oficial da União nº 28, Seção 1, p. 20, de 09 de fevereiro de 2011.

Nº 315 - Ref.: Processo nº 08280.031876/2009-57. Interessado: JULIAN SIMON CAMBLER. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 316 - Ref.: Processo nº 08205.002404/2010-23. Interessado: JEANNE RAMIREZ CAMPOS. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 317 - Ref.: Processo nº 08505.030410/2009-52. Interessado: CARLOS MANUEL DOMINGUEZ CEDEÑO. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, indefiro o recurso.

Nº 318 - Ref.: Processo nº 08280.032233/2009-21. Interessado: GUILLERMO PEREZ VITON. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97,defiro o recurso.

Nº 319 - Ref.: Processo nº 08280.032236/2009-64. Interessado: LOIDA LESBIA BARRABI LABRADA. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, defiro o recurso.

Nº 320 - Ref.: Processo nº 08018.000899/2010-63. Interessado: ASSAD MUTTER ABDULHUSSAIN AL ASADY. Nos termos do art. 29 da Lei nº 9.474/97, defiro o recurso.

LUIZ PAULO BARRETO
Interino

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 721, DE 12 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.042347/2010-41-DELESP/SR/SP resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U.,à empresa NOVARTIS BIOCIÊNCIAS S.A, CNPJ nº 56.994.502/0001-30, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 33347, expedido pelo DREX/SR/DPF/SP.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 735, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08212.004252/2010-12-DPF/PCA/SP resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGRO PECUÁRIA CAMPO ALTO S/A., CNPJ nº 44.220.929/001/-40, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 015091, expedido pelo DPF/PCA/SP.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 741, DE 19 DE ABRIL DE 202011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102, de 20 de junho de 1983, alterada pela Lei nº 9.017, de 30 de março de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08083.000114/2011-50-DPF/CZO/SP, DECLARA revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de vigilância patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OBRAS SOCIAIS DA ARQUIDIOCÉSE DE APARECIDA, CNPJ nº 45.201.019/0008-00, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 025987, expedido pela CV/DPF/CZO/SP.

ADELAR ANDERLE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 791, DE 5 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei nº 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1351 - GESP, resolve: CONCEDER autorização à empresa LIFE DEFENSE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.674.687/0002-57, sediada em GOIÁS, para adquirir em estabelecimento comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército, armas e munições nas seguintes quantidades e naturezas:

-08 (OITO) PISTOLAS CALIBRE .380.

-08 (OITO) ESPINGARDAS CALIBRE 12.

-360 (TREZENTOS E SESSENTA) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE .380.

-144 (CENTO E QUARENTA E QUATRO) CARTUCHOS DE MUNIÇÃO CALIBRE 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS, A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTE ALVARÁ NO D.O.U.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.530, DE 29 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1404/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa hospital adventista silvestre, CNPJ nº 73.696.718/0002-19, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:90 (noventa) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.556, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001286/DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESCOLA PAULISTA DE FORMACAO E ESPECIALIZACAO DE VIGILANTES LTDA,, CNPJ nº 01.342.688/0001-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Curso de Formação, para atuar em SÃO PAULO , com Certificado de Segurança nº 839/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.561, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/406/DPF/GVS/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0013-79, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

468 (quatrocentos e sessenta e oito) Cartuchos de Munição calibre 38,

252 (duzentos e cinquenta e dois) Cartuchos de Munição calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.563, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1072/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa YAMAM SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 10.785.185/0001-40, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

12 (doze) Revólver(es) calibre 38,

5 (cinco) Pistola(s) calibre .380,

216 (duzentos e dezesseis) Cartuchos de Munição calibre 38,

225 (duzentos e vinte e cinco) Cartuchos de Munição calibre .380.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.566, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1373/DPF/PCA/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PREVSEG VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA ME, CNPJ nº 06.126.755/0001-13, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

1 (um) Revólver(es) calibre 38,

18 (dezoito) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.571, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/000816/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES NO BAIRRO JARDIM SÃO CAETANO - CITY, CNPJ nº 43.299.809/0001-79, para atuar em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº 11.573, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/1123/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa ANGELS SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA-EPP, CNPJ/MF: 04.932.123/0001-11, para exercer a atividade de Segurança Pessoal em SÃO PAULO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.574, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001028/DPF/PCA/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SEMPREL-SEGURANÇA EMPRESARIAL LTDA ME, CNPJ nº 07.014.229/0001-24, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar em SÃO PAULO, com Certificado de Segurança nº 871/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.575, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1425/DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa LOGICA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.408.502/0001-70, sediada em SÃO PAULO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.581, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/001064/DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ROLAND VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.573.987/0001-82, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) Vigilância Patrimonial, para atuar no RIO GRANDE DO NORTE , com Certificado de Segurança nº 741/11 , expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.584, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1585/DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve: CONCEDER autorização à empresa S. DO MONTE CHAVES - ME, CNPJ nº 12.147.315/0001-45, sediada no ACRE, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

3000 (três mil) Estojos para Munição calibre 38,

6000 (seis mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.587, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1508/DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa SEGVEL SERVICOS DE SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 05.083.119/0001-99, sediada no MATO GROSSO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

15 (quinze) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.590, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1474/DELESP/DREX/SR/DPF/AL, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROATIVA FORMACAO DE VIILANTES LTDA, CNPJ nº 11.271.838/0001-36, sediada em ALAGOAS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

5 (cinco) Revólver(es) calibre 38,

1 (um) Pistola(s) calibre .380,

1 (um) Espingarda(s) calibre 12.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.591, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1159/DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa LINCE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA-ME, CNPJ nº 10.364.152/0001-27, sediada em SANTA CATARINA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ALVARÁ Nº 11.595, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo a requerimento da parte interessada, bem como decisão prolatada no Processo nº 2011/1280/DPF/PNG/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa ÁGAPE SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ/MF: 10.448.380/0001-85, para exercer a atividade de Escolta Armada no PARANA.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.596, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/923/DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa DIGITAL SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 12.283.174/0001-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no MATO GROSSO DO SUL, com Certificado de Segurança nº 878/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.597, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1260/DPF/VAG/MG, resolve: CONCEDER autorização à empresa SILVA & PINTO SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 02.887.287/0001-49, sediada em MINAS GERAIS, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

120 (cento e vinte) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.608, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1553/DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve: CONCEDER autorização à empresa TKS SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 07.774.050/0002-56, sediada na PARAÍBA, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

8 (oito) Revólver(es) calibre 38,

144 (cento e quarenta e quatro) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.609, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1448/DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.218.765/0001-90, sediada no MATO GROSSO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

26815 (vinte e seis mil, oitocentos e quinze) Espoletas para Munição calibre 38,

26815 (vinte e seis mil, oitocentos e quinze) Projéteis para Munição calibre 38,

3000 (três mil) Gramas de Pólvora.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.612, DE 9 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, alterada pela Lei nº 9.017/95, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, alterado pelo Decreto nº 1.592/95, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/276/DELESP/DREX/SR/DPF/ES, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ESQUADRA CAPIXABA - VIGILANCIA E SEGURANÇA ARMADA LTDA, CNPJ nº 13.006.407/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no ESPÍRITO SANTO, com Certificado de Segurança nº 882/11, expedido pelo DREX/SR/DPF.

ADELAR ANDERLE

ALVARÁ Nº11.618, DE 10 DE MAIO DE 2011

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2011/1083/DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa NOVAGASP SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.668.150/0001-80, sediada no RIO DE JANEIRO, para adquirir:

Em Estabelecimento Comercial autorizado pelo Departamento Logístico do Comando do Exército:

10 (dez) Revólver(es) calibre 38,

180 (cento e oitenta) Cartuchos de Munição calibre 38.

O PRAZO PARA INICIAR O PROCESSO DE COMPRA EXPIRARÁ EM 60 DIAS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DESTA AUTORIZAÇÃO.

ADELAR ANDERLE

SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 10 de maio de 2011

Nº 339 - Ref: Ato de Concentração nº 08012.002879/2011-68. Requerentes: H.J. Heinz Company e Coniexpress S/A Indústrias Alimentícias. Advs.: Amadeu Carvalhaes Ribeiro e outros. Pelos princípios da economia processual e da eficiência da Administração Pública, nos termos do § 1º do artigo 50 da Lei nº 9.784/99, e da Portaria Conjunta SEAE/MF e SDE/MJ nº 33/2006, concordo com o teor do parecer da Secretaria de Acompanhamento Econômico, do Ministério da Fazenda, cujos termos passam a integrar esta decisão, como sua motivação. Opino, consequentemente, pela aprovação do ato sem restrições, devendo este processo ser encaminhado ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 54 da Lei nº 8.884/94.

ANA MARIA MELO NETTO
Substituta

Nº 340 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.011668/2007-30. Representante: Departamento de Polícia Civil do Paraná - DPC/PR. Representados: Djalma Eugênio Guarda, Itauby Netto José Ramalho Guarda, Claudir Osmir Bolognesi, Jonatas Cergueira Leite, Mauro César Guarda, Djalma Eugênio Guarda Júnior, Édson Fernandes Gimenes, Sérgio Góes de Oliveira, Emílio Sérgio Santaella, Márcio Jiovane Matiazi, José Eduardo Maluf, Adelton Antônio Fevereiro, Oil Petro Brasileira de Petróleo Ltda.; Auto Posto Bonanza; Auto Posto Versailles; Auto Posto Versailles II; Auto Posto Versailles III; Auto Posto Flamboyant; Posto Paizão; Auto Posto Exposição; Posto Meninão; Auto Posto Paiaguás Ltda.; Auto Posto 10 de Dezembro Ltda.; Posto Tropical; Posto Novo Oriente Ltda.; N. Matiasi & Cia Ltda. (Auto Posto Portelão); AA Fevereiro & Asbahr Ltda.; Posto Carajás; Kalahan Comércio de Combustíveis Ltda (Auto Posto Leblon). Advs.: Henrique Afonso Pipolo e outros; José Luiz Nunes da Silva; Péricles José Menezes Deliberador; Edson de Jesus Deliberador Filho; Maurício de Godoy Garcia Duarte; Rodrigo José Mendes Antunes; Milton Coutinho de Macedo Galvão e outros; Deborah Francielle Mesquita. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Concluo que os Representados incorreram nas condutas que configuram infração à ordem econômica prevista no art. 20, I, e III, c/c art. 21, I, II e XXIV, ambos da Lei n.º 8.884/94. Decido, pois, pela remessa dos autos ao CADE para julgamento, nos termos do artigo 39 da Lei n.º 8.884/94 e do artigo 49 da Portaria MJ n.º 456/10.

Nº 341 - Ref.: Averiguação Preliminar nº. 08012.005799/2003-54. Representante: SDE ex-officio. Representada: Petrobrás Distribuidora S/A. Advs.: Gustavo Machado Di Tommaso Bastos e outros. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei n.º 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Decido, pois, pela instauração de Processo Administrativo em desfavor da Representada com fulcro no art. 32 da Lei n.º 8.884/94 e no art. 46 e seguintes da Portaria MJ n.º 456/10 com o fim de que seja apurada a existência de condutas infringentes à ordem econômica passíveis de enquadramento no art. 20, I e IV c/c art. 21, XII, ambos da Lei n.º 8.884/94. Notifique-se a Representada, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 33 do mesmo diploma legal e do art. 46 e seguintes da Portaria MJ n.º 456/10, para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias, observando-se o disposto no art. 37 da Lei n.º 8.884/94. Ao Departamento de Proteção e Defesa Econômica.

Nº 342 - Ref.: Processo Administrativo nº 08012.003568/2005-78. Representante: União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde - UNIDAS. Representado: Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima. Advogados: João Alfredo Ferreira. Acolho a Nota Técnica de fls., aprovada pelo Diretor do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, Dr. Diogo Thomson de Andrade, e, com fulcro no §1º do art. 50, da Lei nº 9.784/99, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Intimo o Representado para que, em consonância com o disposto nos artigos 35 e 37, §1º, da Lei nº 8.884/94, especifique, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que pretende produzir, justificando sua necessidade e apresentando, na oportunidade, o rol das testemunhas, em número não superior a 03 (três), caso esse meio probatório seja de seu interesse. Caso seja de interesse do Representado que as informações a serem prestadas pelas pessoas arroladas sejam requeridas por via postal, intimo o Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente: i) questionamentos escritos a serem endereçados às pessoas especificadas, ou, facultativamente, ii) declarações das citadas pessoas com as informações fáticas que conhecem a respeito do mérito do Processo Administrativo em epígrafe. Fica o Representado ainda intimado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente documentação que comprove o cumprimento da Medida Preventiva imposta por essa Secretaria em 17 de junho de 2005.

VINÍCIUS MARQUES DE CARVALHO

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 10, DE 9 DE MAIO DE 2011

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, conforme o disposto no art. 41, I, do Anexo da Portaria n° 1.443, de 12 de setembro de 2006, e

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.948, de 26 de outubro de 2006, que aprova a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.347, de 8 de janeiro de 2008, que atribui ao Ministério da Justiça competência para definir metas e parcerias para cumprimento do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de monitorá-lo e avaliá-lo;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Nacional de Justiça a execução das competências atribuídas ao Ministério da Justiça no § 2° do art. 1°, no art. 2° e na alínea "a" do inciso I do art. 4°, todos do Decreto n° 6.347, de 08 de janeiro de 2008, conforme Portaria n° 0237, de 30 de janeiro de 2008;

CONSIDERANDO que compete ao Secretário Nacional de Justiça articular com o órgão responsável pelo cumprimento de cada meta estabelecida no Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas-PNETP, bem como avaliar e monitorar o PNETP, conforme Portaria n° 1109, de 05 de junho de 2008; resolve:

Art. 1° Ficam subordinadas ao Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação as ações de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, definidas nos termos dos Decretos n° 5.948/2006 e n° 6.347/2008.

Art. 2° Compete ao Diretor do Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação supervisionar e coordenar a execução das ações relativas ao Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, reportando-se ao Secretário Nacional de Justiça.

Art. 3º. O Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação fornecerá a estrutura organizacional necessária à consecução das atividades referidas no artigo 1°.

Art. 4°. Fica revogada a Portaria n° 13, de 17 de agosto de 2010.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ABRÃO

DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS

DESPACHO DA DIRETORA

Tendo em vista a autorização para concessão de permanência no País, outorgada pelo Conselho Nacional de Imigração nos autos do processo n° 08501.010040/2009-77, com base na Resolução Normativa n° 77 de 29 de janeiro de 2008, determino a REPUBLICAÇÃO do ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 22 de setembro de 2010, Seção I, página 32. Processo N° 08501.010040/2009-77 - Alfredo Emanuel Azevedo Abrantes Castanheira.

IZAURA MARIA SOARES MIRANDA

DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000268/2011-14 - Aleksandr Cuchriajev, até 15/02/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.000305/2011-94 - Shaun Marriott, até 15/02/2012
Processo Nº 08000.000318/2011-63 - Andrew Alexander Cooper, até 15/02/2012
Processo Nº 08000.000763/2011-23 - Kieron Colm O`neill, até 23/09/2012
Processo Nº 08000.000828/2011-31 - Michael Shane Tidmore, até 05/03/2012
Processo Nº 08000.001012/2011-24 - Adam Bromley, até 06/03/2013
Processo Nº 08000.001083/2011-27 - Marshall Ward Meachum, até 05/03/2012
Processo Nº 08000.001104/2011-12 - Joseph Benjamin Jones, até 05/03/2012
Processo Nº 08000.001217/2011-18 - John Anthony, até 13/03/2013
Processo Nº 08000.001218/2011-54 - Paul William Costello, até 13/03/2013
Processo Nº 08000.001267/2011-97 - Genaro Patoc Mateo, até 19/11/2011
Processo Nº 08000.001472/2011-52 - Jose Glendon Acdal Galdo, até 06/03/2013
Processo Nº 08000.001601/2011-11 - Trond Skonsoy Myrhaug, até 25/03/2013
Processo Nº 08000.001602/2011-57 - Arvind Gajanan More, até 02/05/2013
Processo Nº 08000.001603/2011-00 - Willem Hendrik Prinsloo, até 26/03/2013
Processo Nº 08000.001768/2011-73 - Edwin Silva Berja, até 12/12/2011
Processo Nº 08000.001769/2011-18 - Marcos Domingo Narciso, até 12/12/2011
Processo Nº 08000.001840/2011-62 - Clayton Thomas Mercer, até 02/04/2013
Processo Nº 08000.001842/2011-51 - Vernon Lee Parrott, até 13/08/2013
Processo Nº 08000.002153/2011-64 - Carlos Frutuoso Tomas, até 11/02/2012
Processo Nº 08000.002198/2011-39 - Clayton James Bauer, até 22/05/2012
Processo Nº 08000.002351/2011-28 - Alexandre Rodrigues, até 01/04/2013
Processo Nº 08000.003469/2011-73 - Ronny Alexander Guerrero Martelo, até 27/04/2013
Processo Nº 08000.007743/2010-01 - Suchit Kumar Debnath, até 31/07/2012
Processo Nº 08000.007921/2010-95 - Marco Boluso Rivera, até 04/06/2012
Processo Nº 08000.009778/2010-76 - Mohd Ashraf Bin A Rahim, até 04/06/2012
Processo Nº 08000.009925/2010-16 - Marian Dorel Bercea, até 03/06/2013
Processo Nº 08000.012015/2010-11 - Kenneth Darryl Frye, até 06/10/2011
Processo Nº 08000.013047/2010-25 - Ryan Pacatang Fernandez, até 23/11/2012
Processo Nº 08000.013049/2010-14 - Neeraj Mishra, até 14/11/2011
Processo Nº 08000.013266/2010-12 - Nathan Madison Donaldson, até 11/08/2012
Processo Nº 08000.013268/2010-01 - Robert Hayes Taylor, até 26/07/2013
Processo Nº 08000.013798/2010-41 - Devinder Singh, Andrea Michelle Long, Max Kishan Singh e Maya Michelle Kaur, até 10/07/2013
Processo Nº 08000.013869/2010-14 - William Roy Faulk, até 12/09/2013
Processo Nº 08000.013923/2010-13 - Aline Gabrielle Nicole Dejean, até 09/01/2013
Processo Nº 08000.014097/2010-20 - Elmo Regan Davids, até 25/04/2013
Processo Nº 08000.014117/2010-62 - Eric Andrew Lynn, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.014127/2010-06 - James Currie Burnside, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.014479/2010-53 - Alasne Gonzalez Ladislao, Carlos Rafael Montes Albarran e Deborah Simonet Montes Benhamu, até 12/01/2013
Processo Nº 08000.014619/2010-93 - George Burl Morgan, até 28/07/2013
Processo Nº 08000.014997/2010-77 - Stefan Glatzl, até 20/01/2013
Processo Nº 08000.015296/2010-55 - Zdravco Vladic, até 04/04/2013
Processo Nº 08000.015477/2010-81 - Billy Mathew Kennedy, até 29/01/2013
Processo Nº 08000.015562/2010-40 - Jochen Michael Schnatz, até 09/02/2013
Processo Nº 08000.015568/2010-17 - Luis Miguel Alves Lopes da Silva, até 18/01/2013
Processo Nº 08000.019379/2010-13 - Edgar Van Herwijnen, até 26/07/2011
Processo Nº 08000.020595/2010-10 - Robert Adriaan Van Overbeeke, até 07/03/2013
Processo Nº 08000.020633/2010-26 - Francisco Johanny Vergara Elorza, até 17/01/2013
Processo Nº 08000.020748/2010-11 - Pablo Saez Nunez, até 05/02/2013
Processo Nº 08000.021595/2010-29 - Marek Guzik, até 26/04/2013
Processo Nº 08505.030261/2010-65 - Rafael Jara Hernandez, até 22/08/2012.

Determino o arquivamento dos pedidos de prorrogação de prazo, abaixo relacionados, por já ter decorrido prazo(s) superior (es) ao da(s) estada(s) solicitada(s).

Processo Nº 08000.000542/2011-55 - Han Yong
Processo Nº 08000.000543/2011-08 - Tian Jie
Processo Nº 08000.000547/2011-88 - Sun Hongnan
Processo Nº 08000.007067/2010-67 - Donnie Ray Parker II
Processo Nº 08000.007261/2010-42 - Richard Landon Martin
Processo Nº 08000.015564/2010-39 - Jonghun Lee
Processo Nº 08000.021280/2010-81 - Xie Fei
Processo Nº 08000.021281/2010-26 - Zhao Zhan
Processo Nº 08000.021283/2010-15 - Chen Lisheng
Processo Nº 08000.021613/2010-72 - Wang Guangting
Processo Nº 08000.021624/2010-52 - Weidong Chen
Processo Nº 08000.021625/2010-05 - Yougang Qin
Processo Nº 08000.021626/2010-41 - Fubo Li
Processo Nº 08000.021628/2010-31 - Bingfeng Yang
Processo Nº 08458.003363/2009-87 - Pawel Jan Ogrodnik
Processo Nº 08460.016556/2009-59 - Juan Carlos Jarandilla Torres, Jose Carlos Jarandilla Anez, Lenny Anez Salvatierra e Lenny Jarandilla Anez
Processo Nº 08501.003730/2010-11 - Roman Ritsch
Processo Nº 08505.007118/2010-70 - Mingfa Dai
Processo Nº 08505.068989/2009-26 - Jose Arcadio Martinez Pena
Processo Nº 08505.098378/2009-11 - Suhas Dattatraya Vaze.

Diante da solicitação de cancelamento efetuada pelo representante legal da empresa, determino o ARQUIVAMENTO dos pedidos de prorrogação de estada no País, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.000840/2011-45 - Mack Morris Green
Processo Nº 08000.004315/2010-18 - Robert Bruce Martin
Processo Nº 08000.005946/2010-54 - Songnian Xu
Processo Nº 08000.013126/2010-36 - Xiaomin Wei
Processo Nº 08000.019363/2010-19 - Klaus Meeuw
Processo Nº 08000.021332/2010-10 - Zhiping Zhong
Processo Nº 08351.006575/2010-48 - Zou Xiaoliang.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08102.000290/2011-16 - Mahmoud Abdalla Sherif
Processo Nº 08102.000295/2011-49 - Haydon Peter Mort
Processo Nº 08102.000421/2011-65 - Thomas Dietmar Korner
Processo Nº 08102.001153/2010-18 - Chen Kuei Hua
Processo Nº 08102.002099/2010-28 - Antonio Fernando Godinho Dias
Processo Nº 08102.006310/2010-81 - Henrich Breitfub
Processo Nº 08102.006405/2010-03 - Alan Stuart Enzian Casanova
Processo Nº 08102.007987/2010-37 - Kurt Stefan
Processo Nº 08102.008085/2010-18 - Carlos Alberto Marques Pais
Processo Nº 08102.008129/2010-18 - Norbert Paul Herbert Frenke
Processo Nº 08102.010239/2010-31 - Tarsicio Manuel Cruz e Silva
Processo Nº 08280.033784/2010-45 - Heather Nicole Davis
Processo Nº 08286.000837/2010-91 - Herminio Jose Pereira de Oliveira
Processo Nº 08286.001613/2010-05 - Christina Marie Faroni Perez
Processo Nº 08295.005387/2011-03 - Rui Manuel Costa Jorge
Processo Nº 08322.001730/2010-87 - Benjamin Pierre Roger Ginoux
Processo Nº 08339.007457/2009-81 - Juan Mateo Aguirre
Processo Nº 08452.000549/2011-59 - Nuno Filipe Pinheiro Perdigão
Processo Nº 08461.006244/2010-61 - Mahmoud Ahmed Abdelaziz Moussa
Processo Nº 08495.001199/2010-61 - Robb Christopher Chester
Processo Nº 08501.001872/2011-17 - Lindsay Gibb Reid
Processo Nº 08501.002477/2011-51 - Antonio Yerga Sanchez
Processo Nº 08501.002532/2011-11 - Viktorija Zelenskyte
Processo Nº 08501.002904/2011-00 - Faouzi Khlifi
Processo Nº 08504.000230/2011-71 - Keith Bonnici
Processo Nº 08504.003393/2011-13 - Paulo Jorge do Nascimento Garcia
Processo Nº 08504.017161/2010-53 - Kely Maria Herrera Fonseca
Processo Nº 08504.017206/2010-90 - Dominique Angel Labelle Bonadia
Processo Nº 08504.021938/2010-84 - Johan Petter Arvefjord
Processo Nº 08504.023489/2010-17 - Henrique Antonio Rodrigues Completo Cosme
Processo Nº 08505.055267/2010-45 - Hugo Miguel Gomes Da Silva Neves
Processo Nº 08505.055270/2010-69 - Uriel Libardo Montoya Jaramillo
Processo Nº 08505.059184/2010-25 - Bruno Alexandre da Cruz Ferreira Pinto
Processo Nº 08505.059318/2010-16 - Amar Singh Gill
Processo Nº 08505.063724/2010-75 - Ignacio Doce y Villamar
Processo Nº 08505.068528/2010-97 - Paulo Roberto Pina Soares
Processo Nº 08505.068581/2010-98 - Jose Afonso Rebelo Antunes
Processo Nº 08508.016914/2010-73 - Roberto Garcia Ramirez
Processo Nº 08508.016930/2010-66 - Matthew Philip Cooke
Processo Nº 08508.019465/2010-15 - Pedro Garcia Garcia
Processo Nº 08508.019501/2010-41 - John Francis Daly
Processo Nº 08520.001493/2011-07 - Jorge Americo Mansilla
Processo Nº 08520.001614/2011-11 - Kotcharat Wangrujirakun e Titiwan Wangrujirakun
Processo Nº 08709.000193/2011-02 - Hiroyo Kurita Fevereiro
Processo Nº 08709.001498/2011-23 - Susan Lynn White.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08256.006324/2009-16 - Cristiano Angelo Almo Maria Grumelli
Processo Nº 08280.019303/2011-70 - Zhou Tong e Wang Hai Li
Processo Nº 08286.001993/2010-70 - Reynolds Palomino Janampa e Maria Gladys Parodi Yupanqui
Processo Nº 08295.003945/2011-98 - Artur Manuel da Silva Carrilho
Processo Nº 08295.005393/2011-52 - Higino de Almeida Ferreira
Processo Nº 08335.010100/2010-54 - Barbara Concepcion Sosa Duarte
Processo Nº 08335.010163/2010-19 - Julio Cesar Leiva Balbuena
Processo Nº 08335.021719/2010-94 - Ramon Orrego Fernandez
Processo Nº 08335.021729/2010-20 - Maria Elena Marecos Acosta
Processo Nº 08335.021740/2010-90 - Rosalba Elizabeth Benitez Benitez
Processo Nº 08335.021741/2010-34 - Aurelia Gomez Espinola
Processo Nº 08335.021757/2010-47 - Graciela Candia
Processo Nº 08335.021760/2010-61 - Dominga Chaparro
Processo Nº 08335.022001/2010-15 - Rosaria Dejesus Samaniego Sosa
Processo Nº 08335.022017/2010-28 - Liz Margaret Otazu Lopez
Processo Nº 08335.022022/2010-31 - Frede Sena Rotela
Processo Nº 08335.022032/2010-76 - Graciela Celeste Gordillo Ferreira
Processo Nº 08335.022046/2010-90 - Maria Fatima Duarte Samaniego
Processo Nº 08335.022049/2010-23 - Marcos Andres Esquivel Fleitas e Alejandrina Mendoza
Processo Nº 08338.002720/2010-90 - Oscar Alberto Atilio Gomez
Processo Nº 08339.004175/2010-66 - Mirian Graciela Martinez Aveiro
Processo Nº 08354.007166/2009-03 - Odilia da Conceição Custódio Vieira Lopes
Processo Nº 08420.004748/2009-99 - Matthew Richard Blayney
Processo Nº 08435.000259/2011-13 - Carola Pamela Balderrama Larrain
Processo Nº 08452.005951/2010-49 - Andre Filomena da Conceição Feijo
Processo Nº 08458.006195/2010-15 - Paula Alexandra da Silva Azevedo
Processo Nº 08460.000254/2010-01 - Kjell Lasse Djupvik
Processo Nº 08460.053653/2010-66 - Yan Liguang e Chen Lili
Processo Nº 08476.006148/2009-10 - Guido Guataica Chavez, Guido Ariel Guataica Montero e Rosa Iris Montero Gonzales
Processo Nº 08476.015345/2010-63 - Walter Rivero Anoza
Processo Nº 08492.000097/2011-39 - Abraham Eduardo Aguero
Processo Nº 08492.000359/2011-65 - Gloria Beatriz Vargas e Elias Emmanuel Vargas
Processo Nº 08492.001002/2011-02 - Miguel Angél Gimenez Nunez
Processo Nº 08492.012493/2010-28 - Karl Anthony Maxwell
Processo Nº 08492.019114/2010-21 - Istabraq Falah Alrubaie
Processo Nº 08492.019234/2010-28 - Georges Henri Carette
Processo Nº 08505.005013/2011-67 - Fangfang Zhang
Processo Nº 08505.059259/2010-78 - Vincent Sean Philippe Jeantheau
Processo Nº 08505.059280/2010-73 - Gabriela Magdalena Valentina Hernandez Sierra
Processo Nº 08505.068513/2010-29 - Hans Gunnar Nilsson e Eduarda Correia Gomes
Processo Nº 08505.068521/2010-75 - Jorge Manuel Mustonen Saladin e Laura Isabel Vasquez Perez
Processo Nº 08505.068602/2010-75 - Jinping Wu
Processo Nº 08505.071420/2010-81 - Sen Guo e Qunqun Xu

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo Nº 08505.072803/2010-77 - Edgar Paul Nuñez Rubio e Violeta Gisella Bendezu Garcia

Processo Nº 08505.072861/2010-09 - Pastor Ramos Huarani e Mery Villarpando Aira

Processo Nº 08505.074016/2010-60 - Antonio Alberto Dantas Teixeira

Processo Nº 08795.003978/2010-16 - Jacqueline Natalia Carrera Miletich.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736 de 12 de janeiro de 2009, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.001523/2011-85 - Martha Virginia Kolomi

Processo Nº 08260.001834/2011-44 - Raúl Di Lollo

Processo Nº 08260.001841/2011-46 - Pablo Maximiliano Once

Processo Nº 08495.001901/2011-77 - Samir Muriel Huchan.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo entre Brasil e Argentina, por troca de Notas, para a Implementação entre si do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08260.001776/2011-59 - Maria Ines Gomez

Processo Nº 08260.001855/2011-60 - Pablo Ramon Olaciregui

Processo Nº 08444.004507/2010-13 - Erica Patricia Senneke, Martina D`Alessandro e Santino D`Alessandro

Processo Nº 08444.006385/2010-91 - Luis Alberto Ramello

Processo Nº 08458.000997/2011-01 - Ricardo Mendez

Processo Nº 08460.004209/2011-06 - Claudia Marina Vera

Processo Nº 08460.004293/2011-50 - Sofia Korostovetz

Processo Nº 08460.004296/2011-93 - Xenia de Agafonoff Zatolokin de Korostovetz

Processo Nº 08460.004301/2011-68 - Irene Korostovetz

Processo Nº 08460.009042/2011-61 - Roberto Jose Orihuela

Processo Nº 08505.021184/2011-33 - Hipolito Gerardo Garmendia

Processo Nº 08505.021267/2011-22 - Nicolas Vilcinskas

Processo Nº 08505.021317/2011-71 - Mauro Federico Luis Tamagno.

DEFIRO o(s) pedido(s) de transformação de residência temporária em permanente nos termos do Acordo Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementação entre si do Acordo sobre Residência para nacionais dos Estados Partes do Mercosul, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08441.001044/2011-31 - Mirta Susana Duarte

Processo Nº 08441.001057/2011-18 - Rey Clemente Zabalveytia Labadie

Processo Nº 08441.001099/2011-41 - Mary Mabel Ospitaleche Nuñez e Igor Felipe Barcelo Ospitaleche

Processo Nº 08461.002570/2011-80 - Ramiro Hernan Diaz Machado

Processo Nº 08495.001932/2011-28 - Heber Milton Cabrera Torres.

CAROLINDA RODRIGUES CHAVES
Substituta

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08081.003274/2010-90 - Guilherme Luis Camacho Pinto Basto

Processo Nº 08280.004985/2011-16 - Federica Crispino Pires

Processo Nº 08280.005177/2011-76 - Giovana Soledad Clavijo Merino

Processo Nº 08280.011754/2010-88 - Tharatpol Duangsunitkool

Processo Nº 08280.038061/2010-32 - Gerardo Barbieri

Processo Nº 08295.001294/2011-00 - Daiva Petrauskiene Pitaluga

Processo Nº 08410.000210/2010-68 - Antonio Manuel Pinto Martins

Processo Nº 08410.013174/2010-01 - João Manuel Dos Santos Pinto

Processo Nº 08792.000016/2011-16 - Mohammed Irfan.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato Indeferitorio publicado no D.O.U de 19/11/2010, página 61, para conceder a permanência nos termos do Acordo entre Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementar entre si de Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul. Processo N° 08437.001215/2009-76 - Leonardo Cristhian Fernandez Gonzalez.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato Indeferitorio publicado no D.O.U de 29/11/2010, página 38, para conceder a permanência nos termos do Acordo entre Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementar entre si de Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul. Processo N° 08441.005492/2010-22 - Bernardo Alejandro Pomar Garcia.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato Indeferitorio publicado no D.O.U de 21/12/2011, página 50, para conceder a permanência nos termos do Acordo entre Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementar entre si de Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul. Processo N° 08461.002502/2008-15 - Renzo Roberto Agrasso, Maria Belen Agrasso Cabrera, Alicia Maria Cabrera Hahn, Gonzalo Sebastian Agrasso Cabrera, Renzo Daniel Agrasso Cabrera e Santiago Nelson Agrasso Cabrera.

À vista de novos elementos constantes dos autos, torno insubsistente o ato Indeferitorio publicado no D.O.U de 18/03/2011, página 59, para conceder a permanência nos termos do Acordo entre Brasil e Uruguai, por troca de Notas, para implementar entre si de Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercosul. Processo N° 08433.005975/2010-26 - Elson Mario Cotto.

Diante dos elementos presentes no processo que comprovam tratar-se de situação especial e em face da competência delegada pelo art. 3º da Portaria SNJ nº 22 de 07/07/2009, DEFIRO os pedidos de residência provisória, nos termos da Lei 11.961/09, abaixo relacionados:

Processo N° 08505.074182/2009-22 - Jorge Eduardo Bueno Bohorquez

Processo N° 08505.036958/2009-14 - Helder Manuel Filipe Martins

Processo N° 08072.005052/2009-87 - Francisco Fernandez Alarcon

Processo N° 08505.047384/2009-00 - Fernando Fonseca de Lemos

Processo N° 08485.013894/2009-51 - Fernando Miguel Martins Abrantes

Processo N° 08018.005934/2010-31 - Jan Repvik

Processo N° 08260.006742/2009-36 - Jacques Marie François Depelchin

Processo N° 08389.040778/2009-01 - Josim Uddin

Processo N° 08492.012465/2009-77 - Juan Jorge Antezana Pareja

Processo N° 08495.006657/2009-14 - Margit Brugger

Processo N° 08501.011245/2009-70 - Kai Andri Jakob

Processo N° 08505.036760/2009-22 - Lisbet Rodriguez Lazo

Processo N° 08505.037563/2009-21 - Leandro Ricardo Sebastião

Processo N° 08505.040113/2009-15 - Jianrong Lin

Processo N° 08505.042020/2009-25 - Juana Judith Garro Rosales

Processo N° 08460.029610/2009-26 - Joseph William Henry Clinton

Processo N° 08475.034882/2009-89 - Jorge Augusto Lopez Torres Ramirez

Processo N° 08485.017027/2009-94 - José Manuel Segura Maticorena

Processo N° 08018.025183/2009-35 - Jesus Federico Barreda Del Mar

Processo N° 08102.002975/2009-82 - James Thomas Smith

Processo N° 08260.006094/2009-18 - Sileye Hamidou Gaye

Processo N° 08018.016642/2009-90 - Juan Miguel Mesa Perez

Processo N° 08018.020649/2009-14 - Jose Luis Salas Rincon, Jose Luis Salas de Medeiros, Lisbeth Coromoto de Medeiros Mendez e Paula Carolina Salas de Medeiros

Processo N° 08505.046139/2009-77 - Justin Njionou

Processo N° 08505.067109/2009-02 - Javier Cueva Apaza

Processo N° 08505.043005/2009-02 - Jose Manuel Mendes Nabais

Processo N° 08701.005349/2009-99 - Florinda Marilu Vasquez Rojas

Processo N° 08505.101929/2009-22 - Gustavo Antonio Olea Perez

Processo N° 08505.101335/2009-11 - Luis Alfredo Cortez Carrillo

Processo N° 08505.099600/2009-94 - Evgeni Georgiev Sakakushev

Processo N° 08711.002960/2009-46 - Laura Pepi

Processo N° 08711.002675/2009-25 - Jose Carlos Reis Manuel

Processo N° 08505.098774/2009-30 - Jaime Cotacachi Cabascango

Processo N° 08340.000253/2009-81 - Klaus Horst Bremser

Processo N° 08353.008834/2009-11 - Hubert Elias Alejo Lopez

Processo N° 08375.023844/2009-29 - Jorge Manuel Sentieiro do Nascimento

Processo N° 08389.032937/2009-95 - Kong Ae Kwak

Processo N° 08339.004397/2009-45 - Houssein Melhem

Processo N° 08280.040861/2009-80 - Carlos Eder Ribeiro Quissola

Processo N° 08260.006583/2009-70 - Joseph Christopher Hunter Harnett

Processo N° 08220.012860/2009-50 - Jean Pierre Briceno Linan

Processo N° 08505.096191/2009-74 - Jaime Luis Rodrigues Callizaya.

Determino o arquivamento do presente processo, tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo N° 08437.001498/2009-56 - Susana Marisa Pereyra.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do país. Processo Nº 08240.026538/2009-70 - Nao Yamada.

INDEFIRO os pedidos de permanência, abaixo relacionados, tendo em vista, que os estrangeiros não foram localizados no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08256.003573/2010-85 - Marco Lionel Rodel

Processo Nº 08296.004506/2010-10 - Anna Blaszczok.

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do prazo à que alude o art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08461.001241/2004-92 - Laura Pimpinelli.

INDEFIRO o pedido de republicação, tendo em vista a inobservância do prazo à que alude o art. 2º, da Portaria nº 3 de 5 de fevereiro de 2009 da SNJ. Processo N° 08240.005063/2009-88 - Marlene Conde Pezo.

FERNANDO LOPES DA FONSECA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08444.001865/2011-47 - Wu Yuntian, até 30/03/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08070.000064/2011-50 - Valdemar Carlos João Adão, até 20/02/2012

Processo Nº 08230.000118/2011-05 - Anisio Rainer Carlos de Medina Silva, até 16/02/2012

Processo Nº 08280.005099/2011-18 - Mohamed Ali da Fonseca Nhamajo, até 16/01/2012

Processo Nº 08297.001162/2010-79 - Márcia Marques Nharé, até 24/03/2012

Processo Nº 08390.005600/2010-18 - Fredy Andres Mendoza Chavez, até 24/02/2012

Processo Nº 08390.005605/2010-32 - Amilcar Javier Martinez Rotela, até 05/02/2012

Processo Nº 08444.001373/2011-51 - Martha Pulido Landinez, até 13/03/2012

Processo Nº 08458.000799/2011-39 - Solomon Kwadwo Boakye Yiadom, até 12/03/2012

Processo Nº 08505.005089/2011-92 - Leonardo Juan Ramirez Lopez, até 19/03/2012

Processo Nº 08505.068626/2010-24 - Zoraida Violeta Lopez Murgueytio, até 31/01/2012

Processo Nº 08508.019544/2010-26 - Bryan Manuel Julca Briceno, até 08/03/2012

Processo Nº 08701.015766/2010-83 - Adilson Lima Gomes, até 28/02/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.004309/2011-41 - Michael David Gagon, até 12/05/2012

Processo Nº 08000.004310/2011-76 - Samuel Thomas Hansen, até 05/05/2012

Processo Nº 08000.004317/2011-98 - Tanner Ivan Olson, até 05/05/2012

Processo Nº 08000.004318/2011-32 - John Edward Hunt, até 05/05/2012

Processo Nº 08000.004320/2011-10 - Michelle Garrett, até 26/05/2012

Processo Nº 08000.004357/2011-30 - Elias Taylor Hunsaker, até 26/05/2012

Processo Nº 08000.004359/2011-29 - Robert Bryson Wing Bailey, até 05/05/2012

Processo Nº 08000.004362/2011-42 - Shelby Layne Soderquist, até 26/05/2012

Processo Nº 08000.004377/2011-19 - Malori Joy Turner, até 14/05/2012

Processo Nº 08000.004381/2011-79 - Bryant Anthony Baird, até 07/05/2012

Processo Nº 08240.006325/2011-46 - Amal Raj Paul Raj, até 29/04/2012

Processo Nº 08240.006331/2011-01 - Durai Sebastian Pelevendran, até 29/04/2012

Processo Nº 08505.021369/2011-48 - Lucia Veronica Perez Wheelock, até 17/05/2012.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, do(s) temporário(s) item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.000438/2011-61 - Jesus Francisco Carrillo, até 17/04/2013

Processo Nº 08000.000589/2011-19 - Rogelio Jr Abanales Delos Santos, até 18/10/2011

Processo Nº 08000.001108/2011-92 - Danial La Grange, até 05/03/2012

Processo Nº 08000.001213/2011-21 - Len Murray Adams Jr, até 13/03/2013

Processo Nº 08000.001215/2011-11 - Jack Franklin Brewer, até 13/03/2013

Processo Nº 08000.001598/2011-27 - Guhan Kuppuraj, até 11/04/2013

Processo Nº 08000.001604/2011-46 - Johannes Stephanus Visser, até 25/03/2013

Processo Nº 08000.001650/2011-45 - Karl Heinz Wolfgang Werner, até 11/03/2012

Processo Nº 08000.001700/2011-94 - Anatoly Zotov, até 23/11/2012

Processo Nº 08000.001702/2011-83 - Khopkar Girish Madhukar, até 26/03/2013

Processo Nº 08000.001734/2011-89 - Lancelo Pereira, até 26/03/2013

Processo Nº 08000.001766/2011-84 - Jhonald Domingo Tangca, até 12/12/2011

Processo Nº 08000.001837/2011-49 - Helder Manuel Esteves da Paz, até 07/04/2013

Processo Nº 08000.001974/2011-83 - Andrejus Kuramsinas, até 19/02/2012

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo Nº 08000.001999/2011-87 - Juan Carlos Hernandez Castañeda, até 23/03/2012
Processo Nº 08000.002304/2011-84 - Ola Breivik, até 15/09/2011
Processo Nº 08000.002348/2011-12 - Shrikant Vasant Joshi, até 26/03/2013
Processo Nº 08000.002349/2011-59 - Joseph Vellara Simon, até 06/03/2013
Processo Nº 08000.012261/2010-64 - Ian James Nancarrow, Heather Elizabeth Nancarrow e Monique Joy Nancarrow, até 23/02/2013
Processo Nº 08000.013991/2010-82 - Carlos Alberto Avella Esquivel, até 30/03/2013
Processo Nº 08000.014118/2010-15 - Tracy Lee Staas, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.014125/2010-17 - Louis Scott Morrison, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.014126/2010-53 - Paul Kimber, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.014129/2010-97 - Terence Royston Henry, até 31/12/2011
Processo Nº 08000.014776/2010-07 - Inge Aastveit, até 21/04/2013
Processo Nº 08000.015560/2010-51 - Manuel Enrique Rodriguez Blanco e Yoalex Milagros Rueda Rodriguez, até 17/01/2013
Processo Nº 08000.019223/2010-32 - Brian Alistair Beaton, até 08/01/2013
Processo Nº 08000.019224/2010-87 - Hayato Fujii e Yoko Fujii, até 08/01/2013
Processo Nº 08000.020594/2010-67 - Uwe Alles, até 04/03/2013
Processo Nº 08000.020714/2010-26 - Jhonny Ryandana, até 14/04/2013
Processo Nº 08018.017050/2009-95 - Niculai Bisceanu, até 28/10/2011
Processo Nº 08354.000858/2011-37 - Dieter Hinterleitner, até 15/02/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação de estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s), ressaltando a necessidade de autuação na forma do disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo N° 08000.009981/2010-42 - Damir Govic, até 16/01/2012
Processo N° 08000.001640/2011-18 - Conrado Servito Ferrer, até 15/02/2012
Processo N° 08000.021581/2010-13 - Pedro Pablo Gil Monedero, até 31/12/2011
Processo N° 08000.021573/2010-69 - Carolina Brana Trapiello, até 31/12/2011
Processo N° 08000.021571/2010-70 - Fernando Jose de Cevallos Planiol, até 31/12/2011
Processo N° 08000.021569/2010-09 - Francisco Martinez Paredes, até 31/12/2011
Processo N° 08000.014019/2010-25 - Mikhail Medvedev, até 15/07/2012
Processo N° 08000.001641/2011-54 - Pablo Arrogante Dublin, até 15/02/2012
Processo N° 08000.000776/2011-01 - Hristo Ivanov Vasilev, até 27/09/2011.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
P/Delegação de Competência

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionados:

Processo Nº 08460.002576/2011-67 - Benoit Charles Marie Etienne de L Estoile, Etienne Pierre de L Estoile, Gabrielle Bertrande de L Estoile e Julien Thomas de L Estoile, até 30/08/2011
Processo Nº 08520.002929/2011-77 - Asier Elorza Ugarte, até 14/04/2012.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionados:

Processo Nº 08096.000122/2011-57 - Monica Grapiglia, até 18/02/2012
Processo Nº 08102.010660/2010-42 - Nancy Lizeth Ramirez Roncancio, até 17/02/2012
Processo Nº 08270.006495/2011-73 - Zaquela Zeca Ca, até 20/04/2012
Processo Nº 08270.028875/2010-88 - Carlos Jorge Silva Spinola, até 11/02/2012
Processo Nº 08270.028937/2010-51 - Flavio Gomes, até 08/02/2012
Processo Nº 08310.014799/2010-18 - Euclides Mendes de Carvalho, até 08/02/2012
Processo Nº 08352.004588/2010-72 - Ana Paula Pereira Bravo, até 16/02/2012
Processo Nº 08354.000540/2011-56 - Hamdia Ankomaa Kassim, até 02/03/2012
Processo Nº 08390.005945/2010-63 - Rolando Hansel Gutierrez Rosales, até 26/01/2012
Processo Nº 08444.006387/2010-81 - Gloria Mariana Arce Montiel, até 08/02/2012
Processo Nº 08460.010467/2011-13 - Ivete Cruz do Couto, até 31/12/2011
Processo Nº 08460.010480/2011-72 - Luis Andres Aguilera Donnay, até 26/04/2012
Processo Nº 08705.014355/2010-31 - Aua Cassama, até 02/02/2012
Processo Nº 08707.014654/2010-55 - Henry Pizarro Viveros, Cecilia Laquise Chaparro, Emerson Camilo Pizarro Laquise e Johana Jemena Pizarro Laquise, até 26/02/2012
Processo Nº 08792.005136/2010-29 - Celia Artemisa Gomes Rodrigues Miranda, até 02/04/2012.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 02/05/2011, Seção 1, Pág.46, para DEFERIR o pedido de Reconsideração concedendo a Prorrogação de Prazo de Estada no País até 02/02/2012. Processo N° 08310.001114/2011-46 - Adriano Pedro Mouro.

Diante dos novos elementos constantes nos autos, torno insubsistente o ato indeferitório publicado no Diário Oficial de 02/05/2011, Seção 1, Pág.46, para DEFERIR o pedido de Reconsideração concedendo a Prorrogação de Prazo de Estada no País até 04/03/2012. Processo N° 08458.012663/2010-91 - Cesar Aquiles Lazaro de La Torre.

Determino o ARQUIVAMENTO do pedido de prorrogação, considerando que não foi localizado no endereço indicado, restando prejudica a instrução dos autos. Processo N° 08707.001252/2011-71 - Dario Coutinho Neves.

À vista da existência de condição impeditiva para prorrogação do prazo contida no visto que autorizou o ingresso da estrangeira no país, cujo amparo legal é a Resolução Normativa Nº. 42/99 do Conselho Nacional de Imigração, torno insubsistente o ato deferitório publicado no Diário Oficial da União de 27/10/2010, Seção 1, Página 52, para INDEFERIR o pedido de prorrogação. Processo N° 08505.041512/2010-37 - Elvira Riba Hernandez.

FÁBIO GONSALVES FERREIRA
P/Delegação de Competência

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
COMISSÃO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA NOS PORTOS, TERMINAIS E VIAS NAVEGÁVEIS

RESOLUÇÃO Nº 47, DE 7 DE ABRIL DE 2011

Dispõe sobre critérios para a realização de auditorias nas instalações portuárias, em conformidade com o Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias - ISPS Code, e dá outras providências.

O Presidente da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis - CONPORTOS, usando da competência que lhe conferem o Artigo 3º, Inciso I, do Decreto nº 1507, de 30 de maio de 1995 e o Artigo 10, Inciso VIII, da Portaria nº 388, de 15 de maio de 1998, do Ministério da Justiça,

Considerando o disposto nos itens 16.5, 16.59.2 e 16.61.5 do anexo I (Parte B) do Código Internacional de Proteção de Navios e Instalações Portuárias - ISPS Code, adotado pela Organização Marítima Internacional - IMO, no Capítulo XI - 2 da Convenção Internacional para a Salvaguarda da Vida Humana no Mar (SOLAS);

Considerando a necessidade de definir e normatizar critérios para efetivar procedimentos de auditoria nas instalações portuárias, objetivando avaliar a adequabilidade e aplicação dos Planos de Segurança das instalações portuárias brasileiras e a respectiva manutenção da certificação internacional de proteção, a serem submetidos à análise das Comissões Estaduais de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis nas Unidades da Federação - CESPORTOS e à aprovação da CONPORTOS;

Considerando a competência desta Comissão Nacional para, dentre outras atribuições, baixar normas, em nível nacional, sobre Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis; Considerando o deliberado na 88ª. Reunião da CONPORTOS, realizada no dia 07 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º. Estabelecer critérios e disposições para as auditorias nas instalações portuárias, seus procedimentos e a avaliação dos controles de acesso de pessoas, cargas e veículos.

§ 1º. A auditoria referida no caput consiste na verificação:

I - da adequação da Avaliação de Risco e do Plano de Segurança com o ISPS Code e resoluções da CONPORTOS;

II - da conformidade com as especificações, requisitos técnicos, normas de segurança e documentação exigidos pelo ISPS Code e a regulamentação interna, bem como aferição da eficácia dos controles do sistema de proteção.

§ 2º. Para a realização das auditorias deverão ser observados, como requisitos mínimos, os constantes do Anexo.

Art. 2º. A auditoria a que se refere o art. 1º será realizada a cada 03 (três) anos e será individualizada para as instalações portuárias com certificação internacional, sem prejuízo do disposto no Código ISPS.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que, em decisão fundamentada, a CESPORTOS solicite à CONPORTOS a realização de auditorias em prazo inferior ou superior ao estabelecido no caput, respeitado o período máximo de 5 (cinco) anos entre cada auditoria, em função:

I - da natureza ou complexidade do sistema de segurança a ser auditado, tendo em vista as especificações, requisitos técnicos e normas de segurança estabelecidas para esse sistema;

II - da verificação de irregularidades em procedimentos anteriores de auditoria ou aumento do número de ROIP's (registro de ocorrência de ilícitos penais) na instalação portuária;

III - do aumento da área abrangida pelo sistema de proteção, desde a realização da auditoria anterior;

IV - de alteração, atualização ou substituição do sistema de segurança;

V - da declarada inexistência de disponibilidade das CESPORTOS e da CONPORTOS para realizar acompanhamento técnico das auditorias;

Art. 3º A Auditoria será realizada pela CONPORTOS, através de procedimento de fiscalização da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

§ 1º A equipe da CONPORTOS realizará supervisão técnica da fiscalização feita pela ANTAQ, no tocante à matéria dessa Resolução.

§ 2º O nome dos representantes da equipe de supervisão técnica deverão ser submetidos à CONPORTOS para publicação de portaria de nomeação.

§ 3º Os representantes da equipe de supervisão técnica deverão emitir Parecer sobre a fiscalização realizada.

§ 4º O referido Parecer, juntamente com o Relatório de Fiscalização da ANTAQ deverá ser submetido para homologação na ulterior reunião ordinária da CONPORTOS.

Art. 4º A CONPORTOS publicará, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, o cronograma das auditorias do semestre seguinte.

Art. 5º O representante da CESPORTOS ou da CONPORTOS, indicado para acompanhar a auditoria, poderá estabelecer, durante a inspeção, critérios e requisitos adicionais para o fiel cumprimento do ISPS Code, em consonância com a Equipe de Fiscalização da ANTAQ.

Art. 6º A CONPORTOS, após o recebimento e aprovação do Relatório de Fiscalização da ANTAQ e Parecer da Equipe de Supervisão Técnica, deverá:

I - dar ciência à instalação auditada da conclusão da auditoria, na hipótese da inexistência de não-conformidades; ou

II - notificar a instalação, na hipótese de inadequação do sistema de segurança ou de qualquer outro requisito técnico ou exigência estabelecida.

§ 1º Na hipótese do inciso II, a CONPORTOS deverá intimar a instalação portuária auditada para sanar, no prazo de 60(sessenta) dias, as não-conformidades indicadas na auditoria.

§ 2º O saneamento das não-conformidades será documentado, necessariamente, por meio de relatório da instalação auditada e parecer do representante da CESPORTOS/CONPORTOS designado para análise das correções efetuadas, com a devida comunicação à ANTAQ para as providências cabíveis.

§ 3º O não saneamento das não-conformidades poderá acarretar a cassação da Declaração de Cumprimento - DC, por deliberação da CONPORTOS, sem prejuízo das penalidades aplicáveis pela ANTAQ.

Art. 7º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

REGINA MARIA FILOMENA DE LUCA MIKI

ANEXO I

A) DA DOCUMENTAÇÃO PRELIMINAR (DEVE SER ANEXADA À AUDITORIA)

Item a ser checado	Sim	Não	Não Existe
A) DA INSTALAÇÃO PORTUÁRIA			
01 - CNPJ			
02 - INSCRIÇÃO ESTADUAL			
03 - ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO			
04 - REGISTRO COMERCIAL, CONTRATO OU ESTATUTO SOCIAL			
05 - PROVA DE REGULARIDADE COM A FAZENDA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL			
DOS SÓCIOS/PROPRIETÁRIOS/REPRESENTANTES			
06 - CARTEIRA DE IDENTIDADE			
07 - CPF			
08 - ESTATUTO			

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DOS SUPERVISORES DE SEGURANCA			
09 - CARTEIRA DE IDENTIDADE			
10 - CPF			
11 - CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS EXPEDIDA PELA JUSTIÇA FEDERAL			
12 - CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS EXPEDIDAS PELA JUSTIÇA ESTADUAL:			
B) 12DO PLANO DE SEGURANÇA (PSPP)			
Item a ser checado	Sim	Não	NãoExiste
11 - possui plano de proteção aprovado e atualizado? Data: .			
12 -fornece as medidas e os equipamentos necessários para controle, acesso e detecção de entrada de armas e equipamentos perigosos na instalação portuária?			
13 -estabelece medidas para prevenir o acesso não-autorizado às instalações e embarcações ancoradas?			
14 -descreve procedimentos para responder a ameaças e violações de proteção?			
15 -descreve operações críticas da instalação ou interface navio/porto?			
16 - Inclui procedimentos específicos a serem tomados em caso de ameaça terrorista, de bomba ou que envolvem reféns?			
17 - Inclui procedimentos específicos a serem tomados em caso de explosão, fogo na instalação ou em embarcações ancoradas?			
18 - Inclui procedimentos específicos a serem tomados em caso de desastres naturais?			
19 - Inclui procedimentos específicos a serem tomados em caso de distúrbios civis/greve de funcionários ou procedimentos de evacuação de emergência?			
20 - Descreve exatamente as medidas de proteção e do uso da força?			
21 - Prevê procedimentos para atender a quaisquer instruções da CONPORTOS, quando comunicado do nível 3 de proteção?			
22 - Nos itens 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20 e 21, prevê obtenção de assistência e suporte da aplicação da lei de Órgãos, entidades ou unidades federais, estaduais e municipais?			
23 - Possui procedimentos para reportar incidentes de proteção?			
24 - Prevê as responsabilidades do pessoal de proteção das instalações e de seus funcionários com relação aos aspectos de proteção?			
25 - Possui cadastro atualizado do pessoal de proteção com procedimentos para contato durante 24hs?			
26 - Existe cadastro e mecanismo para identificação de todas as pessoas do trabalho, com seus nomes e dados?			
27 - Estabelece medidas para avaliação de funcionários antes de sua contratação (ex. exigência de folha de antecedentes)?			
28 - o funcionamento garante a proteção das informações contidas no plano?			
29 - Possui medidas para proteção da carga e durante seu manuseio na instalação portuária?			
30 - Existe previsão de procedimentos para responder aos sinais de alarme dos navios?			
31 - Possui planta com todos os pontos de acesso, áreas de trabalho, áreas de armazéns, de carregamento de cargas, devidamente identificados?			
32 - Possui procedimentos que permitam o contato com as pessoas do trabalho?			
33 - Possui previsão de revisão periódica e atualização?			
34 - Possui os dados básicos: localização; área física; características físicas da instalação; áreas terrestres, marítimas, acessos e cercanias; e representação gráfica?			
35 - Definição da Unidade de Segurança (resolução 12/2003 - CONPORTOS) e seu cadastramento?			
36 - Possui sistema de cadastramento definido (veículos, embarcações, equipamentos, cargas em geral, mercadorias perigosas e substâncias nocivas)?			
37 - Possui normas de acesso definidas (do pessoal da Unidade de Segurança, proprietários, dirigentes e demais funcionários, trabalhadores eventuais e passageiros)?			
38 - As normas de acesso contemplam procedimentos para as áreas de acesso público, controlado e restrito?			
39 - Procedimentos e registros de movimentação e manuseio de veículos, embarcações, equipamentos, cargas em geral, mercadorias perigosas e substâncias nocivas?			
40 - Procedimentos e registros de armazenamento de equipamentos, cargas em geral, mercadorias perigosas, substâncias nocivas?			
41 - Possui processo de verificação de eficiência e eficácia dos equipamentos e sistemas de segurança, bem como da resolução das falhas porventura detectadas?			
42 - Possui sistema de alarme e de comunicação previstos?			
C) DA SEGURANÇA			
Item a ser checado	Sim	Não	Não Existe
43 - O perímetro da instalação está devidamente protegido por muros, cercas, barreiras ou outros?			
44 - As defesas do item 43 são adequadas para prevenir o acesso não-autorizado às instalações?			
45 - O procedimento definido para cadastramento e autorização de acesso cumpre o seu mister (controle e cadastramento irrestrito de pessoas, cargas e veículos)?			
46 - O material das defesas do perímetro estão em bom estado (necessário para prevenir acessos não-autorizados)?			
47 - Existe inspeção periódica para verificar falhas nas defesas do perímetro?			
48 - A área é coberta por outros meios de defesa?			
49 - Existe sistema de CFTV ou outro similar?			
50 - O CFTV está adequado (sem pontos cegos ou com funcionamento inadequado ou sem a devida nitidez)?			
51 - Existem postos de controle em número adequado? Qual a distância máxima entre uma barreira (defesa) e o posto mais próximo?			
52 - Todos os funcionários são obrigados a exibir permanentemente sua identificação enquanto estiverem na área da instalação portuária?			
53 - Existe meio eficaz de identificação do nível de proteção?			
54 - Há solicitação de identificação em outros locais além do de ingresso à instalação?			
55 - É procedimento normal a solicitação de identificação no interior da instalação?			
56 - Existe a efetiva verificação da identificação pessoal nos pontos de controle de acesso?			
57 - Existe controle de sistema em todos os pontos de acesso?			
58 - A identificação pessoal (crachá ou outros) é registrada com número serial e código de barras (ou outro mecanismo) e fornecem controle irrestrito de pessoal à instalação?			
59 - O crachá extraviado é substituído por outro com número diferente? É feita a baixa para a negativa de acesso do extraviado? Existe sistema singular de comunicação aos postos de controle do extravio?			
60 - O procedimento de identificação de visitantes e de fornecimento de crachá aos funcionários que tiverem esquecido sua identificação são separados? O controle é feito indistintamente e de forma universal?			
61 - As identificações são diferenciadas (cor ou forma) em face dos diversos locais com autorizações próprias, para facilitar a identificação?			
62 - O recolhimento das identificações tem procedimento eficiente?			
63 - Existe previsão e efetivo para fazer o acompanhamento de pessoas na instalação quando necessário (ex. visitantes, vendedores, motoristas, etc)?			
64 - Há previsão de escolta de membro de tripulação de embarcações ancoradas?			
65 - O registro de visitantes é eficiente e facilmente acessível?			
66 - O procedimento de controle de tráfego na instalação é eficaz?			
67 - O estacionamento é supervisionado e restrito apenas à veículos próprios e controlados? Há sistema de vigilância no estacionamento?			
68 - Existe controle de acesso de veículos?			
69 - Os veículos não-autorizados têm área própria de estacionamento?			
70 - Os postos de controle de acesso às áreas restritas estão devidamente estruturados (localização, equipamentos e insumos)?			
71 - A área restrita está devidamente murada/cercada?			
72 - A segurança realiza patrulhas rotineiras em todas as áreas (notadamente nas controladas e restritas)?			
73 - A equipe de proteção realiza patrulhas, incluindo toda a zona interna (construída e não construída) e perímetro de acesso à instalação?			
74 - A força de proteção tem identificação própria (uniforme e autorização para área específica)?			
75 - O oficial de proteção da instalação inspeciona a força pelo menos uma vez por dia?			
76 - Existe local exclusivo para coordenação da força de proteção?			
77 - Em caso de crise ou emergência, existe previsão de procedimentos a serem adotados?			
78 - Há registro de passagem da força de proteção por algum meio em pontos de controle? A ronda feita tem itinerário variado, para evitar estabelecimento de rotina?			
79 - A equipe de proteção de proteção possui treinamento para portar arma de fogo?			
80 - A equipe de proteção possui equipamentos adequados?			
81 - a equipe de proteção recebe treinamento freqüente? (mencionar a freqüência)			
82 - a equipe de proteção realiza exercícios? (mencionar a freqüência e data do último exercício)			
83 - Os veículos da força de proteção possuem luzes intermitentes e giratórias?			
84 - O sistema de detecção de invasão é sinalizado e monitorado de um ponto central, de modo que a força de resposta possa ser iniciada desse ponto?			
85 - Todos os pontos de acesso são fechados quando não utilizados?			
86 - As lâmpadas/iluminação porventura impróprias são imediatamente substituídas?			
87 - Há revisão, atualização, registros de exercícios, incidentes e demais dados exigidos no PSPP?			
OUTROS ITENS JULGADOS NECESSÁRIOS			
item a ser checado	Sim	Não	Não Existe
88 -			
89 -			
90 -			
91 -			
92 -			
93 -			
94 -			
95 -			
96 -			
97 -			
98 -			
99 -			
100 -			

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 146, DE 9 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a alteração de denominação de Agências da Previdência Social - APS, alterando o Anexo III da Resolução nº 68 INSS/PRES, de 19 de agosto de 2009.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009;
Portaria MPS nº 296, de 9 de novembro de 2009; e
Resolução nº 64/INSS/PRES, de 30 de abril de 2009.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, considerando a necessidade de adequar a rede atendimento da Previdência Social, resolve:

Art. 1º Fica alterada a denominação da Agência da Previdência Social São Paulo -Eldorado - APSELD, código 21.004.08.0, vinculada à Gerência-Executiva Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, para Agência da Previdência Social São Paulo - Vital Brasil - APSVBR.

Art. 2º Caberá aos Órgãos Seccionais, Órgãos Específicos, Órgãos Descentralizados e à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social - Dataprev, adotar as providências de caráter técnico e administrativo para a concretização deste Ato.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD

PORTARIA CONJUNTA Nº 3, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a desafetação de bem imóvel residencial de propriedade do INSS, alterando sua destinação para que deixe de ser utilizado para a ocupação de servidores ou dirigentes, tornando-o desnecessário e não vinculado às atividades operacionais do INSS.

O PRESIDENTE e o DIRETOR DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhes conferem o Decreto nº 6.934, de 11 de agosto de 2009, e considerando:

a. que existem trezentos e dois apartamentos residenciais funcionais de propriedade do INSS situados no Distrito Federal - DF;

b. que o INSS tem apenas trinta e oito cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS em sua estrutura, sendo um DAS-101.6, sete DAS-101.5, vinte e oito DAS-101.4 e dois DAS 102.4, conforme dispõe o Anexo II do Decreto nº 6.934, de 2009;

c. a necessidade de se observar os limites impostos pelo Decreto nº 980, de 11 de novembro de 1993, especialmente sobre a destinação do uso por servidores ocupantes de cargo em comissão de nível DAS-4, DAS-5 e DAS-6;

d. as determinações do Tribunal de Contas da União - TCU, por meio da Decisão 1566, de 20 de novembro de 2002 e do Acórdão 1896, de 16 de novembro de 2005, ambos do Plenário, no sentido de revogar as permissões de uso concedidas em desacordo com os critérios estabelecidos pelo Decreto n.º 980, de 1993;

e. que a adoção dessas medidas implicará na desocupação de alguns desses bens imóveis residenciais e, por consequência, em despesas necessárias para evitar a deterioração natural pelo desuso, bem como aquelas relativas às quotas condominiais;

f. que o §1º do art. 1º da Lei n.º 9.702, de 17 de novembro de 1998, define como vinculados às atividades operacionais da Autarquia apenas os imóveis residenciais destinados à ocupação por seus servidores ou dirigentes, e aqueles que, por suas características e localização, sejam declarados pelo INSS como relacionados aos seus objetivos institucionais;

g. a NOTA TÉCNICA PFE/INSS/CGMADM/DPIM Nº 35/2009, devidamente aprovada pelo DESPACHO PFE-INSS/CGMADM/DPIM Nº 198/2009 e DESPACHO PFE/INSS/CGMADM/GAB 212/2009, cujo entendimento é de que os imóveis residenciais não destinados à ocupação por servidores ou dirigentes não devem ser considerados vinculados às atividades operacionais do INSS; e

h. a liberdade conferida ao INSS pela Lei nº 9.702, de 1998, para definir quais os bens imóveis de sua propriedade são considerados vinculados às suas atividades operacionais, resolvem:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Fica desafetado da sua destinação original, passando à categoria dos bens imóveis desnecessários ou não vinculados às atividades operacionais do INSS, o bem imóvel residencial situado à SUPER QUADRA NORTE 406, BLOCO B, APTO. 207, registrado no Cartório do 2° Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, sob a matrícula nº 81164;

Art. 2º A alienação do bem imóvel relacionado no art. 1º desta Portaria deverá observar os procedimentos legais e administrativos previstos nas Leis nº 9.702, de 1998, 11.481, de 31 de maio de 2007 e 8.057, de 29 de junho de 1990.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO LUCIANO HAUSCHILD
Presidente do Instituto

PEDRO AUGUSTO SANGUINETTI FERREIRA
Diretor de Orçamento, Finanças e Logística

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIA Nº 232, DE 10 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 25 combinado com o inciso IV do art. 33 e o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I alínea "d", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 3022/3519-79, comando nº 344093320 e juntada nº 345840017, resolve:

Art. 1º Aprovar a Transferência de Gerenciamento do Plano de Benefícios Grupo Essilor - CNPB nº 1993.0014-92, do HSBC Fundo de Pensão para o IFM - Itaú Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Autorizar a aplicação do Regulamento do Plano de Benefícios Grupo Essilor - CNPB nº 1993.0014-92, a ser administrado pelo IFM - Itaú Fundo Multipatrocinado.

Art. 3º Aprovar o Convênio de Adesão celebrado entre o IFM - Itaú Fundo Multipatrocinado e as empresas Essilor da Amazônia Indústria e Comércio Ltda, Multi-Óptica Distribuidora Ltda., Sudop Indústria Óptica Ltda. e Brasilor Participações Ltda., na condição de patrocinadoras do Plano de Benefícios Grupo Essilor - CNPB nº 1993.0014-92.

Art. 4º Aprovar o "Termo de Rescisão de Convênio de Adesão e Transferência de Gerenciamento" do Plano de Benefícios Grupo Essilor - CNPB nº 1993.0014-92.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS DE PAULA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.065, DE 10 DE MAIO DE 2011

Aprova o repasse de recursos para Estados e Distrito Federal, a título de financiamento, referente a abril, maio e junho de 2011, para aquisição de medicamentos do Componente Especializado da Assistência Farmacêutica conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.981/GM/MS, de 26 de novembro de 2009, que aprova o Componente Especializado da Assistência Farmacêutica e define em seu Anexo IV os procedimentos e os valores dos medicamentos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS; e

Considerando a Portaria nº 3439/GM/MS, de 11 de novembro de 2010 que altera os Anexos I, II, III, IV e V da Portaria nº 2.981/GM/MS/2009, resolve:

Art. 1º Aprovar o repasse de recursos aos Estados e Distrito Federal, destinado ao financiamento da aquisição de medicamentos previstos Grupo 06 Subgrupo 04 - Componente Especializado da Assistência Farmacêutica da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS em abril, maio e junho de 2011, conforme valores descritos no Anexo I a esta Portaria.

Parágrafo único. Os valores foram estabelecidos, considerando:

I - as informações aprovadas pelas unidades federadas em dezembro de 2010, janeiro e fevereiro de 2011;

II - o ajuste a maior referente ao ressarcimento dos estoques estaduais em relação aos medicamentos que tiveram a aquisição centralizada pelo Ministério da Saúde de julho a setembro de 2010, calculado segundo os critérios estabelecidos pela Portaria nº 2.981/GM/MS/2009.

Art. 2º O valor total a ser repassado às unidades federadas é R$ 294.634.458,48 (duzentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e trinta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos), dividido em três parcelas, conforme Anexo I a esta Portaria.

§ 1º O valor correspondente ao ressarcimento de estoques é R$ 39.380.674,74 (trinta e nove milhões, trezentos e oitenta mil seiscentos e setenta e quatro reais e setenta e quatro centavos), dividido em três parcelas, sendo que o detalhamento por medicamento é apresentado no Anexo II a esta Portaria;

§ 2º Em relação ao Estado de Santa Catarina foi realizado um ajuste a menor de R$ 76.714,36 (setenta e seis mil setecentos e quatorze reais e trinta e seis centavos) em cumprimento ao Acórdão nº 4834/2009 - TCU - 1ª Câmara, Processo TC-019.180/2008-7.

§ 3º Para o Rio Grande do Norte o valor do segundo trimestre considera o repasse dos valores que não foram transferidos no período de outubro de 2010 a março de 2011 (referentes a produção ambulatorial aprovada para as competências de junho a novembro de 2010). O ajuste de contas para esse Estado soma R$ 7.251.945,55 (sete milhões, duzentos e cinquenta e um mil novecentos e quarenta e cinco reais e cinqüenta e cinco centavos) e será dividido em três parcelas.

§ 4º Para o procedimento 06.04.34.007-9 - TACROLIMO 5 MG (POR CAPSULA) foi realizado ajuste a menor dos valores gerados indevidamente pelo Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS (SIA/SUS) para as competências de setembro de 2010 a fevereiro de 2011. O valor total do ajuste é de R$ 14.283.080,46 (quatorze milhões, duzentos e oitenta e três mil oitenta reais e quarenta e seis centavos) e será descontado em três parcelas.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.303.1293.4705 - Apoio para Aquisição e Distribuição de Medicamentos Excepcionais.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

ANEXO I

Pagamento de Abril, Maio e Junho de 2011

Unidade da Federação	Valor médio mensal aprovado em dezembro/2010, janeiro e fevereiro/2011 (1)	Ressarcimento mensal de estoque (detalhamento anexo II)	Ajuste a menor SC (Acórdão TCU nº 4834/2009) (2)	Ajuste a maior RN (3)	Ajuste a menor Tacrolimo 5mg (4)	Valor de pagamento de abril, maio e junho de 2011
Acre	108.616,62	32.627,20			28.182,00	113.061,82
Alagoas	1.746.370,48	113.515,42			52.029,34	1.807.856,56
Amapá	0	0			0	0
Amazonas	502.948,60	164.301,26			29.188,50	638.061,36
Bahia	2.557.698,51	108.141,00			261.757,10	2.404.082,41
Ceará	3.107.737,51	1.501.269,10			196.032,65	4.412.973,96
Distrito Federal	806.916,84	188.245,23			71.327,30	923.834,77
Espírito Santo	2.895.279,69	1.413.057,49			123.739,11	4.184.598,07
Goiás	2.630.620,84	806.598,71			43.816,30	3.393.403,26
Maranhão	733.347,97	83.495,39			13.889,70	802.953,65
Mato Grosso	852.448,48	288.376,58			24.357,30	1.116.467,76
Mato Grosso do Sul	980.482,15	413.422,33			33.415,80	1.360.488,68
Minas Gerais	9.018.136,22	524.572,13			503.236,58	9.039.471,78
Pará	591.680,60	189.113,36			40.917,58	739.876,37
Paraíba	816.669,02	79.081,16			20.264,20	875.485,98
Paraná	5.635.897,55	178.170,78			251.799,46	5.562.268,87
Pernambuco	2.171.191,86	276.790,21			166.575,75	2.281.406,32
Piauí	949.367,78	192.140,05			12.883,20	1.128.624,64
Rio de Janeiro	2.960.813,07	2.311.672,97			138.333,36	5.134.152,69
Rio Grande do Norte	783.083,38	554.502,79		2.417.315,18	20.532,60	3.734.368,75
Rio Grande do Sul	3.035.185,41	525.493,83			221.000,56	3.339.678,68
Rondônia	183.454,52	55.141,36			5.569,30	233.026,58
Roraima	91.475,53	92.672,66			1.610,40	182.537,79
Santa Catarina	5.396.227,81	1.055.859,87	25.571,45		615.575,40	5.810.940,83
São Paulo	38.047.451,45	1.805.563,58			1.864.058,13	37.988.956,90
Sergipe	613.711,54	120.757,06			20.935,20	713.533,40
Tocantins	237.064,22	52.310,05			0	289.374,27
Total	87.453.877,67	13.126.891,58	25.571,45	2.417.315,18	4.761.026,82	98.211.486,16

(1) Conforme § 1º do Art. 1º desta Portaria.
(2) Conforme § 2º do Art. 2º desta Portaria.
(3) Conforme § 3º do Art. 2º desta Portaria.
(4) Conforme § 4º do Art. 2º desta Portaria.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

Detalhamento do ressarcimento de estoques (conforme § 1º do artigo 2º)

Unidade Federada	Betainterferona 22 mcg	Betainterferona 44 mcg	Tacrolimo 1 mg	Betainterferona 300 mcg	Micofenolato de Sódio 180 mg	Micofenolato de Sódio 360 mg	Iminoglobulina Anti-Hepatite B 600 U	Betainterferona 30 mcg	Tacrolimo 5 mg	Total ressarcimento 2º tri/2011
Acre	0,00	0,00	44.688,00	0,00	3.498,90	0,00	0,00	12.051,60	37.643,10	97.881,60
Alagoas	0,00	0,00	73.300,29	0,00	2.144,28	92.104,47	0,00	0,00	172.997,22	340.546,26
Amapá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amazonas	0,00	0,00	176.126,58	22.995,48	0,00	220.508,53	0,00	0,00	73.273,20	492.903,79
Bahia	0,00	0,00	233.630,46	0,00	10.368,30	77.304,10	0,00	0,00	3.120,15	324.423,01
Ceará	11.531,52	1.284.356,25	2.016.833,28	0,00	182.584,80	561.162,35	0,00	133.170,18	314.168,91	4.503.807,29
Distrito Federal	0,00	116.893,75	0,00	447.440,22	0,00	0,00	0,00	401,72	0,00	564.735,69
Espírito Santo	120.440,32	1.253.381,25	425.561,43	387.036,60	22.123,32	1.302.457,72	0,00	329.611,26	398.560,58	4.239.172,48
Goiás	171.691,52	1.050.937,50	405.212,43	86.799,84	8.923,80	473.819,41	0,00	164.504,34	57.907,30	2.419.796,14
Maranhão	20.180,16	0,00	136.218,60	0,00	0,00	0,00	0,00	55.236,50	38.850,90	250.486,16
Mato Grosso	0,00	267.712,50	146.153,70	31.902,18	153.438,00	42.797,16	0,00	144.619,20	78.507,00	865.129,74
Mato Grosso do Sul	13.133,12	564.556,25	203.210,70	30.930,54	0,00	119.604,35	0,00	227.775,24	81.056,80	1.240.267,00
Minas Gerais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.995,50	1.569.720,90	0,00	1.573.716,40
Pará	51.251,20	115.050,00	0,00	104.937,12	0,00	296.101,75	0,00	0,00	0,00	567.340,07
Paraíba	53.173,12	154.506,25	0,00	0,00	29.564,10	0,00	0,00	0,00	0,00	237.243,47
Paraná	0,00	0,00	427.500,57	0,00	0,00	107.011,77	0,00	0,00	0,00	534.512,34
Pernambuco	81.681,60	0,00	0,00	154.814,64	10.239,90	354.051,52	0,00	229.582,98	0,00	830.370,64
Piauí	68.228,16	238.581,25	168.573,51	14.574,60	0,00	0,00	0,00	43.988,34	42.474,30	576.420,16
Rio de Janeiro	830.589,76	3.348.987,50	916.822,20	576.830,28	45.787,44	716.506,48	0,00	298.879,68	200.615,58	6.935.018,92
Rio Grande do Norte	0,00	1.303.900,00	15.688,68	130.847,52	7.126,20	0,00	0,00	145.824,36	60.121,60	1.663.508,36
Rio Grande do Sul	0,00	1.343.725,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	232.756,48	1.576.481,48
Rondônia	45.165,12	76.700,00	38.782,80	0,00	3.595,20	0,00	0,00	0,00	1.180,96	165.424,08
Roraima	0,00	161.512,50	70.459,41	0,00	128,40	39.274,76	0,00	0,00	6.642,90	278.017,97
Santa Catarina	111.471,36	0,00	1.082.283,51	234.813,00	476.903,28	504.093,18	0,00	0,00	758.015,28	3.167.579,61
São Paulo	46.766,72	1.074.537,50	1.116.749,13	0,00	0,00	1.577.582,32	0,00	1.601.055,06	0,00	5.416.690,73
Sergipe	32.992,96	66.375,00	82.114,20	22.833,54	1.348,20	68.831,47	0,00	87.775,82	0,00	362.271,19
Tocantins	0,00	18.437,50	68.348,70	5.667,90	0,00	0,00	0,00	64.476,06	0,00	156.930,16
Total	1.658.296,64	12.440.150,00	7.848.258,18	2.252.423,46	957.774,12	6.553.211,34	3.995,50	5.108.673,24	2.557.892,26	39.380.674,74

PORTARIA Nº 1.066, DE 10 DE MAIO DE 2011

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para preparação das ações de saúde para a Copa do Mundo FIFA 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a representação do Ministério da Saúde na Câmara Temática de Saúde da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil;

Considerando as competências da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS), como responsável pela gestão nas áreas de planejamento e orçamento, recursos humanos, compras e monitoramento;

Considerando as competências da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS), como unidade gestora e responsável pelas políticas de atenção à saúde;

Considerando as competências da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS), como unidade gestora e responsável pelas políticas de vigilância em saúde;

Considerando as competências da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS), como unidade gestora e responsável pela articulação federativa no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando as competências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), entidade vinculada ao Ministério da Saúde, como gestora e responsável pelas políticas de vigilância sanitária;

Considerando as competências da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), entidade vinculada ao Ministério da Saúde, como gestora responsável pelas políticas de saúde suplementar;

Considerando as competências do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), como entidade representante dos Secretários Estaduais de Saúde; e

Considerando as competências do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS), como entidade representante dos Secretários Municipais de Saúde, resolve:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Ministério da Saúde, Grupo de Trabalho para preparação das ações de saúde para a Copa do Mundo FIFA 2014.

Art. 2° Ao Grupo de Trabalho de que trata esta Portaria compete:

I - estabelecer diretrizes gerais, ações estratégicas e metas para preparação das ações de saúde para a Copa do Mundo FIFA 2014;

II - acompanhar a implementação das ações de preparação de saúde para a Copa do Mundo FIFA 2014; e

III - prover material técnico para representação do Ministério da Saúde na Câmara Temática de Saúde da Copa do Mundo FIFA 2014 no Brasil.

Art. 3º O Grupo de Trabalho terá a seguinte composição:

I - 1 (um) representante da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS);

II - 1 (um) representante da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (SAS/MS);

III - 1 (um) representante da Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde (SVS/MS);

IV - 1 (um) representante da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde (SGEP/MS);

V - 1 (um) representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);

VI - 1 (um) representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS);

VII - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS); e

VIII - 1 (um) representante do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

§ 1º Para cada representante titular, poderá ser designado um representante suplente.

§ 2º A coordenação do Grupo de Trabalho caberá à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (SE/MS).

Art. 4° Os membros titulares e suplentes do Grupo de Trabalho serão designados por meio de ato da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ROCHA SANTOS PADILHA

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 4 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 291ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157846/2007-91

Operadora: Unimed Sudeste Paulista - Federação Regional das Cooperativas

Registro na ANS nº: 414646

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 291ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.047280/2008-71

Operadora: Unimed Alto da Serra - Sociedade Cooperativa de Serviço Médico

Registro na ANS nº: 343684

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÕES DE 5 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 291ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Processo nº: 33902.157845/2007-46

Operadora: Unimed Santa Rita, Santa Rosa e São Simão Cooperativa de Trabalho Médico

Registro na ANS nº: 402834

Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3232, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.149843/2004-31

Operadora: Golden Cross Assistência Internacional Ltda

Registro ANS:403911

Beneficiário: M.B.M

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso interposto pela operadora, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância quanto à inexistência de DLP.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3233, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.139938/2004-50

Operadora: AMIL Saúde S/A

Registro ANS:302872

Beneficiário: L.T.D

Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e provimento do recurso interposto pela beneficiária, com conseqüente reforma da decisão proferida em primeira instância pela DIPRO, por entender que não houve omissão e comportamento fraudulento por parte da beneficiária ao preencher sua declaração de saúde.

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3242, de 26 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:

Prot. ANS nº: 33902.007755/2004-62

Operadora: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Registro: 385697
Auto de infração nº: 11834 de 09/01/2004
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n. º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3244, de 26 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.099615/2002-41
Operadora: CASSI -Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil
Registro: 346659
Auto de infração n° 4976 de 08/04/2002
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), nos termos do artigo 84 c/c inciso V do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3245, de 26 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.107779/2003-30
Operadora: Unimed Curitiba Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 304701
Auto de infração nº: 9238 de 22/07/2003
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do inciso I e parágrafo único do artigo 7º da RDC n. º 24, de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 291ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.2415843/2005-17
Operadora: Santa Casa de Misericórdia de Tupã
Registro na ANS nº: 306045
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIGES no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI, do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação através da 291ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 20 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Processo nº: 33902.157845/2007-46
Operadora: Unimed Santa Rita, Santa Rosa e São Simão Cooperativa de Trabalho Médico
Registro na ANS nº: 402834
Decisão: Aprovado à unanimidade o Voto condutor da DIFIS no julgamento do recurso administrativo em processo de ressarcimento ao SUS interposto pela Operadora, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo integralmente a decisão da DIDES que determinou o pagamento das AIHS.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÕES DE 6 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3221, de 11 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.070321/2003-18
Operadora: Associação Auxiliadora das Classes Laboriosas
Registro: 340146
Auto de Infração n.º : 9563 de 09/12/2002
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) nos termos do inciso VII do artigo 5º c/c inciso III do artigo 15, ambos da RDC 24/2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3230, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.243837/2003-98
Operadora: Unimed de Assis Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 300713
Auto de infração n° 10.599 de 30/09/2003
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária para R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n.º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3235, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.147883/2004-48
Operadora: Sul América Companhia de Seguro de Saúde
Registro: 006246
Beneficiária: S.M.Q
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria, pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIPRO que julgou improcedente a alegação da Operadora de conhecimento prévio de doença e lesão preexistente por parte da beneficiária.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3236, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.166509/2003-61
Operadora: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil
Registro: 385697
Auto de infração nº: 10.977 de 26/11/2003
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n. º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÕES DE 9 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 2348, de 07 de dezembro de 2009, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.180957/2003-77
Operadora: Universo Assistência Médica S/C Ltda
Registro: 352616
Auto de infração n°: 10.191 de 08/05/2003.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS pela improcedência da revisão administrativa, mantendo a decisão de primeira instância que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do inciso V e parágrafo único do artigo 7º da RDC 24 de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3024, de 07 de outubro de 2010, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.019907/2004-70
Operadora: Casa de Saúde São Bernardo Ltda
Registro: 363766
Auto de infração n°: 11.887 de 04 de março de 2004.
Decisão: Aprovado por maioria o voto da DIDES em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade fixada para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), nos termos do parágrafo único do artigo 11 da Lei 9656/98 c/c artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n.º 124/2006, face o princípio da retroatividade da norma mais benéfica.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3203, de 06 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.236878/2003-28
Operadora: Omega Assistência Médica S/C Ltda
Registro:358126
Auto de infração n° 16.934 de 31/8/2005
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária para R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso II do artigo 10, ambos da RN n. º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3204, de 06 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.136406/2003-76
Operadora: Saúde ABC Planos de Saúde Ltda
Registro: 412805
Auto de infração n°: 18425 de 11/01/2006
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 20.000,00 (vinte mil reais), nos termos do artigo 20 da Lei 9656/98 c/c artigo 34 c/c inciso IV do artigo 10, ambos da RN n.º 124/2006 c/c inciso XL do artigo 5º da CF 88.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3209, de 06 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.053327/2004-10
Operadora: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED
Registro ANS: 38697
Beneficiário: L.B.S
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIDES pelo arquivamento do processo sem resolução do mérito, diante da perda de objeto do processo, em razão de tal demanda já ter encontrado solução no Poder Judiciário.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3210, de 06 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.119118/2003-57
Operadora: Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos de Curitiba e Região Metropolitana - Unimed Curitiba
Registro: 304701
Auto de infração n°: 9243 de 03/09/2003.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS que fixou penalidade pecuniária no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do inciso I e parágrafo único do artigo 7º da RDC 24 de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3218, de 11 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.190890/2003-89
Operadora: Unimed de Fortaleza Cooperativa de Trabalho Médico
Registro: 317144

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Auto de infração n°: 10.418 de 15/05/2003.
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária fixada para R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), nos termos do inciso VII do artigo 5º c/c inciso IV do artigo 15, ambos da RDC 24 de 2000.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3226, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.012628/2004-85
Operadora: Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED
Registro: 385697
Auto de infração n° 11.842 de 21/01/2004
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n. º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3227, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.073166/2004-72
Operadora: Unimed Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico
Registro ANS: 343889
Beneficiário: L.P.N
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIFIS pelo não conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que julgou improcedente a alegação da operadora de conhecimento prévio de doença e lesão preexistente por parte do beneficiário.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3228, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.059480/2004-42
Operadora: São Camilo Assistência Médica S/A
Registro:328901
Auto de infração n° 12.555 de 15/4/2004
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIPRO em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterado apenas o valor da penalidade pecuniária para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n. º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3229, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.100510/2003-22
Operadora: CLINIPAM - Clínica Paranaense de Assistência Médica Ltda
Registro: 340782
Auto de infração n° 11.537 de 12/11/2003
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto da DIOPE em relatoria, pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão de primeira instância da DIFIS, alterando apenas o valor da penalidade pecuniária para R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), nos termos do artigo 77 c/c inciso III do artigo 10, ambos da RN n. º 124, de 2006.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

DECISÃO DE 10 DE MAIO DE 2011

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei Nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, em deliberação pelo Circuito Deliberativo Nº 3237, de 14 de abril de 2011, julgou o seguinte processo administrativo:
Prot. ANS nº: 33902.204243/2003-61
Operadora: Sul América Seguro Saúde S/A
Registro ANS: 006246
Beneficiário: M.A.G
Decisão: Aprovado por unanimidade o voto condutor da DIFIS pelo conhecimento e não provimento do recurso, mantendo a decisão da DIPRO em primeira instância que julgou improcedente a alegação da operadora de conhecimento prévio de doença e lesão preexistente por parte do beneficiário.
Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MAURICIO CESCHIN
Diretor - Presidente

RETIFICAÇÕES

Na Decisão de 21 de dezembro de 2010, processo n.° 33902.041501/2005-54, publicada no DOU Nº 244, em 21 de dezembro de 2010, seção 1, página 75: onde se lê: " Aprovado por unanimidade o voto da DIFIS em relatoria.... ". leia-se: Aprovado por unanimidade o voto da DIGES em relatoria ".

Na Decisão de 28 de abril de 2011, processo n.° 33902.157284/2007-85, publicada no DOU Nº 82, em 02 de abril de 2011, seção 1, página 64: onde se lê: " Protocolo ANS n° 33902.572842/2007-85.... ". leia-se: Protocolo ANS n° 33902.157284/2007-85 ".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.984, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 27 de abril de 2011 da Presidente da República, publicado no DOU de 28 de abril de 2011 e o inciso X do art. 13 do Regulamento da ANVISA, aprovado pelo Decreto n° 3.029, de 16 de abril de 1999, tendo em vista o disposto no inciso VIII do art. 16 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e
considerando o art. 12 e o art. 25 da Lei n.º 6.360, de 23 de setembro de 1976, bem como o inciso IX, do art. 7º da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:
Art. 1º. Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO - RE Nº 525 de 9 de Fevereiro de 2011, única e exclusivamente quanto a Revalidação de Registro de FAMÍLIA de Material de Uso Médico, referente à empresa EUROPA MEDICO SERVICE LTDA - 00.118.694/0001-66, PROCESSO 25351.064263/2004-20, publicada no Diário Oficial da União nº. 31 de 14 de Fevereiro de 2011, Seção 1, página 92 e em suplemento pág. 1.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 81, DE 10 DE MAIO DE 2011

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em sessão realizada em 10 de maio de 2011, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV e no §1º do art. 54 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n.º 354 da ANVISA, de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO aos recursos a seguir especificados, conforme anexo, mantendo as decisões anteriormente proferidas.

DIRCEU BRÁS APARECIDO BARBANO
Diretor-Presidente

ANEXO

Empresa: VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA EPP
CNPJ: 04.718.143/0001-94
Processo nº: 25351.143313/2010-89
Expediente Indeferido nº: 190694/10-1
Expediente do Recurso nº: 067062/11-6

RETIFICAÇÕES

Na resolução - RE N.º 1.024, de 10 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 49, de 14 de março de 2011, Seção 1 Pag. 61 e Suplemento Pags. 23 e 30.
Onde se lê:
EMPRESA: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, 3269
BAIRRO: CENTRO CEP: 93700000 - CAMPO BOM/RS
CNPJ: 93.209.765/0343-64
PROCESSO: 25351.096271/2011-64 AUTORIZ/MS: 0.74757.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: WMS SUPERMERCADOS DO BRASIL LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA BRASIL, 3269
BAIRRO: CENTRO CEP: 93700000 - CAMPO BOM/RS
CNPJ: 93.209.765/0343-64
PROCESSO: 25351.096271/2011-64 AUTORIZ/MS: 0.74757.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na resolução - RE N.º 1.049, de 10 de março de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 49, de 14 de março de 2011, Seção 1 Pag. 63 e Suplemento Pags. 72 e 75.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA SUZANO DROGAS LTDA EPP
ENDEREÇO: RUA BENJAMIN CONSTANT Nº 418
BAIRRO: CENTRO CEP: 08674010 - SUZANO/SP
CNPJ: 05.544.180/0001-96
PROCESSO: 25351.026531/2003-24 AUTORIZ/MS: 0.34857.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA SUZANO DROGAS LTDA
ENDEREÇO: RUA BARUEL, N° 115
BAIRRO: VILA COSTA CEP: 08676190 - SUZANO/SP
CNPJ: 05.544.180/0001-96
PROCESSO: 25351.026531/2003-24 AUTORIZ/MS: 0.34857.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 1.366, de 1º de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 64, de 4 de abril de 2011, Seção 1 Pag. 31 e Suplemento Pags. 94 e 105.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA DROGAVITA ITAPETININGA LTDAME
ENDEREÇO: AVENIDA PEIXOTO GOMIDE Nº 68
BAIRRO: CENTRO CEP: 18200160 - ITAPETININGA/SP
CNPJ: 55.266.308/0001-75
PROCESSO: 25351.001353/2003-29 AUTORIZ/MS: 0.27760.5
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA DROGAVITA ITAPETININGA LTDA-ME
ENDEREÇO: AVENIDA PEIXOTO GOMIDE Nº 68
BAIRRO: CENTRO CEP: 18200160 - ITAPETININGA/SP
CNPJ: 55.266.308/0001-75
PROCESSO: 25351.001353/2003-29 AUTORIZ/MS: 0.27760.5
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 1.648, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 74, de 18 de abril de 2011, Seção 1 Pag. 72 e Suplemento Pags. 88 e 99.
Onde se lê:
EMPRESA: COVABRA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA PIO XII Nº900 QUIOSQUE A
BAIRRO: JARDIM PORTO ALEGRE CEP: 13360000 - CAPIVARI/
SP
CNPJ: 10.701.510/0003-01
PROCESSO: 25351.163079/2010-18 AUTORIZ/MS: 0.65362.7
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EMPRESA: COVABRA DROGARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA DOMINGOS PRETTI Nº 165 QUIOSQUE
BAIRRO: JARDIM DE LUCCA CEP: 13255280 - ITATIBA/SP
CNPJ: 10.701.510/0003-01
PROCESSO: 25351.163079/2010-18 AUTORIZ/MS: 0.65362.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na resolução - RE N.º 1.648, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 74, de 18 de abril de 2011, Seção 1 Pag. 72 e Suplemento Pags. 88 e 104.
Onde se lê:
EMPRESA: DONIZETI ITAVAR DE OLIVEIRA ME
ENDEREÇO: AVENIDA GETULIO VARGAS Nº 273 A
BAIRRO: CENTRO CEP: 37115000 - MONTE BELO/MG
CNPJ: 22.137.897/0001-32
PROCESSO: 25351.019994/2003-30 AUTORIZ/MS: 0.31233.4
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: DONIZETI ITAVAR DE OLIVEIRA - ME
ENDEREÇO: AV. GETULIO VARGAS, 273 - A
BAIRRO: CENTRO CEP: 37115000 - MONTE BELO/MG
CNPJ: 22.137.897/0001-32
PROCESSO: 25351.019994/2003-30 AUTORIZ/MS: 0.31233.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 2.092, de 7 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 87, de 10 de maio de 2010, Seção 1 Pag. 42 e Suplemento Pag. 25.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA ABUNA LTDA
ENDEREÇO: RODOVIA BR-421 KM-40 PROJETO SIDNEY
GIRÃO
BAIRRO: DISTRITO DE PALMEIRAS CEP: 78939000 - NOVA MAMORÉ/RO
CNPJ: 01.556.444/0001-70
PROCESSO: 25351.008909/2003-16 AUTORIZ/MS: 0.27625.0
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/
COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: DROGARIA CASTILHO LTDA
ENDEREÇO: AV. DR. LEWERGER, N° 3351
BAIRRO: 10 DE ABRIL CEP: 78957000 - GUAJARÁ-MIRIM/RO
CNPJ: 01.556.444/0001-70
PROCESSO: 25351.008909/2003-16 AUTORIZ/MS: 0.27625.0
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na resolução - RE N.º 222, de 20 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 57 e Suplemento Pags. 47 e 56.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGAL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA NOVE DE JULHO, 1344
BAIRRO: JARDIM SÃO DOMINGOS CEP: 13471140 - AMERICANA/
SP
CNPJ: 54.375.647/0082-92
PROCESSO: 25351.753444/2010-72 AUTORIZ/MS: 0.73183.3
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL:
Leia-se:
EMPRESA: DROGAL FARMACEUTICA LTDA
ENDEREÇO: RUA NOVE DE JULHO, 1344
BAIRRO: JARDIM SÃO DOMINGOS CEP: 13471140 - AMERICANA/SP
CNPJ: 54.375.647/0082-92
PROCESSO: 25351.753444/2010-72 AUTORIZ/MS: 0.73183.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 2.798, de 17de junho de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 116, de 21 de junho de 2010, Seção 1 Págs 134 Suplemento págs 30 e 31.
Onde se lê:
EMPRESA: ANA PAULA DE AZEVEDO BALBI FARMACIA
ME
ENDEREÇO: Av Savio gama 1932
BAIRRO: retiro CEP: 27280000 - VOLTA REDONDA/RJ
CNPJ: 08.798.328/0001-07
PROCESSO: 25351.337406/2010-23 AUTORIZ/MS: 0.66689.4
EXPEDIENTE: 438915/10-8
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/
COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Leia-se:
EMPRESA: ANA PAULA DE AZEVEDO BALBI FARMACIA ME
ENDEREÇO: Rua Lacyr Schettini n 38
BAIRRO: 9 de abril CEP: 27335270 - BARRA MANSA/RJ
CNPJ: 08.798.328/0001-07
PROCESSO: 25351.337406/2010-23 AUTORIZ/MS: 0.66689.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na resolução - RE N.º 291, de 28 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 21, de 1º de fevereiro de 2010, Seção 1 Pag. 46 e Suplemento Pag. 43.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMASHOP - FARMACIA, DROGARIA, COM. VAR. COSMÉTICOS E ART. PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: RUA BORGES DE MEDEIROS, 432
BAIRRO: CENTRO CEP: 98300000 - PALMEIRA DAS MISSÕES/RS
CNPJ: 07.464.358/0001-14
PROCESSO: 25351.021186/2010-19 AUTORIZ/MS: 0.64367.9
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: CORRELATOS/COSMÉTICOS/DIETÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
Leia-se:
EMPRESA: FARMASHOP - FARMACIA, DROGARIA, COM. VAR. COSMÉTICOS E ART. PERFUMARIA LTDA
ENDEREÇO: AV. SÃO JOÃO BATISTA, S/N
BAIRRO: CENTRO CEP: 98338000 - NOVO BARREIRO/RS
CNPJ: 07.464.358/0001-14
PROCESSO: 25351.021186/2010-19 AUTORIZ/MS: 0.64367.9
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na Resolução - RE N.º 294, de 21 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 62 e Suplemento Pags. 143 e 154.
Onde se lê:
EMPRESA: FLORES & FLORES COM PROD FAR LTDA ME
ENDEREÇO: RUA CAINGANGAS 425
BAIRRO: CENTRO CEP: 17600070 - TUPÃ/SP
CNPJ: 02.519.281/0001-19
PROCESSO: 25351.412944/2007-51 AUTORIZ/MS: 0.50792.3
ATIVIDADE/ CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO
CONTROLE ESPECIAL: -
Leia-se:
EMPRESA: FLORES & FLORES COM. DE PROD FARMACÊUTICOS LTDA ME
ENDEREÇO: RUA CAINGANGAS 425
BAIRRO: CENTRO CEP: 17600070 - TUPÃ/SP
CNPJ: 02.519.281/0001-19
PROCESSO: 25351.412944/2007-51 AUTORIZ/MS: 0.50792.3
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE N.º 294, de 21 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 16, de 24 de janeiro de 2011, Seção 1 Pag. 62 e Suplemento Pags. 143 e 147.
Onde se lê:
EMPRESA: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO ENERGIA LTDAEPP
ENDEREÇO: AV. PAES DE BARROS, 905
BAIRRO: MOOCA CEP: 03115020 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.979.848/0001-65
PROCESSO: 25351.220750/2002-17 AUTORIZ/MS: 0.14238.7
ATIVIDADE/ CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -
Leia-se:
EMPRESA: FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO ENERGIA LTDA-EPP
ENDEREÇO: RUA PIO XI, 23
BAIRRO: ALTO DA LAPA CEP: 05060000 - SÃO PAULO/SP
CNPJ: 04.979.848/0001-65
PROCESSO: 25351.220750/2002-17 AUTORIZ/MS: 0.14238.7
ATIVIDADE/CLASSE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
DISPENSAÇÃO DE PLANTAS MEDICINAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -
MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE N.º 400, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 23, de 2 de fevereiro de 2011, Seção 1 Págs 83 e 89.
Onde se lê:
EMPRESA: DROGARIA RIVA LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR VALADARES 2
BAIRRO: CENTRO CEP: 36930000 - SIMONÉSIA/MG
CNPJ: 09.280.737/0001-80
PROCESSO: 25351.637074/2009-21 AUTORIZ/MS: 0.63099.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS
Leia-se:
EMPRESA: FARMACIA D & G LTDA-ME
ENDEREÇO: AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 195, LETRA: A
BAIRRO: CENTRO CEP: 36930000 - SIMONÉS/MG
CNPJ: 09.280.737/0001-80
PROCESSO: 25351.637074/2009-21 AUTORIZ/MS: 0.63099.7
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS

Na resolução - RE N.º 483, de 4 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 26, de 7 de fevereiro de 2011, Seção 1 Pag. 75 e Suplemento Pag. 98.
Onde se lê:
EMPRESA: MASSAO DROGARIAS LTDA
ENDEREÇO: AVENIDA ANTONIO AFONSO E LIMA, Nº 95
BAIRRO: CENTRO CEP: 07400000 - ARUJÁ/SP
CNPJ: 06.123.490/0001-08
PROCESSO: 25351.025507/2007-00 AUTORIZ/MS: 0.48538.1
ATIVIDADE/ CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/
PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -
Leia-se:
EMPRESA: MASSAO DROGARIAS LTDA
ENDEREÇO: RUA MONTEIRO LOBATO, N° 102, SALAS 01 E 02
BAIRRO: VILA FLORA REGINA CEP: 07400000 - ARUJÁ/SP
CNPJ: 06.123.490/0001-08
PROCESSO: 25351.025507/2007-00 AUTORIZ/MS: 0.48538.1
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Na resolução - RE N.º 5.729, de 10 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 237, de 13 de dezembro de 2010, Seção 1 Pag. 39 e Suplemento Pags. 13 e 20.

Onde se lê:

EMPRESA: JAMYR VASCONCELLOS S/A

ENDEREÇO: RUA JARDIM BOTÂNICO Nº700 LJ B

BAIRRO: JARDIM BOTÂNICO CEP: 22461000 - RIO DE JANEIRO/

RJ

CNPJ: 33.438.250/0138-11

PROCESSO: 25351.754630/2010-42 AUTORIZ/MS: 0.71994.2

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIAS PACHECO S/A

ENDEREÇO: R. JARDIM BOTANICO, N° 700, LOJA D

BAIRRO: JARDIM BOTANICO CEP: 22461000 - RIO DE JANEIRO/RJ

CNPJ: 33.438.250/0138-11

PROCESSO: 25351.754630/2010-42 AUTORIZ/MS: 0.71994.2

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Na Resolução - RE N.º 5.981, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 247, de 27 de dezembro de 2010, Seção 1 Pag. 92 e Suplemento Pags. 16 e 24.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA NOVA FRIGURGO LTDA-ME

ENDEREÇO: AVENIDA RIO BONITO Nº 1338

BAIRRO: VILA FRIBURGO CEP: 04776002 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 44.583.094/0001-44

PROCESSO: 25351.179589/2002-99 AUTORIZ/MS: 0.01718.9

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGA MX LTDA.

ENDEREÇO: AVENIDA RIO BONITO Nº 1338

BAIRRO: VILA FRIBURGO CEP: 04776002 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 44.583.094/0001-44

PROCESSO: 25351.179589/2002-99 AUTORIZ/MS: 0.01718.9

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na Resolução - RE N.º 5.981, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 247, de 27 de dezembro de 2010, Seção 1 pag. 92 e Suplemento pags. 16 e 19.

Onde se lê:

EMPRESA: JOAO LUCIO DA SILVA ME

ENDEREÇO: AV JACOB DORNELAS NETO 97

BAIRRO: CENTRO CEP: 36918000 - SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/

MG

CNPJ: 08.253.667/0001-08

PROCESSO: 25351.219957/2008-34 AUTORIZ/MS: 0.54416.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA SAUDE E TOLEDO LTDA

ENDEREÇO: AV JACOB DORNELAS NETO 97

BAIRRO: CENTRO CEP: 36918000 - SÃO JOÃO DO MANHUAÇU/MG

CNPJ: 08.253.667/0001-08

PROCESSO: 25351.219957/2008-34 AUTORIZ/MS: 0.54416.1

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

Na Resolução - RE N.º 657, de 19 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União n° 34, de 22 de fevereiro de 2010, Seção 1 Pag. 42 e Suplemento Pags. 50 e 51.

Onde se lê:

EMPRESA: FLORES & FLORES COM PROD FAR LTDA ME

ENDEREÇO: RUA CAINGANGAS 425

BAIRRO: CENTRO CEP: 17600070 - TUPÃ/SP

CNPJ: 02.519.281/0001-19

PROCESSO: 25351.412944/2007-51 AUTORIZ/MS: 0.50792.3

ATIVIDADE/ CLASSE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: FLORES & FLORES COM. DE PROD FARMACÊUTICOS LTDA ME

ENDEREÇO: RUA CAINGANGAS 425

BAIRRO: CENTRO CEP: 17600070 - TUPÃ/SP

CNPJ: 02.519.281/0001-19

PROCESSO: 25351.412944/2007-51 AUTORIZ/MS: 0.50792.3

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS MAGISTRAIS: -

MANIPULAÇÃO DE PRODUTOS OFICINAIS: -

Na Resolução - RE N.º 733, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 37, de 22 de fevereiro de 2011, Seção 1 Pag. 75 e Suplemento Pags. 161 e 162.

Onde se lê:

EMPRESA: ZILDA FRANCISCO PIMENTEL

ENDEREÇO: AV. ROTARY INTERNACIONAL Nº1458

BAIRRO: N. H. PARTICIPAÇÃO CEP: 78730285 - RONDONÓPOLIS/

MT

CNPJ: 07.280.693/0001-62

PROCESSO: 25351.328379/2009-59 AUTORIZ/MS: 0.60356.5

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Leia-se:

EMPRESA: ZILDA FRANCISCO PIMENTEL

ENDEREÇO: AV. ROTARY INTERNACIONAL, N° 1282

BAIRRO: NUCLEO HAB. PARTICIPACAO CEP: 78730232 - RONDONÓPOLIS/MT

CNPJ: 07.280.693/0001-62

PROCESSO: 25351.328379/2009-59 AUTORIZ/MS: 0.60356.5

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FARMACÊUTICOS: -

Na resolução - RE N.º 734, de 18 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 37, de 22 de fevereiro de 2011, Seção 1 Pag. 75 e Suplemento Pags. 162 e 173.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGARIA IBIFARMA

ENDEREÇO: RUA JOÃO ALVES DA MOTTA JUNIOR Nº28

BAIRRO: CENTRO CEP: 29670000 - IBIRAÇU/ES

CNPJ: 11.933.019/0001-07

PROCESSO: 25351.041709/2011-77 AUTORIZ/MS: 0.74114.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGARIA IBIFARMA

ENDEREÇO: RUA JOÃO ALVES DA MOTTA JUNIOR Nº28

BAIRRO: CENTRO CEP: 29670000 - IBIRAÇU/ES

CNPJ: 11.933.019/0001-07

PROCESSO: 25351.041709/2011-77 AUTORIZ/MS: 0.74114.1

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS:

Na resolução - RE N.º 870, de 24 de fevereiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União n° 41, de 28 de fevereiro de 2011, Seção 1 Pag. 79 e Suplemento Pags. 105 e 106.

Onde se lê:

EMPRESA: DROGA EX LTDA

ENDEREÇO: AVENIDA RAGHEB CHOHFI

BAIRRO: JARDIM TRES MARIAS CEP: 08375000 - SÃO PAULO/

SP

CNPJ: 02.743.218/0007-57

PROCESSO: 25351.589273/2008-05 AUTORIZ/MS: 0.56242.1

ATIVIDADE/ CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/

PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO

CONTROLE ESPECIAL: -

Leia-se:

EMPRESA: DROGA EX LTDA

ENDEREÇO: R. COSTA REGO, N° 47

BAIRRO: VILA GUILHERMINA CEP: 03542030 - SÃO PAULO/SP

CNPJ: 02.743.218/0007-57

PROCESSO: 25351.589273/2008-05 AUTORIZ/MS: 0.56242.1

ATIVIDADE/CLASSE

COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL: -

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E CONTROLE DE INSUMOS, MEDICAMENTOS E PRODUTOS

DESPACHOS DA GERÊNCIA-GERAL

Em 10 de maio de 2011

A Gerência-Geral de Inspeção e Controle de Insumos, Medicamentos e Produtos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXVII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, resolve:

NOTIFICAR, pelo presente Edital, com prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 17, III, § 2º, e do art. 33, § 1º, ambos da Lei Nº 6.437/77, a empresa(s) abaixo discriminada(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, para que tome(m) ciência da DECISÃO, proferida no(s) processo(s) abaixo relacionado(s), instaurados com base em Auto(s) de Infração Sanitária, da qual cabe recurso, no prazo de 20 (vinte) dias, conforme Resolução RDC/ANVISA 205/05, publicada no DOU de 15/07/05.

Informa que esta Agência tem sede no SIA TRECHO 05, Qd. Especial 57, CEP 71.205-050, Brasília DF.

LABMASTER IND E COM DE PRODUTOS PARA LABORATORIO LTDA

25351-559820/2007-39 - AIS 180/2007/GFIMP/GGIMP/ANVISA

MARILIA COELHO CUNHA

GERÊNCIA-GERAL DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE PROPAGANDA, DE PUBLICIDADE, DE PROMOÇÃO E DE INFORMAÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHOS DO GERENTE-GERAL

Em 10 de maio de 2011

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria n° 6, de 25 de fevereiro de 2011, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

25351.091222/2005-97 - AIS:108250/05-7 (585/04) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 61.300,00 (Sessenta e um mil e trezentos reais), além de Proibição de Propaganda,

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

25351.070658/2005-42 - AIS:083946/05-9 (803/04) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

25351.139291/2005-99 - AIS:164940/05-0 (660/04) - GPROP/ANVISA

Penalidade de Multa no valor de R$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais), além de Proibição de Propaganda,

ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.

25351.291346/2004-90 - AIS:410743/04-8 (295/04) - GPROP/ANVISA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Penalidade de Multa no valor de R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais)
ACHÉ LABORATÓRIOS FARMACÊUTICOS S.A.
25351.289201/2004-29 - AIS:408164/04-1 (970/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.066631/2005-55 - AIS:079193/05-8 (515/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.276109/2004-07 - AIS:392893/04-4 (296/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 49.000,00 (Quarenta e nove mil reais), além de Proibição de Propaganda,
BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA.
25351.276150/2004-75 - AIS:392939/04-6 (548/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 74.000,00 (Setenta e quatro mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NYCOMED PHARMA LTDA.
25351.211731/2004-61 - AIS:316476/04-4 9 (488/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NYCOMED PHARMA LTDA.
25351.291333/2004-11 - AIS:410729/04-2 (240/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NYCOMED PHARMA LTDA.
25351.052342/2005-79 - AIS:062673/05-2 (1183/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
NYCOMED PHARMA LTDA.
25351.066615/2005-62 - AIS:079176/05-8 (738/04) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
R S FRANCA
25351.505177/2006-42 - AIS:677010/06-0 (0189/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 20.000,00 (Vinte mil reais), além de Proibição de Propaganda,
V. E FRANCO TEIXEIRA
25351.504246/2006-09 - AIS:675804/06-5 (211/06) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), além de Proibição de Propaganda,

ANA PAULA DUTRA MASSERA

A Gerência-Geral de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda, de Publicidade, de Promoção e de Informação de Produtos Sujeitos a Vigilância Sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50-A, XVIII, da Portaria Nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria Nº 783, de 13 de julho de 2009, e com fundamento na delegação de competência conferida pela Portaria n° 5, de 05 de outubro de 2010, vem tornar públicas as Decisões Administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:

CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA
25351.073967/2005-74 - AIS:087871/05-5 (228/04)- GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA
25351.070676/2005-24 - AIS:083965/05-5 (.1351/04) -GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
CIFARMA CIENTÍFICA FARMACÊUTICA LTDA
25351.083946/2005-67 - AIS:099473/05-1 (023/04)- GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25351.282643/2004-44 - AIS:400658/04-5 (433/04)- GPDTA/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 55.000,00 (Cinquenta e cinco mil reais), além de Proibição de Propaganda,
EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA
25351.043810/2006-03 - AIS:056472/06-9 (1294/05)-GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
FUNDACAO PADRE PELAGIO
25351.467417/2005-12 - AIS:562782/05-6 (1468/05) - GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais), além de Proibição de Propaganda,
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA
25351.084639/2005-01 - AIS:100345/05-3 (092/04)-GPROP/ANVISA
Penalidade de Advertência, além de Proibição de Propaganda,
MEDLEY INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA
25351.290243/2004-11 - AIS:409394/04-1 (1.091/04)- GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 56.000,00 (Cinquenta e seis mil reais), além de Proibição de Propaganda,
WBPC PROPAGANDA E PUBLICIDADE S/C LTDA
25351.014975/2006-60 - AIS:019936/06-2 (1615/05) -GPROP/ANVISA
Penalidade de Multa no valor de R$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), além de Proibição de Propaganda,

PATRÍCIA DOMINGUES MASERA TOKARSKI

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 22, DE 10 DE MAIO DE 2011

Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o processo de realização de audiências públicas e consulta pública referentes à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do artigo 87 da Constituição Federal, o inciso III do artigo 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e o artigo 1º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003,

Considerando o disposto no art. 51 da Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007,

Considerando o disposto no artigo 61, parágrafo único, do Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, e

Considerando a conclusão das fases de elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico indicadas nos incisos I e II do art. 58 do Decreto 7.217, de 21 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Regulamentar as regras para a realização das AUDIÊNCIAS PÚBLICAS e o processo de realização da CONSULTA PÚBLICA, ambas relativas à proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico, as quais são partes integrantes do processo de elaboração desse Plano, coordenado pelo Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, conforme estabelecido no parágrafo único do artigo 61 do Decreto 7.217/10.

Art. 2º Para os fins de que trata esta Instrução Normativa entende-se por:

I. AUDIÊNCIA PÚBLICA: etapa de divulgação e discussão da proposta de texto do Plano Nacional de Saneamento Básico, garantindo à população o esclarecimento de possíveis dúvidas acerca da proposta em questão, bem como de coleta de críticas e sugestões à proposta de Plano, exclusivamente por escrito;

II. CONSULTA PÚBLICA: etapa exclusivamente de coleta de sugestões e críticas à proposta de texto do Plano Nacional de Saneamento Básico, que subsidiará a elaboração da proposta final do Plano em questão, garantindo à população a oportunidade de encaminhar suas contribuições ao documento.

§ 1º. Os procedimentos e a programação da AUDIÊNCIA PÚBLICA serão divulgados por meio da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental.

§ 2º. Ambas etapas serão coordenadas pela Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA), conforme Portaria nº. 634, de 22 de outubro de 2010, da Casa Civil da Presidência da República, por meio do Departamento de Articulação Institucional (DARIN).

Art. 3º Serão realizadas duas AUDIÊNCIAS PÚBLICAS e uma CONSULTA PÚBLICA com o objetivo de divulgar e debater com a sociedade e coletar sugestões e críticas sobre a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico.

§ 1º A participação, em qualquer uma das etapas, está aberta à qualquer um do povo e é de livre iniciativa dos interessados, sendo desejável e incentivada a participação qualificada.

§ 2º Pelo menos uma AUDIÊNCIA PÚBLICA será realizada em Brasília-DF.

Art. 4º. Na etapa da AUDIÊNCIA PÚBLICA, a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico bem como dos estudos que a fundamentaram, estará disponível na rede mundial de computadores, no sítio www.cidades.gov.br, com pelo menos 05 (cinco) úteis dias de antecedência.

§ 1º. Serão lavradas atas das audiências públicas, que serão divulgadas na rede mundial de computadores, notadamente no sítio do Ministério das Cidades, contendo a reprodução literal de todas as informações prestadas à sociedade, dos debates e sugestões e críticas eventualmente colhidas.

§ 2º - Nesta etapa deverá ser observado o previsto no § 4º do art. 5º desta Instrução Normativa.

Art. 5º. Na etapa da CONSULTA PÚBLICA, a proposta do Plano Nacional de Saneamento Básico, em seu formato para coleta de sugestões e críticas, bem como dos estudos que a fundamentaram, estará disponível a partir das 9h da data da publicação do Despacho do Chefe da Casa Civil da Presidência da República no Diário Oficial da União que torna pública o início de sua validade, através do site www.cidades.gov.br, permanecendo sob esta condição durante 20 dias ininterruptos.

§ 1º A CONSULTA PÚBLICA será pela realizada na forma do Decreto 4.176, de 28 março de 2002.

§ 2º As críticas e sugestões, exclusivamente sobre a proposta de texto do Plano Nacional de Saneamento Básico, devidamente justificadas, deverão ser encaminhadas por escrito, através do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de CONSULTA PÚBLICA, a ser disponibilizado no endereço www.cidades.gov.br.

§ 3º As contribuições serão de natureza:

I. aditiva - que sugere acréscimo de texto;

II. substitutiva - que sugere substituição de texto ou parte dele;

III. supressiva - que sugere eliminação de texto ou parte dele.

§ 4º As contribuições deverão ser devidamente identificadas, registrando-se o nome, CPF/CNPJ e telefone para contato da pessoa ou entidade que faz a contribuição ao documento, sendo que os dados pessoais não serão divulgados, salvo o nome do autor da sugestão ou crítica, conforme disposto no § 6º deste artigo.

§ 5º O prazo de recebimento das sugestões e críticas se encerrará às 18h do último dia da CONSULTA PÚBLICA.

§ 6º Após o encerramento do período da CONSULTA PÚBLICA, a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades divulgará as contribuições recebidas, na sua integralidade, com as respectivas autorias.

Art. 6º A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental apreciará as contribuições recebidas durantes as audiências públicas e a consulta pública, respondendo-as fundamentadamente e divulgando relatório previamente à finalização do texto do Plano Nacional de Saneamento Básico.

Parágrafo único. A divulgação do relatório será feita após decorridos 30 dias do encerramento do prazo de vigência da CONSULTA PÚBLICA, através do site www.cidades.gov.br.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

PORTARIA Nº 235, DE 10 DE MAIO DE 2011

Altera o Anexo II da Portaria MCidades n° 78/2010, no que se refere à proposta do Governo do Rio de Janeiro selecionada no âmbito do Pró-Transporte, exercício de 2008, relativa à obra de Extensão da Via Light - trecho D.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 6° da Lei n° 8.036, de 11 de maio de 1990, e o artigo 66, inciso IV, do Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto n° 99.684, de 8 de novembro de 1990, com a redação dada pelo Decreto n° 1.522, de 13 de junho de 1995, Resolução n° 409 de 26 de novembro de 2002, do Conselho Curador do FGTS,

CONSIDERANDO o pedido de alteração do valor de contrapartida da proposta relativa à obra de Extensão da Via Light - trecho D contido no Ofício n° 386/2010/GEOSI, de 20 de dezembro de 2010, da Caixa Econômica Federal,

CONSIDERANDO as justificativas para essa alteração apresentadas na Nota Técnica n° 03/2011/GAB/SeMOB, da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana,

CONSIDERANDO a importância da obra para a população do Rio de Janeiro, especificamente da Baixada Fluminense, e

CONSIDERANDO que a proposta em questão se enquadra na Instrução Normativa N° 44, de 24 de setembro de 2008, tendo sido selecionada pela Portaria n° 78, de 10 de janeiro de 2010, resolve:

Art. 1° Alterar o Anexo II da Portaria n° 78, de 10 de janeiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 11 de fevereiro de 2010, Seção 1, páginas 55 e 56, que divulgou a seleção de propostas selecionadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - Pró-Transporte com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, exercício de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO II

PROGRAMA DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA - PRÓ-TRANSPORTE

SELEÇÃO DE PROPOSTA COM RECURSOS DO FGTS

EXERCÍCIO DE 2008

Solicitante	Município	UF	CNPJ/MF	Obra/Projeto	Valor do Investimento	Valor do Financiamento
Prefeitura Municipal de Campo Grande	Campo Grande	MS	03.501.509/0001-06	Implantação de Sinalização Viária; Modernização Semafórica; Execução de Pontes e Passarelas; Abrigos de Ônibus; Ciclovia	58.117.828,73	55.211.937,29
Governo do Estado do Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	RJ	42.498.600/0001-71	Extensão da Via Light - trecho D	314.413.159,21	259.138.332,31

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO NEGROMONTE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 439, DE 10 DE MAIO DE 2011

O DIRETOR SUBSTITUTO DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução Nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria Nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo Nº 80000.010416/2011-36, resolve:

Art. 1º Conceder, até 10 de abril de 2012, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §1º do art. 4º da Resolução Nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento a pessoa jurídica ARA VISTOMETRO INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ - 06.923.008/0001-06, situada no Município de Araras - SP, na Avenida Romano Zorzo, Nº 550, Jardim Sobradinho, CEP 13.602-002, para atuar como Instituição Técnica Licenciada - ITL.

Art. 2º O Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO comunicará ao DENATRAN eventuais ocorrências que venham a alterar a situação da Instituição Técnica Licenciada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº 30 de 10 de abril de 2008, do Departamento Nacional de Transito - DENATRAN.

ORLANDO MOREIRA DA SILVA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 458, de 29 de julho de 2010, publicada no DOU de 30 de julho de 2010, Seção 1, Página 101, onde se lê: 'na Rua Benjamin Constant, 428 - Centro, CEP 17.580-000' Leia-se: 'na Avenida Benjamin Constant, 528 - Flândria, CEP 17.580-000'.

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RETIFICAÇÃO (*)

Na Resolução Nº 380, de 28 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, na Seção I, página 39, Artigo 3º, Inciso III - Veículos das categorias O (Reboques e semi- reboques).

Onde se lê:

DATA DE IMPLANTAÇÃO	PERCENTUAL DA PRODUÇÃO
01 de janeiro de 2013	100% CVC´s com PBT > 57 toneladas
01 de janeiro de 2014	100% (todos os outros)

Leia-se:

DATA DE IMPLANTAÇÃO	PERCENTUAL DA PRODUÇÃO
01 de janeiro de 2013	100% CVC´s com PBTC >= 57 toneladas
01 de janeiro de 2014	100% (todos os outros)

(*) Republicado por ter saído, no DOU Nº 88, Seção 1, de 10-5-2011, pág. 61, com incorreções no original.

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 88, DE 20 DE ABRIL DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições em conformidade com dispositivo no artigo 94,item 3, alínea "b", do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.028734/2008, resolve:

Art. 1º Autorizar, a realização de transferência indireta da permissão para a execução do Serviço de Radiodifusão Sonora em Freqüência Modulada, no Município de Caçapava, Estado de São Paulo, outorgada à RÁDIO CAPITAL DO VALE LTDA., pela Portaria nº 239, de 4 de dezembro de 1998, publicada no Diário Oficial da União de 8 de dezembro de 1998, referendado pelo Decreto Legislativo n° 34, de 2000, publicado no Diário Oficial da União de 24 de março de 2000, mediante cessão de cotas representativas do capital social para novos cotistas, que passarão a deter o mando da sociedade, conforme previsto no artigo 89 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão,conforme consta nesta Portaria.

Art. 2º Determinar, nos termos do artigo 97 do citado Regulamento, que a entidade interessada apresente a alteração contratual contendo a transferência ora autorizada, devidamente registrada na repartição competente, para aprovação deste Ministério.

Art. 3º Determinar que, após a aprovação dos atos decorrentes da presente autorização por este Ministério, seja procedida a devida comunicação ao Congresso Nacional, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição da República.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

PORTARIA Nº 120, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso II do art. 9º e art. 19 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, na Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, resolve outorgar autorização a entidade abaixo relacionada a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de outorga somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3° do art. 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
120	53000.070248/06	Associação de Integração e Desenvolvimento de Quatro Barras (ACIDQB)	Quatro Barras/PR

PAULO BERNARDO SILVA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 23, DE 10 DE MAIO DE 2011

Proposta de Edital de Licitação para a Expedição de Autorização de Uso de Segmentos de Radiofrequências na Subfaixa de 3.400 MHz a 3.600 MHz para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC e do Serviço Móvel Pessoal - SMP.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, deliberou em sua Reunião nº 605, de 5 de maio de 2011, submeter à Consulta Pública, para comentários do público em geral, nos termos do art. 42, do inciso II do art. 89 e do art. 164 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e do art. 67 do Regulamento da Anatel, e do constante dos autos do processo nº 53500.012404/2010, Proposta de Edital de Licitação para a Expedição de Autorização de Uso de Segmentos de Radiofrequências na Subfaixa de 3.400 MHz a 3.600 MHz para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC e do Serviço Móvel Pessoal - SMP, nos termos do Anexo à presente Consulta Pública.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço abaixo e na página da Anatel na Internet, no endereço http://www.anatel.gov.br, a partir das 14h do dia 11 de maio de 2011.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas exclusivamente conforme indicado a seguir e, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet http://www.anatel.gov.br, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 24 de junho de 2011, fazendo-se acompanhar de textos alternativos e substitutivos, quando envolverem sugestões de inclusão ou alteração, parcial ou total, de qualquer dispositivo.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correio eletrônico, recebidas até às 17h do dia 22 de junho de 2011, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS
CONSULTA PÚBLICA Nº 23, DE 10 DE MAIO DE 2011.

Proposta de Edital de Licitação para a Expedição de Autorização de Uso de Segmentos de Radiofrequências na Subfaixa de 3.400 MHz a 3.600 MHz para Exploração do Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC e do Serviço Móvel Pessoal - SMP.

SAUS, Quadra 6, Anatel Sede - Bloco F - Térreo - Biblioteca

70070-940 Brasília - DF
Fax.: (061) 2312-2002
Correio Eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br

As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão posteriormente à disposição do público na Biblioteca da Anatel.

RONALDO MOTA SARDENBERG
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 6 de maio de 2010

Nº 3.417 - Processo nº 53504.005080/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela POWERLICE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 01.267.693/0001-46, concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Jundiaí, no Estado de São Paulo, contra a decisão proferida por meio do Ato nº 2.861, de 26 de maio de 2009, do Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (PADO) em epígrafe, que tem por objeto apurar o cometimento de irregularidade constatada em fiscalização e consubstanciada no Laudo de Vistoria Técnica do Serviço de TV a Cabo nº 0001SP20050355, de 31 de março de 2005, decidiu, em sua Reunião nº 552, realizada em 11 de fevereiro de 2010, não conhecer do Recurso por ser intempestivo, consoante os termos da Análise nº 32/2010-GCAB, de 28 de janeiro de 2010.

Em 18 de março de 2011

Nº 2.251 - Processo nº 53504.005080/2005.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela POWERLICE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 01.267.693/0001-46, Concessionária do Serviço de TV a Cabo na Área de Jundiaí, contra decisão do Conselho Diretor expressa no Despacho nº 3.417/2010-CD, de 6 de maio de 2010, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação de irregularidades na prestação do Serviço, decidiu, em sua Reunião nº 597, realizada em 24 de janeiro de 2011, conhecer do Pedido para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 079/2011-GCJR, de 7 de fevereiro de 2011.

Em 11 de agosto de 2010

Nº 6.948 - Processo nº 53554.001236/2005

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela CLARO S/A, CNPJ/MF nº 40.432.544/0001-47, Autorizada do Serviço Móvel Pessoal (SMP), contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho nº 7.214/2009-CD, de 9 de outubro de 2009, nos autos do Processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação do descumprimento de obrigação prevista no art. 13, § 3º, do Regulamento do SMP, aprovado pela Resolução nº 316, de 27 de setembro de 2002, decidiu, em sua Reunião nº 568, realizada em 24 de junho de 2010, não conhecer do Pedido de Reconsideração ante a ausência de pressuposto processual para sua admissibilidade, qual seja, a tempestividade, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 282/2010-GCER, de 18 de junho de 2010.

Em 11 de novembro de 2010

Nº 10.464 - Processo nº 53500.001096/2004

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela BRASIL TELECOM S/A - Filial Distrito Federal, CNPJ/MF nº 76.535.764/0326-90, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC na Região II do Plano Geral de Outorgas - PGO, contra decisão do Conselho Diretor expressa no Despacho nº 267/2010-CD, de 19 de janeiro de 2010, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a averiguação da comercialização de cartões indutivos sem a necessária certificação, decidiu, em sua Reunião nº 586, realizada em 4 de novembro de 2010, conhecer do Pedido para, no mérito, negar-lhe provimento, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 684/2010-GCJR, de 25 de outubro de 2010.

Em 23 de fevereiro de 2011

N.º 1.531 - Processo nº 53500.002703/2003

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A - Oi, CNPJ/MF nº. 33.000.118/0001-79, em face da decisão do Conselho Diretor consubstanciada no Despacho nº. 3.599/2010-CD, de 12 de maio de 2010, constante dos autos do Processo em epígrafe, decidiu, em sua Reunião nº. 596, realizada em 10 de fevereiro de 2011, conhecer do Pedido de Reconsideração, com pedido de efeito suspensivo, protocolizado sob o nº. 53508.006699/2010, de 09 de junho de 2010 (fls. 244/260), para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão exarada pelo Conselho Diretor, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº. 700/2010-GCJR, de 3 de novembro de 2010.

Em 15 de março de 2011

Nº 2.084 - Processo Administrativo Fiscal nº 53500.006096/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso de Ofício, em razão da decisão proferida pelo Superintendente de Administração-Geral,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

por meio do Despacho nº 10.054/2010/ADPFA/SAD, de 27 de outubro de 2010, nos autos do Processo Administrativo Fiscal em epígrafe, instaurado em face da prestadora GTSS - GLOBAL TELECOMUNICATIONS, SERVICES AND SYSTEMS LTDA., CNPJ/MF nº 02.024.574/0001-25, decidiu, em sua Reunião 596, realizada em 10 de fevereiro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 38/2011-GCJR, de 27 de janeiro de 2011, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Nº 2.092 - Processo nº 53500.005551/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso de Ofício, em razão da decisão proferida pelo Superintendente de Administração-Geral, por meio do Despacho nº 8.478/2010/ADPFA2/SAD, de 17 de setembro de 2010, nos autos do Processo Administrativo Fiscal em epígrafe, instaurado em face da prestadora TELESPAZIO BRASIL S/A, CNPJ nº 02.214.014/0001-33, decidiu, em sua Reunião nº 596, realizada em 10 de fevereiro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 77/2011-GCJR, de 04 de fevereiro de 2011, e em consonância com o Parecer nº 1158-2010/AAJ/PGF/PFE-Anatel, de 20 de outubro de 2010, da Procuradoria Federal Especializada da Anatel, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida.

Em 18 de março de 2011

Nº 2.261 - Processo Administrativo Fiscal - PAF nº 53500.007261/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto em face da decisão proferida pela Superintendente de Universalização, por meio do Despacho nº 1934/2009/UNACO/UNAC/SUN, de 23 de março de 2009, e, posteriormente, o Recurso de Ofício da decisão proferida pelo Superintendente de Administração-Geral (SAD), por meio do Despacho nº 8479/2010/ADPFA2/SAD, de 17 de setembro de 2010, nos autos do Processo Administrativo Fiscal em epígrafe, instaurado contra a prestadora BEL-MUSIC SERVIÇOS MUSICAIS LTDA., CNPJ/MF nº 17.176.850/0001-48, decidiu, em sua Reunião nº 597, realizada em 24 de fevereiro de 2011, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 105/2011/-GCJV, de 04 de fevereiro de 2011, não conhecer do Recurso Administrativo por ser intempestivo, e, conhecer do Recurso de Ofício, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Nº 2.273 - Processo nº 53500.028701/2008 e conexos

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso de Ofício (reexame necessário) em Procedimento de Apuração Fiscal - PAF instaurado em face da empresa EXECUTIVA ENGENHARIA DE TELECOMUNICAÇÕES E SISTEMAS LTDA., CNPJ/MF nº 37.370.152/0001-96, contra decisão da Superintendência de Administração-Geral da ANATEL, consubstanciada pelo Despacho nº 3.768/2010-ADPFA/SAD, de 18 de maio de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 597, realizada em 24 de fevereiro de 2011, conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 150/2011-GCJV, de 17 de fevereiro de 2011.

Em 26 de abril de 2011

Nº 3.367 - Processos no 53504.014442/2007

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Pedido de Reconsideração apresentado pela CLARO S/A, atual denominação da BCP S/A, CNPJ no 40.432.544/0001-47, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor por meio do Despacho no 6.723/2010-CD, de 05 de agosto de 2010, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto a apuração do descumprimento de obrigações referentes ao Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, decidiu, em sua Reunião no 598, realizada em 03 de março de 2011, conhecer do Pedido para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise no 156/2011-GCJV, de 22 de fevereiro de 2011.

Em 27 de abril de 2011

Nº 3.419 - Processo nº 53508.010169/2008

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto pela TNL PCS S/A, autorizada do Serviço Móvel Pessoal - SMP, CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, em face da decisão proferida pelo Superintendente de Serviços Privados, por meio do Ato nº 4.106/2010-SPV, de 22 de junho de 2010, decidiu, em sua Reunião nº 602, realizada em 7 de abril de 2011, conhecer do Recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, em sua integralidade, a decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 277/2011-GCJV, de 31 de março de 2011.

RONALDO MOTA SARDENBERG

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

ATO Nº 2.962, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autorizar ELETRO MECÂNICA BOETTGER COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, CNPJ nº 75.403.501/0001-18 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, , no período de 11/05/2011 a 16/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 2.964, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autorizar a(o) Embaixada do Reino da Suécia a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, São Manuel/SP e Brasília/DF, no período de 11/05/2011 a 20/05/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

ATO Nº 2.982, DE 10 DE MAIO DE 2011

Autorizar PAMPLONA'S MOTORSPORTS OFICINA MECÂNICA LTDA, CNPJ nº 07.394.219/0001-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Nova Santa Rita/RS, , no período de 12/06/2011 a 15/06/2011.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS
Superintendente

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 3 de dezembro de 2010

Processo nº 53572.000406/2010, conhecer do recurso interposto pelo INFOTECNET NETWORKS E INFORMÁTICA LTDA, CNPJ 08.869.402/0001-39, e reformar o valor da sanção de MULTA para R$ 3.010,08 (três mil e dez reais e oito centavos), por infringência ao artigo 131 c/c o artigo 173, II, ambos da Lei nº 9.472/97.

EDILSON RIBEIRO DOS SANTOS

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO PARÁ

DESPACHO DO GERENTE

Aplica às entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53572.000726/2010	Ipconect Telecomunicações Ltda	Balsas/MA	02.520.417/0001-00	3.475,58	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	09/11/2010
53572.001034/2010	Itala Maria de Oliveira	Timon/MA	695.752.903-72	3.850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 c/c artigo 55, inciso V, alínea *b*, do anexo à Resolução 242/2000.	20/12/2010
53572.000734/2010	Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti	Buriti/MA	02.822.859/0001-01	3.850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 c/c artigo 55, inciso V, alínea *b*, do anexo à Resolução 242/2000.	18/02/2011
53572.001032/2010	Associação Cultural Rio Maracaçumé	Maracaçumé/MA	10.494.737/0001-61	2.850,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	20/12/2010
53572.000906/2010	Waldei C. da Silva	São João dos Patos/MA	08.812.148/0001-32	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	29/10/2010
53572.001183/2010	Fundação São Domingos	São Domingos do Maranhão/MA	11.839.831/0001-78	2.850,00	Artigo 163 da Lei n.º 9.472/97.	15/02/2011
53572.001221/2010	Valdineia Costa da Silva	Coroatá/MA	006.649.163-09	3.850,00	Artigo 163 da Lei nº 9.472/97 c/c artigo 55, inciso V, alínea *b*, do anexo à Resolução 242/2000.	15/02/2011
53572.001275/2010	Paulo de Tarso de Carvalho Bayma Filho	São Luis/MA	11.509.434/0001-38	3.010,08	Artigo 131 da Lei n.º 9.472/97.	24/02/2011

JOÃO ALBERTO REIS LUZ

ESCRITÓRIO REGIONAL EM SÃO PAULO

DESPACHOS DO GERENTE

Aplica as entidades, abaixo relacionadas, sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos abaixo relacionados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	Valor da multa (R$)	Enquadramento Legal	Data do Despacho
53504.012876/2010	RONALDO APARECIDO RAMOS	São José do Rio Preto/SP	225.272.278-99	250,00	Artigo 14 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 444/2006 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	29/09/2010
53504.017068/2006	JAN LUIZ APARECIDO KRELA	Atibaia/SP	962.592.728-04	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	15/09/2010
53504.003179/2007	OBJETIVA SAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Mairiporã/SP	06.317.822/0001-87	6850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	14/10/2010
53504.013478/2009	CELSO YUTAKA NAKAHARA	Araçatuba/SP	023.698.498-51	4010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c e artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98, c/c artigo 131 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	01/10/2010
53504.015229/2005	FLEX TELECOM CONDUTORES LTDA	Indaiatuba/SP	72.981.210/0001-19	4200,00	Artigos 4º e 55, inciso IV, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	26/02/2010
53504.020719/2006	LILIAN BIACHINI DA SILVA	São Paulo/SP	298.220.818-04	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	26/01/2009
53504.025253/2008	MANOEL DOMINGOS DA SILVA	São Roque/SP	081.186.987-34	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	24/09/2010
53504.002240/2009	FABIANO MAROS	Registro/SP	068.537.949-31	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 80 do Regulamento aprovado pela Resolução 259/2001	29/11/2010
53504.023578/2006	WILLIANS DANIEL DIAS	Santo André/SP	220.813.658-63	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	15/09/2010

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

53504.005375/2008	PEDRO BENTO DE CAMARGO	Morro Agudo/SP	035.034.028-53	1100,00	Item 9.4 c/c 10.1 da Norma 13/97, artigo 26, § 8º c/c artigo 53 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e artigo 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 303/2002	26/10/2010
53504.008979/2006	ZILAH APARECIDA MARQUES DOS SANTOS	Carapicuíba/SP	809.488.718-49	1752,93	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	09/09/2008
53504.025349/2008	MARCELO CASARINI	Presidente Epitácio/SP	082.577.698-86	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigos 4º e 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	23/06/2010
53504.009654/2009	DIGIBRÁS INDÚSTRIA DO BRASIL S/A	São Paulo/SP	07.130.025/0001-59	1000,00	Artigos 39 e 55, inciso IV, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	14/10/2010
53504.002143/2009	VANDERLEI AMÉRICO	Registro/SP	889.218.919-00	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigos 4º e 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	03/10/2010
53504.023154/2009	WILLIAM DEL REY	Bauru/SP	056.753.197-00	3535,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97, artigos 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	14/10/2010
53504.002235/2008	NOSSA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA	Borborema/SP	07.300.153/0001-01	881,01	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	25/08/2010
53504.023528/2010	KLEBER DA SILVA BARBOSA	Embu/SP	224.046.128-40	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	22/01/2010
53504.001698/2009	CRISTIANO PIRES PAES NUNES	Registro/SP	003.955.679-47	272,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	25/11/2010
53504.002242/2009	VALMIR DE ALMEIDA OLIVEIRA	Registro/SP	118.815.528-88	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	06/12/2010
5304.002445/2010	WELLINGTON JOSÉ RONCHI	Itajobi/SP	09.606.561/0001-03	3010,08	Artigo 131 da Lei nº 9472/97	07/10/2010
53504.023216/2010	JARDIR FERNANDES DE PAULA	Itanhaém/SP	036.059.458-13	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	22/11/2010
53504.022458/2004	MARIA DE CÁSSIA EUGÊNIO FRANCISCO SALTO	Salto/SP	48.552.327/0001-00	2011,20	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	17/11/2008
53504.011500/2009	SOCIEDADE DIRETA DE COMUNICAÇÕES LTDA	Mococa/SP	67.156.901/0001-48	2283,75	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/01/2011
53504.020327/2010	RINALDO GOMES	São Paulo/SP	111.359.168-45	665,25	Artigo 131 da Lei nº 9472/97, artigos 17 e 18 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	24/11/2010
53504.015097/2010	SANDRA DIAS DA SILVA OLIVEIRA	São Paulo/SP	285.342.918-02	4850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	20/09/2010
53504.016462/2007	SS PLIS INFORMÁTICA LTDA-ME	Araçoiaba da Serra/SP	02.076.839/0001-39	19200,00	Artigos 37, inciso II e 39, § 3º do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 e artigos 10, 27 e 28 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001	26/03/2010
53504.010460/2010	MARCOS LUIZ DE JESUS	São José dos campos/SP	109.742.748-01	3010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	19/07/2010
53504.020027/2010	SÉRGIO FERREIRA DA SILVA	Osasco/SP	993.842.566-68	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	26/10/2010
53504.007350/2009	CELSO CARDOSO DE LIMA	Itanhaém/SP	066.817.058-12	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	21/05/2010
53504.021051/2010	VIRIATO ALVES AS SILVA	Cerqueira César/SP	806.206.638-04	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	22/11/2010
53504.011903/2010	ALEX FERREIRA DOS SANTOS - SEVERINIA - ME	Severínia/SP	09.476.030/0001-43	3010,08	Artigo 10 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 272/2001, c/c artigo 52 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 73/98 e artigo 131 da Lei nº 9472/97	05/07/2010
53504.022278/2007	TELIS ELETRÔNICOS LTDA	São Paulo/SP	03.474.553/0001-74	3762,50	Artigo 55, inciso IV, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	29/04/2010
53504.003418/2008	CÂNDIDO BESSA CARVALHO DINIZ	Santa Albertina/SP	833.906.858-04	881,01	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	26/08/2010
53504.026281/2009	MARCOS ANTÔNIO DA SILVA	Hortolândia/SP	004.972.676-59	3010,08	Artigos 131 e 163 da Lei nº 9472/97	15/10/2010
53504.015148/2007	FABIANA SANTOS VIEIRA	Barrinha/SP	299.505.728-35	7200,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	22/03/2010
53054.009054/2010	PROWARE 2000 TELECOMUNICAÇÃO SOM E IMAGEM	Campinas/SP	03.764.642/0001-55	3040,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	28/05/2010
53504.030469/2008	APARECIDO DA SILVA	Presidente Epitácio/SP	273.097.461-04	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	19/05/2010
53504.008913/2009	ARACI DE ALMEIDA	Atibaia/SP	059.055.208-28	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	05/04/2010
53504.027948/2008	NELSON SOUZA DOS SANTOS	São José dos Campos/SP	256.157.278-10	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	17/05/2010
53504.012605/2007	ZILMAR NEVES DE SOUZA	São Paulo/SP	318.404.848-96	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	10/03/2010
53504.002712/2009	LUIZ CARLOS DA SILVA	Cajati/SP	709.016.359-87	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	30/11/2010
53504.014918/2005	MICROCENTER TELEINFORMÁTICA COMÉRCIO E REPRES. LTDA	São Paulo/SP	69.055.044/0001-15	1980,00	Artigos 4º e 55, inciso IV, alínea "c" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	26/02/2010
53504.007149/2006	RENATO AMBROSIO	Suzano/SP	303.899.098-15	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	25/03/2010
53504.003377/2010	FUND SETORIA DE RADIODIFUSÃO EDUC DE SONS E IMAGENS	Itapeva/SP	60.133.972/0001-86	2196,75	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	18/05/2010
53504.004238/2009	OLDINEY FONSECA RODRIGUES	Ubatuba/SP	801.463.848-49	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97 e artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000	19/05/2010
53504.005929/2006	SÉRGIO LUIZ MARQUES	São José do Rio Preto/SP	695.428.489-00	140,49	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/12/2009
53504.023903/2007	JOSIAS BAPTISTA NETO	Mogi das Cruzes/SP	007.571.098-61	17970,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	06/05/2010
53504.009973/2008	LUIZ SEBASTIÃO DE SOUZA	Salesópolis/SP	676.164.338-68	2850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/06/2010
53504.002709/2009	JOCEMAR WILNECKER FAVO	Cajati/SP	498.914.300-06	275,25	Artigo 163 da Lei nº 9472/97, artigo 55, inciso V, alínea "b" do Regulamento aprovado pela Resolução nº 242/2000 e artigo 80 do Regulamento aprovado pela Resolução nº 259/2001	30/11/2010
53504.027033/2008	FRANCISCO RONDO CONDORI	São Paulo/SP	232.348.698-55	3850,00	Artigo 163 da Lei nº 9472/97	17/06/2010
53504.020238/2006	BSM EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA	Paulínia/SP	00.126.447/0001-01	1131,27	Artigos 131 e 163 da Lei nº 9472/97	22/01/2010

EVERALDO GOMES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO DE MASSA

ATO Nº 2595, DE 28 DE ABRIL DE 2011

Processo nº 53000.006053/2010.REDE MULHER DE TELEVISÃO LTDA - São Paulo/SP - Prorroga Autorização execução Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais - testes TVD - Canal 43 - Prazo de 24 meses.

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 2.986, DE 10 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53516.000170/2002.RÁDIO CAFÉ LONDRINA LTDA - FM - Londrina/PR. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

ATO Nº 2.987, DE 10 DE MAIO DE 2011

Processo nº 53000.041125/2010.RÁDIO OESTE LTDA - FM - Iporã do Oeste/SC. Autoriza o Uso de Radiofreqüência - SARC - Ligação para Transmissão de Programas

ARA APKAR MINASSIAN
Superintendente

RETIFICAÇÃO

No ATO Nº 767 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2010, publicado no DOU Nº 47, Seção 1, pág. 70, de 11 de março de 2010.
Onde se lê:
Autoriza o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CNPJ nº. 00.531.640/0001-28 a executar o Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, TVD - São Paulo/SP - Canal 64. Prazo de 12 meses a partir da data de publicação. Processo n.º 53000.049587/2009.
Leia-se:
Autoriza o SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, CNPJ nº. 00.531.640/0001-28 a executar o Serviço Especial para Fins Científicos ou Experimentais, TVD - São Paulo/SP - Canal 64. Prazo de 24 meses a partir da data de publicação. Processo n.º 53000.049587/2009.

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS

ATO Nº 50.795, DE 7 DE JUNHO DE 2005

Processo 53554.001236/2005 - Aplicar à STEMAR TELECOMUNICAÇÕES LTDA., a pena de MULTA, com fundamento no art. 173, inciso II, da Lei nº 9.472, LGT, de 16 de julho de 1997, no inciso II do artigo 4º, no artigo 7º, inciso III do artigo 8º e artigo 15, todos do Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas, aprovado pela Resolução n.º 344, de 18 de julho de 2003, no valor de R$ 740.000,00 (Setecentos e quarenta mil reais), pelo descumprimento do artigo 13, § 3º, do Regulamento do Serviço Móvel Pessoal - SMP, que tem por objetivo disciplinar as condições de prestação e fruição do SMP, conforme dispõe o artigo 2º do anexo à Resolução n.º 316, de 27 de setembro de 2002.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Superintendente

ATO Nº 2.363, DE 19 DE ABRIL DE 2011

Processo n.º 53500.025656/2004 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 07/01/2011, a autorização do Serviço Limitado Móvel Privado - SLMP, expedida a PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS - CNPJ n.º 33.000.167/0001-01, por meio do Ato n.º 49.200, de 04/02/2005, publicado no D.O.U de 09/02/2005 e, como conseqüência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofreqüência associada.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 12 de fevereiro de 2008

Nº 524 - Ref.: PADO n.º 535420006602003- Resolve aplicar sanção de MULTA à Brasil Telecom S.A - Filial GO no valor de R$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) por infração ao art. 16, Parágrafo único, do Regulamento do STFC, aprovado pela Resolução n° 85, de 30/12/1998, considerando os termos do Informe n° 251/2008/PBCPP/PBCP de 25/05/2007.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em 30 de maio de 2008

Nº 1.556 - Ref.: PADO n.º 53500.015250/2007 - Resolve aplicar sanção de MULTA, no valor total de R$ 197.500,00, a BRASIL TELECOM S.A., por descumprimento da Resolução nº 396, de 31/03/2005 e Resolução nº 419, de 24/11/2005.

Em 9 de dezembro de 2008

Nº 5.085 - Ref.: PADO n.º 53500.033866/2005 - Resolve aplicar sanção de MULTA, no valor total de R$ 359.958,04, a BRASIL TELECOM S.A. - Filial DF, por descumprimento do Ato nº 51.301, de 30/06/2005.

GILBERTO ALVES
Interino

Em 22 de dezembro de 2008

N.º 5.474 - Ref.: PADO n.º535080009352002- Resolve aplicar sanção de MULTA à Telemar Norte Leste S.A no valor de R$ 12.500.000,00 (doze milhões e quinhentos mil reais), pelo descumprimento do art. 23 do Regulamento de LTOG, com base nos critérios de dosimetria expostos no Informe n.º 412/2006/PBCPP/PBCP/SPB.

Em 26 de dezembro de 2008

N.º 5.647 - Ref.: PADO n.º 53520.000784/2005 - Resolve aplicar sanção de MULTA, no valor total de R$ 3.420.574,97, a BRASIL TELECOM S.A. - Filial SC, por descumprimento da Cláusula 25.1, inciso IV, do Contrato de Concessão de 1998.

GILBERTO ALVES

Em 3 de setembro de 2009

N.º 6.042 - Ref.: PADO n.º 535160004512006- Resolve aplicar sanção de MULTA à Brasil Telecom S.A - Filial PR no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) por infração ao art. 6°, §1° do Regulamento sobre Áreas Locais para o STFC, aprovado pela Resolução n° 373, de 03/06/2004, considerando os termos dos Informes n° 9/2008/PBCPP/PBCP de 17/01/2008 e 176/2009/PBCPP/PBCP de 23/06/2009.

FERNANDO ANTÔNIO FRANÇA PÁDUA
Substituto

Em 8 de fevereiro de 2011

N.º 990 - Ref.: PADO n.º 535160087862009- Resolve DETERMINAR o arquivamento do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações nº 535160087862009, considerando o Informe n° 51/2011/PBCPP/PBCP de 08/02/2011, nos termos do art. 41 do Regimento Interno da ANATEL, aprovado pela Resolução nº 270, de 19 de julho de 2001.

Em 1º de abril de 2011

N.º 2.638 - SPB - Ref.: PA n.º 53500.006125/2011 - Resolve: ANUIR previamente a alteração contratual objeto do Procedimento Administrativo n.º 53500.006125/2011; (ii) NOTIFICAR a GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. acerca do teor do presente Despacho.

Em 5 de maio de 2011

N.º 3.626 - PBCPD/PBCP/SPB - Ref.: PA n.º 53500.006293/2011 - Resolve: ACOLHER a manifestação de dessinteresse no prosseguimento da anuência prévia objeto do Procedimento Administrativo n.º 53500.006293/2011; (ii) DETERMINAR a extinção do processo, sem julgamento do mérito, procedendo ao seu consequente arquivamento; (iii) NOTIFICAR a GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. acerca do teor do presente Despacho.

Em 13 de abril de 2011

N.º 3.069 - Ref.: PADO n.º 53500.000462/2011 - Resolve: ARQUIVAR o presente PADO, sem imposição de sanção à TIM Celular S.A., em razão da ausência de indícios de descumprimento de obrigação relativa ao disposição no artigo 51, do Regulamento do STFC, aprovado pela Resolução nº 426, de 9/12/2005.

N.º 3.627 - PBCPD/PBCP/SPB - Ref.: PA n.º 53500.007849/2011 - Resolve: ANUIR previamente a alteração contratual objeto do Procedimento Administrativo n.º 53500.007849/2011; (ii) NOTIFICAR a GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. acerca do teor do presente Despacho.

N.º 3.629 - PBCPD/PBCP/SPB - Ref.: PA n.º 53500.008346/2011 - Resolve: ANUIR previamente a alteração contratual objeto do Procedimento Administrativo n.º 53500.008346/2011; (ii) NOTIFICAR a GLOBAL VILLAGE TELECOM LTDA. acerca do teor do presente Despacho.

ROBERTO PINTO MARTINS

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 155, DE 10 DE MAIO DE 2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do artigo 1º da Portaria nº 213, de 29 de março de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 30 de março de 2007, e tendo em vista o que consta do processo abaixo, resolve:

Processo n.º 53000.001190/2011. Aplicar à Fundação Assistencial e de Difusão Educativa e Cultural de Joinville, outorgada para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos, no Município de Joinville/SC, a penalidade de multa no valor de R$ 3.778,42, por contrariar o disposto nos artigos 3º e 6º da Portaria Interministerial nº 651/99, c/c a alínea "d" do artigo 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações, e na letra "j" do item 12 do artigo 28 do Regulamento do Serviço de Radiodifusão c/c a letra "a" do item 1 da Portaria nº 410/90.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 299, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, resolve:

Art. 1º Aprovar as Diretrizes e a Sistemática para a realização do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, de que trata o art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 113, de 1º de fevereiro de 2011.

Parágrafo único. A Sistemática do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão A-3, de 2011, está definida no Anexo à presente Portaria.

Art. 2º O início do período de suprimento de energia elétrica dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs poderá ser antecipado até 1º de janeiro de 2014, desde que os Sistemas de Transmissão ou de Distribuição associados estejam disponíveis para operação comercial, na data antecipada.

Art. 3º A critério do vendedor, os empreendimentos de uma mesma fonte energética negociados no Leilão A-3, de 2011, poderão ser agrupados em um mesmo CCEAR, desde que localizados no mesmo Submercado.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO

SISTEMÁTICA PARA O LEILÃO DE COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA PROVENIENTE DE NOVOS EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO, DENOMINADO LEILÃO A-3, DE 2011

1 - DEFINIÇÕES E ABREVIAÇÕES:

Para os fins e efeitos desta Sistemática, as expressões a seguir listadas têm os seguintes significados:

I - AGENTE CUSTODIANTE: instituição financeira responsável pelo recebimento, custódia e eventual execução das GARANTIAS DE PARTICIPAÇÃO;

II - CCEAR: Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, constante no EDITAL;

III - COMPRADOR: agente de distribuição de energia elétrica PARTICIPANTE do LEILÃO;

IV - CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO - CVU: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), necessário para cobrir todos os custos operacionais do EMPREENDIMENTO;

V - DECREMENTO: valor expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh) que, subtraído do PREÇO CORRENTE em uma determinada rodada, representará o PREÇO DE LANCE para a rodada subsequente;

VI - DELTA K: valor incremental esperado relacionado ao despacho antecipado de EMPREENDIMENTOS A GÁS NATURAL liquefeito - GNL, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), e que será igual a zero para os demais EMPREENDIMENTOS;

VII - EDITAL: documento, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, que estabelece as regras do LEILÃO;

VIII - EMPREENDIMENTO: central de geração de energia elétrica apta a participar do Leilão, conforme condições estabelecidas pelo EDITAL e em Diretrizes do Ministério de Minas e Energia - MME;

IX - EMPREENDIMENTO A BIOMASSA: central de geração de energia elétrica a partir de biomassa;

X - EMPREENDIMENTO EÓLICO: central de geração de energia elétrica a partir de fonte eólica;

XI - EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL: central de geração de energia elétrica a partir de gás natural, inclusive em ciclo combinado;

XII - EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO: Usina Hidrelétrica - UHE ou Pequena Central Hidrelétrica - PCH;

XIII - ENERGIA HABILITADA: montante de energia habilitada pela ENTIDADE COORDENADORA, associada a um EMPREENDIMENTO;

XIV - ENTIDADE COORDENADORA: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que terá como função exercer a coordenação do LEILÃO, nos termos do art. 19 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004;

XV - ENTIDADE ORGANIZADORA: entidade responsável pelo planejamento e execução de procedimentos inerentes ao LEILÃO, por delegação da ANEEL;

XVI - Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

XVII - ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES para quantidades de LOTES definidas ao término da ETAPA UNIFORME;

XVIII - ETAPA UNIFORME: período para submissão de LANCES pelos PROPONENTES VENDEDORES ao PREÇO DE LANCE;

XIX - FATOR DE REFERÊNCIA: parâmetro inserido no SISTEMA, pelo REPRESENTANTE DO MME, que será utilizado para determinação das OFERTAS DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO;

XX - GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO: valor a ser aportado junto ao AGENTE CUSTODIANTE pelos PARTICIPANTES, conforme definido no EDITAL;

XXI - GARANTIA FÍSICA: quantidade máxima de energia e potência, definida pelo MME, que poderá ser utilizada pelo EMPREENDIMENTO para comercialização por meio de contratos;

XXII - ÍNDICE DE CUSTO BENEFÍCIO - ICB: valor calculado pelo SISTEMA, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que se constituirá no PREÇO DE LANCE para o PRODUTO DISPONIBILIDADE;

XXIII - LANCE: ato praticado pelo EMPREENDEDOR ou PROPONENTE VENDEDOR que consiste na:

a) oferta de quantidade de LOTES, na primeira rodada da ETAPA UNIFORME;

b) confirmação de LOTES nas rodadas da ETAPA UNIFORME, com exceção da primeira rodada; e

c) na ETAPA DISCRIMINATÓRIA, preço para o PRODUTO QUANTIDADE e RECEITA FIXA para o PRODUTO DISPONIBILIDADE;

XXIV - LANCE VÁLIDO: LANCE aceito pelo SISTEMA;

XXV - LASTRO PARA VENDA: montante de energia disponível, limitado à GARANTIA FÍSICA, à ENERGIA HABILITADA e à GARANTIA DE PARTICIPAÇÃO aportada, para venda em LEILÃO, expresso em LOTES, associado a um determinado EMPREENDIMENTO, conforme condições estabelecidas no EDITAL;

XXVI - LEILÃO: processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo EDITAL e seus documentos correlatos;

XXVII - LOTE: unidade mínima da oferta de quantidade associada a um determinado EMPREENDIMENTO que pode ser submetida na forma de LANCE na ETAPA UNIFORME, expresso em MW médios, nos termos do EDITAL;

XXVIII - LOTE ATENDIDO: LOTE que esteja associado a um PREÇO DE LANCE igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE na ETAPA UNIFORME ou que seja necessário para o atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO na ETAPA DISCRIMINATÓRIA;

XXIX - LOTE EXCLUÍDO: LOTE retirado da competição por decisão do PROPONENTE VENDEDOR, durante a ETAPA UNIFORME;

XXX - LOTE NÃO ATENDIDO: LOTE que esteja associado a um PREÇO DE LANCE superior ao PREÇO CORRENTE nas ETAPAS UNIFORMES ou que não seja necessário para o atendimento da QUANTIDADE DEMANDADA na ETAPA DISCRIMINATÓRIA;

XXXI - OFERTA DO PRODUTO QUANTIDADE: oferta de energia elétrica proveniente de EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S);

XXXII - OFERTA DO PRODUTO DISPONIBILIDADE: oferta de energia elétrica proveniente de EMPREENDIMENTO(S) A BIOMASSA, de EMPREENDIMENTO(S) EÓLICO(S) e de EMPREENDIMENTO(S) A GÁS NATURAL;

XXXIII - OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO: quantidade de LOTES calculada pelo SISTEMA a partir do FATOR DE REFERÊNCIA a ser aplicado à QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO na ETAPA UNIFORME;

XXXIV - PARÂMETRO DE DEMANDA: parâmetro inserido no SISTEMA pelo REPRESENTANTE DO MME que será utilizado para determinação das QUANTIDADES DEMANDADAS DOS PRODUTOS na ETAPA UNIFORME;

XXXV - PARTICIPANTES: são os COMPRADORES e os PROPONENTES VENDEDORES;

XXXVI - PERCENTUAL MÍNIMO: percentual mínimo da GARANTIA FÍSICA do EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO a ser destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR nos termos do EDITAL;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

XXXVII - PREÇO CORRENTE: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), calculado pelo SISTEMA, que corresponde:

a) ao PREÇO INICIAL do PRODUTO na primeira rodada de cada ETAPA UNIFORME;

b) ao PREÇO DE LANCE da rodada anterior na ETAPA UNIFORME, exceto na primeira rodada na qual será o PREÇO INICIAL do PRODUTO;

c) ao PREÇO DE LANCE da penúltima rodada da ETAPA UNIFORME, no início da ETAPA DISCRIMINATÓRIA, exceto se ocorrer apenas uma RODADA UNIFORME, o que neste caso será o PREÇO INICIAL; e

d) ao preço associado ao LANCE que completa o atendimento à totalidade da QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO ao término da ETAPA DISCRIMINATÓRIA;

XXXVIII - PREÇO INICIAL: valor definido pelo MME, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), para cada PRODUTO;

XXXIX - PREÇO DE LANCE: valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que deverá ser:

a) igual ao PREÇO INICIAL de cada PRODUTO na primeira rodada da ETAPA UNIFORME ou igual ao PREÇO DE REFERÊNCIA do EMPREENDIMENTO, o que for menor;

b) igual ao PREÇO CORRENTE da rodada subtraído do DECREMENTO a partir da segunda rodada da ETAPA UNIFORME ou igual ao PREÇO DE REFERÊNCIA do EMPREENDIMENTO, o que for menor; e

c) na ETAPA DISCRIMINATÓRIA, igual ou inferior ao PREÇO CORRENTE de cada PRODUTO ou ao PREÇO DE REFERÊNCIA do EMPREENDIMENTO, o que for menor;

XL - PREÇO DE REFERÊNCIA: valor máximo, de cada EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO a ser licitado no LEILÃO, conforme definido no EDITAL;

XLI - PREÇO DE VENDA FINAL: é o valor, expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh), que constará nas cláusulas comerciais dos CCEARs;

XLII - PROPONENTE VENDEDOR: PARTICIPANTE apto a ofertar energia elétrica no LEILÃO, nos termos do EDITAL;

XLIII - PRODUTO: energia elétrica negociada no LEILÃO, que será objeto de CCEAR diferenciado por tipo de fonte energética nos termos do EDITAL e em diretrizes do MME;

XLIV - PRODUTO DISPONIBILIDADE: energia elétrica proveniente de EMPREENDIMENTO A BIOMASSA, de EMPREENDIMENTO EÓLICO ou de EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL, objeto de CCEAR na modalidade por disponibilidade;

XLV - PRODUTO QUANTIDADE: energia elétrica proveniente de EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO, objeto de CCEAR na modalidade por quantidade;

XLVI - QUANTIDADE DECLARADA: montante de energia elétrica, expressa em MW médio com três casas decimais, individualizada por COMPRADOR, nos termos das Declarações de Necessidades dos agentes de distribuição;

XLVII - QUANTIDADE DEMANDADA DO PRODUTO: montante de energia elétrica, expressa em número de LOTES, demandada pelo PRODUTO, calculada com base na QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA e na QUANTIDADE TOTAL OFERTADA na primeira rodada da ETAPA UNIFORME;

XLVIII - QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA: montante de energia elétrica, expressa em número de LOTES, calculada com base na QUANTIDADE DECLARADA, no PARÂMETRO DE DEMANDA e na QUANTIDADE TOTAL OFERTADA na primeira rodada da ETAPA UNIFORME;

XLIX - RECEITA FIXA - RF: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), inserido pelo PROPONENTE VENDEDOR quando da submissão de LANCE no PRODUTO DISPONIBILIDADE;

L - REPRESENTANTE DO MME: pessoa(s) indicada(s) pelo MME;

LI - SISTEMA: sistema eletrônico utilizado para a realização do LEILÃO, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e disponibilizado pela Rede Mundial de Computadores;

LII - TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE: período máximo durante o qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter os seus LANCES para validação pelo SISTEMA em cada rodada do LEILÃO;

LIII - VALOR ESPERADO DO CUSTO ECONÔMICO DE CURTO PRAZO - CEC: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE, correspondente ao custo econômico no mercado de curto prazo, resultante das diferenças mensais apuradas entre o despacho efetivo do EMPREENDIMENTO e sua GARANTIA FÍSICA, para este efeito, considerada totalmente contratada. Corresponde ao valor esperado acumulado das liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP, feitas com base no Custo Marginal de Operação - CMO, sendo estes limitados ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD mínimo e máximo, conforme valores vigentes estabelecidos pela ANEEL. Esse valor também é função do nível de inflexibilidade do despacho do EMPREENDIMENTO e do CVU;

LIV - VALOR ESPERADO DO CUSTO DE OPERAÇÃO - COP: valor, expresso em Reais por ano (R$/ano), calculado pela EPE, correspondente ao CVU multiplicado pela diferença entre a geração do EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL em cada mês, para cada possível cenário, e a inflexibilidade mensal, multiplicado pelo número de horas do mês em questão. O COP dos EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA e dos EMPREENDIMENTOS EÓLICOS será igual a zero; e

LV - VENCEDOR: PROPONENTE VENDEDOR que tenha energia negociada no LEILÃO.

2 - CARACTERÍSTICAS DO LEILÃO:

2.1. o LEILÃO será realizado via SISTEMA, mediante o emprego de recursos de tecnologia da informação e comunicação via Rede Mundial de Computadores - INTERNET;

2.2. são de responsabilidade exclusiva dos representantes dos PROPONENTES VENDEDORES a alocação e a manutenção dos meios necessários para a conexão, o acesso ao SISTEMA e a participação no LEILÃO, incluindo, mas não se limitando, os meios alternativos de conexão e acesso a partir de diferentes localidades;

2.3. no LEILÃO serão aceitas propostas para os seguintes PRODUTOS:

I - PRODUTO DISPONIBILIDADE; e

II - PRODUTO QUANTIDADE;

2.4. o LEILÃO será composto de duas etapas:

I - ETAPA UNIFORME: na qual os PROPONENTES VENDEDORES poderão submeter, a cada rodada, LANCES, para o PRODUTO QUANTIDADE ou para o PRODUTO DISPONIBILIDADE, com quantidades associadas ao PREÇO DE LANCE da rodada; e

II - ETAPA DISCRIMINATÓRIA: período iniciado após a ETAPA UNIFORME, onde há submissão de um único LANCE, para o PRODUTO DISPONIBILIDADE ou para o PRODUTO QUANTIDADE, com PREÇO DE LANCE associado à quantidade de LOTES classificada na etapa anterior;

2.5. a ETAPA UNIFORME terá as seguintes características:

I - para cada rodada da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA disponibilizará o PREÇO DE LANCE e dará início ao TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

II - cada rodada será encerrada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE ou em um minuto após todos os PROPONENTES VENDEDORES de todos os PRODUTOS inserirem seus LANCES, o que ocorrer primeiro;

III - na primeira rodada da ETAPA UNIFORME:

a) o PREÇO CORRENTE será igual ao PREÇO INICIAL do respectivo PRODUTO; e

b) o LANCE corresponderá à oferta de quantidade de LOTES, que deverá ser igual ou inferior ao LASTRO PARA VENDA e respeitar o PERCENTUAL MÍNIMO, no caso dos EMPREENDIMENTOS HIDRELÉTRICOS;

IV - a partir da segunda rodada da ETAPA UNIFORME:

a) o PREÇO CORRENTE será igual ao PREÇO DE LANCE da rodada anterior; e

b) o LANCE corresponderá à confirmação ou à exclusão da totalidade de LOTES associada a cada EMPREENDIMENTO, conforme LANCE da primeira rodada;

V - os LOTES não ofertados serão considerados como LOTES EXCLUÍDOS e não poderão ser submetidos em LANCES nas rodadas e etapas seguintes;

VI - exclusivamente para os EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA, o LANCE ofertado na primeira rodada da ETAPA UNIFORME deverá conter patamares de quantidade de LOTES discriminados para o primeiro ano contratual e para os demais anos contratuais, conforme condições estabelecidas no EDITAL;

2.6. a ETAPA DISCRIMINATÓRIA terá as seguintes características:

I - no PRODUTO DISPONIBILIDADE, os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE de RECEITA FIXA para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima rodada da ETAPA UNIFORME;

II - no PRODUTO QUANTIDADE, os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE de preço para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima rodada da ETAPA UNIFORME; e

III - será finalizada por decurso do tempo para inserção de LANCE;

2.7. toda inserção dos dados deverá ser auditável;

2.8. iniciado o LEILÃO, não haverá prazo para o seu encerramento;

2.9. o LEILÃO poderá ser temporariamente suspenso em decorrência de fatos supervenientes, a critério da ENTIDADE COORDENADORA;

2.10. a ENTIDADE COORDENADORA poderá alterar, no decorrer do LEILÃO, o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE, mediante comunicação via SISTEMA aos PROPONENTES VENDEDORES;

2.11. durante o LEILÃO, o LANCE deverá conter as seguintes informações:

I - identificação do PROPONENTE VENDEDOR;

II - identificação do EMPREENDIMENTO;

III - quantidade de LOTES;

IV - PREÇO DE LANCE durante a ETAPA DISCRIMINATÓRIA; e

V - para o PRODUTO DISPONIBILIDADE, a RECEITA FIXA requerida pelo PROPONENTE VENDEDOR;

2.12. para cada EMPREENDIMENTO, o somatório dos LOTES ofertados deverá respeitar, cumulativamente, o limite correspondente:

I - ao LASTRO PARA VENDA; e

II - a quantidade de LOTES ofertada no LANCE anterior, a partir da ETAPA UNIFORME;

2.13. após a inserção de LANCE relativo a uma OFERTA DO PRODUTO DISPONIBILIDADE, durante a RODADA DISCRIMINATÓRIA, o SISTEMA calculará o ICB para cada LANCE, aplicando a seguinte equação:

$$(1)\ ICB = \frac{(RF)}{(QL \times l \times 8.760)} + \frac{(COP + CEC)}{(GF \times 8.760)} + \Delta k$$

onde:

ICB - expresso em Reais por Megawatt-hora (R$/MWh)

RF - RECEITA FIXA, expressa em Reais por ano (R$/ano);

QL - quantidade de LOTES ofertados;

l - valor do LOTE em MW médio;

COP - expresso em Reais por ano (R$/ano);

CEC - expresso em Reais por ano (R$/ano);

GF - GARANTIA FÍSICA, expressa em MW médio; e

Δk - DELTA K;

2.14. a RECEITA FIXA, independentemente da quantidade de LOTES ofertados, é de responsabilidade exclusiva do PROPONENTE VENDEDOR e deverá abranger, entre outros:

I - o custo e remuneração de investimento (taxa interna de retorno);

II - os custos de conexão ao Sistema de Distribuição e Transmissão;

III - o custo de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição;

IV - os custos fixos de Operação e Manutenção - O&M;

V - os custos de seguro e garantias do EMPREENDIMENTO e compromissos financeiros do PROPONENTE VENDEDOR; e

VI - tributos e encargos diretos e indiretos;

2.15. em caso de empate de PREÇOS DE LANCE na ETAPA DISCRIMINATÓRIA, o desempate será realizado pela ordem crescente do montante ofertado e, caso persista o empate, o desempate será realizado por seleção randômica; e

2.16. para EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA, o desempate a que se refere o item 2.15 será realizado comparando-se os LOTES relativos ao segundo ano contratual.

3 - CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA:

3.1. a ENTIDADE ORGANIZADORA inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

I - o PREÇO INICIAL para cada PRODUTO;

II - o PREÇO DE REFERÊNCIA de cada EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO;

III - o PERCENTUAL MÍNIMO de cada EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO;

III - as GARANTIAS aportadas pelos PARTICIPANTES, com base em informações fornecidas pelo AGENTE CUSTODIANTE; e

IV - o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE;

3.2. o REPRESENTANTE DO MME inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO, os seguintes dados:

I - o DECREMENTO da ETAPA UNIFORME;

II - a QUANTIDADE DECLARADA;

III - o FATOR DE REFERÊNCIA; e

IV - o PARÂMETRO DE DEMANDA;

3.3. o REPRESENTANTE DA EPE inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO:

I - o valor correspondente à GARANTIA FÍSICA, expresso em MW médio, para cada EMPREENDIMENTO;

II - o CEC, para cada EMPREENDIMENTO A BIOMASSA, EMPREENDIMENTO EÓLICO e EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL;

III - o COP, para cada EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL; e

IV - o valor do DELTA K para cada EMPREENDIMENTO A GÁS NATURAL;

3.4. o representante da ENTIDADE COORDENADORA inserirá no SISTEMA, antes do início do LEILÃO os valores correspondentes à ENERGIA HABILITADA (em LOTES) de cada EMPREENDIMENTO;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3.5. das informações inseridas no SISTEMA, serão disponibilizadas aos PROPONENTES VENDEDORES:

I - o LASTRO PARA VENDA do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S);

II - o PREÇO INICIAL dos PRODUTOS;

III - o PREÇO DE REFERÊNCIA do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S);

IV - o PERCENTUAL MÍNIMO do(s) seu(s) respectivo(s) EMPREENDIMENTO(S) HIDRELÉTRICO(S);

V - o PREÇO CORRENTE; e

VI - o DECREMENTO.

4 - ETAPA UNIFORME:

4.1. na ETAPA UNIFORME, o SISTEMA aceitará LANCES para o PRODUTO DISPONIBILIDADE e para o PRODUTO QUANTIDADE;

4.2. as primeiras rodadas das ETAPAS UNIFORMES de todos os PRODUTOS serão iniciadas simultaneamente;

4.3. na primeira rodada da ETAPA UNIFORME, o PREÇO CORRENTE de cada PRODUTO será, respectivamente, igual ao PREÇO INICIAL do PRODUTO DISPONIBILIDADE ou do PRODUTO QUANTIDADE;

4.4. encerrado o TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE da primeira rodada da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA:

I - realizará o cálculo da QUANTIDADE DEMANDADA de cada PRODUTO e da OFERTA DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO;

II - encerrará o PRODUTO, sem contratação de energia, caso a quantidade ofertada seja igual a zero;

4.5. na hipótese estabelecida no inciso I do item 4.4, o SISTEMA calculará a QUANTIDADE DEMANDADA de cada PRODUTO e a OFERTA DE REFERÊNCIA de cada PRODUTO da seguinte forma:

$$(2)\ QTD = \min\left[(QTDEC);\left(\frac{QTO}{PD}\right)\right]$$

$$(3)\ QTO = QOPD + QOPQ$$

$$(4)\ QDPD = QTD \times \frac{QOPD}{QTO}$$

$$(5)\ QDPQ = QTD \times \frac{QOPQ}{QTO}$$

$$(6)\ ORPD = QDPD \times FR$$

$$(7)\ ORPQ = QDPQ \times FR$$

$$(8)\ 1 \leq FR \leq PD$$

onde:

QTD = QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA, expressa em LOTES;

QTDEC = QUANTIDADE DECLARADA, expressa em LOTES;

QTO = somatório das quantidades ofertadas na primeira rodada da ETAPA UNIFORME, expresso em LOTES;

PD = PARÂMETRO DE DEMANDA, expresso em número racional positivo maior que um e com três casas decimais;

QOPD = OFERTA DO PRODUTO DISPONIBILIDADE, expressa em LOTES;

QOPQ = OFERTA DO PRODUTO QUANTIDADE, expressa em LOTES;

QDPD = quantidade demanda do PRODUTO DISPONIBILIDADE, expressa em LOTES;

QDPQ = quantidade demanda do PRODUTO QUANTIDADE, expressa em LOTES;

ORPD = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO DISPONIBILIDADE, expressa em LOTES;

ORPQ = OFERTA DE REFERÊNCIA do PRODUTO QUANTIDADE, expressa em LOTES; e

FR = FATOR DE REFERÊNCIA, expresso em número racional positivo com três casas decimais;

4.6. após o cálculo estabelecido no item 4.5, será iniciada a segunda rodada da ETAPA UNIFORME;

4.7. ao término de cada rodada da ETAPA UNIFORME, o SISTEMA comparará a quantidade ofertada do PRODUTO com a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, resultando em uma das seguintes situações:

I - se a quantidade ofertada for maior ou igual à OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, o SISTEMA iniciará uma nova rodada, procedendo conforme item 4.8; ou

II - se a quantidade ofertada for menor que a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, o SISTEMA concluirá a ETAPA UNIFORME do respectivo PRODUTO, dando início à ETAPA DISCRIMINATÓRIA, conforme item 4.9;

4.8. enquanto perdurar o previsto no inciso I do item 4.7, o SISTEMA continuará com as rodadas da ETAPA UNIFORME, sendo o novo PREÇO DE LANCE calculado mediante a aplicação do DECREMENTO sobre o PREÇO DE LANCE da rodada anterior; e

4.9. na ocorrência do inciso II do item 4.7, o SISTEMA retornará à rodada anterior, resgatando os LANCES VÁLIDOS daquela rodada para iniciar a ETAPA DISCRIMINATÓRIA do PRODUTO; e

4.10. para o cálculo da QUANTIDADE TOTAL DEMANDADA e da OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, e para as comparações entre a quantidade total ofertada com a OFERTA DE REFERÊNCIA DO PRODUTO, previstos respectivamente nos itens 4.5 e 4.7, exclusivamente para EMPREENDIMENTO(S) A BIOMASSA, serão considerados somente os LOTES relativos ao primeiro ano contratual.

5 - ETAPA DISCRIMINATÓRIA:

5.1. os TEMPOS PARA INSERÇÃO DE LANCE da ETAPA DISCRIMINATÓRIA de todos os PRODUTOS serão iniciados simultaneamente;

5.2. na ETAPA DISCRIMINATÓRIA, os PROPONENTES VENDEDORES deverão submeter LANCE para a quantidade de LOTES ofertada na penúltima rodada da ETAPA UNIFORME, limitado ao último PREÇO CORRENTE, ou seja, o PREÇO DE LANCE da penúltima rodada da ETAPA UNIFORME do respectivo PRODUTO;

5.3. caso um PROPONENTE VENDEDOR não submeta LANCE nessa etapa, o SISTEMA considerará como LANCE VÁLIDO a totalidade dos LOTES da penúltima rodada da ETAPA UNIFORME ao PREÇO DE LANCE dessa etapa;

5.4. após a submissão dos LANCES, o SISTEMA classificará os LOTES por ordem crescente de PREÇO DE LANCE, qualificando-os como LOTES ATENDIDOS ou LOTES NÃO ATENDIDOS, com base na QUANTIDADE DEMANDADA de cada PRODUTO;

5.5. os LOTES relativos ao LANCE que complete a QUANTIDADE DEMANDADA do PRODUTO serão integralmente classificados como LOTES ATENDIDOS mesmo que isso faça com que a quantidade de LOTES ATENDIDOS ultrapasse a QUANTIDADE DEMANDADA para o PRODUTO;

5.6. essa rodada será finalizada por decurso do TEMPO PARA INSERÇÃO DE LANCE; e

5.7. ao término da RODADA DISCRIMINATÓRIA de todos os PRODUTOS o SISTEMA encerrará o LEILÃO.

6 - DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO, ENCERRAMENTO, DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS E CELEBRAÇÃO DOS CCEARs:

6.1. os LOTES ATENDIDOS ao término do LEILÃO implicarão obrigação incondicional de celebração do respectivo CCEAR, entre cada um dos COMPRADORES e VENCEDORES ao respectivo PREÇO DE VENDA FINAL (para PRODUTO QUANTIDADE) ou RECEITA FIXA (para PRODUTO DISPONIBILIDADE), associado(a) aos LOTES ATENDIDOS, observadas as condições de pós-qualificação estabelecidas pela ANEEL;

6.2. após o encerramento do certame o SISTEMA executará:

I - o rateio dos LOTES negociados por PRODUTO para fins de celebração dos respectivos CCEARs entre cada VENCEDOR e todos os COMPRADORES na proporção dos montantes negociados e das QUANTIDADES DEMANDADAS, respectivamente; e

II - para EMPREENDIMENTOS A BIOMASSA, EMPREENDIMENTOS EÓLICOS e EMPREENDIMENTOS A GÁS NATURAL, o rateio da RECEITA FIXA para fins de celebração dos respectivos CCEARs entre os COMPRADORES, na proporção das QUANTIDADES DEMANDADAS;

6.3. o resultado divulgado imediatamente após o término do certame poderá ser alterado em função do processo de habilitação promovido pela ANEEL, conforme previsto no EDITAL.

PORTARIA Nº 300, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Rênic, de titularidade da empresa Triton Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.894.045/0001-57, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Nome	PCH Rênic.
Tipo	Pequena Central Hidrelétrica.
Ato Autorizativo	Resolução Autorizativa ANEEL nº 1.186, de 8 de janeiro de 2008.
Pessoa Jurídica Titular	Triton Energia Ltda.
CNPJ	00.894.045/0001-57.
Localização	Municípios de Arenópolis e Palestina de Goiás, Estado de Goiás.
Potência Instalada	10.998 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.000047/2004-01 e MME nº 48000.000687/2011-71.

PORTARIA Nº 301, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL União dos Ventos 8, de titularidade da empresa Caiçara dos Ventos Geradora Eólica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.985.229/0001-01, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Nome	EOL União dos Ventos 8.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Despacho ANEEL nº 830, de 24 de fevereiro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	Caiçara dos Ventos Geradora Eólica S.A.
CNPJ	12.985.229/0001-01.
Localização	Município de Pedra Grande, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	14.400 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.000738/2011-23 e MME nº 48000.000740/2011-33.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 302, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 2º, § 3º, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento da Central Geradora Eólica denominada EOL União dos Ventos 7, de titularidade da empresa União dos Ventos Geradora Eólica S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.696.857/0001-04, no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, conforme descrito no Anexo I à presente Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

ANEXO I

Nome	EOL União dos Ventos 7.
Tipo	Central Geradora Eólica.
Ato Autorizativo	Despacho ANEEL nº 833, de 24 de fevereiro de 2011.
Pessoa Jurídica Titular	União dos Ventos Geradora Eólica S.A.
CNPJ	11.696.857/0001-04.
Localização	Município de São Miguel do Gostoso, Estado do Rio Grande do Norte.
Potência Instalada	14.400 kW.
Enquadramento	Art. 3º, inciso I, da Portaria MME nº 319, de 26 de setembro de 2008.
Identificação do Processo	ANEEL nº 48500.000740/2011-01 e MME nº 48000.000739/2011-17.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em de 10 de maio de 2011

Nº 1.985 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 10 de março de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pela BIOENERGÉTICA VALE DO PARACATU S.A., no Processo nº 48500.001969/2011-54, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

Nº 1.986 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, conforme Decreto de 10 de março de 2009, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto no art. 61 da Lei nº 9.784 de 29 de janeiro de 1999 e no art. 47 da Norma de Organização ANEEL nº 001, revisada pela Resolução Normativa ANEEL n° 273, de 10 de julho de 2007, resolve não conceder o efeito suspensivo requerido pela BIOENERGÉTICA VALE DO PARACATU S.A., no Processo nº 48500.002054/2011-66, por não se encontrar presente o requisito de lesão grave e de difícil reparação ensejador da suspensividade.

NELSON JOSÉ HÜBNER MOREIRA

RETIFICAÇÃO

Na Resolução Autorizativa nº 2.871, de 26/04/2011, constante do Processo n° 48100.000349/1996-10, publicado no D.O. de 03/05/2011, seção 1, p. 50, v. 148, n. 83, na ementa, onde se lê "Resolução Autorizativa nº 1.744, de 16 de dezembro de 2008", leia-se "Portaria nº 383, de 31 de outubro de 1996"; e no art. 1º onde se lê "Resolução Autorizativa nº 744, de 16 de dezembro de 2008", leia-se "Portaria nº 383, de 31 de outubro de 1996".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de maio de 2011

Nº 1.987 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.005901/2005-71, resolve: I - Homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o "Contrato de Uso Compartilhado de Postes, CGSP nº 002/2005, de 10 de agosto de 2005, que entre si celebram a Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA, e a EBR Telecomunicações Ltda." e os pertinentes Aditivos nº 01 e nº 02, de 21/06/2010 e 14/09/2010, respectivamente; II - Determinar que são obrigações da concessionária ESCELSA: a) observar o que dispõe a ABNT NBR 15688:2009, especialmente quanto aos afastamentos mínimos recomendados nas instalações, o Contrato de Concessão nº 001/95, firmado com a União em 17 de julho de 1995, e a legislação de regência da prestação adequada de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e b) apurar, por meio do Sistema de Ordem de Serviço - ODS, gastos e receitas das atividades decorrentes do referido Contrato homologado no item I, em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; e III - A receita proveniente do Contrato homologado no item I deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela ESCELSA, conforme disposto no art. 11, Parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Nº 1.988 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria ANEEL nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, e considerando o que consta do Processo nº 48500.001202/2011-25, resolve: I - Homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, o Contrato de Compartilhamento de Pontos de Fixação em Postes, s/nº, de 14 de janeiro de 2011, e o respectivo Termo Aditivo nº 1, de 31 de janeiro de 2011, celebrados entre Copel Distribuição S.A. e WLN - Provedor de Serviços de Internet Ltda.; II - Determinar que são obrigações da Copel: a) observar o que dispõe a Norma Técnica ABNT NBR 15688:2009, especialmente quanto aos afastamentos mínimos recomendados nas instalações, o Contrato de Concessão de Distribuição nº 046/1999-ANEEL, firmado com a União em 24 de junho de 1999, e a legislação de regência da prestação adequada de serviços públicos de distribuição de energia elétrica; e b) apurar, por meio do Sistema de Ordem de Serviço - ODS, gastos e receitas das atividades decorrentes do Contrato homologado no item I, em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; III - Recomendar que as partes avaliem a inclusão de cláusula prevendo foro e modo para solução extrajudicial das divergências contratuais, de que trata o art. 20, XI, da citada Norma Conjunta; e IV - A receita proveniente do Contrato homologado no item I deverá favorecer a modicidade das tarifas praticadas pela Copel Distribuição S.A., conforme disposto no art. 11, Parágrafo único, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

Nº 1.989 - O SUPERINTENDENTE DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições delegadas pela Portaria nº 1.113, de 18 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial de 26 de novembro de 2008, art. 1º, inciso II, e considerando os documentos constantes no Processo nº 48500.002029/2011-82, resolve: I - autorizar Solenergias Comercializadora de Energia Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.459.301/0001-20, com sede na Rua Quitanda nº 194 sala 904 Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a atuar como Agente Comercializador de Energia Elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE; II - que a Solenergias Comercializadora de Energia Ltda. fica obrigada a atender as determinações estabelecidas da Resolução n° 265, de 13 de agosto de 1998, a legislação de regência da atividade de comercializador de energia elétrica, inclusive as supervenientes que venham a ser estabelecidas pelo Poder Concedente.

JANDIR AMORIM NASCIMENTO

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de maio de 2011

Nº 1.990 - O SUPERINTENDENTE DE ESTUDOS DO MERCADO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, e o que consta dos Processos nº 48500.004272/2010-54 e nº 48500.000278/2010-52, nos termos das Regras de Comercialização, versão 2010, aprovadas por meio da Resolução Normativa nº 385, de 8 de dezembro de 2009, resolve: I - conhecer e, no mérito, negar provimento ao pedido de reconsideração interposto pela Barra Bioenergia S/A em face do Despacho nº 1.859, de 2 de maio de 2011.

FREDERICO RODRIGUES

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 10 de maio de 2011

Nº 1.991 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000423/2010-03, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 1.686, de 14 de junho de 2010, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Piratini e seu afluente arroio Basílio, sub-bacia 88, bacia hidrográfica do Atlântico Sul/Sudeste, no Estado do Rio Grande do Sul., solicitado pela empresa Geração Sul - Energia & Meio Ambiente Sociedade Simples Ltda. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 9/12/2011.

Nº 1.992 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 393, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.006055/2009-65, resolve: I - Prorrogar o prazo, estabelecido no Despacho n° 4.179, de 11 de novembro de 2009, para entrega dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Ribeira do Iguape, no trecho compreendido entre o canal de fuga da PCH "C" (Eixo IX - El. 339m) e o remanso do reservatório da UHE Tijuco Alto (El. 290m), localizado na sub-bacia 81, bacia hidrográfica do Atlântico Sul - Trecho Sudeste, no Estado do Paraná, solicitado pela empresa RDR Consultores Associados Ltda. II - Os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 1°/11/2011.

Nº 1.993 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução Normativa ANEEL nº 412, de 5 de outubro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002015/2011-69, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a elaboração do Projeto Básico da UHE Estrela, com potência estimada de 48,38 MW, às coordenadas 18°29'39" de Latitude Sul e 51°38'30" de Longitude Oeste, localizada no rio Verde, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 18/4/2011 pela empresa Minas PCH S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 07.895.905/0001-16, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do art. 2º da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010. II - Estabelecer que projeto básico deverá ser entregue ao protocolo da ANEEL até a data de 10/7/2012, conforme art. 3°, § 4º, da Resolução Normativa ANEEL nº 412/2010. III - Informar que o registro ora efetivado não gera direito de preferência para a obtenção de outorga e não exime a mencionada empresa e eventuais subcontratados de suas responsabilidades nas esferas civil, penal, administrativa e técnica, inclusive perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, tanto pela elaboração quanto pela execução do projeto.

Nº 1.994 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002022/2011-61, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Viabilidade da UHE Barra do Claro, com potência estimada de 61 MW, às coordenadas 13°24'43" de Latitude Sul e 56°34'54" de Longitude Oeste localizada no rio Arinos, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do rio Tapajós, no Estado de Mato Grosso, solicitado pela empresa Novo Norte Energia e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 09.613.277/0001-64, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 7º da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo da ANEEL até a data de 9/5/2013, conforme cronograma apresentado pelo interessado. III - Informar que o registro não gera direito de preferência para a obtenção de concessão para serviço público ou uso de bem público.

Nº 1.995 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.000961/2008-56, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Forquilha II, com potência estimada de 6,5 MW, às coordenadas 27°37'49" de Latitude Sul e 51°44'16" de Longitude Oeste, localizada no rio Forquilha, sub-bacia 72, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, concedido à empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.518.402/0002-75, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 848, de 9 de março de 2009.

EXEMPLAR DE ASSINANTE VEDADA A VENDA EM BANCA JORNALEIRA

Nº 1.996 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.001638/2009-08, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Matão, com potência estimada de 9 MW, às coordenadas 18°22'22" de Latitude Sul e 42°23'03" de Longitude Oeste, situada no rio Suaçuí Grande, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa HP Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 09.245.902/0001-62, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 3.164, de 21 de agosto de 2009.

Nº 1.997 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.007690/2008-89, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Matão, com potência estimada de 9 MW, às coordenadas 18°22'22" de Latitude Sul e 42°23'03" de Longitude Oeste, situada no rio Suaçuí Grande, sub-bacia 56, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado de Minas Gerais, concedido à empresa Welt Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 08.518.402/0002-75, devido o não atendimento ao disposto no § 1º, do art. 8º, da Resolução ANEEL nº 395/1998. II - Revogar o Despacho nº 820, de 6 de março de 2009.

Nº 1.998 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.002016/2011-11, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Bonasera, com potência estimada de 20,13 MW, às coordenadas 27º32'49" de Latitude Sul e 52º40'10" de Longitude Oeste, situada no rio Erexim, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 18/04/2011 pela empresa Bonasera Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.032.144/0001-02, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até a data de 11/07/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008. III - Informar que o registro ora efetivado não gera direito de preferência para a obtenção de outorga. IV - Ficam insubsistentes os pedidos de registro protocolados após sessenta dias da data de publicação deste despacho, conforme art. 3°, §3°, da Resolução 343/2008.

Nº 1.999 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo no 48500.002014/2011-14, resolve: I - Efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Bongiorno, com potência estimada de 13,74 MW, às coordenadas 27º29'32" de Latitude Sul e 52º42' 20" de Longitude Oeste, situada no rio Erexim, sub-bacia 73, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no Estado do Rio Grande do Sul, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 18/04/2011 pela empresa Bongiorno Energética S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 08.907.455/0001-05, tendo em vista o preenchimento dos requisitos do artigo 2º da Resolução ANEEL nº 343/2008. II - Estabelecer que os estudos deverão ser entregues ao protocolo-geral da ANEEL até a data de 11/07/2012, conforme art. 3, § 4º, da Resolução ANEEL nº 343/2008. III - Informar que o registro ora efetivado não gera direito de preferência para a obtenção de outorga. IV - Ficam insubsistentes os pedidos de registro protocolados após sessenta dias da data de publicação deste despacho, conforme art. 3°, §3°, da Resolução 343/2008.

Nº 2.000 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002012/2011-25, resolve: I - Não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Entre Pontes, com potência estimada de 18 MW, às coordenadas 17°30'32" de Latitude Sul e 49°17'36" de Longitude Oeste, situada no rio Meia Ponte, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, solicitado pela empresa TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.014.553/0001-91, devido ao disposto no artigo 3°, §3° da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 2.001 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de Dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 343, de 9 de dezembro de 2008, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.002013/2011-70, resolve: I - Não conceder registro ativo para a elaboração do projeto básico da PCH Volta Grande, com potência estimada de 20 MW, às coordenadas 17°48'29" de Latitude Sul e 49°26'8" de Longitude Oeste, situada no rio Meia Ponte, sub-bacia 60, bacia hidrográfica do rio Paraná, no Estado de Goiás, solicitado pela empresa TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 03.014.553/0001-91, devido ao disposto no artigo 3°, §3° da Resolução ANEEL nº 343/2008.

Nº 2.002 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1.673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores, bem como na Resolução ANEEL nº 395, de 4 de dezembro de 1998, tendo em vista o que consta do Processo nº 48500.008278/2008-86, resolve: I - Transferir para a condição de inativo o registro para a realização do Projeto Básico da PCH Paraoquena, com potência estimada de 13,70 MW, situada no rio Pomba, sub-bacia 58, bacia hidrográfica do Atlântico Leste, no Estado do Rio de Janeiro, concedido à empresa Gamma Energia S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 12.353.242/0001-48, devido o não atendimento ao disposto no parágrafo 1º do artigo 8º da Resolução ANEEL nº 395/98. II - Revogar o Despacho nº 1.389 de 08 de abril de 2009.

Nº 2.003 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL - INTERINO, no uso das atribuições estabelecidas no art. 23, V, da Portaria MME nº 349, de 28 de novembro de 1997, com a redação conferida pela Resolução Normativa ANEEL nº 116, de 29 de novembro de 2004, bem como na Portaria nº 1673, de 21 de dezembro de 2010, em cumprimento ao disposto no art. 5º da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, nos arts. 3º, 3º-A, 26 e 28 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, com suas atualizações posteriores e o que consta do Processo nº 48500.000611/2002-61, resolve: I - Aprovar o Estudo de Inventário Hidrelétrico do Rio Jacaré Guaçu, afluente pela margem direita do Rio Tietê, localizado na bacia hidrográfica do Rio Paraná, sub-bacia 62, no Estado do São Paulo, apresentado pela empresa Dimetal - Distribuidora de Produtos Metalúrgicos SA, inscrita no CNPJ sob o nº 50.607.050/0001-00. II - Este estudo identificou um potencial total de 30,72 MW, correspondente a 06 aproveitamentos, em conformidade com o quadro abaixo:

Aproveitamento	Coordenadas Geográficas do Eixo do Barramento	Posição (Dist. da Foz) [km]	Área de Drenag. [km²]	N.A máximo normal de montante [m]	N.A normal de jusante [m]	Potência Instalada de referência [MW]	Área do Reservatório [km²]
Gavião Peixoto (1)	21° 50' 49"S 48° 29' 22"W	84,50	2452	447,00	428,50	4,80	0,20
Candoca II	21º 51' 06"S 48º 28' 10"W	88,30	2.435	462,50	448,28	5,50	1,15
Candoca I	21 50'38"S 48º 26' 04"W	98,00	2383	477,00	462,81	5,40	1,88
São José	22º 02' 57"S 48º 05' 59"W	180,60	1095	543,00	505,62	7,20	0,37
Santana (1)	22° 04' 29"S 48° 02' 44"W	190,20	768	601,00	551,00	4,32	0,60
Onça	22º 08' 09" S 47º 55' 44" W	212,90	542	647,00	612,15	3,50	1,02

(1) Aproveitamento existente com outorga concedida por meio da Resolução ANEEL nº 465, de 29/11/2000, publicada em 30/11/2000.

III - Os aproveitamentos Gavião Peixoto e Santana não poderão ser objeto de solicitação de registro enquanto a outorga estiver vigente. IV - As recomendações contidas na Nota Técnica que subsidiou a aprovação do inventário hidrelétrico em tela devem ser atendidas na etapa subseqüente de estudo. V - A presente aprovação não exime a empresa Dimetal - Distribuidora de Produtos Metalúrgicos SA. de suas responsabilidades pelos estudos e seus registros perante o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, e não assegura qualquer direito quanto à obtenção da concessão ou autorização do aproveitamento do potencial hidráulico, devendo as mesmas atender as disposições da legislação vigente.

ANDRÉ RAMON SILVA MARTINS

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 2.892, de 6 de agosto de 2009, publicado no DO de 7/8/2009, seção 1, página n° 83; no Despacho nº 538, de 8 de março de 2010, publicado no DO de 9/3/2010, seção 1, página n° 48; no Despacho nº 3.830, de 14 de dezembro de 2010, publicado no DO de 15/12/2010, seção 1, página n° 134; e no Despacho nº 1.229, de 18 de março de 2011, publicado no DO de 21/3/2011, seção 1, página n° 83, onde se lê: "I - ..., sub-bacia 17, ...", leia-se: "I - ..., sub-bacia 15, ...".

No Despacho nº 2.900, de 6 de agosto de 2009, publicado no DO de 7/8/2009, seção 1, página n° 84; no Despacho nº 2.329, de 16 de agosto de 2010, publicado no DO de 18/8/2010, seção 1, página n° 53; e no Despacho nº 1.185, de 17 de março de 2011, publicado no DO de 21/3/2011, seção 1, página n° 81, onde se lê: "I - ..., no Estado do Amazonas, ...", leia-se: "I - ..., no Estado do Pará, ...".

No Despacho nº 3.550, de 22 de novembro de 2010, publicado no DO de 23/11/2010, seção 1, página n° 90, onde se lê: "I - ..., às coordenadas 28°39' de Latitude Sul e 54°37' de Longitude Oeste, ...", leia-se: "I - ..., às coordenadas 18°39' de Latitude Sul e 54°37' de Longitude Oeste, ...".

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA

RETIFICAÇÕES

No Despacho nº 360, de 4 de fevereiro de 2011, publicado no D.O. nº 26, de 07 de fevereiro de 2011, Seção 1, página 92, retificar o item do Anexo I disponibilizado no endereço eletrônico da ANEEL http://www.aneel.gov.br/cedoc/dsp2011360.pdf

No Despacho nº 4.080, de 27 de dezembro de 2010, publicado no D.O. nº 248, de 28 de dezembro de 2010, Seção 1, página 77, retificar os itens dos Anexos III e IV disponibilizados no endereço eletrônico da ANEEL www.aneel.gov.br/cedoc/dsp20104080.pdf.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS
DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS
E DE QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHO DA SUPERINTENDENTE
Em 10 de maio de 2011

A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007), concede o registro do(s) produto(s) abaixo, às empresas abaixo relacionadas:

529	HOUGHTON BRASIL LTDA - CNPJ nº 57.490.245/0001-61						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000848/2011 - 67	GRAXA GRAFITADA MB	NLGI NA	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS, ROLAMENTOS, JUNTAS E AFINS.	3718
	48600.000871/2011 - 51	HOUGHTO DRAW TD 505	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	PARA CONFORMAÇÃO DE METAIS	9871
	48600.000872/2011 - 04	CUT MAX CF 1529	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	TORNOS, FRESAS, RETÍFICAS E AFINS.	13270
	48600.000868/2011 - 38	HOUGHTO GRIND 87	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13268
	48600.000866/2011 - 49	HOCUT APB	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13266
	48600.000867/2011 - 93	HOCUT 797 NB	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS.	13267
	48600.000869/2011 - 82	HOUGHTO GRIND 22	ISO NA	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	USINAGEM EM TORNO, FRESA, RETÍFICA E AFINS	13269
530	INTERLUB BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ÓLEO AUTOMOTIVO LTDA - CNPJ nº 07.830.331/0001-06						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000799/2011 - 62	AUTO MIX ECOSISTEM SM	SAE 20W50	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL, GNV.	13272
	48600.000799/2011 - 62	AUTO MIX ECOSISTEM SM	SAE 15W40	API SM	ÓLEO LUBRIFICANTE	ÓLEO PARA MOTORES A GASOLINA, ÁLCOOL, GNV.	13272
531	CHEMLUB PRODUTOS QUÍMICOS LTDA - CNPJ nº 45.036.670/0001-04						
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Aplicação	Registro Produto
	48600.000843/2011 - 34	CHEMLUB G	NLGI 1	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	PARA ROLAMENTOS DE ESFERAS E ROLETES, MANCAIS LISOS E LUBRIFICAÇÃO EM GERAL DE LONGA DURAÇÃO OU PERMANENTE PARA MANCAIS E ENGRENAGENS DE RESINAS OU NYLON	3717
	48600.000844/2011 - 89	TEC LUB TF	NLGI 00	NA	GRAXA LUBRIFICANTE	PARA ENGRENAGENS ABERTAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, EM BAIXAS ROTAÇÕES E MANCAIS LISOS.	3719

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO
E PESQUISA
COORDENADORIA DE TECNOLOGIA
E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

AUTORIZAÇÃO Nº 212, DE 10 DE MAIO DE 2011

A CHEFE DA COORDENADORIA DE TECNOLOGIA E FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 181, de 22 de agosto de 2006,

Considerando a Resolução ANP nº 33/2005 e o Regulamento Técnico ANP nº 05/2005, que dispõem sobre a admissibilidade de despesas qualificadas como Pesquisa e Desenvolvimento, visando o cumprimento da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento constante dos Contratos de Concessão para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural; e

Considerando o que consta dos processos de nº 48610.005093/2011-78 e nº 48610.004734/2011-77 torna público o seguinte ato:

Art. 1º Conceder autorização prévia para o concessionário Petróleo Brasileiro S.A, CNPJ 33.000.167/0001-01, realizar investimentos na implantação de infra-estrutura laboratorial para execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico de interesse do setor de petróleo e seus derivados, gás natural e biocombustíveis, nos projetos, Instituições e respectivos valores, conforme relação em anexo.

Art. 2º A presente autorização prévia é concedida com base em valores estimados, cabendo ao concessionário verificar a coerência dos custos apresentados na proposta, bem como daqueles custos efetivamente incorridos com os custos usualmente praticados no mercado para bens e serviços de mesma natureza.

Art. 3º Compete ao concessionário acompanhar, no desenvolvimento do projeto, as condições contidas no Plano de Trabalho, em especial no que se refere aos objetivos, resultados esperados, prazos e valores totais estimados.

Art. 4º O concessionário deverá apresentar, quando do encaminhamento do Relatório Demonstrativo Anual, os dados referentes aos valores contratados e a execução efetiva dos projetos até a data de referência do relatório demonstrativo, cotejando com aqueles apresentados nos respectivos planos de trabalho objeto da presente autorização.

Art. 5º Nos termos do item 10 do Regulamento Técnico ANP nº 5/2005, as despesas previstas nesta autorização, para efeito de cumprimento da Cláusula de Pesquisa e Desenvolvimento, estão sujeitas à análise técnica da ANP, quando da apresentação dos Relatórios Demonstrativos Anuais e da documentação de comprovação dos resultados obtidos.

Art. 6º O concessionário deverá usar a logomarca da ANP, acompanhada da expressão "Compromisso com Investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento", em todo o material de divulgação relacionado ao projeto, objeto da presente autorização prévia.

Art. 7º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação.

ANÁLIA FRANCISCA FERREIRA

ANEXO

Nº do Projeto	Título	Rede / Área / Programa / Núcleo	Instituição	Valor (R$)	Item de Enquadramento
940	Avaliação numérico-experimental da propagação de pressão e de Surge e Swab.	Rede Temática de Engenharia de Poço	UTFPR	550.515,00	8.2.3
948	Caracterização de Ligantes Asfálticos por Reologia e Análise Térmica	Tecnologia em Asfalto	UFRJ	370.769,22	8.2.3

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 1º DE MARÇO DE 2011

Local e data: No dia 01 de março de 2011, na Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETROBRAS, localizada na Av. Presidente Vargas, 409 - 13º andar - Centro - Rio de Janeiro-RJ. Presentes: o Presidente Interino do Conselho de Administração e Outros - Proposições e Deliberações: - Eleição da Diretoria Executiva da Eletroacre. Documentos pertinentes à eleição da Diretoria Executiva encontram-se à disposição na sede da ELETROACRE - situada à Rua Valério Magalhães, nº 226, Bairro Bosque, Rio Branco/Acre. O Texto Integral desta Ata foi devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Acre, com Protocolo nº 11/0058828-3 de 28/04/2011 e registro em 03/05/2011 sob o n° 20110058283.

THANIA CRISTINA SILVA DA CRZ
Secretária-Geral

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 221, DE 5 DE MAIO DE 2011

Regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso - GECC no âmbito do Departamento Nacional de Produção Mineral.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL-DNPM, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 17, do Decreto nº 7.092, de 02 de fevereiro de 2010, e a Portaria nº 247, de 08 de abril de 2011, considerando:

a) as prescrições do Decreto nº 6.114 de 15 de maio de 2007, que regulamenta a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso na Administração Pública Federal, instituída pelo art. 76-A da Lei nº 8.112 de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Regulamentar o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) no âmbito desta Autarquia, na forma dos dispositivos seguintes:

Art. 1º A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC) será devida ao servidor em efetivo exercício no DNPM que, em caráter eventual e sem prejuízo do exercício das atribuições do cargo ou da função comissionada, desempenhar as atividades previstas no art. 76-A da Lei nº 8.112/1990 e no artigo 2º do Decreto nº 6.114/2007.

Art. 2º A Gratificação será paga ao servidor por hora trabalhada, conforme limites estabelecidos no Anexo I do Decreto nº 6.114/2007, apurado no mês de realização da atividade.

Parágrafo único: O pagamento a que se refere este artigo não será incorporado à remuneração, aos proventos ou pensões, nem servirá de base de cálculo para quaisquer outras vantagens.

Art 3º Os servidores interessados em desenvolver atividades de curso ou concurso no âmbito do DNPM deverão cadastrar os dados relativos à docência, experiência profissional, formação e qualificação, entre outros, no Banco de Currículos disponibilizado em meio eletrônico na Intranet do DNPM.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 1º Os servidores somente poderão desenvolver atividade de curso ou concurso nas áreas em que comprovadamente possuam o nível de escolaridade necessário e a especialização ou experiência profissional compatíveis.

§ 2º Compete à unidade administrativa responsável pelo Desenvolvimento de Pessoal analisar os dados cadastrados no Banco de Currículos, a fim de selecionar o servidor que melhor atenda à consecução dos objetivos pretendidos por ocasião da realização de atividades de curso ou concurso.

§ 3º A Gratificação não será devida pela realização de treinamentos em serviço ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais.

§ 4º A chefia imediata do servidor deverá atestar a capacidade técnica do instrutor preenchendo formulário específico constante do Anexo IV desta portaria.

Art 4º O limite para a realização de atividade de curso ou concurso é de 120 (cento e vinte) horas anuais por servidor.

§ 1º Em situações excepcionais, o limite a que se refere o *caput* poderá ser excedido em até 120 (cento e vinte) horas anuais, desde que devidamente justificado e autorizado pelo Diretor-Geral do DNPM, em conformidade com o artigo 6º do Decreto nº 6.114/2007.

§ 2º Antes de desenvolver a atividade de curso ou concurso, o servidor deverá atestar, em formulário próprio, o número de horas já realizadas por ele, durante o ano, em atividades de mesma natureza em outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Art 5º As atividades de curso ou concurso desenvolvidas por servidores do DNPM deverão ser realizadas, preferencialmente, fora do horário de trabalho.

§ 1º Se a atividade for realizada durante o horário normal de expediente do instrutor, este deverá preencher formulário de plano de compensação de horas, com a anuência da chefia imediata e proceder à devida compensação de horas, no prazo de até um ano, a contar da data do término do curso ministrado.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se aos servidores desta Autarquia que atuarem em atividades de curso ou concurso em outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, observada a prévia autorização do Diretor-Geral do DNPM.

§ 3º Em se tratando de atividades de curso ou concurso de interesse desta autarquia desenvolvida por servidor de outro órgão da Administração Pública Federal, o instrutor deverá informar se a atividade será realizada no horário de trabalho, situação que deverá contar com a anuência prévia de seu órgão ou entidade de origem, atestada em formulário específico.

§ 4º Os servidores de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Federal receberão a Gratificação por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 6º No desenvolvimento das ações de capacitação caberá ao servidor que atuar como:

I - Instrutor em ações presenciais: apresentar o programa do curso, especificando o conteúdo programático e a metodologia de ensino; elaborar o material didático-pedagógico, se necessário; informar quais são os recursos instrucionais, o total de horas-aula e o número máximo de participantes sugerido; ministrar as aulas; preparar, aplicar e corrigir a avaliação de aprendizagem.

II - Coordenador: analisar os programas de cursos apresentados, avaliando os conteúdos programáticos, a metodologia, o total de horas-aula e o número máximo de participantes indicados, promovendo as modificações que julgar necessárias; apresentar os critérios de avaliação a serem utilizados; orientar instrutores e tutores, objetivando padronizar os métodos de ensino aprendizagem e manter contato com os participantes, a fim de avaliar o andamento do evento, garantindo a qualidade das ações de capacitação.

III - Tutor: orientar, acompanhar, estimular e supervisionar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo a interação dos participantes, quando necessário; esclarecer as dúvidas dos alunos; aplicar e corrigir testes e avaliações e apresentar relatório de participação do evento.

IV - Conferencista/moderador/debatedor: organizar a pauta do evento; orientar, acompanhar, estimular o debate, promovendo a interação dos participantes, quando necessário; apresentar o programa do evento, especificando o conteúdo programático e a metodologia de ensino; elaborar o material didático-pedagógico, se necessário; informar quais são os recursos instrucionais, o total de horas-aula e o número máximo de participantes sugerido.

V - Banca avaliadora: aplicar testes orais e provas teóricas; realizar análise curricular, correção de prova discursiva; elaborar questão de prova; julgar recurso; efetuar análise crítica de questão de prova; julgar concurso de monografia.

§ 1º Após a realização de cada ação de capacitação, o instrutor será avaliado pelos participantes, sendo o resultado dessa avaliação de reação repassado ao instrutor e arquivado junto à sua ficha cadastral.

§ 2º Se o instrutor obtiver desempenho insuficiente, o mesmo será chamado pela unidade administrativa responsável pelo Desenvolvimento de Pessoal para que sejam analisados os motivos desse resultado, podendo ser recomendado que participe de capacitação na área de didática.

§ 3º O instrutor que injustificadamente não comparecer para desenvolver a atividade de curso ou concurso será chamado pela unidade administrativa responsável pelo Desenvolvimento de Pessoal para que sejam analisados os motivos da falta, podendo o mesmo ser submetido às penalidades da Lei 8.112/90.

Art. 7º Cabe à unidade administrativa responsável pelo Desenvolvimento de Pessoal:

I - analisar o programa das ações de capacitação, verificando a sua correlação com os interesses institucionais.

II - realizar a preparação dos cursos que serão oferecidos *in company*.

III - promover a avaliação dos cursos ministrados.

IV - selecionar o instrutor.

V - supervisionar a realização das atividades de curso ou concurso.

VI - atestar o total de horas realizadas pelo instrutor e encaminhar o processo à unidade competente para fins de pagamento.

Art. 8º Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral do DNPM.

Art. 9º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

ANEXO I

Tabela de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de acordo com o Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007, que regulamenta o art. 76-A da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

a) Instrutoria em curso de formação ou instrutoria em cursos de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituídos no âmbito da Administração Pública Federal

Número	*Atividade*	*Valor da hora/aula (em R$)*
1	*Instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento e aperfeiçoamento, de treinamento e curso gerencial*	
1.1	*Curso de Formação*	*Até 2,2%*
1.1.1	Instrutor F-I	2,2%
1.1.2	Instrutor F-II	1,9%
1.1.3	Instrutor F-III	1,6%
1.2	*Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento*	*Até 2,2%*
1.2.1	Instrutor DA-I	2,2%
1.2.2	Instrutor DA-II	1,9%
1.2.3	Instrutor DA-III	1,6%
1.2.4	Instrutor DA-IV	147,44
1.3	*Curso de Treinamento*	*Até 1,45%*
1.3.1	Instrutor T-I	1,45%
1.3.2	Instrutor T-II	1,15%
1.4	*Curso Gerencial*	*Até 2,2%*
1.4.1	Instrutor G-I	2,2%
1.4.2	Instrutor G-II	1,9%
1.4.3	Instrutor G-III	1,6%
1.5	*Curso de Educação de Jovens e Adultos*	*Até 0,75%*
1.5.1	Instrutor EJA-I	0,75%
1.6	*Curso de Pós-Graduação*	*Até 2,2%*
1.6.1	Instrutor PG-I	2,2%
1.6.2	Instrutor PG-II	1,9%
1.6.3	Instrutor PG-III	1,6%
1.7	*Orientador de Monografia*	*Até 2,2%*
1.7.1	Orientador M-I	2,2%
1.7.2	Orientador M-II	1,9%
1.7.3	Orientador M-III	1,6%
2	*Tutoria em Curso à distância*	
2.1	*Curso de Desenvolvimento, Aperfeiçoamento e Treinamento*	*Até 1,45%*
2.1.1	Tutor EAD-I	1,45%
3	*Coordenação Técnica e Pedagógica*	*Até 1,45%*
3.1	Coordenador Presencial	1,45%
3.2	Coordenador EAD	1,45%
4	*Atividade de Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação*	*Até 2,2%*
4.1	Conferencista	2,2%
4.2	Moderador	2,2%
4.3	Debatedor	2,2%
5	*Elaboração de Material didático*	*1,45%*
6	*Elaboração de material multimídia para curso à distância*	*2,2%*

b) Banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.

Número	*Atividade*	*Valor da hora (em R$)*
1	*Participação em banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos.*	Até 2,2%
1.1	*Exame Oral*	2,05%
1.2	*Análise Curricular*	1,20%
1.3	*Correção de prova discursiva*	2,20%
1.4	*Elaboração de questão de prova*	2,20%
1.5	*Julgamento de recurso*	2,20%
1.6	*Prova prática*	1,75%
1.7	*Análise crítica de questão de prova*	2,20%
1.8	*Julgamento de concurso de monografia*	2,20%

c) Logística de preparação e de realização de curso, concurso público ou exame vestibular - planejamento, coordenação, supervisão e execução.

Número	*Atividade*	*Valor da hora (em R$)*
1	*Participação em organização da Logística de preparação e de realização de curso, concurso público ou exame vestibular - planejamento, coordenação, supervisão e execução.*	Até 1,20%
1.1	*Planejamento*	1,20%
1.2	*Coordenação*	1,20%
1.3	*Supervisão*	0,90%
1.4	*Execução*	0,75%

ANEXO II

Especificações dos critérios quanto aos requisitos por tipo de atividade e de curso.

a) Instrutoria em curso de formação ou instrutoria em cursos de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituídos no âmbito da Administração Pública Federal

1. Instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento e aperfeiçoamento, de treinamento e curso gerencial

1.1 Curso de Formação: Ministrar aulas em cursos de formação de carreiras, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.1.1 Instrutor F-I:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento citado no Banco de Currículos.

1.1.2 Instrutor F-II:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/mestrado e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado ou pós-graduação *lato sensu* (especialização) e mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de 48 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.1.3 Instrutor F-III:

· Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de 12 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.2 Curso de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento: Ministrar aulas em cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e em eventos educacionais em geral, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.2.1 Instrutor DA-I:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/doutorado ou experiência mínima comprovada de 36 meses na disciplina a ministrar, por força do exercício de atividades profissionais, acadêmicas ou de ensino em cursos assemelhados.

1.2.2 Instrutor DA-II:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/mestrado ou 36 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado.

1.2.3Instrutor DA-III:

·Formação em nível de pós-graduação *lato sensu* (especialização) ou 24 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado.

1.2.4 Instrutor DA-IV:

· Portador de diploma de curso superior ou experiência mínima de 12 meses de experiência em atividade afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

1.3 Curso de Treinamento: Ministrar treinamento sobre aplicativos que integram a área em nível avançado, intermediário ou básico para a qualificação e o aperfeiçoamento do participante, utilizando técnicas específicas de caráter operacional; ministrar treinamento em sistemas corporativos da Administração Pública Federal para a qualificação e o aperfeiçoamento do servidor de caráter operacional.

1.3.1 Instrutor T-I:

· Curso superior ou 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais;

1.3.2 Instrutor T-II:

· Ensino médio completo ou 12 meses de experiência comprovada em área técnica específica à disciplina a ministrar ou aos conhecimentos a transmitir, adquirida no exercício de atividades profissionais;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4 Curso Gerencial: Ministrar aulas em cursos gerenciais e eventos educacionais de gestão, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.4.1 Instrutor G-I:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.4.2 Instrutor G-II:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/mestrado e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado ou pós-graduação *lato sensu* (especialização) e mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de mais de 48 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.4.3 Instrutor G-III:

· Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de 24 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.5 Curso de Educação de Jovens e Adultos: Ministrar aulas em cursos de educação de jovens e adultos nos níveis fundamental e médio.

1.5.1 Instrutor EJA-I:

· Curso superior com registro no MEC, preferencialmente licenciatura.

1.6 Curso de Pós-Graduação: Ministrar aulas em cursos de pós-graduação *stricto* ou *latu sensu*, atuando como facilitador do processo de aprendizagem e difusão do conhecimento.

1.6.1 Instrutor PG-I:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.6.2 Instrutor PG-II:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/mestrado e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado ou pós-graduação *lato sensu* (especialização) e mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de mais de 48 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.6.3 Instrutor PG-III:

· Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de 24 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.7 Orientador de Monografia: orientar, guiar, e auxiliar o aluno de pós-graduação na elaboração de seu trabalho de conclusão de curso, independente da modalidade.

1.7.1 Orientador M-I:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/doutorado e mais de 12 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.7.2 Orientador M-II:

· Formação em nível de pós-graduação *stricto sensu*/mestrado e experiência mínima de 24 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado ou pós-graduação *lato sensu* (especialização) e mais de 36 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de mais de 48 meses em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

1.7.3 Orientador M-III:

· Portador de diploma de curso superior e experiência mínima de 12 meses de experiência em atividade afins aos temas do curso a ser ministrado; ou

· Experiência mínima de 24 meses de experiência em atividades afins aos temas do curso a ser ministrado, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos.

2. Tutoria em Curso à Distância

2.1 Curso de Desenvolvimento, Aperfeiçoamento e Treinamento: Acompanhar o desenvolvimento de cursos de desenvolvimento, aperfeiçoamento e treinamento; orientar os alunos, receber e avaliar trabalhos; fomentar e avaliar debates no fórum virtual; moderar *chats* e listas de discussões em ambientes virtuais de aprendizagem.

2.1.1 Tutor EAD-I:

· Graduação e/ou formação na disciplina a ministrar; ou

· Experiência mínima de 12 meses na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas e formação em tutoria à distância e conhecimentos de *Windows*, *Word* e Internet.

3. Coordenação Técnica e Pedagógica

3.1 Coordenador Presencial: Decidir, na condição de especialista em determinada área de conhecimento ou de disciplina específica, quanto ao conteúdo técnico que deve ser ministrado, colaborando na escolha de métodos e técnicas de ensino que viabilizem o alcance dos objetivos estabelecidos para essa área ou disciplina.

· Formação em nível de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e experiência mínima de 24 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; ou

· Experiência de mais de 36 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas.

3.2 Coordenador EAD: Decidir, na condição de especialista em determinada área de conhecimento ou de disciplina específica, quanto ao conteúdo técnico que deve ser ministrado nos cursos à distância, colaborando na escolha de métodos e técnicas de ensino que viabilizem o alcance dos objetivos estabelecidos para essa área ou disciplina.

· Formação em nível de pós-graduação *lato sensu* (especialização) e experiência mínima de 24 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas; ou

· Experiência de mais de 36 meses de atuação na área específica adquirida no exercício de atividades profissionais ou acadêmicas.

4. Atividade de Conferencista e de Palestrante em Evento de Capacitação

4.1 Conferencista: Proferir palestra sobre tema da atualidade, de interesse geral ou setorial da administração pública.

· Formação mínima em nível superior ou experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos;

4.2 Moderador: coordenar a interação dos participantes (conferencistas, debatedores), mantendo o controle do tempo e do debate.

· Formação mínima em nível superior ou experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos;

4.3 Debatedor: Analisar e avaliar a palestra proferida pelo conferencista, ressaltando os pontos mais relevantes e, quando necessário, apresentando críticas e a agregando outro modo de abordar o tema.

· Formação mínima em nível superior ou experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência, mediante comprovação por documento(s) citado(s) no Banco de Currículos;

5. Elaboração de Material Didático: elaborar material didático que esteja em consonância com a fundamentação filosófica e pedagógica dos cursos presenciais e na modalidade à distância. Os elementos a serem considerados na produção do material didático, devem se nortear pelos seguintes pontos: Identificação de demandas associadas aos arranjos produtivos locais; características identificadas no levantamento do perfil do público-alvo; definição clara de objetivos gerais e específicos orientadores da aprendizagem; integração das diversas mídias, buscando a complementariedade.

6. Elaboração de material multimídia para curso à distância: Desenvolver material multimídia: textos, vídeos, áudio, imagens, simulações e animações, buscando técnicas pedagógicas adequadas, ferramentas apropriadas à produção de cada tipo de mídia. Os elementos a serem considerados na produção do material didático, devem se nortear pelos seguintes pontos: Identificação de demandas associadas aos arranjos produtivos locais; características identificadas no levantamento do perfil do público-alvo; definição clara de objetivos gerais e específicos orientadores da aprendizagem; integração das diversas mídias, buscando a complementariedade.

6.1 Conferencista: Proferir palestra sobre tema da atualidade, de interesse geral ou setorial da administração pública.

· Formação mínima em nível superior ou experiência mínima de 24 meses na área objeto da conferência

b) Banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos.

1. Exame Oral: elaborar, aplicar e avaliar exame oral em curso ou concurso.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

2. Análise Curricular: analisar currículo para fins de seleção e/ou pontuação em curso ou concurso.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

3. Correção de prova discursiva: corrigir prova discursiva para fins de seleção e/ou pontuação em curso ou concurso.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

4. Elaboração de questão de prova: elaborar questões de prova para concursos.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

5. Julgamento de Recurso: analisar e justificar os recursos interpostos em relação a questões de cursos ou concursos.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

6. Prova prática: elaborar, aplicar e avaliar prova prática em cursos ou concursos.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

7. Análise crítica de questão de prova: analisar criticamente questões de prova, revisando conteúdo e/ou regras de português.

· Formação em nível igual ou superior ao do servidor avaliado, verificada em cada caso específico e notório conhecimento do tema.

8. Julgamento de concurso de monografia: avaliar e julgar monografia conforme critérios previamente definidos em edital.

Formação no mínimo em nível superior (graduação) e notório conhecimento do tema.

c. Logística de preparação e de realização de curso, concurso público ou exame vestibular - planejamento, coordenação, supervisão e execução.

1. Planejamento

· Identificação das necessidades, objetivos e planos de ação; definição do trâmite adequado e reavaliação de todo o processo para o bom funcionamento do curso. Antecipação dos resultados esperados e busca dos objetivos pré-definidos.

2. Coordenação

· Ação de estabelecer ordem, combinação ou interação harmoniosa nas ações relacionadas ao curso.

3. Supervisão

· Ação de dirigir, controlar e inspecionar as atividades de execução do curso.

4. Execução

· Realização das atividades necessárias para a execução do curso.

ANEXO III

Formulário de Plano de Compensação de Horas (no caso de cursos ministrados no horário de trabalho)

Formulário I - Compensação de Horas para Servidores do DNPM que atuarem como Instrutores			
Informações do Servidor Instrutor			
Nome			
SIAPE		Telefone	
CPF		Lotação	
Informações do Curso			
Area de Capacitação	Curso	Carga horária total	
Plano de Compensação de Horas			
Dia	Programação de horas trabalhadas	Nº de horas compensadas	
Aprovação da Chefia Imediata			
Nome			
SIAPE			
Telefone			
Concordo com a compensação de horário acima: Assinatura			
Aprovação da Direção da Unidade			
Nome			
SIAPE			
Telefone			
Concordo com a compensação de horário acima: Assinatura			

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO IV

Formulário de Comprovação de capacidade técnica do Instrutor

Formulário II- Ateste da Chefia - capacidade técnica do Instrutor			
Informações do Servidor Instrutor			
Nome			
SIAPE		Telefone	
Informações do Curso			
Área de Capacitação	Curso	Carga horária total	
Ateste da chefia imediata - capacidade técnica do Instrutor			
Nome			
SIAPE			
Telefone			
Atesto que o Servidor (nome completo) possui competência técnica para ministrar o curso de capacitação acima citado, devido a (colocar justificativa)			
Assinatura			

ANEXO V

Formulário de ateste de horas de instrutoria de servidores do DNPM em outros órgãos públicos da Administração Pública Federal

Formulário III - Ateste de instrutoria em outros órgãos públicos	
Ateste de Instrutoria de servidores do DNPM em outros órgãos públicos da Administração Pública Federal	
Eu, (nome completo), SIAPE (nº), cargo (colocar cargo), CPF (nº), atesto que:	
	Não ministrei curso no corrente ano em outro órgão público da administração pública federal.
	Ministrei curso no corrente ano em outro órgão público, totalizando a carga horária de (informar o nº de horas).
Assinatura	

ANEXO VI

Formulário de aprovação da chefia imediata e carga horária para servidores de outros órgãos da Administração Pública Federal

Formulário IV - Aprovação da chefia imediata e carga horária para servidores de outros órgãos da Administração Pública Federal			
Informações do Servidor Instrutor			
Nome			
SIAPE		Telefone	
CPF		Órgão	
Informações do Curso			
Área de Capacitação	Curso	Carga horária total	
Plano de Compensação de Horas - caso a instrutoria seja no horário de trabalho			
Dia	Programação de horas trabalhadas	Nº de horas compensadas	
Aprovação da Chefia Imediata			
Nome			
SIAPE			
Telefone			
Aprovo a Instrutoria e concordo com a compensação de horário acima:			
Assinatura			
Aprovação da Direção da Unidade			
Nome			
SIAPE			
Telefone			
Concordo com a compensação de horário acima:			
Assinatura			

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 155/2011

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
870.992/2010-JOSUÉ ALVES DA SILVA - Publicado DOU de 02/03/2011, Relação n° 76/2011, Seção I, pág. 68- Onde se lê: " Cessionário : MARCOS JOSÉ CREMASCO CPF 881.211.867-19" leia-se : " Cessionário : MARCOS JOSÉ CREMASCO CPF 881.211.867-49 "

TEOBALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA JÚNIOR

Ministério do Desenvolvimento, Indústriae Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 116, DE 10 DE MAIO DE 2011

Estabelece critérios e procedimentos para atribuição da Gratificação de Desempenho da SUFRAMA - GDSUFRAMA no âmbito da Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no § 7º do art. 1º -C da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006, suas alterações posteriores incluídas pela Lei nº 11.907 de 2 de fevereiro de 2009 e, ainda, o Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º Esta Portaria estabelece critérios e procedimentos para atribuição da Gratificação de Desempenho da SUFRAMA - GDSUFRAMA, aos servidores ocupantes de cargos efetivos do Plano Especial de Cargos da SUFRAMA.

Parágrafo único. A GDSUFRAMA não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho profissional, individual ou institucional ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

CAPÍTULO II

DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º A GDSUFRAMA tem por finalidade incentivar o aprimoramento das ações da SUFRAMA em todas as suas áreas de atuação e será concedida de acordo com os resultados das avaliações de desempenho individual e institucional, segundo os seguintes critérios:

I - avaliação de desempenho individual: aferição do desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo, com foco na sua contribuição para o alcance dos objetivos organizacionais; e

II - avaliação de desempenho institucional: aferição do desempenho do órgão no alcance dos objetivos organizacionais, considerados os projetos e atividades prioritárias e as características específicas das atividades da SUFRAMA.

CAPÍTULO III

DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 3º A GDSUFRAMA será paga, observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, aos valores estabelecidos no Anexo I a esta Portaria:

I - até 20 (vinte) pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação institucional.

Art. 4º Os valores a serem pagos a título de GDSUFRAMA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Portaria, de acordo com o respectivo nível, classe e padrão, conforme fórmula a seguir:

(nº de pontos da avaliação individual+nº de pontos da avaliação institucional) X (valor do ponto).

Art. 5º Os servidores efetivos referidos no art. 1º desta Portaria, quando investidos em cargos em comissão ou funções de confiança na SUFRAMA, farão jus à GDSUFRAMA, observados os posicionamentos na tabela constante do Anexo I e as seguintes condições:

I - os investidos em função de confiança ou cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 1, 2, 3 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no art. 4º desta Portaria; e

II - os investidos em cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 4, 5, 6 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual somado ao resultado da avaliação institucional no período.

Art. 6º Os servidores efetivos referidos no art. 1º desta Portaria, que não se encontrem em exercício na SUFRAMA, farão jus à GDSUFRAMA, observados os posicionamentos na tabela constante do Anexo I, nas seguintes condições:

I - quando requisitados pela Presidência ou Vice-Presidência da República, ou nas hipóteses de requisição prevista em lei específica, perceberão a GDSUFRAMA como se estivessem em efetivo exercício na SUFRAMA;

II - quando cedidos para órgãos ou entidades da União, distintos dos indicados no inciso I, e investidos em cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS níveis 4, 5, 6 ou equivalentes, perceberão a GDSUFRAMA calculada com base no resultado da avaliação institucional no período;

CAPÍTULO IV

DAS METAS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

Art. 7º As metas de desempenho institucional representam o padrão ideal de desempenho a ser alcançado ou mantido no âmbito da SUFRAMA e servirão de parâmetro para a aferição do desempenho referido no inciso II do art. 2º desta Portaria, e os resultados apurados deverão ser amplamente divulgados.

§ 1º As metas de desempenho institucional deverão ser segmentadas em:

I - metas globais: fixadas anualmente, por ato do (a) Superintendente da SUFRAMA podendo ser revistas a qualquer tempo, e, elaboradas em consonância com o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA; e

II - metas intermediárias: referentes ao desempenho das equipes de trabalho, elaboradas em consonância com as metas globais.

§ 2º Os dirigentes das unidades administrativas da SUFRAMA, responsáveis pelo cumprimento das metas, encaminharão à Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária - CGPRO, até o 5º (quinto) dia útil do mês de janeiro de cada ciclo, os resultados referentes ao alcance das metas.

§3º A Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária - CGPRO enviará até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês de janeiro de cada ciclo à Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRHU relatório consolidado do alcance das metas.

§ 4º As metas de desempenho institucional poderão ser revistas, na superveniência de fatores que tenham influência significativa e direta na sua consecução, por meio de propostas das Unidades que as elaboraram.

§ 5º O limite máximo de pontos conferidos à avaliação de desempenho institucional referida no caput será de 80 (oitenta) pontos.

CAPÍTULO V

DAS AVALIAÇÕES

Art. 8º São objetivos da Avaliação de Desempenho:

I - promover a melhoria da qualificação dos servidores públicos; e

II - subsidiar a política de gestão de pessoas, principalmente quanto à capacitação, desenvolvimento no cargo ou na carreira, remuneração e movimentação de pessoal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS.

Seção I

Da Avaliação Individual

Art. 9º. Para a avaliação de desempenho individual do servidor, serão considerados:

I - ciclo de avaliação: período de doze meses, iniciado trinta dias após a divulgação das metas globais;

II - unidades de avaliação - UA: unidades administrativas da SUFRAMA, definidas no art. 16 desta Portaria;

III - plano de trabalho: documento elaborado pelas unidades administrativas da SUFRAMA, seguindo o disposto no art. 19 desta Portaria;

IV - equipe de trabalho: servidores que assumem, em conjunto, a responsabilidade pela condução de uma ou mais ações definidas no Plano de Trabalho; e

V - chefia imediata: responsável pela avaliação de desempenho individual do servidor diretamente subordinado.

§ 1º O dirigente máximo da UA, em conjunto com as chefias imediatas, definirá, no âmbito interno, a sistemática de avaliação de desempenho individual, conforme atribuições previstas no Plano de Trabalho, de modo a contemplar cada servidor da Unidade.

§ 2º Excepcionalmente, quando existir impedimento do avaliador, o processo de avaliação individual poderá ser conduzido por seu substituto legal.

Art. 10. As avaliações de desempenho individual serão feitas da seguinte forma:

I - a nota de cada fator corresponderá ao valor obtido pela avaliação, a qual poderá variar de 0 e 100, multiplicada pelo seu respectivo peso;

II - para efeito da avaliação de desempenho serão utilizados os seguintes fatores:

FATORES	DETALHAMENTO
Produtividade no trabalho	Executa as atividades de forma planejada, organizada e com habilidade, atingindo metas pré-estabelecidas, apresentando volume de trabalho com qualidade, no intervalo de tempo acordado com as áreas de atuação da SUFRAMA, visando ao alcance dos objetivos institucionais.
Conhecimento de métodos e técnicas	Executa corretamente as atividades pelas quais é responsável. Apresenta habilidades necessárias ao desempenho das atividades e domínio de ferramentas e de processos de trabalho.
Trabalho em equipe	Respeita a diversidade de conhecimentos e valores, talentos e personalidades da equipe, com o objetivo de atender o interesse institucional.
Comprometimento com o trabalho	Atua de forma interessada e responsável, cumprindo suas atribuições com zelo e dentro do prazo determinado.
Cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo	Cumpre normas legais, instruções e regulamentos. Age com respeito ao próximo, com integridade, com senso de justiça e com impessoalidade.
Capacidade de iniciativa	Identifica oportunidades de ação. Propõe e implementa soluções de forma adequada e criativa.
Capacidade de autodesenvolvimento	Gerencia suas potencialidades, buscando constantemente a qualificação profissional e pessoal.
Relacionamento interpessoal	Relaciona-se harmoniosamente na equipe; sabe lidar com críticas, valores e percepções diferentes ou inovadoras; sabe ouvir, processar e compreender as mensagens, situando-as no contexto técnico-profissional.
Flexibilidade às mudanças	A capacidade de reagir, interagir e mudar diante de circunstâncias que requeiram revisão de métodos, estratégias, valores e atitudes para o alcance de objetivos institucionais.

Art. 11. A avaliação de desempenho individual compreenderá a autoavaliação do servidor, a avaliação da chefia imediata e a avaliação da equipe de trabalho, da seguinte forma:

I - autoavaliação: promovida pelo servidor avaliado, na proporção de 15% (quinze por cento) do somatório da pontuação aferida;

II - avaliação da chefia imediata: promovida pela chefia imediata ou, na hipótese de afastamento ou impedimento, pelo seu substituto legal, ou, ainda, pelo dirigente máximo da unidade de lotação do servidor, na proporção de 60% (sessenta por cento) do somatório da pontuação aferida; e

III - avaliação da equipe de trabalho: promovida por um conjunto de até 3 (três) servidores em exercício na UA, considerando a média dos conceitos atribuídos pela equipe de trabalho, na proporção de 25% (vinte e cinco por cento).

§ 1º Considera-se chefia imediata, para efeitos desta Portaria, o ocupante de cargo efetivo e/ou comissionado ou de função de confiança, responsável diretamente pela supervisão das atividades do avaliado.

§ 2º Em caso de exoneração da chefia imediata, o seu substituto legal, ou o dirigente imediatamente superior, procederá à avaliação de todos os servidores que lhe foram subordinados no período.

Art. 12. A Nota Final da Avaliação Individual (NFAI) se dará conforme fórmula abaixo:

NFAI = (autoavaliação x 0,15) + (avaliação superior x 0,60) + (avaliação da equipe x 0,25)

§ 1º O cálculo da nota da avaliação individual de cada servidor será correlacionada com as seguintes faixas:

Nota Final	Pontos - GDSUFRAMA
> 90 até 100	20
> 80 até 90	18
> 70 até 80	16
> 60 até 70	14
> 50 até 60	12
> 40 até 50	10
> 30 até 40	8
Até 30	6

§ 2º Na ausência de uma das avaliações será considerada a nota da avaliação da chefia imediata.

§ 3º Ao servidor que discordar de sua avaliação de desempenho individual será garantido o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 31 desta Portaria.

Art. 13. O Formulário de Avaliação de Desempenho Individual - FADI, Anexo II, conterá a identificação do servidor avaliado, a unidade de avaliação, o período e a data da avaliação, os fatores de avaliação, os pesos, as notas, a avaliação final, a assinatura do avaliador, a assinatura do avaliado e a assinatura da equipe de trabalho.

Art. 14. O servidor ativo beneficiário da GDSUFRAMA, que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 10 (dez pontos) da pontuação máxima estabelecida para esta parcela, será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, em articulação com a unidade de lotação do servidor.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho individual e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Seção III

Da Avaliação Institucional

Art. 15. A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho coletivo dos servidores, ocupantes dos cargos de que trata o art. 1º desta Portaria, no alcance dos objetivos organizacionais.

Art. 16. Para o disposto nesta Portaria, são consideradas unidades administrativas aquelas previstas no artigo 2º do Anexo I do Decreto nº 7.139 de 29 de março de 2010 - Estrutura Regimental da SUFRAMA.

§ 1º Caberá às unidades administrativas encaminhar à Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária - CGPRO, até o dia 10 de outubro de cada ciclo de avaliação, as metas de que trata o inciso I do § 1º do art. 7 º desta Portaria.

Art. 17. O valor da pontuação final obtido na avaliação de desempenho institucional será calculado de forma proporcional à pontuação obtida no atingimento das metas estabelecidas.

Art. 18. Para o cálculo dos efeitos financeiros da GDSUFRAMA, o resultado da avaliação institucional será correlacionado com as faixas definidas abaixo:

Percentual de Execução - Avaliação Institucional	Pontos para atribuição da GDSUFRAMA
> 90% até 100%	80
> 80% até 90%	72
> 70% até 80%	64
> 60% até 70%	56
> 50% até 60%	48
> 40% até 50%	40
> 30% até 40%	32
Até 30%	24

Art. 19. As unidades de avaliação da SUFRAMA deverão elaborar Plano de Trabalho, contendo necessariamente:

I - as ações mais representativas da UA;

II - as atividades, projetos ou processos em que se desdobram as ações;

III - as metas intermediárias de desempenho institucional e as metas de desempenho individual propostas;

IV - os compromissos de desempenho individual e institucional, firmados no início do ciclo de avaliação entre a chefia imediata, a equipe e cada integrante da equipe, a partir das metas institucionais;

V - os critérios e procedimentos de acompanhamento do desempenho individual e institucional de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação, sob orientação e supervisão da chefia imediata e da Comissão de Acompanhamento de que trata o art. 29 desta Portaria;

VI - a avaliação parcial dos resultados obtidos, para subsidiar ajustes no decorrer do ciclo de avaliação; e

VII - a apuração final do cumprimento das metas e demais compromissos firmados no âmbito da UA.

§ 1º O Plano de Trabalho deverá abranger o conjunto dos servidores em exercício na unidade de avaliação, devendo cada servidor individualmente estar vinculado à, pelo menos, uma ação, atividade, projeto ou processo.

§ 2º O Plano de Trabalho deverá ser elaborado em comum acordo entre as chefias imediatas e suas equipes de trabalho, com a anuência do dirigente máximo da unidade administrativa.

§ 3º Os servidores integrantes de carreiras não previstas no art. 1º desta Portaria não fazem jus a gratificação ora regulamentada e não serão avaliados na dimensão individual contribuindo, apenas, para o alcance das metas de sua equipe de trabalho.

Art. 20. Caberá às unidades administrativas da SUFRAMA:

I - elaborar os Planos de Trabalho - Metas Individuais e Institucionais;

II - encaminhar, nos prazos estabelecidos, os Formulários de Avaliação de Desempenho Individual - FADI;

III - encaminhar, nos prazos estabelecidos, os resultados das metas institucionais da unidade; e

IV - encaminhar, se for o caso, o servidor para participar de ações de capacitação.

CAPÍTULO VI

DO CICLO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Seção I

Da Duração

Art. 21. O ciclo da avaliação de desempenho terá a duração de 12 (doze) meses, iniciando-se no dia 1º de janeiro e terminando no dia 31 de dezembro do mesmo ano.

Seção II

Das Etapas

Art. 22. O ciclo da avaliação de desempenho terá as seguintes etapas:

I - publicação das metas globais a que se refere ao inciso I do § 1º do art. 7º desta Portaria;

II - estabelecimento de compromissos de desempenho individual e institucional, firmados entre a chefia e a equipe de trabalho no início do ciclo de avaliação;

III - acompanhamento de todas as etapas ao longo do ciclo de avaliação de desempenho individual e institucional, sob a orientação da chefia imediata e a supervisão da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD;

IV - avaliação parcial dos resultados obtidos, para ajustes necessários;

V - publicação dos resultados institucionais alcançados pela SUFRAMA;

VI - apuração final da avaliação de desempenho; e

VII - publicação do resultado final da avaliação de desempenho.

Seção III

Dos Procedimentos

Art. 23. O processamento tempestivo das avaliações ficará condicionado à estrita observância dos procedimentos e prazos a seguir especificados, os quais deverão ser cumpridos:

I - até o dia 20 de dezembro de cada exercício a CGRHU disponibilizará os Formulários de Avaliação de Desempenho Individual - FADIs para as unidades relacionadas no art. 16 desta Portaria;

II - até o 10º (décimo) dia útil do mês de janeiro de cada exercício, as unidades administrativas encaminharão à CGRHU os FADIs preenchidos, carimbados e assinados; e

III - até o dia 31 do mês de janeiro de cada exercício a CGRHU realizará o processamento das avaliações.

Art. 24. À CGRHU caberá implementar os seguintes procedimentos:

I - disponibilizar os FADIs às unidades de avaliação solicitando o seu preenchimento;

II - zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos nesta Portaria;

III - promover, juntamente com as demais unidades administrativas da SUFRAMA, ações visando à melhoria do desempenho do servidor, nos casos de necessidade de adequação funcional, treinamento ou movimentação, quando o servidor, na avaliação de desempenho individual, obtiver pontuação inferior a 10 (dez) pontos;

IV - orientar, acompanhar e controlar a aplicação do estabelecido nesta Portaria e na atualização da legislação pertinente; e

V - Solicitar da Coordenação-Geral de Planejamento e Programação Orçamentária-CGPRO as metas institucionais globais até o dia 31 de outubro de cada exercício.

CAPÍTULO VII

DOS EFEITOS FINANCEIROS

Art. 25. Até o processamento da primeira avaliação de desempenho individual, o servidor recém-nomeado para cargo efetivo, ou aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDSUFRAMA, no decurso do ciclo de avaliação, fará jus a respectiva gratificação, após sua entrada em exercício, no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos, observado o nível, a classe e o padrão do cargo efetivo.

Art. 26. As avaliações serão processadas no mês subsequente ao término do período avaliativo e gerarão efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subsequente ao do processamento das avaliações.

§ 1º A avaliação individual somente produzirá efeitos financeiros se o servidor tiver permanecido em exercício das atividades por, no mínimo, 2/3 (dois terços) de um ciclo completo de avaliação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º O resultado consolidado de cada período de avaliação, 12 (doze) meses, terá efeito financeiro mensal, durante igual período.

Art. 27. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, os servidores referidos no art. 1º desta Portaria continuarão percebendo a GDSUFRAMA correspondente ao último valor obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 28. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, o servidor continuará percebendo a GDSUFRAMA correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 29. Será criada a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho - CAD, com a finalidade de:

I - julgar, em última instância, os recursos interpostos quanto ao resultado da avaliação individual;

II - propor alterações consideradas necessárias à operacionalização dos critérios e procedimentos estabelecidos para a avaliação de desempenho individual; e

III - orientar e supervisionar a aplicação dos critérios e procedimentos de acompanhamento da avaliação de desempenho, em todas as etapas, ao longo do ciclo.

Art. 30. Os integrantes da CAD deverão, necessariamente, apresentar o seguinte perfil:

I - ser servidor efetivo, em exercício na SUFRAMA;

II - conhecer o processo de avaliação e seus formulários;

III - ter concluído o estágio probatório; e

IV - não estar respondendo a sindicância ou processo administrativo disciplinar.

§ 1º Integrarão a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho:

I - um representante de cada Superintendência Adjunta da SUFRAMA;

II - um representante indicado pelo (a) Superintendente da SUFRAMA; e

III - um representante dos servidores, de que trata o art. 1º desta Portaria.

§ 2º Para cada titular da Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho deverá haver um suplente designado.

§ 3º Os representantes de que trata o § 1º deste artigo serão designados em portaria do (a) Superintendente da SUFRAMA.

CAPÍTULO IX

DO RECURSO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

Art. 31. O servidor poderá recorrer do conteúdo de sua avaliação individual, quando não concordar com o resultado apresentado.

§ 1º O pedido de reconsideração deverá ser formulado à chefia imediata, de acordo com o Anexo III, devidamente justificado, e protocolado, impreterivelmente, no prazo de até 10 (dez) dias, contado da data da ciência do resultado de sua avaliação.

§ 2º O pedido de reconsideração será apreciado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, podendo a chefia imediata deferir o pleito, total ou parcialmente, ou indeferi-lo.

§ 3º Na hipótese de deferimento parcial ou indeferimento do pedido de reconsideração, após ciência do avaliado, caberá recurso à CAD, conforme Anexo IV.

§ 4º A CAD julgará o recurso no prazo de 10 (dez) dias e comunicará a nota final relativa à avaliação individual do servidor à CGRHU, que dará ciência ao interessado.

§ 5º Os prazos para interposição e resultado dos recursos são improrrogáveis.

§ 6º Não será admitido o recurso que for interposto fora do prazo.

CAPITULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Ao servidor inativo beneficiário da GDSUFRAMA, serão adotados os critérios constantes do art. 1º-L da Lei nº 11.356 de 19 de outubro de 2006 e suas alterações posteriores incluídas pela Lei nº 11.907 de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 33. Será de responsabilidade dos envolvidos na avaliação a estreita observância dos procedimentos e prazos, os quais deverão ser cumpridos, sob pena de responsabilidade, nos termos do art. 148 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 34. Os casos omissos serão submetidos à deliberação da CAD.

Art. 35. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO DAMATA PIMENTEL

ANEXO I

TABELA DE VALORES DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DA SUFRAMA - GDSUFRAMA PARA OS OCUPANTES DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DA SUFRAMA

a) Valor do ponto da GDSUFRAMA para cargos de nível superior

Em R$

		VALOR DO PONTO DA GDSUFRAMA		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	12,59	18,39	20,77
ESPECIAL	II	12,34	17,84	20,17
	I	12,10	17,30	19,59
	VI	11,86	16,78	19,03
	V	11,63	16,28	18,48
C	IV	11,40	15,79	17,95
	III	11,18	15,32	17,44
	II	10,96	14,86	16,94
	I	10,75	14,41	16,45
	VI	10,54	13,98	15,98
	V	10,33	13,56	15,52
B	IV	10,13	13,15	15,08
	III	9,93	12,75	14,65
	II	9,74	12,37	14,23
	I	9,55	12,00	13,82
	V	9,36	11,64	13,42
	IV	9,18	11,29	13,04
A	III	9,00	10,95	12,67
	II	8,82	10,62	12,31
	I	8,65	10,30	11,96

b) Valor do ponto da GDSUFRAMA para cargos de nível intermediário

Em R$

		VALOR DO PONTO DA GDSUFRAMA		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	8,95	10,65	13,56
ESPECIAL	II	8,71	10,34	13,17
	I	8,48	10,04	12,79
	VI	8,26	9,75	12,42
	V	8,04	9,47	12,06
C	IV	7,83	9,20	11,71
	III	7,62	8,94	11,37
	II	7,42	8,68	11,04
	I	7,22	8,43	10,72
	VI	7,03	8,19	10,41
	V	6,85	7,96	10,11
B	IV	6,67	7,73	9,82
	III	6,49	7,51	9,54
	II	6,32	7,29	9,27
	I	6,15	7,08	9,00
	V	5,99	6,88	8,74
	IV	5,83	6,68	8,49
A	III	5,68	6,49	8,25
	II	5,53	6,30	8,01
	I	5,38	6,12	7,78

c) Valor do ponto da GDSUFRAMA para cargos de nível auxiliar

Em R$

		VALOR DO PONTO DA GDSUFRAMA		
CLASSE	PADRÃO	EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE		
		1º JUL 2008	1º JUL 2009	1º JUL 2010
	III	3,87	4,85	5,87
ESPECIAL	II	3,76	4,71	5,70
	I	3,65	4,58	5,54

ANEXO II

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INDIVIDUAL - FADI

O servidor será avaliado em cada um dos Fatores indicados abaixo, que representam aspectos observáveis do desempenho e referem-se ao trabalho efetivamente realizado pelo servidor, podendo a avaliação variar de 0 a 100, devendo esse número ser multiplicado pelo seu respectivo peso para definição da nota final.

1 - Identificação do Avaliado	
Nome do Servidor:	**Matrícula SIAPE:**
Cargo Efetivo:	**Classe/ Padrão**
Unidade de Avaliação:	**Período de Avaliação**
E-mail:	**Telefone para contato:**
2 - Identificação do Avaliador	
Nome do servidor	**Matrícula SIAPE:**
Cargo efetivo	**Classe/ Padrão**
Unidade de Avaliação	
E-mail:	**Telefone para contato:**
3 - Informações complementares	
Afastamento no período:	
Nº de dias afastados:	
Motivo do afastamento:	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

4 - Fatores de Avaliação

Competência	Definição	Peso	Nota (0 a 100)	Autoavaliação (AA) (PxNota)	Avaliação Chefia Imediata (ACI) (PxNota)	Avaliação da equipe (AE) (PxNota)
F1 - Produtividade no Trabalho	Executa as atividades de forma planejada, organizada e com habilidade, atingindo metas pré-estabelecidas, apresentando volume de trabalho com qualidade, no intervalo de tempo acordado com as áreas de atuação da SUFRAMA, visando ao alcance dos objetivos institucionais.	0,12	0 a 100			
F2 - Conhecimento de métodos e técnicas	Executa corretamente as atividades pelas quais é responsável. Apresenta habilidades necessárias ao desempenho das atividades e domínio de ferramentas e de processos de trabalho.	0,12	0 a 100			
F3-Comprometimento com o trabalho	Atua de forma interessada e responsável, cumprindo suas atribuições com zelo e dentro do prazo determinado.	0,12	0 a 100			
F4 - Trabalho em equipe	Respeita a diversidade de conhecimentos e valores, talentos e personalidades da equipe, com o objetivo de atender o interesse institucional.	0,12				
F5 - Cumprimento das Normas de Procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.	Cumpre normas legais, instruções e regulamentos. Age com respeito ao próximo, com integridade, com senso de justiça e com impessoalidade.	0,12	0 a 100			
F6 -Capacidade de iniciativa	Identifica oportunidades de ação. Propõe e implementa soluções de forma adequada e criativa.	0,10	0 a 100			
F7 - Capacidade de autodesenvolvimento	Gerencia suas potencialidades, buscando constantemente a qualificação profissional e pessoal.	0,10	0 a 100			
F8 - Relacionamento interpessoal	Relaciona-se harmoniosamente na equipe; sabe lidar com críticas, valores e percepções diferentes ou inovadoras; sabe ouvir, processar e compreender as mensagens, situando-as no contexto técnico-profissional.	0,10	0 a 100			
F9 - Flexibilidade às mudanças	A capacidade de reagir, interagir e mudar diante de circunstâncias que requeiram revisão de métodos, estratégias, valores e atitudes para o alcance de objetivos institucionais.	0,10	0 a 100			
Nota Final						
Total de Pontos a perceber						

5 - Ciência

Avaliado (servidor)		Avaliador (Chefia imediata)	
/ /	Assinatura	/ /	Assinatura e carimbo

6 - Comentários

Avaliado (servidor)		Avaliador (Chefia imediata)	
/ /	Assinatura	/ /	Assinatura e carimbo
Equipe de Trabalho:	Equipe de Trabalho:	Equipe de Trabalho:	
/ /	/ /	/ /	

O resultado da nota da avaliação individual de cada servidor será correlacionado com as faixas definidas abaixo:

Nota Final	Pontos - GDSUFRAMA	Nota Final	Pontos - GDSUFRAMA
> 90 a 100	20	> 50 a 60	12
> 80 a 90	18	> 40 a 50	10
> 70 a 80	16	>30 a 40	8
> 60 a 70	14	Até 30	6

ANEXO III

FORMULÁRIO - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO
Identificação do Servidor Avaliado

Nome:	Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:
Endereço Eletrônico:	Telefone para contato:

FUNDAMENTAÇÃO (Se necessário, utilizar o verso) Obs.: Anexar cópia do FADI

Local e Data:

Servidor(a) Avaliado(a)
(assinatura)

CONSIDERAÇÕES DA CHEFIA (Avaliador)

Local e Data:

Chefia Imediata
(carimbo/assinatura)

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE RECURSO
Identificação do Servidor Avaliado

Nome:	Matrícula SIAPE:
Cargo:	Unidade de Lotação:
Endereço Eletrônico:	Telefone para contato:

FUNDAMENTAÇÃO (Se necessário, utilizar o verso) Obs.: Anexar cópia do FADI e do Pedido de Reconsideração.

Local e Data:

Servidor(a) Avaliado(a)
(assinatura)

DECISÃO CAD

RECURSO DEFERIDO

RECURSO INDEFERIDO

Local e Data:

P/ CAD

Local e Data:
Servidor(a)
Avaliador(a)

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 156, DE 6 DE MAIO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Sistema Distribuido de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, aprovado pelas Portarias Inmetro nºs 371/2007 e 011/2009,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.058259/2009, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 327, de 08 de dezembro de 2010, de aprovação dos modelos GARNET AGF1, GARNET AGF2 e GARNET AGN, de Sistema Distribuído de Medição de Energia Elétrica, monofásico, classe de exatidão B, marca ELSTER, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

Nota: A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 157, DE 6 DE MAIO DE 2011

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no item 4.1, alínea "g" da Regulamentação Metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro,

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para Sistema Distribuido de Medição de Energia Elétrica - SDMEE, aprovado pelas Portarias Inmetro nºs 371/2007 e 011/2009,

Considerando os elementos constantes do Processo Inmetro nº 52600.058938/2010, resolve:

Alterar a Portaria Inmetro/Dimel n° 213, de 23 de junho de 2009, de aprovação do modelo SGP+M E12, de acordo com as condições especificadas na íntegra da Portaria.

Nota: A íntegra da Portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 13, DE 9 DE MAIO DE 2011

Regulamenta a Resolução CAMEX nº 27, de 5 de maio de 2011, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, considerando a Resolução CAMEX nº 27, de 5 de maio de 2011, resolve:

Art. 1º A alínea "e" do inciso XXI do Anexo "B" da Portaria SECEX nº 10, de 24 de maio de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"XXI -

.....

.....

e) quando do deferimento, o DECEX aporá a seguinte cláusula no campo "diagnóstico" da LI: "Este licenciamento somente será válido para Declaração de Importação correspondente registrada até 30 de junho de 2011".(NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O artigo 2º do Anexo "L" da Portaria SECEX nº 10, de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Para efeito de comprovação da aquisição no mercado interno de mercadoria equivalente à empregada ou consumida na industrialização de produto exportado, vinculada ao Regime de drawback integrado, na modalidade isenção, a Nota Fiscal de venda no mercado interno emitida pelo fornecedor deverá conter, obrigatoriamente:

....."(NR)

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TATIANA LACERDA PRAZERES

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 159, DE 9 DE MAIO DE 2011

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14, da Resolução nº 202, de 17 de maio de 2006 e os termos do Parecer Técnico de Acompanhamento/Fiscalização nº 75/2011 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o adicional de cotas no valor de US$ 90,011,185.00 (noventa milhões, onze mil, cento e oitenta e cinco dólares norte-americanos) ao limite de importação de insumos do produto "SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO" - Código Suframa nº 0931, correspondente ao acréscimo de 50% (Cinquenta por cento) do valor atribuído ao segundo ano de produção consignado na Portaria nº 261 de 01 de julho de 2009, emitida em nome da empresa JABIL INDUSTRIAL DO BRASIL LTDA, Inscrição Suframa nº 20.1250.01-2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FLÁVIA SKROBOT BARBOSA GROSSO

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

DELIBERAÇÃO Nº 258, DE 28 DE MAIO DE 2010

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, e tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, do seu Regimento Interno, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.002716/2009-13, resolve:

Art. 1º A Autorização nº 054/2010 concedida ao Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG, CNPJ nº 04.108.782/0001-38, mediante a Deliberação nº 255, de 8 de março de 2010, para acesso ao conhecimento tradicional associado com a finalidade de pesquisa científica, nos termos do projeto intitulado "Laboratório de práticas sustentáveis em Terras Indígenas próximas ao Arco de Desmatamento", passa a incluir as comunidades Xiepihu-rena e Paracui-rena, da etnia Ka'apor, localizadas na Terra Indígena Alto Turiaçú, no município de Centro Novo do Maranhão, na divisa entre os Estados do Maranhão e Pará, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.

Art. 2º O Museu Paraense Emílio Goeldi-MPEG e os pesquisadores vinculados ao projeto obrigam-se a incluir nos resultados da pesquisa, em quaisquer meios que esta venha a ser divulgada, a informação da origem do conhecimento tradicional associado e a advertência de que o acesso às informações disponibilizadas nos resultados para as finalidades de desenvolvimento tecnológico e bioprospecção necessitam da obtenção da Anuência Prévia e da assinatura de Contrato de Repartição de Benefícios junto à comunidade envolvida e da autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 3º As informações contidas no Processo nº 02000.002716/2009-13, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

DELIBERAÇÃO Nº 263, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2010

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, e considerando as informações constantes do Processo nº 02000.002716/2009-13, resolve:

Art. 1º A Autorização nº 54/2010 concedida ao Museu Paraense Emilio Goeldi-MPEG, CNPJ nº 04.108.782/0001-38, mediante a Deliberação nº 255, de 8 de março de 2010, para acesso ao conhecimento tradicional associado junto à comunidade indígena Kayapó da Terra Indígena Las Casas, Município de Pau D'Arco, Estado do Pará e mediante Deliberação nº 258, de 28 de maio de 2010 para acesso ao conhecimento tradicional associado junto às comunidades indígenas Xiepihu-rena e Paracui-rena, da etnia Ka'apor, localizadas na Terra Indígena Alto Turiaçú, no município de Centro Novo do Maranhão, na divisa entre os estados do Maranhão e Pará, com a finalidade de pesquisa científica, de acordo com os termos do projeto intitulado "Laboratório de práticas sustentáveis em Terras Indígenas próximas ao Arco de Desmatamento", sob coordenação da Antropóloga do MPEG, Claudia Leonor López Garcés, passa a incluir a comunidade indígena da aldeia Moikarakô, localizada na Terra Indígena Kayapó (TIK), município de São Felix do Xingu, no Estado do Pará, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no art. 8º do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001.

Art. 2º O Museu Paraense Emilio Goeldi e os pesquisadores vinculados ao projeto obrigam-se a incluir nos resultados da pesquisa, em quaisquer meios que esta venha a ser divulgada, a informação da origem do conhecimento tradicional associado e a advertência de que o acesso às informações disponibilizadas nos resultados para as finalidades de desenvolvimento tecnológico e bioprospecção dependem da obtenção de Anuência Prévia e da assinatura de Contrato de Repartição de Benefícios junto à comunidade envolvida, bem como da autorização do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 3º As informações constantes do Processo nº 02000.002716/2009-13, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

IZABELLA TEIXEIRA

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE MAIO DE 2011

Atualiza os valores limites para contratação de serviços de limpeza e conservação em substituição aos valores limites publicados pelas Portarias nº 16, de 16 de agosto de 2010, nº 24, de 29 de outubro de 2010, nº 29, de 17 de novembro de 2010 e nº 34, de 7 de dezembro de 2010, para as Unidades Federativas de Alagoas, São Paulo, Paraná, Amazonas e Mato Grosso do Sul.

O SECRETÁRIO DE LOGÍSTICA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, conforme o disposto no art. 5º do Decreto 1.094, de 23 de março de 1994, e no artigo 54 da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, resolve:

Art. 1º Atualizar os limites máximos e mínimos para a contratação de serviços de limpeza e conservação, executados de forma contínua em imóveis públicos e celebrados por órgãos/entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, para as Unidades Federativas de Alagoas, São Paulo, Paraná, Amazonas e Mato Grosso do Sul, conforme Anexo I desta Portaria, em substituição aos valores limites publicados pelas Portarias nº 16, de 16 de agosto de 2010, nº 24, de 29 de outubro de 2010, nº 29, de 17 de novembro de 2010 e nº 34, de 7 de dezembro de 2010.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria observaram os seguintes índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, não inferiores a:

I - áreas internas com produtividade de 600 m²;

II - áreas externas com produtividade de 1.200 m²;

III - esquadrias externas com produtividade de 220 m²; e

IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 110 m².

Art. 2º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria consideram apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para a contratação. Existindo tais condições, estas poderão ser incluídas nos preços das propostas, de modo que o seu valor final poderá ficar superior ao valor limite estabelecido. Entretanto, descontando-se o adicional, o valor proposto deve estar dentro do valor limite estabelecido, sob pena de desclassificação.

Art. 3º Os valores limites estabelecidos nesta Portaria não limitam a repactuação de preços que ocorrer durante a vigência contratual, mas apenas os preços decorrentes de nova contratação ou renovação de contrato, tendo em vista que o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal assegura aos contratados o direito de receber pagamento mantidas as condições efetivas da proposta.

rt.4º Quando da prorrogação contratual, os contratos cujos valores estiverem acima dos limites estabelecidos nesta Portaria deverão ser renegociados para se adequarem aos novos limites, vedando-se a prorrogação de contratos cuja negociação resultar insatisfatória, devendo o órgão proceder a novo certame licitatório.

Art. 5º A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra (data do último acordo ou convenção) e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço (data do encaminhamento das propostas).

Art. 6º A atualização dos valores limites estabelecidos nesta Portaria é uma prerrogativa discricionária da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que poderá, inclusive, reduzi-los, caso verifique que os atuais valores estão acima do valor de mercado, por qualquer motivo.

Parágrafo único. Os valores limites estabelecidos nesta Portaria são válidos independentemente da ocorrência de novos acordos dissídios ou convenções coletivas, e enquanto não forem alterados ou revogados por nova Portaria.

Art. 7º Os valores mínimos estabelecidos nesta Portaria visam a garantir a exeqüibilidade da contratação, de modo que as propostas com preços próximos ou inferiores ao mínimo deverão comprovar sua exeqüibilidade, de forma inequívoca, sob pena de desclassificação, sem prejuízo do disposto nos § 3º, 4º e 5º do art. 29 da Instrução Normativa nº 02 de 30 de abril de 2008.

Art. 8º Quando o imóvel possuir diferentes tipos de áreas, com produtividades diferenciadas, o órgão deverá converter as áreas do imóvel para a produtividade de 600m², de modo a facilitar a identificação do valor limite para área total do imóvel, e o quantitativo total de serventes que será necessário para a execução do serviço, sem que ocorram aproximações ou arredondamentos.

§ 1º Para o disposto no caput, deverá ser utilizada a seguinte fórmula:

$$\frac{(600 \times A1)}{PI} + \frac{(600 \times A2)}{P2} + \frac{(600 \times A3)}{P3} + \ldots = ATC^*$$

Sendo:

P1, P2, P3… = Produtividades de cada uma das áreas do imóvel.

A1, A2, A3 = Metragem de cada uma das áreas do imóvel.

*Área Total do imóvel convertida para a produtividade de 600m²

Obs1: esquadrias externas e fachadas envidraçadas: ver §§s 3º e 4º;

§ 2º A partir da área total convertida - ATC, o cálculo do nº total de serventes e do valor limite total para o contrato será obtido da seguinte forma:

$$\text{Nº total de serventes} = \frac{ATC}{600}$$

§ 3º Tendo em vista que a periodicidade de limpeza das áreas de esquadria externa, sem exposição ao risco, é quinzenal, a conversão dessas áreas na fórmula do § 1º não deverá utilizar a produtividade diária de 220 m², mas a produtividade quinzenal de 3300 m².

§ 4º As áreas de fachada envidraçada e esquadria externa com exposição ao risco não devem ser convertidas na fórmula do § 1º, sendo necessário que sejam calculadas separadamente.

Art. 9º A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá disponibilizar no COMPRASNET, para fins de acompanhamento, os preços praticados na prestação destes serviços, onde os órgãos e entidades integrantes do SISG deverão manter o registro atualizado dos contratos firmados.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DELFINO NATAL DE SOUZA

ANEXO I

SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÂO
Limites Mínimo e Máximo para Contratação dos Serviços
Em R$/ m²

UF	ÁREA INTERNA Produtividade 600 m²		ÁREA EXTERNA Produtividade 1.200 m²		ESQUADRIA EXTERNA Face interna/Face externa sem exposição a situação de risco Produtividade 220 m²		FACHADA ENVIDRAÇADA e Face externa com exposição a situação de risco Produtividade 110 m²	
	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
AL	2,51	3,08	1,26	1,54	0,57	0,70	0,15	0,18
SP	2,79	3,44	1,40	1,72	0,64	0,78	0,17	0,21
PR	2,96	3,65	1,48	1,82	0,68	0,83	0,17	0,20
AM	2,57	3,20	1,28	1,60	0,58	0,73	0,20	0,24
MS	2,48	3,11	1,24	1,56	0,56	0,71	0,16	0,19

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 916, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre a concessão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo e sobre o exercício do direito ao porte de arma de fogo pelos servidores integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, define serviços de Inspeção do Trabalho para efeito de porte de arma e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso da competência prevista no art. 87, inciso II, da Constituição Federal, e para efeito do que dispõe a Lei n.° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, alterada pela Lei n.° 11.501, de 11 de julho de 2007, e pela Lei n.° 11.706, de 19 de junho de 2008, e no Decreto n.° 5.123, de 1° de julho de 2004, alterado pelo Decreto n.° 6.146, de 03 de julho de 2007 e pelo Decreto n.° 6.715, de 29 de dezembro de 2008, RESOLVE:

Art. 1° As normas para a emissão de Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo aos integrantes da carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho e para o exercício do direito ao porte de arma de fogo por parte desses servidores, bem como para a execução de serviços da Inspeção do Trabalho, são as constantes desta Portaria

CAPÍTULO I

DA ARMA DE FOGO PARA DEFESA PESSOAL

Art. 2° A arma de fogo de que trata o art. 1° desta Portaria é aquela da propriedade particular do Auditor-Fiscal do Trabalho legalmente portador do Certificado de Registro de Arma de Fogo, concedido pelo Departamento de Polícia Federal na forma do art. 4° da Lei n.° 10.826/2003, e do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo concedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego, conforme as disposições desta Portaria.

Parágrafo único. A arma de fogo de que trata o caput deste artigo deve estar vinculada aos respectivos Certificados de Registro e de Porte, observadas as disposições do art. 15 e do art. 23 do Decreto n.° 5.123/2004.

Art. 3° O porte de arma de fogo concedido aos Auditores-Fiscais do Trabalho destina-se, exclusivamente, para defesa pessoal, observadas as proibições estabelecidas no Capítulo V desta Portaria, nos termos do § 5° do art. 34 do Decreto n.° 5.123, de 2004.

Parágrafo único. A arma de fogo particular do Auditor-Fiscal do Trabalho, mesmo que o porte esteja devidamente autorizado, não tem natureza institucional, sendo vedado seu uso como instrumento para a execução de serviços da Inspeção do Trabalho em qualquer de suas modalidades, ressalvado o exercício da legítima defesa pessoal.

CAPÍTULO II

DO REQUERIMENTO DE PORTE FEDERAL DE ARMA DE FOGO

Art. 4° Para efeito do requerimento de autorização de Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, prevista no § 2º do art. 6° da Lei n.° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, bem como para a respectiva renovação da autorização, o Auditor-Fiscal do Trabalho apresentará, à autoridade competente indicada no art. 6° desta Portaria, os seguintes documentos:

I - Requerimento do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, conforme modelo do Anexo I, devidamente preenchido e assinado;

II - duas fotografias coloridas tamanho 3 x 4, recentes, trajando paletó e gravata quando do sexo masculino;

III - certificado assinado por instrutor de armamento e tiro habilitado pela Polícia Federal ou por empresa de instrução de tiro registrada no Comando do Exército, que certifique a capacidade técnica para manuseio de arma de fogo por parte do Auditor-Fiscal do Trabalho interessado;

IV - laudo conclusivo fornecido por psicólogo credenciado pela Polícia Federal da Unidade Federativa do domicílio do Auditor-Fiscal do Trabalho, que ateste a aptidão psicológica para manuseio de arma de fogo por parte do requerente interessado;

V - cópia do Certificado do Registro de Arma de Fogo expedido pela Polícia Federal.

VI - cópia do comprovante de residência.

§ 1º Os documentos descritos nos incisos III e IV do art. 4º desta Portaria serão aceitos se o interessado tiver se submetido às avaliações em período não superior a um ano, contado da data do protocolo do requerimento nos termos do art. 5º desta Portaria.

§ 2º No caso de Auditor-Fiscal do Trabalho que já tenha obtido o registro da respectiva arma no Sistema Nacional de Armas (SINARM) antes da publicação desta Portaria, e para efeito das exigências dos incisos III e IV do art. 4º desta Portaria, serão aceitos o certificado de capacidade técnica e o laudo de avaliação psicológica utilizados para a obtenção do aludido registro, desde que tenham sido emitidos no prazo máximo de dois anos anteriores à data de publicação desta Portaria.

§ 3° As despesas decorrentes da avaliação psicológica e da emissão do respectivo laudo, bem como do treinamento, avaliação e emissão de certificado de capacidade técnica para manuseio de arma de fogo serão de responsabilidade do Auditor-Fiscal do Trabalho interessado.

Art. 5° A documentação de que trata o art. 4° desta Portaria será protocolada, pelo requerente, na sua unidade de lotação e autuada, pelo serviço de protocolo, em forma de processo, o qual será encaminhado ao Chefe imediato do requerente e, posteriormente, ao Superintendente Regional, que o despachará à Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Parágrafo único. O Chefe imediato, em seu despacho, quando entender pertinente para a análise do requerimento de porte de arma do Auditor-Fiscal do Trabalho interessado, poderá relatar situação concreta da conduta do requerente que possa contra-indicar a concessão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo a ele.

CAPÍTULO III

DA CONCESSÃO E DA EXPEDIÇÃO DO CERTIFICADO DE PORTE FEDERAL DE ARMA DE FOGO

Art. 6º Compete ao Secretário-Executivo, mediante prévia manifestação do titular da Secretaria de Inspeção do Trabalho, a decisão quanto à Concessão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo.

Art. 7° Deferido o requerimento para concessão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - expedição de Portaria assinada pelo Secretário-Executivo, a ser publicada no Boletim Administrativo do Ministério do Trabalho e Emprego;

II - assinatura concomitante, pela autoridade competente, do respectivo Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, a ser confeccionado em PVC pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos, conforme modelo do Anexo II;

III - encaminhamento do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo ao Chefe imediato do Auditor-Fiscal do Trabalho que o entregará ao interessado mediante Termo de Recebimento, cujo modelo consta no Anexo III;

IV - encaminhamento da portaria de concessão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego de lotação do Auditor-Fiscal do Trabalho para fins de registro nos assentamentos funcionais do servidor.

§1º A Coordenação-Geral de Recursos Humanos manterá controle específico quanto à numeração dos certificados de que tratam o inciso II deste artigo.

§2º Para fins de certificação da autenticidade dos Certificados de Porte Federal de Arma de Fogo, emitidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego, será disponibilizada consulta informatizada na internet, na página www.mte.gov.br, a ser acessada pelas autoridades competentes, quando necessário.

Art. 8° O Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, de que trata o art. 4° desta Portaria, tem a validade de três anos, sendo de responsabilidade do Auditor-Fiscal do Trabalho providenciar a sua renovação tempestiva.

Art. 9º A validade do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo está condicionada à validade do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

Parágrafo único. Compete ao Auditor-Fiscal do Trabalho interessado comprovar a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo ao Secretário-Executivo, mediante o encaminhamento de cópia do respectivo certificado para juntada no processo correspondente, sob pena de suspensão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo.

Art. 10 Mediante decisão fundamentada a respeito de conduta inadequada por parte de Auditor-Fiscal do Trabalho detentor do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, ou com base em relato do Chefe imediato nos termos do parágrafo único do art. 5º desta Portaria, o Secretario-Executivo poderá solicitar nova avaliação profissional, hipótese em que o custo do novo laudo será da responsabilidade do MTE.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, a autoridade competente poderá, a qualquer tempo, requisitar perícia médica, psicológica ou técnica a fim de reavaliar as condições de conduta do Auditor-Fiscal do Trabalho que o habilitem a permanecer com o Porte Federal de Arma de Fogo.

§ 2° Com base no novo laudo, a autoridade competente poderá indeferir o requerimento do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo ou, a qualquer tempo, cancelar o respectivo Certificado.

§ 3° A decisão de cancelamento será comunicada, de imediato, à Polícia Federal, para fins de providências quanto ao registro de arma de fogo do respectivo Auditor-Fiscal do Trabalho.

Art. 11 Não será concedido o Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo ao Auditor-Fiscal lotado ou que exerça função de confiança na Sede do Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília/DF.

§ 1° As disposições deste artigo não se aplicam:

I - aos Auditores-Fiscais do Trabalho lotados na Corregedoria;

II - aos Auditores-Fiscais do Trabalho lotados ou no exercício de cargo de confiança de Coordenação ou de Chefia das atividades de combate ao trabalho degradante ou análogo ao de escravo.

§ 2° O Auditor-Fiscal do Trabalho detentor do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo que vier a ser lotado ou nomeado/designado para cargo/função de confiança na Sede do MTE, em Brasília/DF, terá o seu respectivo Porte suspenso pelo tempo da lotação ou do exercício do cargo, cabendo à Coordenação Geral de Recursos Humanos promover o recolhimento do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo.

Art. 12 No caso de o Auditor-Fiscal do Trabalho adquirir nova arma de fogo para porte deverá requerer novo Certificado correspondente.

Art. 13 Não será aceito para fins de deferimento do requerimento de Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, o Certificado de Registro Provisório de arma de fogo adquirido pela internet.

CAPÍTULO IV

DO PORTE E MANUSEIO DE ARMA DE FOGO PARA DEFESA PESSOAL

Art. 14 O Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo para defesa pessoal conferido ao Auditor-Fiscal do Trabalho autoriza o porte da respectiva arma apenas em atividades relacionadas aos serviços de Inspeção do Trabalho.

Art. 15 Para os efeitos do que dispõe esta Portaria, considera-se em serviço da Inspeção do Trabalho o Auditor-Fiscal do Trabalho que esteja executando, mediante Ordem de Serviço ou Ordem de Serviço Administrativa, ou ainda, em decorrência de nomeação para cargo de confiança, as seguintes ações e atividades:

I - fiscalização dirigida;

II - fiscalização indireta;

III - fiscalização imediata;

IV - fiscalização por denúncia;

V - fiscalização para análise de acidente de trabalho;

VI - coordenação e subcoordenação do Grupo Especial de Fiscalização Móvel, subordinado à SIT, e coordenação e subcoordenação de Grupos de Fiscalização do Trabalho Rural Estaduais, bem como os Auditores-Fiscais do Trabalho que integram as respectivas equipes;

VII - coordenação da Unidade Especial de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário vinculada à SIT e coordenação da Unidade Regional de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, bem como os Auditores-Fiscais do Trabalho que integram as respectivas equipes; e

VIII - participação em atividades correcionais;

Art. 16 O Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo é documento obrigatório para a condução da arma e deverá conter os seguintes dados:

I - abrangência territorial;

II - eficácia temporal;

III - características da arma;

IV - número do cadastro da arma no SINARM;

V - identificação do proprietário da arma; e

VI - assinatura, cargo e função da autoridade concedente.

Art. 17 O Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo é pessoal, intransferível e revogável a qualquer tempo, sendo válido apenas com relação à arma nele especificada e com a apresentação do documento de identificação oficial do portador.

Art. 18 A Comissão de Processo Administrativo Disciplinar poderá requerer ao Secretário Executivo, a suspensão da autorização do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo de Auditor-Fiscal do Trabalho que for acusado em procedimento disciplinar.

§ 1º A suspensão será objeto de portaria publicada no Boletim Administrativo do MTE e vigorará até a decisão final da autoridade competente.

§ 2º A aplicação de pena de suspensão importará na suspensão da autorização do porte federal de arma de fogo pelo tempo respectivo, observada a disposição do § 1º deste artigo.

§ 3º O Auditor-Fiscal do Trabalho que tiver suspensa a autorização do porte de arma de fogo deverá entregar o respectivo Certificado ao seu Chefe imediato, que o remeterá, em caráter de urgência, à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que reterá pelo tempo que perdurar a suspensão.

Art. 19 A vacância, decorrente de exoneração, demissão, readaptação, aposentadoria, posse em cargo inacumulável ou falecimento do Auditor-Fiscal do Trabalho, implica o cancelamento do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo.

CAPÍTULO V

DAS PROIBIÇÕES

Art. 20 É vedado ao Auditor-Fiscal do Trabalho portar arma de fogo fora de serviço, observadas as disposições do art. 21 desta Portaria, bem como nos termos do § 1º do art. 34 do Decreto n.º 5.123/2004.

Art. 21 Será concedida autorização temporária para porte de arma de fogo fora de serviço ao Auditor-Fiscal do Trabalho que sofrer ameaça à sua integridade física.

§ 1º Para efeito da autorização temporária de que trata o caput deste artigo, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá apresentar cópia do registro de ocorrência da ameaça formalizado junto à autoridade policial competente.

§ 2° A autorização temporária de que trata este artigo será concedida mediante portaria da autoridade concedente do porte federal de arma de fogo.

§3º A autorização temporária terá a duração máxima de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 22 O Auditor-Fiscal do Trabalho titular do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo para defesa pessoal, quando em serviço, não poderá conduzi-la ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas em virtude de eventos de qualquer natureza, nos termos do art. 26 do Decreto n.° 5.123/2004.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo implicará a cassação do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo e na comunicação do fato à autoridade policial competente para a adoção das medidas legais pertinentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 23 Para os efeitos do que dispõe esta Portaria, entende-se por ostensiva a forma de condução de arma de fogo que a torne visível, no todo ou em parte, devendo ela permanecer oculta junto ao corpo ou guardada em peça do vestuário ou no interior de pasta, bolsa ou outro pertence pessoal do Auditor-Fiscal do Trabalho.

Art. 24 É proibido ao Auditor-Fiscal do Trabalho titular do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo portar o armamento em estado de embriaguez ou sob o efeito de drogas ou medicamentos que provoquem alteração do desempenho intelectual ou motor, implicando a perda automática da eficácia da autorização de porte de arma quando violada essa proibição, nos termos do § 2° do art. 26 do Decreto n.° 5.123/2004.

Art. 25 O Auditor-Fiscal do Trabalho titular do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo deverá comunicar imediatamente:

I - a mudança de domicílio, ao órgão expedidor do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo; e

II - o extravio, furto ou roubo da arma de fogo ou do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, à Unidade Policial mais próxima e, posteriormente, à Polícia Federal, bem como ao Superintendente Regional de sua lotação com a apresentação do respectivo Boletim de Ocorrência.

§1º Diante da informação do extravio, furto ou roubo, o Superintendente deverá comunicar o fato à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, para fins de registro e providências quanto à nova emissão, se for o caso.

§2º Durante o prazo de confecção do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo fica proibido o uso da referida arma, sob pena das medidas penais cabíveis.

§3º A inobservância do disposto neste artigo implicará na suspensão do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo, por prazo a ser estipulado pela autoridade concedente.

Art. 26 Em caso de mudança de domicílio ou outra situação que implique o transporte da arma, em situação não prevista no art. 15 desta Portaria, o Auditor-Fiscal do Trabalho deverá solicitar guia de trânsito à Polícia Federal para as armas de fogo cadastradas no SINARM, na forma estabelecida pelo Departamento de Polícia Federal.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES PELA OBSERVÂNCIA DAS NORMAS DE PORTE DE ARMA

Art. 27 A inobservância das disposições desta Portaria deverá ser comunicada, por qualquer pessoa ou servidor, ao Superintendente Regional do Trabalho e Emprego do Estado de lotação do Auditor-Fiscal do Trabalho, cabendo à autoridade regional promover a imediata apuração de falta disciplinar, nos termos do art. 143 da Lei n.º 8.112/90.

Parágrafo único. Como medida cautelar, o Superintendente Regional do Trabalho e Emprego poderá requerer ao Secretario Executivo a suspensão temporária do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo do Auditor-Fiscal do Trabalho que se encontrar na condição de sindicado ou de acusado em processo administrativo disciplinar.

Art. 28 Os coordenadores dos Grupos Especiais de Fiscalização Móvel e das Unidades Especiais de Inspeção do Trabalho Portuário e Aquaviário, bem como de outro grupo nacional que vier a ser criado, são responsáveis pela observância das disposições desta Portaria em relação aos Auditores-Fiscais do Trabalho componentes das respectivas equipes, quando na execução de serviços da Inspeção do Trabalho.

Parágrafo único. A inobservância das normas desta Portaria será relatada à Secretaria de Inspeção do Trabalho, que a comunicará ao Corregedor para os fins do que dispõe o inciso IV do art. 14 do Regimento Interno da Secretaria Executiva.

Art. 29 O Ministério do Trabalho e Emprego, na forma do caput do art. 6º da Lei nº 10.826, deverá encaminhar à Polícia Federal a relação dos servidores autorizados a portar arma de fogo.

Art. 30 Serão cassados os certificados de Porte Federal de Arma de Fogo do titular a quem seja imputada a prática de crime doloso.

§ 1º A cassação do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo será determinada a partir do indiciamento do investigado no inquérito policial ou do recebimento da denúncia ou queixa pelo juiz.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31 Para o exercício do direito ao porte de arma de fogo, o Auditor-Fiscal do Trabalho é obrigado a portar consigo o respectivo Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo.

Parágrafo único. O Auditor-Fiscal do Trabalho é obrigado a exibir o Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo quando exigido para seu ingresso em qualquer repartição pública, em todo o território nacional.

Art. 32 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

ANEXO I

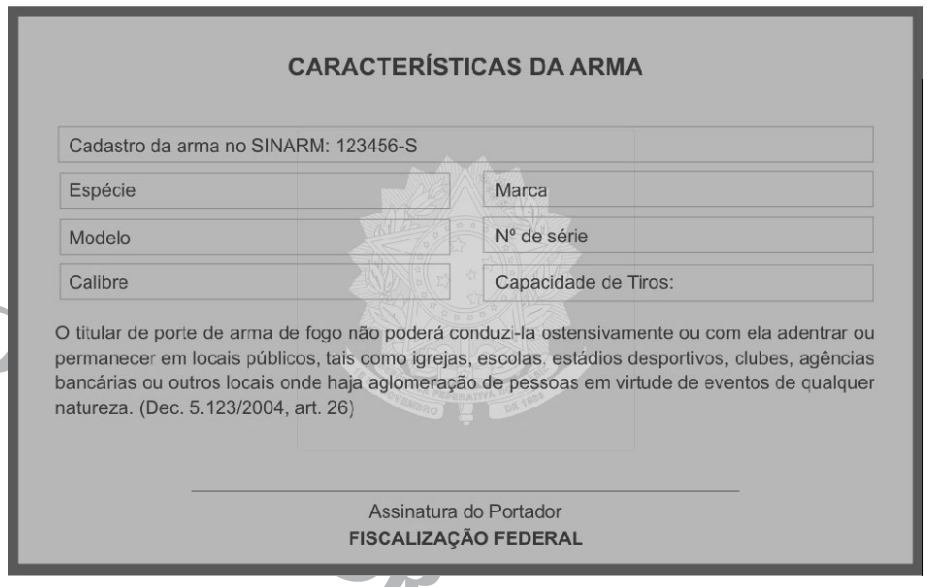
REQUERIMENTO DE PORTE FEDERAL DE ARMA DE FOGO

1. Nome				Foto 3 x 4
2. Matrícula SIAPE		3. CIF	4. CPF	
5. Identidade		6. Órgão expedidor	7. Data de expedição	
8. Data de nascimento		9. Naturalidade/UF	10. Grupo Sangüíneo	
11. Lotação (SRTE - Seção ou Setor)				12. Telefone
13. Exercício de cargo de confiança				14. Telefone
15. Endereço Residencial (Rua, n.°, complemento, bairro)				16. Telefone fixo
17. CEP	18. Cidade		19. UF	20. Tel. celular
21. N°Certificado do Registro de Arma de Fogo			22. Data de expedição	23. Órgão exped.
24. N° do cadastro da arma no SINARM		25. Fabricante		
26. Vendedor		27. N.° da Nota Fiscal		28. Data de emissão
29. Espécie	30. Marca		31. Modelo	32. N.° de série
33. Calibre	34. Capac. de cartuchos	35. Comprimento do cano		
36. Responsável pela emissão do atestado de capacidade técnica				37. Telefone
38. Responsável pela emissão do laudo psicológico				39. Telefone
Declaro, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações prestadas neste Requerimento.				
40. Data e local ...../ ..... / ..... , ... Requerente				
Encaminhe-se à autoridade competente para análise do pedido de concessão de porte federal de arma de fogo.				
41. Assinatura				
42. Chefe imediato do requerente (nome e cargo de confiança)				43. Data:

ANEXO II

MODELO DO CERTIFICADO DE PORTE FEDERAL DE ARMA DE FOGO





ANEXO III

TERMO DE RECEBIMENTO DE CERTIFICADO DE PORTE FEDERAL DE ARMA DE FOGO

Nesta data, fiz a entrega do Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo n,º____, com validade até __/___/____, ao Auditor -Fiscal do Trabalho _____, matrícula SIAPE n.º _____, CIF n.º____, o qual recebe o referido Certificado mediante assinatura do presente termo.

_____,_____ de _____ de _____

_____

Cargo do chefe imediato

Recebi, nesta data, o Certificado de Porte Federal de Arma de Fogo n.º____, declarando estar ciente de que a arma de minha propriedade deverá ser usada exclusivamente para defesa pessoal, bem como de que não poderei conduzi-la ostensivamente ou com ela adentrar ou permanecer em locais públicos, tais como igrejas, escolas, estádios desportivos, clubes, agências bancárias ou outros locais onde haja aglomeração de pessoas em virtude de eventos de qualquer natureza, conforme disposto no art. 26 do Decreto n.º 5.123, de 1º de julho de 2004,com a redação do decreto n.º 6.715, de 2008.

_____,_____de _____de_____

_____

Auditor-Fiscal do Trabalho

PORTARIA Nº 917, DE 10 DE MAIO DE 2011

Dispõe sobre o funcionamento do Grupo de Trabalho criado pela Portaria 373, de 25 de fevereiro de 2011.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições conferidas pelo art. 913, caput, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, resolve:

Art. 1º O Grupo de Trabalho de que trata o artigo 3º da Portaria 373, de 25 de fevereiro de 2011, de caráter tripartite, técnico e consultivo, tem por finalidade elaborar estudos técnicos com vistas à revisão e ao aperfeiçoamento do Sistema de Registro Eletrônico de Ponto - SREP.

Parágrafo único: A revisão consistirá na análise técnica do SREP, com o objetivo de propor o seu aperfeiçoamento, respeitando os princípios jurídicos que devem nortear o registro de ponto.

Art. 2º O Grupo de Trabalho será coordenado por um dos representantes da Secretaria de Inspeção do Trabalho indicado pela Secretária de Inspeção do Trabalho e terá a seguinte composição:

a) três Auditores-Fiscais do Trabalho, representantes da Secretaria de Inspeção do Trabalho deste Ministério;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) um representante da Secretaria de Relações do Trabalho deste Ministério;
c) um representante do Gabinete do Ministro, deste Ministério;
d) um Advogado da União, representante da Consultoria Jurídica deste Ministério;
e) três representantes dos empregadores;
f) três representantes dos trabalhadores.

§ 1º Para cada representante deverá ser indicado um suplente.

§ 2º A Coordenação do Grupo de Trabalho convidará o Ministério Público do Trabalho a participar do grupo, mediante indicação de um membro da instituição por seu titular.

§ 3º As categorias patronais e laborais indicarão os seus respectivos representantes, previstos nas alíneas e) e f) deste artigo.

§ 4º O Grupo de Trabalho poderá convidar outras instituições ou os órgãos técnicos credenciados, de que trata o artigo 23 da Portaria 1.510, de 21 de agosto de 2009, como colaboradores.

§ 5° As indicações dos componentes do Grupo de Trabalho deverão ocorrer em até 15 (quinze) dias após a publicação desta Portaria.

§ 6º A participação no Grupo de Trabalho será considerada trabalho relevante e não remunerado.

§ 7º As despesas referentes à participação dos membros e dos convidados nas atividades do Grupo de Trabalho correrão por conta do órgão ou entidade que representam.

Art. 3º O prazo para a conclusão do trabalho e apresentação do relatório é de 60 (sessenta) dias, improrrogável, a partir da publicação da relação dos nomes de seus membros.

Parágrafo único: O estudo e as conclusões do grupo não afetam o prazo de 01 de setembro de 2011 para a utilização obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto - REP pelos empregadores que optam pelo registro de ponto na modalidade eletrônica.

Art. 4º O Ministério do Trabalho e Emprego assegurará o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Grupo de Trabalho.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LUPI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 52, DE 9 DE MAIO DE 2011

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO EM PERNAMBUCO, tendo em vista o que consta no processo n° 46213.007281/2011-98, nos termos do despacho exarado no processo em epígrafe e usando da competência delegada pela Portaria SRT/N° 02, de 25 de maio de 2006, alterada pela Portaria n° 05, de 20 de novembro de 2008 e pela Portaria n° 06, de 26 de janeiro de 2010, HOMOLOGA, o Plano de Carreira e Cargos Docente da Faculdade do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/PE, inscrito no CNPJ sob n° 03.485.324/0007-40, situado na Avenida Visconde de Suassuna, nº 500, Santo Amaro - Recife/PE, ficando expresso que qualquer alteração a ser feita no Quadro dependerá de prévia aprovação desta Superintendência.

ANDRÉ LUZ NEGROMONTE

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 10 de maio de 2011

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, alínea "a", anexo VI, da Portaria/GM n.º 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto no artigo 635 da CLT, anula a publicação anterior dos dois processos abaixo, por erro material. Decido por conhecer, dar provimento ao recurso voluntário, declarando o Auto de Infração Improcedente.

Nº	PROCESSO	A.I.	EMPRESA	UF
01	46242.000296/2005-30	010492721	Fratelli Vita Bebidas Ltda	MG
02	46221.005378/2007-81	014156652	Torre Empreendimentos Rural e Construção Ltda	SE

HÉLIDA ALVES GIRÃO

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 10 de maio de 2011

A Secretária de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, resolve ARQUIVAR os processos de pedido de registro sindical dos sindicatos abaixo relacionados, por não cumprir as exigências legais, conforme o disposto no art. 4° da antiga portaria 343/00 ou no art. 5º da atual Portaria nº. 186/2008

Processo	46215.043159/2010-84
Entidade	SIMOTERJ - Sindicato dos Mototaxistas (transporte de passageiros) do Estado do Rio de Janeiro
CNPJ	12.249.242/0001-00
Fundamento	NOTA TÉCNICA/CGRS/SRT/DICNES/Nº. 415 /2011

ZILMARA DAVID DE ALENCAR

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 80, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, da Constituição e

Considerando o determinado no inciso I e II, do §8º, do art. 1º-A, da Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001;

Considerando o disposto na Portaria nº 228, de 11 de outubro de 2007, do Ministro de Estado dos Transportes, e

Considerando a manifestação da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Publicar o Programa de Trabalho proposto pelo Estado de Minas Gerais para o exercício 2011 - 1ª alteração, referente à aplicação dos recursos que lhe cabem, relativos à Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE, instituída pela Lei nº 10.336, de 19 de dezembro de 2001, nos termos do respectivo processo administrativo, conforme discriminado no anexo desta Portaria.

Art. 2º Revogar o Anexo 13, da Portaria nº 309, de 23 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União do dia 24 de dezembro de 2010.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO NASCIMENTO

ANEXO

Unidade da Federação: **MINAS GERAIS**
Processo nº: 50000.054563/2010-76

PROGRAMA DE TRABALHO PARA 2011
Relação de empreendimentos
Programa de Trabalho contendo as alterações propostas pelo Estado, recebidas em 25 de abril de 2011.
A - Programa de Manutenção e Conservação de Rodovias Estaduais Pleno - PROMG Pleno

Região	Rodovias	Extensão (Km)	Custo (R$1,00)
01. Central Área 01ª CRG Belo Horizonte	MG-040, MG-442, MG-050, MGC-262, LMG-808, MG-432, MG-440, MG-323, MG-437, MG-060, MG-030, LMG-807, MG-238, MG-010, LMG-825, LMG-831, MG-020 e Acessos	524,3	7.932.250
02. Central Área 03ª CRG Pará de Minas	MG-238, LMG-819, MG-431, MG-430, MG-423, LMG-818, MG-252, LMG-821, BR-352, LMG-801, MG-060 e Acessos	411,8	3.379.590
03. Central Área 04ª CRG Barbacena	MG-135, MG-275, BR-482, LMG-844, BR-383, MG-275, MG-338, MGC-383, LMG-839 , MG-332, MGC-482, MG-155, MG-124, MG-129, MGC-265 e Acessos	575,1	44.933.510
04. Sul de Minas Área 24ª CRG Passos	LMG-856, MG-344, MG-184, MG-449, LMG-857, MG-446, LMG-837, MGC-265, MG-438, MGC-491, MGC-146, LMG-836 e Acessos	355,2	2.323.905
05. Sul de Minas Área 19ª CRG Itajubá	MG-295, MG-347, MG-350, MG-158, LMG-884, MG-173, MG-459, MGC-383, MG-460, MG-290 e Acessos	553,3	9.752.155
06. Sul de Minas Área 15ª CRG Poços de Caldas	MG-179, LMG-880, MGC-267, LMG-879, LMG-877, MG-455, MG-450, LMG-882, BR-146, BR-491, MG-446, MG-453, BR-267 e Acessos.	478,1	7.090.835
07. Sul de Minas Área 10ª CRG Varginha	LMG-849, BR-267, LMG-729, LMG-863, MG-167, MGC-383, MGC-267, MG-458, BR-265, LMG-867, LMG-862, MG-456, MGC-369, LMG-868, BR-491 e Acessos	504,7	11.786.920
08. Centro-Oeste de Minas Área 16ª CRG Oliveira	MG-332, MG-164, MG-270, MG-260, MGC-265, LMG-843, MGC-494, MG-335, MGC-369 e Acessos	311,5	1.866.960
09. Centro-Oeste de Minas Área 20ª CRG Formiga	LMG-827, MG-164, MG-170, LMG-891, MG-439, MGC-146, LMG-824, LMG-830, LMG-893, MG-429, MG-341, LMG-832 e Acessos	471,8	5.543.130
10. Zona da Mata Área 05ª CRG Ubá	MG-285, LMG-858, MGC-265, MG-447, MGC-356, MG-124, MGC-120, MGC-265, MG-452, MG-448, LMG-850, MG-133, MG-353, LMG-860, LMG-840 e Acessos	549,5	25.653.825
11. Zona da Mata Área 17ª CRG Ponte Nova	MGC-482, MG-329, MGC-120, MG-445, MG-129, LMG-829, LMG-828, MG-262, LMG-826, MG-265, MG-280 e Acessos	567,3	64.667.680
12. Zona da Mata Área 30ª CRG Juiz de Fora	MGC-494, LMG-866, MG-353, MG-285, MG-454, MG-457, LMG-874, LMG-814, LMG-872, MG-126, MG-133, MGC-383, LMG-870 e Acessos	453,5	9.544.265
13. Fornecimento e/ou transporte de material betuminoso para as rodovias das regiões do Programa PROMG Pleno integrantes deste anexo.			25.000.000
Total do Programa			219.475.025

Cronograma Financeiro
(Valores em R$ 1,00)

Discriminação	Trimestre				Total Programa
	1º	2º	3º	4º	
A - Programa de recuperação e Conservação de Rodovias Estaduais Pleno - PROMG Pleno	65.313.810	64.529.935	48.931.150	40.700.130	219.475.025
Total do Unidade da Federação	**65.313.810**	**64.529.935**	**48.931.150**	**40.700.130**	219.475.025

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 81, DE 10 DE MAIO DE 2011

Altera a redação do art. 8º da Portaria nº 253, de 03 de dezembro de 2009, que aprova os procedimentos e regras para a concessão de prioridade pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante e a liberação de recursos financeiros do Fundo da Marinha Mercante durante a execução dos projetos aprovados.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 87, parágrafo único, inciso II da Constituição, e a competência prevista no inciso VI, do artigo 2º, do Decreto nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, resolve:

Art. 1º O art. 8º da Portaria nº 253, de 3 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º A prioridade concedida terá validade de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados da publicação da respectiva Resolução do CDFMM no Diário Oficial da União, compreendendo o enquadramento da operação e a contratação do financiamento.

§1º O início de execução do projeto não poderá ser superior a um ano após a contratação da prioridade.

§2º O postulante deverá encaminhar ao DEFMM comprovação da data de entrega da Carta Consulta ao Agente Financeiro.

§3º O DEFMM deverá publicar a relação das prioridades canceladas por decurso de prazo.

§4º O disposto neste artigo aplica-se a todas as prioridades concedidas pelo CDFMM a partir de sua 16ª Reunião Ordinária.

§5º Em qualquer hipótese de descumprimento do prazo estabelecido no §1º, o projeto retornará ao CDFMM para reavaliar sua prioridade." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALFREDO NASCIMENTO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 2.057, DE 9 DE MAIO DE 2011

Aprova a prorrogação do Contrato nº 14/2000, celebrado entre a CODESP e a empresa Terminal Marítimo do Valongo S/A., com supedâneo na Resolução nº 525-ANTAQ.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, e considerando o que consta no processo nº 50300.001367/2010-14, ad referendum, resolve:

Art. 1º Aprovar a prorrogação do Contrato nº 14/2000, celebrado entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e a empresa Terminal Marítimo do Valongo S/A., com supedâneo na Resolução nº 525-ANTAQ.

Art. 2º Fica a prorrogação condicionada a:

a) Constar da Minuta Cláusula de rescisão antecipada da vigência do contrato, condicionada a conclusão do certame licitatório a que se refere a DIREXE nº 91.2009, não podendo o seu prazo ser superior a trinta e seis meses, nos moldes do parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 525-ANTAQ.

b) Apresentar à ANTAQ programação relativa à licitação das áreas citadas na DIREXE nº 91.2009, inclusive cronograma para elaboração de EVTE, edital e seus anexos, bem como das etapas da respectiva licitação e adjudicação do contrato de arrendamento.

c) Apresentar à ANTAQ relatórios mensais de acompanhamento, registrando a evolução dos procedimentos e ações especificadas no cronograma de detalhamento das etapas propostas para as novas licitações, para os diversos arrendamentos, conforme art. 3º, § 2º, da Resolução nº 525-ANTAQ.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.058, DE 9 DE MAIO DE 2011

Autoriza a alteração de titularidade no Contrato de Arrendamento firmado entre a Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e a Companhia Docas dO Pará - CDP.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 54, inciso IV, do Regimento Interno, considerando o que consta do processo nº 50300.000505/2010-48 e tendo em vista o que foi deliberado na 290ª Reunião Ordinária da Diretoria, realizada em 31 de março de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar a alteração da titularidade da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga para a Petrobras Distribuidora S/A, no Contrato de Arrendamento de área portuária localizada no Terminal Petroquímico de Miramar, firmado com a Companhia Docas do Pará, nos termos do processo nº 50300.000505/2010-48.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

RESOLUÇÃO Nº 2.059, DE 9 DE MAIO DE 2011

Não acolhimento de recurso interposto pelo Tecon Salvador S/A.

O DIRETOR-GERAL SUBSTITUTO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV, do art. 54, do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.000022/2002 e o que foi deliberado pela Diretoria em sua 292ª Reunião Ordinária, realizada em 27 de abril de 2011, resolve:

Art. 1º Não acolher o recurso interposto pelo TECON Salvador S/A, CNPJ nº 03.642.342/0001-01, com sede na Avenida Engenheiro Oscar Pontes, nº 97, Comércio, Salvador - BA, com vistas à revisão de Decisão Colegiada da ANTAQ que entendeu irregular a cobrança da taxa "Terminal Handling Charge - THC2", por não trazer fatos novos capazes de modificar a decisão administrativa, já operado o exaurimento da discussão no âmbito administrativo, com consequente preclusão consumativa na esfera da Administração Pública. Fica mantida a decisão desta Agência, exarada em 18 de novembro de 2003.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TIAGO PEREIRA LIMA

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 10 de maio de 2011

Ratifico a inexigibilidade de licitação na forma do disposto no inciso I do art. 25 da Lei nº 8.666/93, para contratação da empresa EATON POWER SOLUTION LTDA., visando o fornecimento de banco de baterias para o Nobreak Powerware 9315 de 250 KVA, instalado na Sede da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em Brasília/DF, contemplando entrega, instalação e garantia, conforme especificações contidas no Projeto Básico constante às fls. 21/26. O valor global da despesa é de R$ 102.646,29 (cento e dois mil seiscentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos). Processo nº 50500.027084/2011-27.

BERNARDO FIGUEIREDO

Conselho Nacional do Ministério Público

SECRETARIA-GERAL

PAUTAS
5ª SESSÃO ORDINÁRIA DE 2011

Dia: 17.05.2011 (terça-feira)
Hora: 09:00 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SHIS QI 03 - Lote A - Bloco E - Ed. Terracotta - Lago Sul - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

1) Aprovação das Atas da 4ª Sessão Extraordinária (26/04/2011) e da 5ª Sessão Extraordinária (27/04/2011).

PROCESSOS COM PEDIDOS DE VISTA

Pedido de vista no dia 01.12.2010

2) Processo: 0.00.000.001259/2010-58 (Proposta de Emenda Regimental)
Proponente: Sandro José Neis - Corregedor Nacional do Ministério Público
Assunto: Proposta de Emenda Regimental que visa alterar o artigo 67 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Luiz Moreira
Cons. Almino Afonso
Cons. Bruno Dantas
Cons. Taís Ferraz

Pedido de vista no dia 14.12.2010

3) Processo: 0.00.000.001512/2010-73 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Kátia Regina de Abreu Senadora da República
Advogado: Carlos Bastide Horbasch - OAB/DF nº 19.058
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer análise dos aspectos administrativos-financeiros sobre campanha publicitária "Carne Legal", instituída pelo Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Bruno Dantas

Pedido de vista no dia 15.12.2010

4) Processo: 0.00.000.001083/2010-34 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Eder Regis de Lucena, Fábio Feitosa Pachêco, José Lirailton Batista, Marcos José Correia Fernandes, Maria da Gloria Virginio Barbosa, Maria Manoela Rodrigues de Lemos, Ricardo Cardoso Agra de Castro, Vanessa Caroline Liebig de Almeida.
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Requer que seja regularizada a situação dos candidatos aprovados para o concurso de servidores realizado em 2007, cuja nomeação está prejudicada em virtude do grande número de requisitados naquele órgão.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Paraíba
Vista: Cons. Luiz Moreira

Pedidos de vista no dia 22.02.2011

5) Processo: 0.00.000.001017/2009-21 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: José Antônio Baêta de Melo Cançado - 113º Promotor de Justiça da Comarca BH/MG
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a suspensão da Resolução PGJ 68/2008, bem como a suspensão das atividades administrativas do PROCON Estadual pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Luiz Moreira

6) Processo: 0.00.000.001018/2009-75 (Pedido de Avocação)
Requerente: José Antônio Baêta de Melo Cançado - 113º Promotor de Justiça da Comarca BH/MG
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a avocação do Processo Administrativo Disciplinar de Sindicância nº 12/2009 CGMP, bem como de todos os expedientes que envolvam o requerente e que porventura estejam em aberto na Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Almino Afonso
Cons. Luiz Moreira

Pedidos de vista no dia 23.02.2011

7) Processo: 0.00.000.000915/2007-08 (Pedido de Providências)
Requerente: Elcimar Quirino
Assunto: Solicita a criação de grupo de estudo para orientar a atuação do Ministério Público em segunda instância.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva (Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

8) Processo: 0.00.000.000614/2009-38 (Recurso Interno)
Recorrente: Elói Alfredo Pietá
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Pedidos de vista no dia 16.03.2011

9) Processo: 0.00.000.002345/2010-88 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Adilson Gurgel de Castro
Assunto: Proposta de Resolução que visa a necessidade de regulamentação da norma do artigo 27, parágrafo único, inciso IV, na Lei nº 8625/93.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Mario Bonsaglia
Cons. Achiles Siquara

10) Processo: 0.00.000.002346/2010-22 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Taís Shilling Ferraz
Assunto: Proposta de alteração da Resolução nº 03/2005, que dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério e atividades correlatas por membros do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Achiles Siquara
Cons. Adilson Gurgel

Pedidos de vista no dia 22.03.2011

11) Processo: 0.00.000.001104/2008-05 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.000425/2009-65)
Requerentes: Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR
Associação Nacional do Ministério Público Militar - ANMPM
Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - ANMPDFT
Requerido: Ministério Púbico Federal
Assunto: Requer que seja reconhecido aos membros do Ministério Público Federal o direito de receberem a vantagem pessoal de que trata o inciso V do art. 4º da Resolução CNMP nº 09/2006, sem limitação do teto constitucional.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva (Membro da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro)
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Almino Afonso

Pedido de vista no dia 06.04.2011

12) Processo: 0.00.000.001515/2009-73 (Processo Disciplinar)(Apensos: Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001007/2010-29, Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.001006/2010-84, Reclamação Disciplinar nº 0.00.000.0001586/2009-76, Sindicância Avocada nº 0.00.000.001022/2010-77, dentre outros.)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogados: Cézar Roberto Bittencourt - OAB/DF nº 20.151
Gabriela Nehme Bemfica - OAB/DF nº 32.151
Luís Alexandre Rassi - OAB/DF nº 23.299
Pedro Paulo Guerra de Medeiros - OAB/DF nº 31.036
Paulo Sérgio Leite Fernandes - OAB/SP nº 13.439
Rogério Seguins Martins Júnior - OAB/SP nº 218.019
Assunto: Julgamento de mérito.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Achiles Siquara

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Pedidos de vista no dia 26.04.2011

13) Processo: 0.00.000.001557/2010-48 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Achiles Siquara
Cons. Luiz Moreira

14) Processo: 0.00.000.002114/2010-74 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Frederico Bôa-Viagem Rabello
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer desconstituição parcial de ato da Procuradora Regional da República da 5ª Região, instituído pela Portaria nº 52/2010, que afronta a legislação referente ao sistema de avaliação funcional dos servidores das carreiras de Técnico e Analista do Ministério Público da União editado pela Portaria PGR nº 298/2003. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Pernambuco
Vista: Cons. Mario Bonsaglia

Pedidos de vista no dia 27.04.2011

15) Processo: 0.00.000.001032/2009-79 (Processo Administrativo Avocado)
Requerente: Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: José Arturo Iunes Bobadilla Garcia
Advogados: André Borges Netto - OAB/MS nº 5.788
Fernanda Guimarães Hernandez - OAB/DF nº 7.009
Maria Fernanda Magalhães Palma Lima - OAB/DF nº 13.174
Renata Pagy Bonilha - OAB/DF nº 13.909
Karina Góis Gadelha Aguiar - OAB/DF nº 20.272
Maximiliam Patriota Carneiro - OAB/DF nº 23.185
Assunto: Avocação do Procedimento Administrativo nº 10/01/CSMP/2008.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Mato Grosso do Sul
Vista: Cons. Bruno Dantas
Cons. Mario Bonsaglia

16) Processo: 0.00.000.000236/2011-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Juliana Maria Giongo - Promotora de Justiça
Advogado: Ulisses Floriano Borges de Góes
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Visa a retificação na lista de espera para indicação e exercício da função de Promotor Eleitoral no Município de Novo Hamburgo, resultando na designação e nomeação como próxima titular a exercer a referida função. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Rio Grande do Sul
Vista: Cons. Almino Afonso

Incluído na pauta da 6ª Sessão Ordinária (07.06.2010)

17) Processo: 0.00.000.000532/2010-27 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselheiro Cláudio Barros Silva
Assunto: Anteprojeto de Lei Complementar sobre as normas disciplinares e os procedimentos disciplinares para os membros do Ministério Público brasileiro.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva (Presidente da Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 8ª Sessão Ordinária (17.08.2010)

18) Processo: 0.00.000.000180/2008-95 (Pedido de Providências)
Requerente: Antônio Henrique da Silva
Assunto: Solicita designação de membro do Ministério Público do Estado da Bahia para atuar nas comarcas desprovidas de promotores titulares, bem como a elaboração de uma resolução determinando a uniformização dos procedimentos a serem adotados no sentido de salvaguardar a integridade de membros nos casos de ameaça.
Relator(a): Cons. Sérgio Feltrin
Origem: Bahia

Incluído na pauta da 8ª Sessão Extraordinária (31.08.2010)

19) Processo: 0.00.000.000434/2009-56 (Representação por Inércia ou Excesso de Prazo)
Requerente: Hilton Queiroz
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Alegação de inércia por parte do Ministério Público Federal nos autos do Inquérito Policial nº 2002.01.00.016402-4.
Relator(a): Cons. Sérgio Feltrin
Origem: Distrito Federal

Incluído na pauta da 10ª Sessão Ordinária (26.10.2010)

20) Processo: 0.00.000.001384/2010-68 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa apurar o cumprimento, pelo Ministério Público do Trabalho, do disposto na Resolução CNMP nº 06/2006, com as alterações da Resolução CNMP nº 34/2009, com edição de ato normativo interno do qual conste as atribuições de todos os cargos comissionados.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 11ª Sessão Ordinária (30/11/2010)

21) Processo: 0.00.000.000055/2010-08 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado de Pernambuco, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

22) Processo: 0.00.000.000065/2010-35 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

23) Processo: 0.00.000.000754/2010-40 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, da Resolução CNMP nº 38/2009, no que se refere a providências para implementação do Portal da Transparência naquele órgão.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

24) Processo: 0.00.000.000765/2010-20 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Roraima, da Resolução CNMP nº 38/2009, no que se refere a providências para implementação do Portal da Transparência naquele Órgão.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 12ª Sessão Extraordinária (14.12.2010)

25) Processo: 0.00.000.000077/2008-45 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Apuração do item intitulado "Pagamento de gratificações de produtividade a servidores do MP/AM", constante do acórdão proferido nos autos do processo CNMP 0.00.000.000019/2007-31.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

26) Processo: 0.00.000.000408/2009-28 (Embargos de Declaração)
Embargante: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessados: Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Advogado: Luís Carlos Parreira Abritta - OAB/MG nº 58.400
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra a decisão plenária que julgou procedente o pedido, para determinar à Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais a instauração do procedimento adequado, com vistas a apurar os fatos noticiados perante aquela autoridade correicional.
Relator(a): Cons. Sérgio Feltrin
Origem: Minas Gerais

27) Processo: 0.00.000.000640/2009-66 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Procedimento de Controle Administrativo que visa apreciar o conteúdo dos atos normativos editados em atenção à Resolução CNMP nº 19/2007 pelo Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Ordinária (15.03.2011)

28) Processo: 0.00.000.000348/2010-87 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Tocantins nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

29) Processo: 0.00.000.000626/2010-04 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Francisco Antônio Távora Colares
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer revisão de ato administrativo da Procuradora-Geral de Justiça que indeferiu concessão de gratificação por trabalho relevante pleiteada ao servidor, tendo em vista que, apesar de lotado na Comarca de Milagres, exerce também suas funções na Promotoria de Justiça vinculada de Abaiara, sem nenhum acréscimo remuneratório.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Ceará

30) Processo: 0.00.000.001247/2010-23 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação Piauiense do Ministério Público - APMP
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Requer a imediata suspensão de todo e qualquer pagamento de indenização de férias/licenças convertidas em pecúnia, diárias, passagens aéreas e todas as demais despesas que não sejam indispensáveis ao funcionamento do MP-PI, enquanto permanecer a situação de restrição financeira atual e que seja ordenado a imediata adoção de plano de contenção de despesas, a fim de se adequar as receitas ministeriais a suas despesas ordinárias. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Piauí

31) Processo: 0.00.000.002336/2010-97 (Recurso Interno)
Recorrente: Alex Pacheco Magalhães - OAB/BA nº 23.053
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Maranhão

Incluídos na pauta da 3ª Sessão Extraordinária (22.03.2011)

32) Processo: 0.00.000.000114/2009-04 (Recurso Interno)
Recorrente: João Francisco Sobrinho - Subprocurador-Geral da República
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Distrito Federal

33) Processo: 0.00.000.000176/2010-41 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa averiguar a legalidade das operações que permitiram que contribuições devidas por Procuradores de Justiça à previdência estadual não fossem lançadas em folha de pagamentos, haja vista discrepância identificada entre o número destes e das contribuições efetuadas - ref. fl. 192/193 (pg. 190/191 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

34) Processo: 0.00.000.000422/2010-65 (Inspeção)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Inspeção no Ministério Público do Estado da Paraíba
Relator(a): Cons. Sandro José Neis
Origem: Distrito Federal

35) Processo: 0.00.000.002319/2010-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Carlos Henrique Tôrres de Souza - Promotor de Justiça
Cláudia Spranger e Silva Luiz Motta - Promotor de Justiça
Élida de Freitas Rezende - Promotora de Justiça
Heleno Rosa Portes - Promotor de Justiça
Magali Albanesi Amaral - Promotora de Justiça
Reyvani Jabour Ribeiro - Promotora de Justiça
Simone Maria Azzi Azevedo Chinelato - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Requer a sustação imediata dos efeitos da Resolução PGJ nº 72/2010, da Câmara de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Minas Gerais

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Ordinária (06.04.2011)

36) Processo: 0.00.000.001395/2009-12 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Demilson Antonio Ribeiro Monteiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Pedido de revisão de decisão do processo GCGMP 940/2008/MPRJ (apenso 900/08).
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio de Janeiro

37) Processo: 0.00.000.000703/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: André dos Santos Sampaio
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Requer averiguação de possível conexão entre ato da Procuradoria-Geral de Justiça que determinou a imediata remoção do Promotor de Justiça da Comarca de Nova Venécia e a efetiva atuação daquele membro no ajuizamento de ações de improbidade administrativa em face de prefeitos e vereadores daquele município.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Espírito Santo

38) Processo: 0.00.000.000784/2010-56 (Recurso Interno)
Recorrente: Alexandre Augusto Bezerra - Promotor de Justiça
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado de Pernambuco.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Pernambuco

39) Processo: 0.00.000.001453/2010-33 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Ivanilson Alves de Carvalho
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer revisão de ato administrativo que indeferiu pedido de incorporação alcançado por decisão judicial.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Paraíba

40) Processo: 0.00.000.001650/2010-52 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Nelson Marchezan Júnior - Deputado Estadual
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer controle de ato administrativo praticado pelo Órgão Especial em Sessão Extraordinária realizada no dia 25/05/2010 que aprovou, por maioria, o reconhecimento do direito aos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul da percepção da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE - no período entre 1994 e 1997. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Rio Grande do Sul

41) Processo: 0.00.000.001722/2010-61 (Recurso Interno)
Recorrente: Marcone Xavier Furtado
Recorrido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento da Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Bahia

42) Processo: 0.00.000.002217/2010-34 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Gilberto da Silva
Advogado: Renato Magalhães Viana - OAB/SP nº 292.316
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Visa revisão de decisão proferida pela Comissão Processante do Ministério Público do Estado de São Paulo no Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2010, que determinou pena de demissão a bem do serviço público.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

43) Processo: 0.00.000.002317/2010-61 (Pedido de Providências)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assunto: Apresenta reclamação acerca dos critérios de formulação das questões da prova de português do concurso de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as quais tiveram como resposta uma única alternativa.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio Grande do Sul

44) Processo: 0.00.000.002320/2010-84 (Pedido de Providências)
Requerente: Ana Cristina Brum Martins
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Apresenta reclamação acerca dos critérios de formulação das questões da prova de português do concurso de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, as quais tiveram como resposta uma única alternativa.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Rio Grande do Sul

45) Processo: 0.00.000.000031/2011-21 (Pedido de Providências)
Requerente: Luis Fernando de França Romão
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer providências no sentido de que seja vedado aos membros do Ministério Público o exercício de cargo ou função em Conselho de Administração de autarquia previdenciária.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Rio de Janeiro

46) Processo: 0.00.000.000150/2011-84 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Regiane Gonchorovski
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades no XXXV Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público de Santa Catarina com objetivo de suspender as próximas fases do concurso previstas para 20 e 27 de fevereiro de 2011. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Santa Catarina

Incluídos na pauta da 4ª Sessão Extraordinária (26/04/2011)

47) Processo: 0.00.000.00799/2009-81 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Interessada: Fabíola Fernandes Faheina Ferreira
Assunto: Requer a suspensão dos efeitos da Portaria nº 2981/2009GPC e da Resolução nº 02/2009, aprovadas pelo Colégio de Procuradores de Justiça do Maranhão, e a consequente nulidade dos atos daquele órgão para o restabelecimento da situação existente antes da aprovação dessas medidas. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Maranhão

48) Processo: 0.00.000.001071/2009-76 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro.
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Assunto: Requer a fiscalização das aposentadorias concedidas aos membros do Ministério Público do Estado do Ceará, após a edição da Emenda Constitucional nº 41/2003.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

49) Processo: 0.00.000.000209/2010-53 (Restauração de Autos)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa averiguar a legalidade do processo licitatório nº 31/2009, referente à contratação direta de locação de central telefônica tipo CPCT-PABX, tendo em vista possíveis irregularidades que podem indicar vícios no ato administrativo praticado - ref. fl. 221 e 227 (pg. 219 e 225 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

50) Processo: 0.00.000.000369/2010-01 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Joana Chagas Coutinho - Promotora de Justiça
Maria do Socorro Martins Carvalho Mendo - Promotora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer a revisão de Resolução editada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado do Pará, que regulamenta os concursos de remoção e promoção por merecimento dos membros daquele Parquet, com suspensão imediata do concurso nº 002/2010, para promoção ao cargo de Procurador de Justiça. Pedido de liminar
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Pará

51) Processo: 0.00.000.000644/2010-88 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

52) Processo: 0.00.000.000791/2010-58 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Procurador Regional Eleitoral de Pernambuco
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, dos parâmetros estabelecidos na Resolução CNMP nº 30/2008 para indicação e designação de membros do Ministério Público em 1º grau para exercer a função eleitoral.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

53) Processo: 0.00.000.000820/2010-81 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Assunto: Visa o acompanhamento do cumprimento, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, dos termos da Resolução CNMP nº 23/2007, que disciplina a instauração e tramitação do inquérito civil no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Distrito Federal

54) Processo: 0.00.000.001182/2010-16 (Embargos de Declaração)
Embargante: Josemir Silvério da Silva
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente a Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo para determinar a instauração de Processo Administrativo Disciplinar na Corregedoria do Ministério Público do Estado de Roraima.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Roraima

55) Processo: 0.00.000.001456/2010-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Denúncia contra o Ministério Público do Estado do Pará em face do descumprimento da Resolução deste Conselho para seleção de estagiários.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Pará

56) Processo: 0.00.000.001513/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Luiza Maria Coimbra da Silva
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Requer revisão de decisão do Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará que negou requerimento de pagamento de horas extras trabalhadas em regime de plantão e denuncia irregularidades no concurso às vagas do quinto constitucional.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Pará

57) Processo: 0.00.000.001542/2010-80 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado da Paraíba
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

58) Processo: 0.00.000.001545/2010-13 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

59) Processo: 0.00.000.001865/2010-73 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou parcialmente procedente a Reclamação para Preservação da Competência e da Autoridade das Decisões do Conselho.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Ceará

60) Processo: 0.00.000.001937/2010-82 (Embargos de Declaração)
Embargante: Olympio Pereira da Silva Junior
Advogados: Ana Carolina Arrais Bastos - OAB/DF 26.891
Carlos Eduardo Caputo Bastos - OAB/DF nº 2.462
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que acolheu a prescrição e julgou improcedente o Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal

61) Processo: 0.00.000.001966/2010-44 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Assunto: Processo disciplinar contra membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Distrito Federal

62) Processo: 0.00.000.002008/2010-91 (Pedido de Providências)
Requerente: Conselho Nacional de Justiça
Assunto: Requer providências quanto a irregularidades constatadas em presídios do Estado de Minas Gerais.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal

63) Processo: 0.00.000.002088/2010-84 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Adilson Santana de Carvalho
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Visa anulação de decisão do Secretário- Geral do Ministério Público da União que determinou a suspensão do pagamento de adicional de qualificação e o imediato desconto em folha do montante recebido desde 12/06/2007. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

64) Processo: 0.00.000.002274/2010-13 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: José Maria Quadros Alencar - Desembargador Presidente do TRT 8ª Região
Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá
Assunto: Visa apurar procedimento administrativo adotado pelo Ministério Público do Estado do Amapá em relação a averiguação de contratação de empresas inidôneas pelo Estado.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Amapá

65) Processo: 0.00.000.002307/2010-25 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
Advogados: Fernando Antônio Barbosa Maciel OAB/AL 4.690
Fábio Barbosa Maciel OAB/AL 7.147
Fabricy Kelly Carneiro OAB/AL 6.066
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar nº 002/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Alagoas

66) Processo: 0.00.000.000116/2011-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerentes: Clilton Guimarães dos Santos - Procurador de Justiça
Iurica Tanio Okumura - Procuradora de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Visa impugnar ato administrativo do Ministério Público do Estado de São Paulo que autorizou o afastamento de membro para ocupar cargo de Diretor Geral de Departamento Penitenciário.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: São Paulo

67) Processo: 0.00.000.000149/2011-50 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Adivaldo Guimarães Cidade - Promotor de Justiça
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Assunto: Visa invalidar decisão do Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia e consequentemente ato do Procurador-Geral de Justiça que autorizou o afastamento de membro do Parquet para exercício de outra função pública. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Bahia

68) Processo: 0.00.000.000207/2011-45 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo, o cumprimento da Resolução CNMP nº 64/2010, que determina a implantação das Ouvidorias nas Unidades do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

69) Processo: 0.00.000.000241/2011-10 (Pedido de Providências)
Requerente: Gercino Gerson Gomes Neto - Procurador-Geral de Justiça
Assunto: Trata-se de consulta acerca do cumprimento do disposto no artigo 26 da Resolução nº 115/2010 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Santa Catarina

70) Processo: 0.00.000.000269/2011-57 (Pedido de Providências)
Requerentes: Margaret Matos de Carvalho - Procuradora do Trabalho
Rafael de Araújo Gomes - Procurador do Trabalho
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Requer providências para preservação da eficácia e segurança da atuação do Ministério Público do Trabalho em face da implementação do Sistema de Inteligência Estratégica Institucional no referido órgão.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Distrito Federal

71) Processo: 0.00.000.000295/2011-85 (Proposta de Resolução)
Proponentes: Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Cons. Cláudio Barros Silva
Assunto: Propostas de Resolução que dispõem sobre alterações na Resolução CNMP nº 05, de 20 de março de 2006.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal

72) Processo: 0.00.000.000344/2011-80 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: FENASEMPE - Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais.
Advogados: Francisco Alf de Carvalho e Silva - OAB/RS 79.818
Paulo Cezar Lauxen OAB/RS 29.160
Jeverton Alex Lima OAB/RS 45.412
Arthur Orlando Dias Filho OAB/RS 40.806
Jorge Brandão Young OAB/RS 31.684
Sara Roberta Schilling OAB/RS 63.159
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
Assunto: Requer que seja determinado ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul a suspensão das nomeações para os cargos de Assessor de Procuradoria de Justiça e Assessor de Procuradoria de Justiça II até decisão quanto a requerimento de designação de Assistentes de Procuradoria da função gratificada de Assessor de Procuradoria. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Rio Grande do Sul

73) Processo: 0.00.000.000364/2011-51 (Proposta de Emenda Regimental)
Proponente: Cons. Luiz Moreira Gomes Júnior
Assunto: Proposta de Emenda Regimental para alteração do §5º do artigo 39 do RICNMP.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Distrito Federal

74) Processo: 0.00.000.000394/2011-67 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Almino Afonso Fernandes
Assunto: Proposta de Resolução com vistas a estabelecer instruções para cumprimento da Lei Federal 11.767 de 2008, sobre os pedidos do Ministério Público em relação a busca e apreensão em escritórios de advocacia e local de trabalho do advogado.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: Distrito Federal

PAUTA DESTA SESSÃO (17/05/2011)

75) Processo: 0.00.000.000215/2009-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Procedimento de Controle Administrativo que visa apreciar o conteúdo dos atos normativos editados em atenção à Resolução CNMP nº 19/2007. Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal

76) Processo: 0.00.000.000278/2009-23 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente o Pedido de Providências.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

77) Processo: 0.00.000.000482/2009-44 (Recurso Interno)
Recorrente: José Orcírio Miranda dos Santos
Advogado: Newley A. S. Amarilla - OAB/MS 2921
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul.
Relator(a): Com. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Mato Grosso do Sul

78) Processo: 0.00.000.001422/2009-49 (Pedido de Providências)
Requerente: Daniel Leite Brito
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Requer providências para apurar a legalidade de realização de concurso pela Universidade do Estado do Amazonas para contratação de servidores pelo regime celetista, em desconformidade com decisão do STF na AD 2175.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Amazonas

79) Processo: 0.00.000.000053/2010-19 (Procedimento Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Assunto: Visa analisar a adequação, no âmbito do Ministério Público do Estado da Paraíba, do programa de estágio a estudantes, em conformidade com as disposições gerais da Resolução CNMP nº 42/2009.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

80) Processo: 0.00.000.000172/2010-63 (Procedimento Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa averiguar a legalidade dos pagamentos de rubrica denominada "jeton" a Procuradores de Justiça para participarem de reuniões do Conselho Superior no ano de 2005 - ref. fl. 187 (pg. 185 do Relatório Conclusivo da Inspeção).
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

81) Processo: 0.00.000.000418/2010-05 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público Estadual, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

82) Processo: 0.00.000.000467/2010-30 (Recurso Interno)
Recorrente: Francisco de Assis Betti - Desembargador Federal do TRF 1ª Região
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Minas Gerais

83) Processo: 0.00.000.000628/2010-95 (Embargos de Declaração)
Embargante: Sindicato dos Trabalhadores em Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de São Paulo
Advogado: Antônio Carlos Nobre Lacerda - OAB/SP 114.565
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que negou provimento ao Recurso Interno.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

84) Processo: 0.00.000.000894/2010-18 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Pará, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

85) Processo: 0.00.000.000898/2010-04 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Roraima, o cumprimento das Resoluções CNMP nºs 09 e 10/2006, que dispõem sobre a aplicação do teto remuneratório constitucional para membros e servidores.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal

86) Processo: 0.00.000.001067/2010-41 (Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público)
Requerentes: Luiz Roberto Saraiva Salgado - Promotor de Justiça;
Carlos Frederico Saturnino de Oliveira - Promotor de Justiça ;
Maria Elisabete C. Antunes da Costa - Promotora de Justiça;
Cláudia Perlingeiro - Promotora de Justiça;
Alexandre V. Schott - Promotor de Justiça;
Rogério Pacheco Alves - Promotor de Justiça ;
Cláudio Henrique da Cruz Viana - Promotor de Justiça.
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Assunto: Requer a concessão de medida liminar para suspensão da obrigatoriedade do cumprimento da Deliberação nº20-A/2009, do Órgão Especial do Colégio de Procuradores e do Aviso 06/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público e seja eliminada a obrigatoriedade de cumprimento dos referidos Atos. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva (Presidente da Comissão de Preserva?o da Autonomia do Ministério Público)
Origem: Rio de Janeiro

87) Processo: 0.00.000.001350/2010-73 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público da União
Assunto: Visa apurar as informações prestadas pelo Tribunal de Contas da União nos relatórios de inspeção e nas decisões proferidas acerca das contas da Administração do Ministério Público da União, a partir do ano de 2005.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal

88) Processo: 0.00.000.001391/2010-60 (Embargos de Declaração)
Embargante: Paulo Pereira dos Santos
Advogados: Alexandre Iunes Machado OAB/GO nº 17275
Carlos Magno Correia de Sá OAB/GO nº 29437
Bruno Oliveira R. Guimarães OAB/GO nº 26891
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente a Revisão de Processo Disciplinar.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Goiás

89) Processo: 0.00.000.001414/2010-36 (Pedido de Providências)
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Assunto: Requer providências no sentido de que o Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo atue efetivamente para a implementação do reajuste salarial para os servidores, conforme determinação legal.
Relator(a): Cons. Almino Afonso Fernandes
Origem: São Paulo

90) Processo: 0.00.000.001537/2010-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Sergipe.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

91) Processo: 0.00.000.001538/2010-11 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

92) Processo: 0.00.000.001552/2010-15 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

93) Processo: 0.00.000.001558/2010-92 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle de Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

94) Processo: 0.00.000.001561/2010-14 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Assunto: Visa levantar informações detalhadas acerca do pagamento de remunerações aos membros e servidores do Ministério Público do Estado de Alagoas.
Relator(a): Cons. Taís Ferraz (em substituição ao Cons. Sérgio Feltrin)
Origem: Distrito Federal

95) Processo: 0.00.000.001624/2010-24 (Recurso Interno)
Recorrente: Indústrias Nucleares do Brasil - INB
Advogados: Carlos Zangrando - OAB/RJ 69.863
Décio Freire - OAB/RJ 2.255-A E OAB/DF 1.742-A
José Antonio Rosa da Silva - OAB/RS 29.082
Kellen Andrea Gomes dos Santos - OAB/RS 71.226
Rafael Dutra dos Santos - OAB/RS 62725
Rodrigo da Silva Noronha - OAB/RS 61.004
Wambert Gomes Di Lorenzo - OAB/RS 53.556
Recorrido: Membro do Ministério Público do Trabalho.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público do Trabalho.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Rio de Janeiro

96) Processo: 0.00.000.001675/2010-56 (Procedimento de Controle Administrativo) (Apenso: Processo CNMP nº 0.00.000.001979/2010-13)
Requerente: Antônio de Siqueira Cabral
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Assunto: Requer controle administrativo nos critérios utilizados para atribuição de pontos e classificação dos membros do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte participantes do concurso de remoção por merecimento para o cargo de 74º Promotor de Justiça da Comarca de Natal.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Rio Grande do Norte

97) Processo: 0.00.000.001859/2010-16 (Processo Disciplinar)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Advogado: Tiago Saunders Martins, OAB/PI 4978
Assunto: Processo Disciplinar em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

98) Processo: 0.00.000.001918/2010-56 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Órgão Especial de Colégio de Procuradores de Justiça do Estado da Bahia
Advogada: Ana Paula Ribeiro Soares
Assunto: Pedido de Revisão de Processo Disciplinar nº 59172/2009.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Bahia

99) Processo: 0.00.000.001957/2010-53 (Recurso Interno)
Recorrente: Antônio Edimar Serpa Benício
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Tocantins
Assunto: Recurso interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membros do Ministério Público do Estado do Tocantins.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Tocantins

100) Processo: 0.00.000.002149/2010-11 (Recurso Interno)
Recorrente: João Sérgio Leal Pereira - Procurador Regional da República
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal.
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão da Corregedoria Nacional que determinou arquivamento de Reclamação Disciplinar contra membro do Ministério Público Federal.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Distrito Federal

101) Processo: 0.00.000.002391/2010-87 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Simone Cristina Schultz - Promotora de Justiça
Advogados: Orivaldo Vieira - OAB/SC 16.732-B
Vinícius Loss - OAB/SC 29.025
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Assunto: Revisão de Processo Disciplinar nº 1/2010, da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator(a): Cons. Maria Ester Henriques Tavares
Origem: Santa Catarina

102) Processo: 0.00.000.002393/2010-76 (Embargos de Declaração)
Embargante: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogados: Ana Luisa Rabelo Pereira - OAB-DF nº 12.997
André de Barros Pereira - OAB/DF nº 14.324
Eduardo de Barros Pereira - OAB/DF nº 13.529
João Carneiro de Ulhoa - OAB/DF nº 18.805
Tadeu Rabelo Pereira - OAB/DF nº 9.747
Assunto: Embargos de Declaração opostos contra decisão plenária que julgou procedente Revisão de Processo Disciplinar.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal

103) Processo: 0.00.000.000074/2011-15 (Processo Disciplinar Avocado)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Advogados: Ivan Machado Barbosa (OAB DF 20.432),
Fernanda de Oliveira Xavier (OAB DF 27.131),
Cristiana de Santis M. D. F. Mello (OAB DF 20.527),
Renato Gustavo Alves Coelho (OAB DF 18.903),
Manoel Pinto (OAB/BA 11.024),
Mariangela Leal Espinheira (OAB/BA 15.313),
Fabiani Oliveira Borges da Silva (OAB/BA 15.365),
Lucas Pinto de Araujo Perira (OAB/BA 25.031).
Assunto: Autos dos Processos Administrativos Disciplinares nºs 61027/2009 e 61040/2009, da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Bahia

104) Processo: 0.00.000.000165/2011-42 (Recurso Interno)
Recorrente: Thiago Frederico de Souza Costa
Recorrido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou o arquivamento do Procedimento de Controle Administrativo.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Minas Gerais

105) Processo: 0.00.000.000215/2011-91 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Rondônia, o cumprimento da Resolução CNMP nº 64/2010, que determina a implantação das Ouvidorias nas Unidades do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Mario Luiz Bonsaglia
Origem: Distrito Federal

106) Processo: 0.00.000.000247/2011-97 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Fernando Henrique Berbert Fontes
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer a reintegração do requerente ao 20º Concurso Público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Rondônia, em face de inabilitação em exame psicotécnico cujos critérios de avaliação não foram explicitados objetivamente e previamente determinados. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Rondônia

107) Processo: 0.00.000.000248/2011-31 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Bruno Bispo de Freitas
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer a reintegração do requerente ao 20º Concurso Público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Rondônia, em face de inabilitação em exame psicotécnico cujos critérios de avaliação não foram explicitados objetivamente e previamente determinados. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Rondônia

108) Processo: 0.00.000.000274/2011-60 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Marlúcia Chianca de Morais
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Requer a reintegração do requerente ao 20º Concurso Público para o cargo de Promotor de Justiça Substituto do Estado de Rondônia, em face de inabilitação em exame psicotécnico cujos critérios de avaliação não foram explicitados objetivamente e previamente determinados. Pedido de liminar.
Relator(a): Cons. Bruno Dantas Nascimento
Origem: Rondônia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

109) Processo: 0.00.000.000339/2011-77 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Assunto: Visa apurar a legalidade e a compatibilidade do dispositivo da Resolução CSMPT nº 69/2007 que torna desnecessária a ciência de promoção de arquivamento daqueles que agem por dever de ofício, em face do que dispõe a Resolução CNMP nº 23/2007.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Distrito Federal

110) Processo: 0.00.000.000380/2011-43 (Pedido de Providências)
Requerente: Antônio Gonçalves Vieira - Procurador-Geral de Justiça
Assunto: Encaminhamento de pedido de reconsideração de decisão proferida no Procedimento de Controle Administrativo nº 0.00.000.000210/2010-88.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Piauí

111) Processo: 0.00.000.000405/2011-17 (Recurso Interno)
Recorrente: Cesar Zacharias Mártyres - Subprocurador-Geral do Trabalho
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Assunto: Recurso Interno interposto contra decisão que determinou arquivamento de Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo.
Relator(a): Cons. Taís Schilling Ferraz
Origem: Distrito Federal

112) Processo: 0.00.000.000425/2011-80 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Francisco de Assis Mariano dos Santos
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades no procedimento de inscrição no 25º Concurso para o cargo de Procurador da República.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Tocantins

113) Processo: 0.00.000.000441/2011-72 (Pedido de Providências)
Requerente: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP
Interessados: César Bechara Nader Mattar Junior
Ministérios Públicos dos Estados
Assunto: Requer a extensão da Recomendação contida no PCA nº 809/2008-05 a todos os Ministérios Públicos dos Estados, para que encaminhem projeto de lei regulando o exercício e o pagamento de verba de substituição ou acúmulo de atribuições pelos membros dos respectivos Estados.
Relator(a): Cons. Claudia Maria de Freitas Chagas
Origem: Distrito Federal

114) Processo: 0.00.000.000451/2011-16 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Jefferson Justino da Silva
Requerido: Ministério Público Federal
Assunto: Visa apurar supostas irregularidades no procedimento de inscrição no 25º concurso para o cargo de Procurador da República. Pedido de Liminar.
Relator(a): Cons. Adilson Gurgel de Castro
Origem: Mato Grosso

115) Processo: 0.00.000.000508/2011-79 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Amazonas, o cumprimento da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal

116) Processo: 0.00.000.000518/2011-12 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado do Pará, o cumprimento da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal

117) Processo: 0.00.000.000528/2011-40 (Procedimento de Controle Administrativo)
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de Roraima
Assunto: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Roraima, o cumprimento da Resolução CNMP nº 13/2006, que disciplina a instauração e tramitação do procedimento investigatório criminal no âmbito do Ministério Público.
Relator(a): Cons. Achiles de Jesus Siquara Filho
Origem: Distrito Federal

118) Processo: 0.00.000.000534/2011-05 (Pedido de Providências)
Requerente: Maria do Perpétuo Socorro França Pinto - Procuradora-Geral de Justiça
Assunto: Trata-se de consulta acerca da aplicação da Resolução CNMP nº 30/2008, em relação a indicação de membro do Ministério Público para o exercício da função eleitoral.
Relator(a): Cons. Cláudio Barros Silva
Origem: Ceará

119) Processo: 0.00.000.000542/2011-43 (Revisão de Processo Disciplinar)
Requerente: Vitor Fernandes Gonçalves
Requerido: Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Assunto: Visa revisão de decisão exarada pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em relação ao inquérito administrativo disciplinar nº 08190.038315/10-13.
Relator(a): Cons. Luiz Moreira Gomes Junior
Origem: Distrito Federal

120) Processo: 0.00.000.000574/2011-49 (Proposta de Resolução)
Proponente: Cons. Sandra Lia Simón
Assunto: Proposta de Resolução que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público como órgão interveniente nos processos judiciais em que se requer autorização para trabalho de crianças e adolescentes menores de 16 anos.
Relator(a): Cons. Sandra Lia Simón
Origem: Distrito Federal

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

6ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2011

Dia: 18.05.2011 (quarta-feira)
Hora: 09:00 horas
Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público - SHIS QI 03 - Lote A - Bloco E - Ed. Terracotta - Lago Sul - Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PROCESSO DESTA SESSÃO (18/05/2011)

1) Processo: 0.00.000.000099/2010-20 (Sindicância)
Reclamante: Conselho Nacional do Ministério Público
Reclamado: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Assunto: Sindicância contra membro do Ministério Público do Estado do Piauí (ref. pg. 21, item "e", do Relatório Conclusivo da Inspeção)
Relator(a): Cons. Sandro Neis
Origem: Distrito Federal

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS
Presidente do Conselho

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 817 Data:05/05/2011 Hora:13:45
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000603/2011-72
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Teresopolis/RJ
Relator : Luiz Moreira Gomes Junior
Processo : 0.00.000.000607/2011-51
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Alagoas
Relator : Taís Schilling Ferraz
Processo : 0.00.000.000601/2011-83
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Natal/RN
Relator : Sandra Lia Simón
Processo : 0.00.000.000378/2011-74
Origem : Rio de Janeiro/RJ
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.000609/2011-40
Origem : Piauí
Relator : Claudia Maria de Freitas Chagas

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

SESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO AUTOMÁTICA DE PROCESSOS

Sessão: 818 Data:06/05/2011 Hora:13:06
RELATÓRIO DE PROCESSOS DISTRIBUÍDOS
Processo : 0.00.000.000622/2011-07
Tipo Proc: Pedido de providências - PP
Origem : Não informado
Relator : Mario Luiz Bonsaglia
Processo : 0.00.000.000620/2011-18
Tipo Proc: Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo - RIEP
Origem : Campo Alegre de Goiás/GO
Relator : Bruno Dantas Nascimento
Processo : 0.00.000.000619/2011-85
Tipo Proc: Procedimento de controle administrativo - PCA
Origem : Piauí
Relator : Cláudio Barros Silva
Processo : 0.00.000.000623/2011-43
Origem : Brasília/DF
Relator : Maria Ester Henriques Tavares

DANIELA NUNES FARIA
Coordenadora Processual

PLENÁRIO

DECISÃO DE 28 DE ABRIL DE 2011

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO
Nº 0.00.000.000213/2009-88
RELATOR: Bruno Dantas
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO do estado do SERGIPE
DECISÃO
Verificada a total obediência aos comandos firmados na decisão plenária de fls.659/684, inclusive quanto aos percentuais mínimos previstos em lei para ocupação de cargos em comissão por servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, acolho integralmente o parecer exarado às fls.847/850 elaborado pelo Membro-Auxiliar Dr. Alexandre Sócrates, e, nele subsidiado, determino, monocraticamente, com base no artigo 46, inciso X, alínea "b" do RICNMP, o arquivamento definitivo do feito.
Arquive-se.

BRUNO DANTAS
Relator

DECISÃO DE 9 DE MAIO DE 2011

PROCESSO N.º 0.00.000.002312/2010-38;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Requer providências junto ao Ministério Público da União em relação ao tema da prova discursiva para cargo de nível superior da área administrativa do VI Concurso do mencionado órgão.
REQUERENTE: RUBENS FERNANDES
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
DECISÃO
(…) De acordo com o § 3.º, do art. 39, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, "as petições encaminhadas por meio eletrônico ou por fac-símile deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidas", o que não foi observado pelo Requerente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
CONSELHEIRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA POR EXCESSO DE PRAZO - RIEP PROCESSO N.º 0.00.000.000272/2011-71;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Alegação de inércia por parte do Ministério Público do Estado do Amazonas na apuração de denúncia protocolada sob n° 2011 02 032, referente a suposta ilegalidade no Edital n° 01/2011 do concurso público da Polícia Militar do Estado do Amazonas.
REQUERENTE: OSIMAR VIEIRA NASCIMENTO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS
DECISÃO
( )Contudo, de acordo com o § 3.º, do art. 39, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, "as petições encaminhadas por meio eletrônico ou por fac-símile deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidas", o que não foi observado pelo Requerente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
CONSELHEIRO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROCESSO N.º 0.00.000.000222/2011-93;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado da Paraíba, o cumprimento da Resolução CNMP n° 64/2010, que determina a implantação das Ouvidorias nas Unidades do Ministério Público.
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
DECISÃO
( )Conforme se dessume no documento em anexo, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado da Paraíba foi criada pela Lei n° 7.999, de 27 de abril de 2006, encontrando-se em atividade.
Ante o exposto, tomando por base os ditames do art. 46, X, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO N.º 0.00.000.000210/2011-69;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de São Paulo, o cumprimento da Resolução CNMP n° 64/2010, que determina a implantação das Ouvidorias nas Unidades do Ministério Público.
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
DECISÃO
Conforme se dessume no documento em anexo, a Ouvidoria do Ministério Público do Estado de São Paulo foi instituído pela Lei Complementar n° 1.127, de 29 de novembro de 2010, encontrando-se em atividade.
Ante o exposto, tomando por base os ditames do art. 46, X, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

PROCESSO N.º 0.00.000.000234/2011-18;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Visa apurar, junto ao Ministério Público do Estado de Pernambuco, o cumprimento da Resolução CNMP n° 64/2010, que determina a implantação das Ouvidorias nas Unidades do Ministério Público.
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
DECISÃO
(...)Ante o exposto, tomando por base os ditames do art. 46, X, b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público - RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

PROCESSO N.º 0.00.000.002174/2010-97;
RELATOR: CONSELHEIRO LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR;
ASSUNTO: Requer providências junto ao Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul no sentido de dar celeridade nos processos que tramitam na Comarca de Canoas/RS.
REQUERENTE: SIGILOSO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
DECISÃO
(…) O Requerente alega que a morosidade supostamente verificada naquela serventia não se justifica, em virtude do quadro de servidores que a atende.
Contudo, de acordo com o § 3.º, do art. 39, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, "as petições encaminhadas por meio eletrônico ou por fac-símile deverão ter os originais encaminhados ao Conselho no prazo de cinco dias, sob pena de não serem conhecidas", o que não foi observado pelo Requerente.
Ante o exposto, com fulcro no art. 46, X, "a", do RICNMP, determino o arquivamento do presente feito.
Publique-se.

LUIZ MOREIRA GOMES JÚNIOR
Conselheiro Nacional

DECISÃO DE 9 DE MAIO DE 2011

Procedimento de Controle Administrativo CNMP nº 0.00.000619/2011-85
Relator: Conselheiro Cláudio Barros Silva
Requerentes: Rita de Cássia de Carvalho Rocha Gomes de Souza e Maurício Gomes de Souza
Requerido: Ministério Público do Estado do Piauí
DECISÃO LIMINAR
(...) A questão de fundo, o mérito a ser enfrentado, necessita de amplo contraditório, com o fim de se estabelecer se o que conta, para atos de promoção realizados na mesma data, é a ordem de promoções ou remoções, conforme os atos publicados, respeitada a ordem de vacância das Promotorias de Justiça e a antiguidade dessas promoções, ou se a "posse" perante a Secretaria Geral, de dois membros do Ministério Público, modifica os atos anteriormente realizados, com a inversão da vacância de Promotorias de Justiça.
Essa, todavia, é matéria de mérito e deve ser reservada ao exame pelo Plenário.
Ante o exposto, indefiro a medida liminar pleiteada pelos requerentes.
Por se tratar de procedimento de controle administrativo, determino, nos termo do artigo 110, caput, do Regimento Interno, que:
a) seja expedido ofício ao Senhor Procurador-Geral de Justiça do Estado do Piauí para que, como Chefe e Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de quinze (15) dias, preste as informações que entender necessárias sobre os fatos narrados na inicial;
b) sejam notificados, pessoalmente, os Promotores de Justiça, Dra. Flávia Gomes Cordeiro Castro, Dr. João Paulo Santiago Sales, Dra. Janaina Rose Ribeiro Aguiar e Dr. Antônio Rodrigues de Moura para, querendo, se manifestarem no prazo de quinze (15) dias.
c) seja publicado edital de notificação para que eventuais interessados se manifestem, no prazo de quinze (15) dias, nos termos do artigo 110, parágrafo único, do Regimento Interno.
d) Comuniquem-se os requerentes.
Publique-se.

CLÁUDIO BARROS SILVA
Relator

ACÓRDÃO DE 26 DE MARÇO DE 2011

PROCESSOS: PCA Nº 0.00.000.002231/2010-38 e PCA Nº 0.00.000.002369/2010-37
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Dioneles Leone Santana Filho (PCA Nº 0.00.000.002231/2010-38); João Paulo Santos Shoucair e outros (PCA Nº 0.00.000.002369/2010-37) REQUERIDO:
Ministério Público do Estado da Bahia
EMENTA-PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (PCA). MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA. PROMOTORIAS REGIONAIS ESPECIALIZADAS EM MATÉRIA AMBIENTAL. PRIMEIRO PROVIMENTO. REMOÇÃO INTERNA. INCOMPATIBILIDADE COM A NATUREZA REGIONAL DAS PROMOTORIAS. DISCRICIONARIEDADE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, OUTORGADA PELA LEI, PARA DEFINIR OS CRITÉRIOS DE PROVIMENTO, OBSERVADAS AS NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE O TEMA. CRITÉRIOS ESTABELECIDOS A PARTIR DE COMBINAÇÃO DE FATORES OBJETIVOS. AMPLIAÇÃO DA DISPUTA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE FAVORECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA.
1. As recém-criadas Promotorias Regionais Especializadas em Meio Ambiente do Estado da Bahia não se sujeitam às normas existentes sobre remoção interna, dada sua natureza peculiar, de abrangência regional, certo que a remoção interna pressupõe ausência de deslocamento.
2. O art. 110, II, da Lei Complementar Estadual nº 11/96, prevê discricionariedade do Conselho Superior do Ministério Público baiano para determinar as vagas que serão providas por promoção e por remoção, fixando os critérios de antiguidade e merecimento para cada caso.
3. O Conselho Superior do MP/BA, com o escopo de ampliar ao máximo a possibilidade de participação dos Promotores de Justiça de entrância inicial e intermediária de todo o Estado, combinou diversos parâmetros, oferecendo as Promotorias Especializadas mediante promoção e remoção, por merecimento e por antiguidade.
4. Milita a favor da Administração Superior do MP/BA a presunção de legalidade e legitimidade de seus atos, não tendo os requerentes logrado demonstrar o favorecimento aos atuais Coordenadores Regionais pela suposta manipulação na definição dos critérios.
5. Improcedência dos Procedimentos de Controle Administrativo.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar improcedentes os pedidos, nos termos do voto do Relator, com divergência parcial do Conselheiro Cláudio Barros.

CONSELHEIRO MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

ACÓRDÃO DE 26 DE ABRIL DE 2011

PROCESSO: REC Nº 0.00.000.001217/2009-83
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: Sérgio Weslei da Cunha
REQUERIDOS: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo.
EMENTA RECURSO INTERNO EM RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. INCONFORMISMO COM DECISÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO. INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL. DESPROVIMENTO.
1. Recurso Interno interposto em face de decisão monocrática do Corregedor Nacional que determinou o arquivamento de Reclamação Disciplinar por entender suficiente a atuação da Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo.
2. É incabível interferir na independência funcional dos requeridos, Promotores de Justiça do Estado de São Paulo, por meio da via disciplinar, conforme já decidiram, no caso, a Corregedoria local e a Corregedoria Nacional do Ministério Público.
3. Não se pode imputar a membro do Ministério Público falta disciplinar em virtude do conteúdo de sua manifestação, se formulada de acordo com sua convicção jurídica e devidamente fundamentada.
4. O descontentamento com o posicionamento esposado pelo membro do Ministério Público deve ser manifestado no âmbito do próprio processo judicial. A atuação indevida deste Conselho nessa seara, além de ferir a independência funcional, tende a implicar ingerência indevida na jurisdição, ao criar anômala instância recursal.
5. Desprovimento do recurso.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em negar provimento ao recurso interno interposto, nos termos do voto do Relator.

CONSELHEIRO MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

PROCESSO:PCA Nº 0.00.000.000105/2011-20
RELATOR: Conselheiro Mario Luiz Bonsaglia
REQUERENTE: André Luís Alves de Melo
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
EMENTA-PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO (PCA). ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADES EM EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA ESTÁGIO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. INOCORRÊNCIA. CONSTATAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS EM RELAÇÃO À RESOLUÇÃO CNMP Nº 42/2009. DETERMINAÇÃO, DE OFÍCIO, PARA ADAPTAÇÃO DO EDITAL, SEM PREJUÍZO DA REALIZAÇÃO DO CONCURSO.
1. Não se pode afirmar como excessivo o valor definido para a taxa de inscrição do concurso de estágio do MP/SP (R$ 50,00), certo que há expressa previsão de possibilidade de isenção para estudantes que não tenham condição de suportá-la.
2. Ao contrário do que alega o requerente, as normas do MP/SP permitem que candidatos cursando período anterior ao antepenúltimo ano ou quinto semestre do curso de graduação se inscrevam no concurso, desde que comprovem cumprir tal requisito no ano seguinte ao da abertura do certame.
3. As normas aplicáveis ao estágio no MP/SP foram publicadas na imprensa oficial e, ademais, constam também do endereço eletrônico do órgão, não havendo falar em ofensa à publicidade.
4. Improcedência do Procedimento de Controle Administrativo.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, em julgar improcedente o Procedimento de Controle Administrativo.

MARIO LUIZ BONSAGLIA
Relator

ACÓRDÃO DE 27 DE ABRIL DE 2011

Representação por Inércia ou Excesso de Prazo
nº 0482/2010-88
RELATOR: SÉRGIO FELTRIN
RELATORA EM SUBSTITUIÇÃO: TAÍS SCHILLING FERRAZ
REQUERENTE: Movimento dos Atingidos por Barragem de Itaparica-PE
REQUERIDO: Ministério Público Federal
EMENTA-REPRESENTAÇÃO POR INÉRCIA OU EXCESSO DE PRAZO. ALEGAÇÃO DE INÉRCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. COMPLEXIDADE DO CASO ENVOLVENDO DESALOJAMENTO DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS EM VIRTUDE DE CONSTRUÇÃO DE BARRAGEM. PRETENSÃO DO REQUERENTE VOLTADA À PROPOSITURA DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATUAÇÃO INSERIDA NO ROL DE ATRIBUIÇÕES QUE CARACTERIZAM A ATIVIDADE FIM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. JUÍZO DISCRICIONÁRIO NÃO ABRANGIDO PELA COMPETÊNCIA DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENUNCIADO Nº 06/2009-CNMP. PRECEDENTES. DECISÃO PELO ARQUIVAMENTO.
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, à unanimidade, pelo arquivamento da Representação, nos termos do voto da Relatora.

TAÍS SCHILLING FERRAZ
Relatora
Substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 264, DE 9 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 57, §1.º, inciso III, da Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010, e a autorização constante no art. 4.º, inciso I, alínea "a" e § 1.º da Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, e tendo em vista o disposto na Portaria SOF n.º 06, de 28 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011), em favor do Ministério Público da União, crédito suplementar no valor global de R$ 186.539,00 (cento e oitenta e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROBERTO MONTEIRO GURGEL SANTOS

ANEXO I

Órgão: 34000 - Ministério Público da União
Unidade: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							186.539
		PROJETOS							
03 122	0581 7E48	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE							186.539
03 122	0581 7E48 0101	Construção do Edifício-Sede da Procuradoria Regional do Trabalho em Fortaleza - CE - No Município de Fortaleza - CE	F	4	2	90	0	100	186.539
TOTAL - FISCAL									186.539
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									186.539

ANEXO II

Órgão: 34000 - Ministério Público da União
Unidade: 34104 - Ministério Público do Trabalho

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0581	Defesa da Ordem Jurídica							**186539**
		PROJETOS							
03 122	0581 3E94	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho nos Municípios							**186539**
03 122	0581 3E94 0058	Construção de Edifício-Sede da Procuradoria do Trabalho nos Municípios - No Município de Crateús - CE							**186539**
		Edifício construído (% de execução física): 14	F	4	2	90	0	100	**186539**
TOTAL - FISCAL									**186539**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**186539**

SIOP Formalização nº 267

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
1ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 5 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto
1.28.000.000500/2011-76
urea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.34.006.000317/2010-32 1.18.000.000896/2010-17
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.18.002.000022/2011-21 1.34.001.008938/2010-12
Total de procedimentos distribuídos: 005

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador da Câmara

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE 9 DE MAIO DE 2011

Nos termos da Resolução 04/06 de 02 maio de 2006, procedeu-se a distribuição dos seguintes procedimentos administrativos:

Wagner de Castro Mathias Netto
1.11.000.001060/2010-91 1.24.000.000424/2010-67
1.24.000.000744/2010-17
1.30.906.000209/2011-46 1.22.004.000142/2010-02
1.24.000.001950/2009-19
Aurea Maria Etelvina Nogueira Lustosa Pierre
1.34.001.005686/2008-47 1.23.000.003063/2006-61
1.24.000.001892/2010-59
1.26.000.000731/2011-54 1.24.000.000158/2011-53
1.20.000.001064/2010-60
1.11.000.001248/2009-03
Francisco Xavier Pinheiro Filho
1.20.000.001542/2010-31 1.15.000.000634/2011-45
1.24.000.001457/2010-24
1.30.801.001560/2011-22 1.16.000.001358/2011-03
1.23.002.000042/2011-31
Total de procedimentos distribuídos: 019

WAGNER DE CASTRO MATHIAS NETTO
Coordenador da Câmara

PORTARIA Nº 12, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício de suas funções institucionais e legais, com fundamento nos artigos 127, caput e 129, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos artigos 5º, inciso I e 6º, inciso VII, da Lei Complementar Nº 75/93, bem como na Resolução Nº 23/2007 - CNMP, artigo 4º, e na Resolução Nº 87/2006 - CSMPF, artigo 8º; resolve:

CONSIDERANDO o disposto no art. 127, caput, da Constituição Federal onde se vislumbra que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

CONSIDERANDO que é atribuição institucional do Ministério Público Federal promover o Inquérito Civil e a Ação Civil Pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros direitos difusos e coletivos, nos termos do inciso III do art. 129 da Constituição Federal;

INSTAURAR o competente INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.006.000121/2011-29 a partir de representação formulada por Cremilda dos Santos Matos, noticiando que seu filho Fabrício dos Santos Matos faleceu em 04/06/2009 em decorrência de complicações ocorridas após atendimento médico realizado no Hospital Pimentas Bonsucesso localizado no Município de Guarulhos/SP.

Determino inicialmente que sejam tomadas as seguintes providências:

1) Proceda-se a autuação e o registro do presente Inquérito Civil nos sistemas informatizados;

2) Publique-se e comunique-se a instauração do presente Inquérito Civil à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 6º da Resolução Nº 87/2006 - CSMPF;

3) Afixe-se no local de costume;

4) Oficie-se o Hospital Pimentas Bonsucesso, requisitando informações.

MATHEUS BARALDI MAGNANI

PORTARIA Nº 41, DE 31 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

a) considerando as informações contidas na representação formulada pelo Juízo da 2ª Vara do Juizado Especial Federal Previdenciário da Subseção Judiciária de Blumenau/SC, nos autos do processo Nº 2009.72.55.005702-8, ante indícios de irregularidades no processo de reabilitação profissional, relacionadas à exigência de custeio, pelo próprio segurado, de curso direcionado a sua reinserção no mercado de trabalho;

b) considerando, ainda, que esta imposição se daria sob pena de cancelamento do benefício de auxílio-doença, sem ocorrer o ressarcimento pela via administrativa dos valores dispendidos:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000105/2011-13, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 46, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

Considerando o comparecimento do Sr. Alcides Neckel noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000149/2011-43, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA Nº 47, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República,

Considerando o comparecimento da Sra. Rosana Pereira da Silva Laureano noticiando a negativa de fornecimento de medicamento pelo Sistema Único de Saúde - SUS:

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.33.001.000140/2011-32, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, §2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

JOÃO MARQUES BRANDÃO NÉTO

PORTARIA N.º 61, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivo, nos termos do artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal, bem como do artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando a necessidade de assegurar o contido no inciso VI do artigo 5º da Constituição Federal, especialmente quando à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos;

Considerando que o curso das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art. 4º, § 1º, da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo Nº 1.25.000.002123/2010-31 em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II - a comunicação da instauração à d. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III - o prosseguimento das diligências já em curso.

JOÃO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA N.º 62, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivo, nos termos do artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal, bem como do artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando a necessidade de assegurar o contido nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal, especialmente quando à contratação de servidores pelo Poder Público;

Considerando que o curso das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art. 4º, § 1º, da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo Nº 1.25.000.002126/2010-74 em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II - a comunicação da instauração à d. Primeira Câmara do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III - o prosseguimento das diligências já em curso.

JOÃO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO

PORTARIA N.º 63, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivo, nos termos do artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal, bem como do artigo 5º, inciso I, alínea "h", da Lei Complementar Nº 75/1993;

Considerando a necessidade de assegurar o contido nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal, no inciso IV do artigo 5º da Lei Nº 8112/90 e, por fim, a Súmula Nº 266 do Superior Tribunal de Justiça;

Considerando que o curso das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art. 4º, § 1º, da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo Nº 1.25.000.002391/2010-52 em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I - a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II - a comunicação da instauração à d. Primeira Câmara do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III - o prosseguimento das diligências já em curso.

JOÃO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 64, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal, vem como do artigo 5º, inciso I, alínea "h", da lei Complementar Nº 75/93;

Considerando a necessidade de assegurar o contido nos 186 e 188 da Constituição Federal, especialmente quando ao assentamento em terras desapropriadas para fins de reforma agrária;

Considerando que o custo das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art.4º, § 1º, da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo Nº 1.25.000.001721/2010-92 em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I- a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II- a comunicação da instauração à d. Primeira Câmara do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III- o prosseguimento das diligências já em curso.

JOÃO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 65, DE 14 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário,

Considerando que é função institucional do Ministério Público promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, incisos II e III da Constituição Federal, vem como do artigo 5º, inciso I, alínea "h", da lei Complementar Nº 75/93;

Considerando a necessidade de assegurar o contido nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal, especialmente quando à contratação de servidores pelo Poder Público;

Considerando que o custo das investigações presentes mostrou ser inviável a conclusão das diligências necessárias no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme determina a nova redação do art.4º, § 1º, da Resolução Nº 87/2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve:

Converter o Procedimento Administrativo Nº 1.25.000.000936/2009-52 em Inquérito Civil Público;

Para isso, DETERMINA-SE:

I- a autuação e o registro desta Portaria no âmbito da PR/PR, fazendo-se as anotações necessárias;

II- a comunicação da instauração à d. Primeira Câmara do Ministério Público Federal para fins de publicação;

III- o prosseguimento das diligências já em curso.

JOÃO FRANCISCO BEZERRA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 80, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, a, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000217/2010-10, instaurado para apurar representação informando supostas irregularidades ocorridas no Processo Seletivo Especial 2010-2 da Universidade Federal do Pará, curso de Etnodesenvolvimento;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000217/2010-10, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

PORTARIA Nº 85, DE 19 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo artigo 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no artigo 6º, VII, a, e no artigo 7º, inciso I, da Lei Complementar 75/93;

c) considerando os fatos constantes do Procedimento Administrativo Nº 1.23.003.000206/2010-30, instaurado para apurar expediente encaminhado pelos Agentes Comunitários de Saúde de Senador José Porfírio onde solicitam esclarecimentos sobre o piso salarial nacional dos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias;

d) considerando o disposto no artigo 2º, §7º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 4º, §4º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal, e tendo em vista a necessidade de continuidade de diligências apuratórias além do prazo permitido pelo artigo 2º, §6º da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e pelo artigo 4º, §1º da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.23.003.000206/2010-30, a partir do procedimento administrativo de mesmo número, para promover ampla apuração dos fatos noticiados, pelo que determina-se:

1 - Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil;

2 - Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos artigos 4º, inciso VI, e 7º, §2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público e nos artigos 5º, inciso VI, 6º e 16, §1º, da Resolução Nº 87/2010 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

3 - Por fim, retornem-me conclusos os autos para análise.

CLÁUDIO TERRE DO AMARAL

2ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 530ª SESSÃO DE REVISÃO

Local e data: Brasília (DF), 02 de março de 2011.

Início e término: Das 14:00h às 16:20 h.

Aos dois dias do mês de março do ano de 2011, em sessão realizada na Sala de Reuniões, presentes a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Coordenadora, as titulares Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o suplente Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, ausentes justificadamente, a Dra. Mônica Nicida Garcia e o Dr. Douglas Fischer, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, julgou os seguintes procedimentos:

Relatora: Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

NÃO-PADRÃO

001. Processo : 1.17.000.000290/2011-08 Voto: 1936/2011 Origem: PR/ES

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A, CP). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Em se tratando de crimes em detrimento da Previdência Social, a aplicação do princípio da insignificância deve ser feita com parcimônia, ante o grau de reprovabilidade de tais condutas que, além de configurar lesão ao patrimônio público, comprometem a higidez de um sistema calcado na participação de futuros beneficiários, em regime de contribuição. Fraudar a Previdência põe em risco a sustentabilidade do mecanismo de seguro social.

2. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

002. Processo : 1.33.001.000028/2010-11 Voto: 1937/2011 Origem: PRM - Blumenau/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. INDÍCIOS DA PRÁTICA DOS CRIMES DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA, OMISSÃO DE ANOTAÇÃO DA CTPS DE EMPREGADO E DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA. ARTS. 337-A, 203 E 297, §4º, TODOS DO CP. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. O Procurador da República oficiante determinou o arquivamento dos autos, por falta de justa causa para a persecução penal, em face da ausência de constituição definitiva do crédito previdenciário.

2. A ocorrência de omissão de anotação na CTPS de empregado, bem como a frustração de direitos trabalhistas, o que configura, em tese, os crimes previstos nos artigos 297, parágrafo 4º e 203, ambos do Código Penal.

3. Este Colegiado sedimentou posicionamento quanto à matéria, entendendo que a omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social subsume-se ao tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social (Enunciado nº 27 desta 2ª CCR), e, por conseguinte, incumbindo ao Ministério Público Federal a realização da persecução penal.

4. Ante o exposto, voto pela homologação do arquivamento em relação ao delito do 337-A do CP e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal quanto aos crimes dos arts. 297, §4° e 203, ambos do CP.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

003. Processo : 1.33.002.000171/2010-01 Voto: 1938/2011 Origem: PRM - Chapecó/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de 4.600 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

004. Processo : 1.34.010.000858/2010-00 Voto: 1939/2011 Origem: 7ª V F - Ribeirão Preto/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334, § 1º, C, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONAL APLICABILIDADE NO CASO.
1. É certo que a natureza do produto introduzido clandestinamente no país - cigarros - impõe maior rigor na adoção do *princípio da insignificância*, dado o seu efeito nocivo à saúde e, consequentemente, o rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A apreensão de maços de cigarros de origem estrangeira avaliados pela Receita Federal em apenas R$ 7,28, excepcionalmente, impõe reconhecer como insignificante a conduta *sub examine*.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

005. Processo : 1.34.010.001029/2010-36 Voto: 1940/2011 Origem: 7ª V F - Ribeirão Preto/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334, § 1º, C, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONAL APLICABILIDADE NO CASO.
1. É certo que a natureza do produto introduzido clandestinamente no país - cigarros - impõe maior rigor na adoção do *princípio da insignificância*, dado o seu efeito nocivo à saúde e, consequentemente, o rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A apreensão de maços de cigarros de origem estrangeira avaliados pela Receita Federal em apenas R$ 5,00, excepcionalmente, impõe reconhecer como insignificante a conduta *sub examine*.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

006. Processo : 1.34.011.000512/2010-93 Voto: 1941/2011 Origem: 1ª V F S. Bernardo Campo/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIME CONTRA A HONRA DE JUÍZA DO TRABALHO COMETIDO POR ADVOGADA, NO CALOR DA DISCUSSÃO DA CAUSA . ATIPICIDADE (ART. 142 DO CP). IMUNIDADE PROFISSIONAL DO ADVOGADO (ART. 133 DA CF/1988 E ART. 7º, §2º, DA LEI n° 8.906/94). INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. No caso, a advogada se dirigiu à juíza de forma injuriosa no calor da discussão da causa e por sentir prejudicada a sua defesa em razão do indeferimento das perguntas que fez à testemunha.
2. Preceitua o artigo 142, inciso I, do Código Penal, que não constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador. Ademais, estes delitos foram incluídos entre as infrações relacionadas no art. 7º,
§2º, da Lei nº 8.906/94, que consagra a imunidade dos advogados pelos atos praticados no exercício profissional.
3. Ante a atipicidade da conduta *sub examine*, voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

007. Processo : 1.00.000.012312/2010-91 Voto: 1942/2011 Origem: TRE-MG

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. SUPOSTO DELITO DO ARTIGO 11, INCISO III C/C ARTIGO 5° DA LEI 6.091/74. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO INADEQUADO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Arquivamento requerido porque os indícios de participação do Prefeito envolvido revelariam-se extremamente frágeis para justificar o início de uma ação penal.
2. Indeferimento do pedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais com base no entendimento de que a materialidade está presente e há indícios suficientes de autoria, existindo, portanto, lastro probatório mínimo para o início da persecução penal em juízo.
3. O arquivamento mostra-se inadequado, uma vez que preenchidos os requisitos para o oferecimento da denúncia.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

008. Processo : 1.00.000.010839/2010-81 Voto: 1943/2011 Origem: VF e JEF- Campo Mourão/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. SUPOSTO CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO PREMATURO, PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Arquivamento requerido com o fundamento de que o indiciado (desempregado e analfabeto) não teria condições de fretar um ônibus e de coordenar as compras dos demais passageiros. Discordância do Juiz Federal quanto às razões do arquivamento.
2. O arquivamento é incabível diante de indícios de que o indiciado praticou o crime.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

009. Processo : 1.25.005.001627/2010-93 Voto: 1944/2011 Origem: VF e JEF- Londrina/PR

010. Processo : 1.25.005.001781/2010-65 Voto: 1945/2011 Origem: VF e JEF- Londrina/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE NO CASO.
1. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput da Lei nº 10.522/2002, ou seja, R$10.000,00.
2. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STF e do STJ.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

011. Processo : 1.25.002.001217/2010-72 Voto: 1946/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR

012. Processo : 1.25.003.009137/2010-55 Voto: 1947/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

013. Processo : 1.33.006.000095/2010-95 Voto: 1948/2011 Origem: V F - Lages/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. IRREGULARIDADES NA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PRESCRIÇÃO.
1. Crime de estelionato previdenciário praticado por pessoa diversa da do beneficiário e crime de falsidade ideológica abarcados pela prescrição da pretensão punitiva estatal.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

014. Processo : 1.00.000.001669/2011-24 Voto: 1949/2011 Origem: 2ª VF - Sergipe

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. ESTELIONATO (ART. 171, §3° DO CP). AUSÊNCIA DE DOLO. ATIPICIDADE.
1. Recebimento indevido de parte de uma parcela de benefício previdenciário.
2. Ausência de dolo. Conduta atípica.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

015. Processo : 1.00.000.001670/2011-59 Voto: 1950/2011 Origem: 2ª VF - Sergipe

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. ESTELIONATO (ART. 171, §3° DO CP). AUSÊNCIA DE DOLO. ATIPICIDADE.
1. Recebimento indevido de três parcelas de benefício previdenciário.
2. Ausência de dolo. Conduta atípica.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

016. Processo : 1.33.005.000172/2009-83 Voto: 1951/2011 Origem: 2ª V F de Joinville/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. FALSO TESTEMUNHO. ART. 342 DO CP. POTENCIALIDADE LESIVA DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar a suposta prática de crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal.
2. O crime de falso testemunho exige a potencialidade lesiva das declarações prestadas pela testemunha. Precedentes do STF e STJ. É o caso dos autos.
3. Voto pela designação de outro Procurador da República para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

017. Processo : 1.30.011.001446/2009-84 Voto: 1952/2011 Origem: 2ª V F de São Paulo/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ARTIGO 17 DA LEI 7.492/86. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO. NÃO CABIMENTO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Arquivamento requerido com base no entendimento de que operadora de plano de saúde não se enquadra no conceito de instituição financeira.
2. Indeferimento do pedido pelo MM. Juiz Federal por julgar que as operadoras de plano de saúde possuem natureza de sociedade seguradora, sendo equiparadas a instituição financeira.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

018. Processo : 1.35.000.000976/2010-91 Voto: 1953/2011 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. PARCELAMENTO DO DÉBITO. SUSPENSÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. SOBRESTAMENTO.
1. O parcelamento do débito fiscal apenas suspende a pretensão punitiva do Estado, não extinguindo a punibilidade antes do total cumprimento da obrigação assumida pelo contribuinte (art. 9º, §2º, da Lei 10.684/03).
2. "A suspensão da pretensão punitiva com base no parcelamento do débito tributário através dos programas denominados REFIS e PAES não é causa para arquivamento do procedimento investigatório criminal ou do inquérito policial; mas sim, para sobrestamento da investigação, com comunicação à Câmara, independentemente de remessa dos autos, devendo estes permanecerem acautelados, para eventual prosseguimento da persecução penal, na hipótese de descumprimento do acordo, ou arquivamento formal, na hipótese de cumprimento do mesmo" (Enunciado nº 19 da 2ª CCR/MPF).
4. Diante do exposto, voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para acompanhar o cumprimento do acordo de parcelamento e, em caso de não pagamento integral, prosseguir na persecução penal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

019. Processo : 1.29.004.000759/2010-69 Voto: 1954/2011 Origem: V F - Passo Fundo/RS

020. Processo : 1.29.004.000902/2010-12 Voto: 1955/2011 Origem: V F - Passo Fundo/RS

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CRIMES DE DESCAMINHO (ART. 334, DO CP) E DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ART. 184, § 2º, DO CP). APREENSÃO DE DVDs DE PROCEDÊNCIA ESTRANGEIRA. ARQUIVAMENTO QUANTO AO DESCAMINHO HOMOLOGADO PELO MAGISTRADO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL QUANTO AO CRIME DE VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. INSISTÊNCIA.
1. A Procuradora da República oficiante requereu o arquivamento por atipicidade quanto ao delito do art. 334 do CP e a remessa dos autos à Justiça Estadual quanto ao crime do art. 184, § 2º do CP (ou art. 12, § 2º, da Lei nº 9.609/98).
2. Arquivamento judicial quanto ao crime de descaminho. Discordância quanto ao declínio em razão da inexistência dos titulares dos direitos autorais.
3. O simples fato de os DVDs terem sido adquiridos no exterior não evidencia, por si só, a competência da Justiça Federal, se não restou caracterizada ameaça ou lesão a interesse da União. Precedente do STJ.
4. Restando, tão-somente, ofensa aos interesses particulares dos titulares dos direitos autorais envolvidos, evidenciada está a inexistência de prejuízo a bem, serviço ou interesse da União, de suas autarquias ou empresas públicas, a ensejar, *in casu*, a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição.
5. Voto pela insistência no pedido de declinação de competência para a Justiça Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

021. Processo : 1.00.000.002069/2011-83 Voto: 1956/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental, consistente em fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor (posto de gasolina) sem licença (licença vencida) do órgão ambiental competente, descrito no artigo 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

022. Processo : 1.16.000.003419/2010-88 Voto: 1957/2011 Origem: PRM - Anápolis/GO

023. Processo : 1.16.000.003428/2010-79 Voto: 1958/2011 Origem: PRM - Anápolis/GO

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Crime ambiental. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

024. Processo : 1.00.000.002439/2011-82 Voto: 1959/2011 Origem: PRM-Rio do Sul/SC

025. Processo : 1.00.000.002464/2011-66 Voto: 1960/2011 Origem: PRM-Rio do Sul/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Art. 50 da Lei n° 9.605/98. Danificar floresta nativa sem autorização do órgão competente. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que a área objeto da autuação não se encontra no interior ou entorno de unidade de conservação federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

026. Processo : 1.00.000.001494/2011-55 Voto: 1961/2011 Origem: PR/MG

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Inquérito Policial. ECA. Adolescente. Prática de ato infracional análogo ao crime do artigo 20 da Lei 7.716/89. Competência da Justiça Estadual. Precedentes do STJ. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

027. Processo : 1.16.000.000413/2011-30 Voto: 1962/2011 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Comercialização de combustível em desacordo com as normas legais. Crime contra a ordem econômica (artigo 1º, inciso I, da Lei 8.176/91). Competência da Justiça Estadual. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

028. Processo : 1.34.009.000001/2011-00 Voto: 1963/2011 Origem: PRM Presidente Prudente/SP

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças Informativas. Suposta retenção de CTPS por parte de responsáveis por empresa jurídica. Contravenção penal descrita no art. 3º da Lei nº 5.553/68. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

029. Processo : 1.33.000.000113/2011-70 Voto: 1964/2011 Origem: PR/SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Possíveis crimes contra a vida de deficientes visuais e contra o patrimônio de Associação. A usência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

030. Processo : 1.00.000.002164/2011-87 Voto: 1965/2011 Origem: PR/AM

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Inquérito Policial. Comercialização de GLP sem autorização da Agência Nacional de Petróleo. Crime contra a ordem econômica (artigo 1º, inciso I, da Lei 8.176/91). Competência da Justiça Estadual. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

031. Processo : 1.31.000.000272/2010-68 Voto: 1966/2011 Origem: PR/RO

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Notícia-crime comunicando a possível prática do crime de "lavagem" de ativos praticado por pessoa condenada por tráfico de drogas. Ausência de indícios da existência de crime antecedente de competência da Justiça Federal (art. 2°, III, "b" da Lei 9.613/98). Competência da Justiça Estadual. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

032. Processo : 1.18.000.002438/2010-12 Voto: 1967/2011 Origem: PR/GO

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Investigatório. Apuração de conduta de autoridade policial estadual que apreendeu 24 pássaros, porém somente 9 ingressaram no IBAMA. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

033. Processo : 1.13.000.001552/2010-10 Voto: 1968/2011 Origem: PR/AM

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental, consistente em venda de espécimes da fauna nativa (15 quilos de jacaré) sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, descrito no artigo 29, §1°, III da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

034. Processo : 1.25.002.002016/2010-92 Voto: 1969/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peça Informativa Criminal. Apreensão de CD´s e DVD´s contrafeitos, sem a expressa autorização dos titulares dos direitos ou de quem os represente, todos de origem estrangeira, desacompanhados da documentação comprobatória da regular internalização e do recolhimento dos tributos devidos. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento. Violação de direitos autorais. Arts. 184, § 2º do CP. Lesão a interesse particular. Atribuição do Ministério Público Estadual. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

035. Processo : 1.25.002.002075/2010-61 Voto: 1970/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

036. Processo : 1.25.002.002125/2010-18 Voto: 1971/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

037. Processo : 1.25.003.010805/2009-53 Voto: 1972/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

038. Processo : 1.25.003.014935/2010-07 Voto: 1973/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

039. Processo : 1.20.001.000098/2009-93 Voto: 1974/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Procedimento Administrativo Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

040. Processo : 1.33.002.000009/2011-65 Voto: 1975/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ - SC

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.**

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

041. Processo : 1.20.001.000089/2009-01 Voto: 1976/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Procedimento Administrativo Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

042. Processo : 1.25.002.000109/2011-63 Voto: 1977/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

043. Processo : 1.20.001.000136/2010-41 Voto: 1978/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

044. Processo : 1.23.000.001532/2009-51 Voto: 1979/2011 Origem: PR - PARÁ

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Procedimento Administrativo. Existência de ação penal em curso para apurar a responsabilidade penal. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

045. Processo : 1.33.000.004377/2010-11 Voto: 1980/2011 Origem: PR - SANTA CATARINA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Supostos crimes de furto de equipamentos do Ministério do Transporte e Emprego. Existência de Ações Penais que versam sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

046. Processo : 1.23.002.000530/2009-24 Voto: 1981/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Crime ambiental. Destruição de 738,53 há de floresta amazônica sem autorização do órgão ambiental competente. A existência de outro procedimento, que gerou o oferecimento de denúncia com relação aos mesmos fatos relatados nestes autos, autoriza o seu arquivamento. Aplicação do princípio ne bis in idem. Homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

047. Processo : 1.26.000.001257/2006-11 Voto: 1982/2011 Origem: PR - ALAGOAS

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças de Informação. Crime contra o sistema financeiro nacional (Lei 7.492/86). Fatos ocorridos entre 1994 e 1998. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

048. Processo : 1.14.004.000259/2010-50 Voto: 1983/2011 Origem: PR - BAHIA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Procedimento Administrativo. Ex-Prefeito. Possível crime de responsabilidade (art. 1º, incisos III e VII, do Decreto-lei nº 201/67). Aplicação irregular de verba pública federal repassada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Fatos ocorridos entre os anos de 1998 e de 1999. Pena máxima de detenção de 3 anos. Extinção da punibilidade. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, inc. IV, do CP). Arquivamento já homologado no âmbito da 5ª CCR. Homologação do arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

049. Processo : 1.23.002.000169/2008-55 Voto: 1984/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Procedimento administrativo. Crime ambiental. Fatos ocorridos em 2001. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

050. Processo : 1.11.000.001231/2010-81 Voto: 1985/2011 Origem: PR - ALAGOAS

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças de Informação. Crime de estelionato. Fatos ocorridos em 1997. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

051. Processo : 1.20.001.000109/2009-35 Voto: 1986/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Crime ambiental. Não enquadramento em qualquer tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

052. Processo : 1.00.000.001465/2011-93 Voto: 1987/2011 Origem: PRM - PATO DE MINAS / MG

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Inquérito Policial. Suposto crime do artigo 171, §3° do Código Penal. Ausência de irregularidades no recebimento de benefício previdenciário. Atipicidade. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

053. Processo : 1.25.002.000172/2011-08 Voto: 1988/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que entrou inadvertidamente na cela de visita íntima durante visita social de sua companheira. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

054. Processo : 1.25.002.000021/2011-41 Voto: 1989/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que entrou inadvertidamente na cela de visita íntima durante visita social de sua companheira. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

055. Processo : 1.14.010.000042/2010-61 Voto: 1990/2011 Origem: PRM - EUNÁPOLIS / BA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Omissão no cadastro para concessão de benefício do Bolsa Família. Crime impossível. Atipicidade. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

056. Processo : 1.23.001.000048/2010-38 Voto: 1991/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças de Informação. Violência ou fraude em arrematação judicial (art. 358, CP). Não enquadramento. Atipicidade. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

057. Processo : 1.12.000.000701/2010-52 Voto: 1992/2011 Origem: PR - AMAPÁ

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças de Informação. Notícia de irregularidades praticadas por policiais em reintegração de posse ordenada pela Justiça Federal. Ausência de elementos sobre a materialidade da conduta. Diligências efetuadas. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

058. Processo : 1.34.001.007876/2010-13 Voto: 1993/2011 Origem: PR - SÃO PAULO

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : **Peças Informativas. Inexistência de elementos mínimos que indiquem a existência de fato típico e, portanto, que justifiquem o início de persecução penal. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.**

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

059. Processo : 1.11.000.001237/2010-59 Voto: 1994/2011 Origem: PR - ALAGOAS

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Fraude em contratação de empréstimo consignado com instituições de natureza privada em prejuízo de particular. Ausência de interesse federal. Oficiada a Secretaria de Defesa Social de Alagoas para instauração de inquérito policial. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

060. Processo : 1.19.001.000023/2011-48 Voto: 1995/2011 Origem: PRM - IMPERATRIZ/MA

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia-crime apócrifa via mensagem eletrônica. Suposto enriquecimento ilícito e utilização de laranjas. Notícia crime vaga, que não apresenta elementos específicos capazes de justificar a instauração de procedimento investigatório criminal. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

061. Processo : 1.00.000.002325/2011-32 Voto: 1996/2011 Origem: PR - PARANÁ

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Acompanhamento do parcelamento do débito tributário. Quitação integral. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, Lei nº 10.684/2003). Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

062. Processo : 1.26.000.003157/2009-71 Voto: 1997/2011 Origem: PR-PERNAMBUCO

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Suposto retardo na instauração de Termo Circunstanciado de Ocorrência. Ausência de dolo ou desídia, acúmulo de trabalho e carência de pessoal. Não necessidade de atuação do controle externo da atividade policial. Homologação de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

063. Processo : 1.00.000.002276/2011-38 Voto: 1998/2011 Origem:PRM-C. DE ITAPEMIRIM/ES

Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Procedimento Administrativo. Expediente instaurado para apurar eventual medida do Grupo de Controle Externo da Atividade Policial - GCEAP com relação à conduta de Delegado da Polícia Federal, também objeto do PIC/MPF/ES nº 1.17.000.000731/2008-68. Considerando que se tratou de uma ocorrência pontual, já examinada na seara criminal, sem que se tenha constatado qualquer desvio de conduta do Delegado de Polícia Federal, o GCEAP-MPF/ES não vislumbrou qualquer medida a ser adotada. Homologação de arquivamento

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

064. Processo : 1.16.000.006225/2010-34 Voto: 1999/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Propósito de verificar a regularidade de solicitações da Polícia Federal à Receita Federal. Não verificada nenhuma irregularidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

065. Processo : 1.13.001.000020/2010-47 Voto: 2000/2011 Origem: PRM - TABATINGA / AM
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça de Informação. Suposto abuso de autoridade. Não configuração de fato típico. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

066. Processo : 1.20.000.000071/2009-19 Voto: 2001/2011 Origem: PRM - SINOP / MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Jogo de bingo não realizado. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

067. Processo : 1.25.004.000092/2010-43 Voto: 2002/2011 Origem: PRM - GUARAPUAVA / PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Possíveis fraudes e desvios de recursos públicos federais por certas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Não celebração de contrato com as OSCIPs pelos municípios sob atribuição da PR em Guarapuava. Perda de objeto. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

068. Processo : 1.23.003.000129/2009-84 Voto: 2003/2011 Origem: PRM - ALTAMIRA / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Possíveis inverdades veiculadas em reportagem televisiva. Afirmações não generalizadas. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

069. Processo : 1.25.002.002371/2010-61 Voto: 2004/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que entrou inadvertidamente na cela de visita íntima durante visita social de sua companheira. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

070. Processo : 1.20.001.000150/2010-45 Voto: 2005/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

Relatora: Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
NÃO-PADRÃO

071. Processo : 1.24.000.001881/2010-79 Voto: 5760/2011 Origem: PR / PB
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. APURAÇÃO DE POSSÍVEIS CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 168-A E 337-A DO CP. CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS POR MUNICÍPIO EM RELAÇÃO A PROFISSIONAIS DE SAÚDE POR ELE CONTRATADOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO. SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. CRIME MATERIAL. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS PARA AVERIGUAR A EXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO FISCAL. PERSECUÇÃO PENAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. NÃO CONFIGURAÇÃO. ARQUIVAMENTO.
1. Procedimento instaurado para apurar a prática dos delitos previstos no art. 337-A (sonegação de contribuições previdenciárias) e 168-A (apropriação indébita previdenciária), ambos do CP, em face do não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre as folhas de pagamento do profissionais da área de saúde contratados pelo Município de Caiçara/PB, pagos com recursos do Programa Saúde da Família (PSE).
2. O Membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito em razão de ausência de ação fiscal concluída sob os fatos investigados.
3. O delito de sonegação de contribuição previdenciária traduz crime de natureza material, cuja consumação depende de resultado naturalístico, qual seja, a supressão ou redução do tributo devido, o que só será possível após o término do procedimento administrativo fiscal, com a constituição definitiva do crédito tributário, condição objetiva de punibilidade, semelhante ao crime tipificado no art. 1º da Lei nº 8.137/90. Precedentes do STF e do STJ.
4. No caso dos autos, porém, não se verificou qualquer diligência por parte do Procurador oficiante no sentido de averiguar a existência de eventual procedimento administrativo fiscal.
5. O delito do artigo 168-A do Código Penal é formal e não depende da constituição definitiva do crédito tributário, não se exigindo o esgotamento da via administrativa para a propositura da ação penal. Todavia, os fatos em análise não se amoldam ao respectivo tipo penal, uma vez que sequer houve a retenção dos valores das contribuições previdenciárias incidentes sobre as folhas de pagamento dos profissionais da área de saúde contratados.
6. V oto pelo arquivamento do feito em relação ao delito previsto no art. 168-A do CP e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução criminal em relação ao crime previsto no art. 337-A do CP.
Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencida a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

072. Processo : 1.00.000.016498/2010-57 Voto: 5762/2011 Origem: 2ª VF DE CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO. CLANDESTINIDADE ELIDIDA PELO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO E POSTERIOR CONCESSÃO DE LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO. ARQUIVAMENTO.
1. O pedido de autorização ao órgão competente para a realização de atividades de radiodifusão elide o requisito da clandestinidade. Precedente do STJ.
2. Afastadas a clandestinidade e a potencial lesividade ao bem jurídico tutelado, não há justa causa para a persecução penal.
3. Pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

073. Processo : 1.34.010.000630/2007-14 Voto: 5763/2011 Origem: PRM-RIBEIRÃO PRETO / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FABRICAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS A FINS MEDICINAIS E TERAPÊUTICOS SEM REGISTRO NA ANVISA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. Compete à União, no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde (art. 2º, III, da Lei nº 9.782/99).
2. O interesse federal está consubstanciado no fato de que o registro de medicamentos é um serviço exclusivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, sendo que o §1º do art. 7º da Lei nº 9.782/99 veda qualquer possibilidade de delegação aos demais entes da Federação.
3. Ademais, a venda de produtos destinados a fins medicinais e terapêuticos sem registro da ANVISA atenta contra este serviço da União e contra os bens jurídicos (saúde e vida) que o registro visa proteger.
4. Voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

074. Processo : 1.00.000.015593/2010-33 Voto: 5764/2011 Origem: 11ª VF DE GOIÁS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. DENUNCIAÇÃO CALUNIOSA (ART. 339 CP) E DESACATO (ART. 331 CP). INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO EM FACE DE PROCURADOR DO TRABALHO A PARTIR DE ACUSAÇÕES INVERÍDICAS. CONDUTA DESRESPEITOSA INFUNDADA EM AUDIÊNCIA. CONJUNTO PROBANTE A DEMANDAR O PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. AMEAÇA (ART. 147 CP) AUSÊNCIA DE PROMESSA DE MAL FUTURO, GRAVE E INJUSTO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar os delitos de denunciação caluniosa (art. 339 CP), desacato (art. 331 CP) e ameaça (art. 147 CP), tendo o Procurador oficiante requerido o arquivamento dos autos por entender que os fatos neles versados não se subsumem
aos respectivos tipos penais.
2. Havendo nos autos elementos que revelam a instauração de procedimento administrativo em face de Procurador do Trabalho a partir de acusações inverídicas de abuso de poder, bem como a ocorrência de conduta desrespeitosa infundada em face da referida autoridade em audiência, com menoscabo de sua função pública, mostra-se prematuro o arquivamento do feito em relação aos delitos de denunciação caluniosa (art. 339 CP) e desacato (art. 331 CP).
3. Não ocorrendo promessa de mal futuro, grave e injusto ao Procurador do Trabalho, não se configura o delito de ameaça.
4.Voto pelo prosseguimento da persecução penal em relação aos delitos de denunciação caluniosa e desacato e pela insistência no arquivamento no tocante ao delito de ameaça.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

075. Processo : 1.25.005.001632/2010-04 Voto: 5765/2011 Origem:VF - JEF CRIMINAL LONDRINA/PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

076. Processo : 1.29.003.000218/2010-41 Voto: 5766/2011 Origem:PRM-NOVO HAMBURGO/ RS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIME DE ESTELIONATO TENTADO CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL (ART. 171, § 3º, C/C ART. 14, II, DO CP). ARQUIVAMENTO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. IMINÊNCIA DO ANIVERSÁRIO DE 70 (SETENTA) ANOS DA INVESTIGADA EM CUJO NOME FOI PLEITEADA A APOSENTADORIA. NECESSIDADE DE SE APURAR EVENTUAL COAUTORIA DA PROCURADORA QUE PROTOCOLOU O REQUERIMENTO DO BENEFÍCIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. De acordo com o Enunciado nº 28 desta 2ª CCR, é *"Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunçã*
o de inocência." Precedentes do STF e STJ.
2. Ainda que a prescrição da pretensão punitiva venha a ser verificada em relação à investigada em cujo nome foi pleiteado o benefício, em face da iminência de seu aniversário de 70 (setenta) anos, a persecução penal deve prosseguir para se apurar a possível coautoria da procuradora que protocolou o pedido do benefício.
3. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

077. Processo : 1.34.016.000310/2010-00 Voto: 5767/2011 Origem: 1ª VF DE SOROCABA/SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. ART. 28, CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. FALSO TESTEMUNHO. ART. 342 DO CP. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA DO DEPOIMENTO PRESTADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar a suposta prática de crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal.
2. Conforme entendimento desta Câmara Criminal, para a configuração do crime de falso testemunho é necessária a existência de potencialidade lesiva nas declarações prestadas pela testemunha, o que não se verificou no presente caso. Precedentes do STF e STJ.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

078. Processo : 1.11.000.001467/2010-18 Voto: 5768/2011 Origem: PR / AL
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : TUTELA COLETIVA. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. DESMATAMENTO DE ÁREA DE MATA ATLÂNTICA EM PROPRIEDADE PARTICULAR E DEPÓSITO IRREGULAR DE MADEIRA NATIVA. ILÍCITOS AMBIENTAIS CÍVEIS, ADMINISTRATIVOS E CRIMINAIS. PRONUNCIAMENTO DO PROCURADOR OFICIANTE APENAS SOBRE A MATÉRIA CRIMINAL. NECESSIDADE DE REMESSA DOS AUTOS À 4ª CÂMARA. INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO APURANDO OS CRIMES NOTICIADOS. PERTINÊNCIA DA APRECIAÇÃO, PELA 2ª CÂMARA, DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO A ELES RELATIVOS. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A INTERESSE DIRETO E ESPECÍFICO DA UNIÃO. HOMOLOGAÇÃO.
1. Inquérito Civil Público instaurado para apurar notícia de infrações ambientais cíveis e administrativas consistentes na destruição de área de mata atlântica localizada em imóvel rural particular e no depósito irregular de madeira nativa, com a devida comunicação à 4ª Câmara Criminal
2. Pronunciamento do Procurador oficiante apenas em relação aos ilícitos criminais versados nos autos, sem qualquer menção às infrações ambientais cíveis e administrativas.
3. Necessidade de remessa dos autos à 4ª Câmara para a adoção das providências que entender cabíveis.
4. Não havendo notícias da existência de qualquer procedimento administrativo destinado a apurar criminalmente os fatos em vertente e já existindo, no próprio Inquérito Civil Público, pronunciamento do Procurador oficiante pelo declínio de atribuição especificamente no tocante à matéria penal, afigura-se pertinente, em face do papel da 2ª Câmara e em atenção ao princípio da celeridade processual (artigo 5º, LXXVIII, CF), a análise da referida manifestação, ainda que em procedimento de natureza diversa.
5. Constando dos próprios autos que a destruição de área de mata atlântica ocorrera em terras particulares, não se vislumbra lesão a bem, interesse ou serviço direto e específico da União a ensejar a competência da Justiça Federal.
6. Voto pela homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual em relação à matéria criminal, com a posterior remessa dos autos à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, responsável pela análise das infrações ambientais cíveis e administrativas neles noticiadas.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

079. Processo : 1.11.000.001532/2010-13 Voto: 5769/2011 Origem: PR / AL
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : TUTELA COLETIVA. INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. INVASÃO DE TERRAS PARTICULARES COM DESTRUIÇÃO DE MATA ATLÂNTICA E BENFEITORIAS. ILÍCITOS CÍVEL AMBIENTAL, ADMINISTRATIVO E CRIMINAL. PRONUNCIAMENTO DO PROCURADOR OFICIANTE APENAS SOBRE A MATÉRIA CRIMINAL. REMESSA DOS AUTOS À 4ª CÂMARA. INEXISTÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO APURANDO OS CRIMES NOTICIADOS. PERTINÊNCIA DA APRECIAÇÃO, PELA 2ª CÂMARA, DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO A ELES RELATIVOS. INEXISTÊNCIA DE LESÃO A INTERESSE DIRETO E ESPECÍFICO DA UNIÃO. HOMOLOGAÇÃO.
1. Inquérito Civil Público instaurado para apurar notícia de infrações ambientais cíveis e administrativas consistentes na destruição de áreas de mata atlântica localizadas em imóvel rural particular, com a devida comunicação à 4ª Câmara Criminal.
2. Pronunciamento do Procurador oficiante apenas em relação aos ilícitos criminais versados nos autos, sem qualquer menção à infração ambiental cível.
3. Necessidade de remessa dos autos à 4ª Câmara para a adoção das providências que entender cabíveis.
4. Não havendo notícias da existência de qualquer procedimento administrativo destinado a apurar criminalmente os fatos em vertente e já existindo, no próprio Inquérito Civil Público, pronunciamento do Procurador oficiante pelo declínio de atribuição especificamente no tocante à matéria penal, afigura-se pertinente, em face do papel da 2ª Câmara e em atenção ao princípio da celeridade processual (artigo 5º, LXXVIII, CF), a análise da referida manifestação, ainda que em procedimento de natureza diversa.
5. Constando dos próprios autos que a destruição de área de mata atlântica ocorrera em terras particulares, não se vislumbra lesão a bem, interesse ou serviço direto e específico da União a ensejar a competência da Justiça Federal.
6. Voto pela homologação do declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual em relação à matéria criminal, com a posterior remessa dos autos à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão, responsável pela análise das infrações ambientais cíveis e administrativas neles noticiadas.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

080. Processo : 1.00.000.016248/2010-17 Voto: 5770/2011 Origem: VARA ÚNICA MONTES CLAROS/MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. SUPOSTO CRIME DE MOEDA FALSA (ART. 289, §1º, do CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Arquivamento com base no princípio da insignificância, já que apenas houve a tentativa de repasse de uma cédula no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) e a apreensão desta e de outras três notas apócrifas no valor de R$ 5,00 (cinco reais).
2. Discordância do Juiz Federal, que entendeu não ser aplicável o princípio da insignificância aos crime contra fé pública.
3. "No caso do delito do art. 289 do Código Penal, o bem jurídico protegido é a fé pública, em particular a segurança na circulação monetária e a confiança que a população tem em sua moeda, mostrando-se irrelevante o valor da cédula apreendida ou mesmo a quantidade de notas encontradas em poder do agente" (HC 120.644/MS). Precedentes do STF.
4. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

081. Processo : 1.00.000.000615/2011- 41 Voto: 5771/2011 Origem: PR / SE
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : SONEGAÇÃO DE AUTOS JUDICIAIS PRATICADA POR ADVOGADO. SUPOSTO CRIME DO ART. 356 DO CP. RESTITUIÇÃO DOS AUTOS ANTES DO OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. IRRELEVÂNCIA. CONFIGURAÇÃO DO DELITO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Il. Procurador da República oficiante determinou o arquivamento do feito pela ausência de dolo na conduta do investigado, em face da restituição dos autos após intimação judicial.
2. O simples fato de ter havido a devolução dos autos antes do oferecimento da denúncia, porém fora do prazo legal determinado na intimação judicial e sem apresentação de justificativa plausível para o seu retardamento, não tem o condão de eliminar o dolo e, por conseguinte, o cabimento da ação penal. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro membro do Parquet Federal para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

082. Processo : 1.30.011.004226/2010-46 Voto: 5772/2011 Origem: PR / RJ
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OMISSÃO DE DADOS NA CTPS (ART. 297, §4º, DO CP). FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA (ART. 203, DO CP). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. ENUNCIADOS 26 E 27 DESTA 2ª CÂMARA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Enunciado nº 26 desta 2ª CCR: "A omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social subsume-se ao tipo do art. 297, § 4º, do Código Penal"
2. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social".
3. A Súmula 62, STJ, apresenta manifestos equívocos em sua origem, não se podendo aplicá-la nem de forma subsidiária ao caso.
4. A eventual caracterização do crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, previsto nos art. 203, do CP, ainda que acarrete prejuízos a apenas um trabalhador, deve seguir o mesmo curso (competência da Justiça Federal), a teor do que dispõe a Súmula 122 do STJ.
5. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal no tocante aos crimes previstos nos artigos 297, §4º e 203, ambos do Código Penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

083. Processo : 1.24.000.000262/2009-23 Voto: 5773/2011 Origem: PR / PB
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I, DA LEI Nº 8.137/90. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ARQUIVAMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. SOBRESTAMENTO. ENUNCIADO Nº 19 DESTA 2ª CCR.
1. O parcelamento do débito fiscal apenas suspende a pretensão punitiva do Estado, não extinguindo a punibilidade antes do total cumprimento da obrigação assumida pelo contribuinte.
2. "A suspensão da pretensão punitiva com base no parcelamento do débito tributário através dos programas denominados REFIS e PAES não é causa para arquivamento do procedimento investigatório criminal ou do inquérito policial; mas sim, para sobrestamento da investigação, com comunicação à Câmara, independentemente de remessa dos autos, devendo estes permanecerem acautelados, para eventual prosseguimento da persecução penal, na hipótese de descumprimento do acordo, ou arquivamento formal, na hipótese de cumprimento do mesmo." (Enunciado nº 19, 2ª CCR/MPF).
3. Voto no sentido de que o procedimento fique sobrestado, até o final pagamento do débito, com acompanhamento do cumprimento do ajuste e, em caso de descumprimento, para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

084. Processo : 1.34.001.006533/2008-17 Voto: 5774/2011 Origem: 11ª VF CRIMINAL - CEARÁ
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. PORNOGRAFIA INFANTIL. ART. 241-A, da LEI 8.069/90 (ECA). INTERNET. ORKUT. FOTOGRAFIAS ENVOLVENDO CRIANÇAS EM POSES ERÓTICAS. PROSSEGUIMENTO À PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento por entender que ausente a materialidade do delito, uma vez que não foram encontrados, por ocasião do cumprimento de busca e apreensão, elementos indicativos da prática de crime de pornografia infantil.
2. O MM. Juiz Federal rejeitou o pedido de arquivamento por entender que, em que pese não restar constatada a existência de elementos indicativos do crime previsto no art. 241, do ECA, há indícios de que houve a publicação de imagens de menores em situação de exploração sexual, conduta que subsume-se ao crime previsto no artigo 241-A da Lei nº 8.069/90.
3. Constata-se dos autos que o sítio eletrônico objeto de investigação disponibilizava fotos de menores em situação de exploração sexual, o que revela, em tese, a prática do crime descrito. Além disso, havendo diligências capazes de identificar a autoria delitiva, o prosseguimento do feito é medida que se impõe.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

085. Processo : 1.00.000.016477/2010-31 Voto: 5775/2011 Origem: VF DE LAGES / SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. FALSIDADE IDEOLÓGICA E USO DE DOCUMENTO FALSO (ARTIGOS 299 E 304 CP). AJUIZAMENTO DE AÇÃO EM NOME DE INATIVA DO DNIT, COM VISTAS AO PAGAMENTO, A PENSIONISTA, DE DIFERENÇAS RELATIVAS A GRATIFICAÇÕES A QUE FAZIA JUS. CIÊNCIA ULTERIOR DA AUTORA ACERCA DA EXISTÊNCIA DA REFERIDA AÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO MPF EM FACE DO RECONHECIMENTO, PELA AUTORA, DA AUTENTICIDADE DE SUA ASSINATURA NA PROCURAÇÃO APRESENTADA. ELEMENTOS PROBANTES QUE INDICAM POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE FRAUDE OU COAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar o delito de falsidade ideológica e uso de documento falso (art. 304 CP), tendo em vista declarações de pensionista do DNIT, perante a Secretaria do JEF Cível, no sentido de que não tinha ciência do ajuizamento de ação em seu nome com
vistas ao pagamento de diferenças relativas a gratificações a que fazia jus e não assinara a procuração que instruiu a inicial.
2. Posterior reconhecimento, pela pensionista, da autenticidade das assinaturas constantes na procuração.
3. Considerando que os elementos probantes até então coligidos indicam que a pensionista apenas soube da existência da ação promovida em seu nome posteriormente ao seu ajuizamento, bem como que o advogado que nela atuava somente tentou contatá-la para assinar nova procuração após as declarações por ela prestadas na Secretaria do JEF Cível onde tramitava o feito, mister o prosseguimento das investigações, a fim de elucidar a eventual ocorrência de fraude ou coação.
4.Voto pelo prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

086. Processo : 1.00.000.001840/2011-03 Voto: 5776/2011 Origem: 1ª VF CAMPINAS / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO CLANDESTINA. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. MPF: PEDIDO DE ARQUIVAMENTO ANTE A NÃO DEMONSTRAÇÃO DE DANO OU PERIGO CONCRETO DE DANO AO SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÕES. MAGISTRADO: ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CRIME DE PERIGO ABSTRATO PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta.
2. O crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é classificado como crime de perigo abstrato, pelo que dispensa a comprovação de qualquer dano, presumindo-se o perigo, pois "o bem jurídico tutelado, no caso, é a segurança dos meios de comunicação. Por isso que a instalação e utilização de aparelhagem em desacordo com as exigências legais, ou de forma clandestina, sem a observância de requisitos técnicos (casamento de impedância entre transmissor e sistema irradiante etc.), podem causar sérias interferências prejudiciais em serviços de telecomunicações regularmente instalados (polícia, ambulâncias, bombeiros, aeroportos, embarcações, bem como receptores domésticos - TVs e rádios - adjacentes à emissora), pelo aparecimento de freqüências espúrias" (TRF 1ª Região, ACR nº 200440000068961, 4ª Turma, Rel. Des. Federal Mário César Ribeiro, unânime, DJ 21/09/2007).
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

087. Processo : 1.00.000.001867/2011-98 Voto: 5777/2011 Origem: 1ª VF DE CAMPINAS / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93 EXPLORAÇÃO DE SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÃO SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO (ARTIGO 183 DA LEI 9.472/97). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. CRIME FORMAL E DE PERIGO ABSTRATO.
1. A instalação e/ou exploração de equipamentos de telecomunicações sem a devida autorização da autoridade competente configura o crime previsto no art. 183 da Lei 9.472/97, cuja consumação se dá no momento em que o agente instala ou utiliza-se de telecomunicação sem observância da legislação e normas regulamentares, posto ser crime formal. Ademais, o legislador presume a periculosidade da situação, mesmo que efetivamente nenhuma periculosidade tenha concretamente derivado a algum bem jurídico, bastando a realização da ação, sendo inerente a esta, motivo pelo qual o delito em comento é de perigo abstrato.
2. Voto pela designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

088. Processo : 1.00.000.010102/2010-68 Voto: 5778/2011 Origem: PRM - MARABÁ/PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. EVENTUAIS DELITOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 149, 203 E 297, § 4º, DO CP. RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÕES REALIZADAS EM FAZENDAS DO PARÁ. NOTÍCIA DE CONDIÇÕES DEGRADANTES DE TRABALHO E NÃO FORMALIZAÇÃO DE VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO MPF, EM FACE DE *BIS IN IDEM*. NÃO HOMOLOGAÇÃO. EXISTÊNCIA DE FATOS NÃO ABORDADOS NO PROCESSO EM TRÂMITE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças de informação instauradas a partir de três relatórios de fiscalizações realizadas em fazendas do Estado do Pará, noticiando a constatação da existência de empregados submetidos a condições degradantes de trabalho e a ausência de formalização de vínculos empregatícios em duas delas.
2. Promoção de arquivamento pelo Procurador oficiante sob o argumento de que já existe processo em trâmite apurando os fatos versados nos autos.
3. Processo judicial que apenas aborda os fatos narrados em um dos dois relatórios de fiscalização em que foram constatadas as irregularidades, sendo necessário o prosseguimento do feito em relação ao outro.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal no tocante aos fatos narrados no Relatório de Fiscalização concernente à Fazenda RDM.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

089. Processo : 1.00.000.016152/2010-59 Voto: 5779/2011 Origem: 4ª VF CRIMINAL DE SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 CP). PREENCHIMENTO DE "FORMULÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONDUTOR INFRATOR" COM DADOS DE TERCEIRA PESSOA, FALSIFICANDO-LHE A ASSINATURA. CONSTATAÇÃO DE QUE A ASSINATURA NÃO CONFERIA COM A CONSTANTE NA CÓPIA DA CNH. HIPÓTESE DE CRIME IMPOSSÍVEL AVENTADA PELO MPF. IMPOSSIBILIDADE. MEIO AO MENOS RELATIVAMENTE EFICAZ À PRODUÇÃO DO RESULTADO PRETENDIDO. PROSSEGUIMENTO NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar o delito de uso de documento falso (art. 304 CP), tendo em vista a apresentação, ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal, de "formulário de identificação do condutor infrator" preenchido com dados de pessoa diversa da que conduzia o veículo, falsificando-lhe a assinatura.
2. Falsificação constatada por servidor do DPRF, ao verificar que a assinatura aposta no formulário não conferia com aquela constante no campo "assinatura do portador" da cópia da CNH apresentada, mas sim com aquela firmada no campo "assinatura do emissor" da mesma.
3. Não sendo grosseira a falsidade documental, a ponto de ser aferível pela simples análise visual de pessoa de habilidade e atenção estritamente comuns, não há que se cogitar em ineficácia absoluta do meio a possibilitar o reconhecimento da hipótese de crime impossível .
4.Voto pelo prosseguimento na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

090. Processo : 1.25.003.003950/2009-88 Voto: 5780/2011 Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU /PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO INSTAURADO COM O FIM PRIMORDIAL DE ADOTAR PROVIDÊNCIAS PARA FAZER CESSAR A DESTRUIÇÃO DE BENS APREENDIDOS PELA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM FOZ DO IGUAÇU ENQUANTO AINDA INTERESSAM À PERSECUÇÃO PENAL. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO NO ÂMBITO DA 1ª CCR E REMESSA A ESTA CÂMARA CRIMINAL. INEXISTÊNCIA DE MATÉRIA PENAL A SER REVISTA. NÃO-CONHECIMENTO DA REMESSA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À ORIGEM.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

091. Processo : 1.19.001.000136/2010-62 Voto: 5781/2011 Origem: PRM - IMPERATRIZ/MA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME DE RESPONSABILIDADE DESCRITO NO ART. 1º, III, DO DEC-LEI Nº 201/67. EX-PREFEITO E EX-SECRETÁRIOS MUNICIPAIS DE SAÚDE. DESVIO DE RECURSOS ORIUNDOS DO FNS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELA PRESCRIÇÃO. POSSIBILIDADE DE ENQUADRAMENTO DA CONDUTA NO ART. 1º, I, DO DEC-LEI 201/67. FATOS OCORRIDOS EM 1998. PRAZO PRESCRICIONAL DE 16 ANOS. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento Administrativo instaurado para apurar possível desvio de recursos oriundos do Fundo Nacional de Saúde (FNS), relativos ao Piso de Atenção Básica - PAB, por ex-prefeito e ex-secretários municipais de saúde, em 1998.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento por entender que os fatos se amoldam ao delito do artigo 1º, III, do Dec-Lei nº 201/67, cujo prazo prescricional de 8 (oito) anos já teria sido alcançado.
3. Os tipos penais insertos nos incisos I e III do art. 1º do Dec-Lei nº 201/67 distinguem-se pela destinação das verbas públicas desviadas: enquanto naquele o desvio se opera em proveito privado - próprio ou alheio -, neste o dinheiro ainda é aplicado em favor da Administração Pública ou da coletividade, mas desvirtuado da alocação previamente designada.
4. Havendo notícias de pagamento de serviços odontológicos prestados a pacientes particulares, bem como de superfaturamento de exames laboratoriais, que eram realizados unicamente em laboratório de propriedade de um dos investigados, verifica-se ser possível a configuração do delito previsto no art. 1º, I, Dec-Lei nº 201/67, para o qual é previsto um prazo prescricional de 16 (dezesseis) anos, ainda não expirado.
5. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

092. Processo : 1.13.000.001738/2003-31 Voto: 5782/2011 Origem: 4ª VF DO AMAZONAS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO MATERIAL E IDEOLÓGICA EM DOCUMENTOS PARA REGISTRO DE EMPRESA PERANTE JUNTA COMERCIAL E OBTENÇÃO DE CNPJ. DECLÍNIO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. CONHECIMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de ação delituosa consistente em registrar empresa perante Junta Comercial estadual e obter CNPJ mediante emprego de contrato social e sucessivas alterações contratuais eivados de falsificação material e ideológica (artigos 297 e 299 do Código Penal).
2. Declínio de atribuições ao argumento de que restou ausente ofensa a bem, serviço ou interesse da União. Discordância do magistrado.
3. *In casu*, a falsificação de tais documentos apresentados também perante a Receita Federal para obtenção de CNPJ, induzindo em erro seus funcionários, encerra prejuízo direto e específico a serviço e interesse da União Federal, notadamente o interesse em preservar a credibilidade e a fé pública dos documentos públicos emitidos por órgão da administração pública federal, o que patenteia a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.
4. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

093. Processo : 1.25.005.001757/2010-26 Voto: 5783/2011 Origem: VF E JEF CRIMINAL EM LONDRINA - PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). ART. 28 CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93. TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA . INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

094. Processo : 1.29.012.000225/2007-38 Voto: 5784/2011 Origem: PRM-B. GONÇALVES/RS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. SONEGAÇÃO DE TRIBUTOS E DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337 DO CP E ART. 1º, II, DA LEI Nº 8137/90). ARQUIVAMENTO. INDÍCIOS DA PRÁTICA DO CRIME DE OMISSÃO DE REGISTRO DE CTPS (ART. 297, § 4º, CP). NÃO APRECIAÇÃO. ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Os delitos capitulados no artigo 337-A do Código Penal e no artigo 1º, II, da Lei nº 8137/90 são de natureza material, cuja consumação depende de resultado naturalístico, ou seja, da supressão ou redução do tributo devido, o que só será possível, em regra, com a constituição definitiva do crédito tributário, condição objetiva de punibilidade. No caso dos autos, a Receita Federal informou não ter constatado inconsistências relevantes hábeis a autorizar a abertura de procedimento fiscal.
2. A omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social subsume-se ao tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, da competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social. (Enunciado nº 27 desta 2ª CCR).
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal quanto ao crime previsto no art. 297, § 4º do CP.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

095. Processo : 1.00.000.001589/2011-79 Voto: 5785/2011 Origem: 2ª VF DE JOINVILLE/SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não há que se falar em proposta de transação penal e competência do Juizado Especial Federal para processar e julgar o feito .
3. V oto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para, na 2ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Joinville/SC, dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

096. Processo : 1.00.000.001310/2011-57 Voto: 5786/2011 Origem: 1ª VF DE ARARAQUARA/SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO (SERVIÇO LIMITADO PRIVADO). FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. NÃO-CABIMENTO DE PROPOSTA DE TRANSAÇÃO PENAL.
1. O agente que opera espectro de radiofrequência, ainda que em baixa potência, para explorar Serviço Limitado Privado, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Desta forma, tendo em vista que não se trata de delito de menor potencial ofensivo, fica afastada a possibilidade de oferecimento de proposta de transação penal, nos termos do art. 72, da Lei 9.099/95, porquanto a pena máxima privativa de liberdade cominada é superior a 2 (dois) anos.
3. Voto pela insistência na recusa em oferecer proposta de transação penal, dando-se prosseguimento ao feito na Vara Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

097. Processo : 1.00.000.002414/2011-89 Voto: 5787/2011 Origem: 3ª VF CRIMINAL DE SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : TERMO CIRCUNSTANCIADO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não há que se falar em proposta de transação penal e competência do Juizado Especial Federal para processar e julgar o feito .
3. Voto pela insistência na recusa em oferecer proposta de transação penal, dando-se prosseguimento ao feito na Vara Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

098. Processo : 1.25.002.001661/2010-98 Voto: 5788/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. REPRESENTAÇÃO FISCAL. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

099. Processo : 1.22.000.001685/2004-21 Voto: 5789/2011 Origem: 11ª VF B. HORIZONTE/ MG

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DE DELITO PREVISTO NO ART. 297 DO CÓDIGO PENAL (FALSIFICAÇÃO DE PASSAPORTE). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO JUIZ. PERSECUÇÃO PENAL.

1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 297 do Código Penal, tendo em vista a apreensão de passaporte brasileiro adulterado em poder do investigado.

2. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, ainda mais quando subsistem diligências passíveis de serem realizadas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.

3. O arquivamento do presente inquérito mostra-se prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes dos autos, justificando-se o prosseguimento das investigações.

4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

100. Processo : 1.00.000.002217/2011-60 Voto: 5790/2011 Origem: 3ª VF DE RONDÔNIA

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 CP). ART. 28 CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93. DESCUMPRIMENTO DE INTIMAÇÃO PARA DEPOR, COMO TESTEMUNHA, EM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PESSOA ESTRANHA AO SERVIÇO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL A IMPOR O DEVER DE COMPARECIMENTO. ART. 5º, II, CF. ATIPICIDADE. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.

1. Suposto crime de desobediência (art. 330 CP) cometido por ex-secretário municipal de saúde não mais vinculado ao serviço público, ao deixar de atender intimação para prestar depoimento, como testemunha, em processo administrativo disciplinar.

2. A elementar "ordem legal" do tipo penal inserto no artigo 330 do CP demanda que o comando desrespeitado esteja legitimado por lei expressa, a impor ao seu destinatário o dever de obedecê-la.

3. *In casu*, por não haver previsão legal que imponha a não-servidor público o dever de servir como testemunha em processo administrativo disciplinar quando intimado para tanto, não se pode falar em punição administrativa, civil e, tampouco, penal, afigurando-se atípica a conduta versada nos autos.

4. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

101. Processo : 1.00.000.000617/2011-31 Voto: 5791/2011 Origem: PRM - IMPERATRIZ/MA

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO MATERIAL EM ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE EMPRESA PARA REGISTRO PERANTE JUNTA COMERCIAL E MODIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS NO CNPJ (ARTS. 298 E 304 DO CP). DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. CONHECIMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de ação delituosa consistente em registrar alteração de contrato social materialmente falsificada perante Junta Comercial estadual e, em seguida, apresentá-la à Receita Federal, para modificação de dados cadastrais no CNPJ (artigos 298 e 304 do Código Penal).

2. Cadastro da empresa, ainda, junto ao IBAMA, indicando um dos sócios "laranjas" como dirigente, tendo sido constatada a existência de inúmeros autos de infração ambiental em nome dela, bem como a ausência de pagamento das multas respectivamente aplicadas.

3. O Procurador oficiante requereu declínio de competência, sob o argumento de ausência de indícios de que a falsificação tenha gerado lesão a bens, serviços ou interesses da União.

4. *In casu*, a falsificação de alteração contratual apresentada também perante a Receita Federal para obtenção de CNPJ, induzindo em erro seus funcionários, encerra prejuízo direto e específico a serviço e interesse da União Federal, notadamente o interesse em preservar a credibilidade e a fé pública dos documentos públicos emitidos por órgão da administração pública federal, o que patenteia a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.

5. Por sua vez, o cadastro perante o IBAMA em nome de sócios e dirigente falsos prejudicou visivelmente o serviço de fiscalização da autarquia ambiental e o sistema de cobrança de suas dívidas, inviabilizando a responsabilização, mediante a aplicação de multa, dos verdadeiros autores das infrações autuadas.

4. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

102. Processo : 1.31.001.000084/2009-96 Voto: 5793/2011 Origem: PRM - JI-PARANÁ / RO

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO MATERIAL EM DECLARAÇÃO DE FIRMA MERCANTIL INDIVIDUAL PARA REGISTRO DE EMPRESA PERANTE JUNTA COMERCIAL E OBTENÇÃO DE CNPJ (ARTS. 298 E 304 DO CP). DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. CONHECIMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF.

1. Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de ação delituosa consistente em registrar empresa perante Junta Comercial estadual e obter CNPJ mediante emprego de declaração de firma mercantil individual eivada de falsidade material (artigos 298 e 304 do Código Penal).

2. O Procurador oficiante requereu declínio de competência ao argumento de que, em se tratando de falsidade de declaração de firma mercantil individual de empresa, com posterior registro na Junta Comercial, a competência para processar e julgar o feito é da Justiça Comum Estadual.

3. *In casu*, a falsificação em declaração de firma mercantil individual apresentada também perante a Receita Federal para obtenção de CNPJ, induzindo em erro seus funcionários, encerra prejuízo direto e específico a serviço e interesse da União Federal, notadamente o interesse em preservar a credibilidade e a fé pública dos documentos públicos emitidos por órgão da administração pública federal, o que patenteia a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.

4. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

103. Processo : 1.25.002.002392/2010-87 Voto: 5795/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. FLAGRANTE DE ESPOSA DE DETENTO OCULTANDO CORRESPONDÊNCIAS QUE SERIAM ENTREGUES A ELE, PARA POSTERIOR REPASSE A OUTROS DOIS INTERNOS. ASSUNTOS RELACIONADOS À PRÁTICA DE CRIMES EM LARGA ESCALA POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. OFERECIMENTO DE DENÚNCIA APENAS EM FACE DA ESPOSA DO PRIMEIRO DETENTO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, PELO MPF, EM RELAÇÃO AOS TRÊS DETENTOS, POR ENTENDER, SEM EXPLICITAR OS MOTIVOS, QUE A ATUAÇÃO DO PRIMEIRO NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA NÃO SE RESTRINGE AO MERO REPASSE DE CORRESPONDÊNCIAS A INTERNOS QUE A INTEGRAM E DIANTE DA TRANSFERÊNCIA DOS OUTROS DOIS DETENTOS PARA PENITENCIÁRIA SITUADA EM OUTRO ESTADO, COM O ENVIO DO RESPECTIVO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR DE INTERNO PARA LÁ. COMPETÊNCIA CRIMINAL FIXADA NO ARTIGO 70 DO CPP QUE NÃO

SE ALTERA, QUANTO ÀS CONDUTAS PRATICADAS NA PENITENCIÁRIA DE ORIGEM, COM A MERA REMESSA DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR PARA OUTRO ESTADO. AUSÊNCIA DE NOTÍCIAS QUANTO À EXISTÊNCIA DE OUTRO PROCEDIMENTO DESTINADO A APURAR O ENVOLVIMENTO DO PRIMEIRO DETENTO NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E NECESSIDADE DE APURAÇÃO DOS FATOS NOTICIADOS NOS PRESENTES AUTOS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Peça informativa criminal dando conta do cometimento de faltas disciplinares por detentos, apuradas em Procedimento Disciplinar de Interno, haja vista a esposa de um deles ter sido flagrada ocultando correspondências com assuntos relacionados à prática de crimes em larga escala por organização criminosa, as quais seriam entregues ao seu marido para que fossem repassadas a outros dois internos, que a integravam.

2. Promoção de arquivamento pelo MPF, após o oferecimento de denúncia apenas em face da esposa do primeiro detento, por entender, sem explicitar os motivos, que a atuação deste na organização criminosa não se restringe à mera colaboração consistente no repasse de correspondências a internos que a integram e diante da transferência dos outros dois detentos para penitenciária localizada em outro Estado, com a consequente remessa do respectivo Procedimento Disciplinar de Interno para a mesma.

3. A mera transferência dos detentos e remessa do Procedimento Disciplinar de Interno para penitenciária localizada em Estado diverso não acarreta a modificação da competência criminal quanto aos eventuais delitos por eles perpetrados enquanto segregados no estabelecimento de origem, fixada nos termos do 70 do Código de Processo Penal.

4. Não constam nos autos elementos a indicar a existência de procedimento específico para apurar um maior envolvimento do primeiro detento na organização criminosa, sugerido pelo Procurador oficiante.

5. Ainda que haja um procedimento com tal finalidade, é certo que, antes do arquivamento dos presentes autos em relação ao detento, deve ser providenciada, ao menos, cópia dos documentos neles constantes para ser juntada àquele, a fim de que os fatos em exame não fiquem despojados da devida apreciação.

6. Caso contrário, ou seja, inexistindo procedimento com tal escopo, a apuração das condutas aqui versadas deve ser promovida no âmbito do presente feito, em relação aos três detentos.

7. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

104. Processo : 1.00.000.000902/2011-51 Voto: 5796/2011 Origem:VF-JEF CRIMINAL-LONDRINA-PR

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.

1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.

2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

105. Processo : 1.34.016.000419/2008-14 Voto: 5797/2011 Origem: 1ª VF DE SOROCABA/SP

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME CONTRA A HONRA. ARQUIVAMENTO. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE EXCESSO. DESNECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Inquérito policial instaurado a partir de representação para apurar suposto crime contra a honra praticado por Procurador da Fazenda Nacional.

2. O membro do MPF determinou o arquivamento em razão de não vislumbrar a ocorrência do crime de calúnia, porquanto considerou a conduta como estrito cumprimento do dever legal, sem excesso, por parte do referido Procurador.

3. O MM. Juiz Federal Marcos Alves Tavares, por sua vez, rejeitou o pedido de arquivamento por entender que "*questões relativas às causas de exclusão de ilicitude, erro de tipo ou incidência de descriminante putativa devem ser melhor esgrimidas por ocasião da instrução processual.*"

4. Ante a falta de intenção de ofender dignidade ou decoro, o que decorre da leitura da peça redigida pelo Procurador, a conclusão a que se chega é a de que excesso de linguagem não houve. Assim, não há motivos para prosseguir na persecução penal.

5. Voto, portanto, pela homologação do pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

106. Processo : 1.11.000.000569/2010-16 Voto: 5798/2011 Origem: PR / AL

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO. AQUISIÇÃO, POR SÓCIOS BRASILEIROS DE MULTINACIONAL, DE CRÉDITO DE IPI FALSO, INFORMANDO À EMPRESA UM VALOR MAIOR QUE O EFETIVAMENTE PAGO E OCULTANDO SUA INAUTENTICIDADE. PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE. NÃO HOMOLOGAÇÃO. CRÉDITO DE IPI APRESENTADO PERANTE A RECEITA FEDERAL. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. CONEXÃO INSTRUMENTAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF. POSSÍVEL PROCRASTINAÇÃO, APÓS A CONCESSÃO DE LIMINAR, DO MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA A RECEITA FEDERAL POR TER DECLARADO INEXISTENTE O CRÉDITO DE IPI. DESEMBARGADOR FEDERAL. REMESSA DE CÓPIA DOS AUTOS AO STJ. PRERROGATIVA DE FORO.

1. Peças de informação encetadas a partir do encaminhamento à PR/AL de termo de declarações prestadas por advogado contratado pela empresa multinacional PHIHONG-FIC, dando conta da aquisição, pelos sócios brasileiros da mesma, de crédito de IPI falso em

nome da Usina Taquara, sediada em Colônia Leopodina/AL, informando àquela um valor maior do que o efetivamente pago e ocultando sua inautenticidade.

2. Promoção de declínio de atribuições pelo Procurador oficiante, por entender que os fatos se amoldam apenas ao delito de estelionato contra particular, não havendo ofensa direta a bem, serviço ou interesse da União.

3. Havendo notícia da utilização do crédito de IPI falso perante a Receita Federal, resta patente a lesão a serviços e interesses da União, a ensejar a atribuição do MPF para a persecução penal dos delitos de estelionato e contra a ordem tributária, por conexão instrumental.

4. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal em relação aos delitos de estelionato e contra a ordem tributária.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

107. Processo : 1.23.000.000944/2005-40 Voto: 5799/2011 Origem: PR / PA

Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES OCORRIDAS EM PROCESSO PARA ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE CRMV. APRESENTAÇÃO A CHAPA PARTICIPANTE DE LISTA DE ELEITORES APTOS A VOTAR NÃO CONDIZENTE COM A REALIDADE. CONSTATAÇÃO DE VOTO EM DUPLICIDADE, VIA POSTAL, DE DOIS ELEITORES. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA. NÃO HOMOLOGAÇÃO. POSSÍVEL CONFIGURAÇÃO DE DELITOS DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E FALSIFICAÇÃO MATERIAL (ARTS. 299 E 298 CP). NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. REMESSA À 5ª CCR.

1. Procedimento instaurado para apurar supostas irregularidades ocorridas em processo para eleição de presidente de Conselho Regional de Medicina Veterinária (CRMV), tendo o Procurador oficiante promovido seu arquivamento, sem empreender qualquer diligência, por entender atípicos os fatos nele versados.

2. Havendo notícia da apresentação a chapa candidata, pelo presidente da Comissão Eleitoral Regional, de lista de eleitores aptos a votar não condizente com a realidade, bem como da constatação de voto em duplicidade, via postal, de dois eleitores, apesar de um deles afirmar peremptoriamente ter votado só uma vez, mister a realização de diligências para averiguar a eventual ocorrência de delitos de falsidade ideológica (art. 299 CP) e falsificação material (art. 298 CP), afigurando-se prematuro o arquivamento do feito.

3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal, com a posterior remessa à 5ª CCR para apreciação da matéria de sua atribuição.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

108. Processo : 1.25.002.001477/2010-48 Voto: 5953/2011 Origem: PRM - CASCAVEL - PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

109. Processo : 1.25.002.001697/2010-71 Voto: 5954/2011 Origem: PRM - CASCAVEL - PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

110. Processo : 1.25.002.002155/2010-16 Voto: 5955/2011 Origem: PRM - CASCAVEL - PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

111. Processo : 1.25.003.007553/2010-19 Voto: 5956/2011 Origem: PRM - CASCAVEL - PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

112. Processo : 1.35.000.001899/2010-97 Voto: 5800/2011 Origem: PR / SE
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Notícia de agressões verbais por supostos funcionários da EMSURB (Empresa Municipal de Serviços Urbanos), empresa municipal. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

113. Processo : 1.34.001.008021/2010-18 Voto: 5801/2011 Origem: PR / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Suposta prática de "pedofilia" pela internet. Comentários postados em relação a matéria jornalística veiculada em sítio eletrônico. Ausência de imagem de sexo explícito ou pornográfica envolvendo menores. Possível apologia ao crime (art. 287 CP). Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

114. Processo : 1.34.001.000417/2011-90 Voto: 5802/2011 Origem: PR / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível crime de violação de direitos autorais (art. 184, § 2º, CP). Disponibilização gratuita para download, via internet, de jogos eletrônicos para diferentes consoles de videogames. Ofensa a interesses particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

115. Processo : 1.34.010.000968/2007-68 Voto: 5803/2011 Origem: PR / RIBEIRÃO PRETO/SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Representações noticiando o cometimento de diversos ilícitos por promotor de justiça, delegados da Polícia Civil e agentes da Polícia Civil. Possíveis delitos de prevaricação, abuso de autoridade, condescendência criminosa, tortura, roubo de veículo automotor, dentre outros. Foro por prerrogativa de função previsto no art. 96, III, da Constituição da República. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

116. Processo : 1.12.000.000717/2010-65 Voto: 5805/2011 Origem: PR / AP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Construção de obra (trapiche) na margem direita do Igarapé da Fortaleza, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competentes (art. 60, Decreto 6.514/08). Área não pertencente ou sob o domínio da União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

117. Processo : 1.21.001.000115/2009-55 Voto: 5806/2011 Origem: PRM - DOURADOS/MS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei nº 9.605/98. Fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor (carvoaria) sem licença do órgão competente. Área particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

118. Processo : 1.23.003.000317/2010-46 Voto: 5807/2011 Origem: PRM - ALTAMIRA/PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possíveis crimes ambientais previstos nos artigos 46, parágrafo único, e 60 da Lei nº 9.605/98. Vender madeira em tora sem autorização do órgão competente e fazer funcionar atividade potencialmente poluidora (desdobro de madeira em tora) em desacordo com licença obtida. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

119. Processo : 1.00.000.002215/2011-71 Voto: 5808/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Apuração de possível crime ambiental consistente no desmatamento de terras públicas e exploração econômica ilegal de produtos florestais (arts. 46, parágrafo único, e 50-A, *caput*, ambos da Lei nº 9.605/98). Segundo informação do INCRA, a área referente ao Auto de Infração está situada no Município de Gurupá/PA, sob jurisdição do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, não incidindo, portanto, sob propriedade da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

120. Processo : 1.33.010.000084/2009-11 Voto: 5809/2011 Origem: PRM - CONCÓRDIA/SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo. Depósito de carvão vegetal sem licença do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental descrito no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Diligência do MPF. Informação do IBAMA/SC no sentido de que a infração ambiental não ocorreu em Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

121. Processo : 1.33.002.000167/2010-34 Voto: 5810/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Transporte de carvão vegetal sem licença do órgão ambiental competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

122. Processo : 1.16.000.003406/2010-17 Voto: 5811/2011 Origem: PR / GO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de Proteção Permanente situada exclusivamente em municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

123. Processo : 1.16.000.003430/2010-48 Voto: 5812/2011 Origem: PR / GO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de Proteção Permanente situada exclusivamente em municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

124. Processo : 1.30.010.000011/2011-47 Voto: 5813/2011 Origem: PRM VOLTA REDONDA/ RJ
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Ter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Suposto crime ambiental previsto no artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Aves não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

125. Processo : 1.22.001.000411/2010-52 Voto: 5814/2011 Origem: PR / MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Utilizar espécimes da fauna silvestre em desacordo com licença obtida da autoridade competente. Suposto crime ambiental previsto no artigo 29, da Lei nº 9.605/98. Aves não ameaçadas de extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

126. Processo : 1.22.000.003520/2010-31 Voto: 5815/2011 Origem: PR / MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Suposto crime ambiental previsto no artigo 29, § 1º, III, da Lei nº 9.605/98. Apreensão de pássaros que estavam em poder de determinada pessoa sem licença válida outorgada pelo órgão competente. Espécies não ameaçadas de extinção. Competência da Justiça Estadual. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

127. Processo : 1.33.010.000004/2010-52 Voto: 5816/2011 Origem:PRM - CONCÓRDIA/SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo. Destruir floresta nativa objeto de especial preservação. Possível crime ambiental previsto no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Área particular. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

128. Processo : 1.00.000.001591/2011-48 Voto: 5817/2011 Origem: PR / MT
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Possível crime ambiental previsto no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Destruir floresta nativa, objeto de especial preservação, em imóvel particular contíguo a área indígena. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

129. Processo : 1.12.000.000878/2010-59 Voto: 5818/2011 Origem: PR / AP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça de Informação. Produção de carvão vegetal, atividade potencialmente poluidora, sem a devida autorização do órgão competente. Possível crime ambiental previsto no artigo 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

130. Processo : 1.23.000.000129/2011-29 Voto: 5819/2011 Origem: PR / PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA, operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

131. Processo : 1.23.002.000475/2009-72 Voto: 5820/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Crimes ambientais. Vender madeira sem licença válida outorgada pela autoridade competente e prestar informações falsas ao sistema oficial de controle de produtos florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

132. Processo : 1.29.016.000097/2010-98 Voto: 5821/2011 Origem: PR / RS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação criminal. Supostos delitos de concussão e estelionato praticados por médico do SUS. Declínio de atribuição por prejuízo (patrimonial) exclusivamente a particular. Remanescendo somente os delitos de concussão e estelionato, pela eventual conduta de receber valor de cliente atendido por meio do SUS, não se evidencia prejuízo a ente federal, produzindo tão-somente efeitos no âmbito particular, sendo a competência da Justiça Estadual. Precedentes.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

133. Processo : 1.34.001.000425/2011-36 Voto: 5822/2011 Origem: PR / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Exploração de jogo de azar . Contravenção penal descrita no art. 50 do DL 3.688/41. Atribuição do Ministério Público Estadual (art. 109, inc. IV, da CF/1988, súmula nº 38 do STJ e Enunciado nº 37 desta 2ª CCR).
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

134. Processo : 1.29.000.001872/2010-00 Voto: 5823/2011 Origem: PR / RS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de simulação de acidente em serviço militar por soldado, com vistas à concessão de reforma militar. Possível delito previsto no artigo 251 do Código Penal Militar. Atribuição do Ministério Público Militar. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

135. Processo : 1.00.000.016509/2010-07 Voto: 5824/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor (indústria exploradora de produtos florestais) em desacordo com a licença obtida. Suposto crime ambiental previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/98. Inexistência de ofensa direta a bem ou interesse da União ou de entidades federais. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

136. Processo : 1.34.022.000005/2011-10 Voto: 5825/2011 Origem: PRM - JAÚ / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Notícia de que procuradores de Município se apropriavam de honorários advocatícios recebidos em execuções fiscais municipais, mesmo não havendo lei municipal autorizadora, e atuavam na defesa do prefeito até nos processos em que ele era acusado de prejudicar o Município. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

137. Processo : 1.00.000.000063/2011-71 Voto: 5826/2011 Origem: PRM - IMPERATRIZ / MA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Transferências eletrônicas fraudulentas por meio da rede mundial de computadores (Internet). No caso, a conta corrente lesada pertence à agencia do Banco do Brasil, que se trata de sociedade de economia mista. Ausência de elementos que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal, porquanto não se verifica ofensa a bens, serviços e interesses da União, ou de suas autarquias ou empresas públicas. Atribuição do Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

138. Processo : 1.00.000.001885/2011-70 Voto: 5827/2011 Origem: PRM - CAÇADOR / SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Relato de cidadão que se diz perseguido por particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

139. Processo : 1.33.016.000002/2011-94 Voto: 5828/2011 Origem: PRM - RIO DO SUL / SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Ter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Suposto crime ambiental previsto no artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Aves não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

140. Processo : 1.22.006.000145/2009-84 Voto: 5829/2011 Origem: PRM PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Notícia de que dois indivíduos fingiram ser Policiais Rodoviários Federais para vender bilhetes de rifa realizada pela Associação dos Policiais Rodoviários Federais. Informação de que referida associação não foi autorizada pela CEF a realizar sorteio filantrópico. Fatos que poderiam configurar apenas eventual delito de estelionato contra particulares (art. 171 CP) e as contravenções penais previstas nos artigos 45 (fingir-se funcionário público) e 50 (explorar jogo de azar) do Decreto-Lei 3.688/41. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

141. Processo : 1.30.905.001806/2010-17 Voto: 5830/2011 Origem: PRM - NITERÓI / RJ
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Exercício ilegal da profissão . Contravenção penal descrita no art. 47 do DL 3.688/41. Atribuição do Ministério Público Estadual (art. 109, inc. IV, da CF/1988, súmula nº 38 do STJ e Enunciado nº 37 desta 2ª CCR).
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

142. Processo : 1.34.010.000149/2009-82 Voto: 5831/2011 Origem: PRM RIBEIRÃO PRETO/SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Suposta comercialização de produtos por meio da internet sem a efetiva entrega das mercadorias. Possível crime de estelionato contra particulares (art. 171 CP). Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

143. Processo : 1.34.010.000150/2009-15 Voto: 5832/2011 Origem: PRM RIBEIRÃO PRETO/SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Suposta comercialização de produtos por meio da internet sem a efetiva entrega das mercadorias. Possível crime de estelionato contra particulares (art. 171 CP). Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

144. Processo : 1.34.008.000085/2011-83 Voto: 5833/2011 Origem: PRM - PIRACICABA / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Comercialização de combustível em desacordo com as especificações da ANP. Crime contra a ordem econômica (artigo 1º, inciso I, da Lei 8.176/91). Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

145. Processo : 1.16.000.003423/2010-46 Voto: 5834/2011 Origem: PRM - ANÁPOLIS / GO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de Proteção Permanente situada exclusivamente em municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

146. Processo : 1.27.000.000257/2011-23 Voto: 5835/2011 Origem: PR / PI
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. *E-mail* enviado ao MPF por cidadão. Notícia de suposta venda de sentença por juiz estadual. Existência de investigação no âmbito do MP do Estado do Piauí, que culminou na sua prisão preventiva. Relato de descaso por parte de gestor municipal em relação a hospitais, servidores públicos, etc. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

147. Processo : 1.34.008.000072/2011-12 Voto: 5836/2011 Origem: PRM - PIRACICABA / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Comercialização de combustível em desacordo com as especificações da ANP. Crime contra a ordem econômica (artigo 1º, inciso I, da Lei 8.176/91). Competência da Justiça Estadual.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
148.	Processo	:	1.26.000.000242/2011-01	Voto: 5837/2011	Origem: PR / PE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposta c ontravenção penal descrita no art. 47 do DL 3.688/41 (exercício irregular da profissão). Atribuição do Ministério Público Estadual (art. 109, inc. IV, da CF/1988, e súmula nº 38 do STJ).		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
149.	Processo	:	1.00.000.002435/2011-02	Voto: 5838/2011	Origem: PRM - MACAÉ/RJ
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Notícia de que a Prefeitura Municipal e a Fundação Municipal Hospitalar de Macaé /RJ estariam contratando funcionários sem concurso público para trabalhar no Hospital Municipal, ao invés de convocar aprovados em concurso ainda vigente. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
150.	Processo	:	1.11.000.001573/2010-00	Voto: 5839/2011	Origem: PR / AL
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Exercício ilegal da profissão. Art. 47 do Decreto-Lei nº 3.688/41. Contravenção Penal. Atribuição do Ministério Público Estadual (art. 109, inc. IV, da CF/1988, súmula nº 38 do STJ e Enunciado nº 37 desta 2ª CCR).		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
151.	Processo	:	1.22.005.000342/2008-22	Voto: 5840/2011	Origem: PRM - IMPERATRIZ / MA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças Informativas Criminais. Contratação indevida de empréstimo consignado em nome de beneficiário da Previdência Social. Suposto crime de estelionato praticado em prejuízo de particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

152.	Processo	:	1.25.002.002410/2010-21	Voto: 5841/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Possível crime de abuso de autoridade. Notícia de agressões físicas infligidas a caminhoneiro por policial rodoviário federal. Ulterior constatação de que, em verdade, o responsável pelas agressões é policial rodoviário estadual. Existência de termo circunstanciado em trâmite na Justiça Estadual para apurar os fatos. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
153.	Processo	:	1.19.000.000511/2008-60	Voto: 5842/2011	Origem: PR / MA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo instaurado a partir do encaminhamento de cópia do relatório final da CPI da Biopirataria, datado de 28/03/2006. Notícia genérica da existência de rotas e pontos de captura voltados ao tráfico de animais silvestres em cidades do Maranhão. Ausência de conduta típica específica a ser investigada. Material já encaminhado pela Câmara dos Deputados à Policial Federal e ao IBAMA para a adoção das providências cabíveis. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
154.	Processo	:	1.33.012.00001/2011-80	Voto: 5843/2011	Origem: PRM S. MIGUEL DO OESTE /SC
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento administrativo encetado a partir de simples ofício do Juízo da Vara do Trabalho de São Miguel do Oeste/SC, noticiando a anulação, pelo TRT da 12ª Região, de decisão por ele proferida em processo trabalhista, que condenou a ré ao pagamento de multa, por tentar criar embaraço ao provimento jurisdicional, e deu ensejo à anterior instauração de peça informativa na Procuradoria de origem, para apurar a prática do delito de coação no curso do processo (art. 344 CP). Informação de que a referida peça informativa já foi arquivada, em face da ausência de elementos que justificassem a persecução penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
155.	Processo	:	1.15.000.002832/2010-62	Voto: 5844/2011	Origem: PR / CE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possíveis crimes de desobediência (art. 330 CP) e de apropriação indébita (art. 168, §1º, III, CP). Notícia de que, mesmo após ser pessoalmente intimado, mediante mandado judicial, a depositar numerário recebido a maior a título de honorários sucumbenciais, o advogado teria permanecido inerte. Diligência. Constatação de que os dados constantes no mandado (nome e endereço) estavam errados. Comprovação do cumprimento da ordem judicial, com o depósito do montante solicitado. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
156.	Processo	:	1.00.000.001503/2011-16	Voto: 5845/2011	Origem: PRR DA 2ª REGIÃO
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças informativas. Suposta fraude eleitoral. Requerente sequer teve seu pedido de registro como candidata apresentado à Justiça Eleitoral. Inexistência de crime no âmbito eleitoral. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
157.	Processo	:	1.25.002.001988/2010-60	Voto: 5846/2011	Origem: PRM CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças informativas. Estelionato Previdenciário. Art. 171, §3º, do Código Penal. Autor que afirmou não possuir veículo na tentativa de simular a condição de hipossuficiência e obter o benefício assistencial de prestação continuada ao portador de deficiência perante o INSS. Conduta carente de potencialidade lesiva, uma vez que a verificação pela Autarquia Previdenciária é realizada independentemente das alegações do requerente. Desnecessidade de continuação da persecução penal. Atipicidade da conduta. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
158.	Processo	:	1.15.000.002113/2005-84	Voto: 5847/2011	Origem: PR / CE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposta prática do crime de sonegação de contribuição previdenciária. Art. 337-A do Código Penal. Segundo informações da Receita Federal, o débito previdenciário foi parcelado e, posteriormente, extinto por pagamento. Extinção da punibilidade com base no art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
159.	Processo	:	1.33.009.000022/2011-54	Voto: 5848/2011	Origem: PR / SC
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Notícia de suposta prática de crime de descaminho. Denúncia oferecida pela prática dos crimes previstos nos arts. 334, § 1º, alínea "c", e art. 273, § 1º-B, incisos I e V, ambos do CP. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
160.	Processo	:	1.23.002.000090/2008-24	Voto: 5849/2011	Origem: PRM - SANTARÉM / PA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Crime ambiental (art. 50-A da Lei nº 9.605/98). Denúncia oferecida pelo MPF (cópia juntada aos autos). Surgimento de dúvida acerca da dominialidade da área desmatada. Diligência efetuada junto ao Cartório de Registro de Imóveis e ao INCRA, a fim de que este informasse sobre a existência de processo de regularização fundiária da área em questão. No entanto, verificou-se a existência do Procedimento Administrativo nº 1.23.002.000109/2005-90, cujo objeto é a apuração da notícia de irregularidades na aquisição de áreas pela mesma empresa envolvida nos presentes autos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
161.	Processo	:	1.30.904.000244/2010-02	Voto: 5850/2011	Origem: PR / RJ
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Notícia de irregularidades na aplicação de verbas federais pela Secretaria Municipal de Saúde de Miracema-RJ, constatadas em auditoria realizada pelo DENASUS. Existência de inquérito policial instaurado para a apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
162.	Processo	:	1.34.010.000775/2003-83	Voto: 5851/2011	Origem: PRM RIBEIRÃO PRETO/SP
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime ambiental. Instauração de inquérito policial para apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
163.	Processo	:	1.35.000.001770/2010-89	Voto: 5852/2011	Origem: PR / SE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime contra a ordem tributária capitulado no artigo 1º, I e II, da Lei nº 8.137/90. Instauração de inquérito policial para apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
164.	Processo	:	1.35.000.001822/2010-17	Voto: 5853/2011	Origem: PR / SE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Notícia de divulgação, oferta e promoção de curso de especialização *lato sensu* com a falsa inclusão do nome de universidade federal como entidade certificadora. Eventual delito de estelionato. Existência de inquérito policial instaurado para a apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
165.	Processo	:	1.35.000.002229/2010-98	Voto: 5854/2011	Origem: PR / SE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime contra a ordem tributária capitulado no artigo 1º, I e II, da Lei nº 8.137/90. Instauração de inquérito policial para apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
166.	Processo	:	1.29.004.000083/2004-65	Voto: 5855/2011	Origem: PRM - PASSO FUNDO/RS
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo Criminal que, após ser remetido a esta 2ª CCR para revisão de promoção de arquivamento, retornou à origem a fim de que fossem realizadas diligências adicionais em relação a eventuais delitos de corrupção passiva (art. 317 CP) e fraude processual (art. 347 CP), supostamente perpetrados por Delegado de Polícia Federal. Existência de ação penal versando sobre os mesmos fatos, onde já houve prolação de sentença. *Bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
167.	Processo	:	1.29.012.000147/2007-71	Voto: 5856/2011	Origem:PRM-BENTO GONÇALVES/RS
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Crime de contrabando (art. 334 CP). Apreensão de máquinas caça-níqueis que funcionavam em estabelecimento comercial. Existência de ação penal versando sobre os mesmos fatos. *Bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
168.	Processo	:	1.15.003.000202/2010-23	Voto: 5857/2011	Origem: PRM - SOBRAL / CE
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Representação fiscal para fins penais noticiando o ingresso, em solo pátrio, de máquina caça-níquel. Suposto delito de contrabando (art. 334 CP). Existência de ação penal versando sobre os mesmos fatos. *Bis in idem*. Arquivamento.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
169.	Processo	:	1.00.000.010118/2010-71	Voto: 5858/2011	Origem: PR / PA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Possível prática do crime previsto no art. 149 do CP (redução a condição análoga à de escravo). Instauração de Procedimento idêntico cujo arquivamento já foi homologado por esta 2ª Câmara (nº 1.23.001.000126/2010-02). Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
170.	Processo	:	1.00.000.011123/2010-09	Voto: 5859/2011	Origem: PR / PA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Possível prática do crime previsto no art. 149 do CP (redução a condição análoga à de escravo). Instauração de Procedimento com o mesmo objeto (nº 1.23.001.000056/2010-84), cujo arquivamento foi homologado por esta 2ª Câmara na sessão 529ª. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
171.	Processo	:	1.00.000.011134/2010-81	Voto: 5860/2011	Origem: PR / PA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Crime previsto no art. 149 do CP (redução a condição análoga à de escravo). Instauração de Procedimento sobre os mesmos fatos (nº 1.23.001.000080/2010-13) que resultou na propositura de ação penal, cujo processo está tramitando na Subseção Judiciária de Marabá sob o nº 8857.76.2010.4.01.3901 (cópia da denúncia em anexo). Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
172.	Processo	:	1.16.000.006221/2010-56	Voto: 5861/2011	Origem: PR / DF
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Controle Externo da Atividade Policial. Confirmação da regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal. Inexistência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
173.	Processo	:	1.34.001.008312/2009-64	Voto: 5862/2011	Origem: PR / SP
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Possíveis irregularidades cometidas por Delegado da Polícia Federal, ao permitir vistas de cartas precatórias ainda não cumpridas a advogados. Atuação em conformidade com a súmula vinculante nº 14 do Supremo Tribunal Federal. Ausência de irregularidades. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
174.	Processo	:	1.34.001.005741/2004-75	Voto: 5863/2011	Origem: PR / SP
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Representação feita pelo Núcleo Criminal da PR/SP à Secretaria dos Ofícios da Tutela Coletiva da mesma unidade, visando à sua intercessão no sentido de obter recursos materiais para viabilizar a implementação de um sistema de armazenamento e compartilhamento de informações criminais sobre perícias documentoscópicas. Arquivamento parcial pela 1ª CCR, com remessa a esta 2ª CCR. Controle externo da atividade policial. Diligência. Notícia da efetiva implantação do sistema almejado, denominado "Criminalística". Objeto atingido. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
175.	Processo	:	1.16.000.000066/2011-45	Voto: 5864/2011	Origem: PR / DF
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao Banco Central do Brasil. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
176.	Processo	:	1.34.001.000451/2008-69	Voto: 5865/2011	Origem: PR / SP
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Controle externo da atividade policial. Procedimento Investigatório Criminal destinado a apurar casos de expedição de ofícios pela Polícia Federal no Estado de São Paulo a órgãos públicos, para fins de investigação, sem a devida instauração de inquérito policial. Diligências. Determinação de instauração de peças informativas próprias para cada tipo de irregularidade verificada nas delegacias do Município de São Paulo. Encaminhamento de documentos apontando irregularidades ocorridas em delegacias do interior às Procuradorias da República atuantes nos respectivos municípios. Esgotamento do objeto deste Procedimento. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
177.	Processo	:	1.16.000.000104/2011-60	Voto: 5866/2011	Origem: PR / DF
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Pedido de cooperação jurídica internacional oriundo do Ministério Público da Suíça. Interrogatórios solicitados realizados em sede judicial após requerimento do MPF. Objetivo atingido. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
178.	Processo	:	1.13.000.001448/2009-83	Voto: 5867/2011	Origem: PR / AM
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Representação. Suposto crime ambiental previsto no art. 29, § 1º, III, c/c § 4º, V, da Lei 9.605/98. Transportar, em unidade de conservação federal, espécime da fauna silvestre sem autorização do órgão ambiental. Fato ocorrido em 08/10/2006. Lapso prescricional de 4 (quatro) anos. Reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da Punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
179.	Processo	:	1.27.000.000158/2011-41	Voto: 5868/2011	Origem: PR / PI
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Possível crime ambiental previsto no art. 52 da Lei 9.605/98. Penetrar em Unidade de Conservação Federal (Parque Nacional Serra da Capivara) conduzindo instrumentos próprios para caça, sem licença da autoridade competente. Afirmação de que a caça se destinava à alimentação dos filhos do investigado. Atestado de pobreza fornecido pela Delegacia de Polícia de São João do Piauí/PI. Caça de subsistência. Excludente de ilicitude (art. 37, I da Lei 9.605/98). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
180.	Processo	:	1.25.002.000538/2010-50	Voto: 5869/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Possível estelionato previdenciário. Notícia do indeferimento de pensão por morte requerida por filho incapaz de beneficiário de aposentadoria por idade rural falecido, ante a ulterior constatação de que este último exercia trabalho urbano no mesmo período em que alegou ter laborado como bóia-fria. Extinção da punibilidade em relação ao beneficiário primitivo (art. 107, I, CP). Transcurso de mais de 15 (quinze) anos da concessão do benefício. Ausência de participação do filho incapaz no pleito de aposentadoria, efetuado em 1992. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
181.	Processo	:	1.21.002.000146/2010-30	Voto: 5870/2011	Origem: PRM - TRÊS LAGOAS/MS
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Possível crime previdenciário. Notícia de que duas pessoas estariam oferecendo acesso privilegiado a informações sigilosas do cadastro da Previdência Social. Diligência junto à Polícia Federal infrutífera. Não identificação dos autores do delito. Inexistência de linha plausível de investigação que justifique novas diligências. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
182.	Processo	:	1.36.000.000332/2004-18	Voto: 5871/2011	Origem: PR / TO
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (Lei 8.137/90). Crédito tributário constituído e extinto em razão do pagamento integral do débito. Incidência do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
183.	Processo	:	1.21.001.000049/2003-28	Voto: 5872/2011	Origem: PRM - DOURADOS / MS
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (Lei 8.137/90). Crédito tributário constituído e extinto em razão do pagamento integral do débito. Incidência do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
184.	Processo	:	1.28.000.000487/2010-74	Voto: 5873/2011	Origem: PR / RN
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Denúncia anônima genérica sobre suposta concessão irregular de ASV (Autorização de Supressão Vegetal) por servidores do IBAMA, sem que tivessem competência para tanto. Diligências. Informação da Superintendência do IBAMA quanto à regularidade da concessão. Ausência de elementos de informação mínimos necessários à deflagração da persecussão penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
185.	Processo	:	1.33.002.000007/2011-76	Voto: 5874/2011	Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
186.	Processo	:	1.33.002.000008/2011-11	Voto: 5875/2011	Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
187.	Processo	:	1.20.001.000077/2010-10	Voto: 5876/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
188.	Processo	:	1.20.001.000098/2010-27	Voto: 5877/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
189.	Processo	:	1.14.000.000102/2011-45	Voto: 5878/2011	Origem: PR / BA
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Representação Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
190.	Processo	:	1.20.001.000108/2010-24	Voto: 5879/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
191.	Processo	:	1.20.001.000122/2010-28	Voto: 5880/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
192.	Processo	:	1.31.000.001483/2010-18	Voto: 5881/2011	Origem: PR / RO
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
193.	Processo	:	1.25.002.002282/2010-15	Voto: 5882/2011	Origem: JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CASCAVEL/PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Descaminho. Importação de medicamento proibido. Art. 334 e 273, §1º, ambos do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Pequena quantidade de medicamentos. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
194.	Processo	:	1.25.033.010366/2010-12	Voto: 5883/2011	Origem: JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA FEDERAL E JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE CASCAVEL/PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
195.	Processo	:	1.20.001.000091/2009-71	Voto: 5884/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
196.	Processo	:	1.25.002.000065/2011-71	Voto: 5885/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
197.	Processo	:	1.25.002.000073/2011-18	Voto: 5886/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
198.	Processo	:	1.25.002.000121/2011-78	Voto: 5887/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
199.	Processo	:	1.25.002.001463/2010-24	Voto: 5888/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
200.	Processo	:	1.25.002.001579/2010-63	Voto: 5889/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
201.	Processo	:	1.25.002.001695/2010-32	Voto: 5890/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
202.	Processo	:	1.25.002.001729/2010-39	Voto: 5891/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
203.	Processo	:	1.25.002.001877/2010-53	Voto: 5892/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
204.	Processo	:	1.25.002.002071/2010-82	Voto: 5893/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
205.	Processo	:	1.25.002.002073/2010-71	Voto: 5894/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
206.	Processo	:	1.25.002.002089/2010-84	Voto: 5895/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
207.	Processo	:	1.25.002.002127/2010-07	Voto: 5896/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
208.	Processo	:	1.25.002.002345/2010-33	Voto: 5897/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
209.	Processo	:	1.25.002.002347/2010-22	Voto: 5898/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
210.	Processo	:	1.25.003.003415/2010-61	Voto: 5899/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
211.	Processo	:	1.25.003.007541/2010-94	Voto: 5900/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
212.	Processo	:	1.25.003.014933/2010-18	Voto: 5901/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relatora	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

213. Processo : 1.26.000.000258/2010-24 Voto: 5902/2011 Origem: PRR DA 5ª REGIÃO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de desobediência supostamente praticado por prefeito (art. 1º, XIV, DL 201/67). Decisão de juízo trabalhista determinando a Município que informasse quais bens de entidade assistencial já desativada estavam em seu poder. Ulterior cumprimento. Atraso justificado pela necessidade de busca apurada nos arquivos municipais para a identificação dos bens. Não configuração do delito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

214. Processo : 1.23.000.002395/2010-13 Voto: 5903/2011 Origem: PR / PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime de desobediência (art. 330 CP). Depositário de bem penhorado que, depois de intimado, não o teria apresentado no local indicado. Contrafé do mandado entregue a sua esposa, ante a informação de que ele se encontrava em outro Estado, sem previsão de retorno, e não possuía celular. Ausência de ciência inequívoca da ordem judicial por quem tinha o dever de cumpri-la, essencial para a configuração do delito. Atipicidade da conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

215. Processo : 1.00.000.002459/2011-53 Voto: 5904/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime de desobediência (art. 330 CP). Descumprimento de notificação da ANP para apresentar documentos fiscais e contábeis da empresa. Infração administrativa prevista no art. 3º, IV e XVI, da Lei nº 9.847/99, apenada com multa. Ausência de expressa ressalva da possibilidade de cumulação da multa com sanção penal. Atipicidade da conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

216. Processo : 1.14.000.001135/2010-21 Voto: 5905/2011 Origem: PR / BA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação criminal. Suposto delito de desobediência (art. 330 CP). Notícia de que, mesmo intimado, advogado da CEF não teria atendido determinação judicial de exibição de documentos. Diligências. Constatação da ilegitimidade da CEF para integrar o pólo passivo da demanda e cumprir a ordem judicial, pois estas concerniam ao PASEP, administrado pelo Banco do Brasil. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

217. Processo : 1.14.006.00032/2008-70 Voto: 5906/2011 Origem: PRM PAULO AFONSO / BA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação Criminal. Notícia de desvio de recursos oriundos do SUS por ex-prefeito municipal, a partir da aquisição de medicamentos e materiais hospitalares de empresa não cadastrada perante o fisco estadual, cuja entrega ao Hospital do Município não teria se efetivado. Informações não confirmadas pelas diligências empreendidas. Ausência de elementos mínimos justificadores do prosseguimento das investigações. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

218. Processo : 1.27.000.000417/2010-53 Voto: 5907/2011 Origem: PR / PI
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para apurar a eventual existência de parceria entre Municípios do Piauí e organizações de sociedades civis de interesse público investigadas, em âmbito nacional, pelo cometimento de fraudes e desvios de recursos públicos federais destinados ao Programa de Saúde da Família (PSF). Diligências. Não identificação de parceria ou contrato celebrado entre as referidas OSCIP's e Prefeituras dos Municípios do Estado. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

219. Processo : 1.11.000.001636/2010-10 Voto: 5908/2011 Origem: PR / AL
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de discriminação de mestrando por orientador e colegiado de professores de curso de mestrado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Recusa do orientador em se reunir com o mestrando. Afirmação de que outros alunos tiveram mais tempo para apresentar as respectivas dissertações. Omissão da UFAL. Existência de IPL instaurado com base em informações do representante concernentes à ocorrência de discriminação no mesmo curso de mestrado, já arquivado. Possível *bis in idem*. Atipicidade dos fatos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

220. Processo : 1.0.000.016384/2010-15 Voto: 5909/2011 Origem: PROMOTORIA ELEITORAL DA 93ª ZONA ELEITORAL DO MARANHÃO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de informação. Notícia de que as contas de candidato a vereador nas eleições de 2004 foram rejeitadas em face da arrecadação de recursos e realização de despesas sem a passagem dos respectivos valores pela conta bancária aberta para este fim. Eventual delito previsto no artigo 350 do Código Eleitoral. Recibos eleitorais devidamente emitidos. Ausência de indícios da ocorrência de menções inverídicas a dados relativos a receitas e despesas. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

221. Processo : 1.20.000.000775/2009-83 Voto: 5910/2011 Origem: PR / MT
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de que, em desrespeito a decisão judicial proferida em ação de interdito proibitório promovida na Justiça Estadual, sem-terras invadiram imóvel rural de particulares, com vistas à extração de minérios sem a devida autorização. Diligências. Constatação de que a extração irregular de minérios não chegou a ocorrer. Não configuração dos delitos previstos no artigo 2º da Lei nº 8.176/91 e no artigo 55 da Lei nº 9.605/98, que poderiam ensejar a atribuição do Ministério Público Federal. Existência de inquérito policial na Polícia Civil para apurar os delitos de competência estadual. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

222. Processo : 1.15.000.002829/2010-49 Voto: 5911/2011 Origem: PR / CE
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Suposto crime de estelionato contra o Ministério dos Transportes. Recebimento de parcela de benefício após a morte da beneficiária, que ocorreu em 25/11/1997. Comunicação para exclusão da folha de pagamento realizada no mês seguinte (dezembro de 1997). Pedido de reversão do período creditado indevidamente (de 26/11/1997 a 12/1997) que se deu apenas no final do ano de 2006, quando o saldo da conta já estava zerado. Inexistência de má-fé dos investigados, os quais receberam equivocadamente parcela do benefício durante menos de uma semana, provavelmente utilizando a quantia para as despesas da *de cujus*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

223. Processo : 1.14.001.000102/2009-11 Voto: 5912/2011 Origem: PRM - ILHÉUS / BA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Civil Público. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1º, III e VII, do DL nº 201/67. Ex-prefeitos. Irregularidade na aplicação de recursos federais transferidos pelo extinto Ministério do Bem-Estar Social ao Município de Igaí/BA. Transcorridos mais de 13 anos desde a data em que deveria ter sido comprovada a regular aplicação dos recursos, além do falecimento de um dos gestores municipais. Prazo prescricional: 08 anos (art. 109, IV, CP). Prescrição. Extinção da punibilidade. Arquivamento já homologado pela 5ª CCR. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

224. Processo : 1.28.200.000014/2010-11 Voto: 5913/2011 Origem: PRM - CAICÓ / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Ex-prefeito. Apuração de supostas irregularidades na execução de convênio celebrado entre Prefeitura Municipal e o Fundo Nacional de Saúde, que tinha por objeto a construção e restauração de unidades habitacionais para o controle da Doença de Chagas. Diligências. Irregularidades sanadas. Aprovação das contas apresentadas. Objetivo do aludido convênio alcançado plenamente. Inexistência de prática delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

225. Processo : 1.28.000.001679/2010-06 Voto: 5914/2011 Origem: PR / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de informação. Possível crime de responsabilidade previsto no artigo 1º, V, do DL 201/67. Ex-prefeito. Supostas irregularidades na execução de convênio celebrado entre Prefeitura Municipal e o Ministério da Saúde, que tinha por objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes de saúde. Aplicação dos recursos em mercado financeiro, em desacordo com cláusulas do convênio, e aquisição de equipamentos constantes no plano de trabalho aprovado, mas sem funcionalidade (em desuso). Período de vigência do convênio: 31/12/2001 a 25/02/2003 (fl. 07). Prescrição. Extinção de punibilidade (art. 1º, §1º, do DL nº 201/67 c/c art. 109, inc. IV, do CP). Arquivamento. Remessa à 5ª CCR.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

226. Processo : 1.14.004.000175/2007-11 Voto: 5915/2011 Origem: PRM FEIRA DE SANTANA/BA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1°, III, do DL n° 201/67. Ex-prefeito. Irregularidade na aplicação de recursos federais oriundos de convênio firmado entre Prefeitura Municipal e o FNDE. Período de vigência do convênio: 28/06/1996 a 28/03/1997. Prazo prescricional: 8 (oito) anos. Prescrição. Extinção da punibilidade. Arquivamento já homologado pela 5ª CCR. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

227. Processo : 1.17.001.000141/2008-25 Voto: 5916/2011 Origem: PRM C. DE ITAPEMIRIM/ES
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Civil Público. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1°, VII, do DL n° 201/67. Omissão na prestação de contas de recursos repassados ao Município pelo FNDE em convênio destinado à construção de uma escola de ensino fundamental. Ex-prefeito. Data para prestação de contas: 28/02/1999. Prescrição. Extinção de punibilidade (art. 1º, §1º, do DL nº 201/67 c/c art. 109, inc. IV, do CP). Arquivamento já homologado pela 5ª CCR. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

228. Processo : 1.22.006.000074/2010-53 Voto: 5917/2011 Origem: PRM PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Eventuais crimes de falsificação de documento público (art. 297 CP) e de tentativa de estelionato (art. 171, § 3º, c/c art. 14, II, CP). Notícia da possível falsidade de certidão de casamento apresentada em ação previdenciária voltada à concessão de aposentadoria especial, ante a divergência entre a sua data de emissão (28/01/2008) e o ano constante no carimbo de autenticação ("1998"). Diligências. Constatação da autenticidade da certidão. Esclarecimento de que o número "1998" referia-se ao valor pago pela mesma (R$ 19,98). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

229. Processo : 1.12.000.000066/2010-11 Voto: 5918/2011 Origem: PR / AM
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Falso testemunho (art. 342, CP). Depoimento que não influiu no deslinde da demanda na Justiça Trabalhista. A potencialidade do dano à administração da justiça é elemento constitutivo do delito. Ausência de justa causa para ação penal. Precedentes STJ, TRF1 E TRF3. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

230. Processo : 1.13.000.000308/2010-21 Voto: 5919/2011 Origem: PR / AM
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação Criminal oriunda da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Encaminhamento de Procedimento Administrativo constituído no âmbito da EBCT para apuração do furto de encomenda que estava sob a guarda de empregado (carteiro). Aplicação de penalidade disciplinar (advertência por escrito) e responsabilidade pecuniária. Possível crime de peculato culposo. Não configuração do delito, já que o representado não concorreu para a prática do crime, nem mesmo de forma culposa, pois deixou o veículo travado e o manteve ao alcance de sua vista por cerca de 10 minutos, quando foi forçada a fechadura e furtado o objeto. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

231. Processo : 1.00.000.001469/2011-71 Voto: 5920/2011 Origem: PRM PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Introdução de moeda falsa em circulação (art. 289, § 1º, CP). Diligências. Ausência de quaisquer indícios de autoria delitiva. Inexistência de outras linhas de investigação. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

232. Processo : 1.00.000.000872/2011-83 Voto: 5921/2011 Origem: PRM-PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de moeda falsa. Art. 289, § 1º, do Código Penal. Autoria não demonstrada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

233. Processo : 1.20.000.001509/2010-10 Voto: 5922/2011 Origem: PR / MT
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo Criminal. Radiodifusão. Equipamento utilizado para a prática da infração com potência inferior ao estabelecido para a identificação de baixa frequência (03 watts). Sanção administrativa - interrupção dos serviços. Informação de situação regularizada perante a ANATEL - licença de funcionamento. Arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

234. Processo : 1.30.002.000027/2009-34 Voto: 5923/2011 Origem:PRM-C. DE GOYTACAZES/RJ
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo Criminal. Crime contra as telecomunicações . Denúncia anônima. Não localização de rádio clandestina. Varredura com equipamento especializado, sem êxito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

235. Processo : 1.24.002.000160/2009-98 Voto: 5924/2011 Origem: PRM - SOUSA/PB
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Ex-prefeito. Possíveis crimes de responsabilidade previstos no art. 1º, II e VII, do Decreto-Lei nº 201/67. Falecimento do investigado. Certidão de óbito juntada aos autos. Extinção da punibilidade (art. 107, I, do CP). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

236. Processo : 1.03.000.001030/2010-56 Voto: 5925/2011 Origem: PRR DA 3ª REGIÃO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Prefeito. Eventual crime de responsabilidade previsto no artigo 1º, inciso VII, da DL nº 201/67. Possível omissão no dever de prestar contas da aplicação de recursos recebidos do FNDE em virtude de convênio. Informação do FNDE de que as contas foram tempestivamente apresentadas. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

237. Processo : 1.31.000.001546/2009-01 Voto: 5926/2011 Origem: PR / RO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Suposto crime de peculato (art. 312, CP). Documentação encaminhada pelo TCU noticiando diversas irregularidades praticadas em 2001 pelos ex-dirigentes do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural de Rondônia (SENAR/RO), tais como, despesas com refeições em churrascarias, sem comprovação correspondente de gastos com atividades e objetivos da Instituição, além de gastos com óleo diesel quando os automóveis da frota utilizavam outro tipo de combustível. Inexistência de comprovação de apropriação/desvio de verbas por parte dos agentes públicos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

238. Processo : 1.28.000.001819/2010-38 Voto: 5927/2011 Origem: PR / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Roubo ocorrido em agência dos Correios. Notícia do encaminhamento, à Polícia Federal, de cópia do processo administrativo promovido no âmbito da ECT/RN, com vistas à instauração de inquérito policial. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

239. Processo : 1.34.001.008560/2010-49 Voto: 5928/2011 Origem: PR / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas remetidas pela 1ª CCR. Aventado crime contra a honra. Indivíduo que afirma ter sido negligenciado pela DPU e ofendido por Defensora Pública da União em procedimento de assistência gratuita visando à obtenção de resposta ao seu pedido de bolsa junto ao PROUNI, bem como à adoção de medidas para que ele pudesse se matricular no segundo semestre da Faculdade de Direito de universidade particular, mesmo estando em atraso com as mensalidades do semestre anterior. Pleito devidamente analisado pela Defensora, que concluiu pela inviabilidade jurídica da pretensão do representante, qualificando-o de "inadimplente" apenas para justificar a ausência de direito à matricula almejada. Não configuração do delito. Ademais, ainda que este estivesse configurado, trata-se de crime de ação penal de iniciativa privada, que somente se procede mediante queixa (art. 145 CP). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

240. Processo : 1.01.004.000332/2010-41 Voto: 5929/2011 Origem: PRR/1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação criminal contra atual Prefeita de Município mineiro e seu esposo (Vereador) por supostas irregularidades em contrato de locação de veículo para prestação de serviços à Câmara Municipal e por suposta fraude em licitação. Não envolvimento de bens ou recursos federais. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito no MPF. Idêntica representação contra o Vereador também instaurada no âmbito do MP Estadual (já arquivada por ausência de indícios de irregularidades). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

241. Processo : 1.14.001.000034/2008-17 Voto: 5932/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime de prevaricação (art. 319 CP). Notícia de possível omissão da Polícia Federal em investigar denúncias quanto à formação de organização criminosa envolvendo servidores públicos e profissionais da justiça, com atuação em diversos estados brasileiros. Diligências. Regular apuração dos fatos denunciados, culminando no arquivamento dos respectivos feitos inquisitivos. Credibilidade do representante abalada diante de notícia do MPE quanto ao seu hábito de denuncismo. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

242. Processo : 1.28.000.001717/2010-12 Voto: 5933/2011 Origem: PR / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime de prevaricação (art. 319 CP). Notícia de possível desídia de autoridade policial, ante a demora para concluir inquérito policial. Atraso justificado pela complexidade do caso, reconhecida pelo magistrado e pelo promotor de justiça oficiantes no feito. Encerramento das investigações dentro do prazo razoável de aproximadamente 1 (um) ano e 3 (três) meses. Regular atuação das autoridades policiais que as conduziram. Não configuração do delito. Arquivamento. Remessa à 5ª CCR.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

243. Processo : 1.13.000.001050/2008-66 Voto: 5934/2011 Origem: PR / AM
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo encetado a partir de simples ofício da ANP encaminhando cópia de decisão que julgou insubsistente auto de infração anteriormente remetido à Procuradoria de origem, o qual noticiava o não atendimento, por revendedor de GLP, de normas de segurança impostas pela ANP. Informação de que o inquérito policial instaurado a partir do referido auto de infração já foi arquivado, ante a atipicidade das condutas nele versadas. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

244. Processo : 1.00.000.016496/2010-68 Voto: 5935/2011 Origem: PR / AM
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Ex-prefeito. Descumprimento, no prazo legal, de ordem emanada de Tribunal Regional do Trabalho, que requisitou informações quanto às providências adotadas para o pagamento de precatório. Eventual crime de responsabilidade (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei nº 201/67). Não configuração, tendo em vista que o "processamento e pagamento de precatório judicial têm natureza administrativa, não jurisdicional" (STF - Inq 2605/SP, Rel. Min. Menezes Direito, DJ de 25.04.2008). Ausente, portanto, a elementar típica "ordem judicial". Posterior constatação da quitação do precatório. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

245. Processo : 1.34.001.002493/2006-72 Voto: 5936/2011 Origem: PR / SP
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Apuração de possível crime contra o Sistema Financeiro Nacional (art. 6º da Lei nº 7.492/86) durante a transação de venda de título patrimonial pertencente à determinada pessoa jurídica e corretora de mercadorias. Diligências realizadas pela Procuradora da República oficiante (oitiva de todos os envolvidos e análise de documentação). Não configuração de qualquer conduta delituosa. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

246. Processo : 1.24.000.001700/2010-12 Voto: 5937/2011 Origem: PR / PB
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de sonegação de contribuições previdenciárias (art. 337-A CP) no âmbito de Câmara Municipal. O delito previsto no artigo 337-A, por ser crime material, necessita da constituição definitiva do crédito tributário para o início da persecução criminal. Precedentes do STF e do STJ. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

247. Processo : 1.28.200.000008/2005-04 Voto: 5938/2011 Origem: PRM - CAICÓ / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Relatório de fiscalização da CGU dando conta da ausência de retenção, pela Prefeitura, de contribuições previdenciárias relativas a serviços prestados por empresa particular, em 2004, para a construção de uma feira coberta. Diligências. Informação de que o contrato celebrado era do tipo empreitada total, em que inexiste obrigação de retenção. Incidência do artigo 71 da Lei nº 8.666/93, especial em relação ao Plano de Custeio da Previdência Social. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

248. Processo : 1.25.002.000007/2011-48 Voto: 5941/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa Criminal. Prática de transgressões disciplinares atribuídas a detentos de penitenciária federal, tendo em vista que foram encontrados fragmentos de cordão altamente resistente, aparentemente utilizados como "teresas", nas suas respectivas celas (arts. 45, inciso III, e 44, inciso II, ambos do Decreto nº 6.049/2007 - Regulamento Penitenciário Federal). Fato penalmente atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

249. Processo : 1.25.002.000018/2011-28 Voto: 5942/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa Criminal. Prática de transgressão disciplinar atribuída a detento de penitenciária federal, consistente em receber de outro interno algumas revistas com o auxílio de instrumento conhecido como "teresa", feito com camisetas (art. 44, inciso III, do Decreto nº 6.049/2007 - Regulamento Penitenciário Federal). Fato penalmente atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

250. Processo : 1.25.002.000019/2011-72 Voto: 5943/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa Criminal. Prática de transgressões disciplinares atribuída a detentos de penitenciária federal, consistente em passar entre as respectivas celas três pães com o auxílio de instrumento conhecido como "teresa", feito com camisetas (arts. 43, inciso III, e 44, inciso III, ambos do Decreto nº 6.049/2007 - Regulamento Penitenciário Federal). Fato penalmente atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

251. Processo : 1.25.002.002387/2010-74 Voto: 5944/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa Criminal. Prática de transgressão disciplinar atribuída a detento de penitenciária federal, tendo em vista que foram localizados pelo chefe de plantão um uniforme, um calção e uma camiseta manga curta, com numeração de identificação 63 (art. 44, inciso XIX, do Decreto nº 6.049/2007 - Regulamento Penitenciário Federal). Fato penalmente atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

252. Processo : 1.20.000.000874/2009-65 Voto: 5945/2011 Origem: PR / MT
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Suposto uso de documento particular materialmente falso. Empresa constituída em nome de terceira pessoa sem o seu consentimento. Apresentação da declaração de firma individual falsificada à CONAB, para celebração de contratos de venda e compra simultâneas que, embora com atraso, restaram adimplidos. Fatos ocorridos em 1998. Lapso prescricional de 12 (doze) anos. Reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da Punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

253. Processo : 1.29.000.002203/2010-47 Voto: 5946/2011 Origem: PR / RS
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de constrangimento de comissárias no interior de aeronave, promovido por passageiro em face do atraso do vôo e da falta de esclarecimentos sobre os respectivos motivos. Utilização, pelo mesmo passageiro, de celular sem "cartão SIM" durante o vôo. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

254. Processo : 1.25.003.010811/2009-19 Voto: 5947/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

255. Processo : 1.25.000.000853/2005-30 Voto: 5948/2011 Origem: PR / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Suposta prática de crime contra a ordem tributária. Segundo informações da Receita Federal, o débito foi parcelado e, posteriormente, extinto por pagamento integral. Extinção da punibilidade com base no art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

256. Processo : 1.25.000.003323/2005-43 Voto: 5949/2011 Origem: PR / PR
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Suposta prática de crime contra a ordem tributária. Segundo informações da Receita Federal, o débito foi parcelado e, posteriormente, extinto por pagamento integral. Extinção da punibilidade com base no art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

257. Processo : 1.33.009.000031/2011-45 Voto: 5950/2011 Origem: PRM - CAÇADOR / SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

258. Processo : 1.33.009.000106/2009-73 Voto: 5951/2011 Origem: PRM - CAÇADOR / SC
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Apuração de possíveis irregularidades apontadas pela Controladoria Geral da União, na aplicação de verbas federais repassadas ao Município de Curitibanos/SC. Existência de outro procedimento que apurava os mesmos fatos (1.33.009.000099/2009-18). Instauração de inquérito policial a fim de apurar eventual crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

259. Processo : 1.28.000.000415/2010-27 Voto: 5952/2011 Origem: PR / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para apurar a eventual existência de parceria entre Municípios do Rio Grande do Norte e organizações de sociedades civis de interesse público (OSCIP's) investigadas, em âmbito nacional, pelo cometimento de fraudes e desvios de recursos públicos federais destinados ao Programa de Saúde da Família (PSF). Diligências. Não identificação de termo de parceria ou contrato celebrado entre as referidas OSCIP's e Prefeituras dos Municípios do Estado. Arquivamento homologado pela 5ª CCR. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

Relatora: Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

NÃO-PADRÃO

260. Processo : 1.23.002.000047/2010-83 Voto: 3355/2011 Origem: PRM/Santarém-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL. ART. 29, LEI 9.605/98. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. ESPÉCIMES NÃO AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO. DECLÍNIO.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a suposta prática do crime ambiental previsto no art. 29, da Lei n. 9.605/98.
2. O Procurador da República promoveu o arquivamento do feito sob o entendimento de que embora a conduta se subsuma à definição jurídica do crime ambiental, não ultrapassa a análise da tipicidade material, pois, conforme constatado nos autos, os dois pássaros da espécime *podocnemis unifilis* (tracajás), logo após a apreensão, foram devolvidas ao seu habitat.
3. Tem-se que o caso não é de arquivamento do procedimento administrativo, mas sim de declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
4. Isto porque os pássaros apreendidos em poder do investigado não correspondem a espécimes ameaçadas de extinção, conforme consulta realizada na IN-MMA nº 003 de 26/05/2003, situação essa que firmaria a competência da Justiça Federal para processo e julgamento do crime. Precedentes do STJ (HC 200301851700, PAULO GALLOTTI, STJ - SEXTA TURMA, 26/03/2007).
5. Assim,voto pela não-homologação do arquivamento e pela remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

261. Processo : 1.31.000.000682/2010-17 Voto: 3356/2011 Origem: PR/RO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. POSSÍVEL FRAUDE NA APRESENTAÇÃO DE INFORMAÇÕES JUNTO AO SISTEMA DE COMERCIALIZAÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS FLORESTAIS - SISFLORA. SUPOSTO DELITO DE FALSIDADE IDEOLÓGICA, PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL. A ATRIBUIÇÃO PARA O CONTROLE DE PRODUTOS E SUBPRODUTOS FLORESTAIS, QUE ANTES ERA DO IBAMA, FOI TRANSFERIDA ÀS SECRETARIAS DE MEIO AMBIENTE DOS ESTADOS. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS QUE INDICAM A ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA ATUAR NO CASO. IMPOSSIBILIDADE DE O MPF PROMOVER O ARQUIVAMENTO DO FEITO. REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a suposta prática de fraude na emissão de guias florestais, por meio da prestação de informações falsas junto ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais - SISFLORA.
2. A suposta conduta fraudulenta ocorreu no ano de 2007, quando a atribuição para o controle de produtos e subprodutos florestais não era mais do Ibama, e sim das Secretarias de Meio Ambiente dos Estados.
3. A Procuradora da República não declinou suas atribuições ao Ministério Público Estado, mas sim promoveu o arquivamento do procedimento, sob o entendimento de que não há, nos autos, elementos que demonstrem a prática de eventuais crimes.
4. Impossibilidade de o Ministério Público Federal promover o arquivamento do feito, uma vez que a atribuição para persecução penal, no caso, é do Ministério Público Estadual.
5. Ademais, a promoção de arquivamento não está baseada em questão de ordem pública, o que permitiria a sua homologação por este Colegiado, ma sim está baseada em questão de ausência de justa causa para persecução penal - critério esse que deve ser analisado pelo órgão ministerial que possua atribuição para tanto.
6. Voto, portanto, pela não-homologação do arquivamento e pela remessa dos autos ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

262. Processo : 1.29.012.000001/2011-11 Voto: 3357/2011 Origem: PRM/Bento Gonçalves-RS
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS CRIMINAIS. SUPOSTO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ART. 168-A, CP). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO-HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de representação fiscal para fins criminais para apurar a prática, em tese, do delito previsto no art. 168-A, do Código Penal.
2. O membro do MPF requereu o arquivamento do feito com base na atipicidade penal da conduta, por entender aplicável ao caso o princípio da insignificância, em razão do valor débito não ultrapassar o patamar mínimo de R$ 10.000,00 mencionado no art. 20 da Lei 10.522/2002.
3.Em se tratando de crimes em detrimento da Previdência Social, a aplicação do princípio da insignificância deve ser feita com parcimônia, ante o grau de reprovabilidade de tais condutas que, além de configurar lesão ao patrimônio público, comprometem a higidez de um sistema calcado na participação de futuros beneficiários, em regime de contribuição. Fraudar a Previdência põe em risco a sustentabilidade do mecanismo de seguro social.
4. Inaplicabilidade do patamar de R$ 10.000,00 para fins de insignificância penal. Recente entendimento do STF que ratificou a impossibilidade de acorrer ao referido princípio em se tratando dos delitos em voga
5. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

263. Processo : 1.00.000.002195/2011-38 Voto: 3358/2011 Origem: JF/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334, DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93). PROPOSTA DE DELAÇÃO PREMIADA. AUSÊNCIA DE MEMBRO DO MPF. NULIDADE DAS PROVAS. ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do crime de descaminho definido no art. 334, do Código Penal, consistente na ação de ilidir o pagamento de tributo devido pela entrada de cigarros em território nacional.
2. O Procurador da República oficiante promoveu arquivamento por entender que as provas produzidas até então são nulas, já que obtidas sob o manto de 'delação premiada' concedida de forma irregular, uma vez que não houve participação do Ministério Público.
3. O MM. Juiz Federal, por sua vez, discordou das razões do MPF, sob o fundamento de que o benefício da delação premiada não foi concedido aos investigados. Aduziu, ainda, que ao MPF resta espaço para regularizar eventual problema inicial.
4. Firmado o dissenso, os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28, CPP, c/c art. 62, IV, da LC 75/93.
5. A legitimidade do Ministério Público para conduzir diligências investigatórias decorre de expressa previsão constitucional, oportunamente regulamentada pela Lei Complementar n.º 75/93. Assim, é consectário lógico da própria função do órgão ministerial - titular exclusivo da ação penal pública - proceder privativamente à proposta de delação premiada.
6. Dessa forma, concedidos os benefícios da delação premiada sem que tenha havido proposta do Ministério Público, o reconhecimento da nulidade das provas obtidas é algo que se impõe, sobretudo pelo fato de gerar falsa expectativa de redução de pena ao investigados.
7. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

264. Processo : 1.00.000.002252/2011-89 Voto: 3359/2011 Origem: JF/GO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A, DO CP). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93). DEPÓSITO JUDICIAL DO MONTANTE DEVIDO. POSSIBILIDADE DE CONVERSÃO EM RENDA. INSISTÊNCIA DO ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do crime de sonegação previdenciária definido no art. 337-A, do Código Penal, consistente na supressão de contribuições previdenciárias, através da prática de omissão de fatos geradores na GFIP.
2. Consta nos autos que os investigados procederam ao depósito judicial da integralidade do débito com o objetivo de garantir o juízo.
3. O Procurador da República oficiante promoveu arquivamento por entender que o depósito judicial do valor integral do débito tributário não apenas suspende a exigibilidade do tributo, como também demonstra o comprimento da obrigação de recolher o tributo e, consequentemente, a extinção da punibilidade.
4. O MM. Juiz Federal, por sua vez, discordou das razões do MPF, sob o fundamento de que o depósito judicial não tem o condão de extinguir a punibilidade do réu, haja vista que não se confunde com o pagamento e, tampouco, com o parcelamento.
5. Firmado o dissenso, os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28, CPP, c/c art. 62, IV, da LC 75/93.
6. S e o contribuinte ajuizou ação para discutir o lançamento do débito e realizou o depósito judicial em sua integralidade, resta assegurado o pagamento do crédito tributário ao Fisco, caso a Justiça reconheça ser devido o tributo. Aplicação analógica do art. 156, VI, do CTN, c/c o §2º, art. 9º, da Lei n. 10.684/03.
7. Assim, voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

265. Processo : 1.11.000.000459/2010-54 Voto: 3360/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO EXERCÍCIO ILEGAL DA PROFISSÃO DE CORRETOR DE IMÓVEIS. ART. 47 DO DEC-LEI Nº 3688/41. CONTRAVENÇÃO PENAL. ARQUIVAMENTO. CONHECIMENTO DA REMESSA COMO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. SÚMULA 38 DO STJ..
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a suposta contravenção tipificada no art. 47, do Decreto-Lei n.º 3.68/41.
2. O Procurador da República oficiante, após diligências realizadas, requereu o arquivamento do procedimento investigatório ao argumento de que não há indícios de que o investigado agiu mediante meio fraudulento, ou o uso de documento falso ou de dados ideologicamente falsos perante órgãos federais.
3. *In casu*, o suposto exercício ilegal da profissão se amolda ao tipo descrito no art. 47 do Dec-lei 3.688/41. Ocorre que, conforme o disposto no art. 109, IV, da Constituição da República, a apreciação de atos configuradores de contravenção penal refoge à competência federal, ainda que em detrimento de interesses federais. Aplicação da Súmula 38 do STJ.
4. Voto pelo conhecimento da remessa como declínio de atribuições em favor do Ministério Público Estadual.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

266. Processo : 1.11.000.001159/2010-92 Voto: 3361/2011 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. NOTICIA DE IRREGULARIDADES NA DISTRIBUIÇÃO DE DONATIVOS AOS DESABRIGADOS DAS ENCHENTES NO MUNICÍPIO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO OU DE SUAS ENTIDADES. ARQUIVAMENTO. CONHECIMENTO DA REMESSA COMO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar supostas irregularidades na distribuição de donativos aos desabrigados das enchentes ocorridas no Município de Rio Largo/AL, em junho de 2010.
2. O Procurador da República oficiante, quedando-se inerte quanto à realização de diligências, requereu o arquivamento do procedimento investigatório ao argumento de que não há indícios de autoria ou materialidade de crime.

3. *In casu*, verifica-se que não houve por parte do Procuradoria da República a realização de diligências para a apuração dos fatos.
4. Ademais, tudo indica que as condutas supostamente criminosas não acarretam prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, situação que afasta a competência da Justiça Federal, falecendo, portanto, atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. I da CF.
5. Voto pelo conhecimento da remessa como declínio de atribuições em favor do Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

267. Processo : 1.34.001.006715/2008-98 Voto: 3362/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME DE PREVARICAÇÃO. DECISÕES FUNDAMENTADAS. AUSÊNCIA DE TIPICIDADE. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado a partir de documentos encaminhados por Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil, para apurar a suposta prática do crime de prevaricação por membros da Delegacia da Receita Federal de Julgamento e do Conselho de Contribuintes, todos do Estado de São Paulo.
O Procurador da República oficiante, após diligências realizadas, requereu o arquivamento do procedimento investigatório ao argumento de que todas as decisões contrárias ao entendimento do Auditor Fiscal foram devidamente motivadas, não se constatando a contradição com disposição expressa de lei aduzida pelo noticiante.
Instado a se manifestar, o Auditor Fiscal discordou das razões do Procurador oficiante, afirmando que o Ministério Público deixou de analisar diversos aspectos relevantes sobre a questão.

Da análise paradigmática das decisões proferidas nos autos dos processos administrativos fiscais instaurados em desfavor das sociedades empresárias, verifica-se que todas foram devidamente fundamentadas.
É o que se pode inferir, pois, em suas manifestações, os julgadores não se quedaram inertes no colacionamento de acórdãos demonstrando que seus posicionamentos já foram acolhidos pelo órgão julgador em ocasiões anteriores, sobretudo no que diz respeito à utilização do preço CIF, ao invés do preço FOB, na fixação do preço de transferência pelo método PRL, conforme ressaltado pelo Procurador oficiante.
Quanto ao entendimento da Delegacia de Receita Federal e do Conselho de Contribuintes no sentido de que apenas as planilhas, sem a identificação dos supostos paradigmas, são insuficientes para demonstrar as irregularidades apontadas, tenho que a questão se insere no âmbito do livre convencimento dos julgadores, não havendo que se falar em ofensa a dispositivo literal de lei.
7. Voto pela homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

268. Processo : 1.13.000.001495/2008-46 Voto: 3364/2011 Origem: JF/AM

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. IMPORTAÇÃO IRREGULAR DE PRODUTOS ESTRANGEIROS. POSSÍVEL CRIME DE CONTRABANDO OU DESCAMINHO. ART. 334 DO CÓDIGO PENAL. IMPOSSIBILIDADE DE SE COMPROVAR, POR MEIO DE PERÍCIA, A FALSIDADE DAS MERCADORIAS. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE INDIQUEM A PRÁTICA DO DELITO DE CONTRABANDO. POSSIBILIDADE APENAS DE SE RECONHECER O SUPOSTO CRIME DE DESCAMINHO. APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apuração do possível crime de contrabando ou descaminho, verificado pela importação irregular de produtos originários da Guiana Francesa.
2. O Procurador da República requereu o arquivamento do feito sob o entendimento de que o próprio valor total das mercadorias se enquadraria no limite estabelecido para a aplicação do princípio da insignificância.

3. Diante de indícios da contrafação da mercadoria apreendida, o Procurador da República também requereu a extração e o envio de cópias destes autos à Justiça Estadual, para processar e julgar eventual crime de violação de marcas (art. 190, I, da Lei nº 9.279/96).
4. O Magistrado indeferiu o pedido de arquivamento, pois entendeu que, pelos indícios de falsidade da mercadoria, a conduta praticada configuraria em tese o crime de contrabando, e não o de descaminho, rejeitando a hipótese do suposto delito de violação de marcas.
5. Apesar dos indícios de que alguns dos produtos descaminhados seriam falsificados, verifica-se no caso a impossibilidade de se realizar a perícia das mercadorias, uma vez que já foram objeto de doação a uma instituição com fins sociais.

6. Assim, mostra-se impossível a comprovação da materialidade do delito de contrabando, diante da ausência de provas sobre o fato de a mercadoria importada ser ou não proibida, o que resta apenas a possibilidade da tipificação do possível crime de descaminho.
7. Pela análise do valor total da mercadoria apreendida, que foi de R$ 1.367,00, os tributos eventualmente sonegados seriam inferiores ao limite estabelecido no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 , o que permite a aplicação do princípio da insignificância ao caso.

8. Quanto ao suposto crime de violação de marcas, mesmo que houvesse a possibilidade comprovação da materialidade delitiva por meio da realização de laudo pericial que comprovasse a falsificação dos produtos, o delito estaria prescrito (art. 109, VI e art. 115, ambos do CP c/c art. 190, I, da Lei 9.279/96)
9. Voto, portanto, pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

269. Processo : 1.33.002.000154/2010-65 Voto: 3365/2011 Origem: PRM/Chapecó-SC

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. POSSÍVEL CRIME DE CORRUPÇÃO ATIVA COMETIDO EM TESE POR INDÍGENAS. ART. 333 DO CÓDIGO PENAL. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar o possível crime de corrupção ativa cometido, em tese, por índios da comunidade Xapecó que teriam exigido cargos públicos e outras vantagens indevidas ao Prefeito de Entre Rios-SC, em troca de autorização para utilização de terras indígenas.
2. O Procurador da República promoveu o arquivamento do feito após realizar indagações ao gestor municipal sobre as informações contidas na notícia-crime, situação em que o referido Prefeito afirmou ser inverídico o seu conteúdo.

3. As diligências realizadas pelo Procurador da República oficiante se limitaram somente a indagar o Prefeito municipal sobre a veracidade das informações da notícia-crime, bem como sobre a relação dos indígenas que ocupam cargos públicos na Prefeitura de Entre Rios-SC.
4. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de promover o arquivamento do feito baseado somente em informações prestadas pelo referido prefeito, principalmente diante da evidência de que há dois índios que ocupam cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração, na Prefeitura.
5. Voto, portanto, pela não-homologação de arquivamento e pela designação de outro membro para realizar novas diligências.

Decisão : Após voto da Relatora, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

270. Processo : 1.15.000.001105/2009-44 Voto: 3366/2011 Origem: JF/CE

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 28 CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSÍVEIS CRIMES AMBIENTAIS PREVISTOS NOS ARTS. 40, 48 E 64 DA LEI 9.605/98. OCORRÊNCIA DE INFRAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE QUE NÃO PERTENCE À UNIÃO. PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DA UNIÃO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA À JUSTIÇA ESTADUAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a possível prática de crimes ambientais, uma vez que o investigado teria construído imóvel residencial em solo não edificável - dunas de areia - e, por consequência, impedido a regeneração natural da vegetação do local.

2. Conforme as informações constantes dos autos, percebe-se que este procedimento já passou, em outra ocasião, pela análise da 2ª Câmara, situação em que este Colegiado decidiu pelo seu prosseguimento, tendo em vista o pedido de arquivamento formulado pelo Procurador da República e negado pelo Magistrado.
3. Após requisição do Procurador da República atualmente designado, a Superintendência do Patrimônio da União/MPOG elaborou parecer técnico informando que a área em questão não se encontra entre os bens de propriedade da União.
4. Diante de tal informação, o novo representante do MPF requereu ao Magistrado o declínio de competência à Justiça Estadual, situação em que seu pedido foi negado, e os autos encaminhados novamente a esta Câmara Criminal, conforme disposição do art. 28 do CPP.

5. É fato que a prática de eventuais crimes ambientais em área de preservação permanente, por si só, não é capaz de atrair a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, pois torna-se necessária a demonstração da ocorrência de lesão a bens, interesses ou serviços da União. Precedentes do STJ.
6. No caso, em virtude de a área ambiental afetada não pertencer à União, não há elementos que justifiquem a competência da Justiça Federal, e, por esse motivo, deve-se reconhecer a Justiça Estadual do Ceará como competente.
7. Voto, portanto, pela insistência no pedido de declinação de competência à Justiça Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

271. Processo : 1.00.000.001069/2011-66 Voto: 3367/2011 Origem: JF/SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE MOEDA FALSA. ART. 289, §1º, CP. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.
1. Trata-se de inquérito policial no qual foi oferecida a denúncia, perante a Justiça Estadual, em razão da prática, em tese, do delito previsto no art. 289. §1º, do Código Penal.
2. O Juízo Estadual declinou da competência para o processo e julgamento em favor da Justiça Federal, não havendo recurso por parte do promotor oficiante.
3. A Procuradora da República oficiante se manifestou pela devolução dos autos à Justiça Estadual, aduzido que as cédulas apreendidas nos autos se constituem em falsificações grosseiras, não se configurando, portanto, o crime de moeda falsa, mas sim, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual, nos termos da Súmula 73 do Superior Tribunal de Justiça.

4. O Juiz Federal da 3ª Vara Federal de Piracicaba - Seção Judiciária de São Paulo, por outro lado, em sintonia com o Juízo estadual, declarou-se competente para o processo e julgamento do feito, ao argumento de que, na hipótese, encontra-se presente, em tese, a prática do fato tipificado como crime no art. 289, §1º, do Código Penal.
5. Instada a se manifestar, a Procuradora da República oficiante sustentou que a decisão do Juízo Federal gerou situação correspondente ao arquivamento indireto, pelo que remeteu os autos a esta 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP c/c o art. 62, IV, da Lei Complementar nº 75/93.
6. Consta dos autos que "*o processo adotado para a contrafação do Real, foi através de falsificação por reprodução em fotocopiadora colorida. Assim, a mesma apresenta-se destituída das características inerentes às de emissão oficial. Nesta cédula falsa constatamos: utilização de papel comum tipo sulfite; ausência de calcografia na moldura; ausência de fibras coloridas incorporadas à massa do papel; registro de superposição do desenho dos brasões nacionais não coincidentes; marca d'água ausente; ausênci*

a de imagem latente".
7. Dessa forma, com razão a Procuradora da República ao aduzir que o fato não se amolda ao tipo penal de moeda falsa, pois "a presente falsificação pode ser considerada grosseira, tendo em vista, principalmente, que se trata de "xerox" em papel sulfite". Sobre o tema, a Súmula nº 73 do Superior Tribunal de Justiça: *"A utilização de papel a moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Federal"*.
8. Ante o exposto, voto pela insistência no pedido de devolução dos autos à Justiça Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

272. Processo : 1.25.002.001687/2010-36 Voto: 3368/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 203,33. EXISTÊNCIA DE OUTRAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS PARA FINS PENAIS CONTRA O INVESTIGADO. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 635,39, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 203,33.
3. Percebe-se que este procedimento já fora, em momento anterior, objeto de análise por esta 2ª Câmara, motivo pelo qual se determinou a devolução dos autos à origem, para esclarecimentos sobre a eventual ocorrência de reiteração de conduta.
4. Os autos retornaram a esta Câmara com informações que indicam a existência de outras 11 (onze) representações fiscais para fins penais contra o investigado, relativas à possível prática do delito de descaminho.

5. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente reiteração de conduta, os valores tributários constantes de todas as representações fiscais contra o investigado, se somadas, não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00 previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
6. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação ao investigado, uma vez que se faz necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento.
7. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
8. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

273. Processo : 1.00.000.004395/2009-19 Voto: 3369/2011 Origem: JF/RO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. POSSÍVEL CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO PRATICADO, EM TESE, POR INDÍGENAS (ART. 159, § 1º DO CP). EXIGÊNCIA DE PAGAMENTO EM DINHEIRO E DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS EM TROCA DA LIBERAÇÃO DAS VÍTIMAS SEQUESTRADAS. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E DE MATERIALIDADE. IMPOSSIBILIDADE DE SE PERMITIR A PRÁTICA DE CRIMES, POR PARTE DE INDÍGENAS, COMO MEIO DE COAÇÃO PARA OBTER TUTELA ESTATAL. TIPICIDADE DA CONDUTA PRATICADA PELOS INDÍGENAS, AINDA QUE COMETIDA COM O OBJETIVO DE REIVINDICAR DIREITOS. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CONHECIDO, PORÉM IMPROVIDO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NO FEITO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível crime de extorsão mediante sequestro praticado, em tese, por indígenas da etnia Karitiana que teriam exigido pagamento de resgate e outras providências administrativas para liberação das vítimas sequestradas.
2. Verifica-se que o caso destes autos já fora, anteriormente, discutido e deliberado por esta 2ª Câmara em duas outras ocasiões.
3. A primeira foi em relação à competência para processar e julgar o feito, situação em que este Colegiado se posicionou a favor do Juiz e entendeu pela competência da Justiça Federal, decidindo pela designação de outro membro do *Parquet* para atuar no caso.
4. A segunda, em relação ao pedido de arquivamento formulado posteriormente pela então Procuradora da República designada, situação em que esta Câmara discordou do arquivamento e, novamente, decidiu pela designação de outro membro para o prosseguimento da persecução penal.
5. Após isso, a atual Procuradora da República designada submeteu a esta Câmara Criminal um pedido de reconsideração contrário ao prosseguimento do feito, com base no parecer técnico antropológico.
6. Mesmo após análise do parecer técnico, não é razoável entender que o Estado - e a própria sociedade - deva tolerar a prática de condutas criminosas por parte de indígenas, ainda que sejam cometidas com o objetivo de reivindicar direitos inerentes à sua condição especial.
7. Para fins de análise da imputabilidade penal relativa aos índios, basta verificar se, de acordo com sua cultura e seus costumes, o indígena possuía condições para compreender o caráter ilícito da conduta definida como criminosa.
8. Portanto, se, de acordo com sua percepção da realidade, o índio possuía, ao tempo do fato, condições de entender a ilicitude de suas ações, fica caracterizada a sua imputabilidade penal, motivo que impede o arquivamento do feito, mesmo diante de questões antropológicas.
9. Desse modo, apesar de conhecer o pedido de reconsideração, voto pelo seu improvimento, bem como pela designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Após voto da Relatora, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

274. Processo : 1.00.000.002334/2011-23 Voto: 3370/2011 Origem: PR/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEIS PRÁTICAS IRREGULARES DE EMPREGADOR QUE PREJUDICAM DIREITOS DOS TRABALHADORES. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. ART. 203 DO CP. REVISÃO DE DECLÍNIO. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a ocorrência do crime contra a organização do trabalho definido no art. 203, do Código Penal, consistente na ausência de depósitos na conta vinculada ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público do Trabalho por entender que não há indícios de crime no presente caso.
3. Consta nos autos que empregado noticiou não ter resgatado os valores referentes ao FGTS pelo fato de seu ex-empregador ter se omitido na realização dos depósitos na conta vinculada ao referido fundo, situação que, em princípio, amolda-se à definição jurídica do crime previsto no art. 203, do Código Penal.
4. Nota-se que o Procurador oficiante não diligenciou no sentido de apurar as irregularidades apontadas pelo trabalhador. Assim, apresenta-se prematuro o arquivamento do feito.
5. Voto pela não-homologação do declínio e pela designação de outro membro para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

275. Processo : 1.25.008.000101/2010-66 Voto: 3371/2011 Origem: JF/PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ART. 28 CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE FRAUDES E DESVIOS NA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS FEDERAIS DESTINADOS AO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. NECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado para apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos federais destinados ao Programa Saúde da Família, implantado por meio de parcerias entre prefeituras municipais e organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP's.
2. O Procurador da República oficiou à prefeitura de todos os Municípios que fazem parte da Subseção Judiciária de Ponta Grossa-PR, com o objetivo de obter informações sobre a existência de eventual parceria entre esses Municípios e as OSCIP's discriminadas nos autos.
3. Após a resposta de todas as prefeituras arguidas, que negaram a celebração de qualquer parceria com as referidas OSCIP's, o Procurador da República requereu o arquivamento do feito pela ausência de justa causa para a continuidade da persecução penal.
4. O Magistrado, por sua vez, indeferiu o pedido de arquivamento, pois a única medida adotada pelo Procurador da República foi remeter ofícios aos agentes das prefeituras que, inclusive, poderiam estar, eventualmente, envolvidos no caso, o que resultou na possibilidade de haver parcialidade em algumas informações prestadas por eles.
5. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de prosperar o arquivamento do feito, uma vez que as diligências realizadas não foram suficientes para elucidação dos fatos, principalmente porque os agentes arguidos poderiam ter algum envolvimento com as possíveis fraudes cometidas.
6. Voto, portanto, pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

276. Processo : 1.00.000.001495/2011-08 Voto: 3372/2011 Origem: JF/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CRIME DE MOEDA FALSA (ART. 289, § 1º, DO CP). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PERSECUÇÃO PENAL.
1.Trata-se de inquérito policial instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de moeda falsa, tipificado no art. 289, §1º, do Código Penal.
2. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento do feito sob a alegação de que, não-obstante os indícios de autoria e materialidade demonstrados, não restou configurada a presença de dolo por parte do autor da ação.
3. O MM. Juiz Federal , por sua vez, discordou das razões do MPF, entendo estarem presentes os elementos que, em tese, configuram o crime tipificado no art. 289, §1º, do CP.
4. Assiste razão ao magistrado, pois em ocorrendo dúvida acerca do dolo, deve-se prosseguir com a instrução processual, com as garantias do contraditório e ampla defesa, para que tal dúvida seja sanada.
5. Assim, presentes indícios de autoria e prova da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio do *in dubio pro societate*. Precedentes do TRF 1ª Região (**RSE 2003.38.00.052928-9/MG; Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL ASSUSETE MAGALHÃES; Órgão Julgador: TERCEIRA TURMA; Publicação: 15/05/2009 e-DJF1 p.491; Data da Decisão: 05/05/2009).**
6. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

277. Processo : 1.00.000.001309/2011-22 Voto: 3373/2011 Origem: JF/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : AÇÃO PENAL. OPERAÇÃO DE TRANSCEPTOR PORTÁTIL FM SEM AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO. OFERECIMENTO DE DENÚNCIA. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MEMBRO DO MPF ACERCA DO ENQUADRAMENTO TIPICO: ART. 70 DA LEI Nº 4.117/62 OU ART. 183 DA LEI 9.472/97. DISCORDÂNCIA SOBRE O OFERECIMENTO DA TRANSAÇÃO PENAL. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.
1. Trata-se de ação penal em que o Ministério Público Federal denunciou o investigado pela conduta de utilização de transceptor portátil FM, sem a devida autorização do poder público.
2. O representante do MPF, em sua denúncia, entendeu que a conduta em análise amolda-se ao tipo previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97, com pena de detenção de 2 a 4 anos, razão pela qual considerou incabível o oferecimento de proposta de transação penal.
3. A Magistrada, por sua vez, divergiu do posicionamento do Procurador da República, pois entendeu que a conduta em questão se amolda ao art. 70 da Lei nº 4.117/62, com pena de 1 a 2 anos de detenção, motivo pelo qual considerou a possibilidade de se oferecer
a transação penal, diante do menor potencialidade ofensiva da conduta.
4. No caso, verifica-se que o dissenso está relacionado à questão de mérito, de modo que não se justifica a remessa dos autos a esta Câmara Criminal por aplicação analógica do art. 28 do Código de Processo Penal.
5. Dessa forma, a controversa constante dos autos se refere a uma hipótese de *emendatio libelli*, situação em que se deve aplicar o art. 383 do CPP. Precedentes desta 2ª CCR.
4. Portanto, voto pelo não conhecimento da remessa.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

278. Processo : 1.00.000.002660/2011-31 Voto: 3374/2011 Origem: PRM/Patos de Minas-MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. TRAMITAÇÃO DIRETA. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. PRESCRIÇÃO. ART 109, INC. IV, DO CP. INOCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Como o fato sob exame ocorreu em 09/06/2005, a pretensão punitiva do Estado não foi fulminada pela prescrição, uma vez que o crime em questão é apenado com 2 a 4 anos de detenção, mas ainda não decorreram 8 (oito) anos desde a data do fato, conforme dispõe o art. 109, inciso IV, do Código Penal.
3. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

279. Processo : 1.20.000.001242/2006-76 Voto: 3375/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO, PREVISTO NO ART. 149 DO CÓDIGO PENAL. ELEMENTOS INFORMATIVOS APTOS A DESENCADEAR INVESTIGAÇÃO SOBRE O FATO. AUSÊNCIA DE FISCALIZAÇÕES E INVESTIGAÇÕES POR PARTE DOS ÓRGÃOS COMPETENTES. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo criminal instaurado para apurar o possível crime de redução a condição análoga à de escravo, em virtude da sujeição de trabalhadores a condições laborais desumanas.
2. O Ministério Público Federal requereu, diversas vezes, diligências fiscalizatórias junto à Delegacia Regional do Trabalho em Mato Grosso, desde o ano de 2007, porém sem sucesso.
3. A Procuradora da República oficiante requisitou informações à Polícia Federal sobre a eventual existência de inquérito policial que apurasse o mesmo fato, mas lhe foi informado que não há nenhum procedimento instaurado.
4. Diante da dificuldade de investigação e da ausência de inquérito policial instaurado, a representante do MPF promoveu o arquivamento do feito.
5. Percebe-se que a promoção de arquivamento deste procedimento é, por demais, prematura, uma vez que não foi instaurado o devido inquérito policial, nem realizadas as diligências necessárias.
6. Tais fatos, em vez de motivo para o arquivamento do feito, devem ser entendidos como razão para o seu prosseguimento, principalmente porque o possível delito praticado prescreve em 12 (doze) anos.
7. Voto, portanto, pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro para prosseguir nas investigações, inclusive para requisitar à Polícia Federal a realização de diligências investigatórias pertinentes.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

280. Processo : 1.00.000.001963/2011-36 Voto: 3363/2011 Origem: PR/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa. Suposto crime de usurpação de função pública federal. Art. 328 do CP. Revisão de declínio. No caso em tela, trata-se simplesmente de suposta prática de um crime de estelionato (art. 171 do CP). Isto porque o agente, quando de sua conduta, ao se passar por policial federal, não exerceu funções a este legalmente atribuídas. Assim, constatado que a infração penal em questão não é potencialmente lesiva a interesse da União, firma-se a competência da Justiça Estadual e, consequentemente, a atribuição ao Ministério Público Estadual para atuar no caso. Voto pela homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

281. Processo : 1.23.003.000496/2010-11 Voto: 3376/2011 Origem: PRM/Altamira-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental. Aquisição de 32,4 m3 de madeira serrada, para fins comerciais, sem licença válida outorgada pela autoridade competente. Ausência de elementos que demonstrem a ocorrência de afronta direta a bens, serviços ou interesses da União. Atribuição do Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

282. Processo : 1.00.000.002440/2011-15 Voto: 3377/2011 Origem: PR/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime ambiental definido no art. 50, da Lei nº 9.605/98. Revisão de declínio. Destruição de 0,34 hectares de floresta nativa, objeto de especial preservação. A área afetada não se encontra no interior ou entorno de unidade de conservação federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
283.	Processo	:	1.00.000.002465/2011-19	Voto: 3378/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Suposto crime ambiental definido no art. 50, da Lei nº 9.605/98. Revisão de declínio. Destruição de 2,7109 hectares de floresta nativa, objeto de especial preservação. A área afetada não se encontra no interior ou entorno de unidade de conservação federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
284.	Processo	:	1.30.020.000183/2011-11	Voto: 3379/2011	Origem: PRM/São Gonçalo-RJ
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Crime ambiental supostamente praticado às margens do rio Guaraí/RJ. Informações prestadas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) no sentido de que a área degradada encontra-se fora dos limites de unidade de conservação federal. Inexistência de lesão direta a interesse federal. Competência da Justiça Estadual. Homologação de declínio de atribuições.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
285.	Processo	:	1.00.000.001944/2011-18	Voto: 3380/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Conduta consistente na venda de 78Kg de carne de capivara, sem licença do órgão ambiental competente. Suposto crime ambiental descrito no art. 29, § 1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98. Espécie não ameaçada de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
286.	Processo	:	1.16.000.003415/2010-08	Voto: 3381/2011	Origem: PRM/Anápolis-GO
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de proteção permanente situada exclusivamente entre municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
287.	Processo	:	1.16.000.003435/2010-71	Voto: 3382/2011	Origem: PRM/Anápolis-GO
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de proteção permanente situada exclusivamente entre municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
288.	Processo	:	1.23.002.000152/2010-12	Voto: 3383/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Porte de motosserra em floresta sem licença ou registro da autoridade ambiental competente. Eventual delito do art. 51 da Lei 9.605/98. Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pela homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
289.	Processo	:	1.30.020.000012/2011-72	Voto: 3384/2011	Origem: PRM/São Gonçalo-RJ
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime ambiental previsto no art. 29, § 1º, III, da Lei nº 9.605/98. Conduta de manter em cativeiro espécime da fauna silvestre sem autorização do órgão ambiental competente. Pássaros não ameaçados de extinção. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
290.	Processo	:	1.22.006.000257/2010-79	Voto: 3385/2011	Origem: PRM/Patos de Minas-MG
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito policial. Possível crime ambiental previsto no art. 29 da Lei 9.605/98. Utilização de pássaro da espécie "trinca ferro" em campeonato de canto. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
291.	Processo	:	1.23.002.000472/2009-39	Voto: 3386/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
292.	Processo	:	1.29.003.000401/2010-46	Voto: 3387/2011	Origem: PRM/Novo Hamburgo-RS
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Banco particular. Subtração de valores de conta salário de cliente com o objetivo de quitar dívidas advindas de empréstimo. Retenção dolosa de salário de trabalhador. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
293.	Processo	:	1.34.006.000098/2010-91	Voto: 3388/2011	Origem: PRM/Guarulhos-SP
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças informativas. Possível crime contra a Ordem Econômica (art. 1º, inc. I, da Lei nº. 8.176/91). Comercialização de combustível fora das especificações exigidas pela ANP. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
294.	Processo	:	1.26.000.001652/2010-80	Voto: 3389/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informações. Possível crime contra a Ordem Econômica (art. 1º, inc. I, da Lei nº. 8.176/91). Armazenamento e comercialização de combustível fora das especificações exigidas pela ANP. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
295.	Processo	:	1.25.002.001829/2010-65	Voto: 3391/2011	Origem:
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peça informativa criminal. Possível crime de violação de direito autoral (Art. 184, § 2º do CP). Apreensão de diversos CD´s e DVD's falsificados de origem estrangeira. A transnacionalidade do delito de violação de direito autoral não é suficiente para configurar a competência da Justiça Federal. Ofensa apenas aos interesses do particular, autor das obras ilegalmente reproduzidas. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
296.	Processo	:	1.30.011.002871/2007-29	Voto: 3392/2011	Origem: PR/RJ
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito policial. Suposta ocorrência dos crimes previstos nos artigos 1º, inciso IV, e 4º, inciso II, alínea "c", II e VI, da Lei n.º 8.137/90, praticados na execução de Contrato de Fornecimento de Gás Natural firmado entre empresas públicas federal e estadual. Constata-se nos autos que o referido contrato não se firmou em razão do não-cumprimento do contrato preliminar por parte da empresa estadual. Presença de indícios de irregularidades perpetradas pela empresa pública estadual no contrato preliminar. Ausência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
297.	Processo	:	1.23.003.000382/2010-71	Voto: 3393/2011	Origem: PRM/Altamira-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Depósito de madeira serrada sem licença válida outorgada pela autoridade competente. Possível crime ambiental descrito no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pela homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
298.	Processo	:	1.00.000.001937/2011-16	Voto: 3394/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental consistente em desmatar 93 há de floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
299.	Processo	:	1.11.001.000240/2010-45	Voto: 3395/2011	Origem: PRM/Arapiraca-AL
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Sindicato de servidores públicos municipais. Suposto desvio de valores arrecadados a título de contribuição sindical. Ausência de elementos que demonstrem a ocorrência de afronta direta a bens, serviços ou interesses da União. Atribuição do Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
300.	Processo	:	1.34.001.000064/2011-28	Voto: 3396/2011	Origem: PR/SP
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Representação criminal. Ocorrência de possíveis saques fraudulentos de benefício previdenciário depositado em conta bancária da beneficiária. Possível crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP, contra particular. Os responsáveis por eventual saque indevido do benefício previdenciário são parentes da suposta vítima e titulares de conta conjunta com ela. Ausência de lesão ao INSS, bem como de outros elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Púbico Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
301.	Processo	:	1.25.005.000061/2011-63	Voto: 3397/2011	Origem: PRM/Londrina-PR
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peça informativa criminal. Suposto crime de extorsão (art. 158, CP) praticado por particular em prejuízo de outro particular, decorrente de relação contratual entre advogado e cliente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
302.	Processo	:	1.25.008.000024/2011-25	Voto: 3398/2011	Origem: PRM/Ponta Grossa-PR
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peça de Informação. Conduta consistente na adição posterior de elemento em documento particular (procuração) previamente assinado. Suposto crime de falsidade documental que atinge tão somente a esfera jurídica de particular. Ausência de elementos de informações capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pelo declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
303.	Processo	:	1.00.000.001988/2011-30	Voto: 3399/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental consistente em transportar de 7.275 kg de pescado sem autorização do órgão ambiental competente. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
304.	Processo	:	1.00.000.002190/2011-13	Voto: 3400/2011	Origem: PRM/Santarém-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peça de informação. Transporte de 4.000 Kg de pescado da espécie Piramutaba proveniente de pesca proibida, considerando o período de defeso. Suposto crime ambiental descrito no art. 34, parágrafo único, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Espécie não ameaçada de extinção (IN nº 05/2004 do Ministério do Meio Ambiente). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pela homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Federal.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

305. Processo : 1.33.005.000036/2011-16 Voto: 3401/2011 Origem: PRM/Joinville-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária consistente em sonegar imposto competência estadual - ICMS. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

306. Processo : 1.33.005.000445/2010-23 Voto: 3402/2011 Origem: PRM/Joinville-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária consistente em sonegar imposto competência estadual - ICMS. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

307. Processo : 1.00.000.002251/2011-34 Voto: 3403/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito policial. Procedimento instaurado a partir de levantamentos preliminares efetuados por empresas de telefonia em que se noticia a suposta prática de subtração de cabos telefônicos e elétricos de cobre. Possíveis crimes de furto e de formação de quadrilha ou bando, previstos respectivamente nos arts. 155 e 288 do Código Penal. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, que justifique a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

308. Processo : 1.23.003.000006/2009-43 Voto: 3404/2011 Origem: PRM/Altamira-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível prática de crime ambiental e de posse ilegal de armas. Armazenamento de grandes quantidades de madeira, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, bem como posse de armas e munições, em desacordo com determinação legal. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

309. Processo : 1.34.001.004917/2010-10 Voto: 3405/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças informativas. Suposto crime de falsificação e uso de documento falso, previsto respectivamente nos arts. 297 e 304 do Código Penal. Apresentação de certidão de negativa de débitos falsificada perante à Companhia de Tráfego de São Paulo - CET. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

310. Processo : 1.23.003.000439/2010-32 Voto: 3406/2011 Origem: PRM/Altamira-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível prática de crime ambiental consistente em vender madeira, sem a devida autorização do órgão ambiental competente. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

311. Processo : 1.25.002.000189/2011-57 Voto: 3407/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação fiscal para fins criminais. Comercialização de CD´s e DVD´s "piratas". Suposto crime descrito no art. 184, §2º, do Código Penal. Revisão de declínio. Ofensa a interesses particulares (artistas cujas obras foram ilegalmente reproduzidas - titulares dos direitos autorais). Atribuição do Ministério Público Estadual. Voto pela homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

312. Processo : 1.34.008.000013/2011-36 Voto: 3408/2011 Origem: PRM/Piracicaba-SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Notícia-crime apócrifa. Suposta comercialização de softwares e seriados piratas por meio da internet. Possível crime de violação de direito autoral, previsto no art. 184, § 2º do Código Penal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Estadual para atuar no caso.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

313. Processo : 1.17.000.000875/2008-14 Voto: 3409/2011 Origem: PR/ES
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária previsto no artigo 337-A, inciso I, do Código Penal. Procedimento administrativo fiscal ainda em fase de recurso. Inexistência de crédito tributário constituído. Ausência de elementos que, até o presente momento, justifiquem o prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

314. Processo : 1.10.000.000615/2010-14 Voto: 3410/2011 Origem: PR/AC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto Crime de Abuso de Autoridade praticado por Policiais Federais contra passageiros de um ônibus em que se encontrou uma bolsa contendo entorpecentes (art. 4º, "b", da Lei nº 4.898/65). Ausência de materialidade delitiva. Atipicidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

315. Processo : 1.30.014.000094/2009-10 Voto: 3411/2011 Origem: PRM/Angra dos Reis-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes ambientais previstos nos arts. 39 e 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Atividades de extração e comércio de palmito por parte de índios guaranis, em sua própria reserva indígena. Existência de dispositivo legal que permite a exploração de recursos florestais para atender a subsistência da própria tribo indígena, sob a forma de manejo florestal sustentável (arts. 3º, §2º, e 3º-A da Lei nº 4.711/65 - Código Florestal). Atipicidade configurada pela ausência de antinormatividade da conduta, uma vez o próprio Estado fomentou a prática do ato de exploração sustentável. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

316. Processo : 1.23.002.000148/2010-54 Voto: 3412/2011 Origem: PRM/Santarém-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 52 da Lei 9.605/98. Ingresso em unidade de conservação com o porte de instrumentos próprios para pesca. Atipicidade formal da conduta uma vez que o tipo penal prevê a conduta de penetrar em unidades de conservação conduzindo instrumentos próprios para caça, e não para pesca. Existência de nítida distinção entre caça e pesca, constante do próprio texto da referida norma. Aplicação do princípio da taxatividade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

317. Processo : 1.25.002.002638/2009-87 Voto: 3413/2011 Origem: PR/PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça de informativa criminal. Notícia de crime de sonegação fiscal perpetrado por suposto proprietário de 100 imóveis no Município de Cascavel/PA. Em diligências realizadas junto aos cartórios de registros de imóveis e à Receita Federal verificou-se ser o investigado possuidor apenas de dois imóveis. Ausência de indícios de materialidade do crime noticiado. Arquivamento. Homologação.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

318. Processo : 1.23.003.000121/2009-18 Voto: 3415/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Colocação de estabelecimento empresarial potencialmente poluidor em funcionamento sem autorização do orgão competente. Possível prática do crime ambiental previsto no artigo 60, da Lei 9.605/98. Fato que remonta a dezembro/2008. Crime punido com pena máxima de 06 (seis) meses de detenção. Passados mais de 2 (dois) anos da consumação delitiva. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

319. Processo : 1.35.000.001904/2010-61 Voto: 3416/2011 Origem: PR/SE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal instaurado para apuração da suposta prática de crime de desobediência (art. 330, CP). As justificativas para o descumprimento da ordem apresentadas pelo investigado são plausíveis. Ademais, houve comprimento da ordem judicial. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

320. Processo : 1.30.015.000049/2010-99 Voto: 3417/2011 Origem: PRM/Macaé-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Procedimento instaurado para apurar a prática, em tese, do crime de desobediência previsto no art. 330, do Código Penal, perpetrado por Gerente da Caixa Econômica Federal. O Noticiante informa que referido gerente negou-se a cumprir ordem judicial constante de alvará que autorizava o levantamento de saldo do FGTS. Diligências realizadas pelo Procurador oficiante. Atuação de acordo com atos normativos e legislação de regência. Ausência de irregularidades quanto ao procedimento de liberação do FGTS. Atipicidade da conduta. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

321. Processo : 1.30.904.000004/2011-81 Voto: 3418/2011 Origem: PRM/Itaperuna-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Procedimento instaurado a partir de denúncia anônima noticiada via e-mail à PRRJ. Notícia no sentido de que o procurador municipal ganha R$7.000,00 por mês para trabalhar apenas 3 dias por semana, e que, enquanto isso, 90% dos servidores vivem com salário mínimo. Ausência de suporte mínimo para formar a *"opinion delicti"*. Insuficiência de indícios capazes de ensejar uma conduta criminosa. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

322. Processo : 1.33.000.003835/2010-03 Voto: 3419/2011 Origem: PR/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Ausência de celeridade na tramitação de processo administrativo em trâmite na Gerência Regional do Patrimônio da União em Santa Catarina, em que se requer o "Aforamento por Transferência de Domínio". Ausência de indícios quer do crime de prevaricação (art. 319, CP), pois não levanta a hipótese de que algum agente público tenha retardado ou deixado de partir ato de ofício para satisfazer interesse pessoal; quer de prevaricação (art. 317, CP), por não haver solicitação ou recebimento de vantagem indevida para não dar andamento ao processo. Arquivamento. Homologação.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

323. Processo : 1.28.200.000058/2008-26 Voto: 3420/2011 Origem: PRM/Caicó-RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito civil público. Procedimento administrativo instaurado para apurar possíveis irregularidades por parte do Município de Equador/RN, que recebeu itens de ajuda humanitária em 2008, pela decretação de estado de emergência. Ausência de indícios mínimos sobre a prática de eventuais crimes. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

324. Processo : 1.21.002.000124/2010-70 Voto: 3421/2011 Origem: PRM/Marabá-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposta prática do delito de porte ilegal de arma de fogo, tipificado no art. 17, da Lei n. 10.826/03, bem como do crime ambiental previsto no art. 29, da Lei n.º 9.605/98 (posse de espécimes da fauna silvestre - 01 réptil conhecido como "jacaré do pantanal" e 02 aves conhecidas como "sariema"). Espécies não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Contudo, constata-se nos autos que referidos fatos já foram levados ao conhecimento do Poder Judiciário pelo Ministério Público Estadual mediante oferecimento de denúncia. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

325. Processo : 1.20.001.000286/2010-55 Voto: 3422/2011 Origem: PRM/Cáceres-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal. Instauração de inquérito policial para apurar os fatos. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

326. Processo : 1.13.000.001132/2007-20 Voto: 3423/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça de Informação. Procedimento administrativo instaurado para apurar supostas irregularidades em concorrência pública realizada junto à Caixa Econômica Federal. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Indevida duplicidade de feitos. *Bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

327. Processo : 1.00.000.011098/2010-55 Voto: 3424/2011 Origem: PRM/Marabá-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, *caput*, do CP); frustração de direito trabalhista (art. 203, *caput*, do CP); omissão de anotação das CTPS dos trabalhadores (art. 297, §4º, do CP) e exercício de atividade potencialmente lesiva ao meio ambiente. Fatos já levados ao conhecimento do Poder Judiciário pelo Ministério Público Federal mediante oferecimento de denúncia. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

328. Processo : 1.00.000.011153/2010-15 Voto: 3425/2011 Origem: PRM/Marabá-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, *caput*, e §1º, I, do CP); frustração de direito trabalhista (art. 203, *caput*, do CP) e omissão de anotação das CTPS dos trabalhadores (art. 297, §4º, do CP). Fatos já levados ao conhecimento do Poder Judiciário pelo Ministério Público Federal mediante oferecimento de denúncia. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

329. Processo : 1.00.000.010115/2010-37 Voto: 3426/2011 Origem: PRM/Marabá-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça de informação. Relatório de ação fiscal para erradicação de trabalho escravo. Possíveis crimes de frustração de direito assegurado por lei trabalhista e de redução a condição análoga à de escravo. Existência de outro procedimento que apura os mesmo fatos e que já foi objeto de oferecimento de denúncia, inclusive, com proposta de transação penal. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

330. Processo : 1.00.000.010682/2010-93 Voto: 3427/2011 Origem: PRM/Marabá-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Relatório de ação fiscal para erradicação de trabalho escravo. Constatação de meras irregularidades trabalhistas. Existência de outro procedimento que apurava os mesmo fatos e que já fora objeto de promoção de arquivamento, inclusive, com homologação desta 2ª Câmara. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

331. Processo : 1.25.002.001378/2010-66 Voto: 3428/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal. Omissão de vínculo laborativo de cônjuge realizada pela parte autora, no âmbito judicial, com vistas a alcançar provimento jurisdicional condenatório em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para que este concedesse o Benefício de Prestação Continuada - BPC previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (Lei 8.742/93). Constatado que o cônjuge da autora exercia atividade remunerada devidamente registrada junto ao INSS, no Cadastro Nacional de Informações Social, tem-se que a omissão se apresentou irrelevante sob o ponto de vista criminal, já que tal situação era de fácil verificação pela Autarquia previdenciária. Assim, por ineficácia absoluta do meio utilizado, tem-se que o crime é impossível, nos termos do art. 17, do Código Penal, sobretudo considerando que não houve a utilização de ardil ou artifício que pudesse induzir a Autarquia em erro. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

332. Processo : 1.04.004.000090/2007-89 Voto: 3429/2011 Origem: PRR/4ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Verificação da aplicação de recursos federais relacionados a convênio firmado entre a FUNASA e o Município de Reserva de Iguaçu/PR. Ausência de indícios de malversação de verbas públicas federais. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

333. Processo : 1.04.004.000438/2009-08 Voto: 3430/2011 Origem: PRR/4ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Verificação da aplicação de recursos federais relacionados a convênio firmado entre a FUNASA e o Município de Ibaiti/PR. Ausência de indícios de malversação de verbas públicas federais. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

334. Processo : 1.28.000.001256/2010-88 Voto: 3431/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Pedido de cooperação jurídica em matéria penal. Declarações prestadas em sede policial. Diligências realizadas. As informações foram colhidas e encaminhadas à Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional - ASCJI. Alcançados os objetivos do presente procedimento. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

335. Processo : 1.12.000.000046/2011-13 Voto: 3432/2011 Origem: PR/AP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime contra fé pública. Uso de documento falso em reclamação trabalhista. Apresentação de cartões de ponto com idênticos horários de entrada e saída do empregado. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, os cartões de ponto com horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova (Súmula 338, III, do TST). Ineficácia do meio empregado. Crime impossível (art. 17 do CP). Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

336. Processo : 1.25.000.001159/2005-30 Voto: 3433/2011 Origem: PR/PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação fiscal para fins criminais. Contribuinte. Prestação de declarações falsas às autoridades fazendárias que resultou em supressão de tributos. Crime contra a ordem tributária definido no art. 1º, I, da Lei 8.137/90. Revisão de arquivamento. Crédito tributário constituído. Pagamento integral da dívida. Aplicação do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

337. Processo : 1.24.002.000146/2009-94 Voto: 3434/2011 Origem: PRM/Sousa-PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Empregador. Não-repasse ao Fisco de valores descontados da remuneração de empregados a título de contribuições previdenciárias e não-recolhimento das contribuições patronais. Possíveis crimes definidos nos arts. 168-A e 337-A, ambos do CP. Crédito tributário constituído e extinto em razão do pagamento. Incidência do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção de punibilidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

338. Processo : 1.33.002.000003/2011-98 Voto: 3435/2011 Origem: PRM/Chapecó-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal. Tributos iludidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

339. Processo : 1.33.002.000004/2011-32 Voto: 3436/2011 Origem: PRM/Chapecó-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal. Tributos iludidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

340. Processo : 1.20.001.000087/2010-47 Voto: 3437/2011 Origem: PRM/Cáceres-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

341. Processo : 1.20.001.000089/2010-36 Voto: 3438/2011 Origem: PRM/Cáceres-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

342. Processo : 1.20.001.000093/2009-61 Voto: 3439/2011 Origem: PRM/Cáceres-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

343. Processo : 1.20.001.000094/2009-13 Voto: 3440/2011 Origem: PRM/Cáceres-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

344. Processo : 1.20.001.000106/2010-35 Voto: 3441/2011 Origem: PRM/Cáceres-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Revisão de arquivamento. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

345. Processo : 1.25.002.000111/2011-32 Voto: 3442/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal. Tributos iludidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

346. Processo : 1.20.001.000154/2010-23 Voto: 3443/2011 Origem: PRM/Cáceres-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

347. Processo : 1.20.001.000178/2010-82 Voto: 3444/2011 Origem: PRM/Cáceres-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Revisão de arquivamento. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

348. Processo : 1.25.002.001581/2010-32 Voto: 3445/2011 Origem: PRM//Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

349. Processo : 1.25.003.017087/2010-80 Voto: 3446/2011 Origem: PRM//Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

350. Processo : 1.25.002.001607/2010-42 Voto: 3447/2011 Origem: PRM//Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

351. Processo : 1.25.002.001671/2010-23 Voto: 3448/2011 Origem: PRM//Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

352. Processo : 1.25.003.014947/2010-23 Voto: 3449/2011 Origem: PRM//Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal. Tributos iludidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

353. Processo : 1.28.000.000029/2005-78 Voto: 3450/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível descumprimento de ordem judicial relacionada ao relaxamento de prisão de acusado custodiado. Existência de deficiências estruturais e técnicas no centro de detenção. Ausência de indícios mínimos que confirmem a ocorrência de conduta dolosa por parte de agente público. Inexistência de indícios de materialidade delitiva. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

354. Processo : 1.20.000.001552/2010-77 Voto: 3451/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto delito de desobediência tipificado no art. 330, do Código Penal, praticado por servidores da Fundação Nacional do Índio - FUNAI. Impossibilidade do cumprimento da ordem, sobretudo em razão da recusa dos índios em fornecer dados pessoais. Evidente ausência de dolo ou culpa a caracterizar o elemento subjetivo do tipo. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

355. Processo : 1.23.000.002375/2010-34 Voto: 3452/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime de posse de drogas para consumo pessoal ou de tráfico de drogas. Procedimento de arrecadação de coisas vagas realizado pela Infraero em que foi encontrado 0,08g de cocaína. Ausência de indícios mínimos de autoria. Impossibilidade de tipificação do delito, tendo em vista a ausência de elementos mínimos sobre a própria conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

356. Processo : 1.20.000.000524/2008-18 Voto: 3453/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal instaurado para apurar a prática, em tese, dos crimes de apropriação indébita (art. 168, CP) e de estelionato (171, CP), por ex-estagiários de Instituição de Ensino Superior do Estado de Mato Grosso. Conduta consistente no levantamento de verbas trabalhistas oriundas de ordem judicial emanada da Justiça do Trabalho, perante instituição bancária, com utilização de procuração substabelecida supostamente de forma indevida. Os crimes de apropriação indébita e de estelionato admitem penas máximas de cinco e quatro anos, respectivamente. Consta nos autos que os fatos ocorreram em 30/11/1995 e 03/07/1997. Aplicação do art. 109, II, do Código Penal (*...em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito*), já que transcorridos mais de 13 anos da ocorrência dos fatos. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

357. Processo : 1.26.001.000078/2009-07 Voto: 3454/2011 Origem: PRM/Petrolina-Juazeiro
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Utilização de meios fraudulentos para percepção de benefício previdenciário. Possíveis crimes de falsidade ideológica, uso de documento falso e de estelionato contra a Previdência Social. Extinção de punibilidade ocorrida pelo óbito da beneficiária. Extinção da pretensão punitiva estatal em relação aos outros investigados pelo transcurso do lapso prescricional. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

358. Processo : 1.22.002.000195/2008-11 Voto: 3455/2011 Origem: PRM/Patos de Minas-MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito Policial. Suposta prática do crime previsto no art. 171, §3º, do Código Penal, atribuído a segurado da Previdência Social que se apresentou, quando da solicitação do benefício de auxílio-doença, como exercente de atividade remunerada em fazenda de propriedade de sua genitora. Suspeita de inexistência de vínculo trabalhista e inidoneidade do atestado particular apresentado. Diligências realizadas. Constatado que as informações apresentadas pelo segurado se apresentam em sintonia com a realidade dos fatos. Homologação do Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

359. Processo : 1.14.004.000360/2010-19 Voto: 3456/2011 Origem: PRM-Feira de Santana-BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime de estelionato previdenciário, previsto no art. 171, §3º, do Código Penal. Suposto recebimento indevido de benefício previdenciário. Equívoco cometido pela própria noticiante, uma vez que o referido benefício previdenciário tem sido recebido por ela mesma, mediante o percebimento de pensão alimentícia concedida por decisão judicial. Ausência de irregularidades e de qualquer conduta típica a ser apurada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

360. Processo : 1.20.000.000217/2008-37 Voto: 3457/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Ex-prefeito municipal. Execução irregular de convênio firmado com o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Fatos que remontam ao ano de 1999. Possível crime de responsabilidade definido no art. 1º, III, do Dec-lei 201/67, apenado com, no máximo, 3 (três) anos de detenção. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, IV, CP). Extinção de punibilidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

361. Processo : 1.24.000.000019/2011-20 Voto: 3458/2011 Origem: PR/PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de falso testemunho (art. 342, CP). Os depoimentos prestados em juízo não apresentam elementos necessários à caracterização do crime de falso testemunho. Meras contradições pontuais. Ausência de indícios de materialidade do crime. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

362. Processo : 1.25.002.000009/2011-37 Voto: 3459/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de procedimento administrativo disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que observava pela portinhola a movimentação dos agentes penitenciários e que não obedeceu à ordem verbal de ficar em silêncio. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

363. Processo : 1.25.002.000011/2011-14 Voto: 3460/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de procedimento administrativo disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza grave imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que danificou um apontador de lápis para subtrair sua lâmina. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto na legislação penal brasileira. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

364. Processo : 1.25.002.000017/2011-83 Voto: 3461/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de procedimento administrativo disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que portava consigo material proibido conhecido como "teresa", confeccionado com linhas de algodão. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

365. Processo : 1.25.002.000022/2011-96 Voto: 3462/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de procedimento administrativo disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza grave imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que teria resistido à ordem de prosseguir até a cela determinada. Conduta que, apesar de se amoldar formalmente ao tipo previsto como desobediência, não constitui ilícito penal por causa da ausência de potencialidade lesiva. Ausência de tipicidade material. Mera transgressão disciplinar. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

366. Processo : 1.00.000.015947/2010-40 Voto: 3463/2011 Origem: PRM/Guarapuava-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Relatório de Fiscalização e Inspeção realizado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel em indústria localizada no Município de Guarapuava/PR. Inexistência de elementos que caracterizassem a prática de trabalho análogo ao de escravo. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

367. Processo : 1.00.000.001470/2011-04 Voto: 3464/2011 Origem: PRM/Patos de Minas-MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de moeda falsa (artigo 289, § 1º, do Código Penal). Ausência de quaisquer indícios de autoria delitiva. Arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

368. Processo : 1.11.000.000125/2010-81 Voto: 3465/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Representação criminal formulada por agentes penitenciários que noticiam o suposto impedimento abusivo de seu ingresso a uma agência bancária da Caixa Econômica Federal, pelo fato de eles estarem armados. Possível crime de abuso de poder. Ausência de dispositivo legal que permita o porte de arma por agente penitenciário fora do exercício de suas funções. Inexistência de prática criminosa por parte dos responsáveis pela segurança da agência bancária. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

369. Processo : 1.31.000.000544/2010-20 Voto: 3466/2011 Origem: PR/RO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposta existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados a prefeitura municipal. Contas aprovadas pelo Tribunal de Contas da União. Ausência de elementos que justifiquem a persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

370. Processo : 1.00.000.010489/2003-23 Voto: 3467/2011 Origem: PRM/São João de Meriti-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática do crime peculato (art. 312 do CP). Revisão de arquivamento. Pena máxima abstrata cominada em 12 anos de reclusão. Fatos ocorridos em 29/07/1992. Prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos do art. 109, II, CP. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

371. Processo : 1.00.000.002597/2011-32 Voto: 3468/2011 Origem: PRM/Ilhéus-BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 45 da Lei nº 9.605/98. Corte ou transformação de madeira de lei em carvão. Conduta delituosa supostamente praticada em 31/10/2000. Considerando que o prazo prescricional do referido tipo penal é de 4 (quatro) anos, extinguiu-se a punibilidade no ano de 2004. Prescrição. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

372. Processo : 1.26.005.000069/2010-10 Voto: 3469/2011 Origem: PRM/Garanhuns-PE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Omissão do dever de prestar contas da aplicação de recursos oriundo do Sistema Único de Saúde - SUS e destinados às ações de saúde no Município de Ibirajuba/PE. Art. 1, inciso III do Decreto-Lei nº 201/1967. Crime apenado com, no máximo, 3 (três) anos de detenção. Consumação delitiva que se deu em 1999. Pretensão punitiva. Prescrição. Extinção de punibilidade. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

373. Processo : 1.20.000.000456/2010-10 Voto: 3470/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência, previsto no art. 330 do CP. Fato supostamente delituoso ocorrido no ano de 2008. O lapso prescricional em abstrato do referido tipo penal, à época da conduta, é de 2 (dois) anos. A Lei nº 12.234/2010, que alterou o prazo prescricional de 2 (dois) para 3 (três) anos, foi publicada após a data do fato possivelmente delituoso e, por esse motivo, não se aplica ao caso. Aplicação do princípio da irretroatividade da lei penal mais severa. Necessidade de se reconhecer a prescrição do crime eventualmente cometido. Extinção da pretensão punitiva estatal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

374. Processo : 1.24.002.000078/2008-82 Voto: 3471/2011 Origem: PRM/Sousa-PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Processo administrativo criminal. Apuração da ausência de prestação de contas em Convênio firmado entre Prefeitura e o Ministério da Educação. Suposto crime de responsabilidade, atribuído a Prefeito Municipal (artigo 1º , VII, do Decreto-Lei 201/67). Diligências. Fatos ocorridos entre 1997 e 2000. Mandato eletivo encerrado em 31/12/2000. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, IV, do Código Penal. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

375. Processo : 1.24.000.000494/2008-09 Voto: 3472/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Negligência por parte de autoridade policial no prosseguimento de notícia-crime recebida. Desídia funcional verificada por meio de processo administrativo disciplinar. Inexistência de previsão legal sobre a modalidade culposa do crime de prevaricação. Possibilidade apenas de aplicação de penalidade de âmbito administrativo funcional. Atipicidade da conduta. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

376. Processo : 1.04.004.000305/2008-42 Voto: 3473/2011 Origem: PRR/4ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta omissão de informações em formulário de guias do fundo de garantia e informações à Previdência - GFIP. Parcelamento do débito tributário. Posterior quitação integral do crédito. Extinção de punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

377. Processo : 1.14.000.000083/2011-57 Voto: 3474/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação criminal. Suposta sonegação de imposto de renda. Inexistência de constituição definitiva do crédito tributário e ausência de indícios mínimos para a *persecutio criminis*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

378. Processo : 1.36.000.000534/2000-36 Voto: 3475/2011 Origem: PR/TO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO E ALICIAMENTO DE TRABALHADORES. DENÚNCIA JÁ OFERECIDA PELO MPF. AÇÃO PENAL EM TRÂMITE. *BIS IN IDEM*. ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO.
1. Homologação do arquivamento que se impõe em face da aplicação do princípio *ne bis in idem*.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

379. Processo : 1.11.000.001039/2010-95 Voto: 3476/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Procedimento instaurado a partir de cópias de inquérito policia que apurava possíveis crimes contra a Ordem Tribuária. Existência de crédito constituído contra o investigado. Pagamento integral do débito parcelado. Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

380. Processo : 1.25.006.000378/2009-66 Voto: 3477/2011 Origem: PRM/Maringá-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Conselho de Inteligência Financeira do Brasil - COAF. Relatório de Inteligência Financeira que noticia a existência de movimentações financeiras atípicas. Possíveis crimes contra a Ordem Tributária. Inexistência de indícios de irregularidades fiscais relevantes que justifiquem a instauração de procedimento fiscal. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

Relator: Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
NÃO-PADRÃO

381. Processo : 1.28.000.001782/2010-48 Voto: 1314/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMAÇÃO. EXISTÊNCIA SUPOSTAMENTE INVERÍDICA DE VÍNCULO EMPREGATÍCIO DE PARTICULAR COM PREFEITURA MUNICIPAL, CONSTANTE EM BANCO DE DADOS DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (CNIS). ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INDÍCIOS RAZOÁVEIS DE MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVAS COMPROVADOS. PERSECUÇÃO CRIMINAL PELO MEMBRO DO MPF.
1. Trata-se de peças de informação autuadas em virtude de recebimento de ofício da Promotoria de Justiça de Ceará-Mirim/RN, informando a existência, supostamente inverídica, no banco de dados da Previdência Social, de vínculo empregatício de particular com a Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que inexiste a prática dos delitos previstos nos arts. 168-A e 337-A, do CP, bem como eventual crime de falsidade ideológica, por não ofender bens, serviço ou interesse da União, já é de
conhecimento do órgão ministerial da Promotoria de Justiça da Comarca de Ceará-Mirim/RN.
3. O arquivamento mostra-se prematuro, diante da necessidade de esclarecimentos dos fatos apurados, já que não foram realizadas diligências junto ao INSS no sentido de se apurar se o vínculo empregatício supostamente falso inserido no CNIS teria sido informado pela própria Prefeitura Municipal através de GFIP's e a autenticidade destas, e outras pertinentes para a solução da controvérsia.
4. A conduta apurada pode configurar o uso de documento falso perante uma Autarquia federal e atrair a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal.
5. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

382. Processo : 1.23.000.003142/2007-53 Voto: 1315/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DE SUPOSTAS IRREGULARIDADES QUANTO À APLICAÇÃO DOS RECURSOS RECEBIDOS DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DESCABIMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. No caso, verificam-se irregularidades na aplicação de verbas destinadas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar -PNAE no Município de Santa Maria do Pará/PA durante o ano de 2004, o que implicou a obrigação ao ex-gestor municipal de devolução do valor de R$ 4.018,50.
2. O fato de ser dispensada a instauração de Tomadas de Constas Especial para apuração de eventuais vícios na gestão de recursos de baixa materialidade, nos termos do art. 5º da Instrução Normativa nº 56/2007 - TCU, não obsta a persecução criminal quanto à malversação de verbas públicas, pois não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitivas, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do *in dubio pro societate*.
3. O arquivamento do presente procedimento mostra-se prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes dos autos, justificando-se o prosseguimento das investigações.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

383. Processo : 1.00.000.001864/2011-54 Voto: 1316/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ART. 183 DA LEI N° 9.472/97. CRIME FORMAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. PROSSEGUIMENTO NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível prática do crime de exploração clandestina de serviço de telecomunicação, consistente na viabilização de acesso à internet via rádio, sem autorização do órgão competente.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que a inobservância da Resolução da ANATEL configura apenas infração administrativa, e não penal. Aduziu, ainda, que a intervenção punitiva somente deve ocorrer se houver prova da existência do perigo concreto ao sistema de telecomunicações, o que efetivamente não ocorreu no presente caso.
3. O Magistrado indeferiu o pedido de arquivamento por entender típica a conduta perpetrada pelos investigados.
4. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que a prestação de serviço de acesso à *internet* é serviço de comunicação multimídia, que depende de autorização. A inexistência de autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei n° 9.472/97.
5. Voto pela designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

384. Processo : 1.00.000.001866/2011-43 Voto: 1317/2011 Origem: JF/SP

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ART. 183 DA LEI N° 9.472/97. CRIME FORMAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. PROSSEGUIMENTO NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível prática do crime de exploração clandestina de serviço de telecomunicação, consistente na viabilização de acesso à internet via rádio, sem autorização do órgão competente.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que a inobservância da Resolução da ANATEL configura apenas infração administrativa, e não penal. Aduziu, ainda, que a intervenção punitiva somente deve ocorrer se houver prova da existência do

perigo concreto ao sistema de telecomunicações, o que efetivamente não ocorreu no presente caso.
3. O Magistrado indeferiu o pedido de arquivamento por entender típica a conduta perpetrada pelos investigados.
4. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que a prestação de serviço de acesso à *internet* é serviço de comunicação multimídia, que depende de autorização. A inexistência de autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei n° 9.472/97.
5. Voto pela designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

385. Processo : 1.00.000.002076/2011-85 Voto: 1318/2011 Origem: JF/CE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC 75/93. ARQUIVAMENTO INDIRETO. ESTELIONATO QUALIFICADO. ART. 171, PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO PENAL. CONSUMAÇÃO DO CRIME NO LOCAL DA OBTENÇÃO DA VANTAGEM ILÍCITA. SÚMULA 48 DO STJ. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA.
1.Trata-se de Inquérito policial instaurado para apuração de suposta prática de estelionato, previsto pelo art. 171, §3º, do Código Penal.
2.Incidência da Súmula 48 do STJ: "compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque". No caso, a competência para processar e julgar o feito pertence ao juízo de Juazeiro do Norte/CE.
3.Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para oferecimento da denúncia.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

386. Processo : 1.16.000.001204/2009-99 Voto: 1319/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MPF. DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MEMBRO TITULAR DO 9º OCR DA PRDF. FIXAÇÃO DE NOVA ATRIBUIÇÃO. REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO AO 5º OCR. DESIGNAÇÃO PELO PGR DO MEMBRO TITULAR DO 5º OCR PARA ACOMPANHAR INQUÉRITO POLICIAL EM TRÂMIITE NO SENADO FEDERAL SOBRE OS MESMOS FATOS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A ATRIBUIÇÃO DESTE ÓRGÃO MINISTERUAL.
1. Em razão da declaração de suspeição do membro titular do 9º OCR, os autos do procedimento apuratório em epígrafe foram redistribuídos ao 5º OCR, conforme orientam as diretrizes de distribuição de feitos na PRDF, o que determinou a fixação de nova atribuição e a

legitimação de um novo promotor natural para o feito.
2. Nesse passo, não há que se falar em substituição eventual pelo membro do 5º OCR e o consequente regresso dos autos do procedimento ao 9º OCR, em razão de alteração de composição deste ofício criminal e a cessação da causa que originou a declaração de suspeição, já que aquele passou a exercer a condição de titular da investigação.
3. No mais, reforça a atribuição do órgão ministerial do 5º OCR para atuar no feito, a designação feita pelo Procurador-Geral da República, indicando o respectivo Procurador da República para acompanhar o Inquérito Policial nº 03/2009, em trâmite no Senado Federal, que versa sobre os mesmos fatos (Ofício PGR/GAB/Nº 549, de 07 de maio de 2009).
4. Voto pelo conhecimento do conflito e reconhecimento da atribuição do Procurador da República titular do 5º OCR para dar continuidade à persecução penal.

Decisão : Acolhido por maioria, vencida a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos em conhecer o conflito de atribuição e reconhecer a atribuição do procurador da República, titular do 5º OCR, para dar continuidade à persecução penal. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

387. Processo : 1.00.000.001667/2011-35 Voto: 1320/2011 Origem: JF/RS

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 29 E 69 DA LEI 9605/98 E NO ART. 299 DO CP. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apuração da prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 29 e 69 da Lei nº 9605/98 e no art. 299 do CP, devido à manutenção em cativeiro de aves silvestre em desacordo com a licença da autoridade competente, bem como imposição de dificuldade aos trabalhos de fiscalização por parte do investigado.
2. O arquivamento do presente inquérito mostra-se prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes dos autos, justificando-se o prosseguimento das investigações.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

388. Processo : 1.33.002.000023/2011-69 Voto: 1321/2011 Origem: PRM/Chapecó/SC

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DE DELITO PREVISTO NO ART. 29 DA LEI 11105/2005. ARQUIVAMENTO.
1. Peças de informação instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 29 da Lei nº 11.105/2005, em virtude de cultivo de milho geneticamente modificado em desacordo com as normas regulamentares.
2. A prática de cultivo de organismo geneticamente modificado não se amolda às hipóteses previstas no tipo penal, mormente porque não há de se considerar produção e cultivo como sinônimos quando a Lei nº 11.105/2005, em seu próprio texto, distingue as condutas, impondo-se o reconhecimento da atipicidade dos fatos.
3. Voto pela homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

389. Processo : 1.00.000.002262/2011-14 Voto: 1322/2011 Origem: JF/GO

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ART. 297). PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. IMPROCEDÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA.
1. Ação penal pública incondicionada ajuizada perante o Juízo de Direito da Comarca de Cromínia para a apuração da prática, em tese, do crime de falsificação de documento público (CP, art. 297).
2. A notícia de cometimento de crime de falsificação de Certidão Negativa de Débito (CND) emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e de Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF) revela o interesse da União, atraindo a competência da justiça federal e a atribuição do Ministério Público Federal para a promoção de responsabilidade criminal.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

390. Processo : 1.25.005.001761/2010-94 Voto: 1323/2011 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

391. Processo : 1.25.002.002163/2010-62 Voto: 1324/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

392. Processo : 1.25.002.002301/2010-11 Voto: 1325/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

393. Processo : 1.25.003.004806/2010-01 Voto: 1326/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

394. Processo : 1.25.003.007591/2010-71 Voto: 1327/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

395. Processo : 1.25.003.008939/2010-48 Voto: 1328/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

396. Processo : 1.25.003.009045/2010-75 Voto: 1329/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

397. Processo : 1.25.002.001488/2010-28 Voto: 1330/2011 Origem: JF/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 273, § 1º-B E 334 DO CÓDIGO PENAL. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE AOS DELITOS QUE ATENTEM CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. O procurador da República requereu o arquivamento do feito, alegando hipótese de incidência do princípio da insignificância, tendo em vista tratar-se de tributos iludidos no valor abaixo ao do patamar estabelecido pela Lei nº 11.033/04.
2. Discordância da magistrada que acolheu a insignificância em relação ao delito de descaminho, no entanto entendeu que a lesividade da conduta de importar medicamentos de origem estrangeira irregularmente atinge o bem jurídico da saúde pública, não podendo ser observada a partir do aspecto econômico.
3. A **importação e comercialização de medicamentos fora das especificações da ANVISA revelam-se altamente prejudicial à saúde pública, mostrando-se particularmente reprovável, afastando-se por tal razão a aplicação do princípio da insignificância.**
4. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

398. Processo : 1.00.000.002181/2011-14 Voto: 1331/2011 Origem: PRM/Juiz de Fora/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA BANCÁRIA EM GFIP. SUPOSTO CRIME DE FALSIFICAÇÃO DE PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293, INC. V, DO CP). MPF: DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de Representação fiscal instaurada para apurar suposta falsificação de autenticação mecânica bancária em GFIP.
2. Declínio de atribuições ao argumento de que inexiste lesão a bens, serviços ou interesses da União, uma vez que a Caixa Econômica Federal não sofreu prejuízo algum.
3. A aludida falsificação encerra prejuízo a serviço da União Federal, pois o *falsum* praticado teve como fim especial fazer prova junto à empresa pública federal, no caso, a Caixa Econômica Federal e demais órgãos responsáveis pela gestão do FGTS, o que patenteia a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa e, conseqüentemente, a atribuição para atuar no caso é do Ministério Público Federal, nos termos do art. 109, inciso IV, da CF/1988.
4. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

399. Processo : 1.35.000.002397/2010-83 Voto: 1332/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMAÇÃO. APRESENTAÇÃO DE PEDIDO DE REVISÃO RECEBIDO COMO RECURSO. REJULGAMENTO DA QUESTÃO. APURAÇÃO DE EVENTUAL ILEGALIDADE COMETIDA POR SERVIDORES DA ANATEL NA AVERIGUAÇÃO DE OPERAÇÃO INDEVIDA DE RADIOAMADOR. INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES. ADOÇÃO DAS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE EVIDENCIAR A MATERIALIDADE DELITIVA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
1.Trata-se de procedimento instaurado em razão de suspeita de irregularidades na averiguação do serviço de radioamadorismo.
2. As informações da Anatel esclarecem que a denúncia do noticiante deu ensejo a vários procedimentos administrativos que resultaram, em sua maioria, no arquivamento, por ausência de irregularidades, tendo sido adotadas as providências cabíveis.
3.Voto pelo desprovimento do recurso, mantendo a decisão que determinou o arquivamento do feito.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

400. Processo : 1.00.000.010096/2010-49 Voto: 1333/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DO CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CP). NÃO CARACTERIZAÇÃO. INDÍCIOS DA PRÁTICA DO DELITO DE OMISSÃO DE REGISTRO DE CTPS (ART. 297, § 4º, DO CP). ENUNCIADO 27. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Quanto ao crime previsto no art. 149 do CP, restou-se não caracterizado o trabalho escravo, conforme relatório de fiscalização acostado aos autos.
2. Há notícia de omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social, fato que se subsumi ao tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, sendo de competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social (Enunciado nº 27), e se consuma no momento em que o agente não realiza a inserção das informações nos documentos mencionados no parágrafo 3º.
3. Voto pela de signação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal no tocante ao delito previsto no art. 297, § 4º, do CP.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

401. Processo : 1.33.001.000318/2010-64 Voto: 1334/2011 Origem: PRM/Blumenau/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. APURAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE SALA DE ESPERA RESERVADA ÀS TESTEMUNHAS DAS AUDIÊNCIAS CRIMINAIS DA JUSTIÇA FEDERAL EM BLUMENAU/SC. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA. CONFLITO POSITIVO DE ATRIBUIÇÃO SUSCITADO. QUESTIONAMENTO SOBRE A NORMA INSERTA NO NO ART. 1º, III E IV, DA RESOLUÇÃO Nº 104 DO CSMPF. CONSTITUCIONALIDADE DOS DISPOSTIVOS. GARANTIA DO PROMOTOR NATURAL E IMPESSOALIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS. NÃO CONHECIMENTO DO CONFLITO E HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Não foge aos padrões da razoabilidade a previsão na regra disposta no norma prevista no art. 1º, III e IV, da Resolução nº 104 do Conselho Superior do Ministério Público Federal de distribuição aleatória de procedimentos administrativos instaurados ex-officio pelos membros do MPF, pois destina-se a dar efetividade ao princípio do promotor natural e à impessoalidade dos atos administrativos, impedindo a designação casuística direcionada de um órgão ministerial .
2. Voto pelo não conhecimento do conflito e pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

402. Processo : 1.00.000.001290/2011-14 Voto: 1335/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : AÇÃO PENAL. OPERAR TRANSCEPTOR PORTÁTIL FM SEM AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MEMBRO DO MPF ACERCA DO ENQUADRAMENTO TIPICO: ART. 70 DA LEI Nº 4.117/62 OU ART. 183 DA LEI 9472/97. NÃO-CONHECIMENTO DA REMESSA.
1. O Ministério Público Federal ofereceu Denúncia em virtude de o acusado fazer uso de transceptor portátil FM da marca Icom, modelo IC-V68, sem a devida autorização do poder público (ANATEL), ressaltando que a conduta em análise amolda-se ao tipo previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97, com pena de detenção de 2 a 4 anos, razão pela qual considerou incabível o oferecimento de proposta de transação penal.
2. Divergiu o Magistrado Federal, entendendo que o fato sob análise configura o crime do art. 70 da Lei nº 4.117/62, com pena de 1 a 2 anos de detenção, considerado de menor potencial ofensivo, diante do que mostrar-se-ia possível o oferecimento da transação penal.
3. *In casu*, versando o dissenso acerca de questão de mérito, não se justifica a remessa dos autos a esta Câmara Criminal por aplicação analógica do art. 28 do CPP. É o caso de se aplicar o art. 383 do CPP. Precedentes desta 2ª CCR.
4. Assim sendo, voto pelo não conhecimento da remessa.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

403. Processo : 1.22.000.003671/2003-61 Voto: 1336/2011 Origem: JF/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DOS CRIMES DO ART. 55 DA LEI Nº 9605/98 E DO ART. 2º DA LEI Nº 8176/91. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO DELITO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA EM RELAÇÃO AO SEGUNDO DELITO. IMPOSSIBILIDADE. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, dos delitos previstos no art. 2º da Lei nº 8176/91 e no art. 55 da Lei nº 9605/98, devido à constatação de exploração mineral (gnaise) com a utilização de retroescavadeira, compressor e outros equipamentos,sem autorização dos órgãos competentes em Área de Preservação Permanente.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito em relação ao crime capitulado no art. 2º da Lei nº 8176/91, por atipicidade da conduta pela aplicação do princípio da insignificância e, quanto ao crime prescrito no art. 55 da Lei nº 9605/98, pela prescrição da
pretensão punitiva. O julgador acolheu o pleito somente quanto a este delito.
3. *In casu*, diante dos elementos colacionados que evidenciam a autoria e a materialidade delitiva, impõe-se o prosseguimento da persecução penal, considerando a inaplicabilidade do princípio da insignificância no delito de usurpação de matéria-prima pertencente à União (Lei nº 8176/91, art. 2º), haja vista a indisponibilidade do bem tutelado (patrimônio público), a acumulação de desgastes e a generalidade dos atingidos pela lavra garimpeira e extração de recursos minerais. Precedentes.
4. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

404. Processo : 1.29.004.000850/2010-84 Voto: 1337/2011 Origem: JF/RS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. ARTS. 334 E 184, § 2º, DO CP. APREENSÃO DE CDS E DVDS. ARQUIVAMENTO QUANTO AO DESCAMINHO E PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA EM FAVOR DA JUSTIÇA ESTADUAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO A BENS, SERVIÇOS OU INTERESSES DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
1. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento por atipicidade quanto ao delito do art. 334 do CP e a remessa dos autos à Justiça Estadual quanto ao crime do art. 184, § 2º do CP.
2. Discordância quanto ao declínio por parte do Magistrado Federal, que entendeu a inexistência de elementos que indiquem a competência ou incompetência da justiça federal, em virtude da ausência de uma investigação pormenorizada sobre as mídias apreendidas.
3. O simples fato de terem os CDs e DVDs sido adquiridos no exterior não evidencia, por si só, a competência da Justiça Federal, mesmo porque, em regra, a competência para processar e julgar o crime de violação de direito autoral é da Justiça Estadual, tendo em vista a ofensa a interesse particular, ou seja, do autor das obras ilegalmente reproduzidas, excluída, em princípio, a hipótese de sua prática em detrimento de bem, serviço ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
4. Voto pela insistência no pedido de declinação de competência para a Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

405. Processo : 1.31.000.001528/2009-11 Voto: 1338/2011 Origem: PR/RO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informações. Abertura de pessoa jurídica. Suposto crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP). Não caracterização. Dados constantes no Contrato Social e registrados na Junta Comercial são verdadeiros. Arquivamento.
Narrativa de possível coação por parte de empregador para que o nome de empregado constasse da razão social da pessoa jurídica levada a registro. Nesta conduta, não se vislumbra qualquer prejuízo direto a bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas, porquanto a suposta vítima do constrangimento em questão foi um particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

406. Processo : 1.30.020.000004/2011-26 Voto: 1339/2011 Origem: PRM/São Gonçalo/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente (02 coleiros e 05 tizís). Art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98. Espécies não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

407. Processo : 1.00.000.001945/2011-54 Voto: 1340/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental previsto no art. 29, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Manter em cativeiro espécie da fauna silvestre (9 Jabutis), sem a autorização do órgão ambiental competente. Espécime não ameaçada de extinção (IN-MMA n° 003/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

408. Processo : 1.15.000.002947/2010-57 Voto: 1341/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 64 da Lei n° 9.605/98, consistente na construção de casa em área de preservação permanente. Diligências. Área não pertencente à União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

409. Processo : 1.33.008.000307/2010-14 Voto: 1342/2011 Origem: PRM/Itajaí/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98). Guardar 11.500 metros estéreos de lenhas nativas e 1.222m3 de toras nativas de espécies diversas, sem a devida permissão ou licença da autoridade competente, em propriedade privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

410. Processo : 1.20.000.000754/2009-68 Voto: 1343/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime ambiental (art. 38 da Lei nº 9.605/98), consistente em desmatamento, em propriedade particular, sem prévia autorização da autoridade ambiental competente. Diligências. Ibama confirma que não se trata de área sujeita à proteção específica por parte da União ou suas autarquias. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

411. Processo : 1.11.000.001363/2008-99 Voto: 1344/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível crime ambiental previsto no art. 38-A da Lei nº 9.605/98. Destruição de 64 (sessenta e quatro) hectares de floresta nativa do Bioma Mata Atlântica, não passíveis de autorização para exploração. Diligências. Área não abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

412. Processo : 1.00.000.002462/2011-77 Voto: 1345/2011 Origem: PRM/Rio do Sul/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Destruir 0,2185 hectares de floresta nativa, objeto de especial preservação. Área não abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

413. Processo : 1.30.020.000013/2011-17 Voto: 1346/2011 Origem: PRM/São Gonçalo/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental previsto no art. 34, parágrafo único, III, da Lei n° 9.605/98. Comercializar 76 caranguejos da espécie Uçá, provenientes da coleta em período de defeso. Diligências. Infração não cometida no interior ou zona de amortecimento de unidade de conservação federal. Espécime não ameaçada de extinção (IN-MMA nº 003/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

414. Processo : 1.00.000.002140/2011-28 Voto: 1347/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental previsto no art. 29, § 1°, III, da Lei n° 9.605/98. Transportar 1 (um) quelônio, espécie tracajá (*Podocnemis unifilis*), sem a devida autorização do órgão competente. Espécime não ameaçada de extinção (IN n° 03/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

415. Processo : 1.23.002.000471/2009-94 Voto: 1348/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

416. Processo : 1.00.000.001927/2011-72 Voto: 1349/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

417. Processo : 1.11.000.001540/2010-51 Voto: 1350/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposta prática do crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Informações contidas nos autos revelam que o não repasse dos valores descontados das remunerações de servidores públicos se deu em detrimento de órgão gestor de Regime Próprio de Previdência e Assistência Estadual. Ausência de ofensa a bens, serviços ou interesse direto e específico da União. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

418. Processo : 1.15.000.001147/2010-19 Voto: 1351/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades em processo licitatório que tem por objeto a reforma de estádio de futebol com recebimento de recursos do BNDES. Relação jurídica estabelecida entre Estado e os agentes vencedores da licitação, tratando-se o referido banco oficial de mero agente financiador, com aporte de verbas destinadas exclusivamente à conta do governo local. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

419. Processo : 1.00.000.002139/2011-01 Voto: 1352/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Revender GLP em desacordo com as normas que regem a matéria. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

420. Processo : 1.00.000.002481/2011-01 Voto: 1353/2011 Origem: PR/AC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Comercializar combustíveis líquidos carburantes em desacordo com as normas previstas em lei. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

421. Processo : 1.34.008.000039/2011-84 Voto: 1354/2011 Origem: PRM/Piracicaba/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Suposta prática de crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Armazenamento e comercialização de combustível (gasolina) em desconformidade com as especificações estabelecidas na legislação pertinente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

422. Processo : 1.34.008.000048/2011-75 Voto: 1355/2011 Origem: PRM/Piracicaba/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática de crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Comercializar combustível (gasolina tipo C) em desconformidade com as especificações estabelecidas na legislação pertinente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

423. Processo : 1.34.008.000049/2011-10 Voto: 1356/2011 Origem: PRM/Piracicaba/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática de crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Comercializar combustível (gasolina tipo C) em desconformidade com as especificações estabelecidas na legislação pertinente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

424. Processo : 1.34.006.000310/2010-11 Voto: 1357/2011 Origem: PRM/Guarulhos/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Suposto armazenamento e comercialização de combustível (gasolina tipo C) fora das especificações quanto ao teor alcoólico. Possível prática de crime contra a ordem econômica (art. 1º, inc. I, da Lei nº 8.176/91). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

425. Processo : 1.35.000.000814/2010-53 Voto: 1358/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime contra as relações de consumo (art. 66 da Lei nº 8.078/90), consistente na falta de informações adequadas ao usuário, publicidade enganosa, métodos comerciais inadequados e práticas abusivas na prestação de serviço. Inocorrência de lesão direta e efetiva a bens, serviços ou interesses da União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

426. Processo : 1.30.011.000094/2011-64 Voto: 1359/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de suposta omissão de policiais militares estaduais quanto ao cometimento de crimes (extorsão, intimidação de moradores, dentre outros) perpetrados em comunidade. Não constatação de participação de servidor público federal no exercício de suas funções e com estas relacionadas na perpetração da conduta criminosa. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

427. Processo : 1.00.000.002197/2011-27 Voto: 1360/2011 Origem: PRM/Altamira/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crimes de lesão corporal e maus tratos praticado por indígena contra indígena individualmente. Art. 129 e 136, ambos do CP. Resultado das condutas não atingiram a totalidade de etnia ou grupo indígena. Incidência do Enunciado da Súmula nº 140/STJ. Competência da Justiça Comum Estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. A Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos agurada para proferir o voto.

428. Processo : 1.00.000.002570/2011-40 Voto: 1361/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível prática do crime de contrabando/descaminho (art. 334 do CP). Diligências. Laudo de exame merceológico aponta não ser possível especificar a procedência dos produtos contrafeitos. Não comprovada a transnacionalidade do delito necessária para fixar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

429. Processo : 1.23.000.001190/2010-11 Voto: 1362/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível crime de estelionato (art. 171 do CP), praticado em detrimento de particular. Saque fraudulento de benefício previdenciário depositado em conta vinculada ao INSS. Inexistência de prejuízo à referida autarquia. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

430. Processo : 1.00.000.002193/2011-49 Voto: 1363/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de estelionato (art. 171 do CP), praticado em detrimento de particulares. Agricultores que teriam sido levados a contratar empréstimos junto à instituição financeira mediante falsas promessas que receberiam apoios e estradas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

431. Processo : 1.22.000.000138/2011-57 Voto: 1364/2011 Origem: PR/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa. Possível crime praticado através da internet. Invasão de privacidade mediante a apropriação indevida de senha de *e-mail* e sua utilização indevida no sítio de relacionamento *Facebook*, incitando discórdia entre particulares e, supostamente, divulgando idéias de conteúdo discriminatório. Inexistência de indícios de transnacionalidade da conduta e de tratado internacional do qual a República seja parte visando ao combate do ilícito em questão. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

432. Processo : 1.34.001.000350/2011-93 Voto: 1365/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa. Possível incitação à prática de crimes (art. 286 do CP). Comunidade criada no *site* de relacionamento *Orkut*, promovendo a homofobia e a incitação à prática do crime de estupro. Inexistência de tratado internacional do qual a República seja parte visando ao combate do ilícito em questão. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

433. Processo : 1.20.002.000073/2009-80 Voto: 1366/2011 Origem: PRM/Sinop/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP). Constituição de pessoas jurídicas em nome de terceiro, sem seu conhecimento, perante Junta Comercial Estadual. Diligências. Inexistência de indícios da prática de crime tributário ou previdenciário. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedente do STJ (CC 81.261/BA, DJe 16/03/2009). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

434. Processo : 1.32.000.000221/2010-07 Voto: 1367/2011 Origem: PR/RR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível prática do crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP). Constituição de sociedade empresária, perante Junta Comercial Estadual, mediante falsificação da assinatura da vítima. Prejuízo do particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

435. Processo : 1.34.001.004924/2010-11 Voto: 1368/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Suposto crime praticado através da internet, por meio do *site orkut*, consistente na disponibilização de serviços de falsificação de documentos, bem como de manuais para o fabrico de armas e drogas. Inexistência de indícios de transnacionalidade da conduta e de tratado internacional do qual a República seja parte visando ao combate do ilícito em questão. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

436. Processo : 1.30.011.000288/2011-60 Voto: 1369/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Denúncia anônima. Possível crime de pedofilia via internet (art. 241-A do ECA). A suposta divulgação do material de conteúdo pedófilo deu-se de forma restrita, apenas entre os interlocutores de conversa de MSN, afastando a publicidade irrestrita e acesso ao material por pessoa diferente das envolvidas no diálogo. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

437. Processo : 1.21.000.000254/2011-11 Voto: 1370/2011 Origem: PR/MS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de crime de violação de direitos autorais (art. 184, § 2° do CP). Mídias dos tipos CD's e DVD's inautênticas e gravadas sem autorização dos titulares dos direitos autorais. Não demonstração da internacionalidade da conduta. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

438. Processo : 1.24.000.001706/2010-81 Voto: 1371/2011 Origem: PR/PB
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (Art. 168-A do Código Penal). Inexistência da constituição do crédito tributário. Crime material. Ausência de indícios mínimos da materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

439. Processo : 1.22.007.000010/2008-28 Voto: 1372/2011 Origem: PRM/Varginha/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Diligências. Empregador rural. Ausência de enquadramento direto nos critérios de seleção para futura fiscalização. Inexistência de crédito tributário definitivamente constituído contra o requerido até o presente momento. Falta de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Materialidade da conduta ainda não configurada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

440. Processo : 1.23.001.000248/2010-91 Voto: 1373/2011 Origem: PRM/Marabá/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposta ameaça de ação criminosa contra posto da Polícia Rodoviária Federal. Informações contidas nos autos revelam a inexistência de conduta delituosa, tratando-se, na verdade, de meros protestos de munícipes insatisfeitos com a atuação fiscalizatória dos policias rodoviários. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

441. Processo : 1.20.001.000035/2007-75 Voto: 1374/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possível crime de abuso de autoridade (Lei 4.898/65), consistente em agressões praticadas por suposto agente da Polícia Federal. Informações contidas nos autos revelam apuração de fatos que já são objeto de inquérito policial (IPL n° 2-030/2008) e no qual foi oferecida denúncia em desfavor do acusado. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

442. Processo : 1.31.000.001335/2010-01 Voto: 1375/2011 Origem: PR/RO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposta retenção parcial, por parte de servidora da Funai, do seguro DPVAT a ser recebidos por indígenas. Diligências. Apuração de fatos que já são objeto de inquérito policial (IPL n° 56/2009-DPF/GMI/RO). Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

443. Processo : 1.00.000.011799/2010-94 Voto: 1376/2011 Origem: PRM/Marabá/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime contra a organização do trabalho. Existência de Ação Penal que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio *"ne bis in idem"*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

444. Processo : 1.00.000.011810/2010-16 Voto: 1377/2011 Origem: PRM/Marabá/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime contra a organização do trabalho. Existência de Ação Penal que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio *"ne bis in idem"*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

445. Processo : 1.00.000.011942/2010-48 Voto: 1378/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça de informação. Empregador rural. Suposta redução de trabalhadores a condições análogas às de escravo, constatada pelo Grupo Móvel de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Possível crime definido no art. 149 do Código Penal. Informações contidas nos autos revelam a existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos (IPL n° 56/2010). *Bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

446. Processo : 1.00.000.001692/2011-19 Voto: 1379/2011 Origem: PR/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento Administrativo. Controle Externo da Atividade Policial no âmbito da Procuradoria da República no Paraná como medida que visa dar eficiência e efetividade a tal atividade. Inspeção ao Presídio Federal de Catanduvas. Relatório de Inspeção em ordem. Diligências devidamente empreendidas pelo MPF. Esgotamento do objeto do Procedimento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

447. Processo : 1.16.000.000028/2011-92 Voto: 1380/2011 Origem: PR/DF
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Possíveis irregularidades no procedimento de transferência de presa provisória pelo DPF. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que houve a transferência da detida ao presídio feminino. Regularização da situação. Atipicidade da conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

448. Processo : 1.34.015.000635/2010-94 Voto: 1381/2011 Origem: PRM/S. José do Rio Preto/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de apurar possíveis irregularidades na expedição de ofícios pela Polícia Federal à Receita Federal, sem que houvesse instauração do correlato inquérito policial. Diligências. Atuação justificada. Não constatação de qualquer irregularidade ou abuso nos procedimentos desencadeados pelas autoridades policiais. Arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

449. Processo : 1.16.000.006213/2010-18 Voto: 1382/2011 Origem: PR/DF
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF). Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

450. Processo : 1.28.200.000069/2009-97 Voto: 1383/2011 Origem: PRM/Caicó/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para apurar supostas irregularidades na execução de convênios firmados entre Prefeitura Municipal e o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Diligências. Inexistência de indícios de malversação de recursos públicos a justificar o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

451. Processo : 1.20.000.000030/2005-91 Voto: 1384/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental (art. 44 da Lei n° 9.605/98). Extração de mineral sem autorização da autoridade competente. Fatos delituosos ocorridos em 1999. Extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição (art. 109, inciso V, do CP). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

452. Processo : 1.20.000.000185/2005-27 Voto: 1385/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990). Diligências. Informações contidas nos autos revelam o pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

453. Processo : 1.34.014.000383/2010-11 Voto: 1386/2011 Origem: PRM/S.José dos Campos/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n° 8.137/90), pela suposta omissão de averbação de obra no registro de imóveis. Informações contidas nos autos revelam a ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

454. Processo : 1.35.000.001000/2010-36 Voto: 1387/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A, CP), consistente na omissão de segurado empregado em documento de informações (GFIP). Créditos constituídos. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que o contribuinte quitou integralmente o débito (DECAB nº 37.257.103-4). Aplicação do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Ademais, o crédito tributário referente ao ao DECAB nº 37.257.102-6 foi extinto por Decisão de Notificação da Delegacia da Receita Federal de Julgamento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

455. Processo : 1.11.000.001430/2010-90 Voto: 1388/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo instaurado em razão de representação noticiando supostas irregularidades no trato de verbas públicas federais por parte de órgão público municipal. Diligências. Não constatação de elementos de informação mínimos necessários à deflagração de persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

456. Processo : 1.33.002.000011/2011-34 Voto: 1389/2011 Origem: PRM/Chapecó/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

457. Processo : 1.20.001.000105/2009-57 Voto: 1390/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

458. Processo : 1.20.001.000107/2010-80 Voto: 1391/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

459. Processo : 1.20.001.000152/2010-34 Voto: 1392/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

460. Processo : 1.20.001.000099/2009-38 Voto: 1393/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

461. Processo : 1.25.002.001571/2010-05 Voto: 1394/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

462. Processo : 1.25.003.014829/2010-15 Voto: 1395/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

463. Processo : 1.25.003.014899/2010-73 Voto: 1396/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

464. Processo : 1.29.012.000073/2009-35 Voto: 1397/2011 Origem: PRM/Bento Gonçalves/RS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposta prática do crime de desobediência (art. 330 do CP), consistente em descumprimento de ordem judicial. Não caracterização. Diligências. Atraso justificado em razão de uma impossibilidade material do aparato operacional e administrativo do órgão investigado. Ausência de dolo. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

465. Processo : 1.35.000.001269/2010-12 Voto: 1398/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito civil público. Suposto descumprimento de sentença proferida no bojo de Ação Popular, movida contra a Caixa Econômica Federal pela manutenção de contratos com bancas de advogados. Diligências. Atraso justificado, em razão da imensa demanda dos serviços advocatícios na instituição financeira referida. Não caracterização de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

466. Processo : 1.11.000.001199/2010-34 Voto: 1399/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça de informação. Suposta prática do crime de desobediência (art. 330 do CP), consistente em descumprimento de ordem judicial. Não caracterização. Diligências. Cumprimento da determinação posteriormente. Ausência de dolo. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

467. Processo : 1.28.200.000058/2009-15 Voto: 1400/2011 Origem: PRM/Caicó/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito civil público. Suposto desvio de verbas públicas federais destinadas à execução de reforma de escola estadual. Diligências. Informações contidas nos autos apontam a regularidade na execução da obra. Inexistência de indícios de malversação de recursos públicos a justificar o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

468. Processo : 1.25.002.002158/2009-16 Voto: 1401/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal. Suposta prática do crime de falso testemunho (art. 342 do CP). Depoimento que não influiu no deslinde da demanda na Justiça Trabalhista. Ausência de potencialidade lesiva na conduta descrita a justificar a persecução penal. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

469. Processo : 1.28.000.001201/2010-78 Voto: 1402/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito civil público. Supostas irregularidades na concessão de diárias e de benefício previdenciário por parte de servidora do INSS. Diligências. Informações contidas nos autos revelam não haver qualquer indício de irregularidade. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

470. Processo : 1.26.000.000522/2009-96 Voto: 1403/2011 Origem: PR/PE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de eventual ilegalidade em ação fiscalizatória cometida por servidores do IBAMA com apreensão de material de pesca. Diligências. Inexistência de irregularidades nos procedimentos desencadeados pelos fiscais. Rede de pesca em desconformidade com os parâmetros legais. Ausência de elementos capazes de evidenciar a materialidade delitiva. Arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

471. Processo : 1.00.000.001477/2011-18 Voto: 1404/2011 Origem: PRM/Patos de Minas/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Introdução de moeda falsa em circulação (art. 289, § 1º do CP). Ausência de dolo, tendo em vista que as informações contidas nos autos revelam que a investigada não tinha ciência de que a moeda era falsa, bem como não há identificação da autoria delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

472. Processo : 1.12.000.000583/2008-68 Voto: 1405/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposta conduta delituosa consistente em oferecer serviços em anúncio de jornal destinados a auxiliar a obtenção de benefício previdenciário no INSS. Não caracterização de crime. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

473. Processo : 1.25.002.000013/2011-03 Voto: 1406/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Direção de Penitenciária Federal, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo para apuração de supostas faltas disciplinares de naturezas média e grave imputadas a interno (Decreto n° 6.049/2007). Mera "transgressão disciplinar". Conduta criminosa não caracterizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

474. Processo : 1.25.002.000171/2011-55 Voto: 1407/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Direção de Penitenciária Federal, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo para apuração de supostas faltas disciplinares de naturezas leve e grave imputadas a interno (Decreto n° 6.049/2007). Mera "transgressão disciplinar". Conduta criminosa não caracterizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

475. Processo : 1.25.002.002419/2010-31 Voto: 1408/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Direção de Penitenciária Federal, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo para apuração de suposta falta disciplinar de natureza grave imputada a interno (Decreto n° 6.049/2007). Mera "transgressão disciplinar". Conduta criminosa não caracterizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

476. Processo : 1.25.002.002421/2010-19 Voto: 1409/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Direção de Penitenciária Federal, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo para apuração de suposta falta disciplinar de natureza grave imputada a interno (Decreto n° 6.049/2007). Mera "transgressão disciplinar". Conduta criminosa não caracterizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

477. Processo : 1.28.100.000010/2010-61 Voto: 1410/2011 Origem: PRM/Mossoró/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental, consistente na pesca de peixes diversos sem permissão ou autorização do órgão competente. Diligências. Informações prestadas pelo IBAMA revelam que a infração ambiental autuada sujeita-se, tão somente, à sanção administrativa. Conduta penalmente atípica. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

478. Processo : 1.28.100.000022/2010-95 Voto: 1411/2011 Origem: PRM/Mossoró/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental, consistente em pesca subaquática sem permissão ou autorização do órgão competente. Diligências. Informações prestadas pelo IBAMA revelam que a infração ambiental autuada sujeita-se, tão somente, à sanção administrativa. Conduta penalmente atípica. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

479. Processo : 1.24.002.000095/2009-09 Voto: 1412/2011 Origem: PRM/Sousa/PB
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposta aplicação irregular de recursos do FUNDEF por Ex-prefeito municipal, no exercício de 2008. Art. 1º, III, do Dec-lei 201/67. Morte do investigado, conforme certidão de óbito carreada aos autos (fl. 346). Extinção da punibilidade, em conformidade com art. 107, I, do CP. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

480. Processo : 1.11.001.000080/2009-09 Voto: 1413/2011 Origem: PRM/Arapiraca/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de eventual crime de responsabilidade (art. 1°, VII, do DL 201/67). Irregularidades na prestação de contas de recursos federais provenientes do FNS. Fato ocorrido no ano de 1995. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, IV, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

481. Processo : 1.14.004.000114/2007-53 Voto: 1414/2011 Origem: PRM/Feira de Santana/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de eventual crime de responsabilidade praticado por ex-prefeito (art. 1°, VII, do DL 201/67). Omissão no dever de prestar contas de recursos provenientes do FUNDEF. Fatos ocorridos nos anos de 1997 a 2000. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, IV, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

482. Processo : 1.20.000.001212/2007-41 Voto: 1415/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades na aplicação de recursos federais referentes a convênio (art. 315 do CP), perpetradas por ex-secretário de educação estadual. Fatos ocorridos em 1994. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, VI, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

483. Processo : 1.00.000.013150/2010-16 Voto: 1416/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática do crime de estelionato contra órgão público em decorrência de pagamento indevido de indenização referente à desapropriação consensual de terras (art. 171, § 3°, do CP). Considerando que o fato ocorreu especificamente no dia 19/12/1995 (data da transferência bancária e desvio dos recursos) e a pena máxima, em abstrato (já considerado o acréscimo), para o delito em questão ser igual a 6 anos e 8 meses, há de ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva estatal, pelo decurso do prazo estabelecido no art. 109, inciso III, do CP. Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

484. Processo : 1.14.010.000041/2010-16 Voto: 1417/2011 Origem: PRM/Eunápolis/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP). Suposta inserção de dados falsos no cadastro para recebimento do benefício social Bolsa Família. Não caracterização. Diligências. Informações prestadas pela investigada no ato cadastral revelaram-se verdadeiras. Ausência de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

485. Processo : 1.14.000.001421/2008-72 Voto: 1418/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Delito de natureza material. Ausência de crédito tributário definitivamente constituído. Fatos ocorridos em 1997. Ocorrência da decadência tributária. Materialidade da conduta não configurada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Confirmada a próxima Sessão de Revisão para o dia 14/03/2011, às 12 horas.

Brasília-DF, 02 de março de 2011.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara

JULIETA E. FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Subprocuradora-Geral da República - Titular

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS
Subprocuradora-Geral da República - Titular

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA
Procurador Regional da República - Suplente

ATA DA 531ª SESSÃO DE REVISÃO

Local e data: Brasília (DF), 14 de março de 2011.
Início e término: Das 12:55 h às 13:50 h.
Aos 14 dias do mês de março do ano 2011, em sessão realizada na sala de videoconferência, presentes a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Coordenadora, os Suplentes Dra. Mônica Nicida Garcia, por videoconferência, e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, ausentes justificadamente a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque, Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, julgou os seguintes procedimentos:
Relatora: Dra. Mônica Nicida Garcia
PROCESSOS NÃO PADRÃO

001. Processo : 1.00.000.012391/2010-30 Voto: 1182/2011 Origem: TRE/RS
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 C/C ART. 62 DA LC 75/93. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS PARTICULARES PARA FINS ELEITORAIS. DENÚNCIA OFERECIDA PERANTE O TRE/RS CONTRA PREFEITO. RECUSA DO MEMBRO DO MP ELEITORAL EM OFERECER DENÚNCIA PERANTE A MESMA CORTE CONTRA INDICIADA QUE NÃO DETÉM FORO. INSISTÊNCIA NA REMESSA AO PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO.
1. O Procurador Regional da República oficiante perante o TRE/RS ofereceu denúncia contra Prefeito Municipal, detentor de foro por prerrogativa de função, deixando de denunciar a filha do Prefeito, sob o fundamento de que tal denúncia deveria ser oferecida em primeiro grau de jurisdição, por não ostentar ela o foro privilegiado.
2. Discordância do TRE/RS, que entendeu ser competente para o processo e julgamento em razão de conexão. Súmula 704 do STF.
3. A interpretação das normas relativas aos foros por prerrogativa de função constitucionalmente previstos deve se dar restritivamente à luz do princípio da isonomia e do princípio republicano, e sem qualquer possibilidade de ampliação.
4. O foro por prerrogativa de função aplicável ao Prefeito Municipal, estabelecido na Constituição, não pode ser estendido a outrem em razão de normas infraconstitucionais que veiculam causas modificadoras de competência. "A competência por prerrogativa de foro é de Direito estrito, não se podendo, considerada conexão ou continência, estendê-la a ponto de alcançar inquérito ou ação penal relativos a cidadão comum". (STF - HC nº 89.056-3/MS).
5. Voto pela insistência na remessa dos autos ao primeiro grau de jurisdição.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

002. Processo : 1.23.000.000743/2008-95 Voto: 1183/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CP). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO. CRIME FORMAL. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DO ART. 83, DA LEI N. 9.430/96. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O delito contra a Previdência Social previsto no artigo 168-A tem natureza formal, não exigindo para sua consumação um resultado naturalístico. Caracteriza-se, de acordo com o tipo penal, pela mera supressão ou redução do desconto da contribuição, não havendo motivo para se obstar a persecução penal até o término de procedimento administrativo destinado a apurar o prejuízo efetivamente experimentado.
2. No entanto, o art. 83, da Lei n. 9.430/96, com redação alterada pela Lei n. 12.350/2010, desconsiderando o caráter formal dos crimes de apropriação indébita previdenciária, passou a exigir o exaurimento do processo administrativo tributário antes do envio ao Ministério
Público da representação fiscal para fins criminais.
3. A referida lei não se encontra em sintonia com as normas principiológicas de Direito Penal, sobretudo com aquelas disciplinadoras dos crimes formais que, como se sabe, não exigem, para sua configuração, a ocorrência de um resultado naturalístico.
4. Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal assentou que o delito previsto no art. 168-A do CP não necessita do exaurimento na esfera administrativa para o início da persecução penal (Inq 2537 AgR-ED, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2008, DJe-216 DIVULG 13-11-2008 PUBLIC 14-11-2008 EMENT VOL-02341-01 PP-00100) .
5. Assim, voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencido o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa. Participou da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge.

003. Processo : 1.31.000.001530/2009-90 Voto: 1184/2011 Origem: PR/RO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. OMISSÃO DE DADOS NA CTPS (ART. 297, §4º, DO CÓDIGO PENAL). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ENUNCIADO 27 DESTA 2ª CÂMARA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social".
2. A Súmula 62, STJ, apresenta manifestos equívocos em sua origem, não se podendo aplicá-la nem de forma subsidiária ao caso.
3. Assim, voto pela não homologação do declínio e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

004. Processo : 1.22.001.000365/2010-91 Voto: 1185/2011 Origem: PRM/JUIZ DE FORA - MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. REPRESENTANTE DE PESSOA JURÍDICA. DESOBEDIÊNCIA A ORDEM EMANADA DE JUIZ DO TRABALHO. ART. 330, CP. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES QUE SE RESOLVE SEGUNDO O LUGAR DA INFRAÇÃO, QUAL SEJA, O DO JUÍZO PERANTE O QUAL A ORDEM DEIXOU DE SER CUMPRIDA.
1. *In casu*, o Juízo da Vara do Trabalho em Barbacena/MG requisitou informações acerca da existência de créditos da reclamada junto a empresa com sede em Santos Dumont/MG.
2. O crime de desobediência se consuma no lugar onde o agente deixa de cumprir a ordem judicial que, no caso, era de prestação de informações. O crime se consumou no local onde deixaram de ser prestadas as informações, ou seja, no local onde sediada a Vara do Trabalho de Barbacena, que se encontra na jurisdição da Subseção Judiciária de São João Del Rei.
3. Voto pela fixação da atribuição do Procurador suscitado.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

005. Processo : 1.22.000.001019/2010-31 Voto: 1186/2011 Origem: PRM/VARGINHA/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA INFORMATIVA. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. POSSÍVEL PRÁTICA DOS DELITOS DE FRAUDE À EXECUÇÃO (ART. 179 CP), FRAUDE PROCESSUAL (ART. 347 CP) E DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 CP) NO ÂMBITO DE AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL EM TRÂMITE EM VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS (BELO HORIZONTE/MG). PRESCRIÇÃO DOS CRIMES DE FRAUDE PROCESSUAL E FRAUDE À EXECUÇÃO. DESOBEDIÊNCIA PRATICADA PERANTE O JUÍZO DO EXECUTIVO FISCAL (BELO HORIZONTE/MG). ATRIBUIÇÃO DO PROCURADOR DA REPÚBLICA EM BELO HORIZONTE.
1. Procedimento administrativo instaurado para apurar a possível prática dos delitos de fraude à execução, fraude processual e desobediência, verificados no âmbito de Ação de Execução Fiscal promovida pela União, perante o Juízo Federal de Belo Horizonte, em face de
empresa situada em Três Pontas/MG, município abrangido pela circunscrição da PRM-Varginha/MG.
2. Por se tratar de matéria de ordem pública, deve ser reconhecida, de ofício, a prescrição operada em relação ao delito de fraude à execução possivelmente ocorrido no ano de 2001 e aos delitos de fraude processual praticados, em tese, em 18/04/2005 e 23/05/2006, diante do transcurso do prazo prescricional de quatro anos previsto pelo art. 109, V, CP, restando a ser apurado apenas o crime de desobediência.
3. Desobediência consistente no não cumprimento da ordem judicial emanada do Juízo Federal da Belo Horizonte, de apresentação do bem penhorado. Local da ocorrência do crime.
4. Voto pelo conhecimento do conflito de atribuições, e, no mérito, por sua procedência, com a fixação da atribuição da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais (Belo Horizonte) para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

006. Processo : 1.22.001.000616/2011-96 Voto: 1187/2011 Origem: PR/MA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. EMISSÃO E USO DE ATPF FALSIFICADAS PARA LASTREAR TRANSPORTE DE CARVÃO (ARTS 297 e 304, AMBOS DO CP e ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9605/98). INDETERMINADO O LOCAL DE CONSUMAÇÃO DA FALFICAÇÃO E CONHECIDO O LOCAL DE CONSUMAÇÃO DO USO DAS ATPF FALSAS.
1. *In casu*, considerando que o local de consumação do delito de falsificação das ATPF's encontra-se ainda indeterminado, ao passo que o local de consumação do delito de uso de documento falso (art. 304 do CP) e do delito tipificado no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, foi o Município de Açailândia/MA, a atribuição para oficiar no presente feito é do Procurador da República com atribuições no Município de Imperatriz/MA.
2. Voto pelo conhecimento do conflito negativo de atribuição, e, no mérito, por sua procedência, deliberando-se que a atribuição para prosseguir na persecução penal pertence ao Procurador da República suscitado, na PRM de Imperatriz/MA.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

007. Processo : 1.33.001.000286/2010-05 Voto: 1188/2011 Origem: PRM/BLUMENAU/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CONSULTA. ORIENTAÇÃO ACERCA DA POSSÍVEL TIPIFICAÇÃO DA CONDUTA NO CASO CONCRETO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 11 DESTA CÂMARA. NÃO CONHECIMENTO.
1. As consultas à Câmara Criminal restringir-se-ão aos casos relevantes de lei em tese (Enunciado nº 11, com redação definida na 292ª Sessão, de 07.03.2005).
2. Voto pelo não conhecimento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

008. Processo : 1.33.002.000016/2011-67 Voto: 1189/2011 Origem: PRM/CHAPECÓ/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de 200 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

009. Processo : 1.33.002.000172/2010-47 Voto: 1190/2011 Origem: PRM/CHAPECÓ/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL..
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de 1.880 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

010. Processo : 1.29.012.000152/2009-46 Voto: 1191/2011 Origem:VF/BENTO GONÇALVES/RS
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : AÇÃO PENAL. OFERECIMENTO DE DENÚNCIA POR CONTRABANDO DE CIGARROS. ABERTURA DE VISTA AO MPF PARA O OFERECIMENTO DE PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. RECUSA MINISTERIAL. ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS À 2ª CCR. IMPOSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO BENEFÍCIO PELO MEMBRO DO MPF. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DO REQUISITO SUBJETIVO PREVISTO NO ART. 77, II, DO CP.
1. Trata-se de ação penal deflagrada pelo MPF em face de agente preso em flagrante na posse de mercadorias importadas de forma irregular. A denúncia imputou ao acusado a prática do delito previsto no art. 334, § 1º, "c", do Código Penal.
2. O Ilustre membro do Parquet deixou de oferecer a suspensão condicional do processo por considerar que ausente o requisito subjetivo para a concessão da benesse.
3. O MM. Juiz, por sua vez, asseverou que, em princípio, o réu teria direito ao benefício da suspensão condicional do processo. Dessarte, diante da divergência, os autos foram encaminhados a esta 2ª CCR.
4. A concessão da suspensão condicional do processo está condicionada ao preenchimento pelo acusado dos requisitos dos arts.89 da Lei nº 9.099/95 e 77 do Código Penal. A apreciação negativa da culpabilidade, dos motivos da infração, das circunstâncias e da personalidade do agente impedem o oferecimento da benesse pelo Ministério Público.
5. Voto pela insistência na negativa da proposta de suspensão condicional do processo, com o retorno dos autos à origem para que o magistrado prossiga no julgamento do feito consoante o seu juízo de tipicidade e os fatos contidos na vestibular acusatória.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

011. Processo : 1.34.012.000289/2010-74 Voto: 1192/2011 Origem: PRM/SANTOS/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS. SUPOSTA PRÁTICA DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP). DILIGÊNCIAS EMPREENDIDAS PELO MPF. OFÍCIOS ORIUNDOS DA RECEITA DANDO CONTA DE QUE OS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS AINDA ESTÃO PENDENTES DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. NATUREZA MATERIAL DO DELITO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO PELA INCIDÊNCIA, DO DISPOSTO NO ENUNCIADO Nº 20 DESTA 2ª CCR. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO POR PARTE DO MEMBRO DO MPF OFICIANTE COM BASE EM PRECEDENTE DO COLEGIADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO ACOLHIDO. CRIME DE NATUREZA MATERIAL. ARQUIVAMENTO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.Trata-se de Peças informativas noticiando a suposta prática do crime previsto no artigo 337-A do Código Penal (sonegação de contribuição previdenciária), conforme Representação Fiscal para Fins Penais cujos créditos tributários ainda estavam pendentes de constituição definitiva.
2. O Procurador da República oficiante, diante da ausência de constituição definitiva dos créditos tributários, determinou o arquivamento do feito por entender que o delito de sonegação de contribuição previdenciária traduz crime de natureza material.
3. Aplicação do Enunciado nº 20 desta 2ª CCR. Pedido de reconsideração.
4. Pedido de reconsideração que deve ser acolhido em razão da revogação do Enunciado nº 20 desta Câmara. Incidência da Súmula vinculante nº 24 do STF ao caso.
5. Voto pela homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

012. Processo : 1.22.000.003749/2009-32 Voto: 1193/2011 Origem: PR/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PEÇA INFORMATIVA. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, INC. IV, LEI 8.137/90). USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304, DO CP). AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA FALSA. IRRF. CRIME-MEIO. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CONSUNÇÃO. CRIMES AUTÔNOMOS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO PROCURADOR PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL
1.Trata-se de Peça informativa instaurada para apurar suposta falsificação da autenticação mecânica constante em Documento de Arrecadação de Receitas Federais com o fim de sonegar tributo.
2. O Exmo. Procurador da República requereu a homologação do arquivamento sob o argumento de extinção da punibilidade em razão do pagamento do tributo (fl. 60).
3. Discordância do magistrado.
4. Os autos vieram com vista a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal c/c art. 62, IV, da LC nº 75/93, para análise apenas no tocante ao crime de uso de documento falso.
5. Verifica-se que a falsificação teria sido praticada em momento posterior para garantir que o primeiro crime (crime contra a ordem tributária) não fosse descoberto. Os DARFs em tese falsificados foram apresentados à Receita Federal em 19/12/2008, como forma de comprovar o pagamento de três quotas do IRRF de 2007, que teriam sido supostamente quitadas em 29/06/2007, 10/05/2007, 31/05/2007.
6. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal em relação ao crime de falso.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

013. Processo : 1.16.000.003453/2010-52 Voto: 1194/2011 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL (ART. 60 DA LEI 9.605/98). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. APA CRIADA POR DECRETO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ADMINISTRADA PELO ICMBIO. INTERESSE DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. Declínio de atribuições sob o fundamento de que a tutela ambiental é interesse difuso titularizado por todas as pessoas e a proteção do meio ambiente cabe à sociedade e a todos os entes federativos (art. 24, VI, da CF/1988), razão por que a criação de uma APA por decreto federal não teria o condão de "federalizar" todos os crimes nela cometidos.
2. Todavia, crime ambiental ocorrido em Área de Proteção Ambiental criada por Decreto da Presidência da República e administrada pelo ICMBIO, afeta diretamente interesse da União. Precedentes.
3. Pela não-homologação do declínio de atribuições e, consequentemente, pelo prosseguimento da persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

014. Processo : 1.25.006.000944/2010-82 Voto: 1195/2011 Origem: VF/MARINGÁ/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 C/C ART. 62 DA LC 75/93. FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP), APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ART. 168, §1º, INCISO III, DO CP) E USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304 DO CP). CRIMES COMETIDOS EM DETRIMENTO DA UNIÃO, EIS QUE RELATIVOS A PAGAMENTO DE PRECATÓRIO. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO PELO JUIZ FEDERAL. COMPETÊNCIA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO INDIRETO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de possíveis crimes de falsidade ideológica (art. 299), apropriação indébita (art. 168, §1º, inciso III) e uso de documento falso (art. 304), todos do Código Penal Brasileiro.
2. O Procurador da República, requereu a declinação de competência e a remessa dos autos à Justiça Comum Estadual, que deteria a competência para o processo e julgamento do feito, tendo em vista haver apenas interesse do Banco do Brasil, sociedade de economia mista, perante o qual o documento falsificado foi apresentado.
3. Discordância pelo Magistrado Federal sob o argumento de que "o pagamento indevido de precatório expedido pela União, ainda que realizado por sociedade de economia mista federal (Banco do Brasil S.A), por meio de convênio, ofende "*bens, serviços ou interesses da União*", nos termos do artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, visto que caberá à União o pagamento da quantia devida ao verdadeiro credor".
4. Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal em observância aos artigos 28 do Código de Processo Penal c/c o 62 da Lei Complementar 75/1993.
5. Tendo em vista que o que se objetivava era o pagamento do precatório, pela União, manifesto o interesse federal envolvido.
6. Voto pela designação de outro membro do MPF para prosseguir no feito.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

015. Processo : 1.19.000.001382/2010-41 Voto: 1196/2011 Origem: PR/MA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTA PRÁTICA DE CRIMES DE HOMICÍDIO, LESÃO CORPORAL E TENTATIVA DE ESTUPRO PRATICADOS POR INDÍGENAS CONTRA INDÍGENAS INTEGRANTES DE ALDEIAS VIZINHAS E CONTRA NÃO INDÍGENAS. CONDUTAS A SEREM APURADAS QUE PODEM ESTAR LIGADAS ÀS QUESTÕES DE DIREITOS COLETIVOS E DEFESA DE TERRITÓRIOS INDÍGENAS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL NÃO DESCARACTERIZADA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento Administrativo instaurado para apurar a suposta prática de crimes de homicídio, lesão corporal e tentativa de estupro praticados por indígenas contra indígenas integrantes de aldeias vizinhas e contra não indígenas, e particulares.
2. Procuradora da República que, por entender se tratar de questões individuais, que não afetam a coletividade indígena, declinou de suas atribuições ao Ministério Público do Estado do Maranhão.
3. Caso em que as condutas a serem apuradas estão aparentemente ligadas às questões de direitos coletivos e disputa de territórios indígenas, podendo caracterizar-se hipótese de competência da Justiça Federal, nos termos do art. 109, inciso XI, da Constituição Federal. Necessidade de melhor esclarecimento das circunstâncias em que os fatos ocorreram.
4. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

016. Processo : 1.00.000.010758/2010-81 Voto: 1197/2011 Origem: PR/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ARQUIVAMENTO INDIRETO. COMPETÊNCIA FEDERAL.
1. O desfalque junto às contribuições sociais que deveriam se feitas ao INSS consubstancia, em tese, fraude contra a referida entidade autárquica federal.
2. Tratando-se de crime praticado contra o INSS, revela-se o interesse da União, atraindo-se a competência da Justiça Federal e a atribuição do Ministério Público Federal para a promoção de responsabilidade criminal.
3. Voto pela não homologação do arquivamento indireto e designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

017. Processo : 1.00.000.011403/2010-17 Voto: 1198/2011 Origem: PR/BA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : TERMO CIRCUNSTANCIADO. SUPOSTO CRIME DE AMEAÇA. ART. 147 DO CP. ARQUIVAMENTO PROMOVIDO ANTE A AUSÊNCIA DE DOLO ESPECÍFICO. ART. 28 DO CPP. POSSÍVEL PRÁTICA DE DESACATO (ART. 331 DO CP). PROSSEGUIMENTO.
1. Trata-se de Termo Circunstanciado instaurado para apurar o crime de ameaça (art. 147 do CP), que teria sido perpetrado por servidor do Instituto Nacional do Seguro Social, contra o Gerente Executivo do INSS, ao proferir, no telefone, após ter tido seu pedido de transferência indeferido, expressões supostamente ameaçadoras.
2. O Procurador da República oficiante pugnou pelo arquivamento do feito, sob o fundamento de ausência de dolo específico.
3. O MM. Juiz Federal divergiu das razões ministeriais, argumentando que a conduta perpetrada é suficiente para caracterizar, em tese, o crime de desacato, "pois quem profere palavras de baixo calão e parte para a agressão verbal contra o funcionário, causa-lhe desprestígio".
4. Descartada a hipótese do crime de ameça restou configurado o delito de desacato previsto no artigo 331, do Código Penal.
5. Pela designação de outro membro do MPF para a persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

018. Processo : 1.00.000.014061/2010-89 Voto: 1199/2011 Origem: VF ARAÇATUBA / SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93 C/C ART. 28 DO CPP. APREENSÃO DE 77.440 MAÇOS DE CIGARROS E OUTRAS MERCADORIAS. CRIME DE CONTRABANDO/DESCAMINHO (ART. 334, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI Nº 9.532/97. PROSSEGUIMENTO À PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante, uma vez que desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97 e da Resolução nº 90/2007 da ANVISA, que restringem, com rigor, o
comércio em questão.
3. Caso dos autos em que foram apreendidos 77.440 maços de cigarros de procedência paraguaia avaliados em R$ 27.878,40, além de outras mercadorias avaliadas em R$ 14.852,00, e os tributos sonegados foram calculados, respectivamente, em R$ 58.173,69 e R$ 6.489,62, o que afasta definitivamente a aplicação do princípio da insignificância.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

019. Processo : 1.25.005.001765/2010-72 Voto: 1200/2011 Origem: VF/Londrina/PR

020. Processo : 1.25.005.001775/2010-16 Voto: 1201/2011 Origem: VF/Londrina/PR

021. Processo : 1.25.005.001777/2010-05 Voto: 1202/2011 Origem: VF/Londrina/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal.
2. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.
3. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
4. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

022. Processo : 1.33.007.000506/2009-07 Voto: 1203/2011 Origem: VF/LAGUNA/SC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. SUPOSTO DELITO DO ARTIGO 171, §3°, DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES DE MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar possível prática do delito capitulado no artigo 171, §3°, do Código Penal. Postulação judicial objetivando a concessão de benefício por incapacidade, julgada improcedente.
2. O direito de ação é um direito público subjetivo do cidadão, expresso na Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, XXXV (princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional), que estabelece: *"a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito"*.
3. Inexistência de conduta típica criminal, sobretudo considerando que aos autos da referida ação previdenciária não foi apontada a utilização de documentos fraudulentos.
4. Voto pela insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

023. Processo : 1.00.000.011225/2010-16 Voto: 1204/2011 Origem: VF/CE

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA IRRELEVÂNCIA JURÍDICA DA CONDUTA. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1.Trata-se de cópia de Inquérito Policial encaminhado à 2ª Câmara de Coordenação e Revisão, nos termos do art. 28 do CPP e do art. 62, IV, da LC 75/93, para apreciação da promoção de arquivamento a respeito do delito de falsidade ideológica, supostamente praticado por Delegado de Polícia Federal, consistente em omissão de informações em Relatório de Missão Policial - RMP, quanto ao trajeto utilizado no retorno da missão, considerado como desvio de rota.
2. O investigado teria utilizado um modelo impresso de Relatório de Missão Policial - RMP e nele teria deixado de informar exatamente sua rota de retorno. Omissão relevante, pois propiciou a ocultação de práticas irregulares (recebimento de roupas em grande quantidade de um comerciante).
3. Voto pela designação de outro membro do MPF para oferecer denúncia, realizando-se, eventualmente, outras diligências que entender necessárias.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

024. Processo : 1.00.000.000735/2011-49 Voto: 1205/2011 Origem: PRM - JI-PARANÁ/RO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. TER EM DEPÓSITO E EXPOR À VENDA PRODUTOS SANEANTES SEM REGISTRO NA ANVISA. PEDIDO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE LESÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE AUTÁRQUICA FEDERAL. OFENSA AO BEM JURÍDICO QUE É OBJETO DA ATIVIDADE DA AUTARQUIA NÃO SE CONFUNDE COM OFENSA À PRÓPRIA ATIVIDADE DA AUTARQUIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. DECLÍNIO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
1. O bem jurídico tutelado pela norma do artigo 273 e parágrafos, do Código penal é a incolumidade pública, mais especificamente a saúde pública. A atividade da ANVISA, de registro e fiscalização de produtos saneantes não é atingida pelas práticas criminosas descritas no artigo 273 e parágrafos, do CP. Ausência, pois, de ofensa a bens, serviços e interesses federais, que poderiam caracterizar a competência federal e a atribuição do MPF.
2. A exclusividade da ANVISA no exercício da atividade de registro e fiscalização dos produtos saneantes não é suficiente para atrair a competência federal.
3. Hipótese semelhante à da atuação da ANP e do IBAMA, em que não se reconhece interesse federal na ofensa aos bens jurídicos objeto de sua fiscalização (combustíveis e meio ambiente).
4. Precedentes jurisprudenciais (STF e STJ).
5. Competência e atribuição federais que só se reconhece quando há importação ou exportação do medicamente. Precedentes.
6. Ausência de atribuição do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para investigar os fatos.
7. Voto pela homologação do declínio de atribuição.

Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge Voto: 2092/2011

Ementa : VOTO-VENCEDOR. INQUÉRITO POLICIAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS SANEANTES SEM REGISTRO NA ANVISA. PREVISÃO TÍPICA DO ART. 273, §1°-B, INCISOS I DO CÓDIGO PENAL. FLAGRANTE INTERESSE DIRETO E ESPECÍFICO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, por entender que, em síntese, a conduta investigada não acarreta lesão à ANVISA, tampouco à União ou qualquer de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
2. Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde (art. 2º, III, da Lei nº 9.782/99).
3. O interesse federal está consubstanciado no fato de que o registro de medicamentos, saneantes e outros produtos de interesse para a saúde é um serviço exclusivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, sendo que o §1º do art. 7º da Lei nº 9.782/99 veda qualquer possibilidade de delegação aos demais entes da Federação.
4. Ademais, a venda de produtos saneantes sem registro da ANVISA atenta contra este serviço da União e contra os bens jurídicos (saúde e vida) que o registro de medicamentos visa proteger.
5. Voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.

Decisão : Vencida a Relatora. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

025. Processo : 1.34.001.002486/2010-57 Voto: 1206/2011 Origem: VF/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 28 C/C ART. 62 DA LC 75/93. PORNOGRAFIA INFANTIL. ART. 241-A, da LEI 8.069/90 (ECA). INTERNET. ORKUT. IMAGENS POSSIVELMENTE ENVOLVENDO CRIANÇAS E/OU ADOLECENTES. AUSÊNCIA DE DILIGÊNCIAS PARA A VERIFICAÇÃO DA OCORRÊNCIA DO DELITO. NECESSIDADE DE SE PROSSEGUIR NAS INVESTIGAÇÕES. PELA DESIGNAÇÃO DE OUTRO PROCURADOR DA REPÚBLICA PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

026. Processo : 1.34.001.002934/2009-89 Voto: 1207/2011 Origem: VF/CE
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 C/C ART. 62 DA LC 75/93. PORNOGRAFIA INFANTIL. ART. 241 e 241-A, DA LEI 8.069/90 (ECA). INTERNET. ORKUT. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA OU ARQUIVAMENTO. INDEFERIMENTO PELO JUIZ FEDERAL. EXISTÊNCIA DE CAUSA DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DEFINIDA NO ART. 107. I, DO CP - A MORTE DO AGENTE. RECONHECIMENTO "EX OFFÍCIO". ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito policial instaurado para apurar possíveis crimes de pornografia infantil, previstos nos arts. 241 e 241-A, do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), cometido por meio do *site* de relacionamento Orkut, da internet (rede mundial de computadores). Acesso à Internet a partir de "*lan-house*".
2. Ministério Público Federal que requereu a declinação de competência para o processamento e julgamento de eventual ação penal ou o arquivamento com fundamento na impossibilidade do prosseguimento das investigações, em especial, pela demonstrada morte do principal suspeito.
3. Dissenso a respeito da competência para o processo e julgamento de eventual ação penal que se encontra adstrito ao âmbito da própria Justiça Federal e, evidentemente, às atribuições do Ministério Público Federal. Atribuição da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão para
dirimir a divergência a respeito do pedido de arquivamento, nas hipóteses previstas no art. 28 do CPP (e sua aplicação analógica), na esfera Federal.
4. Existência de causa de extinção da punibilidade definida no art. 107, I, do CP - a morte do agente. Matéria criminal de ordem pública que deve ser decretada "ex offício", a qualquer tempo ou fase do processo, nos exatos termos do art. 61 do Código de Processo Penal.
5. O reconhecimento da extinção da punibilidade pela morte do principal suspeito, torna irrelevante a discussão a respeito da competência para a ação penal.
6. Hipótese dos autos em que não se vislumbra diligência alguma capaz de modificar o panorama probatório atual.
7. Voto pela insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

027. Processo : 1.16.000.001266/2010-34 Voto: 1208/2011 Origem: VF/DF
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL URGENTE. FUNCIONÁRIO PÚBLICO NO EXERCÍCIO DE SUAS ATRIBUIÇÕES. ATIPICIDADE EM RELAÇÃO AO CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE SE RECONHECER O DOLO ESPECÍFICO QUANTO AO CRIME DE PREVARICAÇÃO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. ART. 28 DO CPP. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE JUSTIFIQUEM O PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento instaurado para apurar os supostos crimes de desobediência e/ou prevaricação, em tese, praticados por agentes públicos do Ministério da Saúde.
2. Consta dos autos que, após concessão de medida liminar de urgência, para fornecimento de medicamentos a paciente com risco de morte, houve atraso demasiado para o cumprimento da determinação judicial.
3. A Procuradora da República requereu arquivamento por entender pela atipicidade, em relação ao delito de desobediência, e pela ausência de materialidade, quanto ao delito de prevaricação.
4. O Magistrado discordou do posicionamento da representante do MPF, pois entendeu que seria possível demonstrar a configuração de ambos os crimes.
5. Não caracterização do crime de desobediência. Adotadas as providências no sentido de se cumprir a ordem judicial.
6. Impossibilidade também de se reconhecer a suposta prática do delito de prevaricação, pois não há nenhum indício que indique a omissão dolosa, por parte de agente público, na prática de ato de ofício, com o fim de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
7. Problemas relacionados à demora excessiva, inerentes à atividade administrativa de órgãos e entidades públicas devem ser resolvidos no âmbito de atuação não penal do Ministério Público.
8. Voto, então, pela insistência no pedido do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

028. Processo : 1.00.000.016013/2010-25 Voto: 1209/2011 Origem: VF/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DENÚNCIA OFERECIDA. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MEMBRO DO MPF ACERCA DA CAPITULAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.
1. O Procurador da República oficiante ofereceu denúncia conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 183 da Lei 9.472/97, pela exploração não autorizada do espectro de radiofreqüência.
2. O MM. Juiz Federal, antes de receber a denúncia, conferiu nova capitulação jurídica aos fatos narrados, enquadrando-os no art. 70 da Lei nº 4.117/62, razão pela qual determinou nova vista ao Ministério Público Federal para que se manifestasse, inclusive quanto ao eventual oferecimento da proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.
3. Mantido o dissenso, os autos foram remetidos à 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP, por analogia, c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.
4. O membro do MPF, quando oferece a denúncia, no gozo de sua prerrogativa da independência funcional, esgota a atividade do Ministério Público no que tange à propositura da ação penal, em observância ao princípio da obrigatoriedade da ação penal.
5. Ausente qualquer hipótese de arquivamento explícito ou implícito, à 2ª CCR/MPF, portanto, não é dado o poder de rever o conteúdo dessa manifestação e tampouco a incumbência de ser o revisor desse juízo de pertinência. Precedentes do STF e STJ.
6. Voto pelo não conhecimento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

029. Processo : 1.00.000.015161/2010-22 Voto: 1210/2011 Origem: VF/ARAÇATUBA/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. TRANSMISSOR DE BAIXA POTÊNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. O princípio da insignificância não é aplicável aos crimes contra os serviços de telecomunicações.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar seqüência à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS E DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

030. Processo : 1.33.004.000103/2010-13 Voto: 1211/2011 Origem: PRM/JOAÇABA/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Destruir 1,2 ha de floresta em área considerada de especial preservação (faixa marginal de curso d'água). Art. 50 da Lei nº 9.605/98. Propriedade particular. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Descumprimento de embargo lavrado pelo IBAMA relacionado com o crime ambiental em apuração. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP). Mera sanção cível-administrativa que serve, apenas, como forma de demonstração do dolo e da culpabilidade do agente. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

031. Processo : 1.20.000.000594/2009-57 Voto: 1212/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. 1) Possível prática de trabalho escravo. Relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego que concluiu que não havia sujeição de trabalhador à condição análoga à de escravo. Arquivamento. 2) Possível reutilização de embalagens vazias de agrotóxicos e destinação em desacordo com a legislação pertinente. Caracterização, em tese, do crime previsto no art. 15 da Lei nº 7.802/89 e/ou do art. 56 da Lei nº 9.605/98. Ausência de prejuízo a bem, serviços ou interesse direto da União, autarquias ou empresas públicas. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

032. Processo : 1.34.001.009350/2010-78 Voto: 1213/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possível crime de abuso de autoridade praticado por policiais militares. Declarações prestadas por um indivíduo apontam que, enquanto ele transitava com sua moto, foi abordado pelos policiais que queriam conduzi-lo a uma delegacia sem nenhum motivo aparente. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

033. Processo : 1.34.010.000449/2010-03 Voto: 1214/2011 Origem: PRM/RIBEIRÃO PRETO/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Suposto crime de apropriação indébita perpetrado por advogado. Art. 168 do CP. Levantamento de valores mediante alvará expedido pela Justiça Trabalho, sem repassá-los ao cliente. Interesses envolvidos somente entre particulares. Competência da Justiça Estadual. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

034. Processo : 1.34.004.100952/2010-39 Voto: 1215/2011 Origem: PRM - CAMPINAS / SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Peças informativas. Art. 4º da Lei 1.521/51. Suposta prática de agiotagem por meio de escrituras de confissão de dívida com garantia de hipoteca. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

035. Processo : 1.22.001.000280/2010-11 Voto: 1216/2011 Origem: PRM - JUIZ DE FORA/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peça informativa criminal. Suposta prática do crime previsto no art. 66 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n° 8.078/90), consistente na comercialização de produto destinado à alimentação animal sem registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.

Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge Voto: 2093/2011

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTO DESTINADO À ALIMENTAÇÃO ANIMAL SEM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA - MAPA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. FLAGRANTE INTERESSE DIRETO E ESPECÍFICO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante promoveu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, por entender que, em síntese, a eventual prática criminosa não atinge, direta e especificamente, bens, serviços ou interesse da União.
2. Compete à União, por meio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, o registro e fiscalização de produtos destinados à alimentação animal e dos estabelecimentos que os fabriquem, manipulem, fracionem, comercializem, importem ou exportem (Lei no 6.198, de 26 de dezembro de 1974 e seu Regulamento).
3. O interesse federal, portanto, está consubstanciado no fato de que o registro de produtos destinados à alimentação animal é um serviço exclusivo da União, por meio de ato privativo do MAPA (art. 13 do Regulamento da Lei no 6.198, de 26 de dezembro de 1974).
4. Voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Vencida a Relatora. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

036. Processo : 1.11.000.000110/2005-55 Voto: 1217/2011 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Suposta prática de crimes ambientais (art. 32 da Lei n° 9.605/98). Eventuais maus tratos a animais no âmbito do Centro de Controle de Zoonoses de Maceió. Inexistência de quaisquer hipóteses autorizadoras da atuação do Ministério Público Federal. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

037. Processo : 1.00.000.001245/2011-60 Voto: 1218/2011 Origem: PR/GO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Possível crime ambiental descrito no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Transporte de madeira serrada sem licença válida pela autoridade competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

038. Processo : 1.11.000.001565/2010-55 Voto: 1219/2011 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : Peças de Informação. Indícios de prática da infração ambiental cometida por Promotora de Justiça. Invasão e privatização de praias da União Federal e terrenos da marinha, desmatamentos e construções não autorizadas em área da APA Costa dos Corais, abuso de autoridade e tráfico de influência, mandante de crime de ameça. Indícios de infrações que podem subsumir, em tese, aos tipos do art. 40 da Lei nº 9.605/98 e art. 20 da Lei nº 4.947/66. Infrações perpetradas por Promotora de Justiça. Competência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. Declínio de atribuição.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

039. Processo : 1.00.000.002173/2011-78 Voto: 1220/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Comercializar 11 kg de pescado (tambaqui) na época do defeso. Espécime não considerada em extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

040. Processo : 1.34.009.000014/2011-71 Voto: 1221/2011 Origem:PRM-PRES. PRUDENTE/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças informativas. Possível crime ambiental. Lançar resíduos sólidos, detritos e outras substâncias a céu aberto em córrego. Inexistência de ameaça ou agressão a bens da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

041. Processo : 1.20.002.000038/2009-61 Voto: 1222/2011 Origem: PRM - SINOP/MT

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental descrito no art. 50 e 41, todos da Lei nº 9.605/98. Desmatar e provocar incêndio em área florestal, sem licença válida pela autoridade competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

042. Processo : 1.34.015.000738/2010-54 Voto: 1223/2011 Origem:PRM-S.J.DO RIO PRETO/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças informativas. Possível crime ambiental. Destruir vegetação ribeirinha, despejar esgoto e aterramento de solo ocasionando danos a córregos, cuja manutenção é de responsabilidade da Prefeitura Municipal. Córregos afetados não integram as áreas de preservação permanente nem rios federais ou áreas de reservatório para produção de energia elétrica. Ausência de ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

043. Processo : 1.00.000.001943/2011-65 Voto: 1224/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Vender madeira serrada sem licença válida pela autoridade ambiental competente e prestar informações falsas nos Sistemas Oficiais de Controle e no licenciamento ambiental - SISFLORA. Ausência de ofensa direta a bens, serviços ou interesses da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

044. Processo : 1.30.020.000006/2011-15 Voto: 1225/2011 Origem: PRM - SÃO GONÇALO/RJ

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental. Manter em cativeiro 1 (um) coleiro sem autorização do órgão ambiental competente. Espécime não ameaçada de extinção. Ausência de elementos que comprovem a captura da ave em área integrante de Unidade de Conservação Federal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

045. Processo : 1.30.010.000006/2011-34 Voto: 1226/2011 Origem: PRM - SETE LAGOAS/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental (art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98). Manter em cativeiro espécime da fauna silvestre, qual seja, 1 (um) trinca-ferro (*saltator similis*) sem autorização do órgão competente. Espécime não ameaçada de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

046. Processo : 1.30.010.000018/2011-69 Voto: 1227/2011 Origem:PRM-VOLTA REDONDA/RJ

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental (art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98). Manter em cativeiro espécime da fauna silvestre, qual seja, 5 (cinco) coleiros papa-capim (*sporophila caerulescens*), 1(um) trinca-ferro (*saltador similis*) e 1(um) coleiro baiano (*sporophila nigricolis*) sem autorização do órgão competente. Espécime não ameaçada de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

047. Processo : 1.12.000.000722/2010-78 Voto: 1228/2011 Origem: PR/AP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de Informação. Suposto crime ambiental (art. 29, § 1°, III, da Lei n° 9.605/98), consistente na posse e no transporte de animais silvestres (1 curió e 1 canário), sem autorização do órgão competente. Espécime não ameaçada de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

048. Processo : 1.12.000.000707/2010-20 Voto: 1229/2011 Origem: PR/AP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Suposta prática de crimes ambientais (arts. 50 e 60 da Lei n° 9.605/98), consistentes no depósito de madeira serrada e no funcionamento de estabelecimento potencialmente poluidor (serraria), sem licença dos órgãos ambientais competentes. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

049. Processo : 1.34.009.001098/2010-89 Voto: 1230/2011 Origem:PRM-PRES. PRUDENTE/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças informativas. Suposto crime ambiental previsto na Lei nº 9.605/98, consistente em manter atracada embarcação às margens do rio Caiuazinho não pertencente à União. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

050. Processo : 1.00.000.002171/2011-89 Voto: 1231/2011 Origem: PR/AM

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Inquérito policial instaurado para apurar o desaparecimento dos autos do Processo nº 00105040787-3, no cartório da 1ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes do Tribunal de Justiça do Amazonas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

051. Processo : 1.25.013.000080/2010-18 Voto: 1232/2011 Origem: PRM - JACAREZINHO/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peça informativa criminal. Possível crime de estelionato contra particular (art. 171 do CP), consistente na contratação fraudulenta de empréstimo bancário consignado em nome de segurada do INSS. Ausência de indícios de participação de agentes do referido órgão na fraude. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

052. Processo : 1.26.000.000737/2006-64 Voto: 1233/2011 Origem:PRM POLO PETROLINA/JUAZEIRO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Inquérito policial. Possível crime de estelionato previsto no art. 171 §3º do Código Penal. Apresentação junto à Caixa Econômica Federal de Guias de quitação do FGTS-GFIP inautênticas. Diligências. Desconhecimento pelo investigado da inautenticidade das guias. Fraude praticada supostamente pelo responsável pelo serviço de contabilidade. Inexistência de dolo na conduta do investigado. Atribuição da Justiça Estadual para processar e julgar o possível crime tipificado no art. 168 do CP perpetrado, em tese, pelo responsável pelo serviço de contabilidade. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal para prosseguir na apuração dos fatos. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

053. Processo : 1.00.000.000711/2011-90 Voto: 1234/2011 Origem: PR/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Inquérito Policial. Crime Contra o Sistema Financeiro (Art. 19 da Lei nº 7.492/86). Menor de idade. Ato infracional. Competência da Justiça Estadual - Juízo da Infância e da Juventude. Precedente do STJ (CC 33349/MG; Rel. Min. Felix Fischer; 3ª Seção; DJ: 11/03/2002). Inexistência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

054. Processo : 1.34.008.000491/2010-65 Voto: 1235/2011 Origem: PRM - PIRACICABA/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças informativas. Suposto crime de homicídio perpetrado contra vereador. Assassinato por provável motivação política. Não configuração de crime político e nem atentado contra a soberania nacional ou a estrutura política. Competência da Justiça Estadual. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

055. Processo : 1.00.000.000816/2011-49 Voto: 1236/2011 Origem: PRM - CAÇADOR/SC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peça informativa. Ex-prefeito municipal preso provisoriamente por determinação da Justiça Estadual, em presídio regional. Supostas irregularidades consistentes privilégios indevidos concedidos a esse preso pela coordenação do presídio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

056. Processo : 1.23.000.001772/2010-99 Voto: 1237/2011 Origem: PR/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP), consistente na inclusão de nome e dados de terceiro, sem seu conhecimento, em contrato social de pessoa jurídica registrada na Junta Comercial do Estado, mediante falsificação de assinatura. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedente do STJ (CC 81.261/BA, DJe 16/03/2009). Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

057. Processo : 1.20.000.001287/2009-93 Voto: 1238/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades perpetradas por presidente de sindicato de empregados. Utilização de "laranjas" para auferir vantagens econômicas e patrimoniais provenientes das contribuições dos associados. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

058. Processo : 1.28.000.001014/2009-51 Voto: 1239/2011 Origem: PR/RN

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Não aplicação de percentual mínimo dos recursos municipais na área de saúde (EC nº 29). Mau gerenciamento de recursos do próprio município. Consequente não recebimento de recursos federais para o exercício seguinte. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal para prosseguir na apuração dos fatos. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

059. Processo : 1.10.000.000047/2011-32 Voto: 1240/2011 Origem: PR/AC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de Informação. Possível prática dos crimes dos artigos 259 (difusão de doença ou praga) e 268 (infração de medida sanitária preventiva), do Código Penal. Utilizar subproduto animal em alimentação de ruminantes. Infração ao art. 1º da Instrução Normativa nº 08/2004 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que visa a evitar o aparecimento e disseminação da encefalopatia espongiforme bovina (doença da vaca louca). Prática restrita a determinado estabelecimento pecuário. Ausência de elementos que justifiquem a competência federal e a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado do Acre.

Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

Ementa : VOTO-VENCEDOR. PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 259 (DIFUSÃO DE DOENÇA OU PRAGA) E 268 (INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA), AMBOS DO CÓDIGO PENAL. "DOENÇA DA VACA LOUCA". ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2004 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO.
1. A infração de medida sanitária preventiva determinada pelo Ministério da Agricultura, no exercício de suas atribuições típicas, atenta contra serviço da União. Com base no art. 109-IV da Constituição, a competência é federal.
2. Ademais, verifica-se que a potencialidade lesiva da conduta não se restringe ao âmbito dos Estados Federados.
3. Pela designação de outro Membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Vencida a Relatora. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

060. Processo : 1.25.002.001755/2010-67 Voto: 1241/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Representação fiscal para fins criminais. Comercialização de CD´s e DVD´s "piratas". Suposto crime descrito no art. 184, §2º, do Código Penal. Ofensa a interesses particulares (artistas cujas obras foram ilegalmente reproduzidas - titulares dos direitos autorais). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

061. Processo : 1.00.000.001070/2011-91 Voto: 1242/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Inquérito policial. Supostos crimes previstos nos artigos 297, 304 e/ou 171 do CP. Apresentação de Declaração de Imposto de Renda falsa, utilizando o Cadastro de Pessoa Física de outrem a fim de viabilizar financiamento de veículo. Ausência de ofensa à Receita Federal. Prejuízo restrito ao particular. Competência da Justiça Estadual. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

062. Processo : 1.14.001.000086/2009-66 Voto: 1243/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de abuso de autoridade perpetrado, em tese, por agentes da Polícia Federal, no cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão em comunidade indígena. Fatos noticiados de forma genérica impossibilitando a formação de um lastro probatório mínimo para o oferecimento da denúncia. Arquivamento.

Decisão : Após voto da Relatora, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. O Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa aguarda para proferir o voto.

063. Processo : 1.28.100.000362/2010-16 Voto: 1244/2011 Origem: PR/RN

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de abuso de autoridade perpetrado, em tese, por Delegado da Polícia Federal. Solicitação à advogada, que acompanhava depoimento de cliente, que se retirasse da sala, por reiteradas intervenções. Advogada que orientava seu cliente nas respostas às perguntas formuladas. Posterior retirada da advogada do prédio da Polícia Federal, uma vez que a mesma recusou-se a fornecer documento de identificação. Fatos narrados que não demonstram a prática de crime pela autoridade policial. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

064. Processo : .10.000.000535/2010-69 Voto: 1245/2011 Origem: PR/AC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de abuso de autoridade perpetrado, em tese, por Delegado da Polícia Federal, no cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão com Condução Coercitiva de candidata a Deputada Federal. Fatos expostos na mídia apresentada na qual não se verifica ato apto a ensejar a prática de crime. Fatos que não ocorreram nos moldes narrados nas declarações iniciais. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

065. Processo : 1.10.000.000538/2010-01 Voto: 1246/2011 Origem: PR/AC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de abuso de autoridade perpetrado, em tese, por Delegado da Polícia Federal. Condução informal de preso a penitenciária para depoimento e constrangimento a prestar informações falsas sobre candidata a deputada federal. Afastada a alegação de "condução informal" conforme documentos acostados nas fls. 20/22. Inexistência nos autos de documentos capazes de comprovar o suposto constrangimento. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

066. Processo : 1.15.000.002835/2010-04 Voto: 1247/2011 Origem: PR/CE

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de apropriação indébita. Saque indevido de valores mediante Requisição de Pequeno Valor - RPV em autos de processo judicial. Isenção de culpa dos advogados investigados pelo juízo noticiante. Ausência de justa causa justificadora do prosseguimento das investigações. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

067. Processo : 1.23.001.000243/2010-68 Voto: 1248/2011 Origem: PRM - MARABÁ/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades no pedido de regularização de lote de assentamento e na comercialização de materiais de construção adquiridos com recursos do INCRA. Cadastro do lote regularmente registrado junto ao INCRA em nome da companheira do investigado, ambos beneficiários da Reforma Agrária. Materiais de construção adquiridos com crédito do INCRA, legitimamente repassados ao assentado, constituem bens já incorporados ao patrimônio do beneficiário da Reforma Agrária. Ausência de indícios de conduta ilícita que justifique a intervenção do *Parquet*. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

068. Processo : 1.05.000.000645/2010-91 Voto: 1249/2011 Origem: PRR 5ª Região

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possível irregularidade cometida por Juiz do Trabalho na condução de audiência realizada no curso de processo trabalhista. Magistrado que teria confundido a testemunha durante sua inquirição. Fatos narrados em ata de audiência. Ausência de indícios da prática de ilícito penal que justifique a intervenção do *Parquet*. Mero inconformismo da advogada da reclamante em relação à forma pela qual o magistrado conduziu a inquirição, que deve ser objeto de questionamento nas vias recursais apropriadas, no âmbito daquela Justiça Especializada. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

069. Processo : 1.23.000.001537/2009-83 Voto: 1250/2011 Origem: PR/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Expediente encaminhado pela Justiça Militar da União. Supostas irregularidades na expedição do Cartão de Tripulação de Segurança - CTS e Certificado Nacional de Borda Livre - CNBL. Documentos expedidos pela Capitania dos Portos. Venda da embarcação sem as devidas providências administrativas para a regularização da propriedade perante a Capitania dos Portos, que teria expedido os documentos com informações incorretas. Evidente ausência de dolo de induzir a Capitania dos Portos ao erro ou de obter qualquer vantagem ilícita. Trâmites burocráticos regularizados. Atipicidade da conduta. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

070. Processo : 1.28.200.000108/2010-90 Voto: 1251/2011 Origem: PRM - CAICÓ / RN

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de memorando da Superintendência da Polícia Federal requerendo providências do Ministério Público Federal para que sejam propostas alterações no sistema de segurança das agências dos correios que funcionam como correspondente bancário. Ação Civil Pública movida com o mesmo objeto. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Apuração dos fatos no âmbito cível/criminal. Inexistência de indícios mínimos de conduta ilícita justificadora do prosseguimento do feito na esfera penal. Arquivamento. Remessa à 5ª CCR.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

071. Processo : 1.31.000.000138/2010-67 Voto: 1252/2011 Origem: PR/RO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime ambiental, consistente na extração ilegal de madeira, bem como na aquisição "virtual" de produtos florestais para "esquentar" a madeira extraída ilicitamente. Existência de inquérito policial em que são apurados os mesmos fatos. Indevida duplicidade de feitos. *Bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
072.	Processo	:	1.28.000.001698/2010-24	Voto: 1253/2011	Origem: PR/RN
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Roubo praticado contra agência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) no Município de Rui Barbosa/RN. Existência de outros feitos (procedimento administrativo e inquérito policial) destinados a apurar os mesmos fatos. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
073.	Processo	:	1.14.003.000018/2010-11	Voto: 1254/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de desacato, em tese, cometido por Procuradora Federal do INSS contra Oficiala de Justiça. Fato que já foi objeto de processo judicial. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
074.	Processo	:	1.29.000.001758/2010-71	Voto: 1255/2011	Origem: PR/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de estelionato previsto no artigo 171, §3º, do CP. Declaração falsa à Receita Federal com o fim de obter restituição indevida de imposto de renda. Mesmos fatos foram objeto de investigação por meio do IPL nº 2007.71.08.002187-5, já arquivado. Arquivamento. *Bis in idem.*		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
075.	Processo	:	1.15.003.000110/2007-48	Voto: 1256/2011	Origem: PRM - SOBRAL/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível prática de fraude contra o INSS. Existência de ação penal em andamento em que são apurados os mesmos fatos. Indevida duplicidade de feitos. *Bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
076.	Processo	:	0.15.000.001219/2002-73	Voto: 1257/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Malversação de recursos oriundos do FUNDEF. Ex-prefeito. Suposto crime de responsabilidade previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67. Existência de ação penal em andamento versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do "ne bis in idem". Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
077.	Processo	:	1.20.001.000011/2009-88	Voto: 1258/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Possível crime de pesca predatória em período de defeso (art. 34 c/c art. 15, II, "g", da Lei 9.605/98). Existência de inquérito policial com idêntico objeto. Aplicação do princípio *ne bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
078.	Processo	:	1.25.015.000017/2011-34	Voto: 1259/2011	Origem: PRM - União da Vitória/PR
079.	Processo	:	1.25.015.000066/2010-96	Voto: 1260/2011	Origem: PRM - União da Vitória/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal. Possível crime de redução à condição análoga a de escravo (art. 149 do CP). Existência de procedimento com idêntico objeto. Aplicação do princípio *ne bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
080.	Processo	:	1.00.000.011151/2010-18	Voto: 1261/2011	Origem: PRM - MARABÁ/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de redução à condição análoga a de escravo (art. 149 do CP). Existência de ação penal com idêntico objeto. Aplicação do princípio *ne bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
081.	Processo	:	1.24.000.000510/2010-70	Voto: 1262/2011	Origem: PR/PB
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível ocorrência de lide simulada. Conduta capaz de caracterizar crime de estelionato e frustração a direito assegurado por lei trabalhista (arts. 171 e 203, do CP). Inquérito Policial que tem por objeto os mesmos fatos. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
082.	Processo	:	1.26.002.000172/2009-48	Voto: 1263/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos oriundos de convênio firmado entre prefeitura e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Possível crime previsto no art. 1°, inciso III, do Decreto-Lei n° 201/67. Fatos ocorridos em 1996. Pena máxima cominada ao crime de 3 (três) anos de detenção. Prescrição da pretensão punitiva estatal nos termos do art. 109, IV, do CP. Arquivamento quanto à possível improbidade administrativa já homologado no âmbito da 5ª CCR. Arquivamento na esfera penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
083.	Processo	:	1.34.030.000067/2008-19	Voto: 1264/2011	Origem: PRM - JALES/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades em convênio firmado entre prefeitura e o Programa Nacional de Primeiro Emprego/MTE. Equívocos administrativos sanados. Valores totalmente restituídos. Ausência de prejuízo ao erário. Inexistência de indícios de malversação de verbas federais. Arquivamento quanto à possível improbidade administrativa já homologado no âmbito da 5ª CCR. Arquivamento na esfera penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
084.	Processo	:	1.23.000.002096/2010-71	Voto: 1265/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Apuração de irregularidades na aplicação de verbas do PEJA (2004), por ex-prefeito. Prestação de Contas. Não-constatação de irregularidades. Ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade de fato típico. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
085.	Processo	:	1.34.001.003121/2007-44	Voto: 1266/2011	Origem: PR/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito Civil Público instaurado para viabilizar a celebração de Termo de Cooperação Operacional para prevenir e reprimir crimes cibernéticos. Empresa interessada que não possui mais contrato de licenciamento com a proprietária da rede social virtual e no bojo da qual poderia ocorrer a prática de crimes. Respectiva página da internet que se encontra indisponível. Procedimento que perdeu seu objeto. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
086.	Processo	:	1.00.000.015741/2010-10	Voto: 1267/2011	Origem: PRM - JEQUIÉ / BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime contra a honra praticado por servidor público federal contra servidora municipal. Acusação de que esta teria "comportamento desarrazoado e errático". Suposto crime que se processa por meio de ação penal privada (art. 145, CP). Ausência de elementos suficientes que justifiquem a atuação do Ministério Público Federal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
087.	Processo	:	1.12.000.000992/2010-89	Voto: 1268/2011	Origem: PR/AP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime contra fé pública. Uso de documento falso em reclamação trabalhista. Apresentação de cartões de ponto com idênticos horários de entrada e saída do empregado. Segundo o Tribunal Superior do Trabalho, os cartões de ponto com horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova (Súmula 338, III, do TST). Ineficácia do meio empregado. Crime impossível (art. 17 do CP). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
088.	Processo	:	1.25.000.003754/2004-29	Voto: 1269/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei 8.137/90). Parcelamento. Manifestação pelo arquivamento. 349ª Sessão, de 26/06/2006. Sobrestamento. Designação de outro membro do MPF para acautelamento dos autos. Parcelamento posteriormente liquidado (fl. 71). Extinção da Punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
089.	Processo	:	1.17.001.000134/2009-12	Voto: 1270/2011	Origem: PRM-C. DE ITAPEMIRIM/ES
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo Criminal. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do Código Penal). Medida Provisória nº 446/2008. Concessão e renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS. Ação Civil Pública movida pelo MPF. Administrador de hospital que não recolheu as contribuições previdenciárias amparado pela legislação vigente à época. Evidente ausência de dolo. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
090.	Processo	:	1.29.003.000079/2009-11	Voto: 1271/2011	Origem: PR/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei 8.137/90). Informação da Receita Federal de que tais fatos referem-se a períodos decaídos ou na iminência de sua decadência. Ausência de ação fiscal e de crédito tributário definitivamente constituído. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
091.	Processo	:	1.29.003.000131/2010-73	Voto: 1272/2011	Origem: PR/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei 8.137/90). Informação da Receita Federal de que tais contribuintes serão fiscalizados em 2011 pela Equipe de Fiscalização de Maiores Contribuintes - EFMAC e que eventuais representações fiscais para fins penais, decorrentes das ações fiscais, serão encaminhadas ao Ministério Público. Ausência de ação fiscal e de crédito tributário definitivamente constituído. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
092.	Processo	:	1.14.000.001272/2010-66	Voto: 1273/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei 8.137/90). Informação da Receita Federal concluindo pela não motivação de inclusão do contribuinte em programação fiscal. Ausência de ação fiscal e de crédito tributário definitivamente constituído. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
093.	Processo	:	1.30.014.000031/2007-00	Voto: 1274/2011	Origem: PRM - ANGRA DOS REIS/RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de denunciação caluniosa (art. 339 do CP) perpetrado em tese por Policiais Federais, que efetuaram a prisão em flagrante do noticiante. Condutas que já haviam sido objeto de arquivamento, devidamente homologado pela 2ª CCR. Novo enquadramento pretendido pelo mesmo representante, nos mesmos autos antes arquivados. Impossibilidade, Não caracterização de prática de denunciação caluniosa por parte dos policiais, pelo fato de terem lavrado o flagrante. Ausência de indícios mínimos do cometimento do crime. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
094.	Processo	:	1.20.001.000090/2009-27	Voto: 1275/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
095.	Processo	:	1.20.001.000095/2009-50	Voto: 1276/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
096.	Processo	:	1.20.001.000095/2010-93	Voto: 1277/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
097.	Processo	:	1.20.001.000101/2009-79	Voto: 1278/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

098.	Processo	:	1.20.001.000120/2010-39	Voto: 1279/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
099.	Processo	:	1.20.001.000143/2010-43	Voto: 1280/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
100.	Processo	:	1.20.000.000857/2008-47	Voto: 1281/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
101.	Processo	:	1.25.002.000069/2011-50	Voto: 1282/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
102.	Processo	:	1.25.002.000105/2011-85	Voto: 1283/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
103.	Processo	:	1.25.002.000123/2011-67	Voto: 1284/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
104.	Processo	:	1.25.002.001631/2010-81	Voto: 1285/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
105.	Processo	:	1.25.002.001659/2010-19	Voto: 1286/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
106.	Processo	:	1.25.002.001763/2010-11	Voto: 1287/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
107.	Processo	:	1.25.002.001939/2010-27	Voto: 1288/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
108.	Processo	:	1.25.002.002123/2010-11	Voto: 1289/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
109.	Processo	:	1.25.003.004219/2010-11	Voto: 1290/2011	Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU/PR
110.	Processo	:	1.25.003.006377/2010-06	Voto: 1291/2011	Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU/PR
111.	Processo	:	1.25.003.007507/2010-10	Voto: 1292/2011	Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU/PR
112.	Processo	:	1.25.003.010809/2009-31	Voto: 1293/2011	Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU/PR
113.	Processo	:	1.25.003.014835/2010-72	Voto: 1294/2011	Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU/PR
114.	Processo	:	1.34.006.000429/2010-93	Voto: 1295/2011	Origem: PRM - GURULHOS/SP
115.	Processo	:	1.31.000.001470/2010-49	Voto: 1296/2011	Origem: PR/RO
116.	Processo	:	1.31.000.001474/2010-27	Voto: 1297/2011	Origem: PR/RO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
117.	Processo	:	1.15.000.002948/2010-00	Voto: 1298/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime de desobediência (art. 330, CP). Descumprimento de ordem judicial. Aplicação de multa diária (*astreinte*) com finalidade específica de compelir, legitimamente, o cumprimento da ordem. Atipicidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
118.	Processo	:	1.23.000.000669/2010-21	Voto: 1299/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência. Art. 330 do CP. Não caracterização. Ordem judicial dirigida a gerente da Caixa Econômica Federal (CEF). Cumprimento. Diligências. Atraso justificado. Falha nos procedimentos internos do Banco. Evidente ausência de dolo ou culpa. Atipicidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
119.	Processo	:	1.30.011.003868/2010-28	Voto: 1300/2011	Origem: PR/RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo instaurado a partir de cópia do parecer da Procuradoria Regional da 2ª Região e das principais peças dos autos nº 2005.51.01.005132-3. Possível crime de uso de documento falso (art. 304 do CP), utilizado com o fim de obter pensão vitalícia. Pedido de pensão vitalícia julgado improcedente. Provas juntadas pelo autor não contêm indício de fraude ou falsificação. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
120.	Processo	:	1.15.000.003217/2010-73	Voto: 1301/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possíveis crimes de apropriação indébita e estelionato cometidos contra a Caixa Econômica Federal e correntistas. Fatos ocorridos em 1994 e 1995. Prescrição da pretensão punitiva estatal reconhecida por sentença transitada em julgado. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
121.	Processo	:	1.26.000.000986/2009-01	Voto: 1302/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime contra o Sistema Financeiro Nacional. Art. 22 e parágrafo único, da Lei nº 7.492/86. Clube de futebol que deixou de comprovar a regularidade das operações de câmbio relativas a negociação de compra e venda de atletas profissionais de futebol com clubes estrangeiros durante o período de 1992 a 1997, ou seja, há mais de 12 anos. Crimes punido com pena máxima de 6 (seis) anos de reclusão. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, III, do CP). Inexistência de indícios de que os valores recebidos pelo clube tenham permanecido no exterior, conforme apurado pela fiscalização do BACEN: não caracterização do crime de manutenção de depósitos não declarados à repartição competente, que poderiam ainda estar em andamento. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
122.	Processo	:	1.25.002.000012/2011-51	Voto: 1303/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média (art. 44, II, do Decreto nº 6.049/2007) imputada a interno. Fabricar, fornecer ou ter consigo objeto ou material cuja posse seja proibida em ato normativo do Departamento Penitenciário Nacional. Instrumento conhecido como "Teresa". Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
123.	Processo	:	1.25.002.002382/2010-41	Voto: 1304/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que entrou inadvertidamente na cela de visita íntima durante visita social de sua companheira. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
124.	Processo	:	1.25.002.002405/2010-18	Voto: 1305/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média (art. 44, II, do Decreto nº 6.049/2007) imputada a interno. Fabricar, fornecer ou ter consigo objeto ou material cuja posse seja proibida em ato normativo do Departamento Penitenciário Nacional. Instrumento conhecido como "Teresa". Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
125.	Processo	:	1.25.002.000088/2011-86	Voto: 1306/2011	Origem: PR/PR
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza grave (art. 45, III, do Decreto nº 6.049/2007) imputada a interno. Possuir indevidamente instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem. Conselho Disciplinar da Penitenciária Federal de Catanduvas que reconheceu a prescrição punitiva estatal, julgando extinta a punibilidade. Interno transferido para outra unidade prisional. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
126.	Processo	:	1.14.000.000318/2003-09	Voto: 1307/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Eventual crime tipificado no art. 4º da Lei nº 8.137/90. Suposta prática de cartelização e cobrança de preços abusivos pelos distribuidores e revendedores de GLP. Existência de Procedimento de Investigação Prévia que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio *ne bis in idem* . Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
127.	Processo	:	1.12.000.000331/2009-10	Voto: 1308/2011	Origem: PR/AP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível fraude em processo licitatório para contratação de empresa de segurança privada. Material inserido no Inquérito/STJ nº 681, "Operação Mãos Limpas". Aplicação do princípio *ne bis in idem* . Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
128.	Processo	:	1.28.000.001747/2010-29	Voto: 1309/2011	Origem: PR/RN
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de furto (artigo 155, do Código Penal) de aparelho PDA do IBGE. Local que não foi preservado para fins de realização de perícia. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Ausência de indícios da autoria delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
129.	Processo	:	1.29.000.002201/2010-58	Voto: 1310/2011	Origem: PR/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposta interceptação de correspondência contendo denúncias contra autoridades. Fatos idênticos já foram objeto de investigação por meio do Procedimento Administrativo nº 1.29.000.001600/2010-00 arquivado na 3ª Vara Criminal de Porto Alegre. Do rastreamento das cartas supostamente violadas verificou-se que uma delas foi devolvida ao remetente e a outra restou postada sem notícia de eventual extravio. Inexistência de indícios de crime. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
130.	Processo	:	1.27.000.001783/2010-20	Voto: 1311/2011	Origem: PR/PI
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Possíveis irregularidades em Instituição de Ensino Superior. Instituição supostamente irregular perante o Ministério da Educação. Documentos adquiridos pela instituição são eivados por condutas de corrupção passiva, ativa, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. Ausência, nos autos, de qualquer qualificação do noticiante tratando-se portanto, de notícia anônima. Denúncia desconexa e ininteligível inapta a gerar a persecução penal. Ademais a IES representada encontra-se funcionando com autorização do Ministério da Educação. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
131.	Processo	:	1.03.000.000826/2010-91	Voto: 1312/2011	Origem: PRR 3ª Região
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Denúncia anônima. Possível esquema de corrupção em prefeitura municipal na execução de programa para a construção de casas populares com recursos oriundos da Caixa Econômica Federal. Diligências que demonstraram que não houve utilização de recursos federais. O programa Programa de Arrendamento Residencial - PAR apenas disponibiliza linha de crédito para compra de casas populares. Informação da CGU de que não há recursos públicos federais empregados na construção dessas casas populares. Inexistência de interesse federal. Cópia integral dos autos já remetida ao Ministério Público Estadual. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
132.	Processo	:	1.20.001.000132/2009-20	Voto: 1313/2011	Origem: PRM - CÁCERES/MT
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Pesca sem licença regularmente expedida pelo órgão ambiental. Conduta não se enquadra às figuras típicas dos arts. 34 e 35 da Lei 9.605/98. Infração administrativa. Imposição, pelo órgão ambiental, do pagamento de multa. Atipicidade da conduta. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

133. Processo : 1.20.000.000062/2011-34 Voto: 1314/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental. Recebimento de madeira em tora sem cobertura da necessária Autorização de Transporte de Produto Florestal - ATPF. Art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. Crime punido com pena máxima de 1 (um) ano de detenção. Fato ocorrido em 01/12/2004. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, V do CP). Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

134. Processo : 1.24.002.000164/2009-76 Voto: 1315/2011 Origem: PR/PB

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de responsabilidade previsto no art. 1º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 201/67. Crime punido com pena máxima de 12 (doze) anos de reclusão. Prescrição da pretensão punitiva estatal que ocorre em 16 (dezesseis) anos, nos termos do art. 109, II, do CP. Recursos recebidos em razão de convênio firmado entre a prefeitura e a Fundação de Assistência ao Estudante. Parcelas creditadas no período de 1994 a 1998, sob a responsabilidade de 2 gestores. 1) Exercícios de 1994 a 1996: extinção da punibilidade pela morte do agente (art. 107, I, do CP). 2) Exercícios de 1997 e 1998: investigado maior de setenta anos. Aplicação do art. 115 do Código Penal. Redução do prazo prescricional em questão para 08 (oito) anos, já ultrapassado. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

135. Processo : 1.34.013.000187/2004-09 Voto: 1316/2011 Origem: PRM-SÃO B. DO CAMPO/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária. Art. 337 - A, I do CP. Recurso administrativo perante o Conselho de Contribuintes ainda pendente de julgamento. Ausência de crédito tributário definitivamente constituído. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

136. Processo : 1.00.000.011129/2010-78 Voto: 1317/2011 Origem: PRM - MARABÁ/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peça informativa. Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. *Notitia criminis*. Suposto crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149 do CP). Possível ocorrência de exposição de trabalhadores a condições degradantes, habitando em barracos de lona, sem instalações sanitárias e sem água potável. Diligências. Não encontrados barracos de lona, mas tão somente vestígios de que pudesse existir trabalhadores trabalhando em desconformidade com as leis trabalhistas. Trabalhadores não encontrados no local. Fiscalização realizada em setembro/2009. Materialidade não comprovada. Inviável o prosseguimento das investigações. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

137. Processo : 1.29.017.000184/2010-35 Voto: 1318/2011 Origem: PR/RS

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Expediente de Acompanhamento Criminal. Controle Externo da Atividade Policial. Supostas agressões ocorridas na carceragem da Polícia Federal atribuídas a agentes policiais. Diligência. Esclarecimentos prestados pela Delegada responsável pela prisão, que descreveu com clareza os fatos, contrapondo os argumentos do noticiante. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

138. Processo : 1.16.000.001719/2009-99 Voto: 1319/2011 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Administrativo instaurado com o objetivo de analisar pareceres proferidos pela Corregedoria Geral da Polícia Federal que limitavam o exercício do Controle externo da Atividade Policial. Tema normatizado no âmbito da Polícia Federal pelas Resoluções 001 e 002/2006. Ausência de utilidade na manutenção deste procedimento para avaliar pareceres isolados. Arquivamento. Remessa de cópias para o GTCEAP.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

139. Processo : 1.16.000.000069/2011-89 Voto: 1320/2011 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal. Caso em que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringe-se ao objeto do inquérito policial em questão. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

Relator: Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

PROCESSOS NÃO PADRÃO

140. Processo : 1.00.000.000866/2011-26 Voto: 1419/2011 Origem: JF/BA

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE ESBULHO POSSESSÓRIO SEM VIOLÊNCIA (ART. 161, §1°, II, DO CÓDIGO PENAL). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NA ATIPICIDADE DA CONDUTA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93). PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. PROCEDÊNCIA. PRECEDENTE DA 2ª CCR. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. O tipo penal previsto no art. 161, §1°, II, do Código Penal prevê um especial fim de agir em sua redação, qual seja o fim de esbulho possessório, sem o qual não há fato típico.
2. No caso dos autos, a invasão praticada pelos índios não ocorreu com o objetivo de privar o particular de sua posse, uma vez que tinha o fim específico de constranger o Estado a promover as ações de demarcação, desapropriação e assentamento dos integrantes da comunidade indígena.
3. "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não perdem essa característica por ainda não terem sido demarcadas, na medida em que a demarcação tem efeito meramente declaratório. Assim entendido, não se pode falar em perda ou restrição da propriedade por parte de quem nunca a teve" (REsp 1097980/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, DJe 01/04/2009).
4. Revendo posicionamento anterior e adequando ao entendimento da 2ª CCR, voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Mônica Nicida Garcia.

141. Processo : 100.000.002775/2011-25 Voto: 1420/2011 Origem: TRF 4ª

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 89, DA LEI Nº 8.666/93. ARQUIVAMENTO. DESCABIMENTO. PRESCINDIBILIDADE DE PREJUÍZO AO ERÁRIO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, eventual prática dos crimes previstos no art. 1º, XI, do Decreto-lei nº 201/67 e no art. 89 da Lei nº 8.666/93, em razão de irregularidades na contratação de médico para o Plano de Saúde da Família por meio de procedimento licitatório, em contrariedade ao Acórdão nº 1.146/2003 do TCU; e na homologação de dois procedimentos licitatórios, modalidade convite, na ausência de três propostas válidas.
2. O arquivamento em relação ao delito previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93 mostra-se prematuro, porquanto o referido tipo penal cuida de crime de mera conduta, de natureza formal, que independe da demonstração do dolo específico e da demonstração de efetivo prejuízo para a Administração Pública, porquanto o bem jurídico tutelado pela norma penal não se resume apenas a proteção ao patrimônio público mas também a preservação do princípio da moralidade. Precedente.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal em relação ao crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Mônica Nicida Garcia.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

142. Processo : 1.26.000.002154/2009-11 Voto: 1421/2011 Origem: PR/PE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peças de Informação. Controle Externo da Atividade Policial. Possível incúria das autoridades policiais responsáveis pela condução do Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 058/2006-SR/DPF/PE. Sucessivas solicitações de dilação de prazo sem conclusão das investigações. Inexistência de infração penal. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Mônica Nicida Garcia.

Confirmada a próxima Sessão de Revisão para o dia 21/03/2011, às 12 horas.

Brasília-DF, 14 de março de 2011.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE

Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara

MÔNICA NICIDA GARCIA

Procuradora Regional da República - Suplente

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA

Procurador Regional da República - Suplente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATA DA 532ª SESSÃO DE REVISÃO

Local e data: Brasília (DF), 21 de março de 2011.
Início e término: Das 11:30h às 16:10 h.

Aos vinte e um dias do mês de março do ano 2011, em sessão realizada na Sala de Reuniões, presentes a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Coordenadora, as Titulares Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos, e os Suplentes Dra. Mônica Nicida Garcia, Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa e Dr. Douglas Fischer, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, julgou os seguintes procedimentos:

Relatora: Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
VOTO-VISTA

001. Processo : 1.14.001.000086/2009-66 Voto: 2006/2011 Origem: VF - ILHÉUS/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Voto-vista : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : VOTO-VISTA. PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE PRATICADO POR POLICIAIS FEDERAIS, NO CUMPRIMENTO DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO EM COMUNIDADE INDÍGENA. PRESCRIÇÃO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO POR FUNDAMENTO DIVERSO.
1. Possível crime de abuso de autoridade perpetrado, em tese, por agentes da Polícia Federal, no cumprimento de mandado de busca e apreensão em comunidade indígena.
2. A pena máxima cominada em abstrato ao crime de abuso de autoridade, prevista no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.898/65, é de 6 (seis) meses de detenção, aplicando-se-lhe, portanto, o prazo prescricional de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 109, inciso IV, do Código Pena
l (redação vigente à época dos fatos).
3. Consta dos autos que os fatos teriam ocorrido entre os anos de 2004 e 2005.
4. O decurso de mais de cinco anos da data dos fatos, impões o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 107, IV c/c art. 109, VI, ambos do Código Penal).
5. Voto pela homologação do arquivamento por fundamento diverso.
Decisão : Acolhido por unanimidade a homologação do arquivamento pela prescrição, nos termos do voto-vista. A Relatora aderiu ao voto-vista. Participou da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

PROCESSOS NÃO PADRÃO

002. Processo : 1.34.001.000411/2011-12 Voto: 2007/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PRÁTICA DE PORNOGRAFIA INFANTIL PELA INTERNET. ARTS. 240 e 241-A DO ECA. REGISTRO ESCRITO DE CRIANÇA E ADOLESCENTE EM CENAS DE SEXO EXPLÍCITO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. A expressão registro de cena de sexo explícito ou pornográfica constante dos tipos penais descritos nos arts. 240 e 241-A do ECA engloba "conto erótico" que envolva criança ou adolescente em atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas (art. 241-E, ECA).
2. No caso dos autos, o registro escrito denominado "Sexo com minha Esposa e minhas Filhinhas" publicado no site "Contos Eróticos on-line" caracteriza os delitos tipificados nos arts. 240 e 241-A do ECA.
3. In casu, afastar a tipicidade penal significa negar vigência à Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989 que em seu art. 34 pervê que "Os Estados Partes se comprometem a proteger a criança contra todas as formas de exploração e abuso sexual. Nesse sentido, os
Estados Partes tomarão, em especial, todas as medidas de caráter nacional, bilateral e multilateral que sejam necessárias para impedir: a) o incentivo ou a coação para que uma criança se dedique a qualquer atividade sexual ilegal".
4. Em razão do caráter transnacional dos delitos cometidos por meio da internet, a competência para processar e julgar os crimes previstos no ECA é da Justiça Federal, por ser o Brasil signatário da Convenção sobre os Direitos da Criança, promulgada pelo Decreto nº 99.710, de 21/11/1990, sendo, portanto, do MPF a atribuição para a persecução criminal.
4. Voto pela designação de outro Membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL PRÁTICA DE PORNOGRAFIA INFANTIL REALIZADA POR MEIO DA INTERNET. PUBLICAÇÃO DE CONTOS ERÓTICOS ESCRITOS. AUSÊNCIA DE CENA DE SEXO EXPLÍCITO OU DE PORNOGRAFIA ENVOLVENDO CRIANÇAS. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL. HOMOLOGAÇÃO.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a possível prática de pornografia infantil consistente na publicação de contos eróticos escritos, na internet, envolvendo crianças.
2. Constata-se, no caso, a ausência de cena de sexo explícito ou de pornografia envolvendo menores, o que impede a subsunção do fato a qualquer dos tipos penais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.
3. Da leitura dos tipos previstos nos arts. 240 e 241-A do ECA, percebe-se que o legislador utiliza como núcleo do tipo ações relacionadas ao elemento objetivo correspondente a 'cena', seja ela real ou simulada, em que haja pornografia infantil.
4. Não há, nos referidos tipos penais, nenhuma menção a escritos ou contos, uma vez que eles não são capazes de reproduzir uma cena, pois dependem da capacidade imaginária do próprio leitor, o que resulta em uma interpretação individualizada da situação descrita, e não universal.
5. Pode-se dizer que, ao visualizar uma cena, as pessoas com capacidade visual plena captarão, necessariamente, a mesma imagem, tendo em vista o seu caráter explícito, objetivo e categórico. Por outro lado, ao ler um texto descritivo, não se pode afirmar que os leitores visualizarão a mesma imagem em suas mentes, pois cada um possui uma capacidade individual e subjetiva de imaginação e interpretação.
6. Assim, diante da ausência de previsão do termo 'escrito' como elemento objetivo dos tipos penais mencionados e diante do princípio da taxatividade do Direito Penal, a conduta se mostra atípica em relação ao ECA, o que afasta a aplicação da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança e, consequentemente, a atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito.
7. Voto pela homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por maioria a homologação do declínio de atribuição. Vencida a Relatora. A Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos redigirá o voto-vencedor (voto 3548/2011). Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

003. Processo : 1.25.002.000033/2011-76 Voto: 2008/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
004 Processo : 1.25.002.001723/2010-61 Voto: 2009/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
005 Processo 1.25.002.002253/2010-53 Voto: 2010/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
006 Processo 1.25.002.001569/2010-28 Voto: 2011/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no
país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

007. Processo : 1.25.002.002085/2010-04 Voto: 2012/2011 Origem:PRM - CASCAVEL/PR
008 Processo : 1.25.003.007555/2010-16 Voto: 2013/2011 Origem:PRM - CASCAVEL/PR
009 Processo : 1.25.002.002055/2010-90 Voto: 2014/2011 Origem:PRM - CASCAVEL/PR
010. Processo : 1.25.002.002045/2010-54 Voto: 2015/2011 Origem:PRM - CASCAVEL/PR
011. Processo : 1.25.002.001735/2010-96 Voto: 2016/2011 Origem:PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática do delito previsto no art. 334 do Código Penal, decorrente de flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhados da documentação necessária para comprovar seu ingresso regular no país.
2. O princípio da insignificância não se aplica a tal conduta haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza pelo principal suspeito. Precedentes do STJ.
3. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
012. Processo : 1.00.000.002852/2011-47 Voto: 2017/2011 Origem: VF - PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIMES TIPIFICADOS NO ART. 2° DA LEI 8.176/91 E NO ART. 55 DA LEI 9.605/98. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *"Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."*
2. Súmula 438 do STJ.
3. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
013. Processo : 1.34.011.000445/2010-15 Voto: 2018/2011 Origem:PRM-S. JOÃO DE MERITI/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, § 3º, CP). RECEBIMENTO INDEVIDO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. CRIME PERMANENTE. SUA CONSUMAÇÃO, QUE SE DÁ COM O PAGAMENTO INDEVIDO DA PRIMEIRA PARCELA, SE POTRAI NO TEMPO.
1. A consumação do delito em questão dá-se com o pagamento indevido da primeira parcela do benefício previdenciário, potraindo-se no tempo até cessar o seu recebimento.
2. A atribuição para prosseguir no feito é do Procurador da República com atribuição para oficiar no local em que se deu o recebimento do benefício, ou seja, Ribeirão Pires/SP.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
014. Processo : 1.00.000.003426/2011-21 Voto: 2019/2011 Origem: VF e JEF - LONDRINA / PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE NO CASO.
1. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput da Lei n° 10.522/2002, ou seja, R$10.000,00.
2. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STF e do STJ.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
015. Processo : 1.00.000.003074/2011-11 Voto: 2020/2011 Origem: VF - GUARULHOS/SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ART. 337-A DO CP). ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Conforme se observa em recente precedente do STF, quando se trata de crimes em detrimento da Previdência Social, a aplicação do princípio da insignificância, entre outros critérios, deve observar o reduzido grau de reprovabilidade da conduta, o que não é possível se verificar quando se trata de delito que atinja um bem jurídico de caráter supraindividual, qual seja o patrimônio da Previdência Social ou sua subsistência financeira.
2. Desse modo, apesar de a contribuição possivelmente sonegada ser de baixo valor, tem-se que o STF ratificou o entendimento sobre a impossibilidade de incidência do referido princípio ao caso.
3. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

016. Processo : 1.12.000.000187/2006-79 Voto: 2021/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTA FALSIFICAÇÃO DE CPF COM A FINALIDADE DE FRAUDAR LICITAÇÕES. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299 DO CP). ARQUIVAMENTO COM BASE NA AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CRIME. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS PARA ELUCIDAÇÃO DOS FATOS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República determinou o arquivamento dos autos, com fundamento na ausência de elementos suficientes para se afirmar a ocorrência de crime.
2. A existência de duas inscrições no Cadastro de Pessoas Físicas, de duas pessoas com nomes e sobrenomes semelhantes, nascidos no mesmo dia, com nomes de suas mães também semelhante e com o mesmo domicílio tributário, forma um conjunto de indícios apto a justificar
a presente investigação criminal.
3. O arquivamento das presentes peças de informação, nas condições em que encontram os autos, isto é, na pendência de diligências capazes de elucidar a materialidade e autoria do delito, como a oitiva dos titulares dos CPFs indicados, afigura-se inapropriado e prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes dos autos, bem como da possibilidade do fato descrito nos autos configurar ilícito penal, ao menos em tese, justificando-se o prosseguimento das investigações.
4. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes, como mostram os autos, diligências passíveis de serem realizadas, tais como a oitiva de pessoas envolvidas no delito em análise.
5. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

017. Processo : 1.00.000.002632/2011-13 Voto: 2022/2011 Origem: VF - RIO DE JANEIRO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : AÇÃO PENAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. ART. 29, § 1º DO CP. IMPOSSIBILIDADE DE SEU RECONHECIMENTO ANTES DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO - ART. 89, DA LEI Nº 9.099/95. NÃO CABIMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Se a denúncia afirma que o acusado praticou o verbo nuclear do tipo penal não há falar em participação de menor importância. Referida participação só pode ser reconhecida quando resta demonstrado que a conduta do partícipe teve leve eficiência causal para o resultado típico, o que não é o caso.
2. "Quando alguém concorre para o crime, responde na medida de sua culpabilidade": assim, a menor participação só pode ser definida com a instrução processual.
3. Aos acusados por crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º do C. Penal), cuja pena mínima é de 1 (um) ano e (4) meses, não se pode deferir a suspensão condicional do processo, que pressupõe pena de até 1 (um) ano - art. 89, da Lei nº 9.099/95.
4. Voto pela impossibilidade em se reconhecer, antes da regular instrução processual penal, a participação de menor importância e, consequentemente, pelo não cabimento da suspensão condicional do processo, no caso concreto.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

018. Processo : 1.34.010.000928/2010-11 Voto: 2023/2011 Origem: VF - RIBEIRÃO PRETO/SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334, § 1º, *C*, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONAL APLICABILIDADE NO CASO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. É certo que a natureza do produto introduzido clandestinamente no país - cigarros - impõe maior rigor na adoção do *princípio da insignificância*, dado o seu efeito nocivo à saúde e, consequentemente, o rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. *In casu*, foram apreendidos apenas 24 (vinte e quatro) maços de cigarros de origem estrangeira, o que, excepcionalmente, impõe reconhecer como insignificante a conduta *sub examine*.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

019. Processo : 1.20.000.001431/2010-25 Voto: 2024/2011 Origem: PR - MATO GROSSO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Possível crime de corrupção no âmbito da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de Mato Grosso. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos .

020. Processo : 1.00.000.002569/2011-15 Voto: 2025/2011 Origem: PRM - MARABÁ/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito policial. Possível crime de estelionato praticado contra particulares (art. 171, CP). A vítima teria alienado bens com a promessa de que receberia o pagamento com dinheiro que seria transferido pelo BASA, referente ao PRONAF, o que não ocorreu. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

021. Processo : 1.34.001.000260/2011-01 Voto: 2026/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Estelionato Representação encaminhada por e-mail, noticiando suposta prática de crime de estelionato praticado contra particular por meio da internet. Notícia de suposto site que ensina como "hackear" números e informações de titulares de cartões de créditos. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Declínio de atribuições ao MP Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

022. Processo : 1.30.020.000009/2011-59 Voto: 2027/2011 Origem: PRM - SÃO GONÇALO/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime ambiental (art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98). Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Espécimes não ameaçadas de extinção. Ausência de elementos que justifiquem a atuação do Ministério Público Federal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

023. Processo : 1.00.000.002918/2011-07 Voto: 2028/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental, consistente em manter em cativeiro três tartarugas, sem autorização ou licença da autoridade competente, descrito no artigo 29, §1°, inc. III da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

024. Processo : 1.12.000.000685/2010-06 Voto: 2029/2011 Origem: PR - AMAPÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime ambiental, consistente no funcionamento ilegal de estabelecimento potencialmente poluidor sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, descrito no artigo 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

025. Processo : 1.22.011.000130/2010-81 Voto: 2030/2011 Origem: PRM - SETE LAGOAS/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime ambiental (art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98). Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Espécimes não ameaçadas de extinção. Ausência de elementos que justifiquem a atuação do Ministério Público Federal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

026. Processo : 1.11.000.001128/2010-31 Voto: 2031/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil Pública. Suposto crime ambiental (art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98). Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Espécimes não ameaçadas de extinção. Ausência de elementos que justifiquem a atuação do Ministério Público Federal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

027. Processo : 1.17.001.000174/2010-90 Voto: 2032/2011 Origem:PRM-C. DO ITAPEMIRIM/ES
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Contravenção penal (art. 26, "e", da Lei nº 4.771/65). Uso de fogo em área de vegetação de samambaia. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

028. Processo : 1.34.001.000370/2011-64 Voto: 2033/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças Informativas. Possível crime sexual contra vulnerável. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

029. Processo : 1.34.012.000163/2011-81 Voto: 2034/2011 Origem: PRM - SANTOS / SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças informativas. Crime de falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal). Constituição ilícita de pessoa jurídica mediante a interposição fraudulenta de terceiros. Na Representação Fiscal para Fins Penais não foi noticiada supressão de tributos federais. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Precedente do STJ (CC 81.261/BA, DJe 16/03/2009).
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

030. Processo : 1.20.000.000051/2011-54 Voto: 2035/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças Informativas. Possível crime de estelionato praticado contra particulares (art. 171, CP). As vítimas teriam efetuado compra de mercadorias pela internet, porém as mercadorias não teriam sido entregues. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

031. Processo : 1.17.000.001354/2009-65 Voto: 2036/2011 Origem: PR - MINAS GERAIS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Possível crime de estelionato praticado contra particulares (art. 171, CP). Realização de descontos indevidos nos contracheques de servidores aposentados. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

032. Processo : 1.31.000.001529/2009-65 Voto: 2037/2011 Origem: PR - RONDÔNIA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Possíveis crimes cometidos em razão de disputa individual entre particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

033. Processo : 1.28.000.000262/2011-07 Voto: 2038/2011 Origem: PR - RIO G. DO NORTE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Crime de estelionato contra particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

034. Processo : 1.00.000.002738/2011-17 Voto: 2039/2011 Origem: PR - PERNAMBUCO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de furto praticado contra Conselho Seccional da OAB. A OAB não integra a Administração Direta ou Indireta da União (STF, ADI 3026, Relator: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006, DJ 29-09-2006, pág. 00031). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

035. Processo : 1.11.000.000427/2010-59 Voto: 2040/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Comunicação de supostos crimes ambientais. Funcionamento de estabelecimento de construção civil sem inscrição no Cadastro Técnico Federal e comercialização de 1,450 Kg de lagosta vermelha, durante o período de defeso, sem comprovação de que o produto seja oriundo do estoque declarado na forma da IN IBAMA nº 206/2008. Não há lei (no sentido formal e material) que preveja a obrigatoriedade de declaração de estoque comercializado. Ilícitos ambientais administrativos que não configuram crimes previstos na Lei nº 9.605/98. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

036. Processo : 1.29.003.000005/2011-08 Voto: 2041/2011 Origem: PR - RIO GRANDE DO SUL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Abuso de autoridade (arts. 3º e 4º da Lei 4898/65). Suposto cometimento de abusos por auditor fiscal da Receita Federal do Brasil. Não enquadramento no tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

037. Processo : 1.33.002.000041/2011-41 Voto: 2042/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime do art. 296, §1°, inc. III do Código Penal. Inexistência de lesão ao bem jurídico tutelado pelo tipo penal. Ausência de dolo. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

038. Processo : 1.25.006.000218/2011-41 Voto: 2043/2011 Origem: PRM - MARINGÁ/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Ausência de irregularidades na conduta do advogado da parte autora de ação previdenciária. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

039. Processo : 1.00.000.002436/2011-49 Voto: 2044/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Cortar árvore nativa, objeto de especial preservação, sem autorização do órgão competente. Consta do relatório do IBAMA que o autuado cortou uma árvore que havia sido atingida por uma raio e ameaçava cair sobre sua residência. Fato atípico. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

040. Processo : 1.00.000.015684/2010-79 Voto: 2045/2011 Origem: PRM - CAÇADOR/SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Invasão em parte da faixa de domínio de ferrovia por pessoas que ali construíram residências. Não configuração de ilícito penal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

041. Processo : 1.31.000.000201/2011-46 Voto: 2046/2011 Origem: PR - RONDÔNIA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Possível crime ambiental. Derrubada de uma árvore da espécie Castanheira (*bertholletea excelsa*), não classificada como madeira de lei, em floresta não considerada de preservação permanente. Inexpressividade da lesão ao bem jurídico protegido pela norma penal de proteção à flora. Aplicação do princípio da insignificância. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

042. Processo : 1.20.002.000075/2009-79 Voto: 2047/2011 Origem: PRM - SINOP/MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Crime de falso. Documento autêntico. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

043. Processo : 1.20.001.000087/2009-11 Voto: 2048/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Redução a condição análoga à de escravo. Diligências infrutíferas na tarefa de demonstrar a existência de indícios suficientes da ocorrência do ilícito. Não enquadramento no tipo penal do artigo 203 do Código Penal. Atipicidade quanto à posse de arma de fogo ocorrida em 19 de novembro de 2008, face ao disposto no artigo 20 da Lei 11.922/2009. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

044. Processo : 1.11.000.001465/2010-29 Voto: 2049/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil Público. Artigo 34, parágrafo único, Lei 9.605/98. Não caracterização do crime. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

045. Processo : 1.35.000.002067/2010-98 Voto: 2050/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Ausência de elementos que configurem a prática do crime de falso testemunho. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

046. Processo : 1.25.002.001675/2010-10 Voto: 2051/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
047. Processo : 1.25.002.002159/2010-02 Voto: 2052/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
048. Processo : 1.25.003.009049/2010-53 Voto: 2053/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
049. Processo : 1.25.002.002243/2010-18 Voto: 2054/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
050. Processo : 1.25.003.007557/2010-05 Voto: 2055/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
051. Processo : 1.25.003.005443/2010-12 Voto: 2056/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
052. Processo : 1.20.001.000092/2010-50 Voto: 2057/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
053. Processo : 1.20.001.000140/2010-18 Voto: 2058/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
054. Processo : 1.20.001.000384/2010-92 Voto: 2059/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
055. Processo : 1.20.001.000176/2010-93 Voto: 2060/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
056. Processo : 1.20.001.000378/2010-35 Voto: 2061/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
057. Processo 1.20.001.000101/2010-11 Voto: 2062/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
058. Processo : 1.33.004.000117/2010-37 Voto: 2063/2011 Origem: PR - SANTA CATARINA
059. Processo : 1.00.000.002896/2011-77 Voto: 2064/2011 Origem: PRM - TABATINGA/AM
060. Processo : 1.00.000.002904/2011-85 Voto: 2065/2011 Origem: PRM - TABATINGA/AM
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

061. Processo : 1.10.000.000245/2009-81 Voto: 2066/2011 Origem: PR - ACRE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de supostas irregularidades na realização de procedimento licitatório realizado pela ELETROACRE. MPF. Diligências. Após a instrução dos autos, não foram encontrados indícios de irregularidades no certame licitatório. Arquivamento já homologado no âmbito de atuação da 5ª CCR/MPF. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

062. Processo : 1.11.000.000741/2009-06 Voto: 2067/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças Informativas. Crime de responsabilidade de Prefeito (Artigo 1°, incisos III e VII do Decreto-Lei 201/67). Fatos ocorridos no ano de 2000. Pena máxima de três anos. Prazo prescricional de oito anos. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

063. Processo : 1.29.012.000005/2011-91 Voto: 2068/2011 Origem: PRM - B. GONÇALVES/RS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Crime de estelionato previdenciário (art. 171, § 3º, CP). Fatos ocorridos em 1996. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

064. Processo : 1.14.000.000017/2007-41 Voto: 2069/2011 Origem: PRM - PAULO AFONSO/BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Convênio. Recursos federais oriundos do FNDE. Ex-Prefeito. Omissão do dever de prestar contas. Crime de responsabilidade (art. 1º, incisos VII do DL 201/67). A prestação de contas dos recursos recebidos deveria ter sido repassada pela Prefeitura ao FNDE até 28/02/2000. Fatos ocorridos há mais de 10 (dez) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, IV, do Código Penal. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições, tendo em vista a tramitação de ação civil pública para ressarcimento ao Erário. Homologação do Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

065. Processo : 1.24.000.001420/2010-04 Voto: 2070/2011 Origem: PR - CAMPINA GRANDE/PB
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Estelionato contra entidade de direito público. Fatos ocorridos em 1998. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

066. Processo : 1.20.000.000690/2007-33 Voto: 2071/2011 Origem: PR - MATO GROSSO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de responsabilidade de prefeito (Artigo 1°, VII do Decreto-Lei 201/1967). Fatos ocorridos em 1999. Pena máxima de três anos. Prazo prescricional de oito anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação de arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

067. Processo : 1.20.001.000059/2008-13 Voto: 2072/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de ameaça. Retratação da representação. Conduta praticada em maio de 2008. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

068. Processo : 1.30.017.000210/2010-12 Voto: 2073/2011 Origem: PRM- S. JOÃO DE MERITI/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Suposto crime de desobediência praticado há mais de 3 (três) anos. Prescrição da pretensão punitiva. Extinção da punibilidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

069. Processo : 1.28.000.000153/2004-52 Voto: 2074/2011 Origem:PR- R.GRANDE DO NORTE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime do artigo 90 da Lei 8.666/93. Fatos ocorridos em 2001. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

070. Processo : 1.25.000.002690/2005-20 Voto: 2075/2011 Origem: PR - PARANÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de desobediência. Fatos ocorridos em 2005. Prescrição da pretensão punitiva Estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

071. Processo : 1.29.000.002134/2010-71 Voto: 2076/2011 Origem: PR - RIO GRANDE DO SUL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimentos Administrativos. Crimes de sonegação fiscal fiscal e de tráfico de influência. Notícia-crime desacompanhada de indícios mínimos que justifiquem a instauração de investigação penal. Quanto ao noticiado furto de um sino pertencente à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a pretensão punitiva estatal está prescrita, pois o fato ocorreu há 42 anos. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

072. Processo : 1.25.003.004330/2005-32 Voto: 2077/2011 Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Acompanhamento dos trabalhos da Força Tarefa Previdenciária do Paraná, criada para identificar supostos benefícios previdenciários concedidos mediante o uso de fraude contra o INSS. Existência de Inquérito Policial investigando condutas relacionadas com o presente procedimento. Ações judiciais já propostas. Perda do objeto. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

073. Processo : 1.30.904.000015/2011-61 Voto: 2078/2011 Origem: ITAPERUNA / RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças Informativas. Denúncia anônima sem informações mínimas que possibilitem identificar materialidade e autoria delitiva. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

074. Processo : 1.30.008.000012/2011-31 Voto: 2079/2011 Origem: PRM - RESENDE/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Declarações desconexas feitas por Sargento Músico do Exército Brasileiro, declarado inválido por alienação mental (se enquadrando no inciso V do artigo 108 da Lei 6.880/80). Ausência de qualquer elemento que justifique o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

075. Processo : 1.04.004.000480/2010-54 Voto: 2080/2011 Origem: PRR - 4ª REGIÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Inexistência de qualquer liberação de verbas pelo FNDE ao Município de Bagé desde o início da vigência do Convênio. Ausência de recursos a serem fiscalizados. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

076. Processo : 1.05.000.000465/2009-07 Voto: 2081/2011 Origem: PR - TOCANTINS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça de Informação. Supostos "maus tratos psicológicos, afrontas morais e provocações" praticados pelos ex-patrões do noticiante, residentes nos Estados Unidos. Notícia-crime desprovida de elementos indiciários mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Ausência de quaisquer indícios de autoria e materialidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

077. Processo : 1.00.000.016491/2010-35 Voto: 2082/2011 Origem: PR - AMAZONAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Ex-prefeito. Descumprimento, no prazo legal, de ordem emanada de Tribunal Regional do Trabalho, que requisitou informações quanto às providências adotadas para o pagamento de precatório. Eventual crime de responsabilidade (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei nº 201/67). Não configuração, tendo em vista que o "processamento e pagamento de precatório judicial têm natureza administrativa, não jurisdicional" (STF - Inq 2605/SP, Rel. Min. Menezes Direito, DJ de 25.04.2008). Ausente, portanto, a elementar típica "ordem judicial". Posterior constatação da quitação do precatório. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

078. Processo : 1.28.000.001842/2010-22 Voto: 2083/2011 Origem: PR- R.GRANDE DO NORTE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime de sonegação fiscal (art. art. 1º da Lei nº 8.137/90). Ausência de crédito tributário definitivamente constituído. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

079. Processo : 1.29.002.000161/2004-41 Voto: 2084/2011 Origem: PR - RIO GRANDE DO SUL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Acompanhamento do andamento de recursos administrativos interpostos por contribuintes, a partir de decisão judicial do TRF/4a Região que concedeu ordem para anular, desde o recebimento da denúncia, ações penais promovidas pela prática de crimes de sonegação fiscal. Encerramento. Perda do objeto. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

080. Processo : 1.28.000.000108/2007-41 Voto: 2085/2011 Origem: PR- R.GRANDE DO NORTE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação Criminal. Suposto crime do artigo 1°, inciso 1V da Lei 8.137/90. Informações da Receita Federal apontam a quitação integral do débito tributário. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, Lei nº 10.684/2003). Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

081. Processo : 1.22.007.000008/2011-54 Voto: 2086/2011 Origem: PRM - VARGINHA/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa Criminal. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária. Quitação integral do débito tributário. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, Lei nº 10.684/2003). Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

082. Processo : 1.16.000.000554/2011-52 Voto: 2087/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Suposta prática de irregularidades penais em razão da má gestão e aplicação dos recursos arrecadados através de contribuição sindical e taxa assistencial. A existência de outro procedimento no âmbito do MPF, que apurou os mesmos fatos, cuja promoção de arquivamento já foi homologada pela 2ª CCR/MPF, impõe a aplicação do princípio "ne bis in idem". Quanto ao possível crime de peculato por equiparação (art. 552 da CLT), consistente na malversação ou dilapidação do patrimônio das associações ou entidades sindicais, no caso, de competência da Justiça do Distrito Federal, verifica-se que os fatos já foram comunicados ao Ministério Público do Distrito Federal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

083. Processo : 1.23.000.000130/2011-53 Voto: 2088/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Venda ilegal de madeira, com utilização de ATPF ideologicamente falsa. Crimes previstos nos art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98 e no art. 299 do Código Penal. Existência de ação penal em curso para apurar a responsabilidade penal. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

084. Processo : 1.00.000.002915/2011-65 Voto: 2089/2011 Origem: PR - TABATINGA / AM
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Descaminho. Fatos já apurados em ação judicial já sentenciada. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

085. Processo : 1.00.000.014007/2011-11 Voto: 2090/2011 Origem: PRM - CONCÓRDIA/SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo instaurado a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de redução à condição análoga à de escravo. Existência de Inquérito Policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

086. Processo : 1.00.000.010117/2010-26 Voto: 2091/2011 Origem: PRM - MARABÁ/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo instaurado a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de redução à condição análoga à de escravo. A existência de outro procedimento no âmbito do MPF, que apurou os mesmos fatos, cuja promoção de arquivamento já foi homologada pela 2ª CCR/MPF, impõe a aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

Relatora: Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
PROCESSOS NÃO PADRÃO

087.	Processo :	1.25.003.005615/2010-58	Voto: 5957/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
088.	Processo :	1.25.002.000037/2011-54	Voto: 5958/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
089.	Processo :	1.25.002.002047/2010-43	Voto: 5959/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
090.	Processo :	1.25.002.001965/2010-55	Voto: 5960/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
091.	Processo :	1.25.002.001483/2010-03	Voto: 5961/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
092.	Processo :	1.25.003.005411/2010-17	Voto: 5962/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
093.	Processo :	1.25.002.002111/2010-96	Voto: 5963/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
094.	Processo :	1.25.002.000067/2011-61	Voto: 5964/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
095.	Processo :	1.25.002.000071/2011-29	Voto: 5965/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
096.	Processo :	1.25.002.001575/2010-85	Voto: 5966/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

097. Processo : 1.25.002.002087/2010-95 Voto: 5967/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
098. Processo : 1.25.002.001469/2010-00 Voto: 5968/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
099. Processo : 1.25.002.002239/2010-50 Voto: 5969/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
100. Processo : 1.25.003.005201/2010-29 Voto: 5970/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
101. Processo : 1.25.002.001663/2010-87 Voto: 5971/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
102. Processo : 1.25.002.002157/2010-13 Voto: 5972/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
103. Processo : 1.25.003.005501/2010-16 Voto: 5973/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
104. Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
105. Processo : 1.25.002.001247/2010-89 Voto: 5974/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS (ARTS. 334 E 184 CP). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM RELAÇÃO AO DESCAMINHO E POSTEIROR DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO QUANTO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, dos delitos previstos no art. 334, §1º, d, e no art. 184, §2º, do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional, dentre os quais figuravam CD's e DVD's contrafeitos.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à
prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Por outro lado, observa-se que não há nos autos informações acerca da eventual reiteração de conduta do segundo investigado, sendo mister o empreendimento de diligências neste sentido.
4. Diante do prosseguimento do feito em relação ao crime de descaminho, não merece análise o declínio de atribuição procedido em relação ao crime do artigo 184, parágrafo 2º, do Código Penal, conexo àquele.
5. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
106. Processo : 1.00.000.003217/2011-87 Voto: 5975/2011 Origem:VF-JEF CRIM. LONDRINA/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). NOTÍCIA DE REITERAÇÃO DE CONDUTA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças Informativas instauradas para a apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhados de documentação comprobatória de sua regular importação.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
107. Processo : 1.00.000.003238/2011-01 Voto: 5976/2011 Origem:VF-JEF CRIM. LONDRINA/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
108. Processo : 1.00.000.003239/2011-47 Voto: 5977/2011 Origem:VF-JEF CRIM. LONDRINA/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). NOTÍCIA DE REITERAÇÃO DE CONDUTA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças Informativas instauradas para a apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhados de documentação comprobatória de sua regular importação.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
109. Processo : 1.00.000.003022/2011-37 Voto: 5978/2011 Origem: 1ª VF DE ARAÇATUBA/SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NA SUPOSTA AUSÊNCIA DE ARTIFÍCIO, ARDIL OU OUTRO MEIO FRAUDULENTO. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA. REJEIÇÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM REMESSA DOS AUTOS AO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA.
1. Considerando o aspecto formal, evidencia-se a presença de indícios da autoria e da materialidade a embasar o oferecimento da denúncia *in casu*, além da justa causa necessária à propositura da ação penal, restando ausente qualquer causa extintiva de punibilidade ou excludente de ilicitude ou tipicidade aptas a implicarem na rejeição da denúncia.
2. Voto pela designação de outro Membro do MPF para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
110. Processo : 1.29.007.000137/2010-19 Voto: 5979/2011 Origem:PRM-STA. CRUZ DO SUL/RS
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. CRIMES PREVISTOS NOS ARTS. 55 E 60 DA LEI Nº 9605/98 E NO ART. 2º DA LEI Nº 8176/91. NÃO CONFIGURAÇÃO DO DELITO DO ART. 60 DA LEI Nº 9.605/98. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AOS DEMAIS DELITOS. REPARAÇÃO DO DANO AMBIENTAL. MERA CARACTERIZAÇÃO DE ARREPENDIMENTO POSTERIOR. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Apuração dos delitos previstos no art. 2º da Lei nº 8176/91 e nos arts. 55 e 60 da Lei nº 9605/98, devido à extração não autorizada de recursos minerais em propriedade particular e à construção de rodovia mesmo após o vencimento de Licença de Instalação concedida pelo órgão ambiental.
2. Promoção de arquivamento em face da pequena proporção do dano ambiental e da notícia de sua ulterior reparação.
3. A prévia concessão de licença de instalação de obra pelo órgão ambiental e o pedido de sua respectiva renovação demonstram a ausência de dolo e de potencialidade lesiva na conduta da investigada, tornando-a atípica.
4. Não se aplica, em regra, o princípio da insignificância a crimes ambientais, tampouco ao delito previsto no art. 2º da Lei nº 8.176/91, ante a indisponibilidade dos bens jurídicos por eles tutelados: o meio ambiente e o patrimônio público.
5. Além de a reparação do dano ambiental concernir apenas ao bem jurídico tutelado pelo artigo 55 da Lei nº 9.605/98, ela só poderia caracterizar a figura do arrependimento posterior, a possibilitar, unicamente, a redução da pena a ser infligida ao agente (art. 16 CP).
6. Voto pela homologação do arquivamento em relação ao delito do art. 60 da Lei nº 9.605/98 e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal quanto aos delitos previstos do art. 55 da Lei nº 9.605/98 e do art. 2º da Lei nº 8.176/91.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
111. Processo : 1.33.000.003579/2007-41 Voto: 5980/2011 Origem:VF E JEF DE LAGUNA/SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEIS CRIMES AMBIENTAIS. ART. 28 CPP C/C ART. 62, IV, LC N.º 75/93. CONSTRUÇÃO SOBRE ÁREA CONSIDERADA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE POR RESOLUÇÃO DO CONAMA, CAUSANDO DANO DIRETO A UNIDADE DE CONSERVAÇÃO. PRESCRIÇÃO DO DELITO DO ART. 64 DA LEI Nº 9.605/98. CONFIGURAÇÃO, TODAVIA, DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 40 E 48 DA LEI Nº 9.605/98. PERSECUÇÃO.
1. Inquérito Policial que apura a prática de crimes ambientais, ante a construção de residência unifamiliar em solo não edificável, por ser área de restinga considerada de preservação permanente pela Resolução CONAMA nº 303/2002, causando dano direto à Área de Proteção Ambiental Baleia Franca.
2. Promoção de arquivamento pelo Procurador da República, por entender que a ação do investigado não atingiu área de preservação permanente, ressaltando que a Resolução CONAMA nº 303/2002, infralegal, não poderia estender o âmbito de aplicação da lei penal.
3. Estando o CONAMA legitimado pelo art. 3º do Código Florestal a ampliar o rol de áreas de preservação permanente legalmente previsto, a Resolução CONAMA nº 303/2002 afigura-se apta a integrar o preceito primário do art. 64 da Lei nº 9.605/98, norma penal em
branco. Todavia, o delito encontra-se prescrito.
4. Encontrando-se a residência construída pelo investigado em Área de Proteção Ambiental, espécie de Unidade de Conservação, resta configurado o crime previsto no art. 40 da Lei nº 9.605/98.
5. A conduta do art. 48 da lei nº 9.605/98 não constitui mero exaurimento do delito expresso no art. 64 do mesmo diploma, tendo em vista que o impedimento à regeneração natural da vegetação nativa local não é decorrência necessária e inexorável da construção em solo não-edificável. Trata-se de crime permanente, pois decorre da omissão do autor ao manter a construção irregular, de modo que a sua consumação perpetua-se ao longo do tempo.
6. Voto pela designação de outro Procurador da República para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
112. Processo : 1.25.002.002704/2009-19 Voto: 5981/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. PRÁTICA DE TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR ATRIBUÍDA A DETENTO QUE TERIA AGIDO COM FALTA DE URBANIDADE FRENTE A UM FUNCIONÁRIO DO PRESÍDIO. FATO ATÍPICO. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. CONDUTA QUE NÃO SE AMOLDA ÀQUELAS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL. FUNDADA SUSPEITA DE QUE O CAUSÍDICO DO CONDENADO RETEVE OS AUTOS INDEVIDAMENTE, COM VISTAS A DAR CAUSA A UMA POSSÍVEL PRESCRIÇÂO. CONDUTA QUE SUBSUME-SE AO CRIME PREVISTO NO ART. 356, DO CÓDIGO PENAL E QUE DEVE SER AVALIADA À LUZ DA LEI 8.906/92 (ESTATUTO DA ORDEM)
1. Cuida-se de peças de informação autuadas para apurar a prática de falta disciplinar de natureza MÉDIA/GRAVE imputada a um interno que teria agido com falta de urbanidade face a um funcionário do presídio.
2. O ilustre membro do Parquet, às fls. 54/56, manifestou-se pelo arquivamento do apuratório, sob o fundamento de que diante do decurso do prazo previsto no art. 45, inciso I, Portaria nº 38/2008/DISPF, teria ocorrido a extinção da punibilidade do interno pelas faltas cometidas,
tendo em vista a ocorrência da prescrição.
3. Ocorre que, tratando-se de transgressão disciplinar que não se amolda àquelas previstas no Estatuto repressor, não há sequer que se falar em prescrição da pretensão punitiva, em virtude da evidente atipicidade da conduta praticada pelo detento.
4 . Por seu turno, no caso em apreço, constata-se que, com o escopo de dar dar causa a uma possível prescrição, o patrono do interno reteve os autos indevidamente, conforme entabulado pelo Conselho disciplinar no parecer de fls. 46/47, conduta que pode ser passível de responsabilização penal, nos termos do artigo 356 do Código Penal.
5. Voto, portanto, pela homologação do arquivamento em relação às faltas disciplinares perpetradas pelo interno, todavia, por motivo diverso do apresentado pelo il. Membro do MPF, eis que atípica a conduta praticada pelo detento.
6. Entrementes, em relação à conduta supostamente praticada pelo advogado do interno, o Sr. Cleber Augusto de Lima Evangelista, impõe-se o prosseguimento das investigações, diante da possível prática do crime previsto no art. 356, do Código Penal. Dessarte, determino que extraia-se cópia integral do presente procedimento disciplinar e remeta-se à Comissão de Ética da OAB e ainda ao Conselho Federal da OAB para que adotem as medidas que julgarem pertinentes, à luz da Lei 8.906/92. (Estatuto da Ordem)
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.
113. Processo : 1.33.002.000047/2011-18 Voto: 5982/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA. (ART. 330 DO CP). ARQUIVAMENTO PELO MPF, POR ATIPICIDADE DA CONDUTA. ORDEM JUDICIAL. DEPOSITÁRIO INFIEL. CARACTERIZAÇÃO DO DELITO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A conduta do investigado, depositário fiel em autos de Execução Fiscal, está consubstanciada na prática do crime de desobediência, previsto no art. 330 do CP, diante do descumprimento de determinação judicial para apresentar os demonstrativos de faturamento da empresa executada, desde maio de 2010, bem como depositar o percentual constrito em conta judicial, conforme auto de penhora.
2. A despeito de a conduta do investigado dar ensejo à aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da Justiça, há previsão expressa no artigo 601 do CPC no sentido de que tal penalidade não exclui "*outras sanções de natureza processual ou material*", autorizando, portanto, a configuração do delito do art. 330 do CP.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

114. Processo : 1.00.000.003436/2011-66 Voto: 6031/2011 Origem: PRM - RIO VERDE/GO
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ARTIGO 183 DA LEI 9.472/97. CRIME FORMAL, QUE NÃO DEPENDE DA OCORRÊNCIA DE RESULTADO. PERSECUÇÃO.
1. A prestação de serviço de acesso à *internet* é Serviço de Comunicação Multimídia, necessitando de autorização da autoridade competente. A ausência de autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei 9.472/97, que, por ser formal, independe de resultado para se consumar.
2. O entendimento adotado pelo STJ no sentido de que não se trata de serviço de telecomunicação que se sujeite ao ICMS não afasta a caracterização da prática criminosa. Bens jurídicos tutelados que não se confundem.
3. Voto pela designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

115. Processo : 1.34.002.000051/2010-68 Voto: 5983/2011 Origem:PRM - ARAÇATUBA/SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Alegação de réu em ação penal, durante interrogatório, no sentido de ter sido agredido por policial militar na ocasião de sua prisão em flagrante por tráfico transnacional de drogas e, em seguida, dissuadido por delegado federal a não denunciar tal abuso. Diligências. Não obtenção de indícios mínimos da prática do crime de prevaricação pelo delegado federal. Arquivamento. Quanto a eventual delito perpetrado por policial militar, não existem elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

116. Processo : 1.00.000.002814/2011-94 Voto: 5984/2011 Origem:PRM - ILHÉUS/BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possíveis delitos de abuso de autoridade, tortura e lesão corporal grave. Notícia de que policiais militares adentraram projeto de assentamento e praticaram diversas ações violentas contra trabalhadores rurais que ali residiam. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

117. Processo : 1.20.000.001860/2010-01 Voto: 5985/2011 Origem: PR / MT
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível crime de supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido, previsto no art. 242 do Código Penal. Adoção "à brasileira". Denúncia anônima no sentido de que um recém-nascido no Paraná foi dado a um casal residente em Mato Grosso, que o registrou como se fosse seu filho. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

118. Processo : 1.00.000.002267/2011-47 Voto: 5986/2011 Origem: PR / RJ
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Suspeita de distribuição de lanche, em dia de eleição, por condutor de veículo onde foram encontrados produtos alimentícios e uma relação dos eleitores da localidade. Possível crime previsto no art. 302 do Código Eleitoral. Competência da Justiça Eleitoral (art. 35, II, da Lei 4737/65). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

119. Processo : 1.00.000.002901/2011-41 Voto: 5987/2011 Origem:PRM-MONTES CLAROS/MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Lei nº 8.666/93. Supostas irregularidades perpetradas por Prefeitura Municipal em processos de licitação envolvendo recursos oriundos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) já incorporados ao patrimônio municipal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Súmula 209 do STJ. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

120. Processo : 1.16.000.003425/2010-35 Voto: 5988/2011 Origem:PR- ANÁPOLIS / GO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de Proteção Permanente situada exclusivamente em municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

121. Processo : 1.34.008.000490/2010-11 Voto: 5989/2011 Origem:PRM - PIRACICABA / SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Ter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Suposto crime ambiental previsto no artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Aves constantes dos Autos de Infração não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

122. Processo : 1.11.000.001358/2010-09 Voto: 5990/2011 Origem: PR / AL
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : *Notitia criminis* encaminhada pelo IBAMA. Funcionamento de indústria madeireira (serraria) sem a devida licença ambiental. Art. 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

123. Processo : 1.11.000.001453/2010-02 Voto: 5991/2011 Origem: PR / AL
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : *Notitia criminis* encaminhada pelo IBAMA. Funcionamento de indústria madeireira (serraria) sem a devida licença ambiental. Art. 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

124. Processo : 1.20.000.000530/2006-11 Voto: 5992/2011 Origem: PR / MT
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de suposta prática de danos ao patrimônio da União, falsificação de documento público e crimes ambientais, através de títulos deslocados. O MPF requisitou a instauração de inquérito policial, todavia os autos foram restituídos pelo Delegado de Polícia sob o argumento de se tratar de disputas possessórias em razão da existência de registros do mesmo imóvel junto aos Cartórios das cidades de Rosário Oeste/MT e Cuiabá/MT. Interesse de natureza privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

125. Processo : 1.00.000.002902/2011-96 Voto: 5993/2011 Origem:PRM - SANTARÉM/PA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de estelionato. Obtenção de empréstimo consignado junto ao Banco Mercantil do Brasil em nome de aposentado, sem a sua anuência, com desconto em folha dos seus proventos de aposentadoria. Ausência de lesão ao INSS. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

126. Processo : 1.00.000.003119/2011-40 Voto: 5994/2011 Origem:PRM - SANTARÉM/PA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de estelionato. Obtenção de empréstimo consignado junto ao Unibanco em nome de beneficiário da Previdência Social, sem a sua anuência, com desconto em folha dos seus proventos de aposentadoria. Ausência de lesão ao INSS. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

127. Processo : 1.22.000.003566/2010-51 Voto: 5995/2011 Origem: PR / MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Eventual tentativa de estelionato. Possível "golpe do seguro". Recebimento de correspondência por particular, em nome de suposta seguradora, afirmando que ele possui direitos relativos a previdência privada, compulsório e ações com direito a resgate. Seguradora não cadastrada na Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. Interesse de natureza exclusivamente privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

128. Processo : 1.14.000.000056/2011-84 Voto: 5996/2011 Origem: PR / BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação Criminal. Possível prática dos crimes de patrocínio infiel, falsidade ideológica e estelionato, além da contravenção penal de exercício ilegal da profissão. Prejuízo a particular. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

129. Processo : 1.30.011.000514/2011-11 Voto: 5997/2011 Origem: PR / RJ
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Apresentação de alteração de contrato social à Junta Comercial com falso reconhecimento de firma. Possíveis crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso (art. 299 e 304 CP). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

130. Processo : 1.30.011.000543/2011-74 Voto: 5999/2011 Origem: PR / RJ
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Representação de particular noticiando a existência de suposto conluio na cúpula da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e que estariam envolvidos os Chefes do Poder Executivo Municipal e Estadual na prática de ilícitos. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

131. Processo : 1.33.002.000056/2011-17 Voto: 6000/2011 Origem:PRM - CHAPECÓ/SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

132. Processo : 1.33.002.000058/2011-06 Voto: 6001/2011 Origem:PRM - CHAPECÓ / SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
133.	Processo	:	1.33.004.000114/2010-01	Voto: 6002/2011	Origem:PRM - JOAÇABA / SC
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
134.	Processo	:	1.20.001.000382/2010-01	Voto: 6003/2011	Origem:PRM - CÁCERES/MT
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
135.	Processo	:	1.20.001.000394/2010-28	Voto: 6004/2011	Origem:PRM - CÁCERES / MT
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça de Informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
136.	Processo	:	1.00.000.002905/2011-20	Voto: 6005/2011	Origem:PRM - TABATINGA/AM
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
137.	Processo	:	1.00.000.002879/2011-30	Voto: 6006/2011	Origem:PRM - TABATINGA/AM
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
138.	Processo	:	1.25.003.005625/2010-93	Voto: 6007/2011	Origem:PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
139.	Processo	:	1.23.000.001108/2010-40	Voto: 6008/2011	Origem: PR / PA
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Supostas irregularidades na aplicação de recursos oriundos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM, por parte dos responsáveis de determinada empresa. Cancelamento do incentivo fiscal pela antiga SUDAM. Considerando que a última liberação de recursos se deu em 20/02/1978, eventuais crimes previstos nos arts. 20 da Lei nº 7.492/86; 2º, IV, da Lei nº 8.137/90; e 171, § 3º, do Código Penal, já teriam sido atingidos pela prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
140.	Processo	:	1.23.000.000015/2011-89	Voto: 6009/2011	Origem: PR / PA
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime ambiental previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. Transportar 8m³ de madeira em toras sem licença válida da autoridade ambiental competente. Fato ocorrido em 09/12/2003. Prazo prescricional: 4 anos. Prescrição. No caso, por ser matéria de ordem pública, a prescrição pode ser reconhecida, apesar de se tratar de crime de atribuição do Ministério Público Estadual. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
141.	Processo	:	1.23.000.000113/2011-16	Voto: 6010/2011	Origem: PR / PA
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime ambiental previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. Transporte ilegal de 14 m³ de madeira serrada. Fato ocorrido em 31/07/1998. Prazo prescricional: 4 anos. Prescrição. No caso, por ser matéria de ordem pública, a prescrição pode ser reconhecida, apesar de se tratar de crime de atribuição do Ministério Público Estadual. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
142.	Processo	:	1.22.006.000208/2009-01	Voto: 6011/2011	Origem:PRM - PATOS DE MINAS/MG
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Possível crime de desobediência (art. 330 CP), ante o retardo no cumprimento de decisão judicial que determinou a implantação de benefício previdenciário. Crime punido com pena máxima de 06 (seis) meses de detenção. Fatos ocorridos no final de 2006. Prescrição (antiga redação do inc. VI, do art. 109, do CP). Extinção de punibilidade. Arquivamento. Remessa à 5ª Câmara.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
143.	Processo	:	1.28.000.001605/2010-61	Voto: 6012/2011	Origem:PR / RN
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1°, VII, do DL n° 201/67. Ex-prefeita. Omissão na prestação de contas de recursos repassados ao Município pelo FNDE em face convênio. Data final para prestação de contas: 29/08/1998. Prazo prescricional: 8 anos. Prescrição. Extinção da punibilidade (art. 1º, §1º, do DL nº 201/67 c/c art. 109, inc. IV, do CP). Arquivamento. Remessa à 5ª CCR.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
144.	Processo	:	1.21.000.000776/2000-52	Voto: 6013/2011	Origem: PR / MS
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na construção da Santa Casa de Dourados/MS ocorridas em tese nos anos de 1991 e 1992. Arquivamento homologado no âmbito da 5ª CCR. Possível crime previsto no art. 315 do CP ("dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei"). Fatos ocorridos em 2000. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, VI, CP - redação anterior à Lei 12.234/2010). Oferecimento de denúncia pelo MPF (crime de peculato-desvio - art. 312, *caput*, CP). Rejeição. Trânsito em julgado do acórdão (cópia em anexo). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
145.	Processo	:	1.11.000.001174/2007-35	Voto: 6014/2011	Origem: PR / AL
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Inquérito Civil Público. Suposto crime ambiental previsto no art. 45 ou no art. 46 da Lei 9.605/98. Transformar em carvão 2,5 m³ de madeira nativa extraída de Unidade de Conservação Federal. Fato ocorrido em 19/12/2005. Prazo prescricional: 4 anos (art. 109, V, CP). Prescrição. Extinção da Punibilidade. Remessa à 4ª CCR, em relação à matéria de sua atribuição.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
146.	Processo	:	1.20.001.000168/2010-47	Voto: 6015/2011	Origem:PRM - CÁCERES / MT
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peça de Informação. Suposto crime de descaminho (art. 334, CP). Instauração de inquérito policial para apuração dos mesmos fatos (IPL 0098/2010-4). Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
147.	Processo	:	1.23.002.000213/2010-41	Voto: 6016/2011	Origem:PRM - SANTARÉM / PA
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental. Autos de Infração que já foram objeto do Termo Circunstanciado nº 008/2009, encaminhado a esta Câmara para homologação do declínio de atribuições. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
148.	Processo	:	1.15.003.000253/2010-55	Voto: 6017/2011	Origem:PRM - SOBRAL / CE
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo instaurado a partir de Auto de Infração do IBAMA. Construção irregular de empreendimento imobiliário em Área de Preservação Permanente (APA), localizada no Município de Amontada/CE. Instauração de inquérito policial para apuração dos mesmos fatos (IPL 0053/2010 - Processo nº 0001907-23.2010.4.05.8103). Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
149.	Processo	:	1.14.000.000464/2011-36	Voto: 6018/2011	Origem: PR / BA
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Representação criminal. Notícia de diversas irregularidades perpetradas por policiais rodoviários federais, abrangendo esquemas ilícitos com empresas de transporte rodoviário, desvio de função, corrupção, tráfico de influência, dentre outros. Existência de processo sigiloso em trâmite na Justiça Federal para a apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
150.	Processo	:	1.20.000.000562/2006-17	Voto: 6019/2011	Origem:PRM - SINOP/MT
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo Criminal. Possível tentativa de homicídio em face de presidente de sindicato de trabalhadores rurais de Município. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Existência de procedimento apurando os fatos na Delegacia de Polícia Civil. Princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
151.	Processo	:	1.00.000.011797/2010-03	Voto: 6020/2011	Origem: PR / TO
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Redução a condição análoga à de escravo (art. 149, CP). Oferecimento de denúncia pelo MPF (cópia em anexo). Observância ao princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
152.	Processo	:	1.17.001.000005/2010-50	Voto: 6021/2011	Origem: PRM-C. DE ITAPEMIRIM /ES
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposta prática do crime de sonegação de contribuição previdenciária. Art. 337-A do Código Penal. Segundo informações da Receita Federal, os débitos foram integralmente liquidados. Extinção da punibilidade com base no art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
153.	Processo	:	1.33.001.000306/2010-30	Voto: 6022/2011	Origem:PRM - BLUMENAU / SC
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Suposta prática do crime de sonegação de contribuição previdenciária. Art. 337-A do Código Penal. Débito integralmente liquidado (fls. 82/87). Extinção da punibilidade com base no art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
154.	Processo	:	1.34.003.000386/2009-32	Voto: 6023/2011	Origem:PRM - BAURU/SP
	Relator	:	Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque		
	Ementa	:	Peças Informativas. Suposto crime contra a ordem tributária descrito no art. 1º da Lei nº 8.137/90. Crime material: súmula vinculante nº 24 do STF. Ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Ofício da Receita Federal informando a inexistência de procedimento fiscal em face das pessoas física e jurídicas investigadas e a ausência de relevância fiscal necessária à sua abertura. Arquivamento.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

155. Processo : 1.04.004.000295/2010-60 Voto: 6024/2011 Origem: PRR / 4ª REGIÃO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Município. Diligência. Constatação de que não houve liberação de verbas ao Município convenente. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

156. Processo : 1.04.004.000504/2010-75 Voto: 6025/2011 Origem: PRR / 4ª REGIÃO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e Município. Diligência. Constatação de que não houve liberação de verbas ao Município convenente. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

157. Processo : 1.23.000.002279/2010-96 Voto: 5939/2011 Origem: PR / PA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível prática do crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, CP). Não constatação de condições degradantes de trabalho, de cerceamento da liberdade ambulatória por constituição de dívidas ou vigilância armada, de cerceamento dos meios de locomoção etc. Inexistência de evidências hábeis a possibilitar o enquadramento típico penal do fato.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

158. Processo : 1.19.000.000073/2011-35 Voto: 6026/2011 Origem: PR / MA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Representação criminal de Juiz do Trabalho noticiando possível prática dos crimes de difamação e injúria por parte de advogado. Preceitua o artigo 142, I, do CP, que não constitui injúria ou difamação punível a ofensa irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador. Ademais, estes delitos foram incluídos entre as infrações relacionadas no art. 7º, § 2º, da Lei nº 8.906/94, que consagra a imunidade dos advogados pelos atos praticados no exercício profissional. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

159. Processo : 1.25.002.000003/2011-60 Voto: 5940/2011 Origem:PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa Criminal. Prática de transgressões disciplinares atribuídas a detentos de penitenciária federal, consistente em passar entre as respectivas celas objetos não identificados nos autos com o auxílio de instrumento conhecido como "teresa", feito com camisetas (arts. 43, inciso III, do Decreto nº 6.049/2007 - Regulamento Penitenciário Federal). Fato penalmente atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

160. Processo : 1.22.004.000002/2010-26 Voto: 6027/2011 Origem:PRM - PASSOS/MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas Criminais. Suposto crime de prevaricação (art. 319 CP). Recusa de médico perito do INSS em realizar perícia em segurado que visava à renovação de auxílio-doença. Negativa justificada em face de constrangimento sofrido pelo médico durante perícia anteriormente efetuada no mesmo segurado, devidamente registrado no respectivo laudo pericial. Respaldo do Código de Ética Médica. Não configuração de delito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

161. Processo : 1.14.000.000564/2004-33 Voto: 6028/2011 Origem:PRM - GUANAMBI / BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Condenação de ex-Prefeito ao pagamento de multa no valor de R$ 3.000,00 pelo fato de ter dado causa ao perecimento de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. Homologação do arquivamento no âmbito da 5ª CCR com base na prescrição (improbidade administrativa). Quanto à matéria penal, a conduta é atípica. Ausência de indícios de desvio ou aplicação indevida de recursos públicos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

162. Processo : 1.23.000.000516/2010-84 Voto: 6032/2011 Origem: PR / PA
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Supostos crimes do art. 20 da Lei nº 7.492/86 e de defraudação de penhor (art. 171, § 2º, III, CP). Financiamento rural celebrado entre o Banco da Amazônia S/A - BASA e a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Cristalândia e Região das Capoeiras. Aplicação dos recursos federais na finalidade prevista. Depreciação dos bens objeto de penhor apenas em face de má administração. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

163. Processo : 1.28.000.000845/2009-13 Voto: 6033/2011 Origem: PR / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Denúncia anônima no sentido de que titular de cartório notarial e registral teria ilicitamente transferido imóvel registrado em nome do Ministério da Aeronáutica para o domínio de particulares, com o auxílio de grileiros. Diligências. Constatação de que o bem continua em nome do Ministério da Aeronáutica. Acusação infirmada pelos documentos constantes nos autos. Arquivamento homologado pela 5ª CCR. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

164. Processo : 1.28.000.000364/2006-57 Voto: 6034/2011 Origem: PR / RN
Relatora : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90). Segundo a Procuradoria da Fazenda Nacional, o crédito tributário foi integralmente quitado. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

165. Processo : 1.16.000.000703/2011-83 Voto: 6029/2011 Origem: PR / DF
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao Banco Central do Brasil. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

166. Processo : 1.16.000.002157/2008-10 Voto: 6030/2011 Origem: PR / DF
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado com o propósito de apurar a situação da carceragem da Superintendência Regional da Polícia Federal no Distrito Federal, tendo em vista que, com a construção e inauguração de vários presídios federais pelo País, os agentes penitenciários que trabalhavam na SR/DF foram removidos para outros Estados, o que forçou o deslocamento de agentes e escrivães de Polícia Federal, em desvio de função, para executar as funções dos agentes penitenciários na carceragem da SR/DF. Situação definitivamente solucionada, tendo sido suprimido prejuízo ao serviço da Polícia Federal e aos custodiados. Inexistência de qualquer providência pendente que justifique a continuidade do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

167. Processo : 1.23.000.001624/2008-50 Voto: 5931/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Descumprimento de mandado judicial de prorrogação de interceptações telefônicas por delegado federal, sob a alegação de que todos equipamentos e policiais lotados na delegacia estavam sendo demandados em duas operações em curso. Diligências. Confirmação da precariedade do DPF/PA. Ausência do dolo necessário à configuração dos crimes de desobediência e prevaricação (arts. 330 e 319 CP). Existência de procedimento específico para apurar as condições em que são desenvolvidas as atividades do DPF/PA. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

Relatora: Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
PROCESSOS NÃO PADRÃO

168. Processo : 1.17.001.000043/2007-15 Voto: 3390/2011 Origem: PR/ES
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CP). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DA INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO. CRIME FORMAL. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DO ART. 83, DA LEI N. 9.430/96. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O delito contra a Previdência Social previsto no artigo 168-A tem natureza formal, não exigindo para sua consumação um resultado naturalístico. Caracteriza-se, de acordo com o tipo penal, pela mera supressão ou redução do desconto da contribuição, não havendo motivo para se obstar a persecução penal até o término de procedimento administrativo destinado a apurar o prejuízo efetivamente experimentado.
2. No entanto, o art. 83, da Lei n. 9.430/96, com redação alterada pela Lei n. 12.350/2010, desconsiderando o caráter formal dos crimes de apropriação indébita previdenciária, passou a exigir o exaurimento do processo administrativo tributário antes do envio ao Ministério
Público da representação fiscal para fins criminais.
3. A referida lei não se encontra em sintonia com as normas principiológicas de Direito Penal, sobretudo com aquelas disciplinadoras dos crimes formais que, como se sabe, não exigem, para sua configuração, a ocorrência de um resultado naturalístico.
4. Não foi por outra razão que o Supremo Tribunal Federal assentou que o delito previsto no art. 168-A do CP não necessita do exaurimento na esfera administrativa para o início da persecução penal (Inq 2537 AgR-ED, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Tribunal Pleno, julgado em 28/08/2008, DJe-216 DIVULG 13-11-2008 PUBLIC 14-11-2008 EMENT VOL-02341-01 PP-00100) .
5. Assim, voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Douglas Fischer.

169. Processo : 1.00.000.003130/2011-18 Voto: 3414/2011 Origem: PRM/Guarulhos-SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. ART. 62, VII, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DE DELITO PREVISTO NO ART. 155, §4º, II, DO CP. MOVIMENTAÇÕES BANCÁRIAS FRAUDULENTAS. CARTÃO MAGNÉTICO CLONADO. CONTA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL LOCALIZADA EM ITAPECERICA DA SERRA/SP.
1. "Em obediência ao art. 70 do CPP, a competência para processar e julgar o crime de furto qualificado, nas hipóteses de transações bancárias fraudulentas, é do Juízo do local em que a pessoa lesada mantinha a sua conta-corrente, pois o crime se consuma no momento em que o bem sai da esfera de proteção e disponibilidade da vítima para a do agente". Enunciado nº 22 da 2ª CCR. Precedentes.
2. Conheço do presente conflito e voto no sentido que a atribuição para a persecução penal é do Procurador da República em Itapecerica da Serra/SP.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

170. Processo : 1.16.000.000445/2011-35 Voto: 3478/2011 Origem: PR/DF
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL (ART. 40 DA LEI 9.605/98). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. APA CRIADA POR DECRETO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ADMINISTRADA PELO ICMBIO. INTERESSE DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. Declínio de atribuições sob o fundamento de que a tutela ambiental é interesse difuso titularizado por todas as pessoas e a proteção do meio ambiente cabe à sociedade e a todos os entes federativos (art. 24, VI, da CF/1988), razão por que a criação de uma APA por decreto federal não teria o condão de "federalizar" todos os crimes nela cometidos.
2. Todavia, crime ambiental ocorrido em Área de Proteção Ambiental criada por Decreto da Presidência da República e administrada pelo ICMBIO, afeta diretamente interesse da União. Precedentes.
3. Pela não-homologação do declínio de atribuições e, consequentemente, pelo prosseguimento da persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

171. Processo : 1.25.002.002061/2010-47 Voto: 3479/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 1.157,31. EXISTÊNCIA DE OUTRA REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS CONTRA O INVESTIGADO. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 3.146,79, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 1,157,31.
3. Há, nos autos, informações que indicam a existência de outra representação fiscais para fins penais contra o investigado, relativa à possível prática do delito de descaminho.
4. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente reiteração de conduta, os valores tributários constantes de todas as representações fiscais contra o investigado, se somadas, não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00 previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
5. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação ao investigado, uma vez que se faz necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento.
6. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
7. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

172. Processo : 1.25.002.002097/2010-21 Voto: 3480/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 476,37. EXISTÊNCIA DE OUTRAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS PARA FINS PENAIS CONTRA OS INVESTIGADOS. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 1.007,39, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 476,37.
3. Há, nos autos, informações que indicam a existência de outras representações fiscais para fins penais contra os investigados, relativas à possível prática do delito de descaminho.
4. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente reiteração de conduta, os valores tributários constantes de todas as representações fiscais contra os investigados, se somadas, não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00 previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
5. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação aos investigados, uma vez que se faz necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento.
6. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
7. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

173. Processo : 1.25.002.002117/2010-63 Voto: 3481/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 738,14. EXISTÊNCIA DE OUTRAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS PARA FINS PENAIS CONTRA A INVESTIGADA. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 1.126,11, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 738,14.
3. Há, nos autos, informações que indicam a existência de outras 6 (seis) representações fiscais para fins penais contra a investigada, relativas à possível prática do delito de descaminho.
4. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente reiteração de conduta, os valores tributários constantes de todas as representações fiscais contra a investigada, se somados, não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00
previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
5. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação à investigada, uma vez que se faz necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento.
6. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
7. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

174. Processo : 1.25.002.002121/2010-21 Voto: 3482/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 399,16. EXISTÊNCIA DE OUTRAS REPRESENTAÇÕES FISCAIS PARA FINS PENAIS CONTRA O INVESTIGADO. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 399,16, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 844,84.
3. Há, nos autos, informações que indicam a existência de outras 6 (seis) representações fiscais para fins penais contra o investigado, relativas à possível prática do delito de descaminho.
4. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente reiteração de conduta, os valores tributários constantes de todas as representações fiscais contra o investigado, se somadas, não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00 previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
5. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação ao investigado, uma vez que se faz necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento.
6. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
7. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

175. Processo : 1.25.002.002261/2010-08 Voto: 3483/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 2.160,00. EXISTÊNCIA DE OUTRA REPRESENTAÇÃO FISCAI PARA FINS PENAIS CONTRA A INVESTIGADA. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 4.320,00, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 2.160,00.
3. Percebe-se que este procedimento já fora, em momento anterior, objeto de análise por esta 2ª Câmara, motivo pelo qual se determinou a devolução dos autos à origem, para esclarecimentos sobre a eventual ocorrência de reiteração de conduta.
4. Os autos retornaram a esta Câmara com informações que indicam a existência de outra representação fiscal para fins penais contra a investigada, relativa à possível prática do delito de descaminho.
5. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente reiteração de conduta, os valores tributários constantes de todas as representações fiscais contra a investigada, se somados, não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00 previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
6. Verifica-se, no caso, a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação à investigada, uma vez que se faz necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento.
7. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
8. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

176. Processo : 1.00.000.002596/2011-98 Voto: 3484/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 5.744,23. EXISTÊNCIA DE OUTRA REPRESENTAÇÃO FISCAL PARA FINS PENAIS CONTRA O INVESTIGADO. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 10.004,80, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 5,744,23.
3. A Procuradora da República oficiante requereu o arquivamento do feito, pois entendeu que os tributos constantes da representação fiscal para fins penais contra o investigado não ultrapassam o valor de R$ 10.000,00 previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002.
4. O magistrado, por sua vez, negou o pedido de arquivamento sob o argumento de que os tributos iludidos ultrapassam o montante de R$ 100,00 estabelecido pelo art. 18, § 1º da Lei nº 10.522/2002.
5. Acontece que, conforme informações constantes dos autos, existe outra representação fiscal para fins penais contra o investigado relativa à suposta prática do crime de descaminho, o que demonstra a ocorrência de possível reiteração de conduta delitiva.
6. Verifica-se a impossibilidade de se aplicar o princípio da insignificância no caso, uma vez que, apesar de o valor dos tributos ser inferior a R$ 10.000,00, faz-se necessária a consideração de aspectos subjetivos para o seu reconhecimento, tais como ausência de condutas reiteradas.
7. Ademais, a aplicação do princípio da insignificância ao agente que comete, por diversas vezes, a mesma conduta delitiva pode funcionar como um estímulo à prática de novos delitos.
8. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

177. Processo : 1.25.002.000027/2011-19 Voto: 3485/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

178. Processo : 1.25.002.001689/2010-25 Voto: 3486/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

179. Processo : 1.25.002.002115/2010-74 Voto: 3487/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

180. Processo : 1.00.000.002837/2011-07 Voto: 3488/2011 Origem: JF/RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO TENTADO (ART. 171, §3º C/C ART. 14, II DO CP). AUSÊNCIA DE ENGANO DA VÍTIMA. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática do crime de estelionato, na forma tentada, perpetrado contra a Caixa Econômica Federal - CEF.
2. O membro do MPF requereu o arquivamento por constatar que o investigado não logrou, em nenhum momento, induzir em erro a Caixa Econômica Federal, bem como por não ter obtido qualquer vantagem ilícita.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Discordância do magistrado federal, que vislumbrou indícios da prática do crime de estelionato, na forma tentada.
4. O meio fraudulento empregado pelo investigado deve ser tido por inidôneo, visto que a sua inautenticidade foi descoberta de plano pela CEF, o que impossibilitou que referida empresa pública federal fosse lesionada.
5. Inexistência do crime uso de documento falso (art.304 do CP) pois quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido
5. Voto pela insistência no pedido de arquivamento do presente procedimento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

181. Processo : 1.00.000.002836/2011-54 Voto: 3489/2011 Origem: JF/RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93. SUPOSTO CRIME DE ESTELIONATO TENTADO (ART. 171, §3º C/C ART. 14, II DO CP). AUSÊNCIA DE ENGANO DA VÍTIMA. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática do crime de estelionato, na forma tentada, perpetrado contra o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.
2. O membro do MPF requereu o arquivamento por constatar que o investigado não logrou, em nenhum momento, induzir em erro a Previdência Social, bem como por não ter obtido qualquer vantagem ilícita.
3. Discordância do magistrado federal, que vislumbrou indícios da prática do crime de estelionato, na forma tentada.
4. O meio fraudulento empregado pelo investigado deve ser tido por inidôneo, visto que a sua inautenticidade foi descoberta de plano pela médica perita da Previdência Social, o que impossibilitou que referida autarquia previdenciária fosse lesionada.
5. Inexistência do crime de uso de documento falso (art.301 do CP) pois quando o falso se exaure no estelionato, sem mais potencialidade lesiva, é por este absorvido
6. Voto pela insistência no pedido de arquivamento do presente procedimento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

179. Processo : 1.00.000.002341/2011-25 Voto: 3490/2011 Origem: PR/PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIO (ART. 1º, I, DA LEI N. 8.137/90). IMPOSTO DE RENDA. INADIMPLÊNCIA NO PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. DÉBITO NO APORTE DE R$ 5.200,00. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de peças de informação criminal instaurada para acompanhamento do parcelamento do débito fiscal de contribuinte que teria feito o uso de comprovantes de despesas médicas e de instrução ideologicamente falsos com objetivo de reduzir ou suprimir importância referente
ao Imposto de Renda Pessoa Física.
2. Constata-se que o contribuinte deixou de cumprir o acordo de parcelamento. Contudo, o Procurador da República oficiante determinou o arquivamento dos autos por entender aplicável o princípio da insignificância, com base nas disposições da Lei n. 10.522/02 e 11.033/04, uma vez que o débito resultou no aporte de R$5.200,00.
3.Esta Câmara tem o entendimento no sentido de que o princípio da insignificância, no âmbito dos crimes contra ordem tributária, aplica-se apenas ao crime de descaminho tipificado no art. 334, do Código Penal, que não é o caso do autos.
4. Assim, voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

180. Processo : 1.28.000.000648/2010-20 Voto: 3491/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEIS CRIMES DE RESPONSABILIDADE COMETIDOS POR EX-PREFEITO. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS E INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO PARCIAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA REALIZAÇÃO DE NOVAS DILIGÊNCIAS.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar crimes de responsabilidade cometidos por ex-prefeito, consistentes na omissão de prestação de contas e na inexecução total do objeto, relativos a dois convênios celebrados com a União.
2. O Procurador da República promoveu o arquivamento do feito sob o entendimento de que estariam prescritos os crimes de responsabilidade eventualmente cometidos.
3. Em relação a um dos convênios, deve-se reconhecer a prescrição, uma vez que a conduta relativa à inexecução total do objeto do convênio, conforme o art. 1º, inciso III e IV, do Decreto-Lei 201/67, teria pena máxima de 3 (três) anos e estaria prescrito desde o ano de 2010.
4. Com referência ao outro convênio, faz-se necessária a realização de novas diligências, uma vez que não há nos autos informações sobre qualquer prestação de contas por parte do ex-gestor, situação que sugere a possibilidade de ocorrência, inclusive, dos crimes previstos no art. 1º, inciso I e II do mesmo decreto, que prescreveriam em 16 anos.
5. Não se pode considerar a ausência de prestação de contas somente como incidência no art. 1º, inciso VII, do mencionado decreto, antes de se investigar a possível ocorrência de apropriação, desvio ou utilização de bens ou rendas públicas em proveito próprio do agente público.
6. Voto, então, pela homologação parcial do arquivamento, com a designação de outro membro para realização de diligências quanto ao segundo convênio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

181. Processo : 1.02.002.000043/2010-25 Voto: 3492/2011 Origem: PRR/2ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 62, IV, DA LC 75/93. PREFEITO. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES NA PRESTACÃO DE CONTAS EM CONVÊNIO FIRMADO COM O FNDE. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO-HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar irregularidades na prestação de contas municipal em convênio firmado com o FNDE.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento sob a alegação de que o prejuízo foi de pouca monta (R$235,11).
3. Inaplicabilidade do princípio da insignificância, porque não se pode ter como insignificante o desvio de bens públicos levado a cabo por Prefeito Municipal, que, no exercício de suas funções, deve obediência aos princípios constitucionais e legais, notadamente ao princípio da
moralidade pública.
4. Ademais, há de se considerar que a prestação de contas se deu a destempo, conforme se constata nas informações apresentadas no ofício de fls. 36/37 pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, situação que por si só pode configurar a ocorrência do crime descrito no inciso VII do Decreto-Lei n. 201/67.
5. Voto pela não homologação do arquivamento e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

235. Processo : 1.03.000.001032/2010-45 Voto: 3545/2011 Origem: PRR/3ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME DE RESPONSABILIDADE DESCRITO NO ART. 1º, INC. VII, DO DL Nº 201/67. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. PREFEITO. ATRASO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA APLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM VIRTUDE DE CONVÊNIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR ATIPICIDADE DO FATO. CRIME FORMAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento administrativo instaurado para apurar o atraso de prefeito na prestação de contas final, mediante a entrega de documentação complementar, relativa a recursos recebidos do Ministério da Saúde em virtude de convênio, tendo a procuradora oficiante promovido o arquivamento do feito em face da notícia de sua ulterior apresentação e aprovação.
2. A simples prestação incompleta de contas caracteriza atraso na medida, pois, de acordo com o art. 9º da Instrução Normativa n. 57 do Tribunal de Contas da União, "*Os processos de contas somente serão considerados entregues ao Tribunal se contiverem todas as peças e conteúdos exigidos nesta instrução normativa e na decisão normativa de que trata o art. 4º, e estiverem formalizados de acordo com o estabelecido no Título III deste normativo*".
3. Por sua vez, a prestação extemporânea de contas da aplicação de recursos repassados por entidade federal a Município amolda-se ao tipo do inciso VII do artigo 1º do Decreto-lei 201/67, pois a figura delitiva não faz menção ao resultado da conduta omissiva. Precedentes do STJ e desta Câmara Criminal em casos análogos.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

182. Processo : 1.11.000.001210/2010-66 Voto: 3493/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposta prática do crime ambiental definido no art. 38-A da Lei n. 9.605/98, decorrentes da utilização de fogo em atividade agrícola. Revisão de declínio. A área em que os crimes foram praticados não se insere em Unidade de Conservação Federal ou na respectiva área circundante. Inexistência de lesão a bens, serviços ou interesse da União. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

183. Processo : 1.11.000.001345/2010-21 Voto: 3494/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposta prática do crime ambiental definido no art. 38-A da Lei n. 9.605/98, decorrentes da utilização de fogo em atividade agrícola. Revisão de declínio. A área em que os crimes foram praticados não se insere em Unidade de Conservação Federal ou na respectiva área circundante. Inexistência de lesão a bens, serviços ou interesse da União. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

184. Processo : 1.11.000.001354/2010-12 Voto: 3495/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Crime ambiental (art. 38-A da Lei 9.605/98). Destruição de vegetação mediante uso não autorizado de fogo em área de Mata Atlântica. Revisão de declínio. Não atingimento de unidade de conservação federal. Ausência de elementos de informação mínimos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pelo declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

185. Processo : 1.11.000.000063/2011-98 Voto: 3496/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Trata-se de suposta prática dos crimes de abuso sexual de crianças, tráfico de drogas e de crime ambiental ocorridos nas áreas verdes do Conjunto José Tenório localizado em região urbana do Município de Maceió, fora dos limites de unidade de conservação federal. Ações atribuídas a moradores de rua que teriam promovido a invasão das áreas verdes. Inexistência de lesão direta a interesse federal. Competência da Justiça Estadual. Homologação de declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

186. Processo : 1.23.002.000124/2010-03 Voto: 3497/2011 Origem: PRM/Santarém-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental. Desmatamento de 16 hectares em área situada no município de Prainha/PA, sem licença do órgão ambiental competente. Artigo 50, da Lei nº 9.605/98. De acordo com a plotagem da área realizada pelo setor competente da Procuradoria República oficiante, não há indício de ocorrência de danos a qualquer Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

187. Processo : 1.29.004.000918/2010-25 Voto: 3498/2011 Origem: PRM/Passo Fundo-RS
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento Administrativo. Supostos crimes ambientais ocorridos em imóvel particular não abrangido por unidade de conservação federal. Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

188. Processo : 1.11.000.001352/2010-23 Voto: 3499/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possível crime ambiental consistente em fazer funcionar estabelecimento comercial potencialmente poluidor (serraria) sem qualquer tipo de licença do órgão responsável (art. 60 da Lei 9.605/98). Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Voto pela homologação do declínio de atribuições ao Ministério Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

189. Processo : 1.20.000.000119/2011-03 Voto: 3500/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima. Notícia de possível ocorrência de crime de ameaça praticado, em tese, por particular contra seus familiares. Revisão de declínio (art. 147 do CP). Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pelo declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

190. Processo : 1.21.000.001359/2010-07 Voto: 3501/2011 Origem: PR/MS
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de emissão de cheque sem provisão de fundos destinado a quitar parcelas de dívida estabelecida em reclamação trabalhista. Art. 171, §2º, inc. VI, do CP. Revisão de declínio. Inocorrência de depósito da cambial à disposição do Juízo Trabalhista. Prejuízo sofrido exclusivamente pelo beneficiário da cambial. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedente do STJ: CC 19276/BA, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, 3ª Seção, julgado em 24/06/1998, DJ 03/08/1998, p. 74.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

191. Processo : 1.34.001.009351/2010-12 Voto: 3502/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças informativas. Possível exercício de atividades de engenharia civil sem habilitação acadêmica para tanto. Exercício ilegal de profissão. Contravenção penal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

192. Processo : 1.14.004..000001/2006-77 Voto: 3503/2011 Origem: PR/BA

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática dos crimes previstos no art. 1º, inciso III e VI do Dec-Lei 201/67, durante a vigência de Convênio firmado entre Município, Estado e a União. Ex-prefeito municipal. Revisão de arquivamento e de declínio. Em relação aos recursos oriundos do FUNDEF, tem-se por ocorrida a prescrição da pretensão punitiva estatal, com base nas disposições do art. 1º, §1º, do referido Decreto, c/c art. 109, inc. IV, do CP. De outra parte, quanto aos recursos oriundos do Estado, cabe a esse a fiscalização e análise das prestações de contas, o que importa a ausência de competência federal para analisar e implementar eventuais medidas judiciais. Voto pela homologação do arquivamento em relação aos recursos oriundos do FUNDEF. De outra parte, voto pela homologação do declínio em relação ao recursos repassados pelo Estado.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

193. Processo : 1.00.000.002631/2011-79 Voto: 3504/2011 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Inquérito policial. Possível delito tipificado no art. 171 do CP. Conduta conhecida como "estelionato judiciário" perante a Justiça Estadual. Não obstante o entendimento deste Colegiado no sentido de que o denominado "estelionato judiciário" não tem previsão no ordenamento jurídico pátrio, no caso, a atribuição para concluir a respeito da tipicidade, ou não, da conduta é do Ministério Público Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

194. Processo : 1.20.000.000831/2010-13 Voto: 3505/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças de informação. Apuração de delito de homicídio praticado contra juiz estadual (CP, art. 121). Revisão de declínio. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

195. Processo : 1.11.000.001559/2010-06 Voto: 3506/2011 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima. Notícias de possíveis irregularidades, vícios de conduta e delitos praticados pelo Comandante da Polícia Militar de Alagoas. Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

196. Processo : 1.35.000.000144/2011-56 Voto: 3507/2011 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças de informação. Suposto crime contra a honra de particular praticado através da internet, mediante o uso indevido de imagem no site de relacionamento *orkut*. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

197. Processo : 1.36.000.000325/2010-64 Voto: 3508/2011 Origem: PR/TO

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de malversação de verba pública federal. Revisão de declínio. Venda de fábrica de cerâmica municipal construída com verbas federais. Bem definitivamente incorporado ao patrimônio do município. Inteligência da Súmula nº 209 do STJ. Inexistência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

198. Processo : 1.00.000.002916/2011-18 Voto: 3509/2011 Origem: PRM/Santarém-PA

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Representação criminal. Supostos crimes de lesão corporal e tentativa de homicídio imputados a servidor do IBAMA que não estava no exercício de suas funções (artigos 129 e 121, c/c art. 14, II, todos do CP). Fato não relacionado com o exercício da função de servidor público federal. O simples fato de o acusado estar portando arma de propriedade do IBAMA no momento dos fatos delituosos, em princípio, não evidencia lesão a bens ou interesses da União. Precedente do STJ (CC 200901773833, ARNALDO ESTEVES LIMA, STJ - TERCEIRA SEÇÃO, 07/05/2010). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pela homologação do declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

199. Processo : 1.34.001.000567/2011-01 Voto: 3510/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças de informação. Supostos crimes praticados por meio da *internet* em desfavor do Banco do Brasil S/A. Possível ofensa a patrimônio de Sociedade de Economia Mista Federal. Súmula 42/STJ: "Compete a Justiça Comum Estadual processar e julgar as causas cíveis em que é parte Sociedade de Economia Mista e os crimes praticados em seu detrimento". Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

200. Processo : 1.20.000.001883/2010-15 Voto: 3511/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças de informação. Supostos ilícitos penais praticados por tabeliã do Cartório de Registro de Imóveis de determinada Unidade da Federação. Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

201. Processo : 1.00.000.003267/2011-64 Voto: 3512/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Inquérito policial. Tramitação direta. Tráfico interestadual de drogas. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Art. 70 da Lei 11.343/2006. Competência da Justiça Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

202. Processo : 1.34.024.000349/2010-10 Voto: 3513/2011 Origem: PRM/Ourinhos-SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças informativas. Supostos crimes sonegação tributária (art. 1º da Lei n. 8.137/90) e de falsidade ideológica eleitoral (art. 350 do Código Eleitoral). Diligências empreendidas pelo MPF. Ofícios oriundos da Receita Federal dando conta de que inexistem elementos para deflagração de procedimento administrativo fiscal em relação ao acusado. Quanto ao suposto crime eleitoral, os bens declarados à Justiça Eleitoral correspondem aos mesmos registrados no Cartório de Registro de Imóveis. Sobre as supostas irregularidades praticadas no âmbito da administração municipal, tem-se que inexiste interesse da União ou de suas entidades a justificar a atuação do Ministério Público Federal. Inteligência do art. 109, inc. IV da CF. Voto pelo homologação do arquivamento quanto aos supostos crimes de sonegação fiscal e falsidade ideológica eleitoral, e do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual quanto aos crimes contra a Administração Pública.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

217. Processo : 1.34.001.000429/2011-14 Voto: 3525/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Peças de informação. Notícia-crime apócrifa. Possível crime de pedofilia infantil praticado por meio de sítio eletrônico. Publicação de contos eróticos escritos. Ausência de cena de sexo explícito ou de pornografia envolvendo menores. Atipicidade de conduta em relação aos crimes previstos na Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA , uma vez que não houve exibição ou publicação de fotos, imagens ou cenas de pornografia infantil. Adequação típica relativa ao art. 234 do Código Penal, em que há a previsão da conduta relativa à exposição pública de escrito obsceno. Ausência de elementos capazes de atrair a atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito. Declínio de atribuição ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

203.	Processo	:	1.33.002.000005/2011-87	Voto: 3514/2011	Origem: PRM/Chapecó-SC
204.	Processo	:	1.33.004.000020/2011-13	Voto: 3515/2011	Origem: PR/SC
205.	Processo	:	1.25.003.009101/2010-71	Voto: 3516/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
206.	Processo	:	1.00.000.002903/2011-31	Voto: 3517/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
208.	Processo	:	1.25.003.009222/2010-13	Voto: 3518/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
209.	Processo	:	1.20.001.000402/2010-36	Voto: 3519/2011	Origem: PRM/Cáceres-MT
210.	Processo	:	1.00.000.002893/2011-33	Voto: 3520/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
211.	Processo	:	1.20.001.000085/2010-58	Voto: 3521/2011	Origem: PRM/Cáceres-MT
212.	Processo	:	1.33.002.000064/2011-55	Voto: 3522/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
213.	Processo	:	1.20.001.000174/2010-02	Voto: 3523/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
214.	Processo	:	1.25.002.001673/2010-12	Voto: 3524/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
216.	Processo	:	1.25.002.002161/2010-73	Voto: 3526/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

217. Processo : 1.30.907.001136/2010-19 Voto: 3527/2011 Origem: PRR/2ª Região

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Procedimento Administrativo. Supostas fraudes e desvios de verbas públicas federais destinadas ao Programa de Saúde da Família. Ilícitos supostamente cometidos mediante o entabulamento "parcerias" entre prefeituras municipais e Organizações da sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs). Diligências empreendidas pelo membro do MPF oficiante. Expedição de ofícios às municipalidades abrangidas pela atribuição da PRM. Todos os Municípios foram unânimes em asseverar a inexistência de contratos ou termos de parceria com as entidades investigadas. Ausência de elementos mínimos aptos a indicar a prática de infração penal. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

218. Processo : 1.23.000.002004/2010-52 Voto: 3528/2011 Origem: PR/PA

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto exercício de pesca sem permissão do órgão ambiental competente. Mera infração administrativa prevista no art. 21 do Decreto nº 3.179/99. Conduta não prevista como crime ambiental. Atipicidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

219. Processo : 1.11.000.000630/2009-91 Voto: 3529/2011 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental consistente na ação de impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48 da Lei n. 9.605/98). Revisão de arquivamento. Fatos delituosos ocorridos em 2003. Pena máxima para o delito fixada em 2 (dois) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, inciso V, do CP. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

220. Processo : 1.13.000.001916/2009-10 Voto: 3530/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no art. 168-A do Código Penal. Fatos possivelmente ocorridos durante o período de 1º de fevereiro de 1990 a 30 de novembro de 1992. Prescrição da pretensão punitiva estatal ocorrida no ano de 2004. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

222. Processo : 1.25.000.003656/2007-34 Voto: 3532/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para apurar a prática, em tese, de crime contra a honra em desfavor de deputado estadual (CP, arts. 138 e 139 c/c art. 141, II). Revisão de arquivamento. Ausência de interesse da União a justificar a atuação do Ministério Público Federal. Contudo, considerando que o fato supostamente criminoso ocorreu em 02/09/2007, o reconhecimento da decadência do direito de propor a queixa é algo que se impõe. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

223. Processo : 1.34.004.100781/2010-48 Voto: 3533/2011 Origem: PRM/Guarulhos-SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação fiscal para fins criminais. Suposto crime contra a ordem tributária descrito no art. 2º, inc. II, da Lei n° 8.137/90, consistente no não recolhimento do valor correspondente ao imposto de renda descontado de empregados. Revisão de arquivamento. Crime de natureza formal. No caso dos autos, a consumação do delito ocorreu com o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre o trabalho assalariado em dezembro de 2005. Portanto, tratando-se de crime contra a ordem tributária para o qual a pena máxima cominada é de 2 (dois) anos, forçoso reconhecer a prescrição da pretensão punitiva estatal, pois já transcorrido o prazo fixado em 04 anos, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

224. Processo : 1.29.009.000899/2010-97 Voto: 3534/2011 Origem: PRM/S. do Livramento-RS
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Não recolhimento de FGTS. O não-recolhimento das contribuições devidas ao FGTS , que não são descontadas dos funcionários, mas suportadas exclusivamente pelo empregador, não é crime, pois a Lei 8.137/90 se refere apenas a contribuição social descontada ou cobrada na qualidade de sujeito passivo da obrigação e que deveria ser recolhida aos cofres públicos. Precedentes do STF ((HC 72271, Relator(a): Min. MOREIRA ALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24/10/1995, DJ 24-11-1995 PP-40387 EMENT VOL-01810-02 PP-00333)). Ausência de fraude ou violência a caracterizar a conduta definida no art. 203 do Código Penal. Atipicidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

225. Processo : 1.03.000.001047/2008-99 Voto: 3535/2011 Origem: PRR/3ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir do envio à PRR3, por essa Segunda Câmara de Coordenação e Revisão, dos autos do processo MPF n.º 1.00.000.011619/2008-50. Cumprimento integral. Perda do objeto. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

226. Processo : 1.23.000.000012/2011-45 Voto: 3536/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 46 da Lei n. 9.605/98). Ajuizamento de ação penal para processar e julgar os mesmos fatos. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

227. Processo : 1.14.001.000101/2009-76 Voto: 3537/2011 Origem: PRM/Ilhéus-BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Os fatos aqui apurados são objeto de apuração em inquérito policial. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

228. Processo : 1.15.003.000110/2009-18 Voto: 3538/2011 Origem: PRM/Sobral-CE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 64 da Lei n. 9.605/98). Instauração de inquérito policial para apurar os mesmos fatos aqui apurados. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

229. Processo : 1.01.004.000333/2010-96 Voto: 3539/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possível crime de responsabilidade de prefeito municipal. Instauração de inquérito policial que apura o mesmo fato. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

230. Processo : 1.23.000.001792/2007-64 Voto: 3540/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível envolvimento de agente da Polícia Federal na prática do crime de corrupção, juntamente com agentes da Polícia Civil do Estado do Pará. Suposto ajuste de quantia para liberação de presos envolvidos na prática de crimes ambientais. Inexistência de indícios suficientes para demonstrar o envolvimento de agente da Polícia Federal. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

231. 1.15.002.000251/2010-76 Voto: 3541/2011 PRM/Juazeiro do Norte-CE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, cometido, em tese, por empregado da Caixa Econômica. Suposto descumprimento de alvará judicial para débito em conta corrente de quantia proveniente de condenação trabalhista. Cumprimento da determinação judicial por meio do débito em outra conta corrente de titularidade da empresa reclamada, tendo vista que a conta especificada pelo Juízo do Trabalho estava vinculada ao recebimento de repasse do Orçamento Geral da União, para finalidades específicas. Cumprimento adequado da determinação judicial. Ausência de materialidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

232. 1.23.000.000897/2010-00 Voto: 3542/2011 PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime definido no Art. 20 da Lei nº 7.492/86 em concurso formal com o delito de estelionato previsto no art. 171, § 2º, III do Código Penal, originários da venda de animais adquiridos com financiamento de recursos federais. Revisão de arquivamento. Financiamento Rural celebrado entre o Banco da Amazônia S/A. - BASA e produtor rural. Comprovada a aplicação dos recursos federais na aquisição dos animais. Atipicidade da conduta. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

233. 1.23.000.000758/2010-78 Voto: 3543/2011 PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime definido no Art. 20 da Lei nº 7.492/86 em concurso formal com o delito de estelionato previsto no art. 171, § 2º, III do Código Penal, originários da venda de animais adquiridos com financiamento de recursos federais. Revisão de arquivamento. Financiamento Rural celebrado entre o Banco da Amazônia S/A. - BASA e produtor rural. Comprovada a aplicação dos recursos federais na aquisição dos animais. Atipicidade da conduta. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

234. Processo : 1.20.000.000381/2002-59 Voto: 3544/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis crimes de fraude a licitação pública e de responsabilidade, em tese, cometidos por Ex-prefeito municipal. Art. 93 da Lei nº 8.666/99 e art. 1º, inc. III, do Decreto-Lei 201/67. Fatos ocorridos no ano de 2000. Prescrição da pretensão punitiva estatal em relação a ambos os crimes. Extinção de punibilidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

236. Processo : 1.01.004.000341/2010-32 Voto: 3546/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposta prática de irregularidades na aplicação de recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Revisão de arquivamento. Descrição superficial e genérica dos fatos. Ausência de indícios concretos da ocorrência de crime. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

236. Processo : 1.34.001.000882/2010-40 Voto: 3531/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças informativas. Possível crime de violação de sinal público, previsto no art. 336 do Código Penal, consistente na conduta de romper lacres e faixas de interdição colocadas por agentes da Agência Nacional do Petróleo - ANP. Oferecimento de denúncia contra dois investigados que não tiveram participação na possível conduta delituosa, o que resultou na improcedência da ação penal por ausência de autoria. Inviabilidade de se continuarem as investigações por não haver indícios mínimos sobre o verdadeiro autor do fato. Ausência de justa causa e impossibilidade material no prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

Relatora: Dra. Mônica Nicida Garcia
PROCESSOS NÃO PADRÃO

237. Processo : 1.25.002.001493/2010-31 Voto: 1321/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 9.747,23. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal).
2. Tributos sonegados no valor estimado de R$ 9.747,23.
3. Notícia de que o investigado é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante.
4. Precedentes do STJ.
5. Isto posto, voto pelo prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

238. Processo : 1.25.002.001809/2010-94 Voto: 1322/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 1.265,30. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal).
2. Tributos sonegados no valor estimado de R$ 1.265,30.
3. Notícia de que a investigada é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante.
4. Precedentes do STJ.
5. Isto posto, voto pelo prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

239. Processo : 1.25.002.002067/2010-14 Voto: 1323/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 6.829,17. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal).
2. Tributos sonegados no valor estimado de R$ 6.829,17.
3. Notícia de que o investigado é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante.
4. Precedentes do STJ.
5. Isto posto, voto pelo prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

240. Processo : 1.25.002.002113/2010-85 Voto: 1324/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 2.656,98. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal).
2. Tributos sonegados no valor estimado de R$ 2.656,98.
3. Notícia de que a investigada é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante.
4. Precedentes do STJ.
5. Isto posto, voto pelo prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

241. Processo : 1.25.003.007551/2010-20 Voto: 1325/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 2.386,24. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal).
2. Tributos sonegados no valor estimado de R$ 2.386,24.
3. Notícia de que a investigada é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante.
4. Precedentes do STJ.
5. Isto posto, voto pelo prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

242. Processo : 1.25.003.007963/2010-60 Voto: 1326/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 2.426,87. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal).
2. Tributos sonegados no valor estimado de R$ 2.426,87.
3. Notícia de que o investigado é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante.
4. Precedentes do STJ.
5. Isto posto, voto pelo prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

243. Processo : 1.00.000.002627/2011-19 Voto: 1327/2011 Origem: VF/PORTO ALEGRE/RS

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, conseqüentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de 200 maços de cigarros de origem estrangeira, conhecendo o agente a origem ilícita do produto, não pode ser considerada insignificante. Desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

244. Processo : 1.00.000.001176/2011-94 Voto: 1328/2011 Origem: VF/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. TRANSMISSOR DE BAIXA POTÊNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ART. 1º, § 1º, DA LEI 9.612/98. ARQUIVAMENTO.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Tratando-se de serviço de radiodifusão de baixa potência (Art. 1º, § 1º, da Lei 9.612/98) - o equipamento possui uma potência máxima de 8 watts -, falta a tipicidade material do fato, em decorrência do princípio da insignificância, remanescendo apenas um ilícito administrativo.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

245. Processo : 1.00.000.001878/2011-78 Voto: 1329/2011 Origem: VF/CAMPINAS/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. TRANSMISSOR DE BAIXA POTÊNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NO ATIPICIDADE DA CONDUTA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar seqüência à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por maioria o voto da Relatora. Vencido o Dr. Douglas Fischer que entendia que o crime era o do art. 70 da Lei nº 4.117/62. Participou da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

246. Processo : 1.00.000.003096/2011-73 Voto: 1330/2011 Origem: VF/IMPERATRIZ/MA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DENÚNCIA OFERECIDA. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MEMBRO DO MPF ACERCA DA CAPITULAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.
1. O Procurador da República oficiante ofereceu denúncia conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 183 da Lei 9.472/97, pela exploração não autorizada do espectro de radiofreqüência.
2. O MM. Juiz Federal, antes de receber a denúncia, conferiu nova capitulação jurídica aos fatos narrados, enquadrando-os no art. 70 da Lei nº 4.117/62, e, assim, seria possível o oferecimento da proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.
3. Remessa à 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP, por analogia, c/c o art. 62, IV, da LC nº 75/93, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.
4. O membro do MPF, quando oferece a denúncia, no gozo de sua prerrogativa da independência funcional, esgota a atividade do Ministério Público no que tange à propositura da ação penal, em observância ao princípio da obrigatoriedade da ação penal.
5. Ausente qualquer hipótese de arquivamento explícito ou implícito, à 2ª CCR/MPF, portanto, não é dado o poder de rever o conteúdo dessa manifestação e tampouco a incumbência de ser o revisor desse juízo de pertinência. Precedentes do STF e STJ.
6. Voto pelo não conhecimento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

247. Processo : 1.00.000.001865/2011-07 Voto: 1331/2011 Origem: VF/CAMPINAS/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ART. 183 DA LEI N° 9.472/97. CRIME FORMAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. PROSSEGUIMENTO NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível prática do crime de exploração clandestina de serviço de telecomunicação, consistente na viabilização de acesso à internet via rádio, sem autorização do órgão competente.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que a inobservância da Resolução da ANATEL configura apenas infração administrativa, e não penal. Aduziu, ainda, que a intervenção punitiva somente deve ocorrer se houver prova da
existência do perigo concreto ao sistema de telecomunicações, o que efetivamente não ocorreu no presente caso.
3. O Magistrado indeferiu o pedido de arquivamento por entender típica a conduta perpetrada.
4. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que a prestação de serviço de acesso à *internet* é serviço de comunicação multimídia, que depende de autorização. A inexistência de autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei n° 9.472/97.
5. Voto pela designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

248. Processo : 1.34.001.000692/2011-11 Voto: 1332/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MPF. CRIME DE CONTRABANDO (ART. 334, CP). APREENSÃO DE MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS. COMPETÊNCIA DO LOCAL DA APREENSÃO. ATRIBUIÇÃO DO SUSCITADO.
1. Inquérito policial instaurado para apurar a prática, em tese, do delito tipificado no art. 334 do Código Penal, devido à apreensão de máquinas caça-níqueis em Jaú/SP.
2. Por entendimento analógico, incide, na espécie, a Súmula de nº 151 do STJ: "A *competência para o processo e julgamento por crime de contrabando ou descaminho define-se pela prevenção do juízo federal do lugar da apreensão dos bens*".
3.Voto pela fixação da atribuição do Membro do *Parquet* Federal da Procuradoria da República no Município de Jaú/SP.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

249. Processo : 1.22.013.000449/2010-96 Voto: 1333/2011 Origem: PRM-POUSO ALEGRE/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO DESVIO E EMPREGO IRREGULAR ENVOLVENDO VERBAS DO FUNDEF. NÃO-COMPLEMENTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL E O MPF. COMPETÊNCIA DO STF.
1. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Corte tem competência para dirimir conflito de atribuições entre Ministério Público estadual e Ministério Público Federal.
2. Voto pela remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

250. Processo : 1.00.000.003019/2011-13 Voto: 1334/2011 Origem: VF/ARAÇATUBA/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO/CONTRABANDO E IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTO SEM REGISTRO NA ANVISA.
1. Inquérito Policial instaurado a partir da apreensão de grande quantidade de mercadorias de origem estrangeira, desacompanhadas de documentação comprobatória de sua regular internação no país: medicamento sem registro na ANVISA, cigarros e outras mercadorias.
2. Possível caracterização dos crimes previstos no § 1º-B, do art. 273, em relação ao medicamento, e no art. 334, ambos do Código Penal, em relação aos cigarros e demais mercadorias internalizadas ilicitamente.
3. Tendo em vista o não recebimento da denúncia, voto pela designação de outro Procurador da República para o oferecimento de nova peça acusatória.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

251. Processo : 1.16.000.000452/2011-37 Voto: 1335/2011 Origem: PR/DF

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL (ART. 60 DA LEI 9.605/98). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. APA CRIADA POR DECRETO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ADMINISTRADA PELO ICMBIO. INTERESSE DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. Declínio de atribuições sob o fundamento de que a tutela ambiental é interesse difuso titularizado por todas as pessoas e a proteção do meio ambiente cabe à sociedade e a todos os entes federativos (art. 24, VI, da CF/1988), razão por que a criação de uma APA por decreto federal não teria o condão de "federalizar" todos os crimes nela cometidos.
2. Todavia, crime ambiental ocorrido em Área de Proteção Ambiental criada por Decreto da Presidência da República e administrada pelo ICMBIO, afeta diretamente interesse da União. Precedentes.
3. Pela não-homologação do declínio de atribuições e, consequentemente, pelo prosseguimento da persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

252. Processo : 1.20.002.000074/2009-24 Voto: 1336/2011 Origem: PRM - SINOP/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL ALTERAÇÃO INDEVIDA DE DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA ENTREGUE À RECEITA FEDERAL. INCLUSÃO DE BENS E DÍVIDAS NÃO PERTENCENTES À CONTRIBUINTE. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. A promoção de arquivamento deve ocorrer apenas frente à ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva ou ainda a existência de crime. Não é, contudo, o caso dos autos.
2. Não cabe ao Ministério Público Federal dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, por força dos princípios da obrigatoriedade da ação penal pública e do *in dubio pro societate*.
3. Somente após o exaurimento das diligências capazes de esclarecer o ocorrido, é que o Ministério Público Federal poderá concluir, extreme de dúvidas, se existem elementos suficientes para deflagrar a Ação Penal ou se deve determinar, de forma segura, o arquivamento do processo.
4. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

253. Processo : 1.00.000.001939/2011-05 Voto: 1337/2011 Origem: VF/ILHÉUS/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. POSSÍVEL CRIME DE ESBULHO POSSESSÓRIO SEM VIOLÊNCIA (ART. 161, §1°, II, DO CÓDIGO PENAL). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NA ATIPICIDADE DA CONDUTA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. O tipo penal previsto no art. 161, §1°, II, do Código Penal prevê um especial fim de agir em sua redação, qual seja o fim de esbulho possessório, sem o qual não há fato típico.
2. No caso dos autos, a invasão praticada pelos índios não ocorreu com o objetivo de privar o particular de sua posse, uma vez que tinha o fim específico de constranger o Estado a promover as ações de demarcação, desapropriação e assentamento dos integrantes da comunidade
indígena.
3. "As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios não perdem essa característica por ainda não terem sido demarcadas, na medida em que a demarcação tem efeito meramente declaratório. Assim entendido, não se pode falar em perda ou restrição da propriedade por parte de quem nunca a teve" (REsp 1097980/SC, Rel. Ministra Denise Arruda, DJe 01/04/2009).
4. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Dê-se ciência à 6ª Câmara. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

254. Processo : 1.20.000.000688/2010-60 Voto: 1338/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS. PEDRA. ART. 55, DA LEI 9.605/98. ART. 2°, CAPUT, DA LEI 8.176/91. ARQUIVAMENTO FUNDAMENTADO NA REGULARIDADE DA CONDUTA. LICENÇA CANCELADA. PROSSEGUIMENTO.
1. Possível extração de recursos minerais, sem a devida autorização dos órgãos competentes.
2. Documentos expedidos pelo DNPM que noticiam o cancelamento do Registro de Licença e que, na data da fiscalização realizada pelo IBAMA, a referida empresa encontrava-se operando irregularmente.
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

255. Processo : 1.00.000.002996/2011-01 Voto: 1339/2011 Origem: PR/CE
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE ESTELIONATO (CP, ART. 171). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO FEDERAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A conduta da investigada está consubstanciada na prática de crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP, tendo obtido para si vantagem ilícita em detrimento da Seguridade Social ao induzir em erro a Caixa Econômica Federal e receber parcelas de seguro-desemprego.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito pela aplicação do princípio da insignificância. O julgador indeferiu o pleito ao argumento de dizer respeito a matéria ao mérito da persecução penal.
3. *In casu*, diante dos elementos colacionados que evidenciam a autoria e a materialidade delitiva, impõe-se o prosseguimento da persecução penal, mostrando-se inapropriado o arquivamento do presente feito, considerando a inaplicabilidade do princípio da insignificância, haja vista não se dever considerar irrelevante o montante de R$ 1.272,25 obtido indevidamente, tampouco ser mínima a ofensividade da conduta ou inexpressiva a lesão jurídica que provoca dentro do contexto social.
4. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

256. Processo : 1.00.000.003098/2011-62 Voto: 1340/2011 Origem: PR/PE
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (*LEASING*) CELEBRADO ENTRE PARTICULAR E INSTITUIÇÃO BANCÁRIA COM UTILIZAÇÃO DE FRAUDE. SUPOSTO CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (LEI N° 7.492/86). MPF: PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA À JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. CONHECIMENTO. REJEIÇÃO DO DECLÍNIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de possível crime previsto no artigo 19 da Lei n° 7.492/86.
2. O membro ministerial oficiante promoveu o declínio de suas atribuições por entender que a conduta delituosa tipifica o crime de estelionato (art. 171, CP).
3. *In casu*, porém, a conduta enquadra-se no tipo penal previsto no artigo 19 da Lei n° 7.492/86, razão pela qual sua cognição e julgamento mantém-se sob a competência da Justiça Federal, e, consequentemente, a atribuição para atuar no caso é do Ministério Público Federal. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988.
4. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

257. Processo : 1.34.001.007750/2010-49 Voto: 1341/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. INDÍCIOS DE FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO DE FIRMA E DO SELO PARA ALTERAÇÃO DE CNPJ. SUPOSTO CRIME DESCRITO NO ART. 297 E 304 DO CP. MPF: DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de peças informativas em que se apura a falsidade no reconhecimento de firma e autenticação presentes em documentos apresentados junto à Receita Federal, para alteração de CNPJ.
2. O membro ministerial oficiante promoveu o declínio de suas atribuições por não vislumbrar dolo, entendido como vontade livre e consciente, por parte do representante legal da empresa, de fazer uso de documento falso.
3. Tratando-se de delito que atinge a fé pública, as falsificações da autenticação de firma e do selo, por si só, atraem a competência federal (precedentes do STF). Além disto, no caso concreto, os documentos falsificados foram utilizados perante a Receita Federal, caracterizando, também por isto, interesse direto da União. Inteligência do art. 109, inc. IV, da CF/1988.
4. Pela não-homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Parquet Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

258. Processo : 1.00.000.003371/2011-59 Voto: 1342/2011 Origem: PRM - JI PARANÁ/RO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. COMERCIALIZAÇÃO DE SANEANTES SEM REGISTRO NA ANVISA. PEDIDO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE LESÃO AOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA ENTIDADE AUTÁRQUICA FEDERAL. OFENSA AO BEM JURÍDICO QUE É OBJETO DA ATIVIDADE DA AUTARQUIA NÃO SE CONFUNDE COM OFENSA À PRÓPRIA ATIVIDADE DA AUTARQUIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. DECLÍNIO PARA O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
1. O bem jurídico tutelado pela norma do artigo 273 e parágrafos, do Código penal é a incolumidade pública, mais especificamente a saúde pública. A atividade da ANVISA, de registro e fiscalização de produtos terapêuticos não é atingida pelas práticas criminosas descritas no artigo 273 e parágrafos, do CP. Ausência, pois, de ofensa a bens, serviços e interesses federais, que poderiam caracterizar a competência federal e a atribuição do MPF.
2. A exclusividade da ANVISA no exercício da atividade de registro e fiscalização dos produtos terapêuticos, medicinais ou saneantes não é suficiente para atrair a competência federal.
3. Hipótese semelhante à da atuação da ANP e do IBAMA, em que não se reconhece interesse federal na ofensa aos bens jurídicos objeto de sua fiscalização (combustíveis e meio ambiente).
4. Precedentes jurisprudenciais (STF e STJ).
5. Competência e atribuição federais que só se reconhece quando há importação ou exportação do produto. Precedentes.
6. Ausência de atribuição do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL para investigar os fatos.
7. Homologação do declínio de atribuição.
Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge Voto: 2114/2011
Ementa : VOTO VENCEDOR. INQUÉRITO POLICIAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. CRIME CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS SANEANTES SEM REGISTRO NA ANVISA. PREVISÃO TÍPICA DO ART. 273, §1°-B, INCISOS I DO CÓDIGO PENAL. FLAGRANTE INTERESSE DIRETO E ESPECÍFICO DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante requereu o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, por entender que, em síntese, a conduta investigada não acarreta lesão à ANVISA, tampouco à União ou qualquer de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
2. Compete à União no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde (art. 2º, III, da Lei nº 9.782/99).
3. O interesse federal está consubstanciado no fato de que o registro de medicamentos, saneantes e outros produtos de interesse para a saúde é um serviço exclusivo da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, autarquia sob regime especial, vinculada ao Ministério da Saúde, sendo que o §1º do art. 7º da Lei nº 9.782/99 veda qualquer possibilidade de delegação aos demais entes da Federação.
4. Ademais, a venda de produtos saneantes sem registro da ANVISA atenta contra este serviço da União e contra os bens jurídicos (saúde e vida) que o registro de medicamentos visa proteger.
5. Não homologação do declínio de atribuições, com a consequente designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Vencida a Relatora. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

259. Processo : 1.00.000.012416/2010-03 Voto: 1343/2011 Origem: VF/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. SONEGAÇÃO DE PAPEL OU OBJETO DE VALOR PROBATÓRIO (ART. 356 DO CP). NÃO DEVOLUÇÃO DOS AUTOS POR ADVOGADO. CRIME FORMAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA. ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 356 do Código Penal, devido à retenção indevida dos autos desde 28 de janeiro de 2002 por advogada.
2. A consumação do crime, na modalidade deixar de restituir, ocorre com a recusa do agente em restituir os autos após intimado a devolvê-los no prazo estabelecido pela legislação processual. Precedentes.
3. Considerando que a pena máxima cominada em abstrato é de 3 anos e que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP, impõe-se o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva.
4. Voto pelo arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

260. Processo : 1.14.000.002018/2010-85 Voto: 1344/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de Informação. Agressão física entre pai e filho durante audiência trabalhista. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

261. Processo : 1.30.904.000285/2010-91 Voto: 1345/2011 Origem: PR/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime ambiental. Art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98. Manter em cativeiro exemplar da fauna silvestre nativa (um papagaio), sem licença do órgão ambiental. Ausência de informação a respeito da espécime de papagaio. Impossibilidade de verificação quanto à ameaça, ou não, de extinção, justificadora da competência da Justiça Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

262. Processo : 1.11.000.001072/2010-15 Voto: 1346/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Ementa	:	Inquérito Civil Público. Manutenção irregular de seis pássaros da fauna silvestre nativa brasileira, sem autorização do órgão ambiental. Possível caracterização do crime previsto no art. 29, § 1º, III, da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
263.	Processo	:	1.00.000.002789/2011-49	Voto: 1347/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Termo circunstanciado. Possível delito de desacato tipificado no art. 331do CP. Delito supostamente cometido em detrimento de funcionário do Porto de Recife. Administração e exploração do Porto sob a responsabilidade do Estado de Pernambuco. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
264.	Processo	:	1.23.002.000121/2010-61	Voto: 1348/2011	Origem: PRM - SANTARÉM/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 38 da Lei nº 9.605/98). Desmatar floresta nativa em propriedade privada, sem autorização do órgão ambiental competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
265.	Processo	:	1.22.004.000020/2011-99	Voto: 1349/2011	Origem: PRM - PASSOS/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças informativas criminais. Suposto crime do art. 184, § 2º do CP. Comercialização de CDs e DVDs falsos. Procedência não identificada. Restando, tão-somente, ofensa aos interesses particulares dos titulares dos direitos autorais envolvidos, evidenciada está a inexistência de prejuízo a bem, serviço ou interesse da União, de suas autarquias ou empresas públicas, a ensejar, *in casu*, a competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
266.	Processo	:	1.30.801.000344/2011-60	Voto: 1350/2011	Origem: PRM-ANGRA DOS REIS/RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível delito tipificado no art. 171 do CP. Sustar indevidamente cheque objetivando o não pagamento de dívida. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
267.	Processo	:	1.36.000.001181/2010-63	Voto: 1351/2011	Origem: PR/TO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível delito tipificado no art. 171 do CP. Compra efetuada por meio da internet. Não recebimento do produto. Empresa sediada no Estado de São Paulo. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado de São Paulo.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
268.	Processo	:	1.00.000.002894/2011-88	Voto: 1352/2011	Origem: PR/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposto crime tipificado no art. 171,caput, do Código Penal cometido contra particular. Fraude na transferência de conta bancária para o recebimento de benefício previdenciário de segurado do Instituto Nacional do Seguro Social. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
269.	Processo	:	1.00.000.002326/2011-87	Voto: 1353/2011	Origem: PRM - GARANHUNS/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito policial. Possível crime de estelionato contra particular (art. 171 do CP), consistente na contratação fraudulenta de empréstimo bancário consignado em nome de segurada do INSS. Ausência de indícios de participação de agentes do referido órgão na fraude. Inexistência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
270.	Processo	:	1.35.000.001017/2010-93	Voto: 1354/2011	Origem: PR/SE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito policial. Possível delito tipificado no art. 171 do CP. Conduta conhecida como "estelionato judiciário" perante a Justiça Estadual. Não obstante o entendimento deste Colegiado no sentido de que o denominado "estelionato judiciário" não tem previsão no ordenamento jurídico pátrio, no caso, a atribuição para concluir a respeito da tipicidade, ou não, da conduta é do Ministério Público Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
271.	Processo	:	1.16.000.003399/2010-45	Voto: 1355/2011	Origem: PR/TO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime de falsa perícia. Elaborar atestado médico falso acerca do estado de saúde de funcionária do UNIBANCO. Médico teria atestado aptidão da obreira apesar de ciente de que a trabalhadora não dispunha de condições efetivas para o trabalho. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
272.	Processo	:	1.30.904.000003/2011-36	Voto: 1356/2011	Origem: PR/RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental. Art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98. Manter em cativeiro exemplar da fauna silvestre nativa (Arara Canindé). Espécime não ameaçada de extinção. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
273.	Processo	:	1.30.020.000008/2011-12	Voto: 1357/2011	Origem: PRM - SÃO GONÇALO/RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime ambiental. Manter em cativeiro 32(trinta e duas) aves da fauna sem autorização do órgão ambiental competente, sendo 19 tizis, 04 coleiros, 04 tiê-sangue, 01 sanhaço, 02 canários-da-terra e 02 tico-ticos. Espécimes não ameaçadas de extinção. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
274.	Processo	:	1.15.000.001743/2009-65	Voto: 1358/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental. Curso de capacitação de médicos. Realização cirurgias experimentais em animais vivos para estudo de fenômenos fisiológicos. Utilização da técnica de vivissecção. Ausência de interesse federal. Inexistência de órgão federal envolvido no procedimento. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
275.	Processo	:	1.00.000.002438/2011-38	Voto: 1359/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime ambiental descrito no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Desmatar floresta nativa, sem licença válida da autoridade competente. Área não pertencente à União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
276.	Processo	:	1.35.000.000086/2011-61	Voto: 1360/2011	Origem: PR/SE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto empréstimo consignado fraudulento descontado de benefício de aposentadoria do INSS. Possível crime de estelionato praticado contra particular (art. 171 do Código Penal). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
277.	Processo	:	1.36.000.000926/2010-77	Voto: 1361/2011	Origem: PR/TO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. *Notitia criminis*. Supostas irregularidades perpetradas por servidores do NATURATINS, órgão estadual, na fiscalização dos postos de gasolina. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
278.	Processo	:	1.36.000.000366/2010-51	Voto: 1362/2011	Origem: PR/TO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito policial. Supostas irregularidades na gestão da construção de posto de saúde por parte do município. Inexistência de convênio entre a Fundação Nacional de Saúde e o município. Verbas destinadas à construção do posto são exclusivamente municipais. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
279.	Processo	:	1.26.001.000177/2009-81	Voto: 1363/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de Informação. Crimes militares. Possíveis condutas praticadas contra soldado, em tese, capazes de caracterizar os delitos previstos nos artigos 174, 175 ou 333, do Código Penal Militar. Declínio de atribuições em favor do Ministério Público Militar.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
280.	Processo	:	1.30.905.000212/2011-70	Voto: 1364/2011	Origem: PRM - NITERÓI / RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de Informação instaurada a partir de representação. Possível crime contra a honra e outras irregularidades cometidas na destituição sumária de diretor de faculdade particular (interessado). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
281.	Processo	:	1.34.001.004329/2009-42	Voto: 1365/2011	Origem: PR/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito policial. Possível prática de crime de divulgação de imagem pornográfica envolvendo criança ou adolescente pela internet, previsto no art. 241-A do ECA (Lei nº 8.069/90) praticado por menor de idade. Ato infracional. Competência da Justiça Estadual - Juízo da Infância e Juventude. Precedente do STJ (CC 33349/MG; Rel. Min. Felix Fischer; 3ª Seção; DJ: 11/03/2002). Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
282.	Processo	:	1.24.001.000028/2011-19	Voto: 1366/2011	Origem: PR/PB
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de Informação. Crime de preconceito de procedência nacional (artigo 20, caput, da Lei nº 7.716/89). Veiculação de conteúdos pela internet, por meio do site de relacionamentos ORKUT. Ausência de indícios de repercussão internacional da conduta. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
283.	Processo	:	1.23.003.000059/2007-01	Voto: 1367/2011	Origem: PRM - ALTAMIRA/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Crime ambiental. Possível caracterização do crime previsto no art. 41 da Lei nº 9.605/98. Provocar incêndio em floresta nativa. Área de domínio estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.		
284.	Processo	:	1.11.000.001070/2010-26	Voto: 1368/2011	Origem: PR/AL
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Inquérito Civil Público. Crime ambiental. Prática de queimada em propriedade particular sem autorização do órgão ambiental. Possível caracterização dos crimes previstos nos arts. 38-A e 41 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

285. Processo : 1.20.000.001182/2009-34 Voto: 1369/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Crime ambiental. Prática de queimada em fazenda de propriedade do investigado sem autorização do órgão ambiental. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

286. Processo : 1.28.000.000817/2010-21 Voto: 1370/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível delito em detrimento de sindicato de trabalhadores. Eleições realizadas em desacordo com o estatuto da entidade. Efetuado o registro da diretoria eleita de forma irregular no Ministério do Trabalho e Emprego. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

287. Processo : 1.20.000.000056/2011-87 Voto: 1371/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peça de informação instaurada a partir de representação *on line*. Suposto comércio ilegal de arma de fogo e munições. Fato narrado que não aponta a transnacionalidade da conduta que justificaria a competência da Justiça Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

288. Processo : 1.00.000.003374/2011-92 Voto: 1372/2011 Origem: PRM - TABATINGA / AM
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Policial. Possível tráfico ilícito de entorpecentes. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

289. Processo : 1.21.000.000404/2010-06 Voto: 1373/2011 Origem: PR/MS
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime contra as relações de consumo (arts. 61 e 66 da Lei nº 8.078/90) praticado, em tese, por Reitor de Universidade particular. Envio de e-mail a vestibulanda parabenizando-a pela aprovação no vestibular e posterior indeferimento de sua inscrição, visto que a classificação alcançada não estaria dentro do número de vagas oferecidas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

290. Processo : 1.25.006.001048/2009-05 Voto: 1374/2011 Origem: PR/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento Administrativo. Possíveis irregularidades na aplicação de verbas públicas em procedimentos licitatórios com a participação de empresas do grupo da "Máfia dos Sanguessugas". Desmembramento de autos de procedimento investigatório. Fatos narrados nos volumes 1, 2 e 3, do anexo CXIV, que não revelam a participação da União, entidades autárquicas ou empresas públicas que justifiquem a competência da Justiça Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

291. Processo : 1.22.100.000182/2009-14 Voto: 1375/2011 Origem: PRM - DIVINÓPOLIS/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito policial. Possível delito tipificado no art. 304 do CP. Constituição fraudulenta de comércio de autopeças com a utilização de documentos de terceiros. Ausência de interesse direto da União. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

292. Processo : 1.34.001.000322/2011-76 Voto: 1376/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possíveis atos ilícitos praticados por perito contábil em processo de execução possivelmente acobertados pelo Juiz de Direito e irregularidades cometidas por gestores de sociedade de economia mista. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

293. Processo : 1.13.000.000562/2010-20 Voto: 1377/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peça de informação instaurada a partir de cópia de procedimento investigatório criminal, arquivado na PR/RR, em que se apurou suposto delito de abuso de autoridade perpetrado por delegado de polícia federal e outros policiais durante realização de missão em terra indígena. Cópia enviada sob o argumento de que a PR/AM também teria requisitado informações à Polícia Federal sobre o caso. Diligências. Não se verificou procedimento administrativo versando sobre os fatos narrados nos autos. Ausência de justa causa para prosseguimento do presente procedimento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

294. Processo : 1.04.004.000113/2010-51 Voto: 1378/2011 Origem: PRR4ª
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento de acompanhamento de convênio. Núcleo de Ações Originárias (NAOR). Procedimento instaurado para acompanhar a execução de convênio celebrado entre órgão federal e município (implementação de ações educacionais) e detectar eventual prática de crime na aplicação de recursos públicos federais, mediante "requisições de informações aos administradores municipais". Inexistência de liberação de verbas pelo FNDE. Ausência de recursos a serem fiscalizados. Não se vislumbra a incidência de quaisquer dos incisos do art. 1º do Decreto nº 201/67 nem qualquer outra tipologia criminal. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução ministerial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

295. Processo : 1.04.004.000142/2010-12 Voto: 1379/2011 Origem: PRR4ª
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento de acompanhamento de convênio. Núcleo de Ações Originárias (NAOR). Procedimento instaurado para acompanhar a execução de convênio celebrado entre órgão federal e município (implementação de ações educacionais) e detectar eventual prática de crime na aplicação de recursos públicos federais, mediante "requisições de informações aos administradores municipais". Inexistência de liberação de verbas pelo FNDE. Ausência de recursos a serem fiscalizados. Não se vislumbra a incidência de quaisquer dos incisos do art. 1º do Decreto nº 201/67 nem qualquer outra tipologia criminal. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução ministerial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

296. Processo : 1.04.004.000218/2010-18 Voto: 1380/2011 Origem: PRR4ª
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento de acompanhamento de convênio. Núcleo de Ações Originárias (NAOR). Procedimento instaurado para acompanhar a execução de convênio celebrado entre órgão federal e município (ampliação de escola) e detectar eventual prática de crime na aplicação de recursos públicos federais, mediante "requisições de informações aos administradores municipais". Inexistência de liberação de verbas pelo FNDE. Ausência de recursos a serem fiscalizados. Não se vislumbra a incidência de quaisquer dos incisos do art. 1º do Decreto nº 201/67 nem qualquer outra tipologia criminal. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução ministerial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

297. Processo : 1.04.004.000465/2010-14 Voto: 1381/2011 Origem: PRR4ª
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento de acompanhamento de convênio. Núcleo de Ações Originárias (NAOR). Procedimento instaurado para acompanhar a execução de convênio celebrado entre órgão federal e município (construção de escolas) e detectar eventual prática de crime na aplicação de recursos públicos federais, mediante "requisições de informações aos administradores municipais". Inexistência de liberação de verbas pelo FNDE. Ausência de recursos a serem fiscalizados. Não se vislumbra a incidência de quaisquer dos incisos do art. 1º do Decreto nº 201/67 nem qualquer outra tipologia criminal. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução ministerial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

298. Processo : 1.16.000.001055/2006-15 Voto: 1382/2011 Origem: PR/DF
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Civil Público. Possível crime de advocacia administrativa - art. 321, *caput*, do Código Penal. Fatos ocorridos nos anos de 2004 e 2005. Prescrição da pretensão punitiva estatal - art. 109, V ou VI, do Código Penal. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR (Patrimônio Público e Social). Arquivamento criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

299. Processo : 1.11.000.000057/2009-16 Voto: 1383/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Notícia crime formulada pelo IBAMA. Atraso na entrega de relatório anual de atividade referentes aos anos 2000, 2002 e 2003, por pessoa jurídica. Infração meramente administrativa. Ausência indícios de ilícito criminal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

300. Processo : 1.23.000.000149/2011-08 Voto: 1384/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime ambiental tipificado no art. 40 da Lei nº 9.605/98. Uso inadequado de motocicleta causando dano à Reserva Extrativa Marinha de Soure. Ausência de dano à referida reserva uma vez que o veículo foi retirado pelo investigado tão logo autuado e não há registro de qualquer degradação ambiental. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

301. Processo : 1.11.000.000446/2003-56 Voto: 1385/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Civil Público. Suposto crime ambiental (art. 60, da Lei 9.605/98) e invasão de terras da União (art. 20, da Lei nº 4.947/66). Construção não autorizada de barracas na praia. Fato ocorrido em julho de 1998. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, IV e VI, do CP). Arquivamento
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

302. Processo : 1.17.001.000123/2008-43 Voto: 1386/2011 Origem:PRM-CACH.ITAPEMIRIM/ES
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Representação Fiscal para Fins Penais. Suposta prática de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A, do CP). Diligências empreendidas pelo MPF. Créditos tributários ainda estão pendentes de constituição definitiva. Natureza material do delito. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

303. Processo : 1.34.001.007983/2010-41 Voto: 1387/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças informativas. Notícia formulada pelo interessado no sentido de que seu benefício previdenciário estaria sendo recebido e sacado por terceiros. Informação da Agência da Previdência Social no sentido de que o benefício foi cessado por ordem judicial. Ausência de indícios mínimos da prática delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

304. Processo : 1.23.002.000079/2001-98 Voto: 1388/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Construção de ponte sem autorização da autoridade competente (art. 60 da Lei nº 9.605/98). Existência de ação penal para apuração do mesmo fato. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento. Remessa à 4ª CCR/MPF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

305. Processo : 1.16.000.000253/2011-29 Voto: 1389/2011 Origem: PR/DF
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possíveis condomínios irregulares situados em terras de propriedade da União. Existência de investigações e ação penal que tratam dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

306. Processo : 1.27.000.000350/2011-38 Voto: 1390/2011 Origem: PR/PI
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos por parte de município. Existência de ação penal com idêntico objeto. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

307. Processo : 1.20.000.000036/2010-25 Voto: 1391/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de procedimento fiscal. Possível crime de descaminho. Fatos noticiados já foram objeto de decisão judicial transitada em julgado. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

308. Processo : 1.36.000.000648/2008-33 Voto: 1392/2011 Origem: PR/TO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de estelionato previdenciário(art. 171, § 3º, do Código Penal). Empréstimo bancário obtido mediante fraude e descontado em proventos de aposentadoria de segurada por idade. Existência de inquérito policial que investiga o mesmo fato. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

309. Processo : 1.23.003.000380/2007-87 Voto: 1393/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de provocar incêndio em mata ou floresta (art. 41 da Lei 9.605/98). Existência de ação penal com idêntico objeto. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

310. Processo : 1.25.008.000048/2011-84 Voto: 1394/2011 Origem: PRM-GUARAPUAVA/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peça Informativa Criminal. Possível recebimento indevido de benefício previdenciário (art. 171, § 3º, do Código Penal). Existência de inquérito policial que investiga o mesmo fato. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

311. Processo : 1.28.200.000142/2010-64 Voto: 1395/2011 Origem: PRM - CAICÓ/RN
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades em procedimento licitatório. Existência de ação cível e criminal que tratam dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

312. Processo : 1.34.003.000333/2005-98 Voto: 1396/2011 Origem: PRM - BAURU/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de Representação Fiscal para Fins Penais. Ausência de crédito tributário de responsabilidade do investigado. Constatação da inautenticidade dos pagamentos de serviços médico-odontológicos efetuados ao investigado. Conduta que é objeto de diversos outros procedimentos criminais instaurados em relação aos contribuintes que utilizaram os recibos falsos para fins de dedução do Imposto de Renda. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

313. Processo : 1.00.000.002335/2011-78 Voto: 1397/2011 Origem: PRR5ª
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de Representação Fiscal para Fins Penais. Possíveis crimes contra a ordem tributária cometidos por prefeito. Fatos que são objeto de inquérito policial. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

314. Processo : 1.20.000.000649/2009-29 Voto: 1398/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Convênio. Repasse de verbas públicas federais à municipalidade. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1º, inciso VII, do DL nº 201/67. Fato ocorrido em 1997. Prescrição da pretensão punitiva estatal - art. 109, IV, do Código Penal. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR (Patrimônio Público e Social). Arquivamento criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

315. Processo : 1.28.200.000036/2007-85 Voto: 1399/2011 Origem: PRM - CAICÓ/RN
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Civil Público. Possíveis irregularidades na execução de contrato firmado entre a Caixa Econômica Federal e município tendo por objeto a drenagem e pavimentação de rua. Diligências. Ausência de indícios mínimos de prática de qualquer ilícito criminal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

316. Processo : 1.04.004.000716/2010-52 Voto: 1400/2011 Origem: PRR4ª
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Possível crime contra o Sistema Financeiro Nacional previsto no art. 20 da Lei nº 7.492 (Aplicar, em finalidade diversa da prevista em lei ou contrato, recursos provenientes de financiamento concedido por instituição financeira oficial ou por instituição credenciada para repassá-lo). Contrato celebrado entre o BNDES e município. Recursos utilizados de acordo com o Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos - PMAT. Ausência de indícios de desvio de finalidade. Regular adimplemento das parcelas do financiamento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

317. Processo : 1.20.001.000144/2010-98 Voto: 1401/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
318. Processo : 1.20.001.000204/2010-72 Voto: 1402/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
319. Processo : 1.20.001.000374/2010-57 Voto: 1403/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
320. Processo : 1.20.001.000111/2010-48 Voto: 1404/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
321. Processo : 1.20.001.000158/2010-10 Voto: 1405/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
322. Processo : 1.20.001.000162/2010-70 Voto: 1406/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
323. Processo : 1.20.001.000166/2010-58 Voto: 1407/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
324. Processo : 1.25.002.000051/2011-58 Voto: 1408/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
325. Processo : 1.25.002.001475/2010-59 Voto: 1409/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
326. Processo : 1.25.002.002287/2010-48 Voto: 1410/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
327. Processo : 1.33.002.000006/2011-21 Voto: 1411/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
328. Processo : 1.33.004.000116/2010-92 Voto: 1412/2011 Origem: PRM - JOAÇABA/SC
329. Processo : 1.00.000.002878/2011-95 Voto: 1413/2011 Origem: PRM - TABATINGA/AM
330. Processo : 1.00.000.002898/2011-66 Voto: 1414/2011 Origem: PRM - TABATINGA/AM
331. Processo : 1.00.000.002912/2011-21 Voto: 1415/2011 Origem: PRM - TABATINGA/AM
332. Processo : 1.00.000.002914/2011-11 Voto: 1416/2011 Origem: PRM - TABATINGA/AM
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

333. Processo : 1.30.006.000044/2010-75 Voto: 1417/2011 Origem: PRM - NOVA FRIBURGO/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP) perpetrado, em tese, por parte dos responsáveis por Cartório de Registro de Imóveis, consistente em deixar de prestar informações à Fazenda Nacional a respeito de imóvel possivelmente alienado em função de suspeita de ocorrência de fraude à execução. Diligências. Constatado que o imóvel não está registrado em nome do executado. Impossibilidade de prestar a informação requerida. Ausência de dolo. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

334. Processo : 1.30.905.001634/2010-81 Voto: 1418/2011 Origem: PRM - NITERÓI/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência. Art. 330 do CP. Não caracterização. Ordem judicial dirigida ao Presidente da Comissão de Exame de Ordem da OAB. Cumprimento. Fato atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

335. Processo : 1.34.003.000290/2007-11 Voto: 1419/2011 Origem: PRM - BAURU/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças informativas inauguradas para apuração do possível delito de estelionato. Autuação equivocada. Não se trata de *notitia criminis*. O objeto dos presentes autos é pedido de informação, por parte do Ouvidor Agrário Nacional e Presidente da Comissão Nacional de Combate à violência no Campo, referente a outro procedimento criminal em que se buscou investigar possíveis irregularidades no projeto de assentamento do INCRA. Diligências. Ação penal já sentenciada. Informações prestadas. Documentos encaminhados. Inexistência de razões para o prosseguimento do presente procedimento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

336. Processo : 1.36.000.000031/2010-32 Voto: 1420/2011 Origem: PR/TO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de falso testemunho cometido em autos de reclamação trabalhista. Contradições nos depoimentos da testemunha carecem de potencialidade lesiva. Divergência não incidiu sobre o ponto central ao qual a prova testemunhal se destinava. Ausência de justa causa para a propositura da ação penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

337. Processo : 1.14.004.000427/2010-15 Voto: 1421/2011 Origem:PRM-FEIRA DE SANTANA/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças Informativas Criminais. Suposto crime de falso testemunho (art. 342 do CP), em tese, cometido em audiência na Justiça do Trabalho. Contradições existentes entre as declarações prestadas pelo reclamante e os depoimentos de suas próprias testemunhas. Vínculo de trabalho não reconhecido na sentença, que julgou improcedente a reclamação trabalhista. Ausência de potencialidade lesiva das condutas. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

338. Processo : 1.00.000.001270/2011-43 Voto: 1422/2011 Origem:PRM - ALTAMIRA/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Policial. Suposto crime de falso testemunho (art. 342 do CP), em tese, cometido perante a Justiça do Trabalho. Vínculo de trabalho não reconhecido na sentença, que julgou improcedente a reclamação trabalhista. Inconformismo do reclamante/representante. Convencimento do juiz formado por outras provas além dos depoimentos das testemunhas. Sentença confirmada pelo TRT. Ausência de indícios da materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

339. Processo : 1.31.000.000574/2010-36 Voto: 1423/2011 Origem: PR/RO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA A TERCEIROS

Ementa : Peças de informação. Suposta ausência de recolhimento de FGTS. A ausência de depósito dos valores de FGTS na conta vinculada do empregado não é crime, pois não há descontos. Trata-se de obrigação do empregador, não do empregado. Precedentes do STF. Fato atípico. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

340. Processo : 1.14.000.000180/2011-40 Voto: 1424/2011 Origem: PR/BA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação instaurada a partir de correspondência manuscrita pelo interessado, noticiando supostas irregularidades na conta vinculada do FGTS de ex-servidora municipal, falecida. Diligências. Não identificação de qualquer irregularidade. Intimação do noticiante para manifestação. Não comparecimento. Ausência de indícios mínimos de conduta ilícita justificadora do prosseguimento das investigações. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

341. Processo : 1.34.001.004701/2010-54 Voto: 1425/2011 Origem: PR/SP

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peça informativa instaurada a partir de notícia anônima, formulada por meio do *digi* denúncia, noticiando a ocorrência de possível fraude contra o INSS, consistente em simulação de doença inexistente para fins de obtenção de aposentadoria por invalidez. Fatos noticiados desprovidos de quaisquer indícios de autoria e materialidade do delito. Denunciante não sabe informar os dados exatos de quem seria o suposto autor da eventual fraude. Inexistência de elementos mínimos necessários para a apuração de uma suposta prática de crimes. Ausência de justa causa para a propositura de uma eventual ação penal ou requisição de instauração de inquérito policial. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

342. Processo : 1.33.002.000140/2010-41 Voto: 1426/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ / SC

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir da comunicação das lideranças de terra indígena a respeito de membro de sua comunidade que estaria cometendo crimes de ameaça e lesões corporais contra seus familiares. Adoção de medidas pela própria comunidade indígena para a transferência do agressor para outra aldeia. Possível privação de liberdade e lesões corporais. Convenção nº 169 da OIT (Povos Indígenas e Tribais). Devem ser respeitados os métodos aos quais os povos interessados recorrem tradicionalmente para a repressão dos delitos cometidos pelos seus membros. Ausência de excessos ou abusos por parte das lideranças indígenas justificadores da atuação incondicional do Ministério Público. Atipicidade da conduta. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Dê-se ciência a 6ª Câmara. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

343. Processo : 1.00.000.001466/2011-38 Voto: 1427/2011 Origem: PRM - PATOS DE MINAS/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Inquérito Policial. Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Evidente ausência do dolo daquele que repassou a cédula falsa recebida no comércio. Ausência de elementos suficientes da autoria delitiva quanto à primeira introdução da cédula falsa em circulação. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

344. Processo : 1.03.000.000100/2007-53 Voto: 1428/2011 Origem:PRR3ª

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento investigatório criminal. *Notitia criminis* enviada por correio eletrônico. Possíveis delitos contra a ordem tributária, sistema financeiro nacional e/ou lavagem de ativos atribuídos, em tese, a Promotor de Justiça. Diligências. Existência de procedimentos em curso no Ministério Público do Estado de São Paulo para a apuração das condutas do investigado que versam sobre movimentação financeira atípica, sinais de riqueza incompatíveis com os rendimentos, possíveis delitos contra a ordem tributária, lavagem de ativos, estelionato, improbidade administrativa e, ainda, uma ação civil de decretação de perda do cargo. Não caracterização de crime de competência federal. A competência para processo e julgamento dos crimes comuns e de responsabilidade perpetrados por membros do Ministério Público Estadual é do Tribunal de Justiça. Art. 96, III, da CF. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

345. Processo : 1.00.000.002460/2011-88 Voto: 1429/2011 Origem:PRM - SANTARÉM / PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental. Portar motosserra sem licença da autoridade ambiental competente e penetrar em Unidade de Conservação Federal sem autorização do órgão responsável. Inexistência de dano ou porte de substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais. Não caracterização dos crimes previstos nos artigos 51 e 52 da Lei nº 9.605/98. Atipicidade da conduta. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

346. Processo : 1.11.000.000809/2009-49 Voto: 1430/2011 Origem: PR/AL

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Administrativo. Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Assistência Social e município. Ausência de prestação de contas. Possível caracterização do crime previsto no inciso VII, do art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67. Pena máxima cominada de três anos de detenção. Prescrição que se verifica em 08 anos (art. 109, IV do CP). Recursos repassados nos anos de 1998 e 1999. Extinção da punibilidade (art. 107, IV do CP). Ausência de indícios de irregularidades na execução do convênio que justifiquem o prosseguimento das investigações. Homologação de arquivamento pela 5ª CCR, no que diz respeito à improbidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

347. Processo : 1.14.000.000894/2003-48 Voto: 1431/2011 Origem: PR/BA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Administrativo. Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Assistência Social e município. Ausência de prestação de contas. Possível caracterização do crime previsto no inciso VII, do art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67. Pena máxima cominada de três anos de detenção. Prescrição que se verifica em 08 anos (art. 109, IV do CP). Recursos repassados no ano de 1994. Extinção da punibilidade (art. 107, IV do CP). Ausência de indícios de irregularidades na execução do convênio que justifiquem o prosseguimento das investigações. Homologação de arquivamento pela 5ª CCR, no que diz respeito à improbidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

348. Processo : 1.35.000.001044/2009-22 Voto: 1432/2011 Origem: PR/SE

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Inquérito civil público. Supostas irregularidades na execução do convênio firmado entre o Ministério do Meio Ambiente e município. Possível crime capitulado no art. 90 da Lei nº 8.666/93. Pena máxima em abstrato para o ilícito é de quatro anos. Prescrição em 08 anos. Art. 109, VI do CP. Extinção da punibilidade (art. 107, IV do CP). Arquivamento que se impõe na esfera criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

349. Processo : 1.25.003.013939/2007-64 Voto: 1433/2011 Origem: PR/PR

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis cobranças indevidas de procedimentos do Sistema Único de Saúde. Eventual crime de estelionato qualificado (art. 171, § 3º, do CP) praticado por ex-prefeito. Fatos ocorridos entre 1993 e 1996. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, inc. III, do CP). Extinção de punibilidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

350. Processo : 1.22.005.000290/2010-17 Voto: 1434/2011 Origem: PRM - MONTES CLAROS/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças Informativas Criminais. Supostas irregularidades na aplicação de recursos do FUNDEF. Possível caracterização dos crimes previstos nos incisos III, IV ou V, do Decreto-Lei nº nº 201/67. Pena máxima cominada de três anos de detenção. Prescrição que se verifica em 08 anos (art. 109, IV do CP). Fatos ocorridos no ano de 2002. Extinção da punibilidade (art. 107, IV do CP). Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

351. Processo : 1.24.002.000094/2008-75 Voto: 1435/2011 Origem: PRM - SOUSA/PB

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Suposta omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados a município. Delito insculpido no artigo 1º, VII, do Decreto nº 201/67. Consumação em 1998. Pena máxima em abstrato para o ilícito é de três anos. Prescrição em 08 anos. Art. 109, VI do CP. Extinção da punibilidade (art. 107, IV do CP). Arquivamento que se impõe na esfera criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

352. Processo : 1.22.000.003446/2007-58 Voto: 1436/2011 Origem: PR/MG

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peça informativa. Possível crime de prevaricação (art. 319 do CP). Delegado de Polícia Federal que teria deixado de cumprir ordem judicial de interceptação e monitoramento de comunicações, datada de 05/09/2005. Pena máxima cominada ao ilícito de 1 (um) ano de detenção. Extinção da punibilidade pela prescrição. Art. 109, V do CP. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

353. Processo : 1.17.000.000066/2011-16 Voto: 1437/2011 Origem: PR/ES

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Suposto crime de prevaricação praticado por Delegado de Polícia Federal. Ausência da elementar típica "*para satisfazer interesse ou sentimento pessoal*". Conduta que além de não se amoldar ao tipo do art. 319 do CP, justifica-se pelas peculiaridades do caso concreto. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

354. Processo : 1.23.000.001296/2010-14 Voto: 1438/2011 Origem: PR/PA

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação instauradas a partir de comunicação de prisão em flagrante. Investigados foram presos realizando saques fraudulentos de benefícios do INSS com utilização de documentação falsa. Notícias de que os autos referentes a essa prisão em flagrante foram encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação de conflito de competência entre a Justiça Federal e Justiça Estadual. Existência de inquérito policial que tramita na Superintendência Regional da Polícia Federal do Pará sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

355. Processo : 1.20.000.001596/2010-05 Voto: 1439/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Ofício solicitando proteção a testemunha de acusação. Atuação como testemunha nos autos do processo conhecido como "Esquadrão da Morte", no Acre. Inclusão da testemunha no Programa Federal de Proteção à Testemunha Ameaçada. Diligências. Encaminhamento dos documentos à Secretaria de Estado de Segurança Pública para providências. Envio de cópia dos autos à Coordenadoria de Proteção às testemunhas em Brasília. Cumpridas todas as providências necessárias o arquivamento é medida que se impõe. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

356. Processo : 1.01.004.000326/2010-94 Voto: 1440/2011 Origem: PRR1ª

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Possível crime previsto no Decreto-Lei nº 201/67 perpetrado, em tese, por prefeito. Deixar de cumprir determinação judicial no sentido de regularizar a folha de pagamento, ficha de empregado, carteira de trabalho, alteração salarial, alteração de cargo do autor. Diligências. Documentos comprovam que a determinação judicial foi devidamente cumprida. Não caracterização. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

357. Processo : 1.20.000.000107/2011-71 Voto: 1441/2011 Origem: PR/MT

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Peças de informação. Possível crime de trabalho escravo (art. 149 do CP). Diligências. Moradias dos trabalhadores apresentam condições mínimas necessárias a todos os trabalhadores. Não constatado excesso na jornada e, quando há, ocorre o pagamento regular de horas extras. Existência de equipamentos de proteção individual. Não constatados sinais de maus tratos aos operários. Condições encontradas não sugerem a ocorrência de crime de redução à condição análoga à de escravo mas tão-somente irregularidades trabalhistas restritas ao âmbito administrativo. Fatos atípicos. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

358. Processo : 1.00.000.011860/2010-01 Voto: 1442/2011 Origem: PR/TO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

Ementa : Procedimento administrativo. Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel. *Notitia criminis*. Suposto crime de redução de trabalhadores a condição análoga à de escravo (art. 149 do CP). Notícia de presença de empregados alojados em galpões, existência de armas no local e cobrança, pelo empregador, da alimentação e equipamentos de proteção individual fornecidos aos operários. Diligências. Não encontrados trabalhadores pois os trabalhos já haviam se encerrado. Encontradas irregularidades trabalhistas e lavrado Auto de Infração. Situação de degradação humana não verificada. Firmado Termo de Ajustamento de Conduta ante a constatação de intermediação ilegal de mão de obra. Regularidades encontradas constituem infrações administrativas conforme previsto na legislação trabalhista. Também não constatadas as figuras típicas dos arts. 203 e 207 do CP. Ausência de indícios de trabalhadores em condição análoga a de escravo. Inviável o prosseguimento das investigações. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

359. Processo : 1.00.000.011844/2010-19 Voto: 1443/2011 Origem: PR/GO

Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Peças informativas. Possível prática de trabalho escravo (Art. 149 do CP). Relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego que concluiu que não havia sujeição de trabalhador à condição análoga à de escravo. Fato atípico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

360. Processo : 1.23.001.000276/2010-16 Voto: 1444/2011 Origem: PRM - MARABÁ/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possíveis crimes de trabalho escravo (art. 149 do CP) ou de frustração de direito assegurado por lei trabalhista (art. 203 do CP), em tese, cometidos por Cooperativa. Ausência de indícios de que os trabalhadores fossem submetidos a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, nem que laborassem em condições degradantes ou que tivessem sua locomoção restringida em razão de dívida com a empregadora. Não pagamento de salários que decorreu em virtude da ausência de repasse de recursos de sociedade de economia mista à Cooperativa. Inexistência de fraude ou violência. Fatos atípicos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

361. Processo : 1.33.000.006322/2002-36 Voto: 1445/2011 Origem: PR/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo instaurado em 1996, visando a adoção de providências no combate ao descaminho e/ou contrabando efetuado mediante a utilização de ônibus de turismo. Diversas diligências. Ausência de resultados no curso da investigação. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

362. Processo : 1.25.002.000278/2007-17 Voto: 1446/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária - art. 337-A do Código Penal. Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

363. Processo : 1.26.000.002852/2008-35 Voto: 1447/2011 Origem: PR/PE
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime contra a ordem tributária (Art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/90). Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

364. Processo : 08126.000242/2000-05 Voto: 1448/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para verificar o andamento da implantação de Zoológico particular implantado no Centro Equatorial de Turismo Ambiental Amazônico. Diligências pelo MPF. Fiscalização IBAMA. Projeto em fase final. Autorização de queimada pelo órgão ambiental. Iniciadas providências para atendimento do art. 21 da IN nº 169 de 2008. Exaurido o objetivo do presente procedimento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

365. Processo : 1.16.000.000705/2011-72 Voto: 1449/2011 Origem: PR/DF
366. Processo : 1.16.000.000729/2011-21 Voto: 1450/2011 Origem: PR/DF
367. Processo : 1.16.000.000735/2011-89 Voto: 1451/2011 Origem: PR/DF
368. Processo : 1.16.000.000883/2011-01 Voto: 1452/2011 Origem: PR/DF
369. Processo : 1.16.000.000916/2011-13 Voto: 1453/2011 Origem: PR/DF
370. Processo : 1.16.000.006254/2010-04 Voto: 1454/2011 Origem: PR/DF
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal. Caso em que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringe-se ao objeto do inquérito policial em questão. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos e o Dr. Douglas Fischer.

Relator: Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
PROCESSOS NÃO PADRÃO

371. Processo : 1.23.001.000131/2010-15 Voto: 1422/2011 Origem: PRM/Marabá/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE. LEI Nº 4898/65, ART. 4º, I E II. NÃO CONFIGURAÇÃO. ARQUIVAMENTO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.
1. Representação que noticia abuso de autoridade perpetrada por Tenente Coronel do Exército Brasileiro, devido à aplicação de sanção administrativa de prisão supostamente desproporcional a Sargento.
2. Inexistência de cometimento de ato vexatório na efetivação da detenção determinada pela autoridade representada, tendo as formalidades legais sido observadas durante o procedimento que ensejou a punição disciplinar.
3. Voto pela manutenção da decisão que homologou o arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

372. Processo : 1.03.000.001020/2010-11 Voto: 1423/2011 Origem: PRR 3ª Região
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIME DE RESPONSABILIDADE DESCRITO NO ART. 1º, INC. VII, DO DL Nº 201/67. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. PREFEITO. ATRASO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA APLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM VIRTUDE DE CONVÊNIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR ATIPICIDADE DO FATO. CRIME FORMAL. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. PERSECUÇÃO PENAL PELA PROCURADORIA DA REPÚBLICA.
1. Procedimento administrativo instaurado para apurar a suposta prática de crime previsto no artigo 1º, inciso VII, do Decreto-Lei nº 201/67, por Prefeito Municipal, tendo em vista o atraso na apresentação de documentação complementar às contas inicialmente prestadas em relação a convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Município.
Consoante o art. 9º da Instrução Normativa n. 57 do Tribunal de Contas da União, a simples prestação incompleta de contas caracteriza atraso na medida, de modo que a prestação extemporânea de contas da aplicação de recursos repassados por entidade federal a Município amolda-se ao tipo do inciso VII do artigo 1º do Decreto-lei 201/67, pois a figura delitiva não faz menção ao resultado da conduta omissiva. Precedentes do STJ e desta Câmara Criminal em casos análogos.
A imputação de prática do crime de responsabilidade ao Vice-Prefeito à época da celebração e do fim do convênio exige a demonstração de efetivo exercício de atos de gestão no período, o que não se deu nos autos. Não havendo elemento concreto que envolva outra autoridade com prerrogativa de foro, a atribuição para conhecimento e providências é da Procuradoria da República.
4. Voto pela não homologação do arquivamento e, conhecendo o feito como conflito, reconheço a atribuição da Procuradoria da República no Município de Tupã/SP para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

373. Processo : 1.03.000.001008/2010-14 Voto: 1424/2011 Origem: PRR 3ª Região
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME DE RESPONSABILIDADE DESCRITO NO ART. 1º, INC. VII, DO DL Nº 201/67. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. PREFEITO. ATRASO NA PRESTAÇÃO DE CONTAS FINAL DA APLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO EM VIRTUDE DE CONVÊNIO. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR ATIPICIDADE DO FATO. CRIME FORMAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento administrativo instaurado para apurar o atraso de prefeito na prestação de contas final, mediante a entrega de documentação complementar, relativa a recursos recebidos do Ministério da Educação em virtude de convênio, tendo a procuradora oficiante promovido o arquivamento do feito em face da notícia de sua ulterior apresentação e aprovação.
2. A simples prestação incompleta de contas caracteriza atraso na medida, pois, de acordo com o art. 9º da Instrução Normativa n. 57 do Tribunal de Contas da União, "Os processos de contas somente serão considerados entregues ao Tribunal se contiverem todas as peças e conteúdos exigidos nesta instrução normativa e na decisão normativa de que trata o art. 4º, e estiverem formalizados de acordo com o estabelecido no Título III deste normativo".
3. Por sua vez, a prestação extemporânea de contas da aplicação de recursos repassados por entidade federal a Município amolda-se ao tipo do inciso VII do artigo 1º do Decreto-lei 201/67, pois a figura delitiva não faz menção ao resultado da conduta omissiva. Precedentes do STJ e desta Câmara Criminal em casos análogos.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

374. Processo : 1.00.000.003021/2011-92 Voto: 1425/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de cigarros de origem estrangeira não pode ser considerada insignificante, uma vez que desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

375. Processo : 1.33.002.0000024/2011-11 Voto: 1426/2011 Origem: PRM/Chapecó/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DE DELITO PREVISTO NO ART. 29 DA LEI 11105/2005. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Peças de informação instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 29 da Lei nº 11.105/2005, em virtude de cultivo de milho geneticamente modificado em desacordo com as normas regulamentares.
2. A prática de cultivo de organismo geneticamente modificado não se amolda às hipóteses previstas no tipo penal, mormente porque não há de se considerar produção e cultivo como sinônimos quando a Lei nº 11.105/2005, em seu próprio texto, distingue as condutas, impondo-se o reconhecimento da atipicidade dos fatos.
3. Voto pela homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

376. Processo : 1.00.000.002739/2011-61 Voto: 1427/2011 Origem: PRM/Imperatriz/MA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (CP, ART. 297). PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. IMPROCEDÊNCIA.
1. Inquérito policial instaurado pela Delegacia de Polícia Federal em Imperatriz/MA para a apuração da prática, em tese, do crime de falsificação de documento público (CP, art. 297).
2. A notícia de cometimento de crime de falsificação de Certidão Negativa de Débito (CND) emitida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) revela o interesse da União, atraindo a competência da justiça federal e a atribuição do Ministério Público Federal para a promoção de responsabilidade criminal.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

377. Processo : 1.00.000.002801/2011-15 Voto: 1428/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 334, § 1º, ALÍNEA "D" e § 3º, DO CÓDIGO PENAL. ARQUIVAMENTO. DESCABIMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334, § 1º, alínea "d" e §3º, do Código Penal, devido à apreensão de aeronave que transportava grande quantidade de produtos eletrônicos e de informática, de origem estrangeira, desacompanhadas de documentação legal.
2. O arquivamento mostra-se prematuro, porquanto, inexistente demonstração inequívoca, segura e convincente da ausência de justa causa, impõe-se a propositura de ação penal, reservando-se à instrução processual o debate mais aprofundado das questões pertinentes, sob o crivo do
contraditório.
3. Presentes indícios de autoria e prova da materialidade, ainda que existam dúvidas, deve-se dar prosseguimento à persecução penal, considerando que, nesta fase pré-processual, há primazia o princípio *in dubio pro societate*.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

378. Processo : 1.00.000.003218/2011-21 Voto: 1429/2011 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

379. Processo : 1.00.000.003262/2011-31 Voto: 1430/2011 Origem: JF/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

380. Processo : 1.25.002.000039/2011-43 Voto: 1431/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

381. Processo : 1.25.002.000043/2011-10 Voto: 1432/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

382. Processo : 1.25.002.000077/2011-04 Voto: 1433/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

383. Processo : 1.25.002.001473/2010-60 Voto: 1434/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

384. Processo : 1.25.002.001665/2010-76 Voto: 1435/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

385. Processo : 1.25.002.001765/2010-01 Voto: 1436/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

386. Processo : 1.25.002.002105/2010-39 Voto: 1437/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

387. Processo : 1.25.002.002207/2010-54 Voto: 1438/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

388. Processo : 1.25.002.002251/2010-64 Voto: 1439/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

389. Processo : 1.25.003.005654/2010-55 Voto: 1440/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

390. Processo : 1.25.003.007601/2010-79 Voto: 1441/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

391. Processo : 1.25.003.009107/2010-49 Voto: 1442/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular
no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

392. Processo : 1.16.000.001204/2009-99 Voto: 1443/2011 Origem: PR/DF
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MPF. DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MEMBRO TITULAR DO 9º OCR DA PRDF. FIXAÇÃO DE NOVA ATRIBUIÇÃO. REMESSA DO FEITO AO 5º OCR. DESIGNAÇÃO PELO PGR DO MEMBRO TITULAR DO 5º OCR PARA ACOMPANHAR INQUÉRITO EM TRÂMIITE NO SENADO FEDERAL SOBRE OS MESMOS FATOS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL TITULAR DO 5º OCR. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E OBSCURIDADE. REJEIÇÃO.
1. Os critérios internos de distribuição e movimentação de processos da Procuradoria da República no Distrito Federal refogem à análise no âmbito dessa 2ª CCR, diante da designação realizada pelo Procurador-Geral da República, indicando o procurador do 5ºOCR
para acompanhar referido inquérito.
2. Não há que se falar em omissão ou obscuridade no decisório se a matéria objeto dos embargos declaratórios já foi apreciada e decidida.
4. Pela rejeição dos presentes embargos de declaração, mantendo-se a decisão que reconheceu a atribuição do procurador titular do 5º OCR para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos. A Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque aguarda para proferir o voto.

393. Processo : 1.30.011.000012/2011-81 Voto: 1444/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.
1. A competência é da Justiça Federal, porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente, há contrariedade do entendimento por tal interpretação ao disposto no art. 109, VI, da CRFB.
2. A competência para julgar - todos - os crimes contra a organização do trabalho são da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

394. Processo : 1.00.000.003094/2011-84 Voto: 1445/2011 Origem: JF/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. VOTO PELO PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
A realização de perícia nos equipamentos utilizados para a transmissão faz-se desnecessária, uma vez que seria realizada com intuito de averiguar o potencial lesivo dos aparelhos utilizados, o que é irrelevante para a caracterização do crime. Ademais, a baixa potência do equipamento de radiodifusão não pode ser utilizada como critério para aplicação do princípio da insignificância, de modo a afastar a tipicidade da conduta, uma vez que o bem jurídico tutelado é o próprio sistema de comunicação, não se podendo ter como insignificante a ação de rádios que atuam em desrespeito às normas vigentes..
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

395. Processo : 1.22.003.000368/2005-48 Voto: 1446/2011 Origem: PRM/Patos de Minas/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é de 4 (quatro) anos e que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

396. Processo : 1.35.000.001249/2009-16 Voto: 1511/2011 Origem: PR/SERGIPE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (CP, ART. 171, §3º). PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. COISA JULGADA. POSSÍVEL ESTELIONATO JUDICIAL. ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRECEDENTES. ARQUIVAMENTO INDIRETO. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Apuração da prática, em tese, do crime de estelionato previdenciário, previsto no art. 171, §3º, do Código Penal, em função de notícia de irregularidades no ajuizamento de ações semelhantes na justiça comum que já haviam sido julgadas na justiça federal.
2. O estelionato judiciário não tem previsão no ordenamento jurídico pátrio, e grande parte da doutrina sequer faz referências à apontada modalidade delitiva. Precedentes do STJ. A atipicidade da conduta investigada é manifesta e não merece continuidade da persecução
penal.
3. A declinação de atribuição equivale ao arquivamento indireto, conforme entendimento sufragado na 2ª CCR. Assim, discordando a Câmara do declínio, pode realizar o arquivamento por fundamento diverso.
4. Recebo o declínio de atribuições como pedido de arquivamento indireto, e, voto pela sua homologação.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

397. Processo : 1.25.003.002656/2011-73 Voto: 1447/2011 Origem: PRM/Foz do Iguaçú/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível conduta criminosa consistente em agressão física e verbal por parte de policiais militares e civis. Não se vislumbra qualquer participação de servidor público federal no exercício de suas funções e com estas relacionadas na perpetração da conduta criminosa. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

398. Processo : 1.11.000.001094/2010-85 Voto: 1448/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito civil público. Fazer funcionar estabelecimento potencialmente poluidor (posto revendedor de combustível) sem licença do órgão ambiental competente. Suposto crime ambiental descrito no art. 60 da Lei nº 9.605/98. Diligências. Inexistência de lesão ou perigo de lesão a bem, interesse, direito ou serviço da União ou Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

399. Processo : 1.11.000.001792/2008-66 Voto: 1449/2011 Origem: PRM/Arapiraca/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental definido no art. 60 da Lei 9.605/98. Colocação de atividade econômica potencialmente poluidora (carvoaria) em funcionamento sem autorização do órgão competente. Diligências. Conduta não cometida em detrimento de bem público da União ou área de conservação federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

400. Processo : 1.30.020.000024/2011-05 Voto: 1450/2011 Origem: PRM/São Gonçalo/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Manter em cativeiro 4(quatro) trinca-ferros, 01 (um) canário-da-terra, 02 (dois) tico-ticos, 01 (um) sabiá laranjeira, 01 (um) tiziu, 01(um) tiê sangue, 01(um), 01(um) gaturamo fi-fi sem autorização do órgão ambiental competente. Aves não ameaçadas de extinção. Infração não cometida em interior ou zona de amortecimento de Unidade de Conservação Federal . Competência da Justiça Estadual. Declínio.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
401.	Processo	:	1.11.000.001349/2010-18	Voto: 1451/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças informativas criminais. Possível crime ambiental (art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98). Manter em depósito 3m³ de carvão vegetal, sem a devida permissão ou licença da autoridade competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
402.	Processo	:	1.11.000.001355/2010-67	Voto: 1452/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98). Manter em depósito 9,67m³ de varas de preenchimento, sem a devida permissão ou licença da autoridade competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
403.	Processo	:	1.11.000.000802/2010-61	Voto: 1453/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças informativas criminais. Possível crime ambiental (art. 50 da Lei nº 9.605/98), consistente em danificar floresta nativa em propriedade particular. Diligências. Área não abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
404.	Processo	:	1.22.001.000060/2011-61	Voto: 1454/2011	Origem: PRM/Juiz de Fora/MG
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças informativas criminais. Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente. Art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98. Espécimes não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
405.	Processo	:	1.00.000.002850/2011-58	Voto: 1455/2011	Origem: PRM/Ji-Paraná/RO
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Inquérito policial instaurado para apurar supostos crimes ambientais, consistente em manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão competente (art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98). Espécimes não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003) e maus-tratos de animais (rinha de galo - art. 32 da Lei 9.605/98). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
406.	Processo	:	1.23.003.000201/2009-73	Voto: 1456/2011	Origem: PRM/Altamira/PA
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
407.	Processo	:	1.23.002.000505/2009-41	Voto: 1457/2011	Origem: PRM/Santarém/PA
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime ambiental (art. 69-A da Lei n° 9.605/98). Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
408.	Processo	:	1.27.000.000357/2011-50	Voto: 1458/2011	Origem: PR/PI
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime de ameaça (art. 147 do CP), perpetrado por supostos proprietários de terras contra famílias posseiras, que ocupavam a área há vários anos. Inexistência de indícios da conduta ter sido praticada em detrimento de bens, serviços ou interesses da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
409.	Processo	:	1.11.000.001167/2010-39	Voto: 1459/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças informativas criminais. Possível prática de crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Comercializar gás natural veicular (GNV) em desconformidade com as especificações estabelecidas na legislação pertinente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
410.	Processo	:	1.23.002.000156/2010-09	Voto: 1460/2011	Origem: PRM/Santarém/PA
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Fazer uso de fogo em vegetação agropastoril de 1,69 hectares no interior de gleba arrecadada pelo INCRA sem autorização do órgão ambiental competente. Suposta contravenção penal prevista no art. 26, alínea "e", da Lei nº 4.771/65 (Código Florestal). Competência da Justiça Estadual. Súmula 38 do STJ. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
411.	Processo	:	1.33.008.000334/2010-97	Voto: 1461/2011	Origem: PRM/Itajaí/SC
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de Informação. Apuração de suposta prática dos delitos previstos nos arts. 299, 304, 305 e 334, do Código Penal. Mercadoria falsa apreendida. Declinação de atribuição em função do princípio da especialidade. Crime contra a marca, Art. 190 da Lei 9.279/96. Interesse privado das empresas prejudicadas pela falsificação. Competência da Justiça Estadual. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
412.	Processo	:	1.20.000.000078/2011-47	Voto: 1462/2011	Origem: PR/MT
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peça de informação. Possível crime de uso de documento falso (art. 304 do CP). Suposta utilização de diploma falso em detrimento de estabelecimento de ensino de âmbito estadual e municipal. Competência da Justiça Estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
413.	Processo	:	1.25.007.000040/2011-28	Voto: 1463/2011	Origem: PRM/Paranaguá/PR
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de estelionato perpetrado contra particular (art. 171 do CP). Possíveis irregularidades em operações destinadas a quitar financiamentos de veículos. Não participação de servidor público federal. Prejuízo suportado exclusivamente por particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
414.	Processo	:	1.33.002.000069/2011-88	Voto: 1464/2011	Origem: PRM/Chapecó/SC
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peça de informação. Suposto crime de moeda falsa (art. 289, § 1º do CP). Laudo Pericial. Falsificação grosseira. Súmula 73 do STJ: "A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual". Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
415.	Processo	:	1.36.000.001099/2010-39	Voto: 1465/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de informação. Supostos crimes de disparo de arma de fogo em via pública (Lei nº 10.826/2003), uso e tráfico de drogas (Lei nº 11.343/2006). Ausência de indícios de transnacionalidade do crime de tráfico. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
416.	Processo	:	1.36.000.001164/2010-26	Voto: 1466/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposta desordem pública consistente em consumo de bebidas alcoólicas e lançamento de foguetes, bem como a possível prática dos crimes de uso de drogas e homicídio. As possíveis condutas delituosas foram perpetradas no interior de assentamento de trabalhadores rurais sem afetar qualquer serviço ou interesse direto da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

417.	Processo	:	1.26.000.002125/2009-59	Voto: 1467/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Inquérito civil público. Suposta prática de crime ambiental (art. 34, parágrafo único, II, da Lei n° 9.605/98). Armazenamento de redes tipo "caçoeira" com características para pesca de lagostas, na parte superior de restaurante. Diligências. O local do armazenamento não se deu em embarcação ou área de pesca. Infração meramente administrativa. Ausência de crime. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
418.	Processo	:	1.01.004.000306/2010-13	Voto: 1468/2011	Origem: PRR 1ª Região
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Apuração da prática, em tese, do crime de ameaça contra servidores do INCRA no exercício de suas funções (CP, art. 147). Não caracterização. Informações contidas nos autos revelam que as supostas vítimas não apontaram em que teria consistido a conduta delituosa. Ausência de qualquer ato concreto, capaz de configurar o crime em destaque. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
419.	Processo	:	1.04.004.000223/2010-12	Voto: 1469/2011	Origem: PRR 4ª Região
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de São João/PR, destinados à ampliação de escolas. Informações contidas nos autos revelam a ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
420.	Processo	:	1.04.004.000519/2010-33	Voto: 1470/2011	Origem: PRR 4ª Região
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Sarandi/RS, destinados à implementação de projetos educacionais. Informações contidas nos autos revelam a ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
421.	Processo	:	1.04.004.000524/2010-46	Voto: 1471/2011	Origem: PRR 4ª Região
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Glorinha/RS, em decorrência de convênio, destinados à implementação de projetos educacionais. Informações contidas nos autos revelam a ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

422. Processo : 1.04.004.000233/2009-14 Voto: 1472/2011 Origem: PRR 4ª Região
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pela Fundação Nacional de Saúde(FUNASA) ao Município de Dois Vizinhos/PR, em decorrência de convênio, destinados à implementação de sistema de esgotamento sanitário. Informações contidas nos autos revelam a ausência de liberação de verbas pela FUNASA. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

423. Processo : 1.17.000.001231/2009-24 Voto: 1473/2011 Origem: PR/ES
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Sonegação de contribuição previdenciária. Código Penal, art. 337A. Não comprovado o recolhimento das contribuições. Ausência de justa causa. Omissão na declaração sobre rendas, bens ou fatos para se eximir do pagamento dos tributos. Lei nº 8.137/90, art. 2º, I. Fatos ocorridos em 2002. Prescrição da pretensão punitiva. Código Penal, art. 109, V. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

424. Processo : 1.23.000.000512/2010-04 Voto: 1474/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática de crime de estelionato (art. 171, § 2º, III, do CP) em concurso formal com o previsto no art. 20 da Lei nº 7.492/86. Suposta aplicação inadequada de recursos provenientes de financiamento concedido por instituição financeira oficial. Não caracterização. Diligências. Informações contidas nos autos revelam a correta aplicação dos referidos recursos. Ausência de indícios de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

425. Processo : 1.34.001.008086/2009-11 Voto: 1475/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Desaparecimento de dois inquéritos policiais da DELEFAZ. Suposto crime de extravio de documentos. Esclarecimentos. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os fatos encontram-se em apuração com a instauração de inquérito policial e de sindicância no âmbito administrativo. Comunicação ao MPF. Inexistência de conduta omissiva por parte das autoridades policiais a ensejar eventual prática de crime de condescendência criminosa ou favorecimento pessoal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

426. Processo : 1.34.027.000019/2010-02 Voto: 1476/2011 Origem: PRM/Tupã/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas instauradas em decorrência de Ofício Circular da 2ª CCR. Investigação de fraudes e desvios na utilização de recursos públicos federais destinados ao Programa de Saúde Família. Parcerias com algumas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Diligências. Inexistência de acordos de parceria ou situação congênere entre Prefeituras Municipais abrangidas pela atribuição da PRM com quaisquer dos institutos investigados. Ausência de indícios de conduta lesiva ao erário público. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

427. Processo : 1.34.001.000820/2010-38 Voto: 1477/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Denúncia anônima. Supostas irregularidades em Universidade Federal consistente na concessão de títulos de doutor a um residente. Informações contidas nos autos apontam que a apuração dos fatos se convergem para a correta aplicação de um procedimento cirúrgico adotado por um grupo de médicos, cuja prática é utilizada para aprovação de tese de doutorado. Inexistência de fato típico. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

428. Processo : 1.20.000.000023/2009-12 Voto: 1478/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os fatos em testilha já são objeto de apuração no bojo do inquérito policial nº 078/2004 (processo de origem nº 2004.36.00.001952-1). Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

429. Processo : 1.00.000.002897/2011-11 Voto: 1479/2011 Origem: PRM/Tabatinga/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de crime de descaminho (art. 334 do Código Penal). Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os fatos em testilha já são objeto de apuração no bojo do processo nº 476-24.2010.4.01.3201 (processo de origem nº 2008.32.01.000010-6). Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

430. Processo : 1.28.200.000004/2011-66 Voto: 1480/2011 Origem: PRM/Caicó/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática de crime de furto qualificado pelo rompimento de obstáculo à Agência dos Correios (art. 155, § 4º, I, do CP). Diligências. Informações prestadas pelo Departamento de Polícia Federal revelam a existência de procedimento policial para realizar as investigações necessárias ao caso (expediente nº 08420.028780/2010-01). Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

431. Processo : 1.24.000.000906/2010-17 Voto: 1481/2011 Origem: PR/PB
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Diligências. Informações contidas nos autos revelam a ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

432. Processo : 1.20.000.001302/2007-31 Voto: 1482/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990). Diligências. Informações contidas nos autos revelam o pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

433. Processo : 1.25.000.003756/2004-18 Voto: 1483/2011 Origem: PR/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (art. 1º, inciso I, e art. 2º, inciso I, da Lei nº 8.137/1990). Diligências. Informações contidas nos autos revelam o pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

434. Processo : 1.25.003.004831/2008/61 Voto: 1484/2011 Origem: PRM/Foz do Iguaçu/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/1990). Diligências. Informações contidas nos autos revelam o pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

435. Processo : 1.17.001.000003/2009-27 Voto: 1485/2011 Origem: PRM/C. de Itapemirim/ES
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime contra a ordem tributária (art. 1º, inciso I, da Lei 8.137/90). Diligências. Informações contidas nos autos revelam a ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

436. Processo : 1.34.006.000383/2009-79 Voto: 1486/2011 Origem: PRM/Guarulhos/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP), em razão do reconhecimento da existência de pagamentos extra-folha à reclamante em Reclamação Trabalhista. Informações contidas nos autos revelam o pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

437. Processo : 1.19.001.000022/2011-01 Voto: 1487/2011 Origem: PRM/Imperatriz/MA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades praticada pelos representantes legais de Sindicato de Trabalhadores Rurais consistente em compelir pessoas idosas a emitir procurações sem reserva de poderes em favor de advogados para pleitearem benefícios previdenciários. Denúncia vaga e imprecisa e ausência de suporte probatório mínimo. Não-constatação de elementos de informação necessários à deflagração de persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

438. Processo : 1.30.801.000240/2011-55 Voto: 1488/2011 Origem: PRM/Itaperuna/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto descaso de administradores municipais, consistente na prestação de serviços públicos de péssimas qualidades. Denúncia vaga e imprecisa e ausência de suporte probatório mínimo. Ausência de indicação de fato ilícito determinado. Não-constatação de elementos de informação necessários à deflagração de persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

439. Processo : 1.33.002.000057/2011-53 Voto: 1489/2011 Origem: PRM/Chapecó/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

440. Processo : 1.33.004.000115/2010-48 Voto: 1490/2011 Origem: PRM/Joaçaba/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

441. Processo : 1.00.000.002899/2011-19 Voto: 1491/2011 Origem: PRM/Tabatinga/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

442. Processo : 1.20.001.000170/2010-16 Voto: 1492/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

443. Processo : 1.20.001.000184/2010-30 Voto: 1493/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

444. Processo : 1.20.001.000364/2010-11 Voto: 1494/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

445. Processo : 1.20.001.000366/2010-19 Voto: 1495/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

446. Processo : 1.20.001.000368/2010-08 Voto: 1496/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

447. Processo : 1.20.001.000396/2010-17 Voto: 1497/2011 Origem: PRM/Cáceres/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

448. Processo : 1.25.002.001677/2010-09 Voto: 1498/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

449. Processo : 1.25.002.002081/2010-18 Voto: 1499/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

450. Processo : 1.11.001.000080/2010-34 Voto: 1500/2011 Origem: PRM/Arapiraca/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na concessão de benefício previdenciário. Diligências. Não constatação. Informações prestadas pelo INSS revelam que não houve qualquer concessão indevida de benefício no presente caso. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

451. Processo : 1.28.000.000816/2010-87 Voto: 1501/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na execução de contratos de bolsistas de hospital universitário. Diligências. Esclarecimentos. Resultado de sindicância instaurada concluiu pela inexistência de conduta ilícita. Ausência de elementos de informação mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

452. Processo : 1.00.000.003097/2011-18 Voto: 1502/2011 Origem: PRM/Patos de Minas/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de introdução de moeda falsa em circulação (art. 289, § 1º do Código Penal). Diligências. Ausência de indícios da autoria delitiva. Inexistência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

453. Processo : 1.35.000.000133/2010-95 Voto: 1503/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Diligências. Pagamento integral do débito tributário. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2º, da Lei n° 10.684/2003). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

454. Processo : 1.23.002.000056/2010-74 Voto: 1504/2011 Origem: PRM/Santarém/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de crime ambiental (art. 50 da Lei n° 9.605/98). Desmatar 97,98 hectares de floresta nativa, sem autorização do órgão ambiental competente. Fatos ocorridos em 2002. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, V, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

455. Processo : 1.14.001.000089/2006-57 Voto: 1505/2011 Origem: PRM/Eunápolis/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Irregularidades na aplicação de recursos originários do FUNDEF. Fraude do caráter competitivo de licitação. Lei nº 8.666/93, art. 93. Fatos ocorridos em 2004. Prescrição da pretensão punitiva (CP, art. 109, V). Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

456. Processo : 1.23.000.001636/2009-65 Voto: 1506/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informações. Supostas irregularidades perpetradas pelo então secretário estadual de Educação na rescisão de contrato firmado entre o estado do Pará e pessoa jurídica particular para a reforma de 07 (sete) escolas, com possíveis repasses de recursos pela União. Informações contidas nos autos revelam a ausência de liberação de verbas federais para a execução da aludida reforma. Além disso, considerando-se que tal fato ocorreu em 01/03/1993, extinta está a punibilidade pelo transcurso do prazo prescricional. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

457. Processo : 1.16.000.000732/2011-45 Voto: 1507/2011 Origem: PR/DF
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal e ao Banco Central do Brasil. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

458. Processo : 1.16.000.000739/2011-67 Voto: 1508/2011 Origem: PR/DF
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício a diversos órgãos e entidades federais. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

459. Processo : 1.16.000.000904/2011-81 Voto: 1509/2011 Origem: PR/DF
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício a diversos órgãos e entidades federais. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

460. Processo : 1.34.001.002921/2010-43 Voto: 1510/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa instaurada no âmbito do Controle Externo da Atividade Policial, em razão de fatos noticiados de que escrivão da Polícia Federal teria descumprido, em tese, despacho de autoridade policial. Não caracterização. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que não houve qualquer descumprimento de ordem hierárquica, constatando-se a mera ocorrência de falha quanto as formalidades no encaminhamento dos documentos. Ausência de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

Relator: Dr. Douglas Fischer
PROCESSOS NÃO PADRÃO

461. Processo : 1.00.000.016150/2010-60 Voto: 1115/2011 Origem: CORREGEDORIA GERAL DE POLÍCIA FEDERAL
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROJETO TENTÁCULOS. CONSULTA FORMULADA PELA CORREGEDORIA-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL. MEMBRO DO MPF QUE SOLICITA DILIGÊNCIAS MEDIANTE QUOTAS EM INQUÉRITO POLICIAL. CONTRARIEDADE À RECOMENDAÇÃO Nº 1/2009 DA 2ª CCR. IMPOSSIBILIDADE DO CONHECIMENTO DO PEDIDO.
1. Não compete à 2ª CCR analisar consulta formulada por órgãos externos do MPF, como no caso da Corregedoria-Geral da Polícia Federal.
2. Consulta não conhecida.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

462. Processo : 1.00.000.014970/2009-83 Voto: 1116/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Ementa	:	PEDIDO CONHECIDO COMO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO FORMULADO POR PROCURADOR DESIGNADO PARA ATUAR EM FEITO NO QUAL FOI RECONHECIDA A COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. SE ATUA COM INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL OU NA QUALIDADE DE *LONGA MANUS*. O COLEGA DESIGNADO TEM AUTONOMIA PARA, ESCORADO EM SUA INDEPENDÊNCIA FUNCIONAL, OFERTAR OU NÃO A DENÚNCIA, CONFORME OS ELEMENTOS DOS AUTOS. 1. Pedido de Procurador da República para esclarecer se "a análise procedida em sede de revisão limitou-se à competência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, possuindo, pois, o signatário independência funcional para apreciar outras questões, tais como presença de autoria e materialidade suficientes para oferecimento de denúncia, ou se a determinação exarada é para oferecimento de denúncia na qualidade de *longa manus."* 2. O colega designado tem absoluta autonomia para, escorado em sua independência funcional, ofertar ou não a denúncia, conforme os elementos dos autos.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
463.	Processo	:	1.22.000.000708/2005-61	Voto: 1117/2011	Origem:PRM-S. JOÃO DEL REI / MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. MEMBRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. PRERROGATIVA DE FORO. COMPETÊNCIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REMESSA AO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA. 1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar nos crimes comuns, membro do Tribunal de Contas dos Estados. 2. Nos termos do art. 48, II, da LC nº 75/93, incumbe ao Procurador-Geral da República propor perante o Superior Tribunal de Justiça a ação penal, nos casos previstos no art. 105, I, "a", da Constituição Federal. 3. Voto pela remessa dos autos ao Procurador-Geral da República.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
464.	Processo	:	1.34.010.001081/2010-92	Voto: 1118/2011	Origem: PRM-Ribeirão Preto/SP
465.	Processo	:	1.34.010.001130/2010-97	Voto: 1119/2011	Origem: PRM-Ribeirão preto/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 28 DO CPP. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONAL APLICABILIDADE NO CASO. 1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional. *2. In casu*, a quantidade de maços de cigarros de origem estrangeira apreendidos foram avaliados pela Delegacia da Receita Federal em apenas R$ 17,98 (dezessete reais e noventa e oito centavos), o que, excepcionalmente, impõe reconhecer como insignificante a conduta *sub examine*, a despeito da reincidência. 3. Com essas considerações, voto pela insistência no pedido de arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
466.	Processo	:	1.00.000.001676/2011-26	Voto: 1120/2011	Origem: 11ª VF DO CEARÁ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. POSSÍVEL PRÁTICA DO CRIME DE CONTRABANDO. APREENSÃO DE MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA EM RELAÇÃO À CONTRAVENÇÃO DE JOGO DE AZAR. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA AUSÊNCIA DE DOLO. FASE PRÉ-PROCESSUAL: "IN DUBIO PRO SOCIETATE". INDÍCIOS RAZOÁVEIS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. PERSECUÇÃO CRIMINAL. 1. O MPF manifestou-se pelo declínio de competência em relação à contravenção do jogo de azar e pelo arquivamento do feito em relação ao crime de descaminho, sob o argumento de ausência de dolo. Discordância do Magistrado quanto ao declínio, pois o investigado já respondeu pela contravenção em processo já encerrado, perante a Justiça Estadual, e em relação ao arquivamento por não se descartar a discussão em torno da possível ocorrência do delito de contrabando. 2. A promoção de arquivamento, pelo exclusivo argumento de ausência de dolo do investigado, não pode ser considerada nesta fase pré-processual, pois, neste momento, vigora o princípio *in dubio pro societate.* 3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
467.	Processo	:	1.00.000.000614/2011-05	Voto: 1121/2011	Origem: PR/MA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES. EMISSÃO E USO DE ATPF FALSIFICADA PARA LASTREAR TRANSPORTE DE CARVÃO VEGETAL (ARTS 297 e 304, AMBOS DO CP e ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9605/98). INDETERMINADO O LOCAL DE CONSUMAÇÃO DA FALSIFICAÇÃO E CONHECIDO O LOCAL DE CONSUMAÇÃO DO USO DAS ATPF FALSAS. 1. *In casu*, considerando que o local de consumação do delito de falsificação das ATPF's encontra-se ainda indeterminado, ao passo que o local de consumação do delito de uso de documento falso (art. 304 do CP) e do delito tipificado no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, foi o Município de Açailândia/MA, a atribuição para oficiar no presente feito é da Procuradora da República com atribuições no Município de Imperatriz/MA. 2. Voto pelo conhecimento do conflito negativo de atribuição, e, no mérito, por sua procedência, deliberando-se que a atribuição para prosseguir na persecução penal pertence à Procuradora da República suscitada, na PRM de Imperatriz/MA.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
468.	Processo	:	1.22.006.000251/2010-00	Voto: 1122/2011	Origem:PRM-PATOS DE MINAS/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO E CONTRA O MEIO AMBIENTE, TIPIFICADOS NO ART. 2º, *CAPUT*, DA LEI Nº 8.176/91 E NO ART. 55 DA LEI Nº 9.605/98. PERFURAÇÕES EM LAGOA E DESMATAMENTO. DILIGÊNCIAS. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. HOMOLOGAÇÃO. 1. Realização de perfurações que estariam manchando a água de lagoa com óleo diesel, e suposto desmatamento de uma de suas margens. Diligências. Não constatação dos delitos 2. Promoção de arquivamento pelo Procurador da República por falta de justa causa para a persecução penal. 3. Voto pela homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
469.	Processo	:	1.00.000.013142/2010-61	Voto: 1123/2011	Origem: 1ª VF DE SOROCABA/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS. ART. 55, DA LEI 9.605/98. ART. 2°, CAPUT, DA LEI 8.176/91. CONCURSO FORMAL. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PERSECUÇÃO PENAL. 1. Pelo disposto na legislação pátria, se os acusados, sem a devida autorização dos órgãos competentes, extraírem recursos minerais, acarretará prejuízo ao meio ambiente (art.55 da Lei n.º 9.605/98) e estará, igual e concomitantemente, usurpado bem do patrimônio da União (art. 2º da Lei n.º 8.176/61), lesando, assim, a ordem econômica. 2. No caso em tela, o fato do procedimento elaborado pela polícia ambiental estadual ter sido encaminhado para os Juizados Especiais Criminais Estaduais (processo n° 50/2007, 2ª Vara Criminal de Itu), que averiguou o crime previsto no art. 55 da Lei n° 9.605/98, não elide a apuração do delito previsto no art. 2° da Lei n° 8.176/91, uma vez que há concurso formal de crimes quando há extração de minério da União. 3. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
470.	Processo	:	1.29.000.002121/2010-01	Voto: 1124/2011	Origem: PR/RS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA BANCÁRIA EM DARF. CRIME DE FALSIFICAÇÃO E USO DE PAPEL PÚBLICO FEDERAL (ART. 293 DO CP). DECLINAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. 1. Para caracterizar-se a competência federal insculpida no artigo 109, IV, da CF, indispensável a ocorrência de lesão "a bens, serviços ou interesses da União", consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. 2. A só falsificação de autenticação mecânica bancária contida em DARF encerra prejuízo a serviço da União, pois o *falsum* praticado pelo investigado teve como fim especial fazer prova junto a órgão público federal, no caso, a Delegacia da Receita Federal, com o que houve ofensa direta e específica a órgão do Ministério da Fazenda pertencente à estrutura da União, o que determina a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988. Ademais, no caso em tela, houve a utilização do documento falsificado perante o fisco federal. 3. Posto isso, e com a devida *venia*, voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
471.	Processo	:	1.33.001.000331/2010-13	Voto: 1125/2011	Origem: PRM - BLUMENAU / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTA MANUTENÇÃO EM CATIVEIRO DE PÁSSAROS SILVESTRES DE ESPÉCIES AMEAÇADAS DE EXTINÇÃO, SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE (ART. 29, § 1º, III, DA LEI Nº 9.605/98). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. O membro do Ministério Público Federal entendeu que o crime apontado é de competência da Justiça Comum Estadual ao argumento de que os espécimes foram encontrados fora da área do Parque Nacional da Serra do Itajaí 2. Consta do Relatório de Fiscalização do IBAMA que dois espécimes apreendidos (penelope superciliares e sporophila frontalis) constam da Lista Oficial de Espécies Brasileiras Ameaçadas de Extinção. 3. Pela não-homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
472.	Processo	:	1.34.017.000196/2009-66	Voto: 1126/2011	Origem: 2ª VF - ARARAQUARA / SP
473.	Processo	:	1.00.000.016450/2010-49	Voto: 1127/2011	Origem: 2ª VF - ARARAQUARA / SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. POSSÍVEL PRÁTICA DO CRIME DE DESCAMINHO. APREENSÃO DE MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. 1. A natureza do produto impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, dado a proibição de sua importação e o rígido controle em relação a prática de jogos de azar no país. 2. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
474.	Processo	:	1.34.005.000211/2010-49	Voto: 1128/2011	Origem: 3ª VF EM FRANCA / SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	PEÇA INFORMATIVA. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. 1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF, com a ressalva do entendimento da relatoria. 2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
475.	Processo	:	1.25.005.0014542010-11	Voto: 1129/2011	Origem:VF E JEF CRIMINAL-LONDRINA/PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. 1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF, com a ressalva do entendimento da relatoria. 2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
476.	Processo	:	1.25.005.001478/2010-62	Voto: 1130/2011	Origem:VF E JEF CRIMINAL-LONDRINA/PR
477.	Processo	:	1.25.005.001515/2010-32	Voto: 1131/2011	Origem:VF E JEF CRIMINAL-LONDRINA/PR
478.	Processo	:	1.25.005.001609/2010-10	Voto: 1132/2011	Origem:VF E JEF CRIMINAL-LONDRINA/PR
479.	Processo	:	1.25.005.001639/2010-18	Voto: 1133/2011	Origem:VF E JEF CRIMINAL-LONDRINA/PR
480.	Processo	:	1.25.005.001783/2010-54	Voto: 1134/2011	Origem:VF E JEF CRIMINAL-LONDRINA/PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF, com a ressalva do entendimento da relatoria.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

481. Processo : 1.00.000.015045/2010-11 Voto: 1135/2011 Origem: PRE/PI
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. TRANSPORTAR MATERIAL DE CAMPANHA ELEITORAL. ARQUIVAMENTO. ATIPICIDADE. HOMOLOGAÇÃO.
1. Trata-se de inquérito policial para apurar a conduta de cidadãos que se encontravam nas imediações de seção eleitoral, transportando material de campanha, o que poderia caracterizar crime previsto no art. 39, § 5º, inciso III, da Lei nº 9.504/97.
2. O Promotor Eleitoral requereu o arquivamento por entender que, além da inexperiência dos acusados, os mesmos já foram punidos quando ficaram detidos na Delegacia.
3. O Juiz discordou do pedido alegando existência de elementos que sugerem indícios de materialidade e autoria do fato.
4. O mero transporte de sobra de material de campanha nas proximidades de seção eleitoral, sem a efetiva divulgação ou distribuição do mesmo, nem prova de aliciamento ou qualquer outro ato tendente a influenciar eleitores, é fato atípico, razão pela qual voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

482. Processo : 1.00.000.000694/2011-91 Voto: 1136/2011 Origem: 2ª VF/RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. CRIME DE ESTELIONATO CONTRA O INSS. RECEBIMENTO DE VALORES DE BENEFÍCIO POR MEIO FRAUDULENTO. ARTIGO 171, § 3º, DO CÓDIGO PENAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Para a incidência do princípio da insignificância, não se pode levar em conta apenas a repercussão econômica, mas também os interesses atingidos e a importância da conduta dentro do contexto social.
2. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

483. Processo : 1.34.016.000116/2009-82 Voto: 1137/2011 Origem: PRM-SOROCABA/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. FALSO TESTEMUNHO. ART. 342 DO CP. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA DO DEPOIMENTO PRESTADO. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de inquérito policial para apurar a suposta prática de crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal.
2. Conforme entendimento desta Câmara Criminal, para a configuração do crime de falso testemunho é necessária a existência de potencialidade lesiva nas declarações prestadas pela testemunha, o que não se verificou no presente caso. Precedentes do STF e STJ.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

484. Processo : 1.00.000.001961/2011-47 Voto: 1138/2011 Origem:VF E JEF-PATO BRANCO/ PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28, CPP. APRESENTAÇÃO DE MOEDA FALSA COMO PAGAMENTO DE CERVEJAS (ART. 289, §1º, CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O membro do *Parquet* Federal requereu o arquivamento do feito ante a insignificância do valor da fraude perpetrada, qual seja, 1 (uma) cédula de R$ 100,00 (cem reais) inautêntica.
2. O Magistrado Federal discordou das razões ministeriais por entender que o bem jurídico tutelado (fé pública) não deixa de ser ofendido em razão do valor ou quantidade de cédulas falsas.
3. A menor quantidade de notas ou o pequeno valor de seu somatório não é apto a quantificar o prejuízo advindo do ilícito perpetrado, a ponto de caracterizar a mínima ofensividade da conduta para fins de exclusão de sua tipicidade com base no princípio da insignificância. Precedente do STJ.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

485. Processo : 1.00.000.015163/2010-11 Voto: 1139/2011 Origem: 9ª VF CRIMINAL/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : AÇÃO PENAL. ART. 171, § 3º NA FORMA DO ARTIGO 71, AMBOS DO CP. MPF: RETIRADA DA PROPOSTA DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. CONCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INCABÍVEL A APLICAÇÃO, NEM MESMO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.
- O magistrado somente está autorizado a remeter ao órgão revisional do inquérito ou demais manifestações ministerial, quando considerar improcedentes as razões invocadas, o que não ocorre na hipótese presente.
- Incabível a aplicação, nem mesmo analógica, do art. 28 do CPP à hipótese dos autos.
- Voto pelo não conhecimento da remessa.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

486. Processo : 1.00.000.001938/2011-52 Voto: 1140/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇA INFORMAÇÃO. OMISSÃO DE DADOS NA CTPS DE EMPREGADO (ARTS. 297, §4º, DO CÓDIGO PENAL). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social".
2. A Súmula 62, STJ, apresenta manifestos equívocos em sua origem, não se podendo aplicá-la nem de forma subsidiária ao caso.
3. Assim, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal, no tocante ao crime previsto no artigo 297, §4º, do Código Penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

487. Processo : 1.00.000.013299/2010-97 Voto: 1141/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. OMISSÃO DE DADOS NA CTPS DE EMPREGADO (ARTS. 297, §4º, DO CÓDIGO PENAL). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social".
2. A Súmula 62, STJ, apresenta manifestos equívocos em sua origem, não se podendo aplicá-la nem de forma subsidiária ao caso.
3. Assim, voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal, no tocante ao crime previsto no artigo 297, §§ 3º e 4º, do Código Penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

488. Processo : 1.12.000.000306/2010-70 Voto: 1142/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. REPRESENTAÇÃO ANÔNIMA. SUPOSTO CRIME DE PEDOFILIA PRATICADO POR MAGISTRADOS ESTADUAIS. ARQUIVAMENTO POR AUSÊNCIA DE ELEMENTOS. NÃO HOMOLOGAÇÃO. COMPETÊNCIA POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. REMESSA DOS AUTOS AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO AMAPÁ.
1. Os magistrados têm foro por prerrogativa de função (art. 96, III, da CF), que no caso presente determina a competência do Tribunal de Justiça do Estado do Amapá para apuração de fato delituoso supostamente praticado por membros da magistratura estadual.
2. Voto pela não homologação do arquivamento e pela remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, para as providências no âmbito de sua competência.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

489. Processo : 1.33.000.005420/2010-66 Voto: 1143/2011 Origem: PR/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. CRIMES DE QUEBRA DE SIGILO BANCÁRIO (ART. 10 DA LEI COMPLEMENTAR N° 105/2001) E DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SIGILOSAS (ART. 153, 1º-A, DO CP). ARQUIVAMENTO POR ATIPICIDADE DA CONDUTA. HOMOLOGAÇÃO.
1. A questão posta nos presentes autos é de saber se ocorreu, fora das hipóteses legais, a quebra do sigilo bancário.
2.No caso em foco, o representado, em processo de desligamento de referida sociedade, teria obtido, sem autorização desta, extrato bancário de conta-corrente da sociedade, junto à instituição bancária, e fez juntada do referido extrato em ação que tramitou na 5ª Vara Cível de Florianópolis/SC, na qual se discutia os valores a serem pagos ao advogado dissidente.
3. A Lei n.º 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das instituições financeiras, não autoriza a estas o repasse direto e irrestrito, sem o crivo do Poder Judiciário, de dados financeiros de qualquer pessoa, física ou jurídica.
4. Segundo se extrai dos autos, o extrato foi emitido em data anterior á cientificação oficial (decisão da OAB) de que o sócio não mais participava do escritório de advocacia. Não há nenhuma evidência de que, nos termos da representação, tenha se utilizado de subterfúgios para obter o extrato que utilizou em ação de ajuste de haveres no âmbito do escritório de advocacia.
5. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

490. Processo : 1.00.000.001288/2011-45 Voto: 1144/2011 Origem: 1ª VF DE ARARAQUARA / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO CLANDESTINA. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. DISTINÇÃO ENTRE AS HIPÓTESES DO ART. 183 DA LEI 9.472/97 E O ART. 70 DA LEI 4.117/62. SERVIÇO DE MOTO-TÁXI. TELECOMUNICAÇÃO BILATERAL. CONDUTA QUE SE AMOLDA AO CRIME DO ART. 183 DA LEI 9472/97. TRANSAÇÃO PENAL INVIÁVEL.
1. Distinção tipológica entre as normas envolvidas: o art. 183 da Lei nº 9.472/97 fica limitado à telecomunicação bilateral via radiofrequencia ou com emprego de satélite. Já a a radiodifusão explorada *irregularmente* (mas como telecomunicação *unilateral*) está (ainda) regida pelo art. 70 da Lei 4.117/62.
2. O agente que opera serviço clandestino de radiocomunicação (moto-táxi), que permite envio e recebimento de informações por dois agentes/pontos (*telecomunicação bilateral)*, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9.472/97, cuja pena (detenção de 2 a 4 anos) inviabiliza proposta de transação penal.
3. Voto pelo não oferecimento da proposta de transação penal e pelo retorno dos autos ao Juízo de origem.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

491. Processo : 1.00.000.000734/2011-02 Voto: 1145/2011 Origem: 3ª VF DE BELÉM / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. DISTINÇÃO ENTRE AS HIPÓTESES DO ART. 183 DA LEI 9.472/97 E O ART. 70 DA LEI 4.117/62. PRESCRIÇÃO. ART 109, V, DO CP. ARQUIVAMENTO.
1. Distinção tipológica entre as normas envolvidas: o art. 183 da Lei nº 9.472/97 fica limitado à telecomunicação bilateral via radiofrequência ou com emprego de satélite. Já a a radiodifusão explorada *irregularmente* (mas como telecomunicação *unilateral*) está (ainda) regida pelo art. 70 da Lei 4.117/62.
2. O agente que opera emissora de rádio (que se caracterize como *telecomunicação unilateral)*, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no 70 da Lei nº 4.117/62.
3. Considerando que ao tipo previsto no art. 70 da Lei nº 4.117/62 é cominada pena máxima de 02 anos de detenção, e tendo em vista que o fato sub examine ocorreu em 16/06/2006, há que ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal.
4. Voto pela insistência no arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

492. Processo : 1.00.000.013113/2010-08 Voto: 1146/2011 Origem: VF DE GUANAMBI / BA
Relator : Dr. Douglas Fischer

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. DISTINÇÃO ENTRE AS HIPÓTESES DO ART. 183 DA LEI 9.472/97 E O ART. 70 DA LEI 4.117/62. PRESCRIÇÃO. ART 109, V, DO CP. ARQUIVAMENTO.
1. Distinção tipológica entre as normas envolvidas: o art. 183 da Lei nº 9.472/97 fica limitado à telecomunicação bilateral via radiofrequência ou com emprego de satélite. Já a a radiodifusão explorada *irregularmente* (mas como telecomunicação *unilateral*) está (ainda) regida pelo art. 70 da Lei 4.117/62.
2. O agente que opera emissora de rádio (que se caracterize como *telecomunicação unilateral)*, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no 70 da Lei nº 4.117/62.
3. Considerando que ao tipo previsto no art. 70 da Lei nº 4.117/62 é cominada pena máxima de 02 anos de detenção, e tendo em vista que o fato sub examine ocorreu em 25/10/2005, há que ser reconhecida a prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 109, inciso V, do Código Penal.
4. Voto pela insistência no arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

493. Processo : 1.00.000.000607/2011-03 Voto: 1147/2011 Origem: 3ª VF DE BELÉM / PA

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. DISTINÇÃO ENTRE AS HIPÓTESES DO ART. 183 DA LEI 9.472/97 E O ART. 70 DA LEI 4.117/62. DELITO FORMAL. PERSECUÇÃO CRIMINAL. ARQUIVAMENTO PELA PRESCRIÇÃO CONSIDERADA A PENA DO CRIME DO ART. 70 DA LEI 4.117. DISCORDÂNCIA DO JUÍZO *A QUO*.
1. Distinção tipológica entre as normas envolvidas: o art. 183 da Lei nº 9.472/97 fica limitado à telecomunicação bilateral via radiofrequência ou com emprego de satélite. Já a a radiodifusão explorada *irregularmente* (mas como telecomunicação *unilateral*) está (ainda) regida pelo art. 70 da Lei 4.117/62.
2. O agente que opera emissora de rádio (que se caracterize como *telecomunicação unilateral)*, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no 70 da Lei nº 4.117/62.
3. Para a consumação da conduta típica, basta que o agente instale ou utilize emissora de radiodifusão sonora sem que tenha observado a legislação e normas regulamentares, posto ser crime formal.
4. Tipificado o delito nas penas previstas na Lei nº 4.117/62, está prescrita a pretensão punitiva do Estado.
5. Voto pela manutenção do arquivamento.

Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge Voto: 2096/2011

Ementa : VOTO VENCEDOR. INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Como o fato sob exame ocorreu em 09/06/2005, a pretensão punitiva do Estado não foi fulminada pela prescrição, uma vez que o crime em questão é apenado com 2 a 4 anos de detenção, mas ainda não decorreram 8 (oito) anos desde a data do fato, conforme dispõe o art. 109, inciso IV, do Código Penal.
3. Não homologação do arquivamento.

Decisão : Vencido o Relator. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

494. Processo : 1.25.002.002948/2009-00 Voto: 1148/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. SUPOSTOS CRIMES DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA E AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO EM CTPS (ARTS. 337-A, INC. III, E 297, §3º, INC. II, AMBOS DO CP). PREJUÍZO AOS COFRES DO INSS: R$ 1.923,25. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO EM RAZÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Em se tratando de crimes em detrimento da Previdência Social, a aplicação do princípio da insignificância deve ser feita com parcimônia, ante o grau de reprovabilidade de tais condutas que, além de configurar lesão ao patrimônio público, comprometem a higidez de um sistema calcado na participação de futuros beneficiários, em regime de contribuição. Fraudar a Previdência põe em risco a sustentabilidade do mecanismo de seguro social. Recentíssimos precedentes do Supremo Tribunal Federal, que se aplicam - com mais razão ainda - ao delito previsto no art. 337-A, CP.
2.Inaplicabilidade do patamar de R$ 10.000,00 para fins de insignificância penal. Recente entendimento do STF que ratificou a impossibilidade de acorrer ao referido princípio em se tratando dos delitos em voga.
3. A 2ª Câmara firmou o enunciado nº 27, no sentido de que "*o processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social*".
4. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

495. Processo : 1.20.001.000085/2009-14 Voto: 1149/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME DE REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CÓDIGO PENAL) E DE PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (LEI Nº 10.826/2003). HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO QUANTO A ESTES DELITOS. INDÍCIOS DA PRÁTICA DOS CRIMES DE OMISSÃO DE ANOTAÇÃO DE CONTRATO DE TRABALHO EM CTPS E SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ARTS. 297, §4º, E 337-A DO CP). PERSECUÇÃO PENAL QUANTO AOS CRIMES DOS ARTS. 297, § 4º , E 337-A, AMBOS DO CP.
1. A inspeção realizada pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel não constatou elementos que indiquem a existência de trabalhadores em condições degradantes, submetidos a trabalho forçado ou sujeitos a violência ou coação por parte do empregador, razão pela qual não há que se cogitar do crime previsto no art. 149 do Código Penal.
2. Na ocasião da vistoria foi apreendida uma arma de fogo no interior de um dos alojamentos. Porém, face a data da apreensão da arma (12/11/2008), a conduta não se revela eivada de tipicidade em virtude do disposto no art. 20 da Lei nº 11.922/2009.
3. Verificou-se, contudo, a existência de admissão de empregados sem o respectivo registro em CTPS, fato que configura, em tese, a prática dos delitos previstos nos artigos 203 e 297, § 4º, ambos do Código Penal (Enunciado n. 26 desta 2ª CCR).
4. Por fim, salienta-se que a ausência de anotação de vínculo empregatício na CTPS acarreta, por via de consequência, ausência de recolhimento ou recolhimento a menor da contribuição devida à Previdência Social, fato este que se amolda ao tipo previsto no art. 337-A do Código Penal.
5. Voto pela homologação do arquivamento quanto ao crime do art. 149 do CP e em relação ao porte de arma de fogo, e pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal quanto aos crimes dos arts. 297, § 4°, e 337-A, ambos do CP.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

496. Processo : 1.00.000.007770/2010-16 Voto: 1150/2011 Origem:PRM-RIBEIRÃO PRETO/ SP

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE) OU ESTELIONATO. DISCUSSÃO ACERCA DA TIPICIDADE E, NO CASO, COMO CONSEQUÊNCIA, DA COMPETÊNCIA. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO MPF. PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. O caso concreto se revela como delito contra o sistema financeiro nacional. Houve obtenção de financiamento mediante fraude para a aquisição de veículo. Irrelevância da natureza do bem adquirido. O contrato é de financiamento e não de mútuo. Tipificação no art. 19, Lei 7.492/86. Precedentes do STJ.
2. Questão processual relevante. O inquérito iniciou perante a Justiça Estadual. Houve pedido de declínio, acolhido pelo juízo. O membro do MPF manifestou-se pelo "declínio de atribuições". Impossibilidade de análise do pedido. Devolução dos autos para que o juízo federal competente se manifestasse (afastada a possibilidade de se ter, no caso, conflito de atribuições). Discordância pela competência estadual. Recebimento como arquivamento indireto, a ser solucionado pela 2ª Câmara.
3. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para, na 4ª Vara da Seção Judiciária de Ribeirão Preto/SP, dar continuidade à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

497. Processo : 1.00.000.014724/2010-65 Voto: 1151/2011 Origem: PR/GO

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE ROUBO COM USO DE ARMA DE FOGO CONTRA FUNCIONÁRIO DOS CORREIOS. ARTIGO 157, § 2º, INCISO I, DO CP. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR AUSÊNCIA DE PROVAS DA AUTORIA. DISCORDÂNCIA DO JUÍZO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. De fato inexistem nos autos elementos suficientes a ensejar o início de persecução penal contra o principal suspeito, eis que o vitimado retratou-se do reconhecimento feito, quando da sua formalização, bem como porque declarou ter sido roubado por pessoa de cor "moreno escuro", característica não apresentada por aquele.
2. Posto isto, voto pela homologação do arquivamento promovido.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

498. Processo : 1.00.000.015236/2010-75 Voto: 1152/2011 Origem:PRM-CAMPINA GRANDE- PB

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : RÉU ESTRANGEIRO. CRIME PREVISTO NO ART. 309 DO CÓDIGO PENAL. CONDUTA QUE, ALÉM DE SE AMOLDAR AO CRIME, PREVÊ A EXPULSÃO. ART. 65 DA LEI 6.815/80 (ESTATUTO DO ESTRANGEIRO). IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO BENEFÍCIO DO *SURSIS* PROCESSUAL AO CASO EM FOCO. PELA CONTINUIDADE DO PROCESSO PENAL.
1. Réu denunciado pela prática, em tese, do delito previsto no artigo 309 do CP. Conduta que prevê, além da pena de 1 a 3 anos, prevista no tipo sancionar, a possibilidade de expulsão, existindo sentença condenatória.
2. O não oferecimento de proposta de suspensão do processo, por parte do Ministério Público, foi em razão de que a conduta praticada, em tese, prevê, além da pena de 1 a 3 anos, também a expulsão.
3. Na esteira de precedente do E. STJ cabe ao órgão acusador aquilatar sobre a conveniência de oferecer ou não a proposta da *sursis* processual.
4. Isto posto, voto pela impossibilidade de oferecimento de suspensão condicional do processo, dando-se continuidade à ação penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

499. Processo : 1.00.000.015588/2010-21 Voto: 1153/2011 Origem: PR/GO

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA. ARTIGO 299, DO CP, EM TESE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA PELA PENA EM PERSPECTIVA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. NOMEAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. O reconhecimento da prescrição retroativa pela pena projetada carece de fundamentação legal, sendo, inclusive, vedada pela Súmula nº 438, do STJ, bem como pelo Enunciado nº 28, desta C. Câmara.
2. Posto isto, voto pela designação de outro membro do *Parquet* federal para dar continuidade à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

500. Processo : 1.00.000.015820/2010-21 Voto: 1154/2011 Origem: PRM-C.DOS GOYTACAZES/RJ

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO NA FORMA TENTADA. CONDUTA QUE, EM TESE, AMOLDA-SE AO TIPO PREVISTO NO ARTIGO 171, § 3º, DO CP. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO.
1. Embora não configurado o crime de estelionato, porquanto a autarquia federal não foi induzida em erro, a falsificação do atestado médico utilizado constitui crime autônomo, devendo, portanto, ser devidamente apurado.
2. Tendo em vista a ausência de dolo de dois dos investigados, um que obteve o atestado médico falso e outro que apresentou o atestado no INSS, há que se averiguar a possível prática do delito de falsificação do documento particular, inserto no art. 298, do CP, que é de atribuição estadual.
3. Posto isso, voto pela homologação parcial do arquivamento e pela remessa dos autos para a Justiça Estadual para apreciação do delito de sua competência.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

501. Processo : 1.15.000.001717/2009-37 Voto: 1155/2011 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PESCA REALIZADA COM PETRECHOS PROIBIDOS. ARTIGO 34, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI Nº 9.605/98. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NO CASO CONCRETO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INEXISTÊNCIA DE DANO *RELEVANTE* AO MEIO-AMBIENTE. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Embora tratando-se de crime formal, a intenção do legislador ao inserir a norma penal *sub examine* no ordenamento jurídico, com efeito, era de proteger o meio-ambiente, porquanto facilitada a pesca quando realizada com petrechos tais.
2. Inexistente, pois, dano *relevante* ao meio-ambiente, bem como por tratar-se de pescador artesanal que objetiva, assim, o sustento de sua família, aplicável ao caso o princípio da insignificância.
3. Posto isso, manifesto-me no sentido da homologação do arquivamento promovido.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

502. Processo : 1.26.000.000759/2009-77 e (1.11.000.000379/2010-07) Voto:1156/2011 Origem: PR/AL

Relator : Dr. Douglas Fischer

Ementa : INQUÉRITOS CIVIS PÚBLICOS. COMERCIALIZAÇÃO DE ESPÉCIME PROVENIENTE DE PESCA EM PERÍODO PROIBIDO. ARTIGO 34, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, DA LEI Nº 9.605/98. 2,180 KG DE LAGOSTA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, POR ATIPIA DA CONDUTA, EM FACE DA AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE A LAGOSTA COMERCIALIZADA ERA PRODUTO PROVENIENTE DE PESCA ILEGAL, OU, ALTERNATIVAMENTE, COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. PESSOA JURÍDICA QUE DEIXOU DE INSCREVER-SE NO CADASTRO TÉCNICO DE ATIVIDADES POTENCIALMENTE POLUIDORAS OU UTILIZADORAS DE RECURSOS AMBIENTAIS. ARTIGO 68 DA LEI 9.605/98, C/C ARTIGO 17, II, DA LEI 6.938/81. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO, COM FUNDAMENTO NA INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 68 DA LEI DE CRIMES AMBIENTAIS E, AINDA, COM BASE NO PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO PENAL MÍNIMA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Com relação ao delito previsto no artigo 34, parágrafo único, inciso III, da Lei 9.605/98, diferentemente do membro oficiante, entende-se típica a conduta, pois existem nos autos indícios suficientes de que a pesca da espécime apreendida tenha se dado durante período defeso, sobretudo pelo conteúdo da Nota Técnica 001/2010-DICOF/IBAMA/PE.
2. Ademais, apontou ainda o órgão ambiental que "*sua pesca durante o período do defeso impede a reprodução dos indivíduos coletados. Tal atividade impacta negativamente a manutenção da população dessas espécies, com prejuízos a todo ecossistema marinho.*", o que impede a aplicação do princípio bagatelar ao caso.
3. No que toca ao suposto crime omissivo de não se inscrever a pessoa jurídica no cadastro técnico de que trata o art. 17, II, da Lei 6.938/81, atípica é a conduta por aplicação do princípio da intervenção penal mínima (bem como o da insignificância), uma vez que a penalidade
administrativa aplicada se mostra suficiente à repressão da conduta indevida.
4. Patente, por fim, a inconstitucionalidade do artigo 68 da Lei 9.605/98, "*A uma, por transformar, de uma só vez, toda e qualquer infração extrapenal em crime. A duas, por trazer redação que não descreve minimamente a conduta incriminada, qual seja, 'deixar de descumprir obrigação legal ou contratual, de relevante interesse ambiental'*. Violação aos princípios da legalidade penal e da tipicidade.
5. Isto posto, voto pela homologação do arquivamento do ICP nº 1.11.000.000379/2010-07, e pela designação de outro membro do *Parquet* federal, no caso do ICP nº 1.26.000.000759/2009-77, para dar continuidade à persecução penal, desapensando-se os feitos para tanto.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

503. Processo : 1.33.008.000208/2010-32 Voto: 1157/2011 Origem: PRM - ITAJAÍ/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO. CONDUTA QUE, EM TESE, SE AMOLDA AO DELITO DE CONCUSSÃO DE MÉDICO DO SUS - ARTIGO 316, DO CP. BEM JURÍDICO TUTELADO. CONFIABILIDADE DOS AGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES EM FAVOR DO MP ESTADUAL. NÃO-HOMOLOGAÇÃO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. É incontroverso que o bem jurídico tutelado pela norma em questão se trata da "Administração Pública", no particular aspecto da probidade e da eficácia dos funcionários públicos a ela vinculados. Sendo assim, há que prevalecer a competência da justiça federal para processamento e julgamento do feito.
2. Com relação ao reconhecimento da prescrição do delito pela pena em perspectiva, não há como ser reconhecida, vez que encontra óbice na Súmula nº 438, do STJ, bem como porque diverge do entendimento desta C. 2ª Câmara, sendo, inclusive, objeto do seu Enunciado nº 28.
3. Posto isto, voto pela não-homologação da declinação de atribuição em favor do Ministério Público Estadual de Santa catarina, bem como pela designação de outro membro do *Parquet* federal para dar continuidade à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

504. Processo : 1.34.016.000044/2006-21 Voto: 1158/2011 Origem: PRM-SOROCABA/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONDUTA QUE, EM TESE, AMOLDA-SE AO DELITO DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO, PRATICADO POR EX-SERVIDORA DO MUNICÍPIO DE LARANJAL PAULISTA/SP. ARTIGO 171, § 3º, DO CP. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO, COM FUNDAMENTO NA INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA DA FRAUDE PERPETRADA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Ficou constatado no presente inquérito que ex-servidora no Município de Laranjal Paulista/SP, aposentada por invalidez, foi aprovada em novo concurso público, tendo se manifestado perante o Prefeito Municipal, na tentativa de tomar posse no cargo para o qual aprovada, de forma a gerar dúvidas acerca da autenticidade do benefício previdenciário que percebia.
2. Entretanto, não existem nos autos quaisquer indícios de que o benefício percebido pela investigada fora obtido de forma fraudulenta.
3. Posto isso, manifesto-me no sentido da homologação do arquivamento promovido.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

505. Processo : 1.00.000.014701/2010-51 Voto:1159 /2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE FURTO QUALIFICADO POR FRAUDE (ART. 155, *CAPUT* E § 4º, II, DO CÓDIGO PENAL). ENTENDIMENTO DO *PARQUET* FEDERAL PELA IMPOSSIBILIDADE DE IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA DELITIVA. "PROJETO TENTÁCULOS". VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. A questão posta é de saber se, no delito em pauta, há ou não indícios suficientes para que a autoria seja caracterizada, desencadeando em uma ação penal.
2. No caso em foco, os meios tradicionais de investigação não se fazem suficientes para chegar a conclusões quanto a autoria do delito.
3. Necessidade de uma apuração dos fatos mais aprofundada pelo "Projeto Tentáculos".
4. Isto posto, voto pela homologação do pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

506. Processo : 1.00.000.015472/2010-91 Voto: 1160/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIMES DE ESBULHO POSSESSÓRIO (ART. 161, §1º, II, DO CP), EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES (ART. 345 DO CP), DANO QUALIFICADO EM RAZÃO DA UTILIZAÇÃO DE GRAVE AMEAÇA E SUBSTÂNCIA INFLAMÁVEL (ART. 163, § ÚNICO, I e II, DO CP) E FURTO QUALIFICADO MEDIANTE CONCURSO DE DUAS OU MAIS PESSOAS (ART. 155, §4º , IV, DO CP). ENTENDIMENTO DO *PARQUET* FEDERAL DE PRESCRIÇÃO DA DECADÊNCIA (AÇÕES PRIVADAS) E PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA NO QUE DIZ OS DOIS PRIMEIROS DELITOS E FALTA DE PROVAS QUANTO A MATERIALIDADE E AUTORIA DOS OUTROS CRIMES. COMPETÊNCIA FEDERAL.
1. A questão posta diz respeito ao prosseguimento da ação penal no que se refere aos delitos de dano qualificado e furto qualificado, consequentemente a constatação de autoria e materialidade delitivas.
2. A título de informação, precipuamente, aponta-se para a aplicabilidade ao caso da Súmula n. 140 do STJ. Tal entendimento ocorre porque a contenda se deu, aparentemente, por disputa de terras envolvendo comunidade indígena - que se enquadraria no inciso XI do art. 109 da
Constituição Federal (neste sentido o CC n. 35.489/RS, da lavra do Ministro Paulo Gallotti).
3. Decadência e prescrição dos crimes de esbulho possessório e exercício arbitrário das próprias razões.
4. No caso em foco, um grupo de índios da etnia Tupinambá, comandados pelo indiciado, invadiu uma propriedade rural, lançando mão de métodos violentos para a concreção de seus objetivos. Entretanto, não há elementos seguros a apontar que, no caso concreto, praticaram os delitos de furto.
5. Isto posto, voto pela homologação do arquivamento.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. A Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque aguarda para proferir o voto.

507. Processo : 1.12.000.000996/2010-67 Voto: 1161/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA E DE USO DE DOCUMENTO FALSO ARTIGOS 299 E 304, RESPECTIVAMENTE, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. ENTENDIMENTO DO *PARQUET* FEDERAL DE CRIME IMPOSSÍVEL, EM FACE DA INEFICÁCIA DO MEIO EMPREGADO. *POST FACTUM* IMPUNÍVEL. VOTO PELA HOMOLOGAÇÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. A questão posta é de saber se a conduta perpetrada pelos empregadores configura-se ou não como crime impossível.
2. No caso em foco, os investigados lançam mão de folhas de ponto com horários adulterados, com intuito de mascarar a jornada de trabalhado de sua empregada.
3. As folhas de ponto, que eram manifestamente adulteradas, foram retiradas como meio de prova da reclamatória trabalhista em face da Súmula nº 338, III, TST.
4. O uso de documento falso se caracteriza como *post factum* impunível no caso em comento.
5. Isto posto, voto pela homologação do pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

508. Processo : 1.15.000.001038/2007-04 Voto: 1162/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ARTIGO 62, INCISO IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM VALOR INFERIOR A R$ 10.000,00. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1.Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334, §1ª, do Código Penal).
2. Mercadorias avaliadas em R$ 15.665,00 e tributos sonegados em valor inferior a R$ 10.000,00.
3. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância, com a ressalva do entendimento da relatoria.
4. Precedentes do STJ e STF.
5. Isto posto, voto pela insistência no pedido de arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

509. Processo : 1.15.000.001810/2009-41 Voto: 1163/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. EX-PREFEITO MUNICIPAL. SUPOSTA UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS PÚBLICOS ORIUNDOS DE CONVÊNIOS FIRMADOS COM O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. ART. 1º DO DEC-LEI N° 201/67. ARQUIVAMENTO COM BASE NA AUSÊNCIA DE CONDUTA TÍPICA EM RELAÇÃO AO CONVÊNIO DE 1998 E ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA TESE DA PRESCRIÇÃO EM RELAÇÃO AO CONVÊNIO FIRMADO EM 2002. CONDUTA QUE DEVE SER MELHOR INVESTIGADA PARA O CORRETO ENQUADRAMENTO TÍPICO EM RELAÇÃO AO 2º CONVÊNIO. ARQUIVAMENTO PARCIAL. PROSSEGUIMENTO DA INVESTIGAÇÃO
PENAL.
1. Procedimento administrativo instaurado a partir do recebimento de representação criminal dando conta de irregularidades perpetradas por parte do ex-prefeito municipal de General Sampaio/CE em convênios celebrados com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, o que encontraria adequação típica no art. 1º do Decreto-Lei nº 201/67.
2. Com razão em parte o Colega Procurador da República oficiante. Efetivamente, em relação ao primeiro convênio, não há falar em tipicidade penal, pois a conduta não se enquadra em nenhuma das figuras previstas no aludido decreto-lei.
3. No que se refere ao segundo convênio, entende-se que não foi investigada a possibilidade de apropriação, desvio ou utilização dos valores em proveito próprio ou alheio. É verdade que não há nos autos nenhuma informação acerca da ocorrência dos verbos nucleares típicos aventados, mas isso também não foi apurado de forma amiúde nos autos. Não se pode apontar, com certeza, acerca da ausência de conduta de apropriação, desvio ou utilização em proveito próprio ou alheio. A Tomada de Contas feita pelo Ministério da Educação
verificou apenas o aspecto financeiro (fl. 44). Talvez, por isso, é que não se apontou se os recursos foram apropriados, desviados ou utilizados em proveito próprio ou alheio.
4. A abertura de IPL parece ser a melhor forma para saber o correto enquadramento típico da conduta em relação aos recursos oriundos do Convênio n° 800057/2002, uma vez que se a conduta se enquadrar nos incisos I e II do Decreto-Lei n° 201 os fatos ainda não estão prescritos, pois a pena máxima é de 12 anos
5. Voto pelo arquivamento parcial e designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à investigação penal no tocante ao Convênio n° 800057/2002.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

510. Processo : 1.00.000.013108/2010-97 Voto: 1164/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIMES DE ESBULHO POSSESSÓRIO (ART. 161, §1º, II, DO CP) E FURTO QUALIFICADO MEDIANTE CONCURSO DE DUAS OU MAIS PESSOAS (ART. 155, §4º , IV, DO CP) . ENTENDIMENTO DO *PARQUET* FEDERAL DE PRESCRIÇÃO DA PRETENÇÃO PUNITIVA NO QUE DIZ RESPEITO À CONDUTA INSERTA NO ARTIGO 161, §1º, II. DO CÓDIGO PENAL. ARQUIVAMENTO MANTIDO PELA AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO MÍNIMA E SUFICIENTE DO DELITO REMANESCENTE.
1. A questão posta diz respeito à suficiência ou não de provas nos autos, consequentemente sobre o prosseguimento da ação penal no que se refere ao delito de furto qualificado.
2. A título de informação, precipuamente, aponta-se para a aplicabilidade ao caso da Súmula n. 140 do STJ. Tal entendimento ocorre porque a contenda se deu, aparentemente, por disputa de terras envolvendo comunidade indígena - que se enquadraria no inciso XI do art. 109 da
Constituição Federal (neste sentido o CC n. 35.489/RS, da lavra do Ministro Paulo Gallotti).
3. Prescrição do crime de esbulho possessório.
4. No caso em foco, embora exista referência de que os índios estariam vendendo cacau, não há liame que estes bens são aqueles objeto do furto supostamente praticado.
5. Voto pela manutenção do arquivamento.

Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. A Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque aguarda para proferir o voto.

511. Processo : 1.00.000.014064/2010-12 Voto: 1165/2011 Origem: PRM DE SINOP/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CP). AUSÊNCIA DE PROVAS DA MATERIALIDADE. NECESSIDADE DE JUNTADA INQUÉRITO CIVIL INSTAURADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Não há provas da materialidade delitiva do art. 149 do Código Penal. Necessário frisar que, quando do pedido de primeiro arquivamento do presente feito, não houve a homologação por parte dessa 2ª Câmara porque não havia sido diligenciado junto a Fazenda Suprema para saber da existência de condições degradantes de trabalho.
2. Após a abertura do IPL, não foi realizada, por parte da Polícia Federal, verificação no local, tampouco o Ministério Público do Trabalho enviou documentos referentes às condições de trabalho do local onde, supostamente, teria ocorrido o delito de redução à condição análoga à de escravo, remetendo apenas os documentos que dão consta da instauração de Procedimento Preparatório de Inquérito Civil, muito embora nos autos conste que a Fazenda Suprema foi fiscalizada.
3. Faz-se necessária a juntada do resultado da apuração efetivada pelo Ministério Público do Trabalho, Procuradoria Regional do Trabalho da 23ª Região, a fim de saber da existência ou não da materialidade delitiva do delito previsto no art. 149 do CP, sendo prematuro o encerramento das apurações
4. Assim, voto pela não homologação do arquivamento, notadamente para que se verifique a existência do resultado da apuração efetivada pelo Ministério Público do Trabalho na Fazenda Suprema.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

512. Processo : 1.00.000.015464/2010-45 Voto: 1166/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : TERMO CIRCUNSTANCIADO. UTILIZAR SUBPRODUTO ANIMAL EM ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES. INFRAÇÃO, EM TESE, DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA "DOENÇA DA VACA LOUCA". ART. 268 DO CÓDIGO PENAL E ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2004 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDIRETO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. MUITO EMBORA ENTENDIMENTO DO SIGNATÁRIO EM SENTIDO CONTRÁRIO, A 2ª CCR FIRMOU ENTENDIMENTO DE SER ATRIBUIÇÃO DO MPF.
1. Termo Circunstanciado instaurado em virtude de representação feita pelo Serviço de Sanidade Agropecuária, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, noticiando suposta violação ao disposto no art. 268 do Código Penal.
2. Na linha de precedentes da Câmara, constata-se na conduta potencialidade lesiva que não se restringe, tão somente, ao âmbito dos Estado Federados.
3. Manutenção do entendimento do signatário, votando pela homologação do declínio.
Relatora designada : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge Voto: 2097/2011
Ementa : VOTO-VENCEDOR. TERMO CIRCUNSTANCIADO. CRIME PREVISTO NO 268 DO CÓDIGO PENAL. INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA. "DOENÇA DA VACA LOUCA". ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2004 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. A infração de medida sanitária preventiva determinada pelo Ministério da Agricultura, no exercício de suas atribuições típicas, atenta contra serviço da União. Com base no art. 109-IV da Constituição, a competência é federal.
2. Ademais, verifica-se que a potencialidade lesiva da conduta não se restringe ao âmbito dos Estados Federados.
3. Não homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Vencido o Relator. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

513. Processo : 1.00.000.015560/2010-93 Voto: 1167/2011 Origem: PRM - PETRÓPOLIS/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE REALIZAÇÃO DE OBRAS SEM AUTORIZAÇÃO DOS ÓRGÃOS COMPETENTES EM IMÓVEL TOMBADO. ARTIGO 63 DA LEI Nº 9605/98. ENTENDIMENTO DO *PARQUET* FEDERAL DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR, TENDO EM VISTA A PROXIMIDADE DA PENA FUTURAMENTE APLICADA COM O MÍNIMO LEGAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL EM PERSPECTIVA. NOVAS INFORMAÇÕES PODERÃO SER CONSTATADAS NO DECORRER DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. NOMEAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. Os investigados realizaram reformas em imóvel tombado pelo IPHAN, sem qualquer autorização dos órgãos competentes, sendo a materialidade do delito cabalmente comprovada nos autos.
2. A questão é averiguar se há ou não interesse de agir, em face da possível prescrição retroativa no momento em que for decretada a pena.
3. Em que pese a falta, momentânea, de dados que induzam a um aumento de pena, nada obsta que tais informações se façam presentes após a instrução processual.
4. Possibilidade da pena ser fixada acima de 2 (dois) anos, projetando a efetiva prescrição para 2013.
5. Isto posto, voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

514. Processo : 1.13.000.000277/2006-22 Voto: 1168/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTO RECEBIMENTO DE VALORES PROGRAMA FEDERAL DE FORMA IRREGULAR. NECESSIDADE DE ABERTURA DE INQUÉRITO POLICIAL. NOMEAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento Administrativo Criminal instaurado na Procuradoria da República no Estado de Amazonas/AM, em face no contido nos termos de declarações de determinadas denunciantes, dando conta da ocorrência, em tese, de crimes de estelionato (Art. 171, caput e §3°, do CP), cometidos por pessoas que estariam a receber valores de programas federais, tais como bolsa-família e bolsa-escola, sem estarem incluídas nos requisitos legais para usufruírem de tais benesses. Os fatos estariam ocorrendo no Município de Boca do Acre/AM.
2. Numa das declarações que deu azo à instauração do procedimento, há referência de percepção de valores de programa federal por parte de determinada pessoa mesmo ela possuindo renda. A referida beneficiária aparece na relação da fl. 21, que arrola as pessoas que tiveram o benefício cancelado por ausência de atualização cadastral.
3. Há indícios de recebimento de valores oriundo de programa federal de forma fraudulenta, fato que merece uma apuração mais detalhada, em especial por meio de inquérito policial.
4. Isto posto, voto pela designação de outro membro do *parquet* federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

515. Processo : 1.18.000.002473/2010-31 Voto: 1169/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. CONDUTA QUE, EM TESE, CONFIGURA DELITO DE ESTELIONATO (ARTIGO 171, DO CP) E CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR (ARTIGO 2, IX, DA LEI Nº 1.521/51). *CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MP ESTADUAL E MP FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.*
1. Compete ao Supremo Tribunal Federal dirimir conflito negativo de atribuições entre o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual.
2. Voto pela remessa dos autos ao STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

516. Processo : 1.22.006.000153/2010-64 Voto: 1170/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS/ MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. CRIME DE ESTELIONATO. PRESTAÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA NO IRPF COM A FINALIDADE DE OBTER RESTITUIÇÃO A MAIOR DE IMPOSTO DE RENDA. PARCELAMENTO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO. ART. 9º DA LEI 10684/03. NÃO CONFIGURAÇÃO DE CRIME DE TRIBUTÁRIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL. NECESSIDADE DE INSTAURAÇÃO DE IPL.
1. O tipo penal do artigo 1º da Lei nº 8.137/90 pressupõe que o agente, mediante as condutas-meio elencadas nos seus incisos, incorra na "supressão" ou "redução" de tributos.
2. O procedimento administrativo em questão deixa claro que a conduta criminosa se amolda ao tipo do artigo 171, *caput* e § 3°, do Código Penal, na medida em que a agente obteve restituição indevida do imposto de renda em prejuízo da União por apresentar declaração de "ajuste" prestando declarações falsas.
3. Não houve supressão ou redução de tributos, mas redução da *base-de-cálculo* dos tributos, que gerou, na "declaração de ajuste", a obtenção, pela agente, de vantagem indevida em detrimento do Fisco Federal.
4. Voto, pois, pela instauração do Inquérito Policial para investigar o delito de estelionato, dando-se prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

517. Processo : 1.34.004.101120/2010-30 Voto: 1171/2011 Origem: PRM EM CAMPINAS/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : CRIMES DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA (ART. 203 DO CP), FRAUDE À EXECUÇÃO (ART. 179 DO CP) E FORMAÇÃO DE QUADRILHA (ART. 288 DO CP). MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. A competência é da Justiça Federal, porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente , há contrariedade do acórdão por tal interpretação ao disposto no art. 109, VI, da CRFB.
2. A competência para julgar - todos - os crimes contra a organização do trabalho são da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.
3. Crimes de fraude à execução e de formação de quadrilha, sendo conexos à conduta tipificada no artigo 203, do Código Penal, são atraídos para a competência federal.
4. Isto posto, voto pela designação de outro membro do *Parquet* federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

518. Processo : 1.00.000.002229/2011-94 Voto: 1172/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO FEDERAL - CTPS - (ART. 297 DO CP). INFRAÇÃO PRATICADA CONTRA INTERESSE DA UNIÃO, AINDA QUE NÃO CONFIGURADA UTILIZAÇÃO PERANTE ENTE FEDERAL. POTENCIALIDADE LESIVA EVIDENTE.
1. A só falsificação de documentos federais, independentemente do uso que se faz (se perante órgãos públicos federais, estaduais, municipais ou privados), induz à atribuição do MPF e competência da Justiça Federal. Precedentes do STF, STJ e TRF 4ª Região.
2. Voto pela designação de outro membro para continuar na apuração dos fatos.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

519. Processo : 1.25.002.002103/2010-40 Voto: 1173/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇA INFORMATIVA. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL..
1. Peça Informativa instaurada para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

520. Processo : 1.25.002.002129/2010-98 Voto: 1174/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇA INFORMATIVA. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL..
1. Peça Informativa instaurada para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

521. Processo : 1.25.003.009121/2010-42 Voto: 1175/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇA INFORMATIVA. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REITERAÇÃO CRIMINOSA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL..
1. Peça Informativa instaurada para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a incidência do referido princípio devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

522. Processo : 1.00.000.001244/2011-15 Voto: 1176/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO DE SELO OU SINAL PÚBLICO. CONDUTA QUE, EM TESE, AMOLDA-SE AO TIPO PREVISTO NO ARTIGO 296, II, DO CP. COMPETÊNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO.
1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar os fatos que circundam a prática, em tese, do crime de falsificação de selo ou sinal público, previsto no art. 296, II, do Código Penal.
2. No caso dos autos, houve a apresentação, perante a Receita Federal, de "Documento Básico de Entrada do CNPJ" com reconhecimento de firma e selo cartorários falsificados. O *Parquet* Federal entende inexistir, no caso concreto, ofensa direta a bens,serviços ou interesse da União - opinando pela remessa do feito à Justiça Estadual -, do que discorda o Juízo *a quo*.
3. A falsificação de reconhecimento de firma e selo cartorários não tem o condão de, por si só, atrair a competência federal para processar e julgar o feito. Entretanto, no caso concreto, verifica-se que houve a apresentação, perante a Receita Federal, de documento que visava a alteração de CNPJ e continha reconhecimento de firma e selo cartorários supostamente falsos. No momento do uso, portando, se identifica a competência federal.
4. Voto pela não homologação do declínio de atribuições em favor do Ministério Público Estadual de São Paulo e pela designação de outro membro do *Parquet* federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

523. Processo : 1.34.014.000161/2009-57 Voto: 1177/2011 Origem:PRM-S. J.DOS CAMPOS/ SP
Relator : Dr. Douglas Fischer

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ART. 203 DO CP) E DE EMISSÃO DE ATESTADOS MÉDICOS FALSOS (ART. 302 DO CP). ARQUIVAMENTO DO DELITO QUE ATRAÍA A ATRIBUIÇÃO AO MPF. NECESSIDADE DA REMESSA DOS AUTOS AO MP ESTADUAL PARA APRECIAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 302 DO CP.
1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de Representação do Sindicato dos Trabalhadores da Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos e Região em que se noticiam possíveis crimes de frustração mediante fraude de direitos trabalhistas (art. 203 do CP) e emissão de atestados médicos falsos (art. 302 do CP), estes últimos perpetrados, em tese, pelo médico coordenador do trabalho durante os procedimentos de demissão em massa na EMBRAER.
2. Esta 2ª CCR, por voto da lavra do signatário, entendeu que o pedido de arquivamento formulado mostrava-se prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes nos autos e da possibilidade dos fatos descritos configurarem, ao
menos em tese, ilícito penal.
3. Por um lapso, não constou manifestação expressa acerca do pedido de arquivamento formulado em relação ao delito previsto no art. 203 do CP. Efetivamente, não se configurou o delito mencionado, uma vez que houve, inclusive, pronunciamento do TST, em dissídio coletivo promovido, afastando a existência de abusividade na conduta da EMBRAER.
4. Com relação ao delito previsto no art. 302 do CP, emissão de atestados médicos falsos, com razão o Procurador da República que subscreve o pedido de esclarecimentos, uma vez que os Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) foram emitidos por médico vinculado à
EMBRAER, empresa privada, não existindo, destarte, interesse da União e suas entidades na forma preconizada no art. 109, IV, da Carta Magna/1988
5. Não sendo, portanto, caso de aplicação da Súmula n° 122 do E. STJ, devem ser remetidos os autos ao Ministério Público Estadual de São José dos Campos/SP, o qual tem atribuição para apreciação dos fatos referentes à emissão de atestados médicos com indícios de falsidade (art. 302 do CP).
6. Voto, pois, pela remessa dos autos ao Ministério Público Estadual de São José dos Campos, bem assim seja comunicado o Procurador-Chefe para cancelamento da designação.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

524. Processo : 1.34.010.000951/2010-14 Voto: 1178/2011 Origem:PRM-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 28 DO CPP. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE CONTRABANDO DE CIGARROS (CP, ART. 334). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONAL APLICABILIDADE NO CASO.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. In casu, foram apreendidos apenas 06 (seis) maços de cigarros de origem estrangeira, o que, excepcionalmente, impõe reconhecer como insignificante a conduta *sub examine*, a despeito da reincidência.
3. Com essas considerações, voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

525. Processo : 1.25.002.000992/2010-19 Voto: 1179/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇA INFORMATIVA. SUPOSTO ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO, NA FORMA TENTADA (ART. 171, § 3º, DO CP). POSTULAÇÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO DE PENSÃO POR MORTE. ARQUIVAMENTO JUDICIAL. RECUSA DO JUIZ EM APRECIAR O PEDIDO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS AO JUÍZO *A QUO*.
1. Apuração da suposta prática do crime descrito no artigo 171, § 3º, do Código Penal, em decorrência de postulação de benefício previdenciário de pensão por morte.
2. O Juizado Especial Federal Cível e Previdenciário de Cascavel/PR indeferiu a concessão do benefício e remeteu os autos ao MPF para as providências cabíveis, em razão de divergências fáticas.
3. O Procurador da República entendeu ausente a materialidade do delito e requereu o arquivamento do feito judicialmente.
4. O juízo se negou a apreciar o feito, dizendo que o arquivamento deveria ser somente em âmbito administrativo.
5. Malgrado entendimento do signatário no sentido de que o arquivamento deveria ser feito exclusivamente no âmbito do titular da ação penal, não se pode olvidar que uma vez instado o Poder Judiciário deve prestar a jurisdição.
6. Voto pela remessa dos autos ao juízo para que aprecie o pedido de arquivamento, na linha de precedentes jurisprudenciais.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

526. Processo : 1.00.000.002263/2011-69 Voto: 1180/2011 Origem: 11ª VF DE GOIÂNIA/GO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. APREENSÃO DE MERCADORIAS ESTRANGEIRAS SEM DOCUMENTAÇÃO LEGAL DE IMPORTAÇÃO (ART. 334 DO CP). MPF: DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. COMPETÊNCIA DO LOCAL DA APREENSÃO.
1. O Procurador da República requereu o declínio de competência em favor da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, por entender ser desta a competência para processamento e julgamento do feito, nos termos da Súmula 151 do STJ.
2. O Juiz Federal da Seção Judiciária de Goiás firmou a competência do Juízo de Goiânia/GO para processar o feito.
3. À luz do disposto na Súmula 151, STJ,as investigações devem prosseguir perante a Subseção Judiciária de Uberlândia/MG, e não em Goiânia/GO.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

527. Processo : 1.29.000.001184/2010-31 Voto: 1181/2011 Origem:PRM-NOVO HAMBURGO/RS
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO. CONTRABANDO. ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADO POR NÃO SE ACEITAR A APLICAÇÃO DA INSIGNIFICÂNCIA EM DELITOS DE DESCAMINHO. MANIFESTO EQUÍVOCO. REVISÃO DE OFÍCIO, NA MEDIDA EM QUE O ARQUIVAMENTO FOI REALIZADO POR *BIS IN IDEM*.
1. Em feito da relatoria do signatário, a 2ª CCR não homologou o arquivamento por entender não se aplicar a insignificância em delitos de contrabando.
2. Houve equívoco do voto-condutor, induzindo em conclusão não acertada. O arquivamento produzido se deu porque, pelos mesmos fatos, já havia sido proposta ação penal com sentença absolutória.
3. Voto no sentido de revisar *ex officio* o julgamento para o fim de homologar o arquivamento, malgrado o entendimento da Câmara a respeito do tema.
4. Comunicação ao Procurador-Chefe da PRRS para que revogue a designação de colega para continuar na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

528. Processo : 1.25.002.001889/2010-88 Voto: 1182/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
529. Processo : 1.25.002.000047/2011-90 Voto: 1183/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
530. Processo : 1.25.002.001565/2010-40 Voto: 1184/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1.Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

531. Processo : 1.25.014.000026/2009-11 Voto: 1185/2011 Origem:PRM DE PATO BRANCO/PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL PARA APURAÇÃO DE FALSOS TESTEMUNHOS PRESTADOS NOS AUTOS DE AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ARQUIVAMENTO PELA SUPOSTA AUSÊNCIA DE DOLO. POTENCIALIDADE LESIVA DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para investigar materialidade de suposta prática de crime de falso testemunho, previsto no artigo 342 do Código Penal.
2. O crime de falso testemunho exige a potencialidade lesiva das declarações prestadas pelas testemunhas. Precedentes do STF e STJ. É o caso dos autos.
3. Voto pela designação de outro Procurador para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

532. Processo : 1.25.005.000166/2008-17 Voto: 1186/2011 Origem: PRM-LONDRINA/PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DESCAMINHO. ARTIGO 334, §1º, "C", DO CP. TRIBUTOS ILUDIDOS ESTIMADOS EM R$ 1.121,21. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE ANTE À COMPROVADA REITERAÇÃO DELITIVA DO INVESTIGADO EM DELITOS DA MESMA NATUREZA. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. Mercadorias, cujos tributos, no valor estimado de R$ 1.121,21, foram iludidos, apreendidas no interior do ônibus de placa MAP-4737, de propriedade do investigado, por não estarem acompanhadas de documentação comprobatória de sua regular internação no país, na ocasião do atendimento a uma ocorrência de acidente envolvendo o automóvel supracitado, que estava incendiando.
2. De fato, o montante dos tributos iludidos é inferior ao valor adotado pelos Tribunais Superiores para fim de aplicação do princípio da insignificância. Entretanto, havendo notícia nos autos de que o investigado pratica reiteradamente delitos da mesma natureza, impossível a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.
3. Posto isto, voto pela designação de outro membro do *Parquet* federal, a fim de dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

533. Processo : 1.25.006.000077/2007-80 Voto: 1187/2011 Origem: PRM-MARINGÁ/PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO. AUSÊNCIA DE MATERIALIADDE. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NO RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO RETROATIVA PELA PENA EM PERSPECTIVA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. DELITO DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PARTICULAR. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. HOMOLOGAÇÃO POR FUNDAMENTOS DIVERSOS.
1. O reconhecimento da prescrição retroativa pela pena projetada carece de fundamentação legal, sendo, inclusive, vedada pela Súmula nº 438, do STJ, bem como pelo Enunciado nº 28, desta C. Câmara.
2. Entretanto, há de ser homologado o arquivamento, uma vez que a conduta perpetrada pelos indiciados carece de tipicidade, não tendo sido o INSS induzido em erro.
3. Impossível, ainda, caracterização do delito de falso, eis que não demonstrada a falsidade dos documentos supostamente falsos.
4. Posto isto, voto pela homologação do arquivamento promovido.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

534. Processo : 1.25.002.001737/2010-85 Voto: 1479/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

535. Processo : 1.25.003.003013/2010-66 Voto: 1480/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

536. Processo : 1.00.000.002988/2011-57 Voto: 1481/2011 Origem: 1ª VF - ARAÇATUBA / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NA SUPOSTA AUSÊNCIA DE PROVA DE EXPEDIENTE ILUSÓRIO (*RECTIUS:* FRAUDULENTO) DOS TRIBUTOS ADUANEIROS. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA. REJEIÇÃO DO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM REMESSA DOS AUTOS AO PROCURADOR GERAL DA REPÚBLICA.
1. Considerando o aspecto formal, evidencia-se a presença de indícios da autoria e da materialidade a embasar o oferecimento da denúncia *in casu*, além da justa causa necessária à propositura da ação penal, restando ausente qualquer causa extintiva de punibilidade ou excludente de ilicitude ou tipicidade aptas a implicarem na rejeição da denúncia.
2. Voto pela designação de outro Membro do MPF para prosseguir na persecução penal.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

537. Processo : 1.31.000.000202/2011-91 Voto: 1488/2011 Origem: PR/RO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. POSSÍVEL CRIME AMBIENTAL (ARTS. 39, 40 E 45 DA LEI N° 9.605/98), CONSISTENTE EM EXPLORAR OU DANIFICAR FLORESTA OU QUALQUER TIPO DE VEGETAÇÃO SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO COMPETENTE. INEXISTÊNCIA DE CONDUTA TÍPICA (02 ÁRVORES CONHECIDAS POPULARMENTE COMO "IMBAUBARANA" - NÃO SÃO MADEIRA DE LEI E ESTAVAM EM ÁREA DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO CAPAZES DE JUSTIFICAR A ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA A PERSECUÇÃO PENAL. DECLÍNIO.
1. A Procuradora da República oficiante requereu o arquivamento em relação às condutas por não se amoldarem ao crime do art. 39 da Lei nº 9.605/98, porque as árvores não foram cortadas em floresta considerada de presenvação permanente. Não há que se falar também no crime do art. 45, do mesmo diploma legal, porque a espécie 'Imbaubarana' não é madeira de lei.
2. Voto pela não homologação do arquivamento, declinando para o Ministério Público Estadual. Como não se trata de área de conservação federal, inviável analisar o mérito do arquivamento .
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

538. Processo : 1.33.010.000004/2011-33 Voto: 1188/2011 Origem: PR/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Ter em depósito e transportar carvão vegetal sem licença válida ou autorização do órgão competente. Suposto crime ambiental previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

539. Processo : 1.23.000.000128/2011-84 Voto: 1189/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informações. Prestação de informação falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual (SEMA/PA). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

540. Processo : 1.23.003.000309/2010-08 Voto: 1190/2011 Origem: PRM-ALTAMIRA/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informações. Prestação de informação falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

541. Processo : 1.11.000.000979/2009-23 Voto: 1191/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Destruição, por meio de fogo, de área de preservação permanente, integrante do bioma Mata Atlântica, sem licença do órgão ambiental competente. Suposto crime ambiental ocorrido em terras particulares. Art. 38 da Lei nº 9.605/98. Inexistência de interesse direto da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

542. Processo : 1.23.000.001552/2010-65 Voto: 1192/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Constituição fraudulenta de pessoa jurídica mediante utilização, perante a Junta Comercial do Estado do Pará - JUCEPA, de dados pessoais de terceiro não participante do quadro societário. Atribuição do P*arquet* estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

543. Processo : 1.28.000.000668/2010-09 Voto: 1193/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça de informação. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, inc. I, da Lei nº 8.176/91). Comercialização de combustível fora das especificações técnicas exigidas pela ANP. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

544. Processo : 1.12.000.000675/2010-62 Voto: 1194/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, inc. I, da Lei nº. 8.176/91). Armazenamento, transporte e comercialização de combustível fora das especificações exigidas pela ANP. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

545. Processo : 1.12.000.000941/2010-57 Voto: 1195/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de Informação. Fazer funcionar serviço de produção de carvão vegetal, atividade potencialmente poluidora, sem licença do órgão ambiental competente. Suposto crime ambiental previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

546. Processo : 1.33.010.000008/2010-31 Voto: 1196/2011 Origem: PRM - CONCÓRDIA/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (art. 50 da Lei n° 9.605/98), consistente em destruir floresta nativa considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que as supostas condutas delituosas ocorreram em área de propriedade exclusivamente privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

547. Processo : 1.11.000.000986/2010-69 Voto: 1197/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito Policial. Suposto crime ambiental (arts. 38, 38-A e/ou art.39, todos da Lei n° 9.605/98), consistente em destruir floresta nativa considerada de preservação permanente, sem autorização do órgão competente. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que as supostas condutas delituosas ocorreram em área de propriedade exclusivamente privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

548. Processo : 1.34.010.000198/2010-59 Voto: 1198/2011 Origem:PRM-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Funcionamento de estabelecimento comercial potencialmente poluidor (carvoaria) sem autorização do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental definido no art. 60 da Lei 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

549. Processo : 1.00.000.013733/2010-39 Voto: 1199/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito Policial. Crime Ambiental. Depósito de lixo municipal. Poluição. art. 54 da lei 9.605/98. inexistência de lesão a bens, serviços ou interesses da União ou de suas Autarquias e Empresas Públicas. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

550. Processo : 1.12.000.000940/2010-11 Voto: 1200/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Utilização de motosserra em floresta sem licença ou registro da autoridade ambiental competente. Art. 51 da Lei 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

551. Processo : 1.33.003.000333/2010-92 Voto: 1201/2011 Origem: PRM-CRICIÚMA/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Instalação de obras consideradas potencialmente poluidoras sem licença do órgão ambiental competente. Suposto crime ambiental do art. 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

552. Processo : 1.13.000.000496/2009-54 Voto: 1202/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Pesca no período de defeso em rio não pertencente à União. Suposto crime ambiental. Art. 34 da Lei 9.605/98. Inexistência de afronta direta a interesse da União. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

553. Processo : 1.00.000.015738/2010-04 Voto: 1203/2011 Origem: PRM-SANTARÉM/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Prestação de informações falsas ao Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

554. Processo : 1.00.000.001886/2011-14 Voto: 1204/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Suposta subtração ilegal de aproximadamente 10.000³ do saldo de madeira de empresa no sistema eletrônico de controle da Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Pará. Suposto crime ambiental do art. 69 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

555. Processo : 1.22.006.000281/2010-16 Voto: 1205/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS/ MG
Relator : Dr. Douglas Fischer

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Peça informativa. Exploração de vegetação constituída de "cerrado ralo" sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Suposto crime ambiental (art. 48, *caput*, da Lei nº 9.605/98). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

556. Processo : 1.00.000.015821/2010-75 Voto: 1206/2011 Origem: PRM - ILHÉUS / BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Representação. Suposto crime de ameaça praticado por segurança de fazenda contra trabalhadores rurais para retirar grupo de trabalhadores de imóvel rural. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

557. Processo : 1.25.006.000917/2010-18 Voto: 1207/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta apropriação indébita (art. 168, § 1º, III do Código Penal) praticada por advogado referente a valores pertencentes ao autor de ação previdenciária. Relação de natureza privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

558. Processo : 1.33.002.000022/2011-14 Voto: 1208/2011 Origem: PRM- CHAPECÓ / SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Ter em depósito 19,30 metros cúbicos de carvão vegetal nativo sem licença válida para armazenamento. Suposto crime ambiental previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

559. Processo : 1.20.002.000072/2009-35 Voto: 1209/2011 Origem: PRM - SINOP / MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Campanha promovida no exterior para venda de terras do Parque Estadual do Cristalino/MT. Diligências. Área não inserida em unidades de conservação federais, terras indígenas, do INCRA ou militares. Arquivamento no âmbito do MPF e declínio de atribuição ao MPE. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

560. Processo : 1.30.010.000007/2011-89 Voto: 1210/2011 Origem:PRM-VOLTA REDONDA / RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Manutenção de ave da fauna silvestre (coleiro papa-capim) em cativeiro em desacordo com a licença do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental definido no art. 29 da Lei 9.605/98. Espécie não incluída no rol das espécies ameaçadas de extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

561. Processo : 1.30.010.000012/2011-91 Voto: 1211/2011 Origem: PRM-VOLTA REDONDA/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Manutenção de aves da fauna silvestre (trinca-ferros e coleiros papa-capim) em cativeiro em desacordo com a licença do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental definido no art. 29 da Lei 9.605/98. Espécie não incluída no rol das espécies ameaçadas de extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

562. Processo : 1.30.010.000023/2011-71 Voto: 1212/2011 Origem: PRM-VOLTA REDONDA/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Manutenção de aves da fauna silvestre (trinca-ferros, coleiros papa-capim, tico-tico, canário da terra e tiê sangue) em cativeiro em desacordo com a licença do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental definido no art. 29 da Lei 9.605/98. Espécie não incluída no rol das espécies ameaçadas de extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

563. Processo : 1.34.006.000313/2010-54 Voto: 1213/2011 Origem: PRM - GUARULHOS / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Possível crime descrito no art. 60 da Lei nº 9.605/98 (beneficiamento de madeira), caracterizando atividade industrial, sem prévio licenciamento do órgão competente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

564. Processo : 1.00.000.015353/2010-39 Voto: 1214/2011 Origem: PRM- IMPERATRIZ / MA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Suposta fraude contra o INSS. Concessão de benefício previdenciário. Alegação da beneficiária de não receber qualquer benefício do INSS, a despeito de lhe ter sido concedido benefício assistencial de amparo ao idoso. Recebimento do benefício por parentes da beneficiária, sem o seu conhecimento. Inexistência de fraude ao INSS. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

565. Processo : 1.26.000.002056/2010-17 Voto: 1215/2011 Origem: PR/PE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta irregularidade de contratação indevida de particular em processo licitatório. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

566. Processo : 1.34.010.000072/2007-89 Voto: 1216/2011 Origem: PRM - RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças informativas. Suposta prática da contravenção penal denominada "jogo de azar" (art. 50, § 3°, 'b', do Decreto-Lei n° 3.688/41). Cassação de cartas patentes definitivas e provisórias de entidades turfísticas. Atribuição do Ministério Público Estadual (art. 109, inc. IV, da CF/1988, e súmula nº 38 do STJ). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

567. Processo : 1.16.000.003422/2010-00 Voto: 1217/2011 Origem: PRM-ANÁPOLIS / GO
568. Processo : 1.16.000.003424/2010-91 Voto: 1218/2011 Origem: PRM-ANÁPOLIS / GO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental ocorrido no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica Corumbá IV. Área de Proteção Permanente situada exclusivamente em municípios goianos. Rio estadual. Ausência de prejuízo a bens, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, capaz de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

569. Processo : 1.28.000.001882/2010-74 Voto: 1219/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Requerimento, por advogado, de instauração de IPL para apurar suposta prática de crimes contra sua honra (calúnia e difamação), por meio da internet. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

570. Processo : 1.26.005.000031/2011-10 Voto: 1220/2011 Origem: PRM - GARANHUNS / PE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de responsabilidade e prevaricação. Descumprimento de acórdão proferido por Tribunal de Justiça do Estado. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

571. Processo : 1.00.000.015791/2010-05 Voto: 1221/2011 Origem: PRM-SANTARÉM/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Manutenção de madeira em tora, sem documento válido pela autoridade competente para o armazenamento. Possível crime ambiental definido no art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

572. Processo : 1.20.002.000067/2009-22 Voto: 1222/2011 Origem: PRM - SINOP / MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Manutenção de 116,81 m³ de madeira em tora, 49,85 m³ de madeira serrada e 2.057,71 m³ de madeira de diversas essências, sem documento válido pela autoridade competente para o armazenamento. Possível crime ambiental definido no art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

573. Processo : 1.36.000.000583/2010-41 Voto: 1223/2011 Origem: PR/TO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima. Suposto esquema de corrupção relacionado à aquisição de placas pelo DETRAN-TO. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

574. Processo : 1.25.008.000230/2010-54 Voto: 1224/2011 Origem: PRM-PONTA GROSSA/PR
Relator : Dr. Douglas Fischer

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Suposta prática de tentativa de estelionato contra o INSS não demonstrada. Possível prática do delito previsto no Art. 299 do CP. Ausência de elementos de informação que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

575. Processo : 1.00.000.013788/2010-49 Voto: 1225/2011 Origem: PRM - JI-PARANÁ / RO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Possíveis crimes de porte ilegal de arma de fogo e de posse de motosserra, apreendidos dentro de reserva indígena (art. 14 da Lei nº 10.826/2003 e art. 52 da Lei nº 9.605/98). Arquivamento em relação à suposta prática do delito do art. 52 da Lei nº 9.605/98, pois a apreensão não se deu dentro de Unidade de Conservação, e declínio de atribuição em relação ao delito do art. 14 da Lei nº 10.826/03, ante a ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

576. Processo : 1.34.004.000142/2011-64 Voto: 1226/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Possível estelionato contra particular. Envio de correio eletrônico que indica a página de instituição financeira, a fim de que os correntistas digitem seus dados de agência, nº de conta e senha. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

577. Processo : 1.34.010.000474/2007-83 Voto: 1227/2011 Origem:PRM- RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças informativas. Possível prática de crime de estelionato em prejuízo de particular (art. 171 do Código Penal). Ausência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

578. Processo : 1.34.010.000500/2010-79 Voto: 1228/2011 Origem: PRM-RIBEIRÃO PRETO/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças informativas. Possível prática de crime de estelionato em prejuízo de particular (art. 171 do Código Penal). Ausência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

579. Processo : 1.00.000.000867/2011-71 Voto: 1229/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito Policial. Possível prática de crime de estelionato em prejuízo de particular (art. 171 do Código Penal). Ausência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

580. Processo : 1.22.006.000027/2007-12 Voto: 1230/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS/ MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Simulação de lide na Justiça do Trabalho com intuito de fraudar Ação de Execução sofrida (art. 179, do CP) com estelionato (art. 171, do CP). Prejuízo financeiro em ambos os casos pessoas privadas. Inexistência de infrações praticadas em detrimento de bens, serviços e interesse da União ou de suas autarquias e empresas públicas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

581. Processo : 1.20.000.000767/2008-56 Voto: 1231/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Estelionato tentado praticado por indivíduo que se fez passar por chefe de Departamento Nacional de Produção Mineral e solicitou ajuda financeira a empresas de mineração, mediante venda de suposta rifa, cujo valor deveria ser depositado em contas correntes do Bradesco e Banco do Brasil. Inexistência de dano direto a bem, serviço ou interesse da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

582. Processo : 1.18.000.002757/2010-28 Voto: 1232/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Contratação indevida de empréstimo consignado em nome de beneficiário da Previdência Social, em conta corrente aberta em seu nome, com documentação falsa. Crime de estelionato perpetrado contra particular (art. 171, do CP). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

583. Processo : 1.00.000.015944/2010-14 Voto: 1233/2011 Origem: PRM - ILHÉUS / BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Representação formulada por particular sobre possível fraude aos cofres públicos, mediante abertura de empresa por meio do uso indevido de documentos em seu nome. Suposto estelionato (art. 171, do CP). Prejuízo financeiro suportado pelo representante. Inexistência de infrações praticadas em detrimento de bens, serviços e interesse da União ou de suas autarquias e empresas públicas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

584. Processo : 1.00.000.014970/2010-17 Voto: 1234/2011 Origem: PRM - JI-PARANÁ / RO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Possível crime de falsidade ideológica. Art. 299 do CP. Constituição fraudulenta de pessoa jurídica mediante utilização, perante a Junta Comercial do Estado de Rondônia, de dados de terceiro não participante do quadro societário. Atribuição do P*arquet* estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

585. Processo : 1.24.002.000093/2010-45 Voto: 1235/2011 Origem: PRR-5ª REGIÃO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Irregularidades na aplicação de verbas oriundas do FUNDEF destinadas a município. Não complementação com recursos da União. Ausência interesse federal apto a justificar a atuação do Ministério Público Federal (entendimento do Pleno do STF: ACO 1156/SP). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

586. Processo : 1.00.000.000873/2011-28 Voto: 1236/2011 Origem: PR/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito Policial. Artigo 155, do Código Penal. Crime de furto contra particular. Inexistência de ofensa a bens, serviços ou interesse da União. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

587. Processo : 1.00.000.016517/2010-45 Voto: 1237/2011 Origem: PRM - ALTAMIRA / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito Policial. Apuração do crime previsto no art. 121 do Código Penal, praticado contra menor. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

588. Processo : 1.36.000.000052/2011-39 Voto: 1238/2011 Origem: PR/TO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de Informação. Suposto inserção de dados falsos no sistema *online* de Guia de Trânsito Animal. (art. 297 do CP) sem o envolvimento de servidor público federal no exercício de suas funções ou com estas relacionado (Súmula 147 do STJ). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

589. Processo : 1.30.011.004321/2010-40 Voto: 1239/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima. Suposta prática de infrações contra a liberdade religiosa e incentivo à violência contra a mulher, por meio de página do *orkut*. Inexistência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

590. Processo : 1.23.002.000413/2009-61 Voto: 1240/2011 Origem: PR EM SANTARÉM / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Fazer funcionar serraria, estabelecimento potencialmente poluidor, sem licença do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/98. Área não integrante de Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

591. Processo : 1.00.000.000610/2011-19 Voto: 1241/2011 Origem: PRM-PETROLINA/PE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Moeda Falsa. Laudo Pericial. Falsificação Grosseira. Súmula 73 do STJ: "A utilização de papel moeda grosseiramente falsificado configura, em tese, o crime de estelionato, da competência da Justiça Estadual".
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

592. Processo : 1.00.000.014741/2010-01 Voto: 1242/2011 Origem: PRM - JI-PARANÁ/RO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito Policial. Suposto delito de moeda falsa (art. 289, § 2º do CP). Exame Pericial. Falsificação grosseira. Súmula nº 73 do STJ.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

593. Processo : 1.22.000.003549/2010-13 Voto: 1243/2011 Origem: PR/MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças Informativas. Possível apologia ao crime por meio do *site* de relacionamentos "*orkut*". Artigo 287 do Código Penal. Ausência de tratado internacional no qual o Brasil seja parte prevendo a repressão ao delito de apologia ao crime, ficando, assim, afastada a atribuição do Ministério Público Federal.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
594.	Processo	:	1.34.004.101117/2010-16	Voto: 1244/2011	Origem: PRM - CAMPINAS / SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças Informativas. Notícia de suposta venda irregular de imóveis. Prejuízo a particulares, que podem até adquirir a posse, mas não alcançarão o domínio do bem que permanecerá hipotecado até a quitação da dívida com à Caixa Econômica Federal. Ausência de ofensa a bens, serviços, interesses ou entidades da União. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
595.	Processo	:	1.29.007.000138/2010-55	Voto: 1245/2011	Origem: PRM-STA. CRUZ DO SUL
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça de informação. Notícia-crime recebida por correio eletrônico. Supostos crimes de peculato ou corrupção passiva (arts. 312 ou 317 do Código Penal) envolvendo servidor municipal (recursos públicos estaduais). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
596.	Processo	:	1.34.001.006832/2010-76	Voto: 1246/2011	Origem: PR/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Mensagens postadas em "chat" incitando a prática de pedofilia, sem anexação de imagens. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
597.	Processo	:	1.20.000.000993/2009-18	Voto: 1247/2011	Origem: PRM - SINOP / MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Representação contra diversos órgãos públicos, inclusive federais. Suposta inércia dos entes públicos a pedidos de providências requeridos pelo representante em razão de perseguições contra sua pessoa. Inexistência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
598.	Processo	:	1.00.000.000846/2011-55	Voto: 1248/2011	Origem: PR/AP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Posse de arma de fogo em desacordo com determinação legal ou regulamentar (art. 12 e 16 da Lei nº 10.826/2003). Segundo precedentes do STJ, o Estatuto do Desarmamento não modificou a competência para o processo e julgamento dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, que continua da Justiça Estadual (CC 45483/RJ, DJ 09.06.2008).		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
599.	Processo	:	1.20.000.000540/2005-68	Voto: 1249/2011	Origem: PR/MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Conflitos possessórios e roubo de madeira em propriedade rural. Ausência de prejuízo aos cofres públicos. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
600.	Processo	:	1.22.000.003526/2010-17	Voto: 1250/2011	Origem: PR/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Saques e empréstimos fraudulentos realizados em Banco Postal (Bradesco) das agências dos Correios. Valores desviados foram reembolsados pelo Banco Bradesco. Ausência de prejuízo aos cofres públicos. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
601.	Processo	:	1.25.008.000288/2010-06	Voto: 1251/2011	Origem:PRM-PONTA GROSSA / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Possível prática de sonegação fiscal. Imposto estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
602.	Processo	:	1.17.000.001554/2010-51	Voto: 1252/2011	Origem: PR/ES
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Supressão de vegetação natural em área de preservação permanente (APP), para promoção de loteamento na região. Ausência de dano a Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
603.	Processo	:	1.34.001.000265/2010-44	Voto: 1253/2011	Origem: PR/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Notícia anônima. Suposta prática do crime previsto no art. 241-A do ECA. Transmissão de cena de sugestivo caráter sexual envolvendo um adulto e uma adolescente, em canal de televisão a cabo. Ausência de indícios de internacionalidade da conduta. Inexistência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
604.	Processo	:	1.00.000.001861/2011-11	Voto: 1254/2011	Origem: PR/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça de Informação. Representação anônima (via correio eletrônico - E-mail) noticiando empréstimo realizado por particular com juros exorbitantes. Suposto crime de usura. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
605.	Processo	:	1.25.002.001491/2010-41	Voto: 1255/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Importação de mídias do tipo DVD e CD contrafeitos, sem recolhimento dos tributos devidos, estimados em R$ 293,20. Violação de direito autoral. Art. 184, § 2º, CP, e descaminho (art. 334, CP). Declínio de atribuições ao argumento de que a competência para processamento e julgamento de condutas penalmente tipificadas no art. 184, § 2º, do CP, é da Justiça Estadual independentemente do local de aquisição das mídias. Esta Câmara tem decidido reiteradamente que nesses casos há concurso de crimes conexos de competência estadual e federal, o que atrai a competência da Justiça Federal. Todavia, considerando-se a atipicidade material da conduta quanto à configuração de descaminho por aplicação do princípio da insignificância, resta apenas o crime contra a propriedade imaterial, cuja persecução penal refoge às atribuições do Ministério Público Federal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
606.	Processo	:	1.20.000.000718/2009-02	Voto: 1256/2011	Origem: PR/MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Denúncia anônima. Contratação de médico que usa dois carimbos com nomes supostamente distintos, e comercialização, pelo mesmo, de medicamentos fornecidos a hospital municipal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
607.	Processo	:	1.11.000.001586/2010-71	Voto: 1257/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Irregularidades na administração de colônia de pescadores tais como: a) não recolhimento de tributos municipais, atividade de jangadeiro sem a concessão municipal e não prestação de contas por parte da diretoria da colônia; b) concessão indevida de aposentadoria a pessoas que não exerceram atividade de pescador, configurando o delito de estelionato contra o INSS. Declínio de atribuições em relação às irregularidades do item "a" e requisição de instauração de IPL relativamente ao estelionato. Aplicação do princípio do *ne bis in idem* ao suposto estelionato e declínio de atribuições em relação às demais irregularidades apontadas.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
608.	Processo	:	1.22.000.003523/2010-75	Voto: 1258/2011	Origem: PR/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Crime Ambiental. Manutenção em cativeiro de animais silvestres sem a devida autorização do órgão competente. Artigo 29, § 1º, inciso III, da Lei 9.605/98. Declinação de atribuição para o MP Estadual, ante a ausência de lesão a bem ou interesse direto da União.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
609.	Processo	:	1.25.003.016066/2010-47	Voto: 1259/2011	Origem: PRM-FOZ DO IGUAÇU/PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Notícia de supostas irregularidades no âmbito da Secretaria Municipal de Obras de Foz do Iguaçu. Desvio de bens recebidos pela municipalidade por doação da Receita Federal. Bens incorporados ao patrimônio do município. Competência da Justiça Estadual. Súmula 209, do STJ. Declinação de atribuição para o Ministério Público do Estado do Paraná.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
610.	Processo	:	1.26.003.000080/2009-58	Voto: 1260/2011	Origem: PRM-SERRA TALHADA/PE
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Crime de comercialização de combustíveis fora das especificações legais. (art. 1°, I, da Lei n° 8.176/90). O crime previsto no referido art. 1°, I, da Lei n° 8.176-90 é da competência da Justiça Estadual. Remessa à Justiça Estadual de Mirandiba/PE, local onde, supostamente, ocorreu o fato criminal. Homologação do Declínio de Atribuições.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
611.	Processo	:	1.30.020.000018/2011-40	Voto: 1261/2011	Origem: PRM - SÃO GONÇALO / RJ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Manutenção de ave da fauna silvestre (coleiro) em cativeiro sem licença do órgão ambiental competente. Possível crime ambiental definido no art. 29 da Lei 9.605/98. Espécie não incluída no rol das espécies ameaçadas de extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
612.	Processo	:	1.34.001.000393/2011-79	Voto: 1262/2011	Origem: PR/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime de estelionato praticado, em tese, por militares dos Exército Brasileiro. Delitos tipificados no art. 251, § 3º c/c art. 9º , II, "e", do Código Penal Militar. Ausência de elementos de informação que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
613.	Processo	:	1.16.000.002092/2010-27	Voto: 1263/2011	Origem: PRM-ANÁPOLIS/GO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Crime ambiental. Área de Preservação Permanente no entorno do reservatório da Usina Hidrelétrica de Corumbá IV. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
614.	Processo	:	1.01.004.000064/2011-49	Voto: 1265/2011	Origem: PRR-1ª Região
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Supostas irregularidades praticadas por prefeito municipal, ante a aquisição e utilização, por interpostas pessoas, de emissora de televisão. Não há configuração dos delitos tipificados nos artigos 183 da Lei nº 9.472/97 ou 70 da Lei nº 4.117/62. Inexistência de elementos de informação aptos a justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
615.	Processo	:	1.00.000.002913/2011/76	Voto:1266 /2011	Origem:PRM-SERRA TALHADA / PE
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Ementa	:	Peça de informação. Suposto crime ambiental, consistente no desmatamento de área de florestas da caatinga sem autorização do órgão ambiental competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
616.	Processo	:	1.23.000.000088/2011-71	Voto: 1267/2011	Origem: PR/PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Manutenção de lenha em depósito e implementação de piscicultura sem licença do órgão ambiental competente. Possíveis crimes ambientais previstos nos arts. 46, parágrafo único, e 60 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
617.	Processo	:	1.00.000.002612/2011-42	Voto: 1268/2011	Origem: PRM - MARABÁ / PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito policial. Possível crime de estelionato (Art. 171 do CP, c/c Art. 104 da Lei nº10.741/2003), praticado por particular em detrimento de particulares (índios). Retenção dolosa dos cartões de benefício previdenciário para assegurar o pagamento de dívida. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. A Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque aguarda para proferir o voto.		
618.	Processo	:	1.36.000.000245/2010-17	Voto: 1269/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação criminal com o fito de apurar suposta fraude de aluno e ex-funcionário de Universidade particular em Palmas/TO, consistente na inserção de dados falsos em histórico escolar, além da compensação de créditos de mensalidades de alunos devedores, que efetuavam o pagamento com desconto e o respectivo valor era depositado na conta do investigado. Súmula nº 104 do STJ. Competência da Justiça Estadual. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
619.	Processo	:	1.23.000.001442/2006-17	Voto: 1270/2011	Origem: PR/PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Crime de responsabilidade. Irregularidades na prestação de contas, fraude em processo licitatório e indícios de pagamento antecipado de cursos de capacitação na execução de convênio firmado entre o FNDE e município. Art. 1º, incisos I, II e III do Decreto-Lei nº 201/67. Inexistência de ilícito envolvendo recursos federais. Declínio.		
	Relatora designada	:	Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge	Voto: 2095/2011	
	Ementa	:	VOTO-VENCEDOR. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIME DE RESPONSABILIDADE (ART. 1º, INCISOS I, II E VII, DO DECRETO-LEI N. 201/67). MALVERSAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEF/FNDE. EX-PREFEITO MUNICIPAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS PERANTE ÓRGÃO FEDERAL. INTERESSE DA UNIÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 208/STJ. PRECEDENTES. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. 1. Por meio do repasse de verbas destinadas ao FUNDEF/FUNDEB, a União implementa relevante política pública na área de educação, verdadeiro dever que lhe é imposto pelo art. 211 da Constituição Federal que, evidentemente, acaba sendo prejudicado quando caracterizada a malversação dos recursos públicos destinados ao fundo. 2. É pacífico o entendimento de que a eventual malversação de recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) deve ser objeto de análise pela Justiça Federal, uma vez que se trata de uma autarquia federal, vinculada ao Ministério da Educação. Precedentes do STJ. 3. Ademais, as receitas federais repassadas pelas modalidades de transferência legal vinculada (automáticas ou fundo a fundo) ou voluntárias estão - seja por expressa disposição constitucional e legal (CF, art. 71, VI, Lei nº 8.443/92, arts. 4º, VII, e 41, IV), seja pelo caráter vinculado à despesa específica - sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas da União, o que determina a competência da Justiça Federal (CF, art. 109, I e IV) para apurar eventuais irregularidades na aplicação desses recursos e firma a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal de suposta malversação destes recursos. 4. Não homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Vencido o Relator. Acolhido, por maioria, o voto da Relatora designada Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge pela não-homologação do declínio de atribuição. Participou da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
620.	Processo	:	1.16.000.000650/2011-09	Voto: 1271/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível ocorrência de agiotagem (art. 4º da Lei 1.521/51). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
621.	Processo	:	1.22.000.003567/2010-03	Voto: 1272/2011	Origem: PR/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime de estelionato tentado em detrimento de particular. Possível "golpe do seguro" praticado através de suposta seguradora. Informação da Superintendência de Seguros Privados-SUSEP de que a empresa estelionatária não consta de seus cadastros. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
622.	Processo	:	1.00.000.002463/2011-11	Voto: 1273/2011	Origem: PR/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Corte de árvores nativas sem autorização do órgão ambiental competente em propriedade privada no município de Presidente Getúlio/SC. Suposto crime ambiental descrito no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Área não integrante de Unidade de Conservação Federal. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
623.	Processo	:	1.00.000.002461/2011-22	Voto: 1274/2011	Origem: PR/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Desmatar floresta nativa sem autorização do órgão ambiental competente em propriedade privada no município de Santa Terezinha/SC. Suposto crime ambiental descrito no art. 38 da Lei nº 9.605/98. Área não integrante de Unidade de Conservação Federal. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
624.	Processo	:	1.22.006.000022/2011-68	Voto: 1275/2011	Origem:PRM-PATOS DE MINAS/ MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação narrando um incêndio supostamente provocado por funcionários da ferrovia Centro-Atlântica (FCA) que faziam limpeza da área próxima aos trilhos da ferrovia que passa pelo município de Serra do Salitre/MG. Destruição de aproximadamente 200 hectares de propriedades rurais particulares próximas à Ferrovia, que faz parte da Empresa Vale do Rio Doce, companhia privada. Área não integrante de Unidade de Conservação Federal. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
625.	Processo	:	1.11.000.001356/2010-10	Voto: 1276/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito Civil Público. Notícia-crime comunicada no Ofício nº 0986/2010 GAB/SUPES/IBAMA/AL, consistente na supressão de vegetação secundária em estágio inicial de regeneração em propriedade privada (Fazenda Salgado), no município de Pilar/AL. Suposto crime ambiental descrito no art. 38 da Lei nº 9.605/98. Área não integrante de Unidade de Conservação Federal. Competência da Justiça Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
626.	Processo	:	1.33.005.000040/2011-76	Voto: 1277/2011	Origem: PRM - JOINVILLE / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Notícia de crimes de ameaça e lesões corporais perpetrado por particular contra particulares (irmãos do agressor) (Arts. 147,c/c 129 ambos do CP). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
627.	Processo	:	1.30.020.000003/2011-81	Voto: 1278/2011	Origem: PRM - SÃO GONÇALO / RJ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Manter em cativeiro espécimes da fauna silvestre sem autorização do órgão ambiental competente. Suposto crime ambiental descrito no art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98. Espécimes não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003 de 26/05/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
628.	Processo	:	1.34.001.000334/2011-09	Voto: 1279/2011	Origem: PR/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Notícia de práticas criminosas tais como discriminação homofóbica, estupro e incitação ao crime, por meio de comunidade do sítio de relacionamentos Orkut. Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Atribuição do *Parquet* estadual. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
629.	Processo	:	1.30.020.000002/2011-37	Voto: 1280/2011	Origem: PRM - SÃO GONÇALO / RJ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental. Manter 2 (duas) aves da fauna silvestre em cativeiro sem licença do órgão ambiental competente. Art. 29 da Lei nº 9.605/98. Espécies não ameaçadas de extinção. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
630.	Processo	:	1.33.005.000417/2010-14	Voto: 1281/2011	Origem: PRM - JOINVILLE / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime ambiental. Queimada em empresa de reciclagem de particular, sem a devida autorização do órgão ambiental competente. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
631.	Processo	:	1.30.901.002738/2011-24	Voto: 1482/2011	Origem:PRM - ITAPERUNA / RJ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação instaurada a partir de denúncia anônima noticiando "todo tipo de coisa errada: forró em praça pública, prostituição e droga" na praça Vale do Sol em Itaperuna/RJ. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
632.	Processo	:	1.00.000.003264/2011-21	Voto: 1483/2011	Origem:PRM - JUIZ DE FORA / MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito policial. Suposto crime de extorsão (art. 158, CP) e/ou denunciação caluniosa (art. 339, CP), praticado por particular em prejuízo de outro particular, decorrente de relação contratual entre advogado e cliente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
633.	Processo	:	1.17.000.000200/2011-71	Voto: 1484/2011	Origem: PR/ES
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposta fraude em processos de licitação para fornecimento de alimentação para presídios, escolas e hospitais, conhecida como "máfia das quentinhas". Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

634. Processo : 1.34.006.000024/2011-36 Voto: 1282/2011 Origem:PRM - GUARULHOS / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de abuso de autoridade cometido por agente da Polícia Federal, no interior de Delegacia (art. 4º, "a", da Lei nº 4.898/65). Proposta de transação penal homologada judicialmente. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

635. Processo : 1.25.009.000330/2010-71 Voto: 1283/2011 Origem: PRM - UMUARAMA / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de abuso de autoridade. Artigo 3º, "i", da Lei nº 4.898/65. Envolvimento de Policiais Federais em confusão ocorrida em casa noturna. Diligências. Ausência de indício de abuso de autoridade por parte dos Policiais Federais. Possibilidade de eventual infração a ser apurada no âmbito administrativo. Inexistente a configuração de ilícito penal. Arquivamento com a ressalva do disposto no art. 18, CPP.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

636. Processo : 1.20.000.001028/2008-81 Voto: 12842011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Retirada de autos de Secretaria da Justiça do Trabalho sem autorização do Juízo (registro de carga), e retenção dos mesmos por parte de advogado. Obstrução à prestação jurisdicional. Determinação, pelo Procurador da República oficiante, de instauração de inquérito policial para apurar os fatos. Desnecessidade de prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

637. Processo : 1.14.009.000054/2010-12 Voto: 1285/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Mensagem eletrônica apócrifa que noticia possível crime ambiental consistente em aterro em APP, próximo a leito de rio. Obra de aterramento e terraplanagem licenciada pelo órgão competente (Superintendência do Meio Ambiente do Município de Salvador-SMA). Inexistência de conduta delituosa a perseguir. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

638. Processo : 1.28.100.000236/2010-61 Voto: 1286/2011 Origem: PRM - MOSSORÓ / RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de Informação. Auto de Infração nº 514041/D, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), noticiando óbice na fiscalização (Art. 69, da Lei 9.605/98). Ausência do óbice indicado. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

639. Processo : 1.15.000.000827/2010-15 Voto: 1287/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Instaurado a partir de Auto de Infração Ambiental lavrado pelo IBMA. Art. 60 da Lei nº 9.605/98. Construção em solo não edificável. Autorização da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Controle Urbano do Município de Fortaleza - SEMAM. Inexistência do dolo por parte dos representantes legais da empresa. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

640. Processo : 1.20.000.000253/2002-13 Voto: 1288/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Crime contra a administração ambiental. Supostas irregularidades na concessão de autorização para desmatamento. Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Fato ocorrido em 18/11/1999. Pretensão punitiva estatal. Prescrição (art. 109, V, do Código Penal). Extinção de punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

641. Processo : 1.23.003.000193/2006-12 Voto: 1289/2011 Origem: PRM-ALTAMIRA / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime ambiental. Comercialização de madeira sem autorização da autoridade competente. Fatos delituosos ocorridos em 2002. Conduta que se amolda ao art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98. Pena máxima para o delito fixada em 1 ano. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Art. 109, inciso V, c/c art. 107, ambos do CP. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

642. Processo : 1.30.015.000014/2010-50 Voto: 1290/2011 Origem: PRM - MACAÉ / RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Destruição de floresta sem licença do órgão ambiental competente (art. 50 da Lei nº 9.605/98). Conduta identificada em 19/10/2005 e aplicação de multa ocorreu em 21/10/2009. Prescrição. Extinção de punibilidade (art. 109, inc. V, do CP). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

643. Processo : 1.30.011.003372/2008-30 Voto: 1291/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto funcionamento de estabelecimento empresarial potencialmente poluidor sem autorização do órgão competente. Possível prática do crime ambiental previsto no artigo 60, da Lei 9.605/98. Fato que remonta a julho/2008. Crime punido com pena máxima de 06 (seis) meses de detenção. Passados mais de 2 (dois) anos da consumação delitiva. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

644. Processo : 1.15.000.002959/2010-81 Voto: 1292/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de ameaça. Inexistência de interesse federal. Representação igualmente endereçada à Justiça Estadual, esfera competente para conhecimento e julgamento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

645. Processo : 1.12.000.000005/2011-27 Voto: 1293/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal). Saque de benefício de Amparo Social de Pessoa Portadora de Deficiência referente ao período de 01/08/2007 a 30/08/2007. Falecimento do segurado no dia 05/08/2007. Regularidade do saque efetuado no mesmo mês do óbito do beneficiário. Inexistência de recebimento fraudulento. Ausência de justa causa para instauração de inquérito policial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

646. Processo : 1.13.000.001645/2006-50 Voto: 1294/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal). Diligências. Receita Federal informa a quitação integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, §2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

647. Processo : 1.22.007.000007/2011-18 Voto: 1295/2011 Origem: PRM - VARGINHA / MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Suposta prática de crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Débitos relativos aos crimes liquidados por pagamento. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

648. Processo : 1.24.000.001723/2010-19 Voto: 1296/2011 Origem: PR/PB
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de Informação. Supostos crimes de assédio moral e preconceito racial. Retratação por parte do representante que concluiu ter havido apenas um mal-entendido. A conduta consistente no provável assédio moral não se encontra tipificado como crime no Brasil e, quanto ao suposto racismo, não se verificam quaisquer das figuras da Lei nº 7.716/89. Possibilidade de ocorrência, no caso concreto, de injúria real, porém sem atribuição (legitimidade ativa) do MPF, dado que se trata de hipótese de ação penal privada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

649. Processo : 1.23.000.001935/2009-08 Voto: 1297/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de expediente encaminhado pela Polícia Federal. Suposta recusa ao acesso de agente da Polícia Federal que procurava por juiz para fazer identificação de veículo encontrado pela polícia, por parte de funcionários de clube. Acesso permitido posteriormente. Juiz não se encontrava no local. Ausência de prejuízo às investigações. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

650. Processo : 1.30.011.003394/2010-14 Voto: 1298/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto delito do art. 171, § 3º do CP. Recebimento de benefício previdenciário (aposentadoria) mediante vínculo empregatício falso. Suspensão do benefício. Recebimento indevido se deu em setembro/2002. Beneficiário nascido em 02/02/1936. Extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, c/c art. 115, ambos do CP).
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

651. Processo : 1.25.011.000112/2010-97 Voto: 1299/2011 Origem: PRM - PARANAVAÍ / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Possível crime de prevaricação. Existência de peça informativa que apura os mesmos fatos, em andamento na Procuradoria da República no Município de Campo Mourão/PR, competente para promover a investigação. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

652. Processo : 1.20.001.000043/2009-83 Voto: 1300/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Derramamento de óleo diesel no Rio Paraguai (art. 54, § 2º, V, c/c § 3º da Lei nº 9.605/98). Instaurado inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.*
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

653. Processo : 1.35.000.001963/2010-30 Voto: 1301/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária. Existência de inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.*
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

654. Processo : 1.35.000.002020/2010-24 Voto: 1302/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Possível crime contra a ordem tributária. Existência de inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.*
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

655. Processo : 1.20.002.000071/2009-91 Voto: 1303/2011 Origem: PRM - SINOP / MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Possível crime de extorsão de madeireiro por parte de servidor público da SEMA, na cidade de Juara/MT. Comunicação dos fatos, pela interessada, à Polícia Civil, competente para promover a investigação. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.*
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

656. Processo : 1.20.000.000887/2008-53 Voto: 1304/2011 Origem: PRM-SINOP/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de falso testemunho (art. 342 do CP). Existência inquérito policial para apurar os mesmos fatos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

657.	Processo	:	1.33.001.000352/2010-39	Voto: 1305/2011	Origem: PRM - BLUMENAU/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Suposto crime de furto qualificado (artigo 155, §§ 1º e 4º, inc. I, do Código Penal) praticado em depósito de bens judiciais. Instauração de Inquérito Policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
658.	Processo	:	1.35.000.002252/2010-82	Voto: 1306/2011	Origem: PR/SE
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível crime tributário. Existência de duas peças de informação versando sobre o objeto desse feito, em ralação aos crimes do período a partir de 2005. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
659.	Processo	:	1.31.000.001259/2010-26	Voto: 1307/2011	Origem: PR/RO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de sonegação fiscal. Existência de inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
660.	Processo	:	1.13.000.000604/2009-99	Voto: 1308/2011	Origem: PR/AM
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime de trabalho análogo ao de escravo (art. 149, § 1º, , do CP), consistente no cerceamento de uso de transporte. Instauração de Inquérito Policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
661.	Processo	:	1.31.000.000326/2010-95	Voto: 1309/2011	Origem: PR/RO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Apuração sobre a existência de eventuais contratos de parceria firmados entre os principais municípios de Rondônia e OCIPSs bem como eventuais fraudes e desvios na utilização de recursos públicos federais destinados ao Programa de Saúde da Família - PSF, através de tais contratos. Comprovado a inexistência de qualquer contrato firmado. Ausência de indícios da prática de crime. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
662.	Processo	:	1.04.004.000028/2009-59	Voto: 1310/2011	Origem: PRR 4ª REGIÃO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Cautelar de Acompanhamento do Emprego de Verba Federal.(Convênio). Pacto firmado entre diversos municípios gaúchos e Ministério da Educação. MPF. Diligências. Regularização das pendências. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
663.	Processo	:	1.27.000.002152/2009-94	Voto: 1311/2011	Origem: PR/PI
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Supostos crimes contra a honra de magistrados e procurador cometidos por advogado. Ação penal pública condicionada à representação do ofendido. Ausência de condição de procedibilidade (representação). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
664.	Processo	:	1.36.000.000331/2004-73	Voto: 1312/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem tributária (arts. 1º e 2º da Lei nº 8.137/90). Débitos relativos aos crimes liquidados por pagamento. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
665.	Processo	:	1.33.003.000483/2010-16	Voto: 1313/2011	Origem: PRM - BLUMENAU / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime contra a ordem tributária definido no art. 1º da Lei 8.137/90. Diligências empreendidas pelo MPF. Ofício oriundo da Receita Federal dando conta de que os créditos tributários ainda estão pendentes de constituição definitiva. Natureza material do delito. Atipicidade. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
666.	Processo	:	1.01.004.000003/2011-81	Voto: 1314/2011	Origem: PRR-1ª REGIÃO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime contra a ordem tributária definido no art. 2º, I, da Lei 8.137/90. Realização de compensação indevida de contribuição previdenciária por prefeito municipal, por entender que houve recolhimento a maior de parcelas previdenciárias, em competências anteriores, bem como pelo uso do chamado "prazo cinco mais cinco" para aferir prescrição de pagamentos. Divergência jurídica entre a Receita Federal e a prefeitura municipal, em relações devidamente documentadas. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito pela via penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
667.	Processo	:	1.00.000.016557/2010-97	Voto: 1315/2011	Origem: PR/AM
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça de informação. Denúncia anônima. Notícia de supostos crimes ambientais e fiscais. Alegada venda ilegal de carvão e sonegação de impostos. Ausência de elementos mínimos a ensejar uma investigação. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
668.	Processo	:	1.34.010.000303/2009-16	Voto: 1316/2011	Origem:PRM-RIBEIRÃO PRETO/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Desmembramento de peças informativas que foram objeto de promoção de arquivamento na PR/PE. Suposto descaminho. Art. 334 do Código Penal. Empresa com sede no município de Ribeirão Preto/SP. Intimada pelo fisco, a empresa apresentou a nota fiscal da realização da operação. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
669.	Processo	:	1.20.001.000083/2010-69	Voto: 1317/2011	Origem: PRM-CÁCERES/MT
670.	Processo	:	1.20.001.000088/2010-91	Voto: 1318/2011	Origem: PRM-CÁCERES/MT
671.	Processo	:	1.20.001.000128/2010-03	Voto: 1319/2011	Origem: PRM-CÁCERES/MT
672.	Processo	:	1.20.001.000130/2010-74	Voto: 1320/2011	Origem: PRM-CÁCERES/MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
673.	Processo	:	1.20.001.000100/2009-24	Voto: 1321/2011	Origem: PRM-CÁCERES/MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
674.	Processo	:	1.25.002.001459/2010-66	Voto: 1322/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
675.	Processo	:	1.25.002.001467/2010-11	Voto: 1323/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
676.	Processo	:	1.25.002.001657/2010-20	Voto: 1324/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
677.	Processo	:	1.25.002.001771/2010-50	Voto: 1325/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
678.	Processo	:	1.25.002.001807/2010-03	Voto: 1326/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
679.	Processo	:	1.25.002.001879/2010-42	Voto: 1327/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
680.	Processo	:	1.25.002.002077/2010-50	Voto: 1328/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
681.	Processo	:	1.25.002.002083/2010-15	Voto: 1329/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
682.	Processo	:	1.25.002.002091/2010-53	Voto: 1330/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
683.	Processo	:	1.25.002.002183/2010-33	Voto: 1331/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
684.	Processo	:	1.25.002.002288/2010-92	Voto: 1332/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
685.	Processo	:	1.25.003.005489/2010-31	Voto: 1333/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
686.	Processo	:	1.25.002.007973/2010-03	Voto: 1334/2011	Origem: PRM-CASCAVEL/PR
687.	Processo	:	1.25.003.010367/2010-67	Voto: 1335/2011	Origem: PRM-CASCAVEL/PR
688.	Processo	:	1.33.002.000014/2011-78	Voto: 1336/2011	Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
689.	Processo	:	1.33.012.000250/2010-94	Voto: 1337/2011	Origem:PRM-S. MIGUEL DO OESTE/SC
690.	Processo	:	1.33.012.000265/2010-52	Voto: 1338/2011	Origem:PRM-S. MIGUEL DO OESTE/SC
691.	Processo	:	1.33.012.000266/2010-05	Voto: 1339/2011	Origem:PRM-S. MIGUEL DO OESTE/SC
692.	Processo	:	1.33.012.000267/2010-41	Voto: 1340/2011	Origem:PRM-S. MIGUEL DO OESTE/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças informativas. Suposto delito de descaminho (art. 334, §1º, alínea "d", do Código Penal). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002. Promoção de arquivamento com esteio no princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
693.	Processo	:	1.25.002.002335/2010-06	Voto: 1341/2011	Origem: PRM-CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Possível descumprimento de requisição ministerial. Ausência de ordem legal a ser cumprida, já que foi apenas solicitado que a empresa "se manifestasse sobre interesse em firmar TAC", não tendo o destinatário da correspondência o dever de se manifestar ou de firmar termo de compromisso. Atipicidade da conduta. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
694.	Processo	:	1.14.000.001142/2010-23	Voto: 1342/2011	Origem: PR/BA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Representação criminal. Suposta prática do crime de desobediência por parte de advogado da Caixa Econômica Federal. Art. 330 do CP. Não caracterização. Cumprimento imediato da sentença no tocante ao pagamento e inexistência de inclusão do CPF de cidadã em registros de restrição ao crédito, em razão de dívida para com a CEF. Ausência de conduta delituosa. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
695.	Processo	:	1.33.001.000441/2010-85	Voto: 1343/2011	Origem: PRM - BLUMENAU / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência. Ordem judicial dirigida ao Banco do Brasil solicitando extratos de conta vinculada de FGTS referentes ao período de janeiro/1979 a 26/08/1985. Informação do Banco de que os extratos não foram localizados. Responsáveis pelo arquivamento e guarda dos extratos não são as pessoas incumbidas da apresentação. Ausência de dolo em obstar o cumprimento da ordem. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

696. Processo : 1.30.017.000270/2010-27 Voto: 1344/2011 Origem:PRM-SÃO JOÃO DE MERITI/ RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de desobediência (art. 330 do CP). Ordem judicial dirigida ao INSS. Cumprimento da ordem judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

697. Processo : 1.35.000.002072/2010-09 Voto: 1345/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça informativa. Possíveis crimes de desobediência ou prevaricação. Ordem judicial dirigida a diretor de sindicato. Cumprimento. Atraso em decorrência de afastamento do diretor financeiro durante período eleitoral. Evidente ausência de dolo ou culpa. Atipicidade.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

698. Processo : 1.26.000.002795/2009-75 Voto: 1346/2011 Origem: PRR-5ª REGIÃO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível delito de desobediência a ordem judicial por parte de Prefeito Municipal ao não cumprir sucessivas determinações judiciais no sentido de encaminhar documentos imprescindíveis para prolação de sentença. Justificado o atraso no atendimento à determinação judicial. Cumprimento da ordem. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

699. Processo : 1.21.001.000009/2010-13 Voto: 1347/2011 Origem: PRM - DOURADOS/MS
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Possíveis crimes de desobediência. Ordem judicial dirigida ao Setor de Perícia da Polícia Federal - PF. Cumprimento da ordem judicial. Atipicidade do fato.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

700. Processo : 1.11.000.001310/2009-59 Voto: 1348/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto desvio na aplicação de recursos provenientes do Fundo de Investimentos do Nordeste-FINOR. Fatos remontam a janeiro de 1998. Lapso prescricional de 12 anos, nos termos do art. 109, III, do CP. Prescrição da pretensão punitiva estatal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

701. Processo : 1.27.001.000019/2010-27 Voto: 1349/2011 Origem: PRM - PICOS / PI
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Desvios de recursos da FUNASA. Ex-prefeito. Improbidade administrativa. Suposto crime de responsabilidade (art. 1º, § 1º, do DL 201/67). Pedido de arquivamento homologado pela 5ª CCR/MPF, pela ocorrência da prescrição, no âmbito de sua atribuição. Fatos remontam a 2001. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, IV, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

702. Processo : 1.34.010.001252/2010-83 Voto: 1350/2011 Origem: PRM-RIBEIRÃO PRETO / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. *Notitia criminis* formulada em razão de recebimento de mensagem eletrônica comunicando envio de suposta compra não realizada pelo noticiante. Fatos não se amoldam a nenhum tipo penal do nosso ordenamento jurídico. Inviabilidade de deflagração de persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

703. Processo : 1.34.013.000064/2007-11 Voto: 1351/2011 Origem:PRM-S.B. DO CAMPO / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta exploração de máquinas caça-níquel (bingo). Diligências. Nenhuma apreensão pela Policia Federal de objeto, mercadoria ou MEP's. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

704. Processo : 1.15.000.000661/2010-37 Voto: 1352/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração dos crimes previstos nos arts. 299 e 330 do CP por parte de instituição bancária, em descumprimento a decisão judicial. Não configuração. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

705. Processo : 1.25.002.001558/2010-48 Voto: 1353/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de falsificação de Nota Fiscal, para obtenção de benefício previdenciário de aposentadoria por idade. Ausência de repercussão na órbita dos direitos e das obrigações. Mera falsificação grosseira sem potencialidade lesiva ou ofensa ao bem jurídico tutelado pela norma. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

706. Processo : 1.20.000.000885/2006-01 Voto: 1354/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Suposto crime de falso testemunho (art. 342 do CP), cometido por particular para obtenção de benefício previdenciário de terceiro sem respaldo legal. Informações contidas nos autos revelam que os depoimentos prestados não influíram na decisão final. Ausência de potencialidade lesiva das condutas. Atipicidade. Arquivamento
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

707. Processo : 1.23.000.000521/2010-97 Voto: 1355/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de Informação. Financiamento Rural celebrado entre o Banco da Amazônia S/A. - BASA e a Associação dos Trabalhadores Rurais do Alto Bonito do Itacaiunas. Suposto crime do Art. 20 da Lei nº 7.492/86 em concurso formal com o delito de estelionato (Art. 171, § 2º, III do Código Penal). Comprovada a aplicação dos Recursos Federais. Atipicidade. Ausência de indícios da prática de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

708. Processo : 1.24.001.000164/2008-03 Voto: 1356/2011 Origem:PRM-CAMPINA GRANDE/PB
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de responsabilidade de ex-prefeito - art. 1º, inciso VII, do Decreto-Lei nº 201/67. Falta de prestação de contas de recursos do FNDE. Prazo expirado em 16/10/1999. Pena máxima de detenção de 3 anos. Extinção da punibilidade. Prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 109, inc. IV, do CP). Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

709. Processo : 1.23.000.000922/2010-47 Voto: 1357/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposta fraude em arrematação. Homologação da promoção de arquivamento, pela 2ª Câmara, em peça informativa versando sobre os mesmos fatos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

710. Processo : 1.24.000.001806/2010-16 Voto: 1358/2011 Origem: PR/PB
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Possível fraude à execução. Delito de ação penal privada, que se procede mediante queixa. Carência de legitimidade ativa do Ministério Público Federal para deflagrar ação penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

711. Processo : 1.00.000.016511/2010-78 Voto: 1359/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça Informativa. Suposta fraude no pedido de benefício previdenciário (pensão por morte). Benefício concedido pelo magistrado que presidiu o processo. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

712. Processo : 1.29.016.000088/2010-05 Voto: 1360/2011 Origem: PRM - CRUZ ALTA / RS
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Representação criminal. Pedido de prorrogação de benefício de auxílio-doença. Dúvidas acerca das condições físicas da beneficiária. Impossibilidade de aferir exame médico retrospectivo a fim de demonstrar suposta simulação. Ausência de prova da materialidade e de possíveis diligências a serem realizadas. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

713. Processo : 1.29.017.000204/2010-78 Voto: 1361/2011 Origem: PRM - CANOAS / RS
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de moeda falsa. Art. 289, § 1º, do Código Penal. Diligências realizadas pela autoridade policial. Inexistência de elementos suficientes para identificação da autoria. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

714. Processo : 1.00.000.015460/2010-67 Voto: 1362/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS / MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Inexistência nos autos de elementos suficientes para identificação da autoria. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

715. Processo : 1.28.000.000023/2011-49 Voto: 1363/2011 Origem: PR/RN

716. Processo : 1.28.000.001844/2010-11 Voto: 1364/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de moeda falsa (artigo 289, § 1º, do Código Penal). Investigações encerradas no âmbito policial. Ausência de indícios suficientes de autoria delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

717. Processo : 1.28.000.000692/2010-30 Voto: 1365/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposta omissão de socorro por parte de médico (Art. 135 do CP). Ausência de elementos Objetivos e Subjetivos do tipo. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

718. Processo : 1.31.000.000950/2008-78 Voto: 1367/2011 Origem: PR/RO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de peculato. Irregularidades na aplicação de dinheiro público. Convênio firmado para a construção de casas populares. Inexistência de repasse de recursos públicos federais. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

719. Processo : 1.15.003.000381/2010-07 Voto: 1368/2011 Origem: PRM - SOBRAL / CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental. Pesca no mar de Camocim/CE sem a devida licença do órgão competente. Informações constantes dos autos apontam para a prática de mero ilícito administrativo, sem qualquer menção a tipo penal. Conduta penalmente atípica. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

720. Processo : 1.13.000.001072/2010-41 Voto: 1369/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental. Pesca em local proibido. Pequena quantidade. Estado de necessidade. Subsistência própria e da família. Exclusão da ilicitude do delito.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

721.	Processo	:	1.20.000.001503/2010-34	Voto: 1370/2011	Origem: PR/MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime de exploração clandestina de estação de radiodifusão. Ausência de autoria. Fiscalização da Policia Federal. Estação desativada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
722.	Processo	:	1.20.000.000365/2010-76	Voto: 1371/2011	Origem: PR/MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Possível crime de exploração clandestina de estação de radiodifusão. Existência de inquérito policial que apuram os mesmos fatos. Aplicação do princípio *ne bis in idem*.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
723.	Processo	:	1.22.000.001048/2010-01	Voto: 1372/2011	Origem: PR/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Sobrestamento de processos administrativos disciplinares no âmbito da Polícia Rodoviária Federal. Recomendação ministerial determinando o regular andamento dos referidos processos, ante ausência de previsão legal para o sobrestamento. Cumprimento da recomendação. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
724.	Processo	:	1.13.000.000411/2009-38	Voto: 1373/2011	Origem: PR/AM
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Relatório de fiscalização e Inspeção realizado pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel em fazenda. Inexistência de elementos que caracterizassem a prática de trabalho análogo ao de escravo. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
725.	Processo	:	1.14.004.000467/2010-59	Voto: 1374/2011	Origem:PRM-FEIRA DE SANTANA/BA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto desvio de finalidade na aplicação de recursos de financiamento, revelando indícios, em tese, de crime contra o Sistema Financeiro Nacional (art. 20 da Lei 7.492/86). Não configuração. Transcurso de mais de 12 anos. Prescrição criminal. Ocorrência. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
726.	Processo	:	1.15.000.000579/2009-79	Voto: 1375/2011	Origem: PR/CE
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime de sonegação de papel ou objeto de valor probatório (art. 356 do CP) por advogada. Juntada de extrato comprovando que os autos estiveram conclusos. Equívoco na administração do processo. Atipicidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
727.	Processo	:	1.25.002.000338/2008-82	Voto: 1376/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Suposta prática de sonegação fiscal. Débitos relativos aos crimes liquidados por pagamento. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
728.	Processo	:	1.22.007.000013/2011-67	Voto: 1377/2011	Origem: PRM - VARGINHA / MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Suposta prática de crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Débitos relativos aos crimes liquidados por pagamento. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
729.	Processo	:	1.17.000.001064/2009-11	Voto: 1378/2011	Origem: PR/ES
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposta prática de crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Débitos relativos aos crimes liquidados por pagamento. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
730.	Processo	:	1.20.001.000086/2009-69	Voto: 1379/2011	Origem: PRM - CÁCERES / MT
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Notícia de possível prática do crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, CP). Diligências. Não-constatação de condições degradantes de trabalho ou de cerceamento da liberdade de locomoção. Inexistência de evidências hábeis a possibilitar o enquadramento típico penal do fato. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
731.	Processo	:	1.00.000.011911/2010-97	Voto: 1380/2011	Origem:PRM-VITÓRIA DA CONQUISTA /BA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Notícia de possível prática do crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, CP). Diligências. Não-constatação de condições degradantes de trabalho ou de cerceamento da liberdade de locomoção. Inexistência de evidências hábeis a possibilitar o enquadramento típico penal do fato. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
732.	Processo	:	1.25.002.002386/2010-20	Voto: 1381/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pelo Diretor da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar falta de natureza grave atribuída a determinado interno, que teria danificado seu aparelho de barbear. Mera transgressão disciplinar. Ausência de conduta criminosa a ensejar a instauração de inquérito policial. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
733.	Processo	:	1.25.002.000173/2011-44	Voto: 1382/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal instaurada a partir de ofício da Direção de Penitenciária Federal, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apuração de faltas disciplinares imputadas a interno. Possível conduta criminosa não caracterizada. Resultado das diligências apontou apenas a ocorrência de "transgressão disciplinar". Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
734.	Processo	:	1.00.000.010783/2010-64	Voto: 1383/2011	Origem: PRM- TRÊS LAGOAS/MS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Ofensa à integridade física de preso. Elementos probatórios insuficientes à embasar oferecimento de denúncia, porque divergentes em pontos fundamentais. Cerceamento ao exercício profissional de advogados. Ausência de materialidade, pois o preso foi devidamente assistido por advogado por quem manifestou vontade de ser defendido. Delito de denunciação caluniosa. Impetração de mandado de segurança. Inaptidão a autorizar o enquadramento da conduta no tipo inserto no artigo 339 do CP. Inexistência de dolo. Quanto à imputação feita pelo preso de ter sido agredido pelo DPF e por ADPF, inexistem nos autos dados que permitam concluir pela efetiva ocorrência ou não das lesões.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
735.	Processo	:	1.04.004.000095/2007-10	Voto: 1384/2011	Origem: PRR 4ª REGIÃO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento de acompanhamento de convênio. Inocorrência da liberação integral dos recursos até o momento. Ainda não foi iniciada a aplicação de recursos pelo Município. Os documentos presentes nos autos não demonstram qualquer indício de malversação de recursos públicos que desencadeie na aplicação de qualquer inciso do artigo 1º, do Decreto-lei nº 201/67. Também é afastada qualquer possibilidade dos crimes previstos na Lei nº 8.666/93, já que nem ao menos foi realizada licitação. No caso em comento, não são identificáveis os elementos capazes para a enquadração em figuras típicas penais.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
736.	Processo	:	1.23.000.001296/2009-72	Voto: 1385/2011	Origem: PRM DE ALTAMIRA/PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Defraudação de Penhor (art. 171, III, do CP). Falecimento do investigado em 09-01-2009, conforme certidão da fl. 92. Aplicação da causa extintiva de punibilidade. Art. 107, I, do Código Penal. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
737.	Processo	:	1.28.000.000482/2009-16	Voto: 1386/2011	Origem: PR/RN
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Supostas irregularidades na administração de verbas públicas em universidade federal. Atendido o direito de petição dos representantes. Universidade apresentou cópia da prestação de contas. Consoante os documentos carreados nos autos, não há qualquer prova ou indício de conduta criminosa. Inexistência de infração penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
738.	Processo	:	1.30.015.000047/2010-08	Voto: 1387/2011	Origem: PR DE MACAÉ/RJ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório Criminal. Representação apresentada por ex-beneficiária do INSS para apurar a possível concessão fraudulenta de benefício previdenciário com a utilização de seus dados pessoais. Promoção de arquivamento, sob fundamento de que inexistem quaisquer indícios da ocorrência da concessão (fraudulenta ou não) de pensão por morte em nome da segurada.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
739.	Processo	:	1.33.009.000160/2008-38	Voto: 1388/2011	Origem: PR DE CAÇADOR/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Funcionários do INSS que concederam benefícios previdenciários de forma indevida. Delito de corrupção passiva. Artigo 317, do CP. Ausência de comprovação da percepção de vantagem pelos funcionários públicos. Eventual penalização pelo delito de prevaricação, inserto no artigo 319, do CP, encontra-se prescrita, tendo em vista o decurso de mais de 12 anos desde a prática do delito - ocorrido no ano de 1998 -, assim como o delito de estelionato previdenciário, previsto no artigo 171, § 3º, do CP. Delito de inserção de dados falsos no sistema de informações da Administração Pública. Artigo 313-A. Irretroatividade da lei penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
740.	Processo	:	1.34.003.000451/2010-63	Voto: 1389/2011	Origem: PR BAURU/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças Informativas. Dados que apontam para o excessivo número de concessão de benefícios previdenciários no Município de Conchas/SP, bem assim para a possível existência de fraude nessas concessões. Promoção de arquivamento, sob fundamento de que inexistem nos autos dados concretos que permitam concluir pela efetiva ocorrência de fraudes.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
741.	Processo	:	1.04.004.000722/2010-18	Voto: 1390/2011	Origem: PRR-4ª Região
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Investigatório. Dados que apontam para irregularidades praticadas no âmbito da Administração Municipal de Barra Velha/SC relacionadas ao Convênio n° 700651/2008-MI, que poderiam configurar, em tese, delitos descritos na Lei n° 8.666-93. Contratação de empresa em regime de urgência. Dispensa de licitação devidamente fundamentada, em face de ocorrência de fenômenos naturais que demandaram urgência na realização de obras relacionadas ao Porto de Itajaí/SC. Promoção de arquivamento, sob fundamento de inexistência de conduta a configurar agir ilícito.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
742.	Processo	:	1.12.000.000246/2003-66	Voto: 1391/2011	Origem: PR/AP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Suposta malversação na gestão de verbas públicas por parte de Secretário Municipal da Saúde (art. 315 do CP). *Notitia Criminis* encaminhada pelo Departamento Nacional de Auditoria dos SUS (Ministério da Saúde). Fatos ocorridos em 2001. Delito com pena máxima de três meses. Prescrição. Homologação do arquivamento também pelos atos de improbidade por parte da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - Patrimônio Público e Social.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

743. Processo : 1.13.000.001560/2008-83 Voto: 1392/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Descumprimento por ex-Prefeito Municipal de ordem emanada do presidente de Tribunal e Justiça para pagamento de precatório em ação de execução promovida perante a Justiça Federal da Seção Judiciária do Estado do Amazonas, consistente na falta de inclusão de valores devidos em precatório no orçamento do exercício de 2009. Suposto crime de responsabilidade (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei nº 201/67) e desobediência. Não caracterizada conduta criminosa prevista no Decreto-Lei n° 201/67, uma vez que os atos de presidente de tribunal no processamento de precatórios não se revestem da qualidade de atos jurisdicionais, são, em verdade, decisões meramente de natureza administrativa (Súmula nº 733 do STF e nº 311 do STJ). Ausente, portanto, a elementar típica "ordem judicial". Atipicidade. O delito de desobediência, que também poderia restar caracterizado, resta alcançado pela prescrição, uma vez que a requisição de pagamento foi expedida em 2002, existindo notícia do início do pagamento do precatório em período anterior a setembro de 2008. Incidência do que previsto no art. 109, VI, do CP, não incidindo a alteração trazida pela Lei n° 12.234/2010, porque os fatos são anteriores a sua entrada em vigor. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

744. Processo : 1.21.000.000395/2001-54 Voto: 1393/2011 Origem: PR/MS
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Inquérito Civil. Aplicação indevida de verbas públicas, repassadas pelo FNDE, por parte do ex-Prefeito Municipal de Aquidauana/MS (art. 1°, III, do Decreto-Lei n° 201/67). Fatos ocorridos entre 1997 a 2000. Delito com pena máxima de três anos. Prescrição da pretensão punitiva. Homologação do arquivamento também pelos atos de improbidade por parte da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão - Patrimônio Público e Social.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

745. Processo : 1.22.006.000152/2009-86 Voto: 1394/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS/MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Crimes de lesão corporal (artigo 129, do CP), abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65, nas sanções do artigo 4, alínea "a") e tortura (artigo 1, II, da Lei 9.455/97). Tendo em vista que os fatos são datados de 05/04/2004, sendo a pena máxima de lesão corporal igual a 1 (um) ano, e a de abuso de autoridade igual a 6 meses, ambos delitos estão prescritos em face do artigo 109, do Código Penal. No que tange o delito de tortura, deve ocorrer o arquivamento, pois a questão já está sendo averiguada na ação penal 2008.38.06.001232-2. Persecução penal em duplicidade.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

746. Processo : 1.24.001.000105/2009-16 Voto: 1395/2011 Origem:PRM-CAMPINA GRANDE-PB
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Crimes contra a Ordem Tributária. Art. 1° da Lei n° 8.137-90. Constatação de já existente Inquérito Policial para apuração dos fatos. *Bis in idem.* Arquivamento do PIC.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

747. Processo : 1.25.003.002157/2008-81 Voto: 1396/2011 Origem: PRM - FOZ DO IGUAÇU
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Investigatório. Prática, em tese, de tentativa de estelionato (art. 171, *caput*, do CP). Particular que relata ter sido vítima do delito de tentativa de estelionato por parte de uma pessoa que dizia ser advogado e ofereceu serviços para agilização do processo de aposentadoria. Cópia dos presentes autos já remetidos à Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

748. Processo : 1.29.010.000040/2005-81 Voto: 1397/2011 Origem:PRM-SANTO ÂNGELO/RS
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo Cível. Os documentos apontam para o exercício ilegal da medicina (excedendo os limites da autorização legal) por parte de médica que, conquanto não possua certificado, se diz especialista em otorrinolaringologista. Art. 282 do Código Penal. Fatos ocorridos em 26/08/2005. Delito com pena máxima de dois anos. Prescrição da pretensão punitiva. Homologação do arquivamento, também, por parte da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão Consumidor e Ordem Econômica.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

749. Processo : 1.31.000.000050/2010-45 Voto: 1398/2011 Origem: PR/RO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Crimes de falsificação de documento particular e de falsidade ideológica. Artigos 298 e 299, respectivamente, ambos do Código Penal. Suposta falsificação de apólice de seguro-garantia. Fraude cometida em procedimento licitatório realizado pelo Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes (DER-RO). Autarquia pertencente à Administração Indireta do Estado de Rondônia. Inexistência de lesão a qualquer serviço, bem ou interesse da União. Competência da Justiça Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

750. Processo : 1.33.002.000165/2010-45 Voto: 1399/2011 Origem: PRM DE CHAPECÓ - SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Investigatório. Crime de Corrupção Passiva praticado por Policial Rodoviário Federal. Art. 317 do Código Penal. Constatação da já existente Ação Penal n° 2005.72.02.000012-5, em que o policial já responde pelos fatos constantes no presente procedimento. Arquivamento do PI.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

751. Processo : 1.34.001.000607/2010-26 Voto: 1400/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inexistência de conduta criminal. As informações aduzidas não trazem força suficiente para ensejar investigações mais aprofundadas. Ausência de justa causa que desencadeie uma ação penal. Fatos narrados pelo requerente tangem apenas à esfera de patrimônios particulares. Além disso, não há qualquer ofensa aos serviços, bens ou interesse da União no caso em testilha. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

752. Processo : 1.34.006.000342/2009-82 Voto: 1401/2011 Origem: PRM - GUARULHOS/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Crime de sonegação previdenciária, previsto no artigo 337-A, do Código Penal. Em casos como este é imprescindível o trabalho investigativo fiscal da suposta sonegadora. A Receita Federal do Brasil aduz que não há indícios suficientes e relevantes que justifiquem a abertura de um processo de fiscalização, arquivando o feito. Falta de justa causa para o prosseguimento da persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

753. Processo : 1.34.006.000410/2010-47 Voto: 1402/2011 Origem: PRM-DE GUARULHOS/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças Informativas. Crimes de violação de lacre ou sinal (art. 336 do Código Penal) e comercialização de combustíveis fora das especificações legais (art. 1°, I, da Lei n° 8.176/90). Violação de lacre afixados em bombas medidoras, sem qualquer autorização prévia da ANP. Pedido de arquivamento formulado perante a autoridade judiciária. Entendimento de ausência de intervenção judicial. Remessa à 2ª CCR. Fatos ocorridos entre 04 e 14 de julho de 2005. Crime do art. 336 do CP tem pena máxima de 1 ano de detenção. Prescrição da pretensão punitiva. O crime remanescente (art. 1°, I, da Lei n° 8.176-90) é da competência da Justiça Estadual. Existência de procedimento na Justiça Estadual para apuração dos fatos. Despicienda a remessa à Justiça Estadual de Guarulhos/SP. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

754. Processo : 1.34.008.100002/2010-74 (apenso ao feito n° 1.34.008.100021/2010-09) Voto: 1403/2011 Origem: PRM-PIRACICABA - SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Representação noticiando o funcionamento de bingo explorado por empresa que obteve renovação de alvará de funcionamento perante a Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP. A referida empresa obteve, nos autos do MS n° 2004.61.00.008735-5, em trâmite na 24ª Vara Federal de São Paulo/SP, autorização para exploração da atividade de bingo na cidade de Rio Claro/SP. A decisão restou suspensa por decisão do TRF-3ª Região. O alvará restou suspenso pela Prefeitura Municipal e o local de funcionamento foi lacrado. O fato pode ter enquadramento típico na Lei da Contravenções Penais (exploração de jogos de azar). Contudo, já existe Inquérito Civil n° 14.0409.0000082/09-1 no âmbito do Ministério Público Estadual. Despicienda a remessa dos autos ao parquet estadual de Rio Claro/SP. Ademais, a atuação da empresa foi amparada em (equivocada) decisão judicial. Arquivamento, também, do feito pela 3ª CCR.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

755. Processo : 1.34.008.100021/2010-09 (apenso ao feito n° 1.34.008.100002/2010-74) Voto: 1404/2011 Origem:PR DO MUNICÍPIO DE PIRACICABA - SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças Informativas. "Representação" apócrifa noticiando o funcionamento de bingo explorado por empresa que obteve renovação de alvará de funcionamento perante a Prefeitura Municipal de Rio Claro. Existência de Procedimento Preparatório n° 1.34.008.100002/2010-74 para apurar os fatos. Arquivamento das Peças de Informação
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

756. Processo : 1.15.000.000382/2010-73 Voto: 1405/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Falsidade Ideológica (art. 299 do CP). Contratação de empresa prestadora de serviço de vigilância armada. Administrador do contrato na empresa é irmão de Procurador da República, lotado na unidade. Violação ao artigo 4º da Resolução nº 01/2005 do CNMP. Verifica-se nos autos que o edital foi omisso quanto à obrigatoriedade de ser firmada declaração pelo responsável pela empresa prestadora de serviços, no que se refere à observância do que contido na Resolução n° 01/05 do CNMP. Ausência de tipicidade do delito de falso ideológico. Irregularidade Administrativa reconhecida pelo CNMP que ensejou a revogação dos contratos em curso. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

757. Processo : 08104.000337/99-29 Voto: 1406/2011 Origem: PRM-ILHÉUS/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento Administrativo. Inquérito Civil. Representação que aponta para a conduta de prevaricação por parte de funcionários do INCRA, por ocasião da avaliação da fazenda Nancy, situada em Ilhéus, superavaliando o imóvel para fins de reforma agrária. Art. 319 do Código Penal. Avaliação ocorrida no ano de 1996. Delito com pena máxima de um ano. Prescrição da pretensão punitiva. Homologação do arquivamento, também, pelos atos de improbidade, tendo em vista a prescrição e a não comprovação das irregularidades, por parte da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

758. Processo : 1.28.200.000076/2008-16 Voto: 1407/2011 Origem: PRM - CAICÓ / RN
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito civil público. Irregularidades na aplicação de verbas públicas repassadas pela FUNASA a município, por meio de convênio. Existência de inquérito policial versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.*
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

759. Processo : 1.34.001.002091/2007-59 Voto: 1408/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Furto mediante fraude (art. 155, § 4º, I, do CP). Remetidas cópias dos autos à Polícia Federal para inclusão no banco de dados do Projeto Tentáculos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.*
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

760. Processo : 1.00.000.002634/2011-11 Voto: 1409/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS/MG
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de moeda falsa. Art. 289, § 1º, do Código Penal. Diligências realizadas pela autoridade policial. Inexistência de elementos suficientes para identificação da autoria. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

761. Processo : 1.20.001.000090/2010-61 Voto: 1410/2011 Origem: PRM-CÁCERES/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

762. Processo : 1.20.001.000376/2010-46 Voto: 1411/2011 Origem: PRM-CÁCERES/MT
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

763. Processo : 1.14.004.000368/2009-33 Voto: 1412/2011 Origem:PRM-FEIRA DE SANTANA/ BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Ex-prefeito municipal. Omissão do dever de prestar contas de recursos repassados ao Município em decorrência de convênio firmado com o Fundo Nacional de Saúde (FNS). Art. 1º, I e/ou II, do Decreto-Lei nº 201/67. Crime apenado com, no máximo, 12 (doze) anos de reclusão. Conduta ocorrida entre os anos de 1994 e 1995. Pretensão punitiva. Prescrição. Extinção da punibilidade.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

EXEMPLAR DE ASSINANTE NTE DA IMPRENSA NACIONAL

764. Processo : 1.25.002.000049/2011-89 Voto: 1413/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

765. Processo : 1.19.000.000131/2011-21 Voto: 1414/2011 Origem: PR/MA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Supostos crimes contra a honra de professora de universidade federal. Nas manifestações documentadas pelos estudantes não há menção ao nome da professora, ou narração de fatos que se enquadrem como ofensivos à honra de servidor público federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

766. Processo : 1.17.000.000877/2010-28 Voto: 1415/2011 Origem: PR/ES
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crimes contra a organização do trabalho e de estelionato ou peculato equiparado. Autos submetidos anteriormente à 2ª CCR que deliberou pela designação de membro do MPF para prosseguir na persecução penal. Diligências. Ausência de elementos mínimos que atentem contra a organização do trabalho ou que comprovem recebimento de vantagens ilícitas por parte do investigado. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

767. Processo : 1.14.001.000123/2010-70 Voto: 1416/2011 Origem: PRM - ILHÉUS / BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento investigatório. Crime de apropriação indébita previdenciária (artigo 168-A do CP), supostamente praticado por prefeito municipal. Segundo informações da Receita Federal, está sendo elaborado o lançamento de crédito tributário e ulteriormente será realizada a representação fiscal para fins penais pela Receita Federal. Esgotamento das medidas tomadas no âmbito da procuradoria da República. Arquivamento do expediente administrativo
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

768. Processo : 1.11.000.000971/2008-86 Voto: 1417/2011 Origem: PRM - ARAPIRACA / AL
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de prevaricação em razão da paralisação de IPL por mais de um ano em Superintendência da Polícia Federal. Informação de que a paralisação se deveu à situação precária da Superintendência da PF. Consta dos autos que, após a paralisação, as diligências pendentes foram realizadas e os autos foram remetidos ao Juízo, com cota ministerial cumprida. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

769. Processo : 1.36.000.000240/2010-86 Voto: 1418/2011 Origem: PR/TO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de desobediência praticado por determinada testemunha que deixou de comparecer à audiência, supostamente sem a devida justificativa, apesar de intimada. Informações prestadas pelo representado no sentido de que fora avisado pelo acusado, em favor do qual testemunharia, que desistira do seu testemunho e que sua presença não seria necessária em audiência. Audiência realizada posteriormente. Inexistência de motivos para o prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

770. Processo : 1.36.000.001152/2009-68 Voto: 1419/2011 Origem: PR/TO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

771. Processo : 1.36.000.000225/2009-02 Voto: 1420/2011 Origem: PR/TO
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de Desobediência (CP, artigo 330). Crime punido com pena máxima de 06 (seis) meses de detenção. Fato ocorrido em setembro de 2008. Extinção de punibilidade em decorrência da prescrição, uma vez que passados mais de 02 (dois) anos da ocorrência do fato.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

772. Processo : 1.14.002.000005/2009-18 Voto: 1421/2011 Origem:PRM-CAMPO FORMOSO/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peça de informação. Supostos saques de FGTS realizados indevidamente. Valores disponibilizados ao empregado não foram sacados no devido período, motivo pelo qual foram bloqueados, por questão de segurança, pela CEF. Não configuração de conduta típica a ser punida. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

773. Processo : 1.00.000.000045/2011-90 Voto: 1422/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposto crime previsto no art. 241-A da Lei nº 8.069/90. Pornografia infantil pela internet. Entendimento do *Parquet* Federal de inexistência da materialidade delitiva, pois a própria vítima divulgou as fotografias em comento. Ausência de indícios de crime.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

774. Processo : 1.00.000.011126/2010-34 Voto: 1423/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Relatório de Atuação do Grupo de Erradicação do Trabalho Escravo. Relatório já foi objeto de análise pela PRM-Marabá/PA em outro procedimento, no qual concluiu-se pela falta de elementos de materialidade do trabalho escravo na referida carvoaria e pelo declínio de atribuição quanto aos demais fatos investigados. Este feito já foi homologado pela 2ª CCR. *Bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

775. Processo : 1.15.000.002126/2010-11 Voto: 1424/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo com a finalidade de apuração da suposta prática do crime de desobediência. Artigo 330 do CP. Impossibilidade de aplicação da imputação em comento, por tratar-se de ato praticado por servidor do banco do Brasil no exercício de suas funções. Possível crime de prevaricação. Artigo 319 do CP. Não configuração. Ausência do *animus* de satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

776. Processo : 1.34.003.000421/2004-17 Voto: 1425/2011 Origem: PRM-BAURU / SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposta inautenticidade de pagamentos de serviços médico-odontológicos visando dedução no IRPF. Ausência de apuração de crédito tributário de responsabilidade do representado. Existência de autos judiciais que apuram suposta falsidade ideológica e sonegação fiscal por parte do representado, como partícipe. *Bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

777. Processo : 1.34.001.007682/2010-18 Voto: 1426/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Suposta emissão de cheque falso por terceira pessoa. Suposto cheque cuja numeração foi objeto da fraude estava em poder da correntista. Ausência de elementos mínimos necessários para propositura de eventual ação penal ou requisição de instauração de inquérito policial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

778. Processo : 1.20.001.000400/2010-47 Voto: 1427/2011 Origem: PRM-CÁCERES/ MT
779. Processo : 1.20.001.000079/2010-09 Voto: 1428/2011 Origem: PRM-CÁCERES/ MT
780. Processo : 1.20.001.000096/2009-02 Voto: 1429/2011 Origem: PRM-CÁCERES/ MT
781. Processo : 1.20.001.000092/2009-16 Voto: 1430/2011 Origem: PRM-CÁCERES/ MT
782. Processo : 1.25.003.014891/2010-15 Voto: 1431/2011 Origem: PRM-CÁCERES/ MT
783. Processo : 1.25.003.014871/2010-36 Voto: 1432/2011 Origem: PRM-CASCAVEL/PR
784. Processo : 1.33.002.000010/2011-90 Voto: 1433/2011 Origem: PRM-CHAPECÓ/SC
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

785. Processo : 1.14.000.002062/2008-71 Voto: 1434/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na administração de verbas públicas. Não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 004/1997, firmado entre a Bahiafarma e a União Federal. Mera conduta dos servidores de deixar de comprovar a regular aplicação de parte dos recursos passados não se enquadra nas descrições de condutas típicas dos crimes contra a Administração Pública, inexistência de infração penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

786. Processo : 1.00.000.010681/2010-49 Voto: 1435/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação delineadas a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de trabalho análogo ao de escravo . Relatório que embasa as presentes peças já foi objeto de análise, no bojo do procedimento nº 1.23.001.000059/2010-18. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

787. Processo : 1.00.000.011139/2010-11 Voto: 1436/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação delineadas a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de trabalho análogo ao de escravo. Relatório que embasa as presentes peças já foi objeto de análise, no bojo do procedimento nº 1.23.001.000063/2010-86. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

788. Processo : 1.00.000.011133/2010-36 Voto: 1437/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação delineadas a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de trabalho análogo ao de escravo. Relatório que embasa as presentes peças já foi objeto de análise, no bojo do procedimento nº 1.23.001.000075/2010-19. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

789. Processo : 1.00.000.011107/2010-16 Voto: 1438/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação delineadas a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de trabalho análogo ao de escravo. Relatório que embasa as presentes peças já foi objeto de análise, no bojo do procedimento nº 1.23.001.000070/2010-88. Aplicação do princípio *"ne bis in idem"*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

790. Processo : 1.00.000.010702/2010-26 Voto: 1439/2011 Origem: PRM - MARABÁ / PA
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Peças de informação delineadas a partir de Relatório de Fiscalização do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego. Suposto crime de trabalho análoga ao de escravo. Relatório que embasa as presentes peças já foi objeto de análise, no bojo do procedimento nº 1.23.001.000068/2010-17. Aplicação do princípio "*ne bis in idem*". Arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
791.	Processo	:	1.00.000.002895/2011-22	Voto: 1440/2011	Origem: PRM - TABATINGA / AM
792.	Processo	:	1.00.000.002875/2011-51	Voto: 1441/2011	Origem: PRM - TABATINGA / AM
793.	Processo	:	1.00.000.002900/2011-05	Voto: 1442/2011	Origem: PRM - TABATINGA / AM
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
794.	Processo	:	1.00.000.002874/2011-15	Voto: 1443/2011	Origem:PRM-PATOS DE MINAS/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Inexistência nos autos de elementos suficientes para identificação da autoria. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
795.	Processo	:	1.00.000.015948/2010-94	Voto: 1444/2011	Origem: PRM - GUARAPUAVA / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Notícia de possível prática do crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, CP). Diligências. Conclusão: as condições encontradas não são análogas às de escravo, podendo as irregularidades ser sanadas pelo meio administrativo. Inexistência de evidências hábeis a possibilitar o enquadramento típico penal do fato. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
796.	Processo	:	1.23.003.000903/2008-76	Voto: 1445/2011	Origem: PRM - ALTAMIRA/PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Crime ambiental. Suposta atividade potencialmente poluidora (carvoaria) sem licença da autoridade competente. Fatos delituosos ocorridos em 2008. Conduta que se amolda ao art. 60, da Lei nº 9.605/98. Pena máxima para o delito fixada em 06 (seis) meses. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Art. 109, inciso VI, c/c Art. 107, IV, ambos do CP. Arquivamento		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
797.	Processo	:	1.32.000.000004/2008-94	Voto: 1446/2011	Origem: PR/RR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto incêndio criminoso na TIRSS, Município de Uiramutã/RR noticiado pela Sociedade de Defesa dos Índios Unidos do Norte de Roraima - SODIUR. Investigação da Policia Federal. Ausência de autoria delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
798.	Processo	:	1.33.001.000149/2010-62	Voto: 1447/2011	Origem: PRM - BLUMENAU / SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo instaurado a partir do recebimento de mensagem eletrônica denunciando suposta fraude na concessão de benefício previdenciário (por incapacidade). Ausência de elementos fáticos ou indícios da materialidade delitiva. Arquivamento		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
799.	Processo	:	1.22.006.000053/2010-38	Voto: 1448/2011	Origem:PRM-PATOS DE MINAS/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposto crime de falso testemunho (art. 342 do CP), praticado, em tese, em ação trabalhista. Ausência de dolo do agente. Declarações prestadas em juízo sem contradição. Inexistência de elementos de informação mínimos necessários à deflagração de persecução penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
800.	Processo	:	1.35.000.001901/2010-28	Voto: 1449/2011	Origem: PR/SE
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa. Suposto estelionato contra o INSS, consistente em registro de vínculo empregatício superior à realidade. A autarquia previdenciária atestou a regularidade do vínculo empregatício. Ausência de autoria e materialidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
801.	Processo	:	1.24.002.000019/2009-95	Voto: 1450/2011	Origem: PRM - SOUSA / PB
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Ex-prefeito municipal de São João do Rio do Peixe/PB. Suposta irregularidade na execução do convênio firmado com o Fundo Nacional de Saúde (FNS). Eventual emprego irregular de verbas públicas (Art. 1º, § 1º, inc. III do Decreto-Lei nº 201/67). Crime punido com detenção de 03 (três) meses a 03 (três) anos. Conduta ocorrida em 1997. Pretensão punitiva. Prescrição. Manifestação da 5ª CCR. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
802.	Processo	:	1.23.000.000523/2010-86	Voto: 1451/2011	Origem: PRM - ALTAMIRA / PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito policial. Suposto crime de defraudação de penhor (art. 171, § 2º, III, do CP). Venda de bens adquiridos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), sem autorização da instituição financeira. Operação financiada sem garantia real. Os recursos do financiamento foram aplicados no objeto do contrato. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito pela via penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
803.	Processo	:	1.34.010.000519/2010-15	Voto: 1452/2011	Origem: PRM-RIBEIRÃO PRETO / SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de descaminho (art. 334 do CP). Delação anônima, via web, pelo portal da Procuradoria da República em São Paulo. Inspeção no local pela Polícia Federal e investigação na Receita federal. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
804.	Processo	:	1.04.004.000322/2010-02	Voto: 1453/2011	Origem: PRR- 4ª REGIÃO / RS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Fraiburgo/SC, destinados à construção de escolas. Ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
805.	Processo	:	1.04.004.000287/2010-13	Voto: 1454/2011	Origem: PRR- 4ª REGIÃO / RS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Ituporanga/SC, destinados à construção de escolas. Ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
806.	Processo	:	1.04.004.000190/2010-19	Voto: 1455/2011	Origem: PRR- 4ª REGIÃO / RS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Curitiba/PR, destinados à construção de escolas. Ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
807.	Processo	:	1.04.004.000108/2010-48	Voto: 1456/2011	Origem: PRR- 4ª REGIÃO / RS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos federais repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) ao Município de Colombo/PR, destinados à construção de escolas. Ausência de liberação de verbas pelo FNDE. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
808.	Processo	:	1.34.001.008063/2010-41	Voto: 1457/2011	Origem: PR/SP
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação noticiando o envio de e-mail à Corregedoria Regional da Polícia Federal em São Paulo, informando a realização de um trabalho voluntário de combate a crimes realizados pela rede mundial de computadores. Atestado a veracidade dos dados pessoas fornecidos à Polícia Federal. Fatos que não se amoldam a uma *notitia criminis*, por absoluta inexistência de algo a ser investigado. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
809.	Processo	:	1.36.000.000122/2010-78	Voto: 1458/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime de falso testemunho (art. 342, § 2º do CP), cometido por particular para obtenção de benefício previdenciário de terceiro sem respaldo legal. Em juízo a autora se retratou pela afirmação falsa. Ausência de potencialidade lesiva da conduta. Atipicidade. Arquivamento		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
810.	Processo	:	1.11.000.001533/2010-50	Voto: 1459/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de Informação. Suposto crime de abandono de posto por soldado do exército (art. 195 do Código Penal militar). Existência de sentença proferida em ação penal que tramitou perante a Justiça Militar da União em decorrência dos mesmos fatos. *Bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
811.	Processo	:	1.22.006.0000021/2011-13	Voto: 1460/2011	Origem:PRM-PATOS DE MINAS / MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças Informativas. Suposto recebimento indevido de benefício previdenciário de pensão por invalidez. Perícia médica do INPS atesta a invalidez. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Cancelamento do benefício em 1993. Arquivamento		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
812.	Processo	:	1.11.000.000882/2010-54	Voto: 1461/2011	Origem: PR/AL
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Representação encaminhada ao sistema de Denúncia On-Line, solicitando fiscalização dos recursos federais destinados para a assistência às cidades alagoanas atingidas pelas enchentes sem, no entanto, atribuir qualquer ato de malversação de verbas públicas. Denúncia vaga e genérica. Ausência de suporte probatório mínimo para justificar a deflagração de uma investigação criminal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
813.	Processo	:	1.25.002.000168/2011-31	Voto: 1462/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pelo Diretor da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar falta de natureza média atribuída a determinado interno. Mera transgressão disciplinar. Ausência de conduta criminosa a ensejar a instauração de inquérito policial. Arquivamento		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
814.	Processo	:	1.25.002.000015/2011-94	Voto: 1463/2011	Origem: PRM - CASCAVEL / PR
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça Informativa Criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pelo Diretor da Penitenciária Federal de Catanduvas/PR, noticiando a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar para apurar falta de natureza grave atribuída a determinado interno. Mera transgressão disciplinar. Ausência de conduta criminosa a ensejar a instauração de inquérito policial. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

815.	Processo	:	1.36.000.0001131/2006-08	Voto: 1464/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Crime Contra a Ordem Tributária. Artigo 1°, I, da Lei n° 8.137/90. Acompanhamento de parcelamento dos débitos referentes ao Imposto de Renda de pessoa física sonegado por meio de omissão de informações ao Fisco federal. Pagamento Integral do débito.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
816.	Processo	:	1.17.000.000335/2011-36	Voto: 1465/2011	Origem: PR/ES
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo instaurado para acompanhamento do regime de parcelamento de contribuinte. Existência de procedimento, Ação Penal nº 2006.50.01.003294-9, que apura os mesmos fatos. *Bis in idem.* Arquivamento		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
817.	Processo	:	1.00.000.003132/2011-07	Voto: 1466/2011	Origem: PRE/ PE
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime eleitoral (art. 323 do Código Eleitoral): publicar na rede mundial de computadores, através de sítio eletrônico (*site*), falsas informações acerca de candidato. Fato ocorrido em 22.09.2006. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
818.	Processo	:	1.00.000.001464/2011-49	Voto: 1467/2011	Origem: PRM-PATOS DE MINAS/MG
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Inexistência nos autos de elementos suficientes para identificação da autoria. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
819.	Processo	:	1.14.004.000238/2007-39	Voto: 1468/2011	Origem: PRM-BARREIRAS / BA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de sonegação a partir de representação fiscal para fins penais oferecida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em feira de Santana/BA. Fatos ocorridos entre janeiro 1997 e dezembro 1999. Crédito tributário constituído em 23.07.2007. Ocorrência da decadência tributária reconhecida. Extinta a punibilidade criminal. Aplicação da Súmula Vinculante nº 08/2008 do STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
820.	Processo	:	1.23.000.003578/2006-61	Voto: 1469/2011	Origem: PR/PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crimes de sonegação "Calçamento de Notas" (Art. 1º, inc. III da Lei nº 8.137/90). Representação fiscal para fins penais proveniente da Delegacia da receita federal da 2ª Região. Fatos detectados em 26.12.1996, ou seja, já transcorreram mais de 08 anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Extinção da punibilidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
824.	Processo	:	1.36.000.000963/2009-41	Voto: 1485/2011	Origem: PR/TO
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de furto qualificado (artigo 155, §§ 4º, inc. I, do Código Penal) praticado em agência dos Correios de Juarina/TO. Instauração de Inquérito Policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio *"ne bis in idem"*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
822.	Processo	:	1.33.004.000118/2010-81	Voto: 1486/2011	Origem: PR/SC
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
823.	Processo	:	1.23.000.001082/2010-30	Voto: 1487/2011	Origem: PR/PA
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de abuso de autoridade e tortura cometidos por agentes da Polícia Rodoviária Federal. Existência de Ação Penal nº 4710-74.2010.4.01.3904 versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
824.	Processo	:	1.29.008.000089/2011-21	Voto: 1489/2011	Origem: PRM - SANTA MARIA / RS
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de descaminho (art. 334 do CP). Inquérito policial versando sobre os mesmos fatos já arquivado no âmbito da Justiça Federal de Santa Maria/RS. Aplicação do princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
825.	Processo	:	1.30.014.000135/2010-10	Voto: 1490/2011	Origem: PRM-ANGRA DOS REIS/ RJ
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Representação anônima. Notícia de supostas falsificações de CTPS por membros de diretoria de sindicato. Diligências. Ausência de maiores informações a ensejar uma investigação. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
826.	Processo	:	1.00.000.002877/2011-41	Voto: 1366/2011	Origem: PRM - TABATINGA / AM
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças Informativas Criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

827.	Processo	:	1.16.000.000435/2011-08	Voto: 1470/2011	Origem:PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação distribuídas, em face do despacho n. 37/2010-GP/PRDF, ao 8º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial (9º Ofício Criminal). Apuração da ocorrência, ou não, de irregularidades de solicitações/requisições feitas pela Polícia Federal à Receita Federal, por meio de ofício. Considerando o cumprimento do referido despacho e a juntada da documentação necessária aos autos, não se verificou qualquer irregularidade a ser corrigida ou sancionada.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
828.	Processo	:	1.16.000.000728/2011-87	Voto: 1471/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação distribuídas, em face do despacho n. 37/2010-GP/PRDF, ao 8º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial (9º Ofício Criminal). Apuração da ocorrência, ou não, de irregularidades de solicitações/requisições feitas pela Polícia Federal à Receita Federal e ao BACEN, por meio de ofício. Considerando o cumprimento do referido despacho e a juntada da documentação necessária aos autos, não se verificou qualquer irregularidade a ser corrigida ou sancionada.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
829.	Processo	:	1.16.000.000704/2011-28	Voto: 1472/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peças de informação distribuídas, em face do despacho n. 37/2010-GP/PRDF, ao 8º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial (9º Ofício Criminal). Apuração da ocorrência, ou não, de irregularidades de solicitações/requisições feitas pela Polícia Federal à Receita Federal ou ao BACEN, por meio de ofício. Considerando o cumprimento do referido despacho e a juntada da documentação necessária aos autos, não se verificou qualquer irregularidade a ser corrigida ou sancionada.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
830.	Processo	:	1.16.000.006223/2010-45	Voto: 1473/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa distribuída ao 6º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial. Despacho visando a confirmação da regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício a diversos órgãos e entidades federais. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
831.	Processo	:	1.16.000.006252/2010-15	Voto: 1474/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa distribuída ao 6º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial. Despacho visando a confirmação da regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício a diversos órgãos e entidades federais. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
832.	Processo	:	1.16.000.006353/2010-88	Voto: 1475/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça informativa distribuída ao 8º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial. Despacho visando confirmação de regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
833.	Processo	:	1.16.000.000730/2011-56	Voto: 1476/2011	Origem: PR/DF
834.	Processo	:	1.16.000.000886/2011-37	Voto: 1477/2011	Origem: PR/DF
	Relator	:	Dr. Douglas Fischer		
	Ementa	:	Peça de informação distribuída ao 6º Ofício de Controle Externo da Atividade Policial. Despacho visando confirmação de regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício a diversos órgãos e entidades federais. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

835. Processo : 1.00.000.001243/2011-71 Voto: 1478/2011 Origem: PRM-VOLTA REDONDA/RJ
Relator : Dr. Douglas Fischer
Ementa : Procedimento administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Apuração da carência de policiais na Delegacia da Polícia Federal, tendo em vista deslocamento de policiais federais para garantir segurança de membros do Comitê Olímpico Internacional. Informação da DPF de que apenas 2 policiais foram cedidos para atuar em operações fora da região de Volta Redonda. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

Confirmada a próxima Sessão de Revisão para o dia 11/04/2011, às 12 horas.

Brasília-DF, 21 de março de 2011.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara

JULIETA E. FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Subprocuradora-Geral da República - Titular

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS
Subprocuradora-Geral da República - Titular

MÔNICA NICIDA GARCIA
Procuradora Regional da República - Suplente

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA
Procurador Regional da República - Suplente

DOUGLAS FISCHER
Procurador Regional da República - Suplente

ATA DA 533ª SESSÃO DE REVISÃO

Local e data: Brasília (DF), 11 de abril de 2011.
Início e término: Das 12:15h às 16:30h.
Aos onze dias do mês de abril do ano 2011, em sessão realizada na Sala de Reuniões, presentes a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Coordenadora, as Titulares Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos, e os Suplentes Dra. Mônica Nicida Garcia e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa, ausente justificadamente o Dr. Douglas Fischer, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF, julgou os seguintes procedimentos:

Relatora: Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
VOTO-VISTA

001. Processo : 1.20.000.000663/2010-66 Voto: 2100/2011 Origem: PR-MT
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Voto-vista : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES PARA O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. EXTRADIÇÃO. BRASILEIRO. EXISTÊNCIA DE DIVERSOS FEITOS CRIMINAIS NA JUSTIÇA ESTADUAL E NA JUSTIÇA FEDERAL. DELITOS PRATICADOS ANTES E NÃO INCLUÍDOS NA EXTRADIÇÃO. NECESSÁRIO PEDIDO DE EXTENSÃO. NÃO CONHECIMENTO.
1. Declínio de atribuições para o Ministério da Justiça, a fim de que se formalize pedido de extensão em processo de extradição em relação aos demais crimes praticados pelo extraditado, que não estejam contemplados no pedido originário.
2. Remessa dos documentos que pode e deve ser feita diretamente pela Procuradora da República oficiante ao Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça, a quem caberá a análise de admissibilidade da documentação e, se for o caso, o encaminhamento ao Ministério das Relações Exteriores.
3. Ausência de atribuições desta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF (art. 62, da LC nº 75/93).
4. Não conhecimento.
Decisão : Acolhido por unanimidade, após voto-vista apresentado pela Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge no mesmo sentido do voto da Relatora. Partcipou da votação da Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

PROCESSOS NÃO PADRÃO

002. Processo : 1.01.004.000042/2011-89 Voto: 2101/2011 Origem: PRR - 1ª Região
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. NECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO. ARQUIVAMENTO INADEQUADO. NÃO-HOMOLOGAÇÃO.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado a partir de ofício instruído com cópia de notícias-crime oferecidas contra servidores da Prefeitura Municipal de Belém/PA pela prática de crimes diversos, relativos a recursos federais, solicitando a avaliação da conveniência de iniciar investigação dos atos do Prefeito Municipal.
2. Mostra-se necessária investigação própria acerca de eventuais práticas ilícitas perpetradas pelo Prefeito Municipal. Arquivamento inadequado.
3. Designação de outro membro do Parquet Federal, para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
003. Processo : 1.00.000.001315/2011-80 Voto: 2102/2011 Origem: 4ª V F - AM
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO DE ENTORPECENTES. ARTIGO 35 DA LEI 11343/06. ARQUIVAMENTO.
1. Arquivamento requerido com base no entendimento de que não restou demonstrado o crime de associação para o tráfico por parte dos indiciados.
2. Indeferimento do pedido pelo MM. Juiz Federal por julgar que há fortes indícios de autoria.
3. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
004. Processo : 1.23.003.000446/2006-58 Voto: 2103/2011 Origem: PR-PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 62, VII DA LC 75/93. SUPOSTAS IRREGULARIDADES NA LICITAÇÃO E EXECUÇÃO DE OBRAS NA RODOVIA BR-163. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÃO. APLICAÇÃO DO ART. 83 DO CPP. ATRIBUIÇÃO PARA A PERSECUÇÃO PENAL DETERMINADA PELA PREVENÇÃO.
1. Aplicação analógica do art. 83 do CPP, que fixa o critério de competência por prevenção sempre que concorrerem dois ou mais juízes igualmente competentes ou com jurisdição cumulativa e um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato do processo.
2. O dano causado pela obra examinada neste procedimento administrativo ocorre em área de dois municípios. A persecução penal deve ser deflagrada no lugar em que atua o Procurador da República que se tornou prevento, ou seja, em Altamira/PA.
3. Voto pelo conhecimento do conflito negativo de atribuição, e, no mérito, por sua procedência, deliberando-se que a atribuição para prosseguir na persecução penal é do Procurador da República suscitado, na Procuradoria da República de Altamira/PA.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
005. Processo : 1.23.002.000349/2008-37 Voto: 2104/2011 Origem: PRM - Santarém/PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 2º, II, DA LEI 8.137/90). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS ESTIMADOS EM R$ 3.180,76. ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Mesmo que o crédito tributário constituído seja inferior a R$ 10.000,00, o Estado continua efetuando a "cobrança" dos valores, porém, na esfera administrativa, conforme reconhecido há muito pelos órgãos competentes. Assim, não há como preponderar o entendimento de que valores abaixo de R$ 10.000,00 são insignificantes penalmente porque não cobrados judicialmente, porquanto apenas momentaneamente não são cobrados.
2. Designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
006. Processo : 1.16.000.000461/2011-28 Voto: 2105/2011 Origem: PR-DF
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL (ART. 40 DA LEI 9.605/98). DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. APA CRIADA POR DECRETO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E ADMINISTRADA PELO ICMBIO. INTERESSE DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1. Declínio de atribuições sob o fundamento de que a tutela ambiental é interesse difuso titularizado por todas as pessoas e a proteção do meio ambiente cabe à sociedade e a todos os entes federativos (art. 24, VI, da CF/1988), razão por que a criação de uma APA por decreto federal não
teria o condão de "federalizar" todos os crimes nela cometidos.
2. Todavia, crime ambiental ocorrido em Área de Proteção Ambiental criada por Decreto da Presidência da República e administrada pelo ICMBIO, afeta diretamente interesse da União. Precedentes.
3. Não-homologação do declínio de atribuições, com o consequente prosseguimento da persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

007. Processo : 1.34.001.007738/2010-34 Voto: 2106/2011 Origem: PRM - SANTOS / SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. CRIME DE FALSIFICAÇÃO PAPÉIS PÚBLICOS (ART. 293, V, § 3º, DO CÓDIGO PENAL). FALSIFICAÇÃO DE AUTENTICAÇÃO MECÂNICA BANCÁRIA EM DARF APRESENTADO À RECEITA FEDERAL PARA COMPROVAR O PAGAMENTO DE TRIBUTO. DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. OFENSA DIRETA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime previsto no art. 1º da Lei nº 8.137/90, em razão da apresentação de DARF com autenticação falsificada à Delegacia da Receita Federal, com o fito de comprovar o pagamento de IR.
2. Declínio de atribuições ao MPE ao argumento de que não houve prejuízo à União, tendo em vista que a adulteração dos documentos não fez cessar os débitos do contribuinte investigado.
3. A falsificação de autenticação mecânica bancária contida em DARF encerra prejuízo a serviço da União, pois o falsum praticado pelo investigado teve como fim especial fazer prova junto a órgão público federal, no caso, a Delegacia da Receita Federal, com o que houve ofensa direta e específica a órgão do Ministério da Fazenda pertencente à estrutura da União, o que determina a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.
4. Não homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

008. Processo : 1.25.005.000223/2011-63 Voto: 2107/2011 Origem: V F Londrina/PR

009. Processo : 1.25.005.001477/2010-18 Voto: 2108/2011 Origem: V F Londrina/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE NO CASO. HOMOLOGAÇÃO.
1. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput da Lei n° 10.522/2002, ou seja, R$10.000,00.
2. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STF e do STJ.
3. Insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

010. Processo : 1.25.002.001383/2010-79 Voto: 2109/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR

011. Processo : 1.25.002.001721/2010-72 Voto: 2110/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR

012. Processo : 1.25.002.002257/2010-31 Voto: 2111/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR

013. Processo : 1.25.003.008011/2010-63 Voto: 2112/2011 Origem: PRM - Cascavel/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
Peças informativas criminais instauradas para apuração da prática, em tese, do delito previsto no art. 334 do Código Penal, devido à flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária que comprovasse seu ingresso regular no
país.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a aplicação do princípio da insignificância no referido delito, não se afigura possível, no caso, a incidência desse princípio, haja vista a prática reiterada de crimes da mesma natureza. Precedentes do STJ.
3. Não homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

014. Processo : 1.00.000.003125/2011-05 Voto: 2113/2011 Origem: 1ª V F Sorocaba/SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE ESTELIONATO CONTRA O INSS (ART. 171, §3°, DO CÓDIGO PENAL). ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. NÃO OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Arquivamento requerido por não haver nos autos indícios de autoria suficientes para o oferecimento de denúncia.
2. Indeferimento do pedido pelo Juiz Federal, julgando que os elementos de informação colhidos por meio da quebra de sigilo bancário, da prova testemunhal e do laudo de reconhecimento de voz reúnem os pressupostos permissivos para a propositura da ação penal.
3. No caso, há claros indícios da materialidade e da autoria do crime de estelionato, pelo que é prematuro o arquivamento do inquérito.
4. Quanto à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal em relação a um dos indiciados, que na data dos fatos possuía 18 anos de idade, mostra-se inadmissível o seu reconhecimento, tendo em vista que, mesmo se reduzido o prazo pela metade, ainda não houve o transcurso do prazo prescricional, uma vez que a pena máxima abstratamente cominada ao crime em questão é de 05 (cinco) anos de reclusão, à qual corresponde o prazo prescricional de 12 (doze) anos, conforme a regra prevista no artigo 109, inciso III, do Código Penal.
5. Prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

015. Processo : 1.00.000.004077/2011-64 Voto: 2114/2011 Origem: VF - MARANHÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. ESTELIONATO EM DETRIMENTO DO INSS (ART. 171, § 3º, DO CP). APLICAÇÃO PREMATURA DO ART. 71 DO CP. NECESSIDADE DA REGULAR INSTRUÇÃO PROCESSUAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Considerando o aspecto formal, evidencia-se a presença de indícios de autoria e de materialidade do crime do art. 171, § 3º, do CP.
2. A caracterização da continuidade delitiva é questão de mérito cuja definição deve ser reservada à sentença, após a regular instrução probatória, quando então se torna possível avaliar se houve crime continuado ou concurso material.
3. A continuidade da persecução penal é medida que se impõe, pois, somente após a regular instrução probatória, é que será possível definir se houve crime continuado ou concurso material.
4. Prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

016. Processo : 1.22.000.002018/2010-11 Voto: 2115/2011 Origem: 9ª VF Belo Horizonte/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC Nº 75/93. CRIME CONTRA A HONRA DE PESSOA JURÍDICA. POSSIBILIDADE. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Arquivamento requerido com base no entendimento de que pessoa jurídica não pode ser vítima de crime contra a honra e de que as expressões desrespeitosas não são ofensas diretas e pessoais aos dirigentes, mas críticas ao Conselho Regional de Contabilidade de Minas Gerais.
2. Indeferimento do pedido pelo Juízo Federal por julgar que pessoa jurídica pode ser vítima de crimes contra a honra.
3. O arquivamento mostra-se prematuro diante da necessidade de esclarecimentos das condutas constantes nos autos e da possibilidade dos fatos descritos configurarem, ao menos em tese, ilícito penal, justificando-se o prosseguimento das investigações.
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

017. Processo : 1.30.011.003525/2010-63 Voto: 2116/2011 Origem: 8ª V F Rio de Janeiro
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. CRIME DE CONTRABANDO (ART. 334, §1°, "D", CP). AUSÊNCIA DE DISSENSO ENTRE O MEMBRO DO MPF E O JUÍZO. NÃO-HOMOLOGAÇÃO.
1. Arquivamento requerido com base no entendimento de que a investigada estaria em erro de tipo.
2. Indeferimento do pedido pelo Juízo Federal por julgar que não foram esgotadas todas as diligências possíveis para a apuração do fato.
3. Concordância da Procuradora da República com as considerações da MM. Juíza Federal. Tese polêmica quanto à retratação.
4. Acolhimento das razões judiciais para manter a persecução penal.
5. Não homologação do arquivamento e designação de outro Procurador para prosseguir na persecução penal, salvo se a procuradora oficiante concordar em continuar no exercício da atribuição.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

018. Processo : 1.15.000.002973/2010-85 Voto: 2117/2011 Origem: 11ª V F em Fortaleza/CE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PAD EM DESFAVOR DE AUDITOR DA RFB. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DE ILÍCITOS NA ESFERA CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. NECESSIDADE DE DILIGÊNCIAS. ARQUIVAMENTO OBSTA FUTURA AÇÃO PENAL SE NÃO HOUVER NOVAS PROVAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento instaurado a partir de informação sobre a instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar em desfavor de Auditor-Fiscal da RFB em razão da suposta prática de atos de improbidade administrativa.
2. Promoção de arquivamento sob o argumento de que qualquer conduta criminosa poderá ser apreciada após a conclusão dos trabalhos.
3 Discordância pelo Juiz Federal. Faltam diligências. O arquivamento prematuro impedirá o posterior desenvolvimento da persecução penal.
4. Arquivado o inquérito policial, por despacho do juiz, a requerimento do promotor de justiça, não pode a ação penal ser iniciada, sem novas provas. Súmula 524 do STF.
5. Prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

019. Processo : 1.00.000.004394/2011-81 Voto: 2118/2011 Origem: VF Patos de Minas/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIMES DO ART. 2°, CAPUT DA LEI 8.176/91 E DO ART. 55, CAPUT DA LEI 9.605/98. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: "Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."
2. Súmula 438 do STJ.
3. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

020. Processo : 1.00.000.003786/2011-22 Voto: 2119/2011 Origem: 2ª V F Cascavel/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIME DE ESTELIONATO EM DETRIMENTO DO SUS (ART. 171, § 3º, DO CP). ARQUIVAMENTO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: "Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."
2. Súmula 438 do STJ.
3. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

021. Processo : 1.00.000.002989/2011-00 Voto: 2120/2011 Origem: 1ª V F em Araçatuba/SP
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. ART. 1º, I, II E III E ART. 2º, I, AMBOS DA LEI 8.137/90. OFERECIMENTO DE TRANSAÇÃO PENAL. NÃO-CABIMENTO. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática, em tese, do crime descrito no art. 1º, incisos I, II e III da Lei 8.137/90.
2. O MPF entendeu que a conduta descrita nos autos enquadra-se exclusivamente ao art. 2º, inc. II da Lei 8.137/90, promovendo o oferecimento de transação penal. Discordou o MM Juiz Federal, por vislumbrar que o fato se adequa ao art. 1º da mesma lei, indeferindo o pleito.
3. Havendo indícios da prática do crime descrito no art. 1º da Lei 8.137/90, cuja pena máxima em abstrato é de 05 (cinco anos) de reclusão, não há que se falar em oferecimento de transação penal, uma vez que não se trata de crime de menor potencial ofensivo.
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

022. Processo : 1.29.019.000069/2009-15 Voto: 2121/2011 Origem: V F em Carazinho
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : AÇÃO PENAL. ESTELIONATO PREVIDENCIÁRIO (ART. 171, CP). ART. 28 DO CPP. RECUSA DO MEMBRO DO MPF EM PROPOR SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 696 DO STF. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO (ART. 89 DA LEI Nº 9.099/95). PRECEDENTES DO STJ.
1. Em ação penal, em que se apura a prática de estelionato contra autarquia previdenciária, o Ministério Público Federal não apresentou proposta de suspensão condicional do processo sob o argumento de que se trata de crime continuado, ficando a pena mínima superior a um ano, não atendendo, portanto, ao requisito objetivo do artigo 89 da Lei 9.099/95.
2. O MM. Juiz Federal, discordando do Procurador da República, entende tratar-se de crime permanente e que o valor do dano era de pequena monta, sendo aplicável os §§ 1° e 3° do artigo 171 do CP, possibilitando, portanto, o oferecimento do 'SURSIS' processual, já que a pena mínima
seria inferior a um ano.
3. O estelionato previdenciário praticado pelo segurado é crime permanente, não sendo possível aplicar-se a majorante do crime continuado. O crime, todavia, não é de pequena monta, de modo que não se aplica o §1°, do artigo 171 do Código Penal.
4. Não oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

023. Processo : 1.00.000.013114/2010-44 Voto: 1831/2011 Origem: VF - GUANAMBI / BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 62-IV DA LC Nº 75/93 C/C ART. 28 DO CPP. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI Nº 9.472/97. CRIME DE PERIGO ABSTRATO, SENDO DISPENSÁVEL A COMPROVAÇÃO DA POTENCIALIDADE LESIVA DA CONDUTA. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante requereu o arquivamento do inquérito com base na ausência de constatação da potencialidade lesiva dos equipamentos de radiodifusão e na não identificação do responsável pela instalação clandestina.
2. O Juiz Federal indeferiu o pedido do Parquet, ao entendimento de que a conduta descrita nos autos configura crime meramente formal, bastando a conduta de explorar clandestinamente a atividade de telecomunicação para configurar o tipo, não sendo relevante para a caracterização do delito a constatação da potencialidade dos aparelhos, e de que a investigação deve prosseguir para que seja apurada a autoria delitiva.
3. A instalação ou utilização de aparelhagem de radiotransmissão sem a devida autorização da autoridade competente configura o delito previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97. Para a consumação da conduta típica, basta que o agente instale ou utilize emissora de radiodifusão sonora sem que tenha observado a legislação e normas regulamentares, posto ser crime formal.
4. Designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal no âmbito do Juizado Especial Criminal Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

024. Processo : 1.00.000.003959/2011-11 Voto: 2122/2011 Origem: VF - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. COMBINAÇÃO DE LEIS. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O agente que opera estação provedora de acesso à internet via rádio sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

025. Processo : 1.00.000.003256/2011-84 Voto: 2123/2011 Origem: VF - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. TRANSAÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não se aplicam os institutos despenalizadores previstos na Lei 9.099/95.
3. Insistência na recusa em oferecer proposta de transação penal, dando-se prosseguimento ao feito na Vara Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

026. Processo : 1.00.000.006324/2009-42 Voto:2099/2011 Origem: VF - SOBRAL / CE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. TRANSMISSOR DE BAIXA POTÊNCIA. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA PRESCRIÇÃO. NÃO OCORÊNCIA. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO POR MOTIVO DIVERSO: APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA (ART. 1º, § 1º, DA LEI 9.612/98).
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos e inferior a 4 (quatro) anos, não se pode falar em prescrição, uma vez que o prazo prescricional é de 8 (oito) anos e teve o seu curso inicial em setembro/2007.
3. Entretanto, tratando-se de serviço de radiodifusão de baixa potência (Art. 1º, § 1º, da Lei 9.612/98) - o equipamento possui uma potência máxima de 3,07 watts -, falta a tipicidade material do fato, em decorrência do princípio da insignificância, remanescendo apenas um ilícito administrativo.
4. Insistência no pedido de arquivamento, por motivo diverso.
Decisão :

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

027. Processo : 1.00.000.002613/2011-97 Voto: 2124/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Policial. Crime de furto (art. 155 do CP) de madeira apreendida pelo IBAMA. Área de onde foi retirada a madeira não pertence aos entes enumerados no art. 109, IV, CF. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

028. Processo : 1.23.000.000493/2011-99 Voto: 2125/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental (Lei nº Lei nº 9.605/98). Instalar e funcionar carvoaria (14 fornos de carvão vegetal) sem autorização do órgão ambiental competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

029. Processo : 1.11.000.001054/2010-33 Voto: 2126/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/98. Funcionamento de estabelecimento utilizador de recurso ambiental, sem licença do órgão ambiental competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

030. Processo : 1.11.000.001071/2010-71 Voto: 2127/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental previsto no art. 32 da Lei nº 9.605/98. Corte seletivo em área de 4,37 hectares de Mata Atlântica, sem autorização do órgão ambiental competente. Área não abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

031. Processo : 1.17.000.000176/2011-70 Voto: 2128/2011 Origem: PR - ESPÍRITO SANTO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de apropriação indébita praticado contra particular por gerente do Banco do Brasil. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

032. Processo : 1.00.000.002919/2011-43 Voto: 2129/2011 Origem: PR - BAHIA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Representação Criminal. Crime de apropriação indébita praticado contra particular em razão do desconto de valores nas folhas de pagamentos dos empregados a título de FGTS sem promoção da devida destinação ao próprio Fundo. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

033. Processo : 1.35.000.000309/2011-90 Voto: 2130/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Possível crime de estelionato praticado contra particular (art. 171, CP). Realização de descontos indevidos em benefício previdenciário decorrentes de formalização fraudulenta de empréstimo consignado perante Instituição Financeira. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

034. Processo : 1.20.000.000919/2010-35 Voto: 2131/2011 Origem: PR - MATO GROSSO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de estelionato contra particulares (art. 171 do Código Penal). Alienação de rifas em nome da ABAMA - Informativo Ambiental. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

035. Processo : 1.24.000.000003/2011-17 Voto: 2132/2011 Origem: PR - PARAÍBA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crimes previstos nos arts. 359-C e 359-G, ambos do Código Penal. Ex-Governador. Concessão de aumento na remuneração de policiais civis e militares e de defensores públicos estaduais, ocasionando aumento de despesa com pessoal, nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, sem que houvesse contrapartida suficiente de disponibilidade de caixa. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

036. Processo : 1.34.008.000105/2011-16 Voto: 2133/2011 Origem: PR - SANTOS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Falsidade ideológica mediante interposição fraudulenta de pessoas e constituição ilícita da empresa. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

037. Processo : 1.24.000.001060/2010-32 Voto: 2134/2011 Origem: PR - PARAÍBA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Falsidade ideológica supostamente praticada por ex-prefeito do município de Mulungu/PB. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

038. Processo : 1.20.000.001200/2010-11 Voto: 2135/2011 Origem: PR - MATO GROSSO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Uso de documento falso (alteração contratual de empresa) perante a Junta Comercial do Estado do Mato Grosso. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
039. Processo : 1.34.001.001804/2007-67 Voto: 2136/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças informativas. Crime ambiental (art. 32 da Lei 9.605/98). Suposta prática de maus tratos contra animais domésticos. Ausência de elementos de informação que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
040. Processo : 1.34.001.001083/2011-71 Voto: 2137/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Suposta venda de medicamentos usados para fins de emagrecimento, sem receita médica. Anfepramona e Femproporex. Conduta, em tese, enquadra- se nos tipos penais dos arts. 273 e 278 do CP. Inexistência de internacionalidade da conduta. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
041. Processo : 1.23.002.000330/2010-13 Voto: 2138/2011 Origem: PRM - SANTARÉM / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Transporte de 27 Kg de pescado, oriundo do rio Itaqui, afluente do rio Amazonas, não pertencente à União, durante período em que a pesca era proibida. Crime ambiental previsto no art. 29, §1°, inc. III da Lei 9.605/98. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
042. Processo : 1.00.000.003704/2011-40 Voto: 2139/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Policial. Crime de furto (art. 155 do CP). Subtração de um perfume do interior de bagagem despachada por passageiro da TAM. Ausência de indícios de que a ação criminosa tenha se consumado a bordo de aeronave. Afastado o interesse da União. Prejuízo suportado somente por particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Púbico Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
043. Processo : 1.34.001.000920/2011-45 Voto: 2140/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Possível irregularidade na atuação de policiais civis, militares e guardas municipais, consistente na prestação de serviços de segurança particular, mediante a utilização da estrutura e pessoal dos órgãos de segurança pública estatais. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
044. Processo : 1.22.000.002384/2010-62 Voto: 2141/2011 Origem: PR - MINAS GERAIS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito policial. Uso de documento falso. Crime previsto no art. 304 do CP. Atestado médico falso apresentado perante empresa privada com o fim de justificar faltas ao trabalho. Ausência de indícios de que tenha havido uso do documento falso perante à União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Competência da Justiça Estadual. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio de atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO E DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES

045. Processo : 1.25.002.000243/2011-64 Voto: 2142/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Possível prática de crime de violação de direitos autorais (art. 184, § 2° do CP). Mídias inautênticas e gravadas sem autorização dos titulares dos direitos autorais. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
046. Processo : 1.23.000.001248/2008-01 Voto: 2143/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Crimes do artigo 20 da Lei 7.492/86 e do artigo 171, §2° do Código Penal. Não verificados. Homologação de arquivamento. Fraude Processual (artigo 347, Código Penal). Atribuição do Ministério Público Estadual. Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

047. Processo : 1.29.003.000404/2010-80 Voto: 2144/2011 Origem: PR - RIO GRANDE DO SUL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de moeda falsa (art. 289, §1°, CP). Morte do suposto autor. Extinção da punibilidade (art. 107, inc. I, CP). Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
048. Processo : 1.17.002.000091/2010-91 Voto: 2145/2011 Origem: PRM - COLATINA / ES
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Falsificação de documentos públicos e sonegação fiscal. Ausência de indícios suficientes da falsificação. Inclusão da empresa investigada no polo passivo de execução fiscal. Ausência de elementos a ensejar justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
049. Processo : 1.16.000.003743/2010-04 Voto: 2146/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Ato do Diretor-Geral da Polícia Federal de destinar quatro Delegados de Polícia para compor as equipes de execução da segurança dos candidatos à Presidência da República no curso do pleito eleitoral encerrado em 31 de outubro de 2010. Tema não afeto ao controle externo da atividade policial. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
050. Processo : 1.14.004.000179/2007-07 Voto: 2147/2011 Origem: PR - BAHIA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime material contra a ordem tributária. Inexistência de procedimento administrativo fiscal e, consequentemente, de condição objetiva de punibilidade. Ausência de elementos a ensejar justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
051. Processo : 1.30.006.000097/2010-96 Voto: 2148/2011 Origem: PRM - NOVA FRIBURGO/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Procedimento instaurado para apurar possível continuidade dos crimes de redução à condição análoga a de escravo e de ausência de anotação de CTPS, ocorridos no ano de 2007, e que foram objeto de denúncia oferecida em 2008. Diligências. Após fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego, realizada na fazenda investigada, não foi constatada a permanência dos crimes mencionados. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
052. Processo : 1.28.100.000453/2010-51 Voto: 2149/2011 Origem: PRM - MOSSORÓ/RN
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Crimes de calúnia, injúria, difamação e denunciação caluniosa praticado por Delegado de Polícia Federal contra Juiz Federal. Ausência de adequação típica dos fatos apurados aos tipos penais previstos nos artigos 138, 139, 140 e 339 do Código Penal. Inexistência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
053. Processo : 1.11.000.000434/2004-11 Voto: 2150/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de invasão de terras da União (art. 20 da Lei nº4.947/66). Inexistência de ilegalidade na ocupação sob investigação comprovada pela Secretaria do Patrimônio da União - SPU. Crimes ambientais previstos nos arts. 49, 60 e 64, todos da Lei nº 9.605/98. Penas máximas cominadas aos crimes são de 6 (meses) e de 1 (um) ano. Fatos ocorridos há mais de 4 (quatro anos). Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, V e VI, do Código Penal. Crime ambiental previsto no art. 40 da Lei nº 9.605/98. Pena máxima de 5 (cinco anos). Fatos ocorridos há mais de 13 (treze) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, III, do Código Penal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
054. Processo : 1.25.005.000350/2007-86 Voto: 2151/2011 Origem: VF - PONTA GROSSA/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Solicitação de assistência jurídica, em incidente de execução penal, para dois índios condenados pela Justiça Estadual pela prática dos crimes de homicídio, latrocínio e estupro. É função institucional da Defensoria Pública atuar nos autos de execução penal, visando a assegurar o exercício pleno dos direitos e garantias fundamentais dos condenados hipossuficientes (LC 132/2009). Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
055. Processo : 1.11.000.000579/2007-56 Voto: 2152/2011 Origem: PRM - ARAPIRACA / AL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo instaurado a partir de notícia de malversação e aplicação irregular de recursos federais oriundos do Programa de Alimentação Escolar (PNAE). Diligências. Esclarecimentos. Em resposta às indagações do MPF o FNDE informou que a prestação de contas foi aprovada, sem que se tenha verificado a ocorrência de impropriedades ou irregularidades em sua execução financeira. Ausência de indícios da prática de crime. Homologação do arquivamento quanto à matéria criminal. Remessa dos autos à 5ª CCR, para análise do arquivamento quanto à possível prática de ato de improbidade administrativa.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
056. Processo : 1.23.000.002460/2006-16 Voto: 2153/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possíveis crimes de descaminho e contra a ordem tributária. Diligências. Apuração dos fatos pelo Escritório de Pesquisa e Investigação na 2ª Região Fiscal - Secretaria da Receita Federal do Brasil (ESPEI/SRF). Segundo o relatório do ESPEI não há registros de movimentações ilícitas ou indícios da prática do descaminho ou de sonegação fiscal pelas empresas objeto da investigação. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
057. Processo : 1.14.001.000076/2008-40 Voto: 2154/2011 Origem: PR - ILHÉUS / BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil Público. Omissão de socorro (art. 135, CP). Não configuração. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

058. Processo : 1.01.004.000106/2011-41 Voto: 2155/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de preconceito de raça ou de cor (art. 20, Lei 7.716/89). Expressões que não denotam preconceito ou discriminação. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
059. Processo : 1.25.004.000201/2011-11 Voto: 2156/2011 Origem: PRM - GUARAPUAVA / PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime de desobediência. Não comprovação do conhecimento direto da ordem pelo gerente do banco. Ausência de dolo. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
060. Processo : 1.23.000.000749/2010-87 Voto: 2157/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto delito do artigo 20 da Lei 7.492/86 em concurso com o delito de estelionato. Não enquadramento nos tipos penais. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
061. Processo : 1.23.000.001406/2010-30 Voto: 2158/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Supostos crimes do artigo 20 da Lei 7.492/86 e do artigo 171, §2°, III do Código Penal. Não enquadramento. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
062. Processo : 1.26.000.002799/2010-97 Voto: 2159/2011 Origem: PR - PERNAMBUCO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Exercício de advocacia por Delegado de Polícia Federal. Ilícito funcional. Não enquadramento em qualquer tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
063. Processo : 1.00.000.004324/2011-22 Voto: 2160/2011 Origem: PRM - ILHÉUS / BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Parte que falta com a verdade perante o juízo. Não enquadramento em qualquer tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
064. Processo : 1.01.004.000154/2009-15 Voto: 2161/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Desatendimento à Recomendação expedida pelo Ministério Público Federal. Não enquadramento em qualquer tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
065. Processo : 1.33.000.004752/2009-90 Voto: 2162/2011 Origem: PR - SANTA CATARINA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Atipicidade na conduta de contratar sem concurso público. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
066. Processo : 1.34.001.006985/2010-13 Voto: 2163/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças Informativas. Ausência de potencialidade lesiva no suposto falso testemunho e não caracterização de denunciação caluniosa. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
067. Processo : 1.01.004.000033/2011-98 Voto: 2164/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP) praticado por prefeito , consistente em retardar o fornecimento de documentos requisitados pela Justiça do Trabalho de Ilhéus. Diligências. Ofício expedido pela 3ª Vara do Trabalho de Ilhéus informa que a ordem judicial já foi cumprida. Ausência de justa causa para instauração de inquérito policial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
068. Processo : 1.33.016.000038/2011-78 Voto: 2165/2011 Origem: PRM - RIO DO SUL/SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crime de desobediência (art. 330 do CP). A apresentação de justificativas plausíveis, nos autos da ação ordinária, quanto ao não atendimento imediato à decisão judicial afasta a configuração do delito. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
069. Processo : 1.14.007.000109/2009-82 Voto: 2166/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil. Suposto crime de desobediência (art. 330, CP). Não enquadramento no tipo penal. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
070. Processo : 1.14.004.000137/2010-63 Voto: 2167/2011 Origem: PRM - F. DE SANTANA/BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crime de desobediência (art. 330 do CP). Ordem judicial dirigida a oficial do cartório de registro de imóveis. Não houve descumprimento voluntário de ordem judicial, porém retardamento causado por motivo de força maior, qual seja, o acúmulo de serviço e o reduzido número de funcionários. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
071. Processo : 1.14.004.000343/2010-73 Voto: 2168/2011 Origem: PRM - F. DE SANTANA/BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crime de desobediência (art. 330 do CP). Para que seja caracterizado o crime de desobediência é preciso que não haja sanção de natureza cível ou administrativa, e ainda, que esteja previsto expressamente na ordem legal infringida a possibilidade de o agente vir a responder pela prática do delito, o que não ocorreu no caso. Atipicidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
072. Processo : 1.35.000.001748/2010-39 Voto: 2169/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de desobediência praticado, em tese, por Diretor do SETRANSP. Ordem judicial emanada da Justiça do Trabalho não recebida por quem tinha o dever de cumpri-la. A ciência inequívoca da ordem é elemento essencial para a configuração do crime de desobediência. Atipicidade da conduta. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
073. Processo : 1.22.004.000101/2007-11 Voto: 2170/2011 Origem: PRM - PASSOS / MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137/90). Ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Aplicação da súmula vinculante nº 24 do STF. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
074. Processo : 1.25.002.000006/2011-01 Voto: 2171/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza média imputada a interno (Decreto nº 6.049/2007). Detento que mantinha em sua convivência 05 (cinco) comprimidos de diazepan e outros 05 (cinco) de omeprazol, sendo que a prescrição médica previa apenas 02 (dois) diazepan às 22h e 01 (um) omeprazol pela manhã. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
075. Processo : 1.25.015.000039/2010-13 Voto: 2172/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo instaurado em decorrência de Ofício Circular da 2ª CCR. Investigação de fraudes e desvios na utilização de recursos públicos federais destinados ao Programa de Saúde Família. Parcerias com algumas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIPs. Diligências. Inexistência de acordos de parceria ou situação congênere entre Prefeituras Municipais abrangidas pela atribuição da PRM com quaisquer dos institutos investigados. Ausência de indícios de conduta lesiva ao erário público. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
076. Processo : 1.14.001.000130/2008-57 Voto: 2173/2011 Origem: PRM - ILHÉUS / BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Possível crime de abuso de autoridade perpetrado por agente de polícia federal. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
077. Processo : 1.28.200.000040/2010-49 Voto: 2174/2011 Origem: PR - CAICÓ / RN
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Possíveis irregularidades na distribuição de gêneros alimentícios em programas assistenciais. Ausência de elementos mínimos a ensejar justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
078. Processo : 1.28.200.000074/2004-95 Voto: 2175/2011 Origem: PRM - CAICÓ / RN
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil Público. Irregularidades na execução do Programa de Educação de Jovens e Adultos pelo Município de Carnaúba dos Dantas. Ausência de elementos mínimos a ensejar justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
079. Processo : 1.20.001.000235/2010-23 Voto: 2176/2011 Origem: PRM - CÁCERES/MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crime de evasão de divisas (art. 22, parágrafo único, da Lei nº 7.429/86). Não há nos autos elementos de informação que indiquem a pretensão do investigado de deixar o país de posse do numerário. Atipicidade. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
080. Processo : 1.20.000.000581/2006-35 Voto: 2177/2011 Origem: PR - CÁCERES / MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Redução a condição análoga à de escravo. Diligências infrutíferas na tarefa de demonstrar a existência de indícios suficientes da ocorrência do ilícito. Não enquadramento no tipo penal previsto no artigo 203 do Código Penal. Aplicação do princípio ne bis in idem quanto à tentativa de homicídio, objeto de apuração em ação penal própria. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
081. Processo : 1.23.000.001213/2009-45 Voto: 2178/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Suposto crime ambiental. Ausência de elementos mínimos a ensejar justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

082. Processo : 1.23.000.001500/2009-55 Voto: 2179/2011 Origem: PR - PARÁ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Inexistência de elementos mínimos que indiquem a existência de fato típico e, portanto, que justifiquem o início de persecução penal. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
083. Processo : 1.13.000.001879/2009-40 Voto: 2180/2011 Origem: PR - AMAZONAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Notícia crime anônima comunicando suposto recebimento indevido de remuneração por meio de proventos retroativos da Fundação POCETI. A FUNASA esclareceu que o pagamento retroativo ocorreu em razão do repasse dos valores do Convênio ter sido realizado apenas no mês de março/2009. A FUNASA informou ainda que, de acordo com o controle de ponto, as enfermeiras trabalharam durante o período objeto da notícia anônima. Ausência de elementos que comprovem a notícia das práticas delitivas. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
084. Processo : 1.35.000.000087/2011-13 Voto: 2181/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crime de exploração clandestina de estação de radiodifusão (art. 183 da Lei nº 9.472/97). Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
085. Processo : 1.24.001.000089/2010-97 Voto: 2182/2011 Origem:PRM-CAMPINA GRANDE/ PB
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Invasão de imóveis da União. Existência de inquéritos policiais e ações penais versando sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
086. Processo : 1.23.003.000327/2007-86 Voto: 2183/2011 Origem: PRM - ALTAMIRA / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Arquivamento de inquérito policial que versava sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Direito individual disponível. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
087. Processo : 1.35.000.000612/2009-78 Voto: 2184/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal). Representação Fiscal para Fins Penais. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
088. Processo : 1.20.000.000819/2010-17 Voto: 2185/2011 Origem: PRM - SINOP/MT
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de contrabando de cigarros (art. 334 do Código Penal). Representação Fiscal para Fins Penais. Existência de inquérito policial que versa sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
089. Processo : 1.20.000.000990/2009-84 Voto: 2186/2011 Origem: PR - MATO GROSSO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime contra o sistema financeiro nacional (art. 20 da Lei nº 7.429/86). Suposta aplicação de recursos financeiros obtidos por meio concedido por instituição financeira destinação diversa daquela prevista no contrato. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
090. Processo : 1.01.000.001847/2010-41 Voto: 2187/2011 Origem:PRM-CAMPO FORMOSO/BA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Supostas irregularidades na alienação de benfeitorias integrantes de imóvel objeto de desapropriação pelo INCRA, sem autorização da autarquia federal. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
091. Processo : 1.35.000.002172/2010-27 Voto: 2188/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de Informação. Representação Fiscal para Fins Penais. Existência de inquérito policial que versa sobre os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
092. Processo : 1.35.000.002307/2010-54 Voto: 2189/2011 Origem: PR - SERGIPE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do Código Penal). Representação Fiscal para Fins Penais. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
093. Processo : 1.30.011.002348/2010-06 Voto: 2190/2011 Origem: PR - RIO DE JANEIRO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peças de informação. Crimes de falsidade ideológica e desacato praticados por policial federal. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio "ne bis in idem". Homologação de arquivamento quanto à matéria criminal. Remessa dos autos à 5ª CCR, para análise do arquivamento quanto à possível prática de ato de improbidade administrativa.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
094. Processo : 1.04.004.000317/2009-58 Voto: 2191/2011 Origem: PRR - 4ª REGIÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Convênio firmado entre o Ministério da Saúde e Município. Diligências. Prestação de contas final do convênio aprovadas. Farta documentação recebida do Município e da Caixa Econômica Federal demonstrando a regularidade da aplicação das verbas recebidas do órgão concedente, bem como a conclusão de seu objeto. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
095. Processo : 1.34.001.004063/2005-12 Voto: 2192/2011 Origem: PR - SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Crimes contra a ordem tributária e contra o sistema financeiro nacional. Notitia criminis apócrifa enviada por correio eletrônico. Supostas irregularidades na comercialização de softwares pela internet, por meio de pagamentos em moeda estrangeira. Diligências. As informações prestadas pelo Banco Central e pela Receita Federal não fornecem elementos aptos a justificar o prosseguimento da persecução penal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
096. Processo : 1.15.002.000004/2011-51 Voto: 2193/2011 Origem:PRM-JUAZEIRO DO NORTE /CE
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Processo administrativo. Crime de descaminho (art. 334, § 1º, c e d, do Código Penal). Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
097. Processo : 1.00.000.003266/2011-10 Voto: 2194/2011 Origem:PRM-PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Policial. Introdução de moeda falsa em circulação (art. 289, § 1º, CP). Diligências. Ausência de quaisquer indícios de autoria delitiva. Inexistência de outras linhas de investigação. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
098. Processo : 1.01.004.000266/2010-18 Voto: 2195/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Notícia-crime imputando a participação de deputado estadual em diversos ilícitos administrativos e criminais, a exemplo do furto ou desaparecimento de 150 (cento e cinquenta) carretas de material (canos de PVC e caixas d'água) pertencentes ao Ministério da Integração Nacional. Notícia-crime desprovida de elementos indiciários mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
099. Processo : 1.25.003.010315/2008-76 Voto: 2196/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de abuso de autoridade praticado por servidores da Receita Federal. Fatos ocorridos em 28/09/2005. A pena máxima cominada em abstrato ao crime de abuso de autoridade, prevista no § 3º do art. 6º da Lei nº 4.898/65, é de 6 (seis) meses de detenção, aplicando-se-lhe, portanto, o prazo prescricional de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 109, inciso IV, do Código Penal (redação vigente à época dos fatos). O decurso de mais de cinco anos da data dos fatos, impõe o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 107, IV c/c art. 109, VI, ambos do Código Penal). Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
100. Processo : 1.10.000.000207/2009-29 Voto: 2197/2011 Origem: PR - ALAGOAS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de prevaricação (art. 319 do Código Penal). Fatos ocorridos no ano de 2003. Pena máxima de um ano. Prazo prescricional de quatro anos. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 107, IV c/c art. 109, V, ambos do Código Penal). Extinção de punibilidade. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
101. Processo : 1.24.001.000208/2009-78 Voto: 2198/2011 Origem: PR-CAMPINA GRANDE/PB
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de responsabilidade de prefeito municipal (art. 1°, incs. III e VII do Decreto-Lei 201/67). Fatos ocorridos em 1998. Pena máxima de 3 (três) anos. Prazo prescricional de 8 (oito) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
102. Processo : 08123.030410/98-13 Voto: 2199/2011 Origem: SÃO PAULO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Inquérito Civil Público. Crime do artigo 89 da Lei 8.666/93. Pena máxima cominada de cinco anos. Prazo prescricional de doze anos. Crime dos artigos 317 e 319 do Código Penal. Pena máxima cominada de doze anos e uma ano. Prazo prescricional de dezesseis anos. Fatos ocorridos em 1993. Prescrição da pretensão punitiva estatal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
103. Processo : 1.19.002.000007/2010-64 Voto: 2200/2011 Origem: PRM - CAXIAS/MA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de responsabilidade (art. 1º, incisos I. II, III e IV, todos do DL 201/67). Convênio. Recursos federais oriundos do Ministério da Integração Regional - MIR. Ex-Prefeito. Não comprovação da efetiva aplicação do objeto pactuado. Fatos ocorridos no ano de 1993, portanto, há mais de 17 (dezessete) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, II, do Código Penal. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Homologação do Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
104. Processo : 1.25.006.000749/2009-19 Origem: PRM - MARINGÁ/PR
Voto: 2201/2011
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento administrativo. Crime de responsabilidade (art. 1º, incisos I e II, ambos do DL 201/67). Convênio. Recursos federais oriundos do extinto Ministério da Ação Social - MAS. Ex-Prefeito. Fatos ocorridos no ano de 1993, portanto, há mais de 17 (dezessete) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, II, do Código Penal. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Homologação do Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
105. Processo : 1.00.000.003401/2005-89 Voto: 2202/2011 Origem: PR - TOCANTINS
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Procedimento administrativo. Crimes de responsabilidade (art. 1º, incisos III e VII, ambos do DL 201/67). Convênio. Recursos federais oriundos do Ministério da Saúde. Ex-Prefeitos. Ausência de prestação de contas da 1ª parcela dos recursos recebidos e não comprovação das contas referentes à segunda parcela. Fatos ocorridos no primeiro semestre do ano de 1997, portanto, há mais de 13 (treze) anos. Prescrição da pretensão punitiva estatal por força do artigo 109, IV, do Código Penal. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Homologação do Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

106. Processo : 1.23.003.000114/2006-73 Voto: 2203/2011 Origem: PR - ALTAMIRA / PA
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Procedimento Administrativo. Crime de desobediência (art. 330 do Código Penal). Fato ocorrido em 19/12/2005. Pena máxima de 6 (seis) meses. Prazo prescricional de 2 (dois) anos, nos termos do artigo 109, inciso IV, do Código Penal (redação vigente à época dos fatos). O decurso de mais de cinco anos da data dos fatos, impõe o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal (art. 107, IV c/c art. 109, VI, ambos do Código Penal). Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

107. Processo : 1.30.917.001452/2008-57 Voto: 2204/2011 Origem:PRM-S.JOÃO DE MERITI/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Expediente instaurado para apurar eventual existência de rádio clandestina. Diligências. Inexistência da suposta rádio funcionando no local indicado. Impossibilidade de averiguação da materialidade e autoria do delito. Ausência de justa causa para a persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

108. Processo : 1.30.917.002189/2008-13 Voto: 2205/2011 Origem:PRM-S.JOÃO DE MERITI/RJ
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Expediente instaurado para apurar eventual existência de rádio clandestina. Diligências. Inexistência da suposta rádio funcionando no local indicado. Impossibilidade de averiguação da materialidade e autoria do delito. Ausência de justa causa para a persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

109. Processo : 1.33.002.000036/2010-38
Voto: 2206/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça de Informação. Exercício clandestino de atividade de telecomunicação. Potência de transmissão dos transceptores inferior a 25 Watts. Aplicação do princípio da insignificância. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

110. Processo : 1.33.002.000037/2011-82
Voto: 2212/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça de Informação. Exercício clandestino de atividade de telecomunicação. Potência de transmissão dos transceptores inferior a 25 Watts. Aplicação do princípio da insignificância. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

111. Processo : 1.20.000.001501/2010-45 Voto: 2213/2011 Origem: PR - MATO GROSSO
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça de Informação. Exercício clandestino de atividade de telecomunicação (rádio comunitária). Potência de transmissão dos transceptores inferior a 25 Watts. Aplicação do princípio da insignificância. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

112. Processo : 1.16.000.000734/2011-34 Voto: 2207/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao BACEN. Diligências. Os documentos reunidos demonstram que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringiu-se ao objeto do inquérito policial identificado. Não constatação de irregularidades. Esgotamento do objeto do procedimento. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

113. Processo : 1.16.000.000978/2010-17 Voto: 2208/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado para apurar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhados por ofício à Receita Federal. Diligências. Os documentos reunidos demonstram que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringiu-se ao objeto do inquérito policial identificado. Não constatação de irregularidades. Esgotamento do objeto do procedimento. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

114. Processo : 1.16.000.000920/2011-73 Voto: 2209/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Controle externo da atividade policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas aos órgão da administração Pública Federal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

115. Processo : 1.16.000.006293/2010-01 Voto: 2210/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Controle externo da atividade policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas aos órgão da administração Pública Federal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

116. Processo : 1.16.000.000902/2011-91 Voto: 2211/2011 Origem: PR - DISTRITO FEDERAL
Relatora : Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge
Ementa : Peça Informativa. Controle externo da atividade policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas aos órgão da administração Pública Federal. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

Relatora: Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
PROCESSOS NÃO PADRÃO

117. Processo : 1.25.002.002032/2010-85 Voto: 6035/2011 Origem:PRM - CASCAVEL/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 337-A DO CP. PAGAMENTO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO. OMISSÃO DE REGISTRO DE CTPS (ART. 297, § 4º, CP). NÃO APRECIAÇÃO. ARQUIVAMENTO IMPLÍCITO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Com a edição da Lei n° 10.684/2003, extingue-se a punibilidade do agente que pratica a conduta descrita no art. 337-A do CP se efetivada a quitação das contribuições devidas.
2. A omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social subsume-se ao tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, da competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social. (Enunciado nº 27 desta 2ª CCR).
3. Voto pela homologação do arquivamento em relação ao crime previsto no art. 337-A do Código Penal e pelo prosseguimento da persecução penal quanto ao delito do art. 297, § 4º, do Código Penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

118. Processo : 1.00.000.003115/2011-61 Voto: 6036/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. SUPOSTO CRIME DE RESPONSABILIDADE DESCRITO NO ART. 1º, INC. VII, DO DEC-LEI Nº 201/67. PREFEITO. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO EXTEMPORÂNEA DE CONTAS DA APLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO TRF/1ª REGIÃO. CRIME FORMAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar eventual crime de responsabilidade de Prefeito, em virtude da prestação extemporânea de contas relativas aos recursos recebidos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo o Membro do Parquet oficiante requerido o seu arquivamento em face da sua aprovação.
2. A prestação extemporânea de contas da aplicação de recursos repassados por entidade federal a Município amolda-se ao tipo do inciso VII do artigo 1º do Decreto-lei 201/67, pois a figura delitiva não faz menção ao resultado da conduta omissiva. Precedentes do STJ e desta Câmara Criminal em casos análogos.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

119. Processo : 1.00.000.3020/2011-48 Voto: 6037/2011 Origem: 1ª VF DE ARAÇATUBA / SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C O ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. POSSÍVEL DELITO PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional.
2. A comercialização de cigarros de origem estrangeira não pode ser considerada insignificante, uma vez que desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão.
3. Os serviços de telecomunicações, incluídos os de radiodifusão sonora de sons e imagens, consistem em serviços públicos de exploração pela União ou por meio de concessão ou permissão, de sorte que a exploração não autorizada de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, amolda-se na hipótese de infração penal em detrimento da União.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

120. Processo : 1.25.000.000115/2005-92 Voto: 6038/2011 Origem: PR/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, II, DA LEI 8.137/90). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM R$ 66.052,71. PARCELAMENTO DO DÉBITO. SOBRESTAMENTO DETERMINADO POR ESTA 2ª CCR. ACOMPANHAMENTO DA REGULARIDADE DO PARCELAMENTO E/OU PAGAMENTO INTEGRAL. SALDO REMANESCENTE DE R$ 1.115,49. ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE.
1. Mesmo que o crédito tributário constituído seja inferior a R$ 10.000,00, o Estado continua efetuando a "cobrança" dos valores, porém, na esfera administrativa, conforme reconhecido há muito pelos órgãos competentes. Assim, não há como preponderar o entendimento de que valores abaixo de R$ 10.000,00 são insignificantes penalmente porque não cobrados judicialmente, porquanto apenas momentaneamente não são cobrados.
2. Voto pela designação de outro membro do Parquet Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

121. Processo : 1.00.000.003454/2011-48 Voto: 6039/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO MATERIAL EM ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE EMPRESA PARA REGISTRO PERANTE CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E MODIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS NO CNPJ (ARTS. 298 E 304 DO CP). DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de ação delituosa consistente em registrar alteração de contrato social materialmente falsificada perante cartório de registro civil e, em seguida, apresentá-la à Receita Federal, para modificação de dados cadastrais no CNPJ (artigos 298 e 304 do Código Penal).
2. O Procurador oficiante promoveu declínio de atribuições ao MPE, sob o argumento de que, em se tratando de falsidade de alteração de contrato social, com posterior registro em cartório de registro civil, a competência para processar e julgar o feito é da Justiça Comum Estadual.
3. In casu, a falsificação em alteração de contrato social apresentada também perante a Receita Federal para obtenção de CNPJ, induzindo em erro seus funcionários, encerra prejuízo direto e específico a serviço e interesse da União Federal, notadamente o interesse em preservar a credibilidade e a fé pública dos documentos públicos emitidos por órgão da administração pública federal, o que patenteia a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.
4. Voto pela designação de outro membro do Parquet Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

122. Processo : 1.25.002.002009/2010-91 Voto: 6040/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. ARQUIVAMENTO CUMULADO COM DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SÚMULA 122 DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
2. Esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, já firmou entendimento no sentido de que, de um modo geral, a competência para processar e julgar o crime de violação de direitos autorais é da Justiça Estadual, tendo em vista que ofende interesses do
particular, autor das obras ilegalmente reproduzidas.
3. Todavia, verificada a conexão com o delito previsto no art. 334, § 1º, "d", do Código Penal, compete à Justiça Federal processar e julgar ambos os delitos. Súmula 122 do STJ.
4. Pela designação de outro Membro do Parquet Federal para o prosseguimento da persecução penal em relação a ambos os delitos.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

123. Processo : 1.15.000.000122/2011-89 Voto: 6041/2011 Origem:11ª VF SEÇÃO JUDICIÁRIA/CE
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). ART. 28 CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93. TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA . INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

124. Processo : 1.25.005.000241/2011-45 Voto: 6042/2011 Origem:VF-JEF CRIMINAL/LONDRINA-PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

125. Processo : 1.25.005.000177/2011-01 Voto: 6043/2011 Origem:VF-JEF CRIMINAL/LONDRINA-PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, CAPUT, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso sub examine o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

126. Processo : 1.25.002.002015/2010-48 Voto: 6044/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : REPRESENTAÇÃO FISCAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIMES DE DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS (ARTS. 334 E 184 CP). PEDIDO DE ARQUIVAMENTO EM RELAÇÃO AO DESCAMINHO E POSTEIROR DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO QUANTO À VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NÃO INCIDÊNCIA DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, dos delitos previstos no art. 334, §1º, d, e no art. 184, §2º, do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional, dentre os quais figuravam CD's e DVD's contrafeitos.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Verificada a conexão do delito de violação de direitos autorais com o delito previsto no art. 334, § 1º, "d", do Código Penal, compete à Justiça Federal processar e julgar ambos os delitos. Súmula 122 do STJ.
4. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

127. Processo : 1.24.000.01863/2009-53 Voto: 6045/2011 Origem: PR/PB
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO POR INSTITUIÇÃO NÃO CREDENCIADA JUNTO AO MEC. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO POR ATIPICIDADE. POSSÍVEL CONFIGURAÇÃO DO DELITO DE ESTELIONATO CONTRA PARTICULARES. AUSÊNCIA DE LESÃO DIRETA A INTERESSE DA UNIÃO. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE.
1. Peças de Informação instauradas para apurar a notícia de oferta de cursos de pós-graduação em medicina por instituição não credenciada junto ao MEC, tendo o Procurador oficiante promovido seu arquivamento por atipicidade da conduta.
2. Ao oferecerem cursos de pós-graduação supostamente legitimados por instituição de ensino superior, os investigados aparentemente pretendiam induzir em erro os potenciais clientes, para obterem vantagem indevida, sendo possível a ocorrência de delito de estelionato, a merecer
investigação.
3. Todavia, ainda que confirmada a prática delitiva, a competência para processá-lo seria da Justiça Estadual, porquanto os únicos diretamente ofendidos seriam os particulares ludibriados.
4. Voto pela não homologação do arquivamento e pelo declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

128. Processo : 1.22.001.000280/2009-70 Voto: 6046/2011 Origem: PRM - JUIZ DE FORA/MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO MATERIAL EM ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL DE EMPRESA PARA REGISTRO PERANTE CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL. FORTES INDÍCIOS DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO À RECEITA FEDERAL PARA MODIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS NO CNPJ (ARTS. 298 E 304 DO CP). DECLINIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE. NÃO HOMOLOGAÇÃO. OFENSA A INTERESSES E SERVIÇOS DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado em razão de ação delituosa consistente em falsificar alteração de contrato social e registrá-lo perante cartório de registro civil (artigos 298 e 304 do Código Penal).
2. O Procurador oficiante promoveu declínio de atribuições ao MPE, sob o argumento de que, em se tratando de crime de falsificação de documento particular e não havendo notícia de crimes lesivos a interesses da União a ele conexos, a competência para processar o feito é da Justiça
Comum Estadual.
3. In casu, há sérios indícios de que o documento falso foi apresentado também perante a Receita Federal para a alteração de dados cadastrais da empresa no CNPJ, induzindo em erro seus funcionários, encerrando prejuízo direto e específico a serviço e interesse da União, notadamente o interesse em preservar a credibilidade e a fé pública dos documentos públicos emitidos por órgão da administração pública federal, o que patenteia a competência da Justiça Federal para processar e julgar a ação delituosa, nos termos do art. 109, inciso IV, da Constituição Federal de 1988.
4. Voto pela designação de outro membro do Parquet Federal para dar prosseguimento à persecução penal, averiguando-se se, de fato, o documento foi apresentado à Receita Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

129. Processo : 1.14.003.000039/2010-36 Voto: 6047/2011 Origem: PRM - BARREIRAS/BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 CP). DESCUMPRIMENTO DE EMBARGO DE OBRA LAVRADO PELO IBAMA. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO CONHECIMENTO. CRIME ATRIBUÍDO A PREFEITO MUNICIPAL E TERCEIRO. PRERROGATIVA DE FORO. REMESSA DOS AUTOS À PRR DA 1ª REGIÃO.
1. Trata-se de procedimento investigatório criminal instaurado a partir de auto de infração dando conta do descumprimento de embargo de obra lavrado pelo IBAMA, atribuído a prefeito municipal e terceiro.
2. O Procurador oficiante promoveu o declínio de atribuições ao MPE, entendendo que, tendo os ilícitos ambientais ocorrido em unidade de conservação estadual, não houve lesão a interesses da União.
3. Em razão do possível envolvimento de prefeito municipal, possuidor de prerrogativa de foro, cabe a um dos procuradores lotados na Procuradoria Regional República da 1ª Região apreciar o feito.
4. Pelo não conhecimento do declínio de atribuições e pela remessa dos autos à PRR da 1ª Região.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

130. Processo : 1.00.000.002851/2011-01 Voto: 6048/2011 Origem:JUÍZO FEDERAL-PATOS DE MINAS/MG
131. Processo : 1.00.000.004363/2011-20 Voto: 6049/2011 Origem:JUÍZO FEDERAL-PATOS DE MINAS/MG
132. Processo : 1.00.000.004369/2011-05 Voto: 6050/2011 Origem:JUÍZO FEDERAL-PATOS DE MINAS/MG
133. Processo : 1.00.000.004375/2011-54 Voto: 6051/2011 Origem:JUÍZO FEDERAL-PATOS DE MINAS/MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 2º, CAPUT, DA LEI Nº 8.176/91, E 55, CAPUT, DA LEI Nº 9.605/98. PRESCRIÇÃO VIRUTAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PERSECUÇÃO PENAL. CONTINUAÇÃO.
1. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito por falta de interesse de agir devido à prescrição da pretensão punitiva em perspectiva. O magistrado discordou do pedido.
2. O arquivamento mostra-se inapropriado diante da impossibilidade jurídica de aplicação de prescrição antecipada, justificando-se o prosseguimento das investigações. Precedentes do STF, Súmula 438 do STJ e Enunciado n.º 28 desta 2ª CCR.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

134. Processo : 1.00.000.003785/2011-88 Voto: 6052/2011 Origem: 3ª VF CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : TERMO CIRCUNSTANCIADO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não há que se falar em proposta de transação penal e competência do Juizado Especial Federal para processar e julgar o feito.
3. Voto pela insistência na recusa em oferecer proposta de transação penal, dando-se prosseguimento ao feito na Vara Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

135. Processo : 1.00.000.003810/2011-23 Voto: 6053/2011 Origem: 3ª VF CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : TERMO CIRCUNSTANCIADO. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é superior a 2 (dois) anos, não há que se falar em proposta de transação penal e competência do Juizado Especial Federal para processar e julgar o feito.
3. Voto pela insistência na recusa em oferecer proposta de transação penal, dando-se prosseguimento ao feito na Vara Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

136. Processo : 1.00.000.002626/2011-66 Voto: 6054/2011 Origem:PR PÓLO - PARACATU-UNAÍ/MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. RADIODIFUSÃO. FUNCIONAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. ILÍCITO PENAL. CRIME PREVISTO NO ART. 183 DA LEI 9.472/97. PRESCRIÇÃO NÃO VERIFICADA. PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1. O agente que opera emissora de rádio, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183, da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a habitualidade da conduta. Precedentes STJ e STF.
2. Considerando que a pena máxima cominada ao crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97 é de 4 (quatro) anos e que o prazo prescricional é de 8 anos, nos termos do art. 109, IV, do CP, não há que se falar em prescrição da pretensão punitiva, uma vez que o fato ocorreu em 28/06/2006.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

137. Processo : 1.00.000.015965/2010-21 Voto: 6055/2011 Origem: PRM - GUARAPUAVA /PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DO CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CP). NÃO CARACTERIZAÇÃO. INDÍCIOS DA PRÁTICA DO DELITO DE OMISSÃO DE REGISTRO DE CTPS (ART. 297, § 4º, DO CP). ENUNCIADO 27. PERSECUÇÃO PENAL.
1. O delito de redução a condição análoga à de escravo, previsto no art. 149 do CP, não restou caracterizado, conforme relatório de fiscalização acostado aos autos.
2. Há notícia de omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social, fato que se amolda ao tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, sendo de competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social (Enunciado nº 27).
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal no tocante ao delito previsto no art. 297, § 4º, do CP.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

138. Processo : 1.00.000.011843/2010-66 Voto: 6056/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTA REDUÇÃO A CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149, CP). ARQUIVAMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. CONDIÇÕES DEGRADANTES. INDÍCIOS DA PRÁTICA DO DELITO DE OMISSÃO DE REGISTRO DE CTPS (ART. 297, § 4º, DO CP). PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O Procurador da República oficiante determinou o arquivamento do feito, por não vislumbrar indícios da ocorrência do crime de redução a condição análoga à de escravo.
2. Conquanto o relatório de fiscalização tenha concluído pela não configuração de trabalho escravo, o termo de interdição e os autos de infração lavrados revelam as condições degradantes a que os trabalhadores estavam submetidos, amoldando-se a conduta narrada nos autos ao tipo
penal previsto no artigo 149 do Código Penal.
3. Há, ainda, notícia de omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social, fato que se enquadra no tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, sendo de competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social (Enunciado nº 27).
4. Voto pela designação de outro membro do Parquet para dar prosseguimento à persecução penal em relação aos delitos previstos no art. 149 e no art. 297, § 4º, do Código Penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

139. Processo : 1.14.000.000168/2011-35 Voto: 6057/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA PREVISTO NO ART. 1º, I, DA LEI 8.137/90. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO PELO MPF, ANTE SUPOSTA CONCLUSÃO DE AUSÊNCIA DE DOLO DA INVESTIGADA PELA RECEITA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. INDEPENDÊNCIA DE INSTÂNCIAS. DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE RECONHECEU O INTUITO DE FRAUDE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Peças de informação instauradas para apurar crime contra a ordem tributária previsto no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/90, ante a constatação de que a receita tributável informada em DIPJ de empresa era inferior que a efetivamente auferida.
2. Promoção de arquivamento pelo Procurador da República oficiante, sob o argumento de que a Receita Federal reconheceu a ausência de dolo na conduta da investigada.
3. Uma vez lançado o crédito tributário de forma definitiva, a presença ou não de dolo na conduta do contribuinte de declarar receita tributável menor do que a efetivamente auferida será avaliada autonomamente no âmbito judicial, não se podendo cogitar qualquer vinculação entre a análise procedida pela autoridade administrativa no procedimento fiscal e a convicção do Magistrado na esfera criminal.
4. Ademais, ao contrário do consignado pelo Procurador oficiante, o acórdão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento reafirmou o intuito de fraude na conduta da investigada.
5. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal .
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

140. Processo : 1.13.000.000266/2011-18 Voto: 6058/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL (ART. 29, §1º, III, DA LEI 9.605/98). TRANSPORTAR ANIMAL SILVESTRE SEM LICENÇA DA AUTORIDADE COMPETENTE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE. NÃO HOMOLOGAÇÃO. APREENSÃO OCORRIDA NO ENTORNO DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FEDERAL. INTERESSE DA UNIÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MPF.
1. Declínio de atribuições sob o argumento de que, apesar de o transporte do pássaro apreendido ter sido constatado no entorno de Unidade de Conservação Federal, não há evidências de que a sua captura tenha ocorrido no interior da mesma.
2. Assim como os delitos ambientais cometidos no interior de Unidades de Conservação Federais, aqueles ocorridos em sua respectiva área de entorno também afetam diretamente interesse da União. Precedentes.
3. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições, com o prosseguimento da persecução penal no âmbito do Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

141. Processo : 1.34.001.006158/2009-96 Voto: 6059/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. EVENTUAL DELITO DE ESTELIONATO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL NA JUSTIÇA DO TRABALHO. APRESENTAÇÃO DE CÁLCULOS DE ATUALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS EXECUTADOS COM INCIDÊNCIA DE ANATOCISMO, HOMOLOGADOS PELO JUIZ. PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE. NÃO HOMOLOGAÇÃO. CRIME PRATICADO CONTRA INTERESSE DA UNIÃO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PELO MPF.
1. Peças de informação instauradas para apurar eventual delito de estelionato, ante a informação da apresentação, à Justiça do Trabalho, de cálculos de atualização de créditos executados contra a Fazenda Pública Estadual com incidência de anatocismo, homologados pelo juiz, dando
ensejo a pagamento a maior pelo Estado de São Paulo.
2. Promoção de declínio de atribuições pela Procuradora oficiante, por entender que o prejuízo decorrente do pagamento a maior foi apenas foi suportado pela Fazenda Pública Estadual.
3. Segundo entendimento firmado pelo Superior Tribunal de Justiça, quando o instrumento da fraude é apresentado à Justiça Trabalhista, induzindo esta em erro, há ofensa a interesse da União, competindo à Justiça Federal processar e julgar os fatos.
5. Voto pela não-homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Parquet Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

142. Processo : 1.00.000.002635/2011-57 Voto: 6060/2011 Origem: 2ª VF SANTA MARIA /RS
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DE SUPOSTO DELITO DE SONEGAÇÃO FISCAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DESCABIMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apuração da prática, em tese, do delito de sonegação fiscal, tendo em vista as movimentações financeiras incompatíveis com os ganhos declarados.
2. Não cabe ao Ministério Público dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, por força dos princípios da obrigatoriedade da Ação Penal Pública e do in dubio pro societate.
3. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

143. Processo : 1.20.000.000713/2007-18 Voto: 5804/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTA QUADRILHA ESPECIALIZADA NO ROUBO DE CARRETAS. RAMIFICAÇÕES EM DIVERSOS ESTADOS DA FEDERAÇÃO. ATUAÇÃO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MPE. NÃO HOMOLOGAÇÃO. INTERESSE SUPRARREGIONAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento administrativo instaurado em face da notícia da existência de quadrilha especializada no roubo de carretas, com ramificações em diversos Estados da Federação e atuação em todo território nacional, tendo o Procurador oficiante promovido o declínio de atribuições por
não vislumbrar lesão direta a interesses da União.
2. Além de agredir o patrimônio individual de cada vítima, a quadrilha investigada, em face de sua magnitude, com propensão para atingir, simultaneamente, vários Estados da Federação, enseja interesse suprarregional, a determinar a competência da Justiça Federal. Precedentes do STJ.
3. Voto pela não homologação do declínio de atribuições, com a designação de outro membro do Parquet Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

144. Processo : 1.15.000.002949/2010-46 Voto: 6061/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime de uso de documento falso (art. 304, CP). Apresentação, pela CONAB, em Ação de Execução promovida na Justiça Federal, de certidão da junta comercial onde o representante consta indevidamente como ex-sócio da executada. Declaração da junta comercial de que tal inclusão ocorreu por equívoco, pois, nas atas de assembléias registradas da empresa, só havia menção da eleição do representante como seu diretor e da sua posterior renúncia, em ambos os casos sem a prova de sua aquiescência. Falta de consciência da CONAB acerca da inautenticidade das informações. Arquivamento. Quanto à possível inclusão não consentida do representante como diretor da empresa em ata registrada na junta comercial, não existem elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

145. Processo : 1.15.002.000014/2011-96 Voto: 6062/2011 Origem: PRM - JUAZEIRO DO NORTE/CE
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Notícia de enriquecimento ilícito e possíveis crimes praticados por secretários municipais, com a adulteração de valores de gastos da Prefeitura, utilização de veículos, serviços e dinheiro público para atender interesses particulares, compra de votos e desvio de verbas em favor de candidatos a deputado estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Possíveis crimes de competência da Justiça Comum Estadual e da Justiça Eleitoral (art. 35, II, da Lei 4737/65). Declínio ao MP Eleitoral e ao MP Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

146. Processo : 1.11.000.001359/2010-45 Voto: 6063/2011 Origem: PRM ARAPIRACA/AL
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível crime ambiental previsto no art. 39 da Lei nº 9.605/98. Desmatar 0,7 hectares de vegetação nativa da caatinga, sem a devida licença do órgão ambiental competente. Não ocorrência de dano a bem público da União ou a unidade de conservação federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

147. Processo : 1.33.002.000080/2011-48 Voto: 6064/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça de Informação. Destruir floresta nativa objeto de especial preservação (Mata Atlântica), sem autorização dos órgãos ambientais competentes. Possível crime ambiental previsto no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Área particular. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

148. Processo : 1.00.000.002835/2011-18 Voto: 6065/2011 Origem: PRM - JI-PARANÁ/RO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial. Crimes ambientais. Vender madeira sem licença válida outorgada pela autoridade competente e prestar informações falsas ao sistema oficial de controle de produtos florestais (SISFLORA), operacionalizado por órgão estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

149. Processo : 1.30.011.003537/2010-98 Voto: 6066/2011 Origem: PR/RJ
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível prática dos crimes previstos nos arts. 171 e 288, ambos do Código Penal. Formação de quadrilha com o fim de obter vantagem ilícita, induzindo em erro beneficiários de valores referentes às perdas patrimoniais decorrentes do plano Collor, mediante a utilização de meios fraudulentos. Suposto envolvimento de agentes federais. Não comprovação. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

150. Processo : 1.34.001.000646/2011-12 Voto: 6067/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Eventual tentativa de estelionato. Possível "golpe do montepio". Recebimento de correspondência por particular, em nome de suposta seguradora, afirmando que ele possui direito a valores relativos a pecúlio e aposentadoria. Seguradora não cadastrada na Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. Interesse de natureza exclusivamente privada. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

151. Processo : 1.34.001.007586/2010-70 Voto: 6068/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Denúncia anônima. Possível fraude contra consumidor. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

152. Processo : 1.34.012.000180/2011-18 Voto: 6069/2011 Origem: PRM - SANTOS / SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Denúncia anônima. Suposta fraude à licitação (art. 96 da Lei nº 8.666/93). Aquisição de pneus para frota municipal. Recursos municipais. Inexistência de prejuízos à União, suas Autarquias e Empresas Públicas. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio ao MP Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
153. Processo : 1.22.013.000201/2010-25 Voto: 6070/2011 Origem: PRM - POUSO ALEGRE/MG
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informativas. Possível fraude à licitação. Construção de presídio no Município de Pouso Alegre/MG com a utilização de recursos provenientes do Estado de Minas Gerais. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
154. Processo : 1.18.000.001646/2010-02 Voto: 6071/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível delito de perigo para a vida e saúde de outrem (art. 132, caput e parágrafo único, do CP). Auditoria realizada em veículos de empresa, constatando a existência de situações de risco grave e iminente no transporte de cargas e trabalhadores, capazes de causar danos à saúde e à integridade física destes e dos motoristas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
155. Processo : 1.17.000.000322/2011-67 Voto: 6072/2011 Origem: PR/ES
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Declarações prestadas por determinada pessoa que cumpre livramento condicional em virtude de condenação por associação para o tráfico, aduzindo que foi abordado por 08 a 10 homens que se diziam policiais militares, obrigando o declarante a adentrar em um dos veículos descaracterizados, após agressão física, sob o argumento de portarem mandado de prisão. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio ao MP Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
156. Processo : 1.28.000.000375/2011-02 Voto: 6073/2011 Origem: PR/RN
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça de Informação. Notícia de contratação fraudulenta de empréstimo consignado junto ao Banco Votorantim em nome de beneficiária do INSS. Diligência da Polícia Federal. Não participação de servidores da Autarquia Federal. Prejuízo particular. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
157. Processo : 1.33.001.000004/2011-42 Voto: 6074/2011 Origem: PRM - BLUMENAU / SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação Criminal. Suposta lavra de minério (saibro) por município catarinense em desconformidade com a licença emitida pelo órgão ambiental competente. A conduta não encontra amoldação típica no art. 2º da Lei nº 8.176/91 (crime contra o patrimônio da União, na modalidade de usurpação), visto que a atividade minerária era executada pelo ente federado para emprego imediato em obras públicas (situação de exclusão de tipicidade prevista no art. 1º, incisos I e II da Portaria nº 23, de 03 de fevereiro de 2003, e artigo 2º do Decreto-Lei nº 277, de 28 de fevereiro de 1967). Entendimento já agasalhado por esta Câmara, em relação a estes mesmos fatos, nos autos nº 1.29.019.000493/2007-90 (421ª Sessão, de 26.11.2007. Publicado no DJ nº 33, Seção I, de 19.02.2008, págs. 1359 a 1363). Afastado o crime de competência federal, remanesce o delito ambiental previsto no art. 55 da lei 9.605/98 (*Executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida)*, que, pelo fato de o dano não ter ocorrido em área pertencente ou protegida pela União. Atribuição do MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
158. Processo : 1.00.000.004419/2011-46 Voto: 6075/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial inicialmente instaurado na Polícia Civil e posteriormente enviado à Polícia Federal. Moeda Falsa (art. 289, §1º, CP). Laudo pericial que não analisou a aptidão das notas apócrifas de enganar o homem comum. Cédulas extraviadas, inviabilizando a complementação da perícia. Comprovação da materialidade do delito prejudicada. Possível configuração do delito de estelionato. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
159. Processo : 1.34.012.000212/2011-85 Voto: 6076/2011 Origem: PRM - SANTOS / SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Suposto crime contra as relações de consumo. Art. 66 da Lei nº 8.078/90 ("*fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços*"). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
160. Processo : 1.34.012.000286/2011-11 Voto: 6077/2011 Origem: PRM - SANTOS / SP
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças Informativas. Suposto crime contra as relações de consumo. Art. 66 da Lei nº 8.078/90 ("*fazer afirmação falsa ou enganosa, ou omitir informação relevante sobre a natureza, característica, qualidade, quantidade, segurança, desempenho, durabilidade, preço ou garantia de produtos ou serviços*"). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
161. Processo : 1.33.002.000090/2011-83 Voto: 6078/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível crime ambiental previsto no art. 60 da Lei nº 9.605/98. Colocação de atividade potencialmente poluidora (carvoaria) em funcionamento sem autorização do órgão competente. Área particular. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio ao MPE.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
162. Processo : 1.33.004.000047/2011-06 Voto: 6079/2011 Origem: PRM - JOAÇABA / SC
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Supostas fraudes nos pagamentos do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT. Lesão direta às vítimas de acidentes e beneficiários. Inexistência de elementos que demonstrem desvio de recursos do DPVAT. Além disso, o fundo do mencionado seguro não é administrado por qualquer órgão público federal e não se verificou envolvimento de qualquer agente público federal na suposta fraude. Declínio ao MP estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

163. Processo : 1.11.000.001790/2008-77 Voto: 6080/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Civil Público. Possível pesca com petrechos não permitidos (art. 34, parágrafo único, II ou no art. 46 da Lei 9.605/98). Não caracterização. Mera apreensão do equipamento de pesca proibido no interior da residência do investigado. Atipicidade. Arquivamento. Remessa à 4ª CCR, em relação à matéria de sua atribuição.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
164. Processo : 1.17.001.000090/2009-12 Voto: 6081/2011 Origem:PRM-C. DE ITAPEMIRIM/ES
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A CP). Crime material. Diligências. Ausência de crédito tributário definitivamente constituído. Materialidade da conduta ainda não configurada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
165. Processo : 1.01.004.000131/2009-19 Voto: 6082/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento Administrativo. Notícia de assédio moral perpetrado por Juiz do Trabalho em detrimento de servidor público de Tribunal Regional do Trabalho, mediante humilhações frequentes. O assédio moral não se encontra tipificado como crime no Brasil. Atipicidade das condutas denunciadas. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
166. Processo : 1.14.000.000059/2011-18 Voto: 6083/2011 Origem: PR/BA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Representação criminal. Suposto crime de falsidade de atestado médico (art. 302, CP). *Notitia criminis* ofertada por professor inativo da UFBA, informando a falsidade do atestado médico que embasou a sua aposentadoria por invalidez, em face de seu quadro psicótico. Aposentadoria concedida após avaliação da Junta Médica da UFBA. Relatos do representante desprovidos de encadeamento lógico, a corroborar o teor do laudo médico. Ausência de indícios mínimos de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
167. Processo : 1.20.000.000483/2009-41 Voto: 6084/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática do delito de resistência (art. 329, §1º, CP). Ameaças sofridas por fiscal federal agropecuário do MAPA/MT e fiscais do INDEA/MT quando realizavam atividades de prevenção da "doença da vaca louca" em propriedade rural. Existência de inquérito policial instaurado para a apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
168. Processo : 1.20.000.001279/2010-81 Voto: 6085/2011 Origem: PRM - SINOP/MT
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peças de Informação. Possível prática do delito previsto no artigo 334 do Código Penal. Comercialização de cigarros de origem estrangeira desacompanhados da documentação comprobatória da regular importação. Existência de inquérito policial instaurado para a apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
169. Processo : 1.25.015.000070/2010-54 Voto: 6086/2011 Origem: PRM - UNIÃO DA VITÓRIA/PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa Criminal. Possível delito de omissão de registro em CTPS (art. 297, §4º, CP). Existência de procedimento administrativo instaurado para a apuração dos mesmos fatos. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
170. Processo : 1.23.003.000356/2006-67 Voto: 6087/2011 Origem: PRM - ALTAMIRA / PA
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Inquérito Policial instaurado a partir de requisição do MPF embasado em carta dirigida ao Presidente da República, na qual o remetente comunica a prática de crimes ambientais em terras da União. Após inúmeras diligências, a autoridade policial concluiu pela inexistência de indícios de materialidade delitiva. Não localização do denunciante para maiores esclarecimentos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
171. Processo : 1.25.002.000053/2011-47 Voto: 6088/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
172. Processo : 1.25.002.002211/2010-12 Voto: 6089/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
173. Processo : 1.25.002.002217/2010-90 Voto: 6090/2011 Origem: PRM - CASCAVEL / PR
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque
Ementa : Peça Informativa. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
174. Processo : 1.00.000.004452/2011-76 Voto: 6091/2011 Origem: PRM TABATINGA/AM
Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ementa : Representação Criminal. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

175. Processo : 1.00.000.004455/2011-18 Voto: 6092/2011 Origem: PRM TABATINGA/AM

176. Processo : 1.00.000.004451/2011-21 Voto: 6093/2011 Origem: PRM TABATINGA/AM

177. Processo : 1.00.000.004510/2011-61 Voto: 6094/2011 Origem: PRM TABATINGA/AM

178. Processo : 1.00.000.004513/2011-03 Voto: 6095/2011 Origem: PRM TABATINGA/AM

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Ausência de reiteração de conduta. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

179. Processo : 1.20.000.000628/2009-11 Voto: 6096/2011 Origem: PR/MT

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Possível crime de falso testemunho (art. 342, CP). Depoimento que sequer tinha potencial para influir no deslinde da demanda na Justiça Trabalhista. A potencialidade do dano à administração da justiça é elemento constitutivo do delito. Ausência de justa causa para ação penal. Precedentes STJ, TRF1 E TRF3. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

180. Processo : 1.20.000.002177/2010-82 Voto: 6097/2011 Origem: PR/MT

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Peças de Informação. Possível crime de falso testemunho (art. 342, CP). Depoimentos contraditórios que não influíram no deslinde da demanda na Justiça Trabalhista. A potencialidade do dano à administração da justiça é elemento constitutivo do delito. Ausência de justa causa para ação penal. Precedentes STJ, TRF1 E TRF3. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

181. Processo : 1.30.917.000120/2011-51 Voto: 6098/2011 Origem: PRM - S.JOÃO DO MERITI/RJ

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime previsto no art. 183 da Lei nº 9.472/97. Notícia da existência de rádio clandestina em determinado endereço. Diligência *in loco* da Polícia Federal e ANATEL infirmando-a. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

182. Processo : 1.22.000.000922/2010-84 Voto: 6099/2011 Origem: PRM - DOURADOS/MS

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento administrativo instaurado para apurar denúncia feita à PRF/MG, acerca de crimes de tráfico de pessoas, homicídio, cárcere privado e redução a condição análoga à de escravo ocorridos em usina de Mato Grosso do Sul. Vistorias realizadas pela PRF e pela Superintendência do Trabalho e do Emprego, concluindo pela falsidade da denúncia e da própria identidade a si atribuída pelo denunciante. Arquivamento em relação aos fatos denunciados. Quanto aos delitos de comunicação falsa de crime (art. 340 CP) e falsa identidade (art. 307 CP), o Procurador oficiante já declinou de suas atribuições para a PR/MG. Enunciado nº 25 - 2ª CCR.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

183. Processo : 1.34.001.007449/2006-59 Voto: 6100/2011 Origem: PR/SP

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Representação feita em nome do Sindicato dos Policiais Federais em Minas Gerais - SINPEF-MG, noticiando que um policial federal lotado em MG teria solicitado a um policial federal lotado em SP que repassasse cocaína a traficante de SP. Ofício do SINPEF-MG negando a autoria da representação e demonstrando já ter ocorrido a utilização de seu nome para a realização de denúncias contra policiais federais. Diligências. Ausência de indícios mínimos de materialidade delitiva. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

184. Processo : 1.30.017.000187/2009-14 Voto: 6101/2011 Origem: PRM - S.JOÃO DE MERITI/ RJ

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Investigatório Criminal. Apuração de eventual estelionato judiciário em virtude de possível fraude na distribuição de ações. Ofício oriundo da Procuradoria da Fazenda Nacional noticiando, dentre outras irregularidades, que o pedido deduzido pelo representante de determinada pessoa jurídica nos autos de ação ordinária seria idêntico ao formulado em outras ações. Impetração de habeas corpus no TRF/2ª Região. Concessão da ordem para trancamento o presente procedimento investigatório. Atipicidade da conduta. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

185. Processo : 1.34.001.007789/2009-22 Voto: 6102/2011 Origem: PRM - GUARULHOS/SP

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Peças Informativas. Notícia-crime anônima. Narrativa vaga sobre supostas irregularidades ocorridas em processo licitatório presidido por policial federal. Ausência de elementos de informação mínimos necessários à deflagração da persecução penal. Aplicação do Enunciado 24 da 2ª CCR.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

186. Processo : 1.13.000.001798/2010-83 Voto: 6103/2011 Origem: PR/AM

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Peça de Informação. Suposto crime ambiental previsto no art. 52 da Lei nº 9.605/98 (penetrar em Unidade de Conservação conduzindo instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos florestais, sem licença do órgão ambiental). Não configuração. Na hipótese, não houve apreensão de equipamentos para caça ou exploração de produtos florestais, mas apenas de instrumentos para pesca. Atos preparatórios. A posse de petrechos para pesca é insuficiente para aperfeiçoar o delito previsto no art. 34 da Lei nº 9.605/98. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

187. Processo : 1.20.001.000130/2009-31 Voto: 6104/2011 Origem: PRM - CÁCERES / MT

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Administrativo Criminal. Apuração da suposta prática do delito de lavagem de capitais (art. 1º, VI, da Lei 9.613/98). Apreensão de R$ 19.000,00 em poder de determinada pessoa que vinha da Bolívia, sem a Declaração de Porte de Valores. Inexistência de crime antecedente. Também não se cogita da prática do crime previsto no art. 22 da Lei 7.492/86, pois não houve a saída de divisas do País. Incidência da sanção administrativa prevista no art. 65 da Lei 9.069/95 (perda do valor excedente a R$ 10.000,00). Atipicidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

188. Processo : 1.33.000.004452/2008-20 Voto: 6105/2011 Origem: PR/SC

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento Administrativo. Apuração de possível fraude previdenciária, tendo em vista que, após o óbito de seu filho, determinada pessoa teria requerido o benefício de pensão por morte pelo fato de se considerar sua dependente. Diligência realizada pelo Órgão do MP. Inexistência de registro de benefício em nome da requerente. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

189. Processo : 1.04.000.001999/2006-11 Voto: 6106/2011 Origem: PRR / 4ª REGIÃO

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Acompanhamento da aplicação de recursos públicos federais repassados ao Município de Vale do Sol/RS pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para a melhoria da infra-estrutura da rede física escolar. Não-constatação de irregularidades. Aprovação das contas. Ausência de indícios de crimes previstos no art. 1º do Decreto-lei nº 201/67 ou na Lei 8.666/93. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

190. Processo : 1.16.000.000970/2011-51 Voto: 6107/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Peça Informativa. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao Banco Central do Brasil. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

191. Processo : 1.15.000.001482/2010-17 Voto: 6108/2011 Origem: PR/CE

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Procedimento administrativo. Controle Externo da Atividade Policial. Suposto crime de violação de sigilo funcional (art. 325, CP), ante o vazamento de informações sigilosas concernentes à investigação da Polícia Federal que deu origem à "Operação Mão Dupla". Diligências. Não identificação da autoria. Grande número de pessoas que tiveram acesso aos autos resguardados pelo sigilo. Inexistência de linha plausível de investigação a justificar novas diligências. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

192. Processo : 1.16.000.000878/2011-91 Voto: 6109/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque

Ementa : Peça Informativa. Controle Externo da Atividade Policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao Banco Central do Brasil. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado (nº 0129/2010-4). Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

Relatora: Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

PROCESSOS NÃO PADRÃO

193. Processo : 1.00.000.004385/2011-90 Voto: 3549/2011 Origem: JF/MG

Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos

Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. POSSÍVEIS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E CONTRA O MEIO AMBIENTE. PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (ART. 2º DA LEI Nº 8.176/91). INADMISSIBILIDADE. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE (ART. 55 DA LEI Nº 9.605/98). DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NO FEITO EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de possíveis crimes contra meio ambiente e contra a ordem econômica, consistentes na extração irregular de recursos minerais de propriedade da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Em relação ao possível crime contra o meio ambiente, mostra-se caracterizada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.
3. Quanto ao possível crime contra a ordem econômica, verifica-se a inadmissibilidade do arquivamento com base na pena em perspectiva, conforme aplicação do Enunciado nº 28 desta 2ª CCR.
4. Pela insistência no pedido de arquivamento, em relação ao crime ambiental, e pelo prosseguimento do feito em relação ao crime contra a ordem econômica.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

194. Processo : 1.00.000.004406/2011-77 Voto: 3550/2011 Origem: JF/MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. POSSÍVEIS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E CONTRA O MEIO AMBIENTE. PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (ART. 2º DA LEI Nº 8.176/91). INADMISSIBILIDADE. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE (ART. 55 DA LEI Nº 9.605/98). DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NO FEITO EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de possíveis crimes contra meio ambiente e contra a ordem econômica, consistentes na extração irregular de recursos minerais de propriedade da União.
2. Em relação ao possível crime contra o meio ambiente, mostra-se caracterizada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.
3. Quanto ao possível crime contra a ordem econômica, verifica-se a inadmissibilidade do arquivamento com base na pena em perspectiva, conforme aplicação do Enunciado nº 28 desta 2ª CCR.
4. Pela insistência no pedido de arquivamento, em relação ao crime ambiental, e pelo prosseguimento do feito em relação ao crime contra a ordem econômica.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

195. Processo : 1.00.000.004374/2011-18 Voto: 3551/2011 Origem: JF/MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. POSSÍVEIS CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA E CONTRA O MEIO AMBIENTE. PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA (ART. 2º DA LEI Nº 8.176/91). INADMISSIBILIDADE. OCORRÊNCIA DE PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA O MEIO AMBIENTE (ART. 55 DA LEI Nº 9.605/98). EXTINÇÃO DE PUNIBILIDAE QUANTO AO OUTRO INVESTIGADO, EM RAZÃO DE SEU FALECIMENTO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NO FEITO EM RELAÇÃO AO CRIME CONTRA A ORDEM ECONÔMICA.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a prática de possíveis crimes contra meio ambiente e contra a ordem econômica, consistentes na extração irregular de recursos minerais de propriedade da União.
2. Em relação ao possível crime contra o meio ambiente, mostra-se caracterizada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva pela pena em abstrato.
3. Quanto ao possível crime contra a ordem econômica, verifica-se a inadmissibilidade do arquivamento com base na pena em perspectiva, conforme aplicação do Enunciado nº 28 desta 2ª CCR.
4. Com referência ao outro investigado, faz-se necessário o reconhecimento da extinção de punibilidade, tendo em vista a comprovação de seu falecimento.
5. Pela insistência no pedido de arquivamento em relação ao crime ambiental e pelo prosseguimento do feito em relação ao crime contra a ordem econômica.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

196. Processo : 1.00.000.003010/2011-11 Voto: 3552/2011 Origem: JF/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CRIME DE MOEDA FALSA. ART. 289, §1º, CP. REVISÃO DE DECLÍNIO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. INEXISTÊNCIA DE FALSIFICAÇÃO GROSSEIRA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO-HOMOLOGAÇÃO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do crime de moeda falsa definido no art. 289, §1º do Código Penal.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do inquérito policial aduzido que as cédulas apreendidas constituem-se em falsificações grosseiras, não se configurando, portanto, o crime de moeda falsa, mas sim, em tese, o crime de estelionato, de competência da Justiça Estadual, nos termos da Súmula 73 do Superior Tribunal de Justiça.
3. Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 62, IV, da LC 75/93.
4. Consta no Laudo Pericial que "Os elementos de segurança simulados nas cédulas examinadas, além dos aspectos pictóricos semelhantes às existentes em cédulas originais, levam a concluir que a falsificação é de boa qualidade e não pode ser considerada grosseira". Assim, não há que se falar e competência da Justiça Estadual para processar e julgar o suposto crime objeto de apreciação nos presentes autos. Precedentes do STJ e do TRF1ª Região (HC 200802381615, PAULO GALLOTTI, STJ - SEXTA TURMA, 30/03/2009); (RSE 20053800033756, JUIZ FEDERAL MARCUS VINICIUS BASTOS (CONV.), TRF1 - QUARTA TURMA, 19/08/2010)
5. Não-homologação do declínio e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

197. Processo : 1.10.000.000573/2010-11 Voto: 3553/2011 Origem: PR/AC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEL CRIME DE ABUSO DE AUTORIDADE, PREVISTO NA LEI Nº 4.898/95. PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DA PARTE CONTRA O ARQUIVAMENTO. REAPRECIAÇÃO DO FEITO. ATIPICIDADE DE CONDUTA. HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar a prática, em tese, do crime de abuso de autoridade, por parte de delegado da PF, consistente no envio de ofício recomendando a prisão em flagrante de agentes penitenciários que portarem arma de fogo fora de serviço.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito e, sem juntar o recurso contra o despacho de arquivamento, encaminhou os autos a esta 2ª Câmara, que homologou o arquivamento do feito.
3. Os autos então retornaram a esta Câmara para nova apreciação, tendo em vista as razões de recurso apresentadas pela parte recorrente.
4. Mesmo após análise do recurso interposto, verifica-se que a conduta do investigado não se subsome a nenhum dos tipos penais previstos na Lei nº 4.898/65.
5. Voto, portanto, pela ratificação da homologação do arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

198. Processo : 1.22.009.000202/2009-03 Voto: 3554/2011 Origem: JF/MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE CONTRABANDO DE MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Tratando-se de contrabando de equipamentos empregados na prática de jogo de azar proibido, como se dá na espécie, não se afigura possível a aplicação do princípio da insignificância, pois o bem jurídico tutelado é a incolumidade pública, representando o valor patrimonial dos bens apenas aspecto secundário. Precedentes.
2. *In casu*, diante dos elementos colacionados que evidenciam a autoria e a materialidade delitiva, impõe-se o prosseguimento da persecução penal, mostrando-se inapropriado o arquivamento do presente feito, considerando a inaplicabilidade do postulado da insignificância.
3. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

199. Processo : 1.04.000.001627/2006-87 Voto: 3555/2011 Origem: PRR/4ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EX-PREFEITO MUNICIPAL. CONVÊNIO. PRESTAÇÃO DE CONTAS EXTEMPORÂNEA DA APLICAÇÃO DE RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDO NACIONAL DE SAÚDE. SUPOSTO CRIME DE RESPONSABILIDADE DESCRITO NO ART. 1º, INC. VII, DO DEC-LEI Nº 201/67. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar suposta irregularidade consistente no atraso na prestação de contas final, em Convênio celebrado entre o Fundo Nacional de Saúde e Município de Charqueadas / RS.
2. O Procurador oficiante promoveu o arquivamento do feito por entender que o atraso de apenas dois meses na prestação de contas não justifica a imputação do crime previsto no art. 1º, VII, do Decreto-Lei n. 201/67, ao investigado.
3. A prestação extemporânea de contas da aplicação de recursos repassados por entidade federal a Município amolda-se ao tipo do inciso VII do artigo 1º do Decreto-lei 201/67, pois a figura delitiva não faz menção ao resultado da conduta omissiva. Precedentes do STJ e desta Câmara Criminal em casos análogos.
4. Não-homologação do arquivamento e designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

200. Processo : 1.30.012.000596/2009-61 Voto: 3556/2011 Origem: PR/RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEL CRIME AMBIENTAL PREVISTO NO ART. 29 DA LEI Nº 9.605/98. MANUTENÇÃO DE AVE EM CRIADOURO AMADOR, SEM LICENÇA DO ÓRGÃO COMPETENTE. ANIMAL NÃO INCLUÍDO NA LISTA NACIONAL DE ANIMAIS EM EXTINÇÃO. AUSÊNCIA DE ATRIBUIÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. NÃO-HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTO. REMESSA DOS AUTOS AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar possível crime ambiental, consistente em manter animal silvestre em criadouro amador, sem licença do órgão ambiental competente.
2. O Procurador oficiante promoveu o arquivamento do feito baseado na aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista que o investigado possuía apenas 1 (uma) ave em cativeiro e teria celebrado termo de ajustamento de conduta com o MPF.
3. Conforme informações dos autos, verifica-se que a ave mantida em cativeiro não consta da lista de animais em extinção elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente, e sim da lista de animais em extinção do Estado do Rio de Janeiro.
4. Desse modo, falece atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito, uma vez que a referida ave não se encontra na lista nacional de animais em extinção, o que demonstra a ausência de prejuízo a bens, serviços e interesses da União.
5. Voto, portanto, pela não-homologação do arquivamento e pela remessa dos autos ao Ministério Público Estadual.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

201. Processo : 1.01.004.000183/2010-11 Voto: 3558/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME DE AMEAÇA (CP, ART. 147). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. PRESENTE O ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo criminal instaurado para apurar suposto crime de ameça definido no art. 147 do Código Penal, atribuído, em tese, ao Prefeito municipal que teria prometido demitir ou transferir os professores indígenas da Rede Municipal caso esses optassem pela vinculação à Secretaria de Educação do Estado da Bahia.
2. O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento do feito ao argumento de que as condutas supostamente criminosas não se amoldam ao tipo descrito no art. 147 do Código Penal, por entender inexistente possível mal injusto ou grave incutido às vítimas.
3. Data vênia ao entendimento do Procurador da República oficiante, tenho que nos autos há fortes indícios da presença do elemento subjetivo do crime de ameaça, a saber, a intenção de incutir nas vítimas o fundado receio de mal injusto e grave: *seriam as vítimas demitidas o*

u transferidas para escolas distantes de suas aldeias indígenas.
4. Ressalta-se que o mal injusto ou grave não precisam resultar precisamente de uma conduta criminosa. Basta que a conduta prometida, criminosa ou apenas imoral, possa incutir na vítima certo temor, inquietação ou sobressalto. Nesse sentido são os ensinamentos de Guilherme Souza Nucci: *"...requer a lei haja o anúncio de mal injusto (ilícito ou até mesmo imoral) e grave (sério, verossímil e com capacidade de gerar temor).*
5. Não-homologação e designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

202. Processo : 1.01.004.000078/2009-48 Voto: 3559/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTOS CRIMES DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA E DE SONEGAÇÃO PREVIDENCIÁRIAS. ARTIGOS 168-A E 337-A DO CÓDIGO PENAL. REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. PARCELAMENTO DO DÉBITO. SOBRESTAMENTO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo criminal instaurado para apurar a suposta prática dos crimes de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A) e de sonegação previdenciária (art. 337-A).
2. O Procurador Regional da República oficiante promoveu o arquivamento do feito sob a justificativa de que a pretensão punitiva estatal em face dos investigados restou suspensa com a adesão desses ao programa de parcelamento de crédito tributário regido pela Lei n. 11.960/09.
3. "*A suspensão da pretensão punitiva com base no parcelamento do débito tributário através dos programas denominados REFIS e PAES não é causa para arquivamento do procedimento investigatório criminal ou do inquérito policial; mas sim, para sobrestamento da investigação, com comunicação à Câmara, independentemente de remessa dos autos, devendo estes permanecerem acautelados, para eventual prosseguimento da persecução penal, na hipótese de descumprimento do acordo, ou arquivamento formal, na hipótese de cumprimento do mesmo*" (Enunciado nº 19 da 2ª CCR/MPF).
4. Não-homologação do arquivamento e designação de outro membro do *Parquet* Federal para acompanhar o pagamento integral do parcelamento e, em caso de descumprimento, prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

203. Processo : 1.34.001.001672/2009-35 Voto: 3560/2011 Origem: JF/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME PREVISTO NO ART. 241-A DO ECA. ARQUIVAMENTO INDIRETO (ART. 28 CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93). COMPETENCIA. LOCAL DA POSTAGEM.
1. Trata-se de procedimento administrativo criminal instaurado para apurar a ocorrência de suposto crime definido no art. 241-A do Estatuto da Criança e do Adolescente, praticado por intermédio do sítio de relacionamento *Orkut*.
2. O Procurador da República oficiante requereu a remessa dos autos à Seção Judiciária de São Paulo, pela prevenção, ao argumento de que, no caso dos autos, não há como se determinar o local da infração nem o autor do fato.
O Juízo Federal de Campinas/SP discordou da manifestação do Procurador, aduzindo existirem dados que demonstram que o fatos ocorreram na cidade de Campinas/SP.
Assiste razão ao Juízo Federal, pois a identificação do IP utilizado para criação da página e os IP's que a acessaram correspondem a fortes indícios de que as imagens foram postadas na cidade de Campinas/SP, o que torna perfeitamente aplicável as disposições do art. 70 do Código de Processo Penal. Precedentes do STJ (CC 200601611027, OG FERNANDES, STJ - TERCEIRA SEÇÃO, 05/03/2009).
Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

204. Processo : 1.25.005.000178/2011-47 Voto: 3561/2011 Origem: JF/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM R$ 1.068,29. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

205. Processo : 1.25.005.001480/2010-31 Voto: 3562/2011 Origem: JF/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM R$ 1.068,29. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

206. Processo : 1.00.000.004147/2011-84 Voto: 3563/2011 Origem: JF/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. APREENSÃO DE DIVERSAS MERCADORIAS DESCAMINHADAS. CRIME DE CONTRABANDO E DESCAMINHO (ART. 334, DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE EM RELAÇÃO A APENAS ALGUNS DOS INVESTIGADOS. NECESSIDADE DE PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL EM DESFAVOR DOS OUTROS. INSISTÊNCIA PARCIAL NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO E DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito instaurado para apurar a prática dos possíveis crimes de descaminho e contrabando, mediante a apreensão de diversas mercadorias descaminhadas na posse de 13 (treze) investigados.
2. O Procurador da República requereu o arquivamento do feito em relação a todos os investigados e utilizou como argumento o princípio da insignificância penal, quanto a alguns deles, e a ausência de meio fraudulento para iludir os tributos, em relação aos outros, situação em que houve discordância do magistrado quanto a todos os pedidos de arquivamento.
3. Da análise dos autos,verifica-se a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância a apenas 5 (cinco) dos 13 (treze) investigados, uma vez que o valor dos tributos iludidos é inferior ao previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00).
4. Em relação a outros 7 (sete) investigados, percebe-se que estes iludiram tributos que correspondem a valores superiores a R$ 10.000,00, motivo que impede a aplicação do princípio da insignificância. Também não prospera a alegação sobre a ausência de meio fraudulento, pois esse não é elemento constitutivo do tipo penal de descaminho.
5. Com referência à última investigada, apesar de o valor dos tributos iludidos ser inferior a R$ 10.000,00, entre as mercadorias dela apreendidas, foram encontrados 76 (setenta e seis) maços de cigarros, o que impede a aplicação do princípio da insignificância, tendo em vista a
origem ilícita do produto e o efeito nocivo à saúde causado pelo produto. Ademais, consta dos autos informações sobre reiteração de conduta.
6. Portanto, voto pela insistência no pedido de arquivamento parcial, bem como pela designação de outro para prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

207. Processo : 1.25.005.000189/2011-27 Voto: 3565/2011 Origem: JF/PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSÍVEL CRIME DE DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM R$ 1.687,40. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado por meio de representação fiscal para fins penais com o objetivo de apurar a prática, em tese, do crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal.
2. As mercadorias foram avaliadas em R$ 2.059,12, e os tributos sonegados foram calculados em R$ 1.687,40,
3. O Procurador da República requereu o arquivamento com base na aplicação do princípio da insignificância, situação em que o Magistrado indeferiu o seu requerimento.
4. Verifica-se, no caso, a possibilidade de se aplicar o princípio da insignificância em relação ao investigado, uma vez que não há informações sobre reiteração de conduta, e os valores dos tributos iludidos são inferiores ao estipulado no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00)
5. Voto, portanto, pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

208. Processo : 1.17.001.000016/2011-11 Voto: 3566/2011 Origem: PRM/C. do Itapemirim-ES
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. VIOLAÇÃO DE DIREITO DE AUTOR DE PROGRAMA DE COMPUTADOR (ART. 12 DA LEI N. 9.609/98). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS A AFASTAR AS HIPÓTESES PREVISTAS NOS INCISOS I E II DO §3º (CRIMES CONTRA A UNIÃO E CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA). ARQUIVAMENTO PREMATURO. NÃO-HOMOLOGAÇÃO. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de peças de informação instauradas para apurar suposto crime de violação de direito de autor de programa de computador previsto no artigo 12 da Lei n. 9.609/98, praticado, em tese, por proprietário de uma "lan house" no município de Cachoeiro de Itapemirim / ES.
2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito, pois entendeu que, apesar da evidente realização da conduta, trata-se de crime de ação penal privada, nos termos do §3º do art. 12 da lei em questão.
3. De acordo com as disposições do §3º supracitado, o crime será de ação penal privada, exceto "quando praticados em prejuízo de entidade de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou fundação instituída pelo poder público" ou "quando, em decorrência de ato delituoso, resultar sonegação fiscal, perda de arrecadação tributária ou prática de quaisquer dos crimes contra a ordem tributária ou contra as relações de consumo" (Lei n. 9.609/98, art. 12, §3º, I e II).
4. Em análise da documentação acostada aos autos, não se constata a realização de diligências no sentido de apurar a suposta prática de crimes contra a União e a ordem tributária, pelo que se apresenta prematuro o arquivamento.
6. Não-homologação do arquivamento. Designação de outro Membro do MPF para prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

209. Processo : 1.16.000.001204/2009-99 Voto: 3567/2011 Origem: PR/DF
Voto-vista : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MPF. DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MEMBRO DO TITULAR DO 9º OCR DA PRDF. MOVIMENTAÇÃO ALEATORIA DO FEITO AO 5º OCR (SUBSTITUTO NATURAL). RATIFICAÇÃO PELO PGR. FATO NOVO CONSISTENTE NA OCUPAÇÃO INTERINA DO 9º OCR. NECESSIDADE DE DEVOLUÇÃO DO AUTOS.
1. Trata-se de conflito de atribuições entre o 9º e 5º Ofícios Criminais da Procuradoria da República no Distrito Federal, nos autos do procedimento administrativo instaurado para "apurar possível envolvimento de servidor do Senado Federal, então Diretor de Recursos Humanos do Senado Federal, na intermediação, mediante empresas de fachada e com uso de 'testas de ferro', de convênios entre instituições bancárias privadas e o Senado Federal, gerando o pagamento de quantias milionárias a estas empresas, a título de 'comissão' pela celebração dos convênios,
delitos previstos nos artigos 317 e 333 do Código Penal e art. 1º, V, da Lei n.º 9.613/98.
2. A presente questão gira em torno do conceito de dois procedimentos administrativos existentes no âmbito da Procuradoria da República no Distrito Federal, quais sejam, a 'movimentação' e a 'distribuição' de autos. Para cada procedimento, tem-se um efeito diferente no que tange à atribuição do Procurador da República para oficiar no feito.
3. Constata-se que, quando da ocorrência da 'distribuição', o novo Procurador da República passa a oficiar em caráter definitivo. Contudo, o mesmo não ocorre quando da 'movimentação'. Essa última exige o retorno dos autos ao titular do ofício original quando afastados os motivos que deram causa à alteração de atribuição. Nesse sentido foi a manifestação do Coordenador Criminal na PRDF à época dos fatos.
4. Quanto à designação realizada pelo Procurador Geral da República para atuar nos autos do Inquérito Policial n.º 03/2009 do Senado Federal, instaurado para apurar eventuais ilícitos penais praticado pelo servidor público em questão, tem-se que a adoção de referida medida
ocorreu por uma simples razão lógica: no momento da designação, o 5º OCR já se encontrava responsável pelo feito em face da 'movimentação' anteriormente ocorrida. Não foi por outra razão que, recentemente, o Procurador Geral da República dispensou o Procurador titular do 5ºOCR da designação de acompanhamento do Inquérito n.º 03/2009 do Senado Federal.
5. Voto pelo conhecimento e provimento dos embargos
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE MEMBROS DO MPF. DECLARAÇÃO DE SUSPEIÇÃO DO MEMBRO TITULAR DO 9º OCR DA PRDF. FIXAÇÃO DE NOVA ATRIBUIÇÃO. REMESSA DO FEITO AO 5º OCR. DESIGNAÇÃO PELO PGR DO MEMBRO TITULAR DO 5º OCR PARA ACOMPANHAR INQUÉRITO EM TRÂMIITE NO SENADO FEDERAL SOBRE OS MESMOS FATOS. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A ATRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO MINISTERIAL TITULAR DO 5º OCR. INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO E OBSCURIDADE. REJEIÇÃO.
1. Os critérios internos de distribuição e movimentação de processos da Procuradoria da República no Distrito Federal refogem à análise no âmbito dessa 2ª CCR, diante da designação realizada pelo Procurador-Geral da República, indicando o procurador do 5ºOCR para
acompanhar referido inquérito.
2. Não há que se falar em omissão ou obscuridade no decisório se a matéria objeto dos embargos declaratórios já foi apreciada e decidida.
4. Pela rejeição dos presentes embargos de declaração, mantendo-se a decisão que reconheceu a atribuição do procurador titular do 5º OCR para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por maioria o voto do Relator Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa pelo não conhecimento e não provimento dos embargos de declaração. Vencida a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos, que proferiu o voto-vista no sentido de se conhecer e dar provimento aos embargos de declaração para reconhecer a atribuição do 9º Ofício da PR/DF. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e o Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa.

210. Processo : 1.00.000.002172/2011-23 Voto: 3568/2011 Origem: JF/SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. SUPOSTO CRIME DE FALSIDADE DE ATESTADO MÉDICO, PREVISTO NO ART. 302 DO CÓDIGO PENAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS SUFICIENTES PARA O PROSSEGUIMENTO DO FEITO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar suposto crime de falsidade de atestado médico, que fora apresentado nos autos de reclamatória trabalhista, para justificar a ausência de testemunha à audiência.
2. O representante do Ministério Público Federal requereu o arquivamento do feito, pois entendeu que não havia provas suficientes para oferecimento da denúncia.
3. O Magistrado discordou do pedido de arquivamento sob argumento de que a existência de indícios mínimos já seria o suficiente para o oferecimento da denúncia.
4. De fato, existem indícios, nos autos, que autorizam o oferecimento de denúncia contra o investigado, o que impõe a necessidade de se prosseguir no feito.
5. Voto, então, pela designação de outro membro para oferecer a denúncia.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

211. Processo : 1.15.000.002960/2010-14 Voto: 3569/2011 Origem: PR/CE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEL FUNCIONAMENTO ILEGAL DE EMPRESAS DE TRANSPORTE QUE, EM TESE, AUXILIAM NO TRÁFICO DE ARMAS E DROGAS. NECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS PARA SE CONSTATAR A VERACIDADE DOS FATOS, TENDO EM VISTA A SUA GRAVIDADE.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para investigar o funcionamento de empresas de transporte que, em tese, possuem grande participação no tráfico de armas e drogas.
2. Após frustração das diligências empreendidas, o Procurador da República promoveu o arquivamento do feito sob o entendimento de que as informações constantes dos autos não seriam suficientes para o prosseguimento do feito, inclusive no âmbito federal.
3. A notícia-crime faz referência à participação criminosa de quatro transportadoras e de um conhecido traficante que, apesar de estar recluso em penitenciária de segurança máxima, possui considerável influência e ainda comanda grande parte do tráfico de armas e drogas dentro e fora do País.
4. Diante da gravidade dos fatos e da possibilidade de serem verídicos, devem-se realizar novas diligências, principalmente, junto às empresas mencionadas, a fim de se apurar seu suposto envolvimento com o referido traficante.
5. Voto pela não-homologação do arquivamento e pela designação de outro membro para realizar novas diligências.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

212. Processo : 1.00.000.003549/2011-61 Voto: 3570/2011 Origem: PR/PE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL (OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE FRAUDE) OU ESTELIONATO. DISCUSSÃO ACERCA DA TIPICIDADE E, NO CASO, COMO CONSEQUÊNCIA, DA COMPETÊNCIA. PEDIDO DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPROCEDÊNCIA DA MANIFESTAÇÃO DO MPF. PROSSEGUIMENTO DO FEITO NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar possível crime consistente no financiamento fraudulento de motocicleta. O Procurador da República oficiante requereu o reconhecimento da incompetência da Justiça Federal, por entender que a obtenção de crédito mediante o emprego de
fraude não caracteriza a infração penal tipificada no art. 19 da Lei n. 7.492/86 em razão da ausência do elemento normativo "financiamento" exigido por esse dispositivo. Houve discordância por parte do Juiz Federal.
2. O caso concreto se revela como delito contra o sistema financeiro nacional. Houve obtenção de financiamento mediante fraude para a aquisição de uma motocicleta. Irrelevância da natureza do bem adquirido. O contrato é de financiamento e não de mútuo. Tipificação no art. 19, Lei 7.492/86. Precedentes do STJ.
3. Não-homologação do declínio e designação de outro membro do *Parquet* Federal para, na 4ª Vara da Seção Judiciária de Pernambuco, dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

213. Processo : 1.00.000.004085/2011-19 Voto: 3571/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. SUPOSTOS CRIMES DE IMPORTAÇÃO DE MEDICAMENTO DE COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA (CP, ART. 273, §1º-B, I) E DE ABORTO PROVOCADO PELA GESTANTE OU COM O SEU CONSENTIMENTO (CP, ARTIGOS 124 E 126). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO. CRIME ANTECEDENTE COM PENA MAIS GRAVE. INOCORRÊNCIA DE SUBSUNÇÃO. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE OS CRIMES. CONTINUIDADE DA PERSECUÇÃO PENAL NO ÂMBITO DA JUSTIÇA FEDERAL QUANTO AO CRIME DE PREVISTO NO ART. 273, §1º-B, I. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PARA APURAR OS CRIMES PREVISTOS NO ART. 124 E 126, DO CP.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar a suposta ocorrência dos crimes de importação de medicamento sem registro no órgão competente (CP, art. 273, §1º-B, I) e aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento (CP, art. 124 e 126).
2. O Procurador da República oficiante promoveu declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual, sob o argumento de que a tentativa do crime de aborto absorveu a conduta que poderia ensejar a prática do crime previsto no art. 273, §1º-B, I, do Código Penal.
3. À luz do princípio da consunção um crime ficará absorvido pelo outro quando servir como mero instrumento para o alcance de um objetivo final único. Quando um delito apresentar-se como meio para realização de outro, o crime-meio resta absorvido pelo crime-fim .
4. Contudo, para o reconhecimento do fenômeno da consunção, há de se verificar se o suposto crime antecedente tem como preceito secundário pena inferior à do crime que se pretende atingir. Do contrário, não há que se falar em absorção da conduta criminosa precedente. Precedentes do TRF 4ª Região (ACR 200572070082678, LUIZ FERNANDO WOWK PENTEADO, TRF4 - OITAVA TURMA, 18/03/2010).
5. No caso dos autos, constata-se que o suposto crime de importação de medicamento proibido definido no art. 273, §1º-B, I, possui pena superior às penas dos supostos crimes previstos nos artigos 124 e 126, todos do Código Penal, o que justifica a manutenção das investigações no
âmbito da Justiça Federal quanto ao primeiro delito.
6. De outra parte, vê-se que o medicamento importado não ingressou na esfera patrimonial do investigado, o que afasta qualquer tentativa de conexão entre o crime de aborto e o crime de importação de medicamento sem registro, situação que exige o declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual quanto ao crime de aborto.
7. Designação de outro Membro do MPF para prosseguimento da persecução penal quanto ao crime previsto no art. 273, §1º-B, I, do Código Penal. Homologação do declínio de atribuições em relação aos crimes previstos no art. 124 e 126, ambos também do Código Penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

214. Processo : 1.26.000.002654/2006-18 Voto: 3572/2011 Origem: PR/PE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. POSSÍVEL CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA TESE DA PRESCRIÇÃO EM PERSPECTIVA OU VIRTUAL. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar possível crime contra a ordem e de falsidade ideológica.
2. Em relação a eventual crime de natureza tributária, verificou-se nos autos a ausência de constituição definitiva de crédito tributário, bem como o desinteresse fiscal em razão do baixo valor dos tributos.
3. Já em se tratando do crime de falsidade ideológica, o Procurador da República requereu o arquivamento do feito por meio da aplicação da prescrição em perspectiva - argumento esse rejeitado pelo Juízo.
4. Conforme dispõe o Enunciado nº 28 desta 2ª CCR, é "inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."
5. Voto pela designação de outro Membro para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

215. Processo : 1.18.000.000859/2010-17 Voto: 3573/2011 Origem: PR/GO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. CRIME DE RESPONSABILIDADE (ART. 1º, VII, DO DECRETO-LEI Nº 201/67): OMISSÃO DO DEVER DE PRESTAR CONTAS. ARQUIVAMENTO COM BASE NA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR.
1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *"Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."*
2. Precedentes do STF e STJ.
3. Súmula 438 do STJ.
4. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

216. Processo : 1.26.000.001630/2010-10 Voto: 3575/2011 Origem: JF/PE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. SUPOSTO CRIME DE USO DE DOCUMENTO FALSO EM JUÍZO (CP, ART. 304). APLICAÇÃO DO ART. 28, DO CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93. INEXISTÊNCIA DE ESTELIONATO JUDICIÁRIO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar a ocorrência de crime de estelionato (CP, art. 171, §3º) consistente na apresentação, em juízo, de documentos falsos com objetivo de alcançar provimento jurisdicional favorável à concessão de benefício previdenciário por parte do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.
2. O Procurador da República requereu o arquivamento do feito ao argumento de que a conduta da investigada se amolda ao denominado 'estelionato judiciário', conduta que, à luz do Direito Penal, tem-se por atípica.
3. O Juízo Federal, por sua vez, discordou do Procurador, ao principal argumento de que, *in casu*, a conduta da investigada se subsume ao tipo penal de 'uso de documento falso' definido no art. 304 do Código Penal.
4. De fato, realizada fraude em documentos produzidos anteriormente ao início da ação, e apresentados em juízo com o fim de obter, de forma ilícita, benefício previdenciário, não caracteriza o chamado "estelionato judiciário". No caso, nítida é a suposta ocorrência do crime de 'uso de documento falso' definido no art. 304, do Código Penal. Precedentes do TRF 4ª Região (ACR 200304010134245, NÉFI CORDEIRO, TRF4 - SÉTIMA TURMA, 31/10/2007).
5. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

217. Processo : 1.00.000.004057/2011-93 Voto: 3581/2011 Origem: PRM/Montes Claros-MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINSITRATIVO. POSSÍVEL CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO, PREVISTO NO ART. 203 DO CP. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NÃO PREVÊ RESSALVAS. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar possível crime contra a Organização do Trabalho, consistente na suposta cobrança ilegal de honorários advocatícios por meio do sindicato de trabalhadores.
2. O Procurador da República promoveu o arquivamento sob o entendimento de que, mesmo havendo possível crime do art. 203 do CP, foi atingido o trabalhador individualmente considerado, e não o sistema de órgãos que integram a Organização do Trabalho.
3. Esta 2ª Câmara já se manifestou reiteradas vezes no sentido de que, mesmo que o crime seja cometido contra apenas um trabalhador isolado, a competência para processar e julgar o feito é da Justiça Federal.
4. Isso porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou aos direitos dos trabalhadores considerados coletivamente, o art. 109, VI, da Constituição Federal não prevê ressalvas quando afirma a competência para processar e julgar os crimes dessa natureza.
5. Pela não-homologação do arquivamento e designação de outro membro para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

218. Processo : 1.23.001.000315/2010-77 Voto: 3576/2011 Origem: PRM/Marabá-PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informações. Crime contra a ordem econômica (art. 1º da Lei nº. 8.176/91). Comercialização de combustível fora das especificações exigidas pela ANP. Competência da Justiça Estadual. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

219. Processo : 1.34.001.000847/2011-10 Voto: 3577/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informações. Crime contra a ordem econômica (art. 1º da Lei nº. 8.176/91). Comercialização de combustível fora das especificações exigidas pela ANP. Competência da Justiça Estadual. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

220. Processo : 1.27.000.001356/2008-27 Voto: 3578/2011 Origem: PR/PI
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito Policial. Suposta fraude em licitação (art. 96, V, da Lei nº 8.666/93). Revisão de declínio. Recursos provenientes da contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública (Cosip). Verbas exclusivamente municipais. Inexistência de lesão a bens, serviços ou interesses da União, de suas entidades autárquicas ou empresas públicas federais (art. 109, IV, da CF/1988). Competência da Justiça Estadual. Declínio de atribuições ao Ministério Público do Estado do Piauí.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

221. Processo : 1.33.008.000049/2011-57 Voto: 3579/2011 Origem: PRM/Itajaí-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental consistente na conduta de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção (Lei 9.605/98, art. 38). Área de Mata Atlântica. Revisão de declínio. Não atingimento de unidade de conservação federal. Ausência de elementos de informação mínimos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Voto pelo declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

222. Processo : 1.22.000.000339/2011-54 Voto: 3580/2011 Origem: PR/MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal. Suposto crime ambiental. Ter em cativeiro animal da fauna silvestre sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente (art. 29, III, da Lei n.º 9.605/98). Revisão do declínio. Animal não ameaçado de extinção, pois não incluído no Anexo à Instrução Normativa n. 03, de 27 de maio de 2003, do Ministério do Meio Ambiente. Atribuição do Ministério Público Estadual. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

223. Processo : 1.35.000.000237/2011-81 Voto: 3582/2011 Origem: PR/SE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Suposta prática do crime previsto no art. 158, do Código Penal Militar ou de crimes militares impróprios. Revisão do declínio. Competência da Justiça Militar. Homologação do declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

224. Processo : 1.36.000.000316/2011-54 Voto: 3583/2011 Origem: PR/TO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 34 da Lei 9.605. Prática de pesca em local proibido, no interior de parque estadual. Ausência de elementos que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

225. Processo : 1.34.006.000082//2011-60 Voto: 3584/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento Administrativo. Suposto crime ambiental. Art. 29, § 1º, III, da Lei 9.605/98. Revisão de arquivamento. Conduta consistente na manutenção, em cativeiro, de exemplar da fauna silvestre nativa (Araras Pretas). Espécime não ameaçada de extinção (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 003, DE 26 DE MAIO DE 2003). Homologação de declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

226. Processo : 1.29.016.000029/2011-18 Voto: 3585/2011 Origem: PRM/Cruz Alta-RS
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática de contravenção penal prevista no art. 42, III, da Lei de Contravenções Penais. Pertubação de sossego alheio. Ausência de elementos capazes de atrair a atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

227.	Processo	:	1.30.905.000336/2011-55	Voto: 3586/2011	Origem: PRM/Niterói-RJ
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime militar previsto no art. 174 do CPM, consistente na aplicação de punição militar com rigor excessivo. Ausência de elementos que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito. Declínio de atribuição ao Ministério Público Militar.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
228.	Processo	:	1.00.000.004260/2011-60	Voto: 3587/2011	Origem: PR/MG
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposta prática do crime de estelionato contra particulares, previsto no art. 171 do Código Penal. Promessa de pagamento de valores referentes a reajuste de benefício previdenciário, condicionado ao depósito de quantia em dinheiro em conta corrente particular. Golpe praticado contra segurada da Previdência Social, sem que houvesse possível lesão a interesses da União. Ausência de elementos que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito. Declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
229.	Processo	:	1.23.000.001284/2008-67	Voto: 3588/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposta irregularidade na emissão de guias florestais de competência da Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará. Ausência de elementos capazes de atrair a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
230.	Processo	:	1.12.000.000419/2009-31	Voto: 3589/2011	Origem: PR/AP
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Possível crime de falsificação de documento público. Crime supostamente cometido por servidor público federal durante sua cessão administrativa ao Governo do Estado do Amapá. Falsificação de diploma de curso técnico de contabilidade emitido pela Secretaria de Estado de Educação do Amapá. Ausência de elementos capazes de atrair a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
231.	Processo	:	1.33.00.000382/2010-25	Voto: 3590/2011	Origem: PRM/Criciúma-SC
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de fraude processual ocorrido no âmbito da 2ª Vara Cível de Criciúma / SC (CP, art. 347). Revisão de arquivamento recebido como declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
232.	Processo	:	1.00.000.003499/2011-12	Voto: 3591/2011	Origem: PRM/Imperatriz-MA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Suposto crime de furto mediante fraude (uso da internet), previsto no art. 155, § 4º, inciso II do Código Penal. Revisão de declínio. Constatação de que os bancos envolvidos não se enquadram entre as entidades integrantes da Administração Pública Federal. Ausência de elementos que justifiquem atribuição do Ministério Público Federal para atuar no feito. Homologação do declínio ao MP Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
233.	Processo	:	1.00.000.005342/2011-21	Voto: 3592/2011	Origem: PRM/Ji-Paraná-RO
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Inquérito policial. Possível prática do crime de falsidade ideológica (art. 299 do CP). Revisão de declínio. Constituição de pessoas jurídicas em nome de terceiro, sem seu conhecimento, perante Junta Comercial Estadual. Diligências. Inexistência de indícios da prática de crime tributário ou previdenciário. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Precedente do STJ (CC 81.261/BA, DJe 16/03/2009). Homologação do declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
234.	Processo	:	1.14.003.000040/2010-61	Voto: 3593/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Supostos ilícitos penais consistentes em possíveis averbações fraudulentas de certidões de reserva legal à margem de matrículas de imóveis da região, imputados a tabelionato de registro de imóveis de determinada Unidade da Federação. Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação de declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
235.	Processo	:	1.34.018.000091/2005-73	Voto: 3668/2011	Origem: PRM/Guarulhos-SP
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças informação. Suposto crime de inclusão indevida de nome de terceiros em quadro societário de sociedade cooperativa. Possíveis crimes definidos nos arts. 299 e 304, ambos do Código Penal, em detrimento da Junta Comercial. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público federal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
236.	Processo	:	1.00.000.004609/2011-63	Voto: 3669/2011	Origem: PRM/Guarulhos-SP
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime de prevaricação previsto no art. 319 do Código Penal praticados, em tese, por vereadores do Município. Revisão de declínio. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Homologação do declínio.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

237.	Processo	:	1.33.000.004284/2010-97	Voto: 3557/2011	Origem: PR/Santa Catarina'
238.	Processo	:	1.00.000.004454/2011-65	Voto: 3594/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
239.	Processo	:	1.25.002.002215/2010-09	Voto: 3595/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
240.	Processo	:	1.15.000.000190/2011-48	Voto: 3596/2011	Origem: PR/PA
241.	Processo	:	1.25.002.000029/2011-16	Voto: 3597/2011	Origem: PRM/Cascavel-PR
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Representação Fiscal para fins criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
242.	Processo	:	1.15.001.000020/2011-53	Voto: 3598/2011	Origem: PRM/Limoeiro do Norte-CE
243.	Processo	:	1.00.000.004518/2011-28	Voto: 3599/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
244.	Processo	:	1.00.000.004456/2011-54	Voto: 3600/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
245.	Processo	:	1.00.000.004512/2011-51	Voto: 3601/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
246.	Processo	:	1.31.000.000099/2011-89	Voto: 3602/2011	Origem: PRM/Limoeiro do Norte-CE
247.	Processo	:	1.33.001.000043/2011-40	Voto: 3603/2011	Origem: PRM/Blumenau-SC
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Representação fiscal para fins penais. Possível crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Reincidência não constatada. Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Voto pela homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
248.	Processo	:	1.15.000.002147/2010-36	Voto: 3667/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível prática do crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93. Revisão de arquivamento. Diligências. Ausência de indícios de fraude no procedimento licitatório, bem como de lesão ao erário ou aos princípios norteadores da Administração Pública. Ausência de indícios suficientes de materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
249.	Processo	:	1.00.000.015974/2010-12	Voto: 3604/2011	Origem: PR/M/Marabá-PA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposto crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal). Sem constatação. Resultado das diligências do Ministério do Trabalho e Emprego ((MTE) aponta para inexistência de trabalhadores em condições degradantes na região fiscalizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
250.	Processo	:	1.35.000.001108/2009-95	Voto: 3605/2011	Origem: PR/SE
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Revisão de arquivamento. Suposta conduta irregular de agente do IBAMA, durante fiscalização. Inocorrência. Manifesta atipicidade. Ausência de indícios da prática de crime. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
251.	Processo	:	1.14.000.000627/2011-81	Voto: 3606/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Peças de informação. Revisão de arquivamento. Representação contra agentes que, em tese, teriam influenciado na demissão de jornalista, por suposta pressão do mercado imobiliário de Salvador/BA. Manifesta atipicidade. Ausência de indícios da prática de crime. Homologação do arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
252.	Processo	:	1.33.000.004328/2010-89	Voto: 3607/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo. Suposto crime de moeda falsa (artigo 289, § 1º, do Código Penal). Revisão de arquivamento. *Notitia criminis* desprovida de quaisquer indícios de autoria delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
253.	Processo	:	1.13.001.000006/2006-67	Voto: 3608/2011	Origem: PRM/Tabatinga-AM
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Crimes de abuso de autoridade (art. 3º, "i", da Lei nº 4.898/65) e tortura (art. 1º, II, da Lei nº 9.455/97), em tese, praticados por Policiais Federais. Revisão de arquivamento. Diligências do MPF. Suposto constrangimento não verificado. Atipicidade do fato. Ausência de indícios de materialidade dos crimes. Arquivamento. Homologação.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		
254.	Processo	:	1.01.004.000025/2011-41	Voto: 3609/2011	Origem: PRR/1ª Região
	Relatora	:	Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de desobediência praticado, em tese, por prefeito municipal (CP, art. 330). Revisão de arquivamento. Não se trata de ausência de pagamento de precatório, mas de não-cumprimento de ordem judicial, em autos de ação trabalhista, para regularizar a folha de pagamento, a ficha de empregado e a CTPS. Obrigação de fazer (CPC, art. 461). Descumprimento por parte do prefeito. Cominação de multa diária no âmbito do processo civil. Para a configuração do delito de desobediência, não basta apenas o não cumprimento de uma ordem judicial, sendo indispensável que inexista a previsão de sanção específica em caso de seu descumprimento. Precedentes.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

255. Processo : 1.17.001.000012/2011-32 Voto: 3610/2011 Origem: PRM/C. do Itapemirim-ES
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária previsto no artigo 337-A, inciso I, do Código Penal. Procedimento administrativo fiscal ainda em fase de recurso. Inexistência de crédito tributário constituído. Ausência de elementos que, até o presente momento, justifiquem o prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

256. Processo : 1.24.000.001823/2009-10 Voto: 3611/2011 Origem: PR/PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de sonegação de contribuição previdenciária previsto no artigo 337-A, inciso I, do Código Penal. Procedimento administrativo fiscal ainda em fase de recurso. Inexistência de crédito tributário constituído. Ausência de elementos que, até o presente momento, justifiquem o prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

257. Processo : 1.33.001.000499/2010-29 Voto: 3612/2011 Origem: PRM/Blumenau-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de sonegação de contribuições previdenciárias (CP, art. 337-A). Revisão de arquivamento. Verifica-se que o procedimento fiscal para a instituição do crédito tributário não foi instaurado até o presente momento, situação que autoriza o reconhecimento da decadência do direito do Fisco em realizar o lançamento, visto que as contribuições sociais possivelmente suprimidas ocorreram até 25/10/2001 (CTN, art. 174 c/c o art. 150, §4º). Assim, considerando que para a configuração do crime material em questão exige-se a constituição definitiva do crédito, constata-se a impossibilidade de instauração de procedimento criminal ou de ajuizamento de ação penal em desfavor do contribuinte. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

258. Processo : 1.01.004.000273/2010-10 Voto: 3613/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento de acompanhamento criminal instaurado para acompanhar andamento de habeas corpus no âmbito do Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Suposto ato abusivo praticado por Juiz Federal, que determinou a prisão de indígenas da etnia Pataxó Hã Hã Hães, que estavam envolvidos em ações de retomadas de terras nos Municípios de Pau Brasil/BA e Itaju da Colônia/BA. Suspensão de cumprimento de mandado de prisão em sede de posterior HC impetrado perante o TRF 1ª Região. Exaurimento de diligências cabíveis. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

259. Processo : 1.12.000.000058/2011-48 Voto: 3614/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental, consistente na penetração em Unidades de Conservação, conduzindo instrumentos próprios para caça ou exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente (art. 52 da Lei n.º 9.605/98). Revisão de arquivamento. Não-obstante haja indícios da materialidade delitiva do crime contra o meio ambiente em área pertencente à União, inexistem indícios de autoria do fato. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

260. Processo : 1.23.000.000553/2011-73 Voto: 3615/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação instaurada a partir de documentação encaminhada pela Comissão de Justiça e Paz da CNBB com instruções de segurança em aeronave, retirada de um avião da Brado Taxi Aérea, anotando a presença de um 'estranho' código de barra em que consta a anotação "BARROS/VERA", provavelmente correspondente aos nomes de dois vereadores que tiveram seus mandatos cassados. Suposto crime de lavagem de dinheiro e de ocultação patrimonial (leis n.ºs 7.492/86 e 8.137/90). Revisão de arquivamento. Ausência indícios que possam caracterizar materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

261. Processo : 1.34.001.002839/2007-13 Voto: 3616/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Supostos crimes contra ordem financeira previstos na Lei n. 7492/86 imputados a sociedade empresária que teria emitido Certificado de Depósito Bancário - CDB mas se recusado a devolver o investimento após o vencimento do título. Revisão de arquivamento. Diligências realizadas pelo Ministério Público Federal e pela Comissão de Valores Mobiliários. Ausência de elementos mínimos necessários para a apuração de uma eventual prática de crime. Homologação de arquivamento.
Decisão : Após voto da Relatora, pediu vista dos autos a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque. A Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge aguarda para proferir o voto.

262. Processo : 1.27.000.000041/2011-68 Voto: 3617/2011 Origem: PR/PI
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de usurpação de função pública (CP, art. 348) ocorrido no âmbito da Universidade Federal do Piauí-UFPI. Revisão de arquivamento. Diligências. Constatado que a pessoa que ministrava aulas na UFPI é professora integrante do quadro de servidores dessa instituição de ensino superior. Atipicidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

263. Processo : 1.25.015.000018/2011-89 Voto: 3618/2011 Origem: PRM/União da Vitória-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal. Suposto crime de redução a condição análoga à de escravo (art. 149, *caput*, do CP). Revisão de arquivamento. Fatos já em apuração no procedimento n. 1.25.015.000075/2010-87, autuado em 25/10/2010. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

264. Processo : 1.14.004.000174/2010-71 Voto: 3619/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação criminal. Suposta prática de crimes previdenciários (CP, artigos 168-A e 337-A). Revisão de arquivamento. Existência de procedimento administrativo instaurado para apurar os mesmos fatos constantes dos autos (10530.721674/2010-97). Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

265. Processo : 1.35.0000.001066/2010-26 Voto: 3620/2011 Origem: PR/SE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Suposta prática do crime de sonegação tributária definido no art. 2º, inciso I, da Lei n. 8.137/92. Revisão de arquivamento. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Indevida duplicidade de feitos. *Bis in idem*. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

266. Processo : 1.35.000.002071/2010-56 Voto: 3621/2011 Origem: PR/SE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça de Informação. Suposta prática do crime de sonegação previdenciária definido no art. 337-A, do Código Penal. Revisão de arquivamento. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Indevida duplicidade de feitos. *Bis in idem*. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

267. Processo : 1.25.002.001489/2010-72 Voto: 3622/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Representação fiscal para fins penais. Comercialização de CD's falsificados provenientes do Paraguai. Possível crime de violação de direito autoral, previsto no art. 184 do Código Penal. Atribuição do Ministério Público Estadual. Existência de inquérito policial que apura o mesmo fato e que já fora declinado ao Ministério Público do Estado do Paraná. Aplicação do princípio do *ne bis in idem*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

268. Processo : 1.15.000.002152/2010-49 Voto: 3623/2011 Origem: PR/CE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades verificadas em obras de reforma e ampliação de postos de saúde relativas a convênio celebrado entre o Município de Maracanaú-CE e o Ministério da Saúde. Aprovação das contas por parte do Tribunal de Contas da União. Ausência de indícios suficientes de dano ao erário que justifiquem o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

269. Processo : 1.13.000.000408/2007-52 Voto: 3624/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Representação fiscal para fins criminais. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (CP, art. 168-A). Revisão de arquivamento. Quitação integral da dívida. Incidência do art. 9º, § 2°, da Lei nº 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

270. Processo : 1.11.000.001266/2009-87 Voto: 3625/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90). Revisão de arquivamento. Diligências realizadas pelo MPF. Ausência de indicação fática precisa e de elementos probatórios mínimos a justificar o regular exercício de qualquer demanda no âmbito criminal. Ademais, em atendimento à requisição ministerial, a Receita Federal informou não existir nenhum procedimento fiscal em nome dos supostos infratores. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

271. Processo : 1.23.000.000927/2010-70 Voto: 3626/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Denúncia via *internet* noticiando suposta ocorrência de crimes previdenciários praticados, em tese, por instituição de ensino superior (CP, artigos 168-A e 337-A). Revisão de arquivamento. Diligências. Ausência de elementos mínimos a justificar o início da persecução penal, em especial a identificação da instituição a ser investigada. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

272. Processo : 1.03.000.000056/2011-68 Voto: 3627/2011 Origem: PRR/3ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo oriundo de representação formulada por advogado que teve ação penal instaurada contra si, a pedido de uma Procuradora da República. Suposto crime de denunciação caluniosa previsto no art. 339 do Código Penal. Revisão de arquivamento. Aduz o representante que a autora da suposta denunciação caluniosa foi movida por inimizada 'capital' existente entre ele e a Procuradora. Não se depreende dos fatos que a representada agiu motivada por espírito de vingança nascida de inimizada, ao oferecer a *noticia criminis* em face da de conduta do ora representante. Verifica-se mero exercício de direito de petição pela autoridade representada, que partiu de um exame razoável acerca da conduta do advogado, tida supostamente por ilícita. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

273. Processo : 1.29.003.000347/2010-39 Voto: 3628/2011 Origem: PRM/Novo Hamburgo-RS
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, consistente no descumprimento de ordem judicial para indicação de endereço onde se encontrava um automóvel, para fins de busca e apreensão. Ordem judicial proferida com previsão de aplicação de pena de multa, em caso de descumprimento. Impossibilidade de se configurar o delito de desobediência quando existir previsão de sanção de natureza civil, processual civil ou administrativa. Precedentes do STJ. Atipicidade da conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

274. Processo : 1.33.001.000110/2010-45 Voto: 3629/2011 Origem: PRM/Blumenau-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência, previsto no art. 330 do Código Penal, consistente no descumprimento de ordem judicial. Ordem recebida por outra pessoa diversa do destinatário. Ausência de inequívoco e induvidoso conhecimento sobre a determinação judicial. Inexistência de indícios de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

275. Processo : 1.01.004.000175/2009-31 Voto: 3630/2011 Origem: PRR/1ª Região
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível ilícito ocorrido durante oitiva de testemunha em audiência na Justiça do Trabalho. Suposta distorção de depoimento prestado durante a audiência. Conduta atribuída à Juíza do Trabalho que presidiu o feito. Inexistência de elementos informativos aptos a demonstrar a prática de ilícito penal por parte da Magistrada. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

276. Processo : 1.00.000.003958/2011-68 Voto: 3631/2011 Origem: PR/RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de corrupção eleitoral, previsto no art. 299 do Código Eleitoral. Suposto oferecimento de vantagem para captação de votos. Promessa genérica, sem vinculação a pedido de votos, nem individualização de vantagem indevida. Divulgação de promessa na plataforma de campanha eleitoral do candidato. Ausência de materialidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

277. Processo : 1.15.000.000176/2010-63 Voto: 3632/2011 Origem: PR/CE
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta ocupação irregular de imóvel financiado pelo Sistema Financeiro de Habitação - SFH. Possível crime de esbulho possessório contra o SFH, previsto no art. 9º da Lei nº 5.471/71. Imóvel que era de propriedade da Empresa Gestora de Ativos - EMGEA e que fora posteriormente alienado a terceiros. Informações que demonstram o fato de a investigada não se encontrar mais no imóvel esbulhado. Ausência de elementos que justifiquem o prosseguimento do feito, principalmente ao se considerar a excludente de culpabilidade prevista no art. 9º, § 2º da mesma lei, relativa à desocupação do imóvel esbulhado. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

278. Processo : 1.33.004.000132/2009-41 Voto: 3633/2011 Origem: PRM/Joaçaba-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades administrativas praticadas por médico que atuava como perito judicial em processos previdenciários. Apesar de inscrito no respectivo conselho profissional, o investigado não registrou o certificado de suas especializações, necessárias para o exercício de atividades específicas. Irregularidades administrativas incapazes de caracterizar a prática de infração penal. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

279. Processo : 1.24.002.000163/2009-21 Voto: 3634/2011 Origem: PRM/Sousa-PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento Administrativo. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1°, VII, do DL n° 201/67, atribuído a ex-prefeito municipal que se omitiu na prestação de contas de recursos repassados ao Município pelo FNDE em face convênio. Revisão de arquivamento. Data final para prestação de contas: 31.12.2000. Prazo prescricional: 8 anos. Prescrição. Extinção da punibilidade (art. 1º, §1º, do DL nº 201/67 c/c art. 109, inc. IV, do CP). Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

280. Processo : 1.18.000.000858/2010-64 Voto: 3635/2011 Origem: PR/GO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Inquérito civil público. Suposta prática dos crimes tipificados nos artigos 10, I, da Lei n.º 8.429/1992 e 1º, III, do Decreto-Lei n.º 201/1967. Arquivamento homologado pela 5ª CCR. Prescrição da pretensão punitiva verificada. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

281. Processo : 1.12.000.000255/2006-08 Voto: 3636/2011 Origem: PR/AP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto extravio de CTPS por culpa do empregador. Mera infração administrativa que não configura ilícito penal. Existência de penalidade de natureza administrativa a ser imposta ao responsável, constante do art. 52 da CLT. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

282. Processo : 1.25.002.001828/2009-87 Voto: 3637/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal. Falso testemunho (art. 342, CP). Revisão de arquivamento. Depoimento que não influiu no deslinde da demanda na Justiça Trabalhista. A potencialidade do dano à administração da justiça é elemento constitutivo do delito. Ausência de justa causa para ação penal. Precedentes STJ, TRF1 E TRF3. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

283. Processo : 1.33.004.000096/2010-50 Voto: 3638/2011 Origem: PRM/Joaçaba-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de falso testemunho. Ausência de elementos que incidem a intenção dos investigados em mentir ou alterar a verdade dos fatos narrados. Ausência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

284. Processo : 1.34.001.002148/2010-15 Voto: 3639/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Possível crime de falsidade ideológica, previsto no art. 299 do Código Penal. Realização de declaração supostamente inverídica perante a Comissão de Valores Mobiliários, com o fim de obtenção de credenciamento. O investigado declarou que teria formação acadêmica de economista, porém, quando indagado sobre o seu diploma, informou que ainda não o havia adquirido pelo fato de ainda necessitar de complementação da carga horária faltante para obtenção do título. Ausência de potencialidade lesiva da conduta, tendo em vista que a simples declaração do investigado não teria aptidão para alterar a verdade sobre fato jurídico relevante, uma vez que a anexação do referido documento é imprescindível para tanto. Atipicidade material da conduta. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

285. Processo : 1.28.200.000006/2007-79 Voto: 3641/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de fraude em procedimento licitatório (art. 90 da Lei n° 8.666/93). Revisão de arquivamento. Fatos ocorridos em 2002. Considerando que a pena máxima em abstrato para a suposta infrações penal é de 4 anos de reclusão, verifica-se a prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos do art. 109, VI, do CP. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

286. Processo : 1.33.003.000045/2010-38 Voto: 3642/2011 Origem: PRM/Criciúma-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Possível crime de fraude à licitação, previsto no art. 90 da Lei nº 8.666/93. Procedimento instaurado a partir de dados constantes de outras peças de informações criminais que apuravam a participação combinada de duas empresas em licitação pública. Após o envio de ofício a todos os Municípios vinculados à PRM-Criciúma-SC, verificou-se que, nos únicos Municípios onde houve participação de alguma das referidas empresas, ela não venceu nenhum dos certames. Ausência de materialidade delitiva. Inexistência de outras providências a serem tomadas. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

287. Processo : 1.28.000.000275/2008-72 Voto: 3643/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Possíveis irregularidades em procedimento licitatório para aquisição de veículos, por meio de convênio celebrado com o FNDE. Contas aprovadas por meio de parecer do próprio órgão concedente. Objeto do convênio totalmente cumprido. Ausência de quaisquer indícios de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

288. Processo : 1.19.001.000176/2007-17 Voto: 3644/2011 Origem: PRM/Imperatriz-MA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo instaurado no âmbito da Procuradoria da República em Imperatriz-MA para adoção de providências preventivas e repressivas relacionadas a crimes praticados por meio da *internet* no mesmo Município. Adoção das devidas medidas preventivas. Ausência de providências repressivas a serem adotadas. Cumprimento do objetivo do procedimento. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

289. Processo : 1.23.000.002243/2008-98 Voto: 3645/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de Informação. Sonegação e apropriação indébita previdenciária (arts. 337-A e 168-A do CP, respectivamente). Revisão de arquivamento. MPF. Diligência. Pagamento integral do débito. Incidência do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção de punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

290. Processo : 1.24.000.001382/2005-14 Voto: 3646/2011 Origem: PR/PB
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Contribuinte. Prestação de declarações falsas às autoridades fazendárias que resultou em supressão de tributos. Crime contra a ordem tributária definido no art. 1º, I, da Lei 8.137/90. Revisão de arquivamento. Crédito tributário constituído. Pagamento integral da dívida. Aplicação do art. 9º, § 2º, da Lei 10.684/2003. Extinção da punibilidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

291. Processo : 1.28.200.000008/2006-87 Voto: 3648/2011 Origem: PRM/Caicó-RN
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na execução de obra pública financiada com recursos provenientes de convênio celebrado entre o Ministério da Saúde e o Município de CAICÓ/RN. Revisão de arquivamento. Aprovação das contas apresentadas pela municipalidade. Inexistência de indícios de conduta lesiva ao erário público. Atipicidade. Homologação do arquivamento, com remessa à Egrégia 5ª CCR para apreciação de matéria no âmbito de suas atribuições.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

292. Processo : 1.11.001.000228/2010-31 Voto: 3649/2011 Origem: PRM/Arapiraca-SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais oriundas de convênio celebrado com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Possível crime de responsabilidade cometido por ex-prefeito. Ocorrência de óbito do investigado. Extinção de punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

293. Processo : 1.22.010.000187/2010-90 Voto: 3650/2011 Origem: PRM/Ipatinga-MG
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas irregularidades na aplicação de verbas federais oriundas do FUNDEF. Possível crime de responsabilidade previsto no art. 1º, inc. III, do Decreto-Lei nº 201/67, cometido em tese por ex-prefeito municipal. Lapso prescricional de 8 (oito) anos, conforme previsão do art. 109, inciso IV do Código Penal, tendo em vista que a pena máxima para o referido delito é de 3 (três) anos. Fatos ocorridos no ano de 2000. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal no ano de 2008. Extinção de punibilidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

294. Processo : 1.30.917.001747/2008-23 Voto: 3651/2011 Origem: PRM/São João de Meriti-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta existência de rádio clandestina. Diligências empreendidas pelo *Parquet* no sentido de expedir ordem de missão de policial para averiguar as informações, antes da requisição de instauração de inquérito policial. Inexistência de quaisquer indícios sobre o funcionamento de rádio clandestina. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

295. Processo : 1.30.917.002190/2008-48 Voto: 3652/2011 Origem: PRM/São João de Meriti-RJ
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta existência de rádio clandestina. Diligências empreendidas pelo *Parquet* no sentido de expedir ordem de missão de policial para averiguar as informações, antes da requisição de instauração de inquérito policial. Inexistência de quaisquer indícios sobre o funcionamento de rádio clandestina. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

296. Processo : 1.33.001.000493/2010-51 Voto: 3654/2011 Origem: PRM/Blumenau-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório. Suposta prática do crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP). Revisão de arquivamento. Diligências. A Receita Federal noticiou a ausência de constituição definitiva dos créditos tributários relacionados aos fatos descritos nos autos. Ausência de elementos suficientes caracterizadores da materialidade do crime em questão. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

297. Processo : 1.34.001.000181/2010-19 Voto: 3655/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de maus-tratos e/ou tortura em face de preso perpetrados por policiais federais (art. 136 do CP e art. 1º, I, A, da Lei n. 9.455/97). Revisão de arquivamento. Diligências realizadas pelo MPF. Quando do interrogatório, o investigado já havia sido reconhecido por testemunha. Laudos oficiais sem registro de lesão corporal. Ausência de materialidade delitiva. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.
298. Processo : 1.00.000.014149/2010-09 Voto: 3656/2011 Origem: PR/TO
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CP). Revisão de arquivamento. Relatório de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego revela que as condições de trabalho, moradia e alimentação dos trabalhadores encontravam-se dentro dos padrões normais, subsistindo meras irregularidades trabalhistas que não amoldam ao tipo penal em questão. Falta de justa causa. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.
299. Processo : 1.33.009.000037/2011-12 Voto: 3657/2011 Origem: PRM/Caçador-SC
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peças de informação instauradas com base nos Relatórios de Fiscalização do Grupo de Trabalho especial de Fiscalização do Ministério do Trabalho. Supostos crimes previstos nos artigos 149 e 297, §4º, ambos do Código Penal e artigo 56 da Lei n. 9.605/98, imputados a duas sociedades empresárias. Revisão de arquivamento. Diligências. Abertura de inquéritos policiais em desfavor de uma das sociedades. *Bis in idem*. Quanto à outra sociedade, verificou-se apenas ocorrência de pequenas irregularidades que não chegam a enquadrar o fato como criminoso. Ausência de tipicidade. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.
300. Processo : 1.25.002.000014/2011-40 Voto: 3658/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal. Prática de transgressões disciplinares (art. 45, inc. VII, do anexo do Decreto nº 6.049/2007 - Regulamento Penitenciário Federal), atribuídas a detento de penitenciária federal. Promoção de arquivamento com esteio no princípio da intervenção mínima: a tutela penal deve ser a *ultima ratio* de forma a atuar apenas quando a conduta não for prontamente tratada por outro ramo do direito. Fato formalmente atípico. Homologação de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.
301. Processo : 1.25.002.000004/2011-12 Voto: 3659/2011 Origem: PRM/Cascavel-PR
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa criminal instaurada a partir de ofício encaminhado pela Penitenciária Federal de Catanduvas. Notícia da instauração de Procedimento Administrativo Disciplinar. Suposta falta disciplinar de natureza grave (art. 44, III, do Decreto nº 6.049/2007) praticada por interno. Conduta que não se amolda a qualquer tipo previsto no Código Penal ou na Lei nº 8.429/92. Ausência de elementos justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

302. Processo : 1.16.000.006348/2010-75 Voto: 3660/2011 Origem: PR/DF
303. Processo : 1.16.000.000090/2011-84 Voto: 3661/2011 Origem: PR/DF
304. Processo : 1.16.000.000702/2011-39 Voto: 3662/2011 Origem: PR/DF
305. Processo : 1.16.000.000700/2011-40 Voto: 3663/2011 Origem: PR/DF
306. Processo : 1.16.000.000990/2011-21 Voto: 3664/2011 Origem: PR/DF
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Peça informativa. Controle Externo da Atividade Policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal. Caso em que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringe-se ao objeto do inquérito policial em questão. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.
307. Processo : 1.16.000.001126/2010-66 Voto: 3665/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado a partir do desmembramento outras peças de informação que tinham como objetivo apurar a conduta de agentes da Polícia Federal relacionada à utilização indevida de suas carteiras funcionais. Sugestão apresentada pelo Procurador oficiante no sentido de se oferecer denúncia contra os agentes que praticarem tais ilícitos. Cumprimento total do objeto. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.
308. Processo : 1.23.000.001733/2007-96 Voto: 3666/2011 Origem: PR/PA
Relatora : Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para acompanhar a atividade do Departamento de Polícia Federal do Pará, no que tange ao cumprimento dos mandados de busca e apreensão, bem como interceptações telefônicas em curso de investigação criminal originados de requisição ministerial. Revisão de arquivamento. Diligências realizadas pelo MPF. Não há mais necessidade da continuidade deste procedimento administrativo, uma vez que o Departamento de Polícia Federal no Pará acatou as recomendações. Inexistência de qualquer irregularidade a ser apurada. Perda do objeto. Homologação do arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque.

Relatora: Dra. Mônica Nicida Garcia

PROCESSOS NÃO PADRÃO

309. Processo : 1.02.002.000005/2010-72 Voto: 1458/2011 Origem: PRR - 2ª REGIÃO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : REPRESENTAÇÕES OFERTADAS POR PROCURADOR DA REPÚBLICA NOTICIANDO FATOS RELACIONADOS À ATUAÇÃO DE JUIZ FEDERAL, SERVIDORA DA JUSTIÇA FEDERAL E ADVOGADOS QUE CARACTERIZAM, EM TESE, CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE, PREVARICAÇÃO, ENTRE OUTROS. ARQUIVAMENTO PREMATURO.
1. Trata-se oito representações, autuadas conjuntamente, apresentadas por Procurador da República em face de Juiz Federal, tendo em vista condutas ilegais e abusivas por parte desse magistrado, no exercício de suas funções, caracterizadoras, em tese, de crimes de abuso de autoridade e prevaricação, entre outros.
2. Houve requisição de instauração de inquérito em relação a condutas semelhantes, mas não em relação às condutas objeto do presente feito. Inocorrência de *bis in idem*.
3. Encaminhamento de notícia ao CNJ, em relação aos mesmos fatos, não afasta a necessidade da instauração de investigação para fins criminais. Diferentes esferas de responsabilidade.
4. Necessidade de prosseguimento da persecução penal, mediante a solicitação ao TRF- 2ª Região de instauração de inquérito policial.
5. Arquivamento prematuro, não homologado.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
310. Processo : 1.00.000618/2011-85 Voto: 1459/2011 Origem: VF/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. SUPOSTO CRIME DE APROPRIAÇÃO DE COISA HAVIDA POR ERRO DE OUTREM (169 DO CP). AUSÊNCIA DO DOLO. DISCORDÂNCIA. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar suposta prática do delito de apropriação de coisa havida por erro, capitulado no art. 169 do Código Penal.
2. Requerimento do arquivamento sob o argumento de ausência de dolo na conduta da investigada. Não verificada recusa por parte da investigada em efetuar a devolução dos valores sacados indevidamente, mas sim impossibilidade financeira em fazê-lo
3. Discordância pelo magistrado por entender existirem indícios de materialidade e de autoria do crime previsto no art. 169 do CP suficientes para o início da persecução penal. Presença do dolo na conduta da investigada uma vez que depois de ter ciência de que teria de devolver o excedente creditado por erro em sua conta, não o fez.
4. O delito do art. 169 do Código Penal exige para sua configuração a existência de dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de apropriar-se de coisa que chegou ao agente por erro.
5. Verifica-se a manifesta ausência de dolo na conduta da acusada, conforme exigido para a configuração do tipo penal, bem como a ocorrência de mera demanda cível com o fim de serem revertidos à Caixa Econômica Federal os valores cobrados indevidamente sacados.
6. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
311. Processo : 1.00.000.016153/2010-01 Voto: 1460/2011 Origem: PRM - BAURU/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ARTIGO 28 do CPP E ART. 62, INC. IV, DA LC n° 75/1993. DELITO INSCULPIDO NO ART. 260, I e IV DO CP. AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. DISCORDÂNCIA. NOVAS DILIGÊNCIAS. PELA DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar a ocorrência do delito previsto no art. 260, I e IV do CP, supostamente ocorrido durante movimento grevista dos trabalhadores de concessionária do serviço público
2.O Procurador da República oficiante pugnou pelo arquivamento do feito, alegando que, apesar de haver prova da materialidade do delito, em vista dos danos ocorridos na estrada de ferro, gerando evidente perigo de desastre ferroviário, não há possibilidade de se dizer quem procedeu os atos delituosos, nem estão presentes elementos suficientes para imputar tais ações aos sindicalistas ou grevistas, não havendo qualquer indício de individualização de qualquer ato de natureza criminosa por parte destes.
3. O Magistrado Federal entendeu prematuro o arquivamento do inquérito policial entendendo estarem presentes, nos autos, notícias de ameaças perpetradas contra maquinistas não aderentes à greve, divergência em depoimentos de testemunhas e pendência quanto ao resultado da perícia feita no local dos descarrilhamentos.
4. Da análise do conjunto probatório, vislumbra-se a necessidade de prosseguimento da investigação e de realização de diligências com o fito de esclarecer condutas e referências contidas no procedimento investigatório, estando, ainda , pendentes algumas diligências e apresentação de perícia, como bem salientou o magistrado. Por conseguinte, o arquivamento do presente inquérito mostra-se inapropriado e prematuro.
5. Voto pela designação de outro membro do Parquet Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
312. Processo : 1.33.002.000015/2011-12 Voto: 1461/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS SEM SELAGEM OBRIGATÓRIA. SUPOSTO CRIME DO ART. 293, § 1º, INC. III, ALÍNEA "B", DO CP. ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Mesmo que o crédito tributário constituído seja inferior a R$ 10.000,00, o Estado continua efetuando a "cobrança" dos valores, porém, na esfera administrativa, conforme reconhecido há muito pelos órgãos competentes. *Assim, não* há como preponderar o entendimento de que valores abaixo de R$ 10.000,00 são insignificantes penalmente porque não cobrados judicialmente, porquanto apenas momentaneamente não são cobrados.
2. Designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
313. Processo : 1.00.000.003440/2011-24 Voto: 1462/2011 Origem: PRM - RIO VERDE/GO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. PROVEDOR DE ACESSO À INTERNET. EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO SEM AUTORIZAÇÃO DA ANATEL. SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA QUE NÃO PRESCINDE DE AUTORIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME DO ART. 183 DA LEI N° 9.472/97. CRIME FORMAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de procedimento administrativo instaurado para apurar possível prática do crime de exploração clandestina de serviço de telecomunicação, consistente na viabilização de acesso à internet via rádio, sem autorização do órgão competente.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito, por entender que a inobservância da Resolução da ANATEL configura apenas infração administrativa, e não penal. Aduziu, ainda, que a intervenção punitiva somente deve ocorrer se houver prova da existência do
perigo concreto ao sistema de telecomunicações, o que efetivamente não ocorreu no presente caso.
3. O arquivamento mostra-se prematuro, uma vez que a prestação de serviço de acesso à *internet* é serviço de comunicação multimídia, que depende de autorização. A inexistência de autorização configura o crime previsto no art. 183 da Lei n° 9.472/97.
4. Designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

314. Processo : 1.15.000.002134/2009-23 Voto: 1463/2011 Origem: PRR - 5ª REGIÃO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : CONFLITO NEGATIVO DE ATRIBUIÇÕES ENTRE PROCURADORES REGIONAIS DA REPÚBLICA. ART. 62, VII, DA LC N.º 75/93. NÃO CONHECIMENTO DO CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. CRIME DE SONEGAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. ART. 337-A DO CP. INEXISTÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO ANTERIORMENTE PROPOSTO.
1. Conflito negativo de atribuições suscitado em razão de deliberação da 2ª CCR para o acompanhamento de procedimento fiscal a fim de que se pudesse verificar a existência, ou não, do crime de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A do CP).
2. Anterior pedido de arquivamento não homologado com fundamento no Enunciado nº 20 deste Colegiado. Revogado. Súmula Vinculante nº 24 do STF.
3. Voto pela revisão, de ofício, da decisão de fls. 279/280 para homologar o arquivamento de fls. 272/276, prejudicado o conflito de atribuições suscitado.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

315. Processo : 1.22.009.000201/2010-94 Voto: 1464/2011 Origem: VF/GOV. VALADARES/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. POSSÍVEL CRIME DE CONTRABANDO (ART. 334, § 1º, C, DO CÓDIGO PENAL). MÁQUINAS CAÇA-NÍQUEIS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA E ATIPICIDADE. INAPLICABILIDADE. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar o possível delito de contrabando, a partir da utilização de máquinas caça-níquel para exploração de jogos de azar.
2. O Procurador da República requereu o arquivamento com fundamento no princípio da insignificância, tendo em vista que os tributos não recolhidos são inferiores ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00).
3. O magistrado discordou do arquivamento proposto pelo MPF, por entender no sentido da inaplicabilidade do princípio da insignificância no caso, "eis que se refere a equipamentos utilizados na exploração de jogo de azar, havendo de prevalecer a desvalia da conduta que contrasta

com os padrões de comportamento socialmente exigidos," e não o baixo valor dos bens apreendidos.
4. Segundo entendimento que tem se firmado nesta 2ª Câmara, quando se trata de contrabando de equipamentos empregados na prática de jogo de azar, não se afigura possível a aplicação do princípio da insignificância, pois o bem jurídico tutelado é a incolumidade da administração e economia públicas, e o valor patrimonial dos bens apresenta apenas aspecto secundário.
5. Voto, então, pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

316. Processo : 1.00.000.002075/2011-31 Voto: 1465/2011 Origem: VF/MA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DOS DELITOS PREVISTOS NOS ARTS. 171, §3º, 313-A, 317, §1º, TODOS DO CP. DISCORDÂNCIA QUANTO AO ARQUIVAMENTO EM RELAÇÃO À CONDUTA DA SERVIDORA DO INSS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar a suposta fraude na concessão de benefício previdenciário, mediante inserção de dados falsos em sistema de informações do INSS.
2. O membro do MPF promoveu o arquivamento do presente feito em relação à servidora do INSS uma vez que esta servidora já foi indiciada em outros inquéritos policiais e responde por ações penais pela mesma fraude nas mesmas condições de tempo, lugar e maneira de execução, tornando-se desnecessária a inauguração de nova ação penal, já que, mesmo em caso de condenação, terão a seu favor a ficção jurídica do crime continuado.
3. O MM. Juiz Federal recebeu a denúncia em relação ao beneficiário da aposentadoria e discordou quanto ao pedido de arquivamento que diz respeito à servidora do INSS, por entender que caracterização da continuidade delitiva deve ser reservada à sentença, após regular instrução penal, quando se torna possível avaliar se houve crime continuado ou concurso material.
4. A existência de continuidade delitiva, no presente caso, não deve extinguir o processo, uma vez que seu eventual reconhecimento deverá ser analisado e considerado, se for o caso, em sede de execução penal. Precedente do STJ.
5. Voto pela designação de outro Membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal em relação à servidora do INSS.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

317. Processo : 1.33.002.000110/2009-00 Voto: 1466/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : REPRESENTAÇÃO CRIMINAL. POSSÍVEL CRIME CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÀRIA NOS AUTOS DE RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. A CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CREDITO TRIBUTÁRIO, NO CASO, É FEITA NA PRÓPRIA SENTENÇA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO PROPOSTO.
1. Representação criminal instaurada a partir de cópia de sentença proferida nos autos da Reclamação Trabalhista com o fito de investigar possível ausência de recolhimento da contribuição previdenciária.
2. Promoção do arquivamento com base na ausência de lançamento definitivo do crédito tributário.
3. No caso de sentença trabalhista, a constituição definitiva do crédito tributário é feita por meio da própria sentença (art. 43 da Lei 8.212.91), prescindindo de procedimento fiscal por parte Receita Federal. Precedente do STJ.
4. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

318. Processo : 1.25.002.002001/2010-24 Voto: 1467/2011 Origem: PRM - CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. ART. 334 E ART. 184 §2º, AMBOS DO CP. DESCAMINHO. REITERAÇÃO DA CONDUTA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. CONEXÃO ENTRE OS DOIS DELITOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO E DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES.
1. Peças informativas criminais. Delitos previstos nos arts. 334 e 184, § 2º, ambos do Código Penal. Posse de mercadorias de origem estrangeira desacompanhadas da documentação necessária à comprovação do ingresso regular dos produtos no país.
2. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Reiteração da conduta delituosa. Não homologação do arquivamento em relação ao crime de descaminho.
3. Violação de direito autoral. Crimes conexos. Competência da Justiça Federal para processo e julgamento dos dois delitos. Precedentes do STJ. Não homologação do declínio de atribuições.
4. Prosseguimento da persecução penal pelo Ministério Público Federal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

319. Processo : 1.25.005.000114/2011-46 Voto: 1468/2011 Origem: VF/LONDRINA/PR

320. Processo : 1.00.000.003261/2011-97 Voto: 1469/2011 Origem: VF/LONDRINA/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal.
2. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.
3. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
4. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

321. Processo : 1.25.005.000132/2011-28 Voto: 1470/2011 Origem: VF/LONDRINA/PR

322. Processo : 1.25.005.000187/2011-38 Voto: 1471/2011 Origem: VF/LONDRINA/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCAMINHO. TRIBUTOS NÃO-RECOLHIDOS ESTIMADOS EM VALOR ABAIXO DO PREVISTO NO ART. 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. REITERAÇÃO DA CONDUTA DELITIVA. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA.
1. Representação Fiscal para Fins Penais instaurada para apurar a prática, em tese, do crime de descaminho (art. 334 do Código Penal). Tributos não-recolhidos estimados em valor abaixo do previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002.
2. Notícia de que o investigado é "reincidente" na prática do delito de descaminho. Impossibilidade de aplicação do princípio da insignificância. Fato que não se revela penalmente irrelevante. Precedentes do STJ.
3. Prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

323. Processo : 1.27.000.000438/2010-79 Voto: 1472/2011 Origem: PR/PI
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. POSSÍVEL CRIME DE FRUSTRAÇÃO DE DIREITO ASSEGURADO POR LEI TRABALHISTA (ART. 203 DO CP). HOMOLOGAÇÃO DO ARQUIVAMENTO.
1. Procedimento Administrativo instaurado a partir de cópia dos autos do Inquérito Civil encaminhado pela Procuradoria Regional do Trabalho da 22ª Região, noticiando possível cometimento do crime de frustração de direito assegurado por lei trabalhista, descrito no artigo 203 do Código Penal (não recolhimento de FGTS a partir da edição de lei municipal que alterou o regime jurídico dos servidores públicos de celetista para estatutário).
2. O crime do artigo 203 do CP não prescinde da ocorrência de fraude ou violência. A edição de lei municipal que altera o regime dos servidores não caracteriza fraude.
3. Lei municipal editada em 2003. Mesmo que se entendesse ter sido essa edição fraudulenta, estaria coberta pela prescrição (art. 109, V, do CP).
4. Arquivamento homologado.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

324. Processo : 1.00.000.002610/2011-53 Voto: 1473/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO FEDERAL. USO PERANTE INSTITUIÇÃO ESTRANGEIRA. POTENCIALIDADE LESIVA EVIDENTE. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO. PROSSEGUIMENTO.
1. Conforme disposto no artigo 109, inciso IV, da Constituição Federal, a falsidade de certidão emitida por autarquia federal direciona à competência da Justiça Federal. STF - RE 468783.
2. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

325. Processo : 1.00.000.011198/2010-81 Voto: 1474/2011 Origem: JF/JACAREZINHO/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62-IV, DA LC N.º 75/93. SUPOSTO DELITO DO ARTIGO 171, §3° C/C ARTIGO 14, INCISO II, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1.Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar possível prática do delito capitulado no artigo 171, §3° c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal perpetrados, em tese, por advogado e sua cliente responsáveis por pleito judicial de concessão de salário-maternidade em face do INSS, sob alegação, supostamente fraudulenta, de exercício de atividade rural. 2.Arquivamento requerido por não terem sido reunidas provas de quaisquer irregularidades capazes de ensejar o exercício da competente ação penal.
3. Indeferimento do pedido pelo MM. Juiz Federal por entender que na instrução a situação poderá ser mais bem esclarecida.
4. O arquivamento do presente inquérito policial afigura-se inapropriado e prematuro diante da necessidade de esclarecimentos de referências e condutas constantes dos autos, bem como da possibilidade de os fatos descritos nos autos configurarem ilícitos penais, ao menos em tese, justificando-se o prosseguimento das investigações.
5. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para o prosseguimento da persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

326. Processo : 1.33.001.000408/2009-11 Voto: 1475/2011 Origem: VF/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C/ COM ART. 62, IV, DA LC 75/93. SUPOSTOS CRIMES DE FALSIDADE IDEOLÓGICA (ART. 299, CP) E CONTRA O ORDEM TRIBUTÁRIA (ART. 1º, DA LEI Nº 8.137/90) EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE MATERIALIDADE E AUTORIA. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. A promoção de arquivamento deve ocorrer apenas frente à ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva ou ainda a existência de crime. Não é, contudo, o caso dos autos.
2. Não cabe ao Ministério Público Federal dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitiva, como mostram os autos, por força dos princípios da obrigatoriedade da ação penal pública e do *in dubio pro societate*.
3. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

327. Processo : 1.00.000.015702/2010-12 Voto: 1476/2011 Origem: VF/C. DOS GOYTACAZES/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSIFICAÇÃO DE ATESTADO MÉDICO PARA OBTENÇÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA PERANTE INSS. SUPOSTO CRIME DO ART. 171, §3º c/c art. 14, II DO CP. FALSIFICAÇÃO DE CÓPIA. AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE LESIVA À FÉ PÚBLICA. CONDUTA ATÍPICA. ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar possível prática do crime previsto no artigo 171, §3º, c/c art. 14, II do Código Penal mediante apresentação de atestado médico falso.
2. Requerimento pelo Ministério Público Federal do arquivamento do feito sob o fundamento da atipicidade da conduta, uma vez que o atestado falso apresentado não foi capaz de induzir nem manter o INSS em erro porquanto o pedido de auxílio-doença foi indeferido não havendo
a mínima ameaça ao patrimônio da autarquia federal.
3. Indeferimento do pedido de arquivamento pelo Magistrado Federal sob o argumento de que o crime de uso de documento falso é autônomo em relação ao estelionato qualificado.
4. Conduta atípica, pois o documento apresentado não é o original.
5. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

328. Processo : 1.00.000.016499/2010-00 Voto: 1477/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CP C/C ART. 62, IV, DA LC nº 75/93. USO DE DOCUMENTO FALSO (ART. 304, DO CP) PARA OBTENÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. CONTRATO DE COMODATO FALSO OBJETIVANDO COMPROVAÇÃO ATIVIDADE RURAL. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO CRIMINAL.
1.Inquérito policial instaurado para apurar suposto delito prescrito no art. 304 do CP, consistente em apresentação de documento falso em Ação Reivindicatória de Aposentadoria por Idade praticado em detrimento do Instituto Nacional do Seguro Social.
2. Arquivamento proposto sob o fundamento de que o uso de documento falso não teve potencialidade para influir no deslinde da causa, haja vista que a benesse pretendida era uma vantagem devida, como ficou demonstrado pela sentença. Aplicação do princípio da consunção.
3. Discordância do magistrado sob o argumento de que se afastado está o crime de estelionato, não há que se falar em absorção do crime de falsidade. Assim, evidencia-se a necessidade do prosseguimento das investigações em relação aos crimes de falsificação de documento particular e de uso de documento falso.
4. Acolhendo os argumentos do magistrado, voto pela designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

329. Processo : 1.25.014.000025/2009-76 Voto: 1478/2011 Origem: VF/PATO BRANCO/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. FALSO TESTEMUNHO. ART. 342 DO CP. POTENCIALIDADE LESIVA DOS DEPOIMENTOS PRESTADOS. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL..
1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar suposta prática do delito de falso testemunho, capitulado no art. 342 do Código Penal. Testemunhos perante a Justiça Federal em feito que a autora pleiteava judicialmente a concessão de benefício previdenciário de salário maternidade, na qualidade de segurada especial, pelo exercício da atividade rural em regime de economia familiar.
2. Testemunhas que confirmaram a versão apresentada pela autora, posta em dúvida diante de depoimentos colhidos pelo INSS e por mandado de verificação *in loco*, determinado pelo magistrado e cumprido por Oficial de Justiça, a fim de obter elementos que pudessem dirimir as controvérsias que se apresentavam.
3. Falsidade que versou sobre circunstância juridicamente relevante, de modo que dificultou a atividade judiciária em sua finalidade de aplicar corretamente a lei. Possivelmente outro teria sido o desfecho do processo se nos autos não constassem informações colhidas pela parte ré.
4. Para configuração do crime de falso testemunho, não se exige a efetiva influência na decisão judicial. Basta a existência de potencialidade lesiva das declarações prestadas pela testemunha. Precedentes do STF e STJ.
5. A conduta se revestirá de potencialidade lesiva sempre que versar sobre fato juridicamente relevante e estiver apta a influir no deslinde do processo, o que se verificou no caso destes autos.
6. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

330. Processo : 1.25.002.002037/2010-16 Voto: 1479/2011 Origem: VF/CASCAVEL/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP. SUPOSTO CRIME DE FALSO TESTEMUNHO (ART 342 DO CP). AUSÊNCIA DE POTENCIALIDADE DE DANO AO DESLINDE DA QUESTÃO. INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Peça Informativa Criminal instaurada para apurar suposta prática do delito de falso testemunho, capitulado no art. 342 do Código Penal. Testemunha arrolada pela autora da demanda. Depoimento em desacordo com as declarações prestadas pela própria autora.
2. Arquivamento requerido pelo MPF ao argumento de que o depoimento pessoal da autora afastou, por completo, qualquer potencialidade lesiva que poderia decorrer da declaração da testemunha, que não foi hábil a interferir na decisão de mérito da causa, razão pela qual deve ser
reconhecida a atipicidade da conduta por ausência de potencialidade lesiva. Discordância do magistrado.
3. Para a configuração do crime em comento, a falsidade deverá recair sobre fato juridicamente relevante e pertinente ao objeto do processo de que se trate, e ter aptidão para influir no julgamento futuro. Sem potencialidade lesiva, o falso testemunho será um ato imoral, mas não antijurídico.
4. Voto pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

331. Processo : 1.00.000.003543/2011-94 Voto: 1480/2011 Origem: VF/CURITIBA/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DE ESTELIONATO (CP, ART. 171). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO FEDERAL. PERSECUÇÃO PENAL.
1. A conduta da investigada está consubstanciada na prática de crime de estelionato, previsto no art. 171 do CP, tendo obtido para si vantagem ilícita em detrimento da Seguridade Social ao induzir em erro a Caixa Econômica Federal e receber parcelas de seguro-desemprego.
2. O membro do MPF manifestou-se pelo arquivamento do feito pela aplicação do princípio da insignificância. O julgador indeferiu o pleito ao argumento de dizer respeito a matéria ao mérito da persecução penal.
3. *In casu*, diante dos elementos colacionados que evidenciam a autoria e a materialidade delitiva, impõe-se o prosseguimento da persecução penal, mostrando-se inapropriado o arquivamento do presente feito, considerando a inaplicabilidade do princípio da insignificância, haja vista não se dever considerar irrelevante o montante de R$ 3.062,71 obtido indevidamente, tampouco ser mínima a ofensividade da conduta ou inexpressiva a lesão jurídica que provoca dentro do contexto social.
4. Voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

332. Processo : 1.34.001.001061/2011-10 Voto: 1481/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL *NÃO* PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO.
1. A competência é da Justiça Federal, porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente, há contrariedade do entendimento por tal interpretação ao disposto no art. 109, VI, da CRFB.
2. A competência para julgar - todos - os crimes contra a organização do trabalho são da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.
3. Não homologação do declínio de atribuições e designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

333. Processo : 1.26.001.000156/2009-65 Voto: 1482/2011 Origem:PR/PETROLINA/JUAZEIRO/PE
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. FURTO QUALIFICADO PELA FRAUDE (ART. 155, §4º, II DO CP). DESVIO DE VALORES DEPOSITADOS EM CONTA BANCÁRIA DA CEF. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar eventual crime de furto qualificado (art. 155, § 4º,do CP) ocorrido em agência da Caixa Econômica Federal.
2. O Procurador oficiante declinou de suas atribuições em favor do Ministério Público estadual por considerar que o furto qualificado mediante fraude em detrimento de cliente de agência bancária praticada por um terceiro, sem qualquer vínculo com a empresa pública federal, e inexistindo qualquer lesão à União ou a suas entidades, falece competência à Justiça Federal para apreciar esses fatos e, por consequência, atribuição do Ministério Público Federal .
3. A competência é da Justiça Federal quando a conta lesada é mantida na Caixa Econômica Federal. Isso porque, ainda que a subtração tenha sido efetuada na conta corrente de particular, é certo que o crime atinge diretamente bens e interesses da Caixa Econômica Federal, pois o bem subtraído estava na posse da empresa pública federal, que, no caso, poderá ser impelida a ressarcir ao correntista o prejuízo sofrido e, ainda, ter sua credibilidade abalada.
4. Assim, voto pela não homologação do declínio e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

334. Processo : 1.28.200.000131/2010-84 Voto: 1483/2011 Origem: PRM - CAICÓ/RN

335. Processo : 1.22.002.000305/2003-30 Voto: 1484/2011 Origem: PR/MG

336. Processo : 1.12.000.000476/2008-30 Voto: 1485/2011 Origem: PR/AM
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. LEI 8.137/90. PARCELAMENTO DO DÉBITO. ARQUIVAMENTO. NÃO HOMOLOGAÇÃO. SOBRESTAMENTO.
1. O parcelamento do débito fiscal apenas suspende a pretensão punitiva do Estado, não extinguindo a punibilidade antes do total cumprimento da obrigação assumida pelo contribuinte. Redação dada pela Lei 10.684/03.
2. "A suspensão da pretensão punitiva com base no parcelamento do débito tributário através dos programas denominados REFIS e PAES não é causa para arquivamento do procedimento investigatório criminal ou do inquérito policial; mas sim, para sobrestamento da investigação, com comunicação à Câmara, independentemente de remessa dos autos, devendo estes permanecerem acautelados, para eventual prosseguimento da persecução penal, na hipótese de descumprimento do acordo, ou arquivamento formal, na hipótese de cumprimento do mesmo." (Enunciado nº 19, 2ª CCR/MPF).
3. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para acompanhar o pagamento integral do parcelamento e, em caso de descumprimento, prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

337. Processo : 1.00.000.015745/2010-06 Voto: 1486/2011 Origem: VF/APARECIDA DE GOIÂNIA/GO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C/ COM ART. 62, IV, DA LC 75/93. SUPOSTO CRIME DE PEDOFILIA (ART. 241 ECA). EXISTÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS. ARQUIVAMENTO PREMATURO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. A promoção de arquivamento deve ocorrer apenas frente à ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva ou ainda a existência de crime.
2. Não cabe ao Ministério Público Federal dispor da persecução penal se existentes indícios de autoria e materialidade delitivas, como mostram os autos, por força dos princípios da obrigatoriedade da ação penal pública e do *in dubio pro societate*.
3. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

338. Processo : 1.00.000.002178/2011-09 Voto: 1487/2011 Origem: VF/SOROCABA/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. VIOLAÇÃO DE DIREITOS AUTORAIS. VENDA DE FILMES, MÚSICAS E SERIADOS SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO AUTOR. ARTIGO 184, § 3º, DO CP. PEDIDO DE DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA PARA A JUSTIÇA ESTADUAL. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar a prática do crime de violação de direito autoral, previsto no art. 184, § 3º, do Código Penal consistente na venda de filmes, músicas e seriados sem a devida autorização do autor.
2. Pedido de declinação de competência em favor da Justiça Estadual, indeferido pelo Juiz Federal, com fundamento no artigo 109 inciso V da Constituição Federal, que estabelece de competência Federal "os crimes previstos em tratado ou convenção internacional, quando, iniciada a
execução no País, o resultado tenha ou devesse ter ocorrido no estrangeiro, ou reciprocamente".
3. Presente caso em que existem provas de visitantes do exterior em relação aos sites tidos como ilegais para baixarem arquivos. Atenção à Convenção de Berna para a Proteção de Obras Literárias e Artísticas foi ratificada pelo Brasil por meio do Decreto n° 75.699, de 06.05.75.
4. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

339. Processo : 1.00.000.013758/2010-32 Voto: 1488/2011 Origem: VF/PAULO AFONSO/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DENÚNCIA OFERECIDA. DIVERGÊNCIA ENTRE MAGISTRADO E MEMBRO DO MPF ACERCA DA CAPITULAÇÃO JURÍDICA DOS FATOS. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP. IMPOSSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO DA REMESSA.
1. O Procurador da República oficiante ofereceu denúncia conferindo aos fatos a capitulação jurídica do crime previsto no art. 70 da Lei 4.117/62, pela exploração não autorizada do espectro de radiofreqüência, razão pela qual, na mesma peça, ofereceu proposta de transação penal, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95.
2. O MM. Juiz Federal, antes de receber a denúncia, conferiu nova capitulação jurídica aos fatos narrados, enquadrando-os no art. 183 da Lei nº 9.472/62, e, assim, rejeitou a proposta de transação penal e remeteu os à 2ª CCR, nos termos do art. 28 do CPP, por analogia, c/c o art. 62,
IV, da LC nº 75/93, a fim de que se manifeste quanto à capitulação dos fatos.
3. O membro do MPF, quando oferece a denúncia, no gozo de sua prerrogativa da independência funcional, esgota a atividade do Ministério Público no que tange à propositura da ação penal, em observância ao princípio da obrigatoriedade da ação penal.
4. Ausente qualquer hipótese de arquivamento explícito ou implícito, à 2ª CCR/MPF, portanto, não é dado o poder de rever o conteúdo dessa manifestação e tampouco a incumbência de ser o revisor desse juízo de pertinência. Precedentes do STF e STJ.
5. Voto pelo não conhecimento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

340. Processo : 1.30.002.000085/2001-19 Voto: 1489/2011 Origem:PRM-C. DOS GOYTACAZES/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS. AREIA. ART. 55 DA LEI 9.605/98. ART. 2º, CAPUT, DA LEI 8.176/91. CONCURSO FORMAL. DESNECESSIDADE DE SER A MATÉRIA-PRIMA ASSOCIADA MEDIATA OU IMEDIATAMENTE A COMBUSTÍVEIS. PELA DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA DAR CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. Pelo disposto na legislação pátria, se o acusado, sem a devida autorização dos órgãos competentes, extrair recursos minerais, acarretará prejuízo ao meio ambiente (art. 55 da Lei nº 9.605/98) e estará, igualmente, usurpado bem do patrimônio da União (art. 2º da Lei nº 8.176/91,
lesando assim, a ordem econômica.
2. O Procurador da República oficiante pugnou pelo arquivamento do feito, ao argumento de que o art. 2º da Lei nº 8.176/91 não pode ser interpretado isoladamente, uma vez que a mencionada lei trata do Sistema Nacional de Combustíveis, devendo, portanto, onde se lê matéria-prima inferir-se tratar de matéria-prima destinada a produção de combustíveis. O Juízo Federal entendeu diversamente, concluindo que a ementa da referida norma fala em crimes contra a ordem econômica e não em crimes contra a produção de combustíveis. Ressaltou, entrementes, que a questão "sobre *o conceito de matéria-prima, como elemento cognitivo de aferição conceitual, pode vir a ser objeto de discussão nos autos, podendo até mesmo ser eventualmente acolhido em sentença, que, por sua vez, pode chegar a promover alteração do entendimento dado à matéria pela derrubada de precedentes que não examinaram a questão sob este ângulo"*.
3. Da leitura dos dispositivos legais aludidos, constata-se que ambos vinculam-se à exploração de minerais (matéria-prima) sem a autorização/licença competente, ou fora dos limites desta. Assim, se forem extraídos, sem a devida autorização dos órgãos competentes, recursos
minerais, acarretará prejuízo ao meio ambiente (art. 55 da Lei 9.605/98) e estará, igualmente, usurpando bem do patrimônio da União (art. 2º da Lei nº 8.176/61) lesando, assim, a ordem econômica.
4. Os dispositivos legais não exigem, a fim desconfigurar a ocorrência típica, que a matéria-prima a ser explorada ilegalmente tenha como objeto os materiais que mediata ou imediatamente se associam à ideia de combustível.
5. Ademais, a lei que trata de crimes contra a ordem econômica, sendo que no caso dos autos é o referido art. 2º, prevê condutas que venham a usurpar, sem a autorização devida as matérias-primas, sem especificá-las, pertencentes a União.
6. Voto pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

341. Processo : 1.33.001.000119/2010-56 Voto: 1490/2011 Origem: PRM - BLUMENAU/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. SUPOSTO CRIME AMBIENTAL. LAVRA IRREGULAR DE SAIBRO POR MUNICÍPIO. APLICAÇÃO EM OBRAS PÚBLICAS. DELITO PREVISTO NO ART. 55, DA LEI Nº 9.605/98. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. IMPERTINÊNCIA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. DELITO AMBIENTAL CONEXO A CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO DA UNIÃO. ATRIBUIÇÃO DO MPF PARA OFICIAR NO FEITO. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO PARQUET FEDERAL.
1. Procedimento investigatório criminal instaurado com o fito de apurar o suposto cometimento de crime ambiental, consistente na extração irregular de saibro por município com aplicação dos recursos em obras públicas.
2. Declínio de atribuições sob o argumento de que o Decreto-Lei 227/67, que tem status de lei federal, permite a extração de substâncias minerais pela Administração Direta para utilização imediata em obras públicas afastando, assim, o dano a bem da União.
3. Considerando o que dispõe o art. 20, inciso IX, bem como o art. 176, da CF/88, os recursos minerais, inclusive os do subsolo, pertencem à União e sua exploração depende da autorização ou concessão do referido ente de Direito Público interno.
4. A conduta delitiva narrada nos autos, além de encontrar adequação típica no art. 55, da Lei 9.605/98, também se amolda ao tipo do art. 2º, da Lei 8.176/91 (crime contra o patrimônio da União, na modalidade usurpação). Inaplicabilidade do princípio da especialidade. Concurso formal de crimes. Competência de Justiça Federal ante a flagrante lesão a bem da União, bem como pelo que estabelece a Súmula de nº 122, do STJ.
5. Declínio não homologado.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

342. Processo : 1.33.001.000210/2008-57 Voto: 1491/2011 Origem: PRM - BLUMENAU/SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇAS DE INFORMAÇÃO. SUPOSTO CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA PREVIDENCIÁRIA (ART. 168-A DO CP). PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO. INEXISTÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO. REVOGAÇÃO DO ENUNCIADO 20 DESTA CÂMARA. IMPROCEDÊNCIA. ENUNCIADO 20 NÃO SE APLICA AO CASO. CRIME FORMAL. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. INAPLICABILIDADE DO ART. 83, DA LEI N. 9.430/96. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento investigatório criminal instaurado para apurar eventual crime de apropriação indébita previdenciária, previsto no artigo 168-A do Código Penal.
2. Promoção do arquivamento tendo como argumento a revogação do Enunciado nº 20 desta Câmara e o precedente deste Colegiado. Crédito tributário ainda não constituído definitivamente.
3. Enunciado 20 não se aplica ao delito insculpido no art. 168-A do Código Penal. Precedente mencionado que trata-se de posição isolada não sendo o atual entendimento desta Câmara
4. No que diz respeito à constituição do crédito tributário, quanto ao crime de apropriação indébita previdenciária, esta 2ª CCR vem se manifestando no sentido de que referido delito não depende, diferentemente dos crimes tributários materiais, da apuração prévia em procedimento administrativo, com o esgotamento da via administrativa. Precedente do STF.
5. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

343. Processo : 1.25.005.000213/2011-28 Voto: 1492/2011 Origem: VF/LONDRINA/PR
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Crime de descaminho, previsto no artigo 334 do Código Penal.
2. Inexpressiva ofensa ao bem jurídico tutelado, considerando como parâmetro, para tal fim, o valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) previsto no art. 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002, alterado pela Lei nº 11.033/2004.
3. Não reincidência delitiva.
4. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
5. Insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

344. Processo : 1.00.000.004149/2011-73 Voto: 1493/2011 Origem: VF/JUIZ DE FORA/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART 28, CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. CRIME PREVISTO NO ART. 1º, DO DECRETO-LEI Nº 201/67. AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE. INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática de crime previsto no art. 1º do Decreto-lei nº 201/67.
2. Diligências procedidas junto ao *Tribunal de Contas da União*, à *Controladoria Regional da União no Estado de Minas Gerais*, à Câmara Municipal e ao "portal da transparência", que não identificaram qualquer irregularidade, de modo a não demonstrar indícios mínimos da materialidade delitiva.
3. Injustificável prosseguimento das investigações, ressalvada a possibilidade prevista no art. 18 do CPP.
4. Insistência no arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

345. Processo : 1.00.000.004321/2011-99 Voto: 1494/2011 Origem: VF/BELO HORIZONTE/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : EXTRAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS. AREIA. ART. 55, DA LEI 9.605/98 E ART. 2° DA LEI 8.176/91. ARQUIVAMENTO REQUERIDO COM FUNDAMENTO DA AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE DELITIVA. IMPROCEDÊNCIA. PRESCRIÇÃO DO CRIME AMBIENTAL. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO *PARQUET* FEDERAL PARA A DENÚNCIA EM RELAÇÃO AO CRIME DO ART. 2° DA LEI 8.176/91.
1. Termo Circunstanciado instaurado para apurar os delitos previstos no art. 55, da Lei 9.605/98 e art. 2° da Lei n° 8.176/91, tendo em vista possível extração de recurso mineral (areia), sem a competente autorização.
2. Materialidade e autoria demonstradas. Arquivamento prematuro.
3. Prescrição do crime ambiental.
4. Designação de outro membro do Parquet Federal para a denúncia em relação ao crime do art. 2° da Lei n° 8.176/91.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

346. Processo : 1.00.000.004390/2011-01 Voto: 1495/2011 Origem: VF/PATOS DE MINAS/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC Nº 75/93. CRIME PREVISTO NO ART. 2º DA LEI N. 8.176/91. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NA PRESCRIÇÃO ANTECIPADA (VIRTUAL). INADMISSIBILIDADE. ENUNCIADO Nº 28 DESTA 2ª CCR. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Enunciado nº 28 desta 2ª CCR: *"Inadmissível o reconhecimento da extinção da punibilidade pela prescrição, considerando a pena em perspectiva, por ferir os primados constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e da presunção de inocência."*
2. Súmula 438 do STJ.
3. Designação de outro membro do MPF para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

347. Processo : 1.33.008.000185/2010-66 Voto: 1496/2011 Origem: PR/AL

348. Processo : 1.11.000.000053/2011-52 Voto: 1497/2011 Origem: PR/AL
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. INSERÇÃO DE DADOS NA CTPS (ART. 297, §3º, II, DO CÓDIGO PENAL). COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. ENUNCIADO 27 DESTA 2ª CÂMARA. NÃO HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL PELO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL.
1. Enunciado nº 27 desta 2ª CCR: "O processo e julgamento dos crimes previstos nos §§ 3º e 4º do art. 297 do Código Penal competem à Justiça Federal, por ofenderem a Previdência Social".
2. A Súmula 62, STJ, apresenta manifestos equívocos em sua origem, não se podendo aplicá-la nem de forma subsidiária ao caso.
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

349. Processo : 1.33.002.000079/2011-13 Voto: 1498/2011 Origem: PRM - CHAPECÓ / SC
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peça de Informação. Possível crime ambiental (art. 38 da Lei nº 9.605/98). Desmatar floresta nativa em propriedade privada, sem autorização do órgão ambiental competente. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

350. Processo : 1.00.000.003706/2011-39 Voto: 1499/2011 Origem: PRM - SANTARÉM/PA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental (Lei nº 9.605/98). Extração ilegal de madeira. Área não pertencente ao protegida pela União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

351. Processo : 1.34.001.006120/2009-13 Voto: 1500/2011 Origem: PR/MG
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito Policial. Possível uso de documento falso (CRMV) perante sociedade de economia mista visando a abertura de conta bancária. Aplicação da Súmula 42 do STJ. Precedentes. Ausência de interesse direto da União. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Púbico Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

352. Processo : 1.30.020.000029/2011-20 Voto: 1501/2011 Origem: PRM - SÃO GONÇALO/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peça de informação. Suposto crime ambiental. Manter em cativeiro 03(três) aves da fauna silvestre (02 coleiros e 01 canário-da-terra) sem a devida autorização. Espécies não ameaçadas de extinção. Ausência de atribuição do *Parquet* Federal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

353. Processo : 1.34.001.001133/2011-11 Voto: 1502/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possível crime de violação de direito autoral (art. 184, § 2º, CP). Ausência de indícios da transnacionalidade da conduta ou conexão com delito que cause ofensa a bens, serviços ou interesse da União. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Púbico Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

354. Processo : 1.14.004.000086/2007-74 Voto: 1503/2011 Origem: PR/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Representação criminal. Possível crime de violação de direito autoral de programa de computador (art. 12 da Lei nº 9.609/98). Ausência de indícios da transnacionalidade da conduta ou conexão com delito que cause ofensa a bens, serviços ou interesse da União. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Púbico Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

355. Processo : 1.20.000.002196/2010-17 Voto: 1504/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível conflito possessório, ameaça e crimes ambientais em município. Diligências. Perícia. Área não inserida entre as pertencentes à União e não cadastrada na base do INCRA. Delitos ambientais se deram em áreas privadas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

356. Processo : 1.19.002.000005/2011-56 Voto: 1505/2011 Origem: PRM - CAXIAS/MA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possível desvio de verbas de Fundo Municipal de Previdência. Verbas não oriundas de repasse da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Púbico Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

357. Processo : 1.15.000.000118/2011-11 Voto: 1506/2011 Origem: PR/CE
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Supostos delitos insculpidos nos arts. 7º, IX da Lei nº 8.137/90 e art. 272, §§ 1º-A e 1º, do CP. Fabricar e comercializar produto, vinho branco de mesa seco, em desacordo com os padrões de identidade e qualidade para Carbono C3. Substituição da matéria-prima. Inobservância dos padrões estabelecidos pelo MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Após voto da Relatora, pediu vista dos autos a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge. A Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos aguarda para proferir o voto.

358. Processo : 1.19.000.000205/2011-29 Voto: 1507/2011 Origem: PR/MA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Supostos crimes de tortura e abuso de autoridade praticados por policial militar. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

359. Processo : 1.30.010.000010/2011-01 Voto: 1508/2011 Origem: PRM - VOLTA REDONDA/RJ
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Suposto crime ambiental. Art. 29, § 1º , III da Lei 9.605/98. Manter em cativeiro animal da fauna silvestre sem a devida autorização da autoridade competente. 01 (um) Tico tico (*Zonotrichia capenisis*) e 01 (um) Coleiro Papa-capim (*sporophila caerulescens*). Espécies não ameaçadas de extinção. Ausência de atribuição do *Parquet* Federal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

360. Processo : 1.34.004.000493/2011-75 Voto: 1509/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Suposto crime praticado contra pessoa idosa. Art. 96 da Lei nº 10.741 (estatuto do idoso). Dificultar o acesso de idoso à passagem aérea. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

361. Processo : 1.00.000.004331/2011-24 Voto: 1510/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito policial. Possível falsificação de assinatura em processo de pagamento realizado por prefeitura municipal. Recibo de pagamento referente à locação de um imóvel residencial com assinatura do beneficiário falsificada. Cheque referente ao pagamento descontado em conta corrente do Banco do Brasil/SA. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

362. Processo : 1.14.001.000103/2009-65 Voto: 1511/2011 Origem: PRM - ILHÉUS/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito policial. Possível crime de esbulho possessório com violência, furto qualificado e peculato. Possível participação de servidor lotado no INCRA. Diligências. Inexistência de participação de servidor da Autarquia ou qualquer servidor público federal. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

363. Processo : 1.20.000.001091/2009-07 Voto: 1512/2011 Origem: PR/MT
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de esbulho possessório com grave ameaça. Imóvel de propriedade particular. Ameaças praticadas por particular contra particular. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

364. Processo : 1.34.001.000371/2011-17 Voto: 1513/2011 Origem: PR/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação. Possível crime de preconceito (artigo 20, caput, da Lei nº 7.716/89). Veiculação de conteúdo pela internet, por meio do *site* YouTube, que incitava a morte dos homossexuais. Tipo penal que não abrange condutas discriminatórias em relação aos homossexuais. Conduta que pode caracterizar incitação ao crime (art. 286 do Código Penal). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão :

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS E DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

365. Processo : 1.00.000.003712/2011-96 Voto: 1514/2011 Origem: PRM - EUNÁPOLIS/BA
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Inquérito policial. 1) Possíveis crimes contra o ordem tributária (Lei 8137/90), falsificação de documento particular (art. 298,CP), falsidade ideológica (art. 299,CP), uso de documento falso (art. 304, CP) e estelionato (art. 171, CP). Suposta utilização fraudulenta de nome de terceiros para a constituição de empresa. Apresentação de documentos falsos à Junta Comercial. 2) Receita Federal que informou a inexistência de procedimentos fiscais. Ausência de justa causa para a continuidade das investigações no que concerne especificamente aos crimes contra a ordem tributária. Arquivamento. 3) Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal quanto à falsidade documental. Precedente do STJ (CC 81.261/BA, DJe 16/03/2009). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

366. Processo : 1.34.003.000087/2011-12 Voto: 1515/2011 Origem: PRM - BAURU/SP
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo instaurado para investigar os seguintes delitos: 1) Sonegação de tributos (art. 1º da Lei 8.137/90 e art. 337-A do CP). Inexistência de constituição definitiva do crédito. Súmula vinculante nº 24 do STF. Arquivamento. 2) Crime de estelionato praticado em desfavor de Sociedade de Economia Mista. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

367. Processo : 1.01.004.000145/2010-68 Voto: 1516/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possíveis ilícitos cometidos por prefeito. 1) Crime ambiental. Danificar 8,913 ha de vegetação nativa em área considerada de preservação permanente (nascente). Art. 50 da Lei nº 9.605/98. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Declínio. 2) Descumprimento de embargo lavrado pelo IBAMA relacionado com o crime ambiental em apuração. Suposto crime de desobediência (art. 330 do CP). Aplicação de multa cível-administrativa. Ausência de ressalva expressa quanto à possibilidade de aplicação cumulativa de sanção penal. Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

368. Processo : 1.01.004.000091/2009-05 Voto: 1517/2011 Origem: PRR - 1ª REGIÃO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento de acompanhamento criminal. Ação penal e inquérito em curso na Justiça Federal de Porto Velho/RO. Acompanhamento a ser realizado pelo sistema PUSH. Ausência de justa causa para o prosseguimento destes autos. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

369. Processo : 1.18.000.001959/2010-52 Voto: 1518/2011 Origem: PR/GO
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Procedimento investigatório criminal instaurado para apurar a suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 337-A e 168-A, ambos do CP, perpetrados, em tese, por Presidente de Câmara Municipal. Deixar que de repassar à Autarquia Previdenciária tanto as contribuições descontadas dos servidores quanto à contribuição patronal. Ausência de indícios. Diligências. Receita Federal informa não haver indícios que justifiquem a imediata abertura de ação fiscal. Em razão da pequena dimensão fiscal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

370. Processo : 1.28.000.000280/2011-81 Voto: 1519/2011 Origem: PR/RN
Relatora : Dra. Mônica Nicida Garcia
Ementa : Peças de informação instaurada para apurar o arrombamento de agência dos Correios em Coronel Ezequiel/RN. Existência de inquérito policial que apura os mesmos fatos. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

371.	Processo	:	1.15.000.002133/2010-12	Voto: 1520/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo instaurado a partir de e-mail. 1) Interessado que pretende reabrir ação penal transitada em julgado. Impossibilidade. Aplicação do princípio do "*ne bis in idem*". 2) Suposta ausência de recolhimento de FGTS. A ausência de depósito dos valores de FGTS na conta vinculada do empregado não é crime, pois não há descontos. Trata-se de obrigação do empregador, não do empregado. Fato atípico. Existência de litígio no âmbito da Justiça do Trabalho. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
372.	Processo	:	1.22.009.000199/2010-53	Voto: 1521/2011	Origem: PRM-GOV. VALADARES/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças Informativas Criminais. Possíveis condutas típicas perpetradas por policiais militares em face de policiais rodoviários federais. Diligências. Oitiva de testemunhas. Ausência de indícios suficientes de autoria e materialidade. Sindicância instaurada pela Polícia Militar arquivada por insuficiência de provas. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
373.	Processo	:	1.01.004.000056/2009-88	Voto: 1522/2011	Origem: PRR - 1ª REGIÃO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Notícia anônima. Possíveis irregularidades em contas bancárias do Banco do Brasil supostamente perpetradas por prefeito municipal. Ausência de indícios de crime justificadores do prosseguimento das investigações no âmbito do Ministério Público Federal. Remessa de cópias ao Banco Central do Brasil, Ministério da Fazenda, Ministério Público Estadual, entre outros. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
374.	Processo	:	1.25.002.000031/2011-87	Voto: 1523/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
375.	Processo	:	1.25.002.000251/2011-19	Voto: 1524/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
376.	Processo	:	1.25.002.002213/2010-10	Voto: 1525/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
377.	Processo	:	1.25.003.014823/2010-48	Voto: 1526/2011	Origem: PRM - CASCAVEL/PR
378.	Processo	:	1.33.002.000059/2011-42	Voto: 1527/2011	Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
379.	Processo	:	1.33.002.000068/2011-33	Voto: 1528/2011	Origem: PRM - CHAPECÓ/SC
380.	Processo	:	1.27.000.000368/2011-30	Voto: 1529/2011	Origem: PR/PI
381.	Processo	:	1.00.000.004516/2011-39	Voto: 1530/2011	Origem: PRM - TABATINGA/AM
382.	Processo	:	1.00.000.004665/2011-06	Voto: 1531/2011	Origem: PRM - TABATINGA/AM
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Representação Fiscal para fins penais. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
383.	Processo	:	1.23.000.001682/2009-64	Voto: 1532/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime de desobediência. Art. 330 do CP. Descumprimento de ordem judicial. Ausência de dolo. O crime de desobediência exige o dolo de desobedecer. Não constatada, no caso, a intenção de descumprir a ordem judicial. Atipicidade Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
384.	Processo	:	1.00.000.012359/2010-54	Voto: 1533/2011	Origem: PRE/MA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. *Notitia criminis* apresentada pela Coligação "O Maranhão Não Pode Parar" anunciando a prática de crimes eleitorais contra a honra, perpetrados, em tese, por Coligação adversária. Propaganda eleitoral ofensiva à honra da candidata à reeleição para o governo do Estado do Maranhão. Analisado CD-ROM, juntado aos autos, verificou-se ausência de mídia correspondente à degravação feita. Conteúdo não tem nexo com os fatos relatados. Fatos narrados não revelam, em tese, adequação típica aos elementos subjetivos do delitos tipificados no art. 323, 324 e 325 do Código Eleitoral. As expressões usadas são típicas do certame eleitoral. Atipicidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
385.	Processo	:	1.29.008.000358/2010-79	Voto: 1534/2011	Origem: PRM - SANTA MARIA/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento Administrativo Cível instaurado a partir de representação para apurar possível falta de fiscalização pela Polícia Rodoviária Federal de motoristas que saem da casa noturna "Corujão", em Santa Maria/RS, tanto pela BR 158, quanto pela estrada do Perau. Proprietário da casa noturna estaria oferecendo transporte aos clientes a fim de desviá-los da ação da PRF. Diligências. Não verificada inércia na atuação da PRF, nem necessidade de novas diligências. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
386.	Processo	:	1.29.003.000256/2010-01	Voto: 1535/2011	Origem: PR/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal instaurado a partir de termo de declarações prestado por cidadão não identificado que noticiou possível fraude contra a Receita Federal, consistente no envio de declarações de imposto de renda falsas, com o suso de CPF de "laranjas", para obtenção de valores indevidos a título de restituição desse tributo. Informações prestadas pela Delegacia da Receita Federal. Ausência de indícios de crime justificadores do prosseguimento das investigações. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
387.	Processo	:	1.22.006.000003/2011-31	Voto: 1536/2011	Origem: PRM - PARACATU/MG
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Inquérito Policial. Supostos crimes de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Ausência de elementos suficientes da autoria delitiva. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
388.	Processo	:	1.15.000.001717/2010-71	Voto: 1537/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Informação acerca do paradeiro de preso foragido de cadeia pública que, supostamente, estaria hospitalizado. Diligências. Polícia Federal. Não encontrado, no hospital indicado, paciente internado com o nome do preso foragido. Ausência de informações sobre outros locais aonde o preso pudesse estar escondido. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
389.	Processo	:	1.33.001.000090/2010-11	Voto: 1538/2011	Origem: PRM - BLUMENAU/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Possível crime de prevaricação (art. 319 do CP) perpetrados, em tese, por servidores do INSS. Irregularidades no procedimento de obtenção de cursos para segurados reabilitados, em gozo de auxílio-doença. Diligências. Irregularidades nos procedimentos que não configuram crime. Ausência de elemento subjetivo do injusto (*satisfazer interesse ou sentimento pessoal*). Atipicidade. Extraídas cópias e determinada autuação como procedimento administrativo na PRM de Blumenau/SC, para prosseguimento no âmbito civil (tutela coletiva). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
390.	Processo	:	1.30.917.001969/2008-46	Voto: 1539/2011	Origem: PRM-SÃO JOÃO DE MERITI/RJ
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo instaurado a partir de notícia da exìstência de emissora clandestina de radiodifusão. Ordem de missão policial que constatou que a referida rádio possui autorização de funcionamento pela ANATEL. Atipicidade. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
391.	Processo	:	1.17.000.001058/2005-31	Voto: 1540/2011	Origem: PR/ES
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Suposto crime contra a ordem tributária (Art. 1º, inciso II, da Lei nº 8.137/90). Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, § 2°, Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
392.	Processo	:	1.26.000.001798/2007-20	Voto: 1541/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possíveis crimes ambientais. 1) Provocar, de forma culposa, incêndio em cerca de 30m² de reserva biológica (art. 41, parágrafo único, da Lei 9.605/98). Pena máxima cominada de 1 (um) ano de detenção. Fato ocorrido em fevereiro de 2007. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, CP). Prescrição (art. 109, V, CP). 2) Uso de herbicida que provocou a morte de 4 (quatro) árvores da Mata Atlântica e vegetação rasteira. Conduta tipificada no art. 40 da Lei 9.605/98. Recomendações do ICMBio cumpridas integralmente. Plantio de 14 (quatorze) árvores das mesmas espécies das atingidas pelo fogo e pelo herbicida. Área afetada plenamente recuperada. Desproporcional a imposição de pena privativa de liberdade, uma vez que - não obstante o desvalor da ação, a lesão ao bem jurídico tutelado foi inexpressiva. Arquivamento homologado no âmbito da 4ª CCR/MPF. Arquivamento criminal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
393.	Processo	:	1.33.001.000216/2008-24	Voto: 1542/2011	Origem: PRM - BLUMENAU/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Representação Fiscal para Fins Penais. Suposta prática de sonegação de contribuição previdenciária (art. 337-A, do CP). Diligências empreendidas pelo MPF. Créditos tributários ainda estão pendentes de constituição definitiva. Natureza material do delito. Ausência de justa causa para o prosseguimento do feito. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
394.	Processo	:	1.23.000.001840/2008-03	Voto: 1543/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Informações referentes a diversos imóveis rurais situados no Estado do Pará, objeto de decisões em medida cautelar de sequestro e perdimento. Ordem ao INCRA para a regularização fundiária. PRPA que participa de grupo de trabalho que estuda a situação registral no Pará. Ausência de medida de caráter penal a ser adotada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
395.	Processo	:	1.26.001.000142/2010-85	Voto: 1544/2011	Origem:PRM-PETROLINA/JUAZEIRO/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal instaurado a partir de ação civil pública para responsabilização por atos de improbidade administrativa ocorridos durante a gestão de prefeito municipal. Utilização de recursos públicos para fins diversos daqueles estabelecidos no programa. Procedimento instaurado no momento em que o investigado não exercia o cargo de prefeito e sim de Deputado Estadual. Existência de outro procedimento investigatório criminal com o mesmo objeto. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
396.	Processo	:	1.14.009.000039/2008-61	Voto: 1545/2011	Origem: PR/BA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento de Administrativo. Recursos públicos federais repassados em razão de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Município. Não-constatação de irregularidades. Objeto do convênio atingido. Prestação de contas aprovadas. Ausência de indícios de crimes. Arquivamento homologado no âmbito da 5ª CCR/MPF. Arquivamento criminal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
397.	Processo	:	1.04.004.000122/2007-46	Voto: 1546/2011	Origem: PRR - 4ª REGIÃO
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento de Acompanhamento de Convênio. Recursos públicos federais repassados em razão de convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde e Município. Não-constatação de irregularidades. Objeto do convênio atingido. Prestação de contas aprovadas. Ausência de indícios de crimes. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
398.	Processo	:	1.34.001.006492/2010-83	Voto: 1547/2011	Origem: PR/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Suposto crime insculpido no art. 342 do CP. Divergências encontradas em três perícias. Na primeira, a divergência demonstra apenas a independência e autonomia dos peritos. A diversidade das conclusões deve-se ao fato de que a documentoscópia "*não pode ser realizada de forma cartesiana uma vez que não é uma ciência exata*". Na segunda, não foram apresentadas incongruências. Na terceira não houve nenhuma divergência. Não se vislumbram elementos probatórios mínimos da perpetração do crime de falsa perícia que possam ensejar o início da persecução penal. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

399.	Processo	:	1.29.003.000010/2011-11	Voto: 1548/2011	Origem:PRM - NOVO HAMBURGO/RS
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de Informação. Crime de falsidade ideológica (art. 299, CP). Petição direcionada a juiz do trabalho. Ausência de informação falsa capaz de caracterizar o crime de falsidade ideológica. Atipicidade. Arquivamento. Homologação.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
400.	Processo	:	1.23.000.001568/2010-78	Voto: 1549/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Possível irregularidade na avaliação da prova de títulos dos candidatos em concurso público. Ausência de indícios de atos ilícitos culposos ou dolosos. Interesse individual do candidato, em tese, prejudicado. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal. Disponibilização de cópia integral dos autos ao interessado para subsidiar eventual procedimento junto à Defensoria Pública da União ou a contratação de advogado particular. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
401.	Processo	:	1.15.000.003210/2010-51	Voto: 1550/2011	Origem: PR/CE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo criminal. Notícia de fraude contra o Sistema Único de Saúde - SUS. Possível cobrança indevida ao SUS pelo atendimento de segurada de plano de saúde em período de carência. Discussão a respeito da carência para receber o atendimento necessário de urgência. Matéria de âmbito civil. Ausência de indícios de materialidade delitiva. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
402.	Processo	:	1.33.000.004325/2010-45	Voto: 1551/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto tentativa de furto em agencia da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Art. 155 c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Ausência de elementos suficientes da autoria delitiva. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
403.	Processo	:	1.28.100.000497/2010-81	Voto: 1552/2011	Origem: PRM - MOSSORÓ/RN
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Suposta conduta perpetrada por fiscal do INCRA juntamente com o presidente da Associação PA Hipólito II consistente em despejar de assentamento família de colono de forma arbitrária. Diligências. Constatado que o colono não residida no assentamento, descumprindo as obrigações assumidas perante o INCRA. Não exploração da parcela de terra a ele destinada. Iniciado pelo INCRA o procedimento de exclusão, observado o contraditório e a ampla defesa. Ausência de irregularidades na aplicação de verbas federais. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
404.	Processo	:	1.33.000.004331/2010-01	Voto: 1553/2011	Origem: PR/SC
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Suposto crime de moeda falsa (colocar em circulação). Art. 289, § 1º, do Código Penal. Ausência de elementos suficientes da autoria delitiva. Inexistência de diligências capazes de modificar o panorama probatório atual. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
405.	Processo	:	1.23.000.001260/2009-99	Voto: 1554/2011	Origem: PR/PA
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de Informação. Possível crime ambiental. Aterro irregular. Conduta descrita nos artigos 63 e 64 da Lei nº 9.605/98. Pena máxima cominada de 3 (três) anos de reclusão. Fatos ocorridos no ano de 1996. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, CP). Prescrição (art. 109, IV, CP). Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
406.	Processo	:	1.26.005.000070/2010-36	Voto: 1555/2011	Origem: PR/PE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Convênio. Repasse de verbas públicas federais à municipalidade. Ex-prefeito. Crime de responsabilidade. Possível desvio de verbas. Crime definido no artigo 1º, inciso III do DL 201/67. Pena máxima cominada de 3 (três) anos de detenção. Fato ocorrido no ano 2000. Extinção da punibilidade (art. 107, IV, CP). Prescrição (art. 109, IV, CP). Ausência de indícios de apropriação ou utilização de recursos em proveito próprio ou alheio, capazes de caracterizar os crimes definidos nos incisos I e II do DL 201/67. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Arquivamento criminal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
407.	Processo	:	1.28.000.001386/2010-11	Voto: 1556/2011	Origem: PR/RN
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Crime de prevaricação (art. 319 do CP). Inquérito Policial instaurado em janeiro/2009 e relatado em setembro de 2010. Extrapolação do prazo máximo de 90 dias, previsto no art. 51 da Lei nº 11.363/2006. Excesso de trabalho e limitações estruturais da polícia judiciária. Inexistência de indícios de que a demora tenha ocorrido para satisfação de interesse ou sentimento pessoal. Ausência de indícios da materialidade. Homologado o arquivamento pela 5ª CCR no âmbito de suas atribuições. Arquivamento criminal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
408.	Processo	:	1.35.000.001619/2009-15	Voto: 1557/2011	Origem: PR/SE
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento administrativo. Possível crime contra o Sistema Financeiro Nacional. Art. 16 da Lei nº 7.492/86. Entidade representativa de classe. Não instituição financeira. Ausência de atribuições do Ministério Público Federal. Existência de ação penal em curso na Justiça Estadual com o mesmo objeto. Desnecessidade do declínio. Aplicação do princípio *ne bis in idem*. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

409.	Processo	:	1.34.001.001002/2010-52	Voto: 1558/2011	Origem: PR/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Controle Externo da Atividade Policial. Suposto delito de prevaricação ou desobediência (art. 319 ou 330 do CP). Não cumprimento de ordem judicial de transferência de preso provisório de estabelecimento prisional de São Paulo para o Espírito Santo. Diligências. Preso encontrava-se em estabelecimento estadual, a ensejar a autorização por parte do MM. Corregedor e Secretaria da Administração Penitenciária. Procedimento de remoção de presos requer uma série de providências o que justifica o atraso. Remoção efetuada em 03 de março de 2010, duas semanas antes da realização da audiência. Inexistência de prejuízo à audiência. Afastada a hipótese de crime de prevaricação ou desobediência. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
410.	Processo	:	1.34.001.000514/2010-00	Voto: 1559/2011	Origem: PR/SP
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Procedimento investigatório criminal. Controle Externo da Atividade Policial. Possível crime/irregularidade por parte da Polícia Federal na condução de inquéritos policiais. Reunião de diversos casos de drogas postadas, sem que se vislumbrasse qualquer hipótese de conexão. Separação dos feitos. Adoção de critérios mais rigorosos para a reunião de inquéritos policiais. Ausência de crime por parte da autoridade policial. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
411.	Processo	:	1.16.000.000740/2011-91	Voto: 1560/2011	Origem: PR/DF
412.	Processo	:	1.16.000.000939/2011-10	Voto: 1561/2011	Origem: PR/DF
413.	Processo	:	1.16.000.000979/2011-61	Voto: 1562/2011	Origem: PR/DF
414.	Processo	:	1.16.000.001040/2011-14	Voto: 1563/2011	Origem: PR/DF
415.	Processo	:	1.16.000.006219/2010-87	Voto: 1564/2011	Origem: PR/DF
416.	Processo	:	1.16.000.006320/2010-38	Voto: 1565/2011	Origem: PR/DF
	Relatora	:	Dra. Mônica Nicida Garcia		
	Ementa	:	Peças de informação. Controle Externo da Atividade Policial. Regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal. Caso em que o ofício encaminhado pela Polícia Federal adstringe-se ao objeto do inquérito policial em questão. Ausência de irregularidade a ser corrigida ou sancionada. Arquivamento.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto da Relatora. Participaram da votação a Dra. Raquel Elias Ferreira Dodge e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

Relator: Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

PROCESSOS NÃO PADRÃO

417.	Processo	:	1.14.000.000354/2011-74	Voto: 1512/2011	Origem: PR/BA
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	PEÇAS DE INFORMAÇÃO. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL *NÃO* PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA *TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM* DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. 1. A competência é da Justiça Federal, porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente, há contrariedade do entendimento por tal interpretação ao disposto no art. 109, VI, da CRFB. 2. A competência para julgar - todos - os crimes contra a organização do trabalho são da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes. 3. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
418.	Processo	:	1.34.001.001185/2011-97	Voto: 1513/2011	Origem: PR/SP
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	PEÇAS INFORMATIVAS. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL *NÃO* PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA *TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM* DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. 1. A competência é da Justiça Federal, porque, muito embora ausente ofensa à organização geral do trabalho ou direitos dos trabalhadores considerados coletivamente, há contrariedade do entendimento por tal interpretação ao disposto no art. 109, VI, da CRFB. 2. A competência para julgar - todos - os crimes contra a organização do trabalho são da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes. 3. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
419.	Processo	:	1.29.003.000036/2011-51	Voto: 1515/2011	Origem: PRM/Novo Hamburgo/RS
	Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
	Ementa	:	PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. CONTRABANDO DE CIGARROS (ART. 334 DO CP). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. EFEITO NOCIVO À SAÚDE HUMANA. INOBSERVÂNCIA ÀS REGRAS DA LEI n.º 9.532/97. PERSECUÇÃO PENAL. 1. A natureza do produto (cigarros) impõe maior rigor na adoção do princípio da insignificância, em razão do efeito nocivo à saúde e, consequentemente, do rígido controle em sua comercialização no território nacional. 2. A comercialização de cigarros de origem estrangeira não pode ser considerada insignificante, uma vez que desrespeitadas as normas da Lei nº 9.532/97, que restringem, com rigor, o comércio em questão. 3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguimento da persecução penal.		
	Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

420. Processo : 1.26.000.002313/2009-87 Voto: 1516/2011 Origem: JF/PE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. CRIME PREVISTO NO ART. 19 DA LEI Nº 7492/86. LEASING FINANCEIRO. DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. INDEFERIMENTO. ARQUIVAMENTO INDIRETO. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. COMPETÊNCIA FEDERAL.
1. A utilização de documentos falsos para obtenção de arrendamento mercantil, na modalidade leasing financeiro, de veículo junto à instituição financeira configura-se, em tese, na prática do delito delito previsto no art. 19, caput, da Lei nº 7.492/86. Precedentes do STF e do STJ.
2. Tratando-se de crime contra o sistema financeiro nacional, atrai-se a competência da Justiça Federal e a atribuição do Ministério Público Federal para a promoção de responsabilidade criminal, nos termos do art. 109, VI, da Constituição Federal e do art. 26 da Lei nº 7.492/86.
3. Voto pela designação de outro membro do MPF para dar sequência à persecução criminal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

421. Processo : 1.00.000.004246/2011-66 Voto: 1517/2011 Origem: JF/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO PREVISTO NO ART. 19 DA LEI Nº 7.492/86. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM BASE NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do delito previsto no art. 19 da Lei nº 7.492/86, em razão da concessão de financiamento bancário fraudulento para a aquisição de um automóvel.
2. O membro do MPF requereu o arquivamento do feito com base na atipicidade penal da conduta, por entender aplicável ao caso o princípio da insignificância, em razão do valor do financiamento/empréstimo não ultrapassar R$ 13.200,00. O julgador, discordando dos fundamentos
invocados pelo MPF para o arquivamento, indeferiu o pedido .
3. No caso dos autos, além do prejuízo à instituição financeira, a ofensividade da conduta não é mínima, já que encerra significante lesão à higidez e à credibilidade do Sistema Financeiro Nacional, comprometendo o mercado financeiro e a proteção ao investidor. Precedente.
4. Voto pela designação de outro Procurador da República para dar prosseguimento à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

422. Processo : 1.00.000.4082/2011-77 Voto: 1518/2011 Origem: JE/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART. 350, DO CÓDIGO ELEITORAL. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO COM FUNDAMENTO NA ATIPICIDADE DA CONDUTA. VOTO PELA INSISTÊNCIA NO ARQUIVAMENTO.
1. Trata-se de inquérito policial instaurado para apurar suposta prática do delito previsto no art. 350, do Código Eleitoral.
2.A promoção de arquivamento de inquérito policial deve ocorrer frente à ausência de elementos mínimos que indiquem a autoria e a materialidade delitiva ou ainda a existência de crime, já encerradas as diligências cabíveis, conforme a hipótese dos autos.
3.Ausência de elementos suficientes para configuração do crime previsto no art. 350 do Código Eleitoral.
4. Voto pela insistência no arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

423. Processo : 1.00.000.003690/2011-64 Voto: 1519/2011 Origem: JF/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV DA LC 75/93. CRIME CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. ALICIAMENTO DE TRABALHADORES DE UM LOCAL PARA OUTRO DO TERRITÓRIO NACIONAL (ART. 207, *CAPUT*, DO CP). MALGRADO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL EM SENTIDO CONTRÁRIO, A COMPETÊNCIA É FEDERAL. O ARTIGO 109, VI, PRIMEIRA PARTE, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL *NÃO* PREVÊ RESSALVAS. COMPETÊNCIA FEDERAL PARA *TODOS OS CASOS QUE ENVOLVAM* DELITOS CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO. VOTO PELA DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PARA DA CONTINUIDADE À PERSECUÇÃO PENAL.
1. A competência para processar e julgar todos os crimes contra a organização do trabalho é da Justiça Federal. Não cabe distinguir onde a primeira parte do inciso VI do artigo 109 da atual Constituição Federal não o faz. Necessidade de revisão dos precedentes.
2. Voto pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

424. Processo : 1.00.000.004281/2011-85 Voto: 1520/2011 Origem: PRM/Anápolis/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. MALVERSAÇÃO DE RECURSOS DO FUNDEF. AUSÊNCIA DE COMPLEMENTAÇÃO DE VERBAS FEDERAIS. DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. NÃO HOMOLOGAÇÃO.
1.Inquérito Policial instaurado para apuração da prática, em tese, de malversação de recursos oriundos do FUNDEF destinados ao Município de Santo Antônio do Descoberto/GO.
2. Ainda que a municipalidade não tenha recebido complementação de verbas federais para o FUNDEF, o que afastaria a possibilidade de lesão direta a bens da União, subsiste interesse político-social da União na causa, visto tratar-se de malversação das verbas que visa implementar políticas públicas na área de educação, o que evocaria a função redistributiva e supletiva prevista no art. 211 da Constituição Federal.
3.Voto pela não homologação do declínio de atribuições e pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

425. Processo : 1.34.001.001093/2011-15 Voto: 1521/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. APURAÇÃO DE POSSÍVEL INCITAÇÃO DE CRIME DE MAUS-TRATOS A ANIMAIS. DELITO PREVISTO NO NO ART. 286 DO CP. CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES. COMPETÊNCIA DO STF.
1. Segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, a Corte tem competência para dirimir conflito de atribuições entre Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal.
2. Pela remessa dos autos ao Supremo Tribunal Federal.
Decisão : Acolhido por maioria o voto do Relator. Vencida a Elizeta que não conhecia o conflito e detrerminava o retorno do caso ao suscitante para reexame de sua posição. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

426. Processo : 1.25.002.000140/2008-07 Voto: 1522/2011 Origem: JF/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DOS DELITOS DE DESCAMINHO, IMPORTAÇÃO IRREGULAR DE MEDICAMENTOS E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ARTS. 334, 273, § 1º-B, E 184 DO CP). ARQUIVAMENTO CUMULADO COM DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AOS DELITOS QUE ATENTEM CONTRA A SAÚDE PÚBLICA. SÚMULA 122 DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, dos delitos previstos nos arts. 334, 273, § 1º-B e 184, §2º, do Código Penal, devido a flagrante de transporte de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional, dentre os quais figuravam DVD's contrafeitos e medicamentos.
2. O procurador da República requereu o arquivamento do feito, alegando hipótese de incidência do princípio da insignificância, tendo em vista tratar-se de tributos iludidos no valor abaixo ao do patamar estabelecido pela Lei nº 11.033/04, e o declínio com relação ao crime de violação de direito autoral.
3. Discordância da magistrada que acolheu a insignificância em relação ao delito de descaminho, no entanto entendeu que a lesividade da conduta de importar medicamentos de origem estrangeira irregularmente atinge o bem jurídico da saúde pública, não podendo ser observada a
partir do aspecto econômico.
4. Esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, já firmou entendimento no sentido de que, de um modo geral, a competência para processar e julgar o crime de violação de direitos autorais é da Justiça Estadual, tendo em vista que ofende interesses do particular, autor das obras ilegalmente reproduzidas.
5. Todavia, verificada a conexão com o delito previsto no art. 273, § 1º-B, do Código Penal, compete à Justiça Federal processar e julgar ambos os delitos. Súmula 122 do STJ.
6. Pela designação de outro Membro do *Parquet* Federal para o prosseguimento da persecução penal em relação a ambos os delitos.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

427. Processo : 1.25.002.001997/2010-51 Voto: 1523/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS CRIMINAIS. ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DOS DELITOS DE DESCAMINHO E VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL (ARTS. 334 E 184 DO CP). ARQUIVAMENTO CUMULADO COM DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO AO MP ESTADUAL. REITERAÇÃO CRIMINOSA. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. SÚMULA 122 DO STJ. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. Representação Fiscal para apuração da prática, em tese, dos delitos previstos no art. 334, §1º, d, e no art. 184, §2º, do Código Penal, devido a flagrante de posse de produtos de origem estrangeira introduzidos ilegalmente em território nacional, dentre os quais figuravam DVD's contrafeitos.
2. A despeito dos precedentes do Supremo Tribunal sobre a aplicação do princípio da insignificância aos delitos de descaminho em que os valores não ultrapassem o parâmetro estabelecido na Lei 10.522/02 (R$ 10.000,00), não se afigura possível, no caso, a sua incidência, devido à prática reiterada de crimes da mesma natureza.
3. Esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, já firmou entendimento no sentido de que, de um modo geral, a competência para processar e julgar o crime de violação de direitos autorais é da Justiça Estadual, tendo em vista que ofende interesses do particular, autor das obras ilegalmente reproduzidas.
4. Todavia, verificada a conexão com o delito previsto no art. 334, § 1º, "d", do Código Penal, compete à Justiça Federal processar e julgar ambos os delitos. Súmula 122 do STJ.
5. Pela designação de outro Membro do *Parquet* Federal para o prosseguimento da persecução penal em relação a ambos os delitos.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

428. Processo : 1.15.000.000532/2007-43 Voto: 1524/2011 Origem: JF/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). ART. 28 CPP C/C ART. 62, IV, LC 75/93. TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA . INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

429. Processo : 1.25.005.000225/2011-52 Voto: 1525/2011 Origem: JF/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

430. Processo : 1.25.005.001486/2010-17 Voto: 1526/2011 Origem: JF/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇA INFORMATIVA CRIMINAL. DESCAMINHO (ART. 334 DO CP). TRIBUTOS NÃO RECOLHIDOS CALCULADOS EM VALOR INFERIOR AO PATAMAR PREVISTO NO ARTIGO 20, *CAPUT*, DA LEI Nº 10.522/2002. MPF: ARQUIVAMENTO COM ESTEIO NO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. MAGISTRADO: DISCORDÂNCIA (ART. 28, CPP, C/C ART. 62, IV, LC 75/93). INSISTÊNCIA NO PEDIDO DE ARQUIVAMENTO.
1. Aplicável ao caso *sub examine* o princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF.
2. Pela insistência no pedido de arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

431. Processo : 1.34.017.000150/2010-81 Voto: 1527/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇAS INFORMATIVAS. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM LEGAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PENHORA. DEPÓSITO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA DE SANÇÃO ESPECÍFICA. CRIME DE DESOBEDIÊNCIA (ART. 330 DO CP). CONFIGURAÇÃO. PRESECUÇÃO PENAL.
Trata-se de peças informativas instauradas para apuração de suposto crime desobediência (artigo 330 do CP) pelo descumprimento de ordem judicial.
A procuradora da República oficiante, ao corroborar o entendimento esposado pela autoridade policial, promoveu o arquivamento do feito. Houve discordância por parte da magistrada.
Para que haja a configuração do crime de desobediência é essencial que a ordem legal seja proferida por autoridade competente e que seu destinatário tenha o dever jurídico de acatá-la. Não há dúvidas de que, na hipótese presente, a ordem emanada pela autoridade judiciária estava

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

em sintonia com ordenamento jurídico pátrio.
Ademais, no caso dos autos, a ordem legal emanada não previu outra sanção específica na hipótese de seu descumprimento, apenas a possibilidade de vir a responder pelo crime de desobediência. Assim, ausente sanção específica pelo descumprimento da ordem judicial, configurado está o delito tipificado no artigo 330 do Código Penal.
5. Pela designação de outro membro do *Parquet* Federal para prosseguir na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

432. Processo : 1.00.000.014171/2010-41 Voto: 1528/2011 Origem: PR/TO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PEÇA DE INFORMAÇÃO. ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. POSSÍVEL OCORRÊNCIA DO CRIME DE REDUÇÃO À CONDIÇÃO ANÁLOGA À DE ESCRAVO (ART. 149 DO CP). NÃO CARACTERIZAÇÃO. INDÍCIOS DA PRÁTICA DO DELITO DE OMISSÃO DE REGISTRO DE CTPS (ART. 297, § 4º, DO CP). ENUNCIADO 27. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Quanto ao crime previsto no art. 149 do CP, restou-se não caracterizado o trabalho escravo, conforme relatório de fiscalização acostado aos autos.
2. Há notícia de omissão de registro de vínculo empregatício em Carteira de Trabalho e Previdência Social, fato que se subsumi ao tipo autônomo do art. 297, § 4º, do Código Penal, sendo de competência da Justiça Federal, por ofender a Previdência Social (Enunciado nº 27), e se consuma no momento em que o agente não realiza a inserção das informações nos documentos mencionados no parágrafo 3º.
3. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar continuidade à persecução penal no tocante ao delito previsto no art. 297, § 4º, do CP.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

433. Processo : 1.34.007.000077/2011-47 Voto: 1529/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART. 1º, INCISO I, DA LEI 8.176/91. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO PELA PRESCRIÇÃO VIRTUAL E PREJUDICIALIDADE DOS ELEMENTOS DE PROVA PELO TRANSCURSO DO TEMPO. DISCORDÂNCIA DO MAGISTRADO. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Procedimento investigatório criminal visando apurar a possível prática do crime previsto no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91.
2.O procurador da República oficiante manifestou-se pelo arquivamento do feito, por falta de justa causa para apresentação da denúncia, devido à ocorrência da prescrição da pretensão punitiva em perspectiva e o conjunto probatório do crime em apuração encontrar-se prejudicado.
3. Houve discordância do magistrado do pedido de arquivamento, por entender que a prescrição virtual não encontra guarida no ordenamento jurídico penal pátrio, asseverando ainda que o argumento de prejudicialidade da prova não prospera nesta fase inicial da ação penal.
4.O arquivamento mostra-se inapropriado diante da impossibilidade jurídica de aplicação de prescrição antecipada, justificando-se o prosseguimento das investigações. Precedentes do STF, Súmula 438 do STJ e Enunciado n.º 28 desta 2ªCCR.
5. Embora seja verossímil que o conteúdo probatório, pelo decurso de tempo, tenha perecido, há nos autos elementos de natureza técnica, que já indicam que a amostra colhida na época era adulterada por conta da presença de marcador, indicando, na visão do profissional responsável que a firmou, a adição de solvente.
6. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

434. Processo : 1.22.000.001236/2009-97 Voto: 1530/2011 Origem: JF/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DO ART. 168-A DO CP. PEDIDO DE ARQUIVAMENTO POR PRESCRIÇÃO VIRTUAL. DISCORDÂNCIA DA MAGISTRADA. PERSECUÇÃO PENAL.
1. Inquérito Policial instaurado para apurar a prática, em tese, do delito previsto no art. 168-A do Código Penal.
2. O procurador da República oficiante manifestou-se pelo arquivamento do feito, por falta de interesse de agir devido à prescrição da pretensão punitiva em perspectiva. A magistrada, por sua vez, discordou do pedido de arquivamento, por entender que a prescrição virtual não
encontra guarida no ordenamento jurídico penal pátrio.
3. O arquivamento mostra-se inapropriado diante da impossibilidade jurídica de aplicação de prescrição antecipada, justificando-se o prosseguimento das investigações. Precedentes do STF, Súmula 438 do STJ e Enunciado n.º 28 desta 2ªCCR.
4. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar prosseguimento na persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

435. Processo : 1.00.000.004395/2011-25 Voto: 1531/2011 Origem: JF/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : INQUÉRITO POLICIAL. RADIODIFUSÃO CLANDESTINA. APURAÇÃO DO CRIME PREVISTO NO ART. 70 DA LEI Nº 4.117/62 OU 183 DA LEI Nº 9.472/97. MPF: ARQUIVAMENTO, ANTE A AUSÊNCIA DE PERIGO CONCRETO DE DANO. ART. 28 DO CPP. MATERIALIDADE COMPROVADA E PRESENÇA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. CRIME DE PERIGO ABSTRATO. PROSSEGUIMENTO DA PERSECUÇÃO PENAL.
1. O agente que opera emissora de rádio clandestinamente, ainda que de baixa potência ou para fins comunitários, sem a devida autorização do poder público, comete o crime descrito no art. 183 da Lei nº 9472/97, ante a inexistência de prévia autorização do órgão competente e a
habitualidade da conduta.
2. Precedentes STJ e STF.
3. Pela designação de outro membro do Ministério Público Federal para dar sequência à persecução criminal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

436. Processo : 1.00.000.003887/2011-01 Voto: 1532/2011 Origem: JF/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : AÇÃO PENAL. ART. 28 DO CPP C/C ART. 62, IV, DA LC N.º 75/93. APURAÇÃO DA PRÁTICA DO DELITO DE DESCAMINHO (ART. 334, §1º, *B*, DO CÓDIGO PENAL). SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. RECUSA MINISTERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO BENEFÍCIO PELO MEMBRO DO MPF. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DE REQUISITO SUBJETIVO PREVISTO NO ART. 77, II, DO CP.
1. A concessão da suspensão condicional do processo está condicionada ao preenchimento pelo acusado dos requisitos dos arts. 89 da Lei nº 9.099/95 e 77 do Código Penal. A apreciação negativa da culpabilidade, dos motivos da infração, das circunstâncias e da personalidade do agente impedem o oferecimento da benesse pelo Ministério Público Federal..
2. Voto pela insistência na negativa da proposta de suspensão condicional do processo, com o retorno dos autos à origem para que o magistrado prossiga no julgamento do feito consoante o seu juízo de tipicidade e os fatos contidos na vestibular acusatória.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

437. Processo : 1.00.000.004256/2011-00 Voto: 1533/2011 Origem: JF/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : TERMO CIRCUNSTANCIADO. UTILIZAR SUBPRODUTO ANIMAL EM ALIMENTAÇÃO DE RUMINANTES. SUPOSTO CRIME PREVISTO NO ART. 268 DO CÓDIGO PENAL. INFRAÇÃO DE MEDIDA SANITÁRIA PREVENTIVA. "DOENÇA DA VACA LOUCA". ART. 1º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 08/2004 DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. PEDIDO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. NÃO HOMOLOGAÇÃO. PERSECUÇÃO PENAL.
1.Termo Circunstanciado que visa apurar infração de medida sanitária preventiva, qual seja, utilizar subproduto de origem animal na ração para gado.
2. Vislumbra-se na conduta potencialidade lesiva que não se restringe, tão-somente, ao âmbito dos Estados Federados.
3. Designação de outro Membro do *Parquet* Federal para dar prosseguimento à persecução penal.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE DECLÍNIOS DE ATRIBUIÇÕES

438. Processo : 1.15.000.000028/2011-20 Voto: 1535/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas condutas criminosas de constrangimento ilegal e abuso de autoridade praticadas, em tese, por Diretor de Hospital e Delegada de Polícia Civil, respectivamente. Inexistência de participação de servidor público federal no exercício de suas funções ou com estas relacionadas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

439. Processo : 1.34.010.000231/2011-21 Voto: 1536/2011 Origem: PRM/Ribeirão Preto/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposta agressão física contra Presidente de Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Decidiu o Supremo Tribunal Federal que esta entidade não integra a Administração Direta ou Indireta da União (STF, ADI 3026, Relator: Min. Eros Grau, Tribunal Pleno, julgado em 08/06/2006, DJ 29-09-2006, pág. 00031). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

440. Processo : 1.20.000.000529/2006-89 Voto: 1537/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas disputas possessórias de terras entre particulares. Requerente informa que o investigado estaria utilizando documentos deslocados para extrair madeira das terras de sua propriedade, causando-lhe prejuízos. Inexistência de indícios que apontem ser a área objeto do conflito abrangida por Unidade de Conservação Federal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

441. Processo : 1.12.000.000351/2008-18 Voto: 1538/2011 Origem: PR/AP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Supostas práticas dos crimes ambientais previstos nos arts. 50-A, 54 e 55 da Lei nº 9.605/09, consistente na exploração econômica de floresta em terras de domínio público, sem autorização ambiental, causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar danos à saúde humana e executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização. Diligências. As condutas delituosas ocorreram em área de propriedade estadual. Mero interesse genérico da União não é suficiente para deslocar a competência para a Justiça Federal. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

442. Processo : 1.33.001.000524/2010-74 Voto: 1539/2011 Origem: PRM/Blumenau/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 50 da Lei nº 9.605/98. Danificar floresta nativa em propriedade particular, em virtude do corte sem autorização de 34 árvores de diversas espécies. Diligências. Área não abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

443. Processo : 1.11.000.001367/2010-91 Voto: 1540/2011 Origem: PR/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental previsto no art. 38 da Lei nº 9.605/98. Suposto desmatamento em unidade de produção de Sociedade Anônima, sem prévia autorização da autoridade ambiental competente. Inexistência de indícios de ser a área abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

444. Processo : 1.13.000.002783/2009-07 Voto: 1541/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 40 da Lei nº 9.605/98. Causar dano direto em área circundante de Estação Ecológica, consistente em suposta subtração irregular de madeira. Diligências. Área não abrangida por Unidade de Conservação Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

445. Processo : 1.30.904.000002/2011-91 Voto: 1542/2011 Origem: PRM/Itaperuna/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível crime ambiental previsto no art. 29, §1º, inciso III, da Lei nº 9.605/98. Manter em cativeiro espécies da fauna silvestre (1 Canário da Terra e 1 Tié Sangue), sem autorização do órgão competente. Espécimes não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

446. Processo : 1.22.000.003113/2010-24 Voto: 1543/2011 Origem: PR/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa. Possível crime ambiental previsto no art. 29, §1º, inc. III, da Lei nº 9.605/98. Manter em cativeiro espécies da fauna silvestre (Papagaio-verdadeiro e Curió) sem autorização do órgão competente. Espécimes não ameaçadas de extinção (IN-MMA nº 003/2003). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
447. Processo : 1.34.001.003586/2007-03 Voto: 1544/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Possível prática de apologia ao crime de maus-tratos a animais (art. 287 do CP), em comunidades criadas no *site* de relacionamento *Orkut*. Inexistência de tratado internacional do qual a República seja parte visando ao combate do ilícito em questão. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
448. Processo : 1.20.000.001055/2006-92 Voto: 1545/2011 Origem: PRM/Sinop/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, I, da Lei nº 8.176/91 c/c art. 1º, V, da Lei nº 8.137/90). Comercializar combustível em desacordo com as normas que regem a matéria. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Enunciado nº 38 desta 2ª CCR. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
449. Processo : 1.30.904.000263/2010-21 Voto: 1546/2011 Origem: PRM/Itaperuna/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de possíveis irregularidades no comércio de botijões de gás (GLP) em desacordo com as especificações da ANP. Suposto crime contra a ordem econômica (art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.176/91). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
450. Processo : 1.15.000.002834/2010-51 Voto: 1547/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de suposto crime contra a ordem econômica e o sistema financeiro pela não apresentação no prazo legal dos livros de controle e registro de combustíveis corretamente escriturados e as notas fiscais de aquisição de gasolina comum, álcool e diesel. Ausência de de interesse direto e específico da União. Falece atribuição para o MPF prosseguir na persecução penal. Competência da Justiça Comum Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
451. Processo : 1.34.001.000837/2011-76 Voto: 1548/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Suposto exercício ilegal de atividades e atribuições profissionais de engenheiro civil, arquiteto e engenheiro agrônomo. Contravenção penal descrita no art. 47 do DL 3.688/41. Competência da Justiça Estadual (art. 109, inciso IV, da CF/1988, e súmula nº 38 do STJ). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
452. Processo : 1.00.000.003799/2011-00 Voto: 1549/2011 Origem: PRM/Imperatriz/MA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Possível prática de furto qualificado mediante fraude em detrimento de particulares (art. 155, § 4º do CP). Suposta subtração de valores em contas bancárias, pela *internet*, os quais eram sacados com pagamento de compras fictícias em cartão de débito. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que as instituições bancárias vitimadas são privadas. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
453. Processo : 1.19.000.000231/2011-57 Voto: 1550/2011 Origem: PR/MA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Supostas condutas criminosas perpetradas por policiais militares, consistentes em homicídios e exposição de cadáveres, dentre outros abusos, em moldes semelhantes a grupo de extermínio. Inexistência de indícios de participação de servidor público federal no exercício de suas funções ou com estas relacionadas. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
454. Processo : 1.26.000.000307/2011-18 Voto: 1551/2011 Origem: PR/PE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposta conduta criminosa perpetrada por policiais civis, consistente em ameaças e retaliações contra servidor público estadual. Não constatação de participação de servidor público federal no exercício de suas funções e com estas relacionadas na perpetração da conduta criminosa. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
455. Processo : 1.22.000.003529/2002-32 Voto: 1552/2011 Origem: PRM/Pouso Alegre/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Apuração de suposto crime de homicídio de paciente submetido a transplante renal em hospital conveniado com o SUS. Art. 121 do CP. Equipe médica prestadora do atendimento não é composta por servidores públicos federais. Competência da Justiça Estadual. Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
456. Processo : 1.34.001.009333/2010-31 Voto: 1553/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Suposto crime de estelionato (art. 171 do CP). Tentativa de obtenção de vantagem ilícita induzindo em erro particular, mediante fraude, fazendo-o crer que possui direito a receber valores a título de seguro ("golpe do seguro"). Interesse de natureza exclusivamente privado. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
457. Processo : 1.15.001.000027/2011-75 Voto: 1554/2011 Origem: PRM/Limoeiro do Norte/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime de excesso de exação (art. 316, § 1º, do CP). Supostas irregularidades tributárias ocorridas em Posto Fiscal Estadual. Não constatação de participação de servidor público federal no exercício de suas funções ou com estas relacionadas. Imposto de competência estadual. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
458. Processo : 1.33.000.002446/2007-57 Voto: 1555/2011 Origem: PR/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime contra as relações de consumo e exercício ilegal da medicina (Lei n° 8.078/90 e art. 282 do CP). Supostas irregularidades em Curso Técnico de Acupuntura. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
459. Processo : 1.34.010.000193/2011-15 Voto: 1556/2011 Origem: PRM/Ribeirão Preto/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de falsificação de documento particular (art. 298 do CP), ante a existência de indícios de fraude em relatório quantitativo de mercadorias. O documento supostamente fraudado é privado e foi utilizado tão somente perante particulares. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
460. Processo : 1.23.000.001085/2010-73 Voto: 1557/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposto crime de uso de documento falso (art. 304 do CP). Indícios de utilização pelo investigado de atestado médico falso para justificar falta ao trabalho junto ao empregador (empresa do setor privado). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
461. Processo : 1.00.000.003716/2011-74 Voto: 1558/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Suposto furto de jaqueta-uniforme de funcionário de companhia aérea em vestiário no interior de Aeroporto. Ausência de indícios de participação de servidor federal ou de lesão a serviço ou interesse da União. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
462. Processo : 1.00.000.004436/2011-83 Voto: 1559/2011 Origem: PRM/Ilhéus/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Suposto crime de estelionato praticado por indígenas (art. 171 do CP). Obtenção fraudulenta de carga de sementes e defensivos agrícolas por índios, que teriam se passado por destinatários das referidas mercadorias. Prejuízo suportado pela empresa privada. Ausência de indícios que demonstrem prejuízo a interesses de comunidade indígena considerada como um todo, ou disputa por suas terras. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Após voto do Relator, pediu vista dos autos a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque. A Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos aguarda para proferir o voto.
463. Processo : 1.34.001.001407/2011-71 Voto: 1560/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas. Possível tentativa de estelionato, cometido pela *internet*, em detrimento de particular (art. 171 do CP). Suposta fraude eletrônica com intuito de adquirir dados pessoais, passando-se por pessoa jurídica confiável (instituição financeira privada). Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
464. Processo : 1.26.001.000175/2008-19 Voto: 1561/2011 Origem:PRM/Pólo Petrolina/Juazeiro /PE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposta tentativa de furto via Internet contra particular, mediante envio de *e-mail* contendo notificação falsa do Ministério Público Federal. Inexistência sequer de indícios de lesão a bens, serviços e interesses da União. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do MPF para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
465. Processo : 1.23.000.001147/2008-22 Voto: 1562/2011 Origem: PR/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível irregularidade em processo licitatório, instaurado no âmbito de Companhia de Habitação Estadual (COHAB), consistente na negativa de entrega do edital ao interessado. Diligências. Os recursos indicados para cobrir as despesas com o futuro contrato correram à conta do governo local. Ausência de recursos federais. Atribuição do Ministério Público Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
466. Processo : 1.15.002.000012/2011-05 Voto: 1563/2011 Origem: PRM/Juazeiro do Norte/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Suposta prática do crime de maus-tratos contra crianças, atribuído ao próprio genitor das vítimas. Art. 136 do Código Penal. Ausência de elementos de informação que justifiquem a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
467. Processo : 1.15.000.000030/2011-07 Voto: 1564/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de suposta conduta criminosa (existência de milícia armada comandada por tenente da PM para proteção de fabricantes de CD's e DVS's falsificados). Ausência de elementos capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

468. Processo : 1.23.001.000049/2011-63 Voto: 1565/2011 Origem: PRM/Marabá/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática do crime de corrupção passiva (art. 317 do CP). Oficial de justiça estadual em cumprimento de carta precatória da Justiça Federal. Informações contidas nos autos revelam que o ato processual desempenhado não se deu em razão de atividade delegada pela Justiça Federal. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
469. Processo : 1.00.000.004370/2011-21 Voto: 1566/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de sonegação de tributos estaduais com envolvimento de servidores da Secretaria Estadual de Fazenda. Não participação de servidor público federal. Prejuízo suportado somente pelo erário goiano. Ausência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Competência da Justiça Comum Estadual. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
470. Processo : 1.00.000.004515/2011-94 Voto: 1567/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Inquérito policial. Suposta prática do crime de tráfico interestadual de drogas (art. 33 c/c art. 40, V, da Lei nº 11.343/06). Ausência de indícios de transnacionalidade da conduta. Inexistência de elementos de informação capazes de justificar a atribuição do Ministério Público Federal para a persecução penal. Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

HOMOLOGAÇÃO DE ARQUIVAMENTOS

471. Processo : 1.13.000.000195/2011-45 Voto: 1568/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime ambiental (art. 29 da Lei n° 9.605/98). Caçar espécime da fauna silvestre (01 paca), sem a devida autorização. Abate realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente. Excludente de ilicitude prevista no art. 37, inciso I, da Lei nº 9.605/98. Arquivamento.
Suposta posse de arma de fogo em desacordo com determinação legal ou regulamentar (art. 12 da Lei nº 10.826/2003). Segundo precedentes do STJ, o Estatuto do Desarmamento não modificou a competência para o processo e julgamento dos crimes de porte ilegal de arma de fogo, que continua da Justiça Estadual (CC 45483/RJ, DJ 09.06.2008). Declínio.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
472. Processo : 1.15.000.001732/2010-19 Voto: 1569/2011 Origem: PR/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Apuração de eventual crime ambiental em Área de Preservação Ambiental - APA do mangue do rio Cocó - Reserva Ecológica da Sapiranga, decorrente de invasão por parte de inúmeras famílias carentes. Inexistência de conduta dolosa ou culposa. Ausência de justa causa. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
473. Processo : 1.00.000.003960/2011-37 Voto: 1570/2011 Origem: PRE/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática do crime de divulgação de propaganda eleitoral de candidato político no dia da eleição ou "boca de urna" (art. 39, § 5º, II e III, da Lei nº 9.504/97). Apreensão isolada de materiais de campanha de vários candidatos, desacompanhada de eventual agente infrator. Ausência de indícios suficientes de autoria delitiva. Inviabilidade do prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
474. Processo : 1.20.000.000965/2007-39 Voto: 1571/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Possível prática de crime contra a ordem tributária (Lei nº 8.137/90), em razão de movimentações financeiras atípicas pelos representantes legais de pessoa jurídica. Diligências. Informações repassadas pela Receita Federal revelam a inocorrência de qualquer irregularidade a ensejar a abertura de ação fiscal em nome dos investigados. Ausência de indícios da prática de crime. As demais condutas consistentes em falsidade material, lavagem de dinheiro e crime contra a administração pública já foram apuradas no IPL nº 655/2006. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
475. Processo : 1.00.000.003957/2011-13 Voto: 1572/2011 Origem: PRE/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática do crime de "boca de urna" ou divulgação de propaganda eleitoral de candidato político no dia da eleição (art. 39, § 5º, II e III, da Lei nº 9.504/97). Apreensão de material de campanha no interior de veículo. Inexistência de qualquer indício de que o investigado, até o momento da apreensão, divulgara o material. Meros atos preparatórios. Ausência de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
476. Processo : 1.29.016.000001/2006-13 Voto: 1573/2011 Origem: PRM/Cruz Alta/RS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de estelionato (art. 171 do CP). Celebração de contrato de promessa de compra e venda, entre particulares, de lote de imóvel rural destinado à reforma agrária. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que o comprador expressamente referiu saber que tais lotes não poderiam ser negociados. Inexistência de emprego de artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento, com o objetivo de induzir o comprador em erro. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
477. Processo : 1.25.004.000246/2010-05 Voto: 1574/2011 Origem: PRM/Guarapuava/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal. Suposta tentativa de estelionato contra o INSS (art. 171, § 3º, do CP), tendo em vista o requerimento de salário maternidade por parte da investigada sem estar, em tese, caracterizada a condição de segurada especial. Constatação apenas de inexatidão na qualificação jurídica dos requisitos para preencher as condições necessárias ao pleito da autora. Mera irregularidade no pedido formulado, que resultou na improcedência do pleito. Ausência de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
478. Processo : 1.29.003.000241/2010-35 Voto: 1575/2011 Origem: PRM/Novo Hamburgo/RS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposta fraude contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) no encaminhamento de benefício previdenciário (aposentadoria por tempo de contribuição). Diligências. Laudo de PPRA revela que as informações lançadas nos documentos considerados controversos são verdadeiras. Processo administrativo para concessão do referido benefício apresenta mero erro material de datas. Inexistência de conduta dolosa ou culposa. Ausência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
479. Processo : 1.23.003.000921/2008-58 Voto: 1576/2011 Origem: PRM/Altamira/PA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível crime ambiental previsto no art. 34 da Lei nº 9.605/98. Suposto exercício de atividade de pesca de linha em área não permitida (reserva indígena). Diligências. Informações contidas nos autos revelam que a conduta não ocorreu em terras indígenas. Ausência de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
480. Processo : 1.30.917.000108/2011-46 Voto: 1577/2011 Origem: PRM/São João de Meriti/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática do crime de exploração não autorizada de emissora de radiodifusão (art. 183 da Lei nº 9.472/97). Diligências. Missão policial enviada ao local da suposta infração constatou não haver qualquer indício de funcionamento de rádio clandestina. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
481. Processo : 1.30.917.002119/2008-65 Voto: 1578/2011 Origem: PRM/São João de Meriti/RJ
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática do crime de exploração não autorizada de emissora de radiodifusão (art. 183 da Lei nº 9.472/97). Diligências. Missão policial enviada ao local da suposta infração constatou não haver qualquer indício de funcionamento de rádio clandestina. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
482. Processo : 1.33.016.000015/2010-82 Voto: 1579/2011 Origem: PRM/Rio do Sul/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de falsificação de papéis públicos (selos de controle tributário em bebidas alcoólicas produzidas) Artigo 293, §1º, inciso III, alínea "b", do CP. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que a Receita Federal não procedeu à abertura de procedimento fiscal no contribuinte supostamente faltoso por não apresentar relevância fiscal necessária. Inexistência de justa causa para o prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
483. Processo : 1.24.000.000132/2011-13 Voto: 1580/2011 Origem: PR/PB
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposto crime de estelionato contra o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (art. 171 do CP), consistente no recebimento indevido de benefício previdenciário após morte do titular, atribuído a servidor da própria autarquia previdenciária. Diligências. Informações contidas nos autos revelam a inexistência de qualquer saque fraudulento. Ausência de materialidade delitiva. Inviabilidade do prosseguimento da persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
484. Processo : 1.01.004.000019/2010-11 Voto: 1581/2011 Origem: PRR 1º REGIÃO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Apuração de fatos que são objeto de inquérito policial. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
485. Processo : 1.29.004.000098/2011-52 Voto: 1582/2011 Origem: PRM/Passo Fundo/RS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de conduta criminosa em área indígena consistente na posse pelos acusados de diversas armas (fuzis, pistolas e metralhadoras), as quais estariam relacionadas a assalto em agência bancária. Competência da Justiça Estadual. Súmula 140 do STJ. Existência de inquérito policial instaurado na Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul para a apuração dos fatos. Aplicação do princípio do *"ne bis in idem"*. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
486. Processo : 1.35.000.000710/2009-13 Voto: 1583/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposta prática dos crimes de apropriação indébita previdenciária, sonegação de contribuição previdenciária e omissão de contribuições em GFIP (arts. 168-A e 337-A do CP). Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os fatos já são objeto de apuração no bojo dos Inquéritos Policiais baseados nas Representações Fiscais para Fins Penais n.os 031/2006, 10510.003817/2010-13 e 10510.003818/2010-68 . Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
487. Processo : 1.25.002.001612/2010-55 Voto: 1584/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal. Apuração de fatos (possível furto ocorrido em agência dos Correios e Telégrafos) que são objeto de inquérito policial. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
488. Processo : 1.35.000.002114/2010-01 Voto: 1585/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Possível prática do crime de estelionato (art. 171, § 3º do CP). Suposto recebimento do seguro-defeso por 90% dos integrantes de associação de pescadores sem, no entanto, ostentarem a condição de pescadores. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os fatos já são objeto de apuração no bojo do inquérito policial nº 062/2011-SR/DPF/SE. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

489. Processo : 1.33.016.000030/2011-10 Voto: 1586/2011 Origem: PRM/Rio do Sul/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de crimes ambientais (arts. 46, parágrafo único, e 69-A da Lei nº 9.605/98). Supostas transações fraudulentas de carvão. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os fatos já são objeto de apuração no bojo dos inquéritos policiais nºs 0392/2010 (0000308-30.2010.4.04.7213), 0393/2010 (0000307-45.2010.4.04.7213) e 0394/2010 (0000306/60.2010.4.04.7213). Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
490. Processo : 1.25.015.000069/2010-20 Voto: 1587/2011 Origem: PRM/União da Vitória/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peça informativa criminal. Apuração de suposto crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do CP). Os fatos objetos da presente promoção de arquivamento são os mesmos já submetidos a este Colegiado, que decidiu pela homologação de arquivamento em razão da existência de inquérito policial em curso com idêntico objeto. Princípio do *ne bis in idem.* Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
491. Processo : 1.34.001.001244/2006-60 Voto: 1588/2011 Origem: PR/SP
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Apuração de eventual crime funcional cometido por servidores da Receita Federal no curso de fiscalização realizada em pessoa jurídica consistente em simulação, mediante a qual os acusados lavrariam autuações por débitos tributários em valores inferiores aos devidos. Diligências. Inexistência de irregularidades. Adotadas as providências cabíveis (inquérito disciplinar). Ausência de elementos capazes de evidenciar a materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
492. Processo : 1.01.004.000328/2010-83 Voto: 1589/2011 Origem: PRR 1º REGIÃO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo criminal. Prefeito. Descumprimento de ordem emanada de Vara do Trabalho, que requisitou o pagamento de precatório (requisição de pequeno valor). Suposto crime de responsabilidade (art. 1º, XIV, do Decreto-Lei nº 201/67). O descumprimento de requisição de pagamento de precatório, não se constitui em ato de natureza jurisdicional. Mero ato administrativo. Súmula nº 733 do STF e nº 311 do STJ. Ausente, portanto, a elementar típica "ordem judicial". Atipicidade. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
493. Processo : 1.20.000.001752/2010-20 Voto: 1590/2011 Origem: PR/MT
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Denúncia anônima noticiando suposta fraude em benefício continuado. Denúncia vaga e imprecisa e ausência de suporte probatório mínimo. Não constatação de elementos de informação necessários à deflagração de persecução penal. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
494. Processo : 1.00.000.004462/2011-10 Voto: 1591/2011 Origem: PRM/Tabatinga/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
495. Processo : 1.00.000.004517/2011-83 Voto: 1592/2011 Origem: PRM/Tabatinga/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
496. Processo : 1.25.002.000249/2011-31 Voto: 1593/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
497. Processo : 1.25.002.002235/2010-71 Voto: 1594/2011 Origem: PRM/Cascavel/PR
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no artigo 20, *caput*, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
498. Processo : 1.31.000.000103/2011-17 Voto: 1595/2011 Origem: PR/RO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Descaminho. Art. 334 do Código Penal. Tributos não recolhidos calculados em valor inferior ao patamar previsto no art. 20, caput, da Lei nº 10.522/2002 (R$ 10.000,00). Aplicação do princípio da insignificância. Precedentes do STJ e STF. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
499. Processo : 1.33.001.000156/2010-64 Voto: 1596/2011 Origem: PRM/Blumenau/SC
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Suposta prática de crime de desobediência (art. 330 do CP). Descumprimento de penhora de percentual de faturamento de empresa. Ausência de aplicação prévia de multa processual como instrumento coercitivo para inibir atos atentatórios à Justiça: incidência do princípio da subsidiariedade. Falta de intimação do executado para apresentar a forma de efetivação da constrição para fins de aprovação judicial, conforme art. 655-A, § 3º, do CPC. Não configuração de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
500. Processo : 1.04.004.000724/2010-07 Voto: 1597/2011 Origem: PRR 4º REGIÃO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração dos crimes previstos no art. 330 do CP e no art. 10 da Lei nº 7.347/85, consistente na omissão, por parte de dois Prefeitos gaúchos, de dados técnicos indispensáveis à propositura de Ação Civil Pública pelo MPT. Não caracterização. Diligências. Mera desorganização administrativa das secretarias de gabinetes. Solicitação atendida plenamente. Ausência de demonstração de que não foram enviados dados técnicos indispensáveis ao ajuizamento de ACP pelo *Parquet* trabalhista. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
501. Processo : 1.35.000.001893/2010-10 Voto: 1598/2011 Origem: PR/SE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças de informação. Apuração de suposto crime de desobediência (art. 330 do CP) pela ausência de bloqueio de créditos de pessoa jurídica executada em litígio trabalhista. Não caracterização. Informações contidas nos autos revelam a ocorrência de mera negligência funcional. Efetivo cumprimento posterior da ordem judicial. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
502. Processo : 1.14.004.000457/2009-80 Voto: 1599/2011 Origem: PRM/Feira de Santana/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto desvio de verbas públicas federais repassadas para Associação de Moradores. Diligências. Informações contidas nos autos revelam a ausência de liberação de verbas dessa natureza para a referida entidade. Ausência de indícios de conduta lesiva ao erário público. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
503. Processo : 1.29.016.000019/2011-74 Voto: 1600/2011 Origem: PRM/Cruz Alta/RS
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Suposto estelionato previdenciário (art. 171, *caput* e § 3º, do CP) consistente na movimentação da conta bancária, após o óbito, de pensionista da Previdência Social. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que os valores sacados da conta da segurada falecida não se referem ao benefício de pensão por morte, mas de cheques pré-datados emitidos pela investigada, na condição de procuradora, para pagamento de despesas hospitalares. Ausência de dolo de obter para si ou para outrem vantagem ilícita em prejuízo da autarquia previdenciária. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
504. Processo : 1.22.003.000050/2010-24 Voto: 1602/2011 Origem: PRM/Uberlândia/MG
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Peças informativas criminais instauradas a partir de ofício do Ministério Público Estadual de Minas Gerais informando a ocorrência de roubos a ônibus de transporte interestaduais em rodovias estaduais e federais, na região do Triângulo Mineiro. Expedição de ofícios pelo MPF aos órgãos competentes. Esclarecimentos. Ausência de imputação de fato definido como crime. Exaurimento do objeto. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
505. Processo : 1.18.000.001835/2010-77 Voto: 1603/2011 Origem: PR/GO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento investigatório criminal. Apuração de suposta inserção de dados falsos no sistema informatizado da Caixa Econômica Federal (CEF) por parte de gerente responsável pelo setor imobiliário. Possível crime previsto no art. 313-A do CP. Não caracterização. Diligências. Esclarecimentos. Procedimentos entabulados na contratação de financiamento imobiliário desenvolveram-se regularmente. Dados inseridos no referido sistema condizentes com a realidade dos fatos. Inexistência de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
506. Processo : 1.04.004.000058/2007-01 Voto: 1604/2011 Origem: PRR 4º REGIÃO
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Acompanhamento de Convênio firmado entre o Fundo Nacional de Saúde e Município, destinado à melhoria da infraestrutura da saúde municipal. Diligências. Prestação de contas aprovada. Inexistência de indícios de malversação de verbas federais. Regularidade na execução do objeto. Ausência de conduta delituosa. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
507. Processo : 1.15.002.000255/2010-54 Voto: 1605/2011 Origem: PRM/Juazeiro do Norte/CE
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Possível irregularidade praticada em processo licitatório (art. 95 da Lei n° 8.666/93). Diligências. Informações contidas nos autos revelam a ocorrência de mera irregularidade administrativa. Inexistência de tentativa de fraudar o certame. Não configuração de atos de improbidade administrativa ou crime. Ausência de indícios suficientes de materialidade delitiva. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
508. Processo : 1.11.000.000877/2006-65 Voto: 1606/2011 Origem: PRM/Arapiraca/AL
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de eventuais irregularidades na aplicação de recursos federais relativos ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), praticadas por Prefeitura Municipal. Diligências. Informações contidas nos autos revelam a inexistência de aplicação irregular ou desvio dos referidos recursos. Prestação de contas aprovadas. Regularidade na execução do objeto. Ausência de indícios da prática de crime. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
509. Processo : 1.14.004.000004/2009-53 Voto: 1607/2011 Origem: PRM/Feira de Santana/BA
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa
Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de suposta conduta ilícita, perpetrada por Policial Rodoviário Federal, que teria proferido ameaças e agressões verbais, bem como aplicado multa indevida, contra particular. Diligências. A PRF explica que não houve a instauração de processo administrativo disciplinar por falta de consistência e verossimilhança na representação da vítima. Ademais, tal conduta, nos termos do art. 6º, § 3º, alínea b, da Lei nº 4.898/65, é apenado com detenção de dez dias a seis meses, sujeitando-se ao prazo prescricional de 2 anos, consoante o art. 109, inciso VI, do CP. Fato ocorreu em 15/01/2008. Extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição. Arquivamento.
Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.
510. Processo : 1.13.000.000500/2007-12 Voto: 1608/2011 Origem: PR/AM
Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do Código Penal). Diligências. Informações prestadas pela Receita Federal revelam a quitação integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, §2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

511. Processo : 1.15.000.001258/2010-25 Voto: 1609/2011 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Suposto crime de apropriação indébita previdenciária (art. 168-A do CP). Pagamento integral do débito. Extinção da punibilidade (art. 9º, §2º, da Lei nº 10.684/2003). Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

512. Processo : 1.11.000.000445/2006-54 Voto: 1610/2011 Origem: PR/AL

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de crime ambiental (art. 55 da Lei n° 9.605/98) e usurpação de bens da União (art. 2º da Lei nº 8.176/91). Exploração de substância mineral (granito), sem a competente autorização, licença ou permissão. Diligências. Fatos ocorridos entre 1991 e 2000. Investigado maior de setenta anos (art. 115 do CP). Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, III e V, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

513. Processo : 1.01.004.000097/2009-74 Voto: 1611/2011 Origem: PRR 1º REGIÃO

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo criminal. Apuração de crime de responsabilidade praticado por ex-prefeito municipal. Omissão no dever de prestar contas de recursos referentes a convênio (DL 201/67, art. 1º, VII). Prescrição da pretensão punitiva (CP, art. 109, IV). Extinção da punibilidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

514. Processo : 1.25.000.002719/2010-31 Voto: 1612/2011 Origem: PR/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Possível prática de estelionato previdenciário por servidor do INSS, consistente da concessão de benefícios previdenciários fraudulentamente (art. 171, § 3º, do CP). Fatos ocorridos em 1997. Prescrição da pretensão punitiva (art. 109, III, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

515. Processo : 1.26.000.001866/2010-56 Voto: 1613/2011 Origem: PR/PE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de supostas irregularidades praticadas contra órgão público federal (CAPES), consistente na ausência de comprovação da conclusão do Curso de Doutorado. Possível crime de estelionato. Art. 171, § 3º, do CP. Fatos ocorridos em 1997. Ocorrência da prescrição da pretensão punitiva (CP, art. 109, III, do CP). Extinção da punibilidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

516. Processo : 1.25.006.001739/2010-34 Voto: 1614/2011 Origem: PRM/Maringá/PR

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peça informativa criminal. Suposto crime de sonegação previdenciária (art. 337-A do CP). Diligências. O débito referente aos Autos de Infração DEBCAD nºs 37.310.309-3 e 37.310.313-1, decorrem de multa aplicada à pessoa jurídica infratora, inexistindo qualquer conduta criminosa a ser apurada. Os demais créditos tributários ainda não foram definitivamente constituídos. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

517. Processo : 1.17.001.000106/2008-14 Voto: 1615/2011 Origem: PRM/C. de Itapemirim/ES

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo criminal. Suposto crime de sonegação previdenciária (art. 337-A do CP). Diligências. Informações contidas nos autos revelam a ausência de constituição definitiva do crédito tributário. Materialidade da conduta ainda não configurada. Aplicação da Súmula Vinculante nº 24 do STF. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

518. Processo : 1.00.000.014055/2010-21 Voto: 1616/2011 Origem: PRM/Marabá/PA

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de suposto crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal). Sem constatação. Resultado das diligências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta para inexistência de trabalhadores em condições degradantes na Fazenda fiscalizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

519. Processo : 1.00.000.014077/2010-91 Voto: 1617/2011 Origem: PRM/Marabá/PA

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Apuração de suposto crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149 do Código Penal). Sem constatação. Resultado das diligências do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) aponta para inexistência de trabalhadores em condições degradantes na Fazenda fiscalizada. Ausência de materialidade delitiva a ensejar medidas na seara judicial. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

520. Processo : 1.23.000.002277/2010-05 Voto: 1618/2011 Origem: PR/PA

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peças de informação. Suposta prática do crime de redução à condição análoga à de escravo (art. 149, CP). Diligências. Não constatação de condições degradantes de trabalho, de cerceamento da liberdade ambulatória por constituição de dívidas ou vigilância armada, de cerceamento dos meios de locomoção etc. Meras irregularidades. Inexistência de evidências hábeis a possibilitar o enquadramento típico penal do fato. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

521. Processo : 1.15.000.001254/2010-47 Voto: 1619/2011 Origem: PR/CE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento Administrativo. Controle Externo da Atividade Policial no âmbito da Procuradoria da República no Ceará, em razão de supostas irregularidades verificadas na Superintendência Regional da Polícia Federal, consistente na usurpação de função pública, correições e ausência de critérios na tramitação de procedimentos sob segredo de justiça. Expedição regular de Recomendação à referida autoridade policial para que se abstenha de praticar os atos considerados irregulares. Diligências devidamente empreendidas pelo MPF. Esgotamento do objeto do Procedimento. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

522. Processo : 1.23.003.000291/2007-31 Voto: 1620/2011 Origem: PRM/Altamira/PA

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Procedimento administrativo. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade no cumprimento de mandados de busca e apreensão e interceptações telefônicas por parte da Polícia Federal, tendo em vista que há indícios de que as requisições feitas pelo MPF estão sendo preteridas. Diligências. Informações contidas nos autos revelam o cumprimento de todas as requisições. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

523. Processo : 1.26.000.000485/2010-50 Voto: 1621/2011 Origem: PR/PE

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar eventual incúria na elaboração de relatório em inquérito policial cometida por Delegada da Polícia Federal. Diligências. Fato isolado. Informações contidas nos autos revelam que o problema se deu em razão do acúmulo de trabalho e carência de pessoal na época dos fatos. Situação regularizada. Ausência de indícios de dolo ou desídia por parte da investigada. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

524. Processo : 1.16.000.000887/2011-81 Voto: 1622/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peça informativa. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à órgãos da Administração Pública Federal. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

525. Processo : 1.16.000.000888/2011-26 Voto: 1623/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peça informativa. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao BACEN e ao COAF. Diligências. Ofícios adstritos ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

526. Processo : 1.16.000.000918/2011-02 Voto: 1624/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal ou ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

527. Processo : 1.16.000.000972/2011-40 Voto: 1625/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peça informativa. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

528. Processo : 1.16.000.000983/2011-20 Voto: 1626/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal ou ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

529. Processo : 1.16.000.000985/2011-19 Voto: 1627/2011 Origem: PR/DF

Relator : Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa

Ementa : Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal ou ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.

Decisão : Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

530. Processo	:	1.16.000.000989/2011-05	Voto: 1628/2011	Origem: PR/DF
Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
Ementa	:	Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal ou ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.		
Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
531. Processo	:	1.16.000.001044/2011-01	Voto: 1629/2011	Origem: PR/DF
Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
Ementa	:	Peça informativa. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.		
Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
532. Processo	:	1.16.000.001077/2011-42	Voto: 1630/2011	Origem: PR/DF
Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
Ementa	:	Peças de informação. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à Receita Federal ou ao BACEN. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.		
Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
533. Processo	:	1.16.000.006351/2010-99	Voto: 1631/2011	Origem: PR/DF
Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
Ementa	:	Peça informativa. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar a regularidade de solicitações/requisições da Polícia Federal encaminhadas por ofício à órgãos da Administração Pública Federal. Diligências. Ofício adstrito ao objeto do inquérito policial instaurado. Não constatação de qualquer irregularidade. Arquivamento.		
Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		
534. Processo	:	1.34.001.007832/2009-50	Voto: 1632/2011	Origem: PR/SP
Relator	:	Dr. Alexandre Espinosa Bravo Barbosa		
Ementa	:	Procedimento administrativo. Controle externo da atividade policial. Procedimento instaurado com o propósito de verificar eventuais irregularidades cometidas pela Polícia Federal, no que se refere ao transporte de acusados para realização de audiências na Justiça Federal. Diligências. Informações contidas nos autos revelam que o problema se deu em razão da ausência de convênio para manutenção de viaturas, o que já foi sanado. Regularização da situação. Arquivamento.		
Decisão	:	Acolhido por unanimidade o voto do Relator. Participaram da votação a Dra. Julieta E. Fajardo Cavalcanti de Albuquerque e a Dra. Elizeta Maria de Paiva Ramos.		

Confirmada a próxima Sessão de Revisão para o dia 02/05/2011, às 12 horas.

Brasília-DF, 11 de abril de 2011.

RAQUEL ELIAS FERREIRA DODGE
Subprocuradora-Geral da República - Coordenadora da 2ª Câmara

JULIETA E. FAJARDO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE
Subprocuradora-Geral da República - Titular

ELIZETA MARIA DE PAIVA RAMOS
Subprocuradora-Geral da República - Titular

MÔNICA NICIDA GARCIA
Procuradora Regional da República - Suplente

ALEXANDRE ESPINOSA BRAVO BARBOSA
Procurador Regional da República - Suplente

3ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no art. 6.º da Lei Complementar Nº 75/93;

b) a incumbência prevista no 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) a inclusão do objeto do presente procedimento no âmbito de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e no artigo 4º, II, da Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo n.º 1.33.008.000012/2010-48 em Inquérito Civil Público, para apurar notícias de deficiência na prestação dos serviços dos Correios em municípios abrangidos por esta Procuradoria da República, particularmente o recebimento de correspondências em desacordo com os prazos estabelecidos pela empresa pública.

E determina:

1 - a remessa de cópia da presente à 3a. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n.º 87/06/CSMPF, e a publicação, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, inciso VI, e 7º, §2º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007).

PEDRO NICOLAU MOURA SACCO

PORTARIA Nº 3, DE 17 DE MARÇO DE 2011

O Ministério Público Federal, por meio do Procurador da República signatário, no uso das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e considerando:

a) o rol de atribuições elencadas no art. 6.º da Lei Complementar Nº 75/93;

b) a incumbência prevista no 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) a inclusão do objeto do presente procedimento no âmbito de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e no artigo 4º, II, da Resolução n.º 87, de 03 de agosto de 2006, do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Resolve converter o procedimento administrativo n.º 1.33.008.000165/2007-90 em Inquérito Civil Público, para acompanhar o pleito da administração municipal e dos moradores de Itapema junto à ANTT a favor da autorização pelo agência reguladora de um ponto de parada no terminal rodoviário do município para veículos de transporte interestadual de passageiros.

E determina:

1 - a remessa de cópia da presente à 3a. Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para fins do art. 6º da Resolução n.º 87/06/CSMPF, e a publicação, por meio eletrônico (internet), nos moldes dos arts. 4º, inciso VI, e 7º, §2º, inciso II, da Resolução CNMP n.º 23, de 17 de setembro de 2007).

PEDRO NICOLAU MOURA SACCO

PORTARIA Nº 156, DE 24 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República que esta subscreve, no exercício de suas atribuições constitucionais e legais, e

CONSIDERANDO que houve o decurso do prazo previsto no despacho de fl. 75;

CONSIDERANDO que está pendente o encaminhamento, pelo Ministério da Educação, de informações acerca da atual situação do Processo Nº 3546.001297/20005-71, em nome da Associação Educativa e Assistencial Maria Imaculada, essencial para o deslinde do presente;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, caput, da Constituição Federal e art. 1o da Lei Complementar Nº 75/93 - Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, inciso III, da Constituição Federal, c.c. arts. 5o, incisos I, alínea h, e III, alíneas a e b, e 6o, incisos VII, alínea b, e XIV, alínea f, ambos da Lei Orgânica do Ministério Público da União);

CONSIDERANDO que o inquérito civil é procedimento investigatório, instaurado e presidido pelo Ministério Público, destinado a apurar a ocorrência de fatos que digam respeito ou acarretem danos efetivos ou potenciais a interesses que lhe incumba defender, servindo como preparação para o exercício das atribuições inerentes às suas funções institucionais (art. 1º da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 1o da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal);

CONSIDERANDO que o Ministério Público pode - e deve - ajuizar ação civil pública para o ressarcimento de dano ao patrimônio público e/ou destinada a levar a efeito as sanções cíveis decorrentes da prática de ato de improbidade administrativa (arts. 1o, inciso IV, e 5o, § 1o, da Lei Nº 7.347/85 e arts. 5o e 17 da Lei Nº 8.429/92);

CONSIDERANDO que compete aos juízes federais processarem e julgarem as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho (art. 109, inciso I, da Constituição Federal), o que determina, numa perspectiva constitucional, lógica e sistemática, a respectiva atribuição do Ministério Público Federal (art. 70 da Lei Orgânica do Ministério Publico da União);

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL para dar continuidade ao objeto do presente feito:

1. Autuem-se a Portaria e o Procedimento Preparatório Nº 1.34.001.008299/2010-87 (art. 5o, inciso III, da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

2. Registre-se e zele-se pelas respectivas normas (Rotina de Serviços Nº 01/06 da Divisão de Tutela Coletiva).

3. Controle-se o respectivo prazo (art. 9º da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. art. 15 da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

4. Comunique-se a instauração deste inquérito civil à 3a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, inclusive para a publicação, no Diário Oficial, da portaria de instauração (art. 7º, § 2º, incisos I e II, da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público, c.c. arts. 6º e 16, § 1º, inciso I, da Resolução Nº 87/06 do Conselho Superior do Ministério Público Federal).

5. Designo o(s) Analista(s) Processual(ais) e o(s) Técnico(s) Administrativo(s) vinculado(s) ao gabinete para secretariarem o inquérito civil (arts. 4º, inciso V, e 6º, § 1º, da Resolução Nº 23/07 do Conselho Nacional do Ministério Público).

6. Aguarde-se o aviso de recebimento relativo ao ofício expedido em 11/03/2011 ao Secretário Executivo do Ministério da Educação, bem como as informações solicitadas.

Com a resposta, ou decorrido o interstício para tanto, retornem-me os autos conclusos para nova deliberação.

PAULO TAUBEMBLATT

4ª CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

PORTARIA Nº 9, DE 2 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando os fatos apurados preliminarmente no Procedimento Administrativo 1.30.014.000076/2005-12, que indicam a ocorrência de dano ambiental consistente em desmatamento provocado por queimada, ocorrido no interior do PNSB, em local denominado Sítio Bela Vista, Paraty/RJ (AI 351294- D) do IBAMA, de responsabilidade de Sueli de Lima;

b) considerando que é função institucional do Ministério Público da União a defesa do patrimônio nacional e do meio ambiente (LC 75/93, art.5, inciso III, alínea a e d);

c) considerando que a LC 75/93 determina que as atribuições previstas genericamente nos artigos 5º e 6º são funções institucionais do Ministério Público Federal (LC 75/93, art.39, caput);

VEDADA A VENDA DE ASSINANTES DA IMPRENSA NACIONAL

Instaure-se o Inquérito Civil Público Nº 09/2011.

Objeto: apurar a ocorrência de dano ambiental consistente em desmatamento provocado por queimada, ocorrido no interior do PNSB, em local denominado Sítio Bela Vista, Paraty/RJ (AI 351294-D do IBAMA).

Investigado: Sueli de Lima.

Como diligência, determina-se:

a) seja oficiado à Procuradoria Federal do ICMBIO, com cópia de fs. 70, indagando o atual estágio do processo 0.20.22.008181/2004-21, instaurado a partir do AI 351294- D do IBAMA, lavrado em face de Sueli de Lima, esclarecendo se foi firmado TAC ou proposta ACP;

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

DANIELA MASSET VAZ

PORTARIA Nº 20, DE 29 DE MARÇO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei Nº . 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta do Termo de Declarações em anexo, dando conta de desmatamento de uma área de 50X400 metros, no ramal Chico Mendes, Comunidade João Paulo, bairro Puraquequara, supostamente de responsabilidade do Sr. Francisco Gonçalves da Silva Filho, fato ocorrido no dia 19/06/2010, quando houve a retirada de árvores e aterramento da nascente de um igarapé utilizado pela comunidade;

Considerando a afirmação do declarante de que o desmatamento foi realizado com uso de trator e que o responsável não mora no local, onde mantém sítio para passar os finais de semana, demonstrando com fotografias e notícia jornalística da época os fatos narrados;

Considerando que o declarante afirma que, em decorrência do assoreamento, o igarapé tornou-se imprestável para uso da comunidade, que antes dele retirava água para beber, tomar banho e cozinhar, e também prejudicou a piscicultura que realizava no canal do curso d'água, atividade da qual depende para sobrevivência;

Considerando que conforme os documentos juntados pelo declarante, o local do dano ambiental está inserido em terras da SUFRAMA - Ramal do Brasileirinho, km 3, sub-ramal Chico Mendes, razão pela qual a apuração do dano ambiental seria de atribuição do Ministério Público Federal; e

Considerando que apesar do termo de declaração ser datado de 23/08/2010, o referido documento somente chegou a este 2º Ofício Cível em 03/02/2011.

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, apurar notícia de desmatamento e aterro de nascente de igarapé no Ramal do Brasileirinho, km 3, sub-ramal Chico Mendes - área da SUFRAMA,

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se à SEMMAS e ao IPAAM para que, no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhem todos os documentos e autos de infração referentes aos fatos narrados (anexando aos ofícios cópia do termo de declaração). E caso não tenham realizado fiscalização no local, que realizem, no prazo de 30 dias, tomando as providências a seu encargo no tocante à qualificação do infrator e aplicação das respectiva(s) sanção(es) administrativa(s);

IV - Oficie-se à SUFRAMA, encaminhando cópia do termo de declarações e dos documentos que o instruem, para que se manifeste acerca dos fatos narrados, em face da informação de que a área é de sua propriedade;

V - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 21, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei Nº . 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta do documento encaminhado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SDS, referente à denúncia realizada pelo Conselho Municipal de Meio Ambiente de Boca do Acre/AM, dando conta da invasão de terras de domínio da União e extração ilegal de madeira;

Considerando informação prestada por moradores do "PAE-Antimary" e das comunidades Remanso, Praia dos Paus, Sardinha e Santa Amélias, todas localizadas no Rio Purus, de que pessoas provenientes do Município de Sena Madureira e outros Município do Estado do Acre estariam invadindo terras do domínio da União, expropriando os posseiros de suas colocações de castanha e que tais ações prenunciam iminentes conflitos com os moradores das referidas comunidades;

Considerando que em face das afirmações supra, os originais dos documentos foram encaminhados ao 1º Ofício Cível, para as providências a seu encargo;

Considerando que referidos comunitários também relatam a ocorrência de extração de madeira com uso de máquinas (tratores) em grandes quantidades, sendo esses recursos naturais escoados pela estrada que liga as comunidades ao Município de Sena Madureira.

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, apurar notícia de extração de madeira, com uso de máquinas, em comunidades do Município de Boca do Acre/AM, e seu escoamento por estradas que ligam essas comunidades ao Município de Sena Madureira/AC,

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta Portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se ao IPAAM, encaminhando cópia do Ofício/SDS Nº 058/2011-GS e documento anexo, para que:

a) no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se acerca dos fatos narrados, bem como da dominialidade do local onde se alega estar ocorrendo extração ilegal de madeira, e

b) no prazo de 30 (trinta) dias, realize fiscalização no local, visando constatar os danos ambientais, qualificar o(s) responsável(is) e aplicar as sanções pertinentes, remetendo o respectivo relatório para conhecimento do MPF.

IV - Oficie-se ao INCRA (encaminhando cópia do Ofício/SDS Nº 058/2011-GS e documento anexo) solicitando informar se o local onde estaria ocorrendo extração de madeira está situado em terras de propriedade da União, no prazo de 20 dias; e

V - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 25, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei Nº . 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta no PARECER Nº 009/2011, enviado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (documento em anexo), relatando a denúncia de lavra ilegal de areia, envolvendo o senhor Milton Xavier Cordeiro, no Município de Manaus/AM, na Colônia Ephigênio Sales, km 07 do Ramal do km 10 da BR - 174 , Lotes 27 e 28;

Considerando que foi expedida a LICENÇA MUNICIPAL DE CONFORMIDADE SEMMA Nº 047/2006, em 09/01/2007, para lavra de areia numa área de 3,75 ha, bem como a LICENÇA DE OPERAÇÃO IPAAM Nº 347/07, para a área de 3,75 ha, em 16/07/2007, tendo ambas sido renovadas até 2010;

Considerando que o DNPM realizou vistorias no local e concluiu pela ocorrência da prática de extração ilegal de areia nas áreas dos Processos DNPM Nº 880.089/2007 e 880.488/2008, uma vez que durante as 03 (três) vistorias realizadas, foi possível identificar que o suposto autor do crime contra o patrimônio da União foi o próprio titular dos referidos processos (senhor MILTON XAVIER CORDEIRO);

Considerando que o conteúdo volumétrico de material arenoso extraído foi de 138.637,26 (cento e trinta e oito mil, seiscentos e trinta e sete vírgula vinte e seis) metros cúbicos de areia. E utilizando-se da Resolução n. 029/2010 GSEFAZ/AM, que fixa os valores mínimos para a base de cálculo do ICMS no Estado do Amazonas, foram extraídos até o dia 17/09/2009, volumes capazes de gerar uma riqueza atualizada em espécie de R$ 1.386.372,60 (um milhão, trezentos e oitenta e seis mil, trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos);

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, apurar denúncia de lavra ilegal de areia em áreas de titularidade do senhor Milton Xavier Cordeiro, no Município de Manaus/AM, na Colônia Ephigênio Sales, km 07 do Ramal do km 10 da BR - 174 , Lotes 27 e 28.

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se à SEMMAS e ao IPAAM, para que se manifestem acerca dos fatos narrados, bem como apresentem os documentos pertinentes, no prazo de 20 (vinte) dias. E que procedam à fiscalização no local, para verificar a situação atual da área e se há indícios de extração de areia recente;

IV - Envie-se cópia dos documentos anexos ao Coordenador Criminal, por se tratar de crime ambiental; e

V - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 38, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei Nº . 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando que a Ação Ordinária proposta pelo IBAMA em face do Município de Humaitá e outros, tendo em vista a realização do chamado "Garimpo do Juma", na qual o MPF atua como custus legis, foi extinta com resolução do mérito em virtude da homologação de TACA assinado entre as partes, nos termos do art. 269, III do CPC;

Considerando que após a sentença de homologação do acordo, de 21/05/2010, o IPAAM remeteu, em janeiro de 2011, o Relatório de Vistoria n. 236/10-GRHM, atendendo a requisição ministerial que havia sido feita no ano de 2009, ou seja, ANTES da celebração do TAC para extinção do feito, do qual constam as seguintes informações relevantes:

a) foi verificado alto índice de malária na região, onde existem atualmente em torno de 417 pessoas, incluindo crianças e mulheres;

b) não há comprovação do cumprimento dos itens III, IV e V da cláusula quarta do Termo de Acordo Extrajudicial, assinado em 18 de março de 2010, e nem foi apresentada justificativa técnica para manutenção de máquina pesada no garimpo, expedindo-se a Notificação n. 015907-GRHM; e

c) é necessário adotar medidas para melhorar a qualidade socioambiental da área em questão, como: a redução dos índices de malária, melhoria da qualidade da água para consumo doméstico, gestão dos resíduos domésticos sanitários, capacitação dos cooperados para atuar como uma cooperativa de fato, melhoria das moradias, entre outras; e

Considerando a necessidade de o IPAAM comprovar se houve o atendimento integral da Notificação n. 015907-GRHM, uma vez que não foi estipulado prazo para o seu cumprimento, no próprio documento,

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, acompanhar o cumprimento do Termo de Acordo Extrajudicial que extinguiu a Ação referente ao Garimpo do Juma, buscando soluções também para a área impactada não incluída no referido TACA.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se ao IPAAM para comprovar se houve o atendimento integral da Notificação n. 015907-GRHM, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, uma vez que não foi estipulado prazo para o seu cumprimento, no próprio documento; e

IV - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

CAROLINA MARTINS MIRANDA DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 41, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei Nº . 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta do PARECER TÉCNICO Nº 191/11 - GECF, relatando vistoria realizada por técnicos do IPAAM, no dia 03/12/2010, no suposto endereço da empresa R. RODRIGUES DE PAULA FILHO, CNPJ Nº 02.240.202/0001-36, localizada na Av. Cosme Ferreira, Nº 6203, Bairro São José Operário, Manaus-AM, cujo objetivo foi verificar se a empresa funcionava no endereço informado no sistema DOF, uma vez que durante monitoramento de indústrias madeireiras do Estado do Amazonas, ao referido Sistema, constatou-se que a empresa em questão havia realizado conversão indevida de madeira em Tora para Torete (rolo resto) e ainda, que possuía em Sistema um pátio localizado na Rua Rio Carauari, Nº 31, casa A, Bairro São José Operário, Manaus-Am;

Considerando que durante a vistoria no suposto endereço, ficou constatado que a indústria madeireira não funcionava no local informado ao sistema DOF, sendo localizada naquele endereço a empresa Shopping da Construção Ltda., CNPJ Nº 07.232.517/0001-55, cuja proprietária informou desconhecer a existência da empresa R. Rodrigues de Paula Filho. Foi feita ainda, no mesmo dia,vistoria em duas residências localizadas na Rua Rio Carauari, também identificada como Rua Marginal, ambas de Nº 31, Bairro São José Operário, Manaus-AM, a fim de que se encontrasse o referido Pátio R. Rodrigues Pátio 1, mas que também não foi achado;

Considerando a inexistência da empresa R. Rodrigues de Paula Filho nos endereços disponíveis no sistema DOF e a falta de registro da referida empresa no IPAAM, podendo a mesma ser caracterizada como "Empresa Fantasma", e que a empresa em questão realizou conversões e comercialização de madeira "crédito" no sistema DOF, entende-se que toda movimentação de madeira neste sistema de controle serviu apenas para acobertar madeira ilegal "crédito";

Considerando que alguns empreendimentos que constam na tabela DOF e que comercializam com a empresa em questão, estão com suas Licenças de Operação vencidas, conforme parecer técnico, é sugerido, que estes empreendimentos tenham seu acesso bloqueado ao sistema DOF ou as suas AUTEX (ACOF) suspensas no referido sistema, bem como, que seja feita vistoria/fiscalização nos PMFS que comercializaram madeira, para verificar se houve exploração na área e se as informações existentes no sistema DOF correspondem com aquelas verificadas no parcer, a fim de que sejam tomadas as medidas administrativas cabíveis, incluisve verificar a possibilidade de autuar as empresas que comercializaram madeira em sistema DOF com a empresa R. Rodrigues de Paula Filho;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, apurar a regularidade ambiental inerente a comercialização de madeira da empresa R. RODRIGUES DE PAULA FILHO, CNPJ Nº 02.240.202/0001-36, cujo endereço informado ao sistem DOF não corresponde àquela, a fim de que sejam tomadas as providências cabíveis.

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se ao IPAAM, encaminhando cópias dos documentos em anexo e requisitando, no prazo de 10 (dez) dias:

a. para que proceda vistoria/fiscalização nos PMFS que comercializaram madeira, para verificar se houve exploração na área e se as informações existentes no sistema DOF correspondem com aquelas verificadas no parcer, a fim de que sejam tomadas as medidas administrativas cabíveis;

b. que informe se já houve autuação da empresa R. RODRIGUES DE PAULA FILHO, uma vez que ficou constatado em vistoria que o empreendimento não existe no endereço informado e que a empresa realizou conversão e comercialização de madeira, inclusive informando, se já foi paga a devida multa, e

IV - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 42, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei Nº . 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta na notícia jornalística em anexo, dando conta de que a Eletrobrás-Amazonas Energia iniciou as obras de construção de Usinas Termelétricas, movidas a gás natural, nos municípios de Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, decorrentes da implantação do Gasoduto Coari-Manaus, sem a obtenção de licença de instalação do IPAAM;

Considerando que a própria empresa reconhece a infração à legislação ambiental, sendo que imputa ao gerente responsável pela implantação das usinas, o "equívoco" consistente no início das obras apenas com base em Licença Prévia obtida no dia 24/03/2010, e apresentação de EIA/RIMA, ao IPAAM;

Considerando que houve a ocorrência de danos ambientais, como por exemplo, supressão vegetal, havendo o vereador de Caapiranga, Sr. Sebastião Nunes (PDT), informado o desmatamento de cerca de três mil metros quadrados de mata secundária;

Considerando que outra notícia, publicada na mesma data e no mesmo jornal, dá conta de que a empresa já havia cometido a mesma infração à legislação ambiental, no ano de 2010, quando também iniciou a implantação da UTE de Iranduba, sem licenciamento ambiental do IPAAM;

Considerando que o MPF instaurou o ICP n. 1.13.000.002423/2009-05, para analisar o descumprimento da LI n. 61/04 - IPAAM (gasoduto Coari-Manaus); e

Considerando que o início de obras sem o devido licenciamento ambiental configura o crime previsto no art. 60 da Lei 9.605/98;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, apurar a responsabilidade civil da Eletrobrás-Amazonas Energia e seus representantes legais, em virtude dos danos ambientais verificados pelo início de implantação das Usinas Termelétricas a gás dos municípios de Anamã, Anori, Caapiranga e Codajás, decorrentes da implantação do Gasoduto Coari-Manaus, sem a obtenção de licença de instalação do IPAAM

Para isso, DETERMINA:

I - Autue-se em apenso ao ICP n. 1.13.000.002423/2009-05, e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se ao IPAAM e à Eletrobrás/Amazonas Energia, requisitando no prazo de 10 (dez) dias, a remessa da íntegra dos procedimentos gerados em relação ao fato objeto desta Portaria, bem como aquele ocorrido no ano de 2010, pela instalação da UTE de Iranduba, também sem a devida licença ambiental;

IV - Com as respostas do IPAAM e da Eletrobrás/Amazonas Energia, distribua-se cópia dos documentos, pela COJUR, entre os 3º e 4 º Ofícios Cíveis, para as providências que entenderem cabíveis em relação a possível prática de improbidade administrativa por diretores e/ou servidores da Eletrobrás/Amazonas Energia;

V - Com as respostas do IPAAM e da Eletrobrás/Amazonas Energia, encaminhe-se cópia dos documentos ao Coordenador Criminal para as providências que entender cabíveis, naquela esfera de responsabilidade, pela prática do crime ambiental tipificado no art. 60 da Lei n. 9.605/98, e outros que possam vir a ser apurados; e

VI - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM;

ELOI ZATTI FACCIONI

PORTARIA Nº 27, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como que tem por função institucional zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados aos cidadãos na Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Considerando que, para o desempenho de tais atribuições, a Constituição Federal e a legislação infraconstitucional lhe conferem a titularidade da promoção do inquérito civil e ainda que não de forma exclusiva da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigos 127 e 129 da Constituição Federal; artigo 6º, VII da Lei Complementar Nº 75/93 e artigo 8º, § 1º da Lei 7.347/85);

Considerando os termos da Resolução Nº 23/2007, do CNMP, notadamente o que dispõe o artigo 4º do referido ato;

Considerando a documentação de fls. 02/110, indicando a possível ocorrência de lesão a interesses ou direitos de natureza metaindividual, consubstanciada em eventual degradação ambiental decorrente da supressão de vegetação em área de preservação permanente, correspondente à mata ciliar do Rio Coritiba, com a conseqüente construção da denominada Marina São Pedro, no Município de Itanhaém/SP, determino a instauração do INQUÉRITO CIVIL Nº 1.34.012.000468/2010-10 para a apuração dos fatos, ordenando, para tanto:

a) autuação e registro pertinentes destes autos como inquérito civil;

b) afixação de cópia desta Portaria em local de costume, nas dependências desta Unidade, para publicação, pelo prazo de 30 dias;

c) remessa de cópia desta Portaria, para publicação em veículo oficial, à 4ª CCR/MPF.

Fica designado para funcionar como Secretária neste feito Cláudia Moraes da Silva, Analista Processual e Isabel Carvalho dos Santos Silva, Técnico Administrativo, ou outro servidor atuando em substituição a estas.

LUIZ ANTONIO PALACIO FILHO

PORTARIA Nº 30, DE 15 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela Procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

Considerando que compete ao Ministério Público a defesa dos interesses difusos e coletivos envolvendo o meio ambiente e, especificamente, a propositura das ações de responsabilidade por danos morais e materiais causados ao meio ambiente (art. 129, III, da Constituição Federal e art. 1º, I, da Lei nº. 7.347/1985);

Considerando a função institucional do Ministério Público de promover o inquérito civil público e a ação civil pública para a defesa de interesses difusos e coletivos, dentre os quais o meio ambiente, conforme reconhecido, expressamente, na Lei Orgânica do Ministério Público da União (LC Nº 75, de 20.5.93, art. 6º, inc. VII, alínea "b" e "d");

Considerando o disposto na Resolução n. 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando o que consta na notícia jornalística em anexo, dando conta de que "extração de areia está destruindo praia de comunidade no interior do Amazonas", referindo-se a comunidade do Açutuba, no Município de Iranduba/AM;

Considerando que consta da matéria que o IPAAM teria licenciado a atividade em favor da empresa Mosaico Engenharia e Comércio Ltda., autorizando a extração de 745.500 m3 de areia, numa área de 4,97 hectares, licença ambiental que teria sido suspensa no último dia 08/02/2011 devido aos impactos produzidos na praia;

Considerando que a areia teria como destino a obra de urbanização e revitalização do Complexo da Ponta Negra, que atinge bem da União, qual seja o Rio Negro (rio federal, nos termos do art. 20, III da CF/88);

Considerando que o local da extração mineral fica localizado na zona de amortecimento do Parque Nacional de Anavilhanas, unidade de conservação federal, de proteção integral, sendo que moradores da comunidade do Açutuba informaram, à reportagem, que após o embargo pelo IPAAM, "as embarcações seguiram para o Parque de Anavilhanas, para continuar a retirada de areia";

Considerando a notícia extraída no "blog da floresta", acessado no dia 15/03/2011, com fotografias, em anexo, dando conta da construção de uma praia perene artificial (aterro sobre o Rio Negro) na Ponta Negra;

Resolve INSTAURAR INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO para, sob sua presidência, apurar denúncia de lavra ilegal de areia na praia do Açutuba, município de Iranduba/AM, para uso na obra de urbanização e revitalização do Complexo da Ponta Negra, em Manaus/AM, bem como a construção de uma praia perene artificial (aterro sobre o Rio Negro) na Ponta Negra,

Para isso, DETERMINA:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - Autue-se e registre-se no âmbito da PR/AM, fazendo-se as anotações necessárias em livro próprio;

II - Comunique-se a instauração à douta 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por meio eletrônico, inclusive com encaminhamento desta portaria em arquivo digital;

III - Oficie-se ao IPAAM e ao DNPM, requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, que encaminhem toda a documentação existente relativa à extração mineral em comento;

IV - Oficie-se ao ICMBio requisitando, no prazo de 10 (dez) dias, manifestação acerca dos eventuais impactos ambientais da atividade sobre o PARNA Anavilhanas, bem como para que informe se expediu anuência do IPAAM para o licenciamento ambiental da extração mineral no local;

V - Oficie-se a SEMMAS e a SEMINF para que encaminhem, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, respectivamente, a íntegra do procedimento de licenciamento ambiental (inclusive da extração mineral) e o projeto executivo da obra da revitalização da praia da Ponta Negra; e

VI - Envie-se cópia dessa Portaria, por meio digital, à Assessoria de Comunicação da PR/AM (Ascom), para afixação no quadro de avisos desta Procuradoria, pelo prazo de 10 (dez) dias e divulgação no site da PR-AM.

ATHAYDE RIBEIRO COSTA

PORTARIA Nº 33, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República subscrito, com lastro nos arts.127 caput e 129 da Constituição da República de 1988, bem como art.6º, VII, da Lei Complementar 75/93; e

Considerando o disposto na Resolução Nº 87/2006 do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

Considerando o disposto na Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público;

Considerando a necessidade de continuidade das investigações dos fatos, DETERMINA:

I - Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.30.017.000129/2011-13 com a seguinte ementa:

"MEIO AMBIENTE. Apuração da regularidade da LI FE011158, supostamente expedida sem o devido processo legal (ausência de licença prévia, EIA-RIMA, audiência pública) para implantação de aterro sanitário, em Belford Roxo, na Estrada do Cadunga, lote 436 - Núcleo Colonial São Bento, dentro de área de segurança aeroportuária."

II - Comunique-se à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para conhecimento e publicação.

RENATO DE FREITAS SOUZA MACHADO

PORTARIA Nº 49, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em avaliar e apurar possíveis danos ao meio ambiente (Ilha do Medo, Município de Itaparica) decorrentes de atividades fundamentadas em estudos ambientais irregulares.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício de fl. 146.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 50, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar devastação em área de Mata Atlântica, próximo ao Morro da Aeronáutica, em Ondina. Município: Salvador/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) expeça-se ofício à empresa ONDINA LODGE EMPREENDIMENTOS SPE LTDA (endereço fl. 25), com cópia da fl. 25 dos autos, solicitando informações sobre o cumprimento da NOTIFICAÇÃO Nº 2011-001056/TEC/NOT-0151, devendo ser encaminhados documentos que comprovem o cumprimento da referida notificação.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 52, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes do empreendimento hoteleiro Invisa Internacional Hotéis Ltda, localizado na Fazenda Costa Azul, Município de Jandaíra.

Determino a realização da seguinte diligência: a) aguarde-se em cartório por 30 (trinta) dias a resposta do ofício constante à fl. 38 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 53, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério pela empresa CERÂMICA SÃO REMO LTDA, situada na Estrada Velha Salvador-Feira de Santana, Km 40, Camaçari - BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) expeça-se ofício à Procuradoria da União na Bahia, solicitando informações sobre eventual propositura de ação ou existência de processo cujo objeto envolva a empresa CERÂMICA SÃO REMO LTDA - CNPJ Nº 136798320001-28.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 54, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério pela pessoa jurídica HILDA RODRIGUES LARA, localizada na Rua Marechal Floriano 74, distrito de Parafuso, Camaçari - BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício de fl. 45, com cópia do RFA Nº 399/2004, bem como cópia do ofício de fl. 40 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 55, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério pela pessoa jurídica MINERAÇÃO SERRA VERDE LTDA, CNPJ Nº 03.849.862/0001-81, localizada em Camaçari - BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) cumpra-se a parte final do despacho de fl. 21 dos autos, encaminhando cópia do Relatório de Fiscalização Ambiental constante às fls. 39/40.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 56, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério pela pessoa jurídica CERÂMICA OUREM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, referente ao processo DNPM Nº 874.363/93.

Determino a realização da seguinte diligência: a) expeça-se ofício ao Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, com cópia da fl. 18 dos autos, solicitando informações atualizadas sobre o processo DNPM Nº 874.363/93, bem como solicitando seja informada a situação atual da área correspondente ao referido processo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 57, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério pela pessoa jurídica LITORAL NORTE TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA, localizada no Loteamento Curvas do Rio, Lt. 31, Estrada do Côco, Km 09, Catu de Abrantes, Camaçari - BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) reitere-se o ofício de fl. 45 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 58, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério no Loteamento Alamedas do Rio, Camaçari - BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) considerando que dentre os ofícios encaminhados às fls. 43/46, apenas o IMA não respondeu, reitere-se o ofício constante às fls. 45/46 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 59, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes da inadequada destinação final de pneus pela empresa BKS Import Ltda, nos anos de 2004/2005.

Determino a realização da seguinte diligência: a) expeça-se ofício ao IBAMA, com cópia da documentação constante às fls. 37/61 dos autos, solicitando que informe se a empresa BKS Import Ltda cumpriu sua obrigação quanto à destinação de pneus inservíveis nos anos de 2004/2005.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 60, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar danos ambientais decorrentes da extração irregular de minérios pela empresa Cerâmica Coqueiro Ltda, na localidade da fazenda Melancia, zona rural de Cruz das Almas/BA.

Determino a realização da seguinte diligência: a) cumpra-se a parte final do despacho de fl. 29, encaminhando ao DNPM cópia da documentação constante às fls. 37/43 dos autos.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 61, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério no local denominado Capuame, próximo a localidade de Biribeira, Camaçari - BA desenvolvida pela empresa Areal Santo Antônio de Capuame Ltda.

Determino a realização da seguinte diligência: a) oficie-se o IMA para a realização de vistoria na região visando a apuração de eventuais danos ambientais e a elaboração de relatório de fiscalização.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 63, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos ambientais decorrentes de extração irregular de minério pela pessoa jurídica Cerâmica Bloco Forte LTDA., referente ao processo DNPM Nº 872.774/94.

Determino a realização da seguinte diligência: a) expeça-se ofício ao Departamento Nacional de Produção Mineral-DNPM, com cópia da fl. 19 dos autos, solicitando informações atualizadas sobre o processo DNPM Nº 872.774/94, bem como informação acerca da situação atual da área correspondente ao referido processo.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 65, DE 2 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar danos ambientais decorrentes da extração irregular de minérios nas proximidades da Fazenda Girolândia, em Camaçari/BA, sob responsabilidade da OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA.

Determino a realização das seguintes diligências: a) expeça-se ofício à empresa OTTOMAR MINERAÇÃO LTDA, com cópia das fls. 85/94 dos autos, solicitando manifestação acerca dos fatos informados no Relatório de Fiscalização Ambiental RFA-2345/2010-8765, encaminhado pelo IMA; b) expeça-se ofício ao DNPM, com cópia das fls. 85/94, solicitando vistoria in loco para informar sobre a situação atual da área.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 74, DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em apurar eventuais danos causados ao meio ambiente por empreendimento privado (construção de terminal portuário). Município: Salvador.

Determino a realização da seguinte diligência: a) diante da documentação encaminhada pelo IBAMA (176/185), e considerando a Informação Técnica constante às fls. 166/169, encaminhe-se os autos ao analista pericial em biologia desta PR/BA, a fim de agendar a vistoria conjunta sugerida no último parágrafo da IT (fl. 169 dos autos).

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 77, DE 10 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pela procuradora da República signatária, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/93;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando a necessidade de novas diligências para apuração dos fatos;

Resolve o signatário, CONVERTER o Procedimento Administrativo anexo em INQUÉRITO CIVIL, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o Procedimento Administrativo que a acompanha como inquérito civil. Registre-se que o objeto do IC consiste em avaliar e apurar eventuais danos causados ao meio ambiente, decorrentes de evento festivo, causados por empreendimentos privados. Município: Camaçari-Bahia.

Determino a realização das seguintes diligências: a) junte-se a documentação anexa; b) encaminhe-se ao analista pericial em biologia desta PR/BA, Fábio Oliveira, a fim de que seja marcada nova data para a realização da vistoria.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta conversão à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

BARTIRA DE ARAÚJO GÓES

PORTARIA Nº 81, DE 3 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, presentado pelo Procurador da República que esta subscreve, com fundamento nos artigos 127 e 129, incisos III e VI, ambos da Constituição da República Federativa do Brasil, e artigos 5º, incisos I e III, 6º, incisos VII, alínea "b", e XIV, alínea "f", e 7º, inciso I, da Lei Complementar Nº 75/1993 (Lei Orgânica do Ministério Público da União), e

CONSIDERANDO os elementos probatórios já colhidos no Procedimento Administrativo Nº 1.32.000.000086/2010-91, instaurado com o escopo de apurar ausência de licenciamento para a extração de piçarras na Comunidade Indígena Camarém por parte do Exército, na construção do 6º Pelotão Especial de Fronteira.

CONSIDERANDO a documentação extraída do Procedimento 1.32.000.000260/2002-96, por determinação do signatário, por tratar-se de assunto diverso daquele versado no procedimento supracitado.

CONSIDERANDO que expirou o prazo para a tramitação do mencionado Procedimento Administrativo sem que fosse possível realizar-se promoção de arquivamento ou a propositura de ação civil pública, havendo a necessidade de continuidade das apurações, visando carrear aos autos mais elementos de convicção;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao disposto no artigo 4º, § 4º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, e artigo 2º, § 7º, da Resolução CNMP Nº 23/2007, regularizando o curso procedimental;

Resolve determinar o seguinte:

1. Converta-se o presente Procedimento Administrativo em Inquérito Civil Público;

2. Oficie-se o IBAMA/RR, requerendo informações acerca do processo administrativo Nº 02025.001797/2001-91;

3. Comunique-se à Colenda 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

5. Providencie-se a publicação da presente Portaria (art. 5º, inciso VI, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, e art. 4º, inciso VI, da Resolução CNMP Nº 23/2007), solicitando-se que seja informado tão logo tal publicação aconteça, para os fins do art. 9º, § 9º, da Resolução CSMPF Nº 87/2006, e art. 6º, § 10, da Resolução CNMP Nº 23/2007.

RODRIGO TIMÓTEO DA COSTA E SILVA

PORTARIA Nº 88, DE 5 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio da Procuradora da República infra-assinada, com base nas suas atribuições constitucionais, legais e regulamentares, e, especialmente, com fulcro nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, e artigos 5º, I, h, III, b, V, b e 6º, VII, da Lei Complementar n.º 75/93:

a) considerando que o art. 7º, I, da LC n.º 75/93 estabelece que incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais, instaurar inquérito civil público;

b) considerando que a Lei n.º 7.347/85, em seu art. 8º, §1º, dispõe que o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil;

c) considerando o teor dos arts. 4º, 5º, 6º e 8º da Resolução CSMPF n.º 87/2006 (com redação alterada pela Resolução CSMPFn.º 106/2010), que regulamenta a instauração e tramitação do Inquérito Civil no âmbito do Ministério Público Federal;

d) considerando a instauração do Procedimento Administrativo MPF/PR/ES n.º 1.17.000.001299/2010-47 para apurar a adoção de medidas para preservação do sítio arqueológico no bairro Fradinhos, Vitória/ES;

e) considerando que o IPHAN, em vistoria realizada no local, verificou a presença de grande quantidade de material cerâmico;

f) considerando que o IPHAN desenvolverá plano de ação objetivando a realização de pesquisa arqueológica no bairro de Fradinhos e entorno, bem como programa de educação patrimonial para a sociedade capixaba;

g) considerando que a aludida autarquia vem adotando medidas para obtenção dos recursos necessários à implantação do projeto de pesquisa arqueológica de Fradinhos;

h) considerando a necessidade de se acompanhar as medidas adotadas para o resgate e preservação do sítio arqueológico;

Resolvo, nos termos do art. 4º, §4º, da Resolução CSMPF n.º 87/2006 (alterada pela Resolução CSMPF n.º 106/2010), converter o Procedimento Administrativo MPF/PR/ES n.º 1.17.000.000894/2010-65 em Inquérito Civil Público para orientar a atuação do MPF, com vistas à eventuais medidas judiciais ou extra-judiciais.

i) Autue-se, com a seguinte ementa: "Apurar adoção de medidas para preservação do sítio arqueológico no bairro Fradinhos, Vitória/ES";

ii) Certifique-se a 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF da presente Portaria;

iii) Designo como Secretária deste ICP a servidora Fernanda Caser, enquanto lotada neste gabinete;

iv) Publique-se.

ELISANDRA DE OLIVEIRA OLÍMPIO

PORTARIA Nº 112, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando o ofício Nº 227 encaminhado pela SUPMEP-INEA a esta Procuradoria da República noticiando requerimento administrativo de licenciamento ambiental formulado pela empresa Azemac Metalúrgica Comércio e Serviços Ltda CNPJ 02.060.410/0001-53;

d) considerando que a referida empresa está situada a 70 m do Rio Paraíba do Sul, e que entre ela e o rio há um via pública;

e) considerando que a referida empresa possivelmente ocupa a faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul;

f) considerando está em trâmite nesta Procuradoria da República o ICP 1.30.010.000066/2003-47, que cuida, de forma genérica, das ocupações da faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul no município de Volta Redonda, sendo que, neste inquérito, foi elaborada proposta de TAC visando solucionar problemas semelhantes ao da empresa Azemac;

g) considerando que o artigo 20, III da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terreno de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

h) considerando que a faixa marginal de proteção dos corpos hídricos é região não edificável e de preservação permanente, haja vista sua função de equilíbrio dos níveis de água e de preservação da mata ciliar, nos termos do art. 3º, I da Resolução CONAMA Nº 303/2002;

i) considerando que o art. 225 da Constituição Federal preconiza como direito fundamental a toda coletividade o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

j) é função institucional do Ministério Público proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição da República;

i) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar a regularidade ambiental da empresa Azemac Metalúrgica Comércio e Serviços Ltda CNPJ 02.060.410/0001-53, no tocante a possível ocupação irregular da Faixa Marginal de Proteção do Rio Paraíba do Sul, em Volta Redonda.

Autue-se a presente portaria e a documentação que a acompanha como inquérito civil.

Acautelem-se os presentes autos em Cartório pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido este prazo venham os autos conclusos, junto com o ICP 1.30.010.000066/2003-47 para análise.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 113, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando o ofício Nº 226 encaminhado pela SUPMEP-INEA a esta Procuradoria da República noticiando requerimento administrativo de licenciamento ambiental formulado pela empresa Irmãos Pena Caldeiraria e Usinagem Ltda;

d) considerando que a referida empresa está situada a 40 m do Rio Paraíba do Sul, e que entre ela e o rio há um via pública;

e) considerando que a referida empresa possivelmente ocupa a faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul;

f) considerando está em trâmite nesta Procuradoria da República o ICP 1.30.010.000066/2003-47, que cuida, de forma genérica, das ocupações da faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul no município de Volta Redonda, sendo que, neste inquérito, foi elaborada proposta de TAC visando solucionar problemas semelhantes ao da empresa Irmãos Pena;

g) considerando que o artigo 20, III da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terreno de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

h) considerando que a faixa marginal de proteção dos corpos hídricos é região não edificável e de preservação permanente, haja vista sua função de equilíbrio dos níveis de água e de preservação da mata ciliar, nos termos do art. 3º, I da Resolução CONAMA Nº 303/2002;

i) considerando que o art. 225 da Constituição Federal preconiza como direito fundamental a toda coletividade o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

j) é função institucional do Ministério Público proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição da República;

i) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar a regularidade ambiental da empresa Irmãos Pena Caldeiraria e Usinagem Ltda, no tocante a possível ocupação irregular da Faixa Marginal de Proteção do Rio Paraíba do Sul, em Volta Redonda.

Autue-se a presente portaria e a documentação que a acompanha como inquérito civil.

Acautelem-se os presentes autos em Cartório pelo prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido este prazo venham os autos conclusos, junto com o ICP 1.30.010.000066/2003-47 para análise.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RODRIGO DA COSTA LINES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 114, DE 6 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando o ofício Nº 128/2011 encaminhado pelo IBAMA a esta Procuradoria da República noticiando a lavratura do Auto de Infração Nº 690782 e do termo de embargo Nº 587593, todos em face da empresa São João Batista Transportes Municipal Ltda, em razão de promover atividade potencialmente poluidora sem as licenças ambientais necessárias;

d) considerando que a referida empresa possivelmente ocupa a faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul;

e) considerando que o artigo 20, III da Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que são bens da União os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terreno de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

f) considerando que a faixa marginal de proteção dos corpos hídricos é região não edificável e de preservação permanente, haja vista sua função de equilíbrio dos níveis de água e de preservação da mata ciliar, nos termos do art. 3º, I da Resolução CONAMA Nº 303/2002;

g) considerando que o art. 225 da Constituição Federal preconiza como direito fundamental a toda coletividade o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e a sociedade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;

h) é função institucional do Ministério Público proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses difusos e coletivos, nos termos do artigo 129, III, da Constituição da República;

i) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

Instaure-se INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com o objetivo de apurar a regularidade ambiental da empresa São João Batista Transportes Municipal SA, CNPJ 28.676.161/0001-19, no tocante a possível ocupação irregular da Faixa Marginal de Proteção do Rio Paraíba do Sul e eventual exercício de atividade sem licenciamento ambiental.

Autue-se a presente portaria e a documentação que a acompanha como inquérito civil.

Como diligência inicial deverá ser expedido ofício a SUPMEP/INEA requisitado que informe, comprovadamente, se a empresa São João Batista Transportes Municipal Ltda, CNPJ 28.676.161/0001-19, possui licença de operação válida, bem como se a mesma ocupa a faixa marginal de proteção do Rio Paraíba do Sul, haja vista a lavratura pelo IBAMA de auto de infração e termo de embargo anexos.

Ato contínuo, o CARTÓRIO deverá cumprir a determinação contida no item '2' do despacho exarado na informação também anexa.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução Nº 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

RODRIGO DA COSTA LINES

PORTARIA Nº 148, DE 2 DE MAIO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001655/2010-10

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.001655/2010-10, tendo como objeto não-prestação de conta da localização de plantel de passeriformes não encontrado em vistoria realizada em endereço cadastrado, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SCHNEIDER

PORTARIA Nº 148, DE 18 DE ABRIL DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por intermédio do Procurador da República signatário, com fundamento nas disposições constitucionais e legais, e CONSIDERANDO:

a) o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) o disposto na Resolução do Conselho Superior do Ministério Público Federal Nº 87, de 3 de agosto de 2006, a qual preceitua a necessidade da descrição do fato objeto da presente investigação;

f) a publicação da Instrução Normativa Nº 3, de 1º de abril de 2011, assinada pelo Presidente do IBAMA, que autoriza o cadastramento indiscriminado de animais exóticos em território nacional;

g) que referida Instrução Normativa contraria a Convenção de Diversidade Biológica, da qual o Brasil é signatário;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO com vistas a apurar a ilegalidade da Instrução Normativa Nº 3, de 1º de abril de 2011.

Para tanto determino:

1) a autuação da presente portaria e dos documentos que a acompanham como Inquérito Civil.

2) a expedição de ofício à Presidência do IBAMA para que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as seguintes informações relativas à Instrução Normativa Nº 3, de 1º de abril de 2011:

a) segundo o § 4º, do art. 4º, da IN, as espécies adultas serão anilhadas com anilhas abertas até dia 31 de dezembro de 2011 e seus descentes nascidos a partir de 1º de janeiro de 2012 serão anilhados com anilhas invioláveis. De que forma o IBAMA efetuará o controle para que aves introduzidas ilegalmente no país ou seus descentes não sejam anilhadas, tendo em vista que a IN permite a regularização indiscriminada?

b) qual a segurança da anilha aberta, uma vez que não identifica a origem do animal e permite a transferência de anilha, sem possibilidade de controle pelo órgão ambiental?

c) as espécies constantes na IN são significativas para o tráfico internacional? Possuem grande valor econômico para seus criadores?

d) quais das espécies autorizadas para regularização pela IN são controlas pela CITES?

e) quais dessas espécies tem potencial invasor e quais os riscos de eventual "invasão"?

f) há exemplos no Brasil de espécies exóticas que se tornaram "invasoras"? Em caso afirmativo, indique quais foram as espécies e os prejuízos causados.

g) o que é animal "SEMI-DOMÉSTICO" e qual a justificativa para a criação desse termo pela IN?

h) para a homologação do cadastro e liberação da autorização para criação amadora, o criador deve estar filiado a uma federação. Qual o fundamento para tal obrigatoriedade?

i) quais são os requisitos para filiação à Federação?

j) quais são os valores cobrados pelas Federações para filiação, renovação e mensalidade?

l) apresente estudos que basearam a elaboração da Instrução Normativa.

m) as razões da edição de IN que, a princípio, contradiz convenções internacionais das quais o Brasil foi signatário.

MÁRIO SÉRGIO GHANNAGÉ BARBOSA

PORTARIA Nº 149, DE 25 DE ABRIL DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000914/2009-43

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000914/2009-43, com o objetivo de adotar medidas para demolição da edificação e recuperação da área degradada.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

DETERMINO ainda, em atenção à certidão da fl. 51-V, que seja reiterado o Ofício PR/RS n.º 7823/2010, tendo em vista que, até o presente momento, este não foi respondido pela FEPAM.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SCHNEIDER

PORTARIA Nº 150, DE 2 DE MAIO DE 2011.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000149/2008-81

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes no presente procedimento administrativo;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000149/2008-81, tendo como objeto receber madeira serrada de diversas espécies sem apresentação das devidas ATPF's, para promover ampla apuração dos fatos noticiados.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SCHNEIDER

PORTARIA Nº 151, DE 2 DE MAIO DE 2011

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000027/2009-75

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, pelo Procurador da República signatário, no exercício das atribuições constitucionais conferidas pelo art. 129 da Constituição da República, e:

a) considerando o rol de atribuições elencadas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal;

b) considerando a incumbência prevista no art. 6º, VII, b, e art. 7º, inciso I, da mesma Lei Complementar;

c) considerando que o objeto do presente procedimento se insere no rol de atribuições do Ministério Público Federal;

d) considerando o disposto na Resolução Nº 23, de 17 de setembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público;

e) considerando os elementos constantes nas presentes peças de informação;

Instaure-se o INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO Nº 1.29.000.000027/2009-75, tendo como objeto averiguar a ocupação irregular em Áreas de Preservação Permanente às margens do Rio Tramandaí.

Autue-se a presente portaria e o procedimento administrativo que a acompanha como inquérito civil.

Após os registros de praxe, publique-se e comunique-se esta instauração à 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, para os fins previstos nos arts. 4º, VI, e 7º, § 2º, I e II, da Resolução n.º 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público.

ALEXANDRE SCHNEIDER

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO

ATA DA 186ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias de abril de dois mil e onze às nove horas e quinze minutos, realizou-se Centésima Octogésima Sexta (186ª) Reunião Ordinária da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho, na sala de reuniões do 11º Andar da Procuradoria-Geral do Trabalho localizada no Setor Comercial Sul, Edifício Corporate Parque Cidade, 11º Andar, em Brasília-DF, sob a coordenação de Maria Aparecida Gugel. Presentes os Membros Lucinea Alves Ocampos, Vera Regina Della Pozza Reis, Evany de Oliveira Selva e Eliane Araque dos Santos, observadas as respectivas composições previstas em lei. Declarada aberta a reunião, passou-se a ordem do dia, conforme segue:

1) ASSUNTOS GERAIS. A) Petição do SINTHORESP. A CCR recebeu petição do SINTHORESP que faz menção ao Processo PGT/CCR/Nº 6718/2010. Como o procedimento já foi devolvido à origem, a Secretaria da CCR deverá requisitá-lo, para aferição. B) Processo PGT/CCR/Nº 15449/2010 e Processo PGT/CCR/Nº 247/2011. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, cancelar a deliberação já proferida nos autos, tendo em vista que foram tomadas por equívoco. Deve a Secretaria da CCR requisitar os autos para nova deliberação.

2) CONSULTAS

Processo PGT/CCR/Nº 4745/2011 - Assuntos: Consulta sobre possibilidade de desfazimento de termo de compromisso de ajustamento de conduta - Interessados: PRT 2ª Região - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, devolvendo-se os autos às Procuradoras signatárias do Termo de Ajuste de Conduta (Dras. Cristina Aparecida Ribeiro Brasiliano e Viviann Rodriguez Mattos) para que apresentem de forma explícita sua concordância ou discordância quanto ao desfazimento do Termo de Ajuste de Conduta, nos termos do voto da Relatora.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3) CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

Processo PGT/CCR/Nº 10522/2010 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 12ª Região (Sede) e PRT 12ª Região (PTM de Criciúma) - Interessados: PRT 12ª Região (Sede) e PRT 12ª Região (PTM de Criciúma) - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e, decidir pela atribuição do Procurador do Trabalho Luciano Lima Leivas, da PRT 12ª Região (PTM Criciúma), nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4013/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 12ª Região - Interessados: PRT 12ª Região - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e decidir pela atribuição da Procuradora do Trabalho Dulce Maris Galle, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4619/2011; Processo PGT/CCR/Nº 4620/2011; Processo PGT/CCR/Nº 4621/2011; Processo PGT/CCR/Nº 4622/2011; Processo PGT/CCR/Nº 4623/2011; Processo PGT/CCR/Nº 4624/2011 e Processo PGT/CCR/Nº 4625/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 15ª Região - Interessados: PRT 15ª Região - A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, consideranda 1) o disposto no §6º, art. 3º da Resolução Nº 86/09-CSMPT; 2) a informação do Procurador-Chefe da Regional relativamente ao fato do MPT não ser membro permanente e obrigatório dos fóruns e reuniões; 3) a informação de que o Dr. Bernardo Leôncio Moura Coelho pleiteou junto ao Exm.º Procurador-Geral do Trabalho que lhe fosse assegurado o direito de compensação de distribuição em razão de sua participação em Fóruns, havendo Sua Excelência despachado no sentido de que fossem adotados os critérios estabelecidos pelos Membros da Regional, nos termos do art. 3º,§7º da Resolução Nº 86/2009-CSMPT; 4) que a questão foi encaminhada para deliberação da Coordenadoria de 1º Grau da Regional, e, por fim, considerando que a questão diz respeito ao inconformismo com os critérios de distribuição/compensação, o que não se caracteriza conflito de atribuições, decide-se encaminhar os autos ao Exm.º Presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho para as providências cabíveis.

Processo PGT/CCR/Nº 4922/2011 - Assuntos: Conflito negativo de atribuições entre Membros da PRT 2ª Região (PTM de São Bernardo do Campo) e PRT 15ª Região (PTM de Bauru) - Interessados: PRT 2ª Região (PTM de São Bernardo do Campo) e PRT 15ª Região (PTM de Bauru) - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, receber o conflito negativo de atribuições com base no art. 103, inciso VI, da LC 75/93 e decidir pela atribuição do Procurador do Trabalho João Filipe Moreira Lacerda Sabino, da PRT 2ª Região, PTM de São Bernardo do Campo/SP, nos termos do voto da Relatora.

4) PROCEDIMENTOS NÃO HOMOLOGADOS

Processo PGT/CCR/Nº 10153/2010 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: PRT-2ª Região e Alfacom Pesquisa e Processamento de Dados Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento quanto ao tema FGTS, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 13662/2010 - Assuntos: COORDIGUALDADE - Interessados: UF/INSS e Ange Is Segurança e Vigilância Ltda - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 971/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE e Outros temas - Interessados: STCMDPDF - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo no DF e Nene's Chopp Comércio, Indústria e Agropecuária Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento quanto ao tema discriminação, devendo o Procurador remeter a denúncia dos chamados furos de caixa ao Órgão que dirige o IC Nº 286/2010, nos termos do §5º, do art. 5º, da Resolução Nº 69/2007-CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 988/2011 - Assuntos: COORDIGUALDADE - Interessados: PRT-13ª Região e Departamento de Polícia Federal (DPF) - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1127/2011 - Assuntos: COORDINFÂNCIA - Interessados: MPT/PRT/15ª Região e Catherine QB Masutti Camargo & Kids - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1958/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Parecis Prestadora de Serviços Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2014/2011 - Assuntos: CODEMAT e Outros Temas - Interessados: MM Juíza da 4ª VT de Osasco e Nakagawa Transportes Ltda-ME - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2329/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: José Carlos Gonçalves de Jesus e Consórcio Pra 1 Módulos - Master Pães - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2333/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: Indústria de Panificação e Delicatesse do Campo Grande Ltda - Master Pães - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2342/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Supermercado Marques Santiago Ltda - Supermercado Sinai - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento quanto ao tema FGTS, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2520/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: CPM Braxis ERP Tecnologia da Informação Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2522/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: SRTE/ES e Autovil - Automóveis Vitória Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2525/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Hospital e Maternidade São Francisco de Assis Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2534/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Sigiloso e Bahiainvest Investimentos Turísticos Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2555/2011 - Assuntos: Outros temas - Interessados: Sigiloso e Viacampus Comércio e Representações Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2563/2011 - Assuntos: Outros temas - Interessados: Anônimo e Raízes Indústria e Comércio de Embalagens e Serviços Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2607/2011 - Assuntos: Outros temas - Interessados: MPE (1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva - 11º CRAAI - Nova Iguaçu, Queimados, Nilópolis, Japeri, Seropédica, Itaguai e Mesquita) e São Marcos Auto Escola Ltda/Filial (Duque de Caxias) - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2631/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Wagtin Nunes de Souza e Mendes Júnior Serveng & CR Almeida - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2715/2011 - Assuntos: COORDINFÂNCIA - Interessados: José Moreira da Silva (Representante Legal do Menor) e Escola de Futebol Terra Vermelha (Márcio Gouveia) - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3001/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Banco Santander Brasil S/A; Banco Santander Meridional S/A e Banespa S/A Corretora de Seguros - Baneseg - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3010/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Ceilândia Esporte Clube - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3062/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Lorenge Empreendimentos Imobiliários - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3105/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Anônimo e Posto Lider Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3161/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: MTE e Ednoel Silva dos Santos - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3861/2011 - Assuntos: Outros temas - Interessados: Anônimo e Imobiliária Hachbart S/S Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3863/2011 - Assuntos: COORDIGUALDADE - Interessados: ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3900/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Ronaldo Moreira dos Santos (Nego Ronaldo) - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

5) RECURSOS ADMINISTRATIVOS DELIBERADOS

Processo PGT/CCR/Nº 9731/2008 - Assunto: Discriminação - Interessados: Opportrans Concessão Metroviária S/A e Anônimo - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1353/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Paulo Roberto do Amaral e Município de Motuca - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1657/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: A. Madeira e SINTRACONST - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1672/2011 - Assunto: CODEMAT e Outros temas - Interessados: Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Londrina e Região - STIMMMEL e Emerson Buzetti Equipamentos da Silva Feliciano - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, dar provimento ao recurso administrativo e não homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2686/2011 - Assunto: Outros Temas - Interessados: SINDUSCON/MS e SINTRACOM/MS - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2944/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Instituto Pestalozzi de Canoas e Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2968/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Ana Valéria Ramalho da Silva e Contax S/A - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2994/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e STICCP - Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Palmas - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento do feito, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3085/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Mário Celente Couto e Unimed Porto Alegre - Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3153/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Aurea Amalia Vianna; Elias Jose da Silva (e outros); Fundação Pinhalense de Ensino e Sindicato dos Professores de Espírito Santo do Pinhal - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3189/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Gustavo Senra e Sport Clube Juiz de Fora - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3335/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Associação dos Servidores da Câmara Municipal de Arapiraca - ASCAM e Câmara Municipal de Arapiraca - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3355/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Marlúcio Vicente Rodrigues Ferreira e PH Transportes Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3528/2011 - Assunto: Outros Temas - Interessados: Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina e Jornal da Manhã - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo devendo o inquérito civil instaurado envolver todos os aspectos da denúncia, nos termos do voto da Relatora.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo PGT/CCR/Nº 3558/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Jaques Breitman e SERPRO - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso administrativo e homologar o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3770/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE - Interessados: Bárbara Jéssica Felipe Vargas e Lojas Americanas - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3775/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Sigiloso e JJN-AX Serviços de Carpintaria Industrial Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer do recurso e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3819/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sinvenpar e Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3834/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: João Carlos Strappazzon e Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados no Estado do Rio Grande do Sul e OLT - Organização por Local de Trabalho - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, negar provimento ao recurso administrativo e homologar o arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

6) DILIGÊNCIAS

Processo PGT/CCR/Nº 9666/2009 - Assunto: Discriminação e outras irregularidades trabalhistas - Interessados: Sigiloso e Tim Celular S/A - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1759/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Brasiliense Futebol Clube S/C Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1774/2011 - Assunto: CODEMAT e COORDINFANCIA - Interessados: Anônimo e Valdemar da Silva Oliveira ME - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 1841/2011 - Assunto: CODEMAT, CONAFRET e Outros temas - Interessados: DRT/SE, Município de Rosário do Catete/SE e Construtora Sobreira Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2336/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA e Outros temas - Interessados: União dos Mármores e Granitos Ltda - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2344/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: SRTE/BA e Bahia Lanternas - Raimundo de Assis da Silva - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2345/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: SRTE/BA e Sidclei da Silva - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2466/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Transac Transportes Rodoviário Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2479/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE e Outros temas - Interessados: Evandro e Expresso Veraneio Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2582/2011 - Assunto: CONAFRET e Outros temas - Interessados: Juízo da 4ª VT Nova Iguaçu e Espaço Paradise Cabeleireiros e Estética Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência com devolução dos autos ao Procurador Oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2676/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: Julita de Souza - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3072/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Anônimo e Dicleo Indústria de Calçados Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3457/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Casarão das Artes Carnavalescas - Relatora: Vera Regina Della Pozza Reis. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3789/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: Anônimo e Café Viena Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3814/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: Anônimo e Café Viena Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com remessa dos autos à COORDINFANCIA para que informe o andamento das tratativas para a implementação da aprendizagem à distância, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3818/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Ondrepsb Limpeza e Serviços Especiais Ltda - Relatora: Evany de Oliveira Selva. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, converter o julgamento em diligência, com devolução dos autos ao procurador oficiante para as providências cabíveis, nos termos do voto da Relatora.

7) PROCEDIMENTOS HOMOLOGADOS COM DESTAQUE

Processo PGT/CCR/Nº 2514/2011 - Assunto: COORDIGUALDADE e Outros temas - Interessados: SINDVIG e Absoluta Segurança Privada Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2644/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Sigiloso e PETCON - Planejamento em Transportes e Consultoria Ltda - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2764/2011 - Assunto: CODEMAT e Outros temas - Interessados: Prefeitura Municipal de Petrolina e A Investigar - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2848/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Precisa - Comercialização de Medicamentos Ltda - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento parcial quanto a denúncia de intermediação de mão-de-obra cooperativada, determinando o retorno dos autos ao Procurador Oficiante para aferição e acompanhamento do TAC de fls 172/174, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2919/2011 - Assunto: CONAFRET - Interessados: Cooperativas de Ensino de Rondonópolis - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, exceto quanto à CEAC - Cooperativa de Ensino Álvares Cabral, devendo os autos retornar à origem para cumprimento do § 5º, do art. 5º, da Resolução Nº 69/2007-CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2973/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Sindicato dos Empregados em Empresas de Segurança e Vigilância e Transporte de Valores de Curitiba e Região e Embrasil Empresa Brasileira de Segurança S/C Ltda - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, exceto quanto tema Intervalos Intrajornada, devendo ser aplicado por analogia o Art. 5º, § 5º, da Resolução 69/07-CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3168/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: A Saber (Empresas do Setor da Construção Civil) - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3904/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: SIEMACO e Wolpac Sistemas de Controle - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3906/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: SIEMACO e Inter House Importação e Exportação e Indústria Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3908/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: SIEMACO e Sigma Indústria e Comércio de Metais Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3909/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: SIEMACO e Bognar Metais Sanitários - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3910/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: SIEMACO e Porto Seguro Seguradora - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3913/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: SIEMACO e Condomínio Colinas de Poá - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 4305/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: MPT/PRT 15ª Região e Transac Transporte Rodoviário Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

8) REMESSA NÃO CONHECIDA

Processo PGT/CCR/Nº 2420/2011 - Assunto: CODEMAT - Interessados: Margusa - Maranhão Gusa S/A - Relatora: Eliane Araque dos Santos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2839/2011 - Assunto: CONATPA - Interessados: PTM - Santa Maria e Municípios Abrangidos pela PTM - Santa Maria - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da promoção de arquivamento, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2990/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: Projeto MPT na Escola da COORDINFÂNCIA/MPT - Relatora: Maria Aparecida Gugel. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, não conhecer da remessa, nos termos do voto da Relatora.

9) OUTROS

Processo PGT/CCR/Nº 8806/2009 - Assunto: Outros temas - Interessados: MTE/SRTE no Estado de São Paulo - Gerência Regional do Trabalho e Emprego em Osasco e SINDEEPRES - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, devolver os autos à PRT 2ª Região, com posterior remessa à PRT 15ª Região para serem anexados ao procedimento de acompanhamento do TAC Nº 1030/2004, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2539/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: SINTSHOGASTRO/PI e A. H. B. Reis (Arabian Grill) - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, devolver os autos à origem para serem anexados ao procedimento de acompanhamento do TAC Nº 1725/2006, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2540/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: SINTSHOGASTRO/PI e Almendra e Almendra Ltda (Light Meals) - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, devolver os autos à origem para serem anexados ao procedimento de acompanhamento do TAC Nº 1725/2006, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2541/2011 - Assunto: Outros temas - Interessados: SINTSHOGASTRO/PI e Creuzimar P. de O. Cardoso (Dr Chopp) - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, devolver os autos à origem para serem anexados ao procedimento de acompanhamento do TAC Nº 1734/2006, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 2583/2011 - Assunto: CONAP - Interessados: Município de Paracambi - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, determinar o retorno dos autos à origem para o cumprimento do § 5º, do art. 5º, da Resolução Nº 69/ 2007-CSMPT, nos termos do voto da Relatora.

Processo PGT/CCR/Nº 3068/2011 - Assunto: COORDINFÂNCIA - Interessados: Bompreço Bahia Supermercados Ltda - Relatora: Lucinea Alves Ocampos. A Câmara de Coordenação e Revisão deliberou, por unanimidade, devolver os autos à origem para serem anexados ao procedimento de acompanhamento do TAC Nº 196/2008, nos termos do voto da Relatora.

10) HOMOLOGAÇÕES DE ARQUIVAMENTO: Foi deliberado, por unanimidade, homologar a promoção de arquivamento dos procedimentos a seguir listados: 1ª Região/RJ - 2564/11, 2565/11, 2566/11, 2567/11, 2568/11, 2569/11, 2570/11, 2572/11, 2573/11, 2580/11, 2584/11, 2585/11, 2586/11, 2603/11, 2605/11, 2606/11, 2798/11, 2799/11, 2800/11, 2801/11, 2802/11, 2803/11, 2804/11, 2805/11, 2806/11, 2807/11, 2808/11, 2812/11, 2814/11, 2816/11, 2817/11, 2818/11, 2820/11, 2821/11, 2822/11, 2823/11, 2824/11, 2906/11, 2907/11, 2908/11, 2909/11, 2910/11, 2911/11, 2912/11, 2913/11, 2914/11, 2915/11, 2916/11, 2951/11, 2955/11, 2956/11, 2957/11, 2959/11, 2961/11, 2962/11, 2964/11, 2965/11, 2966/11, 2967/11, 2969/11, 3097/11, 3098/11, 3099/11, 3100/11, 3101/11, 3102/11, 3103/11, 3104/11, 3106/11, 3107/11, 3108/11, 3109/11, 3110/11, 3111/11, 3279/11, 3280/11, 3281/11, 3282/11, 3283/11, 3284/11, 3286/11, 3289/11, 3290/11, 3296/11, 3428/11, 3429/11, 3430/11, 3431/11, 3432/11, 3433/11, 3434/11, 3435/11, 3438/11, 3439/11, 3440/11, 3441/11, 3443/11, 3444/11, 3445/11, 3446/11, 3447/11, 3448/11, 3449/11, 3450/11, 3451/11, 3453/11, 3454/11, 3455/11, 3456/11, 3460/11, 3461/11, 3462/11, 3464/11, 3465/11, 3466/11, 3467/11, 3468/11, 3469/11, 3470/11, 3471/11, 3472/11, 3473/11, 3474/11, 3475/11, 3476/11, 3477/11, 3478/11, 3480/11, 3481/11, 3482/11, 3483/11, 3484/11, 3485/11, 3486/11, 3487/11, 3488/11, 3489/11, 3490/11, 3491/11, 3492/11, 3493/11, 3494/11, 3495/11, 3496/11, 3497/11, 3498/11, 3499/11, 3500/11, 3501/11, 3502/11, 3504/11, 3505/11, 3506/11, 3507/11, 3508/11, 3509/11,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3510/11, 3512/11, 3513/11, 3514/11, 3515/11, 3516/11, 3517/11, 3518/11, 3519/11, 3520/11, 3521/11, 3522/11, 3523/11, 3524/11, 3525/11, 3526/11, 3527/11, 3530/11, 3531/11, 3532/11, 3533/11, 3534/11, 3535/11, 3536/11, 3537/11, 3538/11, 3539/11, 3540/11, 3541/11, 3542/11, 3543/11, 3544/11, 3545/11, 3546/11, 3547/11, 3548/11, 3549/11, 3550/11, 3551/11, 3552/11, 3553/11, 3554/11, 3555/11, 3556/11, 3557/11, 3559/11, 3560/11, 3561/11, 3562/11, 3563/11, 3564/11, 3565/11, 3566/11, 3567/11, 3568/11, 3569/11, 3570/11, 3571/11, 3572/11, 3573/11, 3574/11, 3575/11, 3576/11, 3577/11, 3578/11, 3579/11, 3580/11, 3581/11, 3582/11, 3584/11, 3585/11, 3586/11, 3587/11, 3588/11, 3589/11, 3590/11, 3591/11, 3592/11, 3593/11, 3594/11, 3613/11, 3690/11, 3691/11, 3692/11, 3693/11, 3694/11, 3695/11, 3696/11, 3697/11, 3698/11, 3699/11, 3700/11, 3701/11, 3702/11, 3703/11, 3704/11, 3705/11, 3796/11, 3803/11, 3804/11, 3886/11, 3887/11, 3888/11, 3889/11, 3956/11, 3957/11, 3959/11, 3961/11, 3962/11, 3963/11, 3964/11, 3965/11, 3966/11, 3967/11, 3968/11, 3969/11, 3970/11 - 2ª Região/SP - 10168/10, 2574/11, 2581/11, 2587/11, 2608/11, 2609/11, 2610/11, 2611/11, 2847/11, 2849/11, 2850/11, 2857/11, 2858/11, 2878/11, 2887/11, 2888/11, 2889/11, 2890/11, 3291/11, 3292/11, 3293/11, 3294/11, 3295/11, 3297/11, 3404/11, 3405/11, 3795/11, 3797/11, 3824/11, 3825/11, 3826/11, 3827/11, 3828/11, 3829/11, 3830/11, 3831/11, 3832/11, 3833/11, 3905/11, 3911/11, 3912/11, 3914/11, 3915/11, 3916/11, 3917/11, 3918/11 - 3ª Região/MG - 2508/11, 2543/11, 2694/11, 2695/11, 2696/11, 2723/11, 2724/11, 2725/11, 2726/11, 2727/11, 2728/11, 2729/11, 2730/11, 2731/11, 2860/11, 2861/11, 2862/11, 2863/11, 2880/11, 2881/11, 2892/11, 3036/11, 3037/11, 3039/11, 3045/11, 3046/11, 3047/11, 3048/11, 3049/11, 3050/11, 3051/11, 3052/11, 3053/11, 3056/11, 3185/11, 3186/11, 3187/11, 3188/11, 3199/11, 3200/11, 3201/11, 3209/11, 3211/11, 3212/11, 3218/11, 3220/11, 3221/11, 3237/11, 3345/11, 3346/11, 3347/11, 3351/11, 3352/11, 3353/11, 3354/11, 3362/11, 3363/11, 3364/11, 3365/11, 3366/11, 3368/11, 3639/11, 3640/11, 3641/11, 3642/11, 3677/11, 3679/11, 3680/11, 3681/11, 3779/11, 3780/11, 3782/11, 3784/11, 3785/11, 3788/11, 3790/11, 3791/11, 3792/11, 3793/11, 3794/11, 3866/11, 3867/11, 3883/11 - 4ª Região/RS - 4985/10, 2590/11, 2592/11, 2593/11, 2594/11, 2595/11, 2596/11, 2597/11, 2598/11, 2599/11, 2601/11, 2651/11, 2662/11, 2663/11, 2664/11, 2665/11, 2666/11, 2667/11, 2668/11, 2669/11, 2670/11, 2671/11, 2672/11, 2673/11, 2674/11, 2687/11, 2697/11, 2698/11, 2699/11, 2737/11, 2738/11, 2746/11, 2771/11, 2777/11, 2834/11, 2835/11, 2836/11, 2837/11, 2838/11, 2840/11, 2841/11, 2842/11, 2843/11, 2844/11, 2845/11, 2846/11, 2893/11, 2894/11, 2895/11, 2896/11, 2897/11, 2898/11, 2899/11, 2941/11, 2942/11, 2943/11, 2945/11, 2946/11, 2947/11, 2948/11, 2949/11, 2950/11, 2984/11, 3071/11, 3073/11, 3074/11, 3075/11, 3076/11, 3077/11, 3078/11, 3079/11, 3081/11, 3082/11, 3083/11, 3084/11, 3086/11, 3213/11, 3215/11, 3216/11, 3217/11, 3219/11, 3326/11, 3328/11, 3329/11, 3330/11, 3331/11, 3332/11, 3333/11, 3334/11, 3415/11, 3416/11, 3417/11, 3418/11, 3419/11, 3420/11, 3421/11, 3422/11, 3423/11, 3424/11, 3425/11, 3643/11, 3688/11, 3689/11, 3731/11, 3748/11, 3749/11, 3750/11, 3751/11, 3752/11, 3753/11, 3754/11, 3755/11, 3763/11, 3764/11, 3765/11, 3766/11, 3767/11, 3769/11, 3771/11, 3772/11, 3773/11, 3812/11, 3919/11, 3920/11, 3938/11, 3939/11, 3941/11, 3942/11, 3943/11, 3944/11, 3945/11, 3946/11, 3947/11, 3948/11 - 5ª Região/BA - 4342/09, 7716/10, 2324/11, 2491/11, 2492/11, 2493/11, 2494/11, 2495/11, 2496/11, 2498/11, 2503/11, 2528/11, 2530/11, 2531/11, 2532/11, 2533/11, 2535/11, 2536/11, 2549/11, 2550/11, 2551/11, 2552/11, 2553/11, 2613/11, 2656/11, 2660/11, 2661/11, 2882/11, 2883/11, 2924/11, 2925/11, 2926/11, 2927/11, 2928/11, 2929/11, 2930/11, 2931/11, 2935/11, 2936/11, 2937/11, 2938/11, 2939/11, 3155/11, 3156/11, 3157/11, 3158/11, 3159/11, 3160/11, 3162/11, 3340/11, 3656/11, 3657/11, 3658/11, 3659/11, 3660/11, 3661/11, 3662/11, 3722/11, 3723/11, 3724/11, 3725/11, 3726/11, 3727/11, 3728/11, 3729/11, 3730/11, 3868/11 - 6ª Região/PE - 2437/11, 2500/11, 2677/11, 2678/11, 2749/11, 2750/11, 2751/11, 2753/11, 2754/11, 2755/11, 2756/11, 2757/11, 2758/11, 2759/11, 2760/11, 2761/11, 2763/11, 2765/11, 2766/11, 2767/11, 2879/11, 2918/11, 2920/11, 2921/11, 2922/11, 2923/11, 3063/11, 3065/11, 3067/11, 3165/11, 3166/11, 3338/11, 3339/11, 3388/11, 3389/11, 3390/11, 3391/11, 3392/11, 3393/11, 3394/11, 3395/11, 3396/11, 3649/11, 3650/11, 3651/11, 3652/11, 3805/11, 3806/11, 3807/11, 3808/11, 3809/11, 3810/11, 3811/11 - 7ª Região/CE - 1357/11, 2647/11, 2648/11, 2649/11, 2650/11, 2782/11, 2783/11, 2786/11, 2787/11, 2788/11, 2789/11, 2790/11, 2791/11, 3375/11, 3711/11, 3712/11, 3713/11, 3715/11, 3716/11, 3717/11, 3718/11, 3719/11, 3720/11 - 8ª Região/PA - 260/11, 2689/11, 2690/11, 2705/11, 2706/11, 2707/11, 2708/11, 2710/11, 2711/11, 2712/11, 2720/11, 2721/11, 2722/11, 2735/11, 2747/11, 3154/11, 3252/11, 3253/11, 3254/11, 3255/11, 3256/11, 3273/11, 3274/11, 3275/11, 3682/11, 3683/11, 3684/11, 3685/11, 3686/11, 3768/11, 3776/11 - 9ª Região/PR - 1988/10, 2457/11, 2458/11, 2459/11, 2461/11, 2463/11, 2465/11, 2483/11, 2484/11, 2485/11, 2486/11, 2487/11, 2489/11, 2490/11, 2559/11, 2560/11, 2561/11, 2562/11, 2575/11, 2576/11, 2577/11, 2578/11, 2589/11, 2714/11, 2716/11, 2745/11, 2792/11, 2793/11, 2794/11, 2795/11, 2796/11, 2876/11, 2877/11, 2970/11, 2971/11, 2974/11, 2975/11, 2976/11, 2977/11, 2978/11, 2979/11, 2980/11, 2981/11, 2982/11, 2983/11, 2989/11, 3087/11, 3088/11, 3089/11, 3148/11, 3149/11, 3176/11, 3178/11, 3179/11, 3180/11, 3181/11, 3182/11, 3183/11, 3410/11, 3411/11, 3412/11, 3413/11, 3414/11, 3626/11, 3627/11, 3628/11, 3629/11, 3630/11, 3632/11, 3633/11, 3634/11, 3635/11, 3636/11, 3637/11, 3638/11, 3706/11, 3707/11, 3708/11, 3709/11, 3710/11, 3733/11, 3737/11, 3739/11, 3740/11, 3742/11, 3783/11, 3813/11, 3815/11, 3816/11, 3817/11, 3820/11, 3821/11, 3822/11, 3823/11, 3890/11, 3891/11, 3892/11, 3893/11, 3894/11, 3895/11, 3896/11, 3897/11, 3898/11, 3899/11, 3901/11, 3902/11, 3903/11, 3921/11, 3922/11, 3923/11, 3924/11, 3925/11, 3926/11, 3927/11, 3928/11, 3929/11, 3930/11, 3931/11, 3932/11, 3933/11, 3934/11, 3935/11, 3954/11, 3955/11 - 10ª Região/DF - 5968/10, 2470/11, 2614/11, 2615/11, 2625/11, 2626/11, 2627/11, 2628/11, 2629/11, 2630/11, 2632/11, 2633/11, 2634/11, 2635/11, 2636/11, 2637/11, 2638/11, 2639/11, 2640/11, 2641/11, 2642/11, 2643/11, 2645/11, 2646/11, 2732/11, 2779/11, 2780/11, 2781/11, 2991/11, 2992/11, 2993/11, 2995/11, 2996/11, 2997/11, 2998/11, 2999/11, 3000/11, 3002/11, 3003/11, 3004/11, 3005/11, 3006/11, 3007/11, 3008/11, 3009/11, 3011/11, 3012/11, 3013/11, 3014/11, 3015/11, 3016/11, 3017/11, 3018/11, 3019/11, 3020/11, 3021/11, 3384/11, 3385/11, 3595/11, 3596/11, 3597/11, 3598/11, 3600/11, 3601/11, 3602/11, 3603/11, 3604/11, 3605/11, 3606/11, 3607/11, 3608/11, 3609/11, 3610/11, 3611/11, 3612/11, 3615/11, 3616/11, 3617/11, 3618/11, 3619/11, 3620/11, 3621/11, 3622/11, 3623/11, 3624/11, 3625/11, 3850/11 - 11ª Região/AM - 2688/11, 2703/11, 2704/11, 2744/11, 2770/11, 2952/11, 2953/11, 2954/11, 3140/11, 3141/11, 3142/11, 3190/11, 3191/11, 3202/11, 3203/11, 3204/11, 3378/11, 3379/11, 3381/11, 3382/11, 3383/11, 3402/11, 3529/11, 3949/11, 3950/11, 3951/11, 3953/11 - 12ª Região/SC - 10103/09, 2471/11, 2472/11, 2473/11, 2474/11, 2475/11, 2476/11, 2477/11, 2478/11, 2482/11, 2548/11, 2602/11, 2659/11, 2713/11, 2772/11, 2776/11, 2917/11, 2932/11, 2933/11, 2934/11, 2985/11, 2986/11, 2987/11, 2988/11, 3145/11, 3146/11, 3174/11, 3175/11, 3195/11, 3196/11, 3197/11, 3235/11, 3246/11, 3247/11, 3311/11, 3835/11, 3836/11, 3837/11, 3838/11, 3839/11, 3840/11, 3841/11, 3842/11, 3843/11, 3844/11, 3845/11, 3846/11, 3847/11, 3848/11, 3849/11, 3851/11, 3852/11, 3973/11 - 13ª Região/PB - 10151/09, 2616/11, 2617/11, 2619/11, 2620/11, 2621/11, 2622/11, 2623/11, 2624/11, 2657/11, 2658/11, 2679/11, 2960/11, 3044/11, 3171/11, 3172/11, 3206/11, 3207/11, 3208/11, 3227/11, 3228/11, 3229/11, 3230/11, 3231/11, 3232/11, 3238/11, 3239/11, 3248/11, 3398/11, 3400/11, 3401/11 - 14ª Região/RO - 305/11, 2612/11, 2773/11, 2774/11, 2775/11, 2797/11, 2884/11, 3170/11, 3312/11, 3313/11, 3314/11, 3315/11, 3971/11, 3972/11 - 15ª Região/Camp. - 8477/08, 14728/10, 1386/11, 2467/11, 2468/11, 2480/11, 2481/11, 2653/11, 2654/11, 2655/11, 2691/11, 2692/11, 2693/11, 2734/11, 2864/11, 2865/11, 2866/11, 2867/11, 2868/11, 2869/11, 2870/11, 2871/11, 2872/11, 2873/11, 2874/11, 2875/11, 2885/11, 2886/11, 2963/11, 3090/11, 3091/11, 3092/11, 3093/11, 3094/11, 3095/11, 3096/11, 3112/11, 3113/11, 3114/11, 3115/11, 3116/11, 3143/11, 3144/11, 3151/11, 3152/11, 3257/11, 3258/11, 3259/11, 3260/11, 3261/11, 3276/11, 3277/11, 3278/11, 3298/11, 3299/11, 3300/11, 3301/11, 3302/11, 3303/11, 3304/11, 3305/11, 3306/11, 3307/11, 3308/11, 3309/11, 3310/11, 3403/11, 3406/11, 3407/11, 3408/11, 3409/11, 3426/11, 3646/11, 3721/11, 3732/11, 3734/11, 3735/11, 3736/11, 3743/11, 3744/11, 3774/11, 3798/11, 3799/11, 3800/11, 3801/11, 3802/11, 3854/11, 3855/11, 3856/11, 3857/11 - 16ª Região/MA - 2497/11, 2499/11, 2509/11, 2510/11, 2511/11, 2512/11, 2513/11, 2544/11, 3042/11, 3054/11, 3055/11, 3163/11, 3164/11, 3614/11, 3644/11, 3645/11 - 17ª Região/ES - 2365/11, 2521/11, 2524/11, 2526/11, 2527/11, 2545/11, 2546/11, 2717/11, 2718/11, 2719/11, 2736/11, 2778/11, 3026/11, 3027/11, 3028/11, 3029/11, 3030/11, 3041/11, 3069/11, 3233/11, 3234/11, 3240/11, 3241/11, 3371/11, 3372/11, 3373/11, 3374/11, 3777/11, 3778/11, 3860/11, 3862/11, 3864/11, 3865/11, 3872/11 - 18ª Região/GO - 373/10, 2547/11, 2891/11, 2940/11, 3032/11, 3033/11, 3034/11, 3035/11, 3038/11, 3043/11, 3058/11, 3343/11, 3344/11, 3370/11, 3376/11, 3870/11, 3874/11, 3881/11 - 19ª Região/AL - 3788/09, 2851/11, 2852/11, 2853/11, 2854/11, 2855/11, 2856/11, 3316/11, 3317/11, 3318/11, 3319/11, 3320/11, 3321/11, 3322/11, 3323/11, 3324/11, 3325/11, 3663/11, 3664/11, 3665/11, 3666/11, 3667/11, 3668/11, 3669/11, 3670/11, 3671/11, 3672/11, 3673/11, 3674/11, 3676/11, 3875/11, 3876/11, 3877/11, 3878/11, 3879/11, 3880/11 - 20ª Região/SE - 1256/11, 2542/11, 3222/11, 3223/11, 3224/11, 3225/11, 3226/11 - 21ª Região/RN - 2859/11, 3117/11, 3118/11, 3119/11, 3120/11, 3121/11, 3122/11, 3123/11, 3124/11, 3125/11, 3126/11, 3127/11, 3128/11, 3129/11, 3130/11, 3131/11, 3132/11, 3133/11, 3134/11, 3135/11, 3136/11, 3137/11, 3138/11, 3139/11, 3262/11, 3263/11, 3264/11, 3265/11, 3266/11, 3267/11, 3268/11, 3269/11, 3270/11, 3271/11, 3272/11, 3756/11, 3757/11, 3758/11, 3759/11, 3760/11, 3761/11, 3762/11 - 22ª Região/PI - 2529/11, 2537/11, 2538/11, 2700/11, 2701/11, 2702/11, 2768/11, 2769/11, 3169/11, 3173/11, 3192/11, 3193/11, 3242/11, 3243/11, 3387/11, 3647/11, 3648/11 - 23ª Região/MT - 2504/11, 2505/11, 2506/11, 2507/11, 2515/11, 2516/11, 2517/11, 2518/11, 2519/11, 2675/11, 2739/11, 2900/11, 2901/11, 2902/11, 2903/11, 3236/11, 3356/11, 3361/11, 3745/11, 3746/11, 3747/11, 3853/11, 3859/11 - 24ª Região/MS - 2554/11, 2556/11, 2558/11, 2652/11, 2680/11, 2681/11, 2682/11, 2683/11, 2684/11, 2685/11, 2740/11, 2741/11, 2742/11, 2825/11, 2826/11, 2827/11, 2828/11, 2829/11, 2830/11, 2831/11, 2832/11, 2833/11, 3022/11, 3023/11, 3024/11, 3025/11, 3057/11, 3059/11, 3061/11, 3249/11, 3250/11, 3251/11, 3357/11, 3358/11, 3359/11, 3360/11, 3386/11, 3427/11, 3873/11, 3884/11.

Encerrada a Reunião às dezenove horas.
Ata lida e aprovada em sessão, que será publicada.

MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora

LUCINEA ALVES OCAMPOS

Membro

VERA REGINA DELLA POZZA REIS
Membro

EVANY DE OLIVEIRA SELVA
Membro (Suplente)

ELIANE ARAQUE DOS SANTOS
Membro (Suplente)

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA
COORDENAÇÃO DE REGISTRO E MOVIMENTAÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS

MAPA DEMONSTRATIVO DE MOVIMENTO DE PROCESSOS

I - PRODUTIVIDADE — ABRIL/2011

SUBPROCURADOR-GERAL PROCURADOR REGIONAL	SALDO ANTERIOR	DISTRIB NO MÊS	TOTAL	RESTIT AO DDJ	SALDO ATUAL NO GABINETE			
					P/ EMISSÃO DE PARECER			
					EXERCÍCIO ANTERIOR	MESES ANTER	DISTRIB MÊS	TOTAL
LUIZ DA SILVA FLORES	02	108	110	89	01	00	20	21
JOSÉ ALVES PEREIRA FILHO Conselheiro do CSMPT	298	108	406	156	24	160	66	250
JEFERSON LUIZ PEREIRA COELHO Vice-Procurador-Geral / Conselheiro do CSMPT	56	85	141	120	05	02	14	21
CÉSAR ZACHARIAS MÁRTYRES	00	77	77	77	00	00	00	00
HELOÍSA MARIA MORAES REGO PIRES Corregedora-Geral	00	00	00	00	00	00	00	00
OTAVIO BRITO LOPES Procurador-Geral	08	00	08	00	00	00	00	08
GUIOMAR RECHIA GOMES Conselheira do CSMPT / Licença Médica	00	00	00	00	00	00	00	00
RONALDO TOLENTINO DA SILVA Conselheiro do CSMP	191	105	296	112	25	115	44	184
MARIA GUIOMAR SANCHES DE MENDONÇA Conselheira do CSMPT	00	179	179	66	00	00	113	113
MARIA APARECIDA GUGEL Coordenadora da CCR /	00	00	00	00	00	00	00	00
JOSÉ CARLOS FERREIRA DO MONTE	00	107	107	89	00	00	18	18
LUCINEA ALVES OCAMPOS Membro da CCR /	00	00	00	00	00	00	00	00
DAN CARAÍ DA COSTA E PAES	87	77	164	109	00	01	54	55
IVANA AUXILIADORA MENDONCA SANTOS Conselheira do CSMPT /	37	97	134	131	00	00	03	03
EDSON BRAZ DA SILVA Conselheiro do CSMPT /	49	77	126	109	00	00	17	17

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

VERA REGINA DELLA POZZA REIS Conselheira do CSMPT / Membro CCR /	01	00	01	00	00	00	00	01
JOSE NETO DA SILVA Conselheiro do CSMPT /	00	107	107	89	00	00	18	18
ROGERIO RODRIGUEZ FERNANDEZ FILHO Conselheiro do CSMPT /	312	101	413	116	33	184	80	297
LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO Conselheiro do CSMPT / Coordenador da CRJ - Port. 179 de 07/04/11 - BS Especial 4-C	31	77	108	96	00	09	03	12
GUSTAVO ERNANI CAVALCANTI DANTAS	13	76	89	89	00	00	00	00
JAIME ANTONIO CIMENTI Férias / Licença Prêmio	28	112	140	28	00	00	112	112
EVANY DE OLIVEIRA SELVA	00	00	00	00	00	00	00	00
EDUARDO ANTUNES PARMEGGIANI Férias / Mesa Receptora de Votos Port. CEA 01 de 08/04/11 BS Especial 4-C	26	77	103	103	00	00	00	00
RONALDO CURADO FLEURY	00	78	78	78	00	00	00	00
MÁRCIA RAPHANELLI DE BRITO Oficiando na PGT Port. 260 de 02/09/99 / Receptora de Votos Port. CEA 01 de 08/04/11 BS Especial 4-C	84	78	162	104	00	07	51	58
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS Oficiando na PGT Port. 260 de 02/09/99/ Membro da CCR /	00	00	00	00	00	00	00	00
ANTONIO LUIZ TEIXEIRA MENDES Oficiando na PGT Port.485 de 04/11/10 /	41	77	118	118	00	00	00	00
ADRIANE REIS DE ARAUJO Oficiando na PGT Port. 251 de 16/10/02 /	131	76	207	174	00	18	15	33
MAURÍCIO CORREA DE MELLO Oficiando na PGT Port. 429 de 01/10/07 / Mesa Receptora de Votos Port. CEA 01 de 08/04/11 BS Especial 4-C	138	76	214	153	01	16	44	61
RICARDO JOSÉ MACEDO DE BRITTO PEREIRA Oficiando na PGT Port. 532 de 18/11/09/Chefe de Gabinete do Procurador-Geral Port. 453 de 08/10/09	00	00	00	00	00	00	00	00
TOTAIS	1.524	1.955	3.479	2.206	89	512	672	1.273

II - TRÂNSITO DE PROCESSOS COM O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

RECEBIDOS NO MÊS	RESTITUÍDOS NO MÊS	DIFERENÇA ENTRE RECEBIDOS E RESTITUÍDOS
1.191	2.395	-1.204

III - PROCESSOS NA PROCURADORIA GERAL DO TRABALHO EM 30/04/2011

COM O DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA		COM OS SUBPROCURADORES-GERAIS/PROCURADORES REGIONAIS	TOTAL
PARA DISTRIBUIÇÃO	PARA RESTITUIÇÃO AO TST	PARA EMISSÃO DE PARECER	
00	344	1.273	1.617

Brasília, 4 de maio de 2011.
OTAVIO BRITO LOPES
Procurador-Geral do Trabalho

PROCURADORIAS REGIONAIS
1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 868, DE 7 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 000053.2011.01.002/0 - 202, instaurada em face de FRIBURGO AUTO ÔNIIBUS LTDA, narrando possíveis desrespeitos a direitos trabalhistas relacionados à obstacularização do voto secreto para a eleição dos representantes da CIPA no âmbito da denunciada, fazendo com que seus funcionários se sintam coagidos a não votarem em determinados candidatos.

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000053.2011.01.002/0 - 202, em face de FRIBURGO AUTO ÔNIIBUS (Avenida Governador Roberto Silveira, n° 3612, Conselheiro Paulino, Nova Friburgo, CEP Nº 28.635-000, CNPJ n° 30.538.060/0001-23). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 893, DE 12 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 000060.2011.01.002/7-202, instaurada em face do RESTAURANTE SAFRA 2001 COM. REPRESENT. PROD. ALIMENT. LTDA, narrando o possível desrespeito a direitos trabalhistas concernente ao atraso no pagamento do salário e descanso semanal não concedido;

Considerando que, caso sejam confirmadas as práticas das condutas apontadas na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 00060.2011.01.002/7-202, em face do RESTAURANTE SAFRA 2001 COM. REPRESENT. PROD. ALIMENT. LTDA (Av. Alberto Braune, Nº 59, Sobrado, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.000-000, CNPJ: 07.548.955/0001-27). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 894, DE 12 DE ABRIL DE 2011

PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 000058.2011.01.002/7-202, instaurada em face da ESTRUTEC, narrando o possível desrespeito a direito trabalhista relacionado à exploração de trabalho infantil em local perigoso;

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000058.2011.01.002/7-202, em face da ESTRUTEC (Rodovia RJ-130, Km 28, Bonsucesso, 3º Distrito de Teresópolis, Teresópolis/RJ, CEP: 25.995-290, CNPJ: 36.426.419/0001-57). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 972, DE 16 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 001066.2011.01.000/4-202, instaurada em face da empresa Pro Data Serviços Ltda e do seu tomador de serviços o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, na qual se narra possível irregularidade de cunho trabalhista concernente ao atraso no pagamento dos salários de 23 empegados;

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 001066.2011.01.000/4-202, em face da empresa Pro Data Serviços Ltda, Rua Heitor de Moura Estevão, Nº 82, Varzea, Teresópolis/RJ, CEP: 25.953-090, inscrita no CNPJ sob o Nº 04.743.697/0001-41, e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBIO, Eq Complexo Administrativo Sudoeste 103/104, Nº 01, Bloco C Subsolo Torre 4, Sudoeste, Brasília/DF, CEP: 70.670-350, inscrito no CNPJ sob o Nº 08.829.974/0001-94. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 974, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 000063.2011.01.002/9 - 202, instaurada em face do Município de Teresópolis, narrando possíveis desrespeitos a direitos trabalhistas relacionados à contratação de profissionais da área de saúde sem o devido concurso público.

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000063.2011.01.002/9 - 202, em face do MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS (Rua Feliciano Sodré, 675, Várzea, Teresópolis/RJ, CEP 20.030-042, CNPJ n° 29.138.369/0001-47). Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 984, DE 26 DE ABRIL DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 000062.2011.01.002/1-202, instaurada em face da empresa ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (MC DONALDS), na qual se narra irregularidade de cunho trabalhista quanto ao atraso no pagamento de salário, constatada em sentença judicial;

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000062.2011.01.002/1-202, em face da empresa ARCOS DOURADOS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA (MC DONALDS), Praça Presidente Getúlio Vargas, Nº 139, Lj. 134, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.610-175. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 1.036, DE 3 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação de Nº 000067.2011.01.002/8 - 202, instaurada em face da CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS e do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, na qual se narra possível violação a normas de direito trabalhista relacionada à falta de depósitos do FGTS de 150 trabalhadores contratados pelo Município;

Considerando que, caso seja confirmada a prática da conduta apontada na denúncia, restará caracterizada ofensa ao ordenamento jurídico trabalhista;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art.6°, VII, e 84, III, da Lei Complementar n° 75/93 e art. 8°, §1° da Lei n° 7.347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civi, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil n.º 000067.2011.01.002/8 - 202, em face da CRUZ VERMELHA BRASILEIRA - FILIAL DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS, com endereço na Rua Carlos Gomes, Nº 06, Centro, Petrópolis/RJ, CEP: 25.680-120, inscrita no CNPJ sob o Nº 09.198.238/0001-48 e do MUNICÍPIO DE BOM JARDIM, com endereço na Praça Governador Roberto Silveira, Nº 44, Centro, Bom Jardim/RJ, CEP: 28.660-000, inscrito no CNPJ sob o Nº 28.561.041/0001-76. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR, que poderá ser secretariado pelo servidor Edson de Souza Moraes Junior, Técnico Administrativo.

FERNANDO PINAUD DE OLIVEIRA JUNIOR

PORTARIA Nº 1.041, DE 3 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº REP 000049.2011.01.003/8-303, instaurado a partir de denúncia sigilosa formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que os investigados, CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., PACIFIC RECURSOS HUMANOS e CLÍNICA DOCTORLIFE, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na terceirização ilícita da Odebrecht, em sua atividade fim, através da Pacific Recursos Humanos, exigência de jornada extraordinária, não pagamento de adicional de insalubridade mesmo para os empregados que trabalham embarcados ou com draga de sucção e adulteração na descrição das atividades no PPP, GFIP e CNAE, posto que diversas das realmente exercidas pelos trabalhadores;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000049.2011.01.003/8-303, em face de CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT S.A., PACIFIC RECURSOS HUMANOS e CLÍNICA DOCTORLIFE. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.042, DE 3 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº PP 002100.2005.01.003/6 - 301, instaurado a partir de denúncia anônima encaminhada a esta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes tomou conhecimento, dando notícia de que o investigado, CAMPOS LARA VEÍCULOS LTDA., vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes em fraudes no seguro-desemprego. Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 002100.2005.01.003/6 - 301, em face de CAMPOS LARA VEÍCULOS LTDA. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO, que poderá ser secretariado pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

FRANCISCO CARLOS DA SILVA ARAÚJO

PORTARIA Nº 1.052, DE 4 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº REP 000074.2011.01.003/6 - 303, instaurado a partir de denúncia sigilosa formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, FARMÁCIA NASCENTE LTDA., vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na imposição aos trabalhadores para que assinem contracheque sem o recebimento do valor correspondente e na duplicação de cartão de ponto para fraudar o registro da jornada de trabalho.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000074.2011.01.003/6 - 303, em face de FARMÁCIA NASCENTE LTDA.. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.063, DE 5 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº REP 000928.2011.01.000/9-303, instaurado a partir de denúncia anônima formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, WWW PADUA - VEÍCULOS E PEÇAS LTDA., vem praticando irregularidade trabalhista, concernente na terceirização ilícita. Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve: instaurar o Inquérito Civil Nº 000928.2011.01.000/9-303, em face de WWW PADUA - VEÍCULOS E PEÇAS LTDA. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.069, DE 5 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº PP 000191.2010.01.003/0-303, instaurado a partir de denúncia formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, AMARO BARROS FERNANDES E OUTROS, vem praticando irregularidade trabalhista, concernente na retenção de CTPS.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000191.2010.01.003/0-303, em face de AMARO BARROS FERNANDES E OUTROS. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.072, DE 6 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº REP 000091.2011.01.003/0-303, instaurado a partir de denúncia formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que o investigado, COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS MILLENIO DE CAMPOS LTDA ME, vem praticando irregularidade trabalhista, concernente em ato anti-sindical.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000091.2011.01.003/0-303, em face de AMARO COMÉRCIO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS MILLENIO DE CAMPOS LTDA ME. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.073, DE 6 DE MAIO DE 2011

A PROCURADORA DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados no procedimento Nº REP 000055.2011.01.003/7-303, instaurado a partir de denúncia formulada nesta Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Campos dos Goytacazes, dando notícia de que os investigados, CONSTRUTORA LIDER LTDA E CONSTRUTORA LN NEMETH, vem praticando irregularidades trabalhistas, concernentes na cobrança do exame médico admissional do trabalhador, bem como retenção de CTPS.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis dos trabalhadores, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 000091.2011.01.003/0-303, em face de CONSTRUTORA LIDER LTDA E CONSTRUTORA LN NEMETH. Presidirá o inquérito a Procuradora do Trabalho, MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO, que poderá ser secretariada pelos servidores Carlos Eduardo Jacintho Lobo e Eduardo Xavier de Souza, Analistas Processuais.

MARCELA CONRADO DE FARIAS RIBEIRO

PORTARIA Nº 1.079, DE 9 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação 00110.2011.01.006/0-601, instaurada com a finalidade de apurar irregularidades atinentes a meio ambiente de trabalho - condições sanitárias e de conforto no local de trabalho;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 00110.2011.01.006/0-601 em face de FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI, CNPJ Nº 32.556.060/0001-81, com endereço na Rua Visconde de Sepetiba, 987 - 8º andar, Centro, Niterói/RJ e NOVA RIO SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ Nº 29.212.545/0001-43, com endereço na Rua Lícinio Cardoso, 436, São Francisco Xavier, Rio de Janeiro/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor CÉSAR DOS SANTOS PACHECO, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.080, DE 9 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação 00158.2011.01.006/0-601, instaurada com a finalidade de apurar irregularidades atinentes a meio ambiente de trabalho;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 00158.2011.01.006/0-601 em face de GALVÃO ENGENHARIA S/A, CNPJ Nº 01.340.937/0011-40, com endereço na Rua Santa Luzia, 651 - 33º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor CÉSAR DOS SANTOS PACHECO, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 1.081, DE 9 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação 00164.2011.01.006/2-601, instaurada com a finalidade de apurar irregularidades atinentes a FGTS e rescisão do contrato de trabalho;

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 00164.2011.01.006/2-601 em face de S/A DISTRIBUIDORA E MERCANTIL, CNPJ Nº 31.690.480/0001-93, com endereço na Rua Alfredo Backer, 785, Sala 206, Alcântara, São Gonçalo/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor CÉSAR DOS SANTOS PACHECO, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.082, DE 9 DE MAIO DE 2011

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Representação 00173.2011.01.006/3-601, instaurada com a finalidade de apurar fraude à relação de emprego - cooperativa

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar Nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei Nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Nº 00173.2011.01.006/3-601 em face de COOPERATIVA MULTIPROFISSIONAL DE SERVIÇOS (COOPMULTISERV), CNPJ Nº 02.935.231/0001-12, com endereço na Rua Gonçalves Dias, 30-A, Sala 901, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho, PATRICK MAIA MERÍSIO, que poderá ser secretariado pelo servidor CÉSAR DOS SANTOS PACHECO, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 1.085, DE 9 DE MAIO DE 2011

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, pelo Procurador do Trabalho ao final firmado, em exercício na Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região - Procuradoria do Trabalho no Município de Nova Iguaçu, com apoio no artigo 129, inciso III da Constituição da República Federativa do Brasil, nos artigos 5° e incisos, 6°, inciso VII, alíneas "a" e "d" e 84, inciso II da Lei Complementar Nº 75, de 20/05/93, combinados com o artigo 8º, §1º, da Lei Nº 7.347/85 e, ainda:

Considerando o teor dos fatos relatados no Procedimento Preparatório Nº 002350.2005.01.004/4-401, instaurado a fim de apurar notícias de que o SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS, DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIAS E ARTIGOS DE TOUCADOR, DE SABÃO E VELAS, DE TINTAS E VERNIZES, DE EXPLOSIVOS E DE MATERIAL PLÁSTICO DE NOVA IGUAÇU, QUEIMADOS, JAPERI, PARACAMBI E ITAGUAÍ vem desrespeitando normas relativas aos direitos dos trabalhadores;

Considerando as informações constantes dos autos de que o referido sindicato vem celebrando acordos coletivos de trabalho com empresas localizadas em sua base territorial contendo cláusulas ilegais, ofensivas ao ordenamento jurídico e aos direitos trabalhistas;

Considerando que ao Ministério Público incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, caput da Constituição da República), bem como a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

Resolve instaurar INQUÉRITO CIVIL em desfavor de SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA FINS INDUSTRIAIS, DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS, DE PERFUMARIAS E ARTIGOS DE TOUCADOR, DE SABÃO E VELAS, DE TINTAS E VERNIZES, DE EXPLOSIVOS E DE MATERIAL PLÁSTICO DE NOVA IGUAÇU, QUEIMADOS, JAPERI, PARACAMBI E ITAGUAÍ, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o Nº 28.465.011/0001-66, com endereço na Rua Terezinha Pinto, 457, Centro, Nova Iguaçu/RJ, CEP: 26.215-210, para apuração dos fatos em toda a sua extensão.

Como providência inicial, determino a intimação do sindicato investigado para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, encaminhe cópia da Convenção Coletiva de Trabalho em vigor na sua região de atuação, se existente, e de todos os Acordos Coletivos de Trabalho firmados e atualmente vigentes.

Por ora, reconsidero o despacho de f. 246 no tocante à designação de audiência administrativa, devendo-se aguardar o prazo para manifestação do sindicato.

FÁBIO LUIZ MOBARAK IGLESSIA

8ª REGIÃO

PORTARIA Nº 277, DE 25 DE ABRIL DE 2011

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais e, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que as noticiadas SCOVAN SERVIÇOS GERAIS LTDA E EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA estão sendo objeto de investigação em razão de possíveis irregularidades atinentes a assédio moral, desvio de função, CTPS não anotada de forma correta e jornada de trabalho excedente (não concessão de intrajornada e de repouso semanal remunerado).

DETERMINA, em 25.04.2011, em Macapá-AP: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000074.2011.08.001/3, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas da Costa para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

SILVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 284, DE 27 DE ABRIL DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o SINDICATO DO COMÉRCIO DE CASTANHAL. foi objeto de Representação por Jornada de Trabalho; Períodos de Repouso e Feriados

DETERMINA, em 27.04.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000442.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de notificação às entidades sindicais, requisitando informações e documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 285, DE 27 DE ABRIL DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa, LEOPRINT REPRESENTAÇÕES. foi objeto de Representação por Fraude na Relação de emprego e Lide Simulada ;

DETERMINA, em 27.04.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000438.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à empresa, requisitando os documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 286, DE 27 DE ABRIL DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa, AVON COSMÉTICOS LTDA. foi objeto de Representação por: CTPS e Registro de Empregados;

DETERMINA, em 27.04.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000447.2011.08.000/1, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à empresa, requisitando os documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 287, DE 27 DE ABRIL DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a ESCOLA SEOL foi objeto de Representação por: ctps E Registro de Empregados; Gratificação de Natal; Jornada de Trabalho; Horas Excedentes; Horas Extras; Prorrogação e Salário;

DETERMINA, em 27.04.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 001317.2010.08.000/2, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC

CÍNTIA NAZARÉ PANTOJA LEÃO

PORTARIA Nº 295, DE 2 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa COMERCIAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PREÇO ÓTIMO LTDA. - ME foi objeto de Representação por: Discriminação a Trabalhadores; Assédio moral fundado em critérios discriminatórios; Desvio de Função; Jornada de Trabalho; Horas Excedentes; Horas Extras;

DETERMINA, em 02.05.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000399.2008.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

RITA MOITTA PINTO DA COSTA

PORTARIA Nº 300, DE 3 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa, SACRAMENTA SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA. foi objeto de Representação por Jornada de Trabalho; Períodos de Repouso; Férias e Vale-transporte

DETERMINA, em 03.05.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000484.2011.08.000/1, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à empresa, requisitando os documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 302, DE 3 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa FALCON VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. foi objeto de Representação por Jornada de Trabalho; Horas Excedentes; Horas Extras; Períodos de Repouso e Intervalo Intrajornada;

DETERMINA, em 03.05.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000463.2011.08.000/7, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à empresa, requisitando os documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 303, DE 3 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que o SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE BRAGANÇA. foi objeto de Representação INSS;

DETERMINA, em 03.05.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000464.2011.08.000/7, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à empresa, requisitando os documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

PORTARIA Nº 304, DE 3 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa, CENTRO DE ESTUDOS MULTIPLOS. foi objeto de Representação por CTPS E Registro de Empregados

DETERMINA, em 03.05.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000478.2011.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados e, para tanto, solicita, desde logo, a expedição de ofício à empresa, requisitando os documentos citados na apreciação prévia; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

TATIANA DONZA CANCELA DE CARVALHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 306, DE 4 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho que ao final assina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no art. 129, III, da Constituição Federal; artigos 6º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar Nº 75, de 20.05.1993; art. 8º, § 1º, da Lei Nº 7.347, de 24.07.1985, e

Considerando que a empresa ANTÔNIO R K REIS foi objeto de Representação por: Abuso do poder diretivo do empregador; Desvio de Função e Salário;

DETERMINA, em 04.05.2011, em Belém/PA: 1) a INSTAURAÇÃO, sob sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL Nº 000235.2010.08.000/0, para apuração dos fatos acima narrados; 2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Raquel Pinto Trindade para secretariar os trabalhos atinentes a este IC

CARLA AFONSO DE NÓVOA MELO

PORTARIA Nº 311, DE 9 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando as declarações em audiência do Prefeito do Município de Oiapoque de que a contratação de pessoal nas Unidades Mistas de Saúde ficam a cargo do Estado do Amapá.

DETERMINA, em 9 de maio de 2011, na cidade de Macapá-AP: (I) o aditamento à Portaria Nº 420, para fazer incluir no polo passivo do INQUÉRITO CIVIL 000167.2010.08.001/7 o ESTADO DO AMAPÁ e a SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO AMAPÁ.

SILVIA SILVA DA SILVA

PORTARIA Nº 312, DE 9 DE MAIO DE 2011

A Procuradora do Trabalho signatária, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 129, III, da Constituição Federal, nos artigos 6.º, inciso VIII e 84, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e no artigo 8.º, § 1.º, da Lei n.º 7.347/85, e

Considerando que as empresas (I) G. R. DOS SANTOS - ME (CNPJ Nº 02.552.030/0001-36) e (II) REDELOG LTDA (CNPJ Nº 10.493.642/0001-23) estão sendo objetos de investigação com a finalidade de apurar o pagamento de salários atrasadas, falta de depósito do FGTS e ausência de pagamento de verbas rescisórias.

DETERMINA, em 09.05.2011, em Macapá-AP: (1) a INSTAURAÇÃO, sob a sua presidência, do INQUÉRITO CIVIL N.º 000044.2011.08.001/9, para apuração dos fatos acima narrados; (2) a DESIGNAÇÃO da Servidora Socorro Maria Dantas para secretariar os trabalhos atinentes a este IC.

SILVIA SILVA DA SILVA

20ª REGIÃO

PORTARIA Nº 111, DE 6 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos da Representação n.º 000266.2011.20.000/0 constam relatos de possível lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (acidente de trabalho, acidente de trabalho com crianças e adolescentes e transporte), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da AGRO INDUSTRIAL CAPELA LTDA (DESTILARIA TAQUARI) e HENRIQUE BRANDÃO MENEZES (FAZENDA TAQUARI), pessoas jurídicas de direito privado.

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

PORTARIA Nº 112, DE 6 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando que dos autos do Procedimento Preparatório n.º 000805.2009.20.000/7 constam relatos de possível lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (equipamentos de proteção individual, CTPS e registro de empregados, etc.), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL em face da FERROPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado.

ALBÉRICO LUIS BATISTA NEVES

PORTARIA Nº 115, DE 10 DE MAIO DE 2011

O Procurador do Trabalho que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando o conteúdo dos autos do Procedimento Preparatório Nº 000709.2010.20.000/3, a fim de apurar indícios de lesão à ordem jurídica e a direitos sociais constitucionalmente garantidos (Ergonomia - NR 17 -, Acidente de Trabalho, CTPS e registro de empregados, Horas extras - Prorrogação -, Períodos de repouso - Intervalo intrajornada), resolve, com fulcro nos arts. 129, inciso III, da Constituição Federal, 6º, inciso VII, "d" e 84, inciso II, da Lei Complementar 75/93, e 8º, § 1º, da Lei 7.347/85, determinar a instauração de Inquérito Civil em face da empresa Fiação e Tecelagem Nortista S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ Nº 13.142.823/0001-01.

RICARDO JOSÉ DAS MERCÊS CARNEIRO

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 15, DE 4 DE MAIO DE 2011
(Sessão Ordinária do Plenário)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler

Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado

Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa

Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes) e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral, em exercício, Lucas Rocha Furtado. Ausentes o Ministro Augusto Nardes, em missão oficial, e o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, em férias.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a ata nº 14, da sessão ordinária realizada em 27 de abril (Regimento Interno, artigo 101).

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÃO (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Da Presidência:

Convocação de Sessão Extraordinária para o dia 11 de maio corrente, no início da Sessão Ordinária do Plenário, para posse ao Dr. Lucas Rocha Furtado no cargo de Procurador-Geral junto ao TCU, ao qual foi reconduzido por Decreto da Presidenta da República do último dia 19 de abril.

MEDIDA CAUTELAR (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão da medida cautelar exarada no processo nº TC-006.795/2011-0, pelo Ministro-Substituto Weder de Oliveira, para que a Escola de Comando e Estado Maior do Exército - Eceme suspenda o Pregão Eletrônico n° 1/2011.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Data do sorteio: 28/04/2010

Processo: 001.893/2008-3
Interessado: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 007.955/2007-7
Interessado: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA - MD, CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 010.268/2010-3
Interessado: MINISTÉRIO DO TURISMO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 011.673/2009-1
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 012.807/2003-2
Interessado: Prefeitura Municipal de Massaranduba - PB
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 013.079/2005-9
Interessado: INSTITUTO BRASILEIRO DE TURISMO - MTur, CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - PR, MINISTÉRIO DO TURISMO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Contestação
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 018.944/2008-0
Interessado: ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE TOCANTINS, SECRETARIA EXECUTIVA - MINISTÉRIO DAS CIDADES - MICI,
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 019.307/2008-8
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 020.988/2008-1
Interessado: SECRETARIA ESPECIAL DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES - PR, INSTITUTO TREINAR DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA, /LOGOS PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA. - ME e outros
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 022.130/2008-7
Interessado: Prefeitura Municipal de Normandia - RR, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 025.747/2010-0
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 031.610/2010-2
Interessado: ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DA ÁREA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DO TCU - AUDITEC/ASSOCIAÇÃO DOS TÉCNICOS DA ÁREA DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO DO e outros
Motivo do sorteio: Processo Administrativo - Art. 28, inciso XIV do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 350.161/1996-8
Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO MARANHÃO
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Data do sorteio: 03/05/2010

Processo: 001.213/2009-8
Interessado: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS - MEC
Motivo do sorteio: Impedimento - Arts. 111 e 151, Inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

Processo: 003.817/2004-8
Interessado: PROCURADORIA DA REPÚBLICA/SE - MPF/MPU, SINTESE/SINDICATO TRAB EDUC ENS 1º E 2º GRAUS SE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 007.037/2004-5
Interessado: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA - MEC, ADAG SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LTDA/ADAG SERVIÇOS DE PUBLICIDADE LTDA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ JORGE

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 009.841/2010-5
Interessado: CONGRESSO NACIONAL
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 010.646/2008-1
Interessado: JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 1ª REGIÃO/DF
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 010.931/2003-4
Interessado: ENTIDADES/ÓRGÃOS DO GOVERNO DO ESTADO DE RORAIMA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 011.368/2003-6
Interessado: SENAI - DEPARTAMENTO REGIONAL/ES - MTE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 013.206/2008-8
Interessado: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO - PR
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 015.974/2005-0
Interessado: Prefeitura Municipal de Arenápolis - MT, FNDE/FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 017.852/2008-1
Interessado: UNIVERSIDADE LIVRE DA MATA ATLÂNTICA/UMA
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 018.370/2009-5
Interessado: CÂMARA MUNICIPAL /CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DE PAULA
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Deliberação em relação)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro UBIRATAN AGUIAR

Processo: 020.051/2007-4
Interessado: GERÊNCIA REGIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO/SP - MP
Motivo do sorteio: Recurso de Revisão ao Plenário contra Acórdão
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 020.055/2006-5
Interessado: MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (VINCULADOR), VALDENER BORGES SOARES
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AUGUSTO NARDES

Processo: 020.532/2008-4
Interessado: /MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - RJ
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro AROLDO CEDRAZ

Processo: 027.387/2009-1
Interessado: MINISTÉRIO DA SAÚDE (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

Processo: 028.657/2009-3
Interessado: Não há
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro VALMIR CAMPELO

Processo: 029.228/2010-7
Interessado: TRANSGLOBAL SERVIÇOS LTDA/TRANSGLOBAL SERVIÇOS LTDA
Motivo do sorteio: Pedido de Reexame (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 1a. Câmara
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Data do sorteio: 04/05/2010

Processo: 006.253/2007-0
Interessado: Prefeitura Municipal de Jandaíra - RN
Motivo do sorteio: Recurso de Reconsideração (Acórdão)
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - 2a. Câmara
Relator sorteado: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1098 a 1123.

RELAÇÃO Nº 15/2011 - Plenário
Relator - Ministro UBIRATAN AGUIAR

ACÓRDÃO Nº 1098/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos do enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 102/2011-TCU-Plenário, prolatado na Sessão de 26/1/2011, Ata nº 2/2011, de forma que, relativamente ao subitem 9.1. **onde se lê**:

"9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, irregulares as contas do Sr. Laércio José de Oliveira, condenando-o solidariamente com a empresa G.G. Construções e Serviços Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 81.131,64 (oitenta e um mil, cento e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 5/7/2001 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;"

leia-se:

"9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, **caput**, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, irregulares as contas do Sr. Laércio José de Oliveira, condenando-o solidariamente com a empresa G.G. Construções e Serviços Ltda. ao pagamento das quantias de R$ 40.565,82 (quarenta mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos) e de R$ 40.565,82 (quarenta mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora calculados a partir de 6/6/2001 e 5/7/2001, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;" mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada:

1. Processo TC-029.228/2008-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1.Classe de Assunto: IV
1.2. Responsáveis: G.G. Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 04.183.355/0001-14) e Laércio José de Oliveira (CPF 056.482.464-04), ex-prefeito
1.3.Entidade: Município de São José do Campestre/RN
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RN(SECEX-RN)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1099/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea **e**, e 183, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução nº 155/2002, em prorrogar, por mais 30 (trinta) dias, a contar de 19/4/2011, o prazo para que a Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana de Mato Grosso cumpra as determinações constantes nos itens 9.2 a 9.2.3 do Acórdão nº 1.694/2010-Plenário, Ata 25/2010, proferido na Sessão de 14/7/2010:

1. Processo TC-027.120/2010-4 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: VII
1.3. Interessada: Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana/MT
1.4. Entidade: Secretaria de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1100/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8443/92 e no art. 218 do RI/TCU, em expedir quitação ao Sr. Eudoro Walter de Santana, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, e arquivar o presente processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao Acórdão 1455/2007-Plenário, Ata 32/2007, no qual foi apreciado Pedido de Reexame contra o Acórdão nº 865/2006-Plenário:

1. Processo TC-008.264/2005-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS)
1.1. Apensos: TC 011.598/2006-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); TC 010.958/2007-0 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTOS); TC 008.478/2005-2 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.2. Classe de Assunto: V
1.3. Responsável: Eudoro Walter de Santana (CPF 001.522.423-68)
1.4. Interessados: Congresso Nacional e Departamento Nacional de Obras Contra As Secas - DNOCS (CNPJ 00.043.711/0001-43)
1.5. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas - DNOCS
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG (SECEX-MG)
1.7. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/MG 71.947), Cyntia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Patrícia Guércio Teixeira (OAB/MG 90459), Débora Val Leão (OAB/MG 98788), Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173), Marcelo Andrade Fiuza (OAB/MG 90.637), Renata Aparecida Ribeiro Felipe (OAB/MG 97.826), Ariadna Augusta Eloy Alves (OAB/DF 20.085), Áira Lages Miari (OAB/MG 3953-E), André Dechichi Grossi (OAB/MG 8.369-E), Tathiane Vieira Viggiano Fernandes (OAB/MG 4744-E), Vitor Magno de Oliveira (OAB/MG 6089-E), Fernando Antonio Freire de Andrade (OAB/RJ 13881).

ACÓRDÃO Nº 1101/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-004.114/2011-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII
1.2. Responsável: Roseli Terezinha Kuhnen (CPF 417.710.959-20)
1.3. Interessado: Justiça Federal
1.4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SC (SECEX-SC)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. com fundamento no artigo 237, inciso III, do Regimento Interno, conhecer da presente representação, para, no mérito, julgá-la procedente;
1.8. com fundamento no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno, e na IN TCU nº 63/2010, determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que faça um levantamento da situação funcional dos seus servidores, de forma a identificar eventuais casos de desvio de função e promover sua regularização, informando os resultados no Relatório de Gestão referente às contas do exercício de 2011, sob pena de multa ao destinatário desta determinação e instauração de Tomada de Contas Especial em caso de futura identificação de casos semelhantes ao tratado nesta Representação; e
1.9. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1102/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-007.272/2011-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII
1.2. Interessado: Ouvidoria - TCU
1.3. Órgão: Justiça Federal - Seção Judiciária/PR - TRF-4
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. com fundamento no artigo 237 do Regimento Interno, conhecer da presente Representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
1.7. alertar a Justiça Federal de 1º Grau no Paraná - Seção Judiciária no Paraná, que a abertura de concurso público para cargo com inexistência de vaga ou de vacância iminente pode resultar em prejuízos aos candidatos aprovados, tendo em vista principalmente o prazo de validade de tais concursos e as limitações no quadro de pessoal do órgão;
1.8. cientificar a Ouvidoria deste Tribunal acerca desta deliberação; e
1.9. arquivar os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1103/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-026.632/2008-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VII
1.2. Interessada: 3ª Secretaria de Controle Externo - TCU
1.3. Entidades: Diretoria de Contas do Comando da Marinha (CNPJ 00.394.502/0027-83), Diretoria de Auditoria do Comando do Exército, Ministério da Defesa (vinculador), Subsecretaria de Auditoria do Comando da Aeronáutica (CNPJ 00.394.429/0001-00)
1.4. Unidade Técnica: 3ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-3)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. com fundamento no art. 237, inciso VI do Regimento Interno do TCU, conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; e
1.7. arquivar os autos, sem prejuízo de que se dê ciência desta deliberação aos Comandos Militares.

Ata n° 15/2011 - Plenário
Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 12/2011 - Plenário
Relator - Ministro AROLDO CEDRAZ

ACÓRDÃO Nº 1104/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 525/2011-TCU - 2ª Câmara, prolatado na sessão de 1/2/2011, Ata 2/2011, relativamente ao subitem "9.1", onde se lê: "julgar regulares as contas dos Srs Ari Sarmento do Valle Barbosa, Edson Pena Junior, Edson de Araujo Lobo, Francisco de Assis Leme Franco, Graciano dos Santos Neto, José Francisco Alvarez Raya, Manoel Gimenes Ruy, Marcos Tadeu de Siqueira, Paulo Cesar Simplício da Silva, Ricardo Antonio de Souza Batista, Rubens Portugal Bacellar e da Srª Maria Dione de Araujo Felipe (266.494.381-20), dando-lhes quitação plena;", leia-se: "julgar regulares as contas dos Srs Ari Sarmento do Valle Barbosa, Edson Pena Junior, Edson de Araujo Lobo, Francisco de Assis Leme Franco, José Francisco Alvarez Raya, Manoel Gimenes Ruy, Marcos Tadeu de Siqueira, Paulo Cesar Simplício da Silva, Ricardo Antonio de Souza Batista, Rubens Portugal Bacellar e da Srª Maria Dione de Araujo Felipe (266.494.381-20), dando-lhes quitação plena;", mantendo-se inalterados os demais termos do Acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.270/2004-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2003)
1.1. Responsáveis: Ari Sarmento do Valle Barbosa (372.225.117-68); Edson Pena Junior (120.058.191-15); Edson de Araujo Lobo (108.240.731-34); Francisco de Assis Leme Franco (469.676.807-49); Graciano dos Santos Neto (164.150.190-15); José Francisco Alvarez Raya (335.650.580-72); Manoel Gimenes Ruy (382.476.828-34); Marcos Tadeu de Siqueira (945.554.198-04); Maria Dione de Araujo Felipe (266.494.381-20); Paulo Cesar Simplicio da Silva (497.415.437-00); Ricardo Antonio de Souza Batista (242.637.707-06); Rubens Portugal Bacellar (186.710.639-68)
1.2. Entidade: Cobra Tecnologia S.A. - MF.
1.3. Advogados constituídos nos autos: Christina Aires Corrêa Lima (OAB/DF 11.873); Walfrêdo Frederico de Siqueira Cabral Dias (OAB/DF 12.090); Francisco de Paula Filho (OAB/DF 7.530); Renata Piccinini de Carvalho (OAB/RJ 109.105); Elizabeth Vazquez Novo (OAB/RJ 1434-B); Olivino Ludvichak (OAB/RJ 77.896)

ACÓRDÃO Nº 1105/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/92, art. 213 do Regimento Interno e nos arts. 5º, § 1º, inciso III; § 2º, e 11 da IN/TCU 56/2007, em determinar o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor para que lhe seja concedida a quitação, fazendo-se a determinação sugerida, sem prejuízo de dar ciência deste acórdão ao órgão instaurador da tomada de contas especial e ao responsável, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-028.480/2009-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Monica Antunes Barbosa (116.308.251-15)
1.2. Entidade: Secretaria de Educação Média e Tecnológica do MEC - SEMTEC/MEC
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1106/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, alínea "a", do Regimento Interno, em considerar cumpridas as determinações constantes do Acórdão 1915/2010 - TCU - 2ª Câmara, com os prazos fixados pelo Acórdão 2276/2010 - TCU - Plenário, e determinar o arquivamento dos autos a seguir indicados, de acordo com os pareceres emitidos.

1. Processo TC-025.489/2009-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Dimas Tadeu Covas (005.798.358-55)
1.2. Entidade: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto
1.3. Advogado constituído nos autos: não há

ACÓRDÃO Nº 1107/2011 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, considerando o pedido de dilação de prazo formulado pelo Sr. José Cupertino de Oliveira Sampaio para atendimento à audiência objeto do Ofício 23/2011 - TCU/4ª Secob, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, em prorrogar por 30 (trinta) dias, a contar de 30/3/2011, o prazo para atendimento à audiência determinada por intermédio do item 9.1 do Acórdão 285/2011 - TCU - Plenário.

1. Processo TC-031.307/2010-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: José Cupertino de Oliveira Sampaio (204.559.257-04); Marcos Pagnoncelli (375.384.467-53)
1.2. Unidade: Secretaria Especial de Portos da Presidência da República - SEP/PR.
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 15/2011 - Plenário
Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 21/2011 - Plenário
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 1108/2011 - TCU - Plenário

Considerando que por intermédio do Acórdão nº 554/2011 - Plenário este Tribunal decidiu converter o julgamento em diligência e fixar o prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência do presente acórdão, para que a Secretaria de Portos da Presidência da República, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e a Casa Civil da Presidência da República apresentassem suas manifestações nestes autos;

Considerando a solicitação de habilitação nestes autos, apresentada pela empresa Terminais Portuários Navegantes S/A (Portonave);

Considerando solicitação para a dilação do prazo em 30 (trinta), solicitada pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), pela Secretaria de Portos da Presidência da República e pela empresa Terminais Portuários Navegantes S/A (Portonave), bem como em 60 (sessenta) dias, solicitada pela Casa Civil da Presidência da República, representada pela Advocacia Geral da União (AGU);

Considerando que as empresas Terminais Portuários Navegantes S/A (Portonave), Itapoã Terminais Portuários S/A. e Empresa Brasileira de Terminais Portuários (Embraport) podem ser afetadas pela decisão que vier a ser adotada por esta Corte de Contas;

Considerando os pareceres emitidos nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 146 e no art. 183 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

9.1. habilitar como interessadas nestes autos, as empresas Terminais Portuários Navegantes S/A (Portonave), Itapoã Terminais Portuários S/A. e Empresa Brasileira de Terminais Portuários (Embraport); e

9.2. conceder às requerentes Casa Civil da Presidência da República, representada pela AGU, Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Secretaria de Portos da Presidência da República e empresa Terminais Portuários Navegantes S/A (Portonave), assim como ao Governo do Estado do Ceará e às empresas, Itapoã Terminais Portuários S/A. e Empresa Brasileira de Terminais Portuários (Embraport), prorrogação de prazo único por 30 (trinta) dias, improrrogáveis, para que se manifestem nestes autos, caso queiram.

1. Processo TC-015.916/2009-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Interessada: Secretaria de Portos
1.2. Unidade: Agência Nacional de Transportes Aquaviários - MT
1.3. Unidade Técnica: Sec. de Fiscal. de Desest. e Regulação 1 (SEFID-1)
1.4. Advogados constituídos nos autos: Evandro Catunda de C. Pinto (OAB/DF 10.759), Felipe Adjuto de Melo (OAB/DF 19.752), Viviane Braga de Moura (OAB/DF 29.496), Irineu de Oliveira (OAB/DF 5.119), Rodrigo Alves Chaves (OAB/DF 15.241), Luiz Piauhylino de Melo Monteiro (OAB/DF 1296/A), Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior (OAB/DF 17.042).

Ata n° 15/2011 - Plenário
Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 24/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ JORGE

ACÓRDÃO Nº 1109/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II; e 47 da Lei n.º 8.443/1992, de 16 de Julho de 1992, c/c os arts. 1º, incisos I e II; 143, inciso V, alínea g; e 252 do Regimento Interno, em converter o processo adiante relacionado em tomada de contas especial, autorizando-se a realização da citação proposta pela Unidade Técnica, sem prejuízo de se fazer as comunicações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.524/2010-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - Secex/PR (00.414.607/0013-51)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná - UF/PR
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (Secex-PR)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há:

ACÓRDÃO Nº 1110/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso III, do Regimento Interno, e no art. 42 da Resolução TCU n.º 191/2006, em apensar o processo a seguir relacionado ao TC-014.970/2009-0, sem prejuízo de se fazer a determinação abaixo transcrita e encaminhar cópia do Relatório da Unidade Técnica à Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul e à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre para conhecimento e providências cabíveis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.852/2011-0 (RELATÓRIO DE MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
1.2. Entidades: Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (Central Estadual de Regulação) e Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (Gerência de Regulação de Serviços de Saúde - GRSS)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinar à Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul e à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre que remetam a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, plano de ação ajustado com relação às determinações e recomendações expostas no Acórdão nº 416/2010 - Plenário, contendo o novo cronograma para a adoção das medidas necessárias à implementação das deliberações prolatadas pelo Tribunal, com indicação dos responsáveis pela sua implementação;
1.6. restituir os autos à Secex/RS para a programação da próxima fase do monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão nº 416/2010 - Plenário.

Ata n° 15/2011 - Plenário
Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 21/2011 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1111/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts.143, inciso III, 169, incisoIV, 237 e 250, incisoII, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, dando-se ciência desta deliberação à representante e à Lettel Distribuidora de Telefonia Ltda., mandando adotar a seguinte medida, conforme os pareceres emitidos nos autos, arquivando-se o processo posteriormente.

1. Processo TC-004.527/2011-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Mahvla Telecomm Consultoria e Serviços em Telecomunicação Ltda. (06.277.077/0001-90)
1.2. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-1)
1.4. Advogados constituídos nos autos: André Puppin Macedo (OAB/DF 12.004) e Alexandre Spezia (OAB/DF20.555).
1.5. Alertar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes de que, no edital do seu Pregão Eletrônico 591/2010, destinado à contratação de serviços de telecomunicações, foi constatada irregularidade pela exigência de apresentação de carta de credenciamento emitida pelo fabricante do equipamento em favor do licitante, uma vez que essa condição não encontra amparo na legislação pertinente ao assunto, em especial a Lei nº 8.666/93, em seu art. 30, de aplicação subsidiária ao pregão nos termos da Lei nº 10.520/02, em seu art. 9º, e representa restrição ilegítima à competição.

ACÓRDÃO Nº 1112/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la improcedente, adotando as seguintes providências, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como dando ciência à representante com o envio de cópia da respectiva instrução.

1. Processo TC-009.960/2010-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Itaí Estudos, Projetos e Perfurações Ltda. (64.921.901/0001-07)
1.2. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. - MME
1.3. Unidade Técnica: 9ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-9)
1.4. Advogados constituídos nos autos: Alberto Moreira Ro-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

drigues (OAB/DF 12.652), Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (OAB/DF 29.760), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Cristiane Miranda Mônaco (OAB/MS 9499-B), Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Fernando Augusto M. Nazaré (OAB/DF 11.485), Frederico Maia Mascarenhas (OAB/RJ 155.437), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Marco Antônio Cavalcante da Rocha (OAB/PE 2.940), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Vera Lúcia Santana Araújo (OAB/DF 5.204), Zilto Bernardi Freitas (OAB/RJ 97.299).

1.5. Acolher as razões de justificativa de Renato de Souza Duque, diretor de serviços da Petrobras, CPF nº 510.515.167-49, em vista de não comprovada existência de irregularidades na contratação direta do Consórcio Brasfond/Schahin para executar os serviços objeto do Convite nº 065.3321.09.8, não restando caracterizada omissão ou negligência que desse causa à urgência que motivou a contratação direta.

1.6. Alertar à Petrobras que a falta de indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos em atos que importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação no bojo dos procedimentos licitatórios previstos no Decreto nº 2.745/98 implica comportamento antijurídico de seus agentes, em vista do inciso VIII do art. 50, c/c art. 1º, da Lei nº 9.784/1999.

Ata n° 15/2011 - Plenário
Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 17/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1113/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II e 41, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, 243, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, de acordo com o parecer da Secex/GO.

1. Processo TC-000.649/2011-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo Em Goiás (00.414.607/0007-03)

1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO(SECEX-GO)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1114/2011 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento de determinações do Tribunal, prolatadas por meio do Acórdão 1284/2010-TCU-Plenário em processo de representação formulada pela Secex/RR, comunicando possíveis irregularidades na execução dos Contratos de Repasse 0168.701-15 (Siafi 521576) e 0187.026-30 (Siafi 542358), celebrados entre o Governo do Estado de Roraima e, respectivamente, a Suframa e o Ministério do Turismo.

Considerando que as determinações objeto do presente monitoramento, prolatadas por meio dos subitens 9.2.2, 9.2.2.1, 9.2.2.2 e 9.2.2.3 do Acórdão n.1284/2010-TCU-Plenário, podem ser consideradas cumpridas, conforme atestam as informações encaminhadas pelo Secretario de Infraestrutura do Estado de Roraima no ofício GAB/SEINF/ N. 1898, de 21/12/2010, acompanhado de documentação comprobatória às fls. 29/177 dos autos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, com fundamento no art. 169, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, em arquivar os presentes autos.

1. Processo TC-017.672/2010-4 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Secex/RR

1.2. Unidade: Governo do Estado de Roraima

1.3. Unidade Técnica: Secex/RR

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1115/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, 41, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, 243, todos do Regimento Interno, em determinar o arquivamento dos presentes autos, uma vez que cumpriu o objetivo para o qual foi constituído, de acordo com os pareceres.

1. Processo TC-019.756/2009-2 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Congresso Nacional

1.2. Unidade: Entidades/Órgãos do Estado de Roraima

1.1. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2(SECOB-2)

1.2. Advogado constituído nos autos: não há.

1.3. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1116/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, e 243 todos do Regimento Interno, em promover o seu apensamento ao TC-022.671/2010-2, dando-se ciência ao interessado.

1. Processo TC-019.920/2009-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Congresso Nacional

1.2. Unidade: Entidades/órgãos do Estado de Roraima

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2(SECOB-2)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1117/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c arts. 1º, inciso II, 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso IV, e 243 todos do Regimento Interno, em promover o apensamento deste processo ao TC-022.671/2010-2 dando-se ciência ao interessado.

1. Processo TC-019.922/2009-5 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Congresso Nacional

1.2. Unidade: Entidades/Órgãos do Estado de Roraima

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 2(SECOB-2)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 1118/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 41, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso II, 17, inciso VI, 143, inciso III, 239, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em fazer as determinações sugeridas.

1. Processo TC-021.034/2009-4 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Keyla Nícia Dias de Carvalho da Silva (924.851.467-72); Maria Aparecida Panisset (323.959.817-53)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Educação (vinculador); Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome (vinculador); Ministério do Trabalho e Emprego (vinculador); Secretaria Nacional de Juventude - PR

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ(SECEX-RJ)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

15.1 Com base no artigo 145, § 1º, do Regimento Interno do TCU, fixar o prazo de quinze dias para que a Sr.ª Maria Aparecida Panisset, Prefeita do Município de São Gonçalo/RJ, apresente, pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído, as razões de justificativa requisitadas nos ofícios n.º 1466/2010-TCU/Secex/RJ-D2, de 28/6/2010, e n.º 2562/2010-TCU/Secex/RJ-D2, de 7/12/2010, sob pena de revelia;

15.2 Com fundamento no artigo 11 da Lei n.º 8.443/1992, c/c arts. 157 e 187 do RI-TCU, assinar prazo improrrogável de quinze dias para o atendimento à diligência encaminhada à Prefeitura Municipal de São Gonçalo por meio do Ofício n.º 2559/2010-TCU/Secex/RJ-D2, de 7/12/2010, sob pena da multa disposta no art. 58, IV, da Lei 8.443/92;

1.5.3 Determinar à Secex/RJ que nos ofícios relativos às providências dispostas nos itens anteriores, detalhe os fatos, de forma a esclarecer os motivos pelos quais a documentação mencionada nos protocolos nºs 452835083 e 452835076, não atende a audiência e diligências determinadas.

ACÓRDÃO Nº 1119/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "e", do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar, o prazo dos itens 9.1.1 e 9.1.3 do Acórdão 3.273/2010-TCU-Plenário, por mais 15 (quinze) dias, contados do término do prazo anteriormente estabelecido.

1. Processo TC-350.275/1996-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 008.237/2000-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA); 003.161/1997-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Interessado: Francisco de Assis Castro Gomes (012.264.521-91)

1.3. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA(SECEX-MA)

1.5. Advogado constituído nos autos: Enéas Garcia Fernandes Neto (OAB/MA 6.756)

ACÓRDÃO Nº 1120/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, incisos III e V, alínea "a", 235 e 237 todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação e considerá-la parcialmente procedente, arquivar os presentes autos, ante os motivos expostos pela Secex/RS, sem prejuízo das determinações propostas abaixo, dando ciência desta deliberação ao interessado.

1. Processo TC-007.040/2006-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (vinculador)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS(SECEX-RS)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.5.1 Alertar o Ministério da Cultura que:

1.5.1.1 na aprovação de projetos futuros da natureza do analisado no presente processo, deverá cercar-se de garantias para que a edificação realizada com recursos de incentivos fiscais não se incorpore ao patrimônio de particulares, perdendo a finalidade pública para a qual foi executada, em razão da posse provisória do terreno, conforme tratado nos itens 03, 05 e 13 da instrução de fls. 1227/1233;

1.5.1.2 segundo estabelece o "caput" do artigo 20 da Lei 8.313/91 e o artigo 7º do Decreto 5.761/2006, os programas, projetos e ações culturais deverão ser acompanhados e avaliados tecnicamente durante a sua execução, bem como a avaliação final da aplicação correta dos recursos deverá ser realizada no prazo de seis meses a contar do término da execução dos projetos, conforme disposto no § 1º do artigo 20 da citada Lei, conforme tratado nos itens 09 a 12 da instrução fls. 1227/1233;

1.5.2 Determinar ao Ministério da Cultura que:

1.5.2.1 no prazo de 90 dias contados da ciência da presente decisão, apresente à Secretaria de Controle Externo do Rio Grande do Sul a avaliação final da aplicação dos recursos captados pela Fundação Pablo Komlós para a construção do Teatro das OSPA - 1ª Etapa (PRONAC 03-5302);

1.5.2.2 no caso de uma avaliação favorável, encaminhe o parecer/nota técnica que aprovou o projeto, onde conste expressamente o tratamento dado à adaptação dos projetos e readequação de custos, informando, ainda, no referido parecer, as medidas adotadas no caso da existência de despesas realizadas pela Fundação Pablo Komlós antes da alteração do projeto e que não puderam ser aproveitadas;

1.5.2.3 no caso de uma avaliação desfavorável, informe as providências adotadas pelo Ministério.

1.5.3 Determinar à Secex/RS que :

1.5.3.1 acompanhe o cumprimento da determinação constante do item 1.5.2 acima, bem como a juntada deste processo à Tomada de Contas Especial, caso essa venha a ser instaurada e remetida a este Tribunal

1.5.3.2. dê ciência desta deliberação à Procuradora da República no Rio Grande do Sul Suzete Bragagnolo.

ACÓRDÃO Nº 1121/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados estes autos de representação formulada pela Secex/PB acerca de indícios de irregularidade em processos licitatórios promovidos pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB), em razão de vínculo familiar do servidor Evaldo de Sousa Cavalcante com a empresa Falconi Construções Serviços Ltda.;

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do RI/TCU, podendo ser conhecida;

Considerando que a Secex/PB realizou diligência à SRTE/PB para obter cópia integral de todos os processos licitatórios e de contratação relativos à empresa;

Considerando que a Secex/PB verificou que, no período em que o servidor integrou o quadro societário, a empresa foi contratada mediante as Dispensas de Licitação 19/06, 22/06 e 19/07, cujo valor total dos objetos atingiu a quantia de R$ 24.618,02;

Considerando que a Secex/PB constatou que, nas referidas dispensas, a unidade jurisdicionada efetuou pesquisa de preços formal junto a outras duas construtoras, tendo a empresa Falconi ofertado o menor preço;

Considerando que a Secex/PB entendeu caracterizado o descumprimento do disposto no art. 9º da Lei 8.666/93, porém não encontrou indícios de favorecimento à empresa;

Considerando que a Secex/PB verificou que o servidor retirou-se do quadro societário da empresa em 25/6/2007, sendo substituído por seu irmão na sociedade;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando que a Secex/PB verificou que os objetos da Tomada de Preços 01/08 e do Convite 02/07 foram adjudicados à referida empresa, porém não identificou dos autos indícios de concessão de vantagem ao licitante;

Considerando o parecer da Secex/PB no sentido de que, ante a ausência de previsão expressa no ordenamento jurídico quanto ao fato de o parentesco ser fator de impedimento de participação em licitação pública, não se poderia presumir, sem qualquer ato ou fato objetivamente provado, a existência de vício no certame resultante de influência decorrente da relação de parentesco (Decisão 603/1997 - Plenário);

Considerando que a Secex/PB constatou dos autos que o Sr. Evaldo de Sousa Cavalcante não atuou nos procedimentos relativos aos processos de licitação e dispensa;

Considerando que a Secex/PB verificou que o servidor não integrou o rol dos responsáveis da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba, nos exercícios de 2006, 2007 e 2008;

Considerando que a Secex/PB propôs conhecer-se da representação, considerá-la parcialmente procedente e expedir-se alerta à SRTE;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) conhecer da representação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) retirar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria tratada nestes autos;

c) arquivar o processo, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU.

1. Processo TC-029.180/2009-9 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB).

1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba (SRTE/PB).

1.4. Unidade Técnica: Secex/PB.

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. alertar a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego na Paraíba quanto à irregularidade nos processos de Dispensa de Licitação 19/06, 22/06 e 19/07, cuja empresa contratada tinha em seu quadro societário o servidor Evaldo de Sousa Cavalcante (Mat. Siape 1220235), em descumprimento ao art. 9º da Lei 8.666/93, que veda a participação direta, ou indireta, de servidores ou dirigentes do órgão nos processos licitatórios e na execução de obra ou serviço e no fornecimento de bens a eles necessários.

ACÓRDÃO Nº 1122/2011 - TCU - Plenário

VISTOS, relatados e relacionados estes autos de representação iniciada, com fulcro no inc. I do art. 237 do Regimento Interno, a partir do encaminhamento a este Tribunal, por parte da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, das Peças de Informação 1.35.000.002217/2010-63, versando sobre possíveis irregularidades no âmbito do Conselho Regional de Química da 8ª Região - CRQ/SE, envolvendo aquisições e alienações de bens móveis, contratação de prestadores de serviços e recebimento de diárias (vide Documento Eletrônico nº 45.246.453-5, de 19/11/2010),

Considerando que a documentação em tela, em função de preencher os requisitos de admissibilidade para tanto, em especial no que tange ao art. 237, inc. I, do Regimento Interno, deve ser conhecida como Representação;

Considerando que, com vistas a averiguar a procedência dos fatos apontados na Representação, foi proposta e autorizada, com fulcro em delegação de competência por mim outorgada, a realização de inspeção do CRQ/SE (fls. 3 do DE nº 45.448.556-9 e fl. 1 dos DEs 45.475.888-5 e 45.489.516-0, todos de 11/2/2011);

Considerando que, por ocasião da inspeção o CRQ/SE, a equipe identificou: (1) a ausência de requisitos mínimos de formalização em procedimentos licitatórios, a ponto de não restar comprovada sua efetiva realização, ocorrência verificada nos convites 1/2009 (DE nº 45.546.417-4, de 28/2/2011), 3/2009 (fls. 17/24 do DE nº 45.546.619-2, de 28/2/2011), 1.2/2009 (fls. 1/13 do DE nº 45.546.619-2, de 28/2/2011), 1/2010 (DE nº 45.546.425-9, de 28/2/2011) e 2/2010 (fls. 30/41 do DE nº 45.546.619-2, de 28/2/2011); (2) indícios de direcionamento de licitação com vistas à aquisição de veículo, identificados no Convite 2/2010 (fls. 30/43 do DE nº 45.546.619-2, de 28/2/2011), e para a contratação de serviços assessoria jurídica, verificados no Convite 1/2010 (DE nº 45.546.425-9, de 28/2/2011); (3) utilização indevida da modalidade convite para a alienação de veículo, constatada no Convite 3/2009 (fls. 17/24 do DE nº 45.546.619-2, de 28/2/20110), além do aspecto de o bem móvel em questão, sem justificativa devidamente formalizada, haver sido alienado por R$ 10.000,00 a menos do que seu valor de aquisição, quando sua venda ocorreu apenas seis meses após sua compra; (4) a concessão irregular de diárias ao Presidente do CRQ/SE, tanto em função de este supostamente residir em Itabaiana/SE e exercer suas atividades em Aracaju/SE, quanto em decorrência de um alegado deslocamento para Brasília, de cuja efetiva ocorrência não há comprovação alguma (fls. 4/120 do DE nº 45.546.453-2, de 28/2/2011);

Considerando as conclusões da Secex/SE e o encaminhamento por ela proposto;

Considerando a obrigatoriedade de, nos termos do parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno desta Casa, o Ministro de Estado supervisor da área ser cientificado a respeito da conversão de processos em tomada de contas especial;

Considerando a necessidade de ter-se em conta que, no que tange aos casos de formalização adequada de processos de licitação, não cabe falar-se, no Convite 2/2010 - Assessoria e Consultoria Jurídica, de "ausência de procuração dos representantes das empresas licitantes", presente o aspecto de o instrumento convocatório em questão haver sido dirigido a pessoas físicas (conforme fls. 6/14 do DE nº 45.546.425-9, de 28/2/2011);

Considerando a necessidade de, no que tange às propostas de citação apresentadas pela unidade técnica em relação ao pagamento de diárias, as parcelas de débito constantes do quadro a seguir penderem de eventual depuração ou de esclarecimentos adicionais, conforme explicitado, sendo que as indicações de folhas referem-se ao DE nº 45.546.453-2, de 28/2/2011:

Data	Débito (R$)	Observação	Fls.
26/2/2010	255,00	Segundo a "Relação de Processos de Pagamentos de Diárias 2010", tal importância haveria sido paga ao Sr. Aldo Mendes da Cruz, não vinculado, pelos registros do relatório de inspeção, às irregularidades identificadas no pagamento de diárias. Além disso, nos elementos inseridos às fls. 4/120 do DE nº 45.546.453-2, de 28/2/2011, não consta a documentação atinente a tal despesa.	4
8/3/2010	1.233,50	Segundo a "Relação de Processos de Pagamentos de Diárias 2010" e a documentação atinente a tal despesa, o pagamento em questão teve como beneficiário o Sr. Aldo Mendes da Cruz, não vinculado, pelos registros do relatório de inspeção, às irregularidades identificadas no pagamento de diárias.	4 e 28/30
12/3/2010	950,00	Segundo os documentos atinentes à despesa, ela também incluiria "01 diária com pernoite, referente ao dia 08/03/2010 - fiscalização em Nossa Senhora das Dores - SE", a cujo respeito não foi consignada impugnação no relatório de inspeção.	31/33
11/5/2010	500,00	Segundo os documentos atinentes à despesa, ela seria referente a deslocamento para Brasília, a cujo respeito não foi consignada impugnação no relatório de inspeção.	64/66
28/5/2010	850,00	Segundo os documentos atinentes à despesa, ela também incluiria "01 (uma) diária sem pernoite referente a fiscalização em Macambira - SE no dia 26/5/10", a cujo respeito não foi consignada impugnação no relatório de inspeção.	73/75

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, por unanimidade, em:

a) com fundamento nos arts. 237, inciso I, e 246 do Regimento Interno e no art. 132, inc. I, da Resolução TCU 191/2006, conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

b) com fundamento no art. 47 da Lei 8.443/1992, converter estes autos em Tomada de Contas Especial;

c) com fulcro no art. 12, inc. II, da Lei 8.443/1992, determinar a citação dos responsáveis relacionados a seguir para que, no prazo de quinze dias, apresentem alegações de defesa ou recolham, aos cofres do Conselho Regional de Química da 8ª Região - CRQ/SE, as quantias indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos encargos legais a partir das respectivas datas até os efetivos recolhimentos, ou, ainda, adotem ambas as providências:

c.1) Sr. Petrônio Rezende de Barros, Presidente do CRQ/SE, pelas quantias indicadas no quadro abaixo, explicitando-se que as dívidas decorrem do recebimento irregular de diárias, no exercício de 2010, sob a alegação de residir no município de Itabaiana/SE, fundamento que não conta com amparo legal:

Data	Débito (R$)	Data	Débito (R$)	Data	Débito (R$)
22/01/2010	750,00	05/02/2010	600,00	10/02/2010	864,00
19/02/2010	850,00	26/02/2010	650,00	16/03/2010	3.897,00
19/03/2010	600,00	26/03/2010	850,00	30/03/2010	2.610,00
30/03/2010	340,00	09/04/2010	680,00	16/04/2010	680,00
22/04/2010	680,00	30/04/2010	850,00	07/05/2010	850,00
14/05/2010	680,00	21/05/2010	850,00	04/06/2010	680,00
09/06/2010	531,00	18/06/2010	885,00	23/06/2010	708,00
01/07/2010	885,00	09/07/2010	708,00	16/07/2010	885,00
23/07/2010	885,00	30/07/2010	885,00	06/08/2010	885,00
13/08/2010	885,00	20/08/2010	885,00	31/08/2010	354,00
03/09/2010	354,00	10/09/2010	708,00		

c.2) Sr. Petrônio Rezende de Barros, Presidente do CRQ/SE, pela quantia de R$ 2.386,00, em 10/2/2010, explicitando-se que a dívida decorre do recebimento de diárias em função de um alegado deslocamento para Brasília, de cuja efetiva ocorrência não há comprovação alguma, e sob a alegação de residir no município de Itabaiana/SE, fundamento que não conta com amparo legal;

c.3) Sr. Petrônio Rezende de Barros, Presidente do CRQ/SE, solidariamente com os Srs. Alan Fraga de Oliveira, Shirlei Santana Soares e Zacarias Henrique de Oliveira Filho, membros da Comissão Permanente de Licitação do CRQ/SE, pela quantia de R$ 10.000,00, em 12/11/2009, explicitando-se que a dívida decorre do fato de, por meio do Convite 3/2009, se haver alienado o veículo VW Polo Sedan 1.6 2004/2005 placa HZW-1824 pelo valor de R$ 20.000,00, sendo que o bem móvel em questão havia sido adquirido, cerca de seis meses antes, pelo preço de R$ 30.000,00, inexistindo suficiente justificativa devidamente formalizada para tal modo de proceder;

d) com fulcro no art. 12, inc. II, da Lei 8.443/1992, também autorizar que as parcelas de débito indicadas na tabela a seguir possam vir a ser objeto da promoção de citação de responsáveis, sendo que, nesse caso, a efetiva adoção de tal providência ficará condicionada a que se obtenha êxito na promoção da eventual depuração ou obtenção de esclarecimentos adicionais, conforme explicitado, sendo que as indicações de folhas referem-se ao DE nº 45.546.453-2, de 28/2/2011:

Data	Débito (R$)	Observação	Fls.
26/2/2010	255,00	Segundo a "Relação de Processos de Pagamentos de Diárias 2010", tal importância haveria sido paga ao Sr. Aldo Mendes da Cruz, não vinculado, pelos registros do relatório de inspeção, às irregularidades identificadas no pagamento de diárias. Além disso, nos elementos inseridos às fls. 4/120 do DE nº 45.546.453-2, de 28/2/2011, não consta a documentação atinente a tal despesa.	4
8/3/2010	1.233,50	Segundo a "Relação de Processos de Pagamentos de Diárias 2010" e a documentação atinente a tal despesa, o pagamento em questão teve como beneficiário o Sr. Aldo Mendes da Cruz, não vinculado, pelos registros do relatório de inspeção, às irregularidades identificadas no pagamento de diárias.	4 e 28/30
12/3/2010	950,00	Segundo os documentos atinentes à despesa, ela também incluiria "01 diária com pernoite, referente ao dia 08/03/2010 - fiscalização em Nossa Senhora das Dores - SE", a cujo respeito não foi consignada impugnação no relatório de inspeção.	31/33
11/5/2010	500,00	Segundo os documentos atinentes à despesa, ela seria referente a deslocamento para Brasília, a cujo respeito não foi consignada impugnação no relatório de inspeção.	64/66
28/5/2010	850,00	Segundo os documentos atinentes à despesa, ela também incluiria "01 (uma) diária sem pernoite referente a fiscalização em Macambira - SE no dia 26/5/10", a cujo respeito não foi consignada impugnação no relatório de inspeção.	73/75

e) com fulcro no art. 12, inc. III, da Lei 8.443/1992, determinar a audiência do Sr. Petrônio Rezende de Barros, Presidente do CRQ/SE, e dos Srs. Alan Fraga Oliveira, Shirlei Santana Soares e Zacarias Henrique de Oliveira Filho, membros da Comissão Permanente de Licitação do CRQ/SE, para que, no prazo de quinze dias, apresentem razões de justificativa para as ocorrências apontadas a seguir, esclarecendo-se que as indicações entre colchetes correspondem a dispositivos da Lei 8.666/93, cujo descumprimento se aponta:

e.1) ausência de requisitos mínimos de formalização em procedimentos licitatórios, a ponto de não restar comprovada sua efetiva realização, condição verificada nos seguintes certames:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e.1.1) Convite 1/2009 - serviços de informática: (1) ausência de autuação, protocolo e numeração do processo administrativo [art. 38, *caput*]; (2) inexistência de anexos à carta-convite - projeto básico, orçamento estimado e minuta do contrato [art. 38, inc. I, c/c art. 40, § 2º]; (3) ausência de comprovantes de entrega da carta convite aos licitantes [art. 38, inc. II]; (4) ausência de procuração dos representantes das empresas licitantes; (5) ausência de documentos relativos à habilitação dos licitantes [art. 38, inc. IV]; (6) ausência de documentos relativos à adjudicação e homologação do certame [art. 38, inc. VII]; (7) ausência de aprovação da minuta de contrato pela assessoria jurídica [art. 38, parágrafo único];

e.1.2) Convite 3/2009 - alienação de veículo: (1) ausência de autuação, protocolo e numeração do processo administrativo [art. 38, *caput*]; (2) inexistência de anexos à carta-convite - avaliação prévia do veículo e minuta do contrato [art. 38, inc. I, c/c art. 40, § 2º]; (3) ausência de comprovantes de entrega da carta convite aos licitantes [art. 38, inc. II]; (4) ausência de procuração dos representantes das empresas licitantes; (5) ausência de documentos relativos à habilitação dos licitantes [art. 38, inc. IV]; (6) ausência de documentos relativos à adjudicação e homologação do certame [art. 38, inc. VII]; (7) ausência de aprovação da minuta de contrato pela assessoria jurídica [art. 38, parágrafo único];

e.1.3) Convite 1.2/2009 - aquisição de veículo com entrega de outro como parte do pagamento: (1) ausência de autuação, protocolo e numeração do processo administrativo [art. 38, *caput*]; (2) inexistência de anexos à carta-convite - avaliação prévia do veículo e minuta do contrato [art. 38, inc. I, c/c art. 40, § 2º]; (3) ausência de comprovantes de entrega da carta convite aos licitantes [art. 38, inc. II]; (4) ausência de procuração dos representantes das empresas licitantes; (5) ausência de documentos relativos à habilitação dos licitantes [art. 38, inc. IV]; (6) ausência de documentos relativos à adjudicação e homologação do certame [art. 38, inc. VII]; (7) ausência de aprovação da minuta de contrato pela assessoria jurídica [art. 38, parágrafo único];

e.1.4) Convite 1/2010 - serviços de consultoria e assessoria jurídica: (1) ausência de autuação, protocolo e numeração do processo administrativo [art. 38, *caput*]; (2) inexistência de anexos à carta-convite - projeto básico, orçamento estimado e minuta do contrato [art. 38, inc. I, c/c art. 40, § 2º]; (3) ausência de documentos relativos à habilitação dos licitantes e da ata de habilitação [art. 38, inc. IV]; (4) ausência de documentos relativos à adjudicação e homologação do certame [art. 38, inc. VII]; (5) ausência de aprovação da minuta de contrato pela assessoria jurídica [art. 38, parágrafo único];

e.1.5) Convite 2/2010 - aquisição de veículo: (1) ausência de autuação, protocolo e numeração do processo administrativo [art. 38, *caput*]; (2) inexistência de anexos à carta-convite - orçamento estimado e minuta do contrato [art. 38, inc. I, c/c art. 40, § 2º]; (3) ausência de comprovantes de entrega da carta convite aos licitantes [art. 38, inc. II]; (4) ausência de procuração dos representantes das empresas licitantes; (5) ausência de documentos relativos à habilitação dos licitantes [art. 38, inc. IV]; (6) ausência de documentos relativos à adjudicação e homologação do certame [art. 38, inc. VII]; (7) ausência de aprovação da minuta de contrato pela assessoria jurídica [art. 38, parágrafo único];

e.2) indícios de direcionamento de licitação, identificados no Convite 2/2010, cujo objeto era a aquisição de veículo e no Convite 1/2010, cujo objeto era a contratação de serviços assessoria jurídica;

f) com fulcro no art. 11 da Lei 8.443/92 c/c o *caput* do art. 157 do Regimento Interno, determinar que, já no âmbito da Tomada de Contas Especial e previamente à realização das citações e audiências indicadas, sejam levadas a efeito as diligências a seguir, com vistas a verificar a eventual ocorrência de irregularidade na concessão de diárias também no exercício de 2009 e possíveis relações de parentesco entre o presidente do CRQ-SE e alguns contratados pela autarquia, ajustando-se as audiências e citações, caso se mostre necessário, à luz dos novos elementos colacionados:

f.1) ao Conselho Regional de Química da 8ª Região - CRQ/SE, para que encaminhe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia dos processos de concessão de diárias relativas ao exercício financeiro de 2009, bem como, caso ausentes nos referidos processos, dos comprovantes de deslocamento (cartões de embarque, comprovantes de abastecimento de veículos, bilhetes de passagem, etc.) relativos às diárias concedidas;

f.2) aos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca de Aracaju/SE, para que encaminhem a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, cópia dos seguintes documentos:

f.2.1) certidões de casamento ou declarações de união estável do Sr. José Eduardo de Carvalho Vasconcelos (CPF 003.294.555-83) e do Sr. Marlysson Talluano Magalhães de Souza (CPF 778.337.915-04), caso tais atos jurídicos hajam sido neles lavrados/registrados;

f.2.2) certidão de nascimento de Diego Menezes da Cunha Barros (CPF 997.711.605-91), caso tal ato jurídico haja sido neles lavrado/registrado - embora, nesse caso, se deva considerar previamente se a lacuna que se pretende sanear não veio a ser suprida por intermédio da juntada da cópia de sua identidade de advogado, inserida às fls. 3 do DE nº 45.599.992-8, de 21/3/2011;

g) nos termos do parágrafo único do art. 198 do Regimento Interno, cientificar o Ministro de Estado do Trabalho e Emprego acerca da conversão destes autos em Tomada de Contas Especial;

h) encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, explicitando tratar-se de referente às Peças de Informação 1.35.000.002217/2010-63;

i) autorizar a Secex/SE a, em subsídio à manifestação dos responsáveis, encaminhar, em anexo aos expedientes destinados a dar cumprimento às medidas indicadas no item "c", "d" e "e" supra, cópia deste Acórdão, da instrução constante do DE nº 45.448.556-9, de 11/2/2011, e do despacho constante do DE nº 45.561.269-8, de 18/03/2011.

1. Processo TC-031.987/2010-9 (REPRESENTAÇÃO) (Processo Eletrônico)

1.1. Responsáveis: Alan Fraga Oliveira, CPF 793.988.635-53; Petrônio Rezende de Barros, CPF 108.755.304-00; Shirlei Santana Soares, CPF 820.710.205-53; Zacarias Henrique de Oliveira Filho, CPF 129.247.254-53.

1.2. Interessada: Procuradoria da República no Estado de Sergipe

1.3. Unidade: Conselho Regional de Química da 8ª Região - CRQ/SE

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - SE(SECEX-SE)

1.5. Advogado constituído nos autos: Diego Menezes da Cunha Barros, OAB/SE 4.569.

ACÓRDÃO Nº 1123/2011 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 235 e 237 todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação, para considerá-la prejudicada, ante os motivos expostos no parecer da 5ª Secex, dando ciência desta deliberação ao Departamento Nacional do Serviço Social da Indústria - SESI/DN, ao Departamento Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI/DN e à empresa Trivale Administração Ltda. (CNPJ 00.604.122/0001-97), arquivando-se o presente processo.

1. Processo TC-032.818/2010-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Trivale Administração Ltda. (00.604.122/0001-97)

1.2. Órgão/Entidades: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Nacional - Mte; Serviço Social da Indústria - Departamento Nacional - Mds

1.3. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-5)

1.4. Advogados constituídos nos autos: MARCELO BORGES FERNANDES, OAB/DF 16912; CLEBER VILELA BROSTEL, OAB/DF 27793; GUILHERME SILVA FERREIRA, OAB/DF 33458; WANDERLEY ROMANO DONADEL, OAB/MG 78870

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 15/2011 - Plenário
Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1124 a 1163, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1124/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.019/2005-1.

1.1. Apensos: 019.540/2006-7; 013.468/2009-0; 004.982/2010-0

2. Grupo II, Classe de Assunto I - Pedido de Reexame.

3. Interessado: Carlos Henrique Almeida Custódio, ex-Presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Serur

8. Advogados constituídos nos autos: Wellington Dias da Silva (OAB/DF 8.546), Flávio Roberto Fay de Sousa (OAB/PR 25.528), Luciana Santos de Oliveira (OAB/DF 17.426).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto pelo Sr. Carlos Henrique Almeida Custódio, ex-presidente da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, em face do item 9.1 do Acórdão nº 1419/2009-TCU-Plenário, que lhe aplicou multa por descumprimento de decisão do Tribunal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92 e no arts. 286 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, dar-lhe provimento;

9.2. tornar insubsistentes os itens 9.1, 9.2 e 9.3 do Acórdão nº 1419/2009-TCU-Plenário;

9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1124-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues (Revisor), Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1125/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.736/2008-5.

1.1. Apenso: 032.466/2008-0

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (Desestatização)

3. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT (04.898.488/0001-77).

4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1.Relator da decisão recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Sec. de Fiscal. de Desest. e Regulação 1 (SEFID-1).

8. Advogado constituído nos autos: Advocacia Geral da União

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame interposto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em face do Acórdão TCU 682/2010 - Plenário.

Acórdão os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, conhecer o presente Pedido de Reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação à interessada;

9.3. restituir os autos à Sefid para dar continuidade aos exames e procedimentos necessários ao ulterior pronunciamento deste Tribunal.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1125-15/11-P.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1126/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.209/2008-3.

1.1. Apenso: 032.470/2008-2

2. Grupo I - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame (Desestatização)

3. Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT (04.898.488/0001-77).

4. Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Sec. de Fiscal. de Desest. e Regulação 1 (SEFID-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de Pedido de Reexame interposto pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT em face do Acórdão 683/2010 - Plenário, proferido nos autos do TC 030.209/2008-3, mantido em seus exatos termos pelo Acórdão 1.445/2010 - Plenário.

Acórdão os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/1992, conhecer o presente Pedido de Reexame, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação à interessada;

9.3. restituir os autos à Sefid para dar continuidade aos exames e procedimentos necessários ao ulterior pronunciamento deste Tribunal.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1126-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1127/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-016.436/2006-5

2. Grupo: II - Classe de assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Luiz Fernando Villares e Silva (CPF 261.425.478-97), Mércio Pereira Gomes (CPF 047.709.272-15), Roberto Aurélio Lustosa da Costa (CPF 013.561.943-20), Marcelo Luís Castro Rodopiano de Oliveira (CPF 244.933.091-72), Érika Magami Yamada (CPF 277.211.098-25).

4. Unidade: Fundação Nacional do Índio - Funai.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade técnica: 6ª Secex.

8. Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989), José Roberto Manesco (OAB/SP 61.471), Eduardo Augusto de Oliveira Ramires (OAB/SP 69.219), Marcos Augusto Perez (OAB/SP 100.075), Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (OAB/SP 112.208), Ane Elisa Perez (OAB/SP 138.128), Tatiana Matiello Cymbalista (OAB/SP 131.662), Fábio Barbalho Leite (OAB/SP 168.881-B), Luís Justiniano de Arantes Fernandes (OAB/SP 119.324, OAB/DF 2.193-A), Rodrigo Macias de Oliveira (OAB/DF 28.873), Douglas Fernandes de Moura (OAB/DF 24.625), Luciana Bonfim Falaschi (OAB/DF 25.264), Luciana Rodrigues Nunes (OAB/DF 31.409).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial decorrente de conversão de representação apresentada pelo Ministério Público junto a esta Casa, acerca de indícios de irregularidades na contratação pela Fundação Nacional do Índio - Funai da consultora Érika Magami Yamada para avaliação da situação jurídica e judicial dos processos de demarcação de terras indígenas no país;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir a responsabilidade do Sr. Marcelo Luís Castro Rodopiano de Oliveira (CPF 244.933.091-72);

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, julgar regulares com ressalva as contas do Sr. Luiz Fernando Villares e Silva (CPF 261.425.478-97), dando se lhe quitação;

9.3. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, todos da Lei 8.443/1992, julgar regulares as contas dos Srs. Mércio Pereira Gomes (CPF 047.709.272-15), Roberto Aurélio Lustosa da Costa (CPF 013.561.943-20) e da Srª Érika Magami Yamada (CPF 277.211.098-25), dando se lhes quitação plena.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1127-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1128/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.199/2010-8.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Malco Antônio Canedo, CPF nº 227.057.321-87, ex-empregado da Caixa Econômica Federal (Agência Diamantino/MT) e Juviano Lincoln, CPF nº 304.779.991-15, cliente da agência.

4. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal (CNPJ nº 00.360.305/2628-18).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MT (SECEX-MT).

8. Advogado constituído nos autos: Jairo Magalhães Gonçalves, OAB/SC nº 8.271.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Malco Antônio Canedo, CPF nº 227.057.321-87, ex-empregado da Caixa Econômica Federal (Agência Diamantino/MT) e Juviano Lincoln, CPF nº 304.779.991-15, cliente daquela agência.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas 'b' e'd'; 19, **caput**; e 23, inciso III, alínea 'a', todos da Lei nº 8.443/92; c/c os arts. 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, alínea 'a' do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Juviano Lincoln da presente relação processual, com fundamento no art. 5º, §§ 4º e 5º, da IN TCU 56/2007;

9.2. julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável, Sr. Malco Antônio Canedo, CPF nº 227.057.321-87, ex-empregado da Caixa Econômica Federal (Agência Diamantino/MT), condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres da Caixa Econômica Federal:

Valor Original (R$)	Data da ocorrência
7.611,38	24/2/1995
972,43	19/10/1995

9.3. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. declarar o responsável, Sr. Malco Antônio Canedo, CPF nº 227.057.321-87, ex-empregado da Caixa Econômica Federal (Agência Diamantino/MT), inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.5. autorizar, respectivamente, nos termos dos arts. 16, § 3º, e 28, inciso II, da Lei n° 8.443/92:

9.5.1. a remessa de cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Mato Grosso/MT, com vistas à adoção das providências que lhes competem; e

9.5.2. desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações.

9.6. dar ciência ao responsável e à Caixa Econômica Federal;

9.7. arquivar os autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1128-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1129/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 010.084/2002-0 [Apenso: TC 023.606/2007-5, c/ 1 vol.].

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Prestação de Contas Simplificada / Representação).

3. Recorrente/Interessado(s)/Responsáveis:

3.1. Ministério Público/TCU.

3.2. Interessado(s): Ministério Publico/TCU e Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo/Delegacia Especializada em Crimes Contra a Administração Pública.

3.3. Responsáveis: Francisco Lordes, ex-diretor regional (CPF nº 135.406.027-04) e Sebastião da Cunha Sena, ex-diretor financeiro (CPF nº 125.179.337-15).

4. Órgão/Entidade: SENAI - Departamento Regional no Espírito Santo/ES (CNPJ nº 03.810.810/0001-00).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidades Técnicas: Secex/ES e Secretaria de Recursos/SERUR.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão, interposto pelo Ministério Público/TCU contra o Acórdão nº 2.898/2003 - TCU - Primeira Câmara, de 25/11/2003 (Relação nº 67/2003 - Ata nº 43/2003), que julgou regulares com ressalva as contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/SENAI - Departamento Regional no Espírito Santo/ES, relativamente ao exercício de 2001.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Srᵉˢ Francisco Lordes, CPF nº 135.406.027-04, ex-diretor regional do SENAI/ES e Sebastião da Cunha Sena, CPF nº 125.179.337-15, ex-diretor financeiro do SENAI/ES, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. tornar insubsistentes os termos do Acórdão 2.898/2003 - TCU - Primeira Câmara, quanto aos Srᵉˢ Francisco Lordes, CPF 135.406.027-04, ex-diretor regional do SENAI/ES e Sebastião da Cunha Sena, CPF 125.179.337-15, ex-diretor financeiro do SENAI/ES, e, em consequência, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "c" e "d", §§ 2º e 3º; 19, **caput**; e 23, inciso III, c/c o art. 214, inciso III, julgar irregulares as suas contas, condenando-os, solidariamente, ao pagamento da quantia a seguir discriminada, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Administração Regional no Espírito Santo - SENAI/ES, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir da data do respectivo débito, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

DÉBITO	
Data	**Valor (R$)**
15/10/2001	5.056,25

9.3. aplicar aos responsáveis acima identificados, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 268, incisos II e III, do Regimento Interno/TCU, no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.44392, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam:

9.5.1. à Procuradoria da República no Estado do Espírito Santo, com vistas à adoção das providências cabíveis, ante o que estabelece o § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU; e

9.5.2. à Delegacia Especializada em Crimes Contra a Administração Pública da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Espírito Santo, em face do Inquérito Policial nº 17/2006, que originou a Representação objeto do TC 023.606/2007-5, considerada procedente nos termos do Acórdão nº 414/2008 - TCU - Primeira Câmara.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1129-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1130/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.940/2009-0.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Aurélia da Conceição Melo (CPF 002.428.777-61) - ex-empregada.

4. Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro - Secex-RJ.

8. Advogado constituído nos autos: Ali Fauaz (OAB/PR 11.322).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, contra a Sra. Aurélia da Conceição Melo, ex-empregada da entidade na agência de São José dos Pinhais, em decorrência de saques fraudulentos nas contas de clientes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19, 23, inciso III, 26, parágrafo único, e 28, inciso II, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e IV e §§ 4º e 6º; 210; 214, inciso III; alínea "a"; e 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Aurélia da Conceição Melo (CPF 002.428.777-61), condenando-a ao pagamento das quantias indicadas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora a partir das respectivas datas até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal o recolhimento da referida dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, abatendo-se, na oportunidade, o valor já ressarcido em 24/11/2004, de R$ 10,03 (dez reais e três centavos):

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
4.300,00	15/09/2003
4.900,00	27/10/2003
9.090,00	28/10/2003
1.004,71	30/10/2003

9.2. aplicar à Sra. Aurélia da Conceição Melo a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. declarar a responsável, Aurélia da Conceição Melo (CPF 002.428.777-61), inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.5. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, em conformidade com o artigo 209, § 6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis;

9.6. dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Caixa Econômica Federal;

9.7. arquivar os presentes autos, na forma do art. 169, inciso IV do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1130-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1131/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC-019.919/2005-7 c/2 Volumes e 6 Anexos

2. Grupo I, Classe de Assunto: VII - Representação

3. Interessado/responsáveis:

3.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO - CNPJ: 04.801.221/0001-10

3.2. Responsáveis: Dilma Alves Vieira (ex - Presidente) - CPF: 036.018.702-15; Almir Gonçalves Campelo - CPF: 084.526.522-91; Fernando Lino da Silva - CPF: 113.631.852-68; Antônio Eymard Viana Dantas - CPF: 073.083.373-91 (ex - membros da Comissão de Licitação); Carlos Roberto Vieira de Vasconcelos (Procurador Jurídico do DER/RO) CPF: 071.652.004-44; Isaac Bennesby (ex-Diretor Geral do DER/RO) CPF: 032.263.792-91; Construtora Solar Ltda. - CNPJ: 63.795.280/0001-91 e Construtora Centro América Ltda., CNPJ: 84.740.059/0001-06

4. Entidade: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia (DER/RO - extinto)

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: SECEX/RO

8. Advogado constituído nos autos: Christian Piana Camurça, OAB/RO n° 2169

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre irregularidades em licitação conduzida pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia (extinto), na modalidade Convite, para a contratação de serviços de delimitação da área operacional do aeródromo de Vilhena/RO (Brigadeiro Camarão).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis os Senhores Isaac Bennesby e Fernando Lino da Silva, dando-se prosseguimento ao processo, conforme preceituam o art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 202, § 8º, do RI/TCU;

9.2. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Sra. Dilma Alves Vieira e Srs. Almir Gonçalves Campelo e Antônio Eymard V. Dantas, tendo em vista que seus argumentos não foram suficientes para descaracterizar ou para afastar a responsabilidade em relação às infração aos princípios da competitividade, impessoalidade, isonomia, moralidade, decorrentes da omissão e falta de diligência em garantir o caráter competitivo do certame, e pelo fato de se terem concorrentes em grau de parentesco conhecido, em desobediência à Lei nº 8.666/1993;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável Sr. Carlos Roberto Vieira de Vasconcelos, tendo em vista que seus argumentos não foram suficientes para descaracterizar ou para afastar a responsabilidade em relação às seguintes irregularidades: infração aos princípios da competitividade, impessoalidade, isonomia, moralidade, decorrentes da omissão e falta de diligência em garantir o caráter competitivo do certame, e pelo fato de se terem concorrentes em grau de parentesco conhecido, em desobediência ao disposto na Lei nº 8.666/1993;

9.4. aplicar, com fundamento no artigo 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c o artigo 268, inciso II, do RI/TCU, multa individual à Sra. Dilma Alves Vieira e aos Srs. Almir Gonçalves Campelo, Antônio Eymard V. Dantas, Carlos Roberto Vieira de Vasconcelos, Isaac Bennesby e Fernando Lino da Silva, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprovem perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso II, do RI/TCU, caso não atendida a notificação;

9.6. comunicar ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO, o inteiro teor desta deliberação bem como do relatório e voto que a fundamentam;

9.7. arquivar os presentes autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1131-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1132/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 022.160/2010-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Luiz Henrique de Menezes Gianelli (CPF nº 011.075.028-45), ex-empregado da Caixa Econômica Federal (Agência Monte Sião/MG).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-2).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Luiz Henrique de Menezes Gianelli, ex-empregado da Caixa Econômica Federal, instaurada por aquela Empresa Pública em razão de irregularidades cometidas no âmbito da Agência Monte Sião/MG.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea 'd'; 19, **caput**; e 23, inciso III, alínea 'a', todos da Lei nº 8.443/92; c/c os arts. 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, alínea 'a' do Regimento Interno do Tribunal, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar as presentes contas irregulares e em débito o responsável, Sr. Luiz Henrique de Menezes Gianelli, CPF nº 011.075.028-45, condenando-o ao pagamento das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas indicadas, até a efetiva quitação dos débitos, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres da Caixa Econômica Federal/CEF:

Valor Original do Débito (R$)	Data de recomposição
5.100,00	3/2/2005
968,38	4/2/2005
200,00	3/2/2005
200,00	3/2/2005
265,55	3/2/2005
101,09	3/2/2005
101,09	3/2/2005
101,09	3/2/2005
101,09	3/2/2005
101,19	3/2/2005
101,19	3/2/2005
101,19	3/2/2005
4.286,00	3/2/2005
4.286,00	3/2/2005
4.676,00	3/2/2005
4.286,00	18/1/2005
4.286,00	18/1/2005
4.286,00	18/1/2005
4.286,00	18/1/2005
4.500,00	18/1/2005
564,18	4/2/2005
1.049,12	4/2/2005
994,70	4/2/2005
534,91	4/2/2005
985,58	4/2/2005
529,99	4/2/2005
956,51	4/2/2005
514,34	4/2/2005

9.2. aplicar ao mencionado responsável a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 11.000,00 (onze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. declarar o responsável, Sr. Luiz Henrique de Menezes Gianelli, CPF nº 011.075.028-45, inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.5. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, em conformidade com o artigo 209, § 6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis;

9.6. dar ciência deste Acórdão à Caixa Econômica Federal e ao responsável;

9.7. arquivar os autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1132-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1133/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 027.799/2010-7.

2. Grupo I - Classe IV- Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Marcelo Marques da Cunha (CPF 443.131.361-34).

4. Entidade: Caixa Econômica Federal - MF.

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: 2ª Secretaria de Controle Externo (2ª Secex).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, contra o Sr. Marcelo Marques da Cunha, ex-empregado da entidade na agência-PAB Ministério do Trabalho, em Brasília-DF, em decorrência das irregularidades observadas no período de outubro/1998 a setembro/1999, relativas a concessões de créditos fraudulentos, desvio de valores repassados pelas empresas convenentes para pagamento de empréstimos consignados e lançamentos indevidos em nome de clientes, com apropriação indevida de valores.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "d", da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 19, 23, inciso III, 26, parágrafo único, e 28, inciso II, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos I e IV e §§ 4º e 6º; 210; 214, inciso III; alínea "a"; e 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas e condenar o responsável Marcelo Marques da Cunha (CPF nº 443.131.361-34), ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres da Caixa Econômica Federal, corrigida monetariamente e acrescida dos encargos legais pertinentes, calculados a partir das datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor (R$)	Data da ocorrência
19.001,10	8/9/1999
26.048,24	8/9/1999
15.382,35	8/9/1999
111.535,31	27/9/1999
38,00	19/10/1999

9.2. aplicar ao Sr. Marcelo Marques da Cunha a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora a partir do dia seguinte ao do término do prazo estabelecido, até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, o pagamento das dívidas decorrentes em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU;

9.5. autorizar, desde logo, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. declarar o responsável, Sr. Marcelo Marques da Cunha (CPF nº 443.131.361-34), inabilitado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, nos termos do art. 60 da Lei nº 8.443/92, pelo período de 8 (oito) anos;

9.7. remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Distrito Federal, em conformidade com o artigo 209, § 6º, do RITCU, para a adoção das providências cabíveis;

9.8. dar ciência e remeter cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à Caixa Econômica Federal;

9.9. arquivar os presentes autos, na forma do art. 169, inciso IV do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1133-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1134/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.627/2010-6

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação

3. Entidade: Caixa Econômica Federal/MF - Regional de Sustentação ao Negócio em São Paulo - RSN Logística/SP

4. Interessado: Martinez & Martinez Advogados Associados S/C - CNPJ 05.751.699/0001-45

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - SP (SECEX-SP)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo escritório Martinez Advogados Associados Ltda. nos termos do § 1º do art. 113 da Lei nº 8.443/92, noticiando possíveis irregularidades no Edital de Credenciamento de Sociedade de Advogados nº 4.328/2010, levado a efeito pela Regional de Sustentação ao Negócio - Logística em São Paulo (RSN Logística/SP), da Caixa Econômica Federal - CEF.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 conhecer da presente representação, com fundamento no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2 alertar à representada no sentido de abster-se de incluir, nos editais de licitação ou credenciamento, exigências de participação ou habilitação técnica comprometedoras, restritivas ou frustrantes do caráter competitivo do certame, que estabeleçam preferências ou distinções em relação aos interessados e/ou contrárias aos princípios da isonomia, da legalidade, da competitividade, da proporcionalidade e da razoabilidade, contrariando as disposições dos arts. 3º, §1º, inc. I, e 30, §1º, da Lei 8.666/1993, de modo a evitar a recorrência da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

impropriedade contida no item 6.1, quesito 6, do Edital (padrão) de Credenciamento (de sociedade de advogados) nº 1/2010 - Gerid, adotado no âmbito daquela empresa pública;

9.3 considerar prejudicado o pedido de medida cautelar, com suporte no art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.4 encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e voto condutores, à Caixa Econômica Federal e ao representante: e

9.5 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1134-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1135/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.003/2011-9.

2. Grupo II- Classe VII - Assunto: Pensão Civil

3. Interessado: Lucas Verissimo Saraiva de Souza (CPF 794.512.762-20, Sisac10802525-05-2007-000001-1).

4. Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre.

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão civil de Lucas Verissimo Saraiva de Souza (Sisac10802525-05-2007-000001-1).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 6º, § 2º, da Resolução TCU 206/2007, em:

9.1. considerar legal e determinar o registro do ato de pensão civil de Lucas Verissimo Saraiva de Souza (Sisac10802525-05-2007-000001-1);

9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado do Acre que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização do pagamento indevido da Unidade de Referência de Preços de fevereiro de 1989, decorrente de sentença judicial, em razão da absorção dessa parcela pela reestruturação da carreira promovida pela Medida Provisória 431/2008, convertida na Lei 11.784/2008;

9.2.2. dê ciência do inteiro teor deste Acórdão ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, em caso de não provimento dos recursos;

9.2.3. encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência, por cópia, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão;

9.3. determinar a realização de auditoria no Ministério da Saúde, pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip, com vistas a :

9.3.1. avaliar a regularidade do pagamento de parcelas remuneratórias decorrentes de sentença judicial, após a edição da Medida Provisória 431/2008, convertida na Lei 11.784/2008;

9.3.2. identificar eventuais danos provocados aos cofres públicos; e

9.3.3. indicar as medidas necessárias à recomposição do Erário.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1135-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1136/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 001.302/2008-1 (c/ 04 volumes e 2 anexos)

2. Grupo I, Classe de Assunto I - Pedido de Reexame

3. Interessado: Conselho Curador do Fundo de Compensações de Variações Salariais (CCFCVS)

4. Entidades: Caixa Econômica Federal (CAIXA), Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Instituto de Resseguros do Brasil (IRB)

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur)

8. Advogados constituídos nos autos: Maria de Lurdes Aparecida Trujillo Angiolucci (OAB/SP 174.634), José Carlos Zanforlin (OAB/PE 4.791) e Adelay Bonolo (OAB/RJ 15.549)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Conselho Curador do Fundo de Compensações de Variações Salariais (CCFCVS) contra o Acórdão nº 2.447/2008 - TCU - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do presente recurso, nos termos do art. 285 combinado com o art. 286 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo o inteiro teor do Acórdão nº 2.447/2008 - TCU - Plenário;

9.2. fixar o prazo de 15 (quinze) dias para que a Caixa Econômica Federal (CAIXA) e a Empresa Gestora de Ativos (EMGEA), remetam a este Tribunal os seguintes documentos e informações:

9.2.1. cópia integral do processo de seleção da empresa Sul América Companhia Nacional de Seguros, para a prestação de serviços securitários, em dezembro de 2008;

9.2.2. cópia dos documentos que formalizaram a desistência da Caixa Seguros de operar com seguros habitacionais no âmbito do Sistema Financeiro da Habitação (SFH);

9.2.3. cópia dos estudos técnicos encomendados pela Emgea sobre a adequação dos procedimentos licitatórios na escolha de prestadoras de serviços securitários;

9.2.4. fundamento legal utilizado pela Emgea para o custeio dos prêmios de seguro não pagos pelos mutuários, junto às seguradoras;

9.3. nos termos do art. 37 da Resolução TCU nº 191/2006, determinar a formação de autos apartados, mediante a juntada dos documentos remetidos em razão do cumprimento da determinação do subitem anterior (9.2.), e a reprodução por cópia do despacho que determinou a diligência (fls. 59, anexo 1), do Ofício nº 395/2009-TCU/SERUR (fls. 60, anexo 1) e do Ofício nº 1909/2009 - PRESI (fls. 66/71, anexo 1) dos presentes autos, além de outras peças julgadas importantes para a apuração dos fatos;

9.4. determinar à 2ª Secex que, após instrução dos autos referidos no subitem anterior (9.3.), submeta-os ao relator Ministro Raimundo Carreiro;

9.5. dar ciência dos termos da presente deliberação ao Conselho Curador do Fundo de Compensações de Variações Salariais (CCFCVS), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), à Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) e ao Conselho Curador do FGTS;

9.6. remeter cópia do presente acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Procuradoria da República no Município de Blumenau/SC.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1136-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1137/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.489/2010-2.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Interessado: Tribunal de Contas da União (TCU).

4. Entidade: Roberto Bezerra de Mello - EPP (CNPJ 03.047.139/0001-89).

5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan).

8. Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto (OAB-DF 6.098) e Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB-DF 21.359) - Procuração à fl. 23, v. p.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes autos que tratam de irregularidades praticadas por empresa que indevidamente participou de licitações públicas na condição de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), contrariando a Lei Complementar nº 123/2006 (Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e o Decreto nº 6.204/2007;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 46 da Lei nº 8.443/92, no art. 88, inciso III, da Lei nº 8.666/93 e art. 237, inciso VI, do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da representação e considerá-la procedente;

9.2. declarar a empresa Roberto Bezerra de Mello - EPP, CNPJ 03.047.139/0001-89, inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal, por um ano;

9.3. remeter cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:

9.3.1. ao Ministério Público Federal, à Secretaria da Receita Federal do Brasil/MF e à Secretaria de Direito Econômico/MJ, para as ações nas respectivas áreas de competência;

9.3.2. à empresa Roberto Bezerra de Mello - EPP, CNPJ 03.047.139/0001-89;

9.4. determinar à Secretaria Adjunta de Planejamento e Procedimento (Adplan), que, após o transito em julgado, encaminhe cópia do presente acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as providências necessárias à atualização do registro da empresa Roberto Bezerra de Mello - EPP, CNPJ 03.047.139/0001-89, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf);

9.5. com fundamento nos arts. 33 e 34 da Resolução-TCU nº 191/2006, apensar definitivamente o presente processo ao TC-027.230/2009-3.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1137-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1138/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.399/2008-2

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Responsáveis: Ariovaldo Silva de Medeiros (CPF 063.166.705-91), Dilton da Conti Oliveira (CPF 018.205.404-72), Maurício Jorge Tenório Jatobá (CPF 065.685.644-00).

4. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (SECEX-PE).

8. Advogados constituídos nos autos: Tiago Carneiro Lima (OAB/PE 10.422), Amílcar Bastos Falcão (OAB/PE 20.765), Laura Lícia de Mendonça Vicente (OAB/PE 20.765), Marcelo Bruto da Costa Correia (OAB/PE 23.119), Rodrigo de Miranda Azevedo (OAB/PE 21.164) Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araújo (OAB/PE 25.921), Francisco Loureiro Severien (OAB/PE 21.720), Diogo Villaça C. de Mello (OAB/PE 24.493-D), Sérgio Leonardo Coutinho de Ataíde (OAB/PE 25.014).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação contra a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf em face de possíveis irregularidades na contratação da empresa Mart Pet Comunicação Ltda., para a prestação de serviços na área de propaganda e publicidade, por meio de processo de dispensa de licitação fundamentada em situação emergencial.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer a presente representação, com fundamento no art. 237, inciso VI, do Regimento Interno/TCU para, no mérito, considerá-la improcedente;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2. dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e do voto que a fundamentam, aos responsáveis indicados no item 3 deste voto;

9.3. apensar este processo, em caráter definitivo, ao TC-017.952/2008-7 (Prestação de Contas da Chesf relativa ao exercício de 2007).

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1138-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1139/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 008.881/2007-6

1.1. Apenso: TC 014.545/2007-9

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento

3. Responsáveis: Carlos Alexandre Azevedo Queiroz (CPF 267.850.303-82), Joaquim Eduardo Campos Fernandes (CPF 081.656.294-68), Jose Ailton de Lima (CPF 070.673.994-91), Marcos de Barros Bezerra (CPF 128.293.234-91), Ricardo Matias de Araújo (CPF 131.414.304-20), Ricardo de Oliveira Melo (CPF 246.378.744-91), Zorildo Moreira de Oliveira (CPF 084.327.674-68).

4. Entidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco (SECEX-PE).

8. Advogados: Tiago Carneiro Lima (OAB/PE 10.422), Amílcar Bastos Falcão (OAB/PE 10.128), Luciana Pastick Fujino (OAB/PE 22.830), Rodrigo de Miranda Azevedo (OAB/PE 21.164), Laura Lícia de Mendonça Vicente (OAB/PE 20.765), Rodrigo de F. Tavares de Araújo (OAB/PE 25.921).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de levantamento de auditoria realizado na Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, no Programa de Trabalho "Implantação de Sistema de Transmissão no Nordeste da Região Nordeste", cujas principais ações compreendiam "a implantação de novas linhas de transmissão e subestações, bem como a ampliação dessas últimas, e a compra de equipamentos elétricos (transformadores, reatores, disjuntores, etc.)".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Carlos Alexandre Azevedo Queiroz;

9.2. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Zorildo Moreira de Oliveira e Ricardo Matias de Araújo, a respeito da inclusão do fornecimento de materiais e serviços sem quantitativos definidos, nas licitações CN 1.90.2003.2800 e TP 1.92.2005.1520;

9.3. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Marcos de Barros Bezerra e Ricardo Matias de Araújo acerca da utilização de modalidade licitatória indevida nas Tomadas de Preços TP 1.92.2005.1520 e TP 1.92.2005.2560, ao invés da concorrência que se fazia necessária;

9.4. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Marcos de Barros Bezerra, Ricardo de Oliveira Melo e Zorildo Moreira de Oliveira no que concerne à ausência de licitação específica para aquisição de equipamentos, indevidamente incluídos no processo licitatório CN 1.90.2003.2800;

9.5. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Joaquim Eduardo Campos Fernandes e José Ailton de Lima no que tange à desfiguração do objeto inicialmente licitado nos processos CN-4.90.2000.0460 e CNTI-4.90.2000.0461;

9.6. aplicar aos responsáveis indicados nos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão, nos termos do art. 43, parágrafo único, da Lei n° 8.443/92, a multa prevista no art. 58, III, da mesma lei, no valor individual de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante este Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo pagamento, se forem quitadas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. nos termos do art. 23, III, "b", da Lei nº 8.443, de 1992, autorizar, desde já, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8 autorizar, desde logo, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor, alertando-se os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.9. alertar a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco acerca da detecção das seguintes impropriedades:

9.9.1. inobservância dos requisitos estabelecidos pela Decisão nº 215/1999 - TCU - Plenário para alterações contratuais consensuais qualitativas que ultrapassem os limites definidos no art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993;

9.9.2. descumprimento do art. 3º, I, §1º, da Lei nº 8.666/1993, bem como do entendimento desta Corte manifestado na Decisão nº 20/1998 - TCU - Plenário, no sentido de considerar inadequada a exigência de certificação ISO e outras assemelhadas para habilitação de licitantes ou como critério de desclassificação de propostas, a exemplo do observado na Concorrência Nacional CN-4.90.2000.0460;

9.10. apensar os presentes autos ao TC 017.936/2007-5, que trata da prestação de contas da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, relativas ao exercício de 2006.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1139-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1140/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.178/2007-4

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Levantamento

3. Responsáveis: Maurício Tiomno Tolmasquim (CPF 674.100.907-82) e Nelson José Hubner Moreira (CPF 443.875.207-87).

4. Entidades: Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Empresa de Pesquisa Energética - EPE.

5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras 1 (SECOB-1).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de levantamento de auditoria realizado com o objetivo de coletar informações para subsidiar a escolha das fiscalizações de obras a serem realizadas no setor elétrico.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão plenária, ante as razões expostas pelo relator, com fulcro no art. 43, I, da Lei n° 8.443/92, c/c o art. 250, II e III, do Regimento Interno/TCU,em:

9.1. determinar à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que em 60 dias, a contar da ciência desta deliberação, comprove a este Tribunal o atendimento dos seguintes itens:

9.1.1. utilização do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - Sinapi como referência de custos para aqueles serviços dele constantes, principalmente os relativos à construção civil, inclusive drenagem, justificando os casos nos quais julgue inadequada a adoção desse sistema oficial de referência de preços, em conformidade com o art. 127 da Lei n° 12.309/2010 - LDO 2011;

9.1.2. detalhe, observando o disposto no Acórdão n° 325/2007 - Plenário, o percentual de BDI incidente sobre o Total Parcial das composições do Orçamento de Construções Civis e Benfeitorias para os Módulos de Subestações e averigue eventuais cobranças em duplicidade, tendo em vista a existência de percentuais que incidem sobre o custo direto do empreendimento e que podem estar alocados também no BDI, tais como "Eventuais" e "Custos Indiretos", que se destinariam a cobrir, respectivamente, imprevistos que pudessem ocorrer durante a execução do empreendimento e despesas com a administração central e/ou local;

9.2. recomendar à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL que:

9.2.1. promova melhorias no método de orçamentação dos itens relativos à montagem e instalações de equipamentos/materiais para subestações e linhas de transmissão, visando detalhar os custos envolvidos nestes serviços e deixando de atrelá-los a percentuais desses equipamentos/materiais a serem montados/instalados;

9.2.2. explicite melhor a metodologia para regionalização de preços dos equipamentos, inclusive com a fundamentação das fórmulas que foram utilizadas para obtê-los;

9.2.3. estabeleça parâmetros fundamentados em estudos técnicos que ajustem os percentuais em cada edital para os itens de "Projetos", "Administração", "Engenharia", "Administração Local" e "Canteiro de Obra", de forma a atribuir valores razoáveis e condizentes com o mercado para cada empreendimento;

9.2.4. se abstenha de orçar o serviço de "movimento de terra" para os casos de composições de preços unitários que já possuam escavação, reaterro e transporte, por caracterizar duplicidade;

9.2.5. demonstre a formação dos itens "Serviços Preliminares" e "Serviços Complementares/Eventuais" em composições do Orçamento de Construções Civis e Benfeitorias para os Módulos de Subestações;

9.2.6. reavalie o aumento no valor dos investimentos para o Módulo de Linhas de Transmissão no novo Banco de Preços da ANEEL em comparação com o método de orçamentação anterior;

9.2.7. detalhe a metodologia para estabelecimento dos preços dos serviços de "Construção de Acessos" nos orçamentos de Linhas de Transmissão, ponderando-se a logística de construção de acordo com o traçado das Linhas nos estudos que vier a realizar;

9.2.8. fundamente, por meio de estudo técnico circunstanciado, os percentuais de perdas de materiais, principalmente daqueles que representam valor relevante do empreendimento, a exemplo dos cabos condutores;

9.2.9. proponha faixas de preços nos itens de "Administração Local, Canteiro de Obras, Projeto Básico e Executivo e Custos Ambientais" de acordo com as características das linhas, observando os ganhos de escala obtidos com a construção de linhas maiores;

9.3. recomendar à Empresa de Pesquisa Energética - EPE que:

9.3.1. disponibilize o Sistema Informatizado de Orçamentação de Usinas Hidrelétricas - SISORH, versão 6.0, bem como banco de preços atualizado, em seu sítio eletrônico mantido na internet, tão logo considere que o sistema esteja atualizado e seja efetivamente utilizado nos orçamentos de estudos e projetos que serão submetidos aos leilões de concessão no setor elétrico;

9.3.2. analise os preços dos insumos coletados pela Fundação Getúlio Vargas - FGV de forma a adequá-los aos preços de mercado constantes nos sistemas SINAPI e SICRO, justificando os casos nos quais eventualmente não seja possível tal adequação;

9.4. determinar à Secob-3 que autue, nos termos do art. 4°, III, da Portaria-Segecex n° 27/2009, processo específico de monitoramento para acompanhar o cumprimento das determinações e recomendações constantes deste Acórdão;

9.5. encerrar o presente processo, nos termos do art. 40, II, da Resolução-TCU n° 191/2006.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1140-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1141/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.604/2011-6

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Levantamento de Auditoria - Fiscobras 2011.

3. Responsáveis/Interessados

3.1. Responsáveis: Neucimar Ferreira Fraga (CPF 818.247.267-91), Zacarias Carraretto (CPF 317.940.927-49).

3.2 Interessado: Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

4. Entidades: Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES, Caixa Econômica Federal (CEF) e Secretaria Executiva do Ministério das Cidades (Mici)

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secob-4

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão

Trata-se de levantamento de auditoria, realizado na Prefeitura Municipal de Vila Velha/ES, no âmbito do Fiscobras 2011, nas obras de Macrodrenagem do Canal do Congo, serviços de drenagem do canal e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES, custeadas com recursos orçamentários disponibilizados por meio do termo de compromisso 292.725-17/2009/Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal (Siafi 657450), no valor de R$ 52.594.717,00 (cinquenta e dois milhões quinhentos e noventa e quatro mil setecentos e dezessete reais).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 43, I, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, determinar à Prefeitura de Vila Velha/ES que identifique e encaminhe a este Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, os responsáveis, com nome e CPF, pelos atos de aprovação do orçamento de referência da licitação que definiu os preços e quantitativos da concorrência 13/2010 ou, na sua inexistência, o responsável pela aprovação do projeto básico;

9.2. determinar a oitiva da Prefeitura de Vila Velha/ES para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência, quanto às inconsistências verificadas na planilha orçamentária do edital 013/2010, consubstanciadas no uso de preços e quantitativos que não se enquadram na legislação em vigor, bem como na jurisprudência deste Tribunal (sobrepreço decorrente de preços excessivos ante o mercado);

9.3. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que foram detectados indícios de irregularidades que se enquadram no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei 12.309/2010 (LDO/2011), no edital da concorrência 013/2010, relativo à obra de drenagem do canal do Congo e pavimentação de diversas ruas em Vila Velha/ES (restrição à competitividade da licitação, decorrente de critérios inadequados de habilitação e julgamento);

9.4. determinar a juntada de cópia deste relatório de fiscalização ao processo de representação TC 004.577/2011-6 para subsidiar a análise da oitiva promovida naquele âmbito;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.5. enviar cópia do presente acórdão, acompanhado dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, ao Ministério das Cidades e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1141-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1142/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 002.764/2011-3.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Acompanhamento.
3. Interessado: Tribunal de Contas da União.
4. Órgãos: Câmara dos Deputados, Presidência da República, Ministério Público da União, Senado Federal, Conselho Nacional de Justiça, Superior Tribunal de Justiça, Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Contas da União, Justiça Federal, Justiça do Distrito Federal e Territórios, Justiça Eleitoral, Justiça Militar e Justiça do Trabalho.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento de Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referentes ao 3º quadrimestre de 2010, com o objetivo de apurar o cumprimento dos termos da Lei Complementar 101, de 4/5/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:
9.1. considerar atendidas as exigências de publicação e encaminhamento ao TCU dos Relatórios de Gestão Fiscal pelos Poderes e órgãos relacionados no art. 20 da LRF, correspondentes ao 3º quadrimestre do exercício de 2010, em obediência aos arts. 54 e 55 do referido diploma, bem como ao inciso I do art. 5º da Lei 10.028, de 19/10/2000;
9.2. considerar cumpridos, no 3º quadrimestre do exercício de 2010, os limites prudencial e máximo da despesa com pessoal pelos Poderes e órgãos federais relacionados no art. 20 da Lei Complementar 101/2000;
9.3. considerar o endividamento da União compatível com os limites das dívidas mobiliária e consolidada líquida constantes dos Projetos de Lei da Câmara 54/2009 e de Resolução do Senado 84/2007, respectivamente;
9.4. considerar atendidos os limites previstos na Resolução do Senado Federal 48/2007, para o montante de operações de crédito e de garantias concedidas pela União;
9.5. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional - STN que proceda às alterações no Manual de Demonstrativos Fiscais - Portaria STN 462/2009, no sentido de adequar os modelos dos demonstrativos de disponibilidade de caixa e de restos a pagar à realidade do sistema de contabilidade da União, e que apresente em 90 (noventa) dias o resultado dos estudos que estão sendo realizados naquela secretaria com o objetivo de viabilizar a elaboração dos demonstrativos de disponibilidade de caixa e de restos a pagar com a discriminação das disponibilidades financeiras e das obrigações por destinação da receita;
9.6. encaminhar cópias do presente acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, de acordo com o § 3º do art. 122 da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2010;
9.7 determinar o arquivamento do presente processo.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1142-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1143/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.811/2010-0.
2. Grupo I - Classe V - Relatório de Acompanhamento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidades: Secretaria de Orçamento Federal - MP, Secretaria do Tesouro Nacional - MF.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de acompanhamento da execução orçamentária e financeira da União, em 2010, com vistas à verificação, entre outros pontos, da conformidade da execução de restos a pagar, das prioridades e metas fixadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, do contingenciamento orçamentário e financeiro e do comportamento do resultado primário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões exposta pelo Relator, em:
9.1. determinar à Secretaria de Orçamento Federal que passe a considerar, por ocasião da elaboração da proposta orçamentária, as estimativas dos impactos primários decorrentes das despesas com "fabricação de cédulas e moedas" e "Fundos FDA e FDNE" a que alude o relatório de avaliação bimestral do Poder Executivo previsto no art. 70, § 4º, da Lei 12.017, de 12 de agosto de 2009, LDO/2010;
9.2. determinar à Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda, que, no prazo de 30 (trinta) dias, manifeste-se conclusivamente a respeito da possibilidade de adoção de medidas tendo em vista a revogação do § 2º do art. 1º do Decreto 6.331/2007, que confere validade indeterminada aos restos a pagar não processados das ações correspondentes ao Programa de Aceleração do Crescimento - PAC;
9.3. determinar à 4ª Secex, unidade técnica responsável pelas contas do Ministério da Integração Nacional, que autue processo específico para avaliar o cumprimento do disposto no art. 42 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT;
9.4. encaminhar cópia dos presentes relatório, voto e acórdão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, para fins de subsídio à Comissão, de acordo com o disposto no art. 59 da Lei Complementar 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal;
9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1143-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1144/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 022.063/2010-2
2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessada: Presidência do Senado Federal.
4. Unidade: Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Presidência do Senado Federal de acompanhamento da aplicação dos recursos da operação de crédito externo, com garantia da União e autorizada pela Resolução 36/2010, firmada entre o Governo do Estado de São Paulo o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 120,0 milhões, para financiar o "Programa de Apoio à Gestão e Integração dos Fiscos no Brasil - Profisco".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer da solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade do inciso I do art. 38 da Lei 8.443/1992;
9.2. informar à Presidência do Senado Federal que:
9.2.1. o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão e constatou, quanto aos aspectos legais, que as providências necessárias para a contratação e para a garantia da União foram tomadas;
9.2.2. esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de ser honrada a garantia prestada pela União;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram à Presidência do Senado Federal e ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo;
9.4. considerar atendida a solicitação formulada por meio do Ofício 1.685/SF e arquivar os autos, com base na parte final do § 3º do art. 2º da IN TCU 59/2009, após comunicação desta deliberação à Presidência do Senado Federal, nos termos do **caput** do art. 17 da Resolução-TCU 215/2008.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1144-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1145/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.772/2010-5
2. Grupo I - Classe V - Monitoramento.
3. Responsáveis: Fernando Florido Marcondes (CNJ), Alex Luciano Valadares (CNMP), Ronaldo Jorge Araujo Vieira Junior (CG/AGU), Luiz Augusto F. Navarro de B. Filho (CGU/PR), Antonio Sergio Geromel (GSI/PR), João Bernardo de Azevedo Bringel (SE/MPOG), Maria da Gloria Guimarães dos Santos (SLTI/MPOG), Célia Corrêa (SOF/MPOG), Sérgio Francisco da Silva (Dest/MPOG), Helena Kerr do Amaral (Enap/MPOG) e Arno Hugo Augustin Filho (STN).
4. Unidades: Conselho Nacional da Justiça - CNJ, Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, Consultoria-Geral da Advocacia-Geral da União - CG/AGU, Controladoria-Geral da União - CGU/PR, Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SE/MPOG, Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MPOG, Secretaria do Orçamento Federal - SOF/MPOG, Departamento de Coordenação e Governança das Estatais - Dest/MPOG, Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap/MPOG e Secretaria do Tesouro Nacional - STN.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento de determinações e recomendações formuladas por este Plenário, por meio de diversos acórdãos prolatados de 2004 a 2009, aos órgãos governantes superiores de TI dos poderes Executivo e Judiciário e do Ministério Público.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com base nos arts. 42, §1º, e 43, I, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 245, §1º, e 250, inciso III, do Regimento Interno, em:
9.1. recomendar ao Conselho Nacional da Justiça - CNJ, ao Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, à Consultoria-Geral da União - CG/AGU, à Controladoria-Geral da União - CGU/PR, ao Gabinete da Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR, à Secretaria Executiva do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SE/MPOG, à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação - SLTI/MPOG, à Secretaria do Orçamento Federal - SOF/MPOG, à Departamento de Coordenação e Governança das Estatais -Dest/MPOG, à Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap/MPOG e à Secretaria do Tesouro Nacional - STN que ampliem a divulgação, inclusive por meio da realização de eventos, das orientações e normas elaboradas para aprimoramento da governança de TI, de modo a tentar obter, com maior celeridade, os resultados desejados com aquelas medidas;
9.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação - Sefti que:
9.2.1. caso venha a receber solicitações dos órgãos governantes superiores de TI acima mencionados, avalie a conveniência e a oportunidade de prestar-lhes apoio técnico para cumprimento da recomendação sugerida na alínea anterior;
9.2.2. divulgue, inclusive por meio da realização de evento especifico, os resultados alcançados pelos órgãos governantes superiores e suas propostas de medidas estruturantes para futuro aperfeiçoamento da governança de TI na APF;
9.3. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram:
9.3.1. aos órgãos governantes superiores de TI acima mencionados; e
9.3.2. à Secretaria Geral da Presidência do TCU, à Diretoria Geral da Câmara dos Deputados e à Diretoria Geral do Senado Federal, para conhecimento do tratamento dado por outros órgãos governantes superiores de TI às recomendações feitas nos acórdãos ora monitorados e da avaliação do controle externo acerca das medidas por eles adotadas;
9.4. arquivar os autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1145-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1146/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC 029.043/2010-7
2. Grupo I - Classe VII - Representação.
3. Interessada: 4ª Secretaria de Controle Externo - Secex/4.
4. Unidade: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo - Secex/4.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da 4ª Secretaria de Controle Externo - Secex/4 acerca da necessidade de adoção de parâmetros de aceitabilidade de preços de medicamentos em licitações públicas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação em análise;

9.2. sugerir à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Orçamento do Congresso Nacional a inclusão, nas próximas Leis de Diretrizes Orçamentárias, de dispositivos que contemplem:

9.2.1. o estabelecimento, como parâmetro de controle de preços de medicamentos adquiridos com recursos do Sistema Único de Saúde - SUS, das referências de preços adotadas pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - CMED/Anvisa, obtidas pela aplicação do coeficiente de adequação de preço - CAP sobre o preço-fábrica dos medicamentos previsto na Resolução CMED 2/2004;

9.2.2. o estabelecimento do preço-fábrica como teto das demais aquisições públicas de medicamentos;

9.2.3. a possibilidade de instauração de tomada de contas especial, para responsabilização do gestor e quantificação do dano ao erário, nas hipóteses em que as aquisições não estiverem dentro dos limites acima sugeridos e em que não constem do correspondente processo licitatório justificativas dos preços praticados;

9.3 recomendar ao Ministério da Saúde o estabelecimento de normativos que orientem os gestores do Sistema Único de Saúde-SUS acerca da utilização dos parâmetros adotados pela CMED para fixação de preços máximos nas aquisições de medicamentos, com alerta para sanções que poderão ser aplicadas por aquela Câmara no exercício de seu papel regulador;

9.4. determinar à Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União que:

9.4.1. divulgue entre as unidades técnicas o teor da presente deliberação, de modo a buscar uniformização de entendimentos e de propostas de encaminhamento concernentes à matéria;

9.4.2. no prazo de um ano a contar desta decisão, avalie, a partir dos resultados obtidos e das alterações normativas e operacionais eventualmente ocorridas, a necessidade de aprimoramento da sistemática ora delineada;

9.5. encaminhar cópia deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentaram ao Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e à Secex/MT.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1146-15/11-P.
13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz (Relator), Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1147/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.701/2004-9 (4 volumes e 38 anexos).

1.1. Apenso: 029.363/2010-1

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Levantamento de Auditoria

3. Responsáveis: Antonio Alves de Souza (114.302.901-10); Arionaldo Bonfim Rosendo (182.782.991-53); Barjas Negri (611.264.978-00); Gastão Wagner de Sousa Campos (116.419.161-68); José Agenor Alvares da Silva (130.694.036-20); José Menezes Neto (182.714.131-04); Otávio Azevedo Mercadante (041.394.618-53); Reginaldo Muniz Barreto (056.947.605-49); Sady Carnot Falcão Filho (066.738.211-91).

4. Órgãos/Entidades: Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Saúde - MS; Fundo Nacional de Saúde - MS; Ministério da Saúde (vinculador).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).

7. Unidade: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).

8. Advogados constituídos nos autos: Arnoldo Wald (OAB/SP 46.560-A), Alexandre de Mendonça Wald (OAB/SP 107.872-A), Arnoldo Wald Filho (OAB/SP 111.491-A), Mariana Tavares Antunes (OAB/SP 154.639), Marina Gaensly (OAB/SP 229.618-A), Rodrigo Ribeiro Fleury (OAB/SP 176.286), Júlia Schledom de Camargo (OAB/SP 173.203), Lívia Santos Mathiazi (OAB/SP 261.067), Maria Eugenia Previtalli Cais (OAB/SP 273.166), Gabriel Grubba Lopes (OAB/SP 270.869), Eduardo Cezar Chad (OAB/SP 286.527), Bernardo Cavalcanti Freire (OAB/SP 291.471), José Arnaldo da Fonseca (OAB/DF 303), Daniela Rodrigues Teixeira (OAB/DF 13.121), Marcus Vinícius Vita Ferreira (OAB/GO 17.648), Evandro Catunda de Clodoaldo Finto (OAB/DF 10.759), Bruno Bittar (OAB/DF 16.512), Felipe Adjuto de Melo (OAB/DF 19.752), Cristina Drummond Mascarenhas (OAB/DF 26.495), Mayta Versiani Cardoso (OAB/DF 26.827), Érico Joaquim da Silva Júnior (OAB/DF 23.529), Bernardo de Mello Lombardi (OAB/DF 33.124) e Jackeline Couto Canhedo (OAB/DF 33.135)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Levantamento de Auditoria, realizado no Fundo Nacional de Saúde - FNS -, por força do Acórdão 1207/2004-Plenário, com o objetivo de verificar os critérios adotados na celebração de convênios para aquisição de Unidades Móveis de Saúde - UMS - e os critérios para análise das respectivas prestações de contas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1 rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Barjas Negri, Otávio Azevedo Mercadante, Gastão Wagner de Sousa Campos, Antônio Alves de Souza, José Agenor Álvares da Silva, Sady Carnot Falcão Filho, Reginaldo Muniz Barreto, Arionaldo Bonfim Rosendo, e José Menezes Neto, referente aos seguintes fatos;

a) ausência de adequada especificação do objeto dos convênios para aquisição de unidades móveis de saúde, questão fundamental de qualquer acordo a ser firmado, contrariando o art. 116, §1º, inciso I, da Lei n.º 8.666/93 e o art. 7º, inciso I, da IN/STN n.º 01/97, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.1. da presente instrução;

b) inexistência de uma efetiva e documentada pesquisa de preço de mercado nos convênios firmados para aquisição de Unidades Móveis de Saúde - UMS, assim como, a inexistência de uma composição de custos adequada e objetiva das UMS, as quais serviriam de parâmetro para as análises técnicas do Ministério da Saúde, ponderando sobre os princípios e ditames do art. 37 da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 10.180/01, em seu art. 35, §1º, levando em conta a variedade de características do objeto em pauta, a quantidade de convênios firmados para aquisição de UMS e o impacto da questão sobre a continuidade na administração dos processos de convênios, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.2. da presente instrução;

c) ausência de aderência à legislação, notadamente o art. 2º da IN/STN n.º 01/97 e o art. 116, § 1º da Lei n.º 8.666/93, no que se refere às análises técnicas dos planos de trabalho dos convênios firmados para aquisição de UMS, gerando pareceres incompletos e inconsistentes que comprometem etapas seguintes do processo de convênio, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.3. da presente instrução;

d) alteração dos planos de trabalho dos convênios firmados para aquisição de UMS sem a devida formalização, o que vai de encontro aos arts. 2º, 7º, inciso I, 15 e 16 da IN/STN n.º 01/97, permitindo a ocorrência de outras irregularidades e gerando sérias dificuldades para o acompanhamento e controle dos acordos, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.4. da presente instrução;

e) ocorrência de celebração de convênio antes da análise conclusiva da unidade técnica do FNS sobre a regularidade do Plano de Trabalho, parte integrante do termo de convênio e fundamental para garantir a legalidade e legitimidade dos convênios firmados para aquisição de UMS, ferindo o art. 116, § 1º, da Lei n.º 8.666/93, e os arts. 2º, 4º, 7º, inciso I, e 15 da IN/STN n.º 01/97, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.5. da presente instrução;

f) ausência de cobrança por parte do Fundo Nacional de Saúde de elementos não apresentados na prestação de contas final e exigidos no art. 28 da IN/STN n.º 01/1997, bem como para o fato de o FNS/MS relevar irregularidades graves dos convênios na apreciação e aprovação das prestações de contas, contrariando o art. 28 da IN/STN n.º 01/97; os arts. 62 e 63 da Lei n.º 4.320/64; o art. 5º da Lei n.º 8.666/93; o art. 38 do Decreto n.º 93.872/86; o art. 15 da IN/STN n.º 01/97; e o art. 20, § 1º da IN/STN n.º 01/97, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.6. da presente instrução.

9.2 rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Gastão Wagner de Sousa Campos, Antônio Alves de Souza, José Agenor Álvares da Silva, Sady Carnot Falcão Filho, Reginaldo Muniz Barreto, Arionaldo Bonfim Rosendo, e José Menezes Neto, referente ao fato da ausência de adoção de providências tempestivas em face da alta frequência de vitória de empresas pertencentes a um mesmo grupo, em licitações dos convênios para aquisição de Unidades Móveis de Saúde - UMS, a exemplo dos 758 convênios listados às fls. 518 a 532 do vol. 3 dos presentes autos, em inobservância aos princípios e ditames presentes no Decreto-Lei n.º 200/67, art. 6º; art. 8º, §1º; e art. 13; e na Lei n.º 8.666/93, art. 3º, levando-se em conta as ponderações insertas na "Análise" do item 8.48.7. da presente instrução;

9.3 aplicar a **multa** prevista no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/92; e arts. 252, §2º e 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, aos Srs. Otávio Azevedo Mercadante, Gastão Wagner de Sousa Campos, Antônio Alves de Souza, José Agenor Álvares da Silva, Sady Carnot Falcão Filho, Reginaldo Muniz Barreto, Arionaldo Bonfim Rosendo, e José Menezes Neto no valor de R$ 8.000,00;

9.4 aplicar a **multa** prevista no art. 58, inciso II, da Lei n.º 8.443/92; e arts. 252, §2º e 268, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Sr. Barjas Negri no valor de R$ 5.000,00;

9.5 **determinar ao Ministério da Saúde**, nos termos do art. 150, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, que:

9.5.1 informe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, sobre as providências adotadas em face das recomendações emitidas no "Relatório de Auditoria Especial n.º 179314 nos processos de celebração de convênios oriundos de Emendas Parlamentares da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde", da Controladoria Geral da União- CGU (Anexo 19 dos autos);

9.5.2 apresente a este Tribunal, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, um plano de ação, com o devido cronograma, voltado ao aprimoramento do controle prévio e concomitante sobre as etapas de celebração e execução de convênios oriundos de emendas parlamentares para a aquisição de equipamentos destinados à assistência à saúde, a exemplo das unidades móveis de saúde, de modo a minimizar a ocorrência de fraudes a licitações, superfaturamentos e outras irregularidades na execução convenial, a exemplo das verificadas por ocasião da Operação Sanguessuga, conduzida pela Polícia Federal. Tal determinação visa a congregar todas as medidas saneadoras que o Ministério deverá adotar em função dos achados descritos neste processo;

9.6 **recomendar ao Ministério da Saúde**, com fulcro no art. 250, inciso III, do Regimento Interno do Tribunal, que:

9.6.1 expeça orientações técnicas voltadas à proposição de convênios para aquisição de Unidades Móveis de Saúde - UMS, à elaboração das emendas à Lei Orçamentária Anual destinadas a esse mesmo tipo de objeto e aos próprios servidores do Ministério da Saúde que atuam na gestão desses convênios;

9.6.2 crie cadastro de informações sobre as licitações realizadas pelos convenentes, utilizando, se necessário, o Sistema de Gestão de Convênios - Siconv, com o objetivo de subsidiar o acompanhamento e a análise das prestações de contas dos recursos transferidos, contemplando, por exemplo, a identificação das empresas vencedoras dos certames, os tipos de objetos licitados, os locais de execução dos convênios e os valores das adjudicações, entre outros critérios que facilitem a identificação de eventuais irregularidades na execução dos planos de trabalho;

9.6.3 estabeleça prazo improrrogável, a partir da data de publicação da lei orçamentária anual, para a apresentação de propostas de convênios, com o objetivo de permitir análises mais criteriosas dos planos de trabalho e demais documentos e informações necessárias à aprovação dos projetos pelas áreas técnicas desse ministério;

9.6.4 ao conferir publicidade sobre os convênios junto aos entes de controle externo e social, conforme previsto nos arts. 33 a 36 da Portaria Interministerial 127/2008, divulgue as especificações dos bens a ser adquiridos, cientificando os poderes legislativos locais, os respectivos órgãos do ministério público, os conselhos sociais ligados à área do convênio e demais órgãos ou entidades que possam contribuir com o controle social da despesa;

9.6.5 divulgue, principalmente junto ao Congresso Nacional, com antecedência ao envio da proposta de lei orçamentária anual, a relação completa de programas e ações previstas no Plano Nacional de Saúde - PNS, com o fito de subsidiar os parlamentares na elaboração das emendas pertinentes à área;

9.6.6 elabore plano de fortalecimento e adequação da estrutura dos seguintes órgãos e unidades às respectivas necessidades operacionais, no que tange à gestão de convênios na área de saúde: Fundo Nacional de Saúde - FNS; Divisões de Convênios e Gestão - Dicon, nos estados; Departamento Nacional de Auditoria do SUS - Denasus;

9.6.7 promova ações de integração dos conselhos estaduais e municipais de saúde, com o Conselho Nacional de Saúde, e destes, com os órgãos de controle interno e externo, com o objetivo de fortalecer os poderes de fiscalização;

9.7 **recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão** que passe a incluir nos projetos de leis de diretrizes orçamentárias normas específicas sobre a execução das despesas oriundas de emendas parlamentares, com enfoque nas atribuições dos entes repassadores dos recursos relativas à aferição da legalidade das despesas decorrentes de emendas parlamentares, bem como na definição de prazos para o envio de propostas dos convenentes aos respectivos concedentes;

9.8 **recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ao Ministério da Fazenda e à Controladoria-Geral da União** que:

9.8.1 adotem a medida sugerida no subitem 9.3.3 deste Acórdão para os demais convênios regidos pela Portaria Interministerial n° 127/2008;

9.8.2 estudem a viabilidade de adotar a recomendação descrita no subitem 9.3.2 deste Acórdão para os demais convênios regidos pela Portaria Interministerial n° 127/2008;

9.9 **dar ciência** deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam:

9.9.1 ao Ministro de Estado da Saúde, ao Diretor Executivo do Fundo Nacional de Saúde e ao Diretor do Departamento Nacional de Auditoria do SUS, alertando-os sobre as falhas listadas no subitem 10.2.4 do Relatório;

9.9.2 aos responsáveis arrolados no processo;

9.9.3 aos Ministros de Estado da Fazenda, do Orçamento, Planejamento e Gestão e Chefe da Controladoria-Geral da União;

9.9.4 à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional;

9.9.5 à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal;

9.9.6 às Comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados;

9.9.7 à Procuradoria da República no Estado de São Paulo, em atendimento complementar à solicitação versada no Ofício PR/SP-GABPR40-SMC-000454/2010, de 19/10/2010, referente ao Inquérito Civil n° 1.34.001.001675/2008-98;

Cópia Autorizada por Assinantes

9.10 **autorizar a 4ª Secex** a constituir processo apartado para apurar a responsabilidade das empresas envolvidas nas fraudes às licitações verificadas na "Operação Sanguessuga" e nas fiscalizações realizadas por este Tribunal e pela Controladoria-Geral da União, para os fins previstos nos arts. 8º e 46 da Lei 8.443/92;

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1147-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro (Relator), José Jorge (Redator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro com voto vencido: Raimundo Carreiro (Relator).
13.3. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz e José Múcio Monteiro.
13.4. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.5. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1148/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.109/2011-6.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Interessada: Locanty Com Serviços Ltda.
4. Órgão: Instituto Benjamim Constant - IBC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Representação, com pedido de medida cautelar, formulada a este Tribunal pela empresa Locanty Com Serviços Ltda., em face de supostas irregularidades no âmbito do Pregão Eletrônico nº 01/2011, destinado à contratação de mão de obra especializada, de forma contínua, para a manutenção predial das edificações e entorno do Instituto Benjamin Constant - IBC, situado na cidade do Rio de Janeiro/RJ.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar procedente a Representação;
9.2. rejeitar os argumentos apresentados pelo Instituto Benjamim Constant - IBC em sede de oitiva;
9.3. com base no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei nº 8.443/92, determinar ao IBC que adote, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da ciência, as providências necessárias à anulação do Pregão Eletrônico nº 01/2011, encaminhando ao Tribunal, no mesmo prazo, documentação que comprove o cumprimento desta determinação;
9.4. caso fique comprovado que o IBC deu prosseguimento à licitação antes da prolação deste Acórdão, autorizar a Secex/RJ a promover a audiência dos responsáveis, com base no art. 58, IV, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 268, VII, do Regimento Interno deste Tribunal, em razão do efetivo descumprimento da decisão cautelar proferida por este Relator e referendada pelo Plenário;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, à representante e ao IBC;
9.6. arquivar os autos após a adoção das medidas constantes dos itens 9.3 e 9.4 acima.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.
11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1148-15/11-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1149/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.996/2009-7.
1.1. Apenso: 005.488/2005-5
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Alan Anderson Alves Borges (849.240.121-49); Antônio Carlos de Oliveira (152.472.361-49); Jesimiel de Jesus Santos (213.819.921-53); João Batista Borges da Silveira (185.134.681-34); Marinalva Farias de Almeida (225.458.671-87).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília - MEC.
5. Relator: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: 6ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-6).
8. Advogados constituídos nos autos: Antonio de Sousa Santos (OAB/DF 8496) e José Antonio Nazaré da Silva (OAB/DF 9679)

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em cumprimento à determinação constante do item 9.1 do Acórdão 2.034/2008-Plenário, com vistas a apurar a ocorrência de desfalques, decorrentes de fraude no pagamento de pessoal, verificados entre os anos de 1996 e 2000 no âmbito da Fundação Universidade de Brasília.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, julgar regulares as contas de Marinalva de Farias Almeida e Alan Anderson Alves Borges;
9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'd', da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU, julgar irregulares as contas dos responsáveis a seguir, condenando-os ao pagamento solidário dos débitos adiante especificados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, na forma da legislação vigente, calculados a partir da data indicada até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal de Contas da União, o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Universidade de Brasília:
9.2.1. **Responsáveis solidários**: Jesimiel de Jesus Santos (CPF nº 213.819.921-53) e João Batista Borges da Silveira (CPF nº 185.134.681-34).
9.2.2. **Ato impugnado:** desvio de recursos no período de 1996 a 2000, por meio da substituição nos cadastros da FUB, das contas correntes de professores que se encontravam em gozo de licenças sem vencimentos, de professores substitutos e de professores que tinham vantagens pessoais a receber, por suas próprias contas ou de terceiros, realizando, em seguida, pagamentos indevidos em folha suplementar, obtendo proveito pessoal, conforme apurado nos autos do PAD nº 23106.000862/00-60.

Conta corrente nº 377.981-5 - Agência 3603-X - Banco do Brasil
Titular da Conta: Sr. Jesimiel de Jesus Santos - CPF nº 213.819.921-53

Ano	Mês de Competência	Data do débito	Valor Original (R$)
1997	JUNHO	31/07/1997	8.904,32
1997	JULHO	31/08/1997	16.144,99
1998	JANEIRO	28/02/1998	10.350,78
1998	FEVEREIRO	31/03/1998	6.646,59
1998	JULHO	31/08/1998	4.284,88
1998	AGOSTO	30/09/1998	6.200,32
1998	SETEMBRO	31/10/1998	7.607,06
1998	OUTUBRO	30/11/1998	7.187,06
1998	NOVEMBRO	31/12/1998	12.178,85
1998	DEZEMBRO	31/01/1999	12.256,32
1999	JANEIRO	28/02/1999	7.607,79

Conta corrente nº 377.650-6 - Agência 3603-X - Banco do Brasil
Titular da Conta: Sr. João Batista Borges da Silveira - CPF nº 185.134.681-34

Ano	Mês de Competência	Data do débito	Valor Original (R$)
1997	ABRIL	31/05/1997	5.243,42
1997	MAIO	30/06/1997	3.488,92
1997	JUNHO	31/07/1997	11.629,79
1997	JULHO	31/08/1997	19.263,91
1998	JANEIRO	28/02/1998	11.250,41
1998	DEZEMBRO	31/01/1999	14.271,23

Conta corrente nº 376.061-8 - Agência 3603-X - Banco do Brasil
Titular da Conta: Sra. Marinalva Farias de Almeida - CPF nº 225.458.671-87

Ano	Mês de Competência	Data do débito	Valor Original (R$)
1996	ABRIL	31/05/1996	3.290,92
1996	MAIO	30/06/1996	3.290,92
1996	JUNHO	31/07/1996	3.290,92
1996	JUNHO	31/07/1996	3.290,92
1996	JULHO	31/08/1996	3.290,92
1996	AGOSTO	30/09/1996	3.290,92
1996	OUTUBRO	30/11/1996	4.525,12
1996	NOVEMBRO	31/12/1996	3.290,92
1996	DEZEMBRO	31/01/1997	3.290,92
1997	JANEIRO	28/02/1997	987,27
1997	FEVEREIRO	31/03/1997	3.291,59
1997	MARÇO	30/04/1997	3.291,59
1997	ABRIL	31/05/1997	4.640,92
1997	MAIO	30/06/1997	3.290,92
1997	JUNHO	31/07/1997	4.936,38
1997	OUTUBRO	30/11/1997	6.375,12
1997	NOVEMBRO	31/12/1997	9.925,55
1997	DEZEMBRO	31/01/1998	5.995,17
1998	JANEIRO	28/02/1998	5.995,17
1998	FEVEREIRO	31/03/1998	5.995,17
1998	MARÇO	30/04/1998	4.828,17
1998	ABRIL	31/05/1998	4.828,17
1998	JULHO	31/08/1998	4.945,07
1998	NOVEMBRO	31/12/1998	10.673,15
1999	MAIO	30/06/1999	7.641,17
1999	JUNHO	31/07/1999	7.569,80
1999	JULHO	31/08/1999	3.420,91
1999	DEZEMBRO	31/01/2000	12.387,55

Conta corrente nº 1.365-X - Agência 3603-X - Banco do Brasil
Titular da Conta: Sr. Alan Anderson Alves Borges - CPF nº 849.240.121-49

Ano	Mês de Competência	Data do débito	Valor Original (R$)
1998	MARÇO	30/04/1998	6.646,59
1998	ABRIL	31/05/1998	6.646,59
1998	JUNHO	31/07/1998	5.645,88
1998	JULHO	31/08/1998	6.196,08
1998	NOVEMBRO	31/12/1998	13.257,49
1999	NOVEMBRO	31/12/1999	11.805,04
1999	DEZEMBRO	31/01/2000	16.129,76

9.2.3. **Responsáveis solidários**: Jesimiel de Jesus Santos (CPF nº 213.819.921-53), João Batista Borges da Silveira (CPF nº 185.134.681-34) e Antônio Carlos de Oliveira (CPF nº 152.472.361-49).

9.2.4. Ato impugnado: participação no esquema de desvio de recursos da FUB, nos exercícios de 1996 a 2000, comandado pelos dois primeiros responsáveis, com a utilização da conta bancária do último para receber depósito dos valores a seguir indicados, conforme apurado nos autos do PAD nº 23106.000862/00-60.

Conta corrente nº 509.441-0 - Agência 3603-X - Banco do Brasil
Titular da Conta: Sr. Antônio Carlos de Oliveira - CPF nº152.472.361-49

Ano	Mês de Competência	Data do débito	Valor Original (R$)
1996	ABRIL	31/05/1996	3.290,92
1996	MAIO	30/06/1996	3.290,92
1996	MAIO	30/06/1996	3.290,92
1996	JUNHO	31/07/1996	3.290,92
1996	JULHO	31/08/1996	3.290,92
1996	AGOSTO	30/09/1996	987,27
1996	OUTUBRO	30/11/1996	4.409,50
1996	NOVEMBRO	31/12/1996	4.409,50
1996	DEZEMBRO	31/01/1997	2.204,75
1997	JANEIRO	28/02/1997	3.326,75
1997	JANEIRO	28/02/1997	2.545,21
1997	FEVEREIRO	31/03/1997	2.205,42
1997	FEVEREIRO	31/03/1997	5.256,23
1997	MARÇO	30/04/1997	2.205,42
1997	ABRIL	31/05/1997	4.107,46
1997	MAIO	30/06/1997	3.439,42
1997	JULHO	31/08/1997	17.852,10
1997	OUTUBRO	30/11/1997	8.585,78
1997	NOVEMBRO	31/12/1997	7.441,98
1997	DEZEMBRO	31/01/1998	6.331,03
1998	FEVEREIRO	31/03/1998	5.645,88
1998	MARÇO	30/04/1998	5.645,88
1998	ABRIL	31/05/1998	5.645,88
1998	JUNHO	31/07/1998	6.136,59
1998	JUNHO	31/07/1998	853,00
1998	JULHO	31/08/1998	6.786,89
1998	AGOSTO	30/09/1998	6.585,55
1998	SETEMBRO	31/10/1998	6.770,83
1998	OUTUBRO	30/11/1998	6.108,58
1998	NOVEMBRO	31/12/1998	9.671,92
1998	DEZEMBRO	31/01/1999	13.665,75
1999	JANEIRO	28/02/1999	6.709,15
1999	FEVEREIRO	31/03/1999	20.204,85
1999	MARÇO	30/04/1999	13.457,26
1999	ABRIL	31/05/1999	16.048,19
1999	MAIO	30/06/1999	15.064,35
1999	JUNHO	31/07/1999	9.227,78
1999	JULHO	31/08/1999	4.421,62
1999	AGOSTO	30/09/1999	19.649,60
1999	SETEMBRO	31/10/1999	19.599,46
1999	OUTUBRO	30/11/1999	19.599,46
1999	NOVEMBRO	31/12/1999	19.599,46
1999	DEZEMBRO	31/01/2000	20.184,45
2000	JANEIRO	29/02/2000	25.769,94
2000	FEVEREIRO	31/03/2000	703,07

9.3. aplicar, individualmente, com arrimo no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 267, do Regimento Interno/TCU, multa no valor de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) aos Srs. João Batista Borges da Silveira e Jesimiel de Jesus dos Santos, e de R$ 37.500,00 (trinta e sete mil e quinhentos reais) ao Sr. Antônio Carlos de Oliveira, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.5. inabilitar, pelo período de 5 anos, os responsáveis João Batista Borges da Silveira, Jesimiel de Jesus dos Santos e Antônio Carlos de Oliveira para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, conforme disposto no art. 60 da Lei 8.443/92 e no art. 270, §2º, do Regimento Interno, em face da gravidade das irregularidades a eles atribuídas;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.6. recomendar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão que adote medida com vistas a implementar, no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape), mecanismo automatizado de segurança baseado no cadastro geral de correntistas e clientes de instituições financeiras, implantado pelo Banco Central do Brasil em cumprimento ao disposto no artigo 10A da Lei nº 9.613/1998, incluído mediante a Lei nº 10.701/2003, com vistas a impedir registro, nos assentos de determinado servidor mantidos naquele sistema, de conta bancária de outrem;

9.7. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal; e

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1149-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1150/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n.º TC-016.979/2010-9

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Entidade: Município de Belém/PA

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria de conformidade realizada no Município de Belém /PA, integrante de Fiscalização de Orientação Centralizada - FOC, destinada a verificar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), transferidos fundo a fundo pela União ao mencionado ente federativo, no exercício de 2009.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. converter os presentes autos em tomada de contas especial e autorizar a citação do município de Belém/PA em decorrência do desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, tendo por destinação a realização de ações afetas ao atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade;

9.2. realizar a audiência da Sra. Rejane Olga Oliveira Jatene e do Sr. Carlos Antônio de Aragão Vinagre, Secretários de Saúde, bem como dos Srs. Alexandre Lemos Manés de Faria e João Alexandre Orguên Gouvea, Diretores Administrativo e Financeiro da mencionada Pasta, para que apresentem suas razões de justificativa em decorrência dos seguintes achados de auditoria:

9.2.1. desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Saúde, tendo por destinação a realização de ações afetas ao atendimento ambulatorial e hospitalar de média e alta complexidade;

9.2.2. pagamentos realizados a laboratório localizado em local incerto e desconhecido (CNPJ 04.741.278/0001-70);

9.3. alertar o Município de Belém/PA, na pessoa de seu representante legal, quanto às seguintes ocorrências, cuja reincidência injustificada poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas:

9.3.1. realização de pagamentos a prestadores de serviços de saúde sem a comprovação de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço-FGTS por parte dos mesmos, a teor das disposições constantes dos arts. 195, § 3º, da Constituição Federal, e 29, inciso III, da Lei n.º 8.666/93, bem como do item 1 das Decisões 705/1994 e 246/1997-TCU-Plenárias;

9.3.2. ausência de prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde, exercício 2009, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará;

9.3.3. realização de pagamentos a prestadores privados de saúde, inclusive estabelecimentos filantrópicos, sem a existência de instrumento formal de convênio, contrato ou congênere que estabeleça os direitos e obrigações existentes entre as partes;

9.3.4. inexistência de procedimento licitatório para a contratação de serviços de saúde prestados por estabelecimentos privados;

9.3.5. ausência de controle quantitativo e qualitativo sobre a produção dos serviços de saúde prestados pelos estabelecimentos filantrópicos e privados, possibilitando a ocorrência de distorções entre o quantitativo pago e o efetivamente realizado;

9.3.6. desatualização das informações relativas aos estabelecimentos filantrópicos e privados constantes do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ;

9.3.7. descumprimento das normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para a cobrança dos procedimentos realizados no âmbito do SUS, conforme anotado nos Relatórios n.º 10156, 10146, 10155 e 10142-Denasus/PA;

9.3.8. falta de adequado controle sobre os documentos que devem constar dos prontuários médicos, a exemplo do documento informativo sobre o custeio exclusivo do tratamento pelo SUS e do termo de responsabilidade médica;

9.4. determinar ao Denasus/PA que, relativamente às constatações arroladas nos Relatórios de Auditoria nºs 10156, 10146, 10155 e 10142, elaborados por esse órgão, dê prosseguimento aos procedimentos administrativos regulares de sua competência;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura do Município de Belém/PA, bem como à sua Secretaria Municipal de Saúde e ao seu Conselho Municipal de Saúde.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1150-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1151/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 021.541/2010-8.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Relatório de Auditoria

3. Interessado: Tribunal de Contas da União.

4. Entidade: Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO.

5. Relator: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RO (SECEX-RO).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de auditoria que objetivou avaliar a regularidade da aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), repassados pela União, na modalidade fundo a fundo, para o Município de Ji-Paraná/RO.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo responsável, Sr. José Batista da Silva;

9.2. recomendar ao Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO que, conjuntamente com o Fundo Nacional de Saúde, encontrem a melhor solução, em consonância com os princípios da finalidade e da eficiência, a fim de não permitir que os valores acumulados até 31/12/2009 na conta nº 46.758-8, pertencente ao bloco Assistência Farmacêutica, fiquem parados, somente sendo aplicados no mercado financeiro;

9.3. alertar o Conselho Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO sobre a ausência de sua deliberação acerca da regularidade ou irregularidade das contas prestadas pelo gestor responsável pela execução dos recursos financeiros destinados ao custeio do Sistema Único de Saúde, conforme determina o art. 33 da Lei nº 8.080/1990 c/c com o inc. I do art. 6º do Decreto nº 1.651/1995;

9.4. alertar a Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO quanto:

9.4.1. ao procedimento de apuração do déficit/superávit, conforme preconizam as normas de Direito Financeiro, bem como, em caso da existência de superávit, adote os procedimentos para a publicação dos respectivos créditos adicionais, de acordo com o disposto nos arts. 11, § 3º e 43, § 2º, da Lei nº 4.320/1964;

9.4.2. à utilização de cooperativas, ONGs, Oscip's ou OS's como mecanismos para contratação de recursos humanos, em desobediência ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal;

9.5. informar ao Conselho Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO e à Secretaria Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO que a reincidência injustificada nas ocorrências tratadas nos subitens 9.3 e 9.4 poderá ensejar a imposição de sanções aos responsáveis em futuras ações de controle a serem empreendidas por esta Corte de Contas;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à Prefeitura Municipal de Ji-Paraná/RO, ao Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO, ao Conselho Municipal de Saúde de Ji-Paraná/RO; ao Tribunal de Contas do Estado de Rondônia - TCE/RO e ao Fundo Nacional de Saúde.

9.7. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1151-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1152/2011 - TCU - Plenário

1. Processo 025.579/2006-7

2. Grupo I - Classe I - Pedido de Reexame

3. Recorrente: Maria Elizabeth Santiago Contreiras

4. Unidade: Ministério do Turismo

5. Relator: Ministro José Jorge

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: 5ª Secretaria de Controle Externo e Secretaria de Recursos

8. Advogados: Huilder Magno de Souza (OAB-DF 18.444), José Eduardo Nogueira (OAB-PB 7.659), Anselmo Meireles de Lima Ayello (OAB-DF 16.116), Leonardo Augusto Leão Lara (OAB-MG 74.173), Samuel Mol Alves (OAB-MG 98.877), Christiano Berg Carvalhaes de Paiva (OAB-MG 86.700), Flávio Schegerin Ribeiro (OAB-DF 21.451), Igor Tamasauskas (OAB-SP 173.163), Pierpaolo Cruz Bottini (OAB-SP 163.657), Alexandre Pontieri (OAB-SP 191.828) e Mateus Carvalho Branco Silva (OAB-DF 27.015)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedido de Reexame interposto pela Sra. Maria Elizabeth Santiago Contreiras contra o Acórdão n.º 1.133/2009-TCU-Plenário, por intermédio do qual este Colegiado, ao apreciar representação formulada pelo Ministério Público Federal, versando sobre possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos repassados pelo Ministério do Turismo (MTur), aplicou-lhe a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei nº 8.443/92 no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), dentre outras.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Pedido de Reexame, nos termos dos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48, todos da Lei n.º 8.443/92, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. notificar a recorrente desta deliberação.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1152-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1153/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n° TC-031.277/2010-1

2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Responsável: Luiz Antônio Pagot, Diretor-Geral

4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/MT

5. Relator: Ministro José Jorge

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras/Secob-1

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Auditoria efetuada no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/MT, pela Secob-1, com vistas a fiscalizar as obras de derrocagem do Rio Tocantins, no Estado do Pará.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à 1ª Secretaria de Fiscalização de Obras/Secob-1 que promova a oitiva do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), por meio de seu representante legal, para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca das ocorrências apontadas pela unidade técnica relativamente ao orçamento base da Concorrência nº 394/2010, voltada à contratação da empresa executora das obras de derrocagem do Rio Tocantins;

9.2. comunicar à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional que não foram detectados, até este momento, indícios de irregularidades, relativamente às obras de derrocamento no Rio Tocantins, no Estado do Pará, Programa de Trabalho 26.784.1456.123M.0015, que justifiquem o enquadramento no disposto no inciso IV do § 1º do art. 94 da Lei nº 12.309/2010 (LDO/2011);

9.3. dar ciência do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério dos Transportes e ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT/MT.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1153-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge (Relator) e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1154/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.924/2007-6

1.1. Apenso: TC-013.358/2009-8

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: João Félix de Sousa (CPF: 094.861.194-49), ex-Prefeito; Canaã Construtora de Obras Ltda. (CNPJ: 04.964.356/0001-04); Construtora Wallace Ltda. (CNPJ: 02.104.903/0001-48); e Consvile - Construtora Vieira Lemos Ltda. (CNPJ: 01.801.723/0001-52)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Catingueira/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) contra João Félix de Sousa, ex-Prefeito de Catingueira/PB, em razão de irregularidades na gestão dos recursos repassados por meio do Termo de Responsabilidade nº 1089/MPAS/SEAS/2002, no valor total de R$ 145.000,00, para a construção de um Centro de Geração de Renda, com área de 300m², e aquisição de equipamentos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 10, § 1º; 12, inciso III, e 101 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. solicitar ao Departamento da Polícia Federal (DPF) que, no prazo de sessenta dias, promova o exame das assinaturas apostas nos documentos apresentados pelos licitantes no Convite nº 003/2003 da Prefeitura Municipal de Catingueira/PB, com o objetivo de determinar sua autenticidade, informando ao Tribunal o resultado;

9.2. determinar à Secex/PB que:

9.2.1. forneça ao DPF os documentos e informações necessários à realização dos serviços especificados no item 9.1 acima;

9.2.2. promova a audiência dos membros da comissão de licitação do município e do ex-prefeito quanto aos indícios de fraude e simulação nos procedimentos licitatórios relativos ao Convite nº 003/2003;

9.2.3. dê prosseguimento à instrução do feito.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1154-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1155/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.591/2003-8

1.1. Apenso: TC 003.301/2004-0

2. Grupo I - Classe I - Recurso

3. Recorrente: Alexandre Teixeira da Silva (CPF 897.175.977-15)

4. Unidade: Centro de Pagamento do Exército

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa

6. Representante do Ministério Público: Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidades Técnicas: 3ª Secex e Serur

8. Advogado constituído pelo recorrente: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas que tratam de peça denominada "pedido de reexame", apresentada por Alexandre Teixeira da Silva, buscando reformar o Acórdão nº 885/2008-TCU-Plenário, mantido pelos Acórdãos nºs 1.355/2008-TCU-Plenário, 488/2010-TCU-Plenário e 1.656/2010-TCU-Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. receber como mera petição, negando-lhe seguimento, a peça denominada "pedido de reexame" protocolada por Alexandre Teixeira da Silva, a qual não pode ser conhecida como recurso de reconsideração, por ele já manejado nos presentes autos, ante a vedação decorrente do princípio da singularidade recursal, que obsta nova utilização da mesma espécie de recurso;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1155-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1156/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-022.066/2010-1 (com 1 anexo)

2. Grupo I - Classe II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Senado Federal

4. Unidade: Estado de Mato Grosso do Sul

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional, formulada pela Presidência do Senado Federal por meio do Ofício nº 1693, de 10/8/2010, para que o Tribunal acompanhe a aplicação dos recursos de operação de crédito externo contratada pelo Estado de Moto Grosso do Sul junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com garantia da União, autorizada pelo Senado Federal por meio da Resolução nº 40/2010, no valor de até US$ 12.000.000,00 (doze milhões de dólares norte-americanos).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 38, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, art. 2º, **caput** e § 3º, da IN TCU nº 59/2009 e art. 17, inciso II, da Resolução TCU nº 215/2008, em:

9.1. conhecer da presente solicitação;

9.2. informar ao Senado Federal que o Tribunal analisou a documentação relativa à operação de crédito em questão, verificando que, quanto aos aspectos legais, as providências necessárias para a contratação e a garantia da União foram tomadas e esta Corte de Contas acompanhará a condução da operação de crédito externo em caso de eventual necessidade de que seja honrada a garantia prestada pela União;

9.3. considerar integralmente atendida a presente solicitação;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Senado Federal, ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e à Controladoria-Geral da União;

9.5. arquivar estes autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1156-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1157/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-025.518/2009-6 (com 1 anexo)

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Acompanhamento (Apartado de Tomada de Contas Especial)

3. Interessado: Congresso Nacional

4. Unidade: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: 9ª Secex

8. Advogados constituídos nos autos: Alberto Moreira Rodrigues (OAB/DF 12.652), Alex Azevedo Messeder (OAB/RJ 119.233), Alexandra Lorga Villar (OAB/RJ 139.078), Alexandre Luis

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Bragança Penteado (OAB/RJ 88.979), Alexandre Rosa Botelho (OAB/SP 206.529), Alexandre Yukito More (OAB/DF 22.742), Alexnaldo Queiroz de Jesus (OAB/RJ 151.829), Alexsandra Enes de Araújo Lebre (OAB/RJ 147.565), Aline Dias de Souza Mendes (OAB/RJ 141.708), Amilton Rodrigues Júnior (OAB/MG 101.743), Ana Paula Mioni Acuy (OAB/RJ 107.126), André de Almeida Barreto Tostes (OAB/DF 20.596), André Luis Fares Francis (OAB/RJ 66.211), André Uryn (OAB/RJ 110.580), Andréia Bambini (OAB/DF 18.331), Antônio Carlos Motta Lins (OAB/RJ 55.070), Bernardo Braga Pasqualette (OAB/RJ 148.828), Breno Gonçalves Arman (OAB/RJ 127.317), Bruno Gabriel Esteves (OAB/RJ 139.099), Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15.345), Cândido Ferreira da Cunha Lobo (OAB/RJ 49.659), Carlos Antônio Plácido (OAB/MG 75.364), Carlos da Silva Fontes Filho (OAB/RJ 59.712), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135.073), Cláudia Padilha de Araújo Gomes (OAB/RJ 119.361), Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250), Cristiane Carvalho Monte Lage (OAB/RJ 94.802), Cristiane de Carvalho Lopes (OAB/RJ 112.376), Cristina Maria Andrade Soares (OAB/RJ 148.416), Daniela Couto da Silva (OAB/RJ 115.470), Daniela Lemos Farrulla (OAB/RJ 96.130), Daniele Farias Dantas de Andrade (OAB/RJ 117.360), Danieli Ribeiro Silva (OAB/RJ 127.133), Danielle Gama Bessa (OAB/RJ 115.408), Diogo Jorge Favacho dos Santos (OAB/RJ 114.256), Eduardo Jorge Leal de Carvalho e Albuquerque (OAB/RJ 57.404), Eduardo Valiante de Rezende (OAB/RJ 114.485), Elisaura Fernandes da Silva (OAB/RJ 138.329), Ellen Cristiane Jorge (OAB/DF 19.821), Erika Cilena Baumann (OAB/RJ 133.791), Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59.121), Fábio Ribeiro Soares da Silva (OAB/RJ 131.412), Fabíola Fernandes de Paulo (OAB/RJ 147.428), Fernando de Sousa (OAB/RJ 35.895), Fernando Salles Xavier (OAB/RJ 65.895), Frederico Maia Mascarenhas (OAB/RJ 155.437), Frederico Rodrigues Barcelos de Sousa (OAB/DF 16.845), Guilherme Rodrigues Dias (OAB/RJ 58.476), Gustavo Cortês de Lima (OAB/DF 10.969), Gustavo Dimitri de Souza Gonçalves (OAB/MG 80.338), Gustavo Henrique da Silva Marques (OAB/RJ 122.044), Gustavo Herrera Salgueiro (OAB/RJ 130.669), Gustavo Ribeiro Ferreira (OAB/RJ 104.339), Hélio Siqueira Júnior (OAB/RJ 62.929), Heloísa de Paula Batista Zorattini (OAB/RJ 149.195), Henrique da Silva Louro (OAB/RJ 114.792), Idmar de Paula Lopes (OAB/DF 24.882), Igor Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 20.191), Ingrid Andrade Sarmento (OAB/RJ 109.690), Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth (OAB/RJ 121.685), Joeny Gomide Santos (OAB/DF 15.085), Juliana Barroso Monteiro (OAB/RJ 118.350), Juliana Carneiro Martins de Menezes (OAB/DF 21.567), Juliana de Souza Reis Vieira (OAB/RJ 121.235), Jussara Martins Pimentel (OAB/DF 27.883), Karen da Cunha Nassim (OAB/RJ 127.591), Leandro Gilbert Reis (OAB/RJ 131.401), Lenoir de Souza Ramos (OAB/DF 3.492), Leonardo da Costa Couceiro (OAB/RJ 140.969), Liana Ferreira Rocha Costa e Campos (OAB/RJ 112.943), Lívia Maria Morais Vasconcelos Saldanha (OAB/DF 21.035), Luana Lobosco Folly (OAB/RJ 152.011), Luciana de Lourdes e Castro Mourão (OAB/RJ 153.242), Luis Carlos Nogueira Alves (OAB/RJ 121.230), Luiz Carlos Sigmaringa Seixas (OAB/DF 814), Marcela Conrado de Farias Ribeiro (OAB/RJ 138.779), Marcelo Barbi Gonçalves (OAB/RJ 152.104), Marcelo Certain Toledo (OAB/SP 158.313), Márcio Polito Fontes (OAB/MG 79.903), Marco Antônio Cavalcante da Rocha (OAB/PE 2.940), Marco Aurélio da Cunha Monteiro Viana (OAB/RJ 141.108), Marcos de Oliveira Araújo (OAB/RJ 49.940), Marcos Pinto Correa Gomes (OAB/RJ 81.078), Maria Cristina Bonelli Wetzel (OAB/RJ 124.668), Marta de Castro Meireles (OAB/RJ 130.114), Meg Montana Kebe (OAB/RJ 124.440), Míriam Venancia Ribeiro Avena (OAB/RJ 145.632), Monique Sá Freire Chagas (OAB/RJ 148.037), Nelson Barreto Gomyde (OAB/SP 147.136), Nelson Sá Gomes Ramalho (OAB/RJ 37.506), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67.460), Paula Novaes Ferreira Mota Guedes (OAB/RJ 114.649), Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro (OAB/RJ 141.195), Pedro Bastos de Souza (OAB/RJ 135.165), Rafael de Matos Gomes da Silva (OAB/DF 21.428), Rafaella Farias Tuffani de Carvalho (OAB/RJ 139.758), Raphaela Cristina de Magalhães Nascimento (OAB/RJ 129.398), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129.398), Renato Amado Barreto (OAB/RJ 136.456), Ricardo Penteado de Freitas Borges (OAB/SP 92.770), Roberto Cruz Couto (OAB/RJ 19.329), Rodrigo Muguet da Costa (OAB/RJ 124.666), Sílvia Alegretti (OAB/DF 19.920), Tales David Macedo (OAB/DF 20.227), Tatiany Batista Coutinho da Costa (OAB/RJ 146.702), Thiago de Oliveira (OAB/RJ 122.683), Tude José Cavalcante Brum de Oliveira (OAB/RJ 119.500), Vitor Thomé El Hader (OAB/RJ 103.466) e Zilto Bernardi Freitas (OAB/RJ 97.299)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que tratam do acompanhamento das ações promovidas pela Petrobras para a recuperação de prejuízos sofridos em contatos de plataformas marítimas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 43 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. determinar à Petrobras que informe, no relatório de gestão referente ao exercício de 2010 (se necessário, em adendo) e seguintes:

9.1.1. as providências efetivamente adotadas - em especial quanto às correspondentes ações judiciais onde figura como autora ou ré - para a recuperação dos prejuízos de que trata o Acórdão nº 1662/2009-TCU-Plenário, decorrentes dos valores indevidamente pagos às Indústrias Verolme Ishibras S/A (IVI) em relação aos serviços de conversão das plataformas marítimas P-19, P-31 e P-34, mencionando ainda as medidas a respeito da cobrança do dano e de multas referentes ao atraso na execução da plataforma marítima P-34; e

9.1.2. as providências adotadas para a exclusão das seguradoras norte-americanas das ações judiciais brasileiras, com vistas a possibilitar o recebimento de cerca de US$ 300 milhões decorrentes dos problemas verificados nas plataformas P-19 e P-31, uma vez que, segundo informado pela estatal, trata-se de condição estabelecida em sentença com trânsito em julgado que lhe é favorável, proferida em ação ajuizada nos Estados Unidos da América;

9.2. determinar à Secretaria Federal de Controle Interno que acompanhe, nas contas de 2010 e seguintes da Petrobras, as informações prestadas em atendimento ao subitem 9.1 anterior;

9.3. dar ciência deste acórdão, com o relatório e voto, à Presidência do Congresso Nacional; e

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1157-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1158/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.437/2009-9 (com 1 volume e 1 anexo).

2. Grupo II - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Edmundo Fernandes de Carvalho Filho, CPF 130.300.271-04; EMSA - Empresa Sul Americana de Montagens S.A., CNPJ 17.393.547/0001-05.

4. Unidade: Município de Uruaçu/GO.

5. Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade técnica: Secex/GO.

8. Advogados constituídos nos autos: Aladir Arantes de Carvalho Dias, OAB/GO 27.686; Fernando Omar Balsanulfo, OAB/BO 19.452; José Rinaldo Vieira Ramos, OAB/GO 3.297; Marcelo Luiz de Souza, OAB/GO 29.786; Marcus Vinícius Labre Lemos de Freitas, OAB/GO 14.282; Paulo Anízio Serravalle Ruguê, OAB/GO 15.332; Rodrigo Fleury Ferreira da Silva, OAB/GO 24.840.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da aprovação parcial da prestação de contas do Convênio 699/1997, Siafi 344554, celebrado entre o então Ministério do Planejamento e Orçamento, por intermédio da Secretaria Nacional de Políticas Regionais - Sepre, e a Prefeitura Municipal de Uruaçu/GO, tendo por objeto a execução, na referida municipalidade, de obras de infraestrutura e contenção de encostas, conforme Planos de Trabalho aprovados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 8º, *caput*, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 169, inciso II, 197, *caput*, e 212 do Regimento Interno, determinar o arquivamento das presentes contas, sem julgamento de mérito, tendo em vista a ausência de pressuposto de sua constituição;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão, bem como das peças que o fundamentam, ao Ministério da Integração Nacional, ao Sr. Edmundo Fernandes de Carvalho Filho, à Emsa - Empresa Sul Americana de Montagens S.A. e à Prefeitura Municipal de Uruaçu/GO.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1158-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1159/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-006.162/2003-0.

1.1. Apensos: 009.464/2002-7; 004.014/2004-7; 011.001/2003-0

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Relatório de levantamento de auditoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

3.2. Responsáveis: Alexandre Silveira de Oliveira (CPF 790.224.996-34); Alexsander Menezes Mendes (CPF 580.761.583-20); Antonio Machado Bastos (CPF 008.615.707-82); Cepel Construções Estudos e Projetos de Engenharia Ltda. (CNPJ 04.034.005/0001-96); Construmil Construtora e Terrap. Ltda. (CNPJ 00.635.771/0001-55); Construtora Ideal Ltda. (CNPJ 01.688.755/0001-93); Eduardo de Souza Costa (CPF 426.024.246-68); Emanoel Messias França (CPF 132.179.501-78); Francisco Augusto Pereira Desideri (CPF 310.929.347-15); Hideraldo Luiz Caron (CPF 323.497.930-87); Hugo Sternick (CPF 296.677.716-87); Jailson Barbosa de Souza (CPF 634.443.722-72); Jorge Ney Viana Macedo das Neves (CPF 969.804.868-53); Jose Humberto do Prado Silva (CPF 605.324.248-91); Joselito José da Nóbrega (CPF 439.495.334-00); José Henrique Coelho Sadok de Sá (CPF 160.199.387-00); José Ribamar da Cruz Oliveira (CPF 076.076.283-04); João Bosco de Medeiros (CPF 131.933.174-20); Lourival da Silva Nolasco (CPF 461.535.002-34); Luiz Francisco Silva Marcos (CPF 269.130.547-34); Luziel Reginaldo de Souza (CPF 337.077.317-15); Maria de Nazaré Fonseca de Aguiar (CPF 051.631.022-49); Mariselva Alves Bandeira (CPF 079.075.672-20); Miguel Dario Ardissone Nunes (CPF 178.613.227-34); Rosimar Gomes de Moura (CPF 434.258.362-34); Sérgio Yoshio Nakamura (CPF 004.641.628-58); Wildjan da Fonseca Magno (CPF 002.902.891-49).

4. Unidades: Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Acre - Deracre; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Obras 2 (Secob-2).

8. Advogados constituídos nos autos: José Roberto Figueiredo Santoro (OAB/DF 5.008); Pedro Raphael Campos Fonseca (OAB/DF 13.836); Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (OAB/DF 26.966); José Pinheiro de Souza Sobreira (OAB/DF 25.065); Lucivalter Expedito da Silva (OAB/MG 91.079); Júlio César Soares de Souza (OAB/MG 107.255); Elisa Lima Alonso (OAB/DF 18.483); Douglas Fernandes de Moura (OAB/DF 24.625); Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF 20.327); Silvana Aparecida Alves Borges Batista (OAB/MG 95.432); Érico Joaquim da Silva Júnior (OAB/DF 23.529); José Clemente de Araújo Neto (OAB/MG 72.523-B).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de levantamento de auditoria nas obras de construção de trechos rodoviários da BR-364, no Estado do Acre, trecho Sena Madureira - Rio Liberdade,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Alexandre Silveira de Oliveira;

9.2. determinar, fundamento no art. 43, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c art. 250, inciso IV, do Regimento Interno, a audiência do Sr. Sérgio Yoshio Nakamura, então Diretor-Geral do Deracre para que, no prazo de quinze dias, a contar da ciência, apresente razões de justificativa pelo descumprimento dos subitens 9.2.1, 9.2.2 e 9.2.3 do Acórdão 1.923/2003 - Plenário, a saber:

"9.2.1. relativamente à ocorrência de defeitos na pista da BR-364/AC executados pelas empresas Ideal, Cepel e Construmil, certifique-se, antes de aceitar definitivamente as obras, de que as medidas retificadoras tecnicamente recomendáveis tenham sido integralmente executadas pelas empresas contratadas;"

"9.2.2. durante cinco anos, contados a partir do recebimento das obras, efetue inspeções anuais nos trechos de rodovia executados pelas empresas contratadas, e exija a imediata adoção de medidas retificadoras caso novos defeitos voltem a ocorrer na rodovia;"

"9.2.3. antes do recebimento definitivo das obras, proceda à detalhada inspeção nos trechos rodoviários executados pelas empresas contratadas, informando à Secretaria de Controle Externo desta Corte no Estado do Acre sobre a data prevista para realização da mesma, atentando especialmente para falhas objeto de determinações no Acórdão 1375/2002 - Plenário - TCU, (subitem 8.4.1), encaminhando a esta Corte seu parecer final sobre cada uma das falhas observadas;"

9.3. determinar ao Departamento de Estradas e Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre - Deracre, que apresente a este Tribunal, no prazo de quinze dias:

9.3.1. as medições, ordens bancárias e notas fiscais referentes ao contrato 4.03.034A, capazes de comprovar a retenção dos valores nesse contrato conforme determinado no subitem 9.1.4 do Acórdão 2.017/2004, com o intuito de providenciar a repactuação do custo unitário do serviço 'base de solo melhorado com cimento em usina (4%)' do contrato 204/00, determinada pelo subitem 9.1.3 do mesmo acórdão;

9.3.2. relatório detalhado com os reparos executados e serviços reassumidos pelo Deracre, no âmbito dos contratos 202-A/00 e 202-B/00, com respectivo *as built* das intervenções realizadas na rodovia, identificadas por estaca do trecho questionado, bem como informações sobre o valor efetivamente retido, o valor da desmobilização e o valor das garantias desses contratos;

9.3.3. as medições acumuladas finais dos contratos posteriores à rescisão dos contratos 202-A/00 e 202-B/00, efetuados nos trechos onde o objeto coincida com o dessas avenças;

9.4. reiterar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit as determinações constantes dos subitens 9.2.1.1 e 9.2.1.2 do Acórdão 1.678/2004 - Plenário, de forma a que, nos termos do referido acórdão:

9.4.1. promova, em 60 (sessenta) dias, a execução e apresentação junto a este Tribunal dos projetos de desapropriação atinentes aos trechos da BR-364/AC atingidos pelos contratos 202-A/00, 202-B/00, 204/00, 4.02.127A/2002, 4.02.127B/2002, 4.02.127C/2002 e 4.03.043A/2003, em conformidade com as normas EB-102 e IS-219, ambas do Dnit, visando identificar a realidade dominial dos imóveis atingidos pelo empreendimento, qual seja, BR-364, trecho Sena Madureira/AC- Cruzeiro do Sul/AC;

9.4.2. atente, quando da elaboração de futuros projetos básicos atinentes à BR-364/AC, trecho Sena Madureira/AC - Cruzeiro do Sul/AC, para a execução dos correspondentes Projetos de Desapropriação, visando a atender ao disposto no art. 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal de 1988, observando suas normas internas para elaboração de projetos rodoviários, mormente as EB-102 e IS-219;

9.5. determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que informe a este Tribunal, no prazo de sessenta dias, as providências efetivamente tomadas com vistas à regularização fundiária dos trechos da BR-364/AC atingidos pelos contratos 202-A/00, 202-B/00, 204/00, 4.02.127A/2002, 4.02.127B/2002, 4.02.127C/2002 e 4.03.043A/2003 e a real situação atual cartorária dos respectivos imóveis em relação à faixa de domínio da rodovia, haja vista o tempo decorrido desde a expedição, por este Tribunal, das determinações constantes dos subitens 9.2.1.1 e 9.2.1.2 do Acórdão 1.678/2004 - Plenário;

9.6. restituir este processo à Secob-2, para a adoção das providências necessárias, determinando-se àquela secretaria que:

9.6.1 ao realizar nova instrução dos autos, manifeste-se expressamente sobre o exame das razões de justificativa apresentadas para a audiência determinada pelos subitens 9.1.1 e 9.1.2 do Acórdão 1.678/2004 - Plenário, ofertando, também quanto a essa, proposta de mérito ao Tribunal, haja vista se encontrar pendente de exame neste processo;

9.6.2. remeta ao responsável de que trata o subitem 9.2 deste acórdão, cópia dos correspondentes itens do relatório capazes de subsidiar sua manifestação.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1159-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1160/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.637/2003-1.

2. Grupo: II - Classe de assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Interessados: Ewerton Negri Pinheiro (CPF 189.824.847-87), José da Silva Oliveira (CPF 273.971.813-68).

4. Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional no Estado do Piauí - Senai/PI.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/PI.

8. Advogados constituídos nos autos: Cássio Augusto Muniz Borges (OAB/RJ 91.152, OAB/DF 20.016-A), Elizabeth Homsi (OAB/RJ 37.313, OAB/DF 20467-A), José Augusto Seabra Monteiro Vianna (OAB/RJ 59.621), Christina Aires Correa Lima (OAB/DF 11.873), Francisco de Paula Filho (OAB/DF 7.530), Mirian de Fatima Lavocat de Queiroz (OAB/DF 19.524), Raul Caldas (OAB/DF 20.894), Rodrigo Simões Frejat (OAB/DF 8.626), Sylvia Lorena Teixeira de Sousa (OAB/DF 11.724), Alexandre Salles Steil (OAB/SC 9.182), Catarina Barros de Aguiar Araújo (OAB/DF 20.526), Daniela Allam Giacomet (OAB/DF 14.740), Márcio Bruno Sousa Elias (OAB/DF 12.533), Sidney Ferreira Batalha (OAB/DF 11.016), Fabiola Pasini (OAB/MT 5.033), Carlos Manuel de Azevedo Pessoa da Silva (OAB/RJ 23.219), Fabio Giusto Morolli (OAB/RJ 40.656), Leonardo Greco (OAB/RJ 21.557), Maria de Lourdes Franco de Alencar Sampaio (OAB/RJ 50.660), Maria Luiza Werneck dos Santos (OAB/RJ 19.258), Gustavo do Amaral Martins (OAB/RJ 72.167), Viviane Coser Vianna (OAB/RJ 83.383), Glauco Silva Menezes (OAB/RJ 88.739), Sérgio Murilo Santos Campinho (OAB/RJ 55.174), Walter Costa Porto (OAB/DF 1.495-A), Antônio Perilo Teixeira Netto (OAB/DF 21.359), Henrique Araújo Costa (OAB/DF 21.989).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelos Srs. José da Silva Oliveira e Ewerton Negri Pinheiro ao Acórdão 3163/2010 - TCU - Plenário, prolatado em processo de prestação de contas do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional no Estado do Piauí - Senai/PI, relativa ao exercício de 2002, que julgou irregulares as contas dos embargantes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos embargos de declaração opostos pelo Sr. José da Silva Oliveira (CPF 273.971.813-68);

9.2. conhecer dos embargos de declaração apresentados pelo Sr. Ewerton Negri Pinheiro (CPF 189.824.847-87), com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los, conferindo aos itens 9.1 e 9.9 do Acórdão 3163/2010- Plenário a seguinte redação:

"9.1. julgar irregulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 2º e 214, inciso III, do Regimento Interno, as contas do Srs. Ewerton Negri Pinheiro, Antônio José de Moraes Souza, José Maria Oliveira Linhares e José da Silva Oliveira";

"9.9. encaminhar cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Piauí, para o ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis, nos termos do art. 209, § 6º, do Regimento Interno do TCU";

9.3. encaminhar o processo à Serur para análise de admissibilidade do recurso de reconsideração apresentado pelo Sr. Antônio José de Moraes Souza (Anexo 5), bem como da regularidade do pagamento da multa efetuado pelo Sr. José Maria Oliveira Linhares (fls. 616/617); e

9.4. dar ciência desta deliberação aos embargantes, aos responsáveis e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, Departamento Regional no Estado do Piauí - Senai/PI.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1160-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1161/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-015.044/2009-5

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Responsáveis: não há.

4. Unidade: Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins - Dertins.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secex/TO.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação oriunda do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO, relativa ao Acórdão 297/2009-TCE/TO-Pleno, que considerou ilegais as apostilas relativas aos reajustamentos de preços das 1ª, 6ª a 9ª, 16ª a 17ª e 19ª medições do Contrato 23/2002, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins - Dertins e a empresa Via Dragados S.A., atual Via Engenharia S.A.,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos do art. 237, inciso IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. determinar, nos termos do art. 250, inciso II, c/c o art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, que inclua, na tomada de contas especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 23/2011- TCU - Plenário, a apuração das responsabilidades relativas:

9.2.1. aos danos gerados pelos reajustamentos de preços do Contrato 23/2002, celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Tocantins - Dertins e a empresa Via Dragados S.A. (atual Via Engenharia S.A.), tratados no presente processo (TC-015.044/2009-5);

9.2.2. à ausência de justificativas circunstanciadas acerca do retardamento para o início da obra, como exige o parágrafo único do art. 8º da Lei 8.666/1993, considerando o lapso temporal entre a contratação (31/1/2002) e a emissão da ordem de serviço (2/5/2005), o que tornava indispensável justificar os motivos para o atraso, assim como a oportunidade e conveniência de manter o contrato, demonstrando-se a compatibilidade dos preços unitários contratados com os praticados pelo mercado à época do efetivo início dos serviços, de forma a afastar a possibilidade de rescindir o contrato e promover uma nova licitação;

9.3. encaminhar cópia do TC-015.044/2009-5, bem como deste acórdão e das peças que o fundamentam, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit;

9.4. encaminhar cópia deste acórdão e das peças que o fundamentam, ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins - TCE/TO, e

9.5. apensar estes autos ao TC-011.547/2008-8.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1161-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1162/2011 - TCU - Plenário

1. Processo n. TC-006.646/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VII - Solicitação.

3. Interessado: Ministro de Estado do Trabalho e Emprego.

4. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: 5ª Secex.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação encaminhada pelo Ministro de Estado do Trabalho e do Emprego, Sr. Ministro Carlos Lupi, por meio do Aviso n. 103/2011/GM/MTE, datado de 11/03/2011, no sentido de que esta Corte de Contas prorrogue o prazo para entrega ao TCU dos Relatórios de Gestão e dos Processos de Contas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e do Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (Funproger), relativos ao exercício de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por encontrar amparo no art. 7º da IN/TCU n. 63/2010;

9.2. deferir, em caráter excepcional, o pedido de alteração dos prazos máximos para envio dos seguintes documentos relativos ao exercício de 2010: Relatórios de Gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT e do Fundo de Aval para a Geração do Emprego e Renda - Funproger, para 31/05/2011; Processo de Contas do FAT, para 30/09/2011;

9.3. determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que faça referência à presente Deliberação, quando do envio ao TCU dos aludidos documentos;

9.4. informar ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE que o pedido de alteração das datas relacionadas à Secretaria Federal de Controle - SFC deve ser formulado diretamente àquele órgão de controle interno, haja vista a modificação pretendida incidir sobre ato normativo de sua competência;

9.5. dar ciência do presente acórdão ao Sr. Ministro do Estado do Trabalho e Emprego e à Secretaria Federal de Controle da Controladoria Geral da União - SFC/CGU;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1162-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1163/2011 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.391/2010-2

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Monitoramento

3. Interessado: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

4. Entidade: Superintendência Regional do Amapá do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR(21)AP)

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade: Secex-AP

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes a monitoramento de determinações exaradas por meio do Acórdão TCU nº 1838/2010 - Plenário, que apreciou prestação de contas relativa ao exercício de 2008 da Superintendência Regional do Amapá do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (SR(21)AP).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar à Secex-AP que realize imediatamente trabalhos de campo na SR(21)AP, no âmbito dos presentes autos, para verificar os efeitos das medidas reportadas pelo gestor nos seguintes processos de trabalho, especificamente no quarto trimestre de 2010:

9.1.1. concessão de diárias com deslocamentos que incluam finais de semana ou feriados, em especial se está sendo atendida a Norma de Execução Incra nº 30/2002 conjuntamente com o Decreto nº 5.992/2006;

9.1.2. execução de despesas de suprimento de fundos, especialmente no que toca à utilização do cartão de pagamento do governo federal;

9.1.3. acompanhamento das transferências voluntárias, no que diz respeito à concessão, à fiscalização, ao acompanhamento da execução do objeto e à análise das prestações de contas;

9.1.4. contratações por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

9.1.5. os mencionados nos subitens 9.3.2. e 9.3.3. do Acórdão TCU nº 1838/2010 - Plenário;

9.2. determinar à Secex-AP que verifique, no âmbito do trabalho de campo mencionado no subitem 9.1. supra, se a SR(21)AP utiliza o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), conforme determina o art. 12-A do Decreto nº 5.992/2006;

9.3. determinar à Secex-AP que considere o resultado do referido trabalho de campo na análise da prestação de contas referente ao exercício de 2010 da SR(21)AP.

9.4. determinar à 8ª Secex que verifique se o Incra, em nível nacional, está utilizando o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens (SCDP), bem como avalie a forma como o Incra-sede assumiu as atribuições de fiscalização dos convênios relacionados à regularização fundiária na Amazônia Legal, a exemplo dos convênios Siafi nºs 596375 e 639991.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1163-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo nº TC-004.019/2005-1, cujo relator é o Ministro Valmir Campelo, o Dr. Carlos Henrique Almeida Custódio não compareceu para produzir sustentação oral que havia requerido.

Na apreciação dos processos nºs TC-029.736/2008-5, TC-030.209/2008-3 e TC-030.275/2008-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro, o Dr. Rafaelo Abritta, Advogado da União, produziu sustentação oral em nome da União e suscitou duas preliminares. Na primeira, pleiteou a perda de objeto do recurso interposto, bem como do próprio processo, em face da decisão do Governo de retirar o trecho de rodovia tratado no processo TC-030.275/2008-9 do Programa Nacional de Desestatização. O Relator, por não ter recebido notificação oficial dessa decisão, resolveu excluir o mencionado processo de pauta. A segunda preliminar, postulada como prejudicial, foi submetida à votação e rejeitada pelo Plenário, decidindo-se pela continuidade do exame dos processos na fase recursal em que se encontram, para, posteriormente, ser dado ensejo à análise dos documentos novos juntados aos autos.

Na apreciação do processo nº TC-016.436/2006-5, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, o Dr. Luís Justiniano de Arantes Fernandes produziu sustentação oral em nome do Sr. Luiz Fernando Villares e Silva.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-004.019/2005-1 (Ata nº 7/2011) e o Tribunal aprovou por unanimidade o Acórdão nº 1124.

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 119 do Regimento Interno, foi suspensa a votação do processo nº TC-011.987/2005-0, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro e o 1º revisor, o Ministro José Jorge, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Augusto Nardes). Já votaram o relator e o 1º revisor, que apresentou proposta divergente. O relatório e votos proferidos bem como as minutas de Acórdão apresentadas constam do Anexo V desta Ata.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, os processos nºs:

TC-014.508/2007-5 e TC-030.275/2008-9, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro.

TC-032.392/2010-9, cujo relator é o Ministro José Jorge.

TC-018.364/2008-0, TC-005.632/2011-0 e TC-004.871/2010-3, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS ORIUNDOS DE SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE CARÁTER RESERVADO

Fazem parte desta Ata, ante o disposto no parágrafo único do artigo 133 do Regimento Interno, os acórdãos nºs 1166, 1168 e 1173, a seguir transcritos, proferidos na Sessão Extraordinária de Caráter Reservado realizada nesta data.

Os acórdãos nºs 1168 e 1173 constam também do Anexo IV desta Ata, juntamente com os relatórios e votos em que se fundamentaram.

RELAÇÃO Nº 18/2011 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1166/2011 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de denúncia, por meio da qual foram noticiadas a este Tribunal possíveis irregularidades na aplicação de recursos orçamentários do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3ª Região - Creci/RS, mais especificamente a realização de despesas em atividades não previstas nas competências institucionais da Entidade.

Considerando que a presente denúncia preenche os requisitos estabelecidos pelo RI/TCU, pelo que deve ser conhecida.

Considerando que foram promovidas audiências dos responsáveis pelas possíveis falhas, conforme identificadas na análise inicial da unidade técnica.

Considerando que, conforme instrução de fls. 100 a 109 dos autos, as razões de justificativas apresentadas pelos responsáveis lograram justificar, integral ou parcialmente, a maioria das falhas, ou demonstrar que aquelas não justificadas não produziram danos à entidade pelo que podem ser consideradas formais;

Considerando que, na ausência de dano ou de falhas graves, a expedição das determinações e alertas tendentes a evitar a ocorrência de novas falhas das espécies analisadas no futuro é tipo por suficiente por esta Corte para sanear os autos.

Considerando que a Unidade Técnica propõe, uniformemente, seja a presente denúncia considerada parcialmente procedente, sejam expedidas determinações e alertas ao Creci/RS objetivando evitar novas ocorrências das falhas observadas no futuro, e a adoção de outras providências processuais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente, sem prejuízo de fazer as determinações abaixo.

1. Processo TC-023.555/2010-6 (DENÚNCIA)

1.1. Responsáveis: Flávio Koch (CPF 066.512.320-53); Luiz Fernando da Silva Monteiro (CPF 801.687.790-72); Cléber da Costa Santos (CPF 686.364.580-72); Jean Maurice de Oliveira (CPF 000.686.350-79)

1.2. Interessado: Identidade preservada

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 3a Região (Creci/RS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS(SECEX-RS)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1 determinar ao Creci/RS que observe a legislação incidente sobre a realização das ações educativas do Programa de Aperfeiçoamento para Corretores de Imóveis e Funcionários (Pacif), restringindo a participação no programa aos profissionais que lhe são vinculados e aos seus funcionários, e analise a possibilidade de regulamentar, ao menos, os procedimentos administrativos necessários:

1.6.1.2 à prospecção e criação de novas ações educativas de interesse dos profissionais inscritos e dos funcionários do conselho;

1.6.1.2. à divulgação das ações educativas entre os profissionais inscritos e os funcionários;

1.6.1.3. aos requisitos e procedimentos de inscrição nas ações educativas;

1.6.1.4. ao recebimento e controle das receitas arrecadadas com as ações educativas; e

1.6.1.5. à contratação de educadores (professores, instrutores, palestrantes etc.), considerando a suficiente motivação dos atos, a escolha da modalidade licitatória, a formalização das contratações em processo próprio, a publicidade dos processos de contratação, a impessoalidade que deve nortear a escolha dos contratados, as pesquisas e justificativas atinentes ao preço da contratação, e demais exigências da legislação que rege a matéria, em especial a Lei 8666/93;

1.6.2. Alertar ao Creci/RS quanto às seguintes impropriedades constatadas nos autos:

1.6.2.1. realização de despesas sem prévio empenho, em desacordo com o art. 60, caput, da Lei nº 4.320/64;

1.6.2.2. ausência de registro dos motivos, em documentos de despesas, quanto ao pagamento de diárias e passagens aéreas a conselheiros federais, com recursos próprios do conselho regional, deixando de observar o princípio da motivação, com exposição em diversos princípios e dispositivos da atual Carta Magna, a exemplo do art. 1º, caput e inciso II, bem como art. 93, inciso X, da CF/88;

1.6.2.3. extensão de cursos a outros profissionais, desatendendo a finalidade pública restrita que deve reger o objeto social da Entidade, deixando de observar o princípio da finalidade, insculpido no art. 37, caput, da CF/88;

1.6.2.4. ausência de pesquisa e/ou justificativa de preços na contratação de educadores e palestrantes, com ausência de formalização de processo específico, nos casos de dispensa, inclusive naquelas dispensáveis pelo valor, ou inexigibilidade por licitação, desatendendo jurisprudência desta Corte de Contas, a exemplo do constante nos Acórdãos nos 1.705/2003-Plenário (subitem 9.5.6), 1.945/2006-Plenário e 3.008/2006-Segunda Câmara;

1.6.2.5. contratação por inexigibilidade de licitação, sem comprovação de inviabilidade de competição concernente à notória especialização ou singularidade do serviço prestado, descumprindo com o consignado no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e art. 37,inciso XXI, da CF/88;

1.6.2.6. ausência de justificativa quanto ao preço pago, bem como da presença simultânea de três requisitos, na contratação de serviços técnicos por inexigibilidade de licitação, como o de palestrantes e instrutores de cursos e fóruns realizados, a saber: serviço técnico especializado, nos termos do art. 13 da Lei nº 8.666/93, natureza singular do serviço e notória especialização do contratado, não atentando para o consignado no art. 26, parágrafo único, inciso III, da referida Lei e nas Súmulas TCU 39 e 252;

1.7. Encaminhar cópia desta deliberação ao Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci), para as providências que entender cabíveis;

1.8. Autorizar a Secex/RS a autuar processo de monitoramento das determinações;

1.9. Suspender o sigilo do presente processo quanto à matéria, mas mantê-lo quanto à identidade do denunciante;

1.10. arquivar os presentes autos.

Ata n° 15/2011 - Plenário

Data da Sessão: 4/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 1168/2011 - TCU - Plenário

1. Processo TC-014.299/2007-3

1.1. Apenso TC-018.678/2008-1

2. Grupo: II - Classe: II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Congresso Nacional.

4. Unidade: Município de Maués/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo - AM (Secex/AM).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento, decorrente de julgamento de denúncia relacionada a possíveis irregularidades que teriam ocorrido na execução dos Convênios 213/2002 e 1014/2004 celebrados entre a Funasa e a Prefeitura Municipal de Maués/AM, o qual passou a ter *status* de Solicitação do Congresso Nacional, por força do disposto no Acórdão 112/2009-TCU- Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. alertar o Município de Maués/AM a abster-se de realizar pagamento antecipado, em face do que estabelece o artigo 62 da Lei 4.320/64, admitindo-se, contudo, em caráter excepcional, mediante as indispensáveis cautelas ou garantias, o pagamento de parcela contratual, nas hipóteses previstas no artigo 38 do Decreto 93.872/86;

9.2. levantar a chancela de sigilo que recai sobre a matéria versada nestes autos;

9.3. dar conhecimento desta deliberação, acompanhada das peças que a fundamentam:

9.3.1. à Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados;

9.3.2. ao denunciante;

9.3.3. à Procuradora da República Marina Selos Ferreira em razão do Ofício 516/2008/4º OFCIVEL/PR/AM, de 1º de julho de 2008, constante do TC-018.678/2008-1; e

9.3.4. ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para as providências que julgar cabíveis à espécie; e

9.4. arquivar o processo.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1168-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1173/2011 - TCU - Plenário

1.Processo: TC- 019.536/2010-0 (com 1 anexo) - SIGILOSO.

2.Grupo II - Classe VII - Denúncia.

3.Interessado: Identidade preservada (art. 55, § 1º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 127 da Resolução TCU nº 191/2006).

4.Entidade: Caixa Econômica Federal.

5.Relator: Ministro Valmir Campelo.

6.Representante do Ministério Público: não atuou

7.Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA .

8.Advogado(s) constituído(s) nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de denúncia, com solicitação de medida cautelar, compreendendo possível irregularidade praticada pela Caixa Econômica Federal, em face da terceirização de serviços advocatícios inerentes a categoria funcional abrangida pelo plano de cargos da entidade, com suposto prejuízo aos candidatos aprovados em concurso público para formação de cadastro reserva visando à futura ocupação do cargo de advogado da Caixa.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 1º, inciso XVI, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 234, 235 e 236 do Regimento Interno/TCU, em:

9.1.conhecer da presente denúncia, uma vez que ela preenche os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno/TCU;

9.2. considerar, no mérito, a denúncia improcedente, negando, em consequência, a medida cautelar requerida;

9.3. determinar o cancelamento do sigilo que recai sobre os autos, em face do disposto no art. 128 da Resolução-TCU nº 191/2006;

9.4. determinar o arquivamento do presente processo;

9.5. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao denunciante e à Caixa Econômica Federal.

10. Ata n° 15/2011 - Plenário.

11. Data da Sessão: 4/5/2011 - Extraordinária de Caráter Reservado.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1173-15/11-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (Presidente), Valmir Campelo (Relator), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ENCERRAMENTO

Às 17 horas e 6 minutos, a Presidência convocou Sessão Extraordinária de Caráter Reservado para ser realizada a seguir e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 10 de maio de 2011

BENJAMIN ZYMLER
Presidente

1ª CÂMARA

ATA Nº 14, DE 3 DE MAIO DE 2011
(Sessão Ordinária da Primeira Câmara)

Presidência do Ministro Valmir Campelo

Representante do Ministério Público: Dr. Paulo Soares Bugarin

Secretário da Sessão: AUFC Francisco Costa de Almeida

Com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar, José Múcio Monteiro, do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, bem como do Representante do Ministério Público, Dr. Paulo Soares Bugarin, o Presidente da Primeira Câmara, Ministro Valmir Campelo, invocando a proteção de Deus, declarou aberta a Sessão Ordinária da Primeira Câmara às quinze horas, havendo registrado a ausência do Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, por estar substituindo Ministro integrante da Segunda Câmara (Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, artigos 12, § 2º, 33, 55, incisos I, alíneas a e b, II, alíneas a e b e III, 133, incisos I a IV, VI e VII, 134 a 136 e 140).

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata nº 13, da Sessão Ordinária realizada em 26 de abril de 2011, de acordo com os artigos 33, inciso X e 95, inciso I, do Regimento Interno.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

O Anexo desta Ata, de acordo com a Resolução TCU n° 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS RELACIONADOS

A Primeira Câmara aprovou as Relações de processos organizadas pelos respectivos Relatores, bem como os Acórdãos de n°s 2579 a 2680, conforme Pauta n° 14/2011, a seguir transcritos (Regimento Interno, artigos 137, 138, 140 e 143, e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

a) Ministro Valmir Campelo (Relação nº 11):

ACÓRDÃO Nº 2579/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-002.887/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Abdon Lopes de Meneses (084.983.931-91); Adelmo Scotti (243.526.400-34); Aecio Ribeiro Fidelis (081.553.565-15); Afonsino Alves (076.586.641-20); Ailton Mariano da Silva (346.757.107-78); Alfredo de Oliveira (570.474.648-91); Antonio Augusto de Mesquita Neto (029.950.777-72); Antonio Joaquim de Oliveira (114.381.001-59); Armando Henrique Gross de Araujo (046.258.381-34); Augusto Ribeiro (096.765.971-04); Carlos Eduardo Reginato Se (033.377.231-87); Carlos Jose Bruno da Motta (064.944.637-20); Carlos Pereira da Silva (067.755.941-00); Carlos Roberto Soares das Neves (066.098.994-87); Cleone de Paula Barbosa (095.950.231-91); Constancio Silva de Sousa (097.943.601-04); Edmilson Pinheiro Martins (151.650.861-00); Elcior Ferreira de Santana Filho (445.181.378-68); Elisa Maria de Mello Rosa (153.137.781-53); Emilio Façanha Mamede Neto (098.433.101-87); Evandro Noleto Bezerra (055.298.751-49); Fabio Inacio da Cunha (098.123.261-20); Flavio Maia Fernandes dos Santos (266.587.047-91); Francisco Carvalho Martins (054.453.021-72); Francisco Jose Farias Esteves (102.944.653-91); Germano Paiva dos Santos (088.954.651-72); Hamilton Leite Cavalcante (145.037.191-49); João Cardoso da Silva (114.682.541-20); João Urbano da Costa (295.349.846-04); Jorge dos Santos Mendes (398.129.447-53); Jose Alexandre da Costa (279.570.396-34); Jose Fragoso da Silva (001.451.061-87); Jose Wolney Macedo de Sant Ana (053.411.405-91); Julio Carlos de Carvalho (066.208.091-20); Julio Cesar Correa Caldas (059.998.631-04)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2580/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; e art. 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria do Sr. Mario Antonio Blum, por inépcia, sem prejuízo da seguinte determinação, e considerar legais para fins de registros, os demais atos constantes deste processo com a ressalva de que as impropriedades constatadas nos atos de Almir Francisco Dupré; Antonio Chehuan; Carlos Alberto Flores da Silva; Cely Gesteira Machado; Jose Alberto Nogueira; José Maria Souza de Carvalho; Luiz Fructuoso Correa, não mais subsistem, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.906/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Achilles Machado Filho (028.734.867-91); Ada Maria Gedeon de Menezes (602.043.707-87); Almir Francisco Dupré (021.303.357-72); Amalia de Senna (102.425.541-72); Antonio Chehuan (017.075.318-20); Antonio Roberto Coelho de Melo (352.423.297-34); Carlos Alberto Flores da Silva (020.265.387-00); Cely Gesteira Machado (245.579.787-20); Claudio Lafayette Pinto (009.287.557-20); Cristiana Reinert (813.698.837-49); Daise Mery da Silva (219.556.977-87); Elizabeth da Conceição de Araujo (593.011.207-04); Elody Ferreira Cordeiro (178.715.577-34); Elza Sueli Barbosa Confalonieri (185.245.247-15); Jorge Baptista da Veiga (219.766.947-87); Jose Alberto Nogueira (040.231.457-34); Jose Felipe Cruz (244.640.407-30); José Maria Souza de Carvalho (161.280.017-34); Leonel Araujo de Albuquerque (035.404.647-00); Lucia Odila Debernardi de Sousa (030.006.727-53); Luciana Gomes Santos (011.112.777-70); Luciula Candeias Costa Barros de Sá Freire (485.130.407-20); Luiz Fructuoso Correa (030.281.277-68); Luiz de Oliveira Calheiros (236.197.757-53); Maria Gledira Soares de Oliveira (504.130.827-68); Maria Guiomar Campos Magnago (344.620.407-59); Maria Vargas Gomes (776.685.027-34); Mario Antonio Blum (080.207.799-49); Marlene Medronho Bassili (533.611.727-72); Nelson Pastor da Costa (032.536.787-68); Paulo Cesar das Neves Bruno (400.577.397-49); Paulo Cezar Portugal Muniz (027.860.447-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinação:

1.5.1. à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro que, em virtude de divergências de informações entre o tempo de serviço indicado e o somatório dos períodos discriminados no campo "discriminação dos tempos de serviço e averbações", encaminhe, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, o encaminhamento, por intermédio do Sistema Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, de novo ato de aposentadoria do Sr. Mario Antonio Blum, devidamente corrigido, para apreciação por este Tribunal, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2581/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992; e art. 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

1. considerar prejudicada a apreciação do mérito do ato de concessão de aposentadoria da Sra. Sueli Trajano Gandra, por inépcia, sem prejuízo da seguinte determinação;

2. considerar legal para fins de registro o ato de aposentadoria do Sr. Pedro Dias de Araújo, com a ressalva de que as parcelas decorrentes de sentenças judiciais não mais persistem; e

3. considerar legais para fins de registros os demais atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.942/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Maria Zenaide Bezerra (376.204.872-04); Maria Zilda de Lima Ponciano (017.980.652-15); Marlene da Silva Nunes (052.601.672-87); Miraci Silva de Souza (112.390.182-15); Pedro Dias de Araujo Filho (047.580.212-87); Raimunda de Souza Macedo (015.245.182-04); Raimundo Garcia de Figueiredo (063.960.462-53); Ruth Monteiro Ayres (564.162.452-72); Severiano Braga de Moraes (017.659.222-91); Sonia Maria Pinheiro Almeida (197.974.513-72); Sueli Trajano Gandra (112.344.902-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinação:

1.5. Determinação:

1.5.1. à Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Roraima que, em virtude de divergências de informações de tempo de serviço, encaminhe, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, o encaminhamento, por intermédio do Sistema Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, de novo ato de aposentadoria da Sra. Sueli Trajano Gandra, devidamente corrigido, para apreciação por este Tribunal, sob pena de aplicação das sanções previstas no art. 6º da IN TCU 55/2007.

ACÓRDÃO Nº 2582/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.481/2011-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alethéia Oliveira Rocha (063.162.866-51); Michelle Diniz Mendes (014.960.891-89)

1.2. Órgão/Entidade: Supremo Tribunal Federal - STF

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal(SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2583/2011 - TCU - 1ª Câmara

Vistos, relacionados e discutidos estes autos de tomada de contas consolidada da Superintendência Regional da Receita Federal da 7ª Região Fiscal, relativa ao exercício de 2006.

Considerando que o Sr. Mauricio Taveira e Silva ingressa com uma peça nominada de Recurso contra o Acórdão nº 5583/2010, no entanto, recebida como Recurso de Reconsideração, nos termos do art. 32. inciso I, da Lei nº 8.443/92;

Considerando que o recorrente alega que embora suas contas tenham sido julgadas regulares com quitação plena, requer a exclusão do seu nome do rol de responsáveis do presente processo, uma vez que foi exonerado do cargo de Superintendente Adjunto da Receita Federal na 7ª Região Fiscal em 3.3.2003;

Considerando que na manifestação do titular da Secex/RJ e no referido acórdão, foi verificado o acréscimo de 23(vinte e três) novos nomes de responsáveis, dentre os quais se encontra o ora recorrente, que não constavam originalmente da análise inicial (fls. 177-178 v.p.), e para os quais não há identificação de responsabilidades e respectivo período de gestão, conforme determina o art. 11, incisos II e III da IN/TCU nº 57/2008 (vigente à época);

Considerando a ausência de interesse recursal do recorrente, uma vez que a decisão ora recorrida não impingiu qualquer sucumbência, sanção ou prejuízo ao recorrente;

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU à proposta da Serur, pelo não conhecimento do Recurso de Reconsideração, ante a ausência de interesse recursal, bem como retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 5583/2010 - Primeira Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, IV, letra "b", do Regimento Interno/TCU ante as razões expostas pelo Relator, em:

1. não conhecer do recurso de reconsideração, ante a ausência de interesse recursal;

2.autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão nº 5583/2010-TCU-1ª Câmara, Sessão de 14.9.2010 - Relação nº 32/2010, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, para fins de correção de erro material, excluindo os seguintes nomes do rol de responsáveis: Albanete Fernandes Suassuna (831.199.901-59); Ana Eliza Nunes da Silva (541.818.607-87); Andiara Bernardes Seabra (436.187.747-53); Augusto Cesar Cardoso (788.669.447-34); Carlos Alberto Freitas Barreto (061.482.805-82); Edelmir Lima Passos (145.047.231-15); Eleta Cordero Pivotto (296.958.211-20); Flavia Panetti Santos (336.866.887-00); Francisco Otavio Florido Cardoso (419.236.007-10); Isabel do Espírito Santo Serrão (487.150.857-91); Jorge Antonio Deher Rachid (637.985.907-10); Jose Francisco Rodrigues de Albuquerque (778.541.367-34); Marcia Rita Coluchi Cavalcante (726.099.587-49); Marcos Antonio Lima de Souza (248.137.451-72); Marluce dos Santos (008.559.127-07); Mauricio Taveira e Silva (347.119.537-87); Monica Duraes Accioly (692.576.477-49); Pedro Alexandre Franca (063.213.803-34); Raul Pellizzon Filho (662.320.237-49); Ricardo José de Souza Pinheiro (114.177.301-53); Ricardo Lasmar Duarte (499.827.617-49); Wilson Cardoso Mendes (686.915.057-53) e Wolner Ferreira da Costa (441.465.077-15); e

3.dar ciência desta deliberação ao recorrente e aos órgãos/entidades interessados, acompanhadas de cópia do exame de admissibilidade da Serur de fls. 13/14.

1. Processo TC-018.203/2008-9 RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO - (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2007)

1.1. Recorrente: Mauricio Taveira e Silva (347.119.537-87)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional da Receita Federal 7ª Região Fiscal

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ(SECEX-RJ)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2584/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao(s) responsável(eis), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.934/2010-3 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2009)

1.1. Responsáveis: Alexandre Libonati de Abreu (001.381.107-00); Alexandre Miguel (985.776.467-34); Andreia Alvares de Azevedo Oliveira (796.180.737-34); Eloa Alves Ferreira (028.347.167-06); Fernando Jose Marques (041.321.497-49); Joaquim Antonio Castro Aguiar (029.378.677-15); Jose Eduardo do Nascimento (025.859.837-90); Luiz Carlos Carneiro da Paixão (042.674.357-15); Luiz Felipe Fernandes (799.769.137-53); Marcelo Leonardo Tavares (905.643.087-49); Mauro Souza Marques da Costa Braga (812.343.687-49); Paula Patricia Provedel Mello Nogueira (003.885.787-18); Paulo Cesar Morais Espirito Santo (179.574.947-49); Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (871.332.537-04); Vera Lúcia Lima da Silva (246.807.377-00)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal 2ª Região (RJ-ES)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ(SECEX-RJ)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2585/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido de parcelamento formulado pelo Sr. Raimundo Wilson Ulisses Sampaio, conforme documento de fl. 685 - v.3, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar, conforme solicitado, o parcelamento da multa imposta ao Sr. Raimundo Wilson Ulisses Sampaio, por intermédio do subitem 9.3 do Acórdão 2318/2010 - TCU - 1ª Câmara, em 6 (seis) parcelas, atualizadas monetariamente, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.447/2008-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Carlos Walfredo Reis (737.336.608-20); Joaquim de Lima Quinta (004.258.181-87); Max Saldanha Athayde (149.361.780-04); Maximo da Costa Soares (069.903.717-49); Prefeitura Municipal de Araguaína - TO (01.830.793/0001-39); Raimundo Wilson Ulisses Sampaio (093.643.314-00); Tulio Neves da Costa (003.664.801-97)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Araguaína - TO

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - TO(SECEX-TO)

1.4. Advogados constituídos nos autos: Alessandra Viana de Morais - OAB/TO 2580; Alfredo Farah - OAB/TO 943-A; Ana Paula Cavalcante - OAB/TO 2886(em alguns documentos informado 2688); Antonio Newton Soares de Matos - OAB/DF 22998; Arthur Lima Guedes - OAB/DF 18073; Clever Honório Correia dos Santos - OAB/TO 3675; Elaine Ricas Rezende - OAB/TO 2731; Fábio Phelipe Costa Martins - OAB/TO 2631; Herber Renato de Paula Pires - OAB/SP 137944; João Geraldo Piquet Carneiro - OAB/DF 800-A; Joaquim Quinta Neto Barbosa - OAB/TO 3139; José Pinto Quezado - OAB/TO 2263; Jorge Mendes Ferreira Neto - OAB/TO 4217; Marcela Silva Gonçalves - OAB/TO 3689; Raimundo José Marinho Neto - OAB/TO 3723; Roberto Pereira Urbano - OAB/TO 1440-A; Ronan Pinho Nunes Garcia - OAB/TO 1956; Sóya Lélia Lins de Vasconcelos OAB/TO 3411-A.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2586/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235, *caput*, e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à representante, acompanhada de cópia da respectiva instrução:

1. Processo TC-008.665/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Juliana da Silva Nery (803.694.721-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MG(SECEX-MG)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2587/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113,§ 1º, da Lei nº 8.666/93, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivar o processo, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante e ao Banco do Brasil S.A., acompanhada de cópia da instrução da unidade técnica de fls. 122/129:

1. Processo TC-023.992/2009-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Viviane Borneo de Abreu (000.109.681-80)
1.2. Interessado: Heating & Cooling Tecnologia Térmica Ltda. (44.124.899/0001-20)
1.3. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A. - MF
1.4. Unidade Técnica: 2ª Secretaria de Controle Externo(SECEX-2)
1.5. Advogados constituídos nos autos: Alexandre O. Ahlert, OAB/DF 15.356; Cassius Ferreira Moraes, OAB/GO 19.528.; Joaquim Portes de Cerqueira César, OAB/SP 72110B/SP; Antonio Pedro da Silva Machado, OAB/DF 1739-A; Aurea Faria Martins, OAB/DF 9.100; Antonio Rugero Guibo, OAB/SP 114.145; Paulo César Guerche, OAB/SP 68.537; Amir Vieira Sobrinho, OAB/GO 15.235;André Luiz de Medeiros e Silva, OAB/DF 5.539;Ângelo Altoé Neto, OAB/BA 7.410; Ângelo Aurélio Gonçalves Pariz, OAB/SP 74.864 e OAB/DF 23.980;Célio Cota de Queiroz, OAB/DF 18.265;Erika Cristina Frageti Santoro, OAB/SP 128.776; Orival Grahl, OAB/SC 6.266; Jorge Vergueiro da Costa Machado Neto, OAB/DF 6.744; Lucinéia Possar, OAB/PR 19.599; Luiz Antonio Borges Teixeira, OAB/DF 18.452; Luiz de França Pinheiro Torres, OAB/DF 8.523; Marco Aurelio Aguiar Barreto, OAB/BA 8.755;Nilo Alfredo Moroni, OAB/DF 21.605; Pedro Afonso Bezerra de Oliveira, OAB/DF 5.098; Samis Antônio de Queiroz, OAB/SP 115.698; Alberto Lemos Giani, OAB/DF 10.801; Alexandre Pocai Pereira, OAB/SC 8.652; Altemir Bohrer, OAB/DF 23.260; Ana Claudia Cardoso Borges Bessa de Souza, OAB/SP 184.528; Ana Diva Teles Ramos Ehrich,OAB/CE 4.149; Antonio Carlos Rosa, OAB/MT 4.990-B; Auderi Luiz de Marco, OAB/SC 20.525-B; Cesar Jose Dhein Hoefling, OAB/DF 24.758;Danielle Costa do Amaral, OAB/DF 26.781; Edino Cézar Franzio de Souza, OAB/SP 113.937; Elda Ettinger de Menezes, OAB/BA 6.597; Eneida de Vargas e Bernardes, OAB/SP 135.811-B; Fernando Alves de Pinho, OAB/RJ 97.492; Flávio Márcio Firpe Paraíso, OAB/DF 4.866;Gilberto Eifler Moraes, OAB/RS 13.637; Herbert Leite Duarte, OAB/DF 14.949; Jairo Waisros, OAB/DF 24.769; Jefferson Luís Mathias Thomé, OAB/DF 20.666; Jorge Elias Nehme, OAB/MT 4.642; Luciano Henrique Pereira de Menezes, OAB/RJ 126.407; Luis Alberto da Silva, OAB/DF 26.767; Luis Carlos Kader, OAB/RS 46.088; Luiz Emiraldo Eduardo Marques, OAB/SP 117.402-B; Luzimar de Souza, OAB/GO 7.680; Magda Montenegro, OAB/DF 8.055; Marly Figueiredo Mubarac, OAB/AC 1.180; Mayris Fernandez Rosa, OAB/DF 5.451; Nelson Buganza Junior, OAB/SP 128.870;Paulo Sérgio França, OAB/SP 115.012; Rogério Aparecido Gil, OAB/SP 123.500; Rosângela de Souza Raimundo, OAB/DF 11.242; Solon Mendes da Silva, OAB/RS 32.356; Stella Maria Ferreira de Castro, OAB/DF 21.935; Vilmar de Souza Carvalho, OAB/GO 17.820; Vilmon Malcorra Villagran, OAB/PE 860-B; Vitor da Costa de Souza, OAB/DF 17.542;Wagner Martins Prado de Lacerda, OAB/SP 111.593; Wilderson Botto, OAB/MG 66.037; Antonio Jonas Madruga, OAB/SC 12.195; Carlos Alberto Jordão Martins, OAB/SP 112.441; Nivaldo Pellizzer Junior, OAB/RS 17.904; Jorge Luiz Correia, OAB/PE 10.059; Ana Carolina Reis Magalhães, OAB/DF 17.700; Antenor Pereira Machado Filho, OAB/RN 2266 e OAB/DF 25.930; Demian da Silveira Lima Guedes, OAB/RJ 114.507; André Macedo de Oliveira, OAB/DF 15.014; Bárbara Montes, OAB/DF 30.408.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2588/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXVI; 17, inciso IV; 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, em face do preenchimento dos requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso I, do RI/TCU, fazer as determinações a seguir, de acordo com a instrução da Unidade Técnica:

1. Processo TC-029.025/2010-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Renato Tavares (117.698.316-49)
1.2. Interessado: Procuradoria da República em Londrina (01.550.053/0001-49)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sertaneja - PR
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR(SECEX-PR)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações:
1.6.1.à Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal os pareceres conclusivos quanto à regularidade das prestações de contas dos Convênios 243/2000 (SIAFI 394108) e 3126/2001(SIAFI 433168), firmados entre o Ministério da Saúde e a Prefeitura Municipal de Sertaneja/PR, para a aquisição de equipamentos médico-hospitalares, em relação aos indícios de irregularidades na execução dos ajustes noticiados pelo MPF, conforme Ofício Secex-PR 1330/2010, de 6/12/2010, informando inclusive quanto à providências adotadas no sentido da instauração das competentes tomadas de contas especial, se for o caso;
1.6.2. à Secex-PR para:
1.6.2.1. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Município de Londrina/PR, acompanhada de cópia da respectiva instrução;
1.6.2.2. monitorar o cumprimento da determinação contida no subitem 1.6.1 supra.

ACÓRDÃO Nº 2589/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17,inciso IV, 143, inciso V, alínea "a", 235 e 237,inciso VII, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 113, § 1º da Lei nº 8.666/936, em não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no citado art. 235, *caput*, do RI/TCU, bem como determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência desta deliberação à empresa representante, acompanhada de cópia da respectiva instrução:
1. Processo TC-033.161/2010-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: EJ Construtora Ltda. (10.576.469/0001-27)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Vale do Paraíso - RO (63.786.990/0001-55)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RO(SECEX-RO)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 14/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária

b) Ministro Walton Alencar Rodrigues (Relação n° 14):

ACÓRDÃO Nº 2590/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 3º, § 6º, da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de aposentadoria constante deste processo e determinar à FUNASA - Coordenação Regional/RO, nos termos constante do item 1.5, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.619/2011-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Josefina Roza dos Santos Fernandes (704.145.302-25)
1.2. Órgão/Entidade: FUNASA - Coordenação Regional/RO - MS
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. que emita novo ato no prazo de 30 dias, corrigindo a falha originalmente identificada, ou seja, suprimindo a incompatibilidade existente entre o tempo informado no campo de serviço para aposentadoria e a discriminação dos tempos de serviço e averbações.

ACÓRDÃO Nº 2591/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.697/2011-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Guerreiro Costa (002.260.845-15); Kátia Nuno Marinho Guimarães (082.048.105-04)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/BA
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2592/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.704/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mitica Hamasaki Kaido (575.403.498-91); Rosali Aparecida Minharro Carvalho (082.357.082-72); Roseli Martins de Oliveira (436.403.899-72); Walter Goetz (003.275.309-87); Yara Fernandes (170.661.319-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PR
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2593/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.709/2011-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maurício Lahan (763.172.348-68); Miguel Valério (237.877.327-72); Paulo Jaqueto Filho (147.251.009-78); Raimundo Gonçalves Pedroza (022.559.442-00); Romilda Ana de Moura (769.835.018-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/SP
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2594/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento dos interessados, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.552/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Allan Veloso de Oliveira (134.998.581-34); Almira Fernandes Assis (498.022.321-49); Amélio Vieira de Lima (128.713.387-87); Edna Alves Farias (530.377.821-53); Ercília Anunciação Campos do Nascimento (055.765.711-34); Geraldo Gomes Toledo (044.642.651-20); José Ribamar Pinto de Souza (035.942.542-91)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/GO
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2595/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.553/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria José Amorim Busaglo (054.720.323-34)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MA
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2596/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-007.554/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Erivânia Nóbrega Fernandes Viana (046.483.824-04)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/PB

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2597/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.913/2010-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Lídia Canielo de Araújo (059.678.561-53); Lígia Maria Rocha e Benevides (112.731.431-91); Lígia Rodrigues Peyon (344.307.687-49); Lindolfo Weber (072.786.409-20); Lívia Oliveira de Medeiros (084.364.601-20); Lourival Alves Feitoza (032.508.061-53); Lourival Lopes de Alencar (046.138.131-15); Lucas Cezariom Lourenço (102.603.581-34); Lúcia Calil Tannus de Oliveira (462.918.817-72); Lúcia Gomes Baggio de Castro (403.971.147-53); Lúcia Machado Ferreira Caratti (086.864.831-00); Lúcia Menezes Brazil (040.740.764-20); Lúcia Paes Leme dos Reis (902.597.268-34); Luciano Carlos Vairo (274.927.537-72); Luciano Marcos Souza de Carvalho (050.894.414-72); Lúcio Morigi (454.852.678-15); Luís Antônio Schmitt Peters (059.319.591-49); Luiz Alberto Bonini dos Santos Pinto (060.864.118-91); Luiz Antônio Andrade Gonçalves (007.600.486-49); Luiz Antônio Araújo Clemente (113.879.391-49); Luiz Armando de Lima Rodrigues (174.410.217-15); Luiz Artur Batelli (346.058.868-34); Luiz Carlos Alvarez (408.135.768-49); Luiz Domingos Beloti (098.675.971-68); Luiz Gastão de Lara (088.629.909-87); Luiz Haroyoshi Tokugava (645.816.838-15); Luiz Tadeu de Oliveira Poggio (056.228.835-04); Luiz Tarchetti (143.894.446-20); Manoel Camilo Brollo (597.315.598-68); Manoel Deodoro (177.004.776-04); Manoel José Pereira Dias (062.579.920-87); Manoel Tavares Santos (530.500.378-49); Manuel Gusmão Filho (512.873.078-68); Mara Lúcia Ferreira Mello (151.127.991-53); Márcia Maria Bottesini (185.143.081-49); Márcia Pegoraro de Oliveira Campos (509.717.278-72); Márcia Teresa Aragão Hastenreiter de Souza (102.321.411-34); Márcio Antônio Radicchi (102.602.931-72)

1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2598/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II da Lei 8.443/92 e 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos relacionados no item 1.1 e considerar legais os atos constantes do item 1.2, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.917/2010-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Norma do Rego Monteiro Ferreira (185.922.361-34); Osmane Bonincontro (167.695.386-87)

1.2. Interessados: Nelson Lima Pinho (048.736.963-72); Nelson de Souza Lima (182.451.536-72); Neuza Shizue Tomizawa (872.938.118-53); Nicodemos Carmo de Lima (638.000.988-49); Nilo Silva (068.245.791-49); Nilson Aguilera Dantas (070.576.011-15); Nilton Dias (030.259.421-34); Olindina Evangelista de Sousa (098.696.541-34); Orlando Carneiro de Matos (003.188.415-68); Orlando José Faria Nascimento (258.337.407-97); Osmar Amaral Silva Lima (080.758.164-04); Osmar Lourenço Peres (112.608.151-53); Osvaldo Pereira (058.716.549-91); Osvaldo Watanabe (668.886.388-04); Otacílio Miranda de Castro (046.648.091-15); Otília Monteiro Gregório (153.915.581-15); Ozenilda Dantas Barreto (115.274.201-91); Patrícia Costa Quintão (115.530.651-15); Paulo Bezerra de Almeida (010.450.243-68); Paulo Cezar de Albuquerque Caldas (028.567.007-72); Paulo Eduardo Flores Santos Lima (076.622.541-00); Paulo Eduardo Nunes Barroso (116.717.856-49); Paulo Eurico Paz Tatsch (121.971.490-91); Paulo Evangelista de Oliveira (037.992.201-00); Paulo Magalhães Alonso (090.412.221-20); Paulo Mendonça de Lima e Silva (263.730.337-91); Paulo Roberto Figueiredo Madruga (122.431.080-20); Paulo Roberto Littig (084.839.307-49); Paulo Roberto Simões da Cunha (567.047.048-68); Paulo Sérgio Cavalheiro (489.170.528-00); Paulo de Tarso Freitas e Silva (066.851.881-20); Pedro Luiz Egler (051.429.547-34); Pedro Moura de Freitas (033.004.121-53); Pedro Moura de Freitas (033.004.121-53); Pedro Patrício da Silva (057.011.711-91); Petronilha Cicy Castro Awada Fecuri (145.755.749-53); Quintiliano da Silva Neiva (033.344.651-87); Raimundo Nonato Bezerra Rodrigues (084.280.421-87)

1.3. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil - MF

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2599/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.041/2011-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adjenane Ferreira Vidal (112.749.467-86); Alberto Elias Bica Schmidt (292.588.040-15); Alexandre Almeida Braga (878.664.393-20); Alexandre Gonçalves Cruz (710.033.041-68); Alexandre de Jesus Sousa (865.925.051-68); Alfredo Moreira de Carvalho (716.707.771-20); Ana Cristina Medeiros Rodrigues (014.066.647-82); Ana Priscila Martins da Cruz (010.864.251-89); André Luiz da Silva (050.741.486-18); Andréia Albuquerque Garces (085.736.577-07); Andressa Pereira de Sousa Santos (030.602.273-73); Augusto Enéas Pereira Frazão Neto (013.488.003-05); Caline de Melo Sérvio Carvalho Neves (348.057.373-87); Camila Moreira Carlos (815.912.760-04); Cândida Regina de Bona Faria (298.817.811-91); Carla Coelho Pereira da Costa (035.795.444-03); Carolina Pires de Sousa e Silva (083.351.356-73); Charles de Sousa Alves (528.768.102-04); Cláudia Fernanda Pereira Costa (913.220.493-00); Cláudia Lopes Falconiere (836.841.237-49); Daniela Louise Silva de Lima (697.029.261-49); Daniela Trotta Chianello (016.715.407-94); Danieli Ely Martins (002.168.640-89); Danúbia Rodrigues Santos (661.670.353-34); Dayanni Nogueira Machado (956.582.541-91); Diogo Nunes de Souza (721.855.111-49); Edilene Nazaré de Oliveira Andrade (567.710.022-68); Edson Monteiro Cunha (829.442.705-59); Eduardo Bergamaschi Felizola (011.242.521-69); Eduardo Schenato Pinheiro (001.669.700-69); Elaine Barbosa Silva (779.629.151-53); Elton Carlos Borges de Sousa (876.537.371-53); Erika Silvana Gonçalves de Menezes (007.982.191-06); Fabíola Mercadante de Araújo Góis (950.122.491-00); Francisca Silvana Medeiros Santos (000.701.883-51); Gabriela Carvalho Aquino (010.565.641-05); Gabriella Alves Bastos (111.083.357-13); Gabriella Gomes de Paulo (022.987.421-54); Geovana Holanda Bonfim (890.603.341-91); Grasiela de Araújo Costa Moura (637.639.823-53); Gustavo de Castro Sotero (616.820.633-72); Helena de Andrade Horta Barbosa (991.827.851-04); Henriques Esteves de Morais (955.704.031-91); Hermínia Marques Fernandes (374.608.380-04); Israel Silva de Moraes (006.127.011-31); Jairo Mouzinho de Oliveira (010.746.193-58); Jaqueline Santos de Morais (727.566.591-34); Jonas Amaral Silva (832.065.310-04); Jonathas Silva de Azevedo (028.159.021-41); José Orlando Andrade Martins (877.329.803-44); José Roberto Silva Moreira (758.896.093-00); Karen Martins de Assis (016.997.801-02); Kemerson Fabiano de Oliveira (910.141.741-04); Leonardo de Siqueira Lima (019.769.611-22); Letícia Janaina Machado Bicca (803.720.740-49); Liara Martins Cordeiro (009.231.301-95); Lídia Neres Lindoso (646.020.523-04); Lidiane Bragança Campelo (002.668.751-81); Lisiane Rossi (010.057.430-02); Luciana Silva de Sousa (006.562.183-20); Luciano Gomes dos Santos (013.559.443-09); Marcelo Rodrigo de Souza (832.400.556-00); Márcia da Conceição Pereira Alves (072.738.446-59); Marli Ramires Machado (007.868.850-76); Matilde Moreira do Nascimento (714.353.010-72); Max Jardim Prinz (809.637.650-00); Mônica Cristina Moraes e Souza (310.047.411-20); Patrício Medeiros de Souza (348.121.722-68); Paula Castor de Freitas (111.530.037-75); Paulo Roberto Sousa Rodrigues de Oliveira (954.811.843-20); Rafael Sousa Siqueira (021.332.641-83); Rodolfo Marcelo Mendes Santos (780.218.802-44); Rodrigo Ceratti (960.075.080-72); Rodrigo Feitosada Silva (640.279.292-68); Rodrigo Marques Dornelas (031.271.696-63); Ronaldo Doering Mota (006.277.861-70); Rosileide Araújo (771.856.333-20); Rossana Coimbra Brito (708.763.987-00); Sabrina Cavalcanti de Barros Fonseca (082.642.487-21); Sandra Geisa Vieira dos Santos (903.680.373-04); Simone de Souza Oliveira (205.961.618-24); Sofia José Feres (709.839.841-15); Sônia Ivanir Rauber (973.098.420-49); Tânia Maria Correa de Menezes (381.834.710-72); Thaís Novais Oliveira (987.326.095-15); Vaanessa Torres Dantas (805.370.061-68); Valber Novais Cutrim Júnior (024.782.973-02); Vanessa Alves Schutt (969.315.820-20); Vanessa Luiz Gonçalves da Silva (072.202.067-80); Vera Regina Marques (333.931.760-72); Wang Yi Ran (020.926.003-38); Yara Almeida Viana (033.205.546-97)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2600/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.110/2011-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alan André dos Santos (037.152.036-33); Alex Alves da Cruz (044.537.466-79); Apolo Gomes de Souza Pinto (067.886.286-96); Bruno Leonardo da Cruz (066.837.326-12); Bruno Luan Phillip Silvai (084.501.896-59); Caroline Alda de Matos (014.788.246-03); Celso José Gomes da Silva (035.127.666-17); Christiane Lana dos Santos (055.598.506-75); Clemilson Alves Catarino (069.518.886-04); Cleonice de Sousa (064.545.876-73); Cristiane Fernandes Chaves (034.161.676-19); Dalmo de Farias Coutinho (058.414.076-27); Erinaldo Suzart dos Santos (021.267.065-40); Fernanda Lima Póvoa (034.172.836-55); Fernanda Marques Vilela (012.658.256-45); Fernando Resende Garcia (232.379.966-53); Florisvaldo Ferreira Mariano (838.649.896-04); Gilberto Honório André (004.036.406-28); Gilmar José Garcia Alves (067.737.926-90); Glauber Tiago de Sousa (058.933.636-39); Higor Fernando Mendes e Silva (085.842.086-40); Jane Miranda Desidério (743.036.436-53); Jéssica Patrícia Santa Ana de Souza (087.667.306-00); João Paulo de Lima (059.992.856-58); Jonathan Régis da Silva Souza (069.946.726-89); Jonilton Antônio de Oliveira (526.822.186-87); Magda Cristina Maia Teodoro (053.282.036-31); Magno Júnior Silva (076.638.876-03); Márcio Ferreira da Silva (049.209.716-05); Paulo de Oliveira (237.757.506-49); Rafael Barbosa da Silva Rosa (072.996.886-38); Reginaldo Costa Pimentel (054.255.056-39); Renato Gomes Fonseca (060.392.476-06); Ricardo da Silva Liberato (003.582.896-02); Ricardo de Morais (072.956.306-51); Ricardo dos Santos Santiago (067.037.146-73); Robson Aparecido de Assis (082.594.856-80); Rodrigo Alves dos Santos (047.438.466-76); Rogério Nogueira Dotti (675.233.826-49); Ronaldo Eugênio das Chagas (096.628.706-10); Ronie Márcio da Silva (087.164.446-04); Samuel Guilherme Bueno Dias Viana (078.973.766-30); Saulo Assis das Mercês (082.703.086-09); Solange Mariano da Silva (059.115.096-44)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2601/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.658/2011-7 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Célia Soares Aguiar (064.904.476-22); Denise Palmuti Rosestolato (037.519.546-78); Hebert Adelino Soares Aguiar (047.075.866-00); Norival Teixeira Linhares (044.950.126-49)

1.2. Órgão/Entidade: FUNASA - Coordenação Regional/MG - MS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2602/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.669/2011-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Katiene Suely da Silva (007.943.374-06)

1.2. Órgão/Entidade: FUNASA - Coordenação Regional/RN - MS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2603/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte pelo falecimento da interessada, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.689/2011-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Francisca Nunes dos Santos (020.371.781-31)

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Contas da União - TCU

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2604/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de concessão em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com funda-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

mento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.700/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Jonathan Rocha de Araújo (011.663.176-76)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde/MG
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2605/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.715/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Adalgisa de Souza Lopes (528.637.001-20); Alaíde Paulo Bueno (692.076.150-53); Antônia Cardozo dos Santos (431.060.804-34); Arlene Salvador Telmo (831.876.187-15); Arnaldo Ribeiro da Silva (411.481.346-20); Astúrio Insabralde (153.411.278-20); Brasílio de Moraes (031.073.967-53); Cecília de Almeida Quites (590.341.146-00); Clementino Machado (059.539.520-15); Diva Santana Silva (163.526.025-68); Edna Bertino Duarte Pereira (020.383.877-70); Elza Formenton Bortogliero (217.293.508-52); Eny Fonseca Miglioli (914.298.386-04); Eunice Deolindo de Souza (006.139.257-00); Francisco Mello da Silva (021.039.074-34); Geraldo dos Reis Maia (029.848.736-53); Helly Marinho Antoniolli (736.438.159-72); Iaci Gomes Monte (393.424.173-53); Ivete Santos Malty (817.200.849-04); Izabel de Almeida Souza (875.587.507-68); Jamila Tebet de Azevedo (089.029.857-25); Jaqueline de Souza Lopes (044.013.571-08); José Airton Brasil Pires (003.470.603-82); Josefa Eleuzina de Amorim (036.443.833-91); Josephina Raymundo Bulhões (039.066.858-37); Judite Cotias de Oliveira (001.137.385-79); Júlio Peixoto Castella (004.191.760-04); Leda Gaspar de Castro Ponte (003.330.047-01); Leopoldina da Costa Prado (072.422.217-06); Levina Cordeiro de Araújo (237.353.684-68); Lilly Serafim Salgado (178.754.390-00); Luíza da Conceição Vianna Moreira de Sant'anna (812.785.437-91); Maria Cecília Sauwen Cruz (023.575.247-90); Maria Dalmira Rocha Menezes (062.829.972-91); Maria Donzília Rodrigues Sant'ana (573.588.937-00); Maria Helena Correa Sales (020.870.300-49); Maria Vieira da Silva de Sousa (433.007.313-72); Maura Marlene Rocha Lima (084.448.877-14); Milka Ramos Bezerra (117.546.217-91); Nair Peixoto Durigon (137.495.378-44); Nésia Maria Lopes Lima (869.830.917-87); Nilma Ferreira Anchieta (390.574.887-87); Paulina Mary Barbosa de Figueiredo (250.033.211-04); Raimundo Almeida Cruz (022.465.701-15); Sahra Garcia Vieira (072.907.887-61); Venâncio Neiva (238.054.394-15); Ynêa Oliveira da Silva (471.828.301-91); Yonne Oliveira da Silva Bastos (083.475.926-83); Zélia Antônia da Silva (278.393.036-68); Zilda Laranjeira Azevedo (549.927.965-91); Zilda dos Santos Moura (022.397.747-03)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2606/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, e tendo em vista estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, em razão da existência de irregularidades verificadas na prestação de contas dos recursos do Convênio nº 28/1998, celebrado com a Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Pecuária do Estado do Piauí, com o fito de apoiar a exploração racional dos recursos naturais no meio hídrico;

Considerando que, pelo Acórdão 5188/2009-TCU-1ª Câmara (fls. 389/390, vol. 1), parcialmente modificado pelo Acórdão 5884/2010-Embargos de Declaração (fls. 421/422, vol. 2) as contas foram julgadas irregulares e em débito o responsável, além de lhe ser aplicada multa;

Considerando que o Sr. Francisco Haroldo Alves Vasconcelos interpôs Recurso de Reconsideração em 16/3/2011 (fl. 1, anexo 2) e que o prazo de 15 (quinze) dias estabelecido no art. 33 da Lei 8.443/92 expirou-se em 15/3/2011, isto é, entre a notificação da deliberação original (30/9/2009 - fl. 402, vol. 1) e a data de oposição dos embargos de declaração (9/10/2009 - fl. 1, anexo 1) transcorreram-se 9 (nove) dias do prazo e que, o termo *a quo* para análise do segundo lapso temporal foi o dia 10/3/2011, restando, portanto 6 (seis) dias, ou seja o dia 15/3/2011;

Considerando que o disposto no parágrafo único do art. 32 da Lei 8.443/92 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno não autoriza o conhecimento de Recurso de Reconsideração intempestivo, salvo em razão de superveniência de fatos novos;

Considerando que a análise do recurso demonstrou que os elementos apresentados não suprem a exigência necessária para que seja relevada a intempestividade;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos e do Ministério Público, no sentido do não conhecimento do recurso;

ACORDAM, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, e 33 da Lei 8.443/92 e no § 2º do art. 285 do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de reconsideração e dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-020.733/2006-6 (RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO EM TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 009.503/2010-2 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Interessado: Francisco Haroldo Alves Vasconcelos (092.237.113-04)
1.3. Órgão: Secretaria de Agricultura, Abastecimento e Irrigação do Estado do Piauí
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (SECEX-PI)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2607/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigo 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la procedente, e fazer a determinação abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.010/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Centro de Referência Professor Helio Fraga; Fundação Oswaldo Cruz - MS.
1.2. Responsável: Sr. Paulo Gadelha
1.3. Interessada: Secretaria de Controle Externo - RJ(SECEX-RJ).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. determinar à Fundação Oswaldo Cruz que encaminhe, no prazo de sessenta dias, a documentação atinente à prestação de contas extraordinária referente à incorporação do Centro de Referência Professor Helio Fraga, nos termos dos arts. 1º, 3º e 6º da Instrução Normativa-TCU nº 63/2010 e do art. 8º da Decisão Normativa-TCU nº 110/2010;
1.5.2. determinar à Secex/RJ que monitore o cumprimento da determinação acima, no âmbito deste processo.

ACÓRDÃO Nº 2608/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos V, alínea "a", e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la procedente, dando ciência desta deliberação ao Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre e à Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, e promovendo-se, em seguida, o seu arquivamento, de acordo com o parecer da Secex/RS:

1. Processo TC-018.940/2010-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Maria Letícia de Oliveira Garcia (485.922.930-49)
1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2609/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação, considerá-la parcialmente procedente, fazer as seguintes recomendações e determinar o arquivamento, dando ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.071/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul
1.2. Órgão: Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.5.1. recomendar à Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul:
1.5.1.1. da necessidade de serem observadas as orientações estabelecidas na Portaria GM/MS 3.176/2008, no que diz respeito à elaboração, características e estrutura do Relatório Anual de Gestão dos recursos do SUS a ser submetido à apreciação do Conselho Estadual de Saúde;
1.5.1.2. da importância da elaboração e revisão, quando for o caso, do Plano Estadual de Saúde, conforme preconizado pela Lei 8080/90, arts. 36 e 37 e pela Portaria GM/MS 3.176/2008, atentando para o papel do Conselho Estadual de Saúde na formulação de estratégias e no controle da execução da política de saúde, conforme previsto no art.1º, § 2º, da Lei 8.142/90;
1.6. encaminhar cópia deste acórdão, bem como da instrução que o fundamenta, ao Ministério da Saúde para conhecimento e adoção das providências de sua competência, conforme previsto no art. 8º, inciso VI, da Portaria GM/MS 3.176/2008, no art.33 da Portaria MS 204/2007, e no art.33, § 4º da Lei 8080/90;
1.7. arquivar o processo.

Ata n° 14/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária

c) Ministro Ubiratan Aguiar (Relação n° 13):

ACÓRDÃO Nº 2610/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-025.875/2010-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Classe de Assunto: II
1.2. Entidade: Serviço Social do Comércio - Administração Regional no Acre
1.3. Responsáveis: Leandro Domingos Teixeira Pinto (CPF 040.757.222-87), Marcela Freire de Brito (CPF 648.653.552-00), Marcos Cezar Silva Pinho (CPF 037.546.342-91), Gilmário Souza Oliveira (CPF 029.722.408-01), Maria de Lourdes Roque Carneiro (CPF 217.772.502-00), José dos Santos Pereira (CPF 118.952.172-53), Elvando Albuquerque Ramalho (CPF 040.283.762-20), José Luiz Revollo (CPF 734.144.843-15), Manoel Rodrigues de Souza Neto (CPF 095.614.802-63), Bruno Cotta Paiva (CPF 015.393.292-91), Delano Lima e Silva (CPF 391.089.372-49), Raimundo Nonato de Oliveira (CPF 030.649.132-00), Valmir Campos do Nascimento (CPF 021.944.302-53).
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AC (SECEX-AC)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. com fulcro nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis Leandro Domingos Teixeira Pinto, Presidente, e Marcos Cezar Silva Pinho, Diretor Regional do Sesc/AC no exercício de 2009, dando-lhes quitação, considerando que as contas evidenciam impropriedades de natureza formal, relatadas nos subitens 4.2 e 4.4 da instrução, das quais não resultaram dano ao erário;
1.7. com fulcro nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, julgar regulares as contas dos responsáveis Marcela Freire de Brito, Gilmário Souza Oliveira, Maria de Lourdes Roque Carneiro, José dos Santos Pereira, Elvando Albuquerque Ramalho, José Luiz Revollo, Manoel Rodrigues de Souza Neto, Bruno Cotta Paiva, Delano Lima e Silva, Raimundo Nonato de Oliveira e Valmir Campos do Nascimento, dando-lhes quitação plena, considerando que expressam a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão;
1.8. alertar a entidade quanto às seguintes impropriedades constatadas:
1.8.1. alteração dos critérios de aprovação originalmente previstos nos editais dos Processos Seletivos nºs 03/2009, 04/2009, 11/2009, 17/2009 e 24/2009 após realização das provas e apuração dos resultados;
1.8.2. fracionamento de despesas e não aplicação da modalidade licitação cabível, mediante a realização de dois procedimentos de dispensa de licitação para contratação de obras e serviços de engenharia (Dispensas de Licitação n°s 230 e 243), no valor total de R$ 71.400.04, em afronta aos arts. 6º e 7º do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesc.

ACÓRDÃO Nº 2611/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-006.539/2009-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apenso: TC 001.981/2006-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Classe de Assunto: II
1.3. Entidade: Município de Sooretama/ES
1.4. Responsável: Esmael Nunes Loureiro (CPF 558.238.317-49)
1.5.Interessado: Ministério da Integração Nacional
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES)
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. acatar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Esmael Nunes Loureiro - ex-Prefeito de Sooretama/ES, e julgar regulares com ressalva as presentes contas, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, c/c os arts. 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, dando-se-lhe quitação;
1.9. determinar ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação, proceda à exclusão do nome do Sr. Esmael Nunes Loureiro, CPF n° 558.238.317-49, da conta "Diversos Responsáveis", registrado por meio da Nota de Lançamento 2006NL000083, de 28/9/2006, no valor de R$ 338.867,52 (trezentos e trinta e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais, cinquenta e dois centavos), tendo em vista o julgamento pela regularidade com ressalva da tomada de contas especial instaurada em razão de desaprovação de prestação de contas do Convênio nº 502/97, tombado no SIAFI sob o nº 349066;
1.10.dar ciência ao responsável da presente deliberação;
1.11.arquivar os autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2612/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos do enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 3382/2008-TCU-Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 16/9/2008, Ata nº 33/2008, de forma que, relativamente ao subitem 9.1. onde se lê: "o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional", leia-se: "o recolhimento da referida quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA", mantendo-se os demais termos da deliberação ora retificada:

1. Processo TC-015.146/2004-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apenso: TC 014.972/2009-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Classe de Assunto: II

1.3. Responsáveis: Dantec - Construções e Consultoria Técnica Ltda. (CNPJ 06.721.294/0001-27), Gerardo Tibúrcio Dantas (CPF 047.486.624-68), Luiz Cláudio Lima Macedo (CPF 367.185.485-53)

1.4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Coordenação Regional do PI

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PI (SECEX-PI)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2613/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8443/92 e no art. 218 do RI/TCU, em expedir quitação ao Sr. Agmar Ribeiro dos Santos, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi imputada, de acordo com o parecer do Ministério Público:

Quitação relativa ao Acórdão 4.826/2009-2ª Câmara, Ata 32/2009:

Valor original da multa: R$ 2.000,00 Data de origem da multa: 15/9/2009

Valor recolhido: R$ 2.089,11 Data do último recolhimento: 28/9/2010

1. Processo TC-019.253/2007-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: TC-003.053/2010-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)

TC-003.051/2010-2 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Classe de Assunto: II

1.3. Responsável: Agmar Ribeiro dos Santos (CPF 143.482.251-68)

1.4. Órgão: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (vinculador)

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - GO (SECEX-GO)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2614/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-018.005/2004-0 (MONITORAMENTO)

1.1. Classe de Assunto: VII

1.2. Entidade: Município de Alhandra/PB

1.3. Responsáveis: Antônio Cândido da Silva (CPF 335.130.154-53) e Ataíde Mendes Pedrosa (CPF 151.403.774-20)

1.4. Interessados: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PB (SECEX-PB)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. levantar o sobrestamento do processo, com base no que dispõe o art. 39, § 3º, da Resolução/TCU nº 191/2006; e

1.8. encerrar os autos, com o seu consequente arquivamento, com fulcro no art. 40, inciso V, da Resolução TCU nº 191/2006.

ACÓRDÃO Nº 2615/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em arquivar o presente processo, sem prejuízo de se comunicar ao Município de Foz do Iguaçu/PR que não foram detectadas irregularidades nos convênios 724540/2009 e 749522/1010.

1. Processo TC-006.845/2011-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Classe de Assunto: III

1.2. Entidade: Município de Foz do Iguaçu/PR

1.3. Responsáveis: Paulo Mac Donald Ghisi (CPF 184.060.339-91), Adão Luiz Souza Almeida

(CPF 251.586.350-72), Eder Santos de Oliveira (CPF 018.731.589-20), Lincoln Barros de Sousa (CPF 152.567.239-87) e Reginaldo Adriano da Silva (CPF 784.042.079-68)

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PR (SECEX-PR)

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 2616/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-005.962/2005-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC 018.015/2006-2 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Classe de Assunto: VI

1.3. Representante: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (CNPJ 00.414.607/0005-41)

1.4. Órgãos/Entidades: Entidades/Órgãos do Governo do Estado do Espírito Santo

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (SECEX-ES)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. determinar aos órgãos repassadores abaixo especificados que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da ciência desta deliberação, ultimem as providências necessárias à conclusão das tomadas de contas especiais relativas aos convênios respectivamente relacionados, efetuando o encaminhamento dessas TCE's à Controladoria Geral da União (CGU), com a tempestiva comunicação ao Tribunal de Contas da União:

1.7.1. Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional (MI):

Convênio n°	Siafi n°	Convenente	Processo n°
895/99	404391	Prefeitura Municipal de Pedro Canário (ES)	03900.000830/1999-95

1.7.2. Fundação Nacional de Saúde (Funasa):

Convênio n°	Siafi n°	Convenente	Processo n°
EP 186/98	354100	Prefeitura Municipal de Mimoso do Sul (ES)	25150.000.692/2005-16
CV 1.039/98	359359	Prefeitura Municipal de Pedro Canário (ES)	25150.001854/2004-52
EP 1.168/99	390952	Prefeitura Municipal de São Mateus (ES)	25150.002163/2004-76

1.7.3. Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE):

Convênio n°	Siafi n°	Convenente	Processo n°
CV 3.783/96	304832	Prefeitura Municipal de Conceição da Barra (ES)	23015.001635/1995-03
CV 5.038/97	326116	Prefeitura Municipal de Ponto Belo (ES)	23034.005736/1997-14
CV 3.365/94	115519	Prefeitura Municipal de São José do Calçado (ES)	23034.001383/1999-28
CV 5.753/97	328294	Secretaria de Estado de Educação (ES)	23015.001576/1997-08

ACÓRDÃO Nº 2617/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, e

Considerando que, na ocasião em que foi apreciado o mérito da presente representação (Acórdão nº 4071/2010-2ª Câmara, Sessão de 3/8/2010), não foi determinado o encerramento dos presentes autos; e

Considerando que as informações apresentadas comprovam a avaliação por parte do órgão repassador dos recursos federais, no caso o MTE, do reflexo dos apontamentos efetuados pelo TCE/RS, o que torna os presentes autos aptos a serem encerrados;

ACORDAM, por unanimidade, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em encerrar o processo com fundamento no art. 250, inciso I do Regimento Interno do TCU, tendo em vista o cumprimento do objetivo da presente representação:

1. Processo TC-018.002/2008-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Classe de Assunto: VI

1.2. Entidade: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social/RS (Programa Geração de Renda)

1.3. Responsável: Secretaria da Justiça e do Desenvolvimento Social/RS

1.4. Interessado: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (CNPJ 89.550.032/0001-74)

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RS (SECEX-RS)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

Ata n° 14/2011 - Primeira Câmara

Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária

d) Ministro José Múcio Monteiro (Relação n° 13):

ACÓRDÃO Nº 2618/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.914/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Soares de Souza (230.369.582-15)

1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Amazonas - MAPA

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2619/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.918/2011-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jair Hermes de Souza (379.076.207-59)

1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Rio de Janeiro - MAPA

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2620/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.606/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Aílton José Afonso (092.929.006-25); Filemon Lima Guimarães (097.793.617-15)

1.2. Unidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2621/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.608/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nereu Delfino da Motta (026.832.377-15); Zetima Passos Ramos (227.162.117-87)

1.2. Unidade: Ministério dos Transportes

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2622/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-003.622/2011-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alvino Antônio dos Santos (074.294.105-10); Firmino Monteiro da Silva (006.138.781-91); Jorgelito Florêncio da Silva (001.159.323-72)

1.2. Unidade: Grupo Executivo para Extinção do DNER - MT (em Liquidação)

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2623/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos da Questão de Ordem apresentada na Sessão Plenária de 13/4/2011, com vistas à autorização excepcional para que os recursos interpostos em razão da negativa de registro de atos de admissão ou de concessão pelo TCU, desde que envolvam a necessidade de declaração de nulidade das respectivas deliberações pela constatação de vício processual decorrente da ausência do contraditório e da ampla defesa, possam ser julgados por meio de relação, ainda que contenham pareceres que regimentalmente exijam a apreciação da matéria em acórdão unitário, ACORDAM em tornar insubsistente o Acórdão nº 5.591/2009 - TCU-1ª Câmara, encaminhando os autos à Sefip para reinstrução, observadas as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 587/2011-TCU-Plenário.

1. Processo TC-005.059/2006-0 (PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Assunção de Maria Mendonça da Silva (176.256.103-49)

1.2. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão - MEC

1.3. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: Sálvio Dino de Castro e Costa Junior (OAB/MA nº 5.227), Carlos Eduardo de Oliveira Lula (OAB/MA nº 7.066), Ney Batista Leite Fernandes (OAB/MA nº 5.983), Carolina dos Santos (OAB/MA nº 6.721) e Fabiane de Araújo Ribeiro (OAB/MA nº 9.273).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2624/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o enunciado nº 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material a Relação nº 2/2003 - Relator Ministro Marcos Vinicios Vilaça, inserida na Ata nº 7/2003, Sessão de 18/3/2003, relativamente à apreciação de ato de concessão de aposentadoria, para que, onde se lê "Icaci Muniz", leia-se "Joaci Muniz", autorizando a Sefip a providenciar a correção do erro no sistema Sisac, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.429/1997-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alexandre Américo de Carvalho (179.182.861-20); Américo Eugênio (001.613.141-04); Antônio Geraldo Souto (010.157.371-53); Antônio da Silva Flores (023.729.591-15); Aylton Dutra Leal (119.493.767-53); Domingos Soares de Oliveira Filho (285.986.607-87); Elza Calumby Tourinh Viana (101.694.741-00); Fernando Braga Batinga de Mendonça (174.482.715-04); Joaci Muniz (066.803.721-00); João Batista de Almeida (012.251.201-44); Joaquim Alves Ferreira (026.886.702-04); Joaquim Elias de Lima (003.214.001-00); José Pereira Nunes (008.143.931-87); Josias Pereira Ribeiro (009.230.871-68); Maurila Rodrigues da Costa (220.228.727-20); Osvaldo Cunha de Azevedo (024.125.431-00); Otacílio Norberto Mendes (023.164.981-91); Pedro Ferreira Lima (184.765.031-72); Sueli Angélica do Amaral (090.826.547-68)

1.2. Unidade: Senado Federal

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2625/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos dos arts. 6º e 7º da Resolução TCU nº 206/2007 (com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010), ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito de um ato de aposentadoria e legais as demais concessões, fazendo-se as seguintes determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.774/2010-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Hilario Fleig (017.940.430-04); Cliteti Roncony (143.051.940-15); Clóvis José Pacheco (083.394.490-87); Dirceu Mauch (008.114.240-49); Edilia Brito da Silva (242.059.070-87); Eulita Francisca de Quadros (250.045.810-53); Gecilda Becker (228.806.660-15); Ivete Petersen (383.969.800-63); Izolina Moreira Cézar (067.513.000-00); José Francisco Karam Correa de Magalhães (242.276.840-72); João Amantino Moreira Boeira (062.223.070-00); João Carlos Mello (098.720.600-10); Loraine Beatriz Ely Pinheiro (205.678.390-87); Maria Lucia Gonçalves Oliveira (255.700.720-04); Maria Valdez Souza Ramos (449.683.700-59); Maria do Carmo Fernandes da Silva (386.366.030-72); Neusa Eoni Corrêa (410.275.230-72); Pedro Paulo Dalci (130.113.910-68); Rui Gilberto Linden (157.321.260-15); Sergio Arthur Klein Marmitt (085.396.420-34); Silvia Conzatti Spielmann (256.154.830-91); Suely Soares dos Santos (157.587.700-78); Universina Marques Ortácio dos Santos (169.475.250-04); Vania Izabel Gheno Moesch (249.461.840-15); Vania Marli Goeller (122.761.460-87)

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Novo Hamburgo/RS - INSS/MPS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Considerar:

1.5.1 prejudicado, por perda de objeto, o ato de concessão de aposentadoria a Edilia Brito da Silva, em razão de seu falecimento;

1.5.2 legais os atos de concessão de aposentadoria a Ivete Petersen, Izolina Moreira Cézar, Maria do Carmo Fernandes da Silva, Maria Lúcia Gonçalves Oliveira, Neusa Eoni Corrêa, Pedro Paulo Dalci, Sérgio Arthur Klein Marmitt, Suely Soares dos Santos, Universina Marques Ortácio dos Santos, ordenando seu registro, com a expedição da determinação do item 1.6.1, uma vez que os atos não apresentam inconsistência ou irregularidade na versão submetida ao exame do Tribunal, mas atualmente estão dando ensejo a pagamento da parcela relativa aos 3,17%, que deveria ter sido absorvida pelas reestruturações das carreiras dos servidores;

1.5.3 considerar legal o ato de concessão de aposentadoria a José Francisco Karam Correa de Magalhães, autorizando seu registro, com a expedição da determinação do item 1.6.2, já que o ato não apresenta inconsistência ou irregularidade na versão submetida ao exame do Tribunal, mas atualmente estão dando ensejo a pagamento indevido da vantagem de 28,86%, relativa à Medida Provisória nº 1.704, de 30/6/1998;

1.5.4 considerar legais os atos de aposentadoria de Clóvis José Pacheco e Dirceu Mauch, ordenando seu registro, com a expedição da determinação do item 1.6.3, relativamente à posterior integralização dos proventos desses inativos;

1.6 determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 (quinze) dias, em relação aos atos em favor de:

1.6.1 Ivete Petersen, Izolina Moreira Cézar, Maria do Carmo Fernandes da Silva, Maria Lúcia Gonçalves Oliveira, Neusa Eoni Corrêa, Pedro Paulo Dalci, Sérgio Arthur Klein Marmitt, Suely Soares dos Santos, Universina Marques Ortácio dos Santos, faça cessar o pagamento da vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição: 10289/DECISÃO JUDICIAL N TRAN JUG AP), relativa à defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994;

1.6.2 José Francisco Karam Correa de Magalhães (fls.50/54), faça cessar o pagamento da vantagem de 28,86% (Rubrica/Descrição: 10289/DECISÃO JUDICIAL N TRAN JUG AP), alusiva ao reajuste de que trata a Medida Provisória nº 1.704, de 30/06/1998.

1.6.3 Clóvis José Pacheco e Dirceu Mauch, disponibilize, no Sisac, os respectivos atos de alteração das aposentadorias ou, se for o caso, volte a pagar proventos proporcionais a esses inativos (75% e 32/35, respectivamente);

1.7. determinar à Sefip que monitore o cumprimento das determinações acima, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

ACÓRDÃO Nº 2626/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-022.375/2010-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eunice Nunes Santiago (055.156.532-20); Jackson Abud da Silva (027.601.502-91); Luiz de Souza Júnior (020.806.722-15); Valdnilson Pacheco de Freitas (230.486.112-15)

1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Manaus/AM - INSS/MPS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2627/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos da Questão de Ordem apresentada na Sessão Plenária de 13/4/2011, com vistas à autorização excepcional para que os recursos interpostos em razão da negativa de registro de atos de admissão ou de concessão pelo TCU, desde que envolvam a necessidade de declaração de nulidade das respectivas deliberações pela constatação de vício processual decorrente da ausência do contraditório e da ampla defesa, possam ser julgados por meio de relação, ainda que contenham pareceres que regimentalmente exijam a apreciação da matéria em acórdão unitário, ACORDAM em tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.5 do Acórdão nº 7.366/2010-TCU-1ª Câmara, encaminhando os autos à Sefip para reinstrução, observadas as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 587/2011-TCU-Plenário.

1. Processo TC-024.631/2010-8 (PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA)

1.1. Recorrentes: Áurea Vital dos Santos (030.589.052-20); Francisco Ferreira Fontenele (006.393.032-34) e Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC-RO

1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/AC-RO

1.3. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

1.4. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogados constituídos nos autos: Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1.959), João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2.213), Cornélio Luiz Recktenvald (OAB/RO 2.497), Fabiane Martini (OAB/RO 3.817), Hosanilson Brito da Silva (OAB/RO 1.665) e Rosilene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3.963).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2628/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos da Questão de Ordem apresentada na Sessão Plenária de 13/4/2011, com vistas à autorização excepcional para que os recursos interpostos em razão da negativa de registro de atos de admissão ou de concessão pelo TCU, desde que envolvam a necessidade de declaração de nulidade das respectivas deliberações pela constatação de vício processual decorrente da ausência do contraditório e da ampla defesa, possam ser julgados por meio de relação, ainda que contenham pareceres que regimentalmente exijam a apreciação da matéria em acórdão unitário, ACORDAM em tornar insubsistente o item 9.2 do Acórdão 1.078/2007 TCU-1ª Câmara (com redação dada pelo Acórdão nº 6.041/2009 - TCU-1ª Câmara), em relação ao ato de alteração da aposentadoria de Francisca Nunes Sales, encaminhando os autos à Sefip para reinstrução, observadas as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 587/2011-TCU-Plenário.

1. Processo TC-025.827/2006-7 (PEDIDO DE REEXAME EM APOSENTADORIA)

1.1. Recorrente: Francisca Nunes Sales (280.120.461-72);

1.2. Unidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes

1.5. Representante do Ministério Público: Júlio Marcelo de Oliveira

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2629/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II e 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão abaixo relacionado(s), exceto o de número de controle 1-060720-0-01-2008-001103-8, de Nara Lúcia Monteiro de Miranda, que deve ser excluído do sistema Sisac, por duplicidade, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.646/2010-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Helena Aparecida Cavalcanti (152.119.188-35); Henrique Gualdi Abrão Geraige (302.836.498-01); Hudson Fonseca e Silva (015.972.586-01); Idesia Mais da Silva (902.049.139-34); Ignez Murad Bichara (430.706.397-04); Jacinta Noêmia Tombini (568.402.849-72); Jackson Juliano Hirsch (621.300.139-53); Janaina de Oliveira Feil (625.775.570-00); Janderson Santos de Faria (058.230.516-03); Janete de Souza Fernando (780.573.966-87); Joana de Lourdes Gaiardo Lourenço (059.133.218-39); Joanice Ferreira Rodrigues (010.110.916-40); Joaquim Reis de Souza (290.048.455-34); Jorge Adalberto Magri (519.926.636-53); Jorge Antonio Franco dos Santos (660.953.360-15); Jorge Luiz Bessa Cabral (472.538.517-49); Jose Celeste Masson (058.320.328-02); Jose Eduardo Pereira (547.061.818-87); Jose Roberto Azevedo Ribeiro (707.942.197-72); Josefa Barros dos Santos (072.564.418-43); Joseline Vilela Vaz Santos (294.726.284-00); Josias Pereira de Souza Júnior (380.023.881-00); José Gonzaga Maia (159.047.926-20); Karina Balbino Viegas (001.240.051-36); Keila Nunes Pereira (926.737.401-04); Kleber Castilho (126.858.808-36); Laila Martins da Costa Matos (053.224.636-58); Laura Regina Busch Magno (223.816.511-87); Lawrence Fracalossi (027.436.649-59); Leandro Malinowski Vargas (644.380.740-53); Lilian Roberta Scanes (035.756.439-11); Lorena Angélica Fonseca (013.281.756-00); Lorena Beatriz Tozetto (619.094.671-20); Lorena Queiroz de Oliveira Silva (712.175.761-34); Luis Eduardo Feitoza de Almeida (553.188.431-15); Luiz Felipe Torcatto Zanella (008.412.789-97); Luiz Guilherme Alves Ruas (062.562.476-98); Luiz Sávio Martins Malheiros (215.387.998-12); Manuel Castro Lahoz (928.271.368-72); Marcela Lopes de Matos (006.111.411-16); Marcelo Martelli (072.963.777-80); Marcelo Rodrigues Benatti de Arruda (213.596.048-98); Marcia Colella Belandrino (058.599.868-07); Marcio Jun Nagamatsu (269.288.658-57); Marcos Magalhães Namba (154.184.448-32); Maria Alda Nolasco Barreto (570.286.137-04); Maria Angelina dos Santos Oliveira (612.092.600-34); Maria Aparecida da Silva Vasconcelos (849.729.801-25); Maria Aparecida de Oliveira (550.679.806-72); Maria Betânia Evangelista Gouveia (936.576.095-04); Maria Fátima Figueiredo de Andrade (132.192.434-87); Maria Isabel Steinherz Hippert (946.554.566-04); Maria de Socorro de Aquino (530.515.489-87); Marina Aparecida Moretti Palmiro Menegatti (154.524.818-42); Marlon Alessandro Gaspar Palácio (017.221.479-38); Mauricio Jorge Pires (054.429.708-32); Mauro Macedo Neto (056.148.406-64); Michelle Nobre Rodrigues (059.051.866-69); Miguel de Castro Fernandes (537.479.174-53); Miriam Mayumi Ishiy Araujo (005.868.339-94); Márcia Bernadete Werlang (627.059.971-72); Nair Kondo Hirose (707.567.598-20); Nara Lucia Monteiro de Miranda (500.019.811-53); Nelson Monteiro de Abreu Sampaio Junior (896.888.568-00); Nelson Tuba (614.849.708-53); Nivaldo Aparecido Dias (072.225.698-12); Patrícia Vani do Nascimento (170.395.518-88); Paulo Henrique Vechiato (158.827.518-37); Paulo Sergio Belini (497.448.879-15); Paulo Vitor Nazário Sermann (045.817.649-47); Peterson de Oliveira Amorim (316.505.858-02); Plicia Beatriz de Andrade Almeida Medel (011.196.067-30); Rafael Coutinho Paulo (992.244.290-68); Rafael Fernandes Saraiva (004.841.851-01); Rafael Teixeira Bouzon (530.901.795-04); Raquel Lúcia de Freitas de Souza (894.077.171-00); Reginaldo Pereira de Andrade (633.791.041-91); Reinaldo Ferreira da Conceição (038.607.588-37); Reinaldo Julio Cazotti Junior (036.225.656-08); Renata Almeida Pires Fabbri (109.512.188-08); Ricardo Rocha Rodrigues (504.528.434-72)

1.2. Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social - MPS

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinar à Sefip que providencie a exclusão, do sistema Sisac, do ato de interesse de Nara Lúcia Monteiro de Miranda, número de controle 1-060720-0-01-2008-001103-8, por ter sido cadastrado em duplicidade.

ACÓRDÃO Nº 2630/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.457/2011-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adenir Vieira Teodoro (638.148.201-00); Alessandra Ferraiolo Nogueira Domingues (270.569.858-23); Alice Medeiros de Lima (064.404.336-95); Aline Bastos (023.116.249-97); Ana Paula Dionísio (330.840.648-90); Ana Regina Siqueira Martins (117.232.113-20); André Rodrigo Farias (356.388.498-66); Augusto Cesar Moura da Silva (995.494.175-49); Bruno Campos de Carvalho (042.701.446-88); Christiana de Fátima Bruce da Silva (031.936.514-00); Christiane Abreu Oliveira Paiva (980.429.396-04); Cícero Beserra de Menezes (455.772.503-15); Cornélio Alberto Zolin (048.905.279-74); Daniel Portioli Sampaio (304.141.148-25); Danielle Gava (032.835.419-81); Danilo Menezes Sant'Anna (478.069.400-06); Danilo da Cruz Centeno (279.255.398-79); Éder Francisco Miotto (928.011.960-53); Edsel Rodrigues Teles (353.780.118-17); Egleu Diomedes Marinho Mendes (054.997.326-55); Elisângela Gomes Fidélis de Morais (044.569.966-33); Emerson Borghi (270.953.428-22); Éverton de Moura Luz (960.637.185-91); Fábio de Lima Gurgel (942.040.634-20); Felipe Tonato (264.108.158-08); Fernanda Bortolini (816.110.480-87); Fernanda Ferreira Loureiro de Almei (800.546.681-15); Fernanda Quintanilha Azevedo (005.661.130-74); Fernanda Rausch Fernandes (042.456.866-77); Fernando José Hawerroth (046.759.589-58); Fernando Wagner Malava Zi (041.820.979-04); Flávio Fernandes Júnior (656.979.016-15); Francisca Rasche (845.074.209-97); Francisco Alisson da Silva Xavier (807.435.013-49); Giovani Antônio Capra (575.910.080-72); Guilherme Cunha Malafaia (659.542.200-00); Henrique Antunes de Souza (304.804.028-50); Henrique Bonin (029.482.371-90); Henrique César de Oliveira Ferreira (440.851.761-53); Idila Maria da Silva Araújo (000.476.693-81); Ingo Isernhagen (018.869.099-97); Jamilsen de Freitas Santos (220.491.388-06); João Batista da Conceição (662.151.371-20); João Henrique Ribeiro Figueredo (052.954.854-20); João Ricardo Moreira de Almeida (828.794.351-53); Jorge Neiton Gonçalves (657.963.061-20); Juarez Lopes da Silva (508.184.816-68); Kelly Christina Gutterres de Souza (000.367.071-63); Leia Cecília de Lima Fávaro (027.230.449-20); Lenizes Pimentel Campos Brandão (321.625.022-91); Letícia Maroneze Zava (311.710.928-57); Lília Sichmann Heiffig Del Aguila (158.612.598-28); Luana Macieira Barbosa (068.448.736-54); Luciana Spinelli de Araújo (152.556.518-42); Luiz Augusto Lopes Serrano (024.615.006-81); Luiz Cláudio Ribeiro Machado (002.802.295-50); Luiz Fernando Duarte de Moraes (068.427.058-78); Marcelo Ribeiro Romano (003.525.797-06); Marco Aurélio Guerra Pimentel (040.726.736-09); Marcos Aurélio Santiago Francozo (345.388.658-50); Marcos Fernando Oliveira e Costa (585.547.421-68); Mateus Figueiredo Santos (039.026.036-31); Maurício de Alvarenga Mudadu (028.619.236-52); Milene Alves de Figueiredo Carvalho (063.224.366-00); Nívia da Silva Dias (026.310.884-84); Patrícia Oliveira Maciel (091.005.607-23); Patrícia de Andrade Oliveira Sales (831.963.231-53); Rafael Major Pitta (303.778.138-69); Renato Brito de Castro (673.123.572-53); Renato Manzini Bonfim (176.281.598-26); Ricardo Augusto Dante (203.833.618-00); Robert Morais Thompson (716.877.501-49); Roberto Kazuhiko Zito (641.115.476-72); Rodrigo Mendes (274.712.298-02); Rodrigo Pinheiro dos Santos (830.964.421-34); Sandra Camile Almeida Mota (997.805.690-49); Saulo Alves Santos de Oliveira (006.822.365-00); Tigressa Helena Soares Rodrigues (010.449.423-98); Vinicius Pereira Guimarães (012.756.126-95); Viviane Faria Soares (066.531.946-04)

1.2. Unidade: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - MAPA

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2631/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos da Questão de Ordem apresentada na Sessão Plenária de 13/4/2011, com vistas à autorização excepcional para que os recursos interpostos em razão da negativa de registro de atos de admissão ou de concessão pelo TCU, desde que envolvam a necessidade de declaração de nulidade das respectivas deliberações pela constatação de vício processual decorrente da ausência do contraditório e da ampla defesa, possam ser julgados por meio de relação, ainda que contenham pareceres que regimentalmente exijam a apreciação da matéria em acórdão unitário, ACORDAM em tornar insubsistentes os itens 9.2, 9.3, 9.4 e 9.7 do Acórdão nº 5.244/2008-TCU-1ª Câmara, encaminhando os autos à Sefip para reinstrução, observadas as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 587/2011-TCU-Plenário.

1. Processo TC-001.803/2007-8 (PEDIDO DE REEXAME EM PENSÃO CIVIL)

1.1. Recorrentes: Lívia Nadhine Pozza Pessoa (997.068.573-20); e Lucas Nathan Pozza Pessoa (997.065.473-04)

1.2. Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará

1.3. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

1.4. Representante do Ministério Público: Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogados constituídos nos autos: Roberto Faria da Silva (OAB/CE nº 16.368) e Gustavo Roberto Melo da Silva (OAB/CE nº 17.723).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2632/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos da Questão de Ordem apresentada na Sessão Plenária de 13/4/2011, com vistas à autorização excepcional para que os recursos interpostos em razão da negativa de registro de atos de admissão ou de concessão pelo TCU, desde que envolvam a necessidade de declaração de nulidade das respectivas deliberações pela constatação de vício processual decorrente da ausência do contraditório e da ampla defesa, possam ser julgados por meio de relação, ainda que contenham pareceres que regimentalmente exijam a apreciação da matéria em acórdão unitário, ACORDAM em tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.5 do Acórdão nº 5.873/2009-TCU-1ª Câmara, encaminhando os autos à Sefip para reinstrução, observadas as diretrizes estabelecidas no Acórdão nº 587/2011-TCU-Plenário.

1. Processo TC-001.843/2007-3 (PEDIDO DE REEXAME EM PENSÃO CIVIL)

1.1. Recorrentes: Filipe Alencar Arruda Mendes (002.299.813-64), Israel Augusto Aquino de Sousa Magalhães (009.873.083-51); e Sofia Souza de Araújo Alves (009.199.443-88).

1.2. Interessados: Cecy Aquino de Sousa (424.929.803-59); Jefferson Clodovir Mendes (000.135.103-63) e Priscila Alencar Mendes (002.299.943-42).

1.3. Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Ceará

1.4. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

1.5. Representante do Ministério Público: Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.7. Advogados constituídos nos autos: Amailza Soares Paiva (OAB/CE 2.394); Camily Gomes (OAB/CE 18.376); Cândido Bittencourt de Albuquerque (OAB/CE 4.040); Daniel Maia (OAB/CE 19.409); Maria Magalhães Siqueira (OAB/CE 5.507); Paschoal de Castro Alves (OAB/CE 18.692); Paulo de Tarso Vieira Ramos (OAB/CE 12.897); Pinheiro Neto (OAB/CE 18.701); Raphael Chaves (OAB/CE 16.077); Rebecca Chaves de Albuquerque (OAB/CE 10.500); Roberto Martins Rodrigues (OAB/CE 718); Sérgio Rebouças (OAB/CE 18.383).

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2633/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.644/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Célia Regina Cardozo (470.268.717-49); Filomena Ferreira Santana de Sousa (138.999.455-49)

1.2. Unidade: Ministério dos Transportes

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2634/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.688/2011-3 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Antônia Alves Mayolino (076.029.951-04)
1.2. Unidade: Senado Federal
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2635/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.704/2011-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Érica Vieira Amorim (036.500.133-39)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Maranhão - MAPA
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2636/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nos termos do art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de concessão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento dos favorecidos, seja pelo advento do termo final das condições objetivas necessárias à manutenção do benefício, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.705/2011-5 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Analice Maracajá Henriques (083.505.634-19); Inês Rodrigues de Souza (806.577.294-34)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Paraíba - MAPA
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2637/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.834/2011-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Amélia Sá Benício dos Santos (025.885.445-68)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento na Bahia - MAPA
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2638/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.842/2011-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Francisca Alves de Sousa Cordeiro (182.072.603-78)
1.2. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Piauí - MAPA
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2639/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.391/2010-4 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessadas: Beatriz Mazzete (334.745.758-72); Maria Aparecida Zaia Fantinati (496.554.698-91); Zeneide Marcello Degobi (027.814.418-72)
1.2. Unidade: Gerência Executiva do INSS - Marília/SP - INSS/MPS
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2640/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 1º da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar, excepcionalmente, como prejudicada a determinação constante do subitem 1.5.1, do Acórdão TCU nº 4157/2010-1ª Câmara, levando-se em conta os novos argumentos/informações trazidos aos autos pelo Ministério da Integração Nacional, dando-se ciência ao mesmo, arquivando-se o processo posteriormente.

1. Processo TC-018.886/2007-6 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 2006)
1.1. Responsáveis: Ana Elizabete Santiago Teixeira (179.598.101-68); Ana Paola de Marco (636.329.181-04); Antônio Carlos Filgueira Galvão (185.466.171-04); Athos Magno Costa e Silva (253.766.911-87); Augusto Wagner Padilha Martins (102.102.961-00); Carlos Augusto Gabrois Gadelha (884.047.737-34); Cássio Tadeu Maciel (400.990.161-68); Ciro Ferreira Gomes (120.055.093-53); Eliel de Sousa Mendes (181.418.543-72); Expedito Lopes Bandeira (113.293.191-68); Hyperides Pereira de Macedo (013.238.903-78); Jorge do Carmo Pimentel (054.931.021-53); José Trindade Neto (144.470.701-97); Márcia Regina Sartori Damo (526.669.809-87); Margarida Maria Ferreira de Barros (491.868.507-25); Maria Fernanda Ramos Coelho (318.455.334-53); Maria da Conceição Menezes Simões (043.138.602-15); Marluce dos Santos Lima (284.974.221-04); Maurício Borges Guimarães (595.980.777-72); Maurício Teixeira Rodrigues (116.877.463-20); Pedro Augusto Sanguinetti Ferreira (000.973.814-20); Pedro Brito do Nascimento (001.166.453-34); Ricardo Magno Paula Ramos (484.418.301-00); Sofia Vasconcelos Feitosa de Souza (379.563.961-15); Vera Lúcia de Moraes Formoso (105.789.517-20)
1.2. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional
1.3. Unidade Técnica: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2641/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 27, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 143, inciso I, II e III e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral do débito que lhe foi cominado, e arquivar o processo conforme os pareceres emitidos nos autos:

Quitação relativa ao item 9.1, Acórdão nº 2.561/2010 - 1ª Câmara, em Sessão de 18/5/2010, Ata nº 16/2010.

Valor original do débito: R$ 202.659,57 data de origem: 18/5/2010

Valor recolhido em R$: data do recolhimento:

247.086,00	14/07/2010
1.770,80	13/08/2010
28.785,28	31/08/2010
129,22	09/09/2010
900,13	18/02/2011

1. Processo TC-026.266/2008-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Jairo Terra Moura (990.534.897-20)
1.2. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ)
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2642/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 11 e 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em encaminhar cópia da instrução de fls. 25 a 27 às 4ª e 6ª Secex, arquivando-se os autos posteriormente.

1. Processo TC-013.655/2010-8 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apenso: 004.904/2008-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Interessada: 5ª Secretaria de Controle Externo
1.3. Unidade: Ministério da Previdência Social
1.4. Unidade Técnica: 5ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-5)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2643/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando a solicitação de parcelamento da multa cominada, feita pelo Sr. José Nilson França da Silva, ACORDAM, por unanimidade, em:

1. autorizar o pagamento da dívida do Sr. José Nilson França da Silva em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

2. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

3. determinar à SECEX/AP que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;

4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável.

1. Processo TC-001.322/2007-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsável: José Nilson França da Silva (226.569.952-72)
1.2. Interessada: Procuradoria da República no Estado do Amapá
1.3. Unidade: Escola Estadual Cecília Pinto/AP
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AP (SECEX-AP)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2644/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, incisos II e IV; 10, § 1º; 12 e 47 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 143, inciso V, "g", do RI/TCU, ACORDAM em:

a) conhecer da representação para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente; e

b) converter o processo em tomada de contas especial.

1. Processo TC-016.968/2009-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Responsáveis: Lourival de Nasaré Vieira Gama (063.512.633-87); Município de Penalva - MA (06.179.402/0001-81)
1.2. Interessada: Advocacia-Geral da União - Procuradoria da União no Maranhão
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Penalva - MA
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA)
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Diligenciar a CGU/MA para que envie cópia das evidências de auditoria abaixo relacionadas, constantes no Relatório de Fiscalização nº 15, de 12/11/2003, decorrente de auditoria realizada no município de Penalva/MA (7º sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos), a fim de serem juntadas no processo de tomada de contas especial convertido desta Representação:

Data	Valor (R$)	Descrição da despesa/documento (evidência)	Item do Relatório de Fiscalização nº 15/2003
03/06/2002	450,00	NF 184, de 03/06/2002, emitidas por Comercial Silva Ltda	1.2
26/06/2002	374,80	NF 194, de 03/06/2002, emitidas por Comercial Silva Ltda	1.2
04/01/2002	863,15	Recibo s/nº em nome da PLASPEL, pago mediante o cheque 850032	1.7
		Documento entitulado "Relatório de Atendimento à CGU-MA: Relatório de Atendimento às constatações contidas no Informativo 007015-MA-PENALVA da CGU-MA, 22/12/2003"	1.10
		Extratos bancários e folhas de pagamento relativas ao Fundef, exercício de 2002	1.12

1.7. Determinar:

1.7.1. a citação dos responsáveis, para apresentarem alegações de defesa ou recolherem as importâncias indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as irregularidades apontadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) do Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama, CPF 063.512.633-87, em solidariedade com o município de Penalva/MA, CPNJ 06.179.402/0001-81, na pessoa de seu representante legal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentem alegações de defesa ou recolham aos cofres do Fundeb municipal os valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, na forma da legislação vigente, referentes às seguintes irregularidades na aplicação dos recursos do Fundef pela Prefeitura Municipal de Penalva/MA, caracterizando desvio de finalidade, nos termos da DN 57/2004:

a1) realização de despesas com aquisição de gêneros alimentícios, que não se enquadram nos gastos previstos para serem custeados com recursos do Fundef, de acordo com o art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), mencionadas no item 1.2 do Relatório nº 15 da CGU/MA, conforme abaixo:

Data	Valor (R$)	Descrição da despesa
01/10/2002	307,00	NF 11, de 01/10/02, emitida por A. Leite Melonio
03/10/2002	1.134,32	NF 232 e 233, de 03/10/2002, no valor total de R$ 1.134,32
01/11/2002	224,00	NF 237, de 01/11/2002, emitida por Comercial Silva Ltda
03/06/2002	450,00	NF 184, de 03/06/2002, emitidas por Comercial Silva Ltda
26/06/2002	374,80	NF 194, de 03/06/2002, emitidas por Comercial Silva Ltda

a2) realização de despesas abaixo relacionadas com recursos do Fundef, que não foram identificadas quanto à sua destinação na análise das prestações de contas do Fundef pela CGU/MA, impedindo a verificação de que se destinavam à manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos do art. 70 da Lei nº 9.394/96 (item 1.7 do Relatório de Fiscalização nº 15/2003 - CGU/MA):

Data	Valor (R$)	Descrição da despesa
02/04/2002	686,00	Recibo s/nº em nome de Comercial Banhos de Matos, Cheque 850211
03/10/2002	845,00	Recibo nº 1463/2002 em nome de Antonio Lisboa Pereira Siqueira, cheque 850211
04/06/2002	78,00	Recibo s/nº em nome da Cooperativa Maranhense dos Transportadores Escolar, Turismo, Locação e Alternativo Ltda. - CETTA, cheque 850100
04/02/2002	305,30	Recibo s/nº em nome de Antonio Lisboa Pereira Siqueira, cheque 850052
04/01/2002	863,15	Recibo s/nº em nome da PLASPEL, cheque 850032
01/02/2002	236,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 127, emitida pela empresa Comercial Banhos de Matos, cheque 850053
09/09/2002	930,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 183, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850200
02/10/2002	679,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 193, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850053
01/11/2002	887,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 201, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850257
05/11/2002	830,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 204, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850256
03/10/2002	207,00	Aquisição de material de limpeza, NF 691, emitida pela empresa M.V. Figueiredo, cheque 850210
03/10/2002	420,20	Aquisição de material elétrico, NF 690, emitida pela empresa M.V. Figueiredo, cheque 850216
01/11/2002	765,00	Aquisição de material elétrico, NF 699, emitida pela empresa M.V. Figueiredo, cheque 850260
03/10/2002	173,50	Aquisição de material elétrico, NF 1322, emitida pela empresa Casa do Piso, cheque 850206
02/01/2002	2.000,00	compra de materiais de pintura, NF 243, emitida por Comercial Rocha Santos, cheque 850038;
03/10/2002	738,00	compra de materiais permanente e de consumo, NF 692 e 693, emitidas pela M.V. Figueiredo, cheque 850216
04/11/2002	184,00	compra de materiais permanente e de consumo, NF 700, emitida pela M.V. Figueiredo, cheque 850260
03/10/2002	380,00	compra de uniformes escolares, NF 78, emitidas pela Empresa Comercial São José;
05/11/2002	360,00	compra de uniformes escolares, NF 81, emitidas pela Empresa Comercial São José;
08/08/2002	1.295,00	Pagamento de diárias a professores do Procard, NF 117, emitida por Luís Inácio da Cunha, cheque 850203
02/04/2002	684,00	Pagamento de transporte de professores em treinamento, NF 150, emitida pela CETTA, cheque 000827

b) do Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama, CPF 063.512.633-87, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente alegações de defesa ou recolha aos cofres do Fundeb do município de Penalva/MA os valores abaixo, corrigidos monetariamente e acrescidos dos juros de mora, conforme a legislação em vigor, em virtude das seguintes irregularidades na aplicação dos recursos do Fundef:

b1) inexecução do contrato 297/2002 firmado entre a Prefeitura Municipal de Penalva/MA e a empresa Transportadora Penalvense Ltda. - TRANSPENA, cujo objeto era o transporte de alunos do Povoado Jacaré para a cidade de Penalva, por dez meses, no valor mensal de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a contar de 10/03/2002, contrariando o art. art. 66 da Lei nº 8.666/93. Segundo informação da comunidade, o referido contrato não teve os serviços prestados, uma vez que os alunos eram transportados pelo barco "Jabiraca", adquirido pela Prefeitura Municipal de Penalva/MA com recursos do Convênio FNDE, conforme item 1.9 do Relatório CGU/MA nº 15/2003:

Data	Valor (R$)
10/04/2002	6.000,00
10/05/2002	6.000,00
10/06/2002	6.000,00
10/07/2002	6.000,00
10/08/2002	6.000,00
10/09/2002	6.000,00
10/10/2002	6.000,00
10/11/2002	6.000,00
10/12/2002	6.000,00
10/01/2003	6.000,00

b2) pagamento de multas moratórias por atraso no recolhimento de contribuições previdenciárias ao INSS, no total de R$ 3.514,92, relacionado pela CGU/MA no item 1.1 do Relatório nº 15/2003 CGU/MA, decorrente de fiscalização realizada no município de Penalva/MA (7º sorteio do Projeto de Fiscalização a Partir de Sorteios Públicos), contrariando o disposto no art. art. 70 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme abaixo:

Data	Valor (R$)
07/01/2002	292,91
04/02/2002	292,91
04/03/2002	292,91
01/04/2002	292,91
02/05/2002	292,91
03/06/2002	292,91
02/07/2002	292,91
05/08/2002	292,91
30/09/2002	292,91
21/10/2002	292,91
05/11/2002	292,91
30/12/2002	292,91

b3) Pagamento indevido de tarifa e multa por devolução de cheques, contrariando o disposto no art. 70 da Lei nº 9.394/96, relatado no item 1.3 do Relatório nº 15/2003 da CGU/MA, conforme abaixo:

Data	Valor (R$)
05/02/2002	8,00

1.7.2. a audiência do Sr. Lourival de Nasaré Vieira Gama, CPF 063.512.633-87, pelas seguintes irregularidades:

a) Nos comprovantes de despesas relacionados no quadro abaixo, pagos com recursos do Fundef, não consta ateste do responsável pelo recebimento dos bens ou serviços, contrariando o disposto no art. 73 da Lei 8.666/93:

Data	Valor (R$)	Descrição da despesa
02/04/2002	686,00	Recibo s/nº em nome de Comercial Banhos de Matos, Cheque 850211
03/10/2002	845,00	Recibo nº 1463/2002 em nome de Antonio Lisboa Pereira Siqueira, cheque 850211
04/06/2002	78,00	Recibo s/nº em nome da Cooperativa Maranhense dos Transportadores Escolar, Turismo, Locação e Alternativo Ltda. - CETTA, cheque 850100
04/02/2002	305,30	Recibo s/nº em nome de Antonio Lisboa Pereira Siqueira, cheque 850052
04/01/2002	863,15	Recibo s/nº em nome da PLASPEL, cheque 850032
04/02/2002	687,65	compra de combustíveis cfe NF 57 emitida pela empresa Campos e Simas Ltda., cheque 850050
05/11/2002	924,00	compra de combustíveis cfe NF 97, de 04/02/2002, emitidas pela empresas Campos e Simas Ltda., cheques 850253
01/02/2002	236,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 127, emitida pela empresa Comercial Banhos de Matos, cheque 850053
09/09/2002	930,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 183, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850200
02/10/2002	679,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 193, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850053
01/11/2002	887,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 201, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850257
05/11/2002	830,00	compra de gás liquefeito de petróleo, cfe NF 204, emitida pela Comercial Banhos de Matos, cheque 850256
01/10/2002	576,00	Aquisição de material de limpeza, NF 12, emitida pela empresa Antonina Leite Melonio, cheque 850210
01/11/2002	184,00	Aquisição de material de limpeza, NF 236, emitida pela empresa Antonina Leite Melonio, cheque 850241
03/10/2002	207,00	Aquisição de material de limpeza, NF 691, emitida pela empresa M.V. Figueiredo, cheque 850210
03/10/2002	420,20	Aquisição de material elétrico, NF 690, emitida pela empresa M.V. Figueiredo, cheque 850216
01/11/2002	765,00	Aquisição de material elétrico, NF 699, emitida pela empresa M.V. Figueiredo, cheque 850260
03/10/2002	173,50	Aquisição de material elétrico, NF 1322, emitida pela empresa Casa do Piso, cheque 850206
02/01/2002	2.000,00	compra de materiais de pintura, NF 243, emitida por Comercial Rocha Santos, cheque 850038;
03/10/2002	738,00	compra de materiais permanente e de consumo, NF 692 e 693, emitidas pela M.V. Figueiredo, cheque 850216
04/11/2002	184,00	compra de materiais permanente e de consumo, NF 700, emitida pela M.V. Figueiredo, cheque 850260
03/10/2002	380,00	compra de uniformes escolares, NF 78, emitidas pela Empresa Comercial São José;
05/11/2002	360,00	compra de uniformes escolares, NF 81, emitidas pela Empresa Comercial São José;
08/08/2002	1.295,00	Pagamento de diárias a professores do Procard, NF 117, emitida por Luís Inácio da Cunha, cheque 850203
02/04/2002	684,00	Pagamento de transporte de professores em treinamento, NF 150, emitida pela CETTA, cheque 000827

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

b) realização de pagamentos indevidos à conta da parcela dos 60% do Fundef, que deveria ser aplicado somente na remuneração dos professores:

b1) terceirização de mão-de-obra junto à Cooperativa de Prestação de Serviços Gerais de Penalva - COOPEN, à conta dos 60% do Fundef, no total de R$ 153.463,00 (cento e cinquenta e três mil, quatrocentos e sessenta e três reais), quando deveriam correr à conta dos 40%, pois professores terceirizados não poderão ser remunerados com a parcela de recursos vinculada à remuneração de profissionais do magistério, contratados após concurso público (fls. 114-139, Anexo 1), contrariando o disposto no art. 70, inciso I da Lei 9.394/96;

b2) contabilização de despesas com a capacitação de professores à conta dos 60% (contrato firmado entre a Universidade Estadual do Maranhão e a Prefeitura Municipal de Penalva/MA, em 2/1/2001, no valor de R$ 124.454,40), em desacordo à Resolução nº 03, de 08/10/1997, do Conselho Nacional de Educação, que permitiu gastos dessa natureza na parcela dos 60% do Fundef somente até o exercício de 2001; e

c) aplicação equivalente a 54,56% dos recursos do Fundef no exercício de 2002 com pagamento de profissionais do magistério do ensino fundamental, inferior aos 60% previstos em lei, contrariando o disposto no art. 60, caput, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

1.7.3. ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE que reanalise, no prazo de 60 (sessenta) dias, as contas do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) do município de Penalva/MA, referentes ao exercício de 2003, desta feita levando em consideração as irregularidades verificadas nos itens 4.1 e 4.2 do Relatório de Fiscalização nº 15/2003, da CGU/MA, instaurando a devida tomada de contas especial, se cabível, sem prejuízo de informar ao Tribunal o resultado das apurações; encaminhando-lhe, para tanto, cópia das fls. 18-44 e 265-479 do Anexo 1 destes autos, de forma a subsidiar-lhe a análise;

1.7.4. ao Ministério da Saúde que adote, no prazo de 60 (sessenta) dias, se ainda não o fez, providências necessárias à apuração das irregularidades na utilização dos recursos do Piso de Atenção Básica (PAB-Fixo), exercício de 2002, repassados à Prefeitura Municipal de Penalva/MA, relacionadas no item 8.1 do Relatório de Fiscalização nº 15/2003, da CGU/MA, instaurando a devida tomada de contas especial, se cabível, sem prejuízo de informar ao Tribunal o resultado das apurações; encaminhando-lhe, para tanto, cópia das fls. 18-44, Principal e 470-356 do Anexo 1 destes autos, de forma a subsidiar-lhe a análise; e

1.8. Dar ciência desta deliberação à representante.

ACÓRDÃO Nº 2645/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 parágrafo único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, arquivando-a e dando-se ciência ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-022.644/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Gmec - Engenharia e Construções Ltda. (05.790.272/0001-56)

1.2. Unidade: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Eletrobrás - MME

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2646/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da representação, para no mérito considerá-la parcialmente procedente, mandando fazer os seguintes alertas, conforme os pareceres emitidos nos autos, bem como cientificar o representante, com o envio de cópia da respectiva instrução.

1.Processo TC-025.198/2009-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: 8ª Secretaria de Controle Externo

1.2. Unidade: Incra - Superintendência Regional/MS - MDA

1.3. Unidades Técnicas: 8ª Secretaria de Controle Externo e Secretaria de Controle Externo - MS (SECEX-MS)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Alertar ao Incra - Superintendência Regional/MS - MDA que:

1.5.1. adote os procedimentos necessários para a avaliação da capacidade técnica dos convenentes com vistas a assegurar o estrito cumprimento do que dispõe o Decreto nº 6.170/2007 (com dispositivos alterados pelos Decretos nº 6.329/2007 e 6.428/2008, acrescidos pelo Decreto nº 6.497/2008) e a Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 127/2008, com aplicação supletiva da IN STN nº 1/1997 naquilo que não for incompatível com os dispositivos do novo ordenamento inaugurado pelo Decreto nº 6.170/2007;

1.5.2. adote as medidas necessárias com vistas a assegurar a efetiva execução do objeto do Convênio CRT/MS nº 9000/05, nos termos do disposto no art. 22 "caput" da IN/STN nº 1, de 15 de janeiro de 1997;

1.5.3. faça registro de todas as atividades de fiscalização executada, conforme prevê o art. 53 da Portaria Interministerial nº 127/2008;

1.5.4. adote as medidas necessárias com vistas a assegurar a efetiva execução da contrapartida avençada no objeto do Convênio CRT/MS nº 9000/05, bem como efetuar o devido registro das contrapartidas executadas, nos termos do que dispõe o artigo 7º, I, da IN STN nº 1/1997, de 15 de janeiro de 1997;

1.5.5. observe os prazos para a apresentação das prestações de contas, adotando as medidas necessárias visando o cumprimento das obrigações conveniadas, conforme determina o § 1º do art. 56 da Portaria Interministerial nº 127/2008;

1.5.6. observe a exigência da apresentação de projeto básico necessários à execução do convênio, conforme prevê a Portaria Interministerial nº 127/2008;

1.6. Arquivar o presente processo.

Ata n° 14/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária

e) Ministro-Substituto Weder de Oliveira (Relação n° 12):

ACÓRDÃO Nº 2647/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-002.871/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elvânio Gonçalves dos Santos (114.527.141-34); Elza Apparecida Feijó (037.865.588-41); Elza Leopoldina da Rocha (114.948.161-72); Elzenira Bittencourt dos Santos (803.425.230-15); Eneas dos Santos Souza (205.925.827-87); Eneida da Conceição (545.719.287-34); Eronita Catarina Dias Cavalheiro (310.079.100-20); Etenilzo Bonfim (008.070.872-20); Eugênio Genuino Cavalcanti (157.652.454-04); Eulália Maria do Nascimento (289.425.231-53); Eunice Araujo Sampaio (142.743.962-15); Eunice Maria Santos (606.513.937-87); Eunice de Souza Afonso (222.469.406-72); Expedito Boaventura (112.861.481-20); Fatima Maria da Silva Ribeiro (604.426.467-04); Fernando Weber da Silva Matos (095.673.640-87); Florismar Marinho de Oliveira Carvalho (121.445.921-87); Francisca Batista Braga Lima (106.784.502-00); Francisca Nogueira da Silva (228.294.403-82); Francisca Ribeiro Teixeira (470.231.477-72); Francisca de Sousa Ford (493.007.417-72); Francisco Cauper de Oliveira (581.241.602-87); Francisco Dias Bezerra (065.727.823-87); Francisco Ferreira (073.085.901-00); Francisco Helio Bezerra de Oliveira (015.239.962-34); Francisco Luiz Costa (118.230.463-04); Francisco Luiz de Carvalho (053.231.773-49); Francisco Moreira de Albuquerque (110.654.192-87); Francisco da Cunha e Silva Filho (398.629.687-53); Francisco das Chagas de Oliveira (056.164.254-00); Francisco de Assis dos Santos (063.076.043-87); Francisco dos Santos (433.636.797-34)

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2648/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-002.876/2011-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Luiz Carlos Ferreira (422.332.917-00); Luiz Carlos do Nascimento (267.744.967-68); Luiz Damião de Oliveira Thuler (410.218.357-49); Luiz Gronow (410.226.107-91); Luizete Moraes Moreira (470.506.599-91); Luzia Cassiano Cardoso Silva (600.130.527-72); Luzia Filgueira Alves da Silva (179.170.001-25); Luzia Moreira da Conceição (274.827.587-04); Luzia Pereira Lima (162.223.853-20); Lyria Weber Barbosa (295.818.850-72); Magali Ortega Nascimento de Moura (797.113.677-34); Magda Maria Dalapé (507.891.557-53); Manoel Bonfim Correia (088.914.605-59); Manoel Cedro de Oliveira (572.491.728-91); Manoel Domitilo da Costa (078.466.141-34); Manoel Eliziário Nunes (258.545.937-34); Manoel Felix Sobrinho (114.050.584-04); Manoel Gomes de Lima (076.504.265-72); Manoel Joaquim Chacon (046.218.241-04); Manoel Martins Ricardo (265.901.077-34); Manoel Nazi Cardoso dos Santos (017.940.272-20); Manoel Trajano Costa (107.909.504-72); Manoel da Costa Alves (106.008.921-15); Manuel Alves Moreira da Rocha (090.758.103-00); Marcia Campos Garcia (465.903.077-68); Marcos Antonio da Silva Menezes (070.169.304-59); Marcos Flávio Ferreira Pinto (157.718.737-72); Marcos Jose Silva dos Santos (784.358.037-91).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2649/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-002.883/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Terezinha Rebouças dos Santos (228.980.425-87); Terezinha Vargas da Silva (295.830.550-34); Thadeu Jacintho Vianna (106.921.420-53); Thereza Bastos (730.763.686-72); Thereza da Rosa Brum (005.028.347-22); Therezinha Gomes de Abreu (662.615.707-87); Therezinha de Oliveira Mello (255.948.267-34); Valdelice Ribeiro Nunes (059.802.595-20); Valdete Rodrigues de Moura (133.538.611-49); Valdir Machado Jardim (170.530.990-91); Valdir Santos de Almeida (049.290.712-91); Valmira Tenorio de Souza (099.595.802-53); Valquiria Morgado da Fonseca (702.185.877-91); Vanderlei de Pinho Saldanha (407.148.962-68); Vanderlina de Araujo Sodre Magalhães (608.818.107-97); Vera Lucia Kirsch (323.108.030-49); Vera Lucia Ramos Pinto Moreira (168.663.710-15); Vera Lucia Silveira (546.370.156-34); Vera Lúcia Brasil do Espírito Santo (412.854.507-44); Vicente Alves de Sousa (078.658.133-68); Vicente Dutra Gomes (618.640.487-00); Vicente Francisco de Souza (208.042.027-53); Vilma Rodrigues Gomes (417.868.077-34); Vitoria Juçara Cardoso Borges (261.456.267-04); Waldemar de Hollanda Vasconcellos Filho (004.548.424-49); Wanderlina Nonato de Castro (133.325.465-20); Wenceslau de Almeida (275.472.807-49); Whei On Lin (434.547.047-15); Wilma Guilherme Campos (332.898.247-72); Yvette Tavares Monteiro (438.924.857-04); Zenaide de Goulart de Campos (468.415.717-20); Zilca Fernandes Fortes (106.274.560-49); Zilda Moreira Goes (143.633.485-34); Zorilda de Jesus Santos (163.224.105-63).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2650/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-002.884/2011-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Zulmerina Pereira de Souza Costa (155.320.461-15).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2651/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado:

1. Processo TC-002.949/2011-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Vanda de Moura (095.883.292-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/AC - JE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2652/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-002.954/2011-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Maria Matos Ferreira Molluna (343.257.007-49); Therezinha Vera Miranda Ferreira (195.471.297-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/ES - JE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2653/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados:

1. Processo TC-002.958/2011-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Eliane Maria Macedo Caires (131.953.366-34); José dos Santos Resende (133.795.006-82); Regina Lúcia Veiga Amaral (090.780.536-15); Rogério Rabelo (948.391.586-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/MG-JE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2654/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.394/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alexsandro Peixoto de Azevedo (024.263.187-83); Bruno Eduardo Morgado (128.062.277-63); Cintia Nogueira Ferreira (083.274.687-82); Décio Ângelo Fonini Júnior (734.923.887-87); Edson Benites Pimentel (127.999.337-50); Munique Cristina Jesus da Silva (132.479.917-00); Patrícia Alcântara Machado (005.962.857-01); Patrícia Mariane Kavalco (044.148.499-93); Paulo Sérgio Barreto Pinto (603.601.357-49); Renato Alvim dos Santos (075.166.797-80).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2655/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I, da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.451/2011-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Alcinezio Costa Araujo (306.149.613-00); Eliana da Silva Cruz (857.553.893-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/PI - JE

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2656/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-007.596/2011-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mariana de Lima Medeiros (943.211.401-53).

1.2. Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal - MD/CA.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2657/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, II da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por perda de objeto o exame de mérito do ato de admissão a seguir relacionado.

1. Processo TC-007.599/2011-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Mariana Rodrigues Lirio (717.417.711-53).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral - TRE/DF - JE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2658/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei nº 8.443/1992, e art. 7º, I da Resolução TCU nº 206/2007, na forma do art. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado o exame de mérito do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, por perda de objeto, em decorrência do falecimento do beneficiário.

1. Processo TC-007.651/2011-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Yolanda da Silva Oliveira (070.364.577-32).

1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2659/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.726/2011-2 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Adelaide Coronel da Costa (355.956.801-30); Alexandre Souza de Paula (069.760.817-47); Ana Paula Santos (249.794.928-00); Andreza Alves de Souza (074.362.327-46); Carla Cristina Amorim de Souza (053.750.207-69); Carmen Fernandes Pereira Graça (690.876.957-72); Eduardo Sebastiao da Costa (708.667.591-15); Elizabeth Amorim de Souza (074.519.987-97); Gessy Martins Vieira (042.605.027-43); Izaura Angelo de Bastos (535.897.693-00); Luiz Rodrigues dos Santos (013.779.813-04); Maria Clarice dos Santos (185.444.888-97); Maria das Dores Martins Lessa (003.968.617-50); Marilene de Souza Paula (051.452.867-24); Michele Amorim de Souza (053.750.197-52); Rafael Santos Gomes (617.695.843-15); Ronaldo de Souza Lessa (052.470.097-46).

1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2660/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.727/2011-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Ana Maria da Silva Aleixo (014.749.467-20); Dionea Ramos Freire (011.723.987-98); Dirce Mattos de Moura (536.345.787-34); Edmê Dutra de Carvalho (004.766.397-94); Ieda Soares dos Santos (068.732.337-14); Josefa de Lima das Dores (382.098.887-49); Luiza Maria Correa (206.123.627-87); Marcia Lopes da Silva (913.101.727-49); Marcolina Ferreira Gomes Leite (094.212.727-73); Maria Gonçalves Sanches (671.667.687-20); Maria Jose Barcelos (076.648.297-98); Maria Jose Lima de Oliveira (550.206.317-87); Maria Lucas de Oliveira (073.548.497-07); Maria Magdalena de Souza Gomes (020.376.467-63); Maria Primavera de Oliveira Nascimento (103.107.187-32); Maria Schaider Lucindo (091.703.057-57); Marlene de Souza Coelho (028.617.257-70); Sineia Carvalho Mattos (836.541.357-49); Wilson Pacheco da Costa (221.763.067-91).

1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2661/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.728/2011-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maurício Bueno da Cunha (019.105.578-62).

1.2. Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2662/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.731/2011-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Lenir Alves da Costa (746.901.249-49).

1.2. Órgão: Quinta Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2663/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado:

1. Processo TC-007.733/2011-9 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Ginaldo Silva dos Santos (747.352.501-82).

1.2. Órgão: Nona Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2664/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.736/2011-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Alaíde Michiles da Silva (473.432.652-53); Maria de Fatima da Silva (284.610.532-49).

1.2. Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2665/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.020/2011-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Lourenço da Silva (032.609.547-08); Aglae Lopes de Lima (468.751.827-34); Aidê da Silva Nascimento (353.597.817-34); Alayde Borges de Jesus (081.698.615-00); Algenira Nascimento Vitória (282.669.607-63); Aline Lourenço da Silva (053.529.027-65); Alzira de Oliveira Sodre (564.480.667-72); Ana Bezerra de Vasconcellos Bento (824.729.047-20); Ana Lucia Gomes de Campos (056.625.607-06); Anderson Lourenço da Silva (052.271.507-96); Andre Lourenço da Silva (053.529.127-28); Anilsa Diniz de Oliveira (659.892.877-04); Anna Guimaraes Guimaraes (008.735.977-45); Antonieta Mariante de Paiva (459.815.827-15); Aurea José de Castro Lameirão (542.611.477-34); Belizana Clementino Cruz (243.303.377-20); Carmem Lucia Minhões Ferreira dos Santos (174.771.827-00); Carmen Martins Estevão (032.955.997-42); Celma Melo dos Santos (919.557.347-04); Darc Pereira da Silva (503.291.467-34); Dulce Pinto Barros (726.104.337-00); Eliane Silveira Novais (107.899.817-50); Elizabeth Alves de Souza (524.198.007-53); Eunice Izabel Pereira da Silva Maciel (337.209.407-72); Evarista Jose de Marins Valle (360.788.247-91); Fabiano Gomes de Campos (056.098.647-55); Flavia Pereira dos Santos (047.923.757-38); Gema de Jesus Correa de Souza (025.191.017-25); Gilca Valente de Oliveira (921.506.837-68); Gilda Franco Gonçalves (404.874.660-04); Helenita Nascimento Corrêa (526.610.597-68); Hilda Magalhaes Lima (056.876.847-78); Hilda Marchon Siqueira da Silva (099.614.107-34); Ilza de Madureira Francisco (490.078.587-34); Jorbertine Gonçalves Pinheiro (006.203.367-06); Jordetine Gonçalves Vaz (004.681.247-48); Jorgetine Gonçalves Dantas de Oliveira (052.479.027-26); Jucema Jerusa Severo do Valle (244.196.057-15); Lilian Glaucia Rocha de Souza (848.398.487-34); Luciana Gomes de Campos (056.625.577-48); Marcia Loureiro Diamantino (023.295.997-81); Maria Cristina de Jesus Toscano (427.033.107-06); Maria Fausta Obino (031.332.437-99); Maria Jacira Campos Gomes (010.389.797-65); Maria Luiza Obino Niederauer (045.353.467-80); Maria Paula de Jesus Campos de Almeida (755.828.567-49); Maria Sueli Santana Ribeiro (763.509.917-53); Maria Zeni Mariante de Paiva Chirisman (013.903.787-05); Maria da Graça Mariante de Paiva Barreto Coelho (263.987.617-15); Maria da Penha Campos Luz (442.531.687-87); Maria da Penha Miranda de Carvalho (034.360.867-70); Maria de Deus Maranhao Kucera (465.300.027-15); Marilia de Faria Pereira Moreira Salles (994.031.617-87); Marilza Teresa Balbi Rossa (075.550.557-32); Marisa Alves de Azevedo (182.546.591-68); Marlene Campos Moraes (600.371.057-87); Nara Loureiro Diamantino (901.655.607-97); Neyde Magalhaes Valle (006.678.384-49); Nilda Rodrigues Nunes (093.915.867-16); Nubia Pinha Severo Zequineli (092.109.167-27); Raquel Pereira da Silva Larangeira (023.647.557-60); Regina Celis dos Santos Gusmao Cerqueira (228.887.567-49); Rose Mary Gomes Ferreira dos Santos Ramos (119.876.977-74); Ruth Diamantino (072.582.207-47); Tereza Cristina Leite Baptista de Jesus (615.363.427-34); Valdiva Lima Barbosa (693.313.917-49); Valeria Martiniano Azevedo Ribeiro (078.461.957-35); Vani Castello Branco Blois (445.444.997-04); Vera Lucia da Silva Nascimento (578.240.537-68); Vera Magalhaes de Lima (030.180.517-26); Wilma Gonçalves Sampaio Rodrigues (081.182.017-32); Wilma Lucas Alves (005.059.657-80); Wladimir Gomes de Campos (094.462.827-30); Zila Correa Lima (010.349.101-59)

1.2. Órgão: Primeira Região Militar

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2666/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.021/2011-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: America Jose Fernandes (023.976.087-58); Ana Madalena dos Santos (729.483.377-04); Bianca Almeida Braga Speranza (013.648.907-98); Denise de Fatima Costa e Silva (070.378.177-40); Dennys Aragão Budziak (069.348.287-71); Denyk Aragão Budziak (069.348.307-50); Diaira da Silva Tavares (605.710.047-68); Dieny Aragão Budziak (052.592.967-37); Diny Aragão Budziak (033.319.937-51); Elizabeth Doraliza de Moura Terra Camara (096.134.847-01); Elizabeth Fernandes de Oliveira Luis (175.214.837-15); Elma de Barros Paes Leme (014.096.127-59); Euridice Belo da Silva Larangeira (732.540.617-72); Eusi Belo de Rezende (670.441.407-00); Francisca Holanda Martins da Silva (397.276.453-72); Gesla Petrs da Silva (311.049.837-53); Gleimar Argento Moura (041.886.218-42); Ifanea de Araujo da Conceição (023.454.277-28); Ilma Silva Rodrigues Terra (389.092.947-87); Iolanda de Araujo Costa Lopes (921.121.107-72); Irany Gerk Lima (995.607.557-49); Ismelia de Oliveira Argento (955.155.697-68); Juliana Costa da Silva (054.723.257-81); Jurema Barros dos Santos (025.199.147-42); Katia Musso Santos (795.558.297-72); Lucia Fraga e Guerra de Oliveira (012.567.168-71); Magda Maria Dalape (507.891.557-53); Marcia Regina Caldara (968.292.147-34); Marcia Valeria Silva Siqueira (006.885.067-04); Margaret Fernandes Salgado Zenha (359.224.787-53); Maria Jose Campos da Silva (447.975.757-00); Maria da Paz Moreira Cezar (032.445.407-40); Marisa Balesdent Barreira (433.737.637-20); Marília Antunes Pinto Bravo (757.667.527-68); Michelle de Melo Guimaraes (073.972.967-50); Monica Xavier da Silveira Soares (011.174.287-02); Monique da Rosa Cezar (794.466.637-68); Mônica Pinto de Oliveira (742.280.727-04); Nair Pinto Oliveira (024.884.467-93); Natalina Isaias Cezar da Silva (094.306.227-65); Nivea Maria Silva do Rego (027.163.097-36); Olivia Ribeiro Campos dos Santos (743.976.727-68); Roberto Felipe Costa da Silva (054.723.227-66); Rosangela Izaias Cezar da Silva (041.118.177-77); Sandra Cristina de Matos Leal Correia (832.786.214-68); Silvia de Morais Sarmento Figueirinha (579.657.227-04); Sonia Batista da Silva (350.521.207-53); Sonia Faria de Oliveira (741.734.727-49); Uiara Teixeira Schmid (846.544.907-44); Valeria dos Prazeres Abraham (069.541.407-08); Vanessa Monteiro de Souza (079.777.677-08); Vera Lucia da Silva Gerk (390.846.717-91); Yolanda Moss Barroso (077.276.487-52).

1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2667/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.024/2011-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Andrea de Mello Salgado (135.475.478-65); Beatriz Silveira de Araujo Campanha (170.584.898-23); Claudia Bitetti de Salles (063.900.908-54); Durvalina Conegundes Pereira (106.880.938-84); Edila de Mello Salgado Peters (112.701.608-34); Elizabete Conceição de Abreu Bandini (161.573.028-10); Elizete Cordeiro Vieira Gonçalves (048.166.338-04); Elseni Pena Teixeira Trindade (066.340.628-54); Eucir Fatima Pena da Silva Dias (009.062.738-54); Fatima Aparecida Volpe (217.387.948-06); Jurandy Machado de Vasconcellos (159.466.188-06); Luzia Rocco Machado (157.509.248-40); Mara Helena de Carvalho (548.309.828-53); Maria Aparecida Salgado (001.440.338-28); Maria Mazarelo Frigato (360.799.408-09); Maria Terezinha Terezani Furtado (261.264.808-99); Maria Therezinha dos Santos (427.785.618-70); Marisa Bitetti (886.492.618-68); Renata Salgado Pagnard (091.400.808-03); Rosa Mary Bergo de Carvalho (161.087.798-53); Sandra Mara de Almeida Santos (026.110.528-08); Sandra Maria Vieira Gonçalves (595.454.377-15); Severina Maria da Silva Rufino (658.448.314-20); Sheila Mara Paes de Carvalho (975.732.138-91); Shirley de Araujo Pontes (311.471.148-03); Sylvia Freire Raymundo e Silva (135.921.008-31); Terezinha Conceição de Abreu da Costa (741.821.458-87); Terezinha da Silva Silveira (221.117.458-20); Therezinha Amaral de Bulhões Marcial (166.304.898-37); Therezinha Maria Provazi Silva (977.520.618-91); Valdelúcia Barbosa Agreste (268.026.508-43); Valdineide de Souza Barboza (070.987.728-52); Wilma Salgado Carapeto (112.701.528-15); Wilmara de Carvalho (046.023.728-48).

1.2. Órgão: Segunda Região Militar - MD/CE.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.4. Advogado constituído nos autos: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 2668/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, II da Lei nº 8.443/1992; no art. 3º, § 6º e § 7º da Resolução TCU nº 206/2007, na forma dos arts. 143, II e 260, §1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado por inépcia o exame de mérito do ato de concessão do instituidor Geraldo Manoel da Silva, em favor de Balbina Roldao da Silva, fazendo-se a determinação sugerida.

1. Processo TC-005.010/2011-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Balbina Roldao da Silva (605.487.117-04).
1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinação:
1.5.1. determinar à Primeira Região Militar do Comando do Exército que, no prazo de 60 (sessenta) dias, cadastre novo ato no Sisac sem a impropriedade verificada, ou seja, informando o fundamento legal para a concessão da pensão no posto superior ao que o militar se encontrava à época da reforma.

ACÓRDÃO Nº 2669/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-006.928/2011-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Candida Maria da Silva Fonseca (583.980.740-00); Terezinha Gomes (265.647.260-15).
1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2670/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de pensão militar a seguir relacionado:

1. Processo TC-006.929/2011-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Caren Denise Moraes de Oliveira (000.463.950-24).
1.2. Órgão: Terceira Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2671/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.629/2011-7 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Eliane Sueli Nicodemus (521.187.707-15); Elida Fernandes Nicodemus (016.162.667-08); Emilia Ramos e Silva Brasil (836.319.337-20); Lea Vianna de Vasconcellos (441.861.777-91); Marcela Browm Bastos (698.801.741-00); Maria Lucia Pinheiro (237.476.097-91); Maria de Souza Oliveira (042.449.917-78); Marissol Azevedo Lopes (886.077.127-72); Marly Monteiro Corrêa de Moura (027.403.777-70); Nair Pires da Cunha (069.892.427-44); Zuleika Franklin Canela (438.987.267-20).
1.2. Órgão: Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2672/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.632/2011-8 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Antonio Claudio Dias (657.983.766-72); Clausyr Moreira de Carvalho (016.878.556-09); Clea Maria de Carvalho Pimenta (257.419.186-20); Cleusa Aparecida de Carvalho Costa (012.598.326-35); Dayse de Almeida Ribeiro (007.565.756-21); Denaide de Almeida Ribeiro (062.882.076-32); Evanilda Oliveira de Araujo (009.839.757-52); Flavia da Motta e Albuquerque (356.192.796-34); Maria Aparecida Ribeiro (675.207.666-91); Maria Celina Dias (398.660.096-53); Maria Cristina Dias (040.179.316-85); Maria Eterna Gaudereto Martins (549.276.766-68); Maria das Graças Ribeiro Souza (041.360.606-61); Neusa Gaudereto Martins (249.136.346-15); Nilda Gaudereto Martins (403.530.956-72); Nilva Gaudereto Martins Sanguedo (546.065.196-49); Nilza Gaudereto Martins (382.467.406-87); Regina Márcia de Oliveira (516.265.786-72); Tânia Regina de Oliveira Drumond (949.533.176-53).
1.2. Órgão: Quarta Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2673/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.634/2011-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Helena Adelina dos Santos (006.987.315-14); Marilene Portugal Mendonça (109.743.185-15); Sali Alves Fonseca Vieira (440.894.735-00).
1.2. Órgão: Sexta Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2674/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.636/2011-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Almerinda Martins dos Santos (218.134.342-04); Angela Maria Cardoso Sarmento (059.049.862-20); Eliete Costa de Souza (310.577.486-68); Geany Lima da Silva (429.354.582-49); Joana Emiliana Gomes de Oliveira (291.767.782-15); Jordania Lopes (450.668.332-34); Maria Eunice Vera Cruz Monteiro (006.122.602-59); Maria José Lôbo da Véra Cruz Soares (085.828.902-49); Maria Raimunda Alves dos Santos (147.798.032-68); Maria da Conceição dos Santos Lima (044.385.402-59); Mario Sergio Lopes Trindade (835.574.402-06); Regina Celia da Gama de Jesus (009.756.911-98).
1.2. Órgão: Oitava Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2675/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.639/2011-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alaide Soares da Silva (045.608.306-57); Benedita Martins de Carvalho (844.827.291-91); Eda Castro Lucas de Souza (346.439.907-91); Sandra Regina do Nascimento Carvalho (285.780.822-49).
1.2. Órgão: Décima Primeira Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2676/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados:

1. Processo TC-007.640/2011-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Clarice Almeida Rodrigues (110.427.702-63); Elpidia Antonia da Silva (099.444.192-49); Francisco Dantas da Silva (130.789.094-68); Luziene Moreira de Lima (317.179.262-15); Maria Marizete Alves da Silva (216.662.452-91); Maria Miranda Monteiro (422.767.562-68); Maria do Perpetuo Socorro Silva Penteado Duarte (055.845.232-91); Raimunda Americo Mota (164.114.202-20); Raimundo Marques da Silva (609.509.942-00).
1.2. Órgão: Décima Segunda Região Militar - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2677/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.049/2011-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Antonio Sales (086.278.431-04); Antonio Shirley Cruz Jucá (303.945.708-04); Aparecido Valentim Rodrigues (005.623.128-89); Aquino Ogawa (019.744.759-72); Ari Lopes (171.088.610-20); Arnaldo Machado Melo (044.912.540-87); Benedito Olimpio de Oliveira (002.473.834-49); Benedito Silvestre (109.200.218-91); Braz Agostinho Padilha (166.237.386-49); Braz Francisco Perri (023.973.077-15); Braz Molinas Filho (003.823.701-63); Breno Sergio Torres (008.010.890-34); Bruno Carvalho (074.813.976-19); Carlos Alberto Brasil (059.118.000-63); Carlos Alberto Rodrigues (101.008.227-20); Carlos Alberto da Silva Teobaldo (883.216.652-68); Carlos Antonio Vieira de Souza (396.589.371-87); Carlos Vieira Alves (081.571.205-78); Carlos de Oliveira Rosa (095.133.298-87); Celso Moreira Martins (001.745.993-15); Cid de Andrade Figueira (073.406.647-34); Claudiomar Freitas Vieira (057.828.130-91); Cleverson Jose Ramos de Siqueira (028.106.569-16); Cosme da Silva (776.889.537-15); Dagoberto Francisco Willig (045.560.970-53); Damasio Douglas Nogueira (003.283.752-68); Daniel Gomes dos Santos (742.748.217-49); Darcy Ilha Godoy (044.756.740-34); David da Silva Freire (022.534.452-15); Decio Ignacio da Silva (039.207.637-34); Dirceu Macedo da Cunha (078.950.627-00); Doci Peres de Lima (034.194.952-34); Décio Adolfo da Silveira (056.801.156-20); Edgar Miguel de Lima (135.108.607-30); Edigenio Soares Mendes (000.617.191-53); Edil Rubens Chaves Ribeiro (024.912.571-49); Edilson Coronel Alcantara (114.062.087-87); Edison de Almeida Cunha (051.362.027-34); Edmilson da Silva (465.711.750-53).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 2678/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V; 39, II da Lei nº 8.443/1992 e na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma a seguir relacionados:

1. Processo TC-003.051/2011-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Helmut Reschke (008.981.630-72); Helmut Reschke (008.981.630-72); Hermes de Oliveira Dornelles (201.218.140-68); Herondino da Silva e Silva (054.724.317-00); Hilton Claudino Dias (040.136.207-82); Huedson Pedro da Silva (243.860.497-20); Hugo Felix da Silva (010.310.234-53); Ignacio Serrano de Andrade (036.533.318-20); Ilair Duarte de Castro (154.662.640-91); Iraldo Roque Leindercker (059.103.900-15); Irineu Moacyr Bardi (147.575.248-20); Ismael Moraes (106.841.668-87); Ivan Giglio de Carvalho (006.950.170-04); Ivo Antunes Coitinho (023.083.711-53); Ivo de Avelar e Silva (055.684.047-04); Ivolete Listen de Oliveira (046.492.651-34); Jaci de Souza Almeida (049.147.161-00); Jair Rosa (039.196.500-00); Jindrick Wanke (036.605.327-20); Joao Evangelista do Nascimento Saraiva (034.200.942-72); Joao Grycajuk (002.449.619-72); Joao Hilario Cavalcante (004.396.734-53); Joao Lopes (055.510.560-15); Joao Manoel Farias (038.179.037-15); Joao Paulo da Gama (045.423.470-87); Joao Pereira Marçal Neto (006.657.701-20); Joao Sidney de Sousa (178.303.119-00); Joao Ursino Cruz (005.486.852-15); Joaquim Georgino Garcia (119.741.501-78); Joaquim Toledo Castanho Junior (230.120.488-04); Joel Homem Vieira (007.712.956-34); Jorge Alberto Fripp Fanfa (143.385.050-87); Jorge Ferreira do Nascimento (075.673.084-87); Jorge Luiz Augusto Correa (436.983.367-15); Jorge Miguel Sebalhos Souza (060.427.599-49); João Batista Machado (001.498.293-53); João Carlos Jesus Pnheiro (075.718.104-00).
1.2. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2679/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente e arquivar os autos.

1. Processo TC-006.172/2010-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Ouvidoria do Tribunal de Contas da União.
1.2. Órgão: Incra - Superintendência Regional em São Paulo-MDA.
1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em São Paulo (SECEX-SP).
1.4. Advogado constituído nos autos: não há.
1.5. Determinação:
1.5.1. dar ciência desta deliberação ao Incra e ao representante.

ACÓRDÃO Nº 2680/2011 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em não conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão ao representante.
1. Processo TC-023.523/2009-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Município de Ribeira do Pombal - BA.
1.2. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (SECEX-BA).
1.3. Advogado constituído nos autos: não há.
1.4. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 14/2011 - Primeira Câmara
Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária

PROCESSO EXCLUÍDOSDE PAUTA (de Relação):

Foi excluído de pauta, ante requerimento do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo n° 002.870/2011-8.

PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA E APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Passou-se, em seguida, ao julgamento ou à apreciação dos processos adiante indicados, que haviam sido incluídos na pauta, de forma unitária e organizada sob n° 14/2011, havendo a Primeira Câmara aprovados os Acórdãos de n°s 2681 a 2725, que se inserem no Anexo desta Ata, acompanhados dos correspondentes Relatórios, Votos ou Propostas de Deliberação, bem como de Pareceres em que se fundamentaram (Regimento Interno, artigos 17, 95, inciso VI, 134, 138, 141, §§ 1° a 7° e 10; e Resoluções TCU n°s 164/2003, 184/2005 e 195/2006):

ACÓRDÃO Nº 2681/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.620/2011-5.
2. Grupo I - Classe V- Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Antonio Jader Domingues (130.771.470-68).
4. Órgão/Entidade: Coordenação Regional da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria de interesse de Antonio Jader Domingues;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, e art. 260, § 1º, do Regimento Interno, em:
9.1. considerar ilegal e recusar o registro do ato inicial de aposentadoria de interesse de Antonio Jader Domingues;
9.2. determinar à Coordenação Regional da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul que:
9.2.1. dê ciência do teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo, proveniente de eventual interposição de recursos, não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, em caso de desprovimento;
9.2.2. providencie a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste Acórdão, nos termos dos artigos 39 da Lei nº 8.443/92 e 262 do Regimento Interno do TCU, sob pena de responsabilidade solidária do ordenador de despesas, dispensando o ressarcimento das importâncias recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula-TCU nº 106;
9.3. orientar à Coordenação Regional da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul no sentido de que a aposentadoria poderá prosperar, mediante emissão de novo ato, escoimado das irregularidades apontadas, conforme previsto no artigo 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
9.4. determinar à Sefip que monitore a implementação da medida tratada no subitem 9.2
10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2681-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2682/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.992/2010-1.
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Pedido de Reexame.
3. Interessada: Universidade Federal de Pernambuco - MEC.
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco - MEC.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Sefip e Serur.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 8056/2010 - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/92 c/c o art. 286 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência à interessada.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2682-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2683/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.982/2004-9.
1.1. Apenso: 006.682/2005-7
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas. Exercício de 2003.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (42.520.171/0001-91).
3.2. Responsáveis: Responsáveis: Luiz Rodolfo Landim Machado (596.293.207-20), presidente; Djalma Rodrigues de Souza (099.162.964-72), presidente; Richard Olm (289.163.010-68), diretor; Nelson Jose Guitti Guimaraes (647.760.267-91), diretor; João Eudes Touma (097.633.927-72), diretor; Henyo Trindade Barretto (001.053.334-68), diretor; Francisco Roberto Andre Gros (038.644.137-53), presidente do Conselho de Administração; José Eduardo de Barros Dutra (347.586.406-10), presidente do Conselho de Administração; Antônio Luiz Silva de Menezes (092.036.057-20), conselheiro; José Coutinho Barbosa (003.161.053-68), conselheiro; Ildo Luis Sauer (265.024.960-91), conselheiro; Giles Carriconde Azevedo (316.531.971-53), conselheiro; Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04), conselheiro; Renato de Souza Duque (510.515.167-49), conselheiro; Guilherme de Oliveira Estrella (012.771.627-00), conselheiro
4. Entidade: Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade: 9ª Secretaria de Controle Externo (Secex-9).
8. Advogados constituídos nos autos: Nilton Antônio de Almeida Maia, OAB/RJ 67460; Nelson Sá Gomes Ramalho, OAB/RJ; Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues, OAB/RJ 129398; Gustavo Côrtes de Lima, OAB/DF 10969; Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12250; Carlos da Silva Fontes Filho, OAB/RJ 59712; Gustavo Bezerra Tenório, OAB/SP 168519.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anual, da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, exercício de 2003,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, em julgar as contas regulares e dar quitação plena aos responsáveis.
10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2683-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2684/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.762/2008-2.
2. Grupo I - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Meio Ambiente.
3.2. Responsável: Antônio Honorato de Souza (209.257.865-00), ex-prefeito.
4. Entidade: Município de Angical/BA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Auditor Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade: Secex-7 e Serur.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração interposto contra o Acórdão 6083/2010 - 1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso e negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência ao responsável;

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2684-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2685/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.325/2008-9.
2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério dos Transportes (vinculador) (37.115.342/0001-67).
3.2. Responsáveis: Ana Maria Almeida Brito (112.405.551-72); Ana Paula de Barros Mawad (594.698.034-34); Ana Silvia Tavares Silva (253.976.303-06); Antonio Lobato Valente (104.288.013-15); Benedito Salim Duailibe (000.566.183-87); Bruno Seidler (029.618.490-04); Clarivaldo Carlos Alcântara (009.856.351-34); Domingos dos Santos Martins Filho (003.119.283-15); Edmar Marques Moreira (144.748.161-53); Jorge Francisco Murad Júnior (406.931.397-49); Jose Oscar Frasao Frota (020.273.803-53); José Inacio Ferreira Trindade (309.863.111-20); José Ricardo Ruschel dos Santos (210.336.410-49); Leonia Franco Vilela (119.852.081-72); Luis Fernando Moura da Silva (054.623.473-91); Luís Henrique Teixeira Baldez (055.144.103-82); Maria da Glória Felgueiras Nicolau (032.176.708-09); Paulo Antônio Mendes Janô (229.048.832-15); Paulo Roberto Kozlowski Tannenbaum (565.546.057-20); Paulo Rogério Ferreira Campos (033.484.901-20); Rubens Yoshieite Yonamine (293.674.768-68); Sebastião Rosa da Silveira (032.771.511-15); Valter Gonçalves da Costa (001.417.633-53); Vivenda Construções Ltda. (06.983.582/0001-22); Washington de Oliveira Viegas (001.379.603-87).
4. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Maranhão S.A. - Min.Transportes
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - MA (SECEX-MA).
8. Advogado constituído nos autos: Flavio Duailibe Costa (OAB/MA 8.577)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas da Companhia Docas do Maranhão S.A. - Codomar, relativa ao exercício de 2007;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1 rejeitar, parcialmente, as alegações de defesa apresentadas por José Oscar Frasão Frota, Antônio Lobato Valente e pela empresa Vivenda Construções Ltda.;
9.2 fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias para que, em solidariedade, os senhores José Oscar Frasão Frota e Antônio Lobato Valente e a empresa Vivenda Construções Ltda. comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento, das importâncias originais abaixo identificadas aos cofres do Dnit, atualizadas monetariamente a partir

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente, informando- lhe que a liquidação tempestiva do débito sanará o processo e as contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, com quitação, nos termos do art. 202, § 4º, do Regimento Interno do TCU:

Valor original Data
6.110,83 30/3/2007
7.629,28 31/7/2007

9.3 dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto condutores, aos responsáveis

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2685-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2686/2011 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 027.714/2010-1.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (33.654.831/0033-13).
3.2. Responsável: Nereu Francisco Mezzomo (169.771.810-87).
4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - RS (Secex-RS).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em decorrência do descumprimento de obrigações assumidas mediante termos de compromisso e de concessão e aceitação de bolsa no exterior, referentes à concessão de bolsa de estudos para custeio de pós-doutorado no exterior;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19, caput e 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno, julgar irregulares as presentes contas e condenar o Sr. Nereu Francisco Mezzomo ao pagamento da quantia correspondente a R$ 101.915,89 (cento e um mil, novecentos e quinze reais e oitenta e nove centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 25/2/2003 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de quinze dias desde a notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante ao CNPq;
9.2 aplicar ao Sr. Nereu Francisco Mezzomo a multa prevista no art. 57 da Lei n° 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;
9.3 autorizar desde logo a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4 dar ciência desta deliberação ao CNPq e ao responsável.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2686-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2687/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-007.481/2008-8
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Roberto Pereira Varela - ex-prefeito (CPF 003.465.864-53) e Município de Ceará-Mirim/RN (CNPJ 08.004.061/0001-39)
4. Entidade: Município de Ceará-Mirim/RN
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secex/RN
8. Advogados constituídos nos autos: Cleto de Freitas Barreto (OAB/RN 1.007) e Pedro Avelino Neto (OAB/RN 855)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra o responsável Roberto Pereira Varela, ex-prefeito do Município de Ceará-Mirim/RN, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 289/1997 (SIAFI 326578), cujo objeto consistia em estabelecer condições para o desenvolvimento das ações do plano de erradicação do *aedes aegypti* naquele Município.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, em:
9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Roberto Pereira Varela, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e 23, inciso III da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU;
9.2. julgar irregulares as contas do Município de Ceará-Mirim/RN com fundamento na alínea "c" do inciso III do art. 16 da Lei Orgânica/TCU, condenando-o ao recolhimento das importâncias de R$ 96.134,14 (noventa e seis mil, cento e trinta e quatro reais e quatorze centavos) e de R$ 19.727,19 (dezenove mil, setecentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 29/8/2000 e 31/12/2000, respectivamente, até a efetiva data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, caso solicitado, o pagamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor, alertando-se o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.5. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União no Estado do Rio Grande do Norte, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para ajuizamento das ações cabíveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2687-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2688/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.621/2010-7
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Lin Tse Min (497.228.754-34)
4.Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, de responsabilidade do Sr. Lin Tse Min, em face do descumprimento de obrigações assumidas mediante o Termo de Compromisso firmado em 20/8/1995, que possuía como objeto a concessão de bolsa de estudos de doutorado na Universidade de York, Inglaterra.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. julgar irregulares as presentes contas e em débito o responsável, Sr. Lin Tse Min, nos termos dos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, e 23, inciso III, alínea "a", da Lei nº 8.443/92, condenando-o ao pagamento da importância de R$ 217.987,83 (duzentos e dezessete mil, novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e três centavos), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 22/01/2001 até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;
9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendida a notificação;
9.3. autorizar, desde já, caso solicitado pelo responsável, com fundamento no art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RITCU, o pagamento da dívida em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.3.1. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, c/c o § 2º do art. 217 do RITCU;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentam, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2688-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2689/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.020/2010-5.
2. Grupo I - Classe II Assunto: Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Margareth Santos Zanchetta (CPF 708.706.327-87).
4. Entidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (SECEX-RJ).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/MEC contra a bolsista Margareth Santos Zanchetta, em decorrência do descumprimento da obrigação contida no item 7 do Termo de Compromisso por ela firmado, que fixa, nos casos de bolsa de estudos no exterior, a obrigatoriedade de retorno ao Brasil após a conclusão do curso, e nele permanecer pelo menos por três anos a partir da data de retorno, exercendo atividades ligadas aos estudos realizados, no valor total de R$ 245.607,55.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, I, 16, III, alínea "b", 19, caput, e 23, III, da Lei nº 8.443/92, julgar irregulares as contas da Sra. Margareth Santos Zanchetta, condenando-a a ressarcir aos cofres da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES a quantia de R$ 245.607,55 (duzentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e sete reais e cinquenta e cinco centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 08/10/2002 até o dia do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante esta Corte, o cumprimento dessa obrigação;
9.2. aplicar à responsável acima a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal, seu recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até o dia do efetivo pagamento, se for quitada após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, autorizar, desde já, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.4 autorizar, desde logo, caso solicitado, o pagamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada uma, atualizada monetariamente, os encargos devidos, conforme legislação em vigor, alertando-se a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela acarretará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2689-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2690/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-026.396/2008-8
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: Aldemir Elias de Morais (CPF 090.607.404-59) e DF Construções e Incorporações Ltda. (CNPJ 09.012.733/0001-10)
4. Entidade: Município de São Bento do Norte/RN
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/RN
8. Advogados constituídos nos autos: Carlos Alberto Correia Teixeira Jr. (OAB/PE 16.404) e Carlos Alberto Correia Teixeira (OAB/PE 2.818)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade do Sr. Aldemir Elias de Morais, ex-prefeito do Município de São Bento do Norte/RN, instaurada pelo Departamento de Extinção e Liquidação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (DELIQ/MPOG) em decorrência da inexecução parcial do objeto do Convênio nº 178/1996, celebrado entre aquele Ministério e o citado Município de São Bento do Norte/RN, no valor de R$ 200.000,00, tendo por objeto "*estudos, elaboração de projetos e construção de espigões, na praia de Caiçara do Norte*".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443/92, em julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação aos responsáveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2690-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2691/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-028.092/2010-4
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Lenilson Flávio Bezerra de Almeida (CPF 183.722.014-04)
4. Entidade: Município de Alagoinha/PE
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secex/PE
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Coordenação de Contabilidade do Departamento de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva do Ministério da Integração Nacional, de responsabilidade do Sr. Lenilson Flávio Bezerra de Almeida, ex-Prefeito do Município de Alagoinha/PE, em decorrência da execução parcial do objeto pactuado no Termo Simplificado de Convênio nº 340/99, celebrado em 30/12/1999, no valor de R$ 100.000,00, tendo por objeto a construção de sete passagens molhadas em área rural do referido Município.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II da Lei nº 8.443/92, em julgar as presentes contas regulares com ressalva, dando-se quitação ao responsável, Sr. Lenilson Flávio Bezerra de Almeida.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2691-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2692/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.562/2010-4
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Aposentadoria
3. Interessados: Marcos Fernando Pereira (058.815.794-53), Maria de Lourdes Macedo (023.963.004-15), Marly Moura Pessoa (338.519.134-34) e Plácido Cesar Paiva Martins (069.863.904-91).
4. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba - Cefet/PB.
5. Relator: Ministro Ubiratan Aguiar.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão de aposentadoria a ex-servidores do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92, em:
9.1. considerar legal e registrar o ato de alteração de aposentadoria de Maria de Lourdes Macedo (10457500-04-2005-000010-7);
9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de Marcos Fernando Pereira (10457500-04-2002-000007-9), Marly Moura Pessoa (10457500-04-2005-000008-5) e Plácido Cesar Paiva Martins (10457500-04-2002-000002-8), recusando-lhes registro;
9.3. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé, em conformidade com a Súmula 106 do TCU;
9.4. determinar ao Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba, com fundamento no art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU, que adote medidas para:
9.4.1. dar ciência aos Interessados, no prazo de 15 (quinze) dias, da deliberação desta Corte de Contas, alertando-os de que a interposição de eventuais recursos não os eximirá da devolução dos valores recebidos indevidamente após a notificação desta deliberação, caso esses recursos não sejam providos;
9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes dos atos considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.4.3. enviar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta deliberação, documentos comprobatórios de que os Interessados cujos atos de aposentadoria foram impugnados estão cientes do julgamento do Tribunal;
9.5. esclarecer à entidade que as concessões consideradas ilegais poderão prosperar, mediante a emissão de novos atos em que sejam suprimidas as irregularidades verificadas, conforme previsto no art. 262, §2º, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2692-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar (Relator) e José Múcio Monteiro.
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2693/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-001.367/2008-6 (com 1 volume e 2 anexos)
2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração
3. Recorrente: Gilberto Sidnei Maggioni (ex-prefeito - CPF 207.873.328-87)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto/SP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Adnan Saab (OAB/SP n° 161.256), Vivian Kárila Ribeiro Pracitelli (OAB/SP n° 151.403), Alexandre Junqueira de Andrade (OAB/SP n° 274.523) e Nilton Stachissini (OAB/SP n° 79.671)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em fase de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão nº 1.729/2010 - 1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração, para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar o recorrente do teor deste acórdão.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2693-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2694/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.845/2007-8
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame em Pensão Civil
3. Recorrentes: Deocleciano Otávio de Oliveira Neto (CPF 007.881.164-36) e Iasmin Rio e Rosas (CPF 046.286.874-55)
4. Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em Pernambuco
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Eduardo Lacerda Siqueira Campos Araújo (OAB/PE nº 22.140), Rogério Neves Batista (OAB/PE nº 7.196), Gustavo Henrique Baptista Andrade (OAB/PE nº 12.002), Sílvio Lins de Albuquerque (OAB/PE nº 14.467), Cecília Lopes Neves Baptista (OAB/PE nº 27.272), Ana Virgínia Rio Lima Carneiro (OAB/PE nº 12.304), Carla Rio Lima Moraes de Melo (OAB/PE nº 13.458), Carlos Alberto Leal de Barros Júnior (OAB/PE nº 450-A) e Paula Piereck de Sá (OAB/PE nº 14.855)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedidos de reexame interpostos por Deocleciano Otávio de Oliveira Neto e Iasmin Rio e Rosas contra o Acórdão nº 6.241/2009-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais as concessões de pensões civis a menores sob guarda, sem comprovação da dependência econômica em relação aos instituidores.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes pedidos de reexame, para, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2694-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2695/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.849/2007-7
2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame em Pensão Civil
3. Recorrente: Fernanda Vera Herren da Vinha Carmo (CPF 311.646.228-38)
4. Unidade: Gerência Regional de Administração do Ministério da Fazenda em São Paulo
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo
6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidades Técnicas: Sefip e Serur
8. Advogada constituída nos autos: Fabiana Mussato de Oliveira (OAB/SP nº 174.292)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Fernanda Vera Herren da Vinha Carmo contra o Acórdão nº 417/2009-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais as concessões de pensões civis a menores sob guarda, sem comprovação da dependência econômica em relação ao instituidor.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com base nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2695-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2696/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-002.175/2011-8
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Sinval Soares Leite (CPF nº 196.384.776-87)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Claro dos Poções/MG

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade Técnica: Secex/MG
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) devido à omissão na prestação de contas dos recursos transferidos ao município de Claro dos Poções/MG, por meio do Termo de Responsabilidade 1088/MPAS/SEAS/2002, cujo objeto era a construção de Centro de Geração de Renda.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alíneas "a" e "b", 19, caput, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, § 6º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Sinval Soares Leite e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 95.000,00 (noventa e cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir de 7/1/2004 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2696-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2697/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.598/2010-8
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria
3. Interessados: Abílio Lunkes (CPF 115.827.900-00), Altair Luiz Chiarello (CPF 144.827.700-00), Antonio Itacir Marcon (CPF 154.272.260-87), Ilze Krebs (CPF 227.739.240-53), Janito Di Domenico (CPF 144.820.880-72), Luiz Ubirajara Mezomo (CPF 157.982.670-91), Maria Doraci Feistauer (CPF 365.682.360-04) e Nelita Maria Simionato Slongo (CPF 231.739.040-87)
4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Passo Fundo/RS
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidora da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Passo Fundo /RS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/1992, art. 262, § 2°, do Regimento Interno, e Enunciados nºs 74 e 106 da Súmula/TCU, em:

9.1 considerar ilegais as concessões de aposentadoria a Abílio Lunkes, Altair Luiz Chiarello, Antonio Itacir Marcon, Ilze Krebs, Janito Di Domenico, Luiz Ubirajara Mezomo, Maria Doraci Feistauer e Nelita Maria Simionato Slongo, negando seu registro;

9.2 dispensar os interessados do ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé;

9.3 determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 15 dias, adote as seguintes medidas:

9.3.1. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados;

9.3.2. convocar os interessados que averbaram tempo de atividade rural para, no prazo de 15 (quinze) dias, optarem por retornar à atividade - caso não tenham atingido a idade limite para permanência no serviço ativo - ou apresentar comprovação de pagamento das contribuições previdenciárias devidas, mediante certidão de competência do INSS ou, ainda:

9.3.2.1. permanecer na inatividade com proventos proporcionais a 30/35, se homem, e 25/30, se mulher, nos termos da Súmula TCU nº 74, nos casos dos servidores Antonio Itacir Marcon, Janito Di Domenico e Nelita Maria Simionato Slongo;

9.3.2.2. permanecer na inatividade com proventos proporcionais a 32/35, no caso de Abílio Lunkes e 28/30, no de Maria Doraci Feistauer;

9.3.3. alertar os servidores Luiz Ubirajara Mezomo e Ilze Krebs que eles não contam tempo de serviço suficiente para permanecerem aposentados, mesmo na hipótese de utilização do período de inatividade da Súmula TCU nº 74;

9.3.4. convocar Altair Luiz Chiarello para, no prazo de 15 (quinze) dias, optar por apresentar certidão que comprove o tempo de atividade como aluno-aprendiz, conforme o Acórdão nº 2.024/20025-TCU-Plenário, ou retornar ao serviço ativo, por não contar tempo de serviço para aposentadoria;

9.3.5. alertar os servidores de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.3.6. fazer cessar os pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.7 enviar, para este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da decisão, documentos aptos a comprovar que os inativos tiveram conhecimento do acórdão;

9.3.8. emitir novos atos, livres das irregularidades apontadas, com vistas à apreciação deste Tribunal, caso os servidores comprovem os recolhimentos previdenciários do período de atividade rural;

9.3.9. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa à cessação de pagamentos decorrentes das concessões consideradas ilegais, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2697-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2698/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.654/2008-7
2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Representação
3. Responsáveis: Egilmário Silva Bezerra (CPF: 396.340.604-63), ex-Prefeito, Construtora Harpan Ltda (CNPJ: 05.811.893/0001-79); Ji Construções Civis Ltda. (CNPJ: 07.149.739/0001-09) e Inácio Roberto de Lira Campos (CPF: 686.893.574-91), Prefeito
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE/PB), sobre possíveis irregularidades ocorridas na execução dos Contratos de Repasse nºs 0151395-41 e 0159505-45, cujos objetos eram a pavimentação com paralelepípedos, respectivamente, das Ruas Marechal Castelo Branco e Gilvan Soares de Vera, ambas no Município de Cacimba de Areia/PB.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 10, § 1º; 12, inciso II; 28, inciso II; 47; e 58, inciso IV, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 202, inciso II; 237, inciso III; e 268, inciso IV e § 3º, do Regimento Interno e com o art. 43 da Resolução-TCU nº 191/2006, em:

9.1. conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. aplicar multa a Inácio Roberto de Lira Campos pelo não atendimento à diligência do Tribunal, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. constituir processo específico de tomada de contas especial, promovendo a citação solidária dos responsáveis abaixo arrolados e pelos valores dos débitos indicados, para, no prazo de quinze dias, contados a partir da ciência da citação, apresentarem alegações de defesa ou recolherem aos cofres públicos as quantias devidas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir da data de lançamento até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente ou ainda, a seu critério, adotem ambas as providências:

9.4.1. Egilmário Silva Bezerra e Construtora Harpan Ltda., pela aplicação irregular dos recursos federais transferidos por meio dos Contratos de Repasse nº 0151395-41 e nº 0159505-45, tendo em vista que: i) não foram apresentados os documentos comprobatórios das despesas; ii) foi constatada incoerência entre os dados contidos na prestação de contas apresentada ao concedente, que atestam a execução das obras por administração direta, sem realização de certame licitatório, e as informações constantes da prestação de contas anual apresentada ao TCE/PB, que identificou a promoção de processo licitatório e posterior subcontratação de pessoa física, de forma irregular, por um valor inferior ao definido no certame; iii) contratação e pagamento a empresas de fachada, que não existem fisicamente; iv) indícios de fraude ao procedimento licitatório, resultando no seguinte débito:

Data	Valor (R$)
26/05/2004	20.000,00
09/07/2004	25.000,00
12/07/2004	30.000,00

9.4.2. Egilmário Silva Bezerra e JI Construções Civis Ltda., pela aplicação irregular dos recursos federais transferidos por meio do Contrato de Repasse nº 0159505-45, tendo em vista que: i) não foram apresentados os documentos comprobatórios das despesas; ii) foi constatada incoerência entre os dados contidos na prestação de contas apresentada ao concedente, que atestam a execução das obras por administração direta, sem realização de certame licitatório, e as informações constantes da prestação de contas anual apresentada ao TCE/PB, que identificou a promoção de processo licitatório e posterior subcontratação de pessoa física, de forma irregular, por um valor inferior ao definido no certame; iii) contratação e pagamento a empresas de fachada, que não existem fisicamente; iv) indícios de fraude ao procedimento licitatório, resultando no seguinte débito:

Data	Valor (R$)
22/7/2005	28.099,86
04/11/2005	9.902,91
07/08/2006	11.652,27

9.5. promover, oportunamente, o apensamento do presente processo ao que será constituído em atendimento ao item 9.4 acima.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2698-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2699/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-008.957/2007-6 (com 1 volume e 4 anexos)
1.1. Apensos: TC-007.344/2008-9 e TC-024.886/2009-8
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial)
3. Embargante: José Feliciano Filho (CPF 045.114.924-68), ex-Prefeito
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Sapé/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Advogados constituídos nos autos: Ana Raquel Regina Evelina Limeira (OAB/PB 12.146) e Geminiano Luiz Maroja Limeira Filho (OAB/PB 11.234)

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por José Feliciano Filho, ex-Prefeito de Sapé/PB, contra o Acórdão 331/2011-1ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 34 da Lei nº 8.443/92, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer destes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência ao embargante.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2699-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2700/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 011.935/2006-2

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração em TCE

3. Recorrente: João Falcão Neto (CPF: 233.172.803-87), ex-Prefeito

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Cristino Castro/PI

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Maria Alzira Ferreira

7. Unidades Técnicas: Secex/PI e Serur

8. Advogados constituídos nos autos: José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI nº 2.594), Uanderson Ferreira da Silva (OAB/PI nº 5.456) e Gilson Gil dos Santos Fonseca (OAB/PI nº 3.831)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por João Falcão Neto, ex-Prefeito de Cristino Castro/PI, contra o Acórdão nº 2.847/2007 - 1ª Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, bem como imputou-lhe débito e multa, em decorrência da inexecução parcial do Convênio nº 618/98-MMA, cujo objeto era a construção de uma barragem de terra naquele município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33, da Lei nº 8443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso interposto por João Falcão Neto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o Acórdão nº 2.847/2007 - 1ª Câmara;

9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao recorrente.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2700-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2701/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-012.442/2007-2 (com 2 volumes e 4 anexos)

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Simplificada

3. Responsáveis: Alberto Jerônimo Pereira (CPF 135.037.821-68), Denise Reinaldet (CPF 394.480.029-04), Edgard Bassfeld (CPF 442.949.999-34), José Calazans dos Santos (CPF 150.533.771-20), Luiz Antônio Vaner (CPF 478.047.189-34), Raul Henrique Ribas Macedo (CPF 456.462.109-25), Rosilena Lima Halfen (CPF 096.914.302-82) e Valmir Kowalewski de Souza (CPF 170.922.489-49)

4. Unidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procuradora Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secex/PR

8. Advogados constituídos nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da tomada de contas simplificada da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Paraná (SFA/PR), referente ao exercício de 2006.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e III, alínea "b", e § 3º; 17 e 19, parágrafo único; 23, inciso III; 28, inciso II; 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 209, § 6º, e 214, inciso III, alínea "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 rejeitar as razões de justificativa do então titular da SFA/PR, Valmir Kowalewski de Souza, e do ex-Chefe da Divisão de Administração, Raul Henrique Ribas Macedo;

9.2 julgar irregulares as contas de Valmir Kowalewski de Souza e de Raul Henrique Ribas Macedo, aplicando-lhes multa nos valores de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e R$ 3.000,00 (três mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 julgar regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena;

9.4 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.5 alertar a SFA/PR para que:

9.5.1 envie, por meio do sistema Sisac e de acordo com a Instrução Normativa TCU nº 55/2007, os atos de concessão e de admissão para apreciação deste Tribunal, ressaltando que o descumprimento dos prazos previstos na referida norma poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Lei nº 8.443/1992 aos responsáveis;

9.5.2 em futuras aquisições, adote as medidas necessárias visando à realização de apenas um único procedimento licitatório ou de compra direta, com preservação da modalidade pertinente ao valor total da aquisição, quando da compra ou contratação de material ou serviço do mesmo gênero ou de mesma natureza, abrangendo o ano letivo, evitando o fracionamento de despesas, em observância ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 23 da Lei nº 8.666/1993;

9.6 remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado do Paraná, para as providências que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2701-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2702/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC- 012.709/2004-0 (com 04 volumes e 01 anexo)

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: João Vieira dos Santos, ex-Prefeito do Município de Maruim/SE (falecido); Edna Monteiro Lima Cardoso (CPF 265.294.755-91), ex-Secretária de Saúde de Maruim/SE; Arlinda Santos de Santana Lima (CPF 371.875.035-04), ex-Presidente da Comissão Permanente de Licitação Municipal; Artur Barreto Dantas (CPF 198.531.495-91) e Maria Lúcia de Oliveira Dantas (CPF 653.717.715-49), sócios gerentes da empresa A & L Dantas Construções Ltda.; Evandro Pessoa de Siqueira, sócio gerente da firma Myllena Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 03.491.147/0001-10); e as empresas A & L Dantas Construções Ltda. (CNPJ 03.576.504/0001-42) e Myllena Construções e Serviços Ltda. (CNPJ 03.491.147/0001-10)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Maruim/SE

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (Secex/SE).

8. Advogados constituídos nos autos: Arivaldo Barreto Conceição Júnior (OAB/SE 2775), Helber Freitas Oliveira (OAB/SE 4345) e Alexander Maciel de Santana (OAB/SE 3879)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de João Vieira dos Santos, ex-Prefeito do Município de Maruim/SE (falecido), instaurada pela Fundação Nacional de Saúde, em razão do não cumprimento do objeto pactuado, mediante convênio, entre o município e a FUNASA, que tinha por finalidade a construção de conjuntos sanitários domiciliares.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 5°, caput e inciso VIII; 12, incisos I, II e § 3º; 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; 57; e 58, inciso II, da Lei 8.443/1992; nos arts. 202, § 6º; e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir José Roberto Oliveira Santos da relação processual;

9.2 julgar irregulares as contas de João Vieira dos Santos, condenando o seu espólio, na pessoa da inventariante Edileuza Santana Santos, ou, caso já concluído o inventário, seus sucessores, até o limite do valor do patrimônio que lhes for transferido, solidariamente com Edna Monteiro Lima Cardoso, Artur Barreto Dantas, Maria Lúcia de Oliveira Dantas, Evandro Pessoa de Siqueira, A & L Dantas Construções Ltda. e Myllena Construções e Serviços Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo discriminadas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da FUNASA, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Responsáveis Solidários	Débitos (R$)	Datas de Ocorrência
Espólio de João Vieira dos Santos (falecido), na pessoa de sua inventariante Edileuza Santana Santos;	9.399,00	21/07/2000
	5.400,00	30/06/2000
	17.190,00	01/08/2000
Edna Monteiro Lima Cardoso; Artur Barreto Dantas; Maria Lúcia de Oliveira Dantas; A & L Dantas Construções Ltda.	10.000,00	07/08/2000
	1.500,00	25/08/2000
	2.450,00	12/09/2000
	7.500,00	29/09/2000
	15.000,00	27/10/2000
	10.000,00	10/11/2000
	2.000,00	17/11/2000
	6.000,00	30/11/2000
	8.000,00	19/12/2000
Espólio de João Vieira dos Santos (falecido), na pessoa de sua inventariante Edileuza Santana Santos; Edna Monteiro Lima Cardoso; Evandro Pessoa de Siqueira; Myllena Construções e Serviços Ltda.	20.000,00	07/11/2000
	6.000,00	17/11/2000
	10.000,00	29/11/2000
	29.000,00	12/12/2000
	3.372,77	28/12/2000

9.3 aplicar a Edna Monteiro Lima Cardoso multa no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4 aplicar a Artur Barreto Dantas e Maria Lúcia de Oliveira Dantas multa individual no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 aplicar a Evandro Pessoa de Siqueira multa individual no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6 aplicar a Arlinda Santos de Santana Lima multa no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7 autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8 remeter cópia do presente acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para ciência e providências que entender cabíveis.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2702-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2703/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.797/2003-4
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Recorrentes: Nilson Ferreira Costa (ex-prefeito, CPF 001.332.802-68) e Isabel Campoy Bono Algodoal (ex-secretária municipal de educação, CPF 027.788.848-40)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Bauru/SP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidades Técnicas: Secex/SP e Serur
8. Advogados constituídos nos autos: Daniel Lini Perpétuo (OAB/SP nº 238.012), Ricardo Benefi Dultra (OAB/SP nº 272.991) e Paulo Roberto Lauris (OAB/SP nº 58.114)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de recursos de reconsideração interpostos por Nilson Ferreira Costa, ex-prefeito do Município de Bauru/SP, e Isabel Campoy Bono Algodoal, ex-secretária municipal de educação, contra o Acórdão nº 3.742/2010-TCU-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento com nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido;
9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2703-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2704/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-017.132/2007-2 (com um volume)
2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Carlos Pirmez (CPF nº 730.090.407-68)
4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
7. Unidade Técnica: Secex/RJ
8. Advogado constituído nos autos: Vera Lúcia Castanheira de Azevedo (OAB/RJ nº 26.478)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em razão de descumprimento do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no exterior firmado para obtenção de bolsa de estudo de doutorado no exterior.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 11, 16, inciso III, alínea "b", 19, caput, 23, inciso III e 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, inciso II, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, em:
9.1. julgar irregulares as contas de Carlos Pirmez e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 197.006,98 (cento e noventa e sete mil, seis reais e noventa e oito centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 28/8/2003 até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;
9.2. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;
9.3. determinar à Secex/RJ que constitua processo de representação e encaminhe diligência à Universidade Federal Fluminense para analisar a situação do ex-bolsista Carlos Pirmez entre março de 1991 e agosto de 1995, período no qual permaneceu nos Estados Unidos, recebendo proventos da universidade.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2704-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2705/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.206/2004-2
2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recurso de Reconsideração em TCE
3. Recorrentes: Fundação Oswaldo Ramos (CNPJ: 52.803.319/0001-59) e Artur Beltrame Ribeiro (CPF: 193.106.418-00);
4. Unidade: Fundação Oswaldo Ramos (CNPJ: 52.803.319/0001-59)
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
5.1. Relator da Decisão Recorrida: Ministro Augusto Nardes
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/SP
8. Advogado constituído nos autos: Anderson Viar Ferraresi (OAB/SP nº 206.326)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos o presentes recurso de reconsideração interposto conjuntamente pela Fundação Oswaldo Ramos e por Artur Beltrame Ribeiro contra o Acórdão nº 1.667/2006 - 1ª Câmara, que julgou suas contas irregulares, atribuindo-lhes débito e multa em decorrência de irregularidades verificadas na execução do Convênio nº 230/2000, celebrado com o Ministério da Saúde para a manutenção do Hospital do Rim e Hipertensão da Escola Paulista de Medicina.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; 32, inciso I; e 33 da Lei nº 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do expediente apresentado conjuntamente pela Fundação Oswaldo Ramos e por Artur Beltrame Ribeiro como recurso de reconsideração para, no mérito, dar-lhe provimento, tornando insubsistente o Acórdão nº 1.667/2006 - 1ª Câmara;
9.2. julgar regulares com ressalva as contas de Artur Beltrame Ribeiro e da Fundação Oswaldo Ramos/SP, dando-lhes quitação;
9.3. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, aos recorrentes.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2705-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2706/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.372/2010-5
2. Grupo II - Classe V - Aposentadoria
3. Interessados: Geraldo Emídio de Souza (CPF 042.576.269-68), Jorgina Vera Lucia da Fonseca (CPF 210.917.659-87), Leonice Luzia Antoniassi Vargas (CPF 349.737.619-15), Maria Catarina Brandet (CPF 211.461.369-00), Matilde Galerane Tonet (CPF 655.754.239-72), Paulo Roberto Orlandini (CPF 276.739.109-00), Rosa Maria Cardoso Bagniewski (CPF 142.766.409-97), Rosa Maria Galerani (CPF 236.730.019-49), Telma Mendes Marques Scapini (CPF 206.064.439-91), Virginia Felipe Caldeira (CPF 499.422.989-91)
4. Unidade: Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Londrina/PR
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
7. Unidade Técnica: Sefip
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam da concessão de aposentadoria a servidores da Gerência Executiva do Instituto Nacional do Seguro Social em Londrina/PR.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, e 259, inciso II, do Regimento Interno, e art. 2º, inciso VII e § 1º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, em:
9.1. considerar legais as concessões de aposentadoria a Geraldo Emídio de Souza, Jorgina Vera Lucia da Fonseca, Leonice Luzia Antoniassi Vargas, Maria Catarina Brandet, Rosa Maria Cardoso Bagniewski e Telma Mendes Marques Scapini, ordenando o registro;
9.2. considerar legais as concessões de aposentadoria a Matilde Galerane Tonet, Rosa Maria Galerani, Virginia Felipe Caldeira e Paulo Roberto Orlandini, ordenando o registro;
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote medidas cabíveis com vistas ao encaminhamento a esta Corte, via sistema Sisac, dos atos de alteração que concederam aumentos na proporcionalidade dos proventos dos inativos referidos no subitem 9.2;
9.4. determinar à Sefip que adote medidas para monitorar o cumprimento da determinação relativa ao encaminhamento dos atos de alteração de aposentadoria dos servidores indicados no subitem 9.2, representando ao TCU em caso de não atendimento.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2706-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2707/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-026.745/2008-0 (com 2 volumes e 2 anexos)
2. Grupo II - Classe II - Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis: João Neves Silva (CPF 163.916.752-87) e Francisco Milton Rodrigues (CPF 009.970/565-68) (ex-prefeitos) e C&R Construções e Reformas Ltda. (CNPJ 34.597.435/0001-87)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Oiapoque/AP
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
7. Unidade Técnica: 7ª Secex
8. Advogados constituídos nos autos: Ruben Bemerguy (OAB/AP nº 192), Jean Carlo dos Santos Ferreira (OAB/AP nº 633), Constantino Augusto Tork Brahuna Júnior (OAB/AP nº 1051) e Marcelo da Silva Leite (OAB/AP nº 999)

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 381/1999, objetivando a construção do Centro Desportivo Municipal.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 93 da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 213 do Regimento Interno/TCU, em arquivar o presente processo, sem julgamento de mérito e sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuarão obrigados os devedores, Francisco Milton Rodrigues solidariamente com a empresa C&R Construções e Reformas Ltda., para que lhes sejam dadas as quitações.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2707-14/11-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).
13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2708/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-030.135/2010-9
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho (ex-prefeito, CPF 409.317.303-68)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Presidente Vargas/MA
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/MA
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. ACÓRDÃO:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada em face da omissão no dever de prestar contas dos recursos do Convênio nº 3148/2005, firmado com o Fundo Nacional de Saúde (FNS) para a aquisição de equipamentos e materiais hospitalares.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alínea "a"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 209, § 6º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:
9.1. julgar irregulares as contas do responsável Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho, condenando-o a pagar a importância de R$ 79.000,00 (setenta e nove mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 10/11/2006 até o

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Fundo Nacional de Saúde;

9.2. aplicar a Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho multa de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2708-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro (Relator).

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2709/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.003/2010-2

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

3.2. Responsável: José Eliotério da Silva Zedafó (018.056.495-15)

4. Entidade: Município de Araci/BA

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade: Secex-BA

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. José Eliotério da Silva Zedafó, ex-prefeito do município de Araci/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio nº 655.529/2008, que tinha por objeto a aquisição de um veículo automotor, zero quilômetro, de transporte coletivo, destinado exclusivamente ao transporte diário de alunos da educação básica.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. José Eliotério da Silva Zedafó, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Eliotério da Silva Zedafó, com base no art. 16, III, "a", da Lei nº 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento de R$ 283.833,00 (duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta e três reais), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora calculados a partir de 13/6/2008, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na forma da legislação em vigor:

9.3. aplicar ao Sr. José Eliotério da Silva Zedafó a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.6. remeter cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2709-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2710/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.004/2010-9

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

3.2. Responsável: Antonio Carlos Farias Nunes (492.255.458-00)

4. Entidade: Município de Gandu/BA

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade: Secex-BA

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Antônio Carlos Farias Nunes, ex-prefeito do município de Gandu/BA, em razão da omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos repassados por meio dos Convênios nºs 95.197/1999 e 94.588/1999, que tinham por objeto a capacitação de professores e a impressão de material didático/pedagógico.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Antonio Carlos Farias Nunes, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Antonio Carlos Farias Nunes, com base no art. 16, III, "a", da Lei nº 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento das importâncias de R$ 9.400,00 (nove mil e quatrocentos reais) e R$ 9.700,00 (nove mil e setecentos reais), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de 30/12/1999 e 24/2/2000, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), na forma da legislação em vigor:

9.3. aplicar ao Sr. Antônio Carlos Farias Nunes a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2710-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2711/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.644/2009-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS)

3.2. Responsável: Valfredo Carneiro de Matos (099.214.515-53)

4. Entidade: Município de Riachão do Jacuípe/BA

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade: Secex-BA

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) contra o ex-prefeito Valfredo Carneiro de Matos em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados por meio do Convênio nº 508/MAS/2003 ao município de Riachão do Jacuípe/BA, que tinha por objeto prestar "assistência financeira para atender ao centro de referência da assistência social - casa da família".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o espólio do Sr. Valfredo Carneiro de Matos, representado pela inventariante, Sra. Tânia Regina Alves de Matos, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art. 12, inciso IV, § 3º da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Valfredo Carneiro de Matos, com base no art. 16, III, "a" da Lei nº 8.443/1992, e condenar o seu espólio ou, caso tenha havido a partilha, seus herdeiros legais, até o limite do valor do patrimônio transferido, ao pagamento das quantias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), na forma da legislação em vigor:

Valor (R$)	Data
27.000,00	2/1/2004
27.000,00	15/5/2004
54.000,00	26/10/2004

9.3. autorizar o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do Regimento Interno, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.4. autorizar, desde já, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2711-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2712/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 025.474/2009-0

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (Funasa)

3.2. Responsável: José Ubaldino Alves Pinto Júnior (402.171.675-00)

4. Entidade: Município de Porto Seguro/BA

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade: Secex-BA

8. Advogada constituído nos autos: Camila Silva Lugão, OAB/DF nº 26.377

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra o Sr. José Ubaldino Alves Pinto Júnior, ex-prefeito do Município de Porto Seguro/BA, em decorrência da não-execução do objeto do Convênio nº 1.398/1998 CR/BA (Siafi 347667), celebrado em 17/6/1998, cujo objeto era "implementar as ações do programa de controle da esquistossomose no município".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. José Ubaldino Alves Pinto Júnior, dando-se prosseguimento ao processo, com fundamento no art.12, § 3º, da Lei nº 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Ubaldino Alves Pinto Júnior, com base no art. 16, III, "c", da Lei nº 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento de três parcelas de R$ 50.364,00 (cinquenta mil, trezentos e sessenta e quatro reais), atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir de 10/8/1998, 11/9/1998 e 9/10/1998, respectivamente, até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), na forma da legislação em vigor:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.3. aplicar ao Sr. José Ubaldino Alves Pinto Júnior a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se assim for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do RI/TCU, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2712-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2713/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.653/2010-1.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Mirian Galduroz Carreteiro (074.310.108-18); Neusa Mendonca Assad de Souza (785.922.088-15); Neyse Godoy Leis (042.824.238-38); Regina Celia de Santis Mazzola Rivelli (603.136.418-20); Reinicesar Anselmo de Oliveira (730.464.007-30).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria relativas a servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em Campinas/SP.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de aposentadoria relativos a Neusa Mendonca Assad de Souza (fls. 6/9); Neyse Godoy Leis (fls. 10/13); Regina Celia de Santis Mazzola Rivelli (fls. 14/17); Reinicesar Anselmo de Oliveira (fls. 18/21) e concedendo-lhes os registros;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria referente à Sra. Mirian Galduroz Carreteiro (fls.2/5) e negar-lhe o registro;

9.3. dispensar o ressarcimento das importâncias indevidamente pagas à Sra. Mirian Galduroz Carreteiro, percebidas de boa-fé, até então, com fundamento na Súmula TCU nº 106;

9.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2713-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2714/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.726/2010-9

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria

3. Interessados: Wera Maria Simon (132.263.800-44); Zuleika Mariza Wotrich (185.519.980-72)

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS - JT

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessões de aposentadoria relativas a servidores do Tribunal Regional do Trabalho 4ª Região/RS.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar legal o ato de alteração de aposentadoria relativo a Wera Maria Simon (fls. 2/9), concedendo-lhe o registro;

9.2. restituir à Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) o ato de concessão de aposentadoria relativo a Zuleika Mariza Wotrich (fls. 10/13), para que ofereça à beneficiária oportunidade de se manifestar sobre a ilegalidade apontada, em conformidade com o que restou decidido no Acórdão TCU nº 587/2011 - Plenário, e promova a oitiva do órgão concedente sobre a mesma ilegalidade, encaminhando-lhes cópia da instrução e do parecer do Ministério Público junto a este Tribunal.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2714-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2715/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 027.331/2009-6

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal - MF (00.360.305/0001-04); Ministério do Desenvolvimento Agrário (vinculador)

3.2. Responsáveis: Edigard Manoel Pereira (043.578.175-87); Município de Rio do Antônio - BA (13.678.008/0001-53)

4. Entidade: Município de Rio do Antônio - BA

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - BA (Secex-BA)

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos relativos a tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA) contra o Sr. Edigard Manoel Pereira, em decorrência de não-comprovação da boa e regular gestão dos recursos do Contrato de Repasse nº 107058-42/2000, celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o município de Rio do Antônio/BA, por intermédio da CAIXA, para "execução, no âmbito do PRONAF [Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar], de ações objetivando a implantação de infraestrutura e serviços de apoio à agricultura familiar no município de Rio do Antônio/BA" (fls. 16).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Edigard Manoel Pereira;

9.2. acatar as alegações de defesa apresentadas pelo Município de Rio do Antônio/BA;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. Edigard Manoel Pereira, com base no art. 1º, I, 16, III, 'b', 19, *caput*, da Lei nº 8.443/1992 e art. 209, § 2º do RI/TCU e condená-lo ao pagamento da quantia abaixo especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da respectiva data até a do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da quantia devida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, conforme valores e datas abaixo discriminados:

Valor Histórico do Débito	Datas das Ocorrências
R$ 42.943,33	4/12/2001
R$ 1.622,27	11/6/2002

9.4. aplicar ao Sr. Edigard Manoel Pereira, a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da quantia devida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei nº 8.443/1992, a cobrança judicial das quantias devidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o parcelamento das quantias devidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, se for solicitado, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 217 do Regimento Interno, fixando o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2715-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 2716/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.868/2009-8.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Albérico Luiz da Silva Ribeiro (161.956.205-72); Raimundo Cosme Sales Che (955.450.778-04).

4. Entidade: Município de Piraí do Norte/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial de responsabilidade dos Srs. Albérico Luiz da Silva Ribeiro, ex-prefeito municipal de Piraí do Norte/BA, e Raimundo Cosme Sales Ché, ex-secretário municipal de Saúde, em decorrência de irregularidade apurada na aplicação dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), configurada pela utilização indevida de recursos do Teto Financeiro de Epidemiologia e Controle de Doenças (TFECD) na aquisição de medicamentos, durante o exercício de 2003.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a presente tomada de contas especial com fundamento no art. 10, c/c art. 5º, § 1º, IV, da IN TCU nº 56/2007;

9.2. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, bem como ao Ministério da Saúde e ao Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2716-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2717/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.884/1999-8

1.1. Apensos: TC 005.882/1998-2 e TC 008.698/2000-5

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Recursos de reconsideração

3. Entidade: Município de Ponta de Pedras - PA - CNPJ 05.132.436/0001-58

4. Recorrentes: Jose de Nazaré Chiappetta - CPF 055.428.472-34; Star Fox - CNPJ 01.724.337/0001-04

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade: Secretaria de Recursos (SERUR)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração subscritos por José de Nazaré Chiappeta, ex-prefeito de Ponta de Pedras/PA, e pela microempresa Star Fox, interpostos contra o Acórdão nº 1429/2010 - TCU/Primeira Câmara que lhes imputou débito solidário e multa individual, em razão de irregularidades na execução do Convênio nº 192//97, firmado com a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 32, I e 33, da Lei nº 8443/92, em:

9.1 conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por José de Nazaré Chiappetta - CPF 055.428.472-34, ex-prefeito de Ponta de Pedras/PA, e pela empresa Star Fox (I. Francisca Amaral - ME) - CNPJ 01.724.337/0001-04, contra o Acórdão nº 1429/2010 - Primeira Câmara, para, no mérito, dar a eles provimento parcial;

9.2 alterar o valor do débito solidário, constante do item 9.1 do Acórdão nº 1429/2010 - Primeira Câmara, de 23/3/2010, Ata nº 8/2010, que lhes foi imputado, para R$183.508,80 (cento e oitenta e três mil, quinhentos e oito reais e oitenta centavos);

9.3 alterar o valor da multa constante do item 9.2 do mesmo Acórdão para R$ 70.000,00 (setenta mil reais), individualmente;

9.4 dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto condutores, à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, à Procuradoria da República no Estado do Pará, à Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Pará, ao Sr. José Maria Tavares Teixeira e à Diocese Missionária do Município de Ponta de Pedras/PA, conforme itens 9.4 e 9.5 da deliberação recorrida); e aos recorrentes.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2717-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2718/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.374/2004-7.

1.1. Apensos: 005.125/2004-0; 002.489/2002-4; 012.835/2002-9

2. Grupo II - Classe II - Prestação de Contas Ordinárias

3. Responsáveis: José Antonio Silva Coutinho, CPF 000.323.526-20; Luiz Francisco Silva Marcos, CPF 269.130.547-34; Ilizeu Real Junior, CPF 684.991.168-68; Carlos Alberto Cotta, CPF 004.185.446-20; Antonio Machado Bastos, CPF 008.615.707-82; Antonio Mota Filho, CPF 048.416.973-49; Sergi de Souza Pimentel, CPF 361.341.207-15; Wildjan da Fonseca Magno, CPF 002.902.891-49; Carlos Alberto Cotta, CPF 004.185.446-20; Antonio Mota Filho, CPF 048.416.973-49; Paulo Sergio Oliveira Passos, CPF 128.620.881-53; Ricardo Jose Santa Cecilia Correa, CPF 150.642.126-15; Miguel Dario Ardissone Nunes, CPF 178.613.227-34; Luziel Reginaldo de Souza, CPF 337.077.317-15; Washigton Lima de Carvalho, CPF 462.889.377-20; José Antonio Silva Coutinho, CPF 000.323.526-20; Clodoaldo Pinto Filho, CPF 009.267.607-34; Paulino Talarico Correa, CPF 061.347.508-91; Paulo Sergio Oliveira Passos, CPF 128.620.881-53; Felipe Daruich Neto, CPF 206.691.946-20; Jose Luiz Alves, CPF 211.567.516-91; Luiz Francisco Silva Marcos, CPF 269.130.547-34; Keiji Kanashiro, CPF 300.413.178-15; Luziel Reginaldo de Souza, CPF 337.077.317-15; Francisco de Assis Leme Franco, CPF 469.676.807-49; Ilizeu Real Junior, CPF 684.991.168-68; Marcelo Barbosa Saintive, CPF 961.073.327-15; Eneida Coelho Monteiro, CPF 462.323.971-34; Ricardo Ribeiro Sarmento, CPF 061.071.926-20; Joir Soares Viana, CPF 119.337.047-72; Marcelino Augusto Santos Rosa, CPF 153.831.647-15; Lauro Henrique Guimarães Correa, CPF 248.324.056-91.

4. Entidade: Departamento Nacional de Estradas de Infraestrutura de Transportes - DNIT

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: 1ª Secex

8. Advogados constituídos nos autos: Derlan Clemente Araújo (OAB/MG 72.331); Mailton Marcelo Silva Ferreira (OAB/PA 9206); Luiz Guilherme Jorge de Nazareth (OAB/PA 14.444); José Clemente de Araújo Neto (OAB/MG 72.523-B).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam da Prestação de Contas do Departamento Nacional de Estradas de Infraestrutura de Transportes - DNIT, referente ao exercício de 2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento dos autos;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei n.º 8.443/92, e nos arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III; e 250, § 5º, do Regimento Interno, irregulares as contas dos Srs. Ilizeu Real Junior e José Antonio da Silva Coutinho;

9.3. deixar de aplicar aos responsáveis mencionados no item anterior a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, ante a proporcionalidade de multas já aplicadas aos mesmos responsáveis em outros processos, em razão de atos de gestão abrangidos por estas contas;

9.4. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18; e 23, inciso II, da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso I; 208; e 214, inciso II, do Regimento Interno, regulares com ressalvas as contas dos Srs. Carlos Alberto Cotta, Sérgio de Souza Pimentel e Antonio Mota Filho;

9.5. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17; e 23, inciso I, da Lei n.º 8.443/92 c/c os arts. 1º, inciso I; 207; e 214, inciso I, do Regimento Interno, regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no item 3 deste Acórdão, dando-lhes quitação plena;

9.6. dar ciência desta deliberação ao DNIT, ao Ministério dos Transportes e aos demais interessados;

9.7 arquivar o presente processo.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2718-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2719/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.427/2007-6

1.1. Apensos: 020.840/2010-1; 020.857/2010-1; 020.810/2010-5; 020.860/2010-2

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial

3. Entidade: Município de Cabo de Santo Agostinho - Pernambuco - CNPJ 11.294.402/0001-62

4. Responsáveis solidários: Município de Cabo de Santo Agostinho/PE; Célia Verônica Emídio Dutra, ex-Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde - CPF 045.020.513-49; e José Rivanildo Correia de Santana, ex-Secretário Municipal de Saúde - CPF 265.884.204-04

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria do TCU no Estado de Pernambuco (SECEX-PE)

8. Advogados constituídos nos autos: João Batista de Moura, OAB/PE 8.874-D; e Tatiana Cavalcanti Gonçalves Guerra, OAB/PE 20.275

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em que, imputados débitos, ocorreu o recolhimento da parte de responsabilidade solidária de Cabo de Santo Agostinho/PE, Célia Verônica Emídio Dutra e José Rivanildo Correia de Santana.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 27 da Lei nº 8443/92, em:

9.1 dar quitação aos responsáveis solidários Município de Cabo de Santo Agostinho/PE - CNPJ 11.294.402/0001-62, Célia Verônica Emídio Dutra, ex-Coordenadora do Fundo Municipal de Saúde - CPF 045.020.513-49 e José Rivanildo Correia de Santana, ex-Secretário Municipal de Saúde - CPF 265.884.204-04, ante o recolhimento do débito de sua responsabilidade de que trata o item 9.3, parte inicial, do Acórdão nº 3163/2010 - Primeira Câmara, de 1/6/2010, Ata nº 18/2010;

9.2 informar ao Município de Cabo de Santo Agostinho que as medidas visando à suspensão da inadimplência e à liberação do município para receber novos recursos federais devem ser tomadas junto ao órgão repassador, em conformidade com o previsto no art. 5º da Instrução Normativa STN nº 1/1997; e

9.3 dar ciência desta deliberação, acompanhada do Relatório e Voto condutores, à Advocacia-Geral da União - Procuradoria Regional da União em Pernambuco/5ª Região, e aos responsáveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2719-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2720/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-012.872/2005-7 (com 5 volumes e 6 anexos)

2. Grupo I - Classe II - Prestação de Contas, exercício de 2004

3. Responsáveis: Edson Jerônimo Nobre - Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos Substituto (CPF: 537.488.081-00); Henrique do Carmo Barros - Diretor Geral (CPF: 109.066.731-00); Ivo da Silva - Gerente de Desenvolvimento de Recursos Humanos (CPF 468.393.301-25); Nelson Yoshio Ito Suzuki - Diretor de Administração e Planejamento (CPF: 140.402.391-72)

4. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, incorporado ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Mato Grosso (Secex/MT)

8. Advogados constituídos nos autos: Daniela Frata dos Santos (OAB/MT nº 13.675); José Luis Blaszak (OAB/MT nº 10.778-B)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso - CEFET/MT, relativa ao exercício de 2004, entidade da administração pública indireta incorporada ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Henrique do Carmo Barros, Nelson Yoshio Ito Suzuki, Walter de Almeida Campos, Genésio Gomes da Costa, Daniel Pina Madeira, Ivo da Silva e Edson Jerônimo Nobre, para os fatos apontados a seguir:

9.1.1 os fatos aventados pela CGU no item 7.1.1.1. do Relatório de Auditoria nº 160756, que configuram inobservância do Manual Siafi (item 7.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.1.2. distorções verificadas no balanço patrimonial no que tange aos bens desaparecidos (item 8.1.1.2 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.1.3 não ter promovido de forma tempestiva os ajustes no regulamento da GID (item 9.2.2.5 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.1.4 inércia em promover o desconto dos valores pagos a maior a título de vale transporte (item 9.2.4.2 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.1.5 não atendimento, ainda em 2004, no tocante às recomendações contidas no Relatório 140316/2004 quanto à parcela de AGE (item 9.2.5.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.1.6 não formalização dos contratos relativos às licitações Convite 00016, Convite 00021, Pregão 00001 e Pregão 00002, tendo em vista que as mesmas previam obrigações futuras (item 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.1.7 os fatos apontados no item 9.5.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753, referentes à morosidade na designação de comissão para a realização de processos administrativos disciplinares;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos seguintes responsáveis, para os fatos apontados a seguir:

9.2.1. Henrique do Carmo Barros

9.2.1.1. falta de concomitância entre os registros contábeis e a ocorrência dos fatos, visto que as liquidações ocorreram sem respaldo documental, resultando lançamentos indevidos em 97% dos restos a pagar processados, de acordo com o que se verificou à época da auditoria do Controle Interno, possibilitada pela ausência de conformidade documental em todos os dias de 2004, caracterizando completo desrespeito ao disposto na IN STN nº 05/1996, nos arts. 36, 63 e 85 da Lei nº 4.320/64 e nos arts. 35, 67, 68 e 139 do Decreto nº

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

93.872/1986 (item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.1.2. inconsistências verificadas entre a contagem física dos bens patrimoniais e os registros oficiais (item 8.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.1.3. os fatos apontados no item 9.5.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753, referentes à morosidade na designação de comissão para a realização de processos administrativos disciplinares;

9.2.1.4. realização de despesas por meio de dispensa de licitação em desacordo com as normas legais, sendo feitos gastos de R$ 49.925,75 que caracterizaram fracionamento de despesa e de R$ 171.701,39 que apresentaram valores acima do limite autorizado para dispensa, de acordo com o detectado pelo Controle Interno, em procedimentos que descumpriram o art. 24, II, da Lei nº 8.443/92 Fundos (item 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.1.5. ausência de registros, controles e informações mínimas a respeito dos cursos de pós-graduação *lato sensu* realizados pelo CEFET/MT e gerenciados pela FUNDETEC, a partir de 2004, caracterizando terceirização irregular de atividade finalística e impossibilitando inclusive a identificação de eventuais danos ao Erário, com flagrante desrespeito aos mais elementares princípios que regem o interesse público e à Lei nº 8.958/1994 (item 2.2.1.1 do Relatório de Demandas Especiais da CGU nº 00190.031528/2008-04);

9.2.1.6. repasse de recursos relativos a taxas de inscrição em exames classificatórios para cursos regulares e a taxas de cursos extraordinários oferecidos pelo CEFET/MT à Caixa de Assistência Escolar sem celebração de Convênio, descumprindo-se o art. 57 da Lei nº 4.320/64 c/c o art. 34, IV, do Decreto nº 2.855/98, com indícios do denominado "caixa dois" (item 2.1.2.1 do Relatório de Demandas Especiais da CGU nº 00190.031528/2008-04);

9.2.2. Nelson Yoshio Ito Suzuki

9.2.2.1. realização de despesas por meio de dispensa de licitação em desacordo com as normas legais, sendo feitos gastos de R$ 49.925,75 que caracterizaram fracionamento de despesa e de R$ 171.701,39 que apresentaram valores acima do limite autorizado para dispensa, de acordo com o detectado pelo Controle Interno, em procedimentos que descumpriram o art. 24, II, da Lei nº 8.666/92 Fundos' (item 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.3. Walter de Almeida Campos

9.2.3.1. falta de concomitância entre os registros contábeis e a ocorrência dos fatos, visto que as liquidações ocorreram sem respaldo documental, resultando lançamentos indevidos em 97% dos restos a pagar processados, de acordo com o que se verificou à época da auditoria do Controle Interno, possibilitada pela ausência de conformidade documental em todos os dias de 2004, caracterizando completo desrespeito ao disposto na IN STN nº 05/1996, nos arts. 36, 63 e 85 da Lei nº 4.320/64 e nos artigos 35, 67, 68 e 139 do Decreto nº 93.872/1986 (item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.4. Genésio Gomes da Costa

9.2.4.1. falta de concomitância entre os registros contábeis e a ocorrência dos fatos, visto que as liquidações ocorreram sem respaldo documental, resultando lançamentos indevidos em 97% dos restos a pagar processados, de acordo com o que se verificou à época da auditoria do Controle Interno, possibilitada pela ausência de conformidade documental em todos os dias de 2004, caracterizando completo desrespeito ao disposto na IN STN nº 05/1996, nos arts. 36, 63 e 85 da Lei nº 4.320/64 e nos artigos 35, 67, 68 e 139 do Decreto nº 93.872/1986 (item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.4.2. inconsistências verificadas entre a contagem física dos bens patrimoniais e os registros oficiais (item 8.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.2.5. Daniel Pina Madeira

9.2.5.1. inconsistências verificadas entre a contagem física dos bens patrimoniais e os registros oficiais (item 8.1.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753);

9.3. acolher as alegações de defesa apresentadas pela empresa Condor Construções, Conservação e Limpeza Ltda. (CNPJ 32.937.609/0001-88), e pelos Srs. Henrique do Carmo Barros, Rupert Carlos de Toledo Pereira, Walter de Almeida Campos e Nelson Yoshio Ito Suzuki, para os fatos apontados a seguir:

9.3.1. alteração contratual mediante aditamento da categoria "porteiros", inexistente no Contrato nº 03/2002, além de formação de preços em desacordo com a categoria profissional contratada e seus reajustes decorrentes, tendo como responsáveis solidários a empresa Condor, Henrique do Carmo Barros, Nelson Yoshio Ito Suzuki, Walter de Almeida Campos e Rupert Carlos de Toledo Pereira (item 10.2.3.2 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160756);

9.3.2. ausência de conformidade entre as especificações da categoria profissional de "inspetor", indicada no projeto básico e no Contrato nº 3/2002 e a categoria oferecida na execução do contrato, atinente a função de "porteiro", tendo como responsáveis solidários a empresa Condor, Henrique do Carmo Barros, Walter de Almeida Campos, Nelson Yoshio Ito Suzuki e Rupert Carlos de Toledo Pereira (item 10.2.3.3 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160756);

9.3.3. reajuste do Contrato 03/2002 - categoria "servente", em desacordo com a IN/MARE nº 18/97 e condições do edital e contrato, tendo como responsáveis a empresa Condor, Henrique do Carmo Barros e Nelson Yoshio Iro Suzuki (item 10.2.3.4 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160756);

9.4. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pela Escola Cooperar acerca da inobservância do valor apurado no Laudo de Avaliação do Imóvel para fins de fixação do valor de aluguel do espaço do CEFET/MT;

9.5. considerar revel, nos termos do § 3º do art. 12 da Lei nº 8.443/92, o Sr. Henrique do Carmo Barros (CPF 109.066.731-00), em face do não atendimento da citação que lhe foi devidamente efetivada;

9.6. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c"', 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei n.º 8.443/92, julgar irregulares as presentes contas e condenar em débito, solidariamente, a Escola Cooperar (CNPJ 36.906.303/0001-15) e o Sr. Henrique do Carmo Barros (CPF 109.066.731-00), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento aos cofres do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso das importâncias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos encargos legais, calculados a partir das respectivas datas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

EXERCÍCIO 2004				
Vencimento	Aluguel	Data pg-to	Valor pgto	Diferença
1-jan-04	3.469,99			3.469,99
1-fev-04	3.469,99			3.469,99
1-mar-04	3.469,99			3.469,99
1-abr-04	3.469,99			3.469,99
1-mai-04	3.469,99			3.469,99
1-jun-04	3.469,99			3.469,99
1-jul-04	3.469,99			3.469,99
1-ago-04	3.469,99			3.469,99
1-set-04	1.309,99			3.469,99
1-out-04	1.309,99			3.469,99
1-nov-04	1.309,99			3.469,99
1-dez-04	1.309,99			3.469,99
Total				41.639,88

9.7. aplicar, individualmente, à Escola Cooperar (CNPJ 36.906.303/0001-15) e ao Sr. Henrique do Carmo Barros (CPF 109.066.731-00), a multa prevista nos arts. 19, *caput*, e 57 da Lei nº 8.443/92 combinado com o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b"', 19, parágrafo único, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, irregulares as contas do Sr. Genésio Gomes da Costa (CPF nº 065.895.531-49), Coordenador de Orçamento e Finanças do Cefet em 2004; do Sr. Daniel Pina Maciel (CPF nº 241.013.621-49), Coordenador de Patrimônio do Cefet em 2004; do Sr. Walter de Almeida Campos (CPF nº 161.939.381-68), Gerente de Administração e Manutenção do Cefet em 2004 e do Sr. Nelson Yoshio Ito Suzuki (CPF nº 140.402.391-72), Diretor de Administração e Planejamento do Cefet em 2004;

9.9. aplicar, individualmente, aos Srs. Genésio Gomes da Costa (CPF nº 065.895.531-49); Daniel Pina Maciel (CPF nº 241.013.621-49); Walter de Almeida Campos (CPF nº 161.939.381-68) e Nelson Yoshio Ito Suzuki (CPF nº 140.402.391-72), a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.10. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.11. autorizar, desde logo, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443/92, combinado com o art. 217 do Regimento Interno, o parcelamento das dívidas em até 24 (vinte e quatro) parcelas, corrigidas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis ou interessados que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.12. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, regulares as contas dos Srs. Ivo da Silva (CPF nº 468.393.301-25), Edson Jerônimo Nobre (CPF nº 537.488.081-00) e Rupert Carlos de Toledo Pereira (CPF nº 137.894.731-20), dando-lhes, em consequência, quitação plena;

9.13. determinar ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso que:

9.13.1. atente para a necessidade de promover a baixa dos bens desaparecidos/furtados, bem como implemente as recomendações feitas pela CGU/MT no item 8.1.1.2 do Relatório de Auditoria nº 160753;

9.13.2. observe o disposto no art. 62, § 4º, da Lei nº 8.666/93, formalizando os devidos termos de contrato no caso de compras que resultem em obrigações futuras, inclusive assistência técnica, em face do noticiado no item 10.2.1.1 do Relatório de Auditoria da CGU nº 160753;

9.13.3. observe as recomendações emanadas pela CGU no item 10.2.2.1 no Relatório de Auditoria nº 160753, pois restou comprovado o fracionamento de despesas efetuado mediante dispensa de licitação;

9.13.4. implemente as recomendações feitas pela CGU no item 7.2.1.1 do Relatório de Auditoria nº 160753, dado que o Controle Interno detectou a falta de concomitância entre os registros contábeis e a ocorrência dos fatos;

9.13.5. observe que ocorreu a falta de consistência nos índices de gastos com locação de mão de obra por metro quadrado, segundo o apontado pela CGU no item 5.1.1.1 do Relatório de Auditoria nº 160756;

9.13.6. evite a repetição de fatos como a designação de servidor ocupante de cargo de Assistente de Administração para ministrar aula, infringindo o disposto no art. 117, XVII, da Lei nº 8.112/90, de acordo com o item 9.1.2.1 do Relatório de Auditoria nº 160753;

9.13.7. proceda à concessão da vantagem do art. 192, II, da Lei 8.112/90 com valores calculados corretamente, em vista que o contrário disso foi narrado no item 9.2.2.2 do Relatório de Auditoria nº 160753 da CGU;

9.13.8. atente ao exposto no item 9.2.2.4 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU, que identificou a concessão da vantagem prevista no art. 184, II, da Lei 1711/52 a servidores posicionados em classe intermediária;

9.13.9. procure atender ao estipulado nas instruções normativas desta Corte de Contas referentes ao encaminhamento dos processos de aposentadoria e de pensão, pois os processos 23049.000006, 23049.000005, 23049.000008, 23049.000010/2004-26, 23049.000102/2004-25, 23049.000011/2004-71 e 34049.000012/2004-15 foram enviados com descumprimento ao prazo de 60 dias previsto na IN TCU 44/2004, conforme relatam os itens 9.4.1.1 e 9.4.2.1 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU;

9.13.10. apresente ao Controle Interno, se ainda não o fez, o ressarcimento das diárias pagas a profissionais para ministrarem cursos na mesma cidade de suas residências, fato este indicado no item 9.3.1.2 do Relatório de Auditoria nº 16-753 da CGU;

9.13.11. providencie a obtenção de ressarcimento corrigido monetariamente, se ainda não o fez, acerca dos valores pendentes de pagamento pela Cooperativa Coopertec em decorrência do Termo de Concessão de Uso nº 1/2002, visto que o Relatório de Demandas Especiais da CGU nº 00190.031528/2008-04 constatou pendências em relação aos meses de janeiro, agosto e setembro de 2004, no valor original total de R$3.000,00;

9.14. determinar ao Controle Interno que acompanhe, ao longo do exercício de 2011, a observação por parte do jurisdicionado das determinações acima, para fins de subsidiar o exame das referidas contas a cargo deste Tribunal;

9.15. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam:

9.15.1. ao Ministério Público da União, Procuradoria da República em Mato Grosso, para os fins do que estabelece o § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443/92;

9.15.1. à empresa Condor Construções, Conservação e Limpeza Ltda.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2720-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 2721/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo: TC-013.123/2005-9 c/11 Volumes e 3 Anexos

2. Grupo (I) - Classe de Assunto (I) - Embargos de Declaração (PCSP)

3. Embargante: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/Nacional - CNPJ: 03.087.543/0001-86

4. Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/Nacional

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: SERUR

8. Advogados constituídos nos autos: Paulo Roberto Galli Chuery, OAB/DF n° 20.449; Adriene de Faria Lobo, OAB/DF n° 14.091; José Virgílio de Oliveira Molinar, OAB/DF n° 17.729; João Felipe Cunha Pereira, OAB/RJ n° 131.197 (Procuração à fl. 52, anexo 2)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Prestação de Contas Simplificada do Serviço, exercício de 2004, em fase de apreciação de embargos de declaração opostos pelo embargante identificado no item 3 desta deliberação a fim de apontar omissões, contradições e obscuridades no Acórdão 4772/2010 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei n° 8.443/1992, dos embargos de declaração opostos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP/Nacional, para, no mérito, acolhê-los parcialmente, dando ao item '9.1' do Acórdão n°4772/2010 - TCU - Primeira Câmara a seguinte redação:

"*9.1. não conhecer, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei n° 8.443/1992, c/c os arts. 277, inciso I, e 278, § 2°, do RI/TCU, do recurso de reconsideração interposto pelo Serviço Nacional de Aprendizagem e Cooperativismo - SESCOOP/Nacional, bem como de seus elementos adicionais, por ausência de interesse recursal e de sucumbência do recorrente;*".

9.2. determinar à 5ª Secex, de ofício, e sem prejuízo da determinação contida no item 1.5.2 do Acórdão 5.078/2009 - TCU - Primeira Câmara, que as questões atinentes ao Regulamento de Licitações e Contratos (RLC) da entidade levantadas nestes autos sejam objeto de audiência e providências no âmbito das contas anuais do Sescoop/Nacional;

9.3. dar ciência ao embargante e aos interessados do inteiro teor deste acórdão bem como do relatório e voto que o fundamentam.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2721-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2722/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.504/2006-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto I - Embargos de Declaração.

3. Embargante: Nissan do Brasil Automóveis Ltda. (CNPJ nº 04.104.117/0001-76).

4. Entidade: Fundação Nacional de Saúde/Funasa (CNPJ nº 26.989.350/0001-16).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4) e Secretaria de Recursos (SERUR).

8. Advogados constituídos nos autos: Walter Costa Porto, OAB/DF nº 6.098; Antônio Perilo Teixeira Neto, OAB/DF nº 21.359; Henrique Araújo Costa, OAB/DF nº 21.989; Paula Cardoso Pires, OAB/DF nº 23.668; Sebastião do Espírito Santo Neto, OAB/DF nº 10.429; Sávio de Faria Caram Zuquim, OAB/DF nº 9.191; Paulo Alberto Leite Cerqueira, OAB/DF nº 13.024; Vanessa Cristiane Caixeta Chaves, OAB/DF nº 20.789; Hellen Pereira Gontijo, OAB/DF nº 17.127; Ulisses Lyrio Chaves, OAB/PR nº 35.005; Carlos Fernando Correa de Castro, OAB/PR nº 2.298; Adriana D'Avila Oliveira, OAB/PR nº 28.200; Rosana Jardim Riella Pedrão, OAB/PR nº 25.297; Aline Fernanda Pereira, OAB/PR nº 40.639; Fernando Abagge Benghi, OAB/PR nº 36.467; Déborah Paula Machado, OAB/PR nº 45.012; e Herik Chaves, OAB/PR nº 48.952.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Nissan do Brasil Automóveis Ltda., em face do Acórdão nº 7.368/2010-TCU-Primeira Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 31, 32, II, e 34, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 277, III, e 287, do Regimento Interno do Tribunal, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los, tendo em vista a inexistência de contradição e/ou de omissão a ser corrigida no Acórdão nº 7.368/2010-TCU-Primeira Câmara, mantido pelo Acórdão nº 2861/2009 - TCU - Primeira Câmara;

9.2. dar ciência deste Acórdão à recorrente.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2722-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2723/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.250/2008-4

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas consolidada - exercício de 2007

3. Unidade: Secretaria Executiva do Ministério da Saúde

4. Responsáveis: Adriana Karla Nunes Barbuio - CPF 432.817.103-87; Aldenir de Almeida Gonçalves - CPF 144.773.191-34; André Luís Bonifácio de Carvalho - CPF 277.186.624-20; Arionaldo Bonfim Rosendo - CPF 182.782.991-53; Brígida Nunes da Costa Oliveira - CPF 344.338.481-15; Cicero de Oliveira Barbosa - CPF 25.999.723-53; Elzira Maria do Espírito Santo - CPF 190.052.371-04; Emival Ferreira Freitas - CPF 116.182.721-87; Fernando Mendes Garcia Neto - CPF 026.358.598-09; Inácio Massara Aihara - CPF 760.132.518-00; João Paulo Baccara Araújo - CPF 097.966.816-68; João Teofilo da Silva - CPF 096.812.131-49; Jocelino Francisco Menezes - CPF 067.443.975-91; José de Ribamar Tadeu Barroso Jucá - CPF 010.122.663-20; Josué Ribeiro Costa da Silva - CPF 412.334.254-04; Lourival Gomes - CPF 085.591.550-15; Lúcia de Fátima Nascimento de Queiroz - CPF 324.626.474-87; Luiz Roberto da Silva Klassmann - CPF 295.941.540-04; Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli - CPF 059.857.811-00; Márcia Helena Goncalves Rollenberg - CPF 239.510.871-53; Márcia Helena Nerva Blumm - CPF 448.162.780-87; Marco Antonio Machado de Macedo - CPF 272.568.632-68; Paulo Biancardi Coury - CPF 239.568.877-00; Raimunda Alves - CPF 186.556.291-20; Regina Celi Barreiros Nunes - CPF 544.590.107-63; Rubio Cesar da Cruz Lima - CPF 102.412.991-87; Sady Carnot Falcão Filho - CPF 066.738.211-91; Sandra Yoko Sato - CPF 557.889.711-87; Shirlei Rodrigues Gonçalves - CPF 264.554.980-20

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade: 4ª Secretaria de Controle Externo (SECEX-4).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas anual, consolidada, relativa ao exercício de 2007, da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1 rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelos responsáveis Marco Antônio Machado de Macedo - CPF 272.568.632-68, à época Coordenador-Geral de Recursos Logísticos e Fernando Mendes Garcia Neto - CPF 026.358.598-09, então Diretor Substituto do Denasus;

9.2 julgar irregulares as contas de Marco Antônio Machado de Macedo - CPF 272.568.632-68 e Fernando Mendes Garcia Neto - CPF 026.358.598-09, com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b" e 23, inciso III, da Lei nº 8443/92, aplicando a estes responsáveis, individualmente, a multa prevista no art. 58, da emsma Lei, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando a eles o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 acatar parcialmente as razões de justificativas apresentadas por Luiz Roberto da Silva Klassmann - CPF 295.941.540-04 e julgar suas contas regulares com ressalvas, dando a ele quitação, com suporte nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8443/92;

9.5 julgar regulares com ressalvas, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8443/92, as contas de André Luis Bonifácio de Carvalho - CPF 277.186.624-20, Lúcia de Fátima Nascimento de Queiroz - CPF 324.826.474-87, José de Ribamar Tadeu Barroso - CPF 010.122.663-20, Elzira Maria do Espírito Santo - CPF 190.052.371-04, Emival Ferreira Freitas - CPF 116.182.721-87 e Brígida Nunes da Costa Oliveira - CPF 344.338.481-15, dando-lhes quitação;

9.6 julgar regulares, dando a eles quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, as contas de Adriana Karla Nunes Barbuio - CPF 432.817.103-87; Aldenir de Almeida Gonçalves - CPF 144.773.191-34; Arionaldo Bonfim Rosendo - CPF 182.782.991-53; Cicero de Oliveira Barbosa - CPF 25.999.723-53; Inácio Massara Aihara - CPF 760.132.518-00; João Paulo Baccara Araújo - CPF 097.966.816-68; João Teofilo da Silva - CPF 096.812.131-49; Jocelino Francisco Menezes - CPF 067.443.975-91; Josué Ribeiro Costa da Silva - CPF 412.334.254-04; Lourival Gomes - CPF 085.591.550-15; Márcia Bassit Lameiro da Costa Mazzoli - CPF 059.857.811-00; Márcia Helena Goncalves Rollenberg - CPF 239.510.871-53; Márcia Helena Nerva Blumm - CPF 448.162.780-87; Paulo Biancardi Coury - CPF 239.568.877-00; Raimunda Alves - CPF 186.556.291-20; Regina Celi Barreiros Nunes - CPF 544.590.107-63; Rubio Cesar da Cruz Lima - CPF 102.412.991-87; Sady Carnot Falcão Filho - CPF 066.738.211-91; Sandra Yoko Sato - CPF 557.889.711-87; Shirlei Rodrigues Gonçalves - CPF 264.554.980-20;

9.7 determinar à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde - SE/MS que informe, no prazo de sessenta dias, sobre as medidas adotadas visando instaurar processos administrativos com vistas à apuração e aplicação das sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei nº 8.666, de 1993 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimentos de contratar com a Administração - em relação à seguinte irregularidade: fortes indícios da ocorrência de fraude ou conluio na apresentação, pelas agências de publicidade Agnelo Pacheco Criação e Propaganda Ltda. (Contrato nº 10020/2005) e Propeg Comunicação Ltda. (Contrato nº 10021/20050), de três cotações de preços relacionadas à subcontratação de serviços, conforme exposto na instrução da unidade técnica;

9.8 alertar à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde - SE/MS com relação às seguintes impropriedades constatadas:

9.8.1 concessão de novo suprimento de fundos antes que tenha ocorrido a baixa na responsabilidade funcional do servidor, concretizada pela aprovação da prestação de contas dos suprimentos vigentes, em afronta aos termos do Decreto 93.872, art. 45, §3º, alínea "a";

9.8.8 não submissão das minutas dos editais licitatórios e as suas respectivas alterações relevantes à prévia análise por parte da consultoria jurídica do Ministério da Saúde, bem como dos contratos a serem originados de adesões a atas de registro de preços, em afronta ao art. 38, inciso VI, e seu parágrafo único, da Lei 8666/93 e às normas internas do Ministério, atentando para que as orientações exaradas pela consultoria jurídica sejam prontamente atendidas e, em

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

caso de discordância do parecer, que seja procedida a devida justificativa;

9.8.3 não observação, na aprovação do início do processo licitatório, da devida justificativa para a contratação, em desrespeito ao art. 93, IX, da Constituição Federal, ao princípio da motivação, aos arts. 2º e 50 da Lei 9.784/99 e à jurisprudência desta Corte de Contas;

9.8.4 não cumprimento das determinações contidas nos itens 9.3.3, 9.3.7 e 9.3.9 do Acórdão 2.060/2006 - Plenário, que tratou especificamente sobre auditoria nos contratos de publicidade do Ministério da Saúde à época, uma vez que não há justificativas a respeito das subcontratações realizadas no exercício de 2007, bem como não há, também, nos processos de pagamento, qualquer indicação de que a proposta indicada como mais adequada pela agência apresenta preços compatíveis com o mercado, determinações essas em consonância com o que prevê o art. 2º da Lei 12.232, de 29 de abril de 2010;

9.8.5 realização de gastos com manutenção de veículos além do permitido na IN/SEDAP nº 205, de 8 de abril de 1988, afrontando o dispositivo que estabelece que a despesa com o bem móvel deve orçar no máximo a 50% do seu valor estimado no mercado e, consequentemente, os princípios da economicidade e razoabilidade nos gastos realizados para manutenção de veículos;

9.8.6 celebração do Quarto Termo Aditivo que prorrogou o Contrato 10037/2004, com fulcro no *caput* do art. 25 da Lei 8666/93, baseado tão somente em atestado de exclusividade emitido por entidade sindical, sem terem sido adotadas as devidas medidas acautelatórias a fim de verificar a autenticidade das informações lá contidas e a permanência da condição de exclusividade na prestação dos serviços, bem como sem ter realizado pesquisa de preços de mercado com empresas que ofertavam serviços similares, a fim de justificar que os preços eram vantajosos para a Administração Pública, em afronta ao *caput* do artigo 25, ao artigo 26, parágrafo único, incisos II e III e ao artigo 57, inciso II da Lei 8.666/93; e

9.8.7 recebimento dos equipamentos de informática no âmbito do Contrato nº 10186/2006 em afronta ao disposto no § 8º do artigo 15 da Lei nº 8.666, de 1993, que estabelece que o recebimento de material de valor superior ao definido para a modalidade convite, R$ 80.000,00, deverá ser confiado a uma comissão de, no mínimo, três membros, atentando para a possibilidade de que novas constatações nesse sentido impliquem na responsabilização do administrador público responsável pela não observação da norma legal, que pode resultar, em virtude de controles deficientes, em risco de desvios e prejuízo ao erário; e

9.9 dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto condutores, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2723-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2724/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-026.970/2009-2

1.1. Apensos: TC-005.199/2002-8; TC-026.970/2009-2(com 7 volumes, sendo o volume 7 com 2 anexos)

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Almir da Silva (CPF: 013.305.782-87)

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/RO-AC

5. Relator: Ministro Valmir Campelo

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO)

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, convertida a partir de processo de representação constituído em razão de irregularidade ocorrida no Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/RO-AC.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Almir da Silva (CPF: 013.305.782-87), nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, acerca da citação devidamente realizada;

9.2. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c"', 19, *caput*, e 23, inciso III, da Lei nº 8.443/92, irregulares as presentes contas e condenar em débito o Sr. Almir da Silva (CPF 013.305.782-87), fixando-lhe o prazo de quinze dias a contar da notificação para comprovar, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional da importância de R$ 15.600,00 (quinze mil e seiscentos reais), atualizada monetariamente e acrescida dos encargos legais, calculados a partir de 30 de junho de 1995 até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Almir da Silva (CPF 013.305.782-87) a multa prevista nos arts. 19, *caput*, e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. determinar, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 219, inciso I, do Regimento Interno, o desconto do débito e da multa imputados dos proventos do Sr. Almir da Silva, em favor dos cofres do Tesouro Nacional, caso não atendidas as notificações e observados os limites do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, com a redação dada pela MP nº 2.225-45, de setembro de 2001;

9.6. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministério Público da União, Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região e ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2724-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 2725/2011 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.899/2007-9.

1.1. Apenso: 017.613/2006-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento Nacional de Registro do Comércio - MDIC (CNPJ nº 00.394.478/0043-00).

3.2. Responsáveis: Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE (CNPJ nº 10.054.583/0001-97); e Marcelo Côrte Real, ex-presidente da JUCEPE (CPF nº 192.370.734-53).

4. Órgão/Entidade: Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE (CNPJ nº 10.054.583/0001-97).

5. Relator: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo - PE (SECEX-PE).

8. Advogado(s) constituído(s) nos autos: Mário Roberto Cézar Jácome, OAB/PE nº 7.857; Jaime Yoshio de Araújo Sakaki, OAB/PE nº 20.371; Nicole Sakaki Mignot, OAB/PE nº 23.653.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação de Contabilidade da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior/MDIC, em cumprimento de determinação contida no item 1.1 do Acórdão nº 684/2007-TCU-Primeira Câmara, em face da ausência de repasse à União pela Junta Comercial do Estado de Pernambuco, das parcelas do recolhimento efetuado quando do recadastramento iniciado no ano de 2000, referente ao preço incidente sobre a Ficha de Cadastro Nacional de Empresas - CNE.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, da Lei nº 8.443/92, as presentes contas irregulares e condenar o ente autárquico Junta Comercial do Estado de Pernambuco - JUCEPE, CNPJ nº 10.054.583/0001-97, ao pagamento da importância de R$ 81.420,13 (oitenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e treze centavos) atualizada monetariamente a partir de 01/12/2000, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contado da ciência, para que comprove o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.2. aplicar, com fundamento nos arts. 19, parágrafo único, e 58, inciso I, da Lei nº 8.443/92, ao Sr. Marcelo Côrte Real, CPF nº 192.370.734-53, ex-presidente da JUCEPE, multa no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar o recolhimento da aludida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n° 8.443/92, caso não sejam atendidas as notificações;

9.4. remeter cópia do presente acórdão, acompanhado de cópia do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco/PE, com vistas à adoção das ações cabíveis, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 209, § 6º, do Regimento Interno do Tribunal.

10. Ata n° 14/2011 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 3/5/2011 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2725-14/11-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Valmir Campelo (Relator), Ubiratan Aguiar e José Múcio Monteiro.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: José Múcio Monteiro.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

PROCESSO EXCLUÍDO DE PAUTA (unitário):

Foi excluído de pauta, ante requerimento dos Ministro Ubiratan Aguiar, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, o processo n° 019.720/2004-9.

Foram proferidas, sob a Presidência do Ministro Walton Alencar Rodrigues, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Presidente, Ministro Valmir Campelo.

ENCERRAMENTO

A Presidência deu por encerrados os trabalhos da Primeira Câmara, às quinze horas e quarenta minutos e eu, Francisco Costa de Almeida, Subsecretário da Primeira Câmara, lavrei e subscrevi a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pela Presidência.

FRANCISCO COSTA DE ALMEIDA
Subsecretário da 1ª Câmara

Aprovada em 10 de maio de 2011.

VALMIR CAMPELO
Presidente

Poder Judiciário

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO
SECRETARIA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
Em 9 de maio de 2011

Ratifico a inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, *caput*, da Lei nº: 8.666/93 e nos termos previstos no art. 63, XII, 'p' do Regulamento Geral da Secretaria do TST, visando à celebração dos termos de convênio com as empresas **XEROX COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA.** e **OKI DATA DO BRASIL INFORMÁTICA LTDA.**, com vistas à permuta de sucatas de cartuchos de toner e de tinta, bem como de cilindros de impressoras (usados por novos), conforme disposições constantes das minutas contratuais acostadas à seq. 48.

GUSTAVO CARIBÉ DE CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8276/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 23/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 3ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pelo apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Advertência Confidencial em Aviso Reservado", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, descaracterizando infração ao artigo 29 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 09 de fevereiro de 2011. (data do julgamento) GERSON ZAFALON MARTINS, Presidente da Sessão; JÚLIO RUFINO TORRES, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 6345-150/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Processo nº 1221/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo recorrente, mantendo a decisão da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica, que reformou a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na letra "d", do artigo 22, da Lei 3.268/57, agravando para "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 29, 44, 57, 135 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 1º, 21, 32, 115 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 2º e 4º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 04 de março de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; LUIZ NÓDGI NOGUEIRA FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 2419/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Processo nº 31/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 1ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade, em conhecer e, por maioria de votos, dar provimento ao recurso interposto pela apelante, reformando a decisão do Conselho de origem, que absolveu a apelada, para aplicar-lhe a pena de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na letra "a", do artigo 22, da Lei nº 3.268/57, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica, cujos fatos também estão previstos no artigo 32 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009) nos termos do voto divergente do Sr. Conselheiro Roberto Luiz d'Ávila. Brasília, 02 de março de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ D'AVILA, Presidente da Sessão/Voto Divergente.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 3692/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 6.748-330/2005). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e, por maioria, negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei 3.268/57, por unanimidade por infração aos artigos 131, 132, 133 e 142 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos respectivamente nos artigos 111, 112, 113 e 18 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), e extinguindo a punibilidade em relação aos artigos 4º e 9º do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), nos termos do voto divergente do Sr. Conselheiro Mauro Luiz de Britto Ribeiro. Brasília, 04 de março de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; MAURO LUIZ DE BRITTO RIBEIRO, Voto Divergente.

HOMOLOGAÇÃO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL

HOMOLOGAÇÃO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 8555/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8752-289/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por maioria de votos, em reformar a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apenado a pena de "Cassação do Exercício Profissional", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei 3.268/57, para aplicar-lhe a pena de "SUSPENSÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL POR 30 (TRINTA) DIAS", prevista na letra "d", do artigo 22, do mesmo dispositivo legal, por unanimidade de votos por infração aos artigos 42, 43, 46 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 15 e 22 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto divergente do Sr. Conselheiro Henrique Batista e Silva. Brasília, 03 de março de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; HENRIQUE BATISTA E SILVA, Voto Divergente.

HOMOLOGAÇÃO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL CFM Nº 10756/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Processo nº 8750-287/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros do Pleno do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em referendar a decisão do Conselho de origem, que aplicou ao apenado a pena de "CASSAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL", prevista na letra "e", do artigo 22, da Lei 3.268/57, por infração aos artigos 42, 43, 55, 56, 63, 65 e 98 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.246/88, DOU 26.01.1988), cujos fatos também estão previstos nos artigos 14, 15, 30, 31, 38, 40 e 68 do Código de Ética Médica (Resolução CFM nº 1.931/09, DOU 13.10.2009), nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 03 de março de 2011. (data do julgamento) ROBERTO LUIZ d'ÁVILA, Presidente; JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE, Relator.

RECURSO DE ARQUIVAMENTO

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10369/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 6469/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; MAURO SHOSUKA ASATO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 10821/2009 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 73.183/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 2294/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 6745/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3549/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (Sindicância nº 0101/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 03 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MARTA RINALDI MULLER, Presidente da Sessão; ALDEMIR HUMBERTO SOARES, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4105/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas (Sindicância nº 0093/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4155/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 6615/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; LÚCIO FLÁVIO GONZAGA SILVA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4601/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 44.863/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4639/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás (Sindicância nº 0345/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; PEDRO EDUARDO NADER FERREIRA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4648/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 147.081/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4721/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro (Sindicância nº 6816/2008). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Relatora.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4728/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 87465/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. CEUCI DE LIMA XAVIER NUNES, Presidente da Sessão; MANUEL LOPES LAMEGO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 4729/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 60133/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 23 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5103/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais (Sindicância nº 7028/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; WALDIR ARAÚJO CARDOSO, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5372/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 75.775/2009). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ALBERTO CARVALHO DE ALMEIDA, Relator.

RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5609/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso (Sindicância nº 157/2007). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 02 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto da Sra. Conselheira Relatora. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) MANUEL LOPES LAMEGO, Presidente da Sessão; ANA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MARIA VIEIRA RIZZO, Relatora.
RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 5643/2010 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (Sindicância nº 140.740/2006). Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 01 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelos apelantes, mantendo a decisão do Conselho de origem, que determinou o ARQUIVAMENTO dos autos, nos termos do voto do Sr. Conselheiro Relator. Brasília, 22 de novembro de 2010. (data do julgamento) WILTON MENDES DA SILVA, Presidente da Sessão; ALCEU JOSÉ PEIXOTO PIMENTEL, Relator.

Brasília-DF, 10 de maio de 2011.
JOSÉ FERNANDO MAIA VINAGRE
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

DECISÃO Nº 2, DE 9 DE MAIO DE 2011

Processo Administrativo CFMV nº: 4118/2005
Requerente: Universidade Estadual de Londrina - UEL
Assunto: Reconhecimento do Programa de Residência em Medicina Veterinária.
Prazo do reconhecimento: 1 (um) ano (até 25/03/2012).
Fundamentação: Art. 14, VIII, Resolução CFMV nº 824 de 31 de março 2006.
Decisão: Renovado o reconhecimento do Programa de Residência em Medicina Veterinária da Universidade Estadual de Londrina nas áreas e subáreas:
Área: Clínicas Médicas e Cirúrgicas Veterinárias.
Subáreas: Clínica Médica, Cirúrgica e Reprodução de Grandes Animais (02 vagas em R1;
02 vagas em R2); Clínica Cirúrgica de Animais de Companhia (03 vagas em R1; 03 vagas em R2); Clínica Médica de Animais de Companhia (03 vagas em R1; 03 vagas em R2); Anestesiologia de Animais de Companhia (01 vaga em R1; 01 vaga em R2); Radiologia Veterinária (01 vaga em R1; 01 vaga em R2); Patologia Clínica (01 vaga em R1; 01 vaga em R2).
Área: Reprodução Animal.
Subárea: Teriogenologia de Animais de Companhia (01 vaga em R1; 01 vaga em R2).
Área: Patologia Veterinária.
Subáreas: Anatomia Patológica Veterinária (01 vaga em R1; 01 vaga em R2); Toxicologia Veterinária (01 vaga em R1; 01 vaga em R2); Medicina Aviária (01 vaga em R1; 01 vaga em R2).
Área: Saúde Pública.
Subáreas: Moléstias Infecciosas (02 vagas em R1; 01 vaga em R2); Saúde Pública (01 vaga em R1; 01 vaga em R2); Moléstias Parasitárias (01 vaga em R1; 01 vaga em R2).
Área: Inspeção de Produtos de Origem Animal.
Subárea: Inspeção de Leite e seus derivados (02 vagas em R1; 01 vaga em R2).

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

DECISÃO DE 13 DE ABRIL DE 2011

Recurso contra homologação das eleições triênio 2010/2013 do CRN-4. Acórdão Plenário. Data de julgamento: 13/4/2011. Relatora: Conselheira Ana Maria Calábria Cardoso. Recorrente: Isabella Couto Soares de Oliveira. Órgão recorrido: CRN-4. Decisão: conhecimento e provimento parcial do Recurso, nos termos do voto da relatora, cuja conclusão foi para decretar a anulação dos votos presenciais computados na cidade do Rio de Janeiro, considerados na apuração como válidos, e de determinar à Comissão eleitoral que proceda conforme o art. 72 da Resolução CFN nº 441/2008. Decisão por unanimidade de votos.

ROSANE MARIA NASCIMENTO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 598, DE 2 DE MAIO DE 2011 (*)

Homologa o resultado final das eleições do CFESS, dos CRESS e Seccionais, especificados na presente norma, para Gestão 2011/2014.

O Conselho Federal de Serviço Social no uso de suas atribuições legais e regimentais; Considerando a disposição do artigo 92 do Código Eleitoral vigente, instituído pela Resolução CFESS nº 586, de 30 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 167, de 31 de agosto de 2010, Seção 1, páginas 140/143, que estabelece competência ao Conselho Pleno do CFESS homologar o resultado final das eleições do conjunto CFESS/CRESS; Considerando os termos contidos na Ata do Processo Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS e Apuração Final do pleito, elaborada e submetida à apreciação do Conselho Pleno do CFESS, reunido em 30 de abril de 2011; Considerando o resultado das eleições para ocupação dos cargos no âmbito dos Conselhos Regionais de Serviço Social, das suas Seccionais e do Conselho Federal de Serviço Social para gestão 2011/2014, conforme constante da Ata do Processo Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS e Apuração Final do pleito da Comissão Nacional Eleitoral; Considerando, ademais, que foi garantido o duplo grau de jurisdição, tendo sido esgotada a via recursal, com o julgamento de todos os recursos interpostos, perante a Comissão Nacional Eleitoral; Considerando a decisão do Conselho Pleno do Conselho Federal de Serviço Social, reunido em 30 de abril de 2011; resolve:

Art. 1º Realizar eleições, em segunda convocação, para o Conselho Regional de Serviço Social da 2ª. Região, com jurisdição no Estado do Maranhão, Conselho Regional de Serviço Social da 5ª Região, com jurisdição no Estado da Bahia, Seccional de Bauru do Conselho Regional de Serviço Social da 9ª Região, com jurisdição no Estado de São Paulo, Conselho Regional de Serviço Social da 15ª Região, com jurisdição no Estado do Amazonas, Conselho Regional de Serviço Social da 17ª Região, com jurisdição no Estado do Espírito Santo, por considerar que não foi atingido o quórum eleitoral estabelecido no artigo 22, combinado com a disposição do artigo 4º do Código eleitoral vigente, e que tem como base o número de assistentes sociais.

Art. 2º Realizar eleições, em segunda convocação, para o Conselho Regional de Serviço Social da 13ª. Região, com jurisdição no Estado da Paraíba, e para a Seccional do Acre do Conselho Regional de Serviço Social da 23ª Região, com jurisdição nos Estados de Rondônia e Acre, tendo em vista a suspensão dos pleitos eleitorais.

Art. 3º Homologar, por unanimidade de votos, o resultado final das eleições, do CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO FEDERAL e dos DEMAIS CONSELHOS REGIONAIS DE SERVIÇO SOCIAL e respectivas SECCIONAIS, gestão 2011/2014, nos termos da Ata do Processo Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS e Apuração Final do pleito, subscrita pela Comissão Nacional Eleitoral, designada pela Portaria CFESS nº 24/2010, de 8 de novembro de 2010.

Art. 4º Passa fazer parte integrante da presente Resolução o seguinte ANEXO - Relação das Chapas Vencedoras, com a especificação de todos os membros componentes das mesmas.

Art. 5º Ficam declaradas vencedoras as chapas constantes do ANEXO, que tomam posse nos dias 14 ou 15 de maio de 2011, conforme Calendário Eleitoral constante do Aviso de Eleição, que convoca as eleições do Conjunto CFESS/CRESS, Gestão 2011/2014, publicado no Diário Oficial da União nº 213, de 8 de novembro de 2010, Seção 3, páginas 202/203.

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS. Art. 7º A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

IVANETE SALETE BOSCHETTI
Presidente do Conselho

ANEXO

RELAÇÃO DAS CHAPAS/MEMBROS COMPONENTES - TRIÊNIO 2011-2014

CFESS - CHAPA ÚNICA: "Tempo de Luta e Resistência"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Sâmya Rodrigues Ramos	Kátia Regina Madeira	Maria Elisa dos Santos Braga
Vice-Presidente: Marinete Cordeiro Moreira	Marylucia Mesquita	Heleni Duarte Dantas de Ávila
1ª Secretária: Raimunda Nonata Carlos Ferreira	Rosa Lúcia Prédes Trindade	Maurílio Castro de Matos
2ª Secretária: Esther Luíza de Souza Lemos		Marlene Merisse
1ª Tesoureira: Maria Lucia Lopes da Silva		Alessandra Ribeiro de Souza
2ª Tesoureira: Juliana Iglesias Melim		Alcinélia Moreira de Sousa
		Erivã Garcia Velasco
		Marcelo Sitcovsky Santos Pereira
		Janaine Voltolini de Oliveira

CRESS 1ª REGIÃO-PA - CHAPA 2: "Pra mudar esta história"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Agostinho Soares Belo	Marilia Pantoja Novaes	José Augusto de Brito Costa
Vice-Presidente: Marlene do Socorro Correa Monteiro	Isaac Jose da Silva Gregório	Sheila Miranda Veiga
1ª Secretária: Maria Ana de Lima Cavalcante da Silva	Cláudia Michelle dos Santos Miranda	Ana Cláudia Góes da Silva
2º Secretário: Alexandre Braga da Conceição		Clélia Luiza Bernardes Esmael
1ª Tesoureira: Maria das Graças dos Santos Almeida		Arlete Barbosa Guimarães
2ª Tesoureira: Teresa Cristina Melo dos Santos		Daniela Maria Melo Silva
		Ilkimy Aparecida Paixão Aranha
		Ursula Suelima de Andrade Silva
		Daniel Carlos da Silva

CRESS 1ª REGIÃO-PA - SECCIONAL SANTARÉM - CHAPA ÚNICA: "Atitude Crítica e Transformação"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Regina Teodósio dos Santos Rodrigues Paixão		Ivone Domingos e Silva
Tesoureira: Stephan da Silva Leite		Yngrit Carla Barros Pojo
Secretária: Vanderlice Leal Pereira		Iarani Augusta Soares Galúcio

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CRESS 3ª REGIÃO-CE - CHAPA 2: "Consciência para ter coragem"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Elízio de Araújo Loiola	Francisca Cristina do Nascimento	Ana Lúcia Pinto Tavares
Vice-Presidente: Cínthia Fonseca Lopes	Leiriane de Araújo Silva	Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral
1º Secretário: Raimundo Paiva dos Santos	Fabíola Pessoa Pontes	Daniel Rogers de Souza Ferreira
2ª Secretária: Tatiana Raulino de Sousa		Synara Ferreira Rates
1ª Tesoureira: Cynthia Studart Albuquerque		Rochelle de Queiroz Forte
2ª Tesoureira: Margarida Maria de Souza Pinheiro		Débora Farias Galvão
		Luana Paula Moreira Santos
		Lúcia Elizabeth Moura Rodrigues
		Gerlene Veras

CRESS 4ª REGIÃO-PE - CHAPA ÚNICA: "Amarra o teu arado a uma estrela"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Celso Severo da Silva	Leonardo Pessoa Borges	Salvea de Oliveira Campelo e Paiva
Vice-presidente: Soraya Araujo Uchoa Cavalcanti	Tatiane Michele Melo de Lima	Regina Maria Manzi Araruna
1ª Secretária: Galba Taciana Sarmento Vieira	Karina Janete da Silva	Sheilla Nadiria Rodrigues Rocha
2ª Secretária: Nathalia Teixeira dos Santos		Tanany Frederico dos Reis
1º Tesoureiro: Jonas Soares de Souza		Luciana Ferreira Gomes Espíndola
2ª Tesoureira: Emanuelle Chaves Pinto		Jayce Mayara Mendes Medeiros
		Jonathas Soares da Silva
		José Albuquerque Constantino
		Manoel Ricardo de Souza

CRESS 6ª REGIÃO-MG - CHAPA ÚNICA: "Compromisso e luta: em defesa da categoria e do nosso Projeto Ético-político"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Leonardo David Rosa Reis	Darklane Rodrigues Dias	Maria de Lourdes dos Santos Borges
Vice-presidente: Maíra da Cunha Pinto Colares	Renata Flávia da Silva	Helena Teixeira Magalhães Soares
1ª Secretária: Daisy Dias Lopes	Cristiano Costa de Carvalho	Maria de Fátima Santos Gottshalg
2º Secretário: Gustavo Henrique Teixeira		Waldeir Eustáquio dos Santos
1ª Tesoureira:Marisaura dos Santos Cardoso		Maura Rodrigues de Miranda
2º Tesoureiro:Marcelo Armando Rodrigues		Janaina Andrade dos Santos
		Fabrícia Cristina de Castro Maciel
		Wagner Maciel Silva
		Alexandre Alves Ribeiro

CRESS 6ª REGIÃO-MG - SECCIONAL JUIZ DE FORA - CHAPA ÚNICA: "Compromisso e luta: em defesa da categoria e do nosso Projeto Ético-político "

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Ana Maria Arregui Mourão		Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira
Secretária: Raquel Mota Dias Gaio		Suplente: Antoniana Dias Difilipo Bogogno
Tesoureira: Helyene Rose Cruz Silva		Suplente: Beatriz Damasceno Touma

CRESS 6ª REGIÃO-MG - SECCIONAL UBERLÂNDIA - CHAPA ÚNICA: "Compromisso e luta: em defesa da categoria e do nosso Projeto Ético-político "

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Flávia Maria da Silva Santana		Rayanne Mayara Silva
Secretária: Vanda Aparecida Franco Macedo		Carmen Guardenho Maywald
Tesoureira: Luana Gonçalves de Oliveira Souza		Renato Mateus de Santana

CRESS 7ª REGIÃO -RJ - CHAPA ÚNICA: "Trabalho e Direitos: a luta não para"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Charles Toniolo de Sousa	Telma Pilé Gomes	Francine Helfreich Coutinho dos Santos
Vice-Presidente: Moara Paiva Zanetti	Leandro Rocha da Silva	Lobélia da Silva Faceira
1ª Secretária: Elizabeth Souza de Oliveira	Michele Pontes da Costa	José Rodolpho Santos da Silva
2ª Secretária: Sílvia Dabdab Calache Distler		Hilda Corrêa de Oliveira
1ª Tesoureira: Edenilza Silva Cesário		Denise Nicácio Pereira
2º Tesoureiro: Eduardo Nascimento de Carvalho		Loraine Rocha Vigo
		Joilson Santana Marques Junior
		Josélia Ferreira dos Reis
		Carlos Felipe Nunes Moreira

CRESS 7ª REGIÃO -RJ - SECCIONAL SUL FLUMINENSE - CHAPA ÚNICA: "Ética na Resistência"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Paula de Almeida Pereira		Natália Reis de Oliveira
Secretária: Liliane Rocha Ribeiro		Isabela Carvalho Silva Sobreira
Tesoureira: Larissa Fagundes Costa		Mitchelly de Barros Silva Santos

CRESS 7ª REGIÃO -RJ - SECCIONAL CAMPOS - CHAPA ÚNICA: "Em defesa da Ética no Serviço Social"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Liliane Cardoso D'Almeida		Thais Tavares Bernardo
Secretária: Rosangela Maria A. Benevides Guimarães		Irai Martins Bohrer
Tesoureira: Júnia de Souza Elias		Ana Teresa de Sá Santos Cezario

CRESS 8ª REGIÃO-DF - CHAPA 1: "Democracia e participação: para fazer valer a sua voz"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Cilene Sebastiana da Conceição Braga	Vicente de Paula Faleiros	Alison Pereira Oliveira
Vice-presidente: Wellington Andrade Rodrigues	Thaís Alves Moreira	Natália Pereira Gonçalves
1º Secretário: Ricardo Pereira Soares	Douglas Aparecido da Silva Gomes	Cibele Maria de Sousa
2ª Secretária: Paula Juliana Foltran Fialho		Daiane Souza Guedes Bittencourt
1º Tesoureiro: Handerson Clayson Lima Nunes		Rosilene Maria de Oliveira
2ª Tesoureira: Paloma dos Santos Figueiredo		Fábio Félix Silveira
		Lázara Lorena de Oliveira Gvozdanovic Villar
		Ana Flávia Silva Marques de Menezes
		Graziele Lima da Cunha Nogueira

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CRESS 9ª REGIÃO-SP - CHAPA ÚNICA: "Ampliaçõess: unindo forças e ousando na luta"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Eloísa Gabriel dos Santos	Leonir Viana dos Santos	Vanice Aparecida Alves
Vice-Presidente: Marcos Valdir Silva	Andréa Almeida Torres	Maria de Jesus de Assis Ribeiro
1ª Secretária: Mauricléia Soares dos Santos	Núria Pardillos Vieira	Tiago Barbosa dos Santos
2ª Secretário: Vinicius Figueira Boim		Nilva Regina Galletti
1ª Tesoureira: Ivani Bragato		Marcelo Gallo
2ª Tesoureira: Andresa Lopes dos Santos		Aparecida Mineiro do Nascimento Santos
		Milena Aparecida Videira
		Elizabete Terezinha Silva Rosa
		Dulcinéa Pastrello

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL SANTOS - CHAPA ÚNICA: "Resgate Social, Ético, Político e Social"

Efetivo		Suplente
Coordenador: Odair Dias Filho		Flávia de Melo Leonel Ferreira
Secretário: Adir José Lopes		Mariene dos Santos Pereira
Tesoureira: Cintia Neli da Silva Inácio		Antônio Simões

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - CHAPA ÚNICA: "Resistência e Luta: Ampliando as ações e enfrentando os desafios"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Helena Cristina de Souza Figuti		Elisete de Fátima Rangel
Secretária: Andreia de Miranda		Evelise Cristiane Rosa
Tesoureiro: Fábio Alexandre Gomes		Marisa da Penha Pereira

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL SOROCABA - CHAPA ÚNICA: "Inovação"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Marcela de Brito Santana Antunes		Helen Fabiana de Souza
Secretária: Virginia de Fátima Theotonio		Marisa Antonio de Souza
Tesoureira: Vanessa Aparecida Alves Correa		Camila Garcia Vaz

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL CAMPINAS - CHAPA ÚNICA: "AtitudeSS"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Fernanda de Jesus Carriel		Suelen Fernanda de Morais
Secretária: Elizabeth Conceição Rossin da Veiga		Rita Aparecida Aguiar de Faria
Tesoureira: Rita de Cássia Siqueira		Aline de Fátima Barreto

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL RIBEIRÃO PRETO - CHAPA ÚNICA: "Mobilização"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Maria Aparecida Catalan		Ana Carolina Angeloni Pieri Vilela
Secretária: Priscila dos Santos		Luciana de Carvalho Nogueira Bitar
Tesoureira: Maria Elena Soares Loosli		Ane Elisa Lobo Massuia

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - CHAPA ÚNICA: "Ação e Luta"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Matsuel Martins da Silva		Lucinea Oliveira Figueiredo
Secretária: Denise Beatriz Rack de Almeida		Isabela Gomes Teixeira
Tesoureiro: Matheus Leandro de Mendonça		Rosangela Cristina Alves

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL ARAÇATUBA - CHAPA ÚNICA: "Novos Desafios"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Maria Mônica Leal		Maria Inez Vasconcellos Salina
Secretária: Grace Elizabete dos Santos Fernandes		Grasieli Dellazeri
Tesoureira: Graciela Aparecida Franco		Marcilene Fioravante de Souza

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL PRESIDENTE PRUDENTE - CHAPA ÚNICA:"Representação, Valorização e Atitude"

Efetivo		Suplente
Coordenador: Eduardo Luis Couto		Andreia Cristina da Silva Almeida
Secretária: Fernanda Lúcia Maioli		Maria Carolina Carvalho de Carlos
Tesoureira: Márcia Heloisa de Oliveira		Edmárcia Fidélis Rocha

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL MARÍLIA - CHAPA ÚNICA: "Tempo de Alerta"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Marlene da Silva Disner		Ilka Barboza Ferreira
Secretária: Maria Lucia Bastos dos Reis		Sabrina Santos Viana da Costa
Tesoureira: Neide Brito de Moura Leatti		Ângela Maria Sulpicio

CRESS 9ª REGIÃO-SP - SECCIONAL ABCDMRR - CHAPA ÚNICA: "Novas Atitudes"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Daniela da Silva Vieira		Michelle Dias Forão
Secretária: Jussara Conceição Silva		Clara de Assis Oliveira Cirella
Tesoureira: Cecilia Peres Barucco		Vivian Souza da Rocha Barbosa

CRESS 10ª REGIÃO -RS - CHAPA ÚNICA: "CRESSer com ética"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Miriam Thais Guterres Dias	Elisabete Ramos Glassmann	Carla Magali Capitanio
Vice-Presidente: Silvia da Silva Tejadas	Iandara Souza da Costa	Mariana da Silva Vargas
1ª Secretária: Maria Suzete Muller Lopes	Miriam Dabdab Domingues Kolinger	Bruna de Souza Machado
2ª Secretária: Carolina Cerveira		Karen Ramos Camargo
1ª Tesoureira: Sonia Maria Araújo Figueiredo Almeida		Grayce Kelly Carneiro Goncalves
2ª Tesoureira: Mara Brum		Vanessa Faria Cardoso
		Anahi Marques Melgare
		Daniela Ferrugem
		Denise Terezinha Zampronio Rossetto

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CRESS 10ª REGIÃO -RS - SECCIONAL PELOTAS - CHAPA ÚNICA: "Ocupar CRESS"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Maria Izabel Marine Arndt		Aline Wienke Sesterheim
Secretária: Carolina Andersson Bunde		Carim Angela Dummer
Tesoureira: Angelita Soares Ribeiro		Cristine Jaques Ribeiro

CRESS 10ª REGIÃO -RS - SECCIONAL CAXIAS DO SUL - CHAPA ÚNICA: "Apostando na história e construindo o futuro presente"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Roberta Rama De Brito		Simonela Nichel
Secretária: Alessandra Isabel Bombassaro		Maria Angela Stallivieri Pistorello
Tesoureira: Luana Zulian Golin		Andrea Dandolini Camello

CRESS 11ª REGIÃO-PR - CHAPA ÚNICA: "Conquista, Resistência e Consolidação"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Maria Isabel Scheidt Pires	Roselene Sonda	Adriana Maria Matias
Vice-Presidente: Elias de Sousa Oliveira	Juliana Moraes	Renária Moura Silva
1ª Secretária: Joziane Ferreira de Cirilo	Uilson José Gonçalves Araujo	Neiva Luz dos Santos Silva
2ª Secretária: Daraci Rosa dos Santos		Neiva Maria Liesenfeld
1º Tesoureiro: Rafael Garcia Carmona		Kleber Rodrigo Durat
2ª Tesoureira: Wanderli Machado		Rosenilda Garcia
		Vera Lucia Armstrong Oliveira
		Elza Maria Campos
		Sueli Preidum de Almeida Coutinho

CRESS 11ª REGIÃO-PR - SECCIONAL DE LONDRINA - CHAPA ÚNICA: "Intervenção: Ação e Ética"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Denise Maria Fank de Almeida		Adriana Aparecida dos Santos
Tesoureira: Ana Lucia Sales Dias Baptista		Ordália de Fátima Braganholi Ferreira
Secretária: Luana Garcia Campos		Cristina da Silva Souza Coelho

CRESS 12ª REGIÃO-SC - CHAPA ÚNICA: "Ética e Autonomia Para Avançar na Luta".

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente - Magali Régia Franz	Vera Lúcia Caon	Simone Lolatto
Vice- Presidente - Luciana Koerich de Andrade	Eliete Lima Bunn	Zeneci Dreher Herbst
1º Secretário - Vanessa Rocha	Eliana Cecilia Fontana	Maristela Antonia dos Santos
2º Secretário - Odete Terezinha Zamboni		Rosinete Delfino Laurindo
1º Tesoureiro - Fernanda Tomasi		Cristiane Coelho de Campos
2º Tesoureiro - Kátia Carvalho Figueiredo		Cória Helena Vieira Assunção
		Juçara Rosa Silva
		Fabiana Luiza Negri
		Helena Maria Borges Brandão

CRESS 13ª REGIÃO-PB - SECCIONAL DE CAMPINA GRANDE - CHAPA ÚNICA: "Firmes e Fortes Fazendo História"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Albertina Felix da Cruz		Carmen Silva Alves
Secretária: Georgia Dantas Macedo		Jocelma Holanda de Souza
Tesoureira: Glete Fabiana Vale		Leonardo do Monte Silva

CRESS 14ª REGIÃO-RN - CHAPA ÚNICA: "Por um novo enredo: lutar, resistir e emancipar"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Rissandra de Souza Bezerra	Clemeilda Pereira	Eliana Andrade da Silva
Vice-Presidente: Salefe Lúcia Varela Santos	Célia Maria Guimarães	Andréia Kalyne Tarquinio Eustáquio
1ª Secretária: Jussara Keila Batista do N. Almeida	Juliana Maria do Nascimento	Nuara de Souza Aguiar
2ª Secretária: Tássia Rejane M. dos Santos		Maria da Paz Fernandes de Gois
1ª Tesoureira: Suzanny Bezerra Cavalcante		Rayane Bartira de Araújo Grilo
2ª Tesoureira: Jane Cristina Guedes da Costa		Ivanilce Carlos D. P. de Sousa
		Suely de Oliveira Bezerra
		Maria de Fátima Jeronimo Marques
		Rose Helena da Silva Diniz

CRESS 14ª REGIÃO-RN - SECCIONAL MOSSORÓ - CHAPA ÚNICA: "Avançar na luta construindo um novo tempo"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Eciran Targino de Macedo		Telma Gurgel da Silva
1ª Secretária: Lívia Maria de Oliveira		Maria Helena de Medeiros Leite
1ª Tesoureira: Maria do Socorro Rodrigues		Liduina Felipe de Mendonça Fernandes

CRESS 15ª REGIÃO -AM - SECCIONAL DE RORAIMA - CHAPA ÚNICA: "Fortalecendo lutas para viabilizar conquistas"

Efetivo		Suplente
Coordenadora: Renata Marques de Oliveira		Célia Mota de Carvalho
Secretária: Kassandra O. Menezes Batista		Rosangela Gomes de Oliveira
Tesoureira: Ana Paula Carvalhal Barbosa		Lady Mara Lima de Brito

CRESS 16ª REGIÃO-AL - CHAPA ÚNICA: "Ousar para mudar: resgatando o protagonismo profissional na luta por direitos"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Valéria Coêlho de Omena	Cleide Maria da Silva Lima	Franqueline Terto dos Santos
Vice-Presidente: Rita de Cássia Brito Souza	Edvania Lima de Cerqueira	Manuella Aragão Pinheiro
1ª Secretária: Tereza Cristina Vidal de Negreiros Moura	Jaqueline Lima da Silva	Mania Inêz Santos
2ª Secretária: Ana Maria de Sirqueira Santos		Marciângela Gonçalves Lima
1ª Tesoureira: Aucione Fabiana Silva de Albuquerque		Lylia Maria Pereira Rojas
2ª Tesoureira: Maria Olivia da Silva Monteiro		Elaine Nunes Silva Fernandes
		Marinês Coral
		Karla Patrícia André da Rocha Lima
		Maria Valéria Costa Correia

CRESS 18ª REGIÃO -SE - CHAPA ÚNICA: "Unir forças para avançar nas lutas"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Vera Núbia Santos	Welber Gontram de Santana	Carla Vanessa Dória Silva
Vice-presidente: Ana Paula Leite do Nascimento	Soraya Dantas de Moraes	Júlio César Lopes de Jesus
1ª Secretária: Clousevânia de Souza Marinho	Itanamara Guedes Cavalcante	Ingredi Palmieri Oliveira
2ª Secretária: Michele Vilaça Anjos de Jesus Cunha		Paulo Roberto Félix dos Santos
1ª Tesoureira: Ana Patrícia Noia da Silva		Maria da Conceição Alves Ferreira
2ª Tesoureira: Ana Caroline Trindade dos Santos		Evelyn da Silva Nunes

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Thaís Feitosa Texeira Rodrigues
		Flávia Augusta Santos de Melo
		Ilma Cristina Silva Oliveira

CRESS 19ª REGIÃO-GO - CHAPA ÚNICA: "Nosso horizonte, o Projeto Ético-Político Profissional. Nosso Chão, o Trabalho, Ética e Organização"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Junia Rios Campelo	Ilma Inácia de Souza Pugliesi	Wladisleny Duarte Amorim Silveira
Vice-Presidente: Walderez Loureiro Miguel	Eulange de Sousa	Ilza de Carvalho Santos
1ª Secretária: Vera Lúcia dos Santos Silva	Kênia Cristina Lopes Abrão	Lúcia Abadia de Carvalho
2ª Secretária: Ana Maria da Trindade		Maria da Conceição Ferreira Lima
1ª Tesoureira: Maria Conceição Sarmento Padial		George Francisco Ceolin
2ª Tesoureira: Luzeny Alves Araújo		Wanessa Batista Melo
		Grete Nair Tirloni
		Isamara Gasparotti
		Cristina Maria Gusmão de Moura

CRESS 20ª REGIÃO-MT - CHAPA ÚNICA: "CRESS Ser ainda mais"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Aparecido Samuel de Castro Cavalcante	Bendix Benedita Ferreira da Silva Maia	Anderson Cavalheiro da Luz
Vice-Presidente: Aparecida de Castro Soares	Lilian Borges Passarelli	Miranir Januário de Oliveira Alcântara
1º Secretária: Silvia Aparecida Tomaz	Sidnéia Martins de Menezes	Lenil da Costa Figueiredo
2ºSecretária: Viviane Silveira Ferreira de Lima		Uiara Leice da Silva de Oliveira Moraes
1ºTesoureira: Ana Cristina Amaral		Larissa Gentil Lima
2ºTesoureira: Leicy Lucas de Miranda Vitório		Jennifer Josiane Nesnik Jeronymo
		Francismeiry Cristina de Queiroz
		Soraia Pinto Tamberi Rodrigues Maciel
		Ademar Sales Macaúbas

CRESS 21ª REGIÃO-MS - CHAPA 1 : "Renovando sonho, fortalecendo ideias"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Ivone Alves Rios	Clotildes Chamorro Veras	Maria Madalena S. Marques Gehm
Vice-presidente: Neiza Elisa Fontoura Rocha	Quezia Sena Talario Rodrigues	Maria Anezia Almeida Oliveira
1ª Secretária: Dalva Aparecida da Silva Sunada	Maria Vanda Silva Garcez	Rosimeire Gomes Travasso
2ª Secretária: Maria Neide de Araujo Silva		Vera Lucia Domingues
1ª Tesoureira: Janusia Fatima de Souza Boniatti		Simone de Farias
2ª Tesoureira: Daniela de Cassia Duarte		Darcia Pina Ferreira
		Donevil Teixeira Alvares
		Lirce Canepa Couto
		Erotildes de Freitas

CRESS 22ª REGIÃO-PI - CHAPA 1: "CRESS-Ser com atitude"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Maria José do Nascimento	Rejane Célia Pires Rocha	Fátima Eugênia de Araújo Silva
Vice-Presidente: Maria Rosângela de Jesus Lucena	Jovina Moreira Sérvulo Rodrigues	Magali Sampaio de Castro
1ª Secretária: Amanda Marques de Oliveira	Regina Lúcia Alves da Costa	Fabiana Soares de Almeida
2ª Secretária: Márcia Cristina Ferreira Brandão		Ana Maria da Silva Oliveira
1ª Tesoureira: Sandra de Nazaré Caetano Gomes		Maria Guadalupe de Araújo Veloso Lima Freitas
2ª Tesoureira: Sâmia Cristina Pereira da Silva		Ana Kelly Pereira da Silva
		Maria do Socorro Moura Cardoso
		Ana Carolina Calisto de Moraes
		Carina Alves Barbosa

CRESS 23ª REGIÃO-RO CHAPA ÚNICA: "Avançar sempre. é preciso estar atento e forte!"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Maria de Fátima Ramos	Ana Paula Baldez	Alessandra Ferreira De Oliveira Araújo
Vice-Presidente: Jeane Ribeiro De Oliveira	Francilene Silva do Nascimento	Juliana Mendes Mantovani
1ª Tesoureira: Maria De Fátima Ramalho	Francisca Da Silva Almeida	Ana Paula Mafia Policarpo
2º Tesoureiro: Erno Delmar		Sonia Maria Freire
1ª Secretária: Márcia Andrea Da Costa		Viviane Bertola
2ª Secretária: Paloma Ribeiro Freitas		Noeli Nunes De Lima
		Glaucioneida Rodrigues Leão
		Jucicleide Araújo
		Gerlânia De Medeiros Cirne

CRESS 24ª REGIÃO-AP - CHAPA 2: "Fortalecer a profissão"

Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Ronnye Robson Santos da Silva	Josinelma Valadares de Oliveira	Daniris Pantoja da Silva
Vice-Presidente: Kércia Araújo Capiberibe	Lucicléa Rodrigues da Conceição	Maria Lúcia Gama da Costa
1ª Secretária: Ediellen Gardenha Alves Cruz	Marinilde Picanço Barros	Renato Batista de Araújo
2ª Secretária: Sheilane Patricia Queiroz Soares		Ágata Araújo Duarte
1ª Tesoureira: Simonne Batista Baia de Souza		Silvia Valéria da Silva Gomes
2ª Tesoureira: Luana Cibelle Baia de Souza		Suane Pereira de Lima
		Sandra Maria Rangel Dantas
		Maria do Socorro Ribeiro Melo
		Amildo Morais de Sousa

CRESS 25ª REGIÃO -TO - CHAPA ÚNICA: "Fortalecer a luta construindo história"

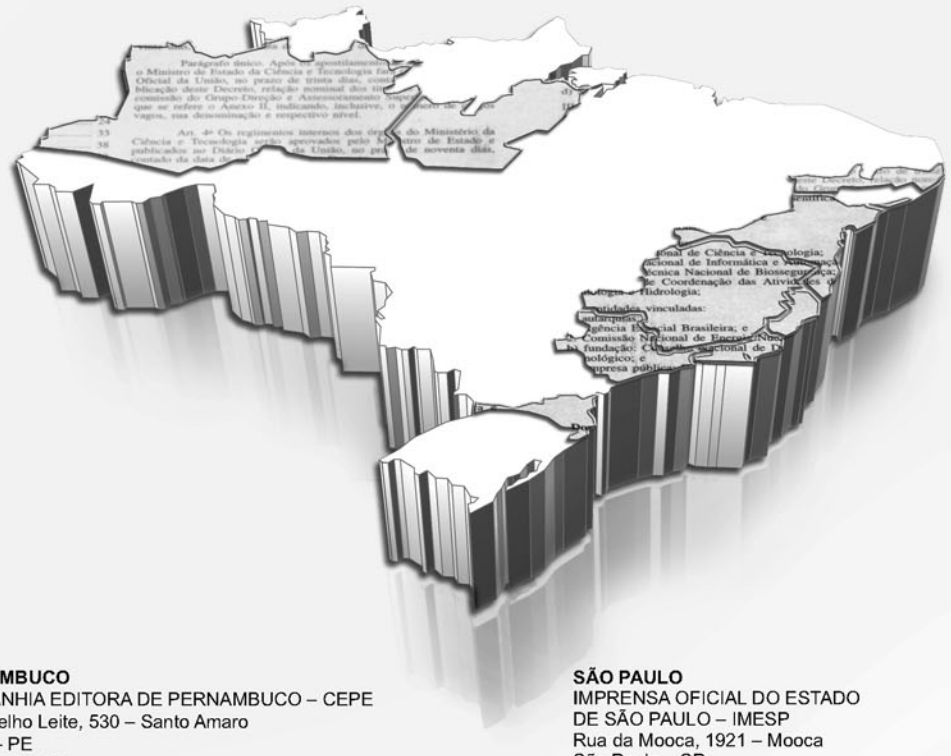
Efetivo	Conselho Fiscal	Suplente
Presidente: Rosinalva da Silva Alves	Silney Cardoso dos Santos Beckman	Carmem Lucia Kothe Vendramini
Vice-Presidente: Aurora Moraes dos Santos Silva	Paulo Sérgio Porto	Tânia Mara Alves Barbosa
1ª Secretária: Márcia Michelle Carneiro da Silva	Giselli de Almeida Tamarozzi Lima	Rosilene Maria de Cássia Maciel dos Reis
2ª Secretária: Janaina Costa Rodrigues Murad		Raquel Sabará de Freitas
1ª Tesoureira: Maria Nadir dos Santos		Maria Alice dos Santos Reis
2ª Tesoureira: André Luis Augusto da Silva		Ricardo Teles Schmidt
		Fernanda Calhau de Campos
		Raimunda Nonata Moraes de Oliveira
		Alana Barbosa Rodrigues

(*) Republicada por ter saído, no DOU nº 83, de 3-5-2011, Seção 1, págs.102/107, com incorreção no original.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Revenda avulsa do Diário Oficial da União e publicações oficiais em vários Estados do País e no Distrito Federal.

Diariamente, disponíveis nos seguintes locais:



AMAZONAS
UNIÃO DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA
Rua José Clemente, 216 – Centro
Manaus – AM
CEP: 69010-070
Fone: (92) 234-4762
Fax: (92) 232-6985
www.procasa.com.br

BAHIA
EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA – EGBA
Rua Mello Morais Filho, 189 – Fazenda Grande Retiro
Salvador – BA
CEP: 40352-000
Fone: (71) 3116-2820
www.egba.ba.gov.br

DISTRITO FEDERAL
LETÍCIA DE QUEIROZ FERREIRA VASCONCELOS - ME
SIG, Quadra 6, lote 800 - Térreo da Imprensa Nacional
Brasília – DF
CEP: 70610-460
Fone: (61) 3441-9600

RITA MILAIR DANTAS CREDMANN
Plataforma Superior da Estação Rodoviária, Loja 1
Brasília – DF
CEP: 70309-970
Fone: (61) 3225-1438
bancarodoviaria@yahoo.com.br

ESPIRITO SANTO
JM DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Alberto de O. Santos, 59, Sala 714 – Centro
Vitória – ES
CEP: 20010-250
Fone: (27) 3223-3258
Fax: (27) 3222-7068
jmpublicacoes@ebrnet.com.br

MINAS GERAIS
RICCI DIÁRIOS E PUBLICAÇÕES LTDA
Rua Guajajaras, 977, loja 4 – Centro
Belo Horizonte – MG
CEP: 30180-100
Telefax: (31) 3274-4136
www.diariooficial.com

PARÁ
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ – IOEPA
Travessa do Chaco, 2271 – Bairro do Marco
Belém – PA
CEP: 66093-410
Fone: (91) 4009-7800
Fax: (91) 4009-7819
www.ioepa.com.br

PERNAMBUCO
COMPANHIA EDITORA DE PERNAMBUCO – CEPE
Rua Coelho Leite, 530 – Santo Amaro
Recife – PE
CEP: 50140-100
Fone: 0800-811201
www.cepe.com.br

RIO DE JANEIRO
ADINP DISTRIBUIDORA DIÁRIOS OFICIAIS LTDA
Avenida Almirante Barroso, nº 22, Sobreloja 201 - Centro
Rio de Janeiro – RJ
CEP: 20031-002
Telefax: (21) 2533-0044
www.adinp.com.br

SANTA CATARINA
D. OFICIAL CENTRAL DE PUBLICAÇÕES LEGAIS LTDA
Rua Verde Vale, 25 - Picadas do Sul -
São José – SC
Fones: (48) 3257-0020 / 3257-2572
diariooficialsc@uol.com.br
www.diariooficialsc.net.br

SÃO PAULO
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO – IMESP
Rua da Mooca, 1921 – Mooca
São Paulo – SP
CEP: 03103-902
Fones: (11) 5013-5108 / 5013-5109
www.imesp.com.br

LIVRARIA XV DE NOVEMBRO
Rua XV de Novembro, 318 – Centro
São Paulo – SP
CEP: 01013-000
Fones: (11) 3105-6781 / 3101-6473
livrariaxvdenovembro@imprensaoficial.com.br

SERGIPE
SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE - SEGRASE
Rua Propriá nº 227 – Centro
Aracaju – SE
CEP 49010-020
Fones: (79) 3205-7400 / 3205-7405





Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012011051100260

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.